



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2173

Sexta-feira - 20 de Janeiro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Garopaba.....	269	Passo de Torres.....	476
Água Doce.....	4	Garuva	277	Paulo Lopes	477
Alfredo Wagner	7	Gaspar	278	Penha.....	523
Alto Bela Vista.....	9	Governador Celso Ramos	281	Peritiba.....	541
Anchieta	10	Grão Pará	282	Petrolândia	542
Anita Garibaldi	23	Guaramirim	283	Pinheiro Preto	543
Antônio Carlos	24	Guarujá do Sul	288	Planalto Alegre.....	545
Arabutã	25	Herval d'Oeste	289	Ponte Serrada	546
Arroio Trinta.....	28	Ibiam	291	Porto Belo.....	553
Ascurra.....	30	Ibicaré.....	293	Porto União.....	554
Atalanta.....	64	Ilhota	294	Pouso Redondo	563
Balneário Gaivota	65	Imarui	317	Presidente Castello Branco	564
Balneário Piçarras.....	66	Imbituba	319	Presidente Nereu.....	569
Balneário Rincão	67	Indaial.....	324	Princesa	572
Barra Bonita.....	78	Ipuacú.....	329	Rio dos Cedros.....	616
Barra Velha.....	81	Ipumirim	332	Rio do Sul.....	611
Bela Vista do Toldo.....	82	Iratí.....	336	Rio Fortuna.....	619
Benedito Novo	86	Irineópolis	337	Romelândia.....	620
Biguaçu	94	Itá	339	Salto Veloso	622
Bom Jardim da Serra	103	Itapiranga.....	340	Santa Cecília	624
Bom Jesus do Oeste	104	Itapoá	341	Santa Rosa do Sul	635
Bom Retiro	105	Ituporanga	409	São Bento do Sul.....	636
Botuvera.....	110	Jacinto Machado	420	São Domingos.....	651
Braço do Trombudo	111	Jaraguá do Sul	422	São João Batista.....	655
Brunópolis	146	Joaçaba	428	São João do Oeste	658
Brusque.....	147	José Boiteux	433	São João do Sul	659
Caçador	151	Laguna	434	São Joaquim	660
Camboriú.....	160	Lauro Muller	435	São José.....	666
Campo Alegre	164	Lindóia do Sul	436	São José do Cedro.....	669
Campo Erê.....	196	Luzerna	437	São Lourenço do Oeste.....	670
Campos Novos.....	197	Macieira.....	438	São Miguel do Oeste.....	675
Canoinhas.....	199	Mafra	444	São Pedro de Alcântara.....	680
Capinzal	204	Maracajá	445	Schroeder	682
Catanduvas.....	213	Maravilha.....	447	Seara	684
Caxambu do Sul.....	214	Modelo	448	Serra Alta	700
Celso Ramos	215	Mondaí.....	450	Sul Brasil	721
Chapecó	216	Monte Carlo	452	Tigrinhos	722
Cocal do Sul.....	224	Morro da Fumaça	453	Tijucas	723
Concórdia	227	Morro Grande.....	454	Timbó	726
Cordilheira Alta	228	Navegantes	455	Três Barras	727
Coronel Martins.....	229	Nova Trento	458	Trombudo Central.....	729
Corupá	231	Novo Horizonte	466	União do Oeste	730
Curitibanos	232	Orleans	469	Urussanga	745
Ermo	238	Ouro	470	Videira.....	746
Eral Velho	242	Ouro Verde	471	Xanxerê.....	747
Forquilha	248	Palhoça	472	Xavantina	748
Fraiburgo.....	253	Palma Sola.....	474	Xaxim	749

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2173

Sexta-feira - 20 de Janeiro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Consórcios

AGIR	750	CIGA	760	CIGAMERIOS	767
ARIS	751	CIMCATARINA	762	CIASS	768
CIDEMA	752	CIS/AMMVI	763		

Editais de Notificação

Aurora	843
Bom Jardim da Serra	851
Botuverá	857
Chapecó	874
Governador Celso Ramos	881
Herval d'Oeste	918
Jacinto Machado	928
Lajeado Grande	957
Leoberto Leal	958
Monte Carlo	967
Nova Trento	969
Pinheiro Preto	985
Planalto Alegre	1013
Porto Belo	1024
Salto Veloso	1062
São Cristóvão do Sul	1078
São João do Sul	1083
São Lourenço do Oeste	1088
São Pedro de Alcântara	1090
Seara	1104
Serra Alta	1135
Sul Brasil	1143
Timbé do Sul	1155
Treze Tílias	1163
Vargem Bonita	1177
Vidal Ramos	1184
Vitor Meireles	1189

Abdon Batista

PREFEITURA

12/2017

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 13/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 12/2017

Objeto: FORNECIMENTO DE SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO PARA O CENTRO MUNICIPAL DE ENSINO-CEME, CONFORME DESCRIÇÕES DO ANEXO D, DESTE EDITAL.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 03 de fevereiro de 2017 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 16 de janeiro de 2017

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

077/2017

PORTARIA Nº 77/2017 – DE 19 DE JANEIRO DE 2017

“Autoriza servidores efetivos a dirigirem veículo oficial do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS para o desempenho de atividades públicas do Município”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere, e na forma do disposto no inciso VIII do art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam autorizadas a dirigirem o veículo oficial modelo Classic, marca Chevrolet, Placa MLU8856, pertencente ao Centro de Referência da Assistência Social - CRAS quando as atividades institucionais assim o exigirem para seu eficiente desempenho, as seguintes servidoras efetivas do quadro de pessoal do Município de Água Doce(SC):

CLEDI VIEZOREK ALTENBURGER – servidora pública municipal efetiva no cargo de psicóloga, matrícula nº 12310; e

BERENICE CENCEIÇÃO DOS SANTOS ZANCHETTA – servidora pública municipal efetiva no cargo de agente operacional de manutenção e limpeza, matrícula nº 107.

Art. 2º. A validade da presente autorização fica condicionada a Carteira Nacional de Habilitação - CNH, compatível com a categoria do veículo descrito no art. 1º.

Art. 3º. Fica expressamente proibido:

I - ceder a direção do veículo a terceiros;

II - utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a autorização;

III - conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 4º. Fica a cargo das condutoras quando da utilização do referido veículo, realizar a verificação das condições do mesmo, bem como dos equipamentos obrigatórios para trafegar, sendo de suas responsabilidades qualquer ônus decorrente de ato culposo ou doloso que venham a cometer na sua condução.

Art. 5º. As normas do Código de Trânsito Brasileiro devem ser rigorosamente observadas, ficando às espessas das referidas condutoras o pagamento de multas que por ventura advirem do seu descumprimento.

Art. 6º. As condutoras quando da utilização do veículo deverão:

I - preencher corretamente o diário de bordo;

II - exibir a presente autorização, sempre que solicitada por quem de direito;

III - findo o deslocamento, guardar o veículo oficial junto ao órgão detentor.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce(SC), 19 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal

Diretora do Dpto Recursos Humanos

078/2017

PORTARIA Nº 078/2017 – DE 19 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE CHEFIA DE SETOR A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com Lei Complementar 058/99, Art. 118.

RESOLVE:

Art. 1º. Concede chefia de seção a servidora LORETE LOURDES PANTANO GHISLENI, inscrita no CPF sob o nº 710.426.109-59, funcionária efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, a partir 02/01/2017, para ser a responsável pela Equipe de Técnicas em Enfermagem do ESF Irmã Thereza Uber.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02/01/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 19 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal

Diretora do Dpto Recursos Humanos

079/2017

PORTARIA Nº 079/2017 – DE 19 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA PARA O CARGO DE ADMINISTRADOR ESCOLAR A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Dar provimento em caráter efetivo para MARIA ISABEL SCHULLER, brasileira, inscrita sob CPF o nº 077.770.349-10, a partir de 17/01/2017 para exercer o cargo de Administrador Escolar, conforme Edital de concurso público nº. 015/2014, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após três anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº 015/99 de 28/12/1999.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17/01/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 19 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal

Diretora do Dpto Recursos Humanos

080/2017

PORTARIA Nº 080/2017 – DE 19 DE JANEIRO DE 2017

“RETIFICA PORTARIA 049/2017 E NOMEIA PARA O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA RURAL O SERVIDOR QUE MENCIONA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Nomear para o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Infraestrutura Rural, o servidor RUBEN ANTONIO VARASCHIN, inscrito no CPF sob o nº 220.691.279-15, a partir 02/01/2017.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02/01/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Água Doce, 19 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal

Diretora do Dpto Recursos Humanos

081/2017

PORTARIA Nº 81/2017 – DE 19 DE JANEIRO DE 2017

“CEDE PARA USO DA SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL O VEÍCULO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Art. 1º. Determina que o veículo Citroen/Jumper Classyvan Placa QID 7742, usado na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte ficará à disposição da Secretaria de Saúde e Promoção Social entre os dias 19 a 24 de janeiro de 2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento da Secretaria de Saúde e Promoção Social.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam – se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 19 de janeiro de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

Alfredo Wagner

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4151/2017

DECRETO Nº. 4151/2017

NOMEIA MEMBROS TITULARES DA COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO DO MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

ART. 1º - Nomear Francieli Bardt para operar o Processo Licitatório na qualidade de Pregoeira, Vanderlei José Jorge, Cleusa Elena Schaffer Kretzer, Juliana Hasckel, Ilson Neri dos Santos, Izabel Cristina Andersen Kretzer e Sandra Regina Mariotti para compor a Equipe de Apoio, com as atribuições e competência definidas pela Lei nº. 10.520/02, para cumprirem mandato até 31 de dezembro de 2017.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 03 de janeiro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ - Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4152/2017

DECRETO Nº. 4152/2017

NOMEIA MEMBROS TITULARES DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, Artigo 93, Seção II da Lei Orgânica Municipal e Artigo 112, Seção III da Constituição Estadual de 05 de outubro de 1.989,

DECRETA:

ART. 1º - Nomear de acordo com o que estabelece o Item XVI, Artigo 6º, Seção II da Lei Federal das Licitações nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 com as alterações subsequentes, os servidores: Juliana Hasckel, portadora da CI nº. 393.782-3, Vanderlei José Jorge, portador da CI nº. 1.422.147, Sandra Regina Mariotti, portadora da CI nº. 1.433.438, Francieli Bardt, portadora da CI nº. 4.069.075-0, Ilson Neri dos Santos, portador da CI nº 8/R 1.623.623, Izabel Cristina Andersen Kretzer, portadora da CI nº 1.433.432 e Cleusa Elena Schäffer, portadora da CI nº 4.817.513-7 membros titulares da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, para cumprirem mandato até 31 de dezembro de 2017.

ART. 2º- O presidente e secretário da Comissão Permanente de Licitação serão escolhidos em reunião a realizar-se dentro de 5 (cinco) dias úteis e especialmente convocada para essa finalidade pelo mais idoso por este ato.

ART. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 03 de janeiro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ - Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 048/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 048/2017

FIXA O PISO SALARIAL MINIMO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE ALFREDO WAGNER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito do Município de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte,

LEI:

Art. 1º - O piso salarial dos servidores públicos do município de Alfredo Wagner equivalerá ao valor de R\$ 937,00 (Novecentos e trinta e sete reais), a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 06 de janeiro de 2017.

Naudir Antonio Schmitz - PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 922-2017

LEI Nº 922-2017

INSTITUI O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA COMO ÓRGÃO DE PUBLICAÇÃO OFICIAL

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito do Município de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos.

Parágrafo Único. O Diário Oficial dos Municípios de que trata esta Lei substitui a publicação impressa e será veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Art. 3º Os atos oficiais de efeitos externos surtirão seus efeitos

somente depois de publicados no Diário Oficial dos Municípios.

Parágrafo Único. Os atos oficiais de efeitos internos entrarão em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a implantação do Diário Oficial dos Municípios e indicará a data em que iniciará sua veiculação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 12 de janeiro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ - Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.360, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA TESOUREIRA E ESTABELECE RESPONSÁVEIS PELAS CONTAS BANCÁRIAS DOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DO MUNICÍPIO NA AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL e DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, SC, usando das atribuições conferidas pelo Artigo 99, item VIII da Lei Orgânica.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Senhora JACQUELINE MILENA DE BORBA WEIRICH e para assinar como tesoureira dos Fundos Municipais de Saúde, Assistência Social e Infância e Adolescência do Município.

Art. 2º - Fica estabelecido que todas as contas bancárias do Fundo Municipal de Saúde CNPJ 10.481.963/0001-08, do Fundo Municipal de Assistência Social CNPJ 13.645.765/0001-20, e do Fundo da Infância e Adolescência CNPJ 26.724.870/0001-05, das agências do Banco do Brasil nº 5355-4 e da Caixa Econômica Federal nºs 0627 e 3886, serão movimentadas pelas pessoas Abaixo Discriminadas:

ADEMAR AMANT – Gerente municipal de Saúde e Assistência Social
CPF nº 568.212.399-91

JACQUELINE MILENA DE BORBA WEIRICH - Tesoureira
CPF Nº 089.201.559-41

Art. 3º - Estas pessoas poderão efetuar isoladamente as seguintes transações:

- SOLICITAR SALDOS, EXTRADOS E COMPROVANTES;
- REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES;
- RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;
- ENDOSSAR CHEQUES;
- SUSTAR/CONTRAORDENAR CHEQUES;
- CANCELAR CHEQUES;
- BAIXAR CHEQUES;
- EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS;
- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;
- CONSULTAR CONTAS/ APLIC. PROGRAMAS REPASSE RECUR;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO
- EMITIR COMPROVANTES; e
- CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DÉBITO DIRETO AUTORIZADO.

Art. 4º - As operações abaixo relacionadas, deverão ser firmadas e/ou autorizadas em conjunto pelas pessoas indicadas no Art. 2º do Presente Decreto:

- EMITIR CHEQUES;
- ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO;
- AUTORIZAR COBRANÇA;
- UTILIZAR O CRÉDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES;
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO;
- AUTORIZAR DÉBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES;
- EFETUAR SAQUES – CONTA CORRENTE
- EFETUAR SAQUES - POUPANÇA;
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO;
- EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO;
- EFETUAR TRANSFERÊNCIAS PARA A MESMA TITULARIDADE;
- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO AASP;

- ENCERRAR CONSTAS DE DEPÓSITO;
- MOVIMENTAR CONTA CORRENTE POR MEIO FÍSICO OU ELETRÔNICO.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista (SC), em 19 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 012, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal, JULIANA MARIA BALDASSO, matrículas 769 ocupante do cargo em caráter temporário de PROFESSOR BASE DIVERSIFICADA, no período de dez (10) dias, a contar de 10 de Janeiro de 2017, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Amir Omairi CRMS-SC 7.018.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 13 a 22 de janeiro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 13 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável Pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N 003/2017 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 003/2017

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Global, para aquisição de peças e prestação de serviços de mão de obra, para manutenção e conservação do veículo ônibus placa ADF3706, do Setor da Educação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 09:00 horas do dia 02/02/2017. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 19 de Janeiro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RGF 2º SEMESTRE 2016**

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	471.755,12	0,00
Pessoal Ativo	471.755,12	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	471.755,12	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.118.943,13	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	471.755,12	2,76
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.027.136,59	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	975.779,76	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	924.422,93	5,40

FONTE:

ANCHIETA, 19/01/2017

VALDEREZ IZOTTON
PRESIDENTE

IVO SCHAEFFER
VICE - PRESIDENTE

ODACIR PREVEDELLO
1º SECRETÁRIO

PAULO FUSIEGER
2º SECRETÁRIO

EDEMAR LUIZ GRIEBLER
CRC SC-036.207/O-8

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	17.097,00	38.951,21	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	17.097,00	39.286,06	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	334,85	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-17.097,00	-38.951,21	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]			
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	0,00	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	5.379,65	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17.097,00	13.273,82	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

ANCHIETA, 19/01/2017

VALDEREZ IZOTTON
PRESIDENTE

IVO SCHAEFFER
VICE - PRESIDENTE

ODACIR PREVEDELLO
1º SECRETÁRIO

PAULO FUSIEGER
2º SECRETÁRIO

EDEMAR LUIZ GRIEBLER
CRC SC-036.207/O-8

FONTE:

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	0,00	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

ANCHIETA, 19/01/2017

 VALDEREZ IZOTTON
 PRESIDENTE

 IVO SCHAEFFER
 VICE - PRESIDENTE

 ODACIR PREVEDELLO
 1º SECRETÁRIO

 PAULO FUSIEGER
 2º SECRETÁRIO

 EDEMAR LUIZ GRIEBLER
 CRC SC-036.207/O-8

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	—
OPERAÇÕES VEDADAS DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	0,00	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	0,00	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

ANCHIETA, 19/01/2017

VALDEREZ IZOTTON
PRESIDENTE

IVO SCHAEFFER
VICE - PRESIDENTE

ODACIR PREVEDELLO
1º SECRETÁRIO

PAULO FUSIEGER
2º SECRETÁRIO

EDEMAR LUIZ GRIEBLER
CRC SC-036.207/O-8

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	17.118.943,13	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	471.755,12	2,76
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.027.136,59	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	975.779,76	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.766.167,49	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.739.030,90	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.198.326,02	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:

ANCHIETA, 19/01/2017

 VALDEREZ IZOTTON
 PRESIDENTE

 IVO SCHAEFFER
 VICE - PRESIDENTE

 ODACIR PREVEDELLO
 1º SECRETÁRIO

 PAULO FUSIEGER
 2º SECRETÁRIO

 EDEMAR LUIZ GRIEBLER
 CRC SC-036.207/O-8

RGF 3º QUADRIMESTRE 2016

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	471.755,12	0,00
Pessoal Ativo	471.755,12	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	471.755,12	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.118.943,13	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	471.755,12	2,76
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.027.136,59	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	975.779,76	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	924.422,93	5,40

FONTE:

ANCHIETA, 19/01/2017

VALDEREZ IZOTTON
PRESIDENTE

IVO SCHAEFFER
VICE - PRESIDENTE

ODACIR PREVEDELLO
1º SECRETÁRIO

PAULO FUSIEGER
2º SECRETÁRIO

EDEMAR LUIZ GRIEBLER
CRC SC-036.207/O-8

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	17.097,00	75.424,11	89.664,83	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	17.097,00	75.656,72	89.981,33	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	232,61	316,50	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-17.097,00	-75.424,11	-89.664,83	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]				
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]				0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	2.456,25	7.193,70	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17.097,00	17.173,57	10.184,34	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

ANCHIETA, 19/01/2017

VALDEREZ IZOTTON
PRESIDENTE

IVO SCHAEFFER
VICE - PRESIDENTE

ODACIR PREVEDELLO
1º SECRETÁRIO

PAULO FUSIEGER
2º SECRETÁRIO

EDEMAR LUIZ GRIEBLER
CRC SC-036.207/O-8

FONTE:

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

ANCHIETA, 19/01/2017

 VALDEREZ IZOTTON
 PRESIDENTE

 IVO SCHAEFFER
 VICE - PRESIDENTE

 ODACIR PREVEDELLO
 1º SECRETÁRIO

 PAULO FUSIEGER
 2º SECRETÁRIO

 EDEMAR LUIZ GRIEBLER
 CRC SC-036.207/O-8

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	—
OPERAÇÕES VEDADAS DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	0,00	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	0,00	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

ANCHIETA, 19/01/2017

VALDEREZ IZOTTON
PRESIDENTE

IVO SCHAEFFER
VICE - PRESIDENTE

ODACIR PREVEDELLO
1º SECRETÁRIO

PAULO FUSIEGER
2º SECRETÁRIO

EDEMAR LUIZ GRIEBLER
CRC SC-036.207/O-8

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	17.118.943,13	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	471.755,12	2,76
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.027.136,59	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	975.779,76	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.766.167,49	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.739.030,90	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.198.326,02	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:

ANCHIETA, 19/01/2017

 VALDEREZ IZOTTON
 PRESIDENTE

 IVO SCHAEFFER
 VICE - PRESIDENTE

 ODACIR PREVEDELLO
 1º SECRETÁRIO

 PAULO FUSIEGER
 2º SECRETÁRIO

 EDEMAR LUIZ GRIEBLER
 CRC SC-036.207/O-8

Anita Garibaldi

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2017

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de gêneros alimentícios destinados a rede municipal de ensino e unidades administrativas do Município de Anita Garibaldi.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 09h15 do dia 02/02/2017.

Abertura: às 09h30 do dia 02/02/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.anitagaribaldi.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Praça Paulino Granzotto, 20, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3543-0191.

Anita Garibaldi, SC, 19 de janeiro de 2017.

JOÃO CIDINEI DA SILVA

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2017

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de consultoria técnica especializada, no âmbito da administração pública municipal, compreendendo as áreas contábil, financeira, gestão e de licitações.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 09h15 do dia 09/02/2017.

Abertura: dia 09/02/2017, às 09h30.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.anitagaribaldi.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações complementares poderão ser obtidas no Dpto. de Compras deste Município, situado na Praça Paulino Granzotto, 20, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49)3543-0191.

Anita Garibaldi, SC, 19 de janeiro de 2017.

João Cidinei da Silva

Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 005/2017; Modalidade: Pregão Presencial nº 005/2017; Tipo: Menor Preço Por Lote; Objeto: A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de reforma dos equipamentos da academia ao ar livre localizada na Praça Anchieta, Centro, no Município de Antônio Carlos S/C. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 01 de fevereiro de 2017 as 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8620 ou (48) 3272-8618, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 19 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 008/2017

DECRETO Nº 008/17 de 19 de Janeiro de 2017

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001516/16 de 13 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 872.007,95 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.1.002-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 872.007,95

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Convênio 872.007,95

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 19 de Janeiro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

PORTARIA N 044/2017

PORTARIA Nº 044/2017

Concede Férias a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias a servidora ODETE KOCH LEITE, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM,

a partir de 01 de fevereiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 02/04/2015 a 01/04/2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 19 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 20 de janeiro de 2017.

PORTARIA N 045/2017

PORTARIA Nº 045/2017

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias a servidora LUCIMERE GUESSER JUNKES, ocupante do cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, a partir de 01 de fevereiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 16/09/2015 a 15/09/2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 19 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 20 de janeiro de 2017.

PORTARIA N 046/2017

PORTARIA Nº 046/2017

Concede Férias a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias a servidora ANICI JOSIANI WIESE DA SILVEIRA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, a partir de 06 de fevereiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 02/04/2011 a 01/04/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 19 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 20 de janeiro de 2017.

Arabutã

PREFEITURA

DECRETO 2014/2017

Decreto nº 2.014, de 18 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o disposto nas Leis Municipais nº. 94/1996 e 98/1996 e a Lei Estadual nº. 8.474/1991.

Considerando a necessidade de se estabelecer os dias que serão considerados pontos facultativos nas repartições públicas municipais,

Considerando a necessidade de instituir um calendário único, do qual constem os feriados nacionais, municipais e pontos facultativos, procurando, com isso dar melhores condições de organização aos setores públicos, bem como criar as condições para que a própria população venha tomar conhecimento com antecedência dos horários de funcionamento dos órgãos municipais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de Arabutã, o calendário de Feriados e Pontos Facultativos para o ano de 2017, conforme anexo único.

§ 1º. Ficam os Secretários, Diretores e Gerentes autorizados a convocar seus servidores para expediente normal por necessidade de serviço, nos dias declarados como ponto facultativo, dispensando da respectiva compensação os servidores que vierem cumprir horário neste período.

§ 2º. O disposto no art. 1º deste Decreto não se aplica nas Unidades Escolares, os quais são definidos de acordo com o calendário próprio, aprovado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º. O calendário anexo, peça integrante deste Decreto, poderá sofrer alterações, caso ocorram novas definições relacionadas a feriados e/ou em caso de assim exigir o interesse público.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã (SC), em 18 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registra-se e Publica-se.

Glauca Pottratz - Responsável pelas publicações

ANEXO ÚNICO

CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS

Data	Dia da semana	Evento	Natureza
06/02/2017	Segunda-feira	Kerb Fest	Ponto Facultativo
08/02/2017	Quarta -feira	Kerb Fest	Ponto Facultativo no período matutino
31/03/2016	Sexta-feira	Dia do Município	Feriado Municipal
14/04/2016	Sexta-feira	Paixão de Cristo	Feriado Nacional
21/04/2016	Sexta-feira	Tiradentes	Feriado Nacional
15/06/2017	Quinta-feira	Corpus Christi	Feriado Nacional
16/06/2017	Sexta-feira	Corpus Christi	Ponto Facultativo
25/07/2017	Terça-feira	Dia do Colono e do Motorista	Feriado Municipal
07/09/2017	Quinta-feira	Sete de Setembro	Feriado Nacional
08/09/2017	Sexta-feira	Sete de Setembro	Ponto Facultativo
12/10/2017	Quinta-feira	N. Senhora Aparecida	Feriado Nacional
31/10/2017	Terça-feira	Dia da Reforma	Feriado Municipal
02/11/2017	Quinta-feira	Finados	Feriado Nacional

15/11/2017	Quarta-feira	Proclamação da República	Feriado Nacional
25/12/2017	Segunda-feira	Natal	Feriado Nacional

PORTARIA 111/2017

PORTARIA Nº.111/2017

PRORROGA LICENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a licença maternidade da servidora GABRIELA LUISA SCHRAMMEL HOLLERWERGER, inscrita no CPF/MF sob o nº. 063.426.439-70, ocupante do cargo de Provimento Temporário de Professora, por mais 60(sessenta) dias consecutivos, a contar do dia 19 de janeiro 2017, conforme art.105 da Lei Complementar nº159/2014.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 19 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

PORTARIA 112/2017

PORTARIA Nº. 112/2017

NOMEAR SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando, o resultado do Concurso Público nº. 001/2016, homologado pelo Decreto nº. 1989, de 26 de dezembro de 2016;

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a partir de 20 de janeiro de 2017, por Concurso Público o Senhor MAURICIO ZARDO, inscrito no CPF sob nº. 027.510.499-07, para o cargo de Farmacêutico, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo os vencimentos conforme Lei Complementar nº.158, de 29 de dezembro de 2014, Anexo I, nível 160, referência "IN".

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 20 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 65/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 65/2016

Segundo termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, CREICI LUCIANI PETRY OTFINÓSKI, celebrado em 15 de agosto de 2016.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. LEANI KAPP SCHMITT, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF sob o nº. 492.348.549-34, residente e domiciliada em Linha Unidos, neste

Município, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO e de outra parte a Senhora CREICI LUCIANI PETRY OTFINOSKI, inscrita no CPF/MF sob o nº. 047.596.429-27, doravante denominado CONTRATADO têm justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Na Cláusula Segunda: Da Vigência, fica recendido o contrato juntamente com o termo aditivo na data de 19 de janeiro de 2017 conforme requerimento da contratante.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 19 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

Leani Kapp Schmitt – Prefeita

CONTRATADA

Creici Luciani Petry Otfinoski

Testemunhas:

Joana Carine Goldmeyer
CPF/MF nº. 039.438.729-55

Dulci Driemeier
CPF/MF nº. 009.112.609-60

Arroio Trinta

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 0003/2016 - CONTRATO Nº 0004/2014 - CONTROLLER TEC. E SIST. DE INF. LTDA - ME

TERMO ADITIVO Nº 0003/2016 AO CONTRATO Nº 0004/2014, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONCERNENTES LOCAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR.

Pelo presente TERMO ADITIVO, o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor ALCIDIR FELCHILCHER, e a empresa CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA - ME, pessoa jurídica de Direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 04.072.953/0001-16, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por KARLA JANZ (já qualificado no contrato inicial 0004/2014 e Termo Aditivo 0001/2014 e 002/2015) e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo a Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – A CLAUSULA SEGUNDA DO CONTRATO 0004/2014, passa a vigor com a seguinte forma:

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O prazo de vigência do presente Termo passa a ser de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01/01/2017 e com término em 31/12/17, sendo certo que poderá ser renovado por períodos sucessivos de 12(doze) meses até o limite máximo de 36(trinta e seis) meses, conforme disposto no inciso IV, do Art. 57, da Lei nº 8.666/93, mediante termo Aditivo assinado pelas partes.

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato original, permanecem inalteradas.

E por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo em 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 05 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CONTRATANTE

ALCIDIR FELCHILCHER

CPF nº 518.040.009-06

CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA – ME

CNPJ nº 04.072.953/0001-16

KARLA JANZ

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

CPF SOB Nº 000.077.349-21

RONIVAN BRANDALISE

CPF SOB Nº 027.783.989-02

AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta- SC, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de

Arroio Trinta – SC, autorizo, através do presente, em conformidade com a Lei 8.666/93, a celebração de Termo Aditivo para aditar o prazo até 31/12/2017, com a empresa CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA - ME.

CABE DESTACAR, QUE A DEFINIÇÃO DA ADITIVAÇÃO DO PRAZO DE 12 MESES OCORREU EM REUNIÃO REALIZADA COM A EQUIPE DE TRANSIÇÃO DO ATUAL E DO PRÓXIMO GOVERNO.

Arroio Trinta – SC, 05 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 0003/2016 AO CONTRATO Nº 0004/2015, OBJETO: LOCAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR CONTRATADA: CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA - ME, ADITIVAÇÃO DO VALOR E PRAZO ATÉ 31/12/17

TERMO CESSÃO DE USO - ASSOCIAÇÃO DAS LINHAS SAGRADA FAMÍLIA E SANGALETTI

TERMO DE CESSÃO DE USO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A ASSOCIAÇÃO DAS LINHAS SAGRADA FAMÍLIA E SANGALETTI

Por este instrumento público, de um lado O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua XV de Novembro nº 26, em Arroio Trinta-SC, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor CLAUDIO SPRICIGO, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo s/n, Centro de Arroio Trinta – SC, e de outro lado A ASSOCIAÇÃO DAS LINHAS SAGRADA FAMÍLIA E SANGALETTI, com sede na Estrada Sagrada Família s/n, Interior, neste Município de Arroio Trinta, inscrita no CNPJ sob o nº 21.415.488/0001-98, neste ato representado pelo seu Presidente, ORLANDO BALDO, residente e domiciliado na Estrada Sagrada Família s/n, Interior, neste Município de Arroio Trinta, inscrito no CPF sob o nº 386.735.509-63 e CI 785.528.1, doravante denominado CESSIONÁRIA, têm justo e acertado o presente termo, de acordo com a Lei Municipal nº 1.787, de 12 de janeiro de 2017 e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FINALIDADE:

É objeto do presente contrato o uso, por parte da CESSIONÁRIA, do seguinte maquinário: UMA ENSILADEIRA, COLHEDORA DE FORRAGEM PARA SILAGEM DE MILHO, COM BICA SEMI HIDRÁULICA, COM REGULAGEM DE CORTE, COM DOZE FACAS E COM RODAS DE APOIO

Parágrafo único: A utilização do bem cedido destina-se, exclusivamente, a serviços voltados ao formato das atividades agrícolas e pecuárias nas propriedades dos associados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR:

A presente cessão será a título gratuito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

A presente cessão vigorará pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da assinatura do termo de cessão de uso, podendo ser prorrogada por iguais períodos.

§ 1º - Caso o maquinário não seja utilizado para o fim estabelecido

na presente Lei, a cessão fica automaticamente revogada.

§ 2º - Finda ou revogada a cessão, o maquinário deverá ser devolvido ao CEDENTE, no mesmo estado de conservação em que foi recebido pela CONCESSIONÁRIA, ressalvado o desgaste natural de uso, não tendo ela direito a qualquer indenização.

§ 3º - No caso de dissolução da Associação, deverá o maquinário ser imediatamente devolvido ao Cedente.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

O Município se obriga a respeitar a posse da CESSIONÁRIA nos termos do contrato ora firmado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

a) A CESSIONÁRIA deverá utilizar o maquinário para a finalidade prevista neste termo;

b) A ensiladeira deverá ser operado por pessoa capacitada tecnicamente, contratada pela CESSIONÁRIA, ficando a seu encargo todas as despesas funcionais decorrentes, inclusive previdenciárias;

c) a CESSIONÁRIA será responsável por toda a manutenção do equipamento agrícola, no que se refere a óleo combustível, consertos, adaptações e substituições de peças danificadas;

d) a CESSIONÁRIA não poderá, salvo com autorização escrita do CEDENTE, mudar a destinação do maquinário, sublocar, ceder total ou parcialmente a terceiro;

e) a CESSIONÁRIA é responsável por qualquer dano causado ao maquinário, cabível de indenização ao CEDENTE, decorrente da inobservância das técnicas recomendadas quanto ao seu uso e manuseio;

f) a CESSIONÁRIA ficará obrigada a providenciar e manter atualizado o Manual de Instruções da Máquina, podendo o mesmo ser vistoriado pelo CEDENTE periodicamente;

g) Apresentar relatório, junto à Secretaria Municipal de Agricultura Meio Ambiente, SEMESTRALMENTE, a contar da assinatura deste, constando as horas trabalhadas, o público alvo atendido e os serviços realizados.

h) a CESSIONÁRIA ficará responsável pelas perdas e danos causados a terceiros e ao patrimônio do concedente, na área de sua responsabilidade.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira para nele serem dirimidas quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato, quando não puderem ser resolvidas administrativamente.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma.

UMA ENSILADEIRA

Arroio Trinta - SC, 11 de janeiro de 2017.

. MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CEDENTE

CLAUDIO SPRICIGO

CPF nº 518.040.009-06

ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES DE SAGRADA FAMÍLIA E SANGALETTI

CNPJ 21.415.488/0001-98

CESSIONÁRIA

ORLANDO BALDO

TESTEMUNHAS:

TARCÍSIO LIDANI

CPF Nº 613.139.809-78

RONIVAN BRANDALISE

CPF Nº 027.783.989-02

TERMO DE CESSÃO DE USO

ASSOCIAÇÃO DAS LINHAS SAGRADA FAMÍLIA E SANGALETTI

DIA 12 DE JANEIRO DE 2017

Ascurra**PREFEITURA****ATA ABERTURA PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 1/2017 FMS**ATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO Nº 000001/2017

Às 9 horas do dia 19/01/2017 na Sala de Licitações da Comissão Permanente de Licitação, reuniu-se o Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de ASCURRA, Sr. THADEU BADALOTTI, e os membros da equipe de apoio:

Equipe de Apoio
SOLANGE MARIA LOURENÇO
ANTONIO JAIME VENDRAMI ANDREANI JUNIOR
ELAINE GRACIELA DALCEGIO COELHO

designados no Decreto nº 5668/17, com a finalidade de proceder a abertura dos envelopes da licitação acima referida. Inicialmente, em conformidade com as disposições contidas no Edital, o Pregoeiro abriu a sessão pública, efetuando o credenciamento, recebimento dos envelopes, que teve como participante(s) a(s) empresa(s) MAURO MARCIANO COMERCIO DE, ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA, CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP, EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI – EPP. As demais empresas não tiveram representantes presentes na sessão.

Em seguida, o Pregoeiro deu início com a abertura do envelope da proposta de preço. Foram ofertadas as seguintes propostas:

Item: 00001 ACICLOVIR 200MG

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,3120
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,3436
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,3490
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,3800
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,3900
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,3990
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,4800

Item: 00002 ACICLOVIR CREME 50MG/G

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	2,7200
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,7774
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	2,8600
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	2,8700
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	2,8700
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	2,9770
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	3,0800

Item: 00003 ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0165
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0180
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0190
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0190
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,0210
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0230

Item: 00004 ACIDO FOLICO 5MG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0400

EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,0455
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0480
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0480
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0480
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0536

Item: 00005 ÁGUA PARA INJEÇÃO 10ML

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,1620
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1649
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,1680
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1700
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1800
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,1820

Item: 00006 ALBENDAZOL 400MG

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,4550
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,4550
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,5361

Item: 00007 ALBENDAZOL 40MG/ML - SUSPENSÃO ORAL

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,1570
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	1,1700
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	1,1800
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	1,1800
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,2614
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,3300

Item: 00008 ALENDRONATO DE SODIO 70MG

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2590
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2700
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,2840
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,3640
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,3900

Item: 00009 ALOPURINOL 100 MG

Fornecedor	Proposta
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0460
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0470
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0495
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0500
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0520
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0520
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0590

Item: 00010 ALOPURINOL 300 MG

Fornecedor	Proposta
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,1200
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,1220
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1396
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1400
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1400
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1400

Item: 00011 ALPRAZOLAM 2MG

Fornecedor	Proposta
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,1550
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,2000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2117
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,2200
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2480

Item: 00012 ALPRAZOLAM 1MG

Fornecedor	Proposta
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,0980
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,1200
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1290
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,1390
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,1450
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1460
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1471
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1520

Item: 00013 AMINOFILINA 100MG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0550
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0555
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0560
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0580
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0580

Item: 00014 AMINOFILINA 24MG/ML 10ML - FRASCO/AMPOLA

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,9350
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,9622

Item: 00015 AMOXICILINA 500MG

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1480
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1550
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	0,1650
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1690
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1850
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,1850
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,1900
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2304

Item: 00016 AMOXICILINA 50MG/ML - PÓ PARA SUSP. ORAL

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	2,9800
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	3,5700
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	3,8240
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	4,1965

Item: 00017 AMPICILINA 500MG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1900
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2104

Item: 00018 AMPICILINA - PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL - 50MG/ML.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,8138
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	2,9400

Item: 00019 ATENOLOL 50MG

Fornecedor	Proposta
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0340
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0350
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0350
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0380
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0385
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0390
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0395

Item: 00020 AZITROMICINA 500MG

Fornecedor	Proposta
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,4400
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,5500
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,5850
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,6200
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,6387
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,6700

Item: 00021 AZITROMICINA SUSP ORAL 40MG/ML

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	2,6900
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3,0400

Item: 00022 BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI - FRASCO/AMPOLA

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	3,0000
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	3,1720
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	3,3000
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	3,3000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3,3677
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	4,0000

Item: 00023 BENZOILMETRONIDAZOL SUSPENSÃO ORAL 40 MG/ML

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,1993

Item: 00024 BESILATO DE ANLODIPINO 5MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0200
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0210
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0220
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0230
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0230
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0250

Item: 00025 BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75MG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,3600
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	0,4210
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,4800
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,4800
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,5773

Item: 00026 BROMAZEPAN 3MG

Fornecedor	Proposta
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,0450

CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0460
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0480
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0520
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0550
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0600

Item: 00027 BROMETO DE IPRATROPIO 0,25MG/ML (EQUIVALENTE A 0,202MG/ML DE IPRATROPIO) - SOLUÇÃO INALANTE

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,6873
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,6880
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,7100

Item: 00028 BROMIDRATO DE FENOTEROL 5MG/ML - SOLUÇÃO INALANTE

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,4400
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	2,4400

Item: 00029 BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,4290
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,4900
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,5000
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,5180
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,5200

Item: 00030 BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 20MG/ML (FRASCO AMPOLA).

Fornecedor	Proposta
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,9100
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,9622
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,1000
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	1,1180

Item: 00031 BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG/ML - SOLUÇÃO ORAL

Fornecedor	Proposta
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	7,8000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	8,2474
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	13,2200

Item: 00032 BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SODICA, SOLUCAO INJETAVEL, 4MG/ML + 500MG/ML (FRASCO AMPOLA).

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,3900
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,5808
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,7500
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,9370

Item: 00033 CAFÉÍNA 30MG + CARISOPRODOL 125MG + DICLOFENACO SÓDICO 50MG + PARACETAMOL 300MG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1340
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1490
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1649
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1780
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1900
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,1950

Item: 00034 CAPTOPRIL 25MG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0150

DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0160
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0180
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0220
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0220

Item: 00035 CARBAMAZEPINA 200MG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0650
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0670
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0670
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0701
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0740
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0840
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0910
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,1040

Item: 00036 CARBAMAZEPINA 400 MG.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,3918

Item: 00037 CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SOLUÇÃO ORAL

Fornecedor	Proposta
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	5,9800
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	6,5000
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	6,5900
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	6,5979
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	7,8800

Item: 00038 CARBONATO DE CALCIO + COLECALCIFEROL 500MG + 200UI

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0870
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0970
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,1170
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1320
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,1350
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1800

Item: 00039 CARBONATO DE CALCIO 500MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0400
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,0450
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	0,0480
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0500
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0520
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0540
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0600

Item: 00040 CARBONATO DE LITIO 300MG

Fornecedor	Proposta
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,1820
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1980
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2062

Item: 00041 CARVEDILOL 3,125MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1000
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,1040
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1950

MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2400
---	--------

Item: 00042 CARVEDILOL 6,25MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1230
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,1260
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1990
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2890

Item: 00043 CARVEDILOL 12,5MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1250
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,1590
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2050
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,3450

Item: 00044 CARVEDILOL 25MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1900
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2080
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,2300
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,5400

Item: 00045 CEFALOXINA 500MG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,4300
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,4600
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	0,4930
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,5500
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,5900
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,6100
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,6200
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,7500

Item: 00046 CEFALOXINA 50GM/ML - PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL

Fornecedor	Proposta
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	5,4000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	5,6000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	5,8500
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	5,9800
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	6,2400
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	6,3000
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	6,4000
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	6,6500

Item: 00047 CETOCONAZOL CREME 20MG 30GR

Fornecedor	Proposta
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	1,3000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,4433
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,6600
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	1,6800
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,7100

Item: 00048 CILOSTAZOL 50MG

Fornecedor	Proposta
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,3000
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,3210
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,3390

ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,3440
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,3450
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4200

Item: 00049 CILOSTAZOL 100MG

Fornecedor	Proposta
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,5500
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,5500
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,6250
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,6330
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,6880
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,8600

Item: 00050 CINARIZINA 75MG

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1360
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1440
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1600
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,1800
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1856
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1980
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,3060

Item: 00051 CITALOPRAM 20MG

Fornecedor	Proposta
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,1450
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1610
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1790
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1800
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1800

Item: 00052 CLONAZEPAM 2MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0550
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0590
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0600
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0650
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0700
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,0793
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,1100

Item: 00053 CLONAZEPAM 2,5MG/ML - SOLUÇÃO ORAL

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,4900
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	1,7843
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,8200
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	2,0000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,0619
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	2,0800

Item: 00054 CLORETO DE POTÁSSIO, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 100MG/ML.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2543

Item: 00055 CLORIDRATO DE AMBROXOL 15MG/5ML XAROPE

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	1,4200
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,5808

LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,5860
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,7500

Item: 00056 CLORIDRATO DE AMBROXOL 30MG/5ML XAROPE

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	1,3900
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,5808
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,5860
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,7900
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,8200

Item: 00057 CLORIDRATO DE AMIODARONA 200MG

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2990
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,3250
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,3360
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,3574

Item: 00058 CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25MG

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0380
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0380
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0390
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	0,0400
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0400
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0400
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0410

Item: 00059 CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2MG

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1830
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1880
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1960
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,2200
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,2300
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,2353
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2474
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,3200

Item: 00060 CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 0,50% (FRASCO AMPOLA 20ML).

Fornecedor	Proposta
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	10,4000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	33,7492

Item: 00061 CLORIDRATO DE BUPICAÍNA + EPINEFRINA, 0,5%+ 0,005MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO/AMPOLA 20ML

Fornecedor	Proposta
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	10,4000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	37,6363

Item: 00062 CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 0,3% COLIRIO

Fornecedor	Proposta
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	5,6000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	5,7900
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	7,8000
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	13,4000

Item: 00063 CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500MG

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1890
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,2170
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,2200
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,2300
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,2340
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,2400
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2404
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2470

Item: 00064 CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 25MG

Fornecedor	Proposta
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,7100
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,7210
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,8660

Item: 00065 CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 25MG

Fornecedor	Proposta
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,2405
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,2450
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2474

Item: 00066 CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100MG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,2050
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2050
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,2080
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,2090
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2337
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2500

Item: 00067 CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,0309
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	1,1180

Item: 00068 CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA SOLUCAO ORAL 40MG/ML

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	5,2500
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	5,3196
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	5,4470

Item: 00069 CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20MG

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0380
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0410
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0412
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0440
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0440
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0450
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,0800

Item: 00070 CLORIDRATO DE IMIPRAMINA 25MG

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,2800
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2890
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2950
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,3711

Item: 00071 CLORIDRATO DE LIDOCAINA GEL 2% - 30G

Fornecedor	Proposta
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	1,6500
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,7869
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,8200
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,9600

Item: 00072 CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% SOLUCAO INJETAVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	1,7600
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,0619
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	2,2400

Item: 00073 CLORIDRATO DE LIDOCAINA + EPINEFRINA - 2%+ 0,005MG/ML - SOLUCAO INJETAVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3,1615
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	8,2550

Item: 00074 CLORIDRATO DE METFORMINA 500MG

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0680
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0687
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0720
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0790
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,0850
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0970
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1080

Item: 00075 CLORIDRATO DE METFORMINA 850MG

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0580
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0590
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0600
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0700
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0707
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0750
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0750
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,0750

Item: 00076 CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10MG

Fornecedor	Proposta
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	1,0900
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	1,1830

Item: 00077 CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0893

Item: 00078 CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 05 MG/ML - SOLUCAO INJETAVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,3200

Item: 00079 CLORIDRATO DE METOCLOPRAMINA 4MG/ML SOLUCAO ORAL

Fornecedor	Proposta
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,5400
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,5498

LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,5850
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,5880

Item: 00080 CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 50MG

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,4000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4811
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,4930
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,5200
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,5580

Item: 00081 CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 75MG

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,4400
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,8880

Item: 00082 CLORIDRATO DE PAROXETINA 20MG

Fornecedor	Proposta
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,1750
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1814
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	0,1890
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2150
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2200
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,2240

Item: 00083 CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + DIMENIDRINATO 50MG/ML + 50MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	1,3700
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,4845
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,5300
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	1,5600

Item: 00084 CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + DIMENIDRINATO + GLICOSE + FRUTOSE 50MG/ML + 30MG/ML + 1000MG + 1000MG - SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	2,6200

Item: 00085 CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0825
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0910
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0940
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0970
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,1066

Item: 00086 CLORIDRATO DE PROMETAZINA, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 25MG/ML (FRASCO AMPOLA).

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,3746
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	1,4900
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,5300
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	1,5700
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	1,8330

Item: 00087 CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40MG

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0146
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0160

CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0160
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0270

Item: 00088 CLORIDRATO DE RANITIDINA 150MG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0600
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0680
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0750
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0825
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0840
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0940
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	0,0950

Item: 00089 CLORIDRATO DE RANITIDINA, SOLUCAO INJETAVEL, 25MG/ML (FRASCO AMPOLA).

Fornecedor	Proposta
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,4940
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,5150
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,5223
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,5500

Item: 00090 CLORIDRATO DE SERTRALINA 50MG

Fornecedor	Proposta
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,1300
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1350
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1390
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1450
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1540
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1650
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,1950
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,2600

Item: 00091 CLORIDRATO DE TETRACAINA + CLORIDRATO DE FENILEFRINA 1% + 0,1% - COLÍRIO

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	8,5498

Item: 00092 CLORIDRATO DE TIORIDAZINA, COMPRIMIDO, 50MG.

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,4400
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4536
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,4550

Item: 00093 CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG

Fornecedor	Proposta
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0940
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0962
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,1140
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1400
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1500

Item: 00094 CLORIDRATO DE TRAMADOL 100MG/ML - SOLUCAO INJETAVEL

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,8935
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,0600
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	1,0800

Item: 00095 CLORIDRATO OU HEMITARTARATO DE EPINEFRINA 1MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
------------	----------

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	4,4000
--	--------

Item: 00096 CLORTALIDONA 12,5MG

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0840
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0907
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,1260
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,1260

Item: 00097 CLORTALIDONA 25MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1100

Item: 00098 COLAGENASE + CLORANFENICOL 0,6U + 0,01GR - POMADA

Fornecedor	Proposta
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	6,8800
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	9,9900
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	12,2070
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	14,2500
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	14,4330
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	15,2000

Item: 00099 COLCHICINA 0,5MG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1600
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,2470
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2474
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,4850
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,8500

Item: 00100 COMPLEXO B

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0400
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0400
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0400
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0450
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,0470
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0500
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0822

Item: 00101 COMPLEXO B INJETAVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,7973
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,9510

Item: 00102 DECANOATO DE HALOPERIDOL 50MG/ML SOLUCAO INJETAVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	4,8500
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	7,8000
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	8,5800
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	8,8500
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	8,9347

Item: 00103 DESLANOSIDEO 0,2MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	1,4820
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,4845

Item: 00104 DEXAMETASONA 0,1% CREME

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,6000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,7400
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,7800
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,9339

Item: 00105 DIAZEPAM 10MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0344
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,0360
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0370
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0420
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0480
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0480

Item: 00106 DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,5700
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,6000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,6323
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,6440

Item: 00107 DICLOFENACO POTASSICO 50MG

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0490
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0500
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,0520
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0540
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0550
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0570

Item: 00108 DICLOFENACO RESINATO, SUSPENSÃO ORAL, 15MG/ML.

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	2,5400
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,5430
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	2,6390

Item: 00109 DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,4400
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,4500
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4948
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	0,5590
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,6300
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,7200

Item: 00110 DIGOXINA 0,25MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0412
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0470
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0480
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0490

Item: 00111 DINITRATO DE ISOSSORBIDA 5MG COMPRIMIDO SUBLINGUAL

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,2250

ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,2500
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,2800
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4261

Item: 00112 DIOSMINA + HISPERIDINA, COMPRIMIDO, 450MG + 50MG.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,3478
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,3500
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,3890
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,4250
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,4400
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,4780

Item: 00113 DIPIRONA SODICA 500MG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0650
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0740
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0790
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0797
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0800
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0820
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0900

Item: 00114 DIPIRONA SODICA 500MG/ML INJETAVEL (FRASCO/AMPOLA) 02ML

Fornecedor	Proposta
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,4100
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,4200
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,4200
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4399
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,4500
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,4680
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,4940

Item: 00115 DIPIRONA SÓDICA, SOLUÇÃO ORAL, 500MG/ML.

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,5900
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,6598
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,7000

Item: 00116 ESPIRAMICINA 500MG

Fornecedor	Proposta
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	3,7960

Item: 00117 ESPIRONOLACTONA 25MG

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1390
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1390
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1391

Item: 00120 ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625MG/G

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4000
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,6500

Item: 00121 FENITOINA, SOLUCAO INJETAVEL, 50MG/ML (FRASCO AMPOLA).

Fornecedor	Proposta
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	2,0000

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,0619
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	2,1320

Item: 00122 FENITOINA 100 MG

Fornecedor	Proposta
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,2000
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,2100
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,2100
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,2400
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,2490
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2500
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2680
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2749

Item: 00123 FENOBARBITAL 100MG

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0900
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0930
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0962
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0970
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,1020
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1100
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,1300
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,1400

Item: 00124 FENOBARBITAL 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	2,5800
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3,1615

Item: 00125 FITA PARA HGT

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4674
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,4900
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,5700
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,5900

Item: 00126 FLUCONAZOL 150MG

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,2240
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,2280
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,2390
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2700
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4101

Item: 00127 FLUNARIZINA 10MG

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0760
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0780
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0808
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0820
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0900

Item: 00128 FLUCINOLONA ACETONIDA + SULFATO DE POLIMIXINA B+ SULFATO DE NEOMICINA + CLORIDRATO DE LIDOCAINA 0,250MG/ML + 10.000UI/ML + 3,5MG/ML + 20MG/ML - SOLUÇÃO OTOLÓGICA.

Fornecedor	Proposta
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	2,0800
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	2,2400

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3,9400
--	--------

Item: 00129 FOSFATO DE CODEINA + PARACETAMOL 30MG + 500MG

Fornecedor	Proposta
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,2800
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,2800
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	0,2930
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,3650
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,4160
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,4400
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,4700
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,4810
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,5471

Item: 00130 FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,8247
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	3,9000

Item: 00131 FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA, SOLUÇÃO ORAL, 4,02MG/ML (EQUIVALENTE A 3MG/ML DE PREDNISOLONA).

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	3,4700
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	3,4800
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	3,5900
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3,6264
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	7,7480

Item: 00132 FUROSEMIDA 40 MG

Fornecedor	Proposta
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0260
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0280
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0350
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0350
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0370
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0370
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0382

Item: 00133 FUROSEMIDA 10MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,4100
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,4550
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4811
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,5500

Item: 00134 GLIBENCLAMIDA 5MG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0200
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0240
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0240
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0247
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0260
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0320

Item: 00135 GLICLAZIDA 30MG - COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2870
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,3380
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,3490

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,3500
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,5330

Item: 00136 GLICOSE 50% INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2474

Item: 00137 GLIMEPIRIDA 2MG

Fornecedor	Proposta
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0800
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1031

Item: 00138 GLIMEPIRIDA 2MG

Fornecedor	Proposta
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0800
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1031

Item: 00139 HALOPERIDOL 5MG

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1080
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1260
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,1300
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1300
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1440

Item: 00140 HALOPERIDOL 5MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,8900
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,2371

Item: 00141 HIDROCLOROTIAZIDA 25MG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0140
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0140
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0155
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0160
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0192
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0230
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0230
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,0234

Item: 00142 HIDROXIDO DE ALUMINIO 60MG/ML SUSPENSÃO ORAL

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,8800
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	1,9000
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,9800
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,0000

Item: 00143 IBUPROFENO 600MG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0690
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0756
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0790
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0820

Item: 00144 IBUPROFENO 50MG/ML SOLUCAO ORAL

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	1,0000
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,0800
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,0800
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,1684
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,1700
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	1,1800

Item: 00145 LEVOFLOXACINO 500MG

Fornecedor	Proposta
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,7800
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,8600
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,9072
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,0000
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	1,1400
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	1,2400
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,3000

Item: 00146 LEVOTIROXINA 25MCG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0810
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0980
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0980
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1200
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,1390
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2040

Item: 00147 LEVOTIROXINA 50MCG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0810
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,0900
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0950
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0980
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0980
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1200
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1600
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2259

Item: 00148 LEVOTIROXINA 75MCG

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1900
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,1920
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1920
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2470

Item: 00149 LEVOTIROXINA 100MCG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0810
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,0900
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0980
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0980
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1200
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1340
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1920

Item: 00150 LISINOPRIL 10MG

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,2490
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2612

ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,2700
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,3250

Item: 00151 LORATADINA 10MG

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0520
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,0520
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0550
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0560
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0560

Item: 00152 LORATADINA, XAROPE, 1MG/ML.

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,8590
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,9107
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	1,9200
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	1,9500
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,9600

Item: 00153 LORAZEPAN 2MG

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0650
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0700
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,0780
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0800
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2200

Item: 00154 LOSARTANA POTASSICA 50MG

Fornecedor	Proposta
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0350
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0350
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0390
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0400
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0420
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0420
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0476
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0500

Item: 00155 MALEATO DE ENALAPRIL 10MG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0300
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0360
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0380
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,0468
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0480
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0600
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0640

Item: 00156 MALEATO DE ENALAPRIL 20MG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0350
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0450
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0520
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,0520
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0600
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0640

Item: 00157 MALEATO DE LEVOMEPRIMAZINA, SOLUCAO ORAL, 40MG/ML.

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	7,2700
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	9,6220

Item: 00158 MALEATO DE LEVOMEPROMAZINA 25MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4674

Item: 00159 MALEATO DE LEVOMEPROMAZINA 100MG

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,7600
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,8710
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,8900
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,8900

Item: 00160 METILDOPA 250MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1924
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,1950
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,2110
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2350
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,2390

Item: 00161 METRONIDAZOL 250MG

Fornecedor	Proposta
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,1000
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1000
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,1080
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1167

Item: 00162 MIDAZOLAM 15ML/3ML F.A IM/IV/RETAL - SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,9622
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	1,0000
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	1,6250

Item: 00163 METRONIDAZOL, GEL VAGINAL, 100MG/G.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	4,2814

Item: 00164 MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 20MG

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0680
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0750
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	0,0750
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0761
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,1001
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1290
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,1620

Item: 00165 MONONITRATO DE ISOSSORBIDA, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 10MG/ML (FRASCO AMPOLA).

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,4742

Item: 00166 MORFINA 30MG

Fornecedor	Proposta
------------	----------

EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	1,7550
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,9244

Item: 00167 MORFINA INJETAVEL (FRASCO/AMPOLA) 10MG/ML

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,9244
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	3,1000

Item: 00168 NIFEDIPINO 20MG CAPSULA OU COMP

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0360
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0363
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0370
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0400

Item: 00169 NIMESULIDA 100MG

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0650
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,0650
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0690
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0793

Item: 00170 NISTATINA - CREME VAGINAL 25.000 UI/G

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	3,0000
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	3,0000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3,0500

Item: 00171 NISTATINA 100.000UI/ML - SUSPENSÃO ORAL

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	2,4000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,6804

Item: 00172 NITRATO DE MICONAZOL 20MG/G CREME VAGINAL

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	5,0600
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	5,2000
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	5,2000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	5,5064
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	5,6000
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	5,8000

Item: 00173 NORFLOXACINO 400MG

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1140
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1800
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2048

Item: 00174 OCITOCINA, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 5 UI/ML.

Fornecedor	Proposta
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	1,2740
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,3333

Item: 00175 OLEO MINERAL

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,8590

MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	2,0500
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	2,1000
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	2,4000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,4000

Item: 00176 OMEPRAZOL 20MG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0360
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,0450
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0460
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0480
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0500
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0520
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0600
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0620

Item: 00177 OMEPRAZOL SÓDICO 40MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	6,3600
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	6,6667
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	6,8000

Item: 00178 PARACETAMOL 500MG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0390
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0440
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0450
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0470
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0481
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0510
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0530

Item: 00179 PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUCAO ORAL

Fornecedor	Proposta
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,5600
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,5800
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,6300
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,6350
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,6630
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,6873

Item: 00180 PERMETRINA 1% LOCAO

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	1,2900
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,3300
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,3746

Item: 00181 PERMETRINA 5% LOÇÃO

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	2,4900
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,6117

Item: 00182 PIROXICAM 20MG

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,1040
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1092
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1110
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1290

PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1600
--	--------

Item: 00183 POLIVITAMINICO E MINERAIS

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1000
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	0,1140
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1150
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1375
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,1440
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,1560
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1590

Item: 00184 PREDNISONA 5MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0825
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0980
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1070
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1200
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,1280
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,1820

Item: 00185 PREDNISONA 20MG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1800
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1924
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1990
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,2050
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2190
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,3120

Item: 00186 PROPATILNITRATO 10MG

Fornecedor	Proposta
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,4200
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,5166

Item: 00187 RIFAMICINA SV SÓDICA 10MG/ML USO TÓPICO

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	2,9500
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3,0241

Item: 00188 RISPERIDONA 1MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1375
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2490
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,2650
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,2990
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,3000

Item: 00189 RISPERIDONA 2MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1375
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2580
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,2890
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,3250
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,4000
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,4400

Item: 00190 SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL PO

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,4800
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,5080
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,5400
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,5850
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,6750

Item: 00191 SIMETICONA 40MG

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0830
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0900
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1090
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1180
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1200
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1202
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1240

Item: 00192 SIMETICONA GOTAS 75MG/ML

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,8660

Item: 00193 SINVASTATINA 20MG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0510
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0620
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0690
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0825
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0890
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,0910

Item: 00194 SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, 500MG (FRASCO AMPOLA).

Fornecedor	Proposta
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	3,3800
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	5,6000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	6,2000
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	6,3000
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	6,4000
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	6,6300

Item: 00195 SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, 100MG (FRASCO AMPOLA).

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	2,7300
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3,0241
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	3,1000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	3,2500
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	3,6400

Item: 00196 SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G, CREME DERMATOLOGICO, 30G.

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	3,3700
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	3,4400
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	3,5000
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	3,5490
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3,6507
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	3,9600
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	4,2800

Item: 00197 SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRINA 800MG + 160MG

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0960
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,1870
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2295
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,5150
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,5580

Item: 00198 SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRINA (40MG+8MG)ML

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,0997
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,1510
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	1,2000

Item: 00199 SULFATO DE ATROPINA 0,50MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,7973

Item: 00200 SULFATO DE NEOMICINA + BACITRACINA ZÍNCICA 5MG/G+ 250UI/G - POMADA

Fornecedor	Proposta
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	1,0600
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,0900
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,1100
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	1,1400
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,1960
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,2856

Item: 00201 SULFATO DE SALBUTAMOL 120,5MCG/DOSE (EQUIVALENTE A 100MCG/DOSE DE SALBUTAMOL) - AEROSOL ORAL

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,1050
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	6,5800
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	7,4000
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	7,8000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	8,0000

Item: 00202 SULFATO DE SALBUTAMOL 0,4MG/ML XAROPE

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,1100
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,2234

Item: 00203 SULFATO DE TERBUTALINA 0,5MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,6500

Item: 00204 SULFATO FERROSO 40MG

Fornecedor	Proposta
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,0338
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0340
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,0360
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0390
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0421
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0440
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0440

Item: 00205 SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,6735

CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,7900
--	--------

Item: 00206 TENOXICAM 20MG PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	4,5700
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	4,6900
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	4,8800
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	4,9400
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	4,9400
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	5,2234

Item: 00207 TOBRAMICINA, COLÍRIO, 3MG/ML.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3,4639
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	3,7900
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	4,9000
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	6,5260
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	6,5700

Item: 00208 VALPROATO DE SÓDIO OU ÁCIDO VALPRÓICO 288MG (EQUIVALENTE A 250MG ÁCIDO VALPRÓICO) - CÁPSULA OU COMPRIMIDO

Fornecedor	Proposta
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	0,2400
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2750
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,2950
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,3024

Item: 00209 VALPROATO DE SÓDIO OU ÁCIDO VALPRÓICO 57,624MG/ML (EQUIVALENTE A 50MG ÁCIDO VALPRÓICO/ML) - XAROPE

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	2,2700
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	2,4700
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3,1656

Item: 00210 VARFARINA SODICA 5MG

Fornecedor	Proposta
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0940
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1250
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1260
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,1360
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1375
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1500
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,1560
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,1690

Item: 00211 VITAMINA C 100MG/ML SOLUCAO INJETAVEL

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,6873
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,7000

Em sequência o pregoeiro deu início a negociação que resultou na proposta final referente ao(s) item(s), que assim resultou:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,3000	0,0000
2	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	2,7000	0,0000
3	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0164	0,0000
4	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0400	0,0000
5	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,1560	0,0000
6	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,4550	0,0000
7	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,1570	0,0000

8	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2590	0,0000
9	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0459	0,0000
10	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,1200	0,0000
11	ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,1550	0,0000
12	ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,0980	0,0000
13	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0490	0,0000
14	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,9350	0,0000
15	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1420	0,0000
16	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	2,9800	0,0000
17	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1900	0,0000
18	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,8138	0,0000
19	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0339	0,0000
20	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,4400	0,0000
21	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	2,6900	0,0000
22	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	3,0000	0,0000
23	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,1993	0,0000
24	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0180	0,0000
25	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,3600	0,0000
26	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0449	0,0000
27	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,6873	0,0000
28	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,4300	0,0000
29	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,4290	0,0000
30	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,9090	0,0000
31	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	7,7990	0,0000
32	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,3900	0,0000
33	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1340	0,0000
34	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0149	0,0000
35	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0649	0,0000
37	ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	5,9800	0,0000
38	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0870	0,0000
39	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0400	0,0000
40	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1819	0,0000
41	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1000	0,0000
42	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1230	0,0000
43	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1250	0,0000
44	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1900	0,0000
45	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,4290	0,0000
46	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	4,7500	0,0000
47	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,2990	0,0000
48	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,2650	0,0000
49	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,5050	0,0000
50	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1360	0,0000
51	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,1450	0,0000
52	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0550	0,0000
53	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,4900	0,0000
54	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2543	0,0000
55	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	1,4200	0,0000
56	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	1,3900	0,0000
57	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2990	0,0000
58	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0360	0,0000
59	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1700	0,0000
60	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	10,4000	0,0000
61	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	10,4000	0,0000
62	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	5,5900	0,0000
63	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1890	0,0000
64	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,7090	0,0000
65	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,2390	0,0000
66	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1940	0,0000
67	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,0309	0,0000
68	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	5,1500	0,0000
69	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0350	0,0000
70	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,2600	0,0000
71	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,6490	0,0000
72	ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	1,7600	0,0000

73	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3,1615	0,0000
74	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0649	0,0000
75	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0530	0,0000
76	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	1,0890	0,0000
78	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,3200	0,0000
79	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,5200	0,0000
80	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,4000	0,0000
81	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,4400	0,0000
82	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,1600	0,0000
83	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,3690	0,0000
84	ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	2,6200	0,0000
85	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0790	0,0000
86	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,3746	0,0000
87	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0146	0,0000
88	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0600	0,0000
89	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,4920	0,0000
90	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,1200	0,0000
91	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	8,5498	0,0000
92	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,4300	0,0000
93	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0939	0,0000
94	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,8935	0,0000
96	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0840	0,0000
98	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	6,8800	0,0000
99	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1600	0,0000
100	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0380	0,0000
101	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,7973	0,0000
102	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	4,8500	0,0000
103	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	1,4820	0,0000
104	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,6000	0,0000
105	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0344	0,0000
106	ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,5700	0,0000
107	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0490	0,0000
108	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	2,4500	0,0000
109	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,4390	0,0000
110	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0412	0,0000
111	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,2170	0,0000
112	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0325	0,0000
113	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0650	0,0000
114	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,3950	0,0000
115	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,5900	0,0000
116	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	3,7960	0,0000
117	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1320	0,0000
120	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4000	0,0000
121	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,9900	0,0000
122	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,1999	0,0000
123	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0900	0,0000
124	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	2,5800	0,0000
125	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4300	0,0000
126	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,2150	0,0000
127	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0760	0,0000
128	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,8500	0,0000
129	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,2450	0,0000
130	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,8247	0,0000
131	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	3,4700	0,0000
132	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0260	0,0000
133	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,4100	0,0000
134	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0199	0,0000
135	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,2359	0,0000
136	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2474	0,0000
137	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0800	0,0000
138	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0800	0,0000
139	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1080	0,0000
140	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,8900	0,0000
141	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0138	0,0000

142	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,8800	0,0000
143	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0689	0,0000
144	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	1,0000	0,0000
145	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,7800	0,0000
146	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0810	0,0000
147	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0800	0,0000
148	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1900	0,0000
149	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0810	0,0000
150	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,2490	0,0000
151	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0493	0,0000
152	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,7500	0,0000
153	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0650	0,0000
154	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0349	0,0000
155	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0300	0,0000
156	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0350	0,0000
157	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	7,2700	0,0000
159	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,7600	0,0000
160	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1924	0,0000
161	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1000	0,0000
162	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,9600	0,0000
164	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0640	0,0000
165	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,4742	0,0000
166	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	1,7550	0,0000
167	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,9244	0,0000
168	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0350	0,0000
169	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0608	0,0000
170	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	2,8000	0,0000
171	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	2,4000	0,0000
172	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	5,0500	0,0000
173	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1140	0,0000
174	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	1,2740	0,0000
175	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,8590	0,0000
176	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0360	0,0000
177	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	6,3600	0,0000
178	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0390	0,0000
179	ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,5600	0,0000
180	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	1,2900	0,0000
181	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	2,4900	0,0000
182	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,1040	0,0000
183	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0999	0,0000
184	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0825	0,0000
185	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1799	0,0000
186	ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,4200	0,0000
187	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	2,9500	0,0000
188	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1375	0,0000
189	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1375	0,0000
190	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,4750	0,0000
191	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0830	0,0000
192	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,8660	0,0000
193	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0510	0,0000
194	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	5,5999	0,0000
195	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	2,7300	0,0000
196	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	3,2000	0,0000
197	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0960	0,0000
198	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,0997	0,0000
199	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,7973	0,0000
200	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,0500	0,0000
201	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	6,5790	0,0000
202	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,1100	0,0000
203	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,6500	0,0000
204	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PR	0,0319	0,0000
205	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,6735	0,0000
206	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	4,5200	0,0000
207	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3,4000	0,0000

208	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	0,2400	0,0000
209	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	2,2700	0,0000
210	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0940	0,0000
211	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,6873	0,0000

Não houve manifestação de recurso durante a sessão. Posteriormente o envelope de documentação das empresas vencedoras foram abertos para análise e verificação, sendo as licitantes consideradas habilitadas. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representantes presentes:

Pregoeiro

THADEU BADALOTTI

Equipe de Apoio

SOLANGE MARIA LOURENÇO

ELAINE G. D. COELHO

ANTONIO J. V. A. JUNIOR

Representantes Presentes

NILTON LUIZ CORTIANO

RENATO FRONZA

IVAN CARLOS FACIOLI

PEDRO DE OLIVEIRA SAMPAIO

REGINALDO JOSE DE ALMEIDA

JULIO CEZAR TONDOLO

MARCO AURELIO DA SILVA

DECRETO Nº 2925, de 02/01/2017

DECRETO Nº 2925, de 02 de janeiro de 2017.

Atualiza Valor da UFM – Unidade Fiscal Municipal.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a Unidade Fiscal do Município – UFM, prevista no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 043/2002), é a base de cálculo para a cobrança das Taxas Municipais e outras incidências fiscais na legislação do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização pelos índices oficiais, conforme determina o § 1.º do Art. 469, da Lei Complementar n.º 043/2002 de 10.12.2002 (Código Tributário Municipal), alterada pela Lei Complementar n.º 060/2005 de 29.09.2005 e em razão da perda do poder aquisitivo da moeda; e

CONSIDERANDO a variação do índice INPC dos últimos 12 meses – Janeiro/2016 a Dezembro/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica atualizada para R\$ 3,18 (três reais e dezoito centavos) o valor da UFM – Unidade Fiscal Municipal de Ascurra, com base na variação do índice INPC dos últimos 12 meses (período: janeiro/2016 a dezembro/2016), em 6,58% (seis vírgula cinquenta e oito por cento), utilizada para fins de cálculo de tributos, penalidades pecuniárias, e outras incidências fiscais na legislação do Município, no exercício de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua aplicação.

Município de Ascurra em, 02 de janeiro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

O presente decreto foi publicado na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 02 de janeiro de 2017.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

DECRETO Nº 2926, de 02/01/2017

DECRETO Nº 2926, de 02 de Janeiro de 2017.

Estabelece Horário de Trabalho e Expediente nos órgãos da Administração Direta do Município de Ascurra na forma que menciona.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 51, da Lei Complementar n.º 117, de 19 de dezembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ascurra), e tendo em vista a necessidade de contenção de despesas e o cumprimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal,

CONSIDERANDO, o §3º da LC Nº 163 de 03 de Setembro de 2015, que poderá o Chefe de Poder, no melhor interesse público e de forma fundamentada, alterar a jornada de trabalho dos servidores públicos municipais por Portarias ou Decretos, desde que, pela mudança, não se ultrapasse a jornada máxima de trabalho semanal;

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo estabelecer a organização e o funcionamento dos órgãos da administração pública, de forma a garantir a economicidade e eficiência do serviço prestado, consoante preconiza o artigo 37 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que a jornada de trabalho do servidor é compreendida através do número de horas imposta, podendo ser aumentada ou diminuída nos casos previstos em Lei e mediante a necessidade da Administração, conforme estabelecido na legislação municipal e artigo 30, inciso I, da Carta Magna;

CONSIDERANDO a necessidade permanente de adoção de medidas que resultem na redução de despesas, buscando zelar pela economia de recursos públicos; e

CONSIDERANDO que o horário de verão vai até zero horas do dia 19/02/2017.

DECRETA:

Art.1º - Fica estabelecido até o dia 17/02/2017, o expediente e funcionamento nos órgãos do Poder Executivo Municipal de Ascurra, obedecidos os seguintes turnos de trabalho:

a) Secretaria de Administração e Planejamento e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e suas respectivas Diretorias:

De segunda a sexta-feira: das 08h00min às 14h00min;

b) Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:

De segunda a sexta-feira: das 07h00min às 13h30min, com 00h30 minutos de intervalo, exceto os serviços de Caminhão Pipa e Guarda Municipal;

c) Procuradoria

De segunda a sexta-feira: das 08h00min às 14h00min;

d) Gabinete do Chefe do Poder Executivo

De segunda a sexta-feira: das 08h00min às 14h00min.

§1º Em caso de excepcional interesse público, o turno de trabalho poderá ser alterado e adequado através de escalas previamente elaboradas e comunicadas aos servidores por intermédio das respectivas Secretarias, respeitados o disposto no artigo 3º.

§2º Ficam excluídos do cumprimento das condições definidas no caput, permanecendo inalterado o horário de expediente e de atendimento ao público, os serviços considerados essenciais pela legislação.

Art. 2º - O horário especial de trabalho e expediente não se aplica aos servidores públicos da administração direta e indireta que exerçam suas funções em órgãos distintos do mencionado no presente Decreto, bem como aos servidores que, embora lotados nas respectivas secretarias, exerçam dentre suas funções serviços de acompanhamento junto aos expedientes de: Coleta de lixo, Caminhão Pipa e Guarda Municipal ou laborem no exercício das atividades mencionadas no §2º do artigo 1º, os quais permanecerão com os seus horários inalterados.

Art. 3º - Para atender a este novo horário os servidores públicos terão sua jornada diária de trabalho readequada conforme disposto neste Decreto, distribuídos conforme escala a ser elaborada pelos dirigentes de cada unidade.

§1º - A redução da jornada de trabalho não implicará na redução dos vencimentos dos servidores abrangidos pelo presente Decreto.

§2º- Em caso de excepcional interesse público, havendo a necessidade da permanência do servidor no desempenho de suas funções em período superior à jornada definida neste decreto, será respeitado o intervalo mínimo de 01 (uma) hora entre cada jornada de 04 (quatro horas), sem prejuízo à percepção de hora-extra quando a aludida permanência exceder:

I - às 08(oito) horas e 45 (quarenta e cinco) minutos de trabalho diário, para os ocupantes de cargos com jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas;

II - à 8ª (oitava) hora de trabalho diário, para os ocupantes de cargos com jornada semanal de 40 (quarenta) horas, e;

III - à 4ª (quarta) hora de trabalho diário para os cargos com jornada semanal de 20 (vinte) horas.

§3º - O cumprimento do horário de trabalho de que trata este artigo será comprovado mediante o registro obrigatório de ponto, o qual servirá inclusive para fins de fiscalização quanto à pontualidade e assiduidade do servidor.

Art. 4º - A inobservância às regras dispostas no presente decreto culminará ao infrator a incidência nas sanções impostas pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Ascurra, por desrespeito ao dever funcional.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 02 de Janeiro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar

Município de Ascurra em, 02 de Janeiro de 2017.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

DECRETO Nº 2927, de 02/01/2017

DECRETO Nº 2927, de 02 de janeiro de 2017.

Atualiza Taxa de Cemitério.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 471, da Lei Complementar n.º 043/2002 de 10.12.2002 (Código Tributário Municipal),

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar e fixar as taxas a serem observadas para os serviços realizados no Cemitério Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica atualizada de acordo com o presente decreto, a taxa de Cemitério, como segue:

TIPO CARNEIRA	VALOR EM UFM - R\$3,18	VALOR EM R\$
Carneira simples (solteiro)	180,00	572,40
Carneira dupla (casal)	300,00	957,00
Carneira simples (criança)	150,00	477,00
Espaço p/ casinha	400,00	1.272,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Ascurra, em 02 de janeiro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar

Município de Ascurra em, 02 de janeiro de 2017.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

DECRETO Nº 2928, de 02/01/2017

DECRETO Nº 2928, de 02 de Janeiro de 2017.

Atualiza Valor da Cesta Básica

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 3º, da Lei nº 1117, de 25/02/2009, alterada pela Lei nº 1400, de 19/12/2014.

CONSIDERANDO, o decurso do prazo estabelecido, pela referida Lei e suas alterações;

CONSIDERANDO, o índice do INPC dos meses de julho/2016 a dezembro/2016, estabelecido em 1,41% (um vírgula quarenta e um por cento);

DECRETA:

Art. 1º - Fica atualizado o valor da cesta básica do programa de suplementação alimentar dos Servidores Públicos Municipais, para R\$ 323,14 (trezentos e vinte e três reais e quatorze centavos).

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2017.

Município de Ascurra, em 02 de janeiro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

O presente decreto foi publicado na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 02 de janeiro de 2017.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

Atalanta

PREFEITURA

PORTARIA 040/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 040/2017

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Designar o Servidor WILBERTO ZICH, servidor do quadro da Prefeitura Municipal de Atalanta – SC, ocupante do cargo de Secretário de Administração e Finanças, matrícula nº 987, a responder juntamente com o Prefeito Municipal, para movimentar as contas da Prefeitura Municipal de Atalanta, CNPJ: 83.102.616/0001-09, Fundo Municipal de Saúde CNPJ: 11.211.260/0001-22 e Fundo Municipal de Assistência Social CNPJ: 18.070.826/0001-92, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Atalanta
19 de janeiro de 2017
JUAREZ MIGUEL RODERMEL
Prefeito Municipal

Balneário Gaivota

PREFEITURA

PORTARIA 005/2019

PORTARIA N. 009 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL do Município de Balneário Gaivota.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso de sua competência privativa que lhe confere os incisos V e IX do Artigo 58, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 002/97 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a partir de 16 de Janeiro de 2017, a Senhora Terrimar Ramos Pereira para exercer o cargo comissionado de Secretária de Desenvolvimento Social do Município de Balneário Gaivota.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 16 de Janeiro de 2017.

RONALDO PEREIRA DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PREGÃO 16/2016 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2016 - FME

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016 – FME

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2017-FME

1.0. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para contratação de empresa para fornecimento de uniforme escolar (inverno e verão) para distribuição aos alunos das Escolas de Ensino Fundamental e Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Balneário Piçarras, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

A presente Ata terá validade de 01(um) ano, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei, vigorando até o dia 17 de janeiro de 2018.

Empresas Participantes Habilitadas:

TEXTIL BRASIL IND E COM DE CONFECÇÕES LTDA – ME Total do Fornecedor: R\$3.480.000,00

Balneário Piçarras(SC), 18 de janeiro de 2017.

Laureci Bernadete Schneider Pereira – Gestora do Fundo Municipal de Educação

PERFORM TECNOLOGIA EIRELI EPP Total do Fornecedor: R\$1.194,00

Balneário Piçarras(SC), 16 de janeiro de 2017.

Vinício José dos Santos – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO 06/2017 FMT

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Processo Licitatório nº 006/2017-FMT

Inexigibilidade nº 006/2017-FMT

Contrato 006/2017 - FMT

O Fundo Municipal de Turismo, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará realizar a Inexigibilidade de Licitação para contratação da empresa SUZY CONCEIÇÃO BARTHOLO, inscrita no CNPJ 19.125.706/0001-08, para realização de apresentação de show infantil com personagens da TRUPE DO BARTHOLO, no evento De Carnaval 2017, na data de 26 de fevereiro de 2017. Valor do Contrato: R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais). Vigência: 26/04/2017. Balneário Piçarras/SC, 17 de janeiro de 2017. Susan Corrêa – Gestora do Fundo Municipal de Turismo.

ATA PREGÃO 33/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2016 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2016 – FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de equipamentos de informática para as Unidades Básicas de Saúde, Vigilância em saúde, CAPS, NASF, Pronto Atendimento, Laboratório e Secretaria Municipal de Saúde para concluir a informatização de todos os setores da Secretaria Municipal de Saúde, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

A presente Ata terá validade de 01(um) ano, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei, vigorando até o dia 15 de janeiro de 2017.

A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

GISIANE MATILDE VIEIRA LTDA Total do Fornecedor: R\$14.430,00

COMP1 COM. DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA Total do Fornecedor: R\$22.350,00

EDER CARLOS DOS SANTOS BATISTA-ME Total do Fornecedor: R\$3.015,00

ONLINE HOJE INFORMATICA LTDA Total do Fornecedor: R\$1.672,00

KELI CRISTINA BURG Total do Fornecedor: R\$17.880,00

Balneário Rincão

PREFEITURA

ATA 001/2017 - REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/FMS/2017

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 18/01/2017		Válido até: 18/01/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DE PROCESSO JUDICIAL Nº. 0600258-43.2014.8.24.0028 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	BOSENTANA 62.50MG COM 60 COMPRIMIDOS	CX	EXTRA-DISTR. DE MEDIC. E PROD. HOSPITALARES LTDA (10)		0	552,0800	1

Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 18/01/2017		Válido até: 18/01/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DE PROCESSO JUDICIAL NºS. 0600258-43.2014.8.24.0028 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017
PROCESSO Nº 2/2017

(10) - EXTRA DISTR. DE MEDIC. E PROD. HOSPITALARES LTDA

Balneário Rincão, 18 de Janeiro de 2017.

ATA 001/2017 - REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 086/PMBR/2016

Página: 1/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 02/01/2017 Válido até: 02/01/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE SEGURANÇA DESARMADA E CAPACITADA, LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS DE TENDAS E PALCOS E SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA USO NA "TEMPORADA DE VERÃO DO ANO DE 2017".

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA PALCO EM AMBIENTE ABERTO, CONTENDO OS SEGUINTES ITENS: EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO: 16 SUB T18 COM 1 FALANTE DE 15"; CADA; 06 CAIXAS FULL RANGE EAW KF 850; 08 MONITORES COM 1 FALANTE DE 15"; 01 CAIXA SUB COM 1 FALANTE DE 18"; 02 AMPLIFICADORES V6000; 05 AMPLIFICADORES V3000; 02 AMPLIFICADORES TIPO 1200; 02 CROSSEOVERS DIGITAIS; MULTICABO 56 VIAS 60 METROS; 02 MESAS DIGITAIS COM 32 CANAIS DE ENTRADA; MAINPOWER (DISTRIBUIDOR DE ENERGIA); 01 BATERIA; CABECOTE DE CONTRABAJO; 01 CAIXA BAIXO COM 1 FALANTE DE 15"; 01 CAIXA BAIXO COM 4 FALANTES DE 10"; CUBO DE GUITARRA; 05 MICROFONES SHURE; 04 DIRECT BOX ATIVO; 02 MICROFONES SHURE SEM FIO; KIT MICROFONE BATERIA SHURE; 16 PEDAIS GRAFAS / EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO: 10 CANHÕES PAR LED 3W; 08 MOVINGHEADS 575; 01 MÁQUINA DE FUMAÇA; 01 MESA DE ILUMINAÇÃO; CORTINAS PARA O PALCO; 60 METROS DE TRELÇA EM ALUMÍNIO; 06 SLEAVE - SEIS SAPATAS) PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO "RINCAO GOSPEL" NO DIA 07/01/2016.	DIA	SOMVERIO - SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA-ME (323)	664664+55558	0	2.098,5000	1
			GRUPO MUSICAL MATUSA LTDA (204)	I231	0	2.100,0000	2
			PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME (586)		0	3.180,0000	3
2	LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, CONTENDO OS SEGUINTES EQUIPAMENTOS: 01 MESA COM 12 CANAIS CONTENDO O MÍNIMO DE 04 SUBGRUPOS, 04 VIAS AUXILIARES, 04 BANDAS DE EQUALIZAÇÃO, SENDO TODAS PARAMÉTRICAS, FILTROS DE GRAVES, TODAS AS SAÍDAS DEVERÃO SER BALANCEADAS 04 CAIXAS ATIVAS 300W RMS CONTÍNUOS CADA, COM TRIPE MICROFONE SEM FIO PARA VOZ COM FREQUÊNCIA DE TRABALHO SELECIONÁVEL E FAIXA DE OPERAÇÃO EM UHF, 04 MICROFONES COM FIO, 04 CANHÕES PAR LED 3W/01 APARELHO DE CD PLAYER PARA SONORIZAÇÃO AMBIENTE, CABOS E CONEXÕES PARA LIGAR TODO O SISTEMA, 01 OPERADOR TÉCNICO), PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO "BATALHA DE MIL", NO DIA 14 DE JANEIRO DE 2017	DIA	SOMVERIO - SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA-ME (323)		0	1.440,0000	1
			GRUPO MUSICAL MATUSA LTDA (204)		0	1.750,0000	2
			PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME (586)		0	1.780,0000	3

Página: 2/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Número do Registro de Preços: 1/2017 **Data do Registro:** 02/01/2017 **Válido até:** 02/01/2018
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE SEGURANÇA DESARMADA E CAPACITADA; LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS DE TENDAS E PALCOS E SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA USO NA "TEMPORADA DE VERÃO DO ANO DE 2017".

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, CONTEÚDO OS SEGUINTES EQUIPAMENTOS: 01 MESA COM 12 CANAIS CONTEÚDO O MÍNIMO DE 04 SUBGRUPOS, 04 VIAS AUXILIARES, 04 BÂNDAS DE EQUALIZAÇÃO, SENDO TODAS PARAMÉTRICAS; FILTROS DE GRAVES, TODAS AS SAÍDAS DEVERÃO SER BALANCEADAS 04 CAIXAS A TIVAS 300W RMS CONTÍNUOS CADA, COM TRÍPE, MICROFONE SEM FIO PARA VOZ COM FREQUÊNCIA DE TRABALHO SELECIONÁVEL E FAIXA DE OPERAÇÃO EM UHF, 04 MICROFONES COM FIO, 04 CÂNHÕES PAR LED 3W/01 APARELHO DE CD PLAYER PARA SONORIZAÇÃO AMBIENTE, CABOS E CONEXÕES PARA LIGAR TODO O SISTEMA, 01 OPERADOR TÉCNICO), PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO "CORRIDA NOTURNA ECONS" DIA 28/01/2017.	DIA	SOMMERIO - SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA -ME (323)		0	1.500.0000	1
			GRUPO MUSICAL MATUSA LTDA (204)		0	1.668.0000	2
			PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME (586)		0	3.100.0000	3
4	LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, CONTEÚDO OS SEGUINTES EQUIPAMENTOS: 01 MESA COM 12 CANAIS CONTEÚDO O MÍNIMO DE 04 SUBGRUPOS, 04 VIAS AUXILIARES, 04 BÂNDAS DE EQUALIZAÇÃO, SENDO TODAS PARAMÉTRICAS; FILTROS DE GRAVES, TODAS AS SAÍDAS DEVERÃO SER BALANCEADAS 04 CAIXAS A TIVAS 300W RMS CONTÍNUOS CADA, COM TRÍPE, MICROFONE SEM FIO PARA VOZ COM FREQUÊNCIA DE TRABALHO SELECIONÁVEL E FAIXA DE OPERAÇÃO EM UHF, 04 MICROFONES COM FIO, 04 CÂNHÕES PAR LED 3W/01 APARELHO DE CD PLAYER PARA SONORIZAÇÃO AMBIENTE, CABOS E CONEXÕES PARA LIGAR TODO O SISTEMA, 01 OPERADOR TÉCNICO), PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO ENDURO DA LUA CHEIA NOS DIAS 11 E 12 DE FEVEREIRO DE 2017	DIA	SOMMERIO - SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA -ME (323)		0	1.600.0000	1
			GRUPO MUSICAL MATUSA LTDA (204)		0	1.692.0000	2
			PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME (586)		0	2.830.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Página: 3/9

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 02/01/2017 Válido até: 02/01/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇO DE OBRA DE SEGURANÇA DESARMADA E CAPACITADA; LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS DE TENDAS E PALCOS E SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA USO NA "TEMPORADA DE VERÃO DO ANO DE 2017".

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA PALCO EM AMBIENTE ABERTO, CONTENDO OS SEGUINTE ITENS: (EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO: 16 SUB T18 COM 1 FALANTE DE 18" CADA; 06 CAIXAS FULL RANGE EAW KF 850; 08 MONITORES COM 1 FALANTE DE 15"; 01 CAIXA SUB COM 1 FALANTE DE 18"; 02 AMPLIFICADORES V6000; 05 AMPLIFICADORES V3000; 02 AMPLIFICADORES TIPO 1200; 02 CROSSEOVERS DIGITAIS; MULTICABO 56 VIAS 60 METROS; 02 MESAS DIGITAIS COM 32 CANAIS DE ENTRADA; MAINPOWER (DISTRIBUIDOR DE ENERGIA); 01 BATERIA; CABECOTE DE CONTRABAIXO; 01 CAIXA BAIXO COM 1 FALANTE DE 15"; 01 CAIXA BAIXO COM 4 FALANTES DE 10"; CLUBE DE GUITARRA; 05 MICROFONES SHURE; 04 DIRECT BOX ATIVO; 02 MICROFONES SHURE SEM FIO; KIT MICROFONE BATERIA SHURE; 16 PEDAS GIRAFAS 7 EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO: 10 CANHOES PAR LED 3W; 08 MOVINGHEADS 575; 01 MÁQUINA DE FUMAÇA; 01 MESA DE ILUMINAÇÃO; CORTINAS PARA O PALCO; 60 METROS DE TRELÇA EM ALUMINIO; 06 SLEAVE - SEIS SAPATAS) PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO "CARNARINCAO 2017", NOS DIAS 24/25/26/27 DE FEVEREIRO DE 2017.	DIA	GRUPO MUSICAL MATUSA LTDA (204)		0	2.514.5000	1
			SOMMERIO - SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA -ME (323)		0	2.675.0000	2
			SILVA & SILVA ESTRUTURAS METALICAS LTDA ME (183)	silva e silva esi	0	3.675.0000	3
			PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME (586)		0	3.740.0000	4
6	LOCAÇÃO DE MINI TRIO ELÉTRICO PROFISSIONAL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10.000 WATTS, PARA UTILIZAÇÃO NO EVENTO "CARNARINCAO 2017", NOS DIAS 24/25 DE FEVEREIRO DE 2017.	DIA	GRUPO MUSICAL MATUSA LTDA (204)		0	1.480.5000	1
			SOMMERIO - SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA -ME (323)		0	1.575.0000	2
			PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME (586)		0	4.790.0000	3
7	LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE 200 M² DE TABLADO EM MADEIRA EM COMPENSADO NAVAL PINTADO, PARA ASSENTAMENTO EM LOCAIS DE NECESSIDADES PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO "CORRIDA NOTURNA ECONS" DIA 28/01/2017.	DIA	PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME (586)		0	2.895.8500	1
			SILVA & SILVA ESTRUTURAS METALICAS LTDA ME (183)	silva e silva esi	0	2.895.1726	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Página: 4/9

Número do Registro de Preços: 1/2017			Data do Registro: 02/01/2017			Válido até: 02/01/2018		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇO DE OBRA DE SEGURANÇA DESARMADA E CAPACITADA, LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS DE TENDAS E PALCOS E SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA USO NA "TEMPORADA DE VERÃO DO ANO DE 2017".								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
			CADU EVENTOS LTDA EPP (578)		0	3,000,0000	3	
8	LOCAÇÃO DE 70 METROS CORRIDOS DE GRADES DE ISOLAMENTO METÁLICA ALTURA 1,20M. PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO "CORRIDA NOTURNA ECON'S" DIA 28/01/2017.	DIA	PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME (586)		0	1,118,4000	1	
			SILVA & SILVA ESTRUTURAS METALICAS LTDA ME (183)	silva e silva es	0	1,114,0477	2	
			CADU EVENTOS LTDA EPP (578)		0	1,155,0000	3	
9	LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDA ABERTA NA DIMENSÃO MÍNIMA DE 5,00 METROS DE FRENTE X 5,00 METROS DE PROFUNDIDADE, COM 3,00 METROS ALTURA EM SEUS PÉS DE SUSTENTAÇÃO, COBERTURA DO TIPO TENSIONADA (CHAPEU DE BRUXA), COM LONA BRANCA, EM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA, PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO "CORRIDA NOTURNA ECON'S" DIA 28/01/2017.	DIA	PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME (586)		0	579,1700	1	
			SILVA & SILVA ESTRUTURAS METALICAS LTDA ME (183)	silva e silva es	0	578,2622	2	
			CADU EVENTOS LTDA EPP (578)		0	600,0000	3	
10	LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDA NA DIMENSÃO MÍNIMA DE 10,00 METROS DE FRENTE X 10,00 METROS DE PROFUNDIDADE, COM 3,50 METROS ALTURA EM SEUS PÉS DE SUSTENTAÇÃO, COBERTURA DO TIPO TENSIONADA (CHAPEU DE BRUXA), COM LONA BRANCA, EM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA, COM 03 CORTINAS LATERAIS, INCLUIDA A INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO COM LÂMPADA DE NO MÍNIMO 200 WATTS E SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, PARA O EVENTO "CORRIDA NOTURNA ECON'S" DIA 28/01/2017.	DIA	PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME (586)		0	1,198,2800	1	
			SILVA & SILVA ESTRUTURAS METALICAS LTDA ME (183)	silva e silva es	0	1,205,7588	2	
			CADU EVENTOS LTDA EPP (578)		0	1,250,0000	3	

Página: 5/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 02/01/2017 Válido até: 02/01/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇO DE OBRA DE SEGURANÇA DESARMADA E CAPACITADA; LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS DE TENDAS E PALCOS E SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA USO NA "TEMPORADA DE VERÃO DO ANO DE 2017".

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PALCO PIRAMIDAL, NAS DIMENSÕES DE 8,00 METROS DE FRENTE X 10,00 METROS DE PROFUNDIDADE, EM ESTRUTURA METÁLICA, COM PISO EM COMPENSADO DE MADEIRA DE 20 MM, COM ALTURA MÁXIMA DO SOLO DE 1,00 METROS, COM COBERTURA PIRAMIDAL EM LONA NAS DIMENSÕES DE 10 METROS DE FRENTE X 10 METROS DE PROFUNDIDADE, COM 4,5 METROS DE ALTURA EM SEUS PÉS DE SUSTENTAÇÃO, COM 03 CORTINAS LATERAIS, INCLUIDA A INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO COM LÂMPADA DE NO MÍNIMO 200 WATTS E SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, E ESCADA DE ACESSO COM CORRIMÃO, PARA UTILIZAÇÃO NO EVENTO "CARNARINÇÃO 2017", NOS DIAS 24/25 DE FEVEREIRO DE 2017.	DIA	CADU EVENTOS LTDA EPP (578)		0	2.784,7100	1
			SILVA & SILVA ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA ME (183)	silva e silva esi	0	2.784,7805	2
			PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME (586)		0	2.800,0000	3
12	LOCAÇÃO DE 75 METROS CORRIDOS DE GRADES DE ISOLAMENTO METÁLICA ALTURA 1,20M PARA UTILIZAÇÃO NO EVENTO, "CARNARINÇÃO 2017", NOS DIAS 24/25 DE FEVEREIRO DE 2017.	DIA	CADU EVENTOS LTDA EPP (578)		0	485,0300	1
			PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME (586)		0	486,0000	2
			SILVA & SILVA ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA ME (183)	silva e silva esi	0	485,2195	3
13	LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDA ABERTA, NA DIMENSÃO MÍNIMA DE 5,00 METROS DE FRENTE X 5,00 METROS DE PROFUNDIDADE, COM 2,50 METROS ALTURA EM SEUS PÉS DE SUSTENTAÇÃO, COBERTURA DO TIPO TENSIONADA (CHAPEU DE BRUXA), COM LONA BRANCA, EM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO, INCLUIDA A INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO COM LÂMPADA DE NO MÍNIMO 200 WATTS E SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO PARA EVENTOS NOVOS A SEREM REALIZADOS NA TEMPORADA.	DIA	SILVA & SILVA ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA ME (183)	silva e silva esi	0	589,5000	1
			PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME (586)		0	589,8000	2
			CADU EVENTOS LTDA EPP (578)		0	600,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Página: 6/9

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 02/01/2017 Válido até: 02/01/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇO DE OBRA DE SEGURANÇA DESARMADA E CAPACITADA, LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS DE TENDAS E PALCOS E SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA USO NA "TEMPORADA DE VERÃO DO ANO DE 2017".

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDA ABERTA NA DIMENSÃO MÍNIMA DE 10,00 METROS DE FRENTE X 10,00 METROS DE PROFUNDIDADE, COM 3,50 METROS ALTURA EM SEUS PÉS DE SUSTENTAÇÃO, COBERTURA DO TIPO TENSIONADA (CHAPEL DE BRUXA), COM LONA BRANCA, EM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA, INCLUIDA A INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO COM LÂMPADA DE NO MÍNIMO 200 WATTS E SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO VERÃO SATC NOS DIAS 14/15 E 21/22 DE JANEIRO DE 2017.	DIA	PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME (586)		0	1.272.5000	1
			SILVA & SILVA ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA ME (183)	silva e silva esi	0	1.274.5000	2
			CADU EVENTOS LTDA EPP (578)		0	1.274.7500	3
15	LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDA ABERTA NA DIMENSÃO MÍNIMA DE 10,00 METROS DE FRENTE X 10,00 METROS DE PROFUNDIDADE, COM 3,50 METROS ALTURA EM SEUS PÉS DE SUSTENTAÇÃO, COBERTURA DO TIPO TENSIONADA (CHAPEL DE BRUXA), COM LONA BRANCA, EM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA, INCLUIDA A INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO COM LÂMPADA DE NO MÍNIMO 200 WATTS E SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS NOVOS A SEREM REALIZADOS ENTRE 1º DE JANEIRO A 20 DE MARÇO DE 2017.	DIA	SILVA & SILVA ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA ME (183)	silva e silva esi	0	1.274.5000	1
			PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME (586)		0	1.275.0000	2
			CADU EVENTOS LTDA EPP (578)		0	1.300.0000	3
16	LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDA NA DIMENSÃO MÍNIMA DE 10,00 METROS DE FRENTE X 10,00 METROS DE PROFUNDIDADE, COM 3,50 METROS ALTURA EM SEUS PÉS DE SUSTENTAÇÃO, COBERTURA DO TIPO TENSIONADA (CHAPEL DE BRUXA), COM LONA BRANCA, EM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA, COM 03 CORTINAS LATERAIS INCLUIDA A INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO COM LÂMPADA DE NO MÍNIMO 200 WATTS E SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, PARA O EVENTO, "RINCAO GOSPEL" NO DIA 07/01/2017.	DIA	CADU EVENTOS LTDA EPP (578)		0	1.318.4000	1
			SILVA & SILVA ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA ME (183)	silva e silva esi	0	1.320.2857	2
			PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME (586)		0	1.323.5598	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Página: 79

Número do Registro de Preços: 1/2017			Data do Registro: 02/01/2017			Válido até: 02/01/2018		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE SEGURANÇA DESARMADA E CAPACITADA, LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS DE TENDAS E PALCOS E SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA USO NA "TEMPORADA DE VERÃO DO ANO DE 2017".								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
17	LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PALCO PIRAMIDAL, NAS DIMENSÕES DE 8,00 METROS DE FRENTE X 10,00 METROS DE PROFUNDIDADE, EM ESTRUTURA METÁLICA, COM PISO EM COMPENSADO DE MADEIRA DE 20 MM, COM ALTURA MÁXIMA DO SOLO DE 1,00 METROS, COM COBERTURA PIRAMIDAL EM LONA NAS DIMENSÕES DE 10 METROS DE FRENTE X 10 METROS DE PROFUNDIDADE, COM 4,5 METROS DE ALTURA EM SEUS PÉS DE SUSTENTÇÃO, COM 03 CORTINAS LATERAIS, INCLUIDA A INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO COM LÂMPADA DE NO MÍNIMO 200 WATTS E SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E ESCADA DE ACESSO COM CORRIMÃO, PARA O EVENTO: "RINCAO GOSPEL" NO DIA 07/01/2017.	DIA	CADU EVENTOS LTDA EPP (578)		0	3.271,5900	1	
18	LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDA ABERTA NA DIMENSÃO MÍNIMA DE 10,00 METROS DE FRENTE X 10,00 METROS DE PROFUNDIDADE, COM 3,50 METROS ALTURA EM SEUS PÉS DE SUSTENTÇÃO, COBERTURA DO TIPO: TENSIONADA (CHAPÉU DE BRUXA), COM LONA BRANCA, EM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA, INCLUIDA A INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO COM LÂMPADA DE NO MÍNIMO 200 WATTS E SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO ENDURO DA LUA CHEIA NOS DIAS 11 E 12 DE FEVEREIRO DE 2017	DIA	PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME (586)		0	1.275,0000	1	
			SILVA & SILVA ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA ME (183)	silva e silva esi	0	3.277,7143	3	
			PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME (586)		0	3.271,4402	2	
			SILVA & SILVA ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA ME (183)	silva e silva esi	0	1.299,0000	2	
			CADU EVENTOS LTDA EPP (578)		0	1.300,0000	3	
19	LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PALCO, NAS DIMENSÕES DE 6,00 METROS DE FRENTE 3,00 METROS DE PROFUNDIDADE, COM SEUS PÉS DE SUSTENTÇÃO EM ESTRUTURA METÁLICA, COM PISO EM COMPENSADO DE MADEIRA DE 20 MM, COM ALTURA MÁXIMA DO SOLO DE 1,00 METROS E ESCADA DE ACESSO COM CORRIMÃO, PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO: ENDURO DA LUA CHEIA NOS DIAS 11 E 12 DE FEVEREIRO DE 2017	DIA	PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME (586)		0	725,0000	1	
			SILVA & SILVA ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA ME (183)	silva e silva esi	0	749,0000	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Página: 8/9

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 02/01/2017		Válido até: 02/01/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE SEGURANÇA DESARMADA E CAPACITADA, LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS DE TENDAS E PALCOS E SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA USO NA "TEMPORADA DE VERÃO DO ANO DE 2017".							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CADU EVENTOS LTDA EPP (578)		0	750.0000	3

Página: 9/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 02/01/2017		Válido até: 02/01/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE SEGURANÇA DESARMADA E CAPACITADA, LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS DE TENDAS E PALCOS E SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA USO NA "TEMPORADA DE VERA0 DO ANO DE 2017".							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017

PROCESSO Nº 86/2016

- (183) - SILVA & SILVA ESTRUTURAS METALICAS LTDA ME
- (204) - GRUPO MUSICAL MATUSA LTDA
- (323) - SOMMERIO - SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA -ME
- (578) - CADU EVENTOS LTDA EPP
- (586) - PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME

Balneário Rincão, 2 de Janeiro de 2017.

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 905/2017 NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO 905/2017

NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, REVOGA O DECRETO MUNICIPAL Nº 861/2016 E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de seu cargo e, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal de 11 de Dezembro de 1997:

Decreta

Art. 1º. Fica nomeado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, com a seguinte composição:

I – Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: SIMONE WINGERT

Suplente: CELIA MARIA MEZZOMO

II – Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo:

Titular: FABIANA MICHELLE SCHAUBLE MACIEL

Suplente: DIANA MARCIA WIESCZORECK CANEPPELE

III – Representante das Escolas Públicas:

Titular: LUCIANE ZANGALLI BALENSIEFER

Suplente: MARCIA SERAFINI GIONGO

IV- Representante da Secretaria de Assistência Social:

Titular: SILVANA SCHULER DE QUADROS

Suplente: NEURA DERES

V – Representante do Conselho Comunitário:

Titular: JOÃO RAPACK

Suplente: NÁDIA ROBERTA STURMER ZACCARON

VI – Representante do Comércio:

Titular: ELIANE FÁTIMA MITTMANN

Suplente: JOSIANE DE FATIMA KORNOWSKI

VII - Representante das Entidades Religiosas:

Titular: ROSANE FABI

Suplente: ANTONIO BOFF

VIII – Representante da Associação de Pais de Professores (APP):

Titular: LEVINO JOSE BRESOLIN

Suplente: LAURI JOÃO MAZZARDO

Art. 2º. O exercício do mandato de Conselheiro será gratuito constituindo-se em serviço público relevante.

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário e em especial, o Decreto Municipal 861/2016.

BARRA BONITA/SC, 18 de Janeiro de 2017.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 907 NOMEIA MEMBROS PROCESSO SELETIVO

DECRETO Nº 907/2017

CRIA COMISSÃO E NOMEIA SEUS MEMBROS.

Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal, promulgada em 11 de dezembro de 1997,

DECRETA:

Art.1º. Fica criada Comissão Especial composta por: JEZICA GUARAGNI, JESSICA BERGMANN E DELCIRA GUBERT, todos funcionários públicos municipais, para sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão Municipal do Edital referente ao Processo Seletivo nº001/2017, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo, instaurado através do Edital de Processo Seletivo Nº. 001/2017.

Art. 2º. Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, prova de títulos e verificar quanto à publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º. Fica vedada a inscrição de parentes no referido processo seletivo, das pessoas acima nomeadas para a comissão do processo seletivo.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 DE JANEIRO DE 2017.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 908/2017 NOMEIA MEMBROS PROCESSO SELETIVO AMEOSC

DECRETO Nº. 908/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

NOMEAR COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO

Art.1º. Designar: JUSSARA SALETE REGINATTO, JACSON FELIX

SONAGLIO, UDINARA VANUSA ZANCHETTIN e ÉDINA G. TREMEA SPIRONELLO, brasileiros, representantes da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da Associação, compor a COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade a elaboração das provas, instaurado através do Edital de Processo Seletivo nº 001/2017.

Art.2º. Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração do programa de provas, assessorar quando da realização das inscrições, elaboração das provas bem como aplicá-las, corrigi-las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalação necessária para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art.3º. Fica vedada a inscrição de parentes no referido concurso público, das pessoas acima nomeadas para a comissão do Processo Seletivo e dos profissionais contratados para a elaboração das referidas provas;

Art.4º. As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art.5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA-SC,
19 DE JANEIRO DE 2017.
MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº906/2017 NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO 906/2017

“NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, REVOGA O DECRETO MUNICIPAL Nº 858/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de seu cargo e, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal de 11 de Dezembro de 1997:

Decreta

Art.1º- O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, será constituído de oito (08) membros titulares e oito membros suplentes, sendo quatro (04) representantes das Organizações Governamentais (OG) do Município e, quatro (04) representantes das Organizações não Governamentais (ONGs.), também do Município. Parágrafo Único: Dos representantes da Organização Governamental (OG), será sempre como membro efetivo o (a) Secretário (a) Municipal da Saúde.

I – 04 (QUATRO) REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS (OG) DO MUNICÍPIO SÃO:

REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS:

Titular: Fransiele Caneppele

Suplente: Nilva Baú Boss

Titular: Silvana Schuler De Quadros

Suplente: Gesi Zanotti

Titular: Gabriela Guaragni
Suplente: Crisianne Baldin

Titular: Nadia Bernardi
Suplente: Marli Caus De Luca

II – 04 (QUATRO) REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS) DO MUNICÍPIO:

REPRESENTANTE DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS:

Titular: Natalina Oldoni Favretto

Suplente: Rosane Fabi

REPRESENTANTE DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS:

Titular: Silta Maria Tavella

Suplente: Neli Clarice Bonatto Winck

REPRESENTANTE DOS CLUBES DE SERVIÇOS:

Titular: Jurandir Luiz Caneppele

Suplente: Silvia Bogus

REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS:

Titular: Helena Lamb

Suplente: Antonio Romano Boff

Art.2º - O exercício do mandato de Conselheiro será gratuito e constituirá serviço público relevante.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário e em especial o Decreto Municipal nº 751/2015.

BARRA BONITA/SC 18 de Janeiro de 2017.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 020, DE 13 DE JANEIRO DE 2017. “CONCEDE DIÁRIA, ADIANTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PORTARIA Nº 020, de 13 de janeiro de 2017.

“Concede diária, adiantamento e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve.

Art.1º- Conceder 2,5 (duas e meia) diárias ao Senhor Tafarel Boss, Matrícula nº 409501, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 337,50 (trezentos e trinta sete reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº03/2017 e Roteiro de Viagem nº01/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 300,00 (trezentos reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando nº02/2017, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 13 de janeiro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

QUADRO DE VAGAS PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2016 PROFESSORES PARA O ANO DE 2017**QUADRO DE VAGAS****PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2016 PROFESSORES PARA O ANO DE 2017**

Unidade Escolar	Disciplina / Turma	Carga horária	Períodos Semanais	Vagas
E.B. MUNICIPAL OLAVO BILAC	Geografia 6º ano ao 9º ano	20 horas	05 períodos	01 Vaga Excedente Turno – Mat./Vesp.
E.B. MUNICIPAL OLAVO BILAC	História 6º ano ao 9º ano	20 horas	05 períodos	01 Vaga Vinculada Turno – Mat./Vesp.
E.B. MUNICIPAL OLAVO BILAC	Pré - escolar	20 horas	05 períodos	01 Vaga Excedente Turno-Vespertino
E.B. MUNICIPAL OLAVO BILAC	Laboratório de informática	40 horas	10 períodos	01 Vaga Excedente Turno – Mat./Vesp.
E.I. MUNICIPAL ÁGUAS DO ÁRAÇÁ PRÉ ESCOLA PINGO DE GENTE E.B. MUNICIPAL OLAVO BILAC OFICINAS	Musicalização	20h	05 períodos	01 Vaga Excedente Turno – Mat./Vesp.
E.B. MUNICIPAL OLAVO BILAC	Ciências	20 horas	05 períodos	01 Vaga Excedente Turno – Mat./Vesp.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita torna público o Quadro de Vagas, conforme estabelecido no edital de Processo Seletivo nº. 002/2016 de professores para o ano de 2017.

Barra Bonita, 19 de janeiro de 2017.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

NADIA M. F. BERNARDI

Secretária Municipal de Educação

Barra Velha

PREFEITURA

INEX 006/2017 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 007/2017 – FUNTEC

Inexigibilidade de Licitação nº 006/2017 - FUNTEC

Contratada: LEANDRO MARCELO MELLIES 05309195912

Objeto: Apresentação Musical com a BANDA CANDIEIRO que acontecerá no dia 21 de janeiro de 2017 na Praia Central do Município.

Valor do Contrato: R\$ 8.000,00

Fund. Legal: Art. 25, Inciso III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 19 de janeiro de 2016.

LEANDRO MARCELO MELLIES - Contratado

VALTER MARINO ZIMMERMANN - Prefeito

INEX 007/2017 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 008/2017 – FUNTEC

Inexigibilidade de Licitação nº 007/2017 - FUNTEC

Contrato: 001/2016 - FUNTEC

Contratada: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE BEACH SOCCER.

Objeto: Contratação de serviço de arbitragem, organização, orientação e fiscalização, promoção e direção do campeonato de beach soccer 2017.

Valor do Contrato: R\$ 44.140,00

Fund. Legal: Art. 25, Inciso III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 19 de janeiro de 2017.

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE BEACH SOCCER.

- Contratado

VALTER MARINO ZIMMERMANN

- Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017 - PREF

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 003/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, onde o objeto é a AQUISIÇÃO PARCELADA DE PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR – PNAE/2017, DE ACORDO COM O QUE SE ENCONTRA DEFINIDO NA ESPECIFICAÇÃO E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 13h30min do dia 02/02/2017.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 02/02/2017 às 13h30min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo e-mail compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 20 de Janeiro de 2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 411

DECRETO EXECUTIVO Nº 411/2017, DE 18 DE JANEIRO DE 2017

"SUSPENDE O PAGAMENTO DA PROGRESSÃO VERTICAL CONCEDIDA A PROFESSORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Prágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as Progressões Verticais para serem implementadas necessitam da realização de estudos de impacto financeiro e orçamentário e especialmente da fixação do número de vagas, conforme determina o Artigo 10, § 2º, da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012 e o Artigo 5º, § 2º da Lei Municipal Nº 1.151/2016 de 18 de Fevereiro de 2016; considerando ainda, que o Juiz de 1ª Instância que concedeu parcialmente a segurança pleiteada, determinou a remessa dos Autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por força de remessa necessária, nos termos do Artigo 496 do Código de Processo Civil e do disposto no Artigo 14, § 1º da Lei Federal Nº 12.016/2009; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental,

sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento;

DECRETA:

Art.1º. Ficam suspensos os pagamentos à título de reposição salarial, concedidos pela Lei Municipal Nº 1.191 de 19 de Dezembro de 2016, à favor dos servidores públicos municipais, em razão dos vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade nela existentes, especialmente em razão de:

I- afronta a transgressão à legislação eleitoral, especialmente das disposições contidas no Artigo 73, Inciso VIII, da Lei Federal Nº 9.504 de 30 de Setembro de 1997;

II- desobediência as normas legais contidas no Artigo 359-G do Código Penal, com a redação que lhe foi dada pela Lei Federal Nº 10.028 de 19 de Outubro de 2000;

III- a não observância as normas que regem o Processo Legislativo Municipal, especialmente as disposições contidas nos Artigos 42 e 43 "Caput" da Lei Orgânica do Município.

Art.2º. A suspensão determinada por este decreto, se estenderá até a realização de estudo de impacto financeiro sobre as despesas públicas com pessoal e a tomada de nova iniciativa legislativa.

Art.3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 18 de Janeiro de 2017.

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

OINDERSON DAMASO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Este decreto foi publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo em 18 de Janeiro de 2017.

OINDERSON DAMASO

Secretário de Administração e Fazenda

LEI 1.192

LEI Nº 1.192 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

"AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL A PROMOVER A CONCESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art.1º. Fica o Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, autorizado

a promover a cessão de uso de bens móveis, equipamentos e implementos agrícolas de propriedade do Município, por Associações de Agricultores devidamente constituídas na forma da legislação vigente, para a utilização em benefício dos agricultores a elas vinculados de acordo com as disposições contidas na presente lei.

Art.2º. As Associações beneficiadas com a concessão de uso de que trata a presente lei são as seguintes:

I- Associação Comunitária de Colonia Ouro Verde, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ sob Nº 03.078.624/0001-10, com sede na localidade denominada Colônia Ouro Verde, no interior do Município;

II- Associação de Moradores União Faz a Força, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ sob Nº 02.570.512/0001-19, com sede na localidade denominada Rio Bonito, no interior do Município.

Art.3º. Os bens móveis equipamentos e implementos agrícolas de propriedade do Município, que serão cedidos para a utilização pela Associação Comunitária de Colônia Ouro Verde são os seguintes:

I- Balança Mecânica para 2.000 kg;

II- Colhedora de Forragens com 1 Bica de Saída (milho e sorgo);

Art.4º. Os bens móveis equipamentos e implementos agrícolas de propriedade do Município, que serão cedidos para a utilização pela Associação de Moradores União Faz a Força são os seguintes:

I- um aterrador, modelo para terra completo;

II- um arado subsolador com 5 hastes;

III- uma grade niveladora modelo SP (28x20);

IV- um raspo transportador;

V- um distribuidor de calcário com 2 pneus de 14 lonas;

VI- um distribuidor de fertilizantes de adubo e ureia;

VII- uma lâmina traseira com controle remoto.

Art.5º. As despesas com manutenção e conservação dos bens, equipamentos e implementos agrícolas de que trata esta lei, correrão por conta do Município cedente, não cabendo qualquer indenização ou compensação quando ocorrer o término da cessão por qualquer motivo.

Parágrafo único- A Associação beneficiária, através de seu Presidente deverá comunicar imediatamente ao Prefeito Municipal e ao Secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, qualquer avaria que o bem, equipamento e implemento venha a sofrer, solicitando ainda a sua reforma, restauração e recuperação, para que os bens cedidos permaneçam em condições de uso.

Art.6º. A cessão de uso autorizada por esta lei, será realizada pelo prazo de 2 (dois) anos, com direito a prorrogação por igual período e quando for extinta os bens móveis, equipamentos e implementos agrícolas cedidos, retornarão ao Município, independentemente de notificação e sem direito a indenização, se a Associação Cessionária:

I- der aos bens e equipamentos destinação diversa daquela descrita nesta lei e no respectivo Termo de Concessão;

II- encerrar suas atividades antes do término do prazo de cessão de uso.

Art.7º. O período de uso dos equipamentos pelos agricultores de forma individual, será disciplinado pelas Associações de Agricultores beneficiadas, mediante deliberação em suas assembleias gerais.

Art.8º. As concessões de uso de que trata a presente lei, será regulamentada mediante a expedição do competente Termo de Concessão de Uso assinado entre o Prefeito Municipal e o Presidente de cada uma das Associações beneficiadas.

Art.9º. Fica o Prefeito Municipal autorizado a expedir os decretos e regulamentos necessários à fiel execução da presente lei e a

promover a assinatura dos respectivos Termos de Concessão de Uso.

Art.10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.11. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 18 de Janeiro de 2017.

Adelmo Alberti

Prefeito Municipal

Oinderson Damaso

Secretário de Administração e Fazenda

LEI 1.193

LEI Nº 1.193 DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

“INSTITUI PROGRAMA MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL – REFIS PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal Municipal – REFIS MUNICIPAL, com a finalidade de implementar a arrecadação, bem como efetivar a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos dos contribuintes pessoas físicas e jurídicas, relativos ao IPTU – Imposto Predial Territorial e Urbano, ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e Taxas Administrativas Municipais em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2016, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

§ 1º. Para os efeitos desta Lei, considera-se crédito tributário o montante apurado e atualizado monetariamente no momento do pagamento à vista ou da primeira parcela, podendo ser constituído de:

I- tributo devido, atualizado;

II- multa e juros reduzidos, inclusive os de caráter moratório.

§ 2º. Os benefícios decorrentes desta Lei expiram em 30 de junho de 2017.

Art.2º. O ingresso no REFIS MUNICIPAL dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais na forma definida na tabela abaixo:

PERCENTUAL DE DESCONTO		
Forma de Pagamento	Juros	Multa
À Vista	100%	100%
Em 05 parcelas	80%	80%
Em 10 parcelas	50%	50%
Em 15 parcelas	30%	30%
Em 20 parcelas	10%	10%

§ 1º. O valor mínimo da parcela será de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoa física e R\$ 100,00 (cem reais) para pessoa jurídica.

§ 2º. Tratando-se de débitos tributários inscritos em dívida ativa, objeto de ação executiva, o pedido de parcelamento suspenderá a execução até a quitação do parcelamento.

§ 3º. A primeira parcela deverá ser paga no ato do parcelamento.

Art.3º. A adesão ao REFIS MUNICIPAL implica:

I- na confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais;

II- na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos,

relativamente à matéria cujo respectivo débito queira parcelar;
III- na ciência acerca dos executivos fiscais e respectivos valores, nas hipóteses de ações de execução fiscal pendentes;
IV- na aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas;
V- no compromisso de recolhimento dos respectivos tributos do exercício corrente.

Art.4º. O requerimento de adesão deverá ser apresentado através de formulário específico devidamente assinado pelo devedor ou seu representante legal com poderes especiais, com a distinção e discriminação dos valores além do número da ação, se existente.

Art.5º. Constitui causa para exclusão do contribuinte do REFIS MUNICIPAL, com a consequente revogação do parcelamento:

I- o atraso no pagamento de duas parcelas consecutivas, relativas aos tributos abrangidos pelo Programa de Recuperação Fiscal;
II- o descumprimento dos termos da presente Lei ou de qualquer intimação ou notificação efetuada no interesse de seu cumprimento.

Parágrafo único- A exclusão das pessoas físicas e jurídicas do Refis Municipal implicará na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e, se for o caso, automática execução do débito ou continuidade da dívida já ajuizada, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art.6º. O prazo para adesão ao REFIS MUNICIPAL encerra-se impreterivelmente na data de 30 de junho de 2017.

Art.7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 18 de Janeiro de 2017.

Adelmo Alberti
Prefeito Municipal

Oinderson Damaso
Secretário de Administração e Fazenda

LEI 1.194

LEI Nº 1.194 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR A BAIXA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PRESCRITOS, NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art.1º. Fica autorizada a baixa de créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa, já prescritos, em que não houve causa suspensiva e/ou interruptiva da prescrição e não tenha sido ingressada ação de execução fiscal, a fim de promover a adequação do saldo de créditos tributários do Município, decorrentes de débitos de pessoas físicas ou jurídicas.

Parágrafo Único- Consideram-se prescritos os créditos tributários lançados há mais de 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva, tendo sua extinção regulamentada nos moldes dos art. 9 e 14, V, da Lei Complementar n. 388, de 20 de dezembro de 2004, Código Tributário Municipal.

Art.2º. A baixa dos créditos prescritos será desempenhada pela

Secretaria Municipal da Fazenda, a quem compete realizar os procedimentos administrativos pertinentes.

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 18 de Janeiro de 2017.

Adelmo Alberti
Prefeito Municipal

Oinderson Damaso
Secretário de Administração e Fazenda

LEI 1.195

LEI Nº 1.195 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

“AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL A PROMOVER A CONCESSÃO DE REAJUSTE SALARIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art.1º. Fica o Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, autorizado a promover a concessão de reajuste salarial aos servidores públicos municipais que atualmente recebem a importância inferior a um salário mínimo, atendendo assim as disposições contidas no Artigo 42 da Lei Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997.

Art.2º. O reajuste concedido por esta lei, abrange todos os órgãos da estrutura administrativa municipal e especificamente os seguintes cargos:

I-Auxiliar de Serviços Gerais;

II- Merendeira;

III- Monitora de Creche;

IV- Servente;

V- Auxiliar Administrativo;

VI- Auxiliar de Enfermagem;

VII- Auxiliar de Odontologia;

VIII- Conselheiras Tutelares.

Art.3º. Os servidores investidos nos cargos relacionados nos Incisos I a IX do Artigo 2º desta lei, passarão a receber a contar da data de 01 de Janeiro de 2017 a remuneração equivalente ao valor fixado para o salário mínimo nacional ou seja, R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais).

Art.4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 18 de Janeiro de 2017.

Adelmo Alberti
Prefeito Municipal

Oinderson Damaso
Secretário de Administração e Fazenda

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017 - PREF

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 004/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, onde o objeto é a AQUISIÇÃO PARCELADA DE PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR CRECHES – PNAC/2017, DE ACORDO COM O QUE SE ENCONTRA DEFINIDO NA ESPECIFICAÇÃO E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 13h30min do dia 03/02/2017.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 03/02/2017 às 13h30min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo e-mail compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 20 de Janeiro de 2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PP 75/2016

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 19/01/2017 - HORÁRIO DE INÍCIO: 09:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/2016

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 75/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (CARTUCHOS DE TINTA E TONER) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para o recebimento do credenciamento, dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 75/2016, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e JOICE APARECIDA COSTA, nomeados pela Portaria nº 003/2017. Aberta a sessão, verificou-se que compareceram ao certame protocolando os envelopes no setor de protocolo até o horário estipulado as empresas: AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME, TECTONER RECARGA DE TONER LTDA, WP DO BRASIL LTDA EPP, OMEGA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS PARA IMPRESSAO LTDA ME e CAURE INFORMATICA E SUPRIMENTOS LTDA. As empresas participantes apresentaram seus credenciamentos em conformidade com o exigido no item 3.4 do Edital, credenciando respectivamente seus representantes legais conforme a seguir: ADRIANO KOEPEL, MARCOS KEITI UEDA, RODRIGO DA SILVA GEREMIAS, LEANDRO OCHOZKI, ANDRE GONCALVES. Foram analisadas as Declarações de Habilitação apresentadas pelas empresas acima mencionadas, e concluiu-se que as mesmas cumprem a exigência do item 3.5 do Edital. Todas as licitantes apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Foram disponibilizados a todos os presentes os documentos de credenciamento para serem rubricados. Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes identificados como de Propostas de Preços, sendo as propostas neles contida disponibilizadas aos licitantes presentes para serem conferidas e rubricadas. Ato contínuo, foram analisadas as propostas pelo pregoeiro e equipe de apoio e inseridos os preços apresentados no sistema. Após a análise das propostas, relativamente as imposições do Edital, todas foram consideradas classificadas, ficando a ordem de classificação inicial, conforme anexo desta Ata. Ato contínuo abriu-se a fase dos lances e de negociação direta com as licitantes, o qual transcorreu conforme relatório de lances em anexo. Encerrada a fase dos lances e de negociação direta o Pregoeiro procedeu a abertura dos envelopes identificados como de Habilitação das licitantes classificadas como primeiras colocadas. Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim as licitantes melhores colocadas estão HABILITADAS e, portanto, DECLARADAS VENCEDORAS do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O pregoeiro questiona quanto à intenção de interpor recurso contra algum ato do procedimento licitatório praticado durante a sessão, contra o Pregoeiro e/ou contra a Comissão de Licitação. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. O Pregoeiro solicitou a licitante vencedora que apresente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a Proposta de Preços readequada de acordo com o valor global alcançado pela mesma no certame. Após os fatos, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR os respectivos itens do presente certame às empresas vencedoras. Em seguida lavrou-se a presente Ata que foi achada conforme. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise da Assessoria Jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio
------------------------------------	-------------------------------------	--

LICITANTES PRESENTES:

ADRIANO KOEPEL

MARCOS KEITI UEDA

RODRIGO DA SILVA GEREMIAS

LEANDRO OCHOZKI

ANDRE GONCALVES

ANEXO DA ATA DA SESSÃO
Pregão Presencial nº 000075/2016

Propostas iniciais apresentadas:

Item: 00001 TONERS DIVERSOS

Fornecedor	Proposta
OMEGA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS PARA	37.041,6200
TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	42.465,0000
WP DO BRASIL LTDA EPP	43.955,5700
CAURE INFORMATICA E SUPRIMENTOS LTDA	43.988,0000

Item: 00002 CARTUCHOS DE TINTA DIVERSOS

Fornecedor	Proposta
AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	30.369,6000
OMEGA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS PARA	33.543,3900
TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	33.875,0000
CAURE INFORMATICA E SUPRIMENTOS LTDA	34.760,0000
WP DO BRASIL LTDA EPP	35.103,6000

Lances e negociações efetuados:

Itens	Participantes	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	36.950,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	37.000,0000	0,0000
1	OMEGA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS PARA	36.800,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	36.600,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	36.700,0000	0,0000
1	OMEGA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS PARA	36.590,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	36.450,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	36.500,0000	0,0000
1	OMEGA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS PARA	36.400,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	36.250,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	36.300,0000	0,0000
1	OMEGA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS PARA	36.240,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	36.150,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	36.200,0000	0,0000
1	OMEGA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS PARA	36.120,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	36.050,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	36.100,0000	0,0000
1	OMEGA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS PARA	36.000,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	35.850,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	35.900,0000	0,0000
1	OMEGA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS PARA	35.840,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	35.750,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	35.800,0000	0,0000
1	OMEGA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS PARA	35.740,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	35.650,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	35.700,0000	0,0000
1	OMEGA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS PARA	35.640,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	35.555,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	35.600,0000	0,0000
1	OMEGA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS PARA	35.550,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	34.950,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	35.000,0000	0,0000
1	OMEGA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS PARA	34.500,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	33.950,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	34.000,0000	0,0000
1	OMEGA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS PARA	33.900,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	32.950,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	33.000,0000	0,0000
1	OMEGA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS PARA	32.940,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	31.950,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	32.000,0000	0,0000
1	OMEGA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS PARA	31.900,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	30.950,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	31.000,0000	0,0000

1	OMEGA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS PARA	30.900,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	29.950,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	30.000,0000	0,0000
1	OMEGA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS PARA	29.900,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	28.950,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	29.000,0000	0,0000
1	OMEGA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS PARA	28.800,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	27.950,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	28.000,0000	0,0000
1	OMEGA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS PARA	0,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	27.850,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	27.900,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	27.750,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	27.800,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	27.650,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	27.700,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	27.550,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	27.600,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	27.450,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	27.500,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	27.350,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	27.400,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	27.250,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	27.300,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	27.150,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	27.200,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	27.050,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	27.100,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	26.950,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	27.000,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	26.850,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	26.900,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	26.750,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	26.800,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	26.650,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	26.700,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	26.550,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	26.600,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	26.450,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	26.500,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	26.350,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	26.400,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	26.250,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	26.300,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	26.150,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	26.200,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	26.050,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	26.100,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	25.950,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	26.000,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	25.850,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	25.900,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	25.000,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	25.800,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	24.800,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	24.900,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	24.700,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	24.750,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	24.600,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	24.650,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	24.500,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	24.550,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	24.400,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	24.450,0000	0,0000

1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	24.300,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	24.350,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	24.200,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	24.250,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	24.000,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	24.150,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	23.900,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	23.950,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	23.800,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	23.850,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	23.700,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	23.750,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	23.600,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	23.650,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	23.500,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	23.550,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	23.400,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	23.450,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	23.300,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	23.350,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	23.200,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	23.250,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	23.100,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	23.150,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	23.000,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	23.050,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	22.900,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	22.950,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	22.700,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	22.800,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	22.500,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	22.600,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	21.900,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	22.000,0000	0,0000
1	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	0,0000	0,0000
1	WP DO BRASIL LTDA EPP	21.500,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	30.250,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	30.350,0000	0,0000
2	OMEGA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS PARA	30.300,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	30.180,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	30.200,0000	0,0000
2	OMEGA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS PARA	30.190,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	30.140,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	30.170,0000	0,0000
2	OMEGA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS PARA	30.150,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	30.130,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	30.135,0000	0,0000
2	OMEGA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS PARA	0,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	30.090,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	30.100,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	30.050,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	30.080,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	30.030,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	30.040,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	29.950,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	30.000,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	29.890,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	29.900,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	29.830,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	29.850,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	29.790,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	29.800,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	29.740,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	29.750,0000	0,0000

2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	29.700,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	29.720,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	29.640,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	29.650,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	29.600,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	29.620,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	29.580,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	29.590,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	29.540,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	29.550,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	29.500,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	29.520,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	29.440,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	29.450,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	29.400,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	29.420,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	29.370,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	29.380,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	29.340,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	29.350,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	29.310,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	29.320,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	29.290,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	29.300,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	29.190,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	29.200,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	29.090,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	29.100,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	28.950,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	29.000,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	28.800,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	28.900,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	28.500,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	28.700,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	28.000,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	28.400,0000	0,0000
2	AJ BRASIL INFORMATICA EIRELI ME	0,0000	0,0000
2	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	27.900,0000	0,0000

Vencedores:

Fornecedor	Item/Sub	Qtd	Und	Preço Unitario	Preço Total
142980 - WP DO BRASIL LTDA EPP	1	1,00000	UND	21.500,00	21.500,00
133817 - TECTONER RECARGA DE TONER LTDA	2	1,00000	UND	27.900,00	27.900,00

AVISO DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO 5/2017

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 5/2017

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que estará realizando o CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABOTARORIAIS. Os envelopes serão recebidos a partir do dia 23 de janeiro de 2017, em horário de expediente, durante o período de vigência do credenciamento. Os envelopes deverão ser protocolados no Setor de Protocolo da Prefeitura. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, situado na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou por e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 19 de janeiro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO 6/2017

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 6/2017

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que estará realizando o CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA. Os envelopes serão recebidos a partir do dia 23 de janeiro de 2017, em horário de expediente, durante o período de vigência do credenciamento. Os envelopes deverão ser protocolados no Setor de Protocolo da Prefeitura. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, situado na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou por e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 19 de janeiro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO - DP 2/2017 - AGRICULTURA FAMILIAR

CHAMADA PÚBLICA Nº. 2/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2017

Chamada Pública nº 2/2017, para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme §1º do art.14 da Lei nº 11.947/2009 e Resolução FNDE nº 4/2015.

Afim de atender ao disposto no Art. 26 da Resolução nº 4/2015, fica prorrogado a data de entrega e abertura dos envelopes conforme segue: ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e Projeto de Venda até as 9h do dia 13 de fevereiro de 2017. ABERTURA: dia 13 de fevereiro de 2017 as 9:05h. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 19 de janeiro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO 1/2017 - CÂMARA DE VEREADORES

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2017

Contratada: INFO DIGITALE - SOLUCOES TECNOLOGICAS PARA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Objeto: LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA GEDOC E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Valor Total Contratado: R\$ 6.625,68

Vigência: 02/01/2017 a 31/12/2017

Data Assinatura: 02/01/2017

ALMIR BUTZKE - Presidente de Câmara de Vereadores

LEI COMPLEMENTAR Nº 143 - DISPÕE SOBRE A DATA BASE PARA FINS DE REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO E SUBSÍDIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, NA FORMA DO INCISO X DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Lei Complementar nº 143, de 19 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a data base para fins de revisão geral anual da remuneração e subsídio dos servidores públicos, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - É fixada em janeiro de cada ano a data-base para fins de revisão geral anual da remuneração e subsídio dos servidores públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Benedito Novo, nos termos do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 2º - A revisão geral anual de que trata o art. 1º desta Lei Complementar observará as seguintes condições:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias;

II - definição do índice em lei específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na lei orçamentária anual;

IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo governo, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de interesse econômico e social;

V - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho; e

VI - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º - Para os salários majorados devido à elevação do salário mínimo ou do piso salarial, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto nesta Lei Complementar.

Art. 4º - Para o exercício de 2017, a remuneração e os subsídios dos agentes públicos do Município de Benedito Novo serão revisados em percentual de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento), sem distinção de índices.

§ 1º - A revisão geral anual de que trata o "caput" deste artigo, será aplicada a todos os salários e/ou subsídios:

I - de empregos de provimento efetivo ou comissionados;

II - de admitidos em caráter temporário (ACT);

III - de Conselheiros Tutelares;

IV - dos empregos da Estratégia de Saúde da Família ESF/PACS;

V - dos aposentados e pensionistas da municipalidade.

§ 2º - A revisão geral de que trata o caput deste artigo incide, inclusive, sobre o valor da bolsa-estágio de que trata a Lei nº 1.218, de 29-05-2002.

§ 3º - O percentual da revisão prevista no caput deste artigo, incide, integralmente, para atualização do valor das Funções Gratificadas de que trata o Anexo III da Lei Complementar nº 8, de 03/06/1997, alterada pela LC 10, de 28/08/1997.

§ 4º - Considerando-se que a revisão geral de que trata esta Lei Complementar ocorre em percentual inferior à variação da inflação de 2016 a diferença poderá integrar futura revisão anual, observadas as condições do Art. 2º deste diploma legal, vedada à concessão de efeitos financeiros retroativos.

§ 5º - O percentual da revisão prevista no caput deste artigo não se aplica ao subsídio dos agentes remunerados na forma da Lei Complementar nº 140, da Lei nº 1.825 e da Lei nº 1.826, todas

de 10/06/2016, por expressa vedação estabelecida nestes dispositivos, que reservam revisão geral somente a partir do exercício de 2018.

Art. 5º - Fica estabelecido em R\$ 2.298,83 (dois mil, duzentos e noventa e oito reais e oitenta e três centavos) o vencimento do Professor I-40, símbolo P-I-40 e Auxiliar de Desenvolvimento da Educação Infantil, símbolo ADEI, profissionais do magistério, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme publicação oficial do Ministério da Educação.

§ 1º - Ao Professor I-20, símbolo P-I-20, o vencimento será de R\$ 1.149,42 (um mil, cento e quarenta e nove reais e quarenta e dois centavos), equivalente a uma jornada de 20 (vinte) horas semanais.

§ 2º - Aos servidores beneficiados na forma do caput e § 1º deste artigo, aplica-se o disposto no artigo 3º desta Lei Complementar, de forma que o índice da revisão geral anual previsto no artigo 4º fica compensado pelo reenquadramento salarial.

Art. 6º - A despesa decorrente da aplicação desta Lei Complementar correrá a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa anual.

Art. 7º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º janeiro de 2017, revogada a Lei Complementar nº 89, de 17/01/2012, e demais disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 19 de janeiro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Esta Lei Complementar foi publicada pela forma regulamentar. Benedito Novo, aos 19 de janeiro de 2017.

Joice Aparecida Costa
Agente Administrativo

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

O Inciso X do Artigo 37 da Constituição Federal assegura a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e dos subsídios dos agentes políticos, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Neste contexto, o próprio TCE/SC orientou por meio de diversos prejulgados, que o percentual da revisão geral anual deveria seguir um índice oficial de medida de inflação, fato que motivou a edição de lei local elegendo o INPC para tal intento.

Ocorre que recentemente foi editado a Sumula Vinculante nº 42 pelo Supremo Tribunal Federal, contendo a seguinte ementa: "É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária".

Para isso, o Supremo Tribunal Federal valeu-se do seguinte precedente representativo:

"8. De se ver, pois, que o entendimento prevalecente no Supremo Tribunal Federal é no sentido de que o reajuste automático de vencimentos de servidores públicos, tomando-se como base a variação de indexadores de atualização monetária, como o Índice de Preços ao Consumidor-IPC, desrespeitam a autonomia dos Estados-membros e a vedação constitucional de vinculação, para efeito de remuneração de servidores públicos, nos termos dos arts. 25 e

37, inc. XIII, da Constituição da República, respectivamente." (ADI 285, Relatora Ministra Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, julgamento em 4.2.2010, DJe de 28.5.2010)

Por outro lado, tanto a Lei Federal nº 10.331, de 18/12/2001, quanto a Lei Estadual nº 15.695, de 21/12/2011, ao regularem o inciso X do Artigo 37 da Constituição Federal, o fizeram remetendo a necessidade de Lei específica para definição do índice anual.

Além disso, tais dispositivos estabelecem que a revisão geral anual observe as seguintes condições:

I - autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - definição do índice em lei específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na Lei Orçamentária Anual;

IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo Governo, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de interesse econômico e social;

V - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho; e

VI - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

Desta forma, em deliberação adotada no âmbito da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI e após reunião com a Federação Catarinense dos Municípios – FECAM, entendeu-se pertinente à remessa da presente proposição, adotando-se a mesma regulamentação vigente a nível estadual e federal, com manutenção da data base para revisão geral anual em janeiro de cada ano.

Assim, posteriormente o índice anual será objeto de proposição específica e contemplará a recomposição da perda do poder aquisitivo da remuneração dos servidores ocupantes de empregos efetivos, empregos em comissão, empregos do PSF/PACS e contratados temporariamente, estendendo-se também ao subsídio dos Conselheiros Tutelares, dos Secretários e Agentes Políticos, e ao valor de outras vantagens e benefícios, conforme disciplina legal.

Por outro lado, embora tenhamos autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias e previsão do montante das respectivas despesas e correspondentes fontes de custeio na Lei Orçamentária Anual, e estejamos aproveitando esta proposição para definição do índice da revisão para o atual exercício, não existem condições econômicas e fiscais para reposição integral dos índices da inflação registrados no ano de 2016.

Apontamos também que o complicado cenário econômico acarretou baixo crescimento das receitas em descompasso com a inflação registrada no período, e elevação adicional de custos para manutenção dos serviços públicos, sem a garantia de manutenção de receitas extraordinárias decorrentes da repatriação de bens e valores.

Com isso, vimos propor a concessão de um índice de revisão geral anual correspondente a 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) para o exercício de 2017, havendo a possibilidade de futura recuperação da diferença, quando o cenário econômico e fiscal for mais favorável.

Reiteramos que tal índice não será aplicado ao subsídio dos Secretários Municipais, do Prefeito, do Vice-Prefeito, do Presidente da Câmara e dos Vereadores porque os mesmos tiveram valores fixados pela Lei Complementar nº 140/2016 e/ou Leis nº 1.825/2016 e nº 1.826/2016 para vigorar a contar de janeiro/2017, fazendo jus à revisão geral anual somente em 2018.

Pelo exposto, submetemos a apreciação de Vossas Excelências o

presente Projeto de Lei, solicitando sua aprovação Em Regime de Urgência, por ser de relevante interesse público.

Município de Benedito Novo, aos 10 de janeiro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Biguaçu

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 64/2016 - PREGÃO PRESENCIAL - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 64/2016 FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RATICIDA PARA A VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 2 de fevereiro, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 2 de fevereiro de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: No site da Prefeitura www.bigua.net ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

DECRETA:

Art.1º Conceder, pensão por morte, em face do óbito do servidor efetivo ativo PEDRO PAULO AMARAL, brasileiro, casado, ex-portador do CPF nº 654.641.509-78, em caráter integral, nos termos do inciso II do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e dos artigos 34 a 41 da Lei Municipal nº 1.619/2001, à dependente presumida VALDETE ANTONIO LUIZ AMARAL (esposa).

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte em caráter integral, nos termos do inciso II do §7º do art. 40 da Constituição da República, observada a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, perfazendo o montante bruto total de R\$ 1.439,14 (um mil quatrocentos e trinta e nove reais e quatorze centavos) que serão pagos mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos a 10/12/2016 – data do óbito do servidor efetivo ativo.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2017.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

COMUNICADO TP160/2016-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

COMUNICADO REFERENTE À TP160/2016-PMB

A Diretoria de Licitação e Contratos através da Presidente da Comissão de Licitação vem, por meio dessa, comunicar às empresas participante na TP160/2016-PMB o seguinte exposto:

Transcorrido o prazo recursal e não havendo manifestação de recursos acerca da inabilitação das Empresas DIOGO LUIZ BARCELOS EIRELI EPP E JRM CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA, comunicamos que será aberta as propostas de preços da empresa habilitada PAM CONSTRUÇÕES LTDA EPP, no dia 23 de janeiro de 2017, às 14h00min horas, na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Biguaçu.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS

Presidente da Comissão de Licitação

DECRETO Nº 004/2017

DECRETO Nº 004/2017 DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

Concede pensão por morte, em face do óbito do servidor efetivo ativo PEDRO PAULO AMARAL, em caráter integral, nos termos do inciso II do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e nos artigos 34 a 41 da Lei Municipal nº 1.619/2001, à dependente presumida VALDETE ANTONIO LUIZ AMARAL, com efeitos a partir de 10/12/2016, e dá outras providências.

PORTARIA Nº 013/2017

Portaria n.º 013 de 10 de janeiro de 2017.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município. Considerando a falta de servidores na Fundação Municipal do Meio Ambiente de Biguaçu para análise e aprovação de projetos; Considerando a extrema urgência no andamento dos projetos e processos.

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Participativa, por meio de seu corpo técnico, a analisar, aprovar e licenciar, juntamente com a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Biguaçu, os projetos e processos em andamento.

Parágrafo único A referida competência terá vigência até que o quadro técnico seja composto.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 10 de janeiro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 014/2017

Portaria n.º 014 de 10 de janeiro de 2017.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município. Considerando a falta de quadro técnico na Fundação Municipal do Meio Ambiente de Biguaçu para análise elaboração de pareceres e autorizações/licenças ambientais;

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar à servidora Sofia Hartmann, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Florestal, a competência para análise, elaboração de pareceres e autorizações/licenças ambientais.

Parágrafo único A referida competência terá vigência até que o quadro técnico seja composto.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 10 de janeiro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 015/2017

PORTARIA nº 015 de 10 de janeiro de 2017

Designa o (a) Servidor (a) para responder pela Superintendência da Fundação Municipal do Meio Ambiente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) Andréa Felipe, ocupante do cargo efetivo de Fiscal do Meio Ambiente, detentor(a) da matrícula 8091-1, do quadro de pessoal da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Biguaçu, para responder pela Superintendência da Fundação Municipal do Meio Ambiente, cumulativamente com as funções que já exerce, a contar de 05/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/01/2017.

Biguaçu, 10 de janeiro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 047/2017

Portaria n.º 047 de 18 de janeiro de 2017.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município. Considerando a falta de corpo técnico na Vigilância Sanitária Municipal para vistoria de habite-se;

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Participativa, por meio de seu corpo técnico, para auxiliar e acompanhar, juntamente com a Vigilância Sanitária Municipal, as vistorias de habite-se.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 048/2017

PORTARIA nº 048 de 19 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Fernando Ricardo Dotto, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Assistente de Ensino Fundamental, nível CC-5, na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 23/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 23/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 049/2017

PORTARIA nº 049 de 19 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, João Fernando da Cruz Filho, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor de Transporte Escolar, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 04/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 050/2017

PORTARIA nº 050 de 19 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de

fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Aclici João de Campos, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Gerente de Relacionamento, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Participativa, a contar de 04/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 051/2017

PORTARIA nº 051 de 19 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Maria da Glória Francisco, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete, nível CC-5, na Secretaria Municipal de Governo, a contar de 06/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 052/2017

PORTARIA nº 051 de 19 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Maria da Glória Francisco, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete, nível CC-5, na Secretaria Municipal de Governo, a contar de 06/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 053/2017

PORTARIA nº 053 de 19 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Silvio Severino, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Gerente de Serviços Urbanos, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Obras, Desenvolvimento Urbano e Transportes, a contar de 04/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 054/2017

PORTARIA nº 054 de 19 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Leonardo Simões da Silveira, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Assistente Técnico, nível CC-5, na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 18/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 055/2017

PORTARIA nº 55 de 19 de janeiro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA DA CONCEIÇÃO MARTINS, para desempenhar as funções do cargo não provido de

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, a partir de 07/01/2016 com término de contrato indeterminado conforme determinação da Lei Federal nº 11.350/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/01/2016.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 056/2017

PORTARIA nº 056 de 19 de janeiro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ALZIRA CATARINA FERREIRA PEDRO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, a partir de 01/04/2016 com término de contrato indeterminado conforme determinação da Lei Federal nº 11.350/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2016.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 057/2017

PORTARIA nº 057 de 19 de janeiro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RAQUEL MORAES DA SILVA COELHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, a partir de 04/02/2016 com término de contrato indeterminado conforme determinação da Lei Federal nº 11.350/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/02/2016.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 058/2017

PORTARIA nº 058 de 19 de janeiro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JEAN PATRICK ROUSSENQ KLEHN, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 059/2017

PORTARIA nº 059 de 19 de janeiro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KAROLINE BUNN BORBA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO ESPECIALISTA II (GINECOLOGISTA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 20 horas semanais, no período de 01/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 060/2017

PORTARIA nº 060 de 19 de janeiro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUIZ ADEMAR DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 18/09/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/09/2016.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 061/2017

PORTARIA nº 061 de 19 de janeiro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VALDECIR GODINHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 16/09/2016 a 31/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/09/2016.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 062/2017

PORTARIA nº 062 de 19 de janeiro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CREMILSON LUIZ, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 12/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 063/2017

PORTARIA nº 063 de 19 de janeiro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ERNANI VASCONCELOS DA ROSA, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 06/10/2016 a 31/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/10/2016.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 064/2017

PORTARIA nº 064 de 19 de janeiro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANTONIO LEOCADIO

ELISARDO, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Administração, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 065/2017

PORTARIA nº 065 de 19 de janeiro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ITAMAR CARDOSO, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras, Desenvolvimento Urbano e Transportes, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 066/2017

PORTARIA nº 066 de 19 de janeiro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SEBASTIAO MANOEL AMARAL, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras, Desenvolvimento Urbano e Transportes, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 067/2017

PORTARIA nº 067 de 19 de janeiro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), EDSON GONÇALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 068/2017

PORTARIA nº 068 de 19 de janeiro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FRANCINE ADRIANO CORRÊA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/02/2017 a 30/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 069/2017

PORTARIA nº 069 de 19 de janeiro de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/201, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Marivalde Inês Kons Hoffmann, detentora do cargo de provimento efetivo de Escriurário, inscrito(a) na matrícula funcional nº 449-1, para exercer a Função de Confiança de Diretor de Legislação e Expediente, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 070/2017

PORTARIA nº 070 de 19 de janeiro de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/201, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora Priscila Raimundo Pinheiro, detentora do cargo de provimento efetivo de Contador, inscrita na matrícula funcional nº 9025-1, para exercer a Função de Confiança de Gerente Contábil, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 071/2017

PORTARIA nº 071 de 19 de janeiro de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/201, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora Marina Petri Corrêa, detentora do cargo de provimento efetivo de Escriurário, inscrita na matrícula funcional nº 9826-1, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Contratos, Documentos e Arquivo Funcional, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 072/2017

PORTARIA nº 072 de 19 de janeiro de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/201, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Marisa da Cruz de Lima, detentora do cargo de provimento efetivo de Escriurário, inscrito(a) na matrícula funcional nº 15884-6, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Tesouraria, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 073/2017

PORTARIA nº 073 de 19 de janeiro de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/201, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Oizes Vieira Mendes, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Escriurário, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7238-1, para exercer a Função de Confiança de Diretor de Licitações e Contratos, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 074/2017

PORTARIA nº 074 de 19 de janeiro de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/201, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Ana Cláudia Sagás, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Escriturário, inscrito(a) na matrícula funcional nº 8127-1, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Compras, na Secretaria Municipal de Administração, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 075/2017

PORTARIA nº 075 de 19 de janeiro de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Leandro de Souza Cunha, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Escriturário, inscrito(a) na matrícula funcional nº 10733-1, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Controle e Execução de Contratos e Convênios, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 076/2017

PORTARIA nº 076 de 19 de janeiro de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Nabel Ana Marcelino de Campos, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Escriturário, inscrito(a) na matrícula funcional nº 406-1, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Licitações e Contratos, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 077/2017

PORTARIA nº 077 de 19 de janeiro de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Suelen de Mello Martins, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Escriturário, inscrito(a) na matrícula funcional nº 9827-1, para exercer a Função de Confiança de Coordenador de Contratos, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 078/2017

PORTARIA nº 078 de 19 de janeiro de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Vanessa Reinehr, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Escriturário, inscrito(a) na matrícula funcional nº 10138-1, para exercer a Função de Confiança de Coordenador de Orçamentos e Projetos, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 079/2017

PORTARIA nº 079 de 19 de janeiro de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Claudia Vanderleia Soethe, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Escriturário, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7959-1, para exercer a Função de Confiança de Diretor de Recursos Humanos, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 080/2017

PORTARIA nº 080 de 19 de janeiro de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/201, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Zeli Zilda Manes, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Escriturário, inscrito(a) na matrícula funcional nº 304-1, para exercer a Função de Confiança de Coordenador da Vigilância Sanitária, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 081/2017

PORTARIA nº 081 de 19 de janeiro de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/201, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Sincler Bilck, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Vigia, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7980-1, para exercer a Função de Confiança de Coordenador dos Vigias, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único Fica suspenso o pagamento da gratificação no

período de 04/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 082/2017

PORTARIA nº 082 de 19 de janeiro de 2017

Prorroga o prazo de suspensão de pagamento, da gratificação pela participação em grupos de trabalho, órgãos de deliberação coletiva ou comissões legais, concedida nos termos do art. 141, da Lei Complementar 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada a suspensão do pagamento da gratificação pela participação em grupos de trabalho, órgãos de deliberação coletiva ou comissões legais, nos termos do art. 141, caput da Lei Complementar 47/2011, concedida pela Lei nº 3573 de 16 de setembro de 2016, a qual instituiu a Comissão Técnica de Análise do Eia/Rima para a Atividade de Parcelamento de Solo Urbano e Para a Atividade de Fabricação e/ou Montagem de Veículos Náuticos, Peças e Acessórios, aos seguintes servidores detentores de cargo de provimento efetivo, participantes da comissão:

Nome	Cargo
MARILU GONZAGA	Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental; Presidente da Comissão (Decreto 001/2016)
LUIZ GONZAGA CORDEIRO	Bioquímico I; Membro da Comissão (Decreto 001/2016)
JOEL AROLDO PEREIRA	Técnico em Saneamento; Membro da Comissão (Decreto 001/2016)

Art. 5º A prorrogação da suspensão do pagamento da gratificação será no período de 01/01/2017 até 31/01/2017.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2017.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 001/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 001/2017

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO

OBJETO: Compra de cafeteira elétrica para a Câmara de Vereadores de Biguaçu, conforme Memorando n. 002/2017/ADM, encaminhado pelo Secretário Administrativo.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II, da Lei Federal n. 8.666/93.

VALOR GLOBAL DA DISPENSA: R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais).

FORMA DE CONTRATAÇÃO: O produto será solicitado de uma só vez, com entrega imediata, através de Autorização de Fornecimento.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Biguaçu – CNPJ n. 73.564.064/0001-99

CONTRATADO: Cosme Comércio LTDA – CNPJ n. 00.958.375/0001-69

DOTAÇÃO ORÇAMETÁRIA: 33900000000000

RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: 19/01/2017.

Biguaçu/SC, 19 de janeiro de 2017.

Ângelo Ramos Vieira

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

PR 04/2017

Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC

Edital de Licitação nº 07/2017

Modalidade: pregão 04/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS EM DIVERSAS LINHAS NO MUNICÍPIO DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR.

Forma de julgamento: menor preço por item

Data de abertura das propostas: 01/02/2017 às 14horas. O Edital obedece a Lei nº 10.520/02 às Leis Complementares nº 123/06, 124/2014, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, e demais regulamentações no que couber, podendo ser retirado em inteiro teor pelos interessados através da página www.bomjardimdasera.sc.gov.br ou ainda no setor de licitações na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 centro Bom Jardim da Serra/SC.

Bom Jardim da Serra, 19 de janeiro de 2017.

Pedro Luiz Ostetto

Prefeito Municipal Interino

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 016/2017 DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 016/2017, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidora Municipal Sra. ELISABETE KLESNER WALKER, matrícula nº 721-8, portadora do CIC sob. nº 023.417.029-88, lotada junto ao Conselho Tutelar, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, período aquisitivo de 11 de janeiro de 2016 a 10 de janeiro de 2017, período de concessão de 23 de janeiro de 2017 a 21 de fevereiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 19 de janeiro de 2017.

RONALDO LUIZ SENGGER

Prefeito Municipal

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 19 de janeiro de 2017.

RONALDO LUIZ SENGGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 017/2017 DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 017/2017, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

EXONERA SERVIDORA MUNICIPAL POR MOTIVO DE FALECIMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerada a partir de 12 de janeiro de 2017, por motivo de falecimento, conforme Registro de Óbito, a Servidora Municipal Sra. Luciane Fatima Faciochi Jancke, matrícula nº 515-0, portadora do CIC sob nº 036.386.919-00, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, nomeada pelo Decreto Municipal nº 3719/11 de 01 de abril de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 12/01/2017, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Bom Retiro

PREFEITURA

07.17 - DEC. SUPL.EXCESSO.IMPL.AGRÍCOLAS E REF. PARQUE

Decreto N.º 07/17 de 13 de janeiro de 2017.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2017, por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º I e art. 7º da Lei n.º 2334 de 15 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

06.01 – SECR. MUN. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 20.608.050.2026 - MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA
 4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas
 Recurso 01.34 - Recursos Transf.Conv.Outros/União
 R\$ 100.000,00
 Sub Total
 R\$ 100.000,00

20.391.0045.2024 - MANUTENÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÃO
 4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas
 Recurso 01.34 - Recursos Transf.Conv.União-Outros (1005318-50/2013)...R\$ 48.750,00
 Sub Total R\$ 48.750,00
 Total R\$ 148.750,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso:

Contrato de Repasse nº 1005318-50/2013/MTUR, programa: Infraestrutura Turística sob a gestão do MTur – Ministério do Turismo, fonte de recurso 01.34, receita: 24.71.99.25 – tendo como objeto a reforma do Centro de Eventos do Parque Municipal de Exposição Dieter Hornung., valor de R\$ 48.750,00.

Contrato PRONAT – 818100/2015 – Processo 1025584-28/2015 que entre si celebram o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o município de Bom Retiro, fonte de Recurso 01.34 - Transferência de Convênio –Outros/União, receita: 24.71.99.28 – MDA-PRONAT-AQUIS.IMPL..AGRÍCOLAS/UNIÃO – com objetivo de aquisição de implementos agrícolas, no valor de R\$ 100.000,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 13 de janeiro de 2017.
 VILMAR JOSÉ NECKEL
 Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
 Na Data Supra

MARIA MADALENA DA SILVEIRA
 Resp.Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

08.17 - DEC. DESDOBRAMENTO REC. METAS BIMESTRAIS ARRECADAÇÃO

Decreto nº 08/17 de 13 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE O DESDOBRAMENTO DAS RECEITAS EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal

DECRETA:

Art. 1º - Fica a receita prevista no orçamento de 2017 desdobrada em metas bimestrais de arrecadação, demonstrada em anexo, conforme determina o art. 13 da L.R.F. e art. 47 da Lei 4.320/64, objetivando à administração, a disponibilidade financeira para cada bimestre, de forma a auxiliar a programação financeira e preservar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 13 de janeiro de 2017.
 VILMAR JOSÉ NECKEL
 Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
 Na Data Supra

MARIA MADALENA SILVEIRA
 Resp. Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

09.17 - DEC. CRONOGRAMA EXECUÇÃO MENSAL DESEMBOLSO

Decreto nº 09/16 de 13 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o cronograma de execução mensal de desembolso às diversas unidades Administrativas referente as despesas prevista no orçamento de 2017, demonstrada em anexo, conforme determina o art. 8 da L.R.F. e art. 47 da Lei 4.320/64, objetivando à administração, manter o equilíbrio entre a receita e despesa para reduzir a insuficiência de caixa (Art. 48º da Lei 4.320/64).

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 13 de janeiro de 2017.
 VILMAR JOSÉ NECKEL
 Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
 Na Data Supra

MARIA MADALENA SILVEIRA
Resp. Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

10.17 - DEC. SUPL.SUPERÁVIT FMS

Decreto N.º 10/17 de 16 de janeiro de 2017.

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º, II da Lei n.º 2334 de 15 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

12.01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2201 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERIAS DE SAÚDE

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.38.64.06 (PSE-Progr.Saude Escola - Exercício Anterior) R\$ 8.387,11

Recurso 03.38.64.01 (PAB Fixo - Exercício Anterior) R\$ 17.288,96

Sub Total R\$ 25.676,07

10.301.0025.2202 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.38.67.01 (Farmácia Básica Federal - Exercício Anterior) R\$ 8.037,70

Recurso 03.67.00.02 (Farmácia Básica Estadual - Exercício Anterior) R\$ 61.149,15

Sub Total R\$ 69.186,85

10.301.0025.2203 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.38.64.02 (PSF-Progr.Saúde Família - Exercício Anterior) R\$ 25.390,00

Sub Total R\$ 25.390,00

10.301.0025.2205 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.38.64.04 (PSB-Progr.Saúde Bucal - Exercício Anterior) R\$ 4.490,00

Sub Total R\$ 4.490,00

10.301.0025.2211 - MANUTENÇÃO DO SAMU

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.38.57.00 (SAMU- Exercício Anterior) R\$ 61.379,06

Sub Total R\$ 61.379,06

10.304.0036.2207 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIG. SANITÁRIA

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.38.66.01 (Vig. Sanitária - Exercício Anterior) R\$ 11.728,28

Sub Total R\$ 11.728,28

10.305.0036.2208 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIG. EPI-DEMIOLÓGICA

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.38.66.02 (Vig. Epidemiológica - Exercício Anterior) R\$ 16.857,15

Sub Total R\$ 16.857,15

Total Geral da Suplementação R\$ 214.707,41

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior das respectivas fontes de recursos apurado no demonstrativo da apuração dos saldos das disponibilidades de recursos, excluído daqueles saldos os restos a pagar empenhados naquelas fontes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 16 de janeiro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

MARIA MADALENA DA SILVEIRA

Resp.Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

100.01.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE FABIANA A. NETO PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 100/17 de 17.01.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 16 de janeiro de 2017, a funcionária Fabiana Andrieza Neto, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

17 de janeiro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA

Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

101.01.17 - P. FÉRIAS ALNALDO G. NASCIMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 101/17 de 17.01.17

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) ao funcionário Arnaldo Jean do Nascimento ocupante do cargo de Operador de Trator Agrícola - Padrão 1 – Nível 5, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para gozá-las a contar do dia 19 de janeiro com término no dia 17 de fevereiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de janeiro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

102.01.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARINELI DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 102/17 de 17.01.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 16, 17 e 18 de janeiro de 2017, a funcionária Marineli da Cruz, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – Posto de Saúde Centro.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de janeiro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

103.01.17 - P. REMANEJAMENTO ELIZABETE W. MATEUS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 103/17 de 17.01.17

Remaneja Servidora a Pedido

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Remanejar a pedido a servidora Elizabete Werlich Mateus ocupante do cargo de Assistente Administrativo, Padrão 1 – Nível 06, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, para ocupar as mesmas funções na Secretaria Municipal de Saúde a contar do dia 02 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de janeiro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

11.17 - DEC. DELEGA PODERES MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Decreto Nº11/17 de 17.01.17

DELEGA PODERES A RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O Prefeito de Bom Retiro no uso de suas atribuições legais que lhe faculta o art. 95, VIII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado poderes a Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Maria Madalena Silveira, juntamente com o Prefeito Municipal Vilmar José Neckel, o ato de assinar as movimentações financeiras e bancárias do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Bom Retiro.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Bom Retiro/SC, 17 de janeiro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL CLEISE ALMEIDA DE SOUZA LICHESKI
Prefeito Municipal Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Registrado e Publicado

Na Data Supra

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. De Adm. e Fazenda

12.17 - DEC. SUPL.SUPERÁVIT FMAS

Decreto N.º 12/17 de 17 de janeiro de 2017.

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º, II da Lei n.º 2334 de 15 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

11.01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0028.2404 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNIC. ASSIT. SOCIAL
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 03.35.52.08 (BPC Escola - Exercício Anterior) R\$ 919,36
Recurso 03.35.52.09 (Aprimora Redes - Exercício Anterior) R\$ 105,87
Sub Total R\$ 1.025,23

08.244.0030.2405 - MANUTENÇÃO DO ÍNDICE DE GESTÃO DES-CENTRALIZADA-IGD
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 03.35.52.01 (IGD - Exercício Anterior) R\$ 35.936,40
Sub Total R\$ 35.936,40

08.244.0030.2406 - CRAS- CENTRO REFERÊNCIA ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 03.35.52.02 (CRAS - Exercício Anterior) R\$ 20.522,43
Sub Total R\$ 20.522,43

08.243.0056.2402 - CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALESCIMENTO DE VÍNCULOS-SCFV
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 03.35.52.07 (SCFV - Exercício Anterior) R\$ 9.906,74
Sub Total R\$ 9.906,74

Total Geral da Suplementação R\$ 67.390,80

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior das respectivas fontes de recursos apurado no demonstrativo da apuração dos saldos das disponibilidades de recursos, excluído daqueles saldos os restos a pagar empenhados naquelas fontes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 17 de janeiro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado
Na Data Supra

MARIA MADALENA DA SILVEIRA
Resp.Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

97.01.17 - P. DES. SUB. CONC. GRAT. ELIANE ALVES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 97/17 de 13.01.17

Designa Substituta

O Prefeito do Município de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1. Designar a funcionária Municipal Eliane Alves, ocupante do Cargo Servente - Padrão I - Nível 1, para nos termos do Art. 40 da Lei Complementar N.º 01/03 de 02 de Dezembro de 2003 que Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro que alterou as Leis N.º 1357 de 07.11.96 e Lei n.º 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), substituir Elizabete Oliveira Alves Servente - Padrão I - Nível 1, que se encontra em Férias no período de 09 de janeiro com término no dia 07 de fevereiro de 2017.

Art. 2. Pelo período de substituição a funcionária designada perceberá uma gratificação correspondente a 20% do vencimento do Cargo.

Publique-se e comunique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de janeiro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

98.01.17 - P. FÉRIAS DIONICIO V. SANTOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 98/17 de 16.01.17
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) a 2017 (Dois Mil e Dezesete) ao funcionário Dionísio Vidal dos Santos, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, Padrão I - Nível 01, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar do dia 16 de janeiro com término no dia 15 de fevereiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de janeiro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

99.01.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE FERNANDA R. GORGES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 99/17 de 16.01.17
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º

01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 04 e 05 de janeiro de 2017, a funcionária Fernanda Rosa Gorges, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de janeiro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

ERRATA Nº 02 PP 02/2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO/SC
ERRATA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 (FMS)

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Saúde vem a público retificar o Edital Pregão Presencial 02/2017 do FMS, para Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2017. Alterar no Termo de Referência 3. PLANILHA DE QUANTITATIVOS E CUSTO MÁXIMO ESTIMADO:

ONDE SE LÊ NO ITEM 39 – 1.000 Comp. Budesonida 200mg
LEIA-SE: 100.000 Comp. Budesonida 200mg

Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 19 de janeiro de 2017.
Vilmar José Neckel
Prefeito Municipal

Botuverá

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS – PROCESSO SELETIVO 04/2016 – 1ª CHAMADA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS – PROCESSO SELETIVO 04/2016 – 1ª CHAMADA

O Município de Botuverá, através da Secretaria Municipal de Educação, convoca os candidatos aprovados no processo seletivo 04/2016 para a escolha das vagas temporárias para o ano letivo de 2017.

Os interessados deverão comparecer na Secretaria Municipal de Educação de Botuverá, situada na Rua João Morelli, no centro do Município (segundo piso da farmácia do Sindicato), no dia 26/01/2017, às 08:30 horas.

O não comparecimento será considerado como desinteresse da vaga pretendida.

Botuverá, 19 de Janeiro de 2017.

MARILENE MAURIZIO ASSINI
Secretária Municipal de Educação

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº 011 /2017

DECRETO Nº 011 /2017

Reajusta pagamento de diárias.

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei nº 0738/2013 de 01.03.13, etc...

DECRETA

Art. 1º O valor dos pagamentos de diárias ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Secretários e demais Servidores do Poder Executivo Municipal, terá um reajuste na razão de 7,19 % (sete vírgula dezenove por cento), apurado pelo IGPM (Índice Geral do Preços Médios acumulado entre o período de 01.01.2016 a 31.12.2016, passando a ser com os seguintes valores:

Destino da Viagem	Servidores do Executivo	Secretários Municipais Vice-Prefeito	Prefeito Municipal
Alto Vale do Itajaí	R\$ 259,55	R\$ 259,55	R\$ 259,55
Outras Regiões do Estado	R\$ 502,88	R\$ 502,88	R\$ 502,88
Outros Estados e Distrito Federal	R\$ 809,85	R\$ 809,85	R\$ 809,85

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 18 de janeiro de 2017.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº21/2016 PMBT

Página: 1/34

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Leite em pó integral. Preparado instantâneo. Lata de 400 gr. (9650)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	NINHO	0	10,9574	1
2	Acucar refinado. Pacote de 5 kg. com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8704)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PIRACANJUB	0	10,9195	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	itambe	0	11,0000	3
3	Café solúvel (vidro de 200 gr) (7436)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ALTO ALEGRE	0	14,5421	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CARAVELAS	0	14,5507	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	sabor doce	0	14,6600	3
4	Café torrado e moído, caixa com 500 gr. embalado a vácuo, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9636)	CX	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	AMIGO	0	11,9524	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	IGUAÇU	0	12,3572	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	pele	0	12,4500	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CABOCLO	0	11,8708	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	paladar	0	12,2200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (13394)	LT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	LANGUIRU	0	3,4851	1

5	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (13394)	LT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	LANGUIRU	0	3,4861	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PIRACANJUB	0	3,5235	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	italac	0	3,5500	3
6	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor maracujá. (16830)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAGUARY	0	9,8607	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAGUARY	0	9,8262	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	maguary	0	9,9000	3
7	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor uva (16831)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAGUARY	0	9,8607	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAGUARY	0	9,8262	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	maguary	0	9,9000	3
8	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor laranja. (16832)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAGUARY	0	9,8607	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAGUARY	0	9,8262	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	maguary	0	9,9000	3

Página: 3/34

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016	Válido até: 20/10/2017
Objeto da Compra:		Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor abacaxi. (16833)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAGUARY	0	9,8607	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAGUARY	0	9,8262	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	maguary	0	9,9000	3
10	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE, LIMÃO E ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (7689)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DA CHINA	0	3,4861	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	3,6327	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	venat	0	3,6600	3
11	Chá em sachês, no sabor MAÇA E CANELA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7690)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DA CHINA	0	3,4861	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	3,6327	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	neilar	0	3,6600	3
12	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE E LARANJA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7691)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DA CHINA	0	3,4861	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	3,6327	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	venat	0	3,6600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 4/34

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios: água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Chá em sachês, no sabor AMORA SILVESTRE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7694)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DA CHINA	0	4,1833	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	4,1786	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	venat	0	4,2100	3
14	Chá em sachês, no sabor IMAÇÃ, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7695)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DA CHINA	0	3,9841	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	3,9702	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	neilar	0	4,0000	3
15	Chá em sachês, no sabor CAMOMILA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7697)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DA CHINA	0	3,4861	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	3,6327	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	neilar	0	3,6600	3
16	Chá em sachês, no sabor CAPIM CIDREIRA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7698)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DA CHINA	0	3,4861	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	3,6327	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	neilar	0	3,6600	3
17	Chá em sachês, no sabor ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7699)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DA CHINA	0	3,4861	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 5/34

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	3,6327	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	neilar	0	3,6600	3
18	Chá em sachês, no sabor PÊSSEGO, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7696)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DA CHINA	0	3,5857	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	3,6724	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	venat	0	3,7000	3
19	Chá em sachês, no sabor HORTELÃ, caixa com 10 unidades com 1 (14730)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DA CHINA	0	3,4861	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	3,5831	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	neilar	0	3,6100	3
20	Adoçante Dietético Líquido Cidamato de Sódio e Sacarina Sódica Gotas 200ml (7703)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ADOCYL	0	8,3667	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAGRO	0	8,3870	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	adocyl	0	8,4500	3
21	Bala mastigável, sabor iogurte de morango, pct de 700 gr. (14731)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BUTTER TOFI	0	12,5500	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	DORI	0	12,5557	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 6/34

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	prodasa	0	12,6500	3
22	Bala com caramelo de leite, recheados com chocolate branco, pct de 750 gr. (14732)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BUTTER TOFI	0	13,6457	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ARCOR	0	13,6475	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	prodasa	0	13,7500	3
23	Bala caramelo de leite, recheados com creme sabor artificial de coco, pct de 750 gr. (14733)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BUTTER TOFI	0	14,1437	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ARCOR	0	14,1735	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	prodasa	0	14,2800	3
24	Bala caramelo, recheados com creme sabor artificial de caramelos de leite, pct de 750 gr. (14734)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BUTTER TOFI	0	14,1437	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ARCOR	0	14,1735	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	prodasa	0	14,2800	3
25	Bala caramelo com cacau recheado com creme sabor trufas, pct de 750 gr. (14735)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BUTTER TOFI	0	14,2433	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ARCOR	0	14,1934	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	prodasa	0	14,3000	3

Página: 7/34

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios: água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	Bala caramelo de leite, recheados com creme sabor cappuccino, pct de 750 gr. (14736)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BUTTER TOFI	0	15,7373	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ARCOR	0	15,7318	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	prodasa	0	15,8500	3
27	Bala caramelo com cacau, recheados com creme artificial de menta, pct de 750 gr. (14737)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BUTTER TOFI	0	15,4385	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ARCOR	0	15,4241	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	prodasa	0	15,5400	3
28	Bala caramelo de leite, recheado com chocolate, pct de 750 gr. (14738)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BUTTER TOFI	0	15,4385	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ARCOR	0	15,3844	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	prodasa	0	15,5000	3
29	Biscoito doce tipo caseiro, sabor nata, pct de 250 gr. (14739)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CASAREDO	0	9,6615	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MASPÁ	0	9,4788	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	bocone	0	9,7500	3
30	Biscoito doce sortidos sabores amantigados, chocolate e recheado com chocolate pct de 400 gr. (14740)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CASAREDO	0	6,9722	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 8/34

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	Água mineral - galão retornável 20lt (sem frasco) (7704)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MASPÃ	0	6,8585	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	orquidea	0	7,0500	3
32	Água mineral - galão retornável 20lt (com frasco) (7705)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SANTA RITA	0	13,9413	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SANTA RITA	0	23,8994	1
33	Copo descartável estriado, branco, com borda redobrada, em polipropileno ou poliestireno atóxico, forte, de 1º qualidade, com capacidade para 180 ml, que atende a Norma ABNT NBR 14.865/2002, embalado em pacotes de 100 unidades. (16812)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CRISTAL COP	0	4,0147	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	COPOSUL	0	3,9623	2
34	Copo térmico isopor branco 180 ml pcd c/25 unid. (14741)	PCT	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	real	0	4,0231	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	COPOBRAS	0	5,7922	1
35	Fósforo, confeccionado em madeira de 1º qualidade, acabamento perfeito, com ponta abrasiva, medindo aproximadamente 6 cm de comprimento total. Acondicionados em caixas resistentes contendo aproximadamente 40 palitos. (16813)	CX	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	embrast	0	5,8091	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DART	0	5,8444	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	FIAT LUX	0	3,8947	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	gaboardi	0	3,8564	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 9/34

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017						
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
36	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 150mm de diâmetro. (7735)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ZALEANA	0	3,9646
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	QUELUZ	0	3,8632
37	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 90mm de diâmetro. (7736)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ZALEANA	0	3,9646
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GABELEI	0	3,9623
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	gabellai	0	3,9741
38	Palito de Dente de madeira, rolipo. Embalagem: caixa com 100 unidades, com dados de identificação do produto e marca do fabricante. (14745)	CX	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	GABOARDI	0	1,0486
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	THEOTO	0	0,9906
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	fiat lux	0	1,0499
39	Limpa fornos, 500 ml, removendo a gordura incrustada sem raspar, com aplicador interno, contendo soda caustica como elemento (14746)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PRATIK	0	10,3161
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DUNAMIS	0	9,9058

Página: 10/34

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	diabo verde	0	10,3425	3
40	Lustra móveis em frasco de 200ml, com fragrância agradável. Composição química mínima: cera de carnaúba, óleos naturais, silicone, solvente e perfume, aplicação móveis e superfícies. (9683)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PRATIK	0	5,1031	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	polvax	0	5,1222	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRATIK	0	5,1510	3
41	Óleo de Peroba, frasco de 200ml. (12553)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PEROBA	0	10,2561	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PEROBA	0	9,9058	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	peroba	0	10,0775	3
42	Sabonete líquido com hidratante e glicerina nas fragrâncias erva-doce, chá verde e tangerina com chá verde - frasco de 5 lt. (7726)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	TOP CLEAN	0	21,3312	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	VERDESAN	0	19,8115	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	classimp	0	21,3915	3
43	Alcool líquido - volume 46,2% - Frasco de 1 litro, conforme exigências do INMETRO (11874)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SULMAR	0	5,8820	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	tupi	0	5,8974	2

Página: 11/34

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Número do Registro de Preços: 21/10/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLOPS	0	5,9435	3
44	Alcool em gel, etílico hidratado 70º INPM, neutro, embalagem de 500 ml, ideal para limpeza em geral. Conforme exigências do INMETRO (14747)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	FLOPS	0	5,9020	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	tupi	0	5,9170	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLOPS	0	5,9435	3
45	Gel acendedor, ideal para churrasqueira, 80º INPM, embalagem de 600 ml. Conforme exigências do INMETRO (14748)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHEMIX	0	11,7441	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ilha	0	11,7751	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLOPS	0	11,8869	3
46	Saponáceo em líquido cremoso concentrado 300 ml. - especificação: limpador concentrado em líquido cremoso. Campo de aplicação: utilizado para a limpeza de superfícies esmaltadas, cromadas, aço inox, porcelanais e louças, sem causar riscos. Composição química: tensoativos, abrasivos, conservantes, perfumes e água. Embalagem: frascos com 300 ml, rótulo contendo identificação com procedência, data de fabricação, validade, lote, precauções de uso, composição química e técnico responsável. (9677)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PRATIK	0	4,4140	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	class	0	4,4353	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRATIK	0	4,4576	3
47	Limpa vidros, tubos de 500 ml (16814)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PRATIK	0	4,8834	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 12/34

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
48	Cera Líquida auto brilho, incolor, frasco com 750 ml. (12547)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRATIK	0	4,8538	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ilha	0	4,8965	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ANDREA	0	9,0078	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	andrea	0	9,0276	2
49	Cera líquida auto-brilho vermelha (750ml) (8549)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GIRANDO SOI	0	9,1133	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ANDREA	0	9,0078	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	andrea	0	9,0276	2
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GIRANDO SOI	0	9,1133	3
50	Cera em Pasta vermelha, lata de 400 gramas (14750)	LAT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ANDREA	0	11,6243	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	andrea	0	11,6574	2
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ANDREA	0	11,6888	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	GIRANDO SOI	0	2,3169	1
51	Detergente líquido, antibacteriano, testado dermatologicamente, que contém tensoativo biodegradável, 500 ml. (12563)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRILHA SUL	0	2,2783	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 13/34

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios: água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	chemix	0	2,3256	3
52	Sabão em pó, caixa de 1kg , para roupas brancas e coloridas, de primeira qualidade. (18662)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BREEZE	0	8,0291	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	dass	0	8,0561	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GRANDO SOI	0	8,1227	3
53	Desinfetante, aspecto físico líquido, aplicação bactericida, aroma lavanda, frasco de 2lt. (8699)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	TOP CLEAN	0	5,7722	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRILHA SUL	0	5,7453	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	bueno	0	5,7894	3
54	Amaciante de roupa, aspecto físico líquido viscoso, fragrância lavanda, aplicação amaciante de artigos têxteis, solúvel em água, de tubo com 2 litros. (9700)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ZAVASKI	0	5,5525	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRILHA SUL	0	5,5472	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	lar	0	5,5637	3
55	Água Sanitária, composição química hidróxido de sódio e carbonato de sódio, princípio ativo: hipoclorito de sódio, teor de cloro ativo de 2,0% a 2,5%/v, aplicação lavável e alvejante de roupas, banheiros, pisos, tipo comum, frasco de 2 litros, acondicionadas em embalagem de papelão identificadas. (12542)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	TOP CLEAN	0	4,8734	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRILHA SUL	0	4,8538	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 14/34

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	bueno	0	4,8867	3		
56	Desodorante sanitário tipo pedra sanitária, perfumado - odores variados, embalados em celofane à prova de vazamento, com no mínimo 30g, com ação bactericida e aromatizante e suporte plástico. Prazo de validade de no mínimo 06 meses, e data de fabricação não superior a 60 dias, contados retroativamente da data de entrega do produto. (12562)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SANY	0	1,7976	1		
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SANY	0	1,7830	2		
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	sany	0	1,7859	3		
57	Desodorizador ambiental em aerosol, sem CFC, essências suaves, efeito neutralizante, frasco de 400ml. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não superior a 60 (sessenta) dias, contados retroativamente da data da entrega do produto. (9705)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ULTRA FRESH	0	9,6270	1		
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ultrafresh	0	9,6556	2		
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ULTRA FRESH	0	9,7077	3		
58	Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente com mini aerosol spray de 12ml. (7741)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	UAU	0	12,9625	1		
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GLADE	0	12,8775	2		
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ultra fresh	0	13,0017	3		
59	Refil de 12ml para Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente. Nas fragrâncias: alegria de infância, toque de frescor, lavanda, flores do campo, brisa fresca. (7742)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	UAU	0	7,9993	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 15/34

Número do Registro de Preços: 21/2016			Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017		
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	Aparelho odorizador de ambiente automático com três ajustes de tempo de liberação de fragrância (9, 18 e 36min) podendo ser desligado quando desejar, funcionamento a pilha. Acompanha 2 pilhas AA + um refil aerosol de 250ml nas fragrâncias lavanda e citrus. (7743)	UND	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ultra fresh	0	7,8501	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GLADE	0	7,9246	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	JHONSON	0	8,9879	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ultra fresh	0	8,8313	2
61	Refil de 250ml para Aparelho odorizador de ambiente automático. Nas fragrâncias: lavanda e citrus (7744)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GLADE	0	8,9152	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	JHONSON	0	9,9865	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ultra fresh	0	9,8126	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GLADE	0	9,9058	3
62	Espanja de limpeza, multiuso, dupla face, pacote contendo 1und. 110mmx75mmx20mm, pacote da embalagem fechada, produto que garante alta durabilidade e limpeza. (12555)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BETTANIN	0	1,2483	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETANIN	0	1,1887	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	betanin	0	1,2560	3
63	Espanja de limpeza, material lá ao fina, abrasividade mínima, aplicação utensílio de alumínio, pacote com 8 unidades. (9686)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	INOVE	0	2,4996	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 16/34

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	Pano para limpeza tipo saco, duplo, lavado e alvejado, forte, grosso, com alta absorção, 100% algodão, de 1º qualidade. Medidas mínima de 42cmx66cm. (16807)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	INOVE	0	2,4764	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	inove	0	2,5022	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MARTINS	0	6,3614	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	gabella	0	6,3782	2
65	Pano Multiuso, pacote com 05 unidades. (12564)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GABELEI	0	6,4387	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MARTINS	0	6,8408	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ESFREBOM	0	6,8350	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	gabella	0	6,8590	3
66	Pano de prato, 100% algodão. Medidas 45x70cm. Com bainha, de 1º qualidade. (12587)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MARTINS	0	4,7636	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GABELEI	0	4,7548	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	gabella	0	4,7787	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	QUALILUX	0	10,3260	1
67	Toalhas de papel interfolhadas, pacote com 1000 folhas nos tamanhos 22,5 x 20,5 cm com 02 dobras, branco, extra luxo. De 1º qualidade. (12574)	UND	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	qualitux	0	10,3523	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 21/2016

Página: 17/34

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GUIPEL	0	10,4011	3
68	Papel toalha para cozinha, branco, macio, absorvente, folha dupla, picotado - Pacote com 2 rolos de 60 toalhas de 22 x 20 cm cada uma. (9675)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	DALIMATA	0	4,1244	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	dalmata	0	4,1311	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SORELA	0	4,1604	3
69	Papel higiênico, cor branca, não reciclado, folha dupla, picotado, neutro, rolos com 60 m de comprimento e 10 cm de largura, pacote com 8 rolos. (9674)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	FOFINHO	0	11,5444	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	fofinho	0	11,5789	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FOFINHO	0	11,5897	3
70	Papel higiênico rolo, macio, resistente, branco luxo - rolos com 300mt (7725)	RL	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MONTANA	0	6,5611	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	qualitux	0	6,5744	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRIMAVERA	0	6,6369	3
71	Saco plástico para lixo, biodegradável capacidade 30 litros, pacote com 50 unidades, 58x62cm. Composição: Material sintético e reciclável, pigmentos e aditivos biodegradável. De 1ª qualidade. (12560)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PEGA LIXO	0	12,8426	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	star	0	12,8741	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 18/34

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OESTE	0	12,8775	3
72	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 50 litros, pacote com 50 unidades, 63x80cm. De 1º qualidade. (12559)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PEGA LIXO	0	14,2607	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	star	0	14,2970	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OESTE	0	14,3634	3
73	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 100 litros, pacote com 25 unidades, 75x105cm. De 1º qualidade. (12558)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PEGA LIXO	0	14,3606	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	star	0	14,3853	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OESTE	0	14,4624	3
74	Luva de borracha de, tamanho médio para limpeza, resistente, colorida, anti derrapante na face externa, moldada anatomicamente, com forração antialérgica. De 1º qualidade. (16811)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	NOBRE	0	5,3428	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	dany	0	5,3577	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DANY	0	5,4085	3
75	Luva descartável, confeccionada em látex natural, sem adição de pigmentação, na cor natural, não estéril, sem talco, tamanho M. Caixa contendo 100 unidades (14753)	CX	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	DESCARPACH	0	25,0362	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	bompak	0	24,6002	2

Página: 19/34

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESCARPAC+	0	24,7644	3
76	Touca descartável, branca, tamanho único, pacote com 100 unidades, confeccionada em TNT (Têxtil Não Tecido) para uso em refeitórios (147/54)	CX	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	DESCARPAC+	0	13,4318	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	TALGE	0	13,3728	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	bompak	0	13,4727	3
77	Vassoura de nylon com cerdas miadas, oco plástico de 22 cm, cerdas de 11,5 cm com plumagem nas pontas, com cabo rosqueado de madeira plastificada, para limpeza em geral, tipo doméstica. (9711)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	HARACEM	0	9,1277	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	desafio	0	9,1552	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DEAFIO	0	9,2124	3
78	Vassoura de palha, material de cerdas palha avermelhadas, cabo madeira, comprimento das cerdas de 40 a 50 cm, vassoura bem firme e forte, na palha amarrada 3 vezes com arrame a cada 3cm e na parte superior e amarrado com barbante com 3 camadas, para uso de limpeza em geral (12568)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	HARACEM	0	20,2227	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	colonial	0	20,2728	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	COLONIAL	0	20,4059	3
79	Escoiva de chão, 26 x 5 x 3,5 cm, cerdas de P.E.T. 0,50 mm, onduladas. Cabo de madeira plastificado. Para escovar tapetes e calçadas (147/56)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	HARACEM	0	10,0464	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 20/34

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETANIN	0	9,9058	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	desafo	0	10,0775	3
80	Rodo passa cera, espuma de alta densidade, colada em base de plástico com cabo de madeira plastificado, ideal para passar cera e lavar pequenas áreas como pisos e paredes (14757)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	HARACEM	0	9,8567	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	desafo	0	9,8813	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFO	0	9,9058	3
81	Rodo de borracha, borracha com EVA duplo de 1,5mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 30 cm, com cabo, De 1ª qualidade. (12564)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	HARACEM	0	9,6669	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	desafo	0	9,6948	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFO	0	9,7077	3
82	Rodo de borracha, borracha com EVA duplo de 1,5 mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 60 cm, com cabo de 1ª qualidade (14760)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	HARACEM	0	11,7641	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	desafo	0	11,7947	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFO	0	11,8869	3

Página: 21/34

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2017		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
83	Super rodo absorvente, com alavanca de plástico altamente resistente de formato anatômico. Duplo rolete de torção para espremer o refil. Base de plástico altamente resistente. Cabo inteiro em Aço Inox e encaixe com 2 pinos. Espuma do refil feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa nitra com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (8543)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	NOBRE	0	35,7217	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETANIN	0	35,6608	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	desafio	0	35,8160	3
84	Refil para Super rodo absorvente em espuma feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa nitra com 28 cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (12597)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	NOBRE	0	13,2121	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	desafio	0	13,2470	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETANIN	0	13,3728	3
85	Mop pó completo (armação, cabo e o refil) de 40 cm (9295)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BETANIN	0	48,3846	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	betatin	0	47,5421	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETANIN	0	47,5477	3
86	Refil para Mop Pó de 40cm, sendo em fios 100% acrílicos e parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento sua fixação é através do encaixe na armação de aço galvanizado. (8545)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	NOBRE	0	21,7706	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETANI	0	21,7927	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 22/34

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios: água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	betanin	0	21,8330	3
87	Balde plástico polipropileno 20 litros com alça de metal. (12588)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	AROPLAST	0	12,0138	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARO PLAST	0	11,8869	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	arkplast	0	12,0499	3
88	Bacia de Plástico reforçada, plástico resistente, redonda de 6 litros (14761)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	AROPLAST	0	7,7395	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARO PLAST	0	6,9340	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	arkplast	0	7,7618	3
89	Bacia de plástico reforçada, plástico resistente, redonda de 3,9 litros (14762)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	AROPLAST	0	5,8321	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARO PLAST	0	4,9529	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	arkplast	0	5,8483	3
90	Saco plástico descartável 5 kg, 28x42 cm, transparente, específico para acondicionamento e congelamento de alimentos. Embalagem com 100 unidades cada pacote (14763)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BOMPACK	0	6,3714	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	star	0	6,3880	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MEGAMIL	0	6,4387	3

Página: 23/34

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Número do Registro de Preços: 21/2016				Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017	
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
91	Saco plástico descartável 8 kg, 35x50 cm, transparente, específico para acondicionamento e congelamento de alimentos. Embalagem com 100 unidades cada pacote (14764)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	EMBALE BEM	0	8,1989	1
92	Papel Alumínio, contendo um rolo de 45 cm x 7,5 metros (14766)		APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MEGAMIL	0	8,2218	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	star	0	8,2230	3
		UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BOREDA	0	6,0518	1
		APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	TERMICA	0	5,7057	2	
93	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13kg (8546)		NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	bompak	0	6,0740	3
		UND	I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	LIQUIGAS	0	59,0000	1
94	Bota de borracha branca nos n.º 35, n.º 36 n.º 37, n.º 38, n.º 39, n.º 40, n.º 41, cano longo, especificações técnicas, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, soleado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana; sem cadarço, sem gravação. (15066)	PAR	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	7 LEGUAS	0	59,7662	1
95	Escova sanitária para banheiro de plástico resistente com suporte, cores diversas, altura 35 cm, profundidade 12,30 cm, largura 14 cm (14768)		APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	VULCABRAS	0	54,4817	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	sete leguas	0	58,7284	3
		UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ARQPLAST	0	6,6211	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARQ PLAST	0	6,6369	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 24/34

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
96	Prato papelão descartável, tamanho Nº 03 com 18,0 cm com 10 (18663)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ITUPEL	0	4,4339	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	desaifo	0	6,6431	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	bompak	0	4,4157	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	RAFAELA	0	4,4576	3
97	Água mineral 500ml sem gás (14770)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PURIS	0	1,1452	1
98	Água mineral 500ml com gás (14771)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PURIS	0	1,3941	1
99	Filme de Poliéster para assar em churrasqueira, microondas e forno convencional, rolo 60 cm x 5 metros (14772)	RL	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ALFA SEVEN	0	6,7409	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	bompak	0	6,6235	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	TERMICA	0	6,6369	3
100	Escova dental infantil com cerdas de nylon macia com cabo reto de polipropileno. (9678)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SQ	0	2,7962	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	condor	0	2,7966	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SQ	0	2,8231	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 25/34

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios: água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
101	Creme dental infantil com flúor ativo, peso liq. 50 gramas a unidade. (12550)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	TRALALA	0	3,7250	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	tandy	0	3,6601	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FREDENT	0	3,6651	3
102	Limpador desengorçante concentrado spray 500 ml. (12569)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PRATIK	0	7,1104	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DUNAMIS	0	6,9340	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	lau	0	7,1338	3
103	Sabão em barra glicerinado, neutro - Pacote de 1kg com 5 unidades de 200 g cada. (9701)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	GIRANDO SOI	0	6,7309	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BEERIL	0	6,7359	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	zavaski	0	6,7511	3
104	Filtro Coador De Papel, Para Café, De 1ª Qualidade, Tamanho Nº 103, Em Caixas Com 30 Unidades. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não superior a 60 (sessenta) dias, contados retroativamente da data de entrega do produto. (9702)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BRIGITTA	0	3,3854	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRIGUIDA	0	3,3680	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	brigitita	0	3,4050	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 26/34

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios: água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
105	Estregão de aço (8225)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	GAUCHITO	0	1.8475	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	inove	0	1.8546	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	RELUX	0	1.8722	3
106	Lenço umedecido, refil, testado dermatologicamente, pacote com 400 unidades. (12578)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MUNDO MÁGI	0	14.2807	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	anjinho	0	14.2970	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	COTTON	0	14.3634	3
107	Sabonete sólido, branco, infantil, 60 gramas. (12580)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	123 BABY	0	2.7163	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	123 BABY	0	2.6746	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	123baby	0	2.7279	3
108	Prendedor de roupa de plástico, pacote com 12 unidades. (12582)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	AROPLAST	0	2.6464	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	desafio	0	2.6494	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	RELUX	0	2.6746	3
109	Pá de lixo uso doméstica em plástico se prende ao cabo de vassoura, com acabamento de perfil em borracha recolhendo melhor a sujeira, 25x30cm. (12584)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	AROPLAST	0	4.3042	1

Página: 27/34

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Número do Registro de Preços: 21/2016			Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017		
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	desafo	0	4,3175	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	POLICORDA	0	4,3585	3
110	Lixa ferro, material óxido de alumínio, tipo lixa papel ferro, apresentação folha, tipo grão n°.100, comprimento 280 mm, largura 215 mm, para fogão. (12586)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	3M	0	3,3255	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	tau	0	3,2676	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	NORTON	0	3,2689	3
111	Toalha de banho em cor escura no mínimo 70x130cm. (12595)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MARTINS	0	18,0057	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	gabelli	0	18,0552	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GABELEI	0	18,2266	3
112	Escova de nylon multiuso. Formato ergonômico e texturizado para não esconregar da mão durante o uso. Ideal para limpeza de roupas.Suporte plástico e cerdas sintéticas. (15067)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	GOULART	0	4,0545	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFO	0	3,9623	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	desafo	0	4,0919	3
113	alvejante sem doro, princípio ativo, tensoativo, estabilizante, sequestrante, perfume, corante e água. Embalagem com 2 litros. (15068)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	TOP CLEAN	0	6,8507	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 28/34

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios: água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	lar	0	6,8688	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRILHA SUL	0	6,9340	3
114	Desentupidor em borracha para vaso sanitário, resistente, durável e prático. (15089)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	HARACEM	0	8,9879	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	desaifo	0	8,8313	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	NOVICA	0	8,9152	3
115	Concentrado anti mofo, embalagem contendo um 1 litro. Excelente para a limpeza em forros. (15070)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	TOP CLEAN	0	14,1409	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	mazzardo	0	13,8946	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRILHA SUL	0	13,9671	3
116	Balde de plástico com alça de metal, capacidade de 10lt (7729)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	AROPLAST	0	7,5398	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARO PLAST	0	7,5284	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	arkplast	0	7,5557	3
117	Guardanapo de papel branco de mesa 33x33 cm,pct com 50 unds. (16816)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	DALIMATA	0	1,8076	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ndbre	0	1,8153	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 29/34

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
118	Mop pop completo (armação, cabo e o refil) de 80 cm) (16817)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	NOBRE	0	41,9433	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	betanin	0	41,2129	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETANIN	0	41,6042	3
119	Prato plástico descartável 21 cm, com 10 unidades. (16818)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	COPOZAN	0	3,0259	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	COPOSUL	0	2,9717	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	real	0	3,0321	3
120	Refil para Mop Po de 80cm, sendo em fios 100% acrílicos e parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento sua fixação é através do encaixe na armação de aço galvanizada. (16819)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BETTANIN	0	26,9636	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	betanin	0	26,4940	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETANIN	0	26,7456	3
121	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 15 litros, pacote com 50 unidades composição: 39 cm x 58 cm. Material sintético e reciclável. Pigmentos e aditivos biodegradáveis. De 1ª qualidade. (16820)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PEGA LIXO	0	9,6170	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	star	0	9,6458	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 30/34

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios: água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OESTE	0	9,7077	3
122	Lixeira plástica 15 litros com tampa e pedal basculante (16821)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	AROPLAST	0	39,1471	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	arkplast	0	39,2504	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PLASTISUL	0	39,6231	3
123	Lixeira plástica 30 litros com tampa e pedal (16822)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	AROPLAST	0	48,9339	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	arkplast	0	49,0630	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PLASTISUL	0	49,5288	3
124	Lixeira plástica com tampa vasculante, 50 litros. (16823)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	AROPLAST	0	59,3598	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	arkplast	0	58,3261	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PLASTISUL	0	58,4440	3
125	varal de chão com abas 1,50 cm em aço branco. (16824)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MOR	0	127,2280	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	desafio	0	127,5638	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SUPREMA	0	128,7750	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 31/34

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios: água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
126	Bala banana pct 700gr (11267)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OLIVEIRA	0	11,9524	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SCHUMACKER	0	11,9105	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	prodasa	0	12,0000	3
127	Bolacha tipo caseira, nos sabores de polvilho e coco. Sendo fresco e feito de forma artesanal utilizar produtos naturais, sem conservantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13477)	KG	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CASAREDO	0	8,9643	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MASPÁ	0	8,9329	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	bocone	0	9,0000	3
128	Bolacha de leite, pct de 800 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8710)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CASAREDO	0	8,9643	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MASPÁ	0	8,8833	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	luam	0	9,1300	3
129	Bolacha salgada tipo craker, pct de 800 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8711)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ISABELA	0	8,6655	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	NINFA	0	9,2307	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	luam	0	9,3000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Página: 32/34

Número do Registro de Preços: 21/2016			Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017		
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios: água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
130	Bolacha Maria, pacotes com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9629)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ISABELA	0	8,6655	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	NINFA	0	9,2108	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	Iuam	0	9,2800	3
131	Bobina saco plástico picotado 40x60 cm rolo com 400 und (18864)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ORLEPLAST	0	19,9730	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	star	0	19,6252	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MEGAMIL	0	19,8115	3
132	Bobina saco plástico picotado 50x70 cm rolo com 100 und (18865)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ORLEPLAST	0	9,9865	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	star	0	9,8126	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 21/2016

Página: 33/34

Número do Registro de Preços: 21/2016		Data do Registro: 20/10/2016		Válido até: 20/10/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MEGAMIL	0	9,9058	3

Página: 34/34

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2016

Número do Registro de Preços: 21/2016 Data do Registro: 20/10/2016 Válido até: 20/10/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, água, recarga de gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2016

PROCESSO Nº 39/2016

(7649) - I. TRAPP & CIA LTDA

(8903) - JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME

(9322) - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

(9465) - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Braço do Trombudo, 20 de Outubro de 2016.

Brunópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 02/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 03/2017 – Edital de Pregão Presencial nº 02/2017

Objeto: Aquisição de combustíveis, gás de cozinha e óleos lubrificantes. Data e horário: o recebimento dos envelopes de “proposta comercial” e “documentação de habilitação” será até às 09h00min do dia 01/02/2017, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armindo Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet www.brunopolis.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 7928/2017

DECRETO nº 7.928, DE 18 DE JANEIRO DE 2017

Declara de utilidade pública as obras de instalação das beira-rios, em ambas as margens e por todo o curso do Rio Itajaí Mirim dentro dos limites territoriais do Município de Brusque, enquanto medidas de contenção de cheias, macrodrenagem, defesa civil e aprimoramento de sistema viário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, Jonas Oscar Paegle, no exercício de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, em seu art. 111, inciso I, e considerando: o disposto no art. 8º, caput, da Lei n. 12.651/2012, bem como a Resolução do CONAMA n. 369/06, que define os casos excepcionais em que o órgão ambiental competente pode autorizar a intervenção em Área de Preservação Permanente - APP para a implantação de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social;

Que em conformidade com o artigo 20, VI, da Lei Complementar n. 135, de 23 de dezembro do ano de 2008, o qual prevê acerca da necessidade de se dar tratamento preferencial às beira-rios como eixos prioritários e corredores de transporte coletivo, otimizando fluxos, privilegiando a segurança, minimizando a demanda à área central, evitando problemas de fluxo exagerado e congestionamentos, adensando setores e locando determinadas atividades em vias adequadas à sua função, sendo tais obras consideradas como medidas para melhoria da Mobilidade e Acessibilidade urbana;

Que é reconhecida como prioridade a construção do contorno rodoviário, desviando as SC-486 e 411 da área central da cidade, através da implantação de um anel viário e das avenidas beira-rio, como forma de efetivação da Estratégia para Melhoria da Mobilidade e Acessibilidade, de acordo com o previsto explicitamente no art. 45, II, da Lei Complementar n. 135, de 23 de dezembro de 2008;

Que a implantação das avenidas beira-rios se caracteriza como obra de utilidade pública, em razão de tratar-se de infraestrutura destinada ao sistema público de transporte e sistema viário, bem como, por ser igualmente obra de defesa civil, conforme previsão do art. 3º, VIII, alíneas "b" e "c", da Lei Federal n. 12.651/2012;

Que o histórico de cheias e inundações do Município de Brusque, é notoriamente agravado nos períodos de verão, dando conta da urgência de implantação de medidas de mitigação e contenção dos possíveis danos decorrentes de tais eventos climáticos;

Que se trata de uma obra primordial à defesa civil do Município, desenvolvida a partir de Estudos de Cheias da Cidade de Brusque (elaborado em janeiro de 1988), tendo sido paralisada a sua execução nos últimos anos, e, portanto, sobrevém a urgência da imediata retomada das atividades pelo Município, no intuito de garantir a segurança da comunidade do entorno do rio Itajaí Mirim; DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, com base no art. 8º, caput, da Lei n. 12.651/2012, bem como, na Resolução CONAMA n. 369, de 28 de março de 2006, que excepcionalmente prevê a intervenção em Áreas de Preservação Permanente, as obras de instalação das beira-rios, em ambas as margens e por todo o curso do Rio Itajaí Mirim dentro dos limites territoriais do Município de Brusque, enquanto medidas de contenção de cheias, macrodrenagem,

defesa civil e aprimoramento de sistema viário.

Parágrafo único. A declaração constante no caput deste artigo não exime da obrigatoriedade de serem observadas as exigências constantes na Resolução CONAMA 369/06 e demais normas vigentes.

Art. 2º A execução da obra ficará a cargo da Prefeitura Municipal de Brusque, por intermédio de sua Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador Geral do Município
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.929/2017

DECRETO Nº 7.929, DE 19 DE JANEIRO DE 2017

Convocar a realização de Assembleia Geral Ordinária, na forma do artigo 132 da Lei Federal nº. 6.404/1976, para deliberar sobre, dentre outros assuntos de interesse público, a eleição dos administradores da Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Brusque (CODEB), constante no seu estatuto social aprovado pela Lei Municipal n. 881/1980.

O PREFEITO DE BRUSQUE, Jonas Oscar Paegle, no exercício de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, em seu art. 111, inciso I, alínea "a";

CONSIDERANDO que a Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Brusque (CODEB) fora instituída pela Lei Municipal n. 881, de 03 março de 1980, sendo uma sociedade de economia mista da qual o Município de Brusque possui 99,9% (noventa e nove vírgula nove por cento) do capital (TJ/SC - AI: 159184 SC 2010.015918-4, Relator: Newton Trisotto, Data de Julgamento: 30/09/2011, Primeira Câmara de Direito Público);

CONSIDERANDO que tal sociedade exerceu normalmente suas atividades até meados de 2009, momento em que, de forma abrupta e sem amparo legal, simplesmente teve suas atividades operacionais suspensas pelos então gestores públicos; tal fato, inclusive, fora objeto de investigação de comissão criada pela Portaria n. 10.120, de 15 de junho de 2015, a qual promoveu estudos sobre a situação econômica e jurídica da CODEB;

CONSIDERANDO que, diante da análise da comissão acima descrita, contatou-se que a CODEB detinha à época (desde 2009 a 2015) um débito fiscal com a União Federal que alcançava a cifra aproximada de R\$ 26 milhões de reais, resultado do não pagamento das parcelas tributárias federais a partir de meados de 2009, cuja situação, inclusive, vem sendo debatida nos autos da Ação Civil Pública n. 0304496-98.2015.8.24.0011, em trâmite na Vara da Fazenda Pública da Comarca de Brusque-SC;

CONSIDERANDO que, notoriamente, há créditos que a CODEB

possui/possuía com munícipes brusquenses e que foram pagos diretamente à Prefeitura de Brusque, na forma de contribuição de melhoria, e não repassados a citada sociedade, aumentando-lhe ainda mais seu prejuízo econômico (assunto esse que será objeto de investigação em procedimento administrativo próprio);

CONSIDERANDO que, em julho de 2016, a Prefeitura de Brusque recebeu expediente (Ofício n. TCE/DMU n. 11.370/2016) do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por meio do qual aquela Corte de Contas solicita diversas informações acerca do motivo que levou à inatividade da empresa e quais seriam as medidas administrativas adotadas pelo Município de Brusque no sentido de corrigir essa manifesta ilegalidade;

CONSIDERANDO que, na Lei Municipal n. 881/1980, em seus artigos 13 e 14, há a previsão de que a CODEB será composta por uma diretoria executiva e um conselho fiscal, sendo que, no que tange a diretoria executiva, há a previsão que os membros assumam os cargos de Diretor Presidente, Diretor Administrativo/Financeiro e Diretor Técnico;

CONSIDERANDO que compete à Administração Pública Municipal zelar pela boa gestão do dinheiro público, inclusive, para que o ciclo vicioso em que a CODEB se encontra seja definitivamente encerrado, justamente para que a mesma seja reativada, no escopo de retornar aos trabalhos para os quais foi criada e, consequentemente, diminuir o prejuízo econômico que se avoluma cada vez mais;

CONSIDERANDO que a experiência pública tem evidenciado que, uma vez em atuação, a CODEB realizou, de forma mais ágil e eficaz, a execução de diversas obras públicas em nosso Município, as quais resultaram em verdadeira economia ao erário, além de proporcionar um maior fomento ao desenvolvimento econômico municipal, RESOLVE:

Art. 1º Convocar a realização de Assembleia Geral Ordinária, na forma do artigo 132 da Lei Federal nº. 6.404/1976, para deliberar sobre, dentre outros assuntos de interesse público, a eleição dos administradores da Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Brusque (CODEB), constante no seu estatuto social aprovado pela Lei Municipal n. 881/1980.

Art. 2º. Este decreto em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

CIRO MARCIAL ROZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO 017/2017 SAMAE EXTRATO DO CONTRATO 017/2017

ESPÉCIE: fornecimento de óleos lubrificantes. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 075/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.02.0017.0512.0301.2293.3339300 10000000.02000000; VIGÊNCIA: ate 31/12/2017. DATA DA ASSINATURA: 10/01/2017; VALOR: R\$ 13.529,40. CONTRATADA: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. Diretor do SAMAE.

Brusque, 10 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE

Juliano Montibeller
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 018/2017 SAMAE EXTRATO DO CONTRATO 018/2017

ESPÉCIE: fornecimento de hidróxido de sódio. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 075/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.02.0017.0512.0301.2293.3339301 10000000.02000000; VIGÊNCIA: ate 31/12/2017. DATA DA ASSINATURA: 10/01/2017; VALOR: R\$ 320.000,00. CONTRATADA: Quimisa S/A. Diretor do SAMAE.

Brusque, 10 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE

Juliano Montibeller
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 019/2017 SAMAE EXTRATO DO CONTRATO 019/2017

ESPÉCIE: fornecimento de areias e pedras. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 075/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.02.0017.0512.0301.2293.3339309 90000000.02000000; VIGÊNCIA: ate 31/12/2017. DATA DA ASSINATURA: 10/01/2017; VALOR: R\$ 180.800,00. CONTRATADA: Comercio e Extração de Areias NH Ltda EPP. Diretor do SAMAE.

Brusque, 10 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE

Juliano Montibeller
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 020/2017 SAMAE EXTRATO DO CONTRATO 020/2017

ESPÉCIE: fornecimento de areias e pedras. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 075/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.02.0017.0512.0301.2293.3339309 90000000.02000000; VIGÊNCIA: ate 31/12/2017. DATA DA ASSINATURA: 10/01/2017; VALOR: R\$ 293.150,00. CONTRATADA: Teraplanagem e Transportes Augusto Ltda. Diretor do SAMAE.

Brusque, 10 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE

Juliano Montibeller
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 021/2017 SAMAE
EXTRATO DO CONTRATO 021/2017

ESPÉCIE: serviço de caminhão basculante, trator esteira, caminhão munck e caminhão tanque. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 064/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.02.0017.0512.0301.2293.33393912000000 0.02000000; VIGÊNCIA: até 31/12/2017. DATA DA ASSINATURA: 10/01/2017; VALOR: R\$ 324.800,00. CONTRATADA: Terraplenagem Kohler Ltda. Diretor do SAMAE.

Brusque, 10 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE

Juliano Montibeller
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 022/2017 SAMAE
EXTRATO DO CONTRATO 022/2017

ESPÉCIE: serviço de retroescavadeira. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 064/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.02.0017.0512.0301.2293.333939120 000000.02000000; VIGÊNCIA: até 31/12/2017. DATA DA ASSINATURA: 10/01/2017; VALOR: R\$ 308.000,00. CONTRATADA: Terraplenagem Kreusch Ltda EPP. Diretor do SAMAE.

Brusque, 10 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE

Juliano Montibeller
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 023/2017 SAMAE
EXTRATO DO CONTRATO 023/2017

ESPÉCIE: serviço de escavadeira hidráulica. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 064/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.02.0017.0512.0301.2293.3339391 20000000.02000000; VIGÊNCIA: até 31/12/2017. DATA DA ASSINATURA: 10/01/2017; VALOR: R\$ 56.000,00. CONTRATADA: Ancora Serviços Eireli ME. Diretor do SAMAE.

Brusque, 10 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE

Juliano Montibeller
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 003/2017 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 003/2017

ESPÉCIE: Reajuste dos valores para fornecimento de diesel S10, gasolina. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 072/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.2293.0017.0512.0301.3339.3001000.0020000; VIGÊNCIA: até 31/12/2017. DATA DA ASSINATURA: 06/01/2017; VALOR: R\$

208.190,53. CONTRATADA: Auto Posto Daniela Ltda. Diretor do SAMAE.

Brusque, 06 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE

Juliano Montibeller
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 002/2017 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 002/2017

ESPÉCIE: reajuste no valor do óleo diesel. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 072/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.2293.0017.0512.0301.3339.3 001000.0020000; VIGÊNCIA: até 31/12/2017. DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017; VALOR: R\$ 553.150,00. CONTRATADA: Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda. Diretor do SAMAE.

Brusque, 09 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE

Juliano Montibeller
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 06 AO CONTRATO 1188/016 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 06 AO CONTRATO 118/2016

ESPÉCIE: serviço de consultoria em operação e gestão de serviços de saneamento público. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços. PROCESSO LICITATÓRIO: 050/2013. VALOR GLOBAL: R\$ 98.154,54. Dotação Orçamentária: 2017.80.02.2293.33903999000 0.20000 PRAZO EXECUÇÃO: até 31/12/2017. DATA DA ASSINATURA: 16/12/2016; CONTRATADA: BSA Bureau de Serviços de Engenharia Ambiental Ltda. Diretora Presidente do SAMAE.

Brusque, 16 de dezembro de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE - Brusque

LEI Nº 4050/2017

LEI Nº 4.050, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

Altera o art. 2º, da Lei nº 3.899, de 22 de julho de 2015, que autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Badesco Cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 2º, da Lei n.º 3.899, de 22 de julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A adesão ao Programa Badesco Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de obras de prolongamento e serviços de movimentação de terra do canal extravasor e calha viária da Avenida Beira-Rio, margem direita – Bairro Santa Terezinha”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de janeiro de 2017.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 75/2017

PORTARIA Nº 75/2017

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. FLORA ELIANE WILLRICH FERREIRA, matrícula nº 458767-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmaceutico Bioquimico, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, por 180 (cento e oitenta) dias, no período compreendido entre 07/01/2017 e 05/07/2017.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo foi concedida com fulcro nos artigos nº 157, VI da LC 147/2009, artigo 41, §§ 1º ao 5º da LC 174/2011 e decreto 6.118 de 30 de setembro 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a conta de 07/01/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de janeiro de 2017.

Edena Beatriz Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.001

DECRETO Nº 7.001, de 16 de janeiro de 2017.

Substitui membros nomeados para compor o Conselho Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Ficam substituídos os membros das entidades abaixo relacionadas, nomeados para compor o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

1- Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Ana Paula de Castilha Souza
Suplente: Schayana Zmijevski Simas

4 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Analu Regis Fernandes
Suplente:

5 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Carlos Antonio Arruda Wagner
Suplente: Neiva Vieceli

6 - Secretaria Municipal de Educação
Titular: Beatriz Pereira
Suplente: Mauricio Somensi

8 - Secretaria Municipal da Administração
Titular:
Suplente: Ercilia Sita Bender

9 - Gabinete do Prefeito
Titular: José Cássio dos Santos
Suplente: Joseléia Ribeiro

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs 6.484, de 28 de julho de 2015 e 6.750, de 04 de abril de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2017 - SECRETARIA DA FAZENDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Secretaria da Fazenda do Município de Caçador, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 90 da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO, que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT devolveu as Notificações e Intimações encaminhadas aos endereços sede que constam no cadastro junto a Prefeitura, das empresas abaixo relacionadas, foram devolvidas com a informação 'Não existe número'; e

CONSIDERANDO, que nos termos do Art 62 § 2 do Código Tributário Municipal o contribuinte é obrigado a comunicar à repartição própria do município, dentro de 20 (vinte) dias, para fins de atualização cadastral, ocorrências relacionadas a alteração de endereço e/ou atividade.

N O T I F I C A

Para que solicitem junto a Prefeitura Municipal de Caçador a atualização dos dados cadastrais referente ao endereço de exercício das atividades dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados a partir da publicação deste. Informa, também, que o não atendimento deste acarretará multa e cassação da licença conforme determina o Código Tributário Municipal. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, expedimos o presente edital, o qual será afixado junto ao mural da Prefeitura Municipal e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Inscrição Contribuinte CPF/CNPJ

134078528 LAUDENIR DA SILVA 11.151.167/0001-70
134077518 LUIZ CARLOS DA SILVA MOTA 08.885.870/0001-05
134078563 ADELAR JOSÉ KADES 025.950.729-60
134078421 ASSOCIAÇÃO GERSON TAE KWON-DO 10.766.066/0001-40
134079761 ADELIR JOÃO ZANOL 14.452.090/0001-66
134079077 A2W INTERN. IMPORT. DE MAT. CONST. 12.398.786/0001-26
1340811279 MAICON JUNIOR DA SILVA 19.364.524/0001-90
134081783 LUCIANE PENA ME 20.770.181/0001-42
134077705 CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT 09.176.083/0001-49
131651001 CAIXA ALTA EDITORA JORNALISTICA 06.076.391/0001-04
101619001 DONA ELVIRA COM. DE CONFECÇÕES 02.095.324/0001-86
134080193 LUCELIA RODRIGUES 13.296.461/0001-03
134080213 FEZER E SCHROEDER COM. DE VEIC. 15.629.191/0001-22
100451001 TEREZINHA CORREA DE MELLO 196.137.929-53
134080381 SIDINEI MORAIS DA SILVA 11.182.852/0001-63
134077960 NHT LINHAS AÉREAS 07.611.146/0024-09
134080384 MARIA NEUSA ALVES PEREIRA 16.576.735/0001-06
134080408 MARIA LOPES DE ALMEIDA 16.858.167/0001-09
134079412 MAILSON RICARDO 13.419.456/0001-32
134078494 MARIA IZABEL DA ROSA ANDRADE 11.074.865/0001-19
128960001 FRANCISCO DE ASSIS JEREMIAS 02.395.017/0001-10

Caçador, 18 de Janeiro de 2017.

OSÓRIO ELIAS TIMERMANN
Secretário da Fazenda

LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA
Sec.Adj.Ass.Fazenda

LEI Nº 3.358

LEI Nº 3.358, de 19 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre o parcelamento de dívida com o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica autorizado a firmar parcelamento das contribuições previdenciárias devidas e não repassadas ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, pelo Município de Caçador, correspondente à parte patronal, suplementares e aportes, relativos as competências de novembro e dezembro de 2015, inclusive 13º salário e janeiro, abril, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2016 e 13º salário, respectivamente, em até 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e consecutivas, nos termos do art. 5º da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008 e alterações.

Art. 2º Para apuração do montante devido os valores serão atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 1% (um por cento), acumulados desde a data de vencimento até a assinatura do Termo de Acordo de Parcelamento.

§ 1º As parcelas vincendas serão atualizadas pelo IPCA/IBGE, acrescida de juros simples de 0,5 (meio por cento), acumulados desde a data da assinatura do Termo de Acordo de Parcelamento até o mês do efetivo pagamento.

§ 2º As parcelas vencidas serão atualizadas pelo IPCA/IBGE, acrescida de juros simples de 1% (um por cento) ao mês e multa de 1% (um por cento), acumulados desde a data da assinatura do Termo de Acordo de Parcelamento até o mês do efetivo pagamento.

Art. 3º Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento das parcelas acordadas no Termo de Acordo de Parcelamento.

Parágrafo único. A garantia de vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM deverá constar de cláusula do Termo de Acordo Parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas e vigorará até a quitação final do parcelamento.

Art. 4º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos orçamentos anuais, suplementadas, se necessário.

Art. 5º A apuração dos valores consolidados dos débitos e a emissão do Termo de Acordo de Parcelamento será realizada por meio de aplicativo d isponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.567

PORTARIA Nº 27.567, de 02 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

ALTERAR A PORTARIA nº 27.442, de 18 de novembro de 2016, que concede Licença Prêmio aos Servidores Públicos Municipais, somente no que se refere à Servidora ODETE CRIVILATTI, Matrícula 731, ocupante do cargo de Atendente de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, alterando os períodos de gozo das Licenças Prêmios concedidas que passam a ser de 09 de janeiro de 2017 a 09 de março de 2017 e de 10 de março de 2017 a 07 de junho de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.589

PORTARIA Nº 27.589, de 09 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, Licença Prêmio a que faz jus, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de Aquisição	Período de gozo
10470	Liane Capelin	Telefonista	21/01/2011 a 21/01/2016	09/01/2017 a 07/02/2017

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.591

PORTARIA Nº 27.591, de 09 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 40, §§ 1º, 5º e 19 da Constituição Federal, combinado com a redação do art. 2º, § 5º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, o pagamento do abono de permanência, por ter completado o tempo de contribuição e continuar desempenhando suas funções, especificando matrícula, nome da Servidora, cargo e início da percepção do abono, conforme segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Data início/ A contar de:
932	Juracema Teodoro	Auxiliar de Serviços Gerais	01/01/2017

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.599

PORTARIA Nº 27.599, de 11 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados nas diversas Secretarias/Órgãos Municipais, férias regulamentares acrescidas do adicional de férias, especificando código, nome do servidor, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
10863	Analú Régis Fernandes	04/04/2015 a 03/04/2016	26/01/2017 a 24/02/2017
11775	Ariel Bleichuehl Dallazem	10/04/2014 a 09/04/2015	01/03/2017 a 10/03/2017
2610	Cladimir Torezan	01/02/2014 a 31/01/2015	06/02/2017 a 15/02/2017
2610	Cladimir Torezan	01/02/2015 a 31/01/2016	16/02/2017 a 25/02/2017

11217	Edineia Aparecida da Silva Batista	01/08/2015 a 31/07/2016	23/01/2017 a 21/02/2017
9137	Eliaana Aparecida Leveck	23/02/2015 a 22/02/2016	20/01/2017 a 29/01/2017
15	Emerson Schmidt	24/03/2014 a 23/03/2015	25/01/2017 a 03/02/2017
9200	Fábio de Lima Garcia	10/03/2014 a 09/03/2015	20/01/2017 a 29/01/2017
12872	Gustavo Spuldaro Tanno	17/01/2015 a 16/01/2016	02/01/2017 a 31/01/2017
14062	Janaina Ferreira da Silva	23/11/2015 a 22/11/2016	30/01/2017 a 13/02/2017
4418	Janete de Fátima Pereira	19/02/2012 a 18/02/2013	16/01/2017 a 25/01/2017
4418	Janete de Fátima Pereira	19/02/2013 a 18/02/2014	26/01/2017 a 04/02/2017
14095	Jocilene Maisa Guetten	04/01/2016 a 03/01/2017	11/01/2017 a 20/01/2017
1086	Larissa Fleck Savaris	13/06/2015 a 12/06/2016	16/01/2017 a 30/01/2017
13315	Louise Pereira Ruppel	26/03/2015 a 25/03/2016	15/02/2017 a 24/02/2017
13315	Louise Pereira Ruppel	26/03/2015 a 25/03/2016	01/03/2017 a 10/03/2017
3381	Odair Rebelo do Nascimento	01/01/2016 a 31/12/2016	01/02/2017 a 02/03/2017
14017	Rosilda Cristina Regert	02/09/2015 a 01/09/2016	06/02/2017 a 25/02/2017

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.607

PORTARIA Nº 27.607, de 16 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na alínea "b", inciso III, do art. 73, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Administração, Licença para ausentar-se do serviço (nojo) pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias Afastamento	Data do Óbito
629	Eliete Catarina D'Agostini	Técnico em Secretariado	08	11/01/2017

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.608

PORTARIA Nº 27.608, de 16 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso IV, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, lotada na Fundação Municipal do Meio Ambiente, Licença para ausentar-se do serviço (nojo) pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias Afastamento	Data do Óbito
118	Andreia D'Agostini	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	05	11/01/2017

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.609

PORTARIA Nº 27.609, de 16 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador mais o previsto no art. 29, § 6º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER, a contar de 04 de julho de 2016, o período de avaliação do Estágio Probatório do Servidor Público Municipal JAISSON AUGUSTO CRUZ MARTINS, ocupante do cargo de Operador de Estação Aeronáutica, matrícula 14087, em razão de estar afastado para tratamento de saúde desde referida data, sendo que todo o tempo de afastamento deverá ser reposto para findar o Estágio Probatório.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.611

PORTARIA Nº 27.611, de 16 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 131, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CESSAR os efeitos da Portaria nº 27.352, de 13 de outubro de 2016, que concedeu Licença Prêmio a diversos Servidores, somente no que se refere à Servidora Pública Municipal SUELI TEREZINHA BUENO, matrícula 135, cargo de Agente Serviços e Obras Públicas I, em virtude de ter continuado no desempenho de suas funções não usufruindo a licença concedida.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.612

PORTARIA Nº 27.612, de 16 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 94, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 27.419, de 07 de novembro de 2016, que concede férias regulamentares acrescida do respectivo adicional ao Servidor Público Municipal Ivanir José Pagoto, no período de 12 de janeiro de 2017 a 10 de fevereiro de 2017,

CONSIDERANDO a absoluta necessidade da permanência do Servidor no desempenho de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º. EXCLUIR da Portaria nº 27.419, de 07 de novembro de 2016, o Servidor Público Municipal IVANIR JOSÉ PAGOTO, matrícula 1391, ocupante do cargo de Guarda Patrimonial Municipal, lotado na Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.613

PORTARIA Nº 27.613, de 17 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria nº 27.513, de 14 de dezembro de 2016, que concede férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional a diversos Servidores, no que se refere à Servidora Pública Municipal EDIANEZ BORTOT FAORO, matrícula 921, RETIFICANDO o período de fruição que passa a ser de 02 de janeiro de 2017 a 16 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.614

PORTARIA Nº 27.614, de 17 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na alínea "b", inciso III, do art. 73, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, licença para ausentar-se do serviço (nojo) pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias Afastamento	Data do Óbito
14113	Edilaine Amaral Reis	Professor Monitor	08	29/12/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.618

PORTARIA Nº 27.618, de 19 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município e art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto no Termo de Convênio de Cooperação nº 01/2017 firmado com o Poder Legislativo Municipal de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. COLOCAR à disposição do Poder Legislativo Municipal, a Servidora Pública NILSE DE FÁTIMA DO NASCIMENTO, matrícula 1012, ocupante do cargo de Supervisora Escolar e lotada na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º. A disposição será sem ônus para o Município de Caçador e com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.619

PORTARIA Nº 27.619, de 19 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município e art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto no Termo de Convênio de Cooperação nº 02/2017 firmado com a Associação Empresarial de Caçador - ACIC,

RESOLVE:

Art. 1º. COLOCAR à disposição da Associação Empresarial de Caçador (ACIC), o Servidor Público ADILSON ROBERTO RIBEIRO, matrícula 900, ocupante do cargo de Arquivista e lotado na Secretaria Municipal da Administração.

Art. 2º. A disposição será com ônus para o Município de Caçador e efeitos a contar de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.620

PORTARIA Nº 27.620, de 19 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município e art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto no Termo de Convênio de Cooperação nº 03/2017 firmado com a Polícia Militar de Santa Catarina, através do 15º Batalhão de Polícia Militar de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. COLOCAR à disposição do 15º Batalhão de Polícia Militar de Caçador, as Servidoras Públicas Municipais a seguir relacionadas, especificando: código, nome, local de lotação e cargo, conforme segue:

Código	Nome	Local de lotação	Cargo
357	Ana Maria Constantini	Secretaria Municipal da Educação	Merendeira Escolar
784	Janete Aparecida de Azeredo Both	Secretaria Municipal da Administração	Telefonista

Art. 2º. A disposição será com ônus para o Município de Caçador e efeitos a contar de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.622

PORTARIA Nº 27.622, de 19 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 114, de 28/08/2007, que institui a Fundação Municipal de Cultura – FMC, e dá outras providências,

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR SCHEILLA MARIA SOARES MARINS, para ocupar o cargo em comissão de Presidente, pertencente ao Grupo Ocupacional Comissão, referência CC-2, vinculado à Fundação Municipal de Cultura, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e efeitos a contar de 13 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.623

PORTARIA Nº 27.623, de 19 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 151, de 23/07/2009, que Institui a Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA,

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR CHRISTIANE DRIESSEN, para ocupar o cargo em comissão de Diretora de Meio Ambiente, pertencente ao Grupo Ocupacional Comissão, referência CC-2, vinculado à Fundação Municipal do Meio Ambiente, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e efeitos a contar de 13 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.624

PORTARIA Nº 27.624, de 19 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 76, de 22/12/2005, que institui a Fundação Municipal de Esportes - FME,

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR ENEMIR COROZZOLA, para ocupar o cargo em comissão de Presidente, pertencente ao Grupo Ocupacional Comissão, referência CC-2, vinculado à Fundação Municipal de Esportes, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e efeitos a contar de 16 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.627

PORTARIA Nº 27.627, de 19 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e art. 87, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Caçador - RPPS, e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. COLOCAR à disposição do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Caçador – IPASC, a Servidora Pública Municipal MARI APARECIDA CEOLLA BIELLA, matrícula 3297, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental II, lotada na Secretaria Municipal da Educação, com ônus para o Instituto e efeitos a contar desta data.

Art. 2º. DESIGNAR a Servidora MARI APARECIDA CEOLLA BIELLA, para exercer o cargo de Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, do Grupo Ocupacional Comissão, referência CC-1, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e efeitos a contar desta data.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.: 1/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 01/2017

Contratante...: CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR Contratada...: CIGA Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal Valor
: 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais) Vigência : Início: 01/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.: 1/2017

Recursos : Dotação: 3.3.90.39.97.00.00.00 Saldo: 602.737,15

Objeto : Prestação do serviço de desenvolvimento, manutenção e hospedagem do site da Câmara Municipal, durante o exercício de 2017, decorrente do processo de dispensa de licitação 01/2017.

Caçador, 19 de janeiro de 2017

Antonio Rubiano Schmitz

Presidente da Câmara Municipal de Caçador

Camboriú

PREFEITURA

ANULAÇÃO TP 11/14 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU
ANULAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 011/2014-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 145/2014 cujo objeto é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA QUALIFICAÇÃO DA RUA GUSTAVO RICHARD E RUA CORONEL BENJAMIM VIEIRA NO CENTRO DE CAMBORIÚ, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PLANTA E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO, como segue: "RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES".

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 20 de Novembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

RESULTADO PR 30/16 - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/2016-FME

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

"FRACASSADA NOS ITENS 11 E 34 E DESERTO NOS ITENS 05, 06, 08, 09, 10, 15, 16, 24, 25, 26, 28 E 31"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 19 de Janeiro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO DE CONTRATO 01 AO 19

RESUMO DE CONTRATOS

PMC

Contrato nº 001/2017

Processo: Dispensa de Licitação nº 001/2017

Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA

Data: 03/01/2017

Prazo: 03 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017

Valor: R\$ 29.340,00 (vinte e nove mil e trezentos, quarenta reais).

Objeto: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA, que disponibiliza:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores – Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil);

2. Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação;

3. Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

4. Gestão Tributária – Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – GNOTA: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação que permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço

de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional;
5. Gestão Tributária – Registro Mercantil Integrado – REGIN: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais.

FME

Contrato nº 001/2017

Processo: Pregão Presencial Nº 030/2016

Contratado: ATACADO FERREIRA E FILHOS LTDA EPP

Data: 19/01/2017

Prazo: 31/12/2017

Valor: R\$ 94.681,56 (Noventa e quatro mil seiscientos e oitenta e um reais e cinquenta e seis centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (MENOS PERECÍVEIS, FORMULADOS, IOGURTE, PÃES, CARNE E FRANGO) PARA O PREPARO DE MERENDA, A SEREM DISTRIBUIDOS PONTO A PONTO MENSALMENTE, QUINZENALMENTE E SEMANALMENTE CONFORME SOLICITAÇÃO/PLANILHA, AOS 16 (DEZESSEIS) CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 12 (DOZE) ESCOLAS URBANAS E 3 (TRÊS) DE CAMPO NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato nº 002/2017

Processo: Pregão Presencial Nº 030/2016

Contratado: TECNOAL COMERCIAL E DISTRIB. LTDA-EPP

Data: 19/01/2017

Prazo: 31/12/2017

Valor: R\$ 40.426,62 (Quarenta mil quatrocentos e vinte e seis reais e sessenta e dois centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (MENOS PERECÍVEIS, FORMULADOS, IOGURTE, PÃES, CARNE E FRANGO) PARA O PREPARO DE MERENDA, A SEREM DISTRIBUIDOS PONTO A PONTO MENSALMENTE, QUINZENALMENTE E SEMANALMENTE CONFORME SOLICITAÇÃO/PLANILHA, AOS 16 (DEZESSEIS) CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 12 (DOZE) ESCOLAS URBANAS E 3 (TRÊS) DE CAMPO NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato nº 003/2017

Processo: Pregão Presencial Nº 030/2016

Contratado: NAIR SEIDLER GORGES EPP

Data: 19/01/2017

Prazo: 31/12/2017

Valor: R\$ 131.964,45 (Cento e trinta e um mil novecentos e sessenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos) Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (MENOS PERECÍVEIS, FORMULADOS, IOGURTE, PÃES, CARNE E FRANGO) PARA O PREPARO DE MERENDA, A SEREM DISTRIBUIDOS PONTO A PONTO MENSALMENTE, QUINZENALMENTE E SEMANALMENTE CONFORME SOLICITAÇÃO/PLANILHA, AOS 16 (DEZESSEIS) CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 12 (DOZE) ESCOLAS URBANAS E 3 (TRÊS) DE CAMPO NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato nº 004/2017

Processo: Pregão Presencial Nº 030/2016

Contratado: RAULINO RAUL ROSAR - ME

Data: 19/01/2017

Prazo: 31/12/2017

Valor: R\$ 129.722,32 (Cento e vinte e nove mil setecentos e vinte e dois reais e trinta e dois centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (MENOS PERECÍVEIS, FORMULADOS, IOGURTE, PÃES, CARNE E FRANGO) PARA O PREPARO DE MERENDA, A SEREM DISTRIBUIDOS PONTO A PONTO MENSALMENTE, QUINZENALMENTE E SEMANALMENTE CONFORME SOLICITAÇÃO/PLANILHA, AOS 16 (DEZESSEIS) CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 12 (DOZE) ESCOLAS URBANAS E 3 (TRÊS) DE CAMPO NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato nº 005/2017

Processo: Pregão Presencial Nº 030/2016

Contratado: PL FERNANDES DISTRIBUIDORA LTDA

Data: 19/01/2017

Prazo: 31/12/2017

Valor: R\$ 173.062,20 (Cento e setenta e três mil sessenta e dois reais e vinte centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (MENOS PERECÍVEIS, FORMULADOS, IOGURTE, PÃES, CARNE E FRANGO) PARA O PREPARO DE MERENDA, A SEREM DISTRIBUIDOS PONTO A PONTO MENSALMENTE, QUINZENALMENTE E SEMANALMENTE CONFORME SOLICITAÇÃO/PLANILHA, AOS 16 (DEZESSEIS) CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 12 (DOZE) ESCOLAS URBANAS E 3 (TRÊS) DE CAMPO NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

RESUMO DE ADITIVOS**FMS**

Sexto Termo Aditivo ao

Contrato: 082/2013

Processo: Pregão Presencial Nº 024/2013

Contratado: INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA

Data: 05/01/2017

Fundamento: artigo 57, IV da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: Contratação de empresa para prestação de serviço especializado na área de informática, para locação de softwares de gestão de saúde.

Objeto do aditivo: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade de continuidade dos serviços prestados especializado na área de informática, visando a garantia de preços e condições mais vantajosas para a administração e baseado no ar. 57, IV da Lei 8666/93, que permite a prorrogação contratual dos serviços executados de forma contínua e satisfatória, as partes resolvem aditar o presente contrato em R\$ 42.885,45 (Quarenta e dois mil oitocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) e o prazo contratual em 08 (oito) meses, vigorando de 06 de janeiro de 2017 até 05 de setembro de 2017, conforme descrição dos itens e requisição anexa.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT.	UNIT.	TOTAL
1	CADASTRO USUÁRIOS	GEMUS	MÊS	05	373,13	1.865,65
2	ATENDIMENTO.	GEMUS	MÊS	05	373,13	1.865,65
3	FATURAMENTO (BPA-SIA)	GEMUS	MÊS	05	639,65	3.198,25
4	PRONTUÁRIO MULTIPROFISSIONAL.	GEMUS	MÊS	05	1.066,08	5.330,40
5	AGENDAMENTO E REGULAÇÃO CONSULTAS/EXAMES	GEMUS	MÊS	05	639,65	3.198,25
6	CONTROLE DE VEÍCULOS (FROTA).	GEMUS	MÊS	05	487,22	2.436,10
7	TFD - TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO	GEMUS	MÊS	05	487,22	2.436,10
8	VACINAS.	GEMUS	MÊS	05	487,22	2.436,10
9	CONTROLE DE ESTOQUES E FARMÁCIAS	GEMUS	MÊS	05	852,87	4.264,35
10	CONTROLE DE BENEFÍCIOS	GEMUS	MÊS	05	266,52	1.332,60
11	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	GEMUS	MÊS	05	772,22	3.861,10
12	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	GEMUS	MÊS	05	639,65	3.198,25
13	BI - BUSINESS INTELLIGENCE	GEMUS	MÊS	05	959,48	4.797,40
14	TELÃO INFORMATIVO	GEMUS	MÊS	05	319,83	1.599,15
15	CONSULTA GERAL DO USUÁRIO	GEMUS	MÊS	05	213,22	1.066,10
TOTAL						R\$ 42.885,45

Primeiro Termo Aditivo ao

Contrato: 024/2016

Processo: Carta Convite Nº. 004/2016

Contratado: IMBRANET INTERNET E INFORMÁTICA LTDA – ME

Data: 06/01/2017

Fundamento: artigo 57, II da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: Contratação De Empresa Especializada No Ramo De Internet Nas Unidades De Saúde Bem Como Demais Setores Da Secretaria Municipal De Saúde

Objeto do aditivo: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade de continuidade de serviços de internet para o paço municipal e Praça das Figueiras, visando a garantia de preços e condições mais vantajosas para a administração e baseado no artigo 57, II da Lei 8666/93, as partes resolvem prorrogar o prazo de execução do serviço/contratual por mais 04 (quatro) meses e o valor contratual em R\$ 25.980,00 (Vinte e cinco mil, novecentos e oitenta reais).

Quarto Termo Aditivo ao

Contrato: 050/2013

Processo: Pregão Presencial Nº 012/2013

Contratado: EMBRACORE INFORMATICA LTDA ME

Data: 06/01/2017

Fundamento: artigo 57, IV da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: Contratação De Empresa Especializada No Ramo De Internet Nas Unidades De Saúde Bem Como Demais Setores Da Secretaria Municipal De Saúde

Objeto do aditivo: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade de continuidade de serviços especializado em infra estrutura de TI e locação de software, visando a garantia de preços e condições mais vantajosas para a administração e baseado no artigo 57, IV da Lei 8666/93, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual por mais 05 (cinco) meses, vigorando de 08 de janeiro de 2017 até 06 de junho de 2017 e o valor contratual em R\$ 30.360,00 (Trinta mil, trezentos e sessenta reais), conforme solicitação da secretaria.

PMC

Primeiro Termo Aditivo ao

Contrato: 035/2016

Processo: Carta Convite Nº. 007/2016

Contratado: IMBRANET INTERNET E INFORMÁTICA LTDA – ME

Data: 06/01/2017

Fundamento: artigo 57, II da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: Contratação De Empresa Especializada Para Prestação De Serviços De Acesso A Internet Para Acesso A Internet Em

Todos Os Computadores Do Paço Municipal, Bem Como Internet Da Praça Das Figueiras

Objeto do aditivo: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade de continuidade de serviços de internet para o paço municipal e Praça das Figueiras, visando a garantia de preços e condições mais vantajosas para a administração e baseado no artigo 57, II da Lei 8666/93, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual por mais 06 (seis) meses, vigorando de 24 de janeiro de 2017 até 23 de julho de 2017 e o valor contratual em R\$ 35.999,40 (Trinta e cinco mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos).

FME

Terceiro Termo Aditivo ao

Contrato: 046/2014

Processo: Outras Modalidades Nº002/2014

Contratado: N.N.PEREIRA ALUGUEL DE IMOVEIS LTDA - ME

Data: 12/01/2017

Fundamento: artigo 57, II da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: Chamamento público de locação de imóvel para sediar o centro integrado de capacitação e administração escolar.

Objeto do aditivo: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, baseado no artigo 57, inciso II da lei federal 8.666/93 que permite prorrogação contratual de serviços executados de forma contínua, as partes resolvem aditar o prazo contratual da locação de imóvel para sediar o centro integrado de capacitação e administração escolar pelo período de 02 (dois) meses, vigorando de 13 de janeiro de 2017 a 12 de março de 2017, e o valor contratual no correspondente a R\$ 55.238,10 (Cinquenta e cinco mil duzentos e trinta e oito reais e dez centavos), conforme solicitação da secretaria.

FMAS

Primeiro Termo Aditivo ao

Contrato: 002/2016

Processo: Pregão Presencial Nº. 015/2016

Contratado: IMBRANET INTERNET E INFORMÁTICA LTDA – ME

Data: 13/01/2017

Fundamento: artigo 57, II da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: Contratação De Empresa Especializada Para Prestação De Serviços De Acesso A Internet Para Acesso A Internet Em Todos Os Computadores Do Paço Municipal, Bem Como Internet Da Praça Das Figueiras

Objeto do aditivo: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade de continuidade de serviços de internet banda Larga via rádio, para: Centro Múltiplo Uso Alice Testoni Gomes, Bairro Areias; Centro De Referência De Assistência Social - Cras, Bairro Monte Alegre; Centro De Referência Especializado De Assistência Social - Creas, Bairro Santa Regina; Centro De Apoio À Família Adão Rosa, Bairro Conde Vila Verde. Unidades Coordenadas Pela Secretaria De Desenvolvimento E Assistência Social, visando a garantia de preços e condições mais vantajosas para a administração e baseado no artigo 57, II da Lei 8666/93, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, vigorando de 20 de janeiro de 2017 até 19 de janeiro de 2018 e o valor contratual em R\$ 7.632,00 (Sete mil seiscentos e trinta e dois reais).

ELCIO ROGERIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL 03/2017 FMS

ADITIVO CONTRATUAL Nº 03/2017FMS

Considerando a necessidade da continuação dos serviços prestados pela empresa CASA VIDA ESPAÇO INTERDISCIPLINAR PARA SAÚDE INTEGRAL LTDA, CNPJ 07.069.692/0001-73, contratada pelo Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre, através do Contrato nº 06/2016 (firmado através do Processo Licitatório nº 01/2015, modalidade Credenciamento), tendo como objeto execução de serviços especializados nos seguintes procedimentos: consulta em psiquiatria, CONSULTA EM GINECOLOGIA, EXAME DE COLPOSCOPIA, BIOPSIA DE COLO DE ÚTERO/VULVA E VULVOSCOPIA, conforme legislação vigente, oriundos das instalações da contratante, em Campo Alegre – SC,

As partes acordam o seguinte:

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE – SC (CNPJ: 01.941.360/0001-50) E DE OUTRO LADO A EMPRESA CASA VIDA ESPAÇO INTERDISCIPLINAR PARA SAÚDE INTEGRAL LTDA, CNPJ 07.069.692/0001-73

CLÁUSULA PRIMEIRA – PREÇO

O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pelos serviços especificados na cláusula segunda, o valor total de R\$ 21.700,00 (vinte e um mil e setecentos reais), sendo o valor unitário segundo a tabela abaixo:

EXAME	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Consulta em Psiquiatria	72	R\$ 100,00	R\$ 7.200,00
Consulta em Ginecologia	180	R\$ 50,00	R\$ 9.000,00
Exame de Colposcopia	30	R\$ 70,00	R\$ 2.100,00
Biopsia de colo de útero/vulva	20	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00
Vulvoscopia	20	R\$ 70,00	R\$ 1.400,00
VALOR TOTAL			R\$ 21.700,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	91.00	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	91.04	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica
Função	10	Saúde
Subfunção	303	Suporte Profilático e Terapêutico
Programa	56	Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia
Projeto	2.028	Realização de Diagnósticos dos Pacientes
Elemento de Despesa	3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art. 57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato 26/2015 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 2017.

CAROLINA DA COSTA TELMA Gestora do Fundo Municipal de Saúde CONTRATANTE	MARLUCE DA COSTA MELLO Casa Vida Espaço Interdisciplinar Para Saúde Integral Ltda. CONTRATADA
---	---

ADITIVO CONTRATUAL 04/2017 FMS

ADITIVO CONTRATUAL Nº 04/2017 FMS

Considerando a necessidade da continuação dos serviços prestados pela empresa CLINICAMPO LTDA S.S., CNPJ sob nº 10.220.287/0001-19, contratada pelo Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre, através do Contrato nº 07/2016 (firmado através do Processo Licitatório nº 01/2015, modalidade Credenciamento), tendo como objeto O presente contrato tem por objeto a execução de serviços especializados nos seguintes procedimentos CONSULTA EM CARDIOLOGIA, ELETROCARDIOGRAMA, TESTE ERGOMÉTRICO, QUANDO EM CONSULTA MÉDICA E EXAME DE ECOCARDIOGRAFIA, conforme legislação vigente, oriundos das instalações da contratante, em Campo Alegre – SC,

As partes acordam o seguinte:

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE – SC (CNPJ: 01.941.360/0001-50) E DE OUTRO LADO A EMPRESA CLINICAMPO LTDA S.S., CNPJ sob nº 10.220.287/0001-19

CLÁUSULA PRIMEIRA – PREÇO

O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pelos serviços especificados na cláusula segunda, o valor total de R\$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais), sendo o valor unitário segundo a tabela abaixo:

QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
220	Serviço	Consulta em cardiologia	R\$ 100,00	R\$ 22.000,00
100	Serviço	Eletrocardiograma	R\$ 35,00	R\$ 3.500,00
18	Serviço	Teste ergométrico, quando em consulta com cardiologista.	R\$ 150,00	R\$ 2.700,00
12	Serviço	Exame de ecocardiografia	R\$ 200,00	R\$ 2.400,00
VALOR TOTAL				R\$ 30.600,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	91.00	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	91.04	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica
Função	10	Saúde
Subfunção	303	Suporte Profilático e Terapêutico
Programa	56	Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia
Projeto	2.028	Realização de Diagnósticos dos Pacientes
Elemento de Despesa	3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art. 57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato 26/2015 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 2017.

CAROLINA DA COSTA TELMA Gestora do Fundo Municipal de Saúde CONTRATANTE	ROGÉRIO SILVA DABLE Clinicampo Ltda S.S. CONTRATADA
---	---

ADITIVO CONTRATUAL 05/2017 FMS

ADITIVO CONTRATUAL Nº 05/2017 FMS

Considerando a necessidade da continuação dos serviços prestados pela empresa ASOVILLE SAÚDE OCUPACIONAL S/S LTDA, CNPJ: 08.278.492/0001-93, contratada pelo Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre, através do Contrato nº 04/2015 (firmado através do Processo Licitatório nº 01/2015, modalidade Credenciamento), tendo como objeto PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTA EM ORTOPE-DIA, conforme legislação vigente, oriundos das instalações da contratante, em Campo Alegre – SC,

As partes acordam o seguinte:

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE – SC (CNPJ: 01.941.360/0001-50) E DE OUTRO LADO A EMPRESA ASOVILLE SAÚDE OCUPACIONAL S/S LTDA, CNPJ: 08.278.492/0001-93.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PREÇO

O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pelos serviços especificados na cláusula segunda, o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo o valor unitário segundo a tabela abaixo:

Descrição do Procedimento	Tabela de Preço Unitário
CONSULTA EM ORTOPE-DIA *	R\$ 50,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	91.00	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	91.04	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica

Função	10	Saúde
Subfunção	303	Suporte Profilático e Terapêutico
Programa	56	Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia
Projeto	2.028	Realização de Diagnósticos dos Pacientes
Elemento de Despesa	3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art. 57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contato 26/2015 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 2017.

CAROLINA DA COSTA TELMA Gestora do Fundo Municipal de Saúde CONTRATANTE	FERNANDO RODRIGUES MANDALIS Asoville Saúde Ocupacional S/S Ltda CONTRATADA
---	--

ADITIVO CONTRATUAL 06/2017 FMS

ADITIVO CONTRATUAL Nº 6/2017 FMS

Considerando a prorrogação do Contrato n.º 24/2015, estima-se os gastos para o exercício 2017 e prevê a reserva orçamentária;

QUINTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO TELEFÔNICA BRASIL S/A (CNPJ: 02.558.157/0001-62).

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A (CNPJ: 02.558.157/0001-62), as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PREVISÃO DE GASTOS PARA 2016

A previsão de gastos para o exercício 2017 (em decorrência a prorrogação do contrato nº 24/2015) é de R\$ 15.600,00 quinze mil e seiscentos reais).

A previsão é baseada nos gastos do contrato ano anterior, portanto o valor está inferior ao contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício 2016:

§ 91.01.2.114.3.3.90.39.00.00.00.00, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde, Manutenção das Atividades Administrativa, Fundo Municipal de Saúde.

CLAUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art.57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato nº 24/2015 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 2017.

CAROLINA DA COSTA TELMA Gestora do Fundo Municipal de Saúde CONTRATANTE	MARCELO DE ALMEIDA BUCANEVE RG: 6089013/SP Gerente de Seção CPF 752.606.629-20 MARCELO ATAÍDE DE OLIVEIRA RG: 7390495-1/PR Gerente de Seção CPF 271.741.152-68
---	---

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dois dias do mês de janeiro de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de tubos e lajotas em concreto para utilização em atividades desempenhadas pela Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras do município de Campo Alegre – SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa FÁBRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA, CNPJ: 83.483.990/0001-93, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 105/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
03	1500	M	Tubo de concreto, simples, bitola de 40 cm.	26,90	40.350,00
06	70	M	Tubo de concreto, armado PA1, bitola de 80 cm.	124,80	8.736,00
08	8.000	M²	Lajota sextavada de concreto 25x25x8cm, resistência mínima de 35 MPA.	33,20	265.600,00
VALOR TOTAL				R\$ 314.686,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

FÁBRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dois dias do mês de janeiro de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de tubos e lajotas em concreto para utilização em atividades desempenhadas pela Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras do município de Campo Alegre – SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa POSTEFIBRA LTDA ME, CNPJ: 19.970.699/0001-15, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 105/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	1500	M	Tubo de concreto, simples, bitola de 30 cm.	18,70	28.050,00
04	600	M	Tubo de concreto, simples, bitola de 60 cm.	46,50	27.900,00
VALOR TOTAL				R\$ 55.950,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

POSTEFIBRA LTDA ME

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dois dias do mês de janeiro de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de tubos e lajotas em concreto para utilização em atividades desempenhadas pela Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras do município de Campo Alegre – SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa BRASTUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO E TERRAPLANAGEM LTDA - ME, CNPJ: 07.859.451/0001-28, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 105/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	500	M	Tubo de concreto, simples, bitola de 20 cm.	14,35	7.175,00
05	70	M	Tubo de concreto, armado PA1, bitola de 60 cm.	79,90	5.593,00

VALOR TOTAL				R\$ 12.768,00	
-------------	--	--	--	---------------	--

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

BRASTUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO
E TERRAPLANAGEM LTDA - ME
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dois dias do mês de janeiro de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de tubos e lajotas em concreto para utilização em atividades desempenhadas pela Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras do município de Campo Alegre – SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa TUBOS E PRÉ-MOLDADOS APIUNA LTDA - EPP, CNPJ: 08.670.096/0001-07, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 105/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
07	70	M	Tubo de concreto, armado PA1, bitola de 100 cm.	189,50	13.265,00
VALOR TOTAL				R\$ 13.265,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

TUBOS E PRÉ-MOLDADOS APIUNA LTDA - EPP
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dois dias do mês de janeiro de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de material de limpeza para rede municipal de ensino de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa DANNA COMERCIAL EIRELI - ME, CNPJ: 13.550.358/0001-30, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 96/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13	225	Unidade	Saco De Algodão Cru (Não Alvejado), Tamanho Mínimo De.50x60	2,17	488,25
48	75	Pacote	Toucas descartáveis tamanho 45 x 50cm confeccionado com elástico especial e todo o perímetro da touca 100% polipropileno com 100 unidades	6,61	495,75
70	15	Par	Luva De Borracha Doméstica 100% Látex Natural, Tamanho M	2,21	33,15
71	50	Par	Luva De Borracha Doméstica 100% Látex Natural, Tamanho G	3,63	181,50
85	125	Fardo	Papel Higiênico, Folhas Simples, Branco, Picotado, Fardo Com 64 Rolos De No Mínimo 10cm X 30m	26,33	3.291,25
98	25	Pacote	Toucas descartáveis tamanho 45 x 50cm confeccionado com elástico especial e todo o perímetro da touca 100% polipropileno com 100 unidades	6,61	165,25
VALOR TOTAL				R\$ 4.655,15	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

DANNA COMERCIAL EIRELI - ME
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dois dias do mês de janeiro de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de material de limpeza para rede municipal de ensino de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa EKO SUPERMERCADO LTDA - EPP, CNPJ: 08.087.295/0001-97, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 96/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	188	Frasco	Água Sanitária Com Cloro Ativo, 5 L	4,20	789,60
12	263	Fardo	Papel Toalha Interfolhado, Branco, Tamanho 23x21, Fardo Com 5 Pacotes, Em Cada Pacote Contendo 1.250 Folhas.	49,00	12.887,00
23	23	Pacote	Pano Para Limpeza, Atoalhado, Com 3 Unidades, Tamanho Mínimo 30 X 35 Cm	9,00	207,00
35	375	Fardo	Papel Higiênico, Folhas Simples, Branco, Picotado, Fardo Com 64 Rolos De No Mínimo 10cm X 30m	21,91	8.216,25
36	75	Fardo	Papel Higiênico Rolão Com 300m X 10cm Fardo Com 08 Rolos, Folha Simples Branca, Fabricado Com 100% Celulose Virgem	24,24	1.818,00
37	135	Unidade	Esfregão Plano Esponja – Espuma Poliéster C/ Manta Abrasiva – 30cm X 0,045 X 0,33cm- C/ Cabo De Madeira	12,90	1.741,50
42	23	Unidade	Lixeira plástica com capacidade de 11 litros, cor branca, com tampa. Dimensões 330X310mm. Capacidade 11 litros	19,75	454,25
43	8	Unidade	Cesto(Lixeira) com capacidade de 100L plástico quadrado com tampa e pedal todo em plástico, haste do pedal em metal. Medidas 465mm (altura) x 405mm (largura) x 340mm (profundidade). Material: Polipropileno	188,39	1.507,12
44	4	Unidade	Lixeira em plástico com pedal retangular, capacidade 25 litros. Dimensão: 37 cm lado x 35 cm lado x 57 cm altura. Material: Polipropileno. Cor: Branca.	40,30	161,20
62	87	Fardo	Papel Toalha Interfolhado, Branco, Tamanho 23x21, Fardo Com 5 Pacotes, Em Cada Pacote Contendo 1.250 Folhas.	49,00	4.263,00
73	7	Pacote	Pano Para Limpeza, Atoalhado, Com 3 Unidades, Tamanho Mínimo 30 X 35 Cm	9,00	63,00
86	25	Fardo	Papel Higiênico Rolão Com 300m X 10cm Fardo Com 08 Rolos, Folha Simples Branca, Fabricado Com 100% Celulose Virgem	24,24	606,00
87	45	Unidade	Esfregão Plano Esponja – Espuma Poliéster C/ Manta Abrasiva – 30cm X 0,045 X 0,33cm- C/ Cabo De Madeira	12,90	580,50
88	45	Unidade	Refil esfregão Plano Esponja – espuma Poliéster c/ Manta Abrasiva- 30cm x 0,045 x 0,33cm	49,20	2.214,00
92	7	Unidade	Lixeira plástica com capacidade de 11 litros, cor branca, com tampa. Dimensões 330X310mm. Capacidade 11 litros	19,75	138,25
93	2	Unidade	Cesto(Lixeira) com capacidade de 100L plástico quadrado com tampa e pedal todo em plástico, haste do pedal em metal. Medidas 465mm (altura) x 405mm (largura) x 340mm (profundidade). Material: Polipropileno	188,39	376,78
94	1	Unidade	Lixeira em plástico com pedal retangular, capacidade 25 litros. Dimensão: 37 cm lado x 35 cm lado x 57 cm altura. Material: Polipropileno. Cor: Branca.	40,30	40,30
95	5	Unidade	Caixa Retangular com capacidade de 11 litros com tampa em plástico branco atóxico. Dimensões 39,2 x 28,4 x 13,6 cm	34,75	173,75
VALOR TOTAL				R\$ 36.237,50	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

EKO SUPERMERCADO LTDA - EPP
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dois dias do mês de janeiro de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de material de limpeza para rede municipal de ensino de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP, CNPJ: 07.634.816/0001-16, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 96/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	2.738	Unidade	Esponja De Limpeza Dupla Face, Tamanho Aprox. 110 X 75 Mm	0,48	1.314,24
5	750	Frasco	Desinfetante Líquido 2 Litros Composição: Tensoativo Não Ionico, Bactericida, Conservante, Essencia, Corante e Veículo. Componente ativo: Cloreto de Benzalcônio à 0,075% e Glutaraldeído à 0,085% Para limpeza de banheiros, vasos sanitários, ralos, latas de lixo, limpeza de pisos, azulejos, mármore, etc... Validade a partir de 24 meses	2,98	2.235,00
6	263	Frasco	Cera Líquida Amarela 850 MI, Composição Mínima: Agente De Polímero, Emulsificantes, Polimentos Acrílico, Conservante, Agente De Controle De Ph, Atenuador De Espuma, Fragrância, Veículo E Corante	4,16	1.094,08
7	1.238	Lata	Cera Líquida Incolor Composição Cera Natural E Sintética, Tensoativo Não Aniônico, Polímero Acrílico, Resina Natural Alcalinizada, Perfume, Corante E Água, Para Pisos Paviflex, Frasco De 750ml	3,62	4.481,56
8	750	Frasco	Saponáceo Cremoso 300 MI, Composição mínima: Tensoativo Aniônico, Abrasivo, Espessante, Veículo e Essencia. Biodegradável. Indicado para superfície aço inox, esmaltados e cromados, louças, talheres, torneiras, painéis, louças sanitárias, box e banheiros. Validade a partir de 24 meses	3,47	2.602,50
9	225	Frasco	Desodorizador De Ar, Frasco Com 400ml	6,79	1.527,75
11	638	Frasco	Álcool Etilico Hidratado 01 Litro	6,58	4.198,04
19	45	Par	Luva De Borracha Doméstica 100% Látex Natural, Tamanho P	2,13	95,85
20	45	Par	Luva De Borracha Doméstica 100% Látex Natural, Tamanho M	1,89	85,05
21	150	Par	Luva De Borracha Doméstica 100% Látex Natural, Tamanho G	1,92	288,00
22	360	Frasco	Lustra Móveis Perfumado Com No Mínimo 200ml	2,04	734,40
25	750	Frasco	Detergente Líquido Com Glicerina - 500 MI, Neutro, composição mínima: coadjuvantes, glicerina, espessantes, corantes e veículo, componente ativo: linear alquilbenzeno sulfato de sódio com tensoativo biodegradável. Que remova a gordura de louças, talheres e painéis. Validade a partir de 24 meses	1,17	877,50
26	263	Lata	Cera Em Pasta Amarela, Composição, Mínima, Agente De Polímero, Formador De Filme, Emulsificante, Plastificante, Solvente Ou Silicone E Corante, Lata Com 375 G	8,58	2.256,54
27	60	Rolo	Embalagem Para Freezer E Microondas, Para 5 Kg, C/ 100 Unid	4,92	295,20
28	113	Unidade	Toalha Rosto, Grossa, Medindo Aproximadamente 70x45, 100% Algodão	4,71	532,23
29	75	Unidade	Rodo De Espuma Para Aplicação De Cera, (Sem Borracha Só Espuma), Sem Cabo.	5,35	401,25
30	188	Unidade	Vassoura De Piassava Sintética- 31cm X 0,4 X 21cm- Com Cabo Metálico	9,38	1.763,44
31	375	Unidade	Vassoura De Palha De Arroz C/ Cabo	10,37	3.888,75
32	150	Unidade	Vassoura De Pelo Sintético – 33cm X 0,09 X 14cm – s/ cabo Metálico	11,10	1.665,00
33	173	Unidade	Rodo De Borracha 40 Cm s/ Cabo	4,10	709,30
34	113	Unidade	Rodo De Borracha 60 Cm s/ Cabo	6,00	678,00
38	135	Unidade	Refil esfregão Plano Esponja – espuma Poliéster c/ Manta Abrasiva- 30cm x 0,045 x 0,33cm	14,90	2.011,50
45	15	Unidade	Caixa Retangular com capacidade de 11 litros com tampa em plástico branco atóxico. Dimensões 39,2 x 28,4 x 13,6 cm	30,37	455,55
46	30	Unidade	Pá para lixo de plástico com cabo longo como de vassoura	4,15	124,50
47	23	Unidade	Pá para lixo de plástico com cabo	2,67	61,41
52	6	Pacote	Esponja De Lã De Aço Com 08 Unidades	1,15	6,90
54	62	Frasco	Água Sanitária Com Cloro Ativo, 5 L	5,17	320,54

55	250	Frasco	Desinfetante Líquido 2 Litros Composição: Tensoativo Não Ionico, Bactericida, Conservante, Essencia, Corante e Veículo. Componente ativo: Cloreto de Benzalcônico à 0,075% e Glutaraldeído à 0,085% Para limpeza de banheiros, vasos sanitários, ralos, latas de lixo, limpeza de pisos, azulejos, mármore, etc... Validade a partir de 24 meses	2,98	745,00
56	87	Frasco	Cera Líquida Amarela 850 MI, Composição Mínima: Agente De Polímero, Emulsificantes, Polimentos Acrílico, Conservante, Agente De Controle De Ph, Atenuador De Espuma, Fragrância, Veículo E Corante	4,16	361,92
58	250	Frasco	Saponáceo Cremoso 300 MI, Composição mínima: Tensoativo Aniônico, Abrasivo, Espessante, Veículo e Essencia. Biodegradável. Indicado para superfície aço inox, esmaltados e cromados, louças, talheres, torneiras, panelas, louças sanitárias, box e banheiras. Validade a partir de 24 meses	3,47	867,50
59	75	Frasco	Desodorizador De Ar, Frasco Com 400ml	6,79	509,25
60	262	Unidade	Pano Para Louça (Pano De Prato), Tamanho Aproximado 70x45cm, 100% Algodão	1,96	513,52
61	212	Frasco	Álcool Etilico Hidratado 01 Litro	4,10	869,20
63	75	Unidade	Saco De Algodão Cru (Não Alvejado), Tamanho Mínimo De.50x60	1,94	145,50
69	15	Par	Luva De Borracha Doméstica 100% Látex Natural, Tamanho P	2,13	31,95
72	120	Frasco	Lustra Móveis Perfumado Com No Mínimo 200ml	2,04	244,80
74	262	Unidade	Pano para limpeza: flanela amarela medindo 30X40 cm	0,97	254,14
75	250	Frasco	Detergente Líquido Com Glicerina - 500 MI, Neutro, composição mínima: coadjuvantes, glicerina, espessantes, corantes e veículo, componente ativo: linear alquibenzeno sulfato de sódio com tensoativo biodegradável. Que remova a gordura de louças, talheres e panelas. Validade a partir de 24 meses	1,17	292,50
76	87	Lata	Cera Em Pasta Amarela, Composição, Mínima, Agente De Polímero, Formador De Filme, Emulsificante, Plastificante, Solvente Ou Silicone E Corante, Lata Com 375 G	8,58	746,46
77	20	Rolo	Embalagem Para Freezer E Microondas, Para 5 Kg, C/ 100 Unid	4,92	98,40
78	37	Unidade	Toalha Rosto, Grossa, Medindo Aproximadamente 70x45, 100% Algodão	4,71	174,27
79	25	Unidade	Rodo De Espuma Para Aplicação De Cera, (Sem Borracha Só Espuma), Sem Cabo.	5,35	133,75
80	62	Unidade	Vassoura De Piassava Sintética- 31cm X 0,4 X 21cm- Com Cabo Metálico	9,38	581,56
82	50	Unidade	Vassoura De Pelo Sintético – 33cm X 0,09 X 14cm – s/ cabo Metálico	11,10	555,00
83	57	Unidade	Rodo De Borracha 40 Cm s/ Cabo	4,10	233,70
84	37	Unidade	Rodo De Borracha 60 Cm s/ Cabo	6,00	222,00
89	2	Unidade	Balde plástico com capacidade de 8,5litros com alça de metal	7,99	15,98
90	2	Unidade	Balde plástico com capacidade de 15 litros com alça de metal.	12,69	25,38
91	2	Unidade	Balde plástico com capacidade de 20 litros com alça de metal.	18,43	36,86
96	10	Unidade	Pá para lixo de plástico com cabo longo como de vassoura	4,15	41,50
97	7	Unidade	Pá para lixo de plástico com cabo	2,67	18,69
VALOR TOTAL				R\$ 42.422,91	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafo, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dois dias do mês de janeiro de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de material de limpeza para rede municipal de ensino de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa VENER PEREIRA DE SOUZA - EPP, CNPJ: 09.110.229/0001-53, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 96/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
14	233	Pacote	Saco Para Lixo 100 Litros Com 100 Unidades – Espessura 0.10 Micras- Dimensões 80x 90cm - Preto	27,00	6.291,00
15	150	Pacote	Saco Para Lixo 60 Litros Com 100 Unidades – Espessura 0.10 Micras- Preto	18,13	2.719,50
16	150	Pacote	Saco Para Lixo 40 Litros Com 100 Unidades – Espessura 0.10 Micras- Preto	12,97	1.945,50
17	150	Pacote	Saco Para Lixo 30 Litros Com 100 Unidades – Espessura 0.10 Micras- Preto	13,14	1.971,00
18	150	Pacote	Saco Para Lixo 15 Litros Com 100 Unidades – Espessura 0.10 Micras- Preto	8,64	1.296,00
49	8	Unidade	Vassoura com extensão de 0,60 m para limpar áreas amplas. Com cabo inclinado. Tipo pêlo	42,00	336,00
50	8	Unidade	Vassoura com extensão de 1,00 metro com cabo inclinado para limpar áreas amplas.	105,00	840,00
51	912	Unidade	Esponja De Limpeza Dupla Face, Tamanho Aprox. 110 X 75 Mm	1,03	939,36
57	412	Lata	Cera Líquida Incolor Composição Cera Natural E Sintética, Tensoativo Não Aniônico, Polímero Acrílico, Resina Natural Alcalinizada, Perfume, Corante E Água, Para Pisos Paviflex, Frasco De 750ml	4,87	2.006,44
64	77	Pacote	Saco Para Lixo 100 Litros Com 100 Unidades – Espessura 0.10 Micras- Dimensões 80x 90cm - Preto	27,00	2.079,00
65	50	Pacote	Saco Para Lixo 60 Litros Com 100 Unidades – Espessura 0.10 Micras- Preto	18,13	906,50
66	50	Pacote	Saco Para Lixo 40 Litros Com 100 Unidades – Espessura 0.10 Micras- Preto	12,97	648,50
67	50	Pacote	Saco Para Lixo 30 Litros Com 100 Unidades – Espessura 0.10 Micras- Preto	13,14	657,00
68	50	Pacote	Saco Para Lixo 15 Litros Com 100 Unidades – Espessura 0.10 Micras- Preto	8,64	432,00
100	2	Unidade	Vassoura com extensão de 1,00 metro com cabo inclinado para limpar áreas amplas.	105,00	210,00
VALOR TOTAL				R\$ 23.277,80	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

VENER PEREIRA DE SOUZA - EPP
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dois dias do mês de janeiro de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de material de limpeza para rede municipal de ensino de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa VANBRAS COMERCIAL EIRELI - ME, CNPJ: 23.391.315/0001-02, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 96/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	19	Pacote	Esponja De Lã De Aço Com 08 Unidades	1,17	22,23
3	263	Pacote	Sabão Em Pó Com Amaciante Composição Mínima: Tensoativo Aniônico Coadjuvantes, Branqueador Óptico, Corante, Enzimas, Agente, Fragrância E Água. Componente Ativo: Linear Alquil Benzeno, Sulfato De Sódio. Caixa Ou Pacote Contendo 1kg	4,53	1.191,39
10	788	Unidade	Pano Para Louça (Pano De Prato), Tamanho Aproximado 70x45cm, 100% Algodão	1,69	1.331,72
24	788	Unidade	Pano para limpeza: flanela amarela medindo 30X40 cm	0,97	764,36
39	8	Unidade	Balde plástico com capacidade de 8,5litros com alça de metal	3,35	26,80
40	8	Unidade	Balde plástico com capacidade de 15 litros com alça de metal.	10,15	81,20

41	8	Unidade	Balde plástico com capacidade de 20 litros com alça de metal.	9,09	72,72
53	87	Pacote	Sabão Em Pó Com Amaciante Composição Mínima: Tensoativo Aniônico Coadjuvantes, Branqueador Óptico, Corante, Enzimas, Agente, Fragrância E Água. Componente Ativo: Linear Alquil Benzeno, Sulfato De Sódio. Caixa Ou Pacote Contendo 1kg	5,00	435,00
81	125	Unidade	Vassoura De Palha De Arroz C/ Cabo	17,00	2.125,00
VALOR TOTAL				R\$ 6.050,42	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

VANBRAS COMERCIAL EIRELI - ME
Representante legal

DECRETO Nº 10.247 DE 19 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 10.247 DE 19 DE JANEIRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito			
02.01 -	Chefia de Gabinete			
04.122.0003.2.010 -	Contribuição a CNM, FECAM e Manutenção do CIGA.			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica			R\$ 720,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito			
02.01 -	Chefia de Gabinete			
04.122.0003.2.010 -	Contribuição a CNM, FECAM e Manutenção do CIGA.			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			
335000.00.896 -	Transferências as Instituições Privadas			
335041.00.896 -	Contribuições			R\$ 720,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 19 de janeiro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.248 DE 19 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 10.248 DE 19 DE JANEIRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUMREBOM.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do FUMREBOM – Fundo Municipal de Reequipamento da Organização de Bombeiros Militares.

09.00 -	FUMREBOM – Fundo Municipal de Reequipamento da Organização de Bombeiros Militares.			
09.01 -	Serviço de Manutenção do FUMREBOM			
06.182.0071.2.717 -	Manutenção e Coordenação do FUMREBOM.			
300000.00.757 -	Despesas Correntes			
330000.00.757 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.757 -	Aplicações Diretas			
339030.00.757 -	Material de Consumo	R\$	10.000,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento Despesa, Dotação do Orçamento vigente do FUMREBOM – Fundo Municipal de Reequipamento da Organização de Bombeiros Militares.

09.00 -	FUMREBOM – Fundo Municipal de Reequipamento da Organização de Bombeiros Militares.			
09.01 -	Serviço de Manutenção do FUMREBOM			
06.182.0071.2.717 -	Manutenção e Coordenação do FUMREBOM.			
400000.00.757 -	Despesas de Capital			
440000.00.757 -	Investimentos			
449000.00.757 -	Aplicações Diretas			
449052.00.757 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$	10.000,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 19 de janeiro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 001/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO

DE RECURSOS Nº 001/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – FARMÁCIA BÁSICA FEDERAL, em data de 26 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 4.996,73 (quatro mil, novecentos e noventa e seis reais, setenta e três centavos).

Campo Alegre/SC., 19 de janeiro de 2017.

JOSÉ LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/01/2017.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 002/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 002/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 002/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – FARMÁCIA BÁSICA FEDERAL, em data de 28 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 4.996,73 (quatro mil, novecentos e noventa e seis reais, setenta e três centavos).

Campo Alegre/SC., 19 de janeiro de 2017.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/01/2017.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 003/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 003/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 003/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PAC – PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, em data de 26 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 19.266,00 (dezenove mil, duzentos e sessenta e seis reais).

Campo Alegre/SC., 19 de janeiro de 2017.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/01/2017.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 004/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 004/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 004/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PAC – PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, em data de 26 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 1.014,00 (um mil,

quatorze reais).

Campo Alegre/SC., 19 de janeiro de 2017.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/01/2017.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 005/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 005/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 005/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PAB – PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE, em data de 27 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

Campo Alegre/SC., 19 de janeiro de 2017.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/01/2017.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 006/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 006/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 006/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PMAQ – PROGRAMA DE MELHORIA ACESSO A QUALIDADE, em data de 27 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 15.130,00 (quinze mil cento e trinta reais).

Campo Alegre/SC., 19 de janeiro de 2017.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/01/2017.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 007/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 007/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 007/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PAC – PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, em data de 28 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 19.266,00 (dezenove mil, duzentos e sessenta e seis reais).

Campo Alegre/SC., 19 de janeiro de 2017.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/01/2017.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 008/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 008/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 008/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PROGRAMA SAÚDE BUCAL, em data de 28 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 2.230,00 (dois mil, duzentos e trinta reais).

Campo Alegre/SC., 19 de janeiro de 2017.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/01/2017.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 009/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 009/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 009/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PAB – PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE, em data de 29

de dezembro de 2016, no valor de R\$ 3.200,00 (três mil duzentos reais).

Campo Alegre/SC., 19 de janeiro de 2017.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/01/2017.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 010/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 010/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 010/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PAC – PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, em data de 30 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 1.014,00 (um mil, quatorze reais).

Campo Alegre/SC., 19 de janeiro de 2017.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/01/2017.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 011/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 011/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 011/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PAB – PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE, em data de 10 de janeiro de 2017, no valor de R\$ 25.493,00 (vinte e cinco mil, quatrocentos e noventa e três reais).

Campo Alegre/SC., 19 de janeiro de 2017.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/01/2017.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 012/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 012/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 012/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – VIGILÂNCIA SANITÁRIA FEDERAL, em data de 28 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 2.258,46 (dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais, quarenta e seis centavos).

Campo Alegre/SC., 19 de janeiro de 2017.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/01/2017.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 013/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 013/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 013/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – VIGILÂNCIA SANITÁRIA FEDERAL, em data de 29 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 3.810,76 (três mil, oitocentos e dez reais, setenta e oito centavos).

Campo Alegre/SC., 19 de janeiro de 2017.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/01/2017.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 014/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 014/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 014/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – VIGILÂNCIA SANITÁRIA FEDERAL, em data de 04 de janeiro de 2017, no valor de R\$ 741,54 (setecentos e quarenta e um reais, cinquenta e quatro centavos).

Campo Alegre/SC., 19 de janeiro de 2017.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/01/2017.

EDITAL Nº 03/2017 HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS DE TÍTULOS E DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL Nº 003/2016

EDITAL Nº 03/2017

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS
DE TÍTULOS E DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL
PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL nº 003/2016

DIVULGA A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS DE TÍTULOS E DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL Nº 003/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS DE TÍTULOS E DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL Nº 003/2016.

I – A Homologação do Resultado da Prova de Títulos encontra-se no Anexo I deste edital.

II – Não houve recurso contra o Resultado das Provas de Títulos.

III – A Classificação Final encontra-se no Anexo II deste edital.

IV – Não houve candidatos aprovados para as Funções Públicas de PROFESSOR III (Professor de Artes) – HABILITADO E PROFESSOR VII (Professor de Ciências) – NÃO HABILITADO.

V – Fica estabelecido o prazo de 20, 23 e 24 de janeiro de 2017, para interposição de Recurso contra a Classificação Final. Os pedidos de revisão deverão ser dirigidos à Comissão Examinadora, mediante requerimento encaminhado e protocolado, que deverá ser realizado no Serviço de Protocolo do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., utilizando o formulário do Anexo III do Edital de Abertura.

VI – Mais informações poderão ser obtidas nos sites www.premierconcursos.com.br e www.campoalegre.sc.gov.br (em caráter meramente informativo) ou pelo telefone no Serviço de Pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, celular (47) 99942-5956, ou ainda pelo telefone fixo da Prefeitura Municipal (47) 3632-2266, ramal 220, no horário comercial das 08h00min as 12h00min e das 13h00min as 17h00min.

Campo Alegre/SC., 19 de janeiro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI,
Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL Nº 03/2017

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS DE TÍTULOS
PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL Nº 003/2016

FUNÇÃO:		Professor I (Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais)			
Insc.	Nome do Candidato	Prova de Títulos			
117	ÁGATA FERNANDA DA SILVA	N.A.T			
933	ALESSANDRA CARVALHO DE ALMEIDA COELHO	N.A.T			
155	ANDRESSA AUGUSTIN	N.A.T			
714	ANGELA MARIA DE SOUZA	N.A.T			
571	BRUNA MARTHA BRUECKHEIMER SEEFELD	N.A.T			
370	CLATIANE OSINSKI	8,00			
607	CLAUDICEIA FRANCO DE OLIVEIRA TERRES	N.A.T			
350	CRISTIANE THOMAS DA SILVA VEIGA	N.A.T			
539	DAIANE NIESUKOWSKI	N.A.T			
231	DINACIR GERTLER DREVEK	8,00			
527	EDIVANE PATRICIA MELIM DA SILVA	N.A.T			
666	ELAINE MEYER BAUM	8,00			
885	ELISANGELA PATRÍCIA BRAND	N.A.T			
50	EMEANI GOEBEL	N.A.T			
792	EVELIN CRISTIAN WEIGLE DA SILVA RIBEIRO	8,00			
735	FABIANA ALVES DE ANDRADE BARROZO	N.A.T			
99	FABIANA OLIVEIRA CAMARGO SCHADECK	8,00			
444	FERNANDA CUBAS HÜBNER	N.A.T			
223	FLÁVIA RAQUEL STAHELIN	16,00			
525	GISLENE MARIA UHLIG FUECKNER	8,00			
97	GRAZIELE FERREIRA DA SILVA EMER	N.A.T			
504	JANIVIA GLACI SCHOLZE WOHL.	8,00			
621	JÉSSICA MAIARA DANNA	N.A.T			
495	JOCIMARA DETZ	N.A.T			
11	JULIANE FERNANDES	8,00			
158	JULIANE WATTER DA SILVA	N.A.T			
758	JULLIANA DRANKA SILVEIRA	N.A.T			

360	KARIN ELAINE WAGNER DE LIMA	N.A.T			
926	KARINA CRISTINA DOS SANTOS	N.A.T			
183	KATIA VIESNIEWSKY	N.A.T			
66	LETICIA BRUNELLO REIZER	N.A.T			
718	LILIAN KENOBLAU ARNOLD	8,00			
770	LUANA VIESNIEWSKY ROSÁ	N.A.T			
47	LUCIA DRYGLA MENDES	8,00			
809	LUCIELI BATISTA	N.A.T			
121	LUCIMAR ANDRÉA TOZO DA SILVA	N.A.T			
475	MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA	16,00			
471	MICHELE ARIANE RAMOS SOARES NARDO	N.A.T			
616	NARDEN HABIB	N.A.T			
508	NELCI T IDALENCIO DETROZ	8,00			
592	PRISCILA ELAINE SAROVISKI PEREIRA	8,00			
466	RAQUEL AP MARTINS	N.A.T			
272	RAQUEL MUEHLBAUER BLODORN	N.A.T			
187	ROGISELE PEREIRA SULIM	N.A.T			
515	ROSILANE HIRT	N.A.T			
352	RUBIA PABST NEHLS	8,00			
870	SANDRA GISLAINE PEREIRA BONETTI	N.A.T			
136	SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI	16,00			
552	SILVANE RAMOS	N.A.T			
719	SIMONE SENN KUROVSKI	N.A.T			
767	SIOMARA TEREZINHA RINCON DE SOUZA	N.A.T			
424	TAIS BUBA KOTOVICZ	N.A.T			
489	TATIANE RESSEL	N.A.T			
217	VANDERLÉIA BUENO DO PRADO LUZ	8,00			
569	VANDERLEIA BUTHEVITZ	8,00			
256	VANDERLÉIA PRUSSAK BIALOBOK	N.A.T			
787	VANESSA STAL BATISTA	N.A.T			
33	VIRGINIA AMANDA NASCIMENTO	N.A.T			
754	VIVIANE CRISTINA LIEBL FISCHER	N.A.T			
FUNÇÃO: PROFESSOR II (Professor de Educação Física)					
Insc.	Nome do Candidato	Resultado			
300	BRUNA JUSTINE KOTOVICZ	N.A.T			
794	JÉSSICA CRISTINA WITT	8,00			
825	JOSEMAR LIMA DOS SANTOS	N.A.T			
900	LUCAS DE FARIAS	N.A.T			
386	MÁRCIO OLIVEIRA DE SOUZA	15,00			
942	PAULO FELLIPE CIPRIANI	N.A.T			
391	ROGÉRIO JORGE SCARPIM	N.A.T			
128	VANESSA CRISTINA DE OLIVEIRA LUDWINSKY	N.A.T			
168	WILLIAM COTHOVISKY	8,00			
FUNÇÃO: PROFESSOR III (Professor de Artes)					
Insc.	Nome do Candidato	Resultado			
53	DANDARA NEIDERT	N.A.T			
700	EMELLI TALLITA ROHDE RIBEIRO	N.A.T			
81	LUANA JACIARA DE LIMA	N.A.T			
304	SUELEN APARECIDA LISBOA	N.A.T			
FUNÇÃO: PROFESSOR IV (Professor de Inglês)					
Insc.	Nome do Candidato	Resultado			
505	ANDRESSA CAMILA FIAMONCINI	N.A.T			
144	DAIANA ROSA GOULARTE	N.A.T			
19	GABRIELA ELENITA TURECK	N.A.T			

822	JAINÉ GRABAS	N.A.T			
648	KENNDRA RAFAELA RANDIG	N.A.T			
250	MARCELE KIRSCHBAUER	N.A.T			
14	RAFAELA BAIL	N.A.T			
717	ROSANGELA HRUSCHKA	N.A.T			
407	SONIA BERNADO CORDEIRO	16,00			
FUNÇÃO:	PROFESSOR V (Professor de Língua Portuguesa)				
Insc.	Nome do Candidato	Resultado			
537	DIEGO EMANOEL DE OLIVEIRA	N.A.T			
566	FERNANDA DE SOUZA	N.A.T			
FUNÇÃO:	PROFESSOR VI (Professor de Matemática)				
Insc.	Nome do Candidato	Resultado			
886	AMANDA BUGGENHAGEN PSCHIEDT	N.A.T			
417	ANDRESSA ARNEMANN CANEPPELE	N.A.T			
429	BRUNA ZIGOVSKI BIAOBOCK	N.A.T			
803	DENISE ESTELA ROHDE	N.A.T			
568	JESSICA ALAUANA DOS PASSOS	N.A.T			
211	LUCAS PSCHIEDT	N.A.T			
603	LUSMARI LEVERMANN MOREIRA	N.A.T			
437	MARIA INÊS PEREIRA DE MELO	N.A.T			
898	MARLI CARNEIRO NASCIMENTO RADZINSKI	8,00			
583	MIGUEL LUCAS GREIN	N.A.T			
145	REGINALDO DE JESUS OLIVEIRA DE LIMA	N.A.T			
531	TIAGO LOPES RODRIGUES	N.A.T			
FUNÇÃO:	PROFESSOR VII (Professor de Ciências)				
Insc.	Nome do Candidato	Resultado			
430	TAÍS APARECIDA ODIA UHLIG	8,00			
FUNÇÃO:	PROFESSOR VIII (Professor de Geografia)				
Insc.	Nome do Candidato	Resultado			
131	CLAUDIO FERNANDO ZESZOTKO	N.A.T			
296	TANIA KORNATZKI	N.A.T			
FUNÇÃO:	PROFESSOR IX (Professor de História)				
Insc.	Nome do Candidato	Resultado			
699	ABDIEL PELIZZARI MAGNUS	N.A.T			
793	GEOVANE KUBIAKI BABIRESKI	N.A.T			
737	GUSTAVO DE CASTRO ALVES MACHADO	N.A.T			
773	JAIR BOETTGER MOTA	N.A.T			
760	JOSIAS GERALDO PINHEIRO	N.A.T			
540	JULIANA PIAZ KOCAN	N.A.T			
866	LUANA FARIAS	N.A.T			
921	RAFAEL HIRT	N.A.T			

*N.A.T = não apresentou títulos

ANEXO II
 EDITAL Nº 03/2017
 CLASSIFICAÇÃO FINAL
 Processo Seletivo Municipal nº 003/2016

FUNÇÃO: Professor I (Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais) - HABILITADO							
Insc.	Nome do Candidato	C.Ger	C.Esp	Prova Escrita	Prova Títulos	Total	Classif. Final
136	SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI	27	43,92	70,92	16,00	86,92	1º
792	EVELIN CRISTIAN WEIGLE DA SILVA RIBEIRO	36	40,36	76,36	8,00	84,36	2º
504	JANIVIA GLACI SCHOLZE WOHL.	36	36,7	72,70	8,00	80,70	3º
508	NELCI T IDALENCIO DETROZ	27	44,02	71,02	8,00	79,02	4º
525	GISELENE MARIA UHLIG FUCKNER	30	40,26	70,26	8,00	78,26	5º
471	MICHELE ARIANE RAMOS SOARES NARDO	33	44,02	77,02	N.A.T	77,02	6º
475	MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA	27	32,94	59,94	16,00	75,94	7º
223	FLÁVIA RAQUEL STAHELIN	30	25,62	55,62	16,00	71,62	8º
552	SILVANE RAMOS	30	36,6	66,60	N.A.T	66,60	9º
352	RUBIA PABST NEHLS	18	40,36	58,36	8,00	66,36	10º
11	JULIANE FERNANDES	18	40,26	58,26	8,00	66,26	11º
592	PRISCILA ELAINE SAROVISKI PEREIRA	21	36,6	57,60	8,00	65,60	12º
350	CRISTIANE THOMAS DA SILVA VEIGA	27	36,7	63,70	N.A.T	63,70	13º
183	KATIA VIESNIEWSKY	30	32,94	62,94	N.A.T	62,94	14º
607	CLAUDICEIA FRANCO DE OLIVEIRA TERRES	33	29,28	62,28	N.A.T	62,28	15º
231	DINACIR GERTLER DREVEK	21	33,04	54,04	8,00	62,04	16º
217	VANDERLÉIA BUENO DO PRADO LUZ	21	33,04	54,04	8,00	62,04	17º
272	RAQUEL MUEHLBAUER BLODORN	18	44,02	62,02	N.A.T	62,02	18º
809	LUCIELI BATISTA	18	43,92	61,92	N.A.T	61,92	19º
718	LILIAN KENOBLAU ARNOLD	24	29,38	53,38	8,00	61,38	20º
158	JULIANE WATTER DA SILVA	21	40,36	61,36	N.A.T	61,36	21º
47	LUCIA DRYGLA MENDES	27	25,62	52,62	8,00	60,62	22º
370	CLATIANE OSINSKI	27	25,62	52,62	8,00	60,62	23º
933	ALESSANDRA CARVALHO DE ALMEIDA COELHO	27	33,04	60,04	N.A.T	60,04	24º
616	NARDEN HABIB	27	33,04	60,04	N.A.T	60,04	25º
99	FABIANA OLIVEIRA CAMARGO SCHADECK	30	21,96	51,96	8,00	59,96	26º
666	ELAINE MEYER BAUM	30	21,96	51,96	8,00	59,96	27º
569	VANDERLEIA BUTHEVITZ	21	29,28	50,28	8,00	58,28	28º
256	VANDERLÉIA PRUSSAK BIALOBOK	21	36,7	57,70	N.A.T	57,70	29º
155	ANDRESSA AUGUSTIN	21	36,7	57,70	N.A.T	57,70	30º
515	ROSILANE HIRT	21	36,6	57,60	N.A.T	57,60	31º
770	LUANA VIESNIEWSKY ROSÁ	27	29,28	56,28	N.A.T	56,28	32º
885	ELISANGELA PATRÍCIA BRAND	30	25,72	55,72	N.A.T	55,72	33º
621	JÉSSICA MAIARA DANNA	21	32,94	53,94	N.A.T	53,94	34º
489	TATIANE RESSEL	18	33,04	51,04	N.A.T	51,04	35º
444	FERNANDA CUBAS HÜBNER	18	32,94	50,94	N.A.T	50,94	36º
539	DAIANE NIESUKOWSKI	21	29,38	50,38	N.A.T	50,38	37º
714	ANGELA MARIA DE SOUZA	21	29,28	50,28	N.A.T	50,28	38º
50	EMEANI GOEBEL	21	29,28	50,28	N.A.T	50,28	39º
FUNÇÃO: Professor I (Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais) - NÃO HABILITADO							
Insc.	Nome do Candidato	C.Ger	C.Esp	Prova Escrita	Prova Títulos	Total	Classif. Final
735	FABIANA ALVES DE ANDRADE BARROZO	30	40,26	70,26	N.A.T	70,26	1º
758	JULLIANA DRANKA SILVEIRA	30	40,26	70,26	N.A.T	70,26	2º
926	KARINA CRISTINA DOS SANTOS	33	36,6	69,60	N.A.T	69,60	3º
571	BRUNA MARTHA BRUECKHEIMER SEEFELD	27	36,7	63,70	N.A.T	63,70	4º
424	TAIS BUBA KOTOVICZ	30	29,38	59,38	N.A.T	59,38	5º
33	VIRGINIA AMANDA NASCIMENTO	24	33,04	57,04	N.A.T	57,04	6º
66	LETICIA BRUNELLO REIZER	24	32,94	56,94	N.A.T	56,94	7º
187	ROGISELE PEREIRA SULIM	27	29,28	56,28	N.A.T	56,28	8º
787	VANESSA STAL BATISTA	27	29,28	56,28	N.A.T	56,28	9º
466	RAQUEL AP MARTINS	27	29,28	56,28	N.A.T	56,28	10º
719	SIMONE SENN KUROVSKI	24	29,38	53,38	N.A.T	53,38	11º
767	SIOMARA TEREZINHA RINCON DE SOUZA	24	29,28	53,28	N.A.T	53,28	12º
97	GRAZIELE FERREIRA DA SILVA EMER	24	29,28	53,28	N.A.T	53,28	13º
754	VIVIANE CRISTINA LIEBL FISCHER	27	25,62	52,62	N.A.T	52,62	14º
360	KARIN ELAINE WAGNER DE LIMA	27	25,62	52,62	N.A.T	52,62	15º

870	SANDRA GISLAINE PEREIRA BONETTI	18	33,04	51,04	N.A.T	51,04	16º
527	EDIVANE PATRICIA MELIM DA SILVA	18	33,04	51,04	N.A.T	51,04	17º
495	JOCIMARA DETZ	21	29,38	50,38	N.A.T	50,38	18º
117	ÁGATA FERNANDA DA SILVA	21	29,38	50,38	N.A.T	50,38	19º
121	LUCIMAR ANDRÉA TOZO DA SILVA	21	29,28	50,28	N.A.T	50,28	20º
FUNÇÃO: PROFESSOR II (Professor de Educação Física) - HABILITADO							
Insc.	Nome do Candidato	C.Ger	C.Esp	Prova Escrita	Prova Títulos	Total	Classif. Final
386	MÁRCIO OLIVEIRA DE SOUZA	27	33,04	60,04	15,00	75,04	1º
168	WILLIAM COTHOVISKY	30	29,38	59,38	8,00	67,38	2º
794	JÉSSICA CRISTINA WITT	21	29,38	50,38	8,00	58,38	3º
900	LUCAS DE FARIAS	24	32,94	56,94	N.A.T	56,94	4º
300	BRUNA JUSTINE KOTOVICZ	21	32,94	53,94	N.A.T	53,94	5º
825	JOSEMAR LIMA DOS SANTOS	27	25,72	52,72	N.A.T	52,72	6º
391	ROGÉRIO JORGE SCARPIM	30	21,96	51,96	N.A.T	51,96	7º
FUNÇÃO: PROFESSOR II (Professor de Educação Física) - NÃO HABILITADO							
Insc.	Nome do Candidato	C.Ger	C.Esp	Prova Escrita	Prova Títulos	Total	Classif. Final
942	PAULO FELLIPE CIPRIANI	27	29,28	56,28	N.A.T	56,28	1º
128	VANESSA CRISTINA DE OLIVEIRA LUDWINSKY	21	29,28	50,28	N.A.T	50,28	2º
FUNÇÃO: PROFESSOR III (Professor de Artes) - NÃO HABILITADO							
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Prova Títulos	Total	Classif. Final
53	DANDARA NEIDERT	30	40,36	70,36	N.A.T	70,36	1º
700	EMELLI TALLITA ROHDE RIBEIRO	27	33,04	60,04	N.A.T	60,04	2º
304	SUELEN APARECIDA LISBOA	27	25,72	52,72	N.A.T	52,72	3º
81	LUANA JACIARA DE LIMA	18	33,04	51,04	N.A.T	51,04	4º
FUNÇÃO: PROFESSOR IV (Professor de Inglês) - HABILITADO							
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Prova Títulos	Total	Classif. Final
407	SONIA BERNADO CORDEIRO	18	40,36	58,36	16,00	74,36	1º
717	ROSANGELA HRUSCHKA	27	32,94	59,94	N.A.T	59,94	2º
250	MARCELE KIRSCHBAUER	33	25,62	58,62	N.A.T	58,62	3º
FUNÇÃO: PROFESSOR IV (Professor de Inglês) - NÃO HABILITADO							
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Prova Títulos	Total	Classif. Final
19	GABRIELA ELENITA TURECK	36	36,7	72,70	N.A.T	72,70	1º
144	DAIANA ROSA GOULARTE	33	25,72	58,72	N.A.T	58,72	2º
14	RAFAELA BAIL	24	32,94	56,94	N.A.T	56,94	3º
505	ANDRESSA CAMILA FIAMONCINI	24	29,38	53,38	N.A.T	53,38	4º
822	JAINÉ GRABAS	24	29,28	53,28	N.A.T	53,28	5º
648	KENNDRA RAFAELA RANDIG	21	29,28	50,28	N.A.T	50,28	6º
FUNÇÃO: PROFESSOR V (Professor de Língua Portuguesa) - HABILITADO							
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Prova Títulos	Total	Classif. Final
566	FERNANDA DE SOUZA	21	29,28	50,28	N.A.T	50,28	1º
FUNÇÃO: PROFESSOR V (Professor de Língua Portuguesa) - NÃO HABILITADO							
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Prova Títulos	Total	Classif. Final
537	DIEGO EMANOEL DE OLIVEIRA	21	29,38	50,38	N.A.T	50,38	1º

FUNÇÃO: PROFESSOR VI (Professor de Matemática) - HABILITADO							
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Prova Títulos	Total	Classif. Final
429	BRUNA ZIGOVSKI BIAOBOCK	39	32,94	71,94	N.A.T	71,94	1º
531	TIAGO LOPES RODRIGUES	36	32,94	68,94	N.A.T	68,94	2º
898	MARLI CARNEIRO NASCIMENTO RADZINSKI	33	25,72	58,72	8,00	66,72	3º
145	REGINALDO DE JESUS OLIVEIRA DE LIMA	27	36,7	63,70	N.A.T	63,70	4º
417	ANDRESSA ARNEMANN CANEPPELE	27	32,94	59,94	N.A.T	59,94	5º
603	LUSMARI LEVERMANN MOREIRA	30	25,62	55,62	N.A.T	55,62	6º
437	MARIA INÊS PEREIRA DE MELO	33	18,3	51,30	N.A.T	51,30	7º
FUNÇÃO: PROFESSOR VI (Professor de Matemática) - NÃO HABILITADO							
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Prova Títulos	Total	Classif. Final
568	JESSICA ALAUANA DOS PASSOS	36	33,04	69,04	N.A.T	69,04	1º
211	LUCAS PSCHIEDT	33	29,28	62,28	N.A.T	62,28	2º
886	AMANDA BUGGENHAGEN PSCHIEDT	33	25,62	58,62	N.A.T	58,62	3º
803	DENISE ESTELA ROHDE	30	25,72	55,72	N.A.T	55,72	4º
583	MIGUEL LUCAS GREIN	21	32,94	53,94	N.A.T	53,94	5º
FUNÇÃO: PROFESSOR VII (Professor de Ciências) - HABILITADO							
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Prova Títulos	Total	Classif. Final
430	TAÍS APARECIDA ODIA UHLIG	33	22,06	55,06	8,00	63,06	1º
FUNÇÃO: PROFESSOR VIII (Professor de Geografia) - HABILITADO							
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Prova Títulos	Total	Classif. Final
131	CLAUDIO FERNANDO ZESZOTKO	30	29,28	59,28	N.A.T	59,28	1º
FUNÇÃO: PROFESSOR VIII (Professor de Geografia) - NÃO HABILITADO							
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Prova Títulos	Total	Classif. Final
296	TANIA KORNATZKI	24	29,28	53,28	N.A.T	53,28	1º
FUNÇÃO: PROFESSOR IX (Professor de História) - HABILITADO							
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Prova Títulos	Total	Classif. Final
737	GUSTAVO DE CASTRO ALVES MACHADO	24	40,36	64,36	N.A.T	64,36	1º
921	RAFAEL HIRT	24	36,6	60,60	N.A.T	60,60	2º
540	JULIANA PIAZ KOCAN	18	32,94	50,94	N.A.T	50,94	3º
FUNÇÃO: PROFESSOR IX (Professor de História) - NÃO HABILITADO							
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Prova Títulos	Total	Classif. Final
699	ABDIEL PELIZZARI MAGNUS	24	36,6	60,60	N.A.T	60,60	1º
866	LUANA FARIAS	27	33,04	60,04	N.A.T	60,04	2º
760	JOSIAS GERALDO PINHEIRO	24	33,04	57,04	N.A.T	57,04	3º
773	JAIR BOETTGER MOTA	24	33,04	57,04	N.A.T	57,04	4º
793	GEOVANE KUBIAKI BABIRESKI	24	32,94	56,94	N.A.T	56,94	5º

EDITAL Nº 03/2017 HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS DE TÍTULOS E DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2016

EDITAL Nº 03/2017

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS
DE TÍTULOS E DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2016.

HOMOLOGA O RESULTADO DAS PROVAS DE TÍTULOS E DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS DE TÍTULOS E DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2016.

I – A Homologação do Resultado das Provas de Títulos encontra-se no Anexo I deste edital.

II – Os recursos contra o Resultado da Provas de Títulos foram considerados improcedentes. Os pareceres encontram-se na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

III – Retifica-se a pontuação da candidata MÁRCIA SEMPTICOWSKI de "N.A.T." para "8,00"(oito) devido a um equívoco na divulgação da pontuação conferida à candidata.

IV – A Classificação Final encontra-se no Anexo II deste edital.

V – Fica estabelecido o prazo de 20, 23 e 24 de janeiro de 2017, para interposição de Recurso contra a Classificação Final. Os pedidos de revisão deverão ser dirigidos à Comissão Examinadora, mediante requerimento encaminhado e protocolado, que deverá ser realizado no Serviço de Protocolo do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., utilizando o formulário do Anexo III do Edital de Abertura.

VI – Mais informações poderão ser obtidas nos sites www.premierconcursos.com.br e www.campoalegre.sc.gov.br (em caráter meramente informativo) ou pelo telefone no Serviço de Pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, telefone celular (47) 99942-5956, ou ainda pelo telefone fixo da Prefeitura Municipal (47) 3632-2266, ramal 220, no horário comercial das 08h00min as 12h00min e das 13h00min as 17h00min.

Campo Alegre/SC., 19 de janeiro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI,

Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL Nº 03/2017

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS DE TÍTULOS

Concurso Público Municipal nº 002/2016

Cargo:	PROFESSOR I (Educação Infantil e Anos Iniciais)	
Insc.	Nome do Candidato	Prova de Títulos
837	ADRIANA PREISLER	8,00
521	ADRIANA TASCHECK SCHREINER	8,00
943	ALESSANDRA APARECIDA LUIZ	N.A.T
858	ALESSANDRA SUOMINSKI	N.A.T
622	ALINE SIQUEIRA	N.A.T
581	ANA CARLA MUEHLMANN	N.A.T
410	ANA CAROLINA BLODORN	N.A.T
393	ANA CLAUDIA GROSSKOPF	N.A.T
330	ANA PAULA DRANKA TASCHEK	N.A.T
153	ANDREA RIBEIRO BARBOZA	N.A.T
414	ANDREIA IDA SCHWEDLER	N.A.T
873	ANDRÉIA KIATKOSKI	N.A.T
154	ANDRESSA AUGUSTIN	N.A.T
26	ANDRESSA COELHO DE AVILA	8,00
564	ANELIZE TURECK	8,00
706	ANGELA MARIA DE SOUZA	N.A.T
396	ANGELA TEREZINHA PACHECO HITEL	8,00
373	ANIVERSINA LOPES AMORIM	N.A.T
570	BRUNA MARTHA BRUECKHEIMER SEEFELD	N.A.T
888	CAMILA APARECIDA FERREIRA FARIA	N.A.T
225	CAMILA MIRANDA DA COSTA	8,00
611	CARLA ALEXANDRE BAGNHUK DA SILVEIRA	N.A.T
427	CARLA ANDREA VEIGA	N.A.T
479	CARLA EMANUELE SCHROEDER	N.A.T
617	CARMEM TEREZINHA KNORST ALVES PEREIRA	N.A.T
260	CAROLINA DA COSTA TELMA	8,00
284	CELIA CRISTINA QUEIROZ	N.A.T
582	CELINE FABIANE HINKE	8,00
710	CELMA PRYCIL DO PRADO	N.A.T
88	CHARLINE DE ANDRADE	20,00

309	CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA	N.A.T
832	CILMARA APARECIDA TSCHOEKE HUMMELGEN	N.A.T
640	CIRINEIA SOBCZAK CIRIACO	N.A.T
541	CLARETE DA LUZ DOS SANTOS CUBAS	16,00
366	CLATIANE OSINSKI	8,00
380	CLAUDICEIA FRANCO DE OLIVEIRA TERRES	N.A.T
90	CLEIA REIS	N.P
233	CLEIDI CORDEIRO FRIEDRICH	N.A.T
101	CLEIDIANE MUNHOZ FUCKNER	8,00
652	CLEONICE ANDRADE DE OLIVEIRA	N.A.T
511	CRISTIANE BAYERL QUOST MARIANO	N.A.T
502	CRISTIANE DE OLIVEIRA BAYERL	N.A.T
739	CRISTIANE FONSECA DOS SANTOS LOURENÇO	N.A.T
810	CRISTIANE TERESINHA DO PRADO	N.A.T
351	CRISTIANE THOMAS DA SILVA VEIGA	N.A.T
92	DAIANE NIESUKOWSKI	N.A.T
909	DANIELE PEREIRA DOS SANTOS	N.A.T
485	DANIELLI GODESCKI GREIN	N.A.T
775	DARA MUNHOZ	N.A.T
218	DEONICE TEREZINHA ODIA TELMA	N.A.T
232	DINACIR GERTLER DREVEK	8,00
610	EDELTRAUD ONIVIA CUBAS FUCKNER	16,00
692	EDICLER ORENICE CUBAS MUNHOZ	N.A.T
193	EDILENE DE FÁTIMA NENNEMAN	N.A.T
896	EDIVANE PATRICIA MELIM DA SILVA	N.A.T
676	ELAINE APARECIDA SCHMATZ DE FRANÇA	N.A.T
663	ELAINE MEYER BAUM	8,00
849	ELIANE HONORIO DA SILVA	N.A.T
447	ELISANGELA PATRICIA BRAND	N.A.T
245	ELISETE APARECIDA VAZ	N.A.T
925	ELIZANDRA SOUZA MARTINS	N.A.T
819	ELSA MARIA VEIGA DE ALMEIDA	N.A.T
48	EMEANI GOEBEL	N.A.T
54	EMELYN SORAYA EHLKE	N.A.T
580	ENI DE FATIMA MACHOVSKI	N.A.T
102	EVA APARECIDA DA VEIGA ZENFE	8,00
220	EVA SANDRA UHLIG	8,00
791	EVELIN CRISTIAN WEIGLE DA SILVA RIBEIRO	8,00
418	EVILIANE OSNILDA CUBAS MUNHOZ	8,00
25	EVILIN FERRAZ DOS SANTOS	16,00
736	FABIANA ALVES DE ANDRADE BARROZO	N.A.T
65	FABIANA OLIVEIRA CAMARGO SCHADECK	8,00
49	FABIANE VICENTE BELLI GREFFIN	8,00
461	FERNANDA APARECIDA MATHIAS	8,00
443	FERNANDA CUBAS HÜBNER	N.A.T
912	FERNANDA RODRIGUES XAVIER	N.A.T
222	FLÁVIA RAQUEL STAHELIN	16,00
497	FRANCIANE APARECIDA DE CAMPOS BECKER	N.A.T
673	FRANCIELE PALOMA MAIBERG	N.A.T
362	GABRIELE QUOST TABERT	N.A.T
901	GILIANE REGINA DE OLIVEIRA	N.A.T
742	GISELE DE FATIMA BATSITA	N.A.T
524	GISLENE MARIA UHLIG FUCKNER	8,00
868	GLAUCI PADILHA	N.A.T
799	HELIA DE FATIMA ELIAS PORTELA WALTER	N.A.T
138	HELOISA TRAIN MALINOVSKI	N.A.T
477	INEZ SILVANE NEPL LISCZKOVSKI	8,00
813	IONE MARIA TASCHECK LIEBL	8,00
536	ISOLETE TCHOKE ZOELLNER	N.A.T
435	IZABEL CRISTINA MONTEIRO	N.A.T
38	JACINTA ZEZOTKO WOYAKEIVICZ	16,00
738	JAMILE ALINE ALVES POCHAI	N.A.T
275	JANE EDICLEIA BAIL PSCHIEDT	N.A.T
416	JANE KRAUZER LINZMEYER	N.A.T

415	JANETE POLINASKI FERREIRA	N.A.T
219	JANIVIA GLACI SCHOLZE WOHL	8,00
722	JAQUELINE DRANKA	N.A.T
148	JAQUELINE KRUGER DA ROSA	N.A.T
757	JENNIFER EMMERICH DE LIMA	N.A.T
618	JÉSSICA MAIARA DANNA	N.A.T
662	JÉSSICA MOREIRA MARTINS	N.A.T
734	JOCELEIA DALCANAL KIEM	8,00
402	JOICE HLAWATSCH	N.A.T
851	JOICE MARIA SCHULZE	N.A.T
261	JOSI NEPPEL WOTROBA	N.A.T
406	JOSIANE DE FÁTIMA LEANDRO SANTOS RANK	8,00
690	JOSIANE PEREIRA GULIK	N.A.T
112	JUÇARA MARIA PESCHEL	N.A.T
860	JULIA GRASIELA BORGES	N.A.T
10	JULIANE FERNANDES	8,00
802	JULIANE TANDLER	8,00
156	JULIANE WATTER DA SILVA	N.A.T
251	JUSSARA ANTUNES TIBES	8,00
392	JUSSARA PAIVA PAULA	8,00
359	KARIN ELAINE WAGNER DE LIMA	N.A.T
644	KARIN HINKELDEY	N.A.T
332	KARINA DA COSTA HANSEN	16,00
181	KATIA VIESNIEWSKY	N.A.T
619	KEITY DE AVIZ	N.A.T
446	KELY CRISTIANE FRIEDRICH DREFAHL	N.A.T
755	KETLIN LUDWINSKY	N.A.T
915	LAIANE BUENO BOAVENTURA	N.A.T
769	LAISLA CADENA BATISTA	N.A.T
205	LECIANE KARINE DE ANDRADE TORRES	N.A.T
95	LÉIA DE SILVA FELICIANO	N.A.T
687	LENI RODRIGUES	N.A.T
707	LILIAN KENOBLAU ARNOLD	8,00
282	LINDAMIR DELLA JUSTINA DOS SANTOS	16,00
329	LISETE MATIOSKI LABAS	16,00
363	LISIANE DE FATIMA ALVES MACHADO PICKIUS	N.P
212	LUANA PEDROCHESKI	N.A.T
831	LUANA VIESNIEWSKY ROSÁ	N.A.T
43	LUCIA DRYGLA MENDES	8,00
839	LUCIANE DAMAZIO FRANCO	N.A.T
559	LUCIANE KUIAVA	N.A.T
680	LUCIELI BATISTA	N.A.T
486	LUCILDA TEIXEIRA	N.A.T
911	LUCIMAR MINICOVSKI	N.A.T
52	LUISE BORSATO	8,00
638	MARCELA JASTROMBEK DUARTE	16,00
630	MARCIA DOLORES RUNSCCHKA	16,00
772	MARCIA MACHOVSKI GRUBER	N.A.T
460	MARCIA SEMPTICOWSKI	8,00
865	MARCIANE CABRAL	N.A.T
816	MARGARETE PEREIRA NOGUEIRA	N.A.T
669	MARIA APARECIDA HUMMELGEN	N.A.T
315	MARIA CRISTINA BRANCO DA SILVA	8,00
747	MARIA DE FATIMA DA CRUZ	N.A.T
779	MARIA DE LOURDES DA SILVEIRA	8,00
240	MARIA ELIANE DE SOUZA LUIZ	N.A.T
741	MARIA MARGARETE GIESE ROSÁ	8,00
473	MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA	16,00
298	MARIA SALLETE DE PAULA	8,00
689	MARIA SOFIA CUBAS MACHADO	N.A.T
301	MARIANA VEIGA	N.A.T
194	MARIDALVA FURTADO	N.A.T
322	MARILENE ANTONOVICZ	N.A.T
752	MARILENE PEREIRA NOGUEIRA	N.A.T

137	MARINES FERREIRA DE MELLO DO AMARAL	N.A.T
20	MARINEUSA FORTES	8,00
727	MARISA ELIANE DE LIMA BRANCO	8,00
728	MARLENE DA ROSA TEIXEIRA KNOPIK	8,00
533	MARLI JANE RIBEIRO	8,00
493	MARLI TERESINHA SCHUMACHER DA SILVA SOARES	N.A.T
469	MICHELE ARIANE RAMOS SOARES NARDO	N.A.T
906	MICHELI ZANETTI NEPPEL	N.A.T
613	NARDEN HABIB	N.A.T
307	NATALIA WOJCIECHOSKY	N.A.T
708	NELCI CLARICE SIRENA	N.A.T
405	NEUSA TEREZINHA CHUPEL	N.A.T
247	NÍLVIA LINDAURA DOS SANTOS CORRÊA	8,00
169	NOELI DE FÁTIMA FERNANDES STUEPP	N.A.T
288	ODILA ANTUNES	8,00
633	PATRICIA BARBOZA DA SILVA	N.A.T
340	PATRÍCIA DE CAMPOS	N.A.T
871	PATRICIA DE OLIVEIRA	N.A.T
599	PATRICIA MACIEL CHICOUSKI DA CRUZ	N.A.T
70	PATRICIA SCHOFFEL	N.A.T
913	PÁVOLA MARCELA MARTINS RODRIGUES	N.A.T
591	PRISCILA ELAINE SAROVISKI PEREIRA	8,00
950	PRISCILLA PEYERL MOMOLI VARELA	N.A.T
244	RAQUEL DAVID DOS SANTOS	N.A.T
279	RAQUEL MUEHLBAUER BLODORN	N.A.T
683	REGIANE MARIA FAGUNDES TISCHNER	N.A.T
484	REGIANE ZILMA FUCKNER	N.A.T
45	REGINA GROSSKOPF	N.A.T
798	REGINA SOUZA DA COSTA GONÇALVES	N.A.T
9	RENATA SCHAADT	8,00
833	ROBERTA SOFIA CORDEIRO DA CRUZ	N.A.T
850	ROSEMERI VIEIRA DE SOUZA	N.A.T
509	ROSILANE HIRT	N.A.T
924	ROSILENE MARIA BATISTA FRANCO	8,00
526	RUBIA PABST NEHLS	8,00
333	SABRINA MARIE ROSA	N.A.T
894	SAMUEL PENTEADO URBAN	N.A.T
576	SANDRA MARA LANG	8,00
671	SANDRA PATRICIA MAIBERG DO PRADO	N.A.T
135	SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI	16,00
546	SANDRA SCHWARZ	N.A.T
746	SHEILA CRISTINA MITS	N.A.T
84	SHEYLA SUCHOMEL ALVES	N.A.T
701	SILMARA BEAGALKE	N.A.T
910	SILNEIA LINHARES DE MORAES AGOSTINHAK	N.A.T
184	SILVANA ROHRBACHER	N.A.T
927	SILVANE ODIA PRUSSAK	8,00
556	SILVANE RAMOS	N.A.T
459	SILVETE ROSENILDA DERINIEVICZ WOYECIESKOVSKI	N.A.T
936	SIMONE MICKUS	N.A.T
715	SIMONE SENN KUROVSKI	N.A.T
118	SIRLEI LIBMANN DE JESUS	N.A.T
808	SOLANGE ERDMANN GROSSL	N.A.T
488	SOLANGE RIBEIRO	N.A.T
476	SOLANGE TERESINHA STREIT	8,00
409	SONIA BERNADO CORDEIRO	8,00
196	SUELEN APARECIDA HUMMELGEN RIBEIRO	8,00
842	SUÉLI VANESSA DE OLIVEIRA RIBEIRO	N.A.T
781	SUELYAN CRISTINA AUGUSTIM	N.A.T
947	SUSI KELEN ALVES MARIANO	N.A.T
550	SUZIelly DOS SANTOS MARTINS	16,00
422	TAIS BUBA KOTOVICZ	N.A.T
765	TATIANA PYKOSZ GNOINSKY	N.A.T
239	TATIANA REGINA BERTOLDI	N.A.T

491	TATIANE RESSEL	N.A.T
696	TEREZINHA APARECIDA FRANCO AUGUSTIN	16,00
763	TEREZINHA APARECIDA PEREIRA NOGUEIRA	N.A.T
425	VALÉRIA RODRIGUES DE CARVALHO TOMELIN	N.A.T
216	VANDERLÉIA BUENO DO PRADO LUZ	8,00
132	VANDERLEIA BUTHEVITZ	8,00
252	VANDERLÉIA PRUSSAK BIALOBOK	N.A.T
94	VANESSA BLASZKOVSKY	N.A.T
67	VANESSA LIMA AGAPITO	N.A.T
269	VANESSA MARIA MORAES	N.A.T
785	VANESSA MAURA BERTOLI RANK	8,00
776	VANESSA STAL BATISTA	N.A.T
32	VIRGINIA AMANDA NASCIMENTO	N.A.T
848	VITORIA TELMA	N.A.T
344	VIVIANE DE SOUZA	N.A.T
709	WALDIRENE WOICHEKOSKI KRUCZKIEWICZ	8,00
267	WANESSA SCHROTH	N.A.T
Cargo:	PROFESSOR X (Professor de Ensino Religioso)	
Insc.	Nome do Candidato	Resultado
243	CLEITON JESIEL DA MAIA	N.A.T

*N.A.T = não apresentou títulos

ANEXO II
 EDITAL Nº 03/2017
 CLASSIFICAÇÃO FINAL
 Concurso Público Municipal nº 002/2016

Cargo:	PROFESSOR I (Educação Infantil e Anos Iniciais)						
Insc.	Nome do Candidato	C.G.	C.E.	Prova Escrita	Prova Títulos	Total	Classif. Final
550	SUZIELLY DOS SANTOS MARTINS	33	47,68	80,68	16,00	96,68	1º
135	SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI	39	40,36	79,36	16,00	95,36	2º
779	MARIA DE LOURDES DA SILVEIRA	39	47,68	86,68	8,00	94,68	3º
582	CELINE FABIANE HINKE	33	51,34	84,34	8,00	92,34	4º
269	VANESSA MARIA MORAES	39	51,34	90,34	N.A.T	90,34	5º
638	MARCELA JASTROMBEK DUARTE	30	44,02	74,02	16,00	90,02	6º
610	EDELTRAUD ONIVIA CUBAS FUCKNER	33	40,36	73,36	16,00	89,36	7º
25	EVILIN FERRAZ DOS SANTOS	33	40,36	73,36	16,00	89,36	8º
219	JANIVIA GLACI SCHOLZE WOHL	36	44,02	80,02	8,00	88,02	9º
461	FERNANDA APARECIDA MATHIAS	36	44,02	80,02	8,00	88,02	10º
282	LINDAMIR DELLA JUSTINA DOS SANTOS	24	47,68	71,68	16,00	87,68	11º
662	JÉSSICA MOREIRA MARTINS	39	47,68	86,68	N.A.T	86,68	12º
460	MARCIA SEMPTICOWSKI	30	47,68	77,68	8,00	85,68	13º
329	LISETTE MATIOSKI LABAS	36	33,04	69,04	16,00	85,04	14º
791	EVELIN CRISTIAN WEIGLE DA SILVA RIBEIRO	33	44,02	77,02	8,00	85,02	15º
26	ANDRESSA COELHO DE AVILA	33	44,02	77,02	8,00	85,02	16º
260	CAROLINA DA COSTA TELMA	33	44,02	77,02	8,00	85,02	17º
521	ADRIANA TASCHECK SCHREINER	36	40,36	76,36	8,00	84,36	18º
707	LILIAN KENOBLAU ARNOLD	36	40,36	76,36	8,00	84,36	19º
220	EVA SANDRA UHLIG	36	40,36	76,36	8,00	84,36	20º
406	JOSIANE DE FÁTIMA LEANDRO SANTOS RANK	39	36,7	75,70	8,00	83,70	21º
736	FABIANA ALVES DE ANDRADE BARROZO	36	47,68	83,68	N.A.T	83,68	22º
154	ANDRESSA AUGUSTIN	36	47,68	83,68	N.A.T	83,68	23º
88	CHARLINE DE ANDRADE	30	33,04	63,04	20,00	83,04	24º
38	JACINTA ZEZOTKO WOYAKEIVICZ	30	36,6	66,60	16,00	82,60	25º
392	JUSSARA PAIVA PAULA	30	44,02	74,02	8,00	82,02	26º
10	JULIANE FERNANDES	36	36,7	72,70	8,00	80,70	27º
683	REGIANE MARIA FAGUNDES TISCHNER	33	47,68	80,68	N.A.T	80,68	28º
772	MARCIA MACHOVSKI GRUBER	33	47,68	80,68	N.A.T	80,68	29º
422	TAIS BUBA KOTOVICZ	33	47,68	80,68	N.A.T	80,68	30º
715	SIMONE SENN KUROVSKI	36	44,02	80,02	N.A.T	80,02	31º

546	SANDRA SCHWARZ	36	44,02	80,02	N.A.T	80,02	32º
469	MICHELE ARIANE RAMOS SOARES NARDO	36	44,02	80,02	N.A.T	80,02	33º
894	SAMUEL PENTEADO URBAN	36	44,02	80,02	N.A.T	80,02	34º
45	REGINA GROSSKOPF	36	44,02	80,02	N.A.T	80,02	35º
831	LUANA VIESNIEWSKY ROSÁ	36	44,02	80,02	N.A.T	80,02	36º
332	KARINA DA COSTA HANSEN	27	36,7	63,70	16,00	79,70	37º
739	CRISTIANE FONSECA DOS SANTOS LOURENÇO	39	40,36	79,36	N.A.T	79,36	38º
526	RUBIA PABST NEHLS	30	40,36	70,36	8,00	78,36	39º
196	SUELEN APARECIDA HUMMELGEN RIBEIRO	30	40,36	70,36	8,00	78,36	40º
153	ANDREA RIBEIRO BARBOZA	27	51,34	78,34	N.A.T	78,34	41º
524	GISLENE MARIA UHLIG FUCKNER	30	40,26	70,26	8,00	78,26	42º
476	SOLANGE TERESINHA STREIT	33	36,7	69,70	8,00	77,70	43º
65	FABIANA OLIVEIRA CAMARGO SCHADECK	33	36,7	69,70	8,00	77,70	44º
49	FABIANE VICENTE BELLI GREFFIN	33	36,7	69,70	8,00	77,70	45º
644	KARIN HINKELDEY	30	47,68	77,68	N.A.T	77,68	46º
247	NÍLVIA LINDAURA DOS SANTOS CORRÊA	33	36,6	69,60	8,00	77,60	47º
709	WALDIRENE WOICHEKOSKI KRUCZKIEVICZ	33	36,6	69,60	8,00	77,60	48º
690	JOSIANE PEREIRA GULIK	33	44,02	77,02	N.A.T	77,02	49º
896	EDIVANE PATRICIA MELIM DA SILVA	33	44,02	77,02	N.A.T	77,02	50º
225	CAMILA MIRANDA DA COSTA	36	32,94	68,94	8,00	76,94	51º
148	JAQUELINE KRUGER DA ROSA	33	43,92	76,92	N.A.T	76,92	52º
32	VIRGINIA AMANDA NASCIMENTO	36	40,36	76,36	N.A.T	76,36	53º
781	SUELYAN CRISTINA AUGUSTIM	36	40,36	76,36	N.A.T	76,36	54º
138	HELOISA TRAIN MALINOVSKI	36	40,36	76,36	N.A.T	76,36	55º
261	JOSI NEPPEL WOTROBA	36	40,36	76,36	N.A.T	76,36	56º
288	ODILA ANTUNES	24	44,02	68,02	8,00	76,02	57º
727	MARISA ELIANE DE LIMA BRANCO	24	44,02	68,02	8,00	76,02	58º
473	MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA	27	32,94	59,94	16,00	75,94	59º
112	JUÇARA MARIA PESCHEL	39	36,7	75,70	N.A.T	75,70	60º
218	DEONICE TEREZINHA ODIA TELMA	39	36,7	75,70	N.A.T	75,70	61º
755	KETLIN LUDWINSKY	39	36,7	75,70	N.A.T	75,70	62º
564	ANELIZE TURECK	27	40,36	67,36	8,00	75,36	63º
924	ROSILENE MARIA BATISTA FRANCO	27	40,26	67,26	8,00	75,26	64º
251	JUSSARA ANTUNES TIBES	30	36,7	66,70	8,00	74,70	65º
43	LUCIA DRYGLA MENDES	30	36,7	66,70	8,00	74,70	66º
409	SONIA BERNADO CORDEIRO	30	36,7	66,70	8,00	74,70	67º
216	VANDERLÉIA BUENO DO PRADO LUZ	30	36,7	66,70	8,00	74,70	68º
802	JULIANE TANDLER	30	36,7	66,70	8,00	74,70	69º
309	CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA	27	47,68	74,68	N.A.T	74,68	70º
576	SANDRA MARA LANG	30	36,6	66,60	8,00	74,60	71º
858	ALESSANDRA SUOMINSKI	30	44,02	74,02	N.A.T	74,02	72º
925	ELIZANDRA SOUZA MARTINS	30	44,02	74,02	N.A.T	74,02	73º
850	ROSEMERI VIEIRA DE SOUZA	30	44,02	74,02	N.A.T	74,02	74º
359	KARIN ELAINE WAGNER DE LIMA	30	44,02	74,02	N.A.T	74,02	75º
222	FLÁVIA RAQUEL STAHELIN	36	21,96	57,96	16,00	73,96	76º
860	JULIA GRASIELA BORGES	30	43,92	73,92	N.A.T	73,92	77º
708	NELCI CLARICE SIRENA	33	40,36	73,36	N.A.T	73,36	78º
689	MARIA SOFIA CUBAS MACHADO	33	40,36	73,36	N.A.T	73,36	79º
447	ELISANGELA PATRICIA BRAND	33	40,36	73,36	N.A.T	73,36	80º
233	CLEIDI CORDEIRO FRIEDRICH	33	40,36	73,36	N.A.T	73,36	81º
868	GLAUCI PADILHA	33	40,36	73,36	N.A.T	73,36	82º
570	BRUNA MARTHA BRUECKHEIMER SEEFELD	33	40,36	73,36	N.A.T	73,36	83º
613	NARDEN HABIB	33	40,36	73,36	N.A.T	73,36	84º
663	ELAINE MEYER BAUM	36	29,28	65,28	8,00	73,28	85º
240	MARIA ELIANE DE SOUZA LUIZ	33	40,26	73,26	N.A.T	73,26	86º
20	MARINEUSA FORTES	21	44,02	65,02	8,00	73,02	87º
696	TEREZINHA APARECIDA FRANCO AUGUSTIN	24	32,94	56,94	16,00	72,94	88º
738	JAMILE ALINE ALVES POCHAI	36	36,7	72,70	N.A.T	72,70	89º
617	CARMEM TEREZINHA KNORST ALVES PEREIRA	36	36,7	72,70	N.A.T	72,70	90º
486	LUCILDA TEIXEIRA	36	36,7	72,70	N.A.T	72,70	91º
722	JAQUELINE DRANKA	36	36,7	72,70	N.A.T	72,70	92º
580	ENI DE FATIMA MACHOVSKI	36	36,6	72,60	N.A.T	72,60	93º
676	ELAINE APARECIDA SCHMATZ DE FRANÇA	36	36,6	72,60	N.A.T	72,60	94º
734	JOCELEIA DALCANAL KIEM	24	40,36	64,36	8,00	72,36	95º

785	VANESSA MAURA BERTOLI RANK	24	40,36	64,36	8,00	72,36	96º
132	VANDERLEIA BUTHEVITZ	24	40,36	64,36	8,00	72,36	97º
9	RENATA SCHAADT	27	36,7	63,70	8,00	71,70	98º
816	MARGARETE PEREIRA NOGUEIRA	24	47,68	71,68	N.A.T	71,68	99º
351	CRISTIANE THOMAS DA SILVA VEIGA	24	47,68	71,68	N.A.T	71,68	100º
52	LUISE BORSATO	27	36,6	63,60	8,00	71,60	101º
333	SABRINA MARIE ROSA	27	44,02	71,02	N.A.T	71,02	102º
680	LUCIELI BATISTA	27	44,02	71,02	N.A.T	71,02	103º
915	LAIANE BUENO BOAVENTURA	27	44,02	71,02	N.A.T	71,02	104º
630	MARCIA DOLORES RUNSCCHKA	33	21,96	54,96	16,00	70,96	105º
90	CLEIA REIS	27	43,92	70,92	N.P	70,92	106º
911	LUCIMAR MINICOVSKI	27	43,92	70,92	N.A.T	70,92	107º
541	CLARETE DA LUZ DOS SANTOS CUBAS	18	36,7	54,70	16,00	70,70	108º
363	LISIANE DE FATIMA ALVES MACHADO PICKIUS	30	40,36	70,36	N.P	70,36	109º
252	VANDERLÉIA PRUSSAK BIALOBOK	30	40,36	70,36	N.A.T	70,36	110º
479	CARLA EMANUELE SCHROEDER	30	40,36	70,36	N.A.T	70,36	111º
443	FERNANDA CUBAS HÜBNER	30	40,36	70,36	N.A.T	70,36	112º
776	VANESSA STAL BATISTA	33	36,7	69,70	N.A.T	69,70	113º
509	ROSILANE HIRT	33	36,7	69,70	N.A.T	69,70	114º
484	REGIANE ZILMA FUCKNER	33	36,6	69,60	N.A.T	69,60	115º
414	ANDREIA IDA SCHWEDLER	33	36,6	69,60	N.A.T	69,60	116º
833	ROBERTA SOFIA CORDEIRO DA CRUZ	33	36,6	69,60	N.A.T	69,60	117º
752	MARILENE PEREIRA NOGUEIRA	36	32,94	68,94	N.A.T	68,94	118º
943	ALESSANDRA APARECIDA LUIZ	36	32,94	68,94	N.A.T	68,94	119º
927	SILVANE ODIA PRUSSAK	24	36,7	60,70	8,00	68,70	120º
591	PRISCILA ELAINE SAROVISKI PEREIRA	24	36,7	60,70	8,00	68,70	121º
156	JULIANE WATTER DA SILVA	24	44,02	68,02	N.A.T	68,02	122º
184	SILVANA ROHRBACHER	24	44,02	68,02	N.A.T	68,02	123º
710	CELMA PRYCILA DO PRADO	24	44,02	68,02	N.A.T	68,02	124º
837	ADRIANA PREISLER	30	29,38	59,38	8,00	67,38	125º
669	MARIA APARECIDA HUMMELGEN	27	40,36	67,36	N.A.T	67,36	126º
380	CLAUDICEIA FRANCO DE OLIVEIRA TERRES	27	40,36	67,36	N.A.T	67,36	127º
842	SUÉLI VANESSA DE OLIVEIRA RIBEIRO	27	40,36	67,36	N.A.T	67,36	128º
267	WANESSA SCHROTH	27	40,36	67,36	N.A.T	67,36	129º
94	VANESSA BLASZKOVSKY	27	40,36	67,36	N.A.T	67,36	130º
865	MARCIA CABRAL	27	40,36	67,36	N.A.T	67,36	131º
232	DINACIR GERTLER DREVEK	30	29,28	59,28	8,00	67,28	132º
366	CLATIANE OSINSKI	30	29,28	59,28	8,00	67,28	133º
849	ELIANE HONORIO DA SILVA	27	40,26	67,26	N.A.T	67,26	134º
497	FRANCIA NE APARECIDA DE CAMPOS BECKER	27	40,26	67,26	N.A.T	67,26	135º
70	PATRICIA SCHOFFEL	27	40,26	67,26	N.A.T	67,26	136º
244	RAQUEL DAVID DOS SANTOS	30	36,7	66,70	N.A.T	66,70	137º
205	LECIA NE KARINE DE ANDRADE TORRES	30	36,7	66,70	N.A.T	66,70	138º
92	DAIANE NIESUKOWSKI	30	36,7	66,70	N.A.T	66,70	139º
901	GILIANE REGINA DE OLIVEIRA	30	36,6	66,60	N.A.T	66,60	140º
652	CLEONICE ANDRADE DE OLIVEIRA	33	33,04	66,04	N.A.T	66,04	141º
950	PRISCILLA PEYERL MOMOLI VARELA	33	33,04	66,04	N.A.T	66,04	142º
839	LUCIANE DAMAZIO FRANCO	33	33,04	66,04	N.A.T	66,04	143º
491	TATIANE RESSEL	33	33,04	66,04	N.A.T	66,04	144º
212	LUANA PEDROCHESKI	33	32,94	65,94	N.A.T	65,94	145º
307	NATALIA WOJCIECHOSKY	33	32,94	65,94	N.A.T	65,94	146º
102	EVA APARECIDA DA VEIGA ZENFE	21	36,7	57,70	8,00	65,70	147º
673	FRANCIELE PALOMA MAIBERG	36	29,28	65,28	N.A.T	65,28	148º
298	MARIA SALLETE DE PAULA	24	33,04	57,04	8,00	65,04	149º
747	MARIA DE FATIMA DA CRUZ	21	44,02	65,02	N.A.T	65,02	150º
728	MARLENE DA ROSA TEIXEIRA KNOPIK	24	32,94	56,94	8,00	64,94	151º
741	MARIA MARGARETE GIESE ROSÁ	27	29,28	56,28	8,00	64,28	152º
640	CIRINEIA SOBCZAK CIRIACO	24	40,26	64,26	N.A.T	64,26	153º
373	ANIVERSINA LOPES AMORIM	27	36,7	63,70	N.A.T	63,70	154º
245	ELISETTE APARECIDA VAZ	27	36,7	63,70	N.A.T	63,70	155º
810	CRISTIANE TERESINHA DO PRADO	27	36,7	63,70	N.A.T	63,70	156º
746	SHEILA CRISTINA MITS	27	36,7	63,70	N.A.T	63,70	157º
599	PATRICIA MACIEL CHICOUSKI DA CRUZ	27	36,7	63,70	N.A.T	63,70	158º
633	PATRICIA BARBOZA DA SILVA	27	36,7	63,70	N.A.T	63,70	159º

402	JOICE HLAWATSCH	27	36,7	63,70	N.A.T	63,70	160º
322	MARILENE ANTONOVICZ	27	36,7	63,70	N.A.T	63,70	161º
906	MICHELI ZANETTI NEPPEL	27	36,6	63,60	N.A.T	63,60	162º
622	ALINE SIQUEIRA	27	36,6	63,60	N.A.T	63,60	163º
888	CAMILA APARECIDA FERREIRA FARIA	27	36,6	63,60	N.A.T	63,60	164º
101	CLEIDIANE MUNHOZ FUCKNER	15	40,36	55,36	8,00	63,36	165º
936	SIMONE MICKUS	30	33,04	63,04	N.A.T	63,04	166º
947	SUSI KELEN ALVES MARIANO	30	33,04	63,04	N.A.T	63,04	167º
671	SANDRA PATRICIA MAIBERG DO PRADO	30	33,04	63,04	N.A.T	63,04	168º
485	DANIELLI GODESCKI GREIN	30	33,04	63,04	N.A.T	63,04	169º
581	ANA CARLA MUEHLMANN	30	33,04	63,04	N.A.T	63,04	170º
611	CARLA ALEXANDRE BAGNHUK DA SILVEIRA	30	32,94	62,94	N.A.T	62,94	171º
279	RAQUEL MUEHLBAUER BLODORN	30	32,94	62,94	N.A.T	62,94	172º
742	GISELE DE FATIMA BATSITA	30	32,94	62,94	N.A.T	62,94	173º
340	PATRÍCIA DE CAMPOS	30	32,94	62,94	N.A.T	62,94	174º
913	PÁVOLA MARCELA MARTINS RODRIGUES	30	32,94	62,94	N.A.T	62,94	175º
769	LAISLA CADENA BATISTA	30	32,94	62,94	N.A.T	62,94	176º
54	EMELYN SORAYA EHLKE	30	32,94	62,94	N.A.T	62,94	177º
477	INEZ SILVANE NEPPL LISCZKOVSKI	18	36,7	54,70	8,00	62,70	178º
362	GABRIELE QUOST TABERT	33	29,38	62,38	N.A.T	62,38	179º
193	EDILENE DE FÁTIMA NENNEMAN	33	29,28	62,28	N.A.T	62,28	180º
315	MARIA CRISTINA BRANCO DA SILVA	21	32,94	53,94	8,00	61,94	181º
813	IONE MARIA TASCHECK LIEBL	24	29,38	53,38	8,00	61,38	182º
848	VITORIA TELMA	21	40,36	61,36	N.A.T	61,36	183º
239	TATIANA REGINA BERTOLDI	21	40,36	61,36	N.A.T	61,36	184º
757	JENNIFER EMMERICH DE LIMA	21	40,36	61,36	N.A.T	61,36	185º
416	JANE KRAUZER LINZMEYER	21	40,26	61,26	N.A.T	61,26	186º
533	MARLI JANE RIBEIRO	27	25,72	52,72	8,00	60,72	187º
446	KELY CRISTIANE FRIEDRICH DREFAHL	24	36,7	60,70	N.A.T	60,70	188º
687	LENI RODRIGUES	24	36,7	60,70	N.A.T	60,70	189º
275	JANE EDICLEIA BAIL PSCHIEDT	24	36,7	60,70	N.A.T	60,70	190º
396	ANGELA TEREZINHA PACHECO HTEL	27	25,62	52,62	8,00	60,62	191º
511	CRISTIANE BAYERL QUOST MARIANO	24	36,6	60,60	N.A.T	60,60	192º
118	SIRLEI LIBMANN DE JESUS	24	36,6	60,60	N.A.T	60,60	193º
330	ANA PAULA DRANKA TASCHECK	24	36,6	60,60	N.A.T	60,60	194º
284	CELIA CRISTINA QUEIROZ	27	33,04	60,04	N.A.T	60,04	195º
435	IZABEL CRISTINA MONTEIRO	27	33,04	60,04	N.A.T	60,04	196º
488	SOLANGE RIBEIRO	27	33,04	60,04	N.A.T	60,04	197º
873	ANDRÉIA KIATKOSKI	27	32,94	59,94	N.A.T	59,94	198º
427	CARLA ANDREA VEIGA	27	32,94	59,94	N.A.T	59,94	199º
459	SILVETE ROSENILDA DERINIEVICZ WOYECIESKOVSKI	27	32,94	59,94	N.A.T	59,94	200º
418	EVILIANE OSNILDA CUBAS MUNHOZ	15	36,7	51,70	8,00	59,70	201º
619	KEITY DE AVIZ	30	29,28	59,28	N.A.T	59,28	202º
425	VALÉRIA RODRIGUES DE CARVALHO TOMELIN	30	29,28	59,28	N.A.T	59,28	203º
692	EDICLER ORENICE CUBAS MUNHOZ	18	40,36	58,36	N.A.T	58,36	204º
536	ISOLETE TCHOKE ZOELLNER	21	36,7	57,70	N.A.T	57,70	205º
618	JÉSSICA MAIARA DANNA	21	36,7	57,70	N.A.T	57,70	206º
912	FERNANDA RODRIGUES XAVIER	21	36,7	57,70	N.A.T	57,70	207º
799	HELIA DE FATIMA ELIAS PORTELA WALTER	21	36,6	57,60	N.A.T	57,60	208º
344	VIVIANE DE SOUZA	21	36,6	57,60	N.A.T	57,60	209º
556	SILVANE RAMOS	24	33,04	57,04	N.A.T	57,04	210º
871	PATRICIA DE OLIVEIRA	24	32,94	56,94	N.A.T	56,94	211º
502	CRISTIANE DE OLIVEIRA BAYERL	24	32,94	56,94	N.A.T	56,94	212º
410	ANA CAROLINA BLODORN	24	32,94	56,94	N.A.T	56,94	213º
851	JOICE MARIA SCHULZE	24	32,94	56,94	N.A.T	56,94	214º
67	VANESSA LIMA AGAPITO	27	29,38	56,38	N.A.T	56,38	215º
832	CILMARA APARECIDA TSCHOEKE HUMMELGEN	27	29,28	56,28	N.A.T	56,28	216º
819	ELSA MARIA VEIGA DE ALMEIDA	27	29,28	56,28	N.A.T	56,28	217º
169	NOELI DE FÁTIMA FERNANDES STUEPP	27	29,28	56,28	N.A.T	56,28	218º
48	EMEANI GOEBEL	27	29,28	56,28	N.A.T	56,28	219º
405	NEUSA TEREZINHA CHUPEL	15	40,36	55,36	N.A.T	55,36	220º
763	TEREZINHA APARECIDA PEREIRA NOGUEIRA	33	21,96	54,96	N.A.T	54,96	221º
194	MARIDALVA FURTADO	18	36,7	54,70	N.A.T	54,70	222º
910	SILNEIA LINHARES DE MORAES AGOSTINHAK	18	36,7	54,70	N.A.T	54,70	223º

798	REGINA SOUZA DA COSTA GONÇALVES	21	32,94	53,94	N.A.T	53,94	224º
808	SOLANGE ERDMANN GROSSL	24	29,38	53,38	N.A.T	53,38	225º
701	SILMARA BEAGALKE	24	29,38	53,38	N.A.T	53,38	226º
493	MARLI TERESINHA SCHUMACHER DA SILVA SOARES	24	29,28	53,28	N.A.T	53,28	227º
181	KATIA VIESNIEWSKY	24	29,28	53,28	N.A.T	53,28	228º
559	LUCIANE KUIAVA	27	25,62	52,62	N.A.T	52,62	229º
765	TATIANA PYKOSZ GNOINSKY	27	25,62	52,62	N.A.T	52,62	230º
95	LÉIA DE SILVA FELICIANO	30	21,96	51,96	N.A.T	51,96	231º
706	ANGELA MARIA DE SOUZA	15	36,7	51,70	N.A.T	51,70	232º
84	SHEYLA SUCHOMEL ALVES	15	36,6	51,60	N.A.T	51,60	233º
137	MARINES FERREIRA DE MELLO DO AMARAL	18	33,04	51,04	N.A.T	51,04	234º
301	MARIANA VEIGA	18	33,04	51,04	N.A.T	51,04	235º
415	JANETE POLINASKI FERREIRA	18	32,94	50,94	N.A.T	50,94	236º
909	DANIELE PEREIRA DOS SANTOS	18	32,94	50,94	N.A.T	50,94	237º
775	DARA MUNHOZ	18	32,94	50,94	N.A.T	50,94	238º
393	ANA CLAUDIA GROSSKOPF	21	29,38	50,38	N.A.T	50,38	239º
Cargo:	PROFESSOR X (Professor de Ensino Religioso)						
Insc.	Nome do Candidato	C.G.	C.E.	Prova Escrita	Prova Títulos	Total	Classif. Final
243	CLEITON JESIEL DA MAIA	36	32,94	68,94	N.A.T	68,94	1º

EXTRATO DE CONTRATO 09/2017 FMS

CONTRATO Nº 09/2017 FMS

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA CASA VIDA ESPAÇO INTERDISCIPLINAR PARA SAÚDE INTEGRAL LTDA.

Pelo presente instrumento particular de contrato que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 01.941.360/0001-50, com sede à Irmã Amália Gueller, 22, em Campo Alegre - SC, neste ato representado pela Gestora, Sra. Carolina da Costa Telma, CPF nº. 061.299.189-09, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, de outro lado a empresa CLINICA DR. HERZOG - OTORRINOLARINGOLOGIA, MEDICINA DO TRABALHO E PSICOLOGIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 09.177.807/0001-79, com sede no Município de Rio Negrinho - SC, a TRAVESSA DOMINGOS FERREIRA DE LIMA, nº. 16, 1º andar, sala 5, Centro, neste ato representada pelo Sr. Marcio Luís Herzog, de agora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, com fulcro na Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, celebram o presente Contrato de Prestação de Serviço de Saúde para o Sistema de Saúde do Município de Campo Alegre-SC, nos termos que seguem abaixo (em decorrência do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 01/2015/ Credenciamento):

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

I - O presente contrato tem por objeto a execução de serviços especializados nos seguintes procedimentos: CONSULTA EM OTORRINOLARINGOLOGIA

II - Os serviços a serem prestados pela CONTRATADA serão oferecidos aos usuários do Sistema de Saúde do Município de Campo Alegre-SC, dentro dos limites quantitativos fixados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS)/Fundo Municipal de Saúde (FMS) e deliberados pelo Conselho Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

I – Os serviços ora contratados estão referidos a uma base territorial populacional e serão ofertados aos usuários com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades de demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

II – Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados no seguinte endereço: Rua Guilherme Scheide, nº. 271, Centro, cidade de São Bento do Sul - SC.

III - A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos desse contrato.

IV - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto em razão da execução deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

I - O presente contrato inicia-se na data de sua assinatura e expira em 31 de dezembro de 2017 (exercício financeiro), podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses (respeitando o exercício financeiro vigente), até o limite de 60 (sessenta) meses.

II- Cabe a contratada manter todas as condições de habilitação exigidas no Edital do Credenciamento nº 01/2015.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I – Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes e o arquivo médico;

II – Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação.

III – Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços.

IV – Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização e qualquer ato previsto no contrato.

V – Ficará responsável por todos os gastos relativos aos insumos, que forem necessários para a perfeita execução do presente contrato, exceto no caso de tomografia e ressonância nuclear magnética que será fornecido os contrastes.

VI – Notificar a SMS/Fundo de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando ao Serviço de Controle, Avaliação e Auditoria, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

VII – Cumprir com todas as obrigações de naturezas fiscais a parafiscais, que incidam ou venham incidir direta ou indiretamente sobre os produtos contratados.

VIII – Manter atualizadas (dentro do prazo de validade) todos os documentos de habilitação as Certidão Negativa emitida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social e Certidão Negativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

CLÁUSULA QUINTA: DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

I – A CONTRATADA é responsável pela indenização de dano causado ao paciente e aos órgãos da SMS/Fundo e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de regresso.

II – A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes da SMS/Fundo não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

III – a responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO

I - A SMS/Fundo pagará mensalmente a CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente ao número de procedimentos mensais realizados, desde que autorizados e aprovados pela SMS/Fundo, nos termos do contrato e de acordo com os valores constantes na Tabela (em vigor), conforme transcreve-se:

EXAME	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Consulta em Ginecologia	90	R\$ 100,00	R\$ 9.000,00
VALOR TOTAL			R\$ 9.000,00

II - Fica estabelecido, de forma criteriosa, que os serviços objeto deste contrato serão remunerados segundo os valores acima informados, vedado qualquer taxa ou complemento, sendo que o valor abaixo estimado não caracteriza nenhum tipo de previsão de crédito, conforme descrito no item acima;

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

I – As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão no presente exercício (2017) à conta de dotação consignada no orçamento do Fundo Municipal de Saúde:

- 91.04.2.028.3.3.90.39.00.00.00.00 (52), Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Realização de diagnóstico dos pacientes, Manutenção das Atividades Médicas e Terapêuticas, Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - A fiscalização do contrato fica a conta da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, através do Serviço de Auditoria, Controle e Avaliação.

CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

Fica a CONTRATADA sujeita a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição pactuada neste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas, em especial as contidas no artigo 86 e 87 da Lei nº. 8.666/1993 Lei das Licitações e Contratos Administrativos e suas alterações, e demais disposições aplicáveis à espécie, assegurado o direito ao contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO

I – Constituem motivos para rescisão unilateral do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na cláusula décima.

II – A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da SMS/Fundo em caso de rescisão administrativo prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

III – Em caso de rescisão contratual, se a interrupções das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 120 (cento e vinte) dias para ocorrer à rescisão. Se neste prazo a CONTRATADA negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - A contratualização de um prestador de serviço poderá ser, a qualquer tempo, alterada, suspensa ou cancelada, se o contrato deixar de satisfazer os interesses da Administração Pública Municipal ou as normas do Sistema Único de Saúde.

II - O presente contrato está vinculado aos termos do Edital nº 01/2015 - SMS/Fundo.

III - Aplica-se ao presente Contrato, nas partes omissas, a legislação pertinente em vigor.

IV - As partes elegem o Foro Comarca de São Bento do Sul - SC para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciando

a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e contratadas, as partes, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma para que surtam seus efeitos, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 2017.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
CONTRATANTE

MARCIO LUÍS HERZOG
Clínica Dr. Herzog - Otorrinolaringologia, Medicina Do Trabalho E Psicologia Ltda - Me
CONTRATADA

Testemunhas:

Maria Cristina M. Munhoz
CPF: 004.572.629-90

Irineu Woitskovski Júnior
CPF: 071.933.509-43

PORTARIA Nº 14.024 DE 19 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.024 DE 19 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, previsto no Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal, em especial a Instrução Normativa TC-07/2008 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Resolve:

Art.1º) Averbar a seguinte Certidão do Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, emitida em data de 29 de dezembro de 2015 sob Protocolo nº 20024050.1.00152/15-1, da Servidora Pública Municipal, MARLI LÚCIA MICHALSKY CARVALHO, Matrícula Funcional nº 000251, Registro no Sistema sob nº 726900, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – A Averbação do Tempo de Contribuição de que trata o Caput deste Artigo, corresponde o período total de contribuição de: 10 (dez) meses, conforme Parecer nº 01/2017 expedido em data de 16 de janeiro de 2017, pelo Serviço de Pessoal do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) A averbação constante no Artigo 1º desta Portaria, em razão do Procedimento Administrativo nº 20/2017, devidamente protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 11 de janeiro de 2017.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.025 DE 19 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.025 DE 19 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, CRISTIANO SLOMINSKY, Matrícula Funcional nº 000653, Registro no

Sistema sob nº 955080, ocupante do Cargo Público Agente Operacional V, exercendo a Função de Pedreiro/Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 23 de janeiro de 2017 á 01 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente assinado e protocolado em data de 16 de janeiro de 2017 sob nº 7682.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 10/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 10/2017.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADA: NESTOR LUIZ SCHMIDT, CPF 594.214.959-34. OBJETO: Prestação de serviços de ensilagem de milho aos agricultores do Município de Campo Erê, com o fornecimento da mão de obra e equipamentos, conforme contido nos termos do edital de Credenciamento n. 02/2017. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 02/2017, Inexigibilidade nº 01/2017. DOTAÇÃO: 07.01-2036-33903699-3823-100 – Outros serviços de Terceiros – P. Física e 07.01-2036-33903699-3857-100 – Outros serviços de Terceiros – P. Jurídica. VIGÊNCIA: assinatura até 31/12/17, Campo Erê/SC, em 16/01/2017. SIGNATÁRIOS: Odilson Vicente de Lima pela Contratante e NESTOR LUIZ SCHMIDT pela Contratada.

EXTRATO CONTRATO 11/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 11/2017.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADA: ALTERNATIVE CONCURSOS EIRELI - ME, CNPJ 14.239.541/0001-81. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (admissão temporária de excepcional interesse público de professores de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Artes, Educação Física e Serviços Gerais) do Poder Executivo Municipal de Campo Erê/SC. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 10/2017, Dispensa por Justificativa nº 09/2017. DOTAÇÃO: 05.01-2026-3390-1414-101- Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica VALOR: R\$: 6.250,00 (Seis mil, duzentos e cinquenta reais). VIGÊNCIA: assinatura até 31/12/17, Campo Erê/SC, em 19/01/2017. SIGNATÁRIOS: Odilson Vicente de Lima pela Contratante e DANIEL BREDÁ pela Contratada.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISP. JUST. N. 09/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 10/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º: 09/2017

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato da COMISSÃO DE LICITAÇÕES que dispensou a Licitação com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis:

a) Dispensa de Licitação Nº 09/2017

b) Objeto: Contratação de empresa para realização de teste seletivo para contratação de professores para educação infantil, ensino fundamental, artes, educação física e serviços gerais, para início do ano letivo de 2017 no município de Campo Erê - SC.

c) Contratada: ALTERNATIVE CONCURSOS EIRELI –ME

Valor: R\$ 6.250,00 (seis mil e duzentos e cinquenta reais);

Publique-se.

Campo Erê, SC, 16 de Janeiro de 2017.

Odilson Vicente de Lima - Prefeito Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO PP 02_17

PROCESSO DE COMPRA Nº 04/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017
AVISO DE RETIFICAÇÃO

Conforme publicação ocorrida no DOM/SC, edição nº 2167, página 60, no dia 12 de janeiro de 2017, levamos ao conhecimento dos interessados a correção da data de abertura do Pregão Presencial nº 02/2017.

Onde se lê:

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 25 de janeiro de 2016 às 16 horas Pregão Presencial do tipo Menor Preço por Item
Leia-se;

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 25 de janeiro de 2017 às 16 horas Pregão Presencial do tipo Menor Preço por Item

Campos Novos, 19 de janeiro de 2017.

AVISO PP 01/2017 CESTAS BASICA

AVISO DE LICITAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2017

O Município de Campos Novos através do Fundo Municipal de Assistência Social de Campos Novos, torna público que fará realizar no dia 02 de fevereiro de 2017 às 14hs e 30min, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto AQUISIÇÃO DE 400 CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER FAMÍLIAS

BENEFICIADAS PELA LEI DO BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS, LEI MUNICIPAL Nº 3.458/09 COM ALTERAÇÃO PELA LEI Nº 3.709/2011, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min, diariamente.

Campos Novos, 20 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal.

AVISO PP 05/2017 FITAS GLICEMIA - SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 08/02/2017 às 14:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE FITAS PARA TESTE DE GLICOSE PARA USO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA E PARA DOAÇÃO AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO E FORNECIMENTO EM REGIME DE COMODATO DE 300 APARELHOS GLICOSIMÉTRICOS, PELO PRAZO DE UM ANO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 20 de janeiro de 2017.

SANDRA MARIA ROSAR BRESOLA
Secretaria Municipal de Saúde

SAMAE - CAMPOS NOVOS

EX CT 004/2017

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

TERMO DE CONTRATO CNO - 004/2017

DATA DE ASSINATURA: 17 de Janeiro de 2017
OBJETO: Contratação Temporária de funcionário para ocupar o cargo de Operador de Máquina.
CONTRATADO: Oziel de Camargo
VALOR: R\$ 1.973,80 (Um mil, novecentos e setenta e três reais, e oitenta centavos), por 200 (duzentas) horas mensais.
PRAZO: 31.12.2017

Campos Novos – SC, 17 de Janeiro de 2017.
ALEXANDRE KUNEN
DIRETOR DO SAMAE

EX CT 005/2017

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

TERMO DE CONTRATO CNO - 005/2017

DATA DE ASSINATURA: 17 de Janeiro de 2017
OBJETO: Contratação Temporária de funcionário para ocupar o cargo de Operador de Máquina.
CONTRATADO: Argeu Gonçalves Thibes
VALOR: R\$ 1.973,80 (Um mil, novecentos e setenta e três reais, e oitenta centavos), por 200 (duzentas) horas mensais.
PRAZO: 31.12.2017

Campos Novos – SC, 17 de Janeiro de 2017.
ALEXANDRE KUNEN
DIRETOR DO SAMAE

EX CT 006/2017

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

TERMO DE CONTRATO CNO - 006/2017

DATA DE ASSINATURA: 18 de Janeiro de 2017

OBJETO: Contratação Temporária de funcionária para ocupar o cargo de Auxiliar Administrativa.

CONTRATADA: Janeíse de Lorensi

VALOR: R\$ 1.626,44 (Um mil, seiscentos e vinte e seis reais, e quarenta e quatro centavos), por 200 (duzentas) horas mensais.

PRAZO: 31.12.2017

cargo de Auxiliar Administrativa, Padrão 04, Nível – 1, do quadro de pessoal desta Autarquia, à contar desta data com os vencimentos de Lei.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen

Diretor do SAMAE

Campos Novos – SC, 18 de Janeiro de 2017.

ALEXANDRE KUNEN

DIRETOR DO SAMAE

PORTARIA 022/2017

PORTARIA SAMAE CNO 022/2017, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONTRATAR, em caráter temporário, OZIEL DE CAMARGO, para o cargo de Operador de Máquinas, Padrão 5, Nível - 1, do quadro de pessoal desta Autarquia, à contar desta data com os vencimentos de Lei.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen

Diretor do SAMAE

PORTARIA 023/2017

PORTARIA SAMAE CNO 023/2017, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONTRATAR, em caráter temporário, ARGEU GONÇALVES THIBES, para o cargo de Operador de Máquinas, Padrão 5, Nível - 1, do quadro de pessoal desta Autarquia, à contar desta data com os vencimentos de Lei.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen

Diretor do SAMAE

PORTARIA 024/2017

PORTARIA SAMAE CNO 024/2017, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONTRATAR, em caráter temporário, JANEÍSE DE LORENSI, para o

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº 043/2017

PORTARIA Nº 043/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e XII da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, e artigo 1º, inciso I, da Lei nº 3.817 de 28/03/2005, resolve:

**NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE
PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Art. 1º - Fica nomeado ILDEMAR JOSÉ WEINERT para exercer o cargo de provimento em comissão de Supervisor – I, junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a partir de 12/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 050/2017

PORTARIA Nº. 050/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora ADRIANA FARIAS, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 23/01/2017 a 21/02/2017, conforme Comunicação Interna nº 019/DP/2017.

Art. 2º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias à servidora CARLA ADRIANA FLENIK RIBEIRO DA SILVA, efetivo no cargo de Enfermeira, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 24/01/2017 a 07/02/2017, conforme Comunicação Interna nº 019/DP/2017.

Art. 3º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias à servidora CLAUDIA SUDBRACK FONTANA, efetivo no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 06/02/2017 a 25/02/2017, conforme Comunicação Interna nº 019/DP/2017.

DP/2017.

Art. 4º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor CLAUDIO ROGERIO WERKA, efetivo no cargo de Médico, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 16/02/2017 a 07/03/2017, conforme Comunicação Interna nº 019/DP/2017.

Art. 5º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora DAMARIS APARECIDA DE CASSIA KRUL PIRES, efetivo no cargo de Farmacêutica, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 01/02/2017 a 10/02/2017, conforme Comunicação Interna nº 019/DP/2017.

Art. 6º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora DEBHORAH CASTELO BRANCO FURTADO, efetivo no cargo de Fisioterapeuta, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 26/01/2017 a 24/02/2017, conforme Comunicação Interna nº 019/DP/2017.

Art. 7º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora DIONEIA SCHWED, efetivo no cargo de Auxiliar de Gestão, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 01/02/2017 a 02/03/2017, conforme Comunicação Interna nº 019/DP/2017.

Art. 8º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor GLAUCIO DE MEIRA COLAÇO, efetivo no cargo de Agente de Combate às Endemias, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 06/02/2017 a 07/03/2017, conforme Comunicação Interna nº 019/DP/2017.

Art. 9º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias à servidora LOIZETE NEPOMUCENO PINTO, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 06/02/2017 a 20/02/2017, conforme Comunicação Interna nº 019/DP/2017.

Art. 10º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora MARCIA SIMONE DE NOVAIS, efetivo no cargo de Técnico de Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 23/01/2017 a 21/02/2017, conforme Comunicação Interna nº 019/DP/2017.

Art. 11º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias à servidora MARIA SILDETE GLEVINSKI WALDMANN, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 23/01/2017 a 06/02/2017, conforme Comunicação Interna nº 019/DP/2017.

Art. 12º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora MARILEI KURCESZKI KUMINECK, efetivo no cargo de Técnico em Administração, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 25/01/2017 a 03/02/2017, conforme Comunicação Interna nº 019/DP/2017.

Art. 13º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias à servidora MARILIN ROSANA MUNHOZ DA SILVA WERKA, efetivo no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente

ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 25/01/2017 a 13/02/2017, conforme Comunicação Interna nº 019/DP/2017.

Art. 14º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora PATRICIA MOREIRA ICKER, efetivo no cargo de Técnico de Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 30/01/2017 a 08/02/2017, conforme Comunicação Interna nº 019/DP/2017.

Art. 15º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias ao servidor ALVACIR ANTONIO MARCONDES, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 16/01/2017 a 30/01/2017, conforme Comunicação Interna nº 019/DP/2017.

Art. 16º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de janeiro de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 051/2017

PORTARIA Nº. 051/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora ANA MARIA ROHRBACHER, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 23/01/2017 a 01/02/2017, conforme Comunicação Interna nº 020/DP/2017.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora CLEONICE DA SILVEIRA VOIGT, efetivo no cargo de Auditor Fiscal, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 01/02/2017 a 10/02/2017, conforme Comunicação Interna nº 020/DP/2017.

Art. 3º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias ao servidor GLAUCIO EMILIO DE PAULA E SILVA, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 23/01/2017 a 06/02/2017, conforme Comunicação Interna nº 020/DP/2017.

Art. 4º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor JOSNEI ODIRCELIO ALVES, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 16/01/2017 a 25/01/2017, conforme Comunicação Interna nº 020/DP/2017.

Art. 5º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora MARILEI DE J. PEREIRA SCHLICKMANN, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 16/01/2017 a 14/02/2017, conforme Comunicação Interna nº 020/DP/2017.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de janeiro de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 052/2017

PORTARIA Nº. 052/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora SEBILA DE FÁTIMA DE MELO GOGOLA, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 26/01/2017 a 24/02/2017, conforme Comunicação Interna nº 021/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de janeiro de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 053/2017

PORTARIA Nº 053/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e XII da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, e artigo 1º, inciso V, da Lei nº 3.795 de 20/01/2005, resolve:

**NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE
PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Art. 1º - Fica nomeado RICARDO SOUZA DE OLIVEIRA, para

exercer o cargo de provimento em comissão de Supervisor III, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 18/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 054/2017

PORTARIA Nº 054/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e XII da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, e artigo 1º, da Lei nº 2.830 de 11/03/1997, resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica nomeada JULIANA DAMAS DA SILVEIRA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 18/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 055/2017

PORTARIA Nº 055/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e XII da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, e artigo 1º, da Lei nº 2.830 de 11/03/1997, resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica nomeada TÂNIA MARA BOING RAMOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, junto a

Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 18/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 056/2017

PORTARIA Nº. 056/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias à servidora LILI NIZER, efetivo no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 23/01/2017 a 06/02/2017, conforme Comunicação Interna nº 023/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 057/2017

PORTARIA Nº. 057/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação à servidora SILVANE DE SOUZA LEITE, efetiva no cargo de Professor – ACT- Educação Física, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 17/01/2017 a 16/05/2017, conforme Atestado Médico anexo ao Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de janeiro de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 058/2017

PORTARIA Nº 058/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e XII da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, e artigo 1º, inciso II, da Lei nº 3.847 de 30/06/2005, resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE
PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica nomeado PAULO AUGUSTO MACHADO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Supervisor II, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 19/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de janeiro de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PUBLICAÇÃO DA ATA DE JULGAMENTO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÕES E CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº19/2016

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 185/2016, MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 19/2016, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NUM PERÍODO DE 205 DIAS LETIVOS NO ANO DE 2017, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS, POR NO MÁXIMO 60 MESES.

Aos 19 (dezenove) dias, do mês de janeiro do ano de 2017, às 09h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sra. Karina de Cassia Kohler Wendt e Sr. Diogo

Carlos Seidel, nomeados através da Portaria nº 013/2017, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ - EPP, representada pelo Sr. Rodrigo Dams, empresa BITUR TRANSPORTADORA TURÍSTICA LTDA, representada pelo Sr. Ilson Alberto Ravanello, empresa JUCIMAR NIZER TRANSPORTES LTDA representada pelo Sr. Jucimar Nizer Cruz. Estava presente também a Dra. Marina Haag, Assessoria Jurídica deste Município. Primeiramente foram verificados todos os protocolos afim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Em seguida foram rubricadas os envelopes de propostas de preços de todas as participantes, os quais foram acondicionados em envelope maior, que foi lacrado e rubricado pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Dando continuidade aos trabalhos foram abertos os envelopes contendo a documentação das empresas participantes, a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Os CNPJ de todas as empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que nenhuma das empresas participantes consta como inidônea no referido Portal. As empresas TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ - EPP e JUCIMAR NIZER TRANSPORTES LTDA participam da licitação na condição de ME/EPP. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou as empresas TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ - EPP, BITUR TRANSPORTADORA TURÍSTICA LTDA e JUCIMAR NIZER TRANSPORTES LTDA habilitadas no certame. As empresas assinaram o termo de renúncia referente fase de habilitação. Para proceder com o certame, ressaltou-se que para todas as empresas está claro, que até fase de habilitação o ano utilizado como base para os veículos é de até 21 anos, firmada através de declaração no item do 6.2.2.3 do Edital. A Comissão de Licitação decidiu proceder a abertura das propostas das empresas habilitadas no certame, quais sejam TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ - EPP, BITUR TRANSPORTADORA TURÍSTICA LTDA e JUCIMAR NIZER TRANSPORTES LTDA. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas, as quais estavam devidamente lacradas. Abertos os envelopes de propostas das empresas HABILITADAS, os valores ficaram assim distribuídos: em 1º a empresa TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ - EPP com o valor global de R\$ 3.506.841,10, valor km rodado R\$ 4,22, em 2º a empresa BITUR TRANSPORTADORA TURÍSTICA LTDA com o valor global de R\$ 3.697.972,25, valor km rodado R\$ 4,45 e em 3º a empresa JUCIMAR NIZER TRANSPORTES LTDA, com o valor global de R\$ 3.864.173,25, valor km rodado R\$ 4,65. O Sr. Ilson, representante de empresa Bitur, solicitou para constar o seguinte em ata: valor dos ônibus abaixo do valor de mercado e conforme especificado em orçamento detalhado do anexo II do Edital – estimativa de despesa; ainda sobre o Anexo II – orçamento detalhado, item II, subitem 2.2 – valor total dos pneus não coincide com a multiplicação de 200 unidades ao custo declarado de R\$ 1.200,00 cada sendo um total de R\$ 240.000,00, sendo declarado somente R\$ 140.000,00. No subitem 2.4 – outras despesas do mesmo documento, os item 3, 4, 5, 6 não condiz com a situação o regime tributário da empresa, o item 7 – taxa de administração também foi calculado acima de 5%, calculou-se R\$ 199.499,72 sendo que o valor correto com base na proposta de R\$ 3.506.841,10 seria de R\$ 175.342,05, ainda no quadro comparativo do mesmo documento no item 3 - estimativa de despesa e manutenção da frota, também está errado, lançou R\$ 948.500,00 seria o correto 1.048.500,00, todos esses valores alterados impactaram drasticamente ao resultado da proposta, bem como não trarão base para a manutenção da proposta e futuro pedido de reequilíbrio contratual, uma vez que esta claro uma imensidade de erros do anexo II – orçamento detalhado da proposta, ainda mencionou que elaborou sua proposta com base no anexo II – orçamento detalhado, considerando o item 19 das normas aplicáveis ao Edital, subitem 19.6 que prevê, quando da contratação, os veículos de transporte deverão apresentar

tempo máximo de 10 (dez) anos de uso, além de boas condições de uso e com todos os seus itens de segurança em perfeito estado de uso. O Sr. Jucimar representante da empresa Jucimar, solicitou para constar em ata e concordou com o exposto pelo Sr. Ilson e solicitou para constar sobre os itens 6.2.2 e 19.6 do Edital que descrevem sobre o ano do veículo, o qual está confuso, pois a empresa fez o orçamento detalhado de ônibus com no máximo 10 anos. O Sr. Rodrigo representante da empresa Transportes e Fretamento solicitou para constar que houve um pequeno erro de material e que como critério deveriam ter sido utilizado os itens 8.7 e 8.7 – a. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta, para interposição de possíveis recursos quanto a classificação das propostas. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Adilson Fernando Ribeiro Karina de Cassia Kohler Wendt Diogo Carlos Seidel

Presidente Secretária Membro

Dra. Marina Haag
Assessoria Jurídica

TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ – EPP
Sr. Rodrigo Dams

BITUR TRANSPORTADORA TURÍSTICA LTDA
Sr. Ilson Alberto Ravanello

JUCIMAR NIZER TRANSPORTES LTDA
Sr. Jucimar Nizer Cruz

no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.
Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 06/2017 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 08/2017
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 06/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 03/02/2017, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BATERIAS (ACUMULADORES DE ELETRICIDADE), DESTINADAS A FROTA DE VEÍCULOS, VANS, ÔNIBUS, AMBULÂNCIAS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 03/02/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 08/2017 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 10/2017
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 08/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 06/02/2017, às 09h05min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DE CARNÊS, PARA PAGAMENTO DO IPTU 2017, MONTADOS, SERRILHADOS, LOMBADOS, COM CÓDIGO DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 06/02/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 004/2017

DECRETO No 004, DE 5 DE JANEIRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.232, de 12 de dezembro de 2016, DECRETO

DECRETA:

Art. 1o Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0501.12.365.0060.2030	MANUTENÇÃO DO CENTRO UNIC DE EDUC INF	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-189	Aplicações Diretas	0319	00	R\$	5.000,00
44900000-190	Aplicações Diretas	0319	00	R\$	15.000,00
	Total	3019	00	R\$	20.000,00

Art. 2o Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1o deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1o, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2016, da Prefeitura Municipal de Capinzal, na fonte 0319 "Superávit Transferências do FUNDEB 40%", no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

Demonstrativo do Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Transferências do FUNDEB 40%	0319	00	R\$	20.000,00
Total	0319	00	R\$	20.000,00

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 5 de janeiro de 2017

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

HILÁRIO CHIAMOLERA

Secretário Interino da Administração e Finanças

DECRETO Nº 006/2017

DECRETO No 006, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 276.225,87 (duzentos e setenta e seis mil, duzentos e vinte e cinco reais e oitenta e sete centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.232, de 12 de dezembro de 2016, DECRETO

DECRETA:

Art. 1o Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 276.225,87 (duzentos e setenta e seis mil, duzentos e vinte e cinco reais e oitenta e sete centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PRÉESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-194	Aplicações Diretas	0319	00	R\$	276.225,87
	Total	3019	00	R\$	276.225,87

Art. 2o Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1o deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1o, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2016, da Prefeitura Municipal de Capinzal, na fonte 0319 "Superávit Transferências do FUNDEB 40%", no valor de R\$ 276.225,87 (duzentos e setenta e seis mil, duzentos e vinte e cinco reais e oitenta e sete centavos), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

Demonstrativo do Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Transferências do FUNDEB 40%	0319	00	R\$	276.225,87
Total	0319	00	R\$	276.225,87

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 16 de janeiro de 2017

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

HILÁRIO CHIAMOLERA

Secretário Interino da Administração e Finanças

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0004/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0003/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0004/2017

Dispensa de Licitação Nº 0003/2017

KAMILLE SARTORI BEAL, Secretária de Educação, Cultura e Esportes Interina, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório 0004/2017 conforme segue:

OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços de controle sanitário integrado no combate a pragas urbanas, englobando: Desinsetização e Desratização nas dependências internas das edificações da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes (Centros Municipais de Educação Infantil, Creches, Pré-Escolas e Escolas do Ensino Fundamental) para o exercício de 2017. Com recursos Federais, Estaduais e Municipais

FORNECEDOR

Item	Qtde	Unid	Identificação do Local	Descrição do Serviço e Local	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	550,00	m²	CENTRO EDUCACIONAL PREFEITO CELSO FARINA. Endereço: Rua Ernesto Hachmann, nº 505, Centro.	DESINSETIZAÇÃO de alguns espaços internos, do primeiro e segundo pavimento, conforme indicação: cozinhas, depósitos, banheiros (andar superior) e churrasqueira. IMPORTANTE: Os produtos utilizados nas aplicações deverão ter no mínimo as seguintes características: a) Não causarem manchas; b) Serem antialérgicos; c) Tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação; d) Serem inofensivos a saúde humana.	DESINSETIZADORA CAPINZALENSE	0,68	374,00
2	300,00	m²	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL FADA MADRINHA Endereço: Localidade de Barro Preto, interior.	DESINSETIZAÇÃO de todo o espaço físico interno. IMPORTANTE: Os produtos utilizados nas aplicações deverão ter no mínimo as seguintes características: a) Não causarem manchas; b) Serem antialérgicos; c) Tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação; d) Serem inofensivos a saúde humana.	DESINSETIZADORA CAPINZALENSE	0,68	204,00

3	1.800,00	m²	ESCOLA MUNICIPAL BERNARDO MORO SO- BRINHO Endereço: Rua Danilo Galileu C. Piccoli, nº 400, Loteamento 07 de Julho, Bairro São Cristóvão.	DESINSETIZAÇÃO de todo o espaço físico interno. IMPORTANTE: Os produtos utilizados nas aplicações deverão ter no mínimo as seguintes características: a) Não causarem manchas; b) Serem antialérgicos; c) Tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação; d) Serem inofensivos a saúde humana.	DESINSETIZADORA CAPIN- ZALENSE	0,68	1.224,00
4	636,00	m²	ESCOLA MUNICIPAL ERNESTO HACHMANN Endereço: Localidade de Barro Preto, interior.	DESINSETIZAÇÃO de todo o espaço físico interno. IMPORTANTE: Os produtos utilizados nas aplicações deverão ter no mínimo as seguintes características: a) Não causarem manchas; b) Serem antialérgicos; c) Tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação; d) Serem inofensivos a saúde humana.	DESINSETIZADORA CAPIN- ZALENSE	0,68	432,48
5	3.700,00	m²	ESCOLA MUNICIPAL VIVER E CONHECER Endereço: Rua Grácia Gramázio Pereira de Lima, Centro	DESINSETIZAÇÃO de todo o espaço físico interno (todos os pavimentos). IMPORTANTE: Os produtos utilizados nas aplicações deverão ter no mínimo as seguintes características: a) Não causarem manchas; b) Serem antialérgicos; c) Tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação; d) Serem inofensivos a saúde humana.	DESINSETIZADORA CAPIN- ZALENSE	0,68	2.516,00
6	05	Unid.	ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL (Escola Viver e Conhecer e Vilson Pedro Kleinubing) E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (Pinguinho de Gente e Conquistando Meu Espaço)	DESRATIZAÇÃO, com uso de raticida de ação anticoagulante através da utilização de iscas (acionadas em caixas especiais), peletizadas e parafinadas de pronto uso e pó de contato para combate aos ratos. A empresa deverá realizar o acompanhamento das iscas pelo período de 30 dias. IMPORTANTE: O material a ser utilizado na isca deverá ser eficaz, possuir um poder fulminante, com características de matar os roedores, não permitindo, assim, a circulação de ratos envenenados, bem como não permitir que os ratos, depois de mortos, vão à putrefação, exalando mau cheiro e venham a causar entupimentos nas tubulações.	DESINSETIZADORA CAPIN- ZALENSE	74,00	370,00
TOTAL							5.120,00

Prazo de realização dos serviços: em até 15 dias após a solicitação.

Forma de pagamento: à vista

Local de prestação dos serviços: conforme descrito em cada item.

Validade da proposta: 60 dias

Prazo de retirada: 60 dias

Prazo de vigência: 60 dias

IMPORTANTE:

1. A empresa especializada deve fornecer ao cliente o comprovante de execução de serviço contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I - nome do cliente;
- II - endereço do imóvel;
- III - praga(s) alvo;
- IV - data de execução dos serviços;
- V - prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;
- VI - grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);
- VII - nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);
- VIII - orientações pertinentes ao serviço executado;
- IX - nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;
- X - número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e
- XI - identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.

2. Não será permitida a utilização de produtos químicos que contenham a substância Organofosforado Clorpirifós, conforme determinação da ANVISA, através da RDC nº 206 de 23/08/2004.

3. Os produtos químicos domissanitários, utilizados na execução dos serviços, deverão estar devidamente registrados e liberados pelo Ministério da Saúde e demais normas vigentes.

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
Desinsetizadora Capinzalense LTDA – ME	6
5.120,00 (Cinco mil, cento e vinte reais)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

JUSTIFICATIVA

Considerando a existência de Lei Federal que constitui obrigatoriedade de higienização de desinsetização, desratização e controle de pragas urbanas, vetores e roedores nas escolas, repartições públicas e outras instituições;

Considerando que baratas, ratos, escorpiões e morcegos em forros, podem causar graves danos à saúde das crianças e da população.

Considerando que nosso município não contratou este serviço para Creches e escolas de Ensino Fundamental no ano de 2016, por medida de contenção de gastos;

Considerando que as aulas retornam em fevereiro e é necessário preparar o ambiente para recebe-los ainda no mês de janeiro, realizando este tipo de higienização;

Justificamos portanto a solicitação para que a contratação de empresa especializada aconteça em caráter de urgência.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de pesquisa de mercado, com quatro empresas e estipulado o valor mínimo apresentado.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 57 - Manutenção do Ensino Fundamental
Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 65 - ENSINO FUNDAMENTAL
Projeto/Atividade: 2.032 - Manutenção do Ensino Fundamental
Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 1 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Ed

Despesa: 81 - Manutenção das creches e pré - escolas
Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 60 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Projeto/Atividade: 2.029 - Manutenção das creches e pré - escolas
Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 1 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Ed

Despesa: 84 - Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil
Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 60 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Projeto/Atividade: 2.030 - Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil
Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 1 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Ed

Despesa: 50 - Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Es
Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 65 - ENSINO FUNDAMENTAL
Projeto/Atividade: 2.031 - Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Es
Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 1 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Ed

Despesa: 58 - Manutenção do Ensino Fundamental
Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 65 - ENSINO FUNDAMENTAL
Projeto/Atividade: 2.032 - Manutenção do Ensino Fundamental
Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 58 - Salário Educação

Despesa: 82 - Manutenção das creches e pré - escolas
Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 60 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Projeto/Atividade: 2.029 - Manutenção das creches e pré - escolas
Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 58 - Salário Educação

Despesa: 102 - Manutenção do Centro Educacional
Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Unidade: 2 - DIRETORIA DE CULTURA
Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 95 - RAIZES CULTURAIS
Projeto/Atividade: 2.053 - Manutenção do Centro Educacional
Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 19 de Janeiro de 2017

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes Interina

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0005/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0004/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2017

Dispensa de Licitação Nº 0004/2017

KAMILLE SARTORI BEAL, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes Interina, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório 0005/2017 conforme segue:

OBJETO

Locação de imóvel destinado à Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, para abrigar a Extensão do Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, onde atenderá a faixa etária de 03 à 05 anos - Pré-Escolar.

FORNECEDOR

Item	Qdade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
01	12	Mês	Locação de imóvel destinado a Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, para abrigar a Extensão do Centro Municipal de Educação Pinguinho de Gente, onde atenderá a faixa etária de 03 à 05 anos - Pré-Escolar, localizado na Rua Alexandre Thomazoni, Centro, na Cidade de Capinzal, sendo parte do terreno de 6.704,76 m², portanto 1.416,545 m², contendo uma edificação com 01 (um) pavimento, com área construída de 756,945 m² e 659,60 m² de área de pátio, de propriedade de Proativa Madeiras Ltda.	PROATIVA	6.660,00	79.200,00
TOTAL						79.200,00

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
Proativa Madeiras LTDA EPP	01
79.200,00 (Setenta e nove mil e duzentos reais)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94
Art. 24. É dispensável a Licitação:

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

- I. Em atendimento ao Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do Inquérito Civil nº 06.2012.0002891-2;
- II. Pelo fato de o imóvel estar situado em local de fácil acesso;
- III. O imóvel possui condições de abrigar as 08 (oito) salas de Pré-Escolar e ainda dispõe de espaço amplo para abrigar a cozinha, refeitório, secretaria e sala de professores, já que no mesmo local, funcionava uma escola;
- IV. O imóvel tem toda a estrutura física adequada para continuar abrigando o Centro de Educação Infantil, pois durante os anos de 2015 e 2016, conforme necessário recebeu melhorias em toda a sua estrutura;

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O preço para a locação praticado está conforme Laudo de Avaliação.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 82 - Manutenção das creches e pré - escolas
Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 60 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Projeto/Atividade: 2.029 - Manutenção das creches e pré - escolas
Elemento: 33903910000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 58 - Salário Educação

Despesa: 81 - Manutenção das creches e pré - escolas
Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 60 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Projeto/Atividade: 2.029 - Manutenção das creches e pré - escolas
Elemento: 33903910000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 1 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Ed

Despesa: 84 - Manutenção do Centro Municipal de Educação Infanti
Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 60 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Projeto/Atividade: 2.030 - Manutenção do Centro Municipal de Educação Infanti
Elemento: 33903910000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 1 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Ed

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 19 de Janeiro de 2017

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes Interina

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0006/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0002/2017 **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0006/2017
Pregão Presencial Nº 0002/2017

OBJETO: Contratação de empresa para realização de serviços de Transporte Escolar. Com recursos Federais, Estaduais e Municipais.

Observação:

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 09:00 horas do dia 02/02/2017, para abertura da Seção às 09:05 horas do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zócoli, 155 - Centro.
Horário: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
Telefone: (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.
No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

Capinzal, 20 de Janeiro de 2017.

ANA PAULA ENDERLE
Pregoeira

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0007/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0003/2017
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0007/2017
Pregão Presencial Nº 0003/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para realização de serviços de transporte para as Escolas Agrotécnicas de Concórdia e Água Doce, em eventual substituição a veículos da frota e para viagens pedagógicas. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 03/02/2017.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zócolli, 155 - Centro.
Horário: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Telefone: (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

Capinzal, 20 de Janeiro de 2017.

ANA PAULA ENDERLE
Pregoeira

RESOLUÇÃO Nº 001/2017 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 01/2017

Dispõe sobre a aprovação da reprogramação de saldos financeiros oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 19 de janeiro de 2017, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal nº 187/2015, e

Considerando a Lei n.º 8.742/93, LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social;

Considerando a Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011;

Considerando o Decreto Estadual nº 547 de 17 de dezembro de 2015.

Resolve:

Art. 1º Aprova a reprogramação de saldos financeiros oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS conforme segue:

Conta Banco	Descrição	Saldo R\$
46.604-2	PROGRAMA PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO ACESSUAS TRABALHO	126.089,20
46.613-1	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	94.937,37
46.612-3	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	100.429,14
46.611-5	MANUTENÇÃO DO ABRIGO CASA LAR	43.803,39
46.609-3	ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDSUAS	2.966,58
46.607-7	INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA - IGDBF	122,30
46.606-9	PROGRAMA BPC ESCOLA	1.447,73
42.416-1	FEAS SST CUSTEIO BÁSICA (SCFV)	22.135,78
	TOTAL	391.931,49

Valor total a ser reprogramado: R\$ 391.931,49 (trezentos e noventa e um mil, novecentos e trinta e um reais e quarenta e nove centavos).
Art. 3º Os recursos financeiros elencados, são oriundos do repasse do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para o Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal - FMAS no ano de 2016 e, não foram executados neste período, serão reprogramados para utilização em 2017, de acordo com o Plano de Ação e Aplicação referente a cada recurso apresentado a este Conselho.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal.

Capinzal (SC), 19 de janeiro de 2017.

DANIELA BORTOLI

Presidente

LUANA CRISTINA BALDO

Secretária

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/11/2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/11/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: AUTOMATIC IND. E COMERCIO DE EQUIP. ELETRI-
COS LTDA

CNPJ DO CONTRATADO: 76.576.198/0001-18

OBJETO: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº
CAO/45/2016, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

DATA DA ASSINATURA: 10/01/2017

VIGÊNCIA: 12/02/2017

Catanduvas

PREFEITURA

PORTARIA Nº 7.030 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA P/7030/16, de 19.12.2016

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Michel Cristoffer Favero, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) Que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 1160 horas.

RESOLVE:

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a) Michel Cristoffer Favero, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Nível CE-51-A, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-55 Ref F, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Agente Administrativo, NÍVEL CE-55 Ref."F", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos dele constante

Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01 de julho de 2016.

Catanduvas, 19 de dezembro de 2016

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/6560/15.

Caxambu do Sul

PREFEITURA

CONTRATO Nº 004/2017 PCS

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratado: GENTE SEGURADORA S/A.

Contrato nº: 004/2017 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FIRMAR CONTRATO DE SEGURO DE VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL E DEMAIS FUNDOS.

Data da Assinatura: 19/01/2017.

Vigência: 31/01/2018.

Valor do Contrato: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

DL 002-2017 FMS

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2017 FMS

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul - SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Janio Sadi Kulba Junior, Assessor Jurídico deste Município, que declarou dispensável a licitação, nos termos do CAPUT do Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, objetivando a PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL NO REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS PELO PRAZO DE SEIS MESES CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2016, MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 1/2016 ELABORADO PELO CIS-AMOSC, de conformidade com a lei 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações públicas, em favor das empresas A G KIENEN & CIA LTDA; ADISUL COMERCIAL LTDA EPP; AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME; AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA; ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA; ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; AR FIOREZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; AUROBINO PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA; BIOLAB SANUS FARMACEUTICA LTDA; CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA; CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS LTDA; CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA; DALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME; DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP; DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA; DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP; DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME; EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; ILG COMERCIAL LTDA ME; INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA; LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS LTDA; M.U. BACKES & CIA LTDA; MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA; MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA; MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA; MOCA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP; PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA; PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; S & R DISTRIBUIDORA LTDA; SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA; e VICTÓRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no valor total de R\$ 307.313,85 (trezentos e sete mil trezentos e treze reais e oitenta e cinco centavos).

Caxambu do Sul - SC, em 11 de janeiro de 2017.

GLAUBER BURTET,

Prefeito Municipal.

Celso Ramos**PREFEITURA****CONTRATO 1/2017**

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS
Relação dos Contratos

Seq. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
462	1/2017	12/01/2017	31/12/2017	7/2017	Não	10.200,00			AQUISIÇÃO DE RODA 1400X24 JM EQUIPAMENTOS LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE 4 UNIDADES DE RODA 1400X24 - COM FRISO - 10 FUROS PARA A PATROLA CASE 845B DA SECRETARIA DE OBRAS									
Total: 1									

Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº. 33.469, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº. 33.469, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.
Dispõe sobre alteração de Decreto Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. O caput do artigo 1º do Decreto n.º 19.150, de 28 de novembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública, como declarado está, para fins de desapropriação, amigável ou judicial, uma área de terras com 863,38m² (oitocentos e sessenta e três vírgula trinta e oito metros quadrados), dentro de uma área maior, com os vértices e coordenadas e mapa anexos, descrita na Matrícula Imobiliária nº 54.561, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, que consta pertencer a Recanto das Pedras Incorporações Ltda."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 02 de janeiro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 33.470, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº. 33.470, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.
Dispõe sobre alteração de Decreto Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. O caput do artigo 1º do Decreto n.º 20.568, de 27 de março de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica desapropriado, ordinária e diretamente por utilidade pública, como desapropriado está, por via amigável ou judicial, uma área de terras com 863,38m² (oitocentos e sessenta e três vírgula trinta e oito metros quadrados), dentro de uma área maior, com os vértices e coordenadas e mapa anexos, descrita na Matrícula Imobiliária nº 54.561, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, que consta pertencer a Recanto das Pedras Incorporações Ltda."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 02 de janeiro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 33.471, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº. 33.471, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Declara emergência em saúde pública.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e observando o disposto no § 4º do artigo 2º da Lei Federal nº. 8.745, de 9 de dezembro de 1993, no § 4º do artigo 2º da Lei Complementar nº 433, de 28 de fevereiro de 2011 e observando o disposto no artigo 3º do Decreto nº. 23.875, de 28 de março de 2011 e, CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o acesso a serviços de saúde para toda a população chapecoense; CONSIDERANDO o OF.GTES nº 001/2017 da Secretaria de Saúde; CONSIDERANDO que não existe em vigência Concurso Público ou Processo Seletivo para contratação de Farmacêutico,

DECRETA :

Art. 1º. Fica declarada emergência em saúde pública, caracterizada como a necessidade de repor com urgência a força de trabalho de unidades de saúde municipais.

Art. 2º. Ficam autorizadas as Secretarias de Coordenação de Governo e Gestão e de Saúde a efetuar a contratação de servidores públicos municipais para ocupar cargos de Farmacêutico, de forma temporária, prescindindo de processo seletivo e por prazo não superior de 06 (deis) meses, nos termos do Decreto nº. 23.875, de 28 de março de 2011.

Art. 3º. As contratações deverão obedecer ao disposto no Decreto nº. 23.875, de 28 de março de 2011 e a Lei Complementar nº. 433/11.

Art. 4º. Este Decreto terá vigência de 06 (seis) meses, a contar de 02 de janeiro de 2017.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 02 de janeiro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 33.472, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº. 33.472, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.
Dispõe sobre a revogação de Funções de Confiança.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e observando o disposto nas Leis Complementares nº. 130/01 e 132/01,

DECRETA :

Art. 1º. Ficam revogadas, a partir de 10 de janeiro de 2017, todas as Funções de Confiança, níveis FC-1, FC-2, FC-3, FC-4, FC-5 e FC-7, concedidas a servidores públicos municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 10 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 09 de janeiro de 2017.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 33.526, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº. 33.526, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Delega competência a servidores públicos municipais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei Complementar nº 498/12,

DECRETA :

Art. 1º. Fica delegada a competência para assinatura dos Contratos Administrativos e respectivos aditivos e Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS, referente a admissão de servidores e empregados públicos municipais em caráter temporário e por prazo indeterminado, dos Termos de Compromisso de Bolsa de Estágio e respectivos aditivos, e dos Termos de Compromisso de Gratificação de Incentivo à Qualificação Profissional, ao servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Gestão de Pessoal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 27.925/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 09 de janeiro de 2017.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 33.527, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº. 33.527, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Delega competência para assinatura de Termos de Convênio para estágio curricular e não curricular e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 498/12,

DECRETA :

Art. 1º. Fica delegada a competência para assinatura de Termos de Convênio e Termos Aditivos de Convênios destinados a realização de estágio curricular e não curricular no Município de Chapecó, ao servidor público municipal ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Gestão de Pessoal.

Parágrafo único. Na ausência do servidor público municipal ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Gestão Administrativa, assinará os Termos de Convênio e Termos Aditivos de Convênios, descritos no caput do artigo 1º deste Decreto, o servidor público municipal ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário de Coordenação de Governo e Gestão.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 09 de janeiro de 2017.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 33.528, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº. 33.528, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Delega competência que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica delegada a competência, aos servidores públicos municipais ocupantes dos cargos de provimento em comissão de Diretor de Tributos Mobiliários, de Diretor de Tributos Imobiliários e Secretário de Fazenda, para assinar Certidões de Dívida Ativa Municipal conjuntamente.

Parágrafo único. A Certidão de Dívida Ativa Municipal deverá conter, obrigatoriamente, a assinatura de dois dos servidores acima descritos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n.º 27.815/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 09 de janeiro de 2017.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 33.530, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº. 33.530, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Pregoeiros Oficiais do Município.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e o disposto no Decreto n.º 14.182, de 2 de março de 2005;

DECRETA :

Art. 1º. Ficam designados os servidores públicos municipais RIQUELMO BEDIN FILHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Administração e MAIANE OLDONI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Controle de Compras, para responderem pelas atribuições de Pregoeiros nos processos de licitação do Município, nas modalidades de Pregão Presencial e Pregão Eletrônico.

Art. 2º. Ficam designados para compor a equipe de apoio aos trabalhos de Pregão Presencial e de Pregão Eletrônico, os servidores abaixo descritos:

I – MARI CLÁUDIA WEIRICH;

II – PAULO MARCOS MIGNONI;

III - FERNANDO DE GASPERIN;

IV - ELENICE MARIA ZANINI TOLOTTI.

Art. 3º. Este Decreto terá vigência de 1 (um) ano a contar da data de sua publicação, com efeitos a contar de 06 de janeiro de 2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 09 de janeiro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 33.531, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº. 33.531, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Constitui e nomeia a Comissão Municipal Permanente de Licitações e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e o artigo 51 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores;

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Municipal Permanente de Licitações, com a incumbência de realizar a habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento e o processamento e julgamento das propostas pertinentes aos processos licitatórios.

Art. 2º. Ficam nomeados para comporem a Comissão Municipal Permanente de Licitações os servidores públicos municipais a seguir relacionados:

I – RIQUELMO BEDIN FILHO – Presidente;

II – MAIANE OLDONI – 1ª Secretária;

III – FERNANDO DE GASPERIN – 2º Secretário;

IV – MARI CLAUDIA WEIRICH - Membro;

V – ELENICE MARIA ZANINI TOLOTTI – Membro.

§ 1º. A Comissão deverá estar representada por no mínimo 03 (três) de seus membros em cada sessão, devendo esta ser coordenada preferencialmente:

a) pelo Presidente;

b) pelo 1º Secretário, na ausência do Presidente;

c) pelo 2º Secretário, na ausência dos anteriores.

§ 2º. Na ausência do Presidente as sessões transcorrerão normalmente, coordenadas pelos seus sucessores, conforme determinado no parágrafo anterior, devendo porém o Presidente no seu retorno vistar as atas das sessões em que esteve ausente, ratificando-as e assumindo solidariamente a responsabilidade pelos atos da Comissão.

Art. 3º. Ficam convalidados os atos praticados pela Comissão Municipal Permanente de Licitações, efetuados até a data de publicação do presente Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 06 de janeiro de 2017.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 31.926/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 09 de janeiro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 33.560, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº. 33.560, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

Regulamenta o Adicional de Responsabilidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01,

DECRETA :

Art. 1º. Aos servidores públicos municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, que desenvolverem atividades com nível de responsabilidade, será concedido Adicional de Responsabilidade - AR, de livre designação e dispensa, nos termos deste Decreto e da Subseção III da Seção III do Capítulo I do Título II, artigo 18-A da Lei Complementar nº 132, de 05 de dezembro de 2001.

§1º O Adicional de Responsabilidade - AR será de até 1.700,0000 UFRMs (um mil e setecentas Unidades Fiscais de Referência Municipal).

§2º O Adicional de Responsabilidade - AR será limitado ao valor correspondente a diferença entre o vencimento base do cargo de provimento em comissão nível DAS-2 e o vencimento base do cargo do servidor, observando o valor mínimo de 350,0000 UFRMs (trezentas e cinquenta Unidades Fiscais de Referência Municipal).

§ 3º O servidor público municipal que receber o adicional de que trata este artigo, não poderá receber adicional pela prestação de serviço extraordinário e Função de Confiança.

§ 4º Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal fixará o valor da Adicional de Responsabilidade - AR e as atribuições a serem desenvolvidas pelo servidor público municipal.

Art. 2º. Fica autorizada a concessão de até 100 (cem) Adicionais de Responsabilidade - AR.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 16 de janeiro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

EXTRATOS DE CONVÊNIOS E COMODATOS - 20/01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Secretaria de Articulação Institucional

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 001/2017

CONVENIENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó

CONVENIADO – Cooperativa Central Aurora Alimentos

OBJETO – Tem por objeto o presente convênio, o atendimento integral pelo Município às crianças de 04 (quatro) meses a 03 (três) anos de idade, em regime de 04 (quatro) horas e/ou 08 (oito) horas diárias, filhos(as) de funcionários da AURORA, proporcionando-lhes: educação, alimentação e recreação. O presente convênio não gera despesas para o Município de Chapecó.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio vigorará a partir de 05 de janeiro de 2017 até o dia 31 de Dezembro de 2017.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 03 de Janeiro de 2017 – Igor Antonio Giroto, Secretário de Educação, Mario Lanznaster, Presidente da Aurora, e Neivo Canton, Vice-Presidente da Aurora.

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 037/2016

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó

CONVENIADO– Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo – ASSUPERO, mantenedora da Universidade Paulista – UNIP ITERATIVA

OBJETO – O presente convênio consiste na concessão de Bolsas de Estágio a alunos regularmente matriculados e com frequência nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino, proporcionando a oportunidade de realização de estágio em função afim ao curso, na Prefeitura Municipal de Chapecó.

PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio terá validade a partir de 01 de janeiro de 2017, com término em 31 de Dezembro de 2020.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 13 de Dezembro de 2016 – Igor Antonio Giroto, Secretário da Educação, Hilário Kolba, Diretor de Gestão Administrativa, Fernando Di Genio Barbosa, Responsável pela Instituição..

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 028/2016

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó

CONVENIADO– Associação Educacional Frei Nivaldo Liebel - Asséfreni

OBJETO – O presente convênio consiste na concessão de Bolsas de Estágio a alunos regularmente matriculados e com frequência nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino, proporcionando a oportunidade de realização de estágio em função afim ao curso, na Prefeitura Municipal de Chapecó.

PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio terá validade a partir de 01 de janeiro de 2017, com término em 31 de Dezembro de 2020.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 13 de Dezembro de 2016 – Igor Antonio Giroto, Secretário da Educação, Hilário Kolba, Diretor de Gestão Administrativa, Anne Margareth Knapp Faé, Representante da instituição de Ensinos.

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 029/2016

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó

CONVENIADO– Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - Fundeste

OBJETO – O presente convênio consiste na concessão de Bolsas de Estágio a alunos regularmente matriculados e com frequência nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino, proporcionando a oportunidade de realização de estágio em função afim ao curso, na Prefeitura Municipal de Chapecó.

PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio terá validade a partir de 01 de janeiro de 2017, com término em 31 de Dezembro de 2020.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 13 de Dezembro de 2016 – Igor Antonio Giroto, Secretário da Educação, Hilário Kolba, Diretor de Gestão Administrativa, Ana Cristina Agnoletto, Responsável pela Instituição.

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 030/2016

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó

CONVENIADO– Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis – Zona Norte

OBJETO – O presente convênio consiste na concessão de Bolsas de Estágio a alunos regularmente matriculados e com frequência nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino, proporcionando a oportunidade de realização de estágio em função afim ao curso, na Prefeitura Municipal de Chapecó.

PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio terá validade a partir de 01 de janeiro de 2017, com término em 31 de Dezembro de 2020.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 13 de Dezembro de 2016 – Igor

Antonio Giroto, Secretário da Educação, Hilário Kolba, Diretor de Gestão Administrativa, Irani Rupolo, Responsável pela Instituição.

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 031/2016

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó

CONVENIADO– Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda - NEAD

OBJETO – O presente convênio consiste na concessão de Bolsas de Estágio a alunos regularmente matriculados e com frequência nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino, proporcionando a oportunidade de realização de estágio em função afim ao curso, na Prefeitura Municipal de Chapecó.

PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio terá validade a partir de 01 de janeiro de 2017, com término em 31 de Dezembro de 2020.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 13 de Dezembro de 2016 – Igor Antonio Giroto, Secretário da Educação, Hilário Kolba, Diretor de Gestão Administrativa, Herminio Kloc, Responsável pela Instituição.

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 032/2016

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó

CONVENIADO– Unidade Central de Educação Faem Faculdade Ltda - UCEFF

OBJETO – O presente convênio consiste na concessão de Bolsas de Estágio a alunos regularmente matriculados e com frequência nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino, proporcionando a oportunidade de realização de estágio em função afim ao curso, na Prefeitura Municipal de Chapecó.

PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio terá validade a partir de 01 de janeiro de 2017, com término em 31 de Dezembro de 2020.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 13 de Dezembro de 2016 – Igor Antonio Giroto, Secretário da Educação, Hilário Kolba, Diretor de Gestão Administrativa, Leandro Sorgato, Responsável pela Instituição.

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 033/2016

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó

CONVENIADO– Universidade Federal de Santa Maria

OBJETO – O presente convênio consiste na concessão de Bolsas de Estágio a alunos regularmente matriculados e com frequência nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino, proporcionando a oportunidade de realização de estágio em função afim ao curso, na Prefeitura Municipal de Chapecó.

PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio terá validade a partir de 01 de janeiro de 2017, com término em 31 de Dezembro de 2020.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 13 de Dezembro de 2016 – Igor Antonio Giroto, Secretário da Educação, Hilário Kolba, Diretor de Gestão Administrativa, Paulo Bayard Dias Gonçalves, Responsável pela Instituição.

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 034/2016

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó

CONVENIADO– Faculdade Educacional da Lapa - FAEL

OBJETO – O presente convênio consiste na concessão de Bolsas de Estágio a alunos regularmente matriculados e com frequência nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino, proporcionando a oportunidade de realização de estágio em função afim ao curso, na Prefeitura Municipal de Chapecó.

PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio terá validade a partir de 01 de janeiro de 2017, com término em 31 de Dezembro de 2020.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 13 de Dezembro de 2016 – Igor Antonio Giroto, Secretário da Educação, Hilário Kolba, Diretor de

Gestão Administrativa, Francisco Carlos Sardo, Responsável pela Instituição

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 035/2016

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó
CONVENIADO– Escola Técnica de Educação Profissional Dan Oliper S/S Ltda

OBJETO – O presente convênio consiste na concessão de Bolsas de Estágio a alunos regularmente matriculados e com frequência nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino, proporcionando a oportunidade de realização de estágio em função afim ao curso, na Prefeitura Municipal de Chapecó.

PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio terá validade a partir de 01 de janeiro de 2017, com término em 31 de Dezembro de 2020.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 13 de Dezembro de 2016 – Igor Antonio Giroto, Secretário da Educação, Hilário Kolba, Diretor de Gestão Administrativa, Camila Delai Schneider, Responsável pela Instituição.

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 037/2016

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó
CONVENIADO– Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo – ASSUPERO, mantenedora da Universidade Paulista – UNIP ITERATIVA

OBJETO – O presente convênio consiste na concessão de Bolsas de Estágio a alunos regularmente matriculados e com frequência nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino, proporcionando a oportunidade de realização de estágio em função afim ao curso, na Prefeitura Municipal de Chapecó.

PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio terá validade a partir de 01 de janeiro de 2017, com término em 31 de Dezembro de 2020.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 13 de Dezembro de 2016 – Igor Antonio Giroto, Secretário da Educação, Hilário Kolba, Diretor de Gestão Administrativa, Fernando Di Genio Barbosa, Responsável pela Instituição..

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 047/2016

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó
CONVENIADO– serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI

OBJETO – O objeto do presente convênio consiste na concessão de Bolsas de Estágio a alunos regularmente matriculados e com frequência nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino, proporcionando a oportunidade de realização de estágio em função afins ao curso, na Prefeitura Municipal de Chapecó.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio terá validade a partir de 01 de janeiro de 2017, com término em 31 de Dezembro de 2020. Podendo ser renovado, mediante a lavratura de Termo Aditivo.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 13 de Dezembro de 2016 – Hilário Kolba, Diretor de Gestão Administrativa, Igor Antonio Giroto, Secretário de Educação, Jeferson de Oliveira Gomes, Responsável pela Instituição.

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 038/2016

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó
CONVENIADO– Sociedade Civil de Educação da Grande Dourados - Unigran

OBJETO – O presente convênio consiste na concessão de Bolsas de Estágio a alunos regularmente matriculados e com frequência nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino, proporcionando a oportunidade de realização de estágio em função afim ao curso, na Prefeitura Municipal de Chapecó.

PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio terá validade a partir de 01 de janeiro de 2017, com término em 31 de Dezembro de 2020.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 13 de Dezembro de 2016 – Igor Antonio Giroto, Secretário da Educação, Hilário Kolba, Diretor de Gestão Administrativa, Rosa Maria D'Amato De Dea, Responsável pela Instituição..

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 039/2016

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó
CONVENIADO– Fundação de Apoio a Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul - FAEPSUL

OBJETO – O presente convênio consiste na concessão de Bolsas de Estágio a alunos regularmente matriculados e com frequência nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino, proporcionando a oportunidade de realização de estágio em função afim ao curso, na Prefeitura Municipal de Chapecó.

PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio terá validade a partir de 01 de janeiro de 2017, com término em 31 de Dezembro de 2020.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 13 de Dezembro de 2016 – Igor Antonio Giroto, Secretário da Educação, Hilário Kolba, Diretor de Gestão Administrativa, Fabiano Ceretta, Responsável pela Instituição..

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 040/2016

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó
CONVENIADO– Fundação Universidade Do Oeste de Santa Catarina - FUNOESC

OBJETO – O presente convênio consiste na concessão de Bolsas de Estágio a alunos regularmente matriculados e com frequência nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino, proporcionando a oportunidade de realização de estágio em função afim ao curso, na Prefeitura Municipal de Chapecó.

PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio terá validade a partir de 01 de janeiro de 2017, com término em 31 de Dezembro de 2020.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 13 de Dezembro de 2016 – Igor Antonio Giroto, Secretário da Educação, Hilário Kolba, Diretor de Gestão Administrativa, Aristides Cimadon, Responsável pela Instituição..

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 041/2016

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó
CONVENIADO– Universidade Federal Fronteira Sul – UFFS

OBJETO – O presente convênio consiste na concessão de Bolsas de Estágio a alunos regularmente matriculados e com frequência nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino, proporcionando a oportunidade de realização de estágio em função afim ao curso, na Prefeitura Municipal de Chapecó.

PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio terá validade a partir de 01 de janeiro de 2017, com término em 31 de Dezembro de 2020.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 13 de Dezembro de 2016 – Igor Antonio Giroto, Secretário da Educação, Hilário Kolba, Diretor de Gestão Administrativa, Jaime Giolo, Responsável pela Instituição..

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 042/2016

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó
CONVENIADO– Universidade Paranaense - UNIPAR

OBJETO – O presente convênio consiste na concessão de Bolsas de Estágio a alunos regularmente matriculados e com frequência nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino, proporcionando a oportunidade de realização de estágio em função afim ao curso, na Prefeitura Municipal de Chapecó.

PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio terá validade a partir de 01 de janeiro de 2017, com término em 31 de Dezembro de 2020.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 13 de Dezembro de 2016 – Igor Antonio Giroto, Secretário da Educação, Hilário Kolba, Diretor de Gestão Administrativa, Neiva Pavan Machado Garcia, Responsável pela Instituição..

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 043/2016

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó
CONVENIADO– Centsc – Centro Catarinense de Formação Técnica Ltda

OBJETO – O presente convênio consiste na concessão de Bolsas de Estágio a alunos regularmente matriculados e com frequência nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino, proporcionando a oportunidade de realização de estágio em função afim ao curso, na Prefeitura Municipal de Chapecó.

PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio terá validade a partir de 01 de janeiro de 2017, com término em 31 de Dezembro de 2020.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 13 de Dezembro de 2016 – Igor Antonio Giroto, Secretário da Educação, Hilário Kolba, Diretor de Gestão Administrativa, Luci de Silveira Scalvi, Responsável pela Instituição..

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 044/2016

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó

CONVENIADO– Uninter Educacional S.A.

OBJETO – O presente convênio consiste na concessão de Bolsas de Estágio a alunos regularmente matriculados e com frequência nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino, proporcionando a oportunidade de realização de estágio em função afim ao curso, na Prefeitura Municipal de Chapecó.

PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio terá validade a partir de 01 de janeiro de 2017, com término em 31 de Dezembro de 2020.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 13 de Dezembro de 2016 – Igor Antonio Giroto, Secretário da Educação, Hilário Kolba, Diretor de Gestão Administrativa, Cristófer Adônis da Cruz, Responsável pela Instituição..

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 045/2016

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó

CONVENIADO– Cooperativa de Educação de Professores e Especialistas - Cooepe.

OBJETO – O presente convênio consiste na concessão de Bolsas de Estágio a alunos regularmente matriculados e com frequência nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino, proporcionando a oportunidade de realização de estágio em função afim ao curso, na Prefeitura Municipal de Chapecó.

PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio terá validade a partir de 01 de janeiro de 2017, com término em 31 de Dezembro de 2020.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 13 de Dezembro de 2016 – Igor Antonio Giroto, Secretário da Educação, Hilário Kolba, Diretor de Gestão Administrativa, Maria Aparecida Rossi Faggion, Responsável pela Instituição..

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 046/2016

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó

CONVENIADO– Editora e Distribuidora Educacional S/A

OBJETO – O objeto do presente convênio consiste na concessão de Bolsas de Estágio a alunos regularmente matriculados e com frequência nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino, proporcionando a oportunidade de realização de estágio em função

afins ao curso, na Prefeitura Municipal de Chapecó.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio terá validade a partir de 01 de janeiro de 2017, com término em 31 de Dezembro de 2020. Podendo ser renovado, mediante a lavratura de Termo Aditivo.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 13 de Dezembro de 2016 – Hilário Kolba, Diretor de Gestão Administrativa, Igor Antonio Giroto, Secretário de Educação, Maria Isabel Andrade Cogo, Responsável Universidade Norte do Paraná.

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 048/2016

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó

CONVENIADO– Sociedade de Educação, Cultura e Tecnologia São Fidelis Ltda - EPP

OBJETO – O objeto do presente convênio consiste na concessão de Bolsas de Estágio a alunos regularmente matriculados e com frequência nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino, proporcionando a oportunidade de realização de estágio em função afins ao curso, na Prefeitura Municipal de Chapecó.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio terá validade a partir de 01 de janeiro de 2017, com término em 31 de Dezembro de 2020. Podendo ser renovado, mediante a lavratura de Termo Aditivo.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 13 de Dezembro de 2016 – Hilário Kolba, Diretor de Gestão Administrativa, Igor Antonio Giroto, Secretário de Educação, Sandra Albino Albano, Responsável pela Instituição.

EXTRATO DO CONTRATO DE COMODATO Nº 004/2016

COMANDATÁRIO – Prefeitura Municipal de Chapecó.

COMODANTE– Cesarlei Dal Pra

OBJETO – O comodante, arrendatário do imóvel rural, localizado na Linha água Amarela, neste Município de Chapecó, estado de Santa Catarina, com área total de 72.600m2, registrado no Incra sob nº 815071054046-3, contendo uma fonte de água, dá em comodato ao Município, o referido imóvel.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – A vigência deste comodato compreende de 01 de Janeiro de 2017 até 31 de Dezembro de 2018, prorrogável por acordo entre as partes através de Termo Aditivo.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 25 de novembro de 2016 – Igor Antonio Giroto, Secretário de Educação, Cesarlei Dal Pra, Comodante.

EXTRATO DO CONTRATO DE COMODATO Nº 001/2016

COMANDATÁRIO – Prefeitura Municipal de Chapecó.

COMODANTE– Antoninho José Munarini

OBJETO – O comodante, legítimo proprietário do imóvel rural, localizado na Linha Faxinal dos Rosas, neste Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, com área superficial de 75.957m2m registrado no Incra sob nº 094.448.170-97, cede ao Município de Chapecó o direito de usufruir da água do referido imóvel.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – A vigência deste comodato compreende de 01 de Janeiro de 2017 até 31 de Dezembro de 2018, prorrogável por acordo entre as partes através de Termo Aditivo.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 25 de novembro de 2016 – Igor Antonio Giroto, Secretário de Educação, Antoninho Jose Munarini, Comodante.

EXTRATO DO CONTRATO DE COMODATO Nº 002/2016

COMANDATÁRIO – Prefeitura Municipal de Chapecó.

COMODANTE– Wilson Antonio Peruzzo

OBJETO – O comodante, arrendatário do imóvel rural, localizado na Comunidade Alto da Serra, neste Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, com área total de 5.800,00m2, registrado no Incra sob nº 815071018902-2, contendo uma fonte de água, dá

em comodato ao Município, o referido imóvel.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – A vigência deste comodato compreende de 01 de Janeiro de 2017 até 31 de Dezembro de 2018, prorrogável por acordo entre as partes através de Termo Aditivo.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 25 de novembro de 2016 – Igor Antonio Giroto, Secretário de Educação, Wilson Antônio Peruzzo, Comodante.

EXTRATO DO CONTRATO DE COMODATO Nº 003/2016

COMANDATÁRIO – Prefeitura Municipal de Chapecó.

COMODANTE– Mauro Cesar Bellé

OBJETO – O comodante, legítimo proprietário do imóvel rural, localizado na Linha Batistello, neste Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, com área superficial de 127.050m², registrado no Incra sob nº 815071033308-5, cede ao Município, o direito de usufruir da água do referido imóvel.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – A vigência deste comodato compreende de 01 de Janeiro de 2017 até 31 de Dezembro de 2018, prorrogável por acordo entre as partes através de Termo Aditivo.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 25 de novembro de 2016 – Igor Antonio Giroto, Secretário de Educação, Mauro Cesar Bellé, Comodante.

RESUMO DE DECRETOS - 20/01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
--

RESUMO DE DECRETOS

NÚ-MERO	DATA DO ATO	ASSUNTO
33473	09/01/2017	Exoneração de DIRCEU CECCHIN
33474	09/01/2017	Nomeação de DIRCEU MIOTTO
33475	09/01/2017	Nomeação de HILÁRIO KOLBA
33476	09/01/2017	Nomeação de OSMAR QUILANTE LUNARDELLI
33477	09/01/2017	Nomeação de FERNANDO CORDEIRO DOS SANTOS
33478	09/01/2017	Nomeação de JOÃO MELODI BATISTA
33479	09/01/2017	Nomeação de MAURÍCIO LISE DA ROCHA
33480	09/01/2017	Nomeação de OSCAR ROSA
33481	09/01/2017	Nomeação de NEMÉSIO CARLOS DA SILVA
33482	09/01/2017	Nomeação de ANA MARIA GASPARIN
33483	09/01/2017	Nomeação de ROSELAINE BARBOZA VINHAS
33484	09/01/2017	Nomeação de SALETE ANTUNES FERREIRA GAVA
33485	09/01/2017	Nomeação de SUELI SUTILLI
33486	09/01/2017	Nomeação de FRANCIELLI GEISE PIRES DA SILVA
33487	09/01/2017	Nomeação de ROSANA SILVEIRA D'ÁVILA PEREIRA
33488	09/01/2017	Nomeação de JOICE MARIA VIVIAM
33489	09/01/2017	Nomeação de ROSANE EINEECK DE OLIVEIRA
33490	09/01/2017	Nomeação de MATHEUS GNOATTO
33491	09/01/2017	Exoneração, a pedido, de MARLETE BERNARDI
33492	09/01/2017	Exoneração, a pedido, de DEISI PIGOZZO NUNES
33493	09/01/2017	Exoneração, a pedido, de LUIS GUSTAVO SALDANHA BAZIUK
33494	09/01/2017	Exoneração, a pedido, de LUIZ ANDRE RAUPP
33495	09/01/2017	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 33.326, de 16 de novembro de 2016, que nomeou DANIEL BRITO ZANOLLI, para ocupar o cargo de Cirurgião Dentista, em virtude da não posse dentro do prazo legal

33496	09/01/2017	Revoga, nomeação da Conselheira Tutelar Suplente IVANIA MARIA HERMES, para responder pela função do Conselheiro Tutelar ELAINE MARIA APARECIDA DEFAVERI WERLANG, durante seu afastamento para tratamento médico
33497	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de ALECIO PIARDI BORGES
33498	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de ALEXSANDRO BARTZ PEREIRA
33499	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de BRUNO SOUZA VENDRUSCOLO
33500	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de CRISTIANO FERNANDO CANOVA
33501	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de DAVI BECKER
33502	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de EDERSON DOMINGOS DE BARROS
33503	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de ELVES TODESCHINI
33504	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de EVERTON TRINDADE TICZ
33505	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de FABIO DA SILVA
33506	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de FLAVIO BARBO CORDEIRO
33507	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de JEBERTON DALMORA
33508	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de JOLVANI PIGATTO
33509	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de LUIZ ANDRE RAUPP
33510	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de MAGNUS TOMAZI DE CALDAS
33511	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de PABLO HENRIQUE CERVI
33512	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de REINALDO CAVARZAN
33513	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de RENAN AUGUSTO FILIPPINI
33514	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de ROMARIO GORDANI
33515	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de LUIZ CARLOS RODRIGUES
33516	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de CLAUDECIR NORONHA DE FREITAS
33517	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de EDSON MARCOS BANDEIRA
33518	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de MARCELO GONÇALVES DO NASCIMENTO
33519	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de LUCIANA TALITA VAN NUETGEM
33520	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de ANGELINA BOUFLEUR DALINGHAUS
33521	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de LAURA PIOVESAN PIZANI
33522	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de MARCIANA ALEXANDRE
33523	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de ANA KAROLLINY TESTONI
33524	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de NICOLAS DANIEL ABREU
33525	09/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de MATEUS CAMPOS VENTURA
33529	09/01/2017	Nomeação de MAIANE OLDONI
33532	09/01/2017	Concede Licença Especial à servidora pública municipal ALINE GROSSONI MONTEIRO

33533	09/01/2017	<p>Revoga, a partir de sua edição, os seguintes Decretos Municipais:</p> <p>I - Decreto nº. 33.428, de 19 de dezembro de 2016, que nomeou no período de 02 de janeiro de 2017 a 16 de janeiro de 2017, a Conselheira Tutelar Suplente MARLOIVA DE FÁTIMA GOU-LART, para responder pela função da Conselheira Tutelar LAURITA CANOVA, durante seu período de férias;</p> <p>II - Decreto nº. 33.429, de 19 de dezembro de 2016, que nomeou no período de 17 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, a Conselheira Tutelar Suplente MARLOIVA DE FÁTIMA GOU-LART, para responder pela função da Conselheira Tutelar MARINEZ MARTINS DA SILVA, durante seu período de férias;</p> <p>III - Decreto nº. 33.430, de 19 de dezembro de 2016, que nomeou no período de 01 de fevereiro de 2017 a 15 de fevereiro de 2017, a Conselheira Tutelar Suplente MARLOIVA DE FÁTIMA GOU-LART, para responder pela função da Conselheira Tutelar FABIANE DE CONTO MAGRIN, durante seu período de férias;</p> <p>IV - Decreto nº. 33.431, de 19 de dezembro de 2016, que nomeou no período de 16 de fevereiro de 2017 a 02 de março de 2017, a Conselheira Tutelar Suplente MARLOIVA DE FÁTIMA GOU-LART, para responder pela função da Conselheira Tutelar MARIA ELIZABETE LOPES, durante seu período de férias;</p> <p>V - Decreto nº. 33.432, de 19 de dezembro de 2016, que nomeou no período de 06 de março de 2017 a 20 de março de 2017, a Conselheira Tutelar Suplente MARLOIVA DE FÁTIMA GOU-LART, para responder pela função da Conselheira Tutelar LUCILEI LONGO BARRO, durante seu período de férias.</p>	33547	16/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de KARYNI DANIELLY DA SILVA DA VILA
			33548	16/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de TAINÉ LOUISE SCHETTERT
			33549	16/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de MARIA CATARINA TESTON
			33550	16/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de ANA MARIA ZANCHET
			33551	16/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de MAYSIA ROCCO STAINSACK
			33552	16/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de MARIA TEREZA DE SOUZA SIMOES
			33553	16/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de KATIUSCIA WINCKLE MIGLIAVACCA
			33554	16/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de BEATRIZ RIGO SPERANDIO
			33555	16/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de EZEQUIEL FRAGOZO POMPEO
			33556	16/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de ADRIANO DE OLIVEIRA ABREU
			33557	16/01/2017	Exoneração, a pedido, de LUIZ CARLOS RODRIGUES
			33558	16/01/2017	Nomeação de MÁRCIA INÊS DANIELI
			33559	16/01/2017	Nomeação de SILVIA APARECIDA SCHUMANN RESTELLO
			33561	16/01/2017	Nomeação de ROBERTO CARLOS NOGUEIRA DOS SANTOS
			33562	16/01/2017	Nomeação de ORIDES ANTUNES
33534	09/01/2017	Nomeação da Conselheira Tutelar Suplente TANIA REGINA ROSA, para responder pela função da Conselheira Tutelar LAURITA CANOVA, durante seu período de férias			
33535	09/01/2017	Nomeação da Conselheira Tutelar Suplente TANIA REGINA ROSA, para responder pela função da Conselheira Tutelar MARINEZ MARTINS DA SILVA, durante seu período de férias			
33536	16/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de ALEXANDRE MENEGATTI			
33537	16/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de DANIEL DE LIMA			
33538	16/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de COSME LUIS DE ALMEIDA			
33539	16/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de GADIEGO CARARO RIBEIRO			
33540	16/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de SIDIMAR MARCIO GEREMIA			
33541	16/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de ROBERTO GOLISZEWSKI			
33542	16/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de RONEI BERNARDO			
33543	16/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de JAKSON RONALDO KREUTZ			
33544	16/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de VANESSA RAQUEL BENELLI CARLET			
33545	16/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de JUCINEIA ZANTEDESCHI CAMPAGNOLLO			
33546	16/01/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de ANA CLAUDIA ANSCHAU			

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 14/17

DECRETO SAF/ Nº. 14/2017, de 02 de janeiro de 2017.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.331, de 21 de dezembro de 2016, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – Secretaria de Educação, Esporte e Lazer e Cultura
1.019 – Aquisição de Veículos e Utilitários

4.4.90.00.00.00.00.00.0129 – Aplicações Diretas	R\$ 242.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0123 – Aplicações Diretas	R\$ 66.000,00

Órgão: 07 – Secretaria de Educação, Esporte e Lazer e Cultura
1.024 – Ampliação da Rede Física da Educação Básica

4.4.90.00.00.00.00.00.0198 – Aplicações Diretas	R\$ 26.389,00
---	---------------

TOTAL	R\$ 334.489,00
-------------	----------------

Parágrafo único. Fica suplementado o orçamento de 2017, nos termos do artigo 7º da Lei 4.320/64 e artigo 10 da Lei Orçamentária Anual Municipal n. 1.331, de 21 de dezembro de 2016, pelo superávit financeiro do exercício de 2016, de recursos vinculados fonte 19 – Fundeb 40%, disponíveis em c/c 10342-x, recursos 36 – Salário Educação, disponível em c/c 8365-8 e recursos fonte 32 – Transferências de Convênios Educação, disponíveis em c/c 14796-3, da agência 3072-4 do Banco Brasil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de janeiro de 2017.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 15/17

DECRETO SAF/ Nº. 15/2017, de 02 de janeiro de 2017.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.331, de 21 de dezembro de 2016, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 12 – Secretaria de Assistência Social
1.006 – Aquisição de Áreas e Construção de Moradias

4.4.90.00.00.00.00.00.0246 – Aplicações Diretas	R\$ 37.954,00
---	---------------

Órgão: 12 – Secretaria de Assistência Social
2.032 – Manutenção do Programa de Proteção Social Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.0247	R\$ 10.000,00
----------------------------	---------------

Órgão: 12 – Secretaria de Assistência Social
2.033 – Manutenção do Programa de Proteção Social Especial

3.1.90.00.00.00.00.00.0248	R\$ 10.000,00
----------------------------	---------------

TOTAL	R\$ 57.954,00
-------------	---------------

Parágrafo único. Fica suplementado o orçamento de 2017, nos termos do artigo 7º da Lei 4.320/64 e artigo 10 da Lei Orçamentária Anual Municipal n. 1.331, de 21 de dezembro de 2016, pelo superávit financeiro do exercício de 2016, de recursos vinculados fonte 006 – Recurso Diretamente Arrecadado disponíveis em c/c 15982-4, recursos 35 – Transferências do Sistema Único de Assistência Social, disponíveis em c/c 15870-4 e 15871-2, da agência 3072-4 do Banco Brasil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de janeiro de 2017.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 16/17

DECRETO SAF/Nº. 16/17, de 02 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve

DESIGNAR:

NILTON GONÇALVES, portador do CPF nº. 461.547.019-34, RG nº. 1.357.644, ao cargo em comissão de Diretor Superintendente Interino da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Cocal do Sul-FUNDAC, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de janeiro de 2017.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 17/17

DECRETO SAF/Nº. 17/17, de 02 de janeiro de 2017.

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 14, § 3º, da Lei nº 871, de 28 de dezembro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada MARIÁ SILVA REUS, Engenheira Ambiental, nomeada pelo Decreto SAF/N. 316/14, de 16 de junho de 2014, para o cargo em comissão de Diretor Operacional da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Cocal do Sul, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de janeiro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 18/17

DECRETO SAF/Nº. 18/17, de 10 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

FERNANDA BRUNEL DA SILVA, portadora do CPF nº. 056.073.019-58, Médica Veterinária, ACT 20 horas, para atuar na Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a partir de 16 de janeiro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de janeiro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 20/17

DECRETO SAF/Nº. 20/17, de 10 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei 658, de 14 de março de 2005, resolve:

NOMEAR:

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA, brasileira, maior, portadora do CPF nº. 029.283.289-39, RG nº. 3.615.150, para responder pelo cargo de DIRETOR DO SAMAE(Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto) de Cocal do Sul, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de janeiro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLÉDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 21/17

DECRETO SAF/N. 21/17, de 10 de janeiro de 2017.

DESIGNA ADVOGADO AO FIM A QUE SE DESTINA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com o § 1º, Art. 4º, da Lei n. 1.266, de 26 de agosto de 2015, resolve,

DESIGNAR:

Art. 1º Fica designado o advogado Rafael Uggioni Colombo, OAB/SC 24.206 – matrícula 3072, servidor público efetivo, do quadro permanente de pessoal do poder executivo para, juntamente com o Procurador-Geral do Município:

I - controlar as contas bancárias destinadas aos depósitos;

II - ter acesso à planilha on line e extratos bancários da conta bancária referida destinada aos depósitos e

III - fiscalizar o rateio dos valores.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de janeiro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 22/17

DECRETO SAF/Nº. 22/17, de 17 de janeiro de 2017.

EXONERA SERVIDOR POR ADERIR AO PDV- (Programa de Desligamento Voluntário).

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 265, de 18 de fevereiro de 1997, resolve,

EXONERAR A PEDIDO:

JOELMA CORREA, Servente de Limpeza, por aderir ao PDV – Programa de Desligamento Voluntário, nomeada por Concurso Público, através do Decreto SAF/Nº. 357/08, de 06 de maio de 2008, a partir de 18 de janeiro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 17 de janeiro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 23/17

DECRETO SAF/Nº. 23/17, de 17 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 61, de 03 de setembro de 2015, e CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme Edital nº 001/2015, de 20 de novembro de 2015, homologado através do Decreto SAF/

Nº 50/16, de 02 de fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o candidato aprovado no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, realizado de acordo com o Edital nº 001/2015, de 20 de novembro de 2015, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- a) comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital;
- e) comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital;
- f) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- g) declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;
- h) declaração negativa de acumulação de cargo público;
- i) atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;
- j) nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.

Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato à posse do cargo.

Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 17 de janeiro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

ANEXO ÚNICO

GARI I

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
2	251550	Juliano Honorato

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 17 de janeiro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 24/17

DECRETO SAF/Nº. 24/17, de 17 de janeiro de 2017.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE E REVISÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO - TABELA DE VALORES DE TERRENOS (PLANTA DE VALORES) DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve

DESIGNAR:

Art. 1º Ficam nomeados os membros da Comissão Especial de Revisão - Anexo IX, da Lei nº. 303, de 23 de dezembro de 1997 (Código Tributário) – Tabela de Valores e Terrenos (Planta de Valores), conforme abaixo discriminado:

CLEDIO FACHIN, Secretário de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas;
DIOGINIS CASTAGNEL, Procurador Geral do Município;
RAFAEL UGGIONI COLOMBO, Advogado;
ÉRICA FABRO OENING, Departamento de Tributação;
HOMERO DE BONA FILHO – Engenheiro Agrimensor;
PEDRINHO CAUDURO, Corretor de Imóveis;
ADILSON CONSTANCE DOS ANJOS, Corretor de Imóveis;
DALTON RENATO GALLI, Corretor de Imóveis;
ANTONIO JUSTINO, Corretor de Imóveis;
JHONYS PONCIANO, Corretor de Imóveis e
MOISES DOS SANTOS, Vereador.

Art. 2º O quorum mínimo para instalação da comissão e aprovação das matérias será de maioria simples.

Art. 3º Revoga-se o Decreto SAF/Nº. 246/16, de 04 de abril de 2016.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 17 de janeiro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N.19/17

DECRETO SAF/Nº. 19/17, de 10 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

CEDER:

FERNANDA BRUNEL DA SILVA, portadora do CPF nº. 056.073.019-58, Médica Veterinária, admitida em 10 de janeiro de 2017, à CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina-Cocal do Sul, com carga horária de 20 horas semanais, em substituição as titulares em gozo de férias, a partir de 16 de janeiro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de janeiro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL AB SRP Nº 4/2017 - PMC MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL AB Nº 4/2017 – PMC
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de madeiras (com tratamento químico), pregos, arames farpado e recozido para uso em pontes, pontilhões e pinguelas no interior do Município para o exercício de 2017 conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor preço por item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 06/02/2017.

Abertura: dia 07/02/2017 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 19 de janeiro de 2017.

JOÃO VALMOR REITEL
Secretário Municipal de Transportes

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO AB Nº 02/2017 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2017

O Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente torna público que ratificou o ato do Senhor Ademair Gerhardt, Diretor de Desenvolvimento Rural, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 02 de janeiro de 2017, para aquisição de peças e manutenção para veículos Strada PMC-344 e GOL PMC-364, da SEMADRA a favor da empresa Mecânica Nene Magro Ltda - ME, no valor total de R\$ 4.047,00 (quatro mil e quarenta e sete reais).

MAURO MARTINI
Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO 2707/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.707, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia BERNARDO CARLOS KNAACK FARAH RIBEIRO – Assessor Parlamentar.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor BERNARDO CARLOS KNAACK FARAH RIBEIRO, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-3, a partir do dia 16 de janeiro de 2017.

Concórdia, 16 de janeiro de 2017.

Artêmio Ortigara
Presidente

Anderson Guzzatto
Vice-Presidente

Mauro Acir Fretta
1º Secretário

Claiton Casagrande
2º Secretário

DECRETO 2708/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.708, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia MÔNICA CRISTINA BORELLA FERNANDES – Assessor Parlamentar.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora MÔNICA CRISTINA BORELLA FERNANDES, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-3, a partir do dia 16 de janeiro de 2017.

Concórdia, 16 de janeiro de 2017.

Artêmio Ortigara
Presidente

Anderson Guzzatto
Vice-Presidente

Mauro Acir Fretta
1º Secretário

Claiton Casagrande
2º Secretário

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 081/2017

DECRETO Nº081/2017, DE 18 DE JANEIRO DE 2017

"DESIGNA SERVIDOR (A) PARA COORDENAÇÃO E GESTÃO DO BOLSA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que o cargo lhe confere, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado a Servidora abaixo relacionada como Gestora do Bolsa Família:

I – RAFAELA REGINA PACÍFICO DEZEN, ocupante do cargo de Gerente de Proteção Social, como Gestora Municipal do Bolsa Família.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 082/2017

DECRETO Nº082/2017, DE 19 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal Sr. OSCAR BORSOI, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 01/02/2016 à 31/01/2017, que serão gozadas a partir do dia 23/01/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

OSCAR BORSOI Ciente em: ____/____/2017

DECRETO N. 083/2017

DECRETO Nº083/2017, DE 19 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal Sr. FELIPE DA SILVA, ocupante do cargo de Odontólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 10 (dez) dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 08/03/2016 à 07/03/2017, que serão gozadas a partir do dia 15/02/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FELIPE DA SILVA Ciente em: ____/____/2017

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 056/2017

DECRETO Nº. 056 DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELOS AVISOS PÚBLICOS PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS CONFORME AS NORMAS DA LEI MUNICIPAL Nº 612 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 038/2013 de 03/12/2013 e Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista a realização de Aviso Público, para preenchimento das necessidades de pessoal, em caráter temporário no Serviço Público Municipal, resolve:

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem, sob a Presidência do primeiro, a Comissão Responsável pelos Avisos Públicos para contratação de estagiários, junto à Secretaria Municipal de Educação, os servidores a seguir relacionados:

I – Neiva Terezinha Ghidini;

II – Maico Picetti;

III – Neimar Cassol;

Parágrafo único. Na ausência do Presidente fica indicado o servidor indicado no inciso II como eventual substituto.

Art. 2º A Comissão terá a competência para organizar, elaborar peças, coordenar, fiscalizar e deliberar sobre a realização do processo de Aviso Público.

Art. 3º A Comissão terá a competência para acompanhar todos os trabalhos relativos ao Aviso Público, avaliar e encaminhar, ao final do certame, a lista dos classificados ao Chefe do Executivo para homologação do resultado, sempre de acordo com o contido no edital de Aviso Público.

Art. 4º Compete, ainda, à Comissão realizar as inscrições dos candidatos, condicionando sua aprovação ao contido no edital do Aviso Público.

Art. 5º Compete à Comissão resolver sobre os casos omissos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 12 de Janeiro de 2017.

FABIANO JOTON
Vice-Prefeito Municipal
Conforme Decreto 002/2017

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secretário de administração planejamento e finanças.

DECRETO Nº 057/2017

DECRETO Nº. 057 DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO DE LEVANTAMENTO, ALIENAÇÃO, DEPRECIACÃO, REAVALIAÇÃO, DOAÇÕES E PROCESSO ADMINISTRATIVO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 109-D e Capítulo III da Lei Orgânica Municipal 2ª Edição 2005 Consolidada:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de levantamento, alienação, depreciação, reavaliação e de processo administrativo de Bens Móveis e Imóveis do Município de Coronel Martins, para o biênio 2017/2020, sob a presidência do primeiro, composta pelos seguintes membros abaixo relacionados:

- Eleanandro Amarante Diretor de Administração e Patrimônio;
- Giuvani Schuster Secretário de Administração, Planejamento e Finanças;
- Vinicius Smaniotto Auxiliar Administrativo;
- Marcos Vinicius Craco Motorista;
- Adelar José Pinheiro Auxiliar de Manutenção e Conservação;
- Claudete Conte Secretaria Municipal de Educação;
- Marcio Pozzer Motorista;
- Valderes Karacek Diretor Geral Saúde Pública.

Art. 2º A Comissão de Avaliação nomeada no artigo 1º, tem por finalidade realizar a avaliação quando necessário, para fins de incorporação, alienação, depreciação, reavaliação, e doação de bens móveis e imóveis do Município, e ao Município deverão apresentar o parecer conclusivo por escrito ao Poder Executivo Municipal, levando em consideração o estado de conservação.

§ 1º A Comissão, quando de inquérito administrativo por motivo de furto ou sumisso de bens permanentes, deverá apurar os fatos e apresentar o parecer conclusivo por escrito ao Poder Executivo Municipal e Jurídico.

§ 2º O Poder Executivo Municipal toma ciência do parecer conclusivo apurado pela Comissão e encaminha ao Setor de Patrimônio para tomar providências.

Art. 3º Os membros da Comissão não receberão qualquer tipo de remuneração, sendo considerado serviço de interesse público relevante, sendo que, os mesmos serão convocados de acordo com a necessidade e/ou ocorrência que necessite de avaliação.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,
em 12 de janeiro de 2017.
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças.

DECRETO Nº 058/2017

DECRETO Nº. 058, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

PROIBE LIGAÇÕES TELEFÔNICAS PARTICULARES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º Fica proibido, no âmbito da Administração Municipal, a utilização, pelos servidores, de linhas telefônicas fixas e móveis, pertencentes ao Município de Coronel Martins, a fim de originar ligações de cunho ou interesse particular.

Art. 2º Caso constatada a ocorrência de ligações de interesse particular, caberá ao Secretário do setor, tomar as devidas medidas legais cabíveis.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,
em 12 de Janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças.

DECRETO Nº 059/2017

DECRETO Nº. 059, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 à 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 23/01/2017 À 21/02/2017.

Nome Cargo Referência

Volnei Bottega Agente comunitário de saúde 01/09/2014 à 3/08/2015

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês, podendo haver alteração.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 12 de janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. de Adm. Planej. E Finanças

DECRETO Nº 060/2017

DECRETO Nº. 060, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 à 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 19/01/2017 À 17/02/2017.

Nome Cargo Referência

Lodacir Spricigo Motorista 01/08/2015 à 31/07/2016

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês, podendo haver alteração.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 12 de janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. de Adm. Planej. E Finanças

Corupá

PREFEITURA

LEI Nº. 2237 /2017 CRIA E DENOMINA “ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO JOSÉ” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº. 2237 /2017

CRIA E DENOMINA “ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO JOSÉ” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de Corupá, aprovou e ele sancionou a presente Lei Ordinária:

Art. 1º Fica criada a Escola Municipal de Ensino Fundamental, denominada “Escola Municipal de Ensino Fundamental São José”, localizada no perímetro urbano desta cidade, como órgão integrante do Sistema Municipal de Educação criado pela Lei Federal nº 13.005/2014 e ainda pela Lei Municipal nº 2199/2015 de 26 de Novembro de 2015, pertencente à estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A escola se destina a oferecer ensino de Educação Básica, visando o atendimento a alunos do Município de Corupá.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação do Município de Corupá.

Art. 4º Esta Lei tem seus efeitos retroativos a contar do dia 02 de Janeiro de 2017, para todos os fins e direitos, visando convalidar estudos e ações já implementadas na Unidade de Ensino, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

19 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e um dias do mês de dezembro de 2016.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.831/2017

DECRETO Nº 4.831/2017

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

DECRETA

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo, na forma autorizada pela Lei n. 5.833/2016

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL

20.606.0024.1030 AQUISIÇÃO DE MÁQ. E VEÍCULOS E IMPL. AGRÍCOLAS

4490000000.00.1034 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal, na forma autorizada pela Lei n. 5.833/2016, no montante de R\$ 194.431,00 (cento e noventa e quatro mil e quatrocentos e trinta reais centavos), a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL

20.606.0024.1030 AQUISIÇÃO DE MÁQ. VEÍCULOS E IMPL. AGRÍCOLAS

4490000000.00.1034 APLICAÇÕES DIRETAS
R\$ 194.431,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
.....R\$ 194.431,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado recursos proveniente do convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme contrato de repasse nº 833724/2016 do Orçamento Geral da União e parte dos recursos provenientes do convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, conforme Contrato de Repasse nº 795580/2013 do Orçamento Geral da União.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 02 de janeiro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dois dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.832/2017

DECRETO Nº 4.832/2017

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

DECRETA

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo, na forma autorizada pela Lei n. 5.833/2016

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA IND. COMÉRCIO E TURISMO

23.695.0023.1029 OBRAS NO PARQUE DE EXPOSIÇÃO

4490000000.00.1034 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal, na forma autorizada pela Lei n. 5.833/2016, no montante de R\$ 716.339,82 (setecentos e dezesseis mil trezentos e trinta e nove reais, oitenta e dois centavos), a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA IND. COMÉRCIO E TURISMO

23.695.0023.1029 OBRAS NO PARQUE DE EXPOSIÇÃO

4490000000.00.1034 APLICAÇÕES DIRETAS
R\$ 716.339,82

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
.....R\$ 716.339,82

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte dos recursos provenientes do convênio com a União Federal através do Ministério do Turismo, conforme contrato nº 814293/2014 e contrato nº 820259/2015 do Orçamento Geral da União.

Art. 4º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal, na forma autorizada pela Lei n. 5.833/2016, no montante de R\$ 1.131.750,00 (um milhão cento e trinta e um mil setecentos e cinquenta mil reais), a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

4490000000.00.1034 APLICAÇÕES DIRETAS
R\$ 1.131.750,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
.....R\$ 1.131.750,00

Art. 5º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte dos recursos provenientes do convênio com a União Federal através do Ministério das Cidades, conforme contrato nº 818933/2015, contrato nº 824660/2015 e contrato nº 829680/2016 do Orçamento

Geral da União.

Art. 6º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal, na forma autorizada pela Lei n. 5.833/2016, no montante de R\$ 435.213,02 (quatrocentos e trinta e cinco mil duzentos e treze reais, dois centavos), a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

4490000000.00.1034 APLICAÇÕES DIRETAS
R\$ 435.213,02

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
.....R\$ 435.213,02

Art. 5º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte dos recursos provenientes do CONVÊNIO nº 2016TR 0255, 2016TR 257, 2016TR 260, 2016TR 1103, 2016TR1471 firmado com o Estado de Santa Catarina através da Agência de Desenvolvimento Regional de Curitiba.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 02 de janeiro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dois dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.833/2017

DECRETO Nº 4.833/2017

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações do orçamento do Fundo Municipal de Educação no valor de R\$ 1.209.441,72 (um milhão duzentos e nove mil quatrocentos e quarenta e um reais, setenta e dois centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.1010 OBRAS PARA O ENSINO INFANTIL

4490000000.00.1032 APLICAÇÕES DIRETAS
.....R\$ 1.209.441,72

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..R\$ 1.209.441,72

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte dos recursos provenientes do Convênio/Termo de Compromisso nº PAC2 7097/2013, firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 02 de janeiro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dois dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretária Municipal de Educação e Cultura

DECRETO Nº 4.834/2017

DECRETO Nº 4.834/2017

ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS FARMÁCIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba:

DECRETA

Art. 1º. Fica fixado o horário para funcionamento das farmácias públicas do Município:

- Horário para abertura e fechamento:

- De segunda a sexta feira das 08h às 12h e das 13h às 17h

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de janeiro de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos cinco dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Altamir Carvalho Goetten

Secretário Municipal de Saúde

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA NR. 02/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 223/2016 - PR Processo Administrativo: 223/2016 Processo de Licitação: 223/2016 Data do Processo: 24/11/2016
	Folha: 1/4

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA EVENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 2/2017 (Sequência: 3)

Ao(s) 19 de Janeiro de 2017, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1415/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 223/2016, Licitação nº 223/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A EMPRESA TRANSLUIZA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME NÃO PROTOCOLOU A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL PARA O ITEM Nº 06, EXIGÊNCIA DO ITEM 6.7 ALÍNEA "B" A "F", SENDO DESCLASSIFICADO DO ITEM Nº 06, SENDO CONVOCADO O TERCEIRO COLOCADO DO REFERIDO ITEM, A EMPRESA DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA - ME PARA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO ITEM 6.7 ALÍNEA B) A F) NO PRAZO DE 5 DIAS ÚTEIS, SENDO AGENDADO O DIA 27/01/2017 ÀS 14:00 HRS PARA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO.

Participante: 6068 - DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: UM ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 40 LUGARES, BANCOS RECLINAVEIS, MOTORISTA COM CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, REGISTRO NO DETER, DISPONIBILIDADE PARA TODOS OS DIAS DA SEMANA A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE. DEVERÁ POSSUIR BANHEIRO E AR CONDICIONADO.	KM	15.500,00	VOLKS/BUSC	0,0000	4,30	66.650,00
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: UM ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 30 LUGARES, BANCOS RECLINAVEIS, MOTORISTA COM CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, REGISTRO NO DETER, DISPONIBILIDADE PARA TODOS OS DIAS DA SEMANA A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE. O VEÍCULO DEVERÁ TER NO MÁXIMO 10 METROS DE COMPRIMENTO, TENDO EM VISTA O TRANSPORTE NO PERÍMETRO URBANO DOS MUNICÍPIOS	KM	15.000,00	AGRALE VOLARE	0,0000	2,75	41.250,00
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: UMA VAN COM CAPACIDADE MINIMA DE 16 LUGARES, BANCOS RECLINAVEIS, MOTORISTA COM CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, REGISTRO NO DETER, DISPONIBILIDADE PARA TODOS OS DIAS DA SEMANA A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE.	KM	13.000,00	RENAULT MASTER	0,0000	1,55	20.150,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 223/2016 - PR

Processo Administrativo: 223/2016
Processo de Licitação: 223/2016
Data do Processo: 24/11/2016

Folha: 2/4

Participante: 6068 - DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	CONTRATAÇÃO DE VAN, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 LUGARES, PARA TRANSPORTE DE PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO; COM SAÍDA DE CURITIBANOS, COM CAPTAÇÃO DE PASSAGEIROS EM PONTOS DE EMBARQUE CONFORME DETERMINAÇÃO DA SECRETARIA, SEMPRE DENTRO DO PERÍMETRO URBANO, COM DESTINO AOS HOSPITAIS E CLÍNICAS ONDE FORAM AGENDADOS OS TRATAMENTOS DOS PACIENTES; SENDO QUE NO RETORNO A CURITIBANOS OS PACIENTES DEVERÃO SER CONDUZIDOS A DESEMBARCAR NOS MESMOS PONTOS ONDE OCORREU O EMBARQUE. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ DISPONIBILIZAR ALÉM DO MOTORISTA UM FUNCIONÁRIO ÀS SUAS CUSTAS COM IDENTIFICAÇÃO NAS PLANILHAS, PARA O ACOMPANHAMENTO NO EMBARQUE, ACESSO AOS HOSPITAIS E CLÍNICAS E DESEMBARQUE DOS PACIENTES, COM CONFIRMAÇÃO DO ATENDIMENTO ALÉM DE RESPONSABILIZAR-SE POR RETIRAR E LEBAR CORRESPONDÊNCIAS E MATERIAIS DESTINADOS E ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. OS VEÍCULOS DEVEÃO CUMPRIR TODAS AS NORMAS TÉCNICAS E LEGAIS, ESTAREM DEVIDAMENTE AUTORIZADOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS. OS VEÍCULOS DEVERÃO POSSUIR INTERIOR ADEQUADO AO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, ALÉM DA DISPONIBILIDADE DE ÁGUA MINERAL ACONDIONADA EM EMBALAGENS DE ATÉ 500ML, COM LACRE. A EMPRESA PARTICIPANTE DEVERÁ POSSUIR EM SUA FROTA PELO MENOS DOIS VEÍCULOS QUE ATENDA A TODAS AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS POR ESTE EDITAL, A FIM DE GARANTIR A CONTINUIDADE DO SERVIÇO QUANDO DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS.	KM	200.000,00	FIAT/DUCATO	0,0000	1,36	272.000,00
7	CONTRATAÇÃO DE MICROONIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 28 LUGARES, PARA TRANSPORTE DE PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO; COM SAÍDA DE CURITIBANOS, COM CAPTAÇÃO DE PASSAGEIROS EM PONTOS DE EMBARQUE CONFORME DETERMINAÇÃO DA SECRETARIA, SEMPRE DENTRO DO PERÍMETRO URBANO, COM DESTINO AOS HOSPITAIS E CLÍNICAS ONDE FORAM AGENDADOS OS TRATAMENTOS DOS PACIENTES; SENDO QUE NO RETORNO A CURITIBANOS OS PACIENTES DEVERÃO SER CONDUZIDOS A DESEMBARCAR NOS MESMOS PONTOS ONDE OCORREU O EMBARQUE. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ DISPONIBILIZAR ALÉM DO MOTORISTA UM FUNCIONÁRIO ÀS SUAS CUSTAS COM IDENTIFICAÇÃO NAS PLANILHAS, PARA O ACOMPANHAMENTO NO EMBARQUE, ACESSO AOS HOSPITAIS E CLÍNICAS E DESEMBARQUE DOS PACIENTES COM CONFIRMAÇÃO DO ATENDIMENTO, ALÉM DE RESPONSABILIZAR-SE POR RETIRAR E LEBAR CORRESPONDÊNCIAS E MATERIAIS DESTINADOS E ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. OS VEÍCULOS DEVEÃO CUMPRIR TODAS AS NORMAS TÉCNICAS E LEGAIS, ESTAREM DEVIDAMENTE AUTORIZADOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS. OS VEÍCULOS DEVERÃO POSSUIR INTERIOR ADEQUADO AO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, ALÉM DA DISPONIBILIDADE DE ÁGUA MINERAL ACONDIONADA EM EMBALAGENS DE ATÉ 500ML, COM LACRE. A EMPRESA PARTICIPANTE DEVERÁ POSSUIR EM SUA FROTA PELO MENOS DOIS VEÍCULOS QUE ATENDA A TODAS AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS POR ESTE EDITAL, A FIM DE GARANTIR A CONTINUIDADE DO SERVIÇO QUANDO DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS.	KM	252.000,00	AGRALE/VOLVO	0,0000	2,05	516.600,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 223/2016 - PR

Processo Administrativo: 223/2016
 Processo de Licitação: 223/2016
 Data do Processo: 24/11/2016

Folha: 3/4

Participante: 6068 - DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE DETENTOS - PENITENCIÁRIA SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/CURITIBANOS - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, DE SEGUNDA A SEXTA DA SEGUINTE FORMA: PENITENCIÁRIA (VINDA DETENTOS) - CURITIBANOS (SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS); A DISTÂNCIA TOTAL POR VIAGEM SERÁ DE 50 KM. VEÍCULO COM SEGUINTE DESCRIÇÃO: CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 LUGARES, BANCOS RECLINÁVEIS, MOTORISTA COM CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, REGISTRO NO DETER, DISPONIBILIDADE DE SEGUNDA A SEXTA, A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE.	SERV	240,00	SCANIA/MARC	0,0000	270,00	64.800,00

Total do Participante ———> 981.450,00

Participante: 8385 - VIOLATUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	TRANSPORTE ALUNOS CEDUP - COLÉGIO AGRÍCOLA CAETANO COSTA/ SÃO JOSÉ DO CERRITO, LIMITADO A UMA IDA E UMA VOLTA DOS ALUNOS, 1 VÉZ AO MÊS, COM RETORNO DO VEÍCULO VAZIO, DA SEGUINTE FORMA: CURITIBANOS - SÃO JOSÉ (IDA COM ALUNOS); SÃO JOSÉ DO CERRITO - CURITIBANOS (RETORNO VAZIO); CURITIBANOS - SÃO JOSÉ DO CERRITO (IDA VAZIO); SÃO JOSÉ DO CERRITO - CURITIBANOS (RETORNO COM ALUNOS); A DISTÂNCIA TOTAL POR VIAGEM SERÁ DE 140 KM NA SEXTA FEIRA (BUSCAR ALUNOS) E 140 KM NA SEGUNDA RETORNO DOS ALUNOS, TOTALIZANDO 280 KM AO MÊS.	KM	2.800,00	MB	0,0000	1,30	3.640,00

Total do Participante ———> 3.640,00

Participante: 9110 - MARCO ANTONIO ALVES 91054656991

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: UM ONIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LUGARES, PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS DO PROJETO TERCEIRA IDADE E CRAS, PARA DESLOCAMENTO DENTRO DO PERÍMETRO URBANO, O MOTORISTA DEVERÁ TER CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, DISPONIBILIDADE PARA TODOS OS DIAS DA SEMANA A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE. O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR PLATAFORMA ELEVATÓRIA.	KM	21.000,00	MERCEDES	0,0000	4,48	94.080,00

Total do Participante ———> 94.080,00

Total Geral ———> 1.079.170,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS****CNPJ:** 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 223/2016 - PR****Processo Administrativo:** 223/2016
Processo de Licitação: 223/2016
Data do Processo: 24/11/2016

Folha: 4/4

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Curitiba, 19 de Janeiro de 2017

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL

- - Pregoeiro(a)

Ermo

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR PE Nº. 028/2017.

LEI COMPLEMENTAR PE Nº. 028/2017.

Altera os anexos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 025/2014 que Dispõe sobre o Quadro de Pessoal, Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais e dá outras Providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal e eu sanciono a seguinte lei Complementar;

Art. 1º Os anexos I e II da Lei Complementar nº 025, de 16 de dezembro de 2014, passam a vigorar acrescidos dos cargos abaixo descritos:

Cargo	Grupo	Habilitação
Veterinário	I	Portador de Diploma ou Certificado de conclusão de curso Superior, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.
Técnico em Enfermagem	II	Portador de certificado de conclusão de curso de 2º específico com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.
Técnico em Informática	II	Portador de certificado de conclusão de curso de 2º grau e documento que comprove conhecimento na área de atuação.
Auxiliar de Consultório Odontológico	II	Portador de certificado de conclusão de curso de 1º grau e documento que comprove conhecimento na área de atuação.
Agente de Combate a Endemias	II	Portador de certificado de conclusão de curso de 2º grau e documento que comprove conhecimento na área de atuação.

Art. 2º Ao anexo III da Lei Complementar nº 025, de 16 de dezembro de 2014, ficam incluídos os seguintes cargos:

DESCRIÇÃO DE CARGOS

Grupo: ANS
Cargo: Veterinário
DESCRIÇÃO SUMÁRIA: planejar e executar programas de defesa sanitária, proteção, aprimoramento e desenvolvimento de atividades de criação de animais, realizando estudos, pesquisas, dando consultas, exercendo fiscalização e empregando outros métodos, para assegurar a sanidade dos animais, a produção racional e econômica de alimentos e a saúde da comunidade.
DESCRIÇÃO DETALHADA: planejar e executar ações de fiscalização sanitária; - planejar e desenvolver campanhas e serviços de fomento e assistência técnica à criação de animais e à saúde pública, em âmbito municipal, valendo-se de levantamentos de necessidades e do aproveitamento dos recursos existentes; - proceder a profilaxia, diagnóstico e tratamento de doenças dos animais, realizando exames clínicos e de laboratório, para assegurar a sanidade individual e coletiva desses animais e estabelecer a terapêutica adequada; - promover o controle sanitário da reprodução animal destinada à indústria e à comercialização no Município, realizando exames clínicos, anatomopatológicos, laboratoriais ante e post-mortem, para proteger a saúde individual e coletiva da população; - realizar visitas à comunidade, a fim de esclarecer e orientar a população acerca dos procedimentos pertinentes, visando evitar a formação e o acúmulo de moléstias infectocontagiosas; - promover e supervisionar a inspeção e a fiscalização sanitária nos locais de produção, manipulação, armazenamento e comercialização dos produtos de origem animal, bem como de sua qualidade, determinando visita "in loco", para fazer cumprir a legislação pertinente; - orientar empresas ou pequenos comerciantes quanto ao preparo tecnológico dos alimentos de origem animal, elaborando e executando projetos para assegurar maior lucratividade e melhor qualidade dos alimentos; - proceder ao controle das zoonoses, efetuando levantamento de dados, avaliação epidemiológica e pesquisas, para possibilitar a profilaxia de doenças; - participar da elaboração e coordenação de programas de combate e controle de vetores, roedores e raiva animal; - fazer pesquisas no campo da biologia aplicada à veterinária, realizando estudos, experimentos, estatística, avaliação de campo e laboratório, para possibilitar o maior desenvolvimento tecnológico da ciência veterinária; - treinar os servidores municipais envolvidos nas atividades relacionadas com fiscalização sanitária, bem como supervisionar a execução das tarefas realizadas; - elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; - participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; - participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; - participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; - realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.
Grupo: OAG
Cargo: Técnico em Enfermagem

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: sob a supervisão do enfermeiro, estará apto a participar e desenvolver atividades de assistência de enfermagem, visando à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde; atuar nos programas de higiene e segurança do trabalho, vigilância sanitária, educação para a saúde, prevenção e controle de infecções.

DESCRIÇÃO DETALHADA: participar do planejamento, execução e avaliação da programação de saúde; participação na elaboração, execução e avaliação dos planos assistenciais de saúde; prevenção e controle sistemático da infecção hospitalar e de doenças transmissíveis em geral; prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados à clientela durante a assistência de Enfermagem; assistência de Enfermagem à gestante, parturiente e puérpera; acompanhamento da evolução e do trabalho de parto; prestar assistência ao paciente; administrar medicação prescrita; auxiliar equipe técnica em procedimentos específicos; realizar instrumentação cirúrgica; promover saúde mental; organizar ambiente de trabalho; dar continuidade aos plantões; trabalhar com biossegurança e segurança; trabalhar com ética; respeitar paciente; zelar pelo conforto de paciente; preservar a integridade física de paciente; ouvir atentamente (saber ouvir); observar condições gerais de paciente; demonstrar compreensão; manter ambiente terapêutico; manipular equipamentos; apoiar psicologicamente o paciente; participar em campanhas de saúde pública; incentivar continuidade de tratamento. arrumar, manter limpo e em ordem o ambiente do trabalho; colaborar, com a equipe de enfermagem, na limpeza e ordem da unidade do paciente; buscar, receber, conferir, distribuir e/ou guardar o material proveniente do centro de material; Receber, conferir, guardar e distribuir a roupa vinda da lavanderia; zelar pela conservação e manutenção da unidade comunicando ao Enfermeiro os problemas existentes; auxiliar em rotinas administrativas do serviço de enfermagem; receber e conferir os prontuário do setor competente e distribuí-los nos consultórios; agendar consultas, tratamentos e exames, chamar e encaminhar passientes; preparar mesas de exames, auxiliar a equipe de enfermagem no transporte de pacientes de baixo risco; preparar macas e cadeiras de rodas, executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas nesta lei.

Grupo: OAG

Cargo: Técnico em Informática

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar serviços de programação de computadores, processamento de dados, dando suporte técnico. Orientar os usuários para utilização dos softwares e hardwares.

DESCRIÇÃO DETALHADA: Elaborar programas de computador; Instalar e configurar softwares e hardwares, orientando os usuários nas especificações e comandos necessários para sua utilização; Organizar e controlar os materiais necessários para a execução das tarefas de operação, ordem de serviço, resultados dos processamentos, suprimentos, bibliografias etc.; Operar equipamentos de processamento automatizados de dados, mantendo ativa toda a malha de dispositivos conectados; Interpretar as mensagens exibidas no monitor, adotando as medidas necessárias; Notificar e informar aos usuários do sistema ou ao analista de informática, sobre qualquer falha ocorrida; Executar e controlar os serviços de processamento de dados nos equipamentos que opera; Executar o suporte técnico necessário para garantir o bom funcionamento dos equipamentos, com substituição, configuração e instalação de módulos, partes e componentes; Administrar cópias de segurança, impressão e segurança dos equipamentos em sua área de atuação; Executar o controle dos fluxos de atividades, preparação e acompanhamento da fase de processamento dos serviços e/ou monitoramento do funcionamento de redes de computadores; Participar de programa de treinamento, quando convocado; Controlar e zelar pela correta utilização dos equipamentos; Ministras treinamento em área de seu conhecimento; Auxiliar na execução de planos de manutenção, dos equipamentos, dos programas, das redes de computadores e dos sistemas operacionais; Elaborar, atualizar e manter a documentação técnica necessária para a operação e manutenção das redes de computadores; Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

Grupo: OAG

Cargo: Auxiliar de Consultório Odontológico

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Recepciona as pessoas no consultório dentário, procurando identificá-las e averiguar suas necessidades, para prestar informações, receber recados ou encaminhá-las ao Odontólogo e executar tarefas auxiliares ao trabalho do cirurgião dentista, visando a agilização dos serviços.

DESCRIÇÃO DETALHADA: Preparo e manutenção das salas de atendimento com suprimento do material necessário; Efetua o controle da agenda de consultas, verificando horários e disponibilidade dos profissionais; Recebe os pacientes com horário previamente marcados, procurando identificá-los averiguando as necessidades e o histórico dos mesmos; Auxilia o profissional, no atendimento aos pacientes, em tarefas tais como: segurar o sugador de saliva, fazer o afastamento lingual e alcançar materiais e instrumentos odontológicos; Faz a manipulação de material provisório e definitivo usado para restauração dentária; Prepara o material anestésico, de sutura, polimento, bem como procede a troca de brocas; Preenche com dados necessários a ficha clínica do paciente, após o exame clínico ter sido realizado pelo odontólogo e mantém o arquivo e o fichário em ordem; Faz a separação do material e instrumentos clínicos em bandejas para ser utilizado pelo profissional; Zela pela boa manutenção de equipamentos e peças; Prepara, acondiciona e esteriliza materiais e equipamentos utilizados para assegurar a higiene e assepsia cirúrgica; Colabora com limpeza e organização do local de trabalho; Orientar na aplicação de flúor para prevenção de cárie, bem como demonstrar as técnicas de escovação para crianças e adultos, colabora no desenvolvimento de programas educativos; Realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde; Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

Grupo: OAG

Cargo: Agente de Combate a Endemias

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Exercer atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob a supervisão do gestor municipal.

DESCRIÇÃO DETALHADA: Executar atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção de saúde; encarregar-se da eliminação de focos de insetos, aracnídeos/roedores, vetores de endemias e outras doenças de interesse da saúde pública, em acordo com as orientações recebidas em treinamento ou solicitadas pelo Supervisor, no desenvolvimento das ações e estratégias de controle na comunidade; coletar vetores causadores de infecções e infestações; vistoriar imóveis e logradouros para a eliminação de vetores causadores de infecções e infestações; remover e/ou eliminar recipientes com focos, ou de focos potenciais de vetores causadores de infecções e infestações; coletar material para análises e levantamento de índices e pesquisas de interesse entomológico, em acordo as orientações e determinações recebidas; Manusear e operar equipamentos próprios para controle e/ou combate de vetores causadores de infecções e infestações, zelando pelos mesmos, mantendo-os em perfeitas condições de uso; orientar os cidadãos quanto a prevenção e tratamento de doenças transmitidas por vetores, informar e conscientizar os munícipes sobre suas responsabilidades e ações, visando a não proliferação de vetores de endemias e doenças de interesse a saúde pública, em seus domicílios, edificações e terrenos; participar de programas e ações comunitários, mobilizações e campanhas preventivas, atuando diretamente em operações de remoção de criadouros, coletas de recipientes, eventos de mobilização social, em acordo aos planos e orientações estabelecidas nas estratégias e controle desenvolvidos pela equipe; elaborar diariamente boletins de produção e/ou relatórios de visitas, observando o fiel preenchimento dos mesmos; participar de reuniões e capacitações técnicas; participar de ações de desenvolvimento das políticas de promoção da qualidade de vida; acatar e respeitar seu supervisor imediato, seguindo instruções, roteiros de visitas e normas de trabalho; Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares necessários para a cobertura das despesas geradas por esta Lei.

Art. 5º O anexo IV da Lei Complementar nº 025, de 16 de dezembro de 2014, passa a vigorar conforme anexo a esta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 19 de janeiro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

ANEXO IV

(Anexo IV da Lei Complementar nº 025/2014)

QUADRO PERMANENTE

Grupo	Quantidade	Categoria Funcional	Vencimento
ANS	02	Assistente Social	2.636,65 ***
	02	Enfermeiro	2.636,65
	01	Contador	2.876,84
	03	Odontólogo	6.248,54 **
	04	Médico	6.248,54 **
	02	Psicólogo	2.636,65
	02	Farmacêutico	2.636,65
	02	Fisioterapeuta	2.636,65
	01	Naturólogo	2.636,65
	01	Nutricionista	2.636,65
	01	Agente de Planejamento e Orçamento	2.876,84
	01	Agente Financeiro	2.876,84
	01	Veterinário	1.500,00 *
OAG	03	Auxiliar Administrativo	1.146,39
	02	Auxiliar em enfermagem	1.256,95
	01	Auxiliar de consultório Odontológico	1.256,95
	06	Agente Administrativo	1.436,67
	01	Fiscal de Tributos	1.905,24
	01	Técnico Agrícola	1.593,43
	01	Técnico em Contabilidade	1.593,43
	04	Técnico de Enfermagem	1.593,43
	01	Técnico em Informática	1.593,43
	06	Agente Comunitário de Saúde	1.202,94
	01	Agente de Combate a Endemias	1.202,94

TSA	12	Auxiliar de Serviços Gerais I	1.002,97
	04	Vigia	1.095,79
	13	Auxiliar de Serviços Gerais II	1.095,79
	01	Recepcionista	1.095,79
	07	Motorista I	1.436,66
	08	Operador de Equipamentos I	1.593,43
	01	Mecânico	2.262,29
	01	Pedreiro	1.297,51
	12	Motorista II	1.593,43
	06	Operador de Equipamentos II	1.769,65
	01	Borracheiro	1.297,51
	01	Auxiliar de mecânico	1.499,30

- * Para 10 (dez) horas semanais de trabalho.
- ** Para 20 (vinte) horas semanais de trabalho.
- *** Para 30 (trinta) horas semanais de trabalho.
- Auxiliar de Serviços Gerais I (merendeiras, serventes e zeladoras).
- Auxiliar de Gerais II (trab. Braçal, garis, serv. de pedreiro, etc).
- Motorista I (motorista de automóveis e outros veículos leves).
- Motorista II (motorista de caminhões e outros veículos pesados).
- Operador de Equip. I (operador de máquinas, exceto retroescavadeiras).
- Operador de Equip. II (operador de retroescavadeira).

LEI COMPLEMENTAR PE Nº. 029/2017.

LEI COMPLEMENTAR PE Nº. 029/2017.

Altera o Anexo III da Lei Complementar 022/2014 de 01 de julho de 2014 que Dispõe Sobre o Quadro de Pessoal, Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Ermo e dá Outras Providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal e eu sanciono a seguinte lei Complementar;

Art. 1º O anexo III da Complementar 022/2014 de 01 de julho de 2014 que Dispõe Sobre o Quadro de Pessoal, Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Ermo e dá Outras Providências passa a vigorar com as seguintes alterações na quantidade de vagas: Auxiliar de Ensino da Educação de 03 (três) para 15 (quinze) vagas; Monitor de Transporte Escolar de 03 (três) para 06 (seis) vagas

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 19 de janeiro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Erval Velho

PREFEITURA

DECRETO 2169/2017

DECRETO 2169, de 03 de janeiro de 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1430, de 22 de novembro de 2016 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Erval Velho, no valor de R\$ 432.566,75 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJ/ATIV – 1.028 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE -FMS
35 – 4.4.90.00.00.00.03.0038.13 - PMAQ – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
PROJ/ATIV – 1.029 – AQUISIÇÃO DE VEICULOS - FMS
36 – 4.4.90.00.00.00.03.0088 – Aplicações Diretas R\$ 72.047,02
PROJ/ATIV – 2.037 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
37 - 3.3.90.00.00.00.03.0038.08 - PAB – Aplicações Diretas R\$ 23.277,66
38 - 3.1.90.00.00.00.03.0038.09 – NASF - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
39 - 3.1.90.00.00.00.03.0038.10 – PSF - Aplicações Diretas R\$ 11.130,00
40 - 3.1.90.00.00.00.03.0038.11 – S.BUCAL - Aplicações Diretas R\$ 4.460,00
41 - 3.1.90.00.00.00.03.0038.12 – PACS - Aplicações Diretas R\$ 20.520,91
42 - 3.3.90.00.00.00.03.0038.13 – PMAQ - Aplicações Diretas R\$ 34.000,00
43 - 3.3.40.00.00.00.03.0038.13 – PMAQ - Aplicações Diretas R\$ 100.224,28
44 - 3.3.90.00.00.00.03.0038.18 – F.B.F - Aplicações Diretas R\$ 9.113,18
45 - 3.3.90.00.00.00.03.0038.17 – MAC.F - Aplicações Diretas R\$ 1.323,11
46 - 3.3.90.00.00.00.03.0038.29 – S.ESCOLA - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
47 - 3.3.90.00.00.00.03.0067.70 – F.B.E - Aplicações Diretas R\$ 10.193,00
48 - 3.3.90.00.00.00.03.0067.73 – COF - Aplicações Diretas R\$ 42.350,43
49 - 3.3.90.00.00.00.03.0067.74 – MAC.E - Aplicações Diretas R\$ 962,06
PROJ/ATIV – 2.038 – MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
50 - 3.1.90.00.00.00.03.0038.15 – Aplicações Diretas R\$ 42.000,00
51 - 3.3.90.00.00.00.03.0038.15 – Aplicações Diretas R\$ 9.202,32

PROJ/ATIV – 2.039 – MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA

EPIDEMIOLÓGICA

52 - 3.3.90.00.00.00.03.0038.16 – Aplicações Diretas R\$ 762,78

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2016 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 03 de janeiro de 2017.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I – DECRETO N.º 2169/2017, de 03 de janeiro de 2017

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO Exercício de 2016

Fonte de Recurso 0038 – 08 – PAB – TRANSF.DO SUS - UNIÃO

Ativo Financeiro	23.277,66
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	23.277,66
Deduções	
Decreto n.º 2169/2017	23.277,66
Saldo	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2016

Fonte de Recurso 0038 – 09 – NASF – TRANSF.DO SUS - UNIÃO

Ativo Financeiro	8.000,00
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	8.000,00
Deduções	
Decreto n.º 2169/2017	8.000,00
Saldo	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2016

Fonte de Recurso 0038 – 10 – PSF – TRANSF.DO SUS - UNIÃO

Ativo Financeiro	11.130,00
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	11.130,00
Deduções	
Decreto n.º 2169/2017	11.130,00
Saldo	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2016

Fonte de Recurso 0038 – 11 – HIG.BUCAL – TRANSF.DO SUS

- UNIÃO

Ativo Financeiro	4.460,00
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	4.460,00
Deduções	
Decreto n.º 2169/2017	4.460,00
Saldo	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2016

Fonte de Recurso 0038 – 12 – PACS – TRANSF.DO SUS - UNIÃO

Ativo Financeiro	20.520,91
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	20.520,91
Deduções	
Decreto n.º 2169/2017	20.520,91
Saldo	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2016

Fonte de Recurso 0038 – 13 – PMAQ – TRANSF.DO SUS - UNIÃO

Ativo Financeiro	174.224,28
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	174.224,28
Deduções	
Decreto n.º 2169/2017	174.224,28
Saldo	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2016

Fonte de Recurso 0038 – 17 – MAC – TRANSF.DO SUS - UNIÃO

Ativo Financeiro	1.323,11
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	1.323,11
Deduções	
Decreto n.º 2169/2017	1.323,11
Saldo	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2016

Fonte de Recurso 0038 – 18 – FB – TRANSF.DO SUS - UNIÃO

Ativo Financeiro	9.113,18
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	9.113,18
Deduções	
Decreto n.º 2169/2017	9.113,18
Saldo	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2016

Fonte de Recurso 0038 – 29 – SAUDE ESCOLA – TRANSF.DO SUS - UNIÃO

Ativo Financeiro	3.000,00
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	3.000,00
Deduções	
Decreto n.º 2169/2017	3.000,00
Saldo	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2016

Fonte de Recurso 0038 – 15 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Ativo Financeiro	51.202,32
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	51.202,32
Deduções	
Decreto n.º 2169/2017	51.202,32
Saldo	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2016

Fonte de Recurso 0038 – 16 - ECD

Ativo Financeiro	762,78
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	762,78
Deduções	
Decreto n.º 2169/2017	762,78
Saldo	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2016

Fonte de Recurso 0067 – 70 – ASSISTÊNCIA FÁRMACEUTICA - ESTADUAL

Ativo Financeiro	10.193,00
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	10.193,00
Deduções	
Decreto n.º 2169/2017	10.193,00
Saldo	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2016

Fonte de Recurso 0067 – 73 – COFINANCIAMENTO ESTADUAL

Ativo Financeiro	42.350,43
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	42.350,43
Deduções	
Decreto n.º 2169/2017	42.350,43
Saldo	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2016

Fonte de Recurso 0067 – 74 – MAC - ESTADUAL

Ativo Financeiro	962,06
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	962,06
Deduções	
Decreto n.º 2169/2017	962,06
Saldo	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2016

Fonte de Recurso 0088 – ALIENAÇÃO

Ativo Financeiro	72.047,02
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	72.047,02
Deduções	
Decreto n.º 2169/2017	72.047,02
Saldo	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2016

DJALMO DE ANDRADE
Técnico Contábil

DECRETO 2170/2017

DECRETO 2170, de 04 de janeiro de 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1430, de 22 de novembro de 2016 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 75.861,24 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV – 2.015 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
165 - 3.1.90.00.00.00.03.0019.00 – Aplicações Diretas
..... R\$ 75.861,24

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2016 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 04 de janeiro de 2017.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I – DECRETO N.º 2170/2017, de 04 de janeiro de 2017

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO
Exercício de 2016

Fonte de Recurso 0019 – Transferências do Fundeb – 40%

Ativo Financeiro	100.923,11
(-) Passivo Financeiro	(25.061,87)
Superávit Financeiro	75.861,24
Deduções	
Decreto n.º 2170/2017	75.861,24
Saldo	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2015– Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE
Técnico Contábil

JUSTIFICATIVA

Encaminhamos a presente proposta para conversão do Decreto Legislativo nº 02/2016 de 20 de junho de 2016 em Lei Municipal adotando como motivação e fundamentação a fundamentação do Parecer Jurídico em anexo que faça a ser parte integrante deste projeto o qual requeremos a apreciação e posterior aprovação.

Erval Velho - SC, 11 de janeiro de 2017.

Acyr da Silva
Presidente da Câmara

Eder Neres da Silva
Vice Presidente da Câmara

Juliano de Oliveira
1º Secretário

Saulo Daniel Marin
2º Secretário

LEI 1434/2017

Lei n. 1434, de 19 de janeiro de 2017.

(Origem Projeto de Lei Legislativo nº 01/2017, de 11 de janeiro de 2017).

“CONVERTE EM LEI MUNICIPAL O DECRETO LEGISLATIVO DE Nº 02/2016 DE 20 DE JUNHO DE 2016 QUE FIXA OS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO-SC, PARA OS EXERCÍCIOS DE 2017 A 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Os subsídios mensais dos agentes políticos do Poder Legislativo, para o mandato de 2017/2020 ficam fixados em parcela única de acordo com a tabela a seguir:

CARGO	VALOR MENSAL EM REAIS
VEREADOR	R\$ 2.508,22
PRESIDENTE DA CÂMARA	R\$ 3.762,33

Parágrafo Único – Os subsídios poderão ser reajustados anualmente nos mesmos índices da revisão geral anual do Funcionalismo Público Municipal em lei específica.

Art. 2º A justificativa, o Parecer Jurídico e o Decreto Legislativo 02/2016 de 20 de junho de 2016, passam a ser parte integrante desta Lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 19 de janeiro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 19 de janeiro de 2017.
Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Câmara de Vereadores de Erval Velho
Poder Legislativo
Parecer – Assessoria Jurídica

PARECER: Assunto – fixação de subsídios para os vereadores e presidente da Câmara para o próximo mandato – deliberado pelo Plenário por decreto legislativo - instrumento jurídico impróprio ou questionável – possibilidade de saneamento através da convalidação por lei – impropriedade na criação de 13º subsídio nominado como 13º salário aos vereadores – análise dos pré-julgados do TCE-SC nº 0728 e 1214 e precedente do julgado do TJ- SC 2007.056924-4 da Quarta Câmara de Direito Público

Esta assessoria foi questionada a se manifestar sobre o Decreto Legislativo Decreto Legislativo nº 02 de junho de 2016, o qual foi deliberado e aprovado pelo Plenário em 20 de junho de 2016, o qual fixou o valor dos subsídios mensais aos vereadores e presidente da Câmara para o mandato 2017 – 2020.

O instrumento legal utilizado na época foi questionado no presente quanto a sua higidez jurídica frente ao pré-julgado 1.214 do TCE-SC.

Em nosso entendimento, exceto quanto a criação do 13º subsídio impropriamente chamado de 13º salário no Decreto Legislativo 02 de junho de 2016, são válidas as deliberações do Plenário da Câmara Municipal que fixou os subsídios de vereadores, tendo em vista que respeitou os princípios federais (Artigos: 29, Inciso VI; 37, Inciso X; e 39, Parágrafo 4º, da Constituição Federal; e correspondentes dispositivos da Constituição Estadual).

Quanto ao 13º Subsídio – Os Vereadores, na condição de detentores de mandato eletivo, não são alcançados pelo artigo 39 § 3º da Constituição Federal, que se reporta, exclusivamente, a ocupantes de cargos públicos, conforme preleciona o pré-julgado TCE-SC nº 1.271 no item 02, o qual fala em Prefeito e o Vice-Prefeito sendo por simetria e tratando-se todos de cargos eletivos incluem-se na mesma vedação. Consideramos que a matéria deveria ser tratada em emenda à Lei Orgânica do Município.

De qualquer forma mesmo que outro entendimento venha a prevalecer e firmar convicção fundamentada da possibilidade jurídica da criação do 13º subsídio o trato deste assunto no Decreto Legislativo 02 de junho de 2016 não cumpre os requisitos intrínsecos e materiais para sua deliberação e criação o que torna impróprio e inviável sanear a nulidade na forma como se propõe sanear quanto aos subsídios.

Explicando, a deliberação do Plenário da Câmara que supostamente possui um vício formal, porquanto deveria se chamar de lei e não de decreto legislativo e seguir os tramites de sancionamento e publicação após a deliberação do Plenário, não pode dar carona a assunto – 13º salário – estranho ao ato que deveria ser tratado em projeto próprio – proposta de emenda à Lei Orgânica – Então o saneamento do vício formal que se propõe neste parecer ao seu final, de converter o Decreto Legislativo em lei, não pode se estender ao 13º por ser matéria estranha ao ato previsto na Constituição de fixar os subsídios dos cargos eletivos para o próximo mandato.

Possibilidade de conversão do decreto legislativo em lei - Para corrigir a falha inerente à norma fixadora da remuneração dos citados agentes é facultado à Câmara Municipal a edição de Lei, revogando o decreto maculado por inconstitucionalidade formal e firmado os subsídios, conforme preleciona o prejulgado 0728 do TCE-SC.

O julgado do TJ- SC 2007.056924-4 da Quarta Câmara de Direito Público ocasionou precedente no sentido de que “o ato legislativo, como todo ato administrativo em seu sentido lato, pode ser convalidado pela autoridade competente, o que se faz em nome da autotutela de que dispõe e da segurança jurídica”. Com isso desde que o objeto do decreto questionado não seja ilícito, sendo o decreto um instrumento jurídico impróprio do ponto de vista formal para veicular a matéria a que se propõe, este mero erro formal pode ser saneado com a edição de lei que converta o decreto em instrumento próprio e exclua eventual matéria estranha ao ato, no

caso o 13º salário dos vereadores e presidente.

Assim consta na ementa do referido julgado do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

Processo AC 569244 SC 2007.056924-4

Órgão Julgador Quarta Câmara de Direito Público

Partes: Luiz Henrique da Silveira e outros, Estado de Santa Catarina, Interessado: Celestino Roque Secco

Julgamento 8 de Junho de 2009

Relator Desembargador Jânio Machado

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO POPULAR. LESÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO. DECRETO LEGISLATIVO N. 18.239, DE 12.12.2002. FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DO GOVERNADOR, VICE-GOVERNADOR E SECRETÁRIOS ESTADUAIS POR INTERMÉDIO DE DECRETO LEGISLATIVO EXPEDIDO PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO, A VIGORAR NO EXERCÍCIO DE 2003. VÍCIO FORMAL JÁ RECONHECIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.585-6, EM 24.4.2003, COM EXAME DO DECRETO LEGISLATIVO QUE FIXOU A REMUNERAÇÃO PARA OS MESMOS AGENTES POLÍTICOS, EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO DE 2002. CONVALIDAÇÃO DO DECRETO LEGISLATIVO N. 18.239, POR LEI ESTADUAL APROVADA PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM 18.12.2003, COM RETROAÇÃO DE SEUS EFEITOS A PARTIR DE 1º.1.2003. AUSÊNCIA DE LESÃO AO PATRIMÔNIO DOS COFRES ESTADUAIS. FATO SUPERVENIENTE A SER CONSIDERADO PELA CÂMARA. ART. 462 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 267, INCISO VI, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSOS PROVIDOS.

O ato legislativo, como todo ato administrativo em seu sentido lato, pode ser convalidado pela autoridade competente, o que se faz em nome da autotutela de que dispõe e da segurança jurídica.

A matéria do cabimento ou não da disposição dos subsídios dos vereadores e presidente da Câmara para o próximo mandato através de decreto legislativo, resolução ou lei, ainda é controverso.

O TCE do Estado do Paraná em consulta do Município de Foz do Iguaçu admitiu como possível a fixação dos subsídios por decreto legislativo em decorrência da interpretação específica do artigo 29 inciso VI da Constituição Federal que não determina qual instrumento jurídico deverá ser a dotado para tanto. Diversamente do inciso V do mesmo artigo que ao estabelecer os subsídios do prefeito e vice determina textualmente que estes deverão ser dispostos por lei. Processo: nº 853925/12 Acórdão: nº 3.120/13 - Tribunal Pleno do TCE do Paraná.

O regimento interno da Câmara de Vereadores de Erval Velho no artigo 102 fala em resolução.

O TCE de Santa Catarina já manifestou em seus textos direta ou indiretamente no sentido da impropriedade de fixar subsídios por decreto legislativo ou resolução.

De qualquer forma não consideramos prudente ou mesmo necessário o risco que se instalou. Portanto somos da opinião que a suposta irregularidade formal deve ser corrigida.

Estribam também esta opinião jurídica os seguintes julgados do TCE-SC:

Pré-julgado 0768 (...) “O projeto de decreto legislativo só passa a vigorar como decreto após superadas as fases processuais de sua elaboração: iniciativa; discussão, votação e promulgação; e ainda, a sua publicação, para que se constitua em uma norma jurídica válida. Destarte, o pagamento de subsídio de Prefeito e Vice-Prefeito carece de permissivo legal se estiver sendo efetivado com supedâneo em projeto de decreto legislativo.”

Pré-julgado 0986 (...) “2. A fixação dos subsídios dos vereadores,

por lei de iniciativa da Câmara, e dentro do prazo estabelecido pelo art. 111, VII, da Constituição Estadual, deverá observar o percebido pelos deputados estaduais, segundo os parâmetros diferenciados da população de cada Município, nos termos do art. 29, VI, alíneas "a" a "f" da CF."

Para isso sugerimos:

1. Que seja o decreto legislativo convertido em lei através de projeto de lei de iniciativa legislativa. Seja submetido ao Plenário tendo como objeto tão somente a conversão do decreto em lei, sem adentrar no mérito dos valores já dispostos soberanamente pelo Plenário em exercício anterior;
2. O mesmo projeto deve-se pedir autorização ao Plenário para excluir do texto do decreto e portanto da nova lei, o artigo 2º que trata do 13º salário, por absoluta impropriedade material não sanável e dar nova numeração os dispositivos;
3. Após a deliberação do Plenário, ajustar a redação conforme a decisão deste, submeter a sancionamento e publicação.

É o Parecer

Erval Velho, 11 de janeiro de 2017

Scheila Mara Corso Giordani
OAB/SC 27.419
Assessora Jurídica

PRE JULGADO TCE-SC nº 1271

1. Em face do preceito do art. 29, VI, da Constituição Federal, fica vedada a alteração da remuneração dos Vereadores no curso da legislatura, devendo ser obrigatoriamente fixada por lei de iniciativa das respectivas Câmaras Municipais, em cada legislatura para a subsequente (princípio da anterioridade), observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os limites dos arts. 29 da Carta Magna e 19 a 23 da Lei Complementar n. 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Está em pleno vigor a norma contida no art. 111, VII, da Constituição Estadual, pela qual a remuneração dos Vereadores será fixada até seis meses antes do término da legislatura, para a subsequente, ou seja, até 30 de junho.

Não é permitida a alteração dos subsídios dos Vereadores durante o mandato, em face das normas dos arts. 29, V e VI, da Constituição Federal e 111, VII, da Constituição Estadual, salvo a revisão anual de que trata o art. 37, X, da Constituição Federal.

Inexistindo óbice na Lei Orgânica, os subsídios dos Secretários Municipais podem ser fixados ou alterados a qualquer tempo através de lei originária do Poder Legislativo, desde que sejam observados os limites determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para as despesas com pessoal do Poder Executivo e para o Município, bem como autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias e existência de recursos na Lei Orçamentária Anual.

2. O Prefeito e o Vice-Prefeito, na condição de detentores de mandato eletivo, não são alcançados pelo art. 39, § 3º, da Constituição Federal, que se reporta, exclusivamente, a ocupantes de cargo público, sendo, destarte, indevida a percepção do décimo-terceiro subsídio.

O Secretário Municipal, ainda que categorizado como agente político, e em exercício de função pública de confiança do Chefe do Poder Executivo, encontra-se investido em cargo público lato sensu. Sendo ocupante de cargo, lhe é conferido o direito à percepção de décimo-terceiro salário, com supedâneo no art. 39, § 3º, da Constituição Federal.

O direito a férias anuais garantido aos trabalhadores (art. 7º, XVII, CF) e aos servidores públicos (art. 39, § 3º, CF) não se estende aos agentes políticos detentores de mandatos eletivos no âmbito do

Poder Legislativo, tornando legalmente insustentável o pagamento de indenização por férias não gozadas.

Havendo previsão na legislação municipal o Prefeito, o Vice-Prefeito, se ocupante de função executiva, e os Secretários Municipais poderão ter direito a férias anuais. A indenização por férias não gozadas quando do exercício do cargo somente será devida quando deixar o cargo eletivo, desde que haja expressa autorização em lei local e o beneficiário não seja servidor público do ente.

Item 1 reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 12.11.2008, através da decisão nº 3795/2008 exarada no processo nº CON-06/00376010. Redação Original:

Processo: CON-02/03063503 Parecer: COG-605/02 Decisão: 3424/2002 Origem: Prefeitura Municipal de Taió Relator: Auditor Altair Debona Castelan Data da Sessão: 16/12/2002 Data do Diário Oficial: 06/05/2003

Prejulgado: 0728

O decreto atualmente em vigor, cuja matéria trata da remuneração do prefeito, do vice-prefeito e dos Vereadores, contém vício formal, sendo passível de invalidação.

Para corrigir a falha inerente à norma fixadora da remuneração dos citados agentes é facultado à Câmara Municipal a edição de Lei, revogando o decreto maculado por inconstitucionalidade formal e firmado os subsídios, expressando-os em moeda corrente nacional, os quais, em face da não fixação do teto remuneratório previsto no art. 37, XI, da Constituição Federal, deverão permanecer nos mesmos patamares fixados no decreto.

O percentual a ser repassado mensalmente pelo poder executivo à Câmara Municipal é aquele previsto na legislação municipal.

Processo:	CON-TC0569103/98
Parecer:	COG-375/99
Origem:	Prefeitura Municipal de Navegantes
Relator:	Auditor Altair Debona Castelan
Data da Sessão:	02/08/1999

PORTARIA 3274/2017

PORTARIA 3274, de 04 de janeiro de 2017.

Concede férias a servidor que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

Considerando que o Servidor encontra-se a serviços da Educação – Transporte Escolar e que este serviço encontra-se em recesso;

Considerando que o Servidor não possui período aquisitivo de férias completo;

Considerando a possibilidade Jurídica de conceder férias proporcionais por interesse do serviço público para ajustar ao cronograma de serviço do Transporte Escolar com isso evitando férias durante o período de atividades;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao servidor abaixo relacionado pelo período de 25 (vinte e cinco) dias, a contar de 02 de a 26 de janeiro de 2017, conforme respectivo período aquisitivo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Vanilson Aléssi	Motorista/Educação	01/03/2016	A	01/01/2017

Art.2º. O novo período aquisitivo de férias do Servidor passa a contar apartir de 02 de janeiro de 2017..

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017..

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 04 de janeiro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3275/2017

PORTARIA 3275, de 11 de janeiro de 2017.

Concede férias a servidor que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao servidor abaixo mencionado pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 11 de janeiro à 09 de fevereiro de 2017, conforme respectivo período aquisitivo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Celso Antonio Girardi	Motorista	05/12/2015	A	04/12/2016

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 11 de janeiro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PROJETO DE DECRETO

Projeto de Decreto Legislativo n.º 002/2016

FIXA OS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO-SC, PARA OS EXERCÍCIOS DE 2017 A 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO, ESTADO DE SANTA CATARINA, composta pela Presidente ELIANE PICCOLI F. LOPES, pelo Vice-Presidente EDER NERES DA SILVA e pela Secretária MARCIA BULLA DE SORDI em conjunto com os Vereadores EDGAR BRUNO DE SORDI; RONALDO PIOVESAN, MIGUEL TESSARI, JONAS AMALCABURIO, VANOALDO GALIOTTO e SEVERINO JAIME SCHMIDT, no uso de suas prerrogativas legais bem como nas disposições do art. 29, VI da Constituição Federal do Brasil, fazem saber que esta Casa de Leis aprovou e a Presidente

promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Os subsídios mensais dos agentes políticos do Poder Legislativo, para o mandato de 2017/2020 ficam fixados em parcela única de acordo com a tabela a seguir:

CARGO	VALOR MENSAL EM REAIS
VEREADOR	R\$ 2.508,22
PRESIDENTE DA CÂMARA	R\$ 3.762,33

Parágrafo Único - Os subsídios poderão ser reajustados anualmente nos mesmos índices da revisão geral anual do Funcionalismo Público Municipal em lei específica.

Art.2º - Os agentes políticos descritos neste Decreto farão jus ao 13º Salário, que deverá ser pago na mesma data dos servidores públicos do Município.

Art. 3º - Após a promulgação deste Decreto pela Presidente da Câmara, o mesmo entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 2016.

ELIANE PICCOLI F. LOPES Presidente	EDER NERES DA SILVA Vice-Presidente
MARCIA BULLA DE SORDI Primeira Secretária De Acordo com a Proposta Conjunta os Vereadores signatários. EDGAR BRUNO DE SORDI RONALDO PIOVESAN MIGUEL TESSARI JONAS AMALCABURIO, VANOALDO GALIOTTO SEVERINO JAIME SCHMIDT	

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 184/ PMF/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/PMF/2017
(Referente Pregão Presencial nº. 184/PMF/2016)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.328.011 e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME, CNPJ/MF nº 02.315.593/0001-00, estabelecida na Rodovia SC 446, em Orleans/SC, neste ato representada pelo Sr. Charles Madeira Melo, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.807.588 e inscrito no CPF sob o nº 844.078.839-87;

2. NADINE ALBERTON VIEIRA ME., CNPJ/MF nº 23.182.608/0001-80, estabelecida na Rodovia SC 108, 643, Orleans/SC, neste ato representada pelo Sr. Artedânio Silva Vieira, representante legal, portador da CI nº 2.573.428 e inscrito no CPF sob o nº 715.671.949-15;

3. RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME., CNPJ/MF nº 18.619.082/0001-12, estabelecida na Rua Imigrante João Cechinelli, em Criciúma/SC, neste ato representada pelo Sr. Paulo Ademir Reus, representante legal, portador da CI nº 3669373 e inscrito no CPF sob o nº 932.407.759-72;

4. INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP, CNPJ/MF nº 04.586.694/0001-41, estabelecida na Rua Pedro Mansur Elias, 111, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC, neste ato representado pelo Sr. Juliano Meinchein, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 3844126 e inscrito no CPF sob o nº 004.859.359-10;

5. PRISCILA RAUBER HENGEMUHLE EPP, CNPJ/MF nº 08.863.707/0001-33, estabelecida na Rua Luiz de Camões, 372, Porto Alegre/RS, neste ato representado pelo Sr. Edison Luis Mayer, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2104380205 e inscrito no CPF sob o nº 021.464.530-44;

6. NATHAN TORRES LUIZE, CNPJ/MF nº 93.577.427/0001-38, estabelecida na Rua Mal. Deodoro, 570, São Sebastião do Caí/RS, neste ato representado pelo Sr. Nathan Torres Luize, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 61090833383 e inscrito no CPF sob o nº 010.338.890-75;

Denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 184/PMF/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material de expediente para atendimento as diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 10 (dez) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo

com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a

indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 184/PMF/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 19 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Charles Madeira Melo

CPF: 844.078.839-87;

NADINE ALBERTON VIEIRA ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Artedânio Silva Vieira

CPF: 715.671.949-15;

RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME.

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Paulo Ademir Reus

CPF: 932.407.759-72;

INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Juliano Meinschein

CPF: 004.859.359-10;

PRISCILA RAUBER HENGEMUHLE

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Edison Luis Mayer

CPF: 021.464.530-44;

NATHAN TORRES LUIZE

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Nathan Torres Luize

CPF: 010.338.890-75

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/PMF/2017

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	---

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 09/PMF/2017

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de

empresa especializada para fornecimento de lanches (sanduíches e sucos) para atendimento aos atletas municipais em participação de campeonatos estaduais e regionais sediados em outros municípios, por meio da Secretaria de Esporte do Município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2017.

DATA DE ABERTURA: Dia 09 de fevereiro de 2017 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 19 de janeiro de 2017.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/PMF/2017;

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 10/PMF/2017;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a prestação de serviços sonorização e iluminação para cobertura de eventos diversos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 10 de fevereiro de 2017 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 19 de janeiro de 2017.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/PMF/2017;

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 12/PMF/2017;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de kit de tecnologia móvel e embarcada para atender as necessidades da Polícia Militar do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 14 de fevereiro de 2017 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede

da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 19 de janeiro de 2017.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 11/PMF/2017

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 11/PMF/2017

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. DIMAS KAMMER, torna público, que estará procedendo o chamamento para credenciamento e habilitação de interessados com objetivo de prestar serviços de Leiloeiro, para atuar nas licitações na modalidade Leilão Oficial, promovidas pelo Município de Forquilha/SC. Os interessados deverão credenciar-se junto a Comissão de Licitação da Prefeitura de Forquilha sito a Avenida 25 de Julho, 3.400, Centro, Forquilha/SC, até o dia 10/02/2017.

Edital completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3.400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha/SC, 19 de janeiro de 2017.
VALDECIR TISCOSKI
Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DE CONTRATO PMF 01/2017

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 01/2017
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – MACOFER MAT. DE CONST. FERNANDES LTDA

OBJETO – aquisição de revestimento com Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ) para utilização em rodovias públicas do município, por meio da Secretaria de Infraestrutura de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 196.000,00 (cento e noventa e seis mil reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2017

DOTAÇÃO – 0701.2032 fonte de recurso 3390 (80).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 182/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 04 de janeiro de 2017.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 02/PMF/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/PMF/2017

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 02/PMF/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/PMF/2017

OBJETO: A presente Licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de "brita graduada" e "pedra macadame", para uso em diversas obras de pavimentação e manutenção das ruas do Município de Forquilha/SC, para o exercício de 2017.

MOTIVO: Abertos os trabalhos pela pregoeira, a Sra. Érika de Luca Tiscoski, no dia dezanove do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às nove horas, a mesma certificou-se de que nenhuma empresa apresentou proposta para participar do pregão presencial. Desta forma, a comissão decide por revogar o processo de Pregão Presencial nº. 02/2017 em função da participação deserta.

Forquilha/SC, 19 de janeiro de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO AUTO DE MULTA REFERENTE AO ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

PUBLICAÇÃO AUTO DE MULTA REFERENTE AO ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

Secretaria de Administração e Finanças do Município de Forquilha/SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA o Contribuinte abaixo relacionado, que encontra-se em local incerto e não sabido ou que recusou o recebimento do lançamento do Auto de Multa relativo à exercer atividade no Município sem o Devido Registro Legal (Alvará de Funcionamento) de acordo com o Art. 206 do da Lei Complementar nº 19 de 11/08/2011.

CONTRIBUINTE	Nº NOTIFICAÇÃO/ANO	Nº DO AUTO DE MULTA/ANO	VALOR DO AUTO DE MULTA (R\$)	DATA DE VENCIMENTO
GIOVANI DA SILVA JOAQUIM	030/2016	00150/2016	277,00	16/12/2016

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretario de Administração e Finanças

PUBLICAÇÃO NOTIFICAÇÃO LIMPEZA DE TERRENOS 001/2017

PUBLICAÇÃO NOTIFICAÇÃO LIMPEZA DE TERRENOS 001/2017

A Secretária de Planejamento do Município de Forquilha/SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a Lei Complementar Nº 019 de 11 de Agosto de 2011 no Art. 45 do Código de Posturas, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido, sobre seus imóveis em situação de abandono e com mato alto, para que mantenham seus imóveis em perfeitas condições de habitabilidade e em bom estado de conservação.

CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	ENDEREÇO	VALOR	NUMERO DA NOTIFICAÇÃO
ADEMIR DA SILVA ANDRADE	01.06.024.0268.001	RUA ANTONIO MARCOS VIEIRA	Multa 100 UFM + R\$ 0,039 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 664/2016
BANCO NACIONAL	01.06.007.0257.001	RUA LUIZ MEZZARI	Multa 100 UFM + R\$ 0,039 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 675/2016
DRACENA PARTICIPAÇÕES LTDA	01.03.036.1013.001	RUA JOSEF EYNG	Multa 100 UFM + R\$ 0,039 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 733/2016
DRACENA PARTICIPAÇÕES LTDA	01.03.036.1027.001	RUA JOSEF EYNG	Multa 100 UFM + R\$ 0,039 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 734/2016
JOSE RODRIGUES BORGES	01.06.042.0041.001	RODOVIA JOSEPHINA LODETTI VASSOLER	Multa 100 UFM + R\$ 0,039 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 653/2016
RAFAEL JOSE BENTO	01.06.064.0053.001	RUA ROSA ROCHA BENTO	Multa 100 UFM + R\$ 0,039 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 722/2016
TEOTONIO DE JESUS FAUSTINO	01.06.069.0087.001	RUA CARIBE	Multa 100 UFM + R\$ 0,039 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 718/2016

Ademir Brandielli Pedro

Secretario interino de Planejamento.

Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 017/2017

DECRETO Nº 017, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

APROVA DESMEMBRAMENTO DO LOTE Nº 0002-000 DA QUADRA 282, COM 81.872,467M², DE PROPRIEDADE DE AGRÍCOLA FRAIBURGO S/A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - De conformidade, e nos termos das plantas, memoriais descritivos e demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 5598/2016, fica aprovado o Desmembramento do Lote nº 0002-000 da quadra 282, com área de 81.872,467m², matriculado sob nº 0577, no Cartório de registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo, de propriedade de Agrícola Fraiburgo S/A, inscrita no CNPJ sob nº 86.548.724/0001-90, situado na Av. Videira, Bairro São Sebastião, conforme abaixo descrito:

a) A área desmembrada 01 com 8.639,949m², com as benfeitorias medindo 470,96 m², será cadastrada neste município como lote nº 0002-001 da quadra 282;

b) A área desmembrada 02 com 5.117,302m², será cadastrada neste município como lote nº 0002-002 da quadra 282;

c) A área desmembrada 03 com 21.217,671m², com as benfeitorias medindo 1.109,35m², será cadastrada neste município como lote nº 0002-003 da quadra 282;

d) A área remanescente 46.897,545m², permanecerá como lote 0002-000 da quadra 282.

Art. 2º - Dentro do plano de Estrutura, Aproveitamento e Uso do Solo, anexos IV e VIII da Lei Complementar Municipal nº 097/2008, os lotes serão classificados como ZII-1 (Zona de Interesse Industrial Um).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 19 DE JANEIRO DE 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 018/2017

DECRETO Nº 018, 19 DE JANEIRO DE 2017
CONVOCA PARA PROVA PRÁTICA NOS TERMOS DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0024, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos classificados até a 10ª posição, para realização da prova prática, de acordo com o estabelecido neste Decreto.

Art. 2º. Ficam convocados os candidatos classificados para realização do sorteio dos temas e prova prática, nos termos do Edital n. 0024/2016, nos seguintes dias, horários e local:

I – CÓDIGO 1 – INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS:

a) Os candidatos por ordem de classificação, do 1º ao 10º lugar deverão comparecer na data e local mencionado para o sorteio dos temas das provas práticas:

Data: 23 de janeiro de 2017 (segunda-feira).

Horário: 17:00 hs, devendo o candidato chegar ao local com 15 minutos de antecedência

Local:– Secretaria de Ação Social – Av Arnaldo Frey 179, Centro, Fraiburgo, SC.

Art. 3º. Após o sorteio dos temas, ficam os candidatos convocados para realizarem a prova prática, nas datas, horários e local a seguir determinados, devendo ser observadas todas as disposições do Edital:

I – CÓDIGO 1 – INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS:

PROVA PRÁTICA INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS		
Data: 24 de janeiro de 2017 (terça-feira).		
Local:–Secretaria de Ação Social – Av Arnaldo Frey 179, Centro, Fraiburgo, SC.		
Inscrição	Nome	Horário
23	LEONÉIA APARECIDA MARCONDES	8:00
5	SANTINA LOURENÇO	8:45
1	FRANCINALDA RODRIGUES CIRINO	9:30
7	GISELE APARECIDA FOGAÇA DA ROCHA FERREIRA	10:15
12	LUCIANE DA SILVA	11:00
13	NEIVA APARECIDA ALVES DE CAMPOS MARTINAZZO	13:30
15	THALYA MARIA MATIAS	14:15
19	MARILDE MARCIA DOS SANTOS TONIAL	15:00
10	CLEONICE FRANCIONE	15:45
9	SOLANGE MARIA COSTA	16:30

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA
FRAIBURGO, SC, 19 DE JANEIRO DE 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0389/2017

PORTARIA Nº. 0389, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0020 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 005/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a servidora Franciane Gomes, que entrará em Licença Maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ROSECLER FLORIANI GERLACH, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 729.746.729-49, na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 23 de janeiro de 2017 até 22 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0390/2017

PORTARIA Nº. 0390, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0020 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 003/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Fisioterapeuta para preenchimento de vaga excedente e, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JAILE TORRI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 041.447.159-81, na função de FISIOTERAPEUTA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 23 de janeiro de 2017 até 22 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0391/2017

PORTARIA Nº. 0391, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0020 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 003/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Fisioterapeuta para preenchimento de vaga excedente e, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JULIANA THIBES FLORIANO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 084.232.879-39, na função de FISIOTERAPEUTA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 23 de janeiro de 2017 até 22 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0392/2017

PORTARIA Nº. 0392, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de SIMONE FERREIRA DA CRUZ RICHTER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 050.019.239-13, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 19 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0393/2017

PORTARIA Nº. 0393, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de NEIDI DOS SANTOS PAGANINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 043.032.179-13, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 19 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0394/2017

PORTARIA Nº. 0394, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de VERONICA APARECIDA PEREIRA RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 898.662.239-49, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 19 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RECURSOS FEDERAIS 19_01_17

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
11/01/2017	SUS	MAC UNIÃO	105.301,79
11/01/2017	SUS	Quartos Retaguarda	193.906,25
03/01/2017	SUS	Vigilancia Epidemiologica	9.165,21
04/01/2017	SUS	Vigilancia sanitaria	444,21
04/01/2017	SUS	Vigilancia sanitaria	444,21
04/01/2017	SUS	Vigilancia sanitaria	444,21
09/01/2017	SUS	Vigilancia Epidemiologica	9.568,47
10/01/2017	SUS	PAB	75.391,33
11/01/2017	SUS	CAPS	28.305,00

Secretaria de Finanças

DECRETO Nº 019/2017**DECRETO Nº 019, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.**

DIVULGA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA E A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0023, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2016.

A **Prefeita Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgado o resultado da prova prática e a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0023 de 8 de novembro de 2016, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA
FRAIBURGO, SC, 19 DE JANEIRO DE 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0023 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Operador de Máquina** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Motoniveladora**

Critérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
2	5	0	NÃO	25/01/1969
2	5	0	NÃO	17/08/1956
2	5	0	NÃO	18/12/1959
0	0	0	NÃO	25/08/1953

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	1	ALCEU JOSÉ PINTO	57,00	50,00
2	16	SEBASTIÃO ALVES MORASKI	56,66	49,66
3	27	ADAIR ERASMO PASINI	43,66	36,66
4	44	ANTONIO ROGERIO MARCONDES	41,66	41,66



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0023 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Operador de Máquina** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Escavadeira**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
4	2	0	NÃO	18/05/1981

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	40	ITAMAR RODRIGUES AZEVEDO	41,66	33,66



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0023 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Operador de Máquina** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **3** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Trator de Esteira**

Critérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
2	5	0	NÃO	20/10/1962
2	0	0	NÃO	31/08/1992
0	3	0	NÃO	03/05/1968

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	29	RUBIN MULLER	52,00	43,00
2	34	ROBSON DE SOUZA FERREIRA	42,33	40,33
3	37	LUIZ DE MELLO SCHEFFMACHER	40,66	37,66



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0023 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Operador de Máquina** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **4** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Escavadeira Hidrául**

Critérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
0	4	0	NÃO	27/01/1992
0	3	1	NÃO	05/11/1988
4	0	0	NÃO	22/11/1995
10	0	0	NÃO	24/11/1994
2	0	0	NÃO	19/11/1993
2	0	0	NÃO	20/06/1983

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	41	KLEITON RAMON PINTO	51,33	45,33
2	20	DIEGO PIRES DA SILVA	39,33	34,33
3	12	GILSON BEAL	35,66	29,66
4	8	WILLIAN LENZ TEODORO	30,66	20,66
5	31	LUAN MATEUS CAREGNATO	30,33	28,33
6	43	MARIA TRANCOSO DOS SANTOS	26,00	22,00



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0023 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Operador de Máquina** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **5** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Retroescavadeira**

Critérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
2	3	0	NÃO	08/09/1978
2	0	0	NÃO	16/04/1951
0	0	0	NÃO	30/03/1994
0	5	0	NÃO	12/10/1965
2	0	2	NÃO	24/12/1979
0	0	0	NÃO	13/04/1960
0	0	2	NÃO	02/03/1973

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	4	ALDO PEPES	55,00	50,00
2	9	JOÃO MARIA PRATES	51,33	49,33
3	36	RUBINHO GUGIEL MULLER	49,30	47,30
4	11	JOSÉ MARIA GONÇALVES	41,66	36,66
5	32	JOSÉ CARLOS RUTHES	36,33	32,33
6	47	MAMEDIO ALVES DA SILVA	35,66	33,66
7	35	CIDINEI MARCONDES	34,00	32,00

quinta-feira, 19 de janeiro de 2017

Página 1 de 1



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0023 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:

Operador de Máquina

Quadro:

I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código:

6

Área de Atuação:

Geral

Disciplina:

Operador de Máquina – Carregadeira

Critérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
4	5	2	NÃO	25/06/1967
0	0	0	NÃO	18/10/1968
0	0	1	NÃO	25/10/1973
2	0	1	NÃO	16/11/1965

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	21	NORBERTO RENHOLD	47,33	38,33
2	15	JOSÉ ROGÉRIO MILTON DA SILVA	28,33	26,33
3	46	JOANIR FERREIRA	23,00	23,00
4	14	ANTONIO CLAUDIO PEREIRA	13,33	11,33



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0023 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Operador de Máquina** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **7** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Rolo Compactador**

Crítérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
2	3	0	NÃO	15/12/1957
0	5	0	NÃO	15/05/1961
2	0	0	NÃO	30/10/1966
0	0	0	NÃO	14/10/1962

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	3	RUDE RICHTER	54,66	49,66
2	33	LUIZ CARLOS DE GOIS	49,00	44,00
3	17	DERCI RIBEIRO	43,00	41,00
4	22	EDENIR DOMINGUES DOS SANTOS	37,33	37,33



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0023 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Operador de Máquina** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **8** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Britador**

Critérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
0	2	0	NÃO	27/02/1958
2	5	2	NÃO	17/05/1956

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	28	ITOR NUNES GONÇALVES	43,66	41,66
2	5	OLVINO MORAES DE SOUZA	22,00	15,00



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0023 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Operador de Trator de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **9** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Trator de Pneu**

Critérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
6	5	0	NÃO	14/10/1667
2	5	1	NÃO	15/06/1963
6	5	0	NÃO	01/08/1962
2	5	0	NÃO	14/11/1972
2	5	2	NÃO	30/01/1962
0	5	0	NÃO	29/06/1959
0	3	2	NÃO	16/08/1981
0	3	0	NÃO	19/11/1963
0	5	0	NÃO	05/03/1959

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	26	VITAIR PEREIRA DA SILVA	60,33	49,33
2	2	VILMAR DE LIMA	55,00	48,00
3	7	ADAO BERNABÉ DE OLIVEIRA	43,33	32,33
4	19	PAULO EDSON ANTUNES	40,00	33,00
5	30	ADEMIR SALVATI	37,66	28,66
6	24	PEDRO DO PRADO	35,33	30,33
7	42	ALOIR RISCHTER	33,66	30,66
8	10	VILARDITO LUIS DE FREITAS	31,66	28,66
9	18	JOSÉ OSCOLIN DE OLIVEIRA	29,33	24,33



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0023 DE 08 DE NOVENBRO DE 2016

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato

Cargo:	Operador de Máquina	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO
Código:	1	Área de Atuação:	Geral
Disciplina:	Operador de Máquina – Motoniveladora		

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
38	DENILSO DO NASCIMENTO		Não comparecimento na prova prática



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0023 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato

Cargo:	Operador de Máquina	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO
Código:	5	Área de Atuação:	Geral
Disciplina:	Operador de Máquina – Retroescavadeira		

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
45	LUIZ FERNANDO ANDRÉ		Não comparecimento na prova prática
39	PAULO CREMILSON MEIRELES		Não comparecimento na prova prática



Estado de Santa Catarina
 Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
 Nº 0023 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
 Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato

Cargo:

Operador de Trator de

Quadro:

I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código:

9

Área de Atuação:

Geral

Disciplina:

Operador de Trator de Pneu

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
23	FRANCISCO ALVES DOS SANTOS		Não comparecimento na prova prática
6	HELIO FERREIRA		Desclassificado para realização da prova prática
13	PEDRO TADEU DE OLIVEIRA		Desclassificado para realização da prova prática

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 003/2017

DECRETO N.º 003, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE BASE DE CÁLCULO PARA UNIDADE DE VALOR PARA CUSTEIO DA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, Santa Catarina, em consonância ao disposto no Art. 5º da Lei Complementar nº 1.828/2014, de 04/09/2014, alterado pela Lei Complementar nº 2.027/2016, de 14/12/2016, e no uso de suas atribuições legais, e demais legislação vigente:

DECRETA:

Art. 1º. A Unidade de Valor para Custeio – UVC definida no Artigo 5º da Lei Complementar nº 1.828/2014, será regulada pelo valor da tarifa de iluminação pública em R\$/mWh do Subgrupo B4a, da tabela de tarifas da CELESC, homologada pela resolução Homologatória nº 2.120, de 16 de agosto de 2016, que corresponde ao valor de R\$ 237,28 (duzentos e trinta e sete reais e vinte e oito centavos).

Art. 2º. O valor a ser pago pelo contribuinte a título de Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP será um percentual aplicado sobre a base de cálculo referenciada no Art. 1º deste Decreto, conforme definido no anexo da Lei Complementar nº 2.027/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de janeiro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 004/2017

DECRETO N.º 004, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

DETERMINA A SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO BENEFÍCIO PREVISTO NO ARTIGO 111, DA LEI MUNICIPAL N.º 1.000/2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente e,

CONSIDERANDO, medidas para contenção de custos da administração municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinada a suspensão, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 20 de janeiro de 2017, da conversão de férias em pecúnia, benefício previsto no artigo 111, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de janeiro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

PE060/2016-AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 060/2016

O Município de Garopaba, através da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de execução indireta por preço unitário, sendo as solicitações parceladas, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através de sistema de registro de preço para contratação de empresa para prestar o serviço de corte de grama, limpeza de pátio e pequenos reparos nas Escolas da rede municipal de ensino, Unidades de Saúde e prédios locados pela Prefeitura Municipal de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 01/02/2017. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 01/02/2017, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 19 de Janeiro de 2017.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 059/2017.

PORTARIA N.º 059, DE 19 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata ROSANA GONÇALVES FLORÊNCIO, CPF n.º 691.531.089-49, aprovada e classificada como 17ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de SERVENTE.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar serviços de limpeza e higiene nas instalações próprias da escola e serviços gerais de apoio administrativo.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de janeiro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 060/2017.

PORTARIA N.º 060, DE 19 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata ROSILEI DE PAULO, CPF n.º 916.175.709-82, aprovada e classificada como 18ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de SERVENTE.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar serviços de limpeza e higiene nas instalações próprias da escola e serviços gerais de apoio administrativo.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de janeiro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 061/2017.

PORTARIA N.º 061, DE 19 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata ZILMA DOS SANTOS ABREU, CPF n.º 693.234.109-34, aprovada e classificada como 20ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de SERVENTE.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar serviços de limpeza e higiene nas instalações próprias da escola e serviços gerais de apoio administrativo.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de janeiro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 062/2017.

PORTARIA N.º 062, DE 19 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata JULIANA ZILLI VALNIER, CPF n.º 024.390.499-13, aprovada e classificada como 21ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de SERVENTE.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar serviços de limpeza e higiene nas instalações próprias da escola e serviços gerais de apoio administrativo.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do

art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de janeiro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 063/2017.

PORTARIA N.º 063, DE 19 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata NILZA TEIXEIRA DOS REIS, CPF n.º 579.083.620-87, aprovada e classificada como 12ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de MERENDEIRA.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar serviços de limpeza e higiene na cozinha e no preparo e distribuição da merenda escolar.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de janeiro de 2017.

9

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 064/2017.

PORTARIA N.º 064, DE 19 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º

1000/2005, a candidata MARNI TEREZINHA DOS SANTOS LIMA, CPF n.º 357.495.710-68, aprovada e classificada como 14ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de MERENDEIRA.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar serviços de limpeza e higiene na cozinha e no preparo e distribuição da merenda escolar.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de janeiro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 065/2017.

PORTARIA N.º 065, DE 19 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata LISIANE DUARTE, CPF n.º 942.525.130-49, aprovada e classificada como 1ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar funções de limpeza e higiene nas instalações dos prédios da Prefeitura Municipal, ou serviços de copa, cozinha, bar e serviços gerais de apoio administrativo.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de janeiro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 066/2017.

PORTARIA N.º 066, DE 19 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata FERNANDA SILVA DE SOUZA, CPF n.º 036.196.109-08, aprovada e classificada como 6ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 20 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas do currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborado; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades nas unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de janeiro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/01/2017, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 067/2017.

PORTARIA N.º 067, DE 19 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata HELEN MÁRCIA OLIVEIRA BORTOLAN, CPF n.º 966.950.560-72, aprovada e classificada como 8ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR INGLÊS 20 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas de acordo com

o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem: contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade, colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de janeiro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/01/2017, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 068/2017.

PORTARIA N.º 068, DE 19 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata ANA PAULA DA SILVA MARTINS, CPF n.º 694.959.800-97, aprovada e classificada como 7ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR INGLÊS 20 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem: contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade;

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de janeiro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 070/2017.

PORTARIA N.º 070, DE 19 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata SUELEN PIENIS, CPF n.º 007.556.860-80, aprovada e classificada como 4ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR INGLÊS 20 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem: contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade, colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de janeiro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 071/2017.

PORTARIA N.º 071, DE 19 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato SILVIO STAVISKI, CPF n.º 355.873.009-78, aprovado e classificado como 3º colocado no Concurso Público

001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR INGLÊS 20 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem: contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade, colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de janeiro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 072/2017.

PORTARIA N.º 072, DE 19 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata GRAZIELLY BENVEGNI MENEZES, CPF n.º 831.136.650-00, aprovada e classificada como 1ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR INGLÊS 40 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem: contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade, colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação

da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de janeiro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 073/2017.

PORTARIA N.º 073, DE 19 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato ANDRÉ HENRIQUE NUNES DO CARMO, CPF n.º 939.610.810-34, aprovado e classificado como 2º colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR INGLÊS 40 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades da unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem: contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade, colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de janeiro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 074/2017.

PORTARIA N.º 074, DE 19 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata LUCIANA CHULTES CIRONE, CPF n.º 981.773.460-91, aprovada e classificada como 2ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades da unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem: contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade, colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de janeiro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 075/2017.

PORTARIA N.º 075, DE 19 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata MILENA ENGELS CAMARGO, CPF n.º 053.354.969-83, aprovada e classificada como 1ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem: contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade, colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de janeiro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 076/2017.

PORTARIA N.º 076, DE 19 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato DENIS AUGUSTO DE CAMARGO, CPF n.º 323.546.878-18, aprovado e classificado como 5º colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40 HORAS.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem: contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade, colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de janeiro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 077/2017.

PORTARIA N.º 077, DE 19 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato ANTÔNIO DE ROCCHI SAMPAIO JUNIOR, CPF n.º 334.473.490-34, aprovado e classificado como 17º colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40 HORAS.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem: contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade, colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de janeiro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 078/2017.

PORTARIA N.º 078, DE 19 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica

Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata JEANE SONIA MARCOS, CPF n.º 088.502.399-47, aprovada e classificada como 1ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de NUTRICIONISTA.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada, envolvendo atividades no campo da nutrição.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de janeiro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 079/2017.

PORTARIA N.º 079, DE 19 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato RAUL OLIVEIRA JUNG, CPF n.º 048.973.679-30, aprovado e classificado como 1ª colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PSICÓLOGO.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada e de grande complexidade, envolvendo atividades relativas à área.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de janeiro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Garuva

PREFEITURA

PORTARIA 004/2017

PORTARIA Nº 004 de 19 de janeiro de 2017.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 91/2016 de 30 de junho de 2016;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO, ofício da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

ART. 1º Ficam Nomeados os Aprovados no Concurso Público, constante do anexo I desta Portaria, para os cargos de Provimento Efetivo, no regime estatutário.

ART. 2º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria deverão comparecer, no prazo legal, no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças, situado na Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro, no horário das 07:30 às 13:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, e encaminhamento para a avaliação médica destinados à deflagração do processo de Posse.

- 1) Cópia da certidão de nascimento para solteiros;
- 2) Cópia da certidão de casamento;
- 3) Cópia do comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone);
- 4) Cópia AUTENTICADA do comprovante de grau de escolaridade – (para os cargos de nível superior: Diploma)
- 5) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer);
- 6) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer);
- 7) Cópia do RG e CPF;
- 8) Cópia do título de eleitor;
- 9) Cópia da Carteira de Trabalho onde consta o nº da carteira e a qualificação civil;
- 10) Cópia do PIS/PASEP;
- 11) Cópia do Certificado de Reservista (para os homens);
- 12) Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;
- 13) Cópia do atestado de vacina dos filhos menores de 14 anos;
- 14) Cópia da Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (Preenchida no RH);
- 15) Cópia AUTENTICADA do registro no órgão de classe (quando o cargo requerer);
- 16) Cópia da carteira de habilitação (quando o cargo requerer);
- 17) Certidão negativa de antecedentes criminais – Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos (<http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>);

18) Certidão de quitação eleitoral – Cartório Eleitoral (www.tse.gov.br);

19) Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa no link: (www.cnj.jus.br);

20) Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (Preenchida no RH);

21) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela constituição (Preenchida no RH);

22) Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal e horário de trabalho;

23) Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto a Cooperativa de Crédito - SICREDI, contendo agência e o número da conta para o crédito de salário;

24) 01 foto 3 X 4 RECENTE.

25) Ficha salário família (Fornecida pelo RH)

ART. 3º - Somente tomarão posse aqueles que cumprirem as exigências do artigo anterior.

ART. 4º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não tomarem posse em até 30 dias a contar da publicação desta Portaria, estarão renunciando, tacitamente, à vaga para qual foram nomeados. A nomeação será considerada nula, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato, conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

ART. 5º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não desejarem ser empossados nos cargos poderão formalizar a desistência mediante preenchimento de Termo próprio, disponível no site www.garuva.sc.gov.br, e encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Garuva.

ART. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

ANEXO I - Portaria 001/2017
REGIME ESTATUTÁRIO

Cargo: Professor Nível II - Anos Iniciais

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
173000097	JESSICA EVARISTO	14º

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL 254/2016

PREFEITURA DE GASPAR/SC

Aviso de Suspensão do Pregão Presencial nº 99/2016

Processo Administrativo nº 254/2016

A Prefeitura de Gaspar, torna público e para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº 99/2016, Processo Administrativo nº 254/2016, o qual tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa(s) para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimentos de peças em geral e acessórios, para veículos da frota do Município, que em razão de impugnação ao edital de licitação fica SUSPENSO o presente edital para análise dos questionamentos levantados.

Gaspar (SC), 19 de janeiro de 2017.

PEDRO CÂNDIDO DE SOUZA

Pregoeiro | Dec. 7.212/2016

DECRETO Nº 7.319, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.319, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

DISPENSA A SERVIDORA MÁRCIA REGINA GUIMARÃES GALDINO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica dispensada, a partir de 01º de janeiro de 2017, a servidora efetiva MÁRCIA REGINA GUIMARÃES GALDINO, inscrita no CPF sob o nº 872.173.259-00, do exercício da função de confiança de Encarregada Geral, Nível II, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Renda, designada pelo Decreto nº 6.827, de 24 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de janeiro de 2017.

Gaspar, 17 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.320, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.320, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDORA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada, a partir de 02 de janeiro de 2017, nos termos do artigo 28 e seguintes da Lei Complementar nº 69, de 22 de dezembro de 2015, a servidora efetiva FRANCISLAINE CRISTINA CRUZ MACHADO, inscrita no CPF sob o nº 109.612.018-60, para exercício de função de confiança de Nível II – Encarregada – Geral de Agricultura, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento

Econômico e Renda.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02 de janeiro de 2017.

Gaspar, 17 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.322, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.322, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado, a partir de 09 de janeiro de 2017, nos termos do artigo 28 e seguintes da Lei Complementar nº 69, de 22 de dezembro de 2015, o servidor efetivo NEWTON CARLOS DE ALMEIDA, inscrito no CPF sob o nº 984.059.698-53, para exercício de função de confiança de Nível II – Encarregado-Geral de Desenvolvimento Econômico, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Renda.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 09 de janeiro de 2017.

Gaspar, 17 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.323, DE 18 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.323, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

DELEGA PODERES PARA ASSINAR, EM CONJUNTO, CHEQUES EMITIDOS E PAGAMENTOS ELETRÔNICOS DAS CONTAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, TURISMO, CULTURA E LAZER DE GASPAR.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado ao Diretor - Presidente da Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer JOSE CARLOS DE CARVALHO JUNIOR, inscrito no CPF sob nº 130.989.028-50, e ao servidor municipal EDUARDO ERNESTO DIAS, inscrito no CPF sob nº 368.908.040-15, poderes exclusivos para assinar, em conjunto, os cheques emitidos da Fundação Municipal de Esportes das contas bancárias aqui descritas, e/ou efetivar pagamentos eletrônicos, consultar extratos e saldos das respectivas, ou ainda, eventuais contas a serem abertas em nome deste Fundo Municipal:

I – Caixa Econômica Federal – 54-0 – (Banco: 104 Ag 1073 CC 54-0)

II - Caixa Econômica Federal – 144-9 – (Banco: 104 Ag 1073 CC 144-9)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de janeiro de 2017, e revogando o Decreto nº 6.524, de 07 de agosto de 2015.

Gaspar, 18 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.109, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 5.109, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

REVOGA A PORTARIA Nº 3.657, DE 13 DE ABRIL DE 2015, QUE COLOCOU À DISPOSIÇÃO NA SEMED A SERVIDORA ROSANGELA SANTOS BELOTO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 3.657, de 13 de Abril de 2015, que colocou à disposição na SEMED a servidora ROSANGELA SANTOS BELOTO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, lotada com 40 horas semanais no CDI Vovó Leonida.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de janeiro de 2017.

Gaspar, 17 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.110, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 5.110, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

REVOGA A PORTARIA Nº 3.103, DE 22 DE MAIO DE 2013, QUE COLOCOU À DISPOSIÇÃO NA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RENDA A SERVIDORA MÁRCIA REGINA GUIMARÃES GALDINO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 3.103, de 22 de maio de 2013, que colocou à disposição na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Renda, a servidora MÁRCIA REGINA GUIMARÃES GALDINO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente/Merendeira, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de janeiro de 2017.

Gaspar, 17 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.111, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 5.111, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

REVOGA A PORTARIA Nº 3.344, DE 31 DE JANEIRO DE 2014, QUE COLOCOU À DISPOSIÇÃO NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A SERVIDORA TATIANA ALVES MARTINS DA COSTA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 3.344, de 31 de janeiro de 2014, que colocou à disposição na Secretaria Municipal de Assistência Social, a servidora TATIANA ALVES MARTINS DA COSTA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente/Merendeira, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de janeiro de 2017.

Gaspar, 17 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.112, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 5.112, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

REVOGA A PORTARIA Nº 3.964, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016, QUE COLOCOU À DISPOSIÇÃO NA SEMED A SERVIDORA GRASIELA WERNER DA SILVA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 3.964, de 19 de fevereiro de 2016, que colocou à disposição na SEMED a servidora GRASIELA WERNER DA SILVA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, lotada com 40 horas semanais no CDI Natalia A. dos Santos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de janeiro de 2017.

Gaspar, 17 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.113, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 5.113, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

REVOGA A PORTARIA Nº 1.785, DE 30 DE JANEIRO DE 2009, QUE COLOCOU À DISPOSIÇÃO NA SEMED A SERVIDORA SANIRA CRISTINA DIAS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 1.785, de 30 de janeiro de 2009, que colocou à disposição na SEMED a servidora SANIRA CRISTINA DIAS, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, lotada com 40 horas semanais no CDI Ivan Carlos D. Duarte.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de janeiro de 2017.

Gaspar, 17 de janeiro de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.114, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 5.114, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

REVOGA A PORTARIA Nº 3.813, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015, QUE COLOCOU À DISPOSIÇÃO NO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS A SERVIDORA CLÉIA BOETTGER SCHRAMM.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 3.813, de 23 de setembro de 2015, que colocou à disposição no Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS a servidora CLÉIA BOETTGER SCHRAMM, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na E.E.B. Professor Vitório Anacleto Cardoso.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de janeiro de 2017.

Gaspar, 17 de janeiro de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.115, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 5.115, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

REVOGA A PORTARIA Nº 3.378, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE COLOCOU À DISPOSIÇÃO NA SEMED – DEPARTAMENTO DE CULTURA A SERVIDORA DÉBORA REGINA DÁROS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 3.378, de 18 de fevereiro de 2014, que colocou à disposição na SEMED – Departamento de Cultura a servidora DÉBORA REGINA DÁROS, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora de Artes, lotada com 40 horas semanais, sendo 35 horas na E.E.B. Dolores Krauss e 05 horas na E.E.F. Olímpio Moretto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de janeiro de 2017.

Gaspar, 17 de janeiro de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.116, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 5.116, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

COLOCA À DISPOSIÇÃO NA SEMED – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO A SERVIDORA MÁRCIA MARIA JUNGES.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar à disposição na SEMED – Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23 de janeiro de 2017, a servidora MÁRCIA MARIA JUNGES, inscrita no CPF sob o nº 586.756.719-20, ocupante do cargo de Professora de Português, lotada com 10 horas semanais na E.E.B. Norma Mônica Sabel.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de janeiro de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 5.117, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 5.117, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

COLOCA À DISPOSIÇÃO NA SEMED – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO A SERVIDORA RAQUEL BERNARDES CORREA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar à disposição na SEMED – Secretaria Municipal de Educação a partir de 02 de janeiro de 2017, a servidora RAQUEL BERNARDES CORREA, inscrita no CPF sob o nº 895.327.599-72, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, lotada com 40 horas semanais, sendo 20 horas no CDI Ivan Carlos D. Duarte, e 20 horas no CDI Dorvalina Fachini.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02 de janeiro de 2017.

Gaspar, 17 de janeiro de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA SAÚDE Nº 001/2017

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL do Município de GOVERNADOR CELSO RAMOS, Estado de Santa Catarina, com serviços administrativos à Praça 06 de novembro, 01, Ganchos do meio, através da Secretária Municipal de Saúde do mesmo município, com serviços administrativos à SC-410, KM 12, Avenida Bela Vista, Calheiros, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Torna público para conhecimento a todos, que realizará Processo de Chamada Pública para profissionais capacitados na Área da Saúde, em razão de ter sido esgotada a listagem de candidatos classificados no Processo Seletivo nº 002/2016 que ainda se encontra ativo.

CESÁRIO RODRIGO PEREIRA

Secretário Municipal de Saúde e Saneamento

1. DO OBJETO:

1.1 O presente edital tem por objeto a contratação temporária no prazo de 90 (noventa) dias, de profissionais capacitados para as vagas em aberto na rede municipal de Saúde.

2. DAS CONDIÇÕES:

2.1 Poderão participar do Processo de Chamada Pública os profissionais qualificados das seguintes áreas:

I- Fisioterapeutas (20 horas);

II- Médicos (sendo 02 com carga horária de 40 horas e 01 com a carga horária de 20 horas);

III- Enfermeiros (40 horas).

3. DA INSCRIÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS:

3.1 Os candidatos interessados deverão dirigir-se à sede da secretaria Municipal de Saúde munido de documentos pessoais e documentos que comprovem a área em que escolher atuar, em horário pré-estabelecido pela comissão.

3.2 Dos requisitos gerais para a inscrição:

I- Ser brasileiro nato ou naturalizado;

II- Apresentar cópia da carteira de identidade e CPF;

III- Apresentar certificado de conclusão do curso da área em que deseja se inscrever e certificado de especialização no caso de haver;

IV- Registro no órgão de competência.

4. DAS VAGAS

4.1 As vagas disponíveis para este Processo de chamada Pública são as seguintes:

I- 03 Enfermeiros

II- 02 Fisioterapeutas

III- 03 Médicos (sendo 02 médicos com carga horária de 40 horas semanais e 01 médico com carga horária de 20 horas semanais).

5. DOS PROCEDIMENTOS DA ENTREVISTA:

5.1 Os candidatos interessados deverão comparecer na sede da secretaria de Saúde e Saneamento que fica localizada na SC 410, KM 12, Avenida Bela Vista, Calheiros, na data de 27 de janeiro de 2017 (sexta-feira) das 15h00min às 18h00min, juntamente com as documentações solicitadas. (Item 3.2)

6. DA AVALIAÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

6.1- Os candidatos serão avaliados pela banca composta de 03 (três) membros, tendo um como presidente e os demais como auditores.

6.2- No caso de haver empate, serão considerados os seguintes critérios de desempate:

I- Maior tempo de atuação na área;

II- Maior idade.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1- Será excluído do Processo de Chamada Pública o candidato que apresentar documentações incompletas, falsas ou inexatas, ou documentos irregulares ou que não comprove estar devidamente habilitado para o cargo;

7.2- Os casos omissos serão resolvidos pela banca examinadora do mesmo.

Governador Celso Ramos, 19 de janeiro de 2017.

CESÁRIO RODRIGO PEREIRA

Secretário Municipal de saúde e Saneamento

PORTARIA Nº 010/2017

PORTARIA Nº 010/2017

O DIRETOR DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Lei 639/99,

RESOLVE:

Exonerar do cargo de Escriturário, o Sr.: Ezio Ari Alves, por motivo do Término do Contrato nº 007/2016 .

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 19 de Janeiro de 2017.

ALCIDES PEREIRA

Diretor Geral do Samae

Grão Pará

PREFEITURA

PR 04/2017 TRANSP. RESIDUOS

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 15/2017

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 04/2017-PR

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE RESÍDUOS URBANOS RECOLHIDOS NO CENTRO DE TRIAGEM DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, INSTALADO NA LOCALIDADE DE ILHA GRANDE, PARA DEPÓSITO EM ATERRO SANITÁRIO DEVIDAMENTE LICENCIADO PELOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS COMPETENTES PARA OPERA. Data e Horário de Abertura: 31/01/2017, às 14h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 16 de janeiro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 206/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 206/2016 – PMG

Processo Licitatório: 206/2016 – PMG

Tipo: Menor preço por item

Objeto: Registro de preços para a contratação de empresa para o serviço de toque musical para atender ao projeto Conviver (Clube dos Idosos).

Entrega dos Envelopes: até 03/02/2017 às 9h.

Abertura dos Envelopes: 03/02/2017 às 9h.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 19 de janeiro de 2017.
Luiz Antonio Chiodini
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 179/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 179/2016 – PMG

Objeto: Aquisição de dispensador e rolo de senhas para o CITRAN da Delegacia de Polícia Civil de Guaramirim (SC).

Modalidade da Licitação: Dispensa de Licitação.
Fundamento Legal: Art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situada na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.
Contratada: Schiwe Comércio de Serviços Ltda – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.155.252/0001-15, situada na Rua Angelo Schiochet, nº 126, bairro Centro, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina. ContrCon

Valor: R\$ 435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais)

Guaramirim (SC), 19 de janeiro de 2017.
Luiz Antonio Chiodini
Luiz Aasasaihfs

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 57/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 57/2016 – PMG
Processo Licitatório nº: 165/2016 – PMG

Modalidade: Pregão Eletrônico
Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVENIO 00251/2016 COM O ESTADO DE SANTA CATARINA.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratado: SERMEDICALL ARP EQUIPTOS HOSPITALARES LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 93.726.446/0001-89, estabelecida na Rua Adelino Bofchetti Matteus nº 805, Picadas do Sul, município de São José, Estado de Santa Catarina
Valor: R\$ 5.236,30 (cinco mil duzentos e trinta e seis reais e trinta centavos).

Data da Assinatura: 20/12/2016 Vigência: 19/03/2017

GUARAMIRIM (SC), 18/01/2017
LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 58/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 58/2016 – PMG
Processo Licitatório nº: 165/2016 – PMG

Modalidade: Pregão Eletrônico
Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVENIO 00251/2016 COM O ESTADO DE SANTA CATARINA.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratado: HASIC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 024.586.113/0001-89, estabelecida na Rua Alberto Manzke nº 84 – fundos 2, passo manso município de Blumenau, Estado de Santa Catarina
Valor: R\$ 18.403,70 (dezoito mil e quatrocentos e três reais e setenta centavos).

Data da Assinatura: 20/12/2016 Vigência: 19/03/2017

GUARAMIRIM (SC), 18/01/2016
LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 59/2016

Pregão Eletrônico nº. 165/2016- PMG.

Contrato nº. 59/2016 – PMG

Termo de contrato que entre si celebram o Município de Guaramirim/SC, e a empresa CENTURY COMERCIAL EIRELI - ME, tendo por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVENIO 00251/2016 COM O ESTADO DE SANTA CATARINA.

Pelo presente instrumento contratual de AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVENIO 00251/2016 COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, que firmam o MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Lauro Frohlich, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa CENTURY COMERCIAL EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 02.885.591/0001-57, estabelecida na Rua Leandro Dupre nº 204 – sala 41, Vila Clementino cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo (a) Senhor (a) Roberto Ferrini Teixeira, inscrito no CPF sob o nº 272.840.858-00, portador da Carteira de Identidade nº 4.401.277-9, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do processo de licitação, modalidade Pregão Eletrônico Processo nº 165/2016- PMG, regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO E REGIME DE EXECUÇÃO:

1.1. O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVENIO 00251/2016 COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

CLÁUSULA SEGUNDA– DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL, DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

2.1. Fazem parte deste contrato, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Proposta da Contratada, Edital de Pregão nº 165/2016 - PMG, Homologação, além das normas e instruções legais vigentes no país, que lhe forem atinentes.

2.2 O presente contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº 165/2016 - PMG e à proposta vencedora, sujeitando-se o CONTRATANTE e o CONTRATADO à Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1. A Contratante pagará à Contratada o valor de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais), pelo fornecimento do material/equipamento abaixo descrito:

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	BARCO INFLÁVEL 6mts - VERMELHO (conforme especificação do termo de referência)	UNIDADE	Remar/ RM 6000 Pratik	1	R\$15.600,00	R\$15.600,00
				Total do Fornecedor:		R\$15.600,00

3.2. Fica expressamente estabelecido que o preço inclui todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento deste objeto, de acordo com as condições previstas nas especificações e nas normas contidas no edital e demais documentos da licitação em causa, constituindo assim sua única remuneração.

3.3. O preço correspondente ao equipamento/material fornecido é o que consta da proposta da contratada, aceita na licitação acima referida, integrante deste instrumento independente de sua transcrição.

3.4. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após apresentação da nota fiscal emitida pela contratada, depois de verificada a conformidade do produto com o solicitado.

3.4.1 Os pagamentos ficarão condicionados à liberação dos recursos referente ao convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina nº 000251/2016.

3.4.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, por meio de ordem bancária contra qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.4.3. O pagamento à contratada somente será efetuado após a comprovação que mantém as condições de habilitação.

3.5. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

3.6. FICA CONDICIONADO À APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA EM SUBSTITUIÇÃO À NOTA FISCAL, MODELO 1 OU 1-A, CONFORME ESTABELECIDO NO PROTOCOLO ICMS 42, DE 03/07/2009, COM SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SALVO OUTRA HIPÓTESE CONTEMPLADA NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DOS MATERIAIS/EQUIPAMENTOS:

4.1. O prazo máximo para entrega do equipamento é de 90 (noventa) dias consecutivos na Prefeitura Municipal de Guaramirim na Rua Geronimo Correa , 399 – Centro – Guaramirim, Município de Guaramirim, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 14:00 hs., sendo que o prazo será contado a partir da data do assinatura do contrato, após a homologação da licitação.

4.1.1. O recebimento do material/equipamento se dará provisoriamente, pela equipe responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes no ato da entrega.

CLÁUSULA QUINTA- DO REAJUSTE,

5.1. Os preços inicialmente propostos serão fixos e irrevogáveis durante o fornecimento do veículo objeto da presente licitação, salvo na ocorrência da hipótese do art. 65, inc. II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DESPESAS E RECURSOS:

6.1. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da seguinte dotação orçamentária:

22 – Fundo Municipal de Defesa Civil de Guaramirim
1 – Fundo Municipal de Defesa Civil de Guaramirim
2162 – Contribuição a Entidade Bombeiros Voluntários de Guaramirim
44905224 – Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro
16400 – Transf. Convênio – estado/outros

22 – Fundo Municipal de Defesa Civil de Guaramirim
1 – Fundo Municipal de Defesa Civil de Guaramirim
2162 – Contribuição a Entidade Bombeiros Voluntários de Guaramirim
33905224 – Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro
16400 – Transf. Convênio – estado/outros

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

8.1. A licitante será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Guaramirim, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo de multa de até 20% do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- 8.1.1. cometer fraude fiscal;
- 8.1.2. apresentar documento falso;
- 8.1.3. fazer declaração falsa;
- 8.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 8.1.5. não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- 8.1.6. deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- 8.1.7. não manter a proposta.

8.2. Para os fins da subcondição 8.1.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

8.3. Pelo não cumprimento das condições estabelecidas no presente contrato, a Contratada fica sujeita, a critério da Administração e, garantida a defesa prévia, às penalidades previstas no art. 87, incisos e parágrafos, da Lei Federal nº. 8.666/93.

8.3.1. Pela falta injustificada do fornecimento do objeto, ficará a Contratada sujeita a multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor total da obrigação.

8.3.2. Se a falta do objeto for superior a 10 (dez) dias, a multa será em dobro.

8.3.3. Após o 10º (décimo) dia de inadimplência, a administração terá direito a recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

8.3.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato, Administração poderá, garantida defesa prévia, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei Federal que rege este instrumento e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.

8.3.5. Ocorrendo multas, estas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

8.3.6. A aplicação da multa fica condicionada à prévia defesa da Contratada, que deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da respectiva notificação

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:

9.1. A rescisão contratual poderá ser:

9.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9.1.2 - A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas nos item 19 do Edital;

9.1.3 - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

9.1.4 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

10.1. A empresa vencedora obriga-se a:

10.1.1 - aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

10.1.2 - Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Guaramirim e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

10.1.3 - Proceder a substituição do produto, que for entregue fora do que consta no Edital;

10.1.4 - Arcar com as despesas de carga e descarga e de frete referentes às entregas dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

11.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

11.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado na cláusula quinta deste instrumento..

11.3. Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

12.1. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de entrega dos equipamentos/materiais previsto na cláusula quarta da minuta do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13.1 O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a este Pregão;

13.2.No interesse da Administração da Prefeitura Municipal de Guaramirim, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93;

13.2.1 A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários;

13.2.2 nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes;

13.2.3 A Prefeitura Municipal de Guaramirim poderá alterar unilateralmente o Contrato nos seguintes casos:

a) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites previstos no artigo 65 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1. Este contrato e o Edital de Pregão Eletrônico nº 165/2016 - PMG e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado especificado e válido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO:

15.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Guaramirim-SC, 20 de dezembro de 2016.

CONTRATADA:

CENTURY COMERCIAL EIRELI - ME

Roberto Ferrini Teixeira

CPF nº 272.840.858-00

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

LAURO FROHLICH

EXTRATO DO CONTRATO 60/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO 60/2016 – PMG

Processo Licitatório nº: 165/2016 – PMG

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVENIO 00251/2016 COM O ESTADO DE SANTA CATARINA.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratado: COMERCIAL DIFERMAQ LTDA -EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 13.745.092/0001-80, estabelecida na Rua Ernesto Gali nº 491 – sala 02, Santa Catarina município de Erechim, Estado Rio Grande do Sul.

Valor: R\$ 17.075,00 (dezessete mil e setenta e cinco reais).

Data da Assinatura: 20/12/2016 Vigência: 19/03/2017

GUARAMIRIM (SC), 18/01/2016

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 61/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 61/2016 – PMG
Processo Licitatório nº: 165/2016 – PMG

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVENIO 00251/2016 COM O ESTADO DE SANTA CATARINA.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratado: G D C DA SILVA COSTA - EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o no 0.721.729/0001-21, estabelecida na Rua Francelho nº 72 – Vila Nova município de Arapongas, Estado do Paraná.

Valor: R\$ 2.101,000 (dois mil cento e um reais).

Data da Assinatura: 20/12/2016 Vigência: 19/03/2017

GUARAMIRIM (SC), 18/01/2016

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 62/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 62/2016 – PMG
Processo Licitatório nº: 165/2016 – PMG

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVENIO 00251/2016 COM O ESTADO DE SANTA CATARINA.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratado: ISAMED - MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o no 05.948.061/0001-07, estabelecida na Rua XV de novembro nº 132 – sala 08, Centro município de Orleans, Estado de Santa Catarina.

Valor: R\$ 1.505,50 (mil quinhentos e cinco reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 20/12/2016 Vigência: 19/03/2017

GUARAMIRIM (SC), 18/01/2016

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 63/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 63/2016 – PMG
Processo Licitatório nº: 165/2016 – PMG

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVENIO 00251/2016 COM O ESTADO DE SANTA CATARINA.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratado: PH E C REPRES COM SERV E ASSESSORIA DE SEGURANÇA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o no 00.905.558/0001-16, estabelecida na Av Padre Claret nº 121 – sala 405, Centro município de Esteio, Estado Rio Grande do Sul.

Valor: R\$ 2.504,00 (dois mil quinhentos e quatro reais).

Data da Assinatura: 20/12/2016 Vigência: 19/03/2017

GUARAMIRIM (SC), 18/01/2016

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

11/2017

DECRETO Nº 11/2017
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.505/16 de 18 de outubro de 2016.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 45.625,00 (quarenta e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, no exercício de 2016, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

01- Departamento Administrativo de Saúde:

Atividade: 1104.10.301.0010.2.093

3.3.90.00-00.00.3071- Aplicações Diretas R\$ 24.177,80

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

04- Coordenação de Programas:

Atividade: 1104.10.301.0010.2.093

3.3.90.00-00.00.3071- Aplicações Diretas R\$ 21.447,20

Soma R\$ 45.625,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do Superavit Financeiro do exercício de 2016, referente aos recursos do Convênio SES, no valor de R\$ 24.177,80 e o recurso do Superavit Financeiro do exercício de 2016, referente recursos do PAB/SUS, no valor de R\$ 21.447,20.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 19 de janeiro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário Administração e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO - 01/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GUARUJÁ DO SUL

ATO DE EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul/SC. CONTRATADA: INVIOVEL CEDRO SISTEMAS DE ALARMES. CNPJ: 07.359.887/0001-58. VALOR TOTAL: R\$ 1.404,00 (Um mil, quatrocentos e quatro reais). ASSINATURA: 19 de Janeiro de 2017. OBJETO: Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção dos Sistemas de Alarme e de Comunicação e Prestação de Serviços de Captação de Informações. CONTRATO ADMINISTRATIVO. VIGÊNCIA: 19/01/2018.

Guarujá do Sul, SC, 19 de Janeiro de 2017.

Gilmar Klaus

Presidente

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 093/2017

PORTARIA Nº 93/2017

Américo Lorini, Prefeito municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando a falta de crédito da municipalidade decorrente de problemas entre fornecedores e a Administração da Gestão Anterior;

Considerando a necessidade de pagamento de despesas urgentes e inadiáveis para manter a máquina pública em funcionamento, em especial, suprir gastos com saúde, educação, manutenção de estradas vicinais, vias urbanas (coleta do lixo), previdência social entre outros;

Considerando que o art. 5º da Lei nº 8.666/93, exige que a Administração obedeça a ordem cronológica de pagamento para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada,

RESOLVE:

Determinar a Tesouraria Municipal efetuar o pagamento de despesas das Unidades Gestoras, Prefeitura Municipal de Fundos Especiais realizadas e a realizar no exercício em curso, face o relevante interesse público que esta medida contempla.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste, 18 de janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 094/2017

PORTARIA Nº 094/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 17 de janeiro de 2017, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora DANIELA GAN (Matr. 4339), a qual exerce a função de Farmacêutico/Bioquímico, Nível – 10/2, Referência "A", 20 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, conforme determina a Legislação Específica do Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 095/2017

PORTARIA Nº 095/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº. 829/2016, por até 02 (dois) meses, a contar de 19 de Janeiro de 2017, em que é contratada, em caráter Temporário e Emergencial, a Senhora MARIANA FOS-SATTI (Matr. 4345), para exercer a função de Médico, Nível – 14, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para atuar no ESF São Jorge, de conformidade com que preceitua a Lei Complementar Nº 174/2005. Sendo que seu Contrato de Trabalho é regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 096/2017

PORTARIA Nº 096/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 19 de janeiro de 2017, do servidor AMARILDO NASCIMENTO (Matr. 589), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível – 7, Referência "I", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 097/2017

PORTARIA Nº 097/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 19 de janeiro de 2017, da servidora CIBELE TEREZINHA COPPI (Matr. 69), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Bioquímico, Nível – 10/2, Referência "I", 20 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, e Lei Complementar nº. 147 de 07 de agosto de 2014.

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 20,35 (vinte reais e trinta e cinco centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 17 de janeiro de 2017.

AMÉRICO LORINI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 098/2017

PORTARIA Nº 098/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, de Responsável pelos Serviços e Programas Sociais na Saúde, para o Servidor LUIZ CARLOS JULIAN (Matr. 892), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível/Referência –7/F, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme preceitua a Lei Complementar Nº. 280/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO

Registro de Preços para a eventual aquisição de Uniformes e Exonuais Gerais para as diversas atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 08h00min do dia 01/02/2017.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Ibiam

PREFEITURA

ALTERAÇÃO EDITAL Nº PP 01/2017 PREFEITURA DE IBIAM

RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0001/2017
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2017

O MUNICÍPIO DE IBIAM faz saber a todos os interessados que houve alteração no Edital de Licitação nº 0001/2017 referente à aquisição de merenda escolar.

1. Do objeto:
Aonde lê-se MENOR PREÇO POR LOTE, considerar MENOR PREÇO POR "ITEM".

2. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Ibiam, 19 de janeiro de 2017.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2994/2017

DECRETO Nº 2994, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

ATUALIZA A TABELA DE PREÇOS PARA COBRANÇA DE HORA/MÁQUINA PREVISTA NO ART. 3º DA LEI MUNICIPAL N.º 012, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1997.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto nas Leis n.º 012/97, n.º 270/04 e n.º 393/09, e

Considerando que o último Reajuste na Tabela de Preços foi realizado em 13 de Janeiro de 2016, através do Decreto nº 2890;

Considerando que o Artigo 2º da Lei nº 270/2004, prevê a atualização da tabela de preços adotando índices oficiais;

Considerando que entre Janeiro de 2016 até Dezembro de 2016, o índice nacional de preços ao consumidor (INPC) atingiu o percentual de 6,28%.(seis virgula vinte e oito por cento)

DECRETA:

Art. 1.º Fica atualizada a tabela de preços de que trata o art. 3º da Lei Municipal n.º 012, de 26 de fevereiro de 1997, no percentual de 6,28%(seis virgula vinte e oito por cento), tendo como parâmetro o IPCA, a qual passará a vigorar a partir do dia 16 de Janeiro de 2017, com os seguintes valores:

MÁQUINA	VALOR (R\$) / HORA
Trator Agrícola	53,08
Motoniveladora	90,83
Pá-Carregadeira	75,46
Trator de Esteira	112,58
Retroescavadeira	78,04
Caçamba Basculante	2,49/ Km
Escavadeira Hidráulica	118,98

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto n.º 2890 de 13 de Janeiro de 2016.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE JANEIRO DE 2017.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

DECRETO Nº 2995/2017

DECRETO N.º 2995, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

"ESTABELECE A PLANTA DE VALORES PARA EFEITO DE LANÇAMENTO E COBRANÇA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 88, VII, da Lei Orgânica, c/c o disposto no § 3º do art. 16 da LC n.º 001/98 – Código Tributário do Município, e

Considerando o relatório apresentado pela Comissão nomeada pela Portaria n.º 064, de 13 de Janeiro de 2017.

DECRETA:

Art. 1.º A planta de valores para efeito de lançamento e cobrança do IPTU e ITBI relativo ao exercício de 2017 será:

- I - Construção de Alvenaria R\$ 185,49 (ao metro quadrado)
II - Construção de Madeira R\$ 53,35 (ao metro quadrado)
III - Edificações Mistas (Madeira/Alvenaria)...R\$ 109,95 (ao metro quadrado)
IV - Terreno Urbano R\$ 9,18 (ao metro quadrado)
V - Terreno Rural R\$ 9.900,06(ao alqueire/24.200 m²)

Art. 2.º O Departamento de Tributação e Arrecadação promoverá os lançamentos da emissão dos carnês do IPTU, com a observância do que prescreve o Parágrafo Único do art. 30 da LC n.º 001/98 - Código Tributário do Município.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto n.º 2878, de 28 de Dezembro de 2015.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM-SC, 16 DE JANEIRO DE 2017.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 067/2017

PORTARIA Nº 067, DE 19 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA GESTOR MUNICIPAL DE CONVÊNIOS – GMC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, RESOLVE:

Art 1º. Nomear o Sr. JOSÉ ROBERTO GONZATTO, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Vigilância sanitária, para exercer a função de Gestor Municipal de Convênios – GMC, cuja incumbência consiste na coordenação de todos os convênios da Prefeitura junto ao Governo Federal.

Parágrafo único. O servidor poderá acessar o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV.

Art 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 069, de 18 de janeiro de 2013.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 19 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ibicaré

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 1/2017 TERMINAL RODOVIÁRIO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2017

EDITAL CONCORRÊNCIA Nº 1/2017

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. GIANFRANCO VOLPATO, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, demais legislações aplicáveis e condições constantes neste ato convocatório, fará realizar licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, tipo MAIOR OFERTA MENSAL POR ITEM, no dia 20 de fevereiro de 2017, às 15 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, na Rua D. Pedro II, nº 133, centro, objetivando a contratação para outorga de permissão de uso do Terminal Rodoviário, de propriedade do Município.

Os envelopes contendo os Documentos de Habilitação (01) e a Proposta (02) deverão ser entregues até as 14h30min do dia 20 de fevereiro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Ibicaré, Rua D. Pedro II, nº 133, centro, Ibicaré, SC.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

O procedimento licitatório será julgado em 02 (duas) etapas subsequentes, denominadas de “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA”, respectivamente, nos termos do presente Edital, observado o disposto no art. 43 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.

OBJETO: Contratação para outorga de permissão de uso das dependências do Terminal Rodoviário Municipal

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: empenho@ibicare.sc.gov.br, site: www.ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 19 de janeiro de 2017

Gianfranco Volpato

Prefeito Municipal

Ilhota

CÂMARA MUNICIPAL

REGIMENTO INTERNO

REGIMENTO INTERNO

DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA

(Resolução 004/2012)

RESOLUÇÃO Nº 004/2012

S U M Á R I O

TÍTULO I

DA CÂMARA MUNICIPAL ART. 1º

CAPÍTULO I

DA SEDE ART. 1º

CAPÍTULO II

DA LEGISLATURA ART. 2º

SEÇÃO I

DA SESSÃO PREPARATÓRIA ART. 3º

SEÇÃO II

DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO ... ART. 4º

CAPÍTULO III

DA SESSÃO LEGISLATIVA ART. 7º

CAPÍTULO IV

DAS SESSÕES LEGISLATIVAS EXTRAORDINÁRIAS ART. 8º

TÍTULO II

DOS VEREADORES ART. 9º

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES ART. 9º

CAPÍTULO II

DA PERDA DO MANDATO E DA RENÚNCIA ART. 11

CAPÍTULO III

DAS FALTAS E DAS LICENÇAS ART. 17

CAPÍTULO IV

DAS LIDERANÇAS ART. 22

TÍTULO III

DA MESA DA CÂMARA ART. 23

CAPÍTULO I

DA ELEIÇÃO DA MESA ART. 23

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA ART. 27

SEÇÃO I

DO PRESIDENTE ART. 32

SEÇÃO II

DO VICE-PRESIDENTE ART. 35

SEÇÃO III

DOS SECRETÁRIOS ART. 36

CAPÍTULO III

DA SEGURANÇA INTERNA DA CÂMARA ART. 39

TÍTULO IV

DAS COMISSÕES ART. 44

CAPÍTULO I

DA MESA DIRETORA ART. 44

CAPÍTULO II

DAS COMISSÕES PERMANENTES ART. 46

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO ART. 49

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES ART. 52

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES PERMANENTES ART. 56

CAPÍTULO IV

DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS ART. 62

SEÇÃO I

DAS COMISSÕES ESPECIAIS .. ART. 63

SEÇÃO II

DAS COMISSÕES DE INQUÉRITO .. ART. 64

SEÇÃO III

DAS COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO
ART. 66

SEÇÃO IV
DAS COMISSÕES PROCESSANTES
. ART. 67

CAPÍTULO V
DOS PARECERES
.... ART. 69

TÍTULO V
DAS SESSÕES
.... ART. 72

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
.... ART. 72

CAPÍTULO II
DAS SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS
ART. 79
SEÇÃO I
DO PEQUENO EXPEDIENTE
... ART. 80

SEÇÃO II
DA ORDEM DO DIA
..... ART. 82

SEÇÃO III
DO GRANDE EXPEDIENTE
.... ART. 84

SEÇÃO IV
DA EXPLICAÇÃO PESSOAL
... ART. 85

CAPÍTULO III
DA ORDEM DOS DEBATES
.... ART. 89

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
... ART. 89

SEÇÃO II
DO USO DA PALAVRA
..... ART. 90

SEÇÃO III
DOS APARTES
..... ART. 93

CAPÍTULO IV
DA ORDEM E DAS QUESTÕES DE ORDEM
. ART. 95

CAPÍTULO V
DO RECURSO DAS DECISÕES DO PRESIDENTE
ART. 97

CAPÍTULO VI
DAS ATAS E DOS ANAIS
.... ART. 99

TÍTULO VI
DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA
.. ART. 102

CAPÍTULO I
DAS PROPOSIÇÕES
.... ART. 102

SEÇÃO I
DOS PROJETOS
.... ART. 110

SEÇÃO II
DAS INDICAÇÕES
..... ART. 116

DOS REQUERIMENTOS
.... ART. 117
SUBSEÇÃO I

DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS
À DECISÃO DO PRESIDENTE
.... ART. 118

SUBSEÇÃO II
DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS
À DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO
... ART. 121

SEÇÃO IV
DAS EMENDAS
..... ART. 124

TÍTULO VII
DAS DELIBERAÇÕES
.... ART. 126

CAPÍTULO I
DA DISCUSSÃO
..... ART. 127

CAPÍTULO II
DA VOTAÇÃO
..... ART. 132

SEÇÃO I
DO ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO
. ART. 134

SEÇÃO II
DO ADIAMENTO DA VOTAÇÃO
... ART. 135

SEÇÃO III
DOS PROCESSOS DE VOTAÇÃO
. ART. 136

SEÇÃO IV
DA DECLARAÇÃO DE VOTO
.... ART. 141

CAPÍTULO III
DA REDAÇÃO FINAL
..... ART. 143

CAPÍTULO IV
DA PREFERÊNCIA
.... ART. 146

CAPÍTULO V
DO REGIME DE URGÊNCIA
.... ART. 150

TÍTULO VIII
DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS
. ART. 152

CAPÍTULO I
DA EMENDA À LEI ORGÂNICA
... ART. 152

CAPÍTULO II
DO PLANO PLURIANUAL, DAS DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS E DO ORÇAMENTO ANUAL
ART. 157

CAPÍTULO III
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
.. ART. 159

CAPÍTULO IV
DO JULGAMENTO DO PREFEITO E SECRETÁRIOS
MUNICIPAIS POR INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA
ART. 162

CAPÍTULO V
DA SUSTAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS
DO PODEREXECUTIVO
.... ART. 171

CAPÍTULO VI
DA REFORMA OU ALTERAÇÃO REGIMENTAL
ART. 173

CAPÍTULO VII
DO VETO
..... ART. 175

CAPÍTULO VIII
DA LICENÇA DO PREFEITO
.... ART. 177

CAPÍTULO IX
DA REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS
ART. 179

CAPÍTULO X
DA CONCESSÃO DE HONRARIAS
.. ART. 181

TÍTULO IX
DA CONVOCAÇÃO DE TITULARES DE
ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO
ART. 185

TÍTULO X
DISPOSIÇÕES FINAIS
..... ART. 187

RESOLUÇÃO Nº 004/2012

ALTERA DE FORMA GLOBAL O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA
DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ILHOTA

O Presidente da Câmara de Vereadores de Ilhota faz saber que a
Câmara aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

Art. 1º O Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Ilhota
passa a ter a seguinte redação:

TÍTULO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I
DA SEDE

Art. 1º. A Câmara Municipal tem sua sede no edifício que lhe é
destinado, nesta Cidade de Ilhota.

Parágrafo único. Na impossibilidade de seu funcionamento em sua
sede, a Câmara Municipal poderá reunir-se, temporariamente, em
outro local, mediante proposta da Mesa, aprovada pela maioria
absoluta dos Vereadores.

CAPÍTULO II
DA LEGISLATURA

Art. 2º. A Legislatura terá a duração de quatro anos, dividida em
quatro Sessões Legislativas anuais.

SEÇÃO I
DA SESSÃO PREPARATÓRIA

Art. 3º. Precedendo a instalação da Legislatura, os diplomados reu-
nir-se-ão em Sessão Preparatória, no último dia útil da quarta Ses-
são Legislativa da Legislatura anterior, sob a Presidência do mais
idoso, na sala do Plenário, às 10:00 horas, a fim de ultimarem as
providências a serem seguidas na Sessão de instalação da Legis-
latura.

§ 1º. Abertos os trabalhos, o Presidente da Sessão convidará um
dos diplomados para compor a Mesa na qualidade de Secretário.

§ 2º. Composta a Mesa, o Presidente convidará os diplomados pre-
sentes a entregarem os respectivos diplomas e as suas declarações
de bens.

§ 3º. A Mesa provisória dirigirá os trabalhos da Sessão de Instala-
ção, até a Posse dos membros da Mesa.

SEÇÃO II
DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Art. 4º. A Sessão de instalação da Legislatura será realizada no
dia 1º de janeiro, às 10: 00 horas, independente de número de
Vereadores.

Art. 5º. Lida a relação nominal dos diplomados, o Presidente de-
clarará instalada a Câmara Municipal e, de pé, no que deverá ser
acompanhado por todos os presentes, prestará o seguinte com-
promisso:

"PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERA-
TIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA,
A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ILHOTA E AS DEMAIS
NORMAS LEGAIS, DESEMPENHAR, COM LEALDADE, O MANDATO
QUE ME FOI OUTORGADO, E PROMOVER O BEM GERAL DO POVO
DE ILHOTA, EXERCENDO, COM PATRIOTISMO, AS FUNÇÕES DE
MEU CARGO.", e, em seguida, o Secretário designado para esse
fim fará a chamada de cada Vereador, que declarará: "ASSIM O
PROMETO".

§ 1º. Prestado o compromisso, lavrar-se-á, em livro próprio, o res-
pectivo termo de posse, que será assinado por todos os Vereado-
res.

§ 2º. O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no art. 4º
poderá fazê-lo até quinze dias depois da primeira sessão ordinária
da Legislatura.

§ 3º. Considerar-se-á renunciado o mandato do Vereador que, salvo motivo de doença, devidamente comprovado, deixar de tomar posse no prazo do parágrafo anterior.

Art. 6º. Instalada a Legislatura e prestada a promessa, o Presidente dará a palavra aos oradores escolhidos na sessão preparatória, suspendendo-se a sessão em seguida, para os preparativos da eleição da Mesa.

CAPÍTULO III DA SESSÃO LEGISLATIVA

Art. 7º. A Sessão Legislativa compreenderá dois períodos: de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º. As sessões marcadas para as datas de início ou término dos períodos compreendidos na Sessão Legislativa, serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábado, domingo ou feriado.

§ 2º. O início dos períodos da Sessão Legislativa independe de convocação.

§ 3º. Os períodos da Sessão Legislativa são improrrogáveis.

CAPÍTULO IV DAS SESSÕES LEGISLATIVAS EXTRAORDINÁRIAS

Art. 8º. A Câmara reunir-se-á em Sessão Legislativa Extraordinária, em caso de urgência ou de interesse público relevante, por convocação:

I - do Presidente da Câmara, por sua iniciativa ou a requerimento da maioria absoluta dos membros da Casa.

§ 1º. As Sessões Legislativas Extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de cinco dias e nelas não se tratará de assunto estranho à convocação.

§ 2º. O Presidente da Câmara Municipal dará ciência da convocação aos Vereadores por meio de comunicado pessoal e escrito.

TÍTULO II DOS VEREADORES

CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 9º. Os direitos dos Vereadores estão compreendidos no pleno exercício de seu mandato, observados os preceitos legais e as normas estabelecidas neste Regimento.

Art. 10. São deveres do Vereador, além de outros previstos na Lei Orgânica do Município:

I - comparecer, à hora regimental, nos dias designados, às sessões da Câmara Municipal, apresentando, por escrito, justificativa à Mesa, pelo não comparecimento;

II - não se eximir de trabalho algum relativo ao desempenho do mandato;

III - dar, nos prazos regimentais, pareceres ou votos, comparecendo e tomando parte nas reuniões das comissões a que pertencer;

IV - propor ou levar ao conhecimento da Câmara Municipal, medidas que julgar convenientes aos interesses do Município e de sua população;

V - impugnar medidas que lhe pareçam prejudiciais ao interesse público;

VI - comunicar à Mesa a sua ausência do País, especificando o seu destino com dados que permitam sua localização.

CAPÍTULO II DA PERDA DO MANDATO E DA RENÚNCIA

Art. 11. A perda do mandato do Vereador, por decisão da Câmara Municipal, dar-se-á, nos casos dos incisos I, II e VI, do artigo 22 da Lei Orgânica, mediante iniciativa da Mesa ou de partido político com representação na Casa, por deliberação de dois terços dos Vereadores.

Parágrafo único. Assegurada ampla defesa, ao disposto neste artigo aplica-se, no que couber, o procedimento previsto no artigo 163 e seguinte deste Regimento.

Art.12. A perda do mandato de vereador a ser declarada pela Mesa, de ofício, ou mediante iniciativa de qualquer de seus membros ou de partido político com representação na Câmara, com base nos incisos III, IV e V, do artigo 22 da Lei Orgânica, obedecerá às seguintes normas:

I - a mesa dará ciência, por escrito ao vereador, do fato ou ato que possa implicar na perda do mandato;

II - no prazo de três dias úteis, contados da ciência, o Vereador poderá apresentar defesa;

III - apresentada ou não a defesa, a Mesa decidirá a respeito, no prazo de quarenta e oito horas;

IV - a mesa tornará públicas as razões que fundamentam sua decisão.

Art. 13. Para o efeito do artigo 22, II, da Lei Orgânica do Município, considera-se procedimento incompatível com o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas asseguradas aos membros da Câmara ou a percepção de vantagens indevidas em decorrência da condição de Vereador;

II - a transgressão reiterada aos preceitos deste Regimento Interno;

III - a perturbação da ordem nas Sessões da Câmara ou nas reuniões das comissões;

IV - o uso, em discursos ou pareceres, de expressões ofensivas a membros do Legislativo Municipal;

V - o desrespeito à Mesa e atos atentatórios à dignidade de seus membros;

VI - o comportamento vexatório ou indigno capaz de comprometer a dignidade do Poder Legislativo do Município;

VII – assédio moral na forma definida em lei.

§ 1º. Em caso de descumprimento, por qualquer Vereador, de deveres inerentes a seu mandato ou prática de ato que afete a sua dignidade, a Comissão de Ética, composta de cinco membros, observada a proporcionalidade partidária e indicados pelos respectivos líderes de bancada, será competente para propor à Câmara, a aplicação das seguintes penalidades:

I - censura pública;

II - perda temporária do exercício do mandato, por, no máximo noventa dias.

§ 2º. Diante de notícia de conduta a que se refere o parágrafo anterior, de ciência própria ou mediante representação de qualquer do povo, a Comissão concederá prazo de dez (10) dias para que o Vereador apresente defesa.

§ 3º. Apresentada defesa, a Comissão fará as diligências que entender necessárias para o esclarecimento dos fatos, apresentando relatório que, se concluir pela inexistência da infração determinará o arquivamento dos autos.

§ 4º. Em caso contrário, o relatório, cujas conclusões dirão sobre a penalidade cabível, será encaminhado à Mesa, que submeterá o caso ao Plenário, em Sessão especialmente convocada para esse fim.

§ 5º. É garantido ao Vereador a que se imputam os fatos, defesa oral, pessoalmente ou por seu advogado, na Sessão de Julgamento, por, no máximo, cento e vinte minutos.

§ 6º. Ouvida a defesa, o Plenário deliberará, por maioria absoluta dos membros da Câmara, em votação secreta.

Art. 14. A renúncia ao mandato far-se-á em ofício autenticado dirigido ao Presidente da Câmara.

Art. 15. Em caso de vaga, investidura e licença previstas nos artigos 19 e 20, o Presidente convocará imediatamente o suplente, que deverá tomar posse dentro do prazo de cinco dias, salvo motivo justo.

Parágrafo único. Considera-se motivo justo, doença ou ausência do País, devidamente comprovadas.

Art. 16. O suplente tomará posse perante a Câmara Municipal em sessão ordinária ou extraordinária, exceto em períodos de recesso, quando ela se dará perante a Mesa.

CAPÍTULO III DAS FALTAS E DAS LICENÇAS

Art. 17. Salvo motivo justo, será atribuída falta ao Vereador que não comparecer às sessões ou às reuniões das Comissões.

§ 1º Considera-se motivo justo, para efeito de justificação de faltas: doença, nojo, gala, desempenho de missões oficiais da Câmara, além de outros, esclarecidos, com antecedência, em Plenário.

§ 2º. Considera-se ter comparecido à sessão plenária, o Vereador que assinar à folha de presença no início da sessão e que participar da votação das proposições em pauta na Ordem do Dia.

Art. 18. O Vereador poderá licenciar-se:

I - por doença, devidamente comprovada, sem prejuízo de sua remuneração;

II - para tratar de interesse particular, sem remuneração, por prazo não superior a cento e vinte dias por Sessão Legislativa.

Parágrafo único. A Vereadora gestante poderá licenciar-se, por cento e vinte dias, sem prejuízo da remuneração.

Art. 19. A investidura em cargo previsto no Art. 23, inciso I, da Lei

Orgânica do Município, independe de licença, considerando-se o investido automaticamente afastado.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 20. Convocar-se-á o suplente nos casos de investidura previstos no artigo anterior e nos casos de licença superior a trinta dias.

Art. 21. O pedido de licença será feito pelo Vereador em requerimento escrito, efetivando-se após deliberação plenária, em discussão e votação únicas.

§ 1º. Encontrando-se o Vereador impossibilitado, físico ou mentalmente, de subscrever o requerimento, poderá fazê-lo a liderança de sua bancada, instruindo-o com atestado médico.

§ 2º. Durante o recesso legislativo, a licença será concedida pela Mesa, que, se abranger período de sessão legislativa ordinária ou extraordinária, será referendada pelo Plenário.

CAPÍTULO IV DAS LIDERANÇAS

Art. 22. Líder é o porta-voz de uma representação partidária ou de agrupamento de representações partidárias e intermediárias autorizados entre ela ou elas e os órgãos da Câmara Municipal e do Município.

§ 1º. Cada bancada terá um líder, e, um vice-líder.

§ 2º. As bancadas deverão indicar à Mesa, através de documento subscrito pela maioria de seus membros, no início de cada Sessão Legislativa, os respectivos líderes e vice-líderes.

§ 3º. Cabe ao líder a indicação de membros de sua representação para integrarem comissões permanentes e dos respectivos substitutos, no caso de impedimento ou vacância.

§ 4º. O líder será substituído, nas suas faltas, impedimentos ou ausência do recinto do plenário, pelo respectivo vice-líder.

§ 5º. É facultado ao Prefeito indicar através de ofício dirigido à Mesa, Vereador que interprete o seu pensamento junto à Câmara Municipal.

TÍTULO III DA MESA DA CÂMARA

CAPÍTULO I DA ELEIÇÃO DA MESA

Art. 23. No dia da Sessão de Instalação da Legislatura, às 10:00 horas, após a posse dos Vereadores e do Prefeito e do Vice-Prefeito, será realizada a eleição da Mesa, sob a Presidência do mais idoso entre os presentes.

§ 1º. Após trinta minutos de recesso, será reaberta a sessão e verificada a presença da maioria absoluta, passar-se-á, imediatamente, à eleição.

§ 2º. A eleição será secreta, mediante cédula única, impressa ou datilografada, dando-se a eleição para todos os cargos da Mesa num só ato de votação.

§ 3º. A cédula de votação será colocada em sobrecarta rubricada pelo Presidente por ele fornecida aos Vereadores à medida que forem chamados sendo depositada em urna exposta no recinto do Plenário.

§ 4º. Será nulo o voto contido em sobrecarta não rubricada pelo Presidente, que indicar mais de um nome para o mesmo cargo, ou que, em cédula assinada ou contendo sinais facilmente visíveis, se torne identificável.

Art. 24. A apuração será feita por três escrutinadores pertencentes a diferentes bancadas, designados pelo Presidente.

§ 1º. Conhecido o resultado, o Presidente proclamará eleitos os que obtiverem maioria absoluta.

§ 2º. Se o candidato não obtiver maioria absoluta, proceder-se-á, imediatamente, à nova eleição para os cargos não preenchidos na primeira, considerando-se eleito o mais votado, ou, em caso de empate, o mais idoso.

§ 3º. Consideram-se automaticamente empossados os eleitos.

Art. 25. A eleição da renovação da Mesa para o ano seguinte, realizar-se-á dentro do período de 30 (trinta) dias anterior ao término da Sessão Legislativa, em Sessão Plenária especialmente convocada para este fim, devendo ser presidida pela Mesa em exercício.

§ 1º. A convocação da Sessão de eleição dar-se-á com antecedência mínima de sete dias, devendo o Ato ser anunciado em sessão ordinária.

§ 2º. A posse dos eleitos nos termos deste artigo ocorrerá em 01 de janeiro do ano subsequente.

Art. 26. O mandato da Mesa será de um ano, vedada a recondução para ao cargo de Presidente na mesma legislatura.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA

Art. 27. Compete à Mesa, entre outras atribuições:

I - tomar todas as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II - designar Vereadores para missão de representação da Câmara Municipal;

III - propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal;

IV - promulgar emendas à Lei Orgânica.

Art. 28. A Mesa será composta de um Presidente, um Vice- Presidente, um 1º Secretário, um 2º Secretário.

§ 1º. Na composição da Mesa será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos com assento na Casa.

§ 2º. No impedimento ou ausência do Presidente e Vice-Presidente, assumirá o cargo o 1º Secretário e, na impossibilidade deste, o 2º, respectivamente, e na impossibilidade destes o mais idoso.

§ 3º. No caso de vaga, o seu preenchimento dar-se-á mediante eleição, nos termos do disposto neste Regimento.

Art. 29. No caso de vacância de todos os cargos da Mesa, o vereador mais idoso assumirá a Presidência até nova eleição, que se realizará dentro de cinco dias úteis.

Art. 30. O Vereador ocupante de cargo na Mesa poderá dele

renunciar, através de ofício a ela dirigido, que se efetivará, independente de deliberação do Plenário, a partir de sua leitura em sessão.

Parágrafo único. Se a renúncia for coletiva, de toda a Mesa, o ofício será levado ao conhecimento do Plenário.

Art. 31. Os membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, são passíveis de destituição, desde que exorbitem das atribuições a eles conferidas por este Regimento, ou delas se omitam, mediante Resolução aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, assegurada ampla defesa.

§ 1º. O início do processo de destituição dependerá de representação subscrita pela maioria absoluta dos Vereadores, necessariamente lida em Plenário por qualquer de seus signatários, com farta e circunstanciada fundamentação sobre as irregularidades imputadas.

§ 2º. Oferecida a representação, constituir-se-á Comissão Processante, nos termos regimentais, aplicando-se ao procedimento, no que couber, o disposto nos artigos 166 e seguintes deste Regimento.

SEÇÃO I DO PRESIDENTE

Art. 32. O Presidente, representante da Câmara Municipal, quando ela haja de se pronunciar coletivamente, dirige seus trabalhos e fiscaliza a sua ordem, na conformidade deste Regimento.

Art. 33. São atribuições do Presidente:

I - representar a Câmara em juízo ou fora dele;

II - encaminhar pedido de intervenção no Município, nos casos previstos na Constituição Federal;

III - dar posse aos Vereadores;

IV - dirigir, com suprema autoridade, a polícia interna da Câmara Municipal;

V - substituir, nos termos da Lei Orgânica, o Prefeito Municipal;

VI - presidir a Mesa Diretora;

VII - quanto às Sessões da Câmara:

a) abri-las, presidi-las, suspendê-las e encerrá-las;

b) manter a ordem, interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

c) conceder a palavra aos Vereadores, a convidados especiais, visitantes ilustres, e a representantes de signatários de projeto de iniciativa popular;

d) interromper o orador que se desviar da questão em debate ou faltar com o respeito devido à Câmara ou a qualquer de seus membros, adverti-lo, chamá-lo à ordem, e, em caso de insistência, cessar-lhe a palavra, podendo, ainda, suspender a sessão quando não atendido e as circunstâncias o exigirem;

e) chamar a atenção do Vereador quando esgotar o tempo a que tem direito;

f) decidir as questões de ordem;

g) anunciar a Ordem do Dia e submeter à discussão e votação a matéria dela constante, fazendo constar da mesma a listagem de nomes dos Vereadores que descumprirem com o prazo para apresentação de parecer de projeto no qual funcione como relator, o mesmo para devolução de projeto retirado para vistas, nos termos do artigo 57, § 1º e § 2º;

h) estabelecer o ponto da questão sobre o qual deve ser feita a votação;

i) anunciar o resultado da votação;

j) fazer organizar, sob sua responsabilidade e direção, a Ordem do Dia da sessão seguinte;

l) determinar a distribuição aos Vereadores e fazer a publicação da Ordem do Dia, no prazo regimental;

m) elaborar a redação para a segunda discussão e a redação final dos projetos, na conformidade do aprovado;

n) convocar sessões ordinárias, extraordinárias e solenes nos termos regimentais;

o) convocar Sessão Legislativa Extraordinária, nos termos do artigo 8º.

VIII - Quanto às proposições:

a) aceitá-las, ou, quando manifestamente contrárias à Lei Orgânica e ao Regimento Interno, recusá-las;

b) dar-lhes o encaminhamento regimental, declará-las prejudicada, determinar seu arquivamento ou sua retirada, nas hipóteses previstas neste Regimento;

c) encaminhar projetos de lei à sanção do prefeito;

d) promulgar leis, nas hipóteses previstas na Lei Orgânica;

e) baixar Resoluções e Decretos-Legislativos, determinando a sua publicação.

IX - Quanto às Comissões:

a) homologar as indicações de membros de Comissão Especial, de Inquérito e de Representação, previamente feitas pelas bancadas;

b) homologar as indicações das lideranças partidárias para a composição das Comissões Permanentes, bem como para substituição de seus membros.

Art. 34. O Presidente, para ausentar-se do Município por mais de dez dias, deverá necessariamente licenciar-se do cargo.

SEÇÃO II DO VICE-PRESIDENTE

Art. 35. O Vice-Presidente e, em sua ausência ou impedimento, o 1º e o 2º Secretários, sucessivamente, substituirá o Presidente no exercício de suas funções, quando impedido ou ausente.

SEÇÃO III DOS SECRETÁRIOS

Art. 36. São atribuições do 1º Secretário, além de outras previstas neste Regimento Interno:

I - verificar e declarar a presença dos Vereadores;

II - ler a matéria do expediente;

III - anotar as discussões e votações;

IV - fazer a chamada dos Vereadores nos casos previstos neste Regimento Interno;

V - acolher os pedidos de inscrição dos Vereadores para o uso da palavra;

VI - assinar, depois do Presidente, as atas das Sessões Plenárias;

VII - fiscalizar a elaboração das atas das sessões e dos Anais;

VIII - fiscalizar o registro dos debates;

IX - secretariar a Mesa Diretora;

X - substituir o Presidente na ausência do Vice-Presidente ou impedimento destes.

Art. 37. São atribuições do 2º Secretário:

I - ler a ata da sessão anterior;

II - fazer o assentamento de votos, nas eleições;

III - assinar, depois do 1º Secretário, as atas das sessões plenárias;

IV - integrar, como membro, a Mesa Diretora;

V - substituir o 1º Secretário.

Art. 38. Consideram-se indelegáveis as atribuições do Presidente.

CAPITULO III DA SEGURANÇA INTERNA DA CÂMARA

Art. 39. A segurança do edifício da Câmara Municipal compete à Mesa, sob a direção do Presidente.

Parágrafo único. A segurança poderá ser feita pela Guarda Municipal, por servidores integrantes do serviço próprio da Câmara, ou por entidade contratada, habilitada à prestação de tal serviço.

Art. 40. Qualquer cidadão poderá assistir às sessões das galerias, desde que guarde silêncio e respeito, sendo compelido a sair imediatamente do edifício, caso perturbe os trabalhos com aplausos ou manifestações de reprovação e não atenda à advertência do Presidente.

Parágrafo único. Quando o Presidente não conseguir manter a ordem por simples advertências, deverá suspender a sessão, adotando as providências cabíveis.

Art. 41. Revelando-se ineficazes as providências adotadas pela Presidência, aquele que perturbar a ordem dos trabalhos, desacatar a Mesa, os Vereadores ou os servidores em serviço, será detido e encaminhado à autoridade competente.

Art. 42. No recinto do Plenário, durante as sessões, só serão admitidos os Vereadores, servidores em serviço e convidados.

Art. 43. É proibido o porte de arma no recinto do Plenário.

§ 1º. Compete à Mesa fazer cumprir as determinações deste artigo, mandando desarmar e prender quem as transgredir.

§ 2º. Relativamente a Vereador, a constatação do fato será

considerada conduta incompatível com o decoro parlamentar.

TÍTULO IV DAS COMISSÕES

CAPÍTULO I DA MESA DIRETORA

Art. 44. A Mesa Diretora, composta do Presidente, do Vice- Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário da Câmara Municipal, é órgão permanente de direção administrativa e financeira do Poder Legislativo do Município.

Art. 45. Compete-lhe, entre outras atribuições:

I - a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre a organização dos serviços da Câmara, criação, extinção e alteração de cargos e fixação dos respectivos vencimentos e vantagens dos servidores da Câmara, observada a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - a iniciativa de projeto de lei dispondo sobre a abertura de créditos suplementares ou especiais, com recursos indicados pelo Executivo ou mediante anulação parcial ou total de dotações da Câmara;

III - expedir, mediante Ato, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alterá-las, quando necessário, por anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias, observados os princípios de probidade, vedada a permissão para gastos não compatíveis com o exercício da função legislativa;

IV - por meio de Ato, nomear, promover, comissionar, conceder gratificações, licenças, colocar em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir servidores da Câmara, nos termos da lei;

V - expedir normas e medidas administrativas;

VI - ordenar a despesa da Câmara Municipal;

VII - devolver à Prefeitura o saldo de caixa existente na Câmara Municipal ao final do exercício;

VIII - prestar, anualmente, contas da gestão financeira da Câmara Municipal;

IX - elaborar a proposta orçamentária da Câmara Municipal a ser incluída na Lei Orçamentária do Município;

X - a iniciativa de projetos de Decreto Legislativo e Resolução;

XI - apresentar o relatório anual de atividades da Câmara Municipal, perante o Plenário, na primeira sessão ordinária da Sessão Legislativa subsequente.

§ 1º. Os atos decorrentes das atribuições previstas nos incisos V e VI deste artigo poderão ser praticados pelo Presidente, na conformidade de diretrizes previamente estabelecidas pela Mesa Diretora.

§ 2º. Segundo diretrizes previamente estabelecidas, a Comissão Executiva poderá atribuir à supervisão do 1º e do 2º Secretários, setores ou aspectos da gestão administrativa e financeira, sem prejuízo do poder decisório do colegiado.

CAPÍTULO II DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 46. As Comissões Permanentes têm por objetivo estudar e emitir pareceres sobre matéria submetida a seu exame.

Art. 47. São Comissões Permanentes:

I - a Comissão de Legislação, Justiça e Redação;

II - a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização;

III - a Comissão de Serviço Público;

IV - a Comissão de Educação, Cultura, Bem Estar Social e Ecologia;

V - a Comissão de Urbanismo e Obras Públicas;

VI - a Comissão de Defesa do Cidadão.

Art. 48. As Comissões Permanentes compor-se-ão de três membros.

Parágrafo único. Cada Vereador, à exceção do Presidente, deverá participar, obrigatoriamente, de, pelo menos, uma comissão permanente.

SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO

Art. 49. Os membros das Comissões Permanentes serão escolhidos para as integrar por período de um ano, permitida a recondução.

Art. 50. Na composição das Comissões Permanentes, na primeira sessão ordinária após a eleição da Mesa Diretora ou em sessão extraordinária convocada pela presidência, os líderes, de comum acordo e observada a proporcionalidade partidária, indicarão os membros das respectivas bancadas que as integrarão. (Redação acrescentada pela Resolução nº02/2017 de 05 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios nº 2168 de 13 de janeiro de 2017, pág. 470.)

Art. 51. Recebidas as indicações, o Presidente as homologará, considerando-se automaticamente empossados os membros indicados.

SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 52. Compete:

I - à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, os aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos e de técnica legislativa de todas as proposições, salvo as exceções previstas neste Regimento;

II - à Comissão Economia, Finanças e Fiscalização, os aspectos econômicos e financeiros, e, especialmente:

a) matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas, e outras, que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, ou repercutam no patrimônio municipal;

b) os projetos do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e, privativamente, o projeto do orçamento anual e a prestação de contas do Executivo e da Mesa da Câmara.

III - à Comissão de Serviço Público, matéria sobre servidores públicos, seu regime jurídico, criação, extinção e transformação de cargos, fixação ou alteração de sua remuneração, matéria que diga respeito à prestação de serviços públicos, diretamente pelo Município ou em regime de concessão ou permissão, criação, organização e atribuições dos órgãos e entidades da administração municipal e alienação de bens;

IV - à Comissão de Educação, Cultura, Bem Estar Social e Ecologia, matéria que diga respeito ao ensino, ao patrimônio histórico e natural, à ciência, às artes, ao esporte, à saúde pública, à assistência social, à higiene e profilaxia sanitária, saneamento básico e ao controle da poluição ambiental;

V - à Comissão de Urbanismo e Obras Públicas, matéria que diga respeito aos Planos de Desenvolvimento Urbano, controle do uso do solo urbano, sistema viário, parcelamento do solo, edificações, realização de obras públicas e política habitacional do Município;

VI - à Comissão de Defesa do Cidadão, matéria que diga respeito ao exercício dos direitos inerentes à cidadania, a segurança pública, os direitos do consumidor, do contribuinte e das minorias, da mulher, da criança, do idoso e do deficiente físico.

Parágrafo único. A enumeração das matérias deste artigo é indicativa, compreendidas na competência das diversas comissões ainda outras, correlatas ou conexas.

Art. 53. Compete, em comum, às Comissões:

I - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

II - encaminhar, através da Mesa, pedidos de informação sobre matéria que lhe for submetida;

III - receber reclamações e sugestões, de qualquer do povo;

IV - solicitar a colaboração de órgãos e entidades da administração pública e da sociedade civil, para elucidação de matéria sujeita ao seu pronunciamento;

V - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático, podendo promover ou propor à Mesa da Câmara a promoção de conferências, seminários, palestras e exposições.

Art. 54. À Comissão de Legislação, Justiça e Redação cabe, preliminarmente, examinar a admissibilidade da matéria, do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade às Leis, à Lei Orgânica e ao Regimento Interno.

§ 1º. Se o parecer for pela inadmissibilidade total, a proposição, após publicação do parecer, será arquivada, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º. No caso do parágrafo anterior, no prazo de cinco dias úteis contados da publicação do parecer, poderá o autor da proposição, com o apoio de um terço dos membros da Câmara, ou o Prefeito, em projetos de sua iniciativa, solicitar à Mesa que submeta o parecer à deliberação do Plenário.

§ 3º. Aprovado em discussão e votação única o parecer pelo Plenário, a proposição será definitivamente arquivada; rejeitado, retornará às Comissões que deva manifestar-se sobre o mérito.

§ 4º. Se o Parecer for pela inadmissibilidade parcial, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação proporá emenda supressiva, se insanaável, ou modificativa, se sanável a contrariedade à Constituição, à Lei Orgânica ou ao Regimento Interno.

Art. 55. As atividades de controle externo previsto no artigo 61 da Lei Orgânica cabem à Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 56. As Comissões Permanentes funcionarão segundo o regulamento interno que adotarem, aprovado na primeira reunião ordinária realizada após a eleição dos Presidentes respectivos.

Art. 57. O regulamento interno a que se refere o artigo anterior observará os seguintes preceitos:

I - as reuniões das Comissões serão públicas, sendo obrigatória à realização de pelo menos uma reunião semanal;

II - prazo de três dias úteis para que o Presidente da Comissão designe relator para matéria submetida ao seu exame;

III - prazo de cinco dias úteis para que o relator apresente parecer;

IV - prazo máximo de três dias para vistas de membro da comissão, se solicitada;

V - deliberação por maioria absoluta.

§ 1º. Os prazos previstos no presente artigo deverão ser rigorosamente obedecidos, sob pena de comunicação obrigatória da respectiva Comissão à Mesa da Câmara, no primeiro dia subsequente ao atraso na entrega do projeto, para, nos termos do artigo 33, VII, g, seja seu nome publicado na listagem aí mencionada.

§ 2º. A partir dessa publicação a Comissão respectiva lhe abrirá prazo fatal de três dias para devolução do projeto, que uma vez descumprido impedirá o Vereador de retirar ou receber qualquer outro projeto para vistas ou parecer.

Art. 58. Dentro do prazo de três dias úteis depois de composta, a comissão reunir-se-á para eleger seu Presidente.

Parágrafo único. Se nesse prazo não for eleito Presidente, assumirá a Presidência, até a eleição, o membro mais idoso, o qual, também, substituirá o Presidente eleito, em suas ausências ou impedimento.

Art. 59. Os presidentes das comissões permanentes reunir-se-ão mensalmente, com a presidência da Câmara, para adotar providências visando a rápida tramitação das proposições.

Art. 60. Salvo exceções previstas neste Regimento, cada comissão terá o prazo de oito dias para exarar parecer, prorrogável, por mais oito, pelo Presidente da Câmara, mediante requerimento fundamentado.

§ 1º. O prazo previsto neste artigo é contado na data em que a matéria der entrada na Comissão.

§ 2º. Findo o prazo, a matéria deverá ser encaminhada à Comissão que deva pronunciar-se em seqüência, ou à Presidência, se for o caso, com ou sem parecer.

§ 3º. Pedido de informações dirigido ao Executivo Municipal ou diligência imprescindível ao estudo da matéria, desde que solicitada através da Mesa, suspendem o prazo previsto no "caput" deste artigo.

§ 4º. Para matéria com pedido de urgência do Executivo, o prazo para exarar parecer será de quinze dias, comum a todas as comissões que se devam pronunciar.

Art. 61. Matéria sujeita à apreciação das comissões será instruída pela Assessoria Jurídica da Câmara, no prazo de sete dias úteis.

Parágrafo único. Na instrução serão sugeridas as modificações necessárias ao projeto, oportunidade em que serão abordados os aspectos jurídicos pertinentes, os de técnica legislativa e de redação, visando sua correção.

CAPÍTULO IV DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Art. 62. As Comissões Temporárias, que se extinguem com o término da Legislatura ou logo que tenham alcançado os seus objetivos, são:

- I - especiais;
- II - de inquérito;
- III - de representação;
- IV - processantes.

Parágrafo único. Na composição das comissões previstas nos incisos I, II e III, adotar-se-á o critério da proporcionalidade partidária.

SEÇÃO I DAS COMISSÕES ESPECIAIS

Art. 63. As Comissões Especiais, constituídas mediante requerimento aprovado pela maioria absoluta, destinam-se ao estudo da reforma ou alteração deste Regimento, ao estudo de problemas municipais e à tomada de posição pela Câmara em assuntos de reconhecida relevância.

§ 1º. A proposição indicará, fundamentadamente, a finalidade, o número de membros que a deverão compor e o prazo de sua duração.

§ 2º. Não será constituída Comissão Especial para tratar de assunto de competência específica de qualquer das Comissões Permanentes.

SEÇÃO II DAS COMISSÕES DE INQUÉRITO

Art. 64. As Comissões de Inquérito, criadas mediante requerimento de um terço dos Vereadores, independentemente de parecer e deliberação do Plenário, destinam-se à apuração de fato determinado e por prazo certo.

§ 1º. Constituída a Comissão de Inquérito, cabe-lhe requisitar, por intermédio da Comissão Executiva, os servidores do Quadro da Câmara necessários aos trabalhos ou a designação de técnicos e peritos que possam cooperar no desempenho das suas atribuições.

§ 2º. Em sua primeira reunião, a Comissão elegerá o seu Presidente e seu relator geral, e se necessário vários relatores parciais.

§ 3º. Até quinze dias de sua instalação, a Comissão submeterá à decisão do Plenário da Câmara, solicitação do prazo necessário à ultimização de seus trabalhos, cabendo essa decisão à Mesa, "ad referendum" do Plenário, durante o recesso legislativo.

§ 4º. No exercício de suas atribuições, a Comissão poderá determinar as diligências que reputar necessárias, ouvir acusados, inquirir testemunhas, solicitar informações e requisitar documentos.

§ 5º. Não se constituirá comissão de inquérito, enquanto três ou mais estiverem em funcionamento.

Art. 65. A Comissão de Inquérito redigirá suas conclusões em forma de relatório que, conforme o caso, alternativa ou cumulativamente, conterá sugestões, recomendações à autoridade administrativa competente, terminará pela apresentação de projeto, ou concluirá pelo encaminhamento ao Ministério Público, para que

este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

SEÇÃO III DAS COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO

Art. 66. As Comissões de Representação, constituídas para representar a Câmara em atos externos, serão designadas pelo Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento escrito de Vereador, aprovado em Plenário.

§ 1º. Quando a Câmara se fizer representar em conferências, reuniões, congressos e simpósios, não exclusivamente de Vereadores, serão preferencialmente indicados Vereadores que desejarem apresentar trabalhos relativos ao temário, e membros das Comissões Permanentes na esfera de suas atribuições.

§ 2º. As representações da Câmara Municipal em órgão ou entidades, na forma da legislação específica, terão seus integrantes escolhidos na conformidade do disposto na Seção I do Capítulo IV, deste Título.

SEÇÃO IV DAS COMISSÕES PROCESSANTES

Art. 67. As Comissões Processantes destinam-se:

I - à aplicação de procedimento instaurado em face de denúncia contra Vereador, por infrações previstas na Lei Orgânica e neste Regimento, cominadas com a perda do mandato (art. 22, I, II e VI da Lei Orgânica);

II - à aplicação de procedimento instaurado em face de representação contra membros da Mesa da Câmara, por infrações previstas na Lei Orgânica e neste regimento cominadas com destituição;

III - à aplicação de processo instaurado em face de denúncia contra o Prefeito Municipal ou contra Secretário Municipal, por infração político - administrativa prevista em Lei Complementar à Lei Orgânica.

Art. 68. As Comissões Processantes são constituídas por sorteio entre os Vereadores desimpedidos e composta de cinco membros.

§ 1º. Considera-se impedido o Vereador denunciante, no caso dos incisos I e III do artigo anterior, e, os Vereadores subscritores da representação e os membros da Mesa contra a qual é dirigida, no caso do inciso II do mesmo artigo.

§ 2º. Cabe aos membros da Comissão Processante, no prazo de quarenta e oito horas de sua constituição, eleger Presidente e Relator.

CAPÍTULO V DOS PARECERES

Art. 69. Parecer é o pronunciamento de Comissão sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

Art. 70. A manifestação do relator da matéria será submetida, em reunião, aos demais membros da Comissão, e acolhida como Parecer, se aprovada pela maioria absoluta.

§ 1º. O voto, em face da manifestação do relator, poderá ser favorável, contrário ou favorável com restrições, devendo, nos dois últimos casos, vir acompanhado, por escrito, das razões que o fundamentam, em separado.

§ 2º. Voto em separado acompanhado pela maioria da Comissão, passa a constituir o seu Parecer.

§ 3º. Não acolhido pela maioria o voto do relator ou o voto em separado, novo relator será designado pelo Presidente da Comissão.

Art. 71. Somente em casos expressamente previstos neste Regimento o parecer de comissão poderá ser verbal.

TÍTULO V DAS SESSÕES

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 72. As sessões da Câmara Municipal serão públicas.

Art. 73. As sessões poderão ser preparatórias, ordinárias, extraordinárias, solenes e itinerantes.

§ 1º. Preparatórias são as que precedem a instalação da Legislatura.

§ 2º. Ordinárias são as realizadas em datas e horários previstos neste Regimento, independente de convocação.

§ 3º. Extraordinárias são as realizadas em hora diversa da fixada para as sessões ordinárias, mediante convocação, para apreciação de matéria em Ordem do Dia, para palestras e conferências e para ouvir titular de órgão ou entidade da administração municipal.

§ 4º. Solenes são as convocadas para:

I - dar posse ao Prefeito e Vice-Prefeito;

II - comemorar fatos históricos, dentre os quais, obrigatoriamente o aniversário de emancipação político-administrativa de Ilhota;

III - instalar a Legislatura;

IV - proceder à entrega de honrarias e outras homenagens que a Câmara entender relevantes.

§ 5º. As sessões itinerantes serão regulamentadas por ato próprio.

Art. 74. As sessões ordinárias terão início às dezoito horas, com a duração de duas horas, às terças-feiras, até o limite de quatro por mês, ficando o calendário das reuniões sob a responsabilidade da Mesa Diretora que o publicará no mês anterior para conhecimento dos Vereadores.

Parágrafo único. As quartas e sextas-feiras serão destinadas aos trabalhos das Comissões, salvo quando necessária à realização de sessão para apreciação de projetos em regime de urgência.

Parágrafo único. As terças-feiras serão destinadas aos trabalhos das Comissões, salvo quando necessária à realização de sessão para apreciação de projetos em regime de urgência. (redação dada pela Resolução nº13/2014)

Art. 75. As sessões extraordinárias e solenes serão convocadas pelo Presidente, de ofício ou por deliberação da Câmara, a requerimento de qualquer Vereador.

§ 1º. O Presidente fixará com antecedência a data, a hora e a Ordem do Dia da sessão extraordinária, comunicando à Câmara, em sessão ou através de ofício.

§ 2º. A duração das sessões extraordinárias será o mesmo das ordinárias.

Art. 76. O prazo de duração será prorrogável a requerimento verbal de qualquer Vereador, desde que esteja presente, pelo menos, a maioria absoluta dos Vereadores.

§ 1º. O requerimento de prorrogação da sessão poderá ser formulado à Mesa até o momento do Presidente anunciar o término da Ordem do Dia, prefixará o seu prazo, indicará o motivo, não terá discussão nem encaminhamento de votação e será votado sempre pelo processo simbólico.

§ 2º. Se houver orador na tribuna no momento em que for requerida a prorrogação, o Presidente interrompê-lo-á para submeter o requerimento à votação.

Art. 77. A sessão poderá ser suspensão para:

I - preservação da ordem;

II - permitir, quando necessário, que Comissão apresente parecer verbal ou escrito;

III - entendimento de lideranças sobre matéria em discussão;

IV - recepcionar visitantes ilustres.

Parágrafo único. O tempo de suspensão não será computado na duração da sessão.

Art. 78. A sessão será encerrada à hora regimental, ou:

I - por falta de quorum regimental, para o prosseguimento dos trabalhos;

II - quando esgotada a matéria da Ordem do Dia e não houver oradores para explicações pessoais;

III - em caráter excepcional, por motivo de luto nacional, pelo falecimento de autoridade, ou por calamidade pública, em qualquer fase dos trabalhos, mediante deliberação plenária;

IV - por tumulto grave.

CAPÍTULO II DAS SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS

Art. 79. As sessões ordinárias e extraordinárias compor-se-ão de quatro partes:

I - pequeno expediente;

II - ordem do dia;

III - grande expediente;

IV - explicação pessoal.

SEÇÃO I DO PEQUENO EXPEDIENTE

Art. 80. A partir da hora fixada para o início da sessão, com a presença mínima de um terço dos Vereadores que compõem a Câmara, o Presidente declarará aberta à sessão iniciando-se o pequeno expediente, que terá a duração de trinta minutos.

Art. 81. O pequeno expediente destina-se:

I – ao momento bíblico, destinado à leitura de trecho da bíblia, com duração máxima de três minutos;

II - à leitura e aprovação da ata;

III - à leitura do sumário do expediente recebido pela Mesa;

IV - à leitura do sumário das proposições encaminhadas à Mesa.

§ 1º. Encerrada a leitura do sumário das proposições, nenhuma matéria poderá ser apresentada, ressalvadas as exceções previstas neste Regimento.

§ 2º. Se a discussão da ata e a leitura do sumário do expediente esgotarem o tempo do pequeno expediente, o Presidente despachará os papéis que não tiverem sido lidos.

§ 3º. Se não forem utilizados os trinta minutos do pequeno expediente, o restante do tempo será incorporado ao Grande Expediente.

SEÇÃO II DA ORDEM DO DIA

Art. 82. Findo o tempo destinado ao pequeno expediente, passar-se-á à Ordem do Dia, com a duração de quarenta e cinco minutos.

§ 1º. Verificada a presença da maioria absoluta dos Vereadores, dar-se-á início às discussões e votações, obedecida a ordem de preferência do artigo 147.

§ 2º. O 1º Secretário procederá a leitura da súmula da matéria a ser apreciada.

§ 3º. O Presidente anunciará a matéria em discussão, a qual será encerrada se nenhum Vereador houver solicitado a palavra, passando-se à sua imediata votação.

Art. 83. A Ordem dos trabalhos estabelecida nesta seção poderá ser alterada ou interrompida:

I - no caso de assunto urgente;

II - no caso de inversão de pauta;

III - no caso de preferência;

IV - para posse de Vereador.

§ 1º. Entende-se urgente para interromper a Ordem do Dia, aquilo capaz de tornar-se nulo e de nenhum efeito se deixar de ser imediatamente tratado.

§ 2º. O Vereador, para tratar de assunto urgente, usará da seguinte expressão: "Peço a palavra para assunto urgente". Concedida a palavra, o Vereador deverá, de imediato, manifestar a urgência e, caso não o faça, terá a palavra cassada.

§ 3º. A inversão da pauta da Ordem do Dia deverá ser solicitado através de requerimento verbal, convenientemente fundamentado, procedendo-se de acordo com a deliberação plenária.

§ 4º. Para que se aprecie preferencialmente qualquer matéria, deverá ser formulado requerimento verbal sujeito à aprovação do Plenário.

SEÇÃO III DO GRANDE EXPEDIENTE

Art. 84. O Grande Expediente terá início ao esgotar-se a pauta da Ordem do Dia e terá a duração máxima de quarenta e cinco minutos.

§ 1º. Cada Vereador, inscrito no livro próprio, poderá usar da palavra, uma única vez, durante três minutos, improrrogáveis, a fim de tratar de assunto de livre escolha, sendo permitidos apartes, que serão breves.

§ 2º. Não será permitida nova inscrição ao Vereador antes de haver usado a palavra.

§ 3º. Ao orador que, por esgotar o tempo reservado ao Grande Expediente, for interrompido em sua palavra, terá o direito de ocupar a tribuna em primeiro lugar, na sessão seguinte para completar o tempo regimental.

§ 4º. A parte final do Grande Expediente será destinada às lideranças partidárias e do Prefeito, dispondo cada líder de cinco minutos, observando-se, no uso da palavra, ordem inversa à determinada pelo número de integrantes das representações partidárias e por último o líder do Prefeito.

§ 5º. O líder poderá falar sobre assunto de sua livre escolha por tempo improrrogável.

§ 6º. O orador poderá requerer a inserção do seu discurso em ata e encaminhá-lo à secretaria da Câmara, desde que seu pronunciamento envolva sugestão de interesse público municipal.

SEÇÃO IV DA EXPLICAÇÃO PESSOAL

Art. 85. Terminado o Grande Expediente, presente, no mínimo, um terço dos Vereadores, passar-se-á à Explicação Pessoal, pelo tempo restante da sessão.

Art. 86. A Explicação Pessoal destina-se à manifestação de Vereadores sobre atitudes pessoais assumidas durante a sessão ou no exercício do mandato.

Parágrafo único. Nenhum Vereador poderá exceder o prazo de cinco minutos nas explicações pessoais, devendo a palavra ser solicitada do Plenário.

Art. 87. A sessão não será prorrogada para explicação pessoal.

Art. 88. Findos os trabalhos declarará o Presidente encerrada a sessão.

CAPÍTULO III DA ORDEM DOS DEBATES

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 89. Os debates devem realizar-se em ordem e solenidade próprias da dignidade do Legislativo, não podendo o Vereador fazer uso da palavra sem que o Presidente a conceda.

§ 1º. Os Vereadores deverão permanecer nas respectivas bancadas, no decorrer da Sessão.

§ 2º. O orador, ao iniciar, dirigirá a palavra ao Presidente e aos demais Vereadores.

§ 3º. O orador deverá falar da tribuna, e, quando da bancada, manter-se em pé e de frente para a Mesa.

§ 4º. Nenhuma conversação será permitida no recinto do Plenário em tom que dificulte a leitura do expediente, a chamada, as deliberações da Mesa e os debates.

SEÇÃO II DO USO DA PALAVRA

Art. 90. O Vereador poderá falar:

I - por cinco minutos, sem apartes:

a) para retificar ou impugnar Ata;

b) se autor da proposição ou líder da bancada, para encaminhar a votação;

c) para declaração de voto;

d) para explicação pessoal.

II - por dez minutos, sem apartes, para formular questão de ordem, ou pela ordem;

III - por dez minutos, com apartes, para discutir requerimento e para discutir a redação final dos projetos;

IV - por três minutos, com apartes:

a) para tratar de assunto de sua livre escolha durante o Grande Expediente;

b) para discutir projetos, prorrogável o tempo por igual prazo.

V - por três minutos, com apartes:

a) para discutir requerimento de sua autoria;

b) para discutir matéria não prevista neste Regimento.

§ 1º. O tempo de que dispuser o Vereador começará a fluir no instante em que lhe for dada a palavra.

§ 2º. Quando o orador for interrompido em seu pronunciamento, exceto por aparte concedido, o prazo de interrupção não será computado no tempo que lhe cabe.

§ 3º. Aplica-se o disposto no inciso IV, alínea b, ao uso da palavra por representante dos signatários de projeto de iniciativa popular na discussão.

Art. 91. É vedado ao Vereador desviar-se da matéria em debate quando estiver com a palavra ou quando estiver apartando.

Art. 92. O Vereador poderá ter seu pronunciamento interrompido:

I - para comunicação importante e inadiável à Câmara;

II - para recepção de visitantes ilustres;

III - para votação de requerimento de prorrogação da sessão quando o prazo desta estiver por esgotar-se;

IV - por ter transcorrido o tempo regimental;

V - para formulação de questão de ordem ou manifestação pela ordem.

SEÇÃO III DOS APARTES

Art. 93. Aparte é a intervenção breve e oportuna ao orador, por um minuto, para indagação, esclarecimento ou contestação a

pronunciamento do Vereador que estiver com a palavra.

§ 1º. O Vereador, para apartear, solicitará permissão ao orador, permanecendo sentado.

§ 2º. É vedado ao Vereador que estiver ocupando a Presidência, apartear.

Art. 94. Não é permitido aparte:

I - á palavra do Presidente, quando na direção dos trabalhos;

II - quando o orador não o permitir, tácita ou expressamente;

III - paralelo ou cruzado;

IV - nas hipóteses de uso de palavra em que não caiba aparte.

Parágrafo único. Não serão registrados em ata apartes proferidos em desacordo com as normas regimentais.

CAPÍTULO IV DA ORDEM E DAS QUESTÕES DE ORDEM

Art. 95. Em qualquer fase dos trabalhos da sessão, poderá o Vereador falar "pela Ordem", para reclamar a observância de norma expressa neste Regimento.

Parágrafo único. O Presidente não poderá recusar a palavra a Vereador que a solicitar "pela Ordem", mas poderá interrompê-lo e cassar-lhe a palavra se não indicar desde logo o artigo regimental desobedecido.

Art. 96. Toda dúvida na aplicação do disposto neste Regimento pode ser suscitada em "Questão de Ordem".

§ 1º. É vedado formular simultaneamente mais de uma questão de ordem.

§ 2º. As questões de ordem claramente formuladas serão resolvidas definitivamente pelo Presidente, imediatamente ou dentro de quarenta e oito horas.

§ 3º. Não poderá ser formulada nova questão de ordem havendo outra pendente de decisão.

CAPÍTULO V DO RECURSO DAS DECISÕES DO PRESIDENTE

Art. 97. Das decisões da Presidência, cabe recurso ao Plenário.

Parágrafo único. O recurso não terá efeito suspensivo, salvo quando a decisão versar sobre recebimento de Emenda, caso em que, o projeto respectivo terá sua votação suspensa até decisão, pelo Plenário, do recurso interposto.

Art. 98. O recurso deve ser interposto por escrito, no prazo de quarenta e oito horas contado da decisão.

§ 1º. Na hipótese do disposto no parágrafo único do artigo anterior, segunda parte, o recurso poderá ser formulado verbalmente, em sessão, sendo considerado deserto se, até vinte e quatro horas depois do encerramento da sessão não for deduzido por escrito.

§ 2º. No prazo improrrogável de quarenta e oito horas, o Presidente poderá rever a decisão recorrida, ou, caso contrário, encaminhar o recurso à Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

§ 3º. No prazo improrrogável de quarenta e oito horas, a Comissão

de Legislação, Justiça e Redação emitirá parecer sobre o recurso.

§ 4º. O recurso e o Parecer da Comissão serão imediatamente incluídos na pauta da Ordem do Dia para apreciação plenária, em discussão única.

§ 5º. A decisão do Plenário é definitiva.

CAPÍTULO VI DAS ATAS E DOS ANAIS

Art. 99. De cada sessão plenária lavrar-se-á, além da ata destinada aos anais com todos os detalhes, outra, resumida, da qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser lida em sessão e apreciada pelo Plenário, constando, em ambas, os nomes dos Vereadores presentes à hora do início da sessão e no início da Ordem do Dia.

§ 1º. Depois de lida, considerar-se-á aprovada a Ata que não sofrer impugnações.

§ 2º. Havendo impugnação, considerar-se-á a Ata aprovada com restrições, devendo constar a retificação, se aceita pela Presidência, na ata da sessão subsequente.

§ 3º. Aprovada a Ata, será a mesma assinada pelo Presidente, 1º e 2º Secretários e suas páginas rubricadas pelo Presidente.

§ 4º. Não havendo quorum para realização da sessão, será lavrado termo de Ata, nele constando o nome dos Vereadores presentes e o expediente despachado.

Art. 100. Todos os trabalhos de Plenário devem ser registrados para que constem dos Anais.

Art. 101. Os documentos lidos em sessão serão mencionados em resumo na Ata e integralmente nos Anais.

§ 1º. O orador deverá entregar à Mesa, imediatamente após o término do discurso, os documentos lidos na sessão ou cópias autenticadas dos mesmos, a fim de que sejam transcritos nos Anais; não o fazendo somente se fará observar sua leitura.

§ 2º. Os documentos lidos durante o discurso consideram-se parte integrante do mesmo.

TÍTULO VI DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

CAPÍTULO I DAS PROPOSIÇÕES

Art. 102. Toda a matéria sujeita à apreciação da Câmara, de suas comissões, da Mesa e da Presidência, tomará forma de proposição, que comporta as seguintes espécies:

I - projetos, contendo iniciativa de Emenda à Lei Orgânica, de Lei Complementar, de Lei Ordinária, de Decreto Legislativo ou de Resolução;

II - indicações;

III - requerimentos;

IV - emendas;

V - moção.

Parágrafo único. Moção é a proposição em que é sugerida a

manifestação da Câmara sobre determinado assunto, apelando, aplaudindo ou protestando, que será submetida à apreciação do Plenário independentemente de parecer de Comissão.

Art. 103. Somente serão recebidas pela Mesa proposições redigidas com clareza, observada a técnica legislativa, e que não contrariem normas constitucionais, legais e regimentais.

§ 1º. As proposições em que se exige forma escrita deverão estar acompanhadas de justificativa escrita e estarem assinadas pelo autor, e, nos casos previstos neste regimento, pelos Vereadores que a apoiarem.

§ 2º. Havendo apoio, considera-se autor da proposição o primeiro signatário, cujo nome e assinatura deverá figurar com destaque.

§ 3º. As proposições que fizerem referência a leis ou tiverem sido precedidas de estudo, pareceres ou despachos, deverão vir acompanhadas dos respectivos textos.

Art. 104. Apresentada proposição com matéria idêntica ou semelhante à outra em tramitação, prevalecerá à primeira apresentada.

§ 1º. Idêntica é a matéria de igual teor ou que, ainda que redigida de forma diferente, dela resultem iguais consequências.

§ 2º. Semelhante é a matéria que, embora diversa a forma e diversas as consequências, aborde assunto especificamente tratado em outra.

§ 3º. No caso de identidade, considerar-se-á prejudicada a proposição apresentada depois da primeira, determinando a Presidência ou a Comissão de Legislação, Justiça e Redação o seu arquivamento.

§ 4º. No caso de semelhança, a proposição posterior será anexada à anterior, para servir de elemento de auxílio no estudo da matéria, pelas Comissões Permanentes.

Art. 105. A Mesa manterá sistema de controle da apresentação das proposições, fornecendo ao autor comprovante de entrega em que se ateste o dia e a hora da entrada.

Parágrafo único. Não se receberá proposição sobre matéria vencida, assim entendida:

I - aquela que seja idêntica a outra, já aprovada ou rejeitada;

II - aquela cujo teor tenha sentido oposto ao de outra, já aprovada.

Art. 106. Ressalvadas as exceções previstas na Lei Orgânica, neste Regimento ou em Lei Complementar, nenhuma proposição será objeto de deliberação do Plenário sem parecer das comissões competentes.

Art. 107. A proposição poderá ser retirada pelo autor mediante requerimento à Mesa, que dependerá de deliberação do Plenário se a proposição tiver parecer favorável de comissão.

Art. 108. Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento da proposição, vencidos os prazos regimentais, a Mesa fará reconstituir o processo respectivo pelos meios ao seu alcance e providenciará a sua ulterior tramitação.

Art. 109. Ao encerrar-se a Legislatura, todas as proposições sobre as quais a Câmara não tenha deliberado definitivamente serão arquivadas.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo às proposições

de iniciativa de Vereador reeleito, que se consideram automaticamente reapresentadas, retornando ao exame das Comissões Permanentes.

SEÇÃO I DOS PROJETOS

Art. 110. Os projetos, com ementa elucidativa de seu objeto serão articulados segundo a técnica legislativa, redigidos de forma clara e precisa, não podendo conter artigos com matéria em antagonismo ou sem relação entre si.

Art. 111. Antes da publicação e autuação, o projeto de iniciativa de Vereador será encaminhado ao órgão de assessoramento técnico da Câmara, para exame preliminar.

Art. 112. Além da hipótese de inadmissibilidade total (Art. 54.), o projeto que receber parecer contrário, quanto ao mérito, de todas as comissões competentes para examiná-lo, será considerado prejudicado, determinando-se o seu arquivamento.

Art. 113. Nenhum projeto será discutido e votado sem que sua inclusão na pauta da Ordem do Dia tenha sido anunciada, no mínimo, com vinte e quatro horas de antecedência.

Art. 114. Na hipótese do Art. 53, § 2º, da Lei Orgânica, o projeto será incluído na Ordem do Dia independente de parecer de comissão.

Art. 115. Desde que os projetos estejam devidamente instruídos com pareceres das comissões competentes, serão mandados à publicação e incluídos na Ordem do Dia no prazo de quinze dias úteis.

SEÇÃO II DAS INDICAÇÕES

Art. 116. Indicação é a proposição em que o Vereador sugere medidas de interesse público, aos Poderes competentes, observando-se as seguintes normas:

I - não é permitido dar forma de indicação a assuntos reservados, por este Regimento, para constituir objeto de requerimento;

II - as Indicações que envolverem matéria que fuja ao âmbito de competência do Município serão encaminhadas aos Poderes competentes, em nome da Câmara.

§ 1º. As Indicações serão lidas no Grande Expediente e despachadas ao seu destino; apenas serão encaminhadas à Ordem do Dia, para deliberação, quando um terço dos Vereadores pronunciarem-se pela discussão e votação da Indicação.

§ 2º. Caso entenda o Presidente que a Indicação deva ser encaminhada às Comissões Legislativas Permanentes, dará o Presidente conhecimento ao autor, em Plenário, sendo que o parecer será discutido e votado na Pauta da Ordem do Dia da próxima sessão.

§ 3º. A Indicação não constante na Pauta do Expediente da reunião e apresentada durante a Sessão será automaticamente despachada à reunião seguinte.

SEÇÃO III DOS REQUERIMENTOS

Art. 117. Requerimento é a proposição dirigida à Mesa ou ao Presidente, por qualquer Vereador ou Comissão, sobre matéria de competência da Câmara Municipal.

§ 1º. Os requerimentos, quanto à competência decisória, são:

I - sujeitos à decisão do Presidente;

II - sujeitos à deliberação do Plenário.

§ 2º. Quanto à forma, os requerimentos são:

I - verbais;

II - escritos.

SUBSEÇÃO I DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS À DECISÃO DO PRESIDENTE

Art. 118. Será decidido imediatamente pelo Presidente o requerimento verbal que solicite:

I - a palavra, ou sua desistência;

II - permissão para falar sentado;

III - retificação de ata;

IV - verificação de "quorum";

V - verificação de votação pelo processo simbólico;

VI - a posse de Vereador;

VII - "Pela Ordem", à observância de disposição regimental;

VIII - a retirada, pelo autor, de proposição sem parecer ou com parecer contrário de Comissão;

IX - esclarecimentos sobre a ordem dos trabalhos;

X - a inclusão, em Ordem do Dia, de proposição em condições de nela figurar;

XI - a requisição de documentos, livros ou publicações existentes na Câmara Municipal, sobre proposição em discussão;

XII - a anexação de proposições semelhantes;

XIII - desarquivamento de proposição;

XIV - a suspensão da sessão.

Art. 119. Será despachado imediatamente pelo Presidente o requerimento escrito que solicite:

I - a juntada de documentos à proposição em tramitação;

II - a inserção em Ata de voto de pesar;

III - a requisição de documentos existentes na Câmara, ainda não publicados, sobre proposição em discussão;

IV - justificativa de Vereador pelo não comparecimento à Sessão.

Art. 120. Será despachado pelo Presidente, requerimento escrito de iniciativa de um terço, no mínimo, dos Vereadores, que solicite Criação de Comissão de Inquérito e os pedidos de informações oficiais.

§ 1º. Os requerimentos de informações oficiais versarão sobre atos da Mesa, do Executivo Municipal, dos órgãos e entidades da administração direta e indireta municipais, das concessionárias e permissionárias de serviço público municipal e das entidades com

o Município conveniadas ou consorciadas.

§ 2º. Assim que recebidas as informações solicitadas, serão elas encaminhadas ao autor do requerimento, permanecendo cópia no setor competente dos serviços administrativos da Câmara.

§ 3º. Não prestadas as informações no prazo previsto na Lei Orgânica, dar-se-á, do fato, ciência ao autor.

SUBSEÇÃO II DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS À DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Art. 121. Dependerá de deliberação do Plenário, será verbal e não sofrerá discussão o requerimento que solicite:

I - a prorrogação da sessão;

II - a audiência de Comissão não ouvida sobre matéria em discussão;

III - a inversão da Ordem do Dia;

IV - o adiamento da discussão ou votação;

V - a votação da proposição por título, capítulos, seções, artigos e suas subdivisões;

VI - a votação em destaque;

VII - a preferência nos casos previstos neste Regimento;

VIII - o encerramento da sessão na hipótese do art. 78;

IX - a votação nominal de matéria para a qual esta não é exigida;
X - o encerramento da discussão nos termos do parágrafo único do art. 131.

Art. 122. Dependerá de deliberação do Plenário, sem discussão, o requerimento escrito apresentado durante o expediente que solicite:

I - a constituição de comissão de representação;

II - a inserção, nos anais, de documentos ou publicações de alto valor cultural, oficial ou não, podendo a Presidência determinar a audiência da comissão competente antes de submetê-lo ao Plenário;

III - a retirada, pelo autor, de proposição com parecer favorável para arquivamento;

IV - licença de Vereador;

V - inclusão, em Ordem do Dia, de proposição em condições de nela figurar;

VI - a prorrogação do período de adiamento de discussão ou votação;

VII - a justificativa de Vereador por não ter comparecido à sessão em razão de ausência do País;

VIII - informações Oficiais.

Art. 123. Dependerá de deliberação do Plenário, sujeito à discussão, o requerimento escrito apresentado durante o expediente que solicite:

I - realização de sessão extraordinária ou solene;

II - constituição de comissão especial;

III - inserção em ata, de voto de louvor, regozijo ou congratulações por ato ou acontecimento de alta significação;

IV - regime de urgência para determinada proposição;

V - manifestação da Câmara sobre qualquer assunto não especificado neste Regimento;

VI - inserção em ata, de moção de apoio ou desagravo, ou moção de protesto ou repúdio;

VII - licença do Prefeito;

VIII - licença do cargo de Presidente da Câmara para ausentar-se do País, por mais de dez dias;

IX - submissão à deliberação do Plenário de parecer contrário da Comissão de Legislação, Justiça e Redação;

X - convocação de titulares da Administração Municipal;

XI - realização de cursos ou seminários.

SEÇÃO IV DAS EMENDAS

Art. 124. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra proposição, podendo ser:

I - supressiva, a que manda erradicar qualquer parte da principal;

II - substitutiva, a que é apresentada como sucedânea de outra, em parte ou no todo, neste último caso denominando-se Substitutivo Geral;

III - aditiva, a que acrescenta novas disposições à principal;

IV - modificativa, a que altera a proposição principal sem modificá-la substancialmente.

Parágrafo único. Denomina-se sub-emenda a emenda apresentada à outra.

Art. 125. As Emendas poderão ser apresentadas até o início da sessão em cuja Ordem do Dia figurar a proposição principal.

§ 1º. No primeiro turno de discussão e votação, cabem Emendas apresentadas por Vereador ou por Comissão.

§ 2º. No segundo turno de discussão e votação, somente caberão Emendas Supressivas ou Aditivas, subscritas por um terço, ou mais, dos Vereadores.

§ 3º. Na redação final, somente caberá Emenda de Redação.

TÍTULO VII DAS DELIBERAÇÕES

Art. 126. As deliberações da Câmara Municipal dar-se-ão em dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de vinte e quatro horas, sendo tomadas segundo o "quorum" previsto na Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. Aprovadas Emendas no segundo turno a proposição submeter-se-á à redação final.

CAPÍTULO I DA DISCUSSÃO

Art. 127. Discussão é o debate em Plenário sobre matéria sujeita a deliberação.

Parágrafo único. Somente serão objeto de discussão as proposições constantes da Ordem do Dia, salvo, quanto aos requerimentos, as hipóteses previstas neste Regimento.

Art. 128. Em ambos os turnos, a discussão versará sobre o conjunto da proposição e emendas, se houver.

§ 1º. Contendo o projeto número considerável de artigos, a Câmara poderá decidir, a requerimento de qualquer Vereador, que a discussão se faça nos termos do artigo 121, inciso V.

§ 2º. Tornando-se difícil o pronunciamento imediato da Câmara, pelo número e importância das emendas oferecidas, qualquer Vereador poderá requerer a remessa dos mesmos à comissão competente para apreciar-lhes o mérito, a qual pronunciar-se-á em quarenta e oito horas, voltando a proposição à discussão na sessão imediata após a apresentação do parecer.

Art. 129. O adiamento da discussão dar-se-á por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Vereador, apresentado antes do seu encerramento.

§ 1º. O adiamento será proposto por tempo determinado.

§ 2º. Aprovado o adiamento da discussão, poderá o Vereador requerer vistas do projeto, por prazo não superior ao do adiamento, o que será imediatamente deferido pela Presidência, salvo quando o adiamento destinar-se à audiência de comissão.

§ 3º. Não se admitirá adiamento de discussão para os projetos em regime de urgência, salvo nas hipóteses em que o adiamento for praticável considerando-se o prazo final.

Art. 130. A proposição que não tiver sua discussão encerrada na mesma sessão será apreciada na sessão imediata.

Art. 131. O encerramento da discussão dar-se-á pela ausência de oradores.

Parágrafo único. É permitido, porém, a qualquer Vereador, requerer o encerramento da discussão, quando tenham falado sobre a matéria pelo menos cinco oradores.

CAPÍTULO II DA VOTAÇÃO

Art. 132. Votação é o ato complementar da discussão através do qual o Plenário manifesta sua vontade deliberativa.

§ 1º. Durante o tempo destinado à votação, nenhum Vereador deixará o Plenário e, se o fizer, a ocorrência constará da ata da sessão, salvo se tiver feito declaração prévia de não ter assistido ao debate da matéria em deliberação.

§ 2º. O Vereador que estiver presidindo a sessão só terá direito a voto:

I - na eleição da Mesa;

II - quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de dois terços ou da maioria absoluta dos membros da Câmara;

III - quando houver empate na votação;

IV - nas votações secretas.

§ 3º. Estará impedido de votar o Vereador que tiver sobre a matéria interesse particular seu, de seu cônjuge, de parente até terceiro grau, consanguíneo ou afim.

§ 4º. O Vereador presente à sessão não poderá escusar-se de votar, devendo, porém, abster-se na forma do disposto no parágrafo anterior.

§ 5º. O Vereador impedido de votar fará a devida comunicação à Mesa, computando-se, todavia, sua presença para efeito de "quorum".

§ 6º. O voto será secreto:

I - na deliberação sobre as contas do Prefeito, e da Mesa da Câmara;

II - na eleição da Mesa;

III - na deliberação sobre veto; (revogado pela Resolução nº 12/2014 de 21 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios nº 2168 de 13 de janeiro de 2017, pág. 470.)

IV - na deliberação sobre destituição de membros da Mesa;

V - na deliberação sobre perda de mandato de Vereador; (revogado pela Resolução nº 12/2014 de 21 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios nº 2168 de 13 de janeiro de 2017, pág. 470.)

VI - no julgamento do Prefeito por infração político-administrativa; (revogado pela Resolução nº 12/2014 de 21 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios nº 2168 de 13 de janeiro de 2017, pág. 470.)

§ 7º. Será nula a votação que não for processada nos termos deste Regimento.

§ 8º. Quando, no curso de uma votação, esgotar-se o tempo destinado à sessão, este será dado como prorrogado até que se conclua a votação da matéria, ressalvada a hipótese de falta de número para deliberação, caso em que a sessão será encerrada imediatamente.

Art. 133. A votação da proposição principal, em ambos os turnos, será global, ressalvados os destaques e as emendas.

§ 1º. As emendas serão votadas uma a uma.

§ 2º. Partes da proposição principal, ou partes de emenda, assim entendido texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea, poderão ter votação em destaque, a requerimento de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário.

§ 3º. A parte destacada será votada separadamente, depois da votação da proposição principal ou antes dela quando a parte destacada for de Substitutivo Geral.

§ 4º. O requerimento de destaque deverá ser formulado antes de iniciada a votação da proposição, ou da emenda a que se referir.

SEÇÃO I DO ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO

Art. 134. Anunciada a votação, somente os líderes ou vice-líderes de bancada, o autor da proposição poderão encaminhá-la, mesmo

que se trate de matéria não sujeita à discussão.

SEÇÃO II DO ADIAMENTO DA VOTAÇÃO

Art. 135. O adiamento da votação depende de aprovação plenária, devendo o requerimento ser formulado após o encerramento da discussão.

§ 1º. O adiamento será proposto por tempo determinado, sendo permitido ao seu autor e aos líderes falarem uma vez sobre o requerimento, por dez minutos, improrrogáveis, sem apartes.

§ 2º. Aprovado o adiamento da votação, poderá o Vereador requerer vistas da proposição por prazo não superior ao do adiamento, pedido que será imediatamente deferido pela Presidência, salvo quando o adiamento destinar-se à audiência de Comissão.

§ 3º. Não se permitirá adiamento de votação para projetos em regime de urgência, salvo nas hipóteses em que o adiamento for praticável considerando-se o prazo final.

SEÇÃO III DOS PROCESSOS DE VOTAÇÃO

Art. 136. São três os processos de votação: simbólico, nominal e por escrutínio secreto.

Parágrafo único. O início da votação e a verificação de "quorum" serão sempre precedidos de soar de tímpano ou campainha.

Art. 137. O processo simbólico de votação consiste na simples contagem de votos favoráveis e contrários, apurados pela forma estabelecida no parágrafo 1º.

§ 1º. O Presidente, ao anunciar a votação, determinará aos Vereadores que ocupem seus lugares no Plenário, convidando-os a permanecer sentados os que estiverem favoráveis à matéria, procedendo-se, em seguida à contagem e à proclamação do resultado.

§ 2º. Se algum Vereador tiver dúvida quanto ao resultado proclamado pelo Presidente, imediatamente requererá verificação de votação.

§ 3º. Nenhuma votação admite mais de uma verificação.

Art. 138. O processo nominal de votação consiste na contagem de votos favoráveis ou contrários, aqueles manifestados pela expressão "Sim" e estes pela expressão "Não", obtida com a chamada dos Vereadores pelo 1º Secretário.

§ 1º. É obrigatório o processo nominal nas deliberações por maioria absoluta ou de dois terços dos Vereadores.

§ 2º. A retificação de voto só será admitida imediatamente após a repetição, pelo Secretário, da resposta de cada Vereador.

§ 3º. Os Vereadores que chegarem ao recinto do Plenário após terem sido chamados, aguardarão a chamada do último nome da lista, quando o 1º. Secretário deverá convidá-los a manifestar seu voto.

§ 4º. O Presidente anunciará o encerramento da votação e proclamará o resultado.

§ 5º. Depois de proclamado o resultado, nenhum Vereador será admitido a votar.

§ 6º. A relação dos Vereadores que votarem a favor ou

contrariamente, constará da ata da sessão.

§ 7º. Dependerá de requerimento aprovado pelo Plenário a votação nominal de matéria para a qual este Regimento não a exige.

§ 8º. O requerimento verbal não admite votação nominal.

Art. 139. O voto de desempate do Presidente só é exercitável nas votações simbólicas e, nas nominais, somente quando se tratar de matéria em que não vote.

Art. 140. O processo de votação por escrutínio secreto consiste na contagem de votos depositados em urna exposta no recinto do Plenário, observado o seguinte:

I - presença da maioria absoluta dos Vereadores;

II - cédula impressa, datilografada, ou carimbada;

III - destinação, pelo Presidente, de sala contígua ao Plenário como cabine indevassável;

IV - chamada do Vereador para votação, recebendo da Presidência sobrecarta rubricada;

V - colocação, pelo votante, da sobrecarta na urna, contendo o seu voto;

VI - repetição da chamada dos Vereadores ausentes;

VII - designação de Vereadores para servirem de escrutinadores;

VIII - abertura da urna, retirada das sobrecartas, conferência de seu número com o de votantes, pelos escrutinadores.

Parágrafo único. Matéria que exige votação por escrutínio secreto não admite outro processo.

SEÇÃO IV DA DECLARAÇÃO DE VOTO

Art. 141. Declaração de voto é o pronunciamento do Vereador sobre os motivos que o levaram a manifestar-se contrário ou favorável à matéria votada.

Art. 142. Após a votação, o Vereador poderá fazer declaração de voto, verbalmente ou por escrito, sendo, neste caso, anexado ao processo que capeia a proposição.

CAPÍTULO III DA REDAÇÃO FINAL

Art. 143. O projeto incorporado das emendas aprovadas em segundo turno se houver, terá redação final, elaborada pelo Presidente da Mesa, observado o seguinte:

I - elaboração conforme o aprovado, podendo a Mesa determinar, sem alteração do conteúdo, correção de erros de linguagem e de técnica legislativa;

II - comunicação em Plenário;

III - inclusão na Ordem do Dia, com antecedência de vinte e quatro horas.

Parágrafo único. A Mesa terá prazo de dois dias para elaborar a redação final.

Art. 144. Apresentada emenda de redação, será ela discutida e

votada na forma do disposto no Capítulo II deste Título.

Art. 145. Não havendo emendas, ou, havendo, após a sua votação, o Presidente declarará aprovada a redação final do projeto, sem votação.

CAPÍTULO IV DA PREFERÊNCIA

Art. 146. Preferência é a primazia de discussão e votação de uma proposição sobre outra, ou outras.

Art. 147. Terão preferência para discussão e votação, na seguinte ordem:

I - matéria de iniciativa do Prefeito, cujo prazo de apreciação tenha decorrido;

II - veto do Prefeito;

III - redação final;

IV - projeto de lei orçamentária;

V - matéria cuja discussão tenha sido iniciada;

VI - projetos em pauta, respeitada a ordem de precedência;

VII - demais proposições.

Parágrafo único. As matérias em regime de urgência, nos termos dos artigos 150 e 151, terão preferência dentro da mesma discussão.

Art. 148. O substitutivo geral terá preferência na votação sobre a proposição principal.

Parágrafo único. Havendo mais de um substitutivo geral, caberá a preferência ao da Comissão que tenha competência específica para opinar sobre o mérito da proposição.

Art. 149. Nas demais emendas, terão preferência:

I - a supressiva sobre as demais;

II - a substitutiva sobre as aditivas e modificativas;

III - a de Comissão sobre as dos Vereadores;

IV - os requerimentos sujeitos a discussão ou votação, terão preferência pela ordem de apresentação.

CAPÍTULO V DO REGIME DE URGÊNCIA

Art. 150. A requerimento da Mesa, de Comissão competente para opinar sobre a matéria, ou de um terço dos Vereadores, devidamente fundamentado, o Plenário poderá decidir pela tramitação de proposições em regime de urgência.

Art. 151. O regime de urgência implica:

I - no pronunciamento das comissões permanentes sobre a proposição, no prazo conjunto de setenta e duas horas, contado da aprovação do regime de urgência;

II - na inclusão da proposição na pauta da Ordem do Dia, na primeira sessão ordinária seguinte ao término do prazo fixado no inciso anterior, com ou sem parecer.

TÍTULO VIII DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

CAPÍTULO I DA EMENDA À LEI ORGÂNICA

Art. 152. Aplica-se à proposta de Emenda à Lei Orgânica as normas que regem as proposições em geral, no que não contrariem o disposto neste capítulo.

Art. 153. Apresentada a proposta nos termos da Lei Orgânica (Art. 51, § 2º), será constituída comissão especial, composta de cinco membros indicados pelos líderes de bancada, observada a proporcionalidade partidária, que, depois da instrução do processado pelo órgão de assessoramento da Câmara, sobre ela exarará parecer, em quinze dias.

§ 1º. Cabe à comissão a escolha de seu Presidente e Relator.

§ 2º. Incumbe à comissão, preliminarmente, o exame da admissibilidade da proposta, nos termos do disposto no art. 54 deste Regimento; concluindo a comissão pela inadmissibilidade e havendo recurso, interrompe-se o prazo do "caput" deste artigo, até decisão final.

Art. 154. Somente serão admitidas emendas apresentadas à Comissão especial, no prazo que lhe é estabelecido para emitir parecer, desde que subscritas por um terço dos Vereadores.

Art. 155. Na discussão em primeiro turno, representante dos signatários da proposta de Emenda à Lei Orgânica terá primazia no uso da palavra, por trinta minutos, prorrogáveis por mais quinze.

§ 1º. No caso de proposta do Prefeito, usará da palavra quem este indicar, até o início da sessão; se ninguém for indicado, poderá usar da palavra para sustentação da proposta, o Vereador a que se refere o art. 22, § 5º.

§ 2º. Tratando-se de emenda popular (Art. 51, III, da Lei Orgânica), os signatários, no ato de apresentação da proposta, indicarão, desde logo, o seu representante para a sustentação oral, com legitimidade, também, para recorrer, na hipótese do disposto do § 2º do artigo 153.

Art. 156. O referendo popular à matéria de Emenda à Lei Orgânica, obedecerá ao disposto em Lei Complementar.

CAPÍTULO II DO PLANO PLURIANUAL, DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DO ORÇAMENTO ANUAL

Art. 157. Aplica-se aos projetos de lei do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, naquilo em que não contrariem o disposto neste capítulo, as regras deste Regimento que regulam a tramitação das proposições em geral.

Art. 158. Recebido o projeto, será ele distribuído em avulsos e remetido imediatamente à Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para parecer.

§ 1º. Publicado o Parecer, será o projeto imediatamente encaminhado à Mesa, que o fará constar na pauta da Ordem do Dia das três sessões ordinárias subseqüentes, para recebimento de emendas.

§ 2º. Findo o prazo de apresentação de emendas, a Mesa as fará publicar.

§ 3º. No dia seguinte ao da publicação das emendas, o processado

retomará à Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, que emitirá Parecer sobre elas, no prazo de cinco dias.

§ 4º. O parecer emitido será publicado em dois dias, devendo o projeto ser imediatamente incluído em Ordem do Dia.

§ 5º. Aprovadas emendas, caberá à Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização a elaboração da redação para o segundo turno.

§ 6º. A emenda rejeitada pela Comissão dará direito ao autor de reapresentá-la em Plenário para discussão e votação.

CAPÍTULO III DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 159. Recebidas as contas prestadas pelo Prefeito, pelas entidades da administração indireta e pela Mesa Diretora da Câmara, acompanhadas do Parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, o Presidente da Câmara:

I - determinará a publicação do Parecer prévio, no Diário da Câmara;

II - anunciará a sua recepção com a fixação de avisos à entrada do edifício da Câmara, contendo a advertência do contido no inciso seguinte;

III - encaminhará o processado à Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, onde permanecerá, por sessenta dias, à disposição para exame de qualquer do povo, que poderá questionar-lhe a legitimidade.

Art. 160. Terminado o prazo do inciso III do artigo anterior, a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização emitirá parecer.

§ 1º. Em seu parecer, a Comissão apreciará as contas e as questões suscitadas nos termos do inciso III do artigo anterior.

§ 2º. Poderá a Comissão, em face das questões suscitadas, promover diligências, solicitar informações à autoridade competente ou pronunciamento do Tribunal de Contas, se as informações não forem prestadas ou reputadas insuficientes.

§ 3º. Concluirá a comissão pela apresentação de projetos de Decreto Legislativo, cuja redação acolherá o entendimento sobre a aprovação ou rejeição, total ou parcial, das contas apresentadas.

§ 4º. A Comissão apresentará separadamente, projetos de Decreto Legislativo relativamente às contas do Prefeito, da Comissão Executiva da Câmara e de cada entidade da administração indireta.

§ 5º. Antes do julgamento, a Câmara, por maioria simples, deverá converter o processo em diligência, abrindo vistas ao Prefeito do exercício financeiro correspondente por 30 (trinta) dias, para os esclarecimentos que julgar conveniente.

Art. 161. Se o Projeto de Decreto Legislativo:

I - acolher as conclusões do Parecer prévio do Tribunal de Contas:

a) considerar-se-á rejeitado seu conteúdo, se receber o voto contrário de dois terços, ou mais, dos Vereadores, em qualquer dos turnos de discussão e votação, caso em que a Mesa, acolhendo a posição majoritária indicada pelo resultado da votação, elaborará a redação para o segundo turno ou a final, conforme o caso;

b) considerar-se-á aprovado o seu conteúdo, se a votação apresentar qualquer outro resultado.

II - não acolher as conclusões do Parecer prévio do Tribunal de Contas:

a) considerar-se-á aprovado o seu conteúdo se receber o voto favorável de dois terços ou mais dos Vereadores;

b) considerar-se-á rejeitado o seu conteúdo, se a votação apresentar qualquer outro resultado, devendo a Mesa acolher as conclusões do Parecer prévio do Tribunal de Contas na redação para o segundo turno ou no final, conforme o caso.

CAPÍTULO IV DO JULGAMENTO DO PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS POR INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 162. O julgamento do Prefeito e dos Secretários Municipais, por infração político-administrativa definida em lei Complementar à Lei Orgânica, seguirá o procedimento regulado neste Capítulo.

Art. 163. Recebida a denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão ordinária que se realizar, determinará sua leitura e consultará o Plenário sobre o seu recebimento.

Parágrafo único. A denúncia deverá ter forma escrita, com exposição dos fatos e indicação das provas.

Art. 164. Decidido o seu recebimento pela maioria dos Vereadores presentes, constituir-se-á, imediatamente, comissão processante.

Art. 165. Ficará impedido de votar e de integrar Comissão Processante, o Vereador denunciante, convocando-se, para funcionar no processo, o seu suplente, que, por sua vez, não poderá integrar a Comissão Processante.

Parágrafo único. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, deverá, para os atos do processo, passar a Presidência ao seu substituto.

Art. 166. Instalada a Comissão, será notificado o denunciado, em cinco dias, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem.

§ 1º. No prazo de dez dias da notificação, o denunciado poderá apresentar defesa prévia, por escrito, indicando as provas que pretende produzir e o rol de, no máximo, cinco testemunhas.

§ 2º. Se o denunciado estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por Edital, publicado duas vezes no Boletim Oficial do Município, ou em jornal de grande circulação, com intervalo de três dias, pelo menos, exceto nos casos de licença autorizada pela Câmara, caso em que se aguardará o seu retorno.

Art. 167. Decorrido o prazo de defesa prévia, a Comissão Processante emitirá parecer em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia.

§ 1º. Se o parecer for pelo arquivamento, será submetido à deliberação, por maioria de votos, do Plenário.

§ 2º. Decidindo o Plenário ou opinando a comissão pelo prosseguimento, passará o processo imediatamente à fase de instrução.

Art. 168. Na instrução, a Comissão Processante fará as diligências necessárias, ouvirá as testemunhas e examinará as demais provas produzidas.

Parágrafo único. O denunciado será intimado de todos os atos do processo, pessoalmente ou na pessoa de seu procurador, com antecedência de, pelo menos, vinte e quatro horas, permitindo-se a

ele ou ao seu procurador, assistir a todas as reuniões ou audiências, e a formular perguntas e reperguntas às testemunhas, bem como, requerer o que for de interesse da defesa.

Art. 169. Concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado para que apresente razões escritas, no prazo de cinco dias, após o que a Comissão emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da denúncia, encaminhando os autos à Mesa.

Art. 170. De posse dos autos, o Presidente convocará sessão especial de julgamento.

§ 1º. Na sessão de julgamento o Parecer final da Comissão processante será lido integralmente e, em seguida, cada Vereador poderá usar da palavra, por quinze minutos, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador terá o prazo máximo de duas horas para produzir defesa oral.

§ 2º. Concluída a defesa, passar-se-á imediatamente à votação por escrutínio secreto, obedecidas as regras regimentais.

§ 3º. Serão tantas as votações quantas forem as infrações articuladas na denúncia.

§ 4º. Se houver condenação, a Mesa baixará o Decreto Legislativo de aplicação da penalidade cabível nos termos da Lei Complementar.

CAPÍTULO V DA SUSTAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 171. Os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do Poder Regulamentar poderão ser sustados por Decreto Legislativo proposto:

I - por qualquer Vereador;

II - por Comissão, permanente ou especial, de ofício, ou à vista de representação de qualquer cidadão, partido político ou entidade da sociedade civil.

Art. 172. Recebido o Projeto, a Mesa oficiará ao Executivo solicitando que preste, no prazo de cinco dias, os esclarecimentos que julgar necessário.

CAPÍTULO VI DA REFORMA OU ALTERAÇÃO REGIMENTAL

Art. 173. O regimento interno só poderá ser reformado ou alterado mediante proposta:

I - da Mesa da Câmara;

II - de um terço, no mínimo, dos Vereadores;

III - de Comissão Especial.

Art. 174. Instruído pelo órgão de assessoramento da Câmara, o projeto de alteração ou reforma, depois de apresentado aos Vereadores, figurará na segunda parte da Ordem do Dia, para recebimento das emendas, durante três sessões ordinárias consecutivas.

§ 1º. No prazo improrrogável de quinze dias, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação deverá emitir parecer sobre o projeto e as emendas apresentadas.

§ 2º. Publicadas as emendas e o parecer, será o projeto incluído na Ordem do Dia para discussão e votação, observadas as disposições regimentais.

§ 3º. Tendo sido o projeto proposto por Comissão Especial, é dispensada a instrução do órgão de assessoramento, cabendo à mesma Comissão Especial a providência do § 1º.

CAPÍTULO VII DO VETO

Art. 175. Comunicado o veto, as razões respectivas serão comunicadas aos Vereadores e, em seguida, encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que deverá pronunciar-se no prazo de dez dias.

Parágrafo único. Ao término do prazo previsto, com ou sem parecer, a Presidência determinará a inclusão do processado na Ordem do Dia.

Art. 176. No veto parcial, a votação se processará em separado para cada uma das disposições autônomas atingidas.

CAPÍTULO VIII DA LICENÇA DO PREFEITO

Art. 177. A solicitação de licença do Prefeito, recebida como requerimento, será submetida imediatamente à deliberação plenária, na forma regimental, independente de parecer.

Parágrafo único. Aprovado o requerimento, considerar-se-á automaticamente autorizada a licença.

Art. 178. Durante o recesso legislativo, a licença será autorizada pela Mesa, "ad referendum" do Plenário.

Parágrafo único. A decisão da Mesa será comunicada por ofício aos Vereadores.

CAPÍTULO IX DA REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS

Art. 179. O projeto de lei para a fixação dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores, com vigência para a Legislatura subsequente, será apresentado pela Mesa até seis meses antes do final da última Sessão Legislativa da Legislatura.

Parágrafo único. Não o fazendo no prazo a Mesa, cabe a apresentação dos projetos referidos no "caput" deste artigo à Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização.

Art. 180. Restando a realização de três sessões ordinárias para o término do prazo previsto no art. 20, inciso V da Lei Orgânica, não tendo sido votados os projetos, serão eles imediatamente incluídos na Ordem do Dia, independente de parecer.

CAPÍTULO X DA CONCESSÃO DE HONRARIAS

Art. 181. A concessão de títulos de Cidadão Honorário, Cidadão Emérito e demais honrarias, observado o disposto em Lei Complementar e neste Regimento Interno, relativamente às proposições em geral, obedecerá às seguintes regras:

I - para concessão dos Títulos de Cidadão Honorário e Cidadão Emérito, cada Vereador poderá apresentar apenas duas proposições por Legislatura, e no caso das demais honrarias, quando não houver disposição em contrário, poderá apresentar apenas uma proposição por Sessão Legislativa;

II - a proposição de concessão de honraria deverá estar

acompanhada de justificativa escrita, com dados biográficos suficientes para que se evidencie o mérito do homenageado;

III - será secreto o processo de votação, em primeiro turno, na deliberação sobre concessão de títulos de Cidadão Honorário e de Cidadão Emérito;

IV - no primeiro turno de discussão e votação, fará uso da palavra, obrigatoriamente, o autor da proposição, para justificar o mérito do homenageado;

V - excepcionalmente e, no máximo, por uma vez a cada Sessão Legislativa, por indicação de dois terços dos membros da Casa, a Mesa Diretora poderá propor a concessão de uma das honrarias, para atender situação inusitada ou de destaque para a cidade, observadas as exigências previstas na legislação para a honraria proposta.

Parágrafo Único. O Título de Cidadão Honorário destina-se, exclusivamente, a homenagear personalidades nascidas em outras localidades e o Título de Cidadão Emérito, exclusivamente, aos naturais de Ilhota.

Art. 182. Aprovada a proposição, a Mesa providenciará a entrega do título, na sede do Legislativo Municipal ou em outro local a ser designado, em Sessão Solene antecipadamente convocada, determinando:

I - expedição de convites individuais a autoridades civis, militares e eclesiásticas;

II - organização do protocolo da Sessão Solene, tomando todas as providências que se fizerem necessárias.

§ 1º. Poderá ser outorgado mais de um título em uma mesma Sessão Solene.

§ 2º. Havendo mais de um título a ser outorgado na mesma Sessão Solene, ou havendo mais de um autor de projeto concedendo a honraria, os homenageados serão saudados por, no máximo, dois Vereadores, escolhidos de comum acordo, dentre os autores dos projetos de lei respectivos; não havendo acordo, preferirão a saudação os líderes das duas bancadas majoritárias.

§ 3º. Para falar em nome dos homenageados, será escolhido um dentre eles, de comum acordo, ou, não havendo consenso, por designação da Presidência da Câmara.

§ 4º. Ausente o homenageado à Sessão Solene, o título ser-lhe-á entregue, ou a seu Representante, no gabinete da Presidência.

§ 5º. O título será entregue ao homenageado, pelo Prefeito ou pelo autor, durante a Sessão Solene, sendo este o orador oficial da Câmara.

§ 6º. Não serão entregues honrarias nos noventa dias anteriores às eleições municipais.

Art. 183. Os títulos, confeccionados em tamanho único, em pergamino ou em outro material similar, conterão:

a) o brasão do Município;

b) a legenda: "República Federativa do Brasil, Estado de Santa Catarina, Município de Ilhota";

c) os dizeres: "O Poder Legislativo do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a Lei Municipal nº , datada de.... de de de autoria do Vereador

confere ao Exmo. Sr. (a) o Título de de Ilhota, para o que mandou expedir o presente diploma.";

d) data e assinaturas do autor e do Presidente da Câmara.

Art. 184. Serão anexadas aos respectivos processos, cópias dos pronunciamentos feitos em relação aos homenageados, durante a discussão da matéria e por ocasião da Sessão Solene de outorga do título.

TÍTULO IX DA CONVOCAÇÃO DE TITULARES DE ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 185. O requerimento de convocação de titulares de órgãos da administração direta e de entidades da administração indireta municipais deverá indicar o motivo da convocação, especificando os quesitos que lhes serão propostos.

Parágrafo único. Aprovado o requerimento, o Presidente expedirá ofício ao convocado para que sejam estabelecidos dia e hora para o comparecimento.

Art. 186. No dia e hora estabelecidos, a Câmara reunir-se-á em sessão extraordinária, com o fim específico de ouvir o convocado.

§ 1º. Aberta a sessão, a Presidência concederá a palavra ao Vereador requerente, que fará uma breve explanação sobre os motivos da convocação.

§ 2º. Com a palavra, o convocado poderá dispor do tempo de quinze minutos para abordar o assunto da convocação, seguindo-se os debates referentes a cada um dos quesitos formulados.

§ 3º. Observada a ordem de inscrição, os Vereadores inscritos dirigirão suas interpelações ao convocado sobre o primeiro quesito, dispondo do tempo de cinco minutos, sem apertes.

§ 4º. O convocado disporá de dez minutos para responder, podendo ser aparteado pelo interpelante.

§ 5º. Adotar-se-á o mesmo critério para os demais quesitos.

§ 6º. Respondidos os quesitos objeto da convocação e havendo tempo regimental, dentro da matéria da alçada do convocado, poderão os Vereadores inscritos interpelarem-no livremente, observados os prazos anteriormente mencionados.

TÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 187. No prazo de quarenta e cinco dias contado da vigência deste Regimento Interno, serão compostas as Comissões Permanentes, obedecidas às normas do Capítulo II, do Título IV.

Art. 188. No prazo de sessenta dias contado da vigência deste Regimento Interno, a Comissão Executiva apresentará as conclusões de estudo que vise dotar as Comissões Permanentes de estrutura e espaço físico adequado ao desempenho de suas atribuições.

Art. 189. Esta resolução entra em vigor no dia 28 de Dezembro de 2012, revogadas as disposições da Resolução de 11/12/1990.

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ILHOTA (SC), EM 11 DE DEZEMBRO DE 2012.

Luiz Peixe

Rogênio Luiz Lavino

Miguel Nunes

Ricardo Alexandre Freitas

José Antonio Lessa

Ilário Pelz

Vanildo Reichert

Carlos Henrique

Roberto Prebianca

Imarui

PREFEITURA

DECRETO N 02 - 2017 VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO

DECRETO Nº. 02, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre o VALOR DO Salário Mínimo a partir de 1º de janeiro de 2017, e dá outras providências.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto na Lei Federal nº. 12.382, de 25 de fevereiro de 2011;

Considerando o Decreto nº. 8.948, de 29 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2016, o valor do Salário Mínimo no âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Imaruí- SC, terá o seu valor equiparado aos valores do Salário Mínimo Nacional vigente, de acordo com as Normativas Federais, através de abono de equiparação, até a promulgação de Lei Municipal específica.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2017.

Imaruí-SC, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

DECRETO N. 01 - 2017 - EXPEDIENTE INTERNO

DECRETO Nº. 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETA EXPEDIENTE INTERNO NAS DEPENDÊNCIAS DO PAÇO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

Considerando a ausência de transição de governos, o início da nova gestão municipal para o quadriênio 2017 a 2020, e a necessidade de levantamento financeiro e administrativo,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado expediente interno nas dependências da Prefeitura Municipal, bem como nas secretarias que compõem a administração municipal, nos dias 02 a 31 de janeiro do corrente ano, em razão da necessidade de ajustes nas unidades administrativas municipais, especialmente face à nova gestão que se inicia. Parágrafo único – Excetuam-se o Setor de Tributos e os Serviços considerados essenciais, como serviços urbanos, obras, atividades escolares, saúde, protocolo, Expedição de Nota do Produtor, Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho e Junta Militar.

Art. 2º - As férias solicitadas durante o período de recesso administrativo serão validadas como férias, bem como as férias requeridas antes ou imediatamente após esse período serão deferidas conforme o interesse da administração.

Art. 3º - Os processos licitatórios, sindicantes e disciplinares, bem

como os pretensos recursos não ficarão suspensos nos prazos de expediente interno mencionados neste Decreto.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº 03 - COMISSÃO JULGADORA PROCESSO SELETIVO

DECRETO Nº. 003, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

INSTITUI A COMISSÃO JULGADORA DO PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACTs E DEMAIS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO, PREVISTOS NO EDITAL Nº. 001/2017 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições que lhe confere, especialmente no inciso VI do Art. 61 da Lei Orgânica, e

Considerando que o Processo Seletivo necessita de acompanhamento para a correta aplicação das regras constantes no Edital Nº. 001/2017, e para que pautado na legalidade sejam dirimidas dúvidas e casos omissos que possam ocorrer durante o Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Julgadora do Processo Seletivo para a Contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário – ACTs e demais Profissionais em Educação, previstos no Edital Nº 001/2017, Da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, será composta pelos seguintes membros:

I – Samuel da Silva Rosa – Presidente;

II – Lília dos Santos da Rosa Fernandes – Secretária;

III – Deivid Monteiro Torquato – Membro;

IV – Adriana Carvalho Pacheco Pereira – Membro;

V – Vânia de Souza Silveira - Suplente

Art. 2º Compete a Comissão Julgadora do Processo Seletivo:

I – cumprir e fazer cumprir as obrigações objeto do Edital Nº. 001/2017 e seus termos;

II – praticar todos os atos necessários para a consecução do Processo Seletivo;

III – contribuir com sugestões, visando o bom andamento dos trabalhos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 03 de janeiro de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº 04 -CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO Nº. 04 DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, exercício 2017 na importância de R\$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais) na seguinte dotação orçamentária conforme segue:

ORGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BÁSICA			
PROJ/ATIV. – 2.104	MANUTENÇÃO DO PAB FIXO			
Dotação-Elemento	Cód. resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00		0664	Aplicações Diretas – Pab Fixo	228.000,00
Total Suplementação			228.000,00	

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do PAB FIXO, especialmente para atender a Portaria nº 942/16 (Incremento temporário do Pab Fixo) proposta nº 36000927060201600, emenda nº 28530000, totalizando a Suplementação na importância de R\$ 228.000,00.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2017.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 16 de janeiro de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 006, DE 19 DE JANEIRO DE 2017. DECRETO PMI Nº 006, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

Constitui a Comissão Permanente de Licitação e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93, inciso VII e Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto pelas Leis Federais n.º 8.666/93 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação, composta por 05 (cinco) membros que procederá ao recebimento, análise e julgamento dos processos licitatórios e documentos relativos ao cadastramento de licitantes do Município de Imbituba.

Art. 2º Para comporem a Comissão ora constituída ficam nomeadas as Senhoras, Debora Borges Catarina, Emanuele Martins Ávila e Cristina Stemposki Fagundes e os Senhores Fernando Melo da Silva e Vinicius de Souza.

Parágrafo único. A referida comissão será presidida pela Senhora Debora Borges Catarina e Secretariada pela Senhora Emanuele Martins Ávila

Art. 3º À Comissão Permanente de Licitação compete privativamente:

- I – examinar e julgar todos os documentos relativos ao cadastramento de licitantes;
- II – deliberar sobre a conveniência de aquisições de bens e serviços;
- III – receber as propostas dos participantes em licitações públicas;
- IV - proceder à análise e julgamento das propostas recebidas e abertas; e
- V – encaminhar as propostas julgadas ao Prefeito Municipal de Imbituba para homologação.

Art. 4º À Comissão Permanente de Licitação fará a gerência do processo licitatório da Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias Municipais nas seguintes modalidades:

- I – Concorrência Pública;
- II – Tomada de Preços;
- III – Convite;
- IV – Leilão;
- V – Dispensa de Licitação;
- VI – Inexigibilidade de Licitação; e
- VII – Pregão presencial e eletrônico.

Art. 5º O Presidente da Comissão Permanente de Licitação fica autorizado a assinar os editais e demais documentos inerentes, bem como baixar os atos necessários para a fiel execução do processo licitatório e ainda analisar e deferir o Certificado de Registro Cadastral - CRC, ficando o Secretário incumbido de elaborar as atas e relatórios das reuniões e dos atos praticados pelos seus membros.

Art. 6º Os Membros nomeados para compor a Comissão Permanente de Licitação serão gratificados pelos serviços prestados à mesma, na forma da Lei Complementar nº 4.405, de 23 de maio de 2014.

Art.7º Fica revogado o Decreto PMI nº 004, de 13 de janeiro de 2017.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 19 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

DECRETO PMI Nº 007, DE 19 DE JANEIRO DE 2017. DECRETO PMI Nº 007, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Pregoeiro e Equipe de apoio para a realização dos Pregões da Prefeitura Municipal de Imbituba, nos termos do artigo 3º, inciso IV da lei n.º 10.520/02, de 17 de julho de 2002 e Decreto n.º 0096/2006, de 09 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica DESIGNADO o Sra. Debora Borges Catarina, para atuar nos Pregões destinados a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito municipal com as seguintes atribuições:

- a) credenciar os participantes;
- b) receber as propostas;
- c) analisar a aceitabilidade das propostas;
- d) classificar as propostas;
- e) receber os lances;
- f) analisar a aceitabilidade dos lances;
- g) classificar os licitantes segundo o critério de menor preço;
- h) verificar os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta;
- i) declarar vencedor o licitante que atender as exigências fixadas no edital;
- j) adjudicar o objeto do certame ao licitante declarado vencedor.

Art. 2º Fica designada a Equipe de Apoio composta pelos seguintes servidores, ocupantes de cargo na Prefeitura Municipal de Imbituba:

- a) Emanuele Martins Ávila
- b) Cristina Stemposki Fagundes;
- c) Vinicius de Souza
- d) Fernando Melo da Silva

Art. 3º Fica revogado o Decreto PMI nº 005, de 13 de Janeiro de 2017.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

DECRETO PMI Nº 008, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.
DECRETO PMI Nº 008, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

Recompõe a representação do Poder Público no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos do § 3º, do art. 10, da Lei nº 4.215, de 13 de junho de 2013,

CONSIDERANDO o que dispõem os artigos 32, II e 93, VII, da Lei Orgânica do Município de Imbituba;

CONSIDERANDO as alterações na titularidade dos cargos e funções públicas decorrentes da mudança da gestão municipal, ocorrida a partir de 1º de janeiro de 2017;

CONSIDERANDO a exposição de Motivos nº 01/2017, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, objeto do Processo Administrativo nº 342, de 12 de janeiro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica recomposta a representação do Poder Público no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, alterando-se, por conseguinte, o Inciso I do art. 1º do Decreto PMI nº 146, de 24 de agosto de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“I – Representando o Poder Público:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável:

1. Titular: Luiz Gonzaga Carvalho;
- 1.1. Suplente: Eduardo Canarin;

b) Representantes da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura:

1. Titular: Romeu Pires Filho;
- 1.1. Suplente: Leandro Geremias da Silva;

c) Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura:

1. Titular: Alex Sandro Carpes;
- 1.1. Suplente: João Batista Réus Alano;

d) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

1. Titular: Marilandi Fernandes Costa da Rosa;
- 1.1. Suplente: Janne Ramos Martins;

e) Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação:

1. Titular: Anderson Cristiano Maximiano;
- 1.1. Suplente: Paulo Márcio de Souza;

f) Representantes da Área de Proteção Ambiental – APA da Baleia Franca;

1. Titular: Cecil Roberto de Maya Brotherhood
- 1.1. Suplente: Ronaldo Costa.”

Art. 2º O mandato dos Conselheiros, iniciado com a edição do Decreto PMI nº 075, de 23 de abril de 2015, se encerra após completar 2 (dois) anos da posse decorrente daquele ato, conforme § 2º,

do art. 10 da Lei nº 4.215/2013.

Parágrafo único. A posse dos Conselheiros nomeados dar-se-á no dia 25 de janeiro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 003/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 003, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e das outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 01, de 02 de janeiro de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;

Considerando as informações no Processo nº 635/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Praça Pública da Vila Alvorada, Imbituba-SC, a IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS, inscrita no CNPJ sob o nº 84.211.119/0001-01, situada na Av. Santa Catarina, nº 249, Centro, Imbituba-SC, para instalação de equipamento de sonorização, afim da realização de Culto à comunidade da região, no dia 21/01/2017 (sábado), das 18:00h as 22:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período determinado no art. 1º da presente Portaria, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por

benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de janeiro de 2017.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LUÍZA ROSTIROLA CHUKSTER
Diretora de Documentação e Patrimônio

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 004/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 004, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e das outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 01, de 02 de janeiro de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;

Considerando as informações no Processo nº 414/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na esquina entre Av. João Rimsa com a Rua Irineu Bornhausen, em frente as Lojas Tintas Imbituba, Centro, Imbituba-SC, ao Sr. ONILDO JOÃO DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 501.796.919-53, para comércio ambulante (venda de churros), de segunda a sexta-feira, das 08:30h as 12:00h e das 13:30h as 18:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 180 dias, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por

benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de janeiro de 2017.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LUÍZA ROSTIROLA CHUKSTER
Diretora de Documentação e Patrimônio

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 005/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 005, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e das outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 01, de 02 de janeiro de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;

Considerando as informações no Processo nº 528/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Praça Laudelino João de Oliveira, Nova Brasília, Imbituba-SC, a Sra. LISANE CRISTINA FLORÊNCIO, inscrita no CPF sob o nº 270.659.488-89, para comércio ambulante (Trailler de caldo-de-cana, bebidas, lanches e sorvetes), de segunda a sexta-feira, das 08:00h as 22:00h, sábados e domingos das 08:00h as 16:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 180 dias, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por

benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de janeiro de 2017.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LUÍZA ROSTIROLA CHUKSTER
Diretora de Documentação e Patrimônio

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 006/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 006, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 01, de 02 de janeiro de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;

Considerando as informações no Processo nº 532/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Praça Laudelino João de Oliveira, Nova Brasília, Imbituba-SC, a Sra. MARIA CONCEIÇÃO DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 888.517.299-72, residente na Rua São Francisco nº 177, Nova Brasília, Imbituba-SC, para comércio de frutas e verduras, de segunda-feira a sábado, das 08:00h as 18:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 180 dias, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por

benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de janeiro de 2017.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LUÍZA ROSTIROLA CHUKSTER
Diretora de Documentação e Patrimônio

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 007/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 007, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 01, de 02 de janeiro de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;

Considerando as informações no Processo nº 26733/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Av. Renato Ramos da Silva, nº 1.830 Vila Nova, Imbituba-SC, ao Sr. ELTON CONSTANTE, inscrito no CPF sob o nº 073.265.299-57, residente na Av. Renato Ramos da Silva, nº 1.830 Vila Nova, Imbituba-SC, para atividade de ambulante de venda de frutas e verduras, de segunda-feira a sábado, das 08:00h as 19:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 180 dias, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por

benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de janeiro de 2017.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registra-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LUÍZA ROSTIROLA CHUKSTER
Diretora de Documentação e Patrimônio

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 87/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 87, de 18 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a rescisão de contrato de trabalho de servidor, em razão de falecimento, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Rescindir, em 13 de janeiro de 2017, o contrato de trabalho em razão de falecimento, do Sr. ALÉCIO ROCHA, matrícula 22, inscrito no CPF sob o nº 341.875.029-04, admitido em 03 de novembro de 1987, para exercer o cargo de Assistente Operacional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 18 de janeiro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 92/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 92, de 19 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. MAICON DA ROCHA, Motorista, inscrito no CPF sob o n.º 004.618.769-30, admitido em 13 de março de 2008, contrato nº 4290, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	01.02.2017 a 02.03.2017 01.05.2017 a 30.05.2017 01.09.2017 a 30.09.2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de janeiro de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 93/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 93, de 19 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre pedido de retorno da Licença Sem Vencimentos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 2.140, de 30 de abril de 2001, considerando ainda, o disposto no Processo Administrativo nº 439, de 13 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Retornar a pedido, o servidor, Sr. JOSÉ FRANCISCO RODRIGUES FLORES, inscrito no CPF sob o n.º 303.122.050-15, Agente de Trânsito, matrícula n.º 5079, afastado por LICENÇA SEM VENCIMENTOS através da PORTARIA PMI/GGP nº 129/2016, para retorno de suas atividades funcionais, a partir de 19 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 19 de janeiro de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 124/17

. DECRETO Nº 124/17

. De 17 de janeiro de 2017

NOMEIA AUXILIAR DE DIREÇÃO – DAE2 /
MICHELLE GORGISK

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer o cargo em comissão, de Auxiliar de Direção (DAE2), na E.B.M. Professora Maria da Graça dos Santos Salai, MICHELLE GORGISK, inscrita no CPF sob o nº 007.045.319-50.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 17 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

(Publique-se na forma da Lei)

OZINIL MARTINS DE SOUZA
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 125/17

. DECRETO Nº 125/17

. De 17 de janeiro de 2017

NOMEIA AUXILIAR DE DIREÇÃO – DAE2 /
JOSEANE BOAVENTURA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer o cargo em comissão, de Auxiliar de Direção (DAE2), na E.B.M. Professora Maria da Graça dos Santos Salai, JOSEANE BOAVENTURA, inscrita no CPF sob o nº 286.952.308-48.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 17 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

(Publique-se na forma da Lei)

OZINIL MARTINS DE SOUZA
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 126/17

. DECRETO Nº 126/17

. De 17 de janeiro de 2017

NOMEIA AUXILIAR DE DIREÇÃO – DAE2 /
SABRINY SABINO

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer o cargo em comissão, de Auxiliar de Direção (DAE2), no Colégio Municipal de Indaial, SABRINY SABINO, inscrita no CPF sob o nº 082.510.039-97.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 17 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

(Publique-se na forma da Lei)

OZINIL MARTINS DE SOUZA
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 126/17

. DECRETO Nº 126/17

. De 17 de janeiro de 2017

NOMEIA AUXILIAR DE DIREÇÃO – DAE2 /
SABRINY SABINO

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer o cargo em comissão, de Auxiliar de Direção (DAE2), no Colégio Municipal de Indaial, SABRINY SABINO, inscrita no CPF sob o nº 082.510.039-97.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 17 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

(Publique-se na forma da Lei)

OZINIL MARTINS DE SOUZA
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 127/17

. DECRETO Nº 127/17

. De 17 de janeiro de 2017

NOMEIA AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL / MIRELLI DE SOUZA DALAQUA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 17 de janeiro de 2017, para exercer a função de Auxiliar de Coordenação de Educação Infantil (COR1), na U.E.I Bairro Encano Baixo – Martha Elisabeth Mantau, MIRELLI DE SOUZA DALAQUA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 17 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

(Publique-se na forma da Lei)

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 130/17

. DECRETO Nº 130/17

. De 18 de janeiro de 2017

NOMEIA AUXILIAR DE DIREÇÃO – DAE2 / SHEILA TEREZINHA GIOVANELLA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer a função de Auxiliar de Direção (DAE2), no Colégio Municipal de Indaial, SHEILA TEREZINHA GIOVANELLA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

(Publique-se na forma da Lei)

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 131/17

. DECRETO Nº 131/17

. De 18 de janeiro de 2017

NOMEIA AUXILIAR DE DIREÇÃO – DAE2 / LUCELIA BARTH

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer a função de Auxiliar de Direção (DAE2), na E.B.M. Tancredo de Almeida Neves, LUCELIA BARTH.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

(Publique-se na forma da Lei)

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 132/17

. DECRETO Nº 132/17

. De 18 de janeiro de 2017

NOMEIA AUXILIAR DE DIREÇÃO – DAE2 / BRUNA DEODANA FERRARI

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer a função de Auxiliar de Direção (DAE2), na E.B.M. Leopoldo Simão, BRUNA DEODANA FERRARI.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

(Publique-se na forma da Lei)

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 133/17

. DECRETO Nº 133/17

. De 18 de janeiro de 2017

NOMEIA AUXILIAR DE DIREÇÃO – DAE2 /
CHRISTIANA SUCHARA PEDRON

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer a função de Auxiliar de Direção (DAE2), na E.B.M. Professora Úrsula, CHRISTIANA SUCHARA PEDRON .

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

(Publique-se na forma da Lei)

OZINIL MARTINS DE SOUZA
Secretário de EducaçãoMANOEL FELIPE BOAVENTURA
Chefe de Gabinete**DECRETO Nº 134/17**

. DECRETO Nº 134/17

. De 18 de janeiro de 2017

NOMEIA AUXILIAR DE DIREÇÃO – DAE2 /
ANILSE MARIA DE FREITAS JACOBSEN

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer a função de Auxiliar de Direção (DAE2), na E.B.M. Professor Mário Bonessi, ANILSE MARIA DE FREITAS JACOBSEN.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

(Publique-se na forma da Lei)

OZINIL MARTINS DE SOUZA
Secretário de EducaçãoMANOEL FELIPE BOAVENTURA
Chefe de Gabinete**DECRETO Nº 135/17**

. DECRETO Nº 135/17

. De 18 de janeiro de 2017

NOMEIA AUXILIAR DE DIREÇÃO – DAE2 /
SHERLEY SIMONE JENNERICH KUBIACK

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das

atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer a função de Auxiliar de Direção (DAE2), na E.B.M. Professora Ana Lúcia Hiendlmayer, SHERLEY SIMONE JENNERICH KUBIACK.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

(Publique-se na forma da Lei)

OZINIL MARTINS DE SOUZA
Secretário de EducaçãoMANOEL FELIPE BOAVENTURA
Chefe de Gabinete**DECRETO Nº 136/17**

. DECRETO Nº 136/17

. De 18 de janeiro de 2017

NOMEIA AUXILIAR DE DIREÇÃO – DAE2 /
ELIANE TERESINHA GILLI REBORDAO

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer a função de Auxiliar de Direção (DAE2), na E.B.M. Professora Anna Alves Dias, ELIANE TERESINHA GILLI REBORDAO.

Art. 2º - Fica alterada a carga horária da Servidora, Eliane Teresinha Gilli Rebordao, passando a 40 h/s.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

(Publique-se na forma da Lei)

OZINIL MARTINS DE SOUZA
Secretário de EducaçãoMANOEL FELIPE BOAVENTURA
Chefe de Gabinete**DECRETO Nº 137/17**

. DECRETO Nº 137/17

. De 18 de janeiro de 2017

NOMEIA AUXILIAR DE DIREÇÃO – DAE2 /
ADRIANA FERRAREZ HEBERT

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer a função de Auxiliar de Direção (DAE2), na E.B.M. Mulde Baixa, ADRIANA FERRAREZ HEBERT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

(Publique-se na forma da Lei)

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 138/17

. DECRETO Nº 138/17

. De 18 de janeiro de 2017

NOMEIA AUXILIAR DE DIREÇÃO – DAE2 /

LUCINEIA APARECIDA CARNEIRO

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer o cargo em comissão, de Auxiliar de Direção (DAE2), na E.B.M. Juvenal Carvalho, LUCINEIA APARECIDA CARNEIRO, inscrita no CPF sob o nº 056.211.049-60.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

(Publique-se na forma da Lei)

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 139/17

. DECRETO Nº 139/17

. De 18 de janeiro de 2017

NOMEIA AUXILIAR DE DIREÇÃO – DAE2 /

KARIANE HELOISA HERMES DOS SANTOS

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer o cargo em comissão, de Auxiliar de Direção (DAE2), na E.B.M. Encano Baixo Rudolfo Alfarth, KARIANE HELOISA HERMES

DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 061.581.909-50.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

(Publique-se na forma da Lei)

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 140/17

. DECRETO Nº 140/17

. De 18 de janeiro de 2017

NOMEIA AUXILIAR DE DIREÇÃO – DAE2 /

JULIA DALRI

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer a função de Auxiliar de Direção (DAE2), na E.B.M. Arapongas, JULIA DALRI.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

(Publique-se na forma da Lei)

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 141/17

. DECRETO Nº 141/17

. De 18 de janeiro de 2017

NOMEIA AUXILIAR DE DIREÇÃO – DAE2 /

JOICE BACHMANN BUSNARDO

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer o cargo em comissão, de Auxiliar de Direção (DAE2), na E.B.M. Professora Maria Helena Trentini Machado, JOICE BACHMANN BUSNARDO, inscrita no CPF sob o nº 043.358.679-64.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

(Publique-se na forma da Lei)

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 142/17

. DECRETO Nº 142/17

. De 18 de janeiro de 2017

RETIFICA DECRETO Nº 52/17, QUE NOMEIA DIRETORA PORTE II
/ DAISY APARECIDA JUNKES GEISLER

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica retificado no Decreto nº 52/17, o nome da Servidora DAISY APARECIDA JUNKES GEISLER.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

(Publique-se na forma da Lei)

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

Ipuaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 024/2017 DE 16 DE JANEIRO DE 2017. NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

DECRETO Nº 024/2017

DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica do município, Lei Complementar nº 013/2005, de 14 de junho de 2005 e Lei Complementar nº. 0041/2013, de 01 de julho de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Servidor abaixo relacionado, NOMEADO para o respectivo cargo pelo provimento de Cargo em Comissão:

SERVIDOR	CARGO	DATA
Ilvo Tedesco	Coordenador de Educação Indígena	16/01/2017

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuaçu-SC,
em 16 de janeiro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuaçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

DECRETO Nº 025/2017 DE 16 DE JANEIRO DE 2017. NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

DECRETO Nº 025/2017

DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica do município, Lei Complementar nº 013/2005, de 14 de junho de 2005 e Lei Complementar nº. 0041/2013, de 01 de julho de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Servidor abaixo relacionado, NOMEADA para o respectivo cargo pelo provimento de Cargo em Comissão:

SERVIDOR	CARGO	DATA
Adriana Baccin	Diretora de Transportes e Obras	12/01/2017

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 12/01/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuaçu-SC,
em 16 de janeiro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuaçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

DECRETO Nº 026/2017 DE 16 DE JANEIRO DE 2017. NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

DECRETO Nº 026/2017

DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica do município, Lei Complementar nº 013/2005, de 14 de junho de 2005 e Lei Complementar nº. 0041/2013, de 01 de julho de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Servidor abaixo relacionado, NOMEADO para o respectivo cargo pelo provimento de Cargo em Comissão:

SERVIDOR	CARGO	DATA
Luiz Carlos Rodrigues	Coordenador de Programa de Esporte	16/01/2017

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuaçu-SC,
em 16 de janeiro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuaçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

PORTARIA Nº 021/2017 DE 16 DE JANEIRO DE 2017. DESIGNAR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL A ATUAR E RESPONDER PELO SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO DE IMÓVEIS RURAIS – SNCR.

PORTARIA Nº 021/2017

DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNAR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL A ATUAR E RESPONDER PELO SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO DE IMÓVEIS RURAIS – SNCR.

CLORI PEROZA, prefeita de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Servidor Público Municipal PAULO CEZAR

NAVAREZI, CPF: 674.427.149-00, ao acesso e uso do Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA. Fica o Servidor Municipal responsável pela unidade municipal de cadastramento- UMC do Município de Ipuauçu/SC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuauçu- SC,
em 16 de janeiro de 2017.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuauçu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de administração e fazenda

PORTARIA Nº 022/2017 DE 16 DE JANEIRO DE 2017. DESIGNAR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RESPONSÁVEL PARA ATUAR E RESPONDER PERANTE A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – FATMA.

PORTARIA Nº 022/2017
DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNAR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RESPONSÁVEL PARA ATUAR E RESPONDER PERANTE A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – FATMA.

CLORI PEROZA, prefeita de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Servidor Público Municipal PAULO CEZAR NAVAREZI, CPF: 674.427.149-00, como responsável para atuar e responder em nome do Município perante a Fundação do Meio Ambiente – FATMA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 024/2017 DE 16 DE JANEIRO DE 2017. "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA Nº 024/2017
DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS, de 30 (trinta) dias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

NOME	CARGO	REFERÊNCIA	GOZO
Renan Toaldo	Mecânico	08/05/2014 à 07/05/2015	16/01/2017 à 14/02/2017

Art. 2º. Esta Portaria é publicada na presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuauçu- SC,
em 16 de janeiro de 2017.

CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuauçu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de administração e fazenda

PORTARIA Nº 023/2017 DE 16 DE JANEIRO DE 2017. "REQUISITA RETORNO DE SERVIDOR, NO SERVIÇO PÚBLICO, O QUAL SE ENCONTRA EM GOZO DE FÉRIAS"

PORTARIA Nº 023/2017
DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

"REQUISITA RETORNO DE SERVIDOR, NO SERVIÇO PÚBLICO, O QUAL SE ENCONTRA EM GOZO DE FÉRIAS".

CLORI PEROZA, prefeita de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente, RESOLVE:

REQUISITAR:

Art.1º. O Retorno do Servidor PAULO CEZAR NAVAREZI, no Serviço Público, a partir desta data, o qual se encontra em gozo férias. Anote-se em sua ficha funcional o saldo de férias em haver.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuauçu- SC,
em 16 de janeiro de 2017.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuauçu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de administração e fazenda

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Ipuacu/SC, em 16 de janeiro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

Ipumirim

PREFEITURA

JUSTIFICATIVA DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATORIO Nº 4/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2017/PM

JUSTIFICATIVA DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 4/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2017

CANCELAMENTO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, neste ato representada pelo Prefeito Municipal VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, vem informar o CANCELAMENTO e REVOGAÇÃO do pregão em epígrafe, pelos motivos abaixo expostos:

I – DO OBJETO

Trata-se de cancelamento do Processo licitatório nº 4/2017 na modalidade Pregão Presencial nº 3/2017, que teve como objeto a aquisição de veículos novos, destinado a Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Educação, conforme características do anexo III do edital, para a formação de REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE PARA 12 (DOZE) MESES para eventuais e futuras aquisições.

II – DA SÍNTESE DOS FATOS

Ocorre que após a publicação do edital do certame, o Município recebeu a informação da liberação de recursos para a aquisição de outros veículos destinados a Secretaria de Saúde, mediante a utilização de sobras de recursos destinados pelo Ministério da saúde para o Município de Ipumirim.

Assim, ao invés de optar pela publicação de novo edital para a aquisição apenas destes dois novos veículos, entendeu por bem realizar a compra de todos os veículos em um único processo licitatório, já que desta forma a aquisição poderá resultar em maiores descontos de preços ao Município.

Diante do exposto determino o CANCELAMENTO do Processo Licitatório nº 4/2017 – Pregão Presencial nº 3/2017.

Ipumirim - SC, 19 de janeiro de 2017.
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
Prefeito Municipal
Ipumirim - SC

PORTARIA Nº 071/2017 DE 19 DE JANEIRO DE 2017. NOMEIA GESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições legais.

NOMEIA.

Fica nomeado o senhor VALDIR ZANELLA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Ipumirim – SC, portador da cédula de identidade nº.207.528 e do CPF sob o nº.094.020.989-68, SUPERVISOR GERAL, nomeado pela portaria nº 051/2017 de 16 de Janeiro de 2017, para exercer o cargo de GESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, para o período

de 19 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19 de Janeiro de 2017.

Ipumirim – SC, 19 de Janeiro de 2017.
Volnei Antonio Schmidt
Prefeito

PORTARIA Nº. 072/2017 DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A GILMAR CASAGRANDE matrícula 044, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015 a 2016 e gozo de 01/02/2017 a 02/03/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/02/2017.

Ipumirim - SC, 19 de Janeiro de 2017.
Volnei Antonio Schmidt
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 073/2017 DE 19 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A OSVALDO BONISSONI matrícula 1670, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015 a 2016 e gozo de 06/02/2017 a 07/03/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06/02/2017.

Ipumirim - SC, 19 de Janeiro de 2017.
Volnei Antonio Schmidt
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.069/2017 DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A JUCILENE GOLDONI CALIARI matrícula 0492, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2014 A 2015 e gozo de 01/02/2017 a 02/03/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/02/2017

Ipumirim - SC, 18 de Janeiro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº.070/2017 DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MAIARA ZATTA matrícula 2276, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015 A 2016 e gozo de 06/02/2017 a 07/03/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06/02/2017

Ipumirim - SC, 18 de Janeiro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 6/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2017/PM

Erro! Não é possível abrir a origem de dados.MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 6/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - Prefeito Municipal torna público para conhecimento dos interessados a retificação efetuada no edital sobredito, a saber: – fica alterado o anexo I do Edital de licitação acima citado, nos itens 13 e 15 no que se refere a Capacidade Mínima do Veículo e no item 13 referente ao turno, o qual pode ser obtido junto ao setor de Compras do Município de Ipumirim através do e-mail compras@ipumirim.sc.gov.br ou através do site www.ipumirim.sc.gov.br. Em função da alteração não prejudicar a confecção das propostas, mantém-se a mesma data de abertura, no mesmo horário e local para entrega e abertura dos envelopes do certame sobredito. O local e horário para retirada do Edital e para esclarecimentos e informações aos interessados, poderá ser obtido junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-3401, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico a ser enviado por fax através do número sobredito ou e-mail compras@ipumirim.sc.gov.br.

Ipumirim - SC, 19 de janeiro de 2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO RESUMIDA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2017, MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2017/PM

RETIFICAÇÃO RESUMIDA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2017, MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2017.

JUCILENE GOLDONI CALIARI, Pregoeira, no uso de suas atribuições:

Considerando a necessidade de retificação do Processo Licitatório nº 6/2017, nos itens 13 e 15 em face da alteração do anexo I no que se refere a Capacidade Mínima do Veículo e no item 13 referente ao turno, a saber:

R E T I F I C A

1 -Diante do equívoco verificado nos itens 13 e 15 do anexo I, no que se refere a Capacidade Mínima do Veículo e referente ao turno, onde lê-se: 30 lugares, lê-se: 40 lugares e no item 13 onde lê-se, turno: matutino, lê-se, turno: matutino e vespertino: segue abaixo a respectiva correção no referido anexo I, itens 13 e 15, passando a vigorar com a seguinte redação:

Item	Itinerário	Valor/Max/ R\$	Turno	Veículo
13	Saída de Ipumirim, Linha Bedin até a propriedade de Prezotto, Bonito até a Propriedade de Mário Zampierom, Três Marias até as escolas Estadual e Municipal numa extensão de 78 Km (Matutino).	R\$ 386,10	Matutino e Vespertino	Ônibus Mín. 40 lugares
15	Saída de Alto Capitão, Serrinha, Fragozinho, Jaguatirica, Posto Portal até as escolas Estadual e Municipal numa extensão de 59,2 Km.	R\$ 293,04	Vespertino	Ônibus Mín. 40 lugares

2 – Em função da alteração não prejudicar a confecção das propostas, mantém-se a mesma data de abertura, no mesmo horário e local para entrega e abertura dos envelopes do certame sobredito.

3- As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

4- Revogadas as disposições em contrário, comunica-se aos interessados em participar do certame licitatório.

Ipumirim, SC-19 de janeiro de 2.017

JUCILENE GOLDONI CALIARI
Pregoeira

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº 1, REFERENTE O PROCESSO DE LICITAÇÃO N º 4, PREGÃO PRESENCIAL Nº 3-2017-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 3/2017 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 4/2017
Data do Processo: 09/01/2017

Objeto: Aquisição de veículos novos, destinado a Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Educação, conforme características do anexo III do edital.

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 1 / 2017

Motivo: Após a publicação do edital do certame, o Munic. recebeu a informação da liberação de recursos p/ a aquis. de outros veículos destinados a Secret. de Saúde, mediante a utilização de sobras de recursos destinados pelo Minist. da saúde p/ o Munic. de Ipumirim. Assim, ao invés de optar pela publicação de novo edital p/ a aquis. apenas destes dois novos veículos, entendeu por bem realizar a compra de todos os veículos em um único proc. licitatório, já q/ desta forma a aquis. poderá resultar em maiores descontos de preços ao Município. Diante do exposto determino o CANCELAMENTO do proc. acima transcrito.

Ipumirim, 19 de Janeiro de 2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Irati

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA 001/2017 - PNAE - AGRICULTURA FAMILIAR

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2017

CHAMADA PÚBLICA Nº001/2017 PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI, Estado de Santa Catarina, no interesse da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, torna público para conhecimento dos interessados, a Chamada Pública para Aquisição de Alimentação Escolar, tipo menor preço por item, de acordo com as especificações contidas no Edital, em cumprimento do estabelecido pela Lei 11.947/2009 e Resolução nº. 38/2009 do Ministério da Educação. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e proposta de preço, no dia 09 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 08:00 HORAS, na sede da Prefeitura Municipal. O Edital poderá ser retirado junto a Comissão Permanente de Licitação, localizada na sede administrativa do Município de Irati, com endereço à Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, em Irati – SC, Fone: (0XX49) 3349.0010, das 8:00h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h. Irati - SC, 19 DE JANEIRO DE 2017.
NEURI MEURER
Prefeito Municipal.

PREGÃO 02/2017 - TRANSPORTE ESCOLAR - ERRATA

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Irati

Processo Administrativo N.º 009/2017

Pregão Presencial 002/2017

ERRATA

A Prefeitura Municipal de Irati – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto Edital de Licitação, modalidade Pregão Presencial 002/2017 visando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE IRATI, DURANTE O ANO LETIVO DE 2017.

Das alterações:

Onde se lê: 200 dias letivos;

Leia –se: 60 dias letivos.

As demais informações permanecem.

Irati – SC, 17 de janeiro de 2017. Neuri Meurer – Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 03/2016 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 03/2017

Contratante – Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Contratado – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO /CISAMURC

Objeto Constitui objeto do presente contrato de programa a prestação de serviços na área da saúde melhorar a capacidade e eficiência do SUS, assegurando assistência médica especializada, mediante consultas e exames de média e alta complexidade para os municípios de Irineópolis/SC, conforme os procedimentos/consultas previstas na Resolução nº 01/2014 limitado aos valores indicados pelo Contratado conforme orçamento aprovado em lei.

Valor –R\$ 165.528,00 (cento e sessenta e cinco mil, quinhentos e vinte oito reais).

Vigência – 01/01/2017 a 31/12/2017.

Base Legal – Art. 24, inciso XXIV, da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada.

Giseli Kempinski
Gestora do FMS

CONTRATO Nº 04/2016 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 04/2017

Contratante – Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Contratado – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO /CISAMURC

Objeto - Constitui o objeto do presente contrato de rateio o estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes do CISAMURC, que possibilitem a otimização das ações e serviços de saúde que lhes correspondam, através do orçamento aprovado pela Assembléia Geral dos Consorciado.

Valor –R\$ 24.533,16 (vinte e quatro mil, quinhentos e trinta e três reais e dezesseis centavos)

Vigência – 01/01/2017 a 31/12/2017.

Base Legal – Art. 24, inciso XXIV, da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada.

Giseli Kempinski
Gestora do FMS

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 01/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 13 de fevereiro de 2017, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA O POSTO DE SAÚDE DE RIO BRANCO NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS/SC, CONFORME PROPOSTA Nº 06089.125000/1150-01. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de

Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 19 de janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 008/2017

PORTARIA Nº 008/2016

REFORMULA A COMPOSIÇÃO NOMINATIVA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o artigo 65, inciso VII e parágrafo único do artigo 104 da lei Orgânica do Município, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, combinado com o artigo 51, § 4º da Lei nº 8.666/93, de 21.06.93, consolidada,
RESOLVE :

Art. 1º. Fica reformulada a composição nominativa da Comissão Permanente de Licitações da Administração Direta, a qual passará a atuar com a seguinte composição:

Presidente:

Rosani Rodrigues da Silva Mischka

Secretária:

Márcia Maria Kerscher

Membros:

Cassiana Lais Brand Rodrigues

Lucio Flavio Lima

Patrícia Fabiane Fronczak.

Reinaldo Stasiak

Art. 2º. No caso de impedimento da Presidente, passará a substituí-la nessa condição a servidora Patrícia Fabiane Fronczak.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de 01/01/2017, ficando revogada a Portaria nº 002/2016 de 01/01/2016 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 02 de Janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2017 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 06/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 09 de fevereiro de 2017, às 09:00

horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇO POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "AQUI-SIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM ENTREGA PARCELADA". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111, e no site www.irineopolis.sc.gov.br. Irineópolis, 19 de janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO 001/2017 ITA HIDROMINERAL

ITÁ HIDROMINERAL S.A.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

A Itá Hidromineral S.A., torna pública a dispensa de licitação nº 001/2017, para publicação de balanço e publicações de edital de convocação, em prol da empresa, FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS SC CNPJ nº14. 284.430/0001-97, no valor de R\$ 17.575,83 (dezesete mil quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos), conforme Art. 24, inciso XVI da Lei nº 8.666/93. Itá - SC 19 de Janeiro de 2017.

ADRIANI RICARDO DEITOS

DIRETOR PRESIDENTE

Contrato Nº.: 2/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada...: BENEF. CAMILIANA DO SUL - HOSP. S. FCO.

Valor : 35.334,60 (trinta e cinco mil trezentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos)

Vigência : Início: 16/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017

Recursos : Dotação: 2.037.3.3.90.00.00.00.00 (38) Saldo: 2.200.000,00

Objeto : Contratação de Hospital Especializado, a fim de prestar serviços de Plantão e Internações Hospitalares, na área médica, para atendimento, em casos de urgência/emergência da população do município de Itá.

JOICE ANITA SARORETTO ZOTTI - GESTORA

EXTRATO ADITIVO DE ATAS

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 075/2016, PL 086/2016

PARTES: Município de Itá e Abastecedora de Combustíveis Servico Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 043/2016

OBJETO: Aumento no valor do Óleo Diesel comum

VALOR REAJUSTADO: R\$ 3,09 (três reais e nove centavos) por litro;

VIGÊNCIA: Início: 11/01/2017 Término: 31/12/2017

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 074/2016, PL 086/2016

PARTES: Município de Itá e Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 043/2016

OBJETO: Aumento do valor do Óleo Diesel S10

VALOR REAJUSTADO: R\$ 3,23 (três reais e vinte e três centavos) por litro;

VIGÊNCIA: Início: 16/01/2017 Término: 31/12/2017

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

Contrato Nº.: 3/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada...: ESPAÇO SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Valor : 30.000,00 (trinta mil reais)

Vigência : Início: 16/01/2017 Término: 31/12/2017

Objeto : Prestação de consulta ambulatorial em atenção básica.

Contratada...: ESPAÇO SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Vigência : Início: 16/01/2017 Término: 31/12/2017

JOICE ANITA SARORETTO ZOTTI - GESTORA

Aditivo Nº : 2AD 98/2016

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: CRI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA

Valor : 48.723,63 (quarenta e oito mil setecentos e vinte e três

reais e sessenta e três centavos)

Vigência : Início: 17/01/2017 Término: 17/02/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2016

Objeto : Aditivo de prazo e valor devido ao novo processo licitatório

ainda não ter sido homologado.

JAIRO LUIZ SARTORETTO - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATOS 01 A 03 E ADITIVO CRI

Contrato Nº.: 1/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: INFO DIGITALL-SOL. TÉCNOL. P GESTÃO

DOCUMENTAL LT

Valor : 4.594,80 (quatro mil quinhentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017

Recursos : Dotação:

Objeto : Locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador

eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva,

em ambiente Windows.

Contratada...: INFO DIGITALL-SOL. TÉCNOL. P GESTÃO

Vigência : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017

JAIRO LUIZ SARTORETTO - PREFEITA MUNICIPAL

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2017

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE À PRAGAS E VETORES, ENGLOBALDO DESINSETIZAÇÃO, DEDETIZAÇÃO, ANTIRATIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO, NAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CRECHES, MUSEU, BIBLIOTECA, DEPÓSITOS DE ALIMENTOS E MATERIAIS DE LIMPEZA, PRÉDIO DA PREFEITURA E PRÉDIO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DA CIDADE (AO LADO DA PREFEITURA) E LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA, EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO MUNICÍPIO.

Modalidade: Pregão Presencial (REGISTRO DE PREÇOS).

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até as 08:15 do dia 01/02/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700

Itapiranga, SC, 19 de Janeiro de 2017.

Nelson Klein

Secretário de Educação, Cultura e Desporto

Itapoá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0332/2017 - RH

PORTARIA Nº 0332/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) CAMILA MASCA-RELLO MACHADO, matrícula 11657707, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar João Monteiro Cabral (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 0333/2017 - RH**

PORTARIA Nº 0333/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) RAFAEL HENRIQUE DE PAULA, matrícula 11668644, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar João Monteiro Cabral (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 0334/2017 - RH**

PORTARIA Nº 0334/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JUÉLCIO LUIZ PEREIRA, matrícula 609749, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Alberto Speck (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 0335/2017 - RH**

PORTARIA Nº 0335/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) NAIE HARA, matrícula 11657774, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar João Monteiro Cabral (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0336/2017 - RH

PORTARIA Nº 0336/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JANAÍNA SANDRI DE VASCONCELOS, matrícula 1282077, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Ayrton Senna (20hs), com carga horária total de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0337/2017 - RH

PORTARIA Nº 0337/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) BERNADETE FAGUNDES DE CHAVES, matrícula 617245, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para a referência Nível I - C, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 25 de março de 2011.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0338/2017 - RH

PORTARIA Nº 0338/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

BERNADETE FAGUNDES DE CHAVES, matrícula 617245, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para a referência Nível I - D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 25 de março de 2013.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0339/2017 - RH

PORTARIA Nº 0339/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

BERNADETE FAGUNDES DE CHAVES, matrícula 617245, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para a referência Nível I - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 25 de março de 2015.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0340/2017 - RH

PORTARIA Nº 0340/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ANDRESSA DAMBRÓS, matrícula 11657618, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, nas Unidades Escolares Ayrton Senna (20hs) e Euclides Emídio da Silva (20hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0341/2017 - RH

PORTARIA Nº 0341/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ERDNER LÚCIO COSTA E OLIVEIRA, matrícula 619701, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, nas Unidades Escolares Frei Valentin (20hs) e Monteiro Lobato (20hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria anterior.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0342/2017 - RH

PORTARIA Nº 0342/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ALINE ZANELA, matrícula 622575, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, nas Unidades Escolares João Monteiro Cabral (20hs) e Ayrton Senna (20hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria anterior.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0343/2017 - RH

PORTARIA Nº 0343/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MOEMA DE REGÓRIO RODRIGUES, matrícula 11695323, investido (a) no cargo de PROFESSOR I 20hs, nas Unidades Escolares Monteiro Lobato (10hs) e Ayrton Senna (10hs), com carga horária de 20hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0344/2017 - RH

PORTARIA Nº 0344/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) LUIZ HENRIQUE STEPHAN FILHO, matrícula 11667540, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, nas Unidades Escolares Euclides Emídio da Silva (20hs) e Ayrton Senna (20hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0345/2017 - RH

PORTARIA Nº 0345/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) HANNFLEY DMY-TERKO DALLAGNOL, matrícula 11670592, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, nas Unidades Escolares Frei Valentim (20hs) e Monteiro Lobato (20hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0346/2017 - RH

PORTARIA Nº 0346/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) LIDIANE MENDONÇA BERTHOLO, matrícula 11674172, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, nas Unidades Escolares Alberto Speck (20hs) e Claiton Almir Hermes (20hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0347/2017 - RH

PORTARIA Nº 0347/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) FRANCIS MARA VIEIRA SCHUSTER PINTO, matrícula 11679638, investido (a) no cargo de PROFESSOR I 30hs, nas Unidades Escolares Euclides Emídio da Silva e Claiton Almir Hermes, com carga horária de 30hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0348/2017 - RH

PORTARIA Nº 0348/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) BERNADETTE SOARES SANCHES, matrícula 593389, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, nas Unidades Escolares Ayrton Senna (20hs) e Claiton Almir Hermes (20hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria anterior.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0349/2017 - RH

PORTARIA Nº 0349/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) CARLOS EDUARDO VERRI, matrícula 1206125, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, nas Unidades Escolares Ayrton Senna (20hs) e Frei Valentim (20hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria anterior.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0350/2017 - RH

PORTARIA Nº 0350/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) LEONARDO BERTONI CORREA PONTALTI, matrícula 11674423, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, nas Unidades Escolares João Monteiro Cabral (20hs) e Palhacinho Feliz (20hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0351/2017 - RH

PORTARIA Nº 0351/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) DAIANNE FERREIRA DE SOUSA, matrícula 11657340, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, nas Unidades Escolares Euclides Emídio da Silva (20hs) e Lua de Cristal (20hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0352/2017 - RH

PORTARIA Nº 0352/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) FABIANA BESTEL PAWLINA, matrícula 606340, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Unidade Escolar Gente Feliz (20hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria anterior.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0353/2017 - RH

PORTARIA Nº 0353/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SANDRA DEVEGILI, matrícula 619523, investido (a) no cargo de PROFESSOR III, nas Unidades Escolares Alberto Speck (20hs) e Frei Valentim (20hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria anterior.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0354/2017 - RH

PORTARIA Nº 0354/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JANICE MARIZA RODRIGUES, matrícula 11668741, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Primeiros Passos (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0355/2017 - RH

PORTARIA Nº 0355/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) VANDERLEI VIEIRA, matrícula 1174959, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Frei Valentim (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0356/2017 - RH

PORTARIA Nº 0356/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) CAMILA DALRI DE BORBA, matrícula 11670932, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar João Monteiro Cabral (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0357/2017 - RH

PORTARIA Nº 0357/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) LETÍCIA TADRA DO CARMO, matrícula 11670690, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, nas Unidades Escolares Ayrton Senna (20hs) e Claiton Almir Hermes (20hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0358/2017 - RH

PORTARIA Nº 0358/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) WILLIAN KLEINSCHMIDT, matrícula 11677449, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Monteiro Lobato (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0359/2017 - RH

PORTARIA Nº 0359/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MAICON FRANÇA FERNANDES VIEIRA, matrícula 1203525, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Euclides Emídio da Silva (20hs) e Frei Valentim (20hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0360/2017 - RH

PORTARIA Nº 0360/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

ALTERA CARGA HORÁRIA DO(A) SERVIDOR(A)

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal 75/2001 Art. 38.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica alterada a carga horária de 40 para 20 horas semanais da jornada de trabalho, com remuneração de R\$ 1.318,75, do (a) servidor(a) MARCIA REGINA EGGERT SOARES, matrícula 603929, investido (a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR I 20hs, integrante no plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0361/2017 - RH

PORTARIA Nº 0361/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) VERGÍNIA LAURINDA RISSI, matrícula 610690, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Frei Valentim (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0362/2017 - RH

PORTARIA Nº 0362/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) PATRÍCIA CRITINA TADRA, matrícula 11670673, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Monteiro Lobato (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0363/2017 - RH

PORTARIA Nº 0363/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) RENATA CRISTINA PILOTTI, matrícula 11669004, investido (a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR I, na Unidade Escolar Ayrton Senna (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0364/2017 - RH

PORTARIA Nº 0364/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ROSANGELA APARECIDA GEPFRIE COELHO, matrícula 11677368, investido (a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR I, na Unidade Escolar Frei Valentim (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0365/2017 - RH

PORTARIA Nº 0365/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) CAROLINE MILBRATZ OPAZO SOUZA, matrícula 617369, investido (a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, na Unidade Escolar Frei Valentim (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria anterior.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0366/2017 - RH

PORTARIA Nº 0366/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) CRISTIANE DO RÓCIO VENSKI SCARPIM, matrícula 583448, investido (a) no cargo de ORIENTADOR EDUCACIONAL I, na Unidade Escolar João Monteiro Cabral (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0367/2017 - RH

PORTARIA Nº 0367/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SÔNIA APARECIDA ALVES, matrícula 578088, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, nas Unidades Escolares EJA (20hs) e Alberto Speck (20hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria anterior.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0368/2017 - RH

PORTARIA Nº 0368/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ROSEMERI DE FÁTIMA FÁVERO, matrícula 615927, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, nas Unidades Escolares EJA, Ayrton Senna e Frei Valentim, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação, revogando a Portaria anterior.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0369/2017 - RH

PORTARIA Nº 0369/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JULIANA RODRIGUEZ VILLAR, matrícula 11657391, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Monteiro Lobato (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0370/2017 - RH

PORTARIA Nº 0370/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) RENATO BARBOSA CAPELLA, matrícula 11668300, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, nas Unidades Escolares Monteiro Lobato (20hs) e Euclides Emídio da Silva (20hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0371/2017 - RH

PORTARIA Nº 0371/2017

De: 02 janeiro de 2017.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 44/2014, Art. 130 e 131.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017 (30 dias), ao (a) servidor (a) ROZELIA FERRAZ PEREIRA, matrícula 620939, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, da Secretaria de Saúde.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0372/2017 - RH

PORTARIA Nº 0372/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) JULIANE ALVES, matrícula 11696567, investido (a) no cargo de PROFESSOR I 20HS, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0374/2017 - RH

PORTARIA Nº 0374/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) LUCIANA FERNANDES COAN, matrícula 2135, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0375/2017 - RH

PORTARIA Nº 0375/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) LIAMAR RODRIGUES PEREIRA, matrícula 2143, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0376/2017 - RH

PORTARIA Nº 0376/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ANA PAULA DUTKA DE MIRANDA, matrícula 562203, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0377/2017 - RH

PORTARIA Nº 0377/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) CAMILA DE SOUZA VICENTE, matrícula 11674075, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0378/2017 - RH

PORTARIA Nº 0378/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) LIDIANE MENDONÇA BERTHOLO, matrícula 11674172, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0379/2017 - RH

PORTARIA Nº 0379/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) LEONARDO BERTONI CORREA PONTALTI, matrícula 11674423, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0380/2017 - RH

PORTARIA Nº 0380/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) GISELE CRISTIANE BONIN, matrícula 11674440, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0381/2017 - RH

PORTARIA Nº 0381/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARCIA MACHADO, matrícula 11674679, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0382/2017 - RH

PORTARIA Nº 0382/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) GUILHERME MATHIAS NETTO GALVAN, matrícula 11676523, investido (a) no cargo de PROFESSOR I 20HS, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0383/2017 - RH

PORTARIA Nº 0383/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) THAIS ANDRESSA TOME BRUNINHO, matrícula 11676574, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0384/2017 - RH

PORTARIA Nº 0384/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) RICARDO AGOSTINHO DIER, matrícula 11677317, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0385/2017 - RH

PORTARIA Nº 0385/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ROSANGELA APARECIDA GEPFRIE COELHO, matrícula 11677368, investido (a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0386/2017 - RH

PORTARIA Nº 0386/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) WILLIAN KLEINSCHMIDT, matrícula 11677449, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0387/2017 - RH

PORTARIA Nº 0387/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ROSANE KOMINKIEWICZ, matrícula 11679549, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0388/2017 - RH

PORTARIA Nº 0388/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) FRANCIS MARA VIEIRA SCHUSTER PINTO, matrícula 11679638, investido (a) no cargo de PROFESSOR I 30HS, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0389/2017 - RH

PORTARIA Nº 0389/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) LUIZ ELOI RIVELLIS MARTINELLI FILHO, matrícula 11692693, investido (a) no cargo de MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0390/2017 - RH

PORTARIA Nº 0390/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MOEMA DE GREGÓRIO RODRIGUES, matrícula 11695323, investido (a) no cargo de PROFESSOR I 20HS, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0391/2017 - RH

PORTARIA Nº 0391/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) JULIO CESAR ABREU, matrícula 434, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0392/2017 - RH

PORTARIA Nº 0392/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) GILMAR SANTIN, matrícula 565865, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0393/2017 - RH

PORTARIA Nº 0393/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARGOT HELENA DE SÁ RIBAS, matrícula 568562, investido (a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0394/2017 - RH

PORTARIA Nº 0394/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) LUCIANE NASCIMENTO DO ROSÁRIO, matrícula 571520, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0395/2017 - RH

PORTARIA Nº 0395/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) SONIA WEISS, matrícula 574520, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0396/2017 - RH

PORTARIA Nº 0396/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARIO WILL, matrícula 576336, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0397/2017 - RH

PORTARIA Nº 0397/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) SONIA APARECIDA ALVES, matrícula 578088, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0398/2017 - RH

PORTARIA Nº 0398/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARIZÉLIA FRANZ PER-
RONY, matrícula 579289, investido (a) no cargo de PROFESSOR
II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos
servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publi-
cação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0399/2017 - RH

PORTARIA Nº 0399/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ALAIR MARIA SCH-
NEIDER REOLON, matrícula 579793, investido (a) no cargo de
PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de
carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publi-
cação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0400/2017 - RH

PORTARIA Nº 0400/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) VANIA CLEUSA PINTO
DA SILVA, matrícula 580201, investido (a) no cargo de PROFESSOR
II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos
servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publi-
cação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0401/2017 - RH

PORTARIA Nº 0401/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) CLAUDINEI FERREIRA
MENDES, matrícula 580236, investido (a) no cargo de PROFESSOR
II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos
servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publi-
cação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0402/2017 - RH

PORTARIA Nº 0402/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) RENATO SPINELLI CARMONA, matrícula 580244, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0403/2017 - RH

PORTARIA Nº 0403/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) SOLANGE MARIA ROSA, matrícula 580279, investido (a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0404/2017 - RH

PORTARIA Nº 0404/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) IRACEMA MARQUES FERREIRA, matrícula 580309, investido (a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0405/2017 - RH

PORTARIA Nº 0405/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) APARECIDA GRANDINI JOSÉ, matrícula 580430, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0406/2017 - RH

PORTARIA Nº 0406/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) IEDA CORREA DA SILVA, matrícula 580449, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0407/2017 - RH

PORTARIA Nº 0407/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) CLAUDETE THOMAS, matrícula 581038, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0408/2017 - RH

PORTARIA Nº 0408/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) SANDRA MARIA DANI BENCK, matrícula 582301, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0409/2017 - RH

PORTARIA Nº 0409/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARCIA APARECIDA PARTALA, matrícula 583006, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0410/2017 - RH

PORTARIA Nº 0410/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) CRISTIANE DO RO-CIO VENSKI SCARPIM, matrícula 583448, investido (a) no cargo de ORIENTADOR EDUCACIONAL I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0411/2017 - RH

PORTARIA Nº 0411/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) CLAUDIA NASCIMENTO, matrícula 584010, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0412/2017 - RH

PORTARIA Nº 0412/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) RENATA PATRICIA DOS SANTOS, matrícula 584061, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0413/2017 - RH

PORTARIA Nº 0413/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) SOLANGE MARIA CAVALLHEIRO, matrícula 584088, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0414/2017 - RH

PORTARIA Nº 0414/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) SILVANA DE SOUZA SPECK, matrícula 585246, investido (a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0415/2017 - RH

PORTARIA Nº 0415/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARIA APARECIDA ROCHA DE JESUS, matrícula 587214, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0416/2017 - RH

PORTARIA Nº 0416/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) LUCY HELENA WIELEWICKI, matrícula 587605, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0417/2017 - RH

PORTARIA Nº 0417/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA JACINTO, matrícula 587699, investido (a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0418/2017 - RH

PORTARIA Nº 0418/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARCELA CRISTINA SOARES, matrícula 588164, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0419/2017 - RH

PORTARIA Nº 0419/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) KELI ADRIANA DE SOUZA SPECK, matrícula 588490-11, investido (a) no cargo de PROFESSOR II 20HS, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0420/2017 - RH

PORTARIA Nº 0420/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) KELI ADRIANA DE SOUZA SPECK, matrícula 588490-12, investido (a) no cargo de PROFESSOR II 20HS, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0421/2017 - RH

PORTARIA Nº 0421/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ELIZABETE ROSA ZAKALUK, matrícula 588504, investido (a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0422/2017 - RH

PORTARIA Nº 0422/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARIANA BESTEL PAWLINA, matrícula 589950, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0423/2017 - RH

PORTARIA Nº 0423/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) EDINÉIA DOS SANTOS, matrícula 590142, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0424/2017 - RH

PORTARIA Nº 0424/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) JOSÉ TEOBALDO POSSAMAI, matrícula 590282, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0425/2017 - RH

PORTARIA Nº 0425/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) EDINEIER FARIAS, matrícula 590851, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0426/2017 - RH

PORTARIA Nº 0426/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) CARMELITA DO CARMO GARCIA, matrícula 590940, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0427/2017 - RH

PORTARIA Nº 0427/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 21 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) JILVIANE NEUBER, matrícula 592226, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0428/2017 - RH

PORTARIA Nº 0428/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) REGIANE KOVALCZYK, matrícula 592765, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0429/2017 - RH

PORTARIA Nº 0429/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARIA CECILIA FREITAS CRISANTO, matrícula 593290, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0430/2017 - RH

PORTARIA Nº 0430/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARCELO SCHATZ-MANN, matrícula 593370, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0431/2017 - RH

PORTARIA Nº 0431/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) BERNADETTE SOARES SANCHES, matrícula 593389, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0432/2017 - RH

PORTARIA Nº 0432/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) EDUARDO FIGUEREDO, matrícula 602213, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0433/2017 - RH

PORTARIA Nº 0433/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) SOLANGE SILVEIRA DO ROSÁRIO, matrícula 602469, investido (a) no cargo de COZINHEIRA, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0434/2017 - RH

PORTARIA Nº 0434/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) VANIA MARIA LENZI, matrícula 603074, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0435/2017 - RH

PORTARIA Nº 0435/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MAURISETE STINGHEN DA ROCHA, matrícula 603139, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0436/2017 - RH

PORTARIA Nº 0436/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) PATRICIA MACHADO PEREIRA, matrícula 603252, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0437/2017 - RH

PORTARIA Nº 0437/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) LUCIANE DOS SANTOS SILVA, matrícula 603490, investido (a) no cargo de PROFESSOR, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0438/2017 - RH

PORTARIA Nº 0438/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARIA DA GLÓRIA MIRA, matrícula 603619, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0439/2017 - RH

PORTARIA Nº 0439/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) SONIA REGINA ZAGONEL, matrícula 603627, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0440/2017 - RH

PORTARIA Nº 0440/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARIA ISOLETE LINHARES, matrícula 603643, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0441/2017 - RH

PORTARIA Nº 0441/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) LUIZ PEREIRA, matrícula 603651, investido (a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0442/2017 - RH

PORTARIA Nº 0442/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) SONIA MARIA DA SILVEIRA, matrícula 603660, investido (a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0443/2017 - RH

PORTARIA Nº 0443/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ANA JOSÉLIA DALLACOURT RIBAS, matrícula 603694, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0444/2017 - RH

PORTARIA Nº 0444/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARINETE INACIA DE SOUZA, matrícula 603759, investido (a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0445/2017 - RH

PORTARIA Nº 0445/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) GILDO OLEGÁRIO ESTEVÃO, matrícula 603880, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0446/2017 - RH

PORTARIA Nº 0446/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARCIA REGINA EGERT SOARES, matrícula 603929, investido (a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0447/2017 - RH

PORTARIA Nº 0447/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ROSANGELA NUNES BARBOSA PEREIRA, matrícula 603945, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0448/2017 - RH

PORTARIA Nº 0448/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ELISETTE BUDAL ARINS, matrícula 604011, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0449/2017 - RH

PORTARIA Nº 0449/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ANTONIA NERES DO ROSÁRIO, matrícula 604062, investido (a) no cargo de COZINHEIRA, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0450/2017 - RH

PORTARIA Nº 0450/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARIA DE LOURDES BASE, matrícula 604160, investido (a) no cargo de COZINHEIRA, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0451/2017 - RH

PORTARIA Nº 0451/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) CENITA SCHIZZI DANI, matrícula 604305, investido (a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0452/2017 - RH

PORTARIA Nº 0452/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARIA DA LUZ MACHADO DA SILVA, matrícula 604356, investido (a) no cargo de COZINHEIRA, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0453/2017 - RH

PORTARIA Nº 0453/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) SOELI GERKER FERREIRA, matrícula 604607, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0454/2017 - RH

PORTARIA Nº 0454/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ANDREA BATISTA DIAS, matrícula 604720, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0455/2017 - RH

PORTARIA Nº 0455/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ANGELA MARIA NUNES DE OLIVEIRA, matrícula 604763, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0456/2017 - RH

PORTARIA Nº 0456/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ANDREIA BALTAZAR RODRIGUES, matrícula 604801, investido (a) no cargo de ORIENTADOR EDUCACIONAL I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0457/2017 - RH

PORTARIA Nº 0457/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) LEILA IVANY BARBOSA CABRAL, matrícula 604844, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0458/2017 - RH

PORTARIA Nº 0458/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) DELICIA DE SOUZA ZIMMERMANN, matrícula 604925, investido (a) no cargo de COZINHEIRA, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0459/2017 - RH

PORTARIA Nº 0459/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) LUCILENE LUNARDI, matrícula 605000, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0460/2017 - RH

PORTARIA Nº 0460/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ADEMIR DA SILVA COSTA, matrícula 605093, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0461/2017 - RH

PORTARIA Nº 0461/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) CATIA ELIANE NICOLACHIK, matrícula 605107, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0462/2017 - RH

PORTARIA Nº 0462/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MADALENA DA SILVA COSTA, matrícula 605174, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0463/2017 - RH

PORTARIA Nº 0463/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) LOURDES TREVIZAN, matrícula 605190, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0464/2017 - RH

PORTARIA Nº 0464/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) DORILDA SILVA SCHORKI, matrícula 605255, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0465/2017 - RH

PORTARIA Nº 0465/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ANA CRISTINA CORDEIRO MARCONDES, matrícula 605336, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0466/2017 - RH

PORTARIA Nº 0466/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) JOELMA APARECIDA ROSA, matrícula 605409, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0467/2017 - RH

PORTARIA Nº 0467/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ANGELA SCHMIDT FERNANDES, matrícula 605450, investido (a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0468/2017 - RH

PORTARIA Nº 0468/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) SILVANA DA SILVA COSTA OLIVEIRA, matrícula 605468, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0469/2017 - RH

PORTARIA Nº 0469/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) JANICE MARIA GUIMARÃES MORARA, matrícula 605506, investido (a) no cargo de PSICÓLOGO II, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0470/2017 - RH

PORTARIA Nº 0470/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ELENITA SEBEN REICHARDT JUNG, matrícula 605557, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0471/2017 - RH

PORTARIA Nº 0471/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) FERNANDA PERES DO ROSÁRIO, matrícula 605603, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0472/2017 - RH

PORTARIA Nº 0472/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ROSEMERI ALVES DE SOUZA, matrícula 605620, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0473/2017 - RH

PORTARIA Nº 0473/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ROSICLEI NUNES BARBOSA SANTOS, matrícula 605689, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0474/2017 - RH

PORTARIA Nº 0474/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) JANETE LUKASEWICZ DE SOUZA, matrícula 605786, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0475/2017 - RH

PORTARIA Nº 0475/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ELIANE PINHEIRO CUNHA, matrícula 605794, investido (a) no cargo de COZINHEIRA, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0476/2017 - RH

PORTARIA Nº 0476/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) JULIANA ROEDER, matrícula 605816, investido (a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0477/2017 - RH

PORTARIA Nº 0477/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ANDREIA ZIMERMANN DE SOUZA, matrícula 605832, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0478/2017 - RH

PORTARIA Nº 0478/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) CLAURENICE RAMOS DE JESUS, matrícula 605859, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0479/2017 - RH

PORTARIA Nº 0479/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARIA SOUZA SPECK, matrícula 605867, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0480/2017 - RH

PORTARIA Nº 0480/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ELIANE DO NASCIMENTO SOUZA, matrícula 605875, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0481/2017 - RH

PORTARIA Nº 0481/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) FLÁVIA APARECIDA PERES DO ROSÁRIO, matrícula 605905, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0482/2017 - RH

PORTARIA Nº 0482/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ANA PAULA ROSÁRIO, matrícula 605921, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0483/2017 - RH

PORTARIA Nº 0483/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ALEXANDRE LUCIANO ALVES, matrícula 606057, investido (a) no cargo de INSTRUTOR MUSICAL, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0484/2017 - RH

PORTARIA Nº 0484/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ELAINE MACHADO DA SILVA DE FREITAS, matrícula 606170, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0485/2017 - RH

PORTARIA Nº 0485/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MICHELLE RODRIGUES DA VEIGA, matrícula 606219, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0486/2017 - RH

PORTARIA Nº 0486/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) JANIMAR LUKASEWICZ SILVESTRO, matrícula 606227, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0487/2017 - RH

PORTARIA Nº 0487/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) TICIANI HELMA KUMMROW, matrícula 606278, investido (a) no cargo de PROFESSOR II 20hs, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0488/2017 - RH

PORTARIA Nº 0488/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) FABIANA BESTEL PAWLINA, matrícula 606340, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0489/2017 - RH

PORTARIA Nº 0489/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARISA ZANETTI, matrícula 606383, investido (a) no cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0490/2017 - RH

PORTARIA Nº 0490/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) LUCINETE NERES DE SOUZA MIRANDA, matrícula 606413, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0491/2017 - RH

PORTARIA Nº 0491/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) NADIRLAINE PEPPE DOS SANTOS SILVA, matrícula 606421, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0492/2017 - RH

PORTARIA Nº 0492/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ANA MARIA DE JESUS RIBEIRO, matrícula 606456, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0493/2017 - RH

PORTARIA Nº 0493/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) BERENICE DE FATIMA HAU MAOSKI, matrícula 606499, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0494/2017 - RH

PORTARIA Nº 0494/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) CARLOS ALBERTO OSGA JUNIOR, matrícula 606596, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0495/2017 - RH

PORTARIA Nº 0495/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ELENICE CORDEIRO DE OLIVEIRA, matrícula 606600, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0496/2017 - RH

PORTARIA Nº 0496/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) GRACIELA DA CONCEIÇÃO MIRANDA, matrícula 606626, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0497/2017 - RH

PORTARIA Nº 0497/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ELIANE APARECIDA DO ROSÁRIO, matrícula 606669, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0498/2017 - RH

PORTARIA Nº 0498/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARILUCI CABRAL, matrícula 606707, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0499/2017 - RH

PORTARIA Nº 0499/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARIA EDUVIRGEM MIRANDA, matrícula 606715, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0500/2017 - RH

PORTARIA Nº 0500/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) JOSI CRISTINA SCHNEKEMBERG RODRIGUES DE BAIRRO, matrícula 606839, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0501/2017 - RH

PORTARIA Nº 0501/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) LINDAURA NERES DE SOUZA, matrícula 606871, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0502/2017 - RH

PORTARIA Nº 0502/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARIA DA LUZ MARTINS CANDIDO, matrícula 607452, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0503/2017 - RH

PORTARIA Nº 0503/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ISABEL GOMES DA SILVA, matrícula 607479, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0504/2017 - RH

PORTARIA Nº 0504/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) VERA LUCIA SOARES, matrícula 607487, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0505/2017 - RH

PORTARIA Nº 0505/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) JOSÉ ANTÔNIO SOARES, matrícula 607509, investido (a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0506/2017 - RH

PORTARIA Nº 0506/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ANGELA NERES DO ROSÁRIO, matrícula 607592, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0507/2017 - RH

PORTARIA Nº 0507/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ROSANA AMARAL DE LIMA, matrícula 607614, investido (a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0508/2017 - RH

PORTARIA Nº 0508/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) NOEMI DA SILVEIRA MADZGALLA, matrícula 607690, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0509/2017 - RH

PORTARIA Nº 0509/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ADILSON RODRIGUES DE MARAFIGO, matrícula 607711, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0510/2017 - RH

PORTARIA Nº 0510/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) LUZANIRA CORDEIRO DE ALENCAR MEDEIROS, matrícula 607789, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0511/2017 - RH

PORTARIA Nº 0511/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 21 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ALEXANDRE FÁVARO DE SOUZA, matrícula 609030, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE INFORMÁTICA I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0512/2017 - RH

PORTARIA Nº 0512/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) JUELICIO LUIZ PEREIRA, matrícula 609749, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0513/2017 - RH

PORTARIA Nº 0513/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) VERGINIA LAURINDA RISSI, matrícula 610690, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0514/2017 - RH

PORTARIA Nº 0514/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ROSEMERI DE FATIMA FÁVERO, matrícula 615927, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0515/2017 - RH

PORTARIA Nº 0515/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ROSILDA DA SILVA GRABOWSKI, matrícula 616192, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0516/2017 - RH

PORTARIA Nº 0516/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) LOECI CAMARA, matrícula 616230, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0517/2017 - RH

PORTARIA Nº 0517/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) LILIANE BELLO GONÇALVES, matrícula 616397, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0518/2017 - RH

PORTARIA Nº 0518/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) JOVITA MARCIA DA SILVA, matrícula 616419, investido (a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0519/2017 - RH

PORTARIA Nº 0519/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ELAINE NUNES NEVES BURBELLO, matrícula 616427, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0520/2017 - RH

PORTARIA Nº 0520/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) TATIANA CORDEIRO DA SILVA, matrícula 616907, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0521/2017 - RH

PORTARIA Nº 0521/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ANGELA MARIA MACHADO DA SILVA, matrícula 616966, investido (a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II 20hs, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0522/2017 - RH

PORTARIA Nº 0522/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ODAIR CRISSANTO, matrícula 616974, investido (a) no cargo de AGENTE OPERACIONAL, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0523/2017 - RH

PORTARIA Nº 0523/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) CLEUSA GALVÃO NUNES, matrícula 617121, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0524/2017 - RH

PORTARIA Nº 0524/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARIA FERNANDA BRISOLLA DA MOTA, matrícula 617156, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0525/2017 - RH

PORTARIA Nº 0525/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) CAROLINE MILBRATZ OPAZO SOUZA, matrícula 617369, investido (a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0526/2017 - RH

PORTARIA Nº 0526/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) CRISTIANE DA SILVA, matrícula 617377, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0527/2017 - RH

PORTARIA Nº 0527/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) SIRLENE CALDEIRA SANTIN, matrícula 617539, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0528/2017 - RH

PORTARIA Nº 0528/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) VANESSA DIBAX, matrícula 617563, investido (a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0529/2017 - RH

PORTARIA Nº 0529/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) FRANCIELI MACHADO, matrícula 617601, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0530/2017 - RH

PORTARIA Nº 0530/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARCIA SUTIL DE OLIVEIRA ARINS, matrícula 617725, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0531/2017 - RH

PORTARIA Nº 0531/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ELIZABETH BORSATTO, matrícula 618365, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0532/2017 - RH

PORTARIA Nº 0532/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) IVETTE LONGO FONSECA DE SIQUEIRA, matrícula 618446, investido (a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0533/2017 - RH

PORTARIA Nº 0533/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARTA REJANE OLIVEIRA ROCHA, matrícula 618454, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0534/2017 - RH

PORTARIA Nº 0534/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) FABIANI ROBERTA PEREIRA, matrícula 618470, investido (a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0535/2017 - RH

PORTARIA Nº 0535/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARIA HELENA ZANOTTO, matrícula 618560, investido (a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0536/2017 - RH

PORTARIA Nº 0536/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) RICARDO VINICIUS BRAUER, matrícula 618772, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0537/2017 - RH

PORTARIA Nº 0537/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) FABIOLA KASUE TANAKA, matrícula 618799, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0538/2017 - RH

PORTARIA Nº 0538/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) THIAGO AVELINO, matrícula 619043, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0539/2017 - RH

PORTARIA Nº 0539/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) DANUBIA AKEMI SAKAI, matrícula 619159, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0540/2017 - RH

PORTARIA Nº 0540/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) DIEGO ANDRÉ AZAM-BUJA, matrícula 619230, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0541/2017 - RH

PORTARIA Nº 0541/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) PAMELA TODESCO, matrícula 619353, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0542/2017 - RH

PORTARIA Nº 0542/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) LUCYMAR RODRIGUEZ DE FARIA, matrícula 919493, investido (a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0543/2017 - RH

PORTARIA Nº 0543/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) SANDRA DEVEGILI, matrícula 619523, investido (a) no cargo de PROFESSOR III, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0544/2017 - RH

PORTARIA Nº 0544/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) DENISE ALVES, matrícula 619540, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0545/2017 - RH

PORTARIA Nº 0545/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) SIMONE DE OLIVEIRA, matrícula 619639, investido (a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0546/2017 - RH

PORTARIA Nº 0546/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ILZE TEREZINHA KAMINSKI BODDY, matrícula 619663, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0547/2017 - RH

PORTARIA Nº 0547/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ERDNER LUCIO COSTA E OLIVEIRA, matrícula 619701, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0548/2017 - RH

PORTARIA Nº 0548/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) AMANDA FEHRMANN GERN, matrícula 619809, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0549/2017 - RH

PORTARIA Nº 0549/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) NANCY DA SILVA ARAUJO VARGAS, matrícula 619817, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0550/2017 - RH

PORTARIA Nº 0550/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) FELIPE JEFFERSON GELAMO CUSTODIO, matrícula 620122, investido (a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0551/2017 - RH

PORTARIA Nº 0551/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) GABRIELA DE MELO BARBERO, matrícula 620149, investido (a) no cargo de NUTRICIONISTA II, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0552/2017 - RH

PORTARIA Nº 0552/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ROSANA MARIA DE LIMA BRAUER, matrícula 620165, investido (a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0553/2017 - RH

PORTARIA Nº 0553/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) SOLANGE APARECIDA NUNES, matrícula 620220, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0554/2017 - RH

PORTARIA Nº 0554/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) FÁTIMA CRISTINA BAPTISTA DOS SANTOS, matrícula 620378, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0555/2017 - RH

PORTARIA Nº 0555/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) THAYS NASCIMENTO VIEIRA, matrícula 620440, investido (a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0556/2017 - RH

PORTARIA Nº 0556/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ROSANE FÁTIMA WARTHA, matrícula 620556, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0557/2017 - RH

PORTARIA Nº 0557/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ROSELI TURECK, matrícula 620912, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0558/2017 - RH

PORTARIA Nº 0558/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) FERNANDA APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS TESLUK, matrícula 621390, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0559/2017 - RH

PORTARIA Nº 0559/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) JANINE CRISTINA RODRIGUES, matrícula 621587, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0560/2017 - RH

PORTARIA Nº 0560/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ELIANA APARECIDA KRAUSE DA CRUZ, matrícula 621641, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0561/2017 - RH

PORTARIA Nº 0561/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) DIONISIO TESLUK, matrícula 621722, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0562/2017 - RH

PORTARIA Nº 0562/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) SIMONE SILVANA MACHADO, matrícula 621862, investido (a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0563/2017 - RH

PORTARIA Nº 0563/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) EDINEI JOSÉ MARTINI, matrícula 622346, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0564/2017 - RH

PORTARIA Nº 0564/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) LUIS CARLOS ZAGONEL, matrícula 622427, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0565/2017 - RH

PORTARIA Nº 0565/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ELIANE MARIA VALORE DE SIQUEIRA, matrícula 622451, investido (a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0566/2017 - RH

PORTARIA Nº 0566/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ALINE ZANELA, matrícula 622575, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0567/2017 - RH

PORTARIA Nº 0567/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) KIARA COSTA VELHO, matrícula 622877, investido (a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0568/2017 - RH

PORTARIA Nº 0568/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) IZABEL CRISTIAN PERES PALMAS, matrícula 623350, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0569/2017 - RH

PORTARIA Nº 0569/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ANA MARIA DE SOUSA, matrícula 624330, investido (a) no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, na Secretaria de Assistência Social, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0570/2017 - RH

PORTARIA Nº 0570/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ROSANGELA DO ROCIO HOROKOSKI, matrícula 624373, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0571/2017 - RH

PORTARIA Nº 0571/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) DAIANE JUNKES AYROSO, matrícula 624594, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0572/2017 - RH

PORTARIA Nº 0572/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) FLAVIANA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA SLEZINSKY, matrícula 624713, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0573/2017 - RH

PORTARIA Nº 0573/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ANA PAULA SOUZA DE OLIVEIRA MATTOSO, matrícula 624942, investido (a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR I 20hs, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0574/2017 - RH

PORTARIA Nº 0574/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ANA CRISTINA DE ABREU, matrícula 625744, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0575/2017 - RH

PORTARIA Nº 0575/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) LUCÉLIA RANATA BORGES, matrícula 626082, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0576/2017 - RH

PORTARIA Nº 0576/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) JACIRA MARIA OLIVEIRA, matrícula 681784, investido (a) no cargo de PROFESSOR II 20hs, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0577/2017 - RH

PORTARIA Nº 0577/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) DANIELA SOARES, matrícula 696439, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0578/2017 - RH

PORTARIA Nº 0578/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) CAROLINE DE OLIVEIRA FERNANDO NERIS, matrícula 716812, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0579/2017 - RH

PORTARIA Nº 0579/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) HELOISA DO ROSÁRIO, matrícula 716910, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0580/2017 - RH

PORTARIA Nº 0580/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) CATIA HUEBNER KERKHOVEN, matrícula 722235, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0581/2017 - RH

PORTARIA Nº 0581/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) JULIANA MARASCK FAGUNDES, matrícula 727067, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0582/2017 - RH

PORTARIA Nº 0582/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) GRACE KELLI SOKOLOSKI LIMA, matrícula 733326, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0583/2017 - RH

PORTARIA Nº 0583/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) DILMA MOREIRA DOS SANTOS NUNES, matrícula 737810, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0584/2017 - RH

PORTARIA Nº 0584/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARIÂNGELA FARIA CAFIERO RODRIGUES, matrícula 738794, investido (a) no cargo de NUTRICIONISTA I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0585/2017 - RH

PORTARIA Nº 0585/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ROSANGELA LIRANI MADDUREIRA, matrícula 755133, investido (a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0586/2017 - RH

PORTARIA Nº 0586/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) DENISE BATISTA, matrícula 875015, investido (a) no cargo de PROFESSOR II 30hs, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0587/2017 - RH

PORTARIA Nº 0587/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) VANDERLEI VIEIRA, matrícula 1174959, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0588/2017 - RH

PORTARIA Nº 0588/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MAICON FRANÇA FERNANDES VIEIRA, matrícula 1203525, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0589/2017 - RH

PORTARIA Nº 0589/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARIA ZENAIDE PRUS-SAKI, matrícula 11674067, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0590/2017 - RH

PORTARIA Nº 0590/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) CARLOS EDUARDO VERRI, matrícula 1206125, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0591/2017 - RH

PORTARIA Nº 0591/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARIA BOGUSLAWSKI, matrícula 1206958, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0592/2017 - RH

PORTARIA Nº 0592/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) LUCILENE APARECIDA BRODOWSKI, matrícula 1209132, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0593/2017 - RH

PORTARIA Nº 0593/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) EDNA RAFAELA DA SILVA VASCONCELOS, matrícula 1209418, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0594/2017 - RH

PORTARIA Nº 0594/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) JULIANA YUMI MORI GALLÉAS, matrícula 1211048, investido (a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0595/2017 - RH

PORTARIA Nº 0595/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ALCIDES TADEU DA SILVA JUNIOR, matrícula 1211145, investido (a) no cargo de PROFESSOR III, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0596/2017 - RH

PORTARIA Nº 0596/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ANA PAULA VIEIRA, matrícula 1211153, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0597/2017 - RH

PORTARIA Nº 0597/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MAIRELI DITTRICH, matrícula 1211161, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0598/2017 - RH

PORTARIA Nº 0598/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) JULIANO SANTANA RIBEIRO, matrícula 1211218, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0599/2017 - RH

PORTARIA Nº 0599/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ANA MARILSA REINERT, matrícula 1211218, investido (a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0600/2017 - RH

PORTARIA Nº 0600/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) JESANA CARVLHO DA SILVA, matrícula 1213660, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0601/2017 - RH

PORTARIA Nº 0601/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) SARITA SILVA DE SOUZA NASCIMENTO, matrícula 1213679, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0602/2017 - RH

PORTARIA Nº 0602/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARCIANA ARBIGAUS ECKEL, matrícula 1213709, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0603/2017 - RH

PORTARIA Nº 0603/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 21 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) HELOIZA HELENA MOREIRA, matrícula 1221396, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0604/2017 - RH

PORTARIA Nº 0604/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) RENATA MARIA MILDEMBERGER, matrícula 1221620, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0605/2017 - RH

PORTARIA Nº 0605/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) KATIA VEIGA, matrícula 1236776, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0606/2017 - RH

PORTARIA Nº 0606/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) DAIANE SITADELA, matrícula 1245260, investido (a) no cargo de ENFERMEIRO I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0607/2017 - RH

PORTARIA Nº 0607/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ALEXANDRE SAPORSKI, matrícula 1257811, investido (a) no cargo de MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0608/2017 - RH

PORTARIA Nº 0608/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ÉDINA SANTO DO NASCIMENTO, matrícula 1263200, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0609/2017 - RH

PORTARIA Nº 0609/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ELIONETE DO CARMO BUHRER, matrícula 1270940, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0610/2017 - RH

PORTARIA Nº 0610/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) JEONG HWA ZADUSKI, matrícula 11615290, investido (a) no cargo de MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0611/2017 - RH

PORTARIA Nº 0611/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MIRIAN ROSE TEIXEIRA, matrícula 11629517, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0612/2017 - RH

PORTARIA Nº 0612/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ELIZANGELA REGINA DA SILVA WROBEL, matrícula 11634847, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0613/2017 - RH

PORTARIA Nº 0613/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) FRANCESCA CONCEIÇÃO, matrícula 11656336, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0614/2017 - RH

PORTARIA Nº 0614/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ADRIANA MARILZE MARTINS DA SILVA REZENDE, matrícula 11657278, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0615/2017 - RH

PORTARIA Nº 0615/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) DAIANNE FERREIRA DE SOUSA, matrícula 11657340, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0616/2017 - RH

PORTARIA Nº 0616/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) JULIANA RODRIGUEZ VILLAR, matrícula 11657391, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0617/2017 - RH

PORTARIA Nº 0617/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ANDRESSA DAMBROS, matrícula 11657618, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0618/2017 - RH

PORTARIA Nº 0618/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) CAMILA MASCARELLO MACHADO, matrícula 11657707, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0619/2017 - RH

PORTARIA Nº 0619/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) RENATA MICHELE DOS SANTOS, matrícula 11657740, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0620/2017 - RH

PORTARIA Nº 0620/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) NAIE HARA, matrícula 11657774, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0621/2017 - RH

PORTARIA Nº 0621/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) NATÃ JEZIEL MACHADO PIVA, matrícula 11660171, investido (a) no cargo de MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0622/2017 - RH

PORTARIA Nº 0622/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) LUIZ HENRIQUE STEPHAN FILHO, matrícula 11667540, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0623/2017 - RH

PORTARIA Nº 0623/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) RENATO BARBOSA CAPELLA, matrícula 11668300, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0624/2017 - RH

PORTARIA Nº 0624/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) PRISCILLA TELLES DE ARAÚJO, matrícula 11668431, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0625/2017 - RH

PORTARIA Nº 0625/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) JAQUELINE LOTZ DE MIRANDA, matrícula 11668466, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0626/2017 - RH

PORTARIA Nº 0626/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ROMILDA DA CONCEIÇÃO MASSANEIRO, matrícula 11668555, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0627/2017 - RH

PORTARIA Nº 0627/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ANGELA MARY DOLINSKI ARANHA, matrícula 11668636, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0628/2017 - RH

PORTARIA Nº 0628/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) RAFAEL HENRIQUE DE PAULA, matrícula 11668644, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0629/2017 - RH

PORTARIA Nº 0629/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ANA CRISTINA SOARES ALMENDANA, matrícula 11668717, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0630/2017 - RH

PORTARIA Nº 0630/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) JANICE MARIZA RODRIGUES, matrícula 11668741, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0631/2017 - RH

PORTARIA Nº 0631/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) DAIANI JARECKI FERREIRA, matrícula 11668750, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0632/2017 - RH

PORTARIA Nº 0632/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) BRUNA SABINE BOLWERK, matrícula 11668865, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0633/2017 - RH

PORTARIA Nº 0633/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) RENATA CRISTINA PILOTTI, matrícula 11669004, investido (a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0634/2017 - RH

PORTARIA Nº 0634/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) JESSICA MARTINS XAVIER, matrícula 11669250, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0635/2017 - RH

PORTARIA Nº 0635/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) CLEBERSON EZEQUIAS BARBOZA, matrícula 11670150, investido (a) no cargo de MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0636/2017 - RH

PORTARIA Nº 0636/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ANA PAULA APARECIDA LOPES, matrícula 11670355, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0637/2017 - RH

PORTARIA Nº 0637/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) MARIA LAIDIA DE LA-VOR, matrícula 11670576, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0638/2017 - RH

PORTARIA Nº 0638/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) HANNFLEY DMYTERKO DALLAGNOL, matrícula 11670592, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0639/2017 - RH

PORTARIA Nº 0639/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) LUCIANE DE FÁTIMA CHINKIEVICZ DE SOUZA, matrícula 11670657, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0640/2017 - RH

PORTARIA Nº 0640/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) PATRÍCIA CRISTINA TO-ALDO, matrícula 11670673, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0641/2017 - RH

PORTARIA Nº 0641/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) LETÍCIA TADRA DO CARMO, matrícula 11670690, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0642/2017 - RH

PORTARIA Nº 0642/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ABNER LUIDI HEMPKE-MAIER, matrícula 11670797, investido (a) no cargo de MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0643/2017 - RH

PORTARIA Nº 0643/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) ALLAN RODRIGUES SANTANA, matrícula 11670851, investido (a) no cargo de MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0644/2017 - RH

PORTARIA Nº 0644/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) CAMILA DALRI DE BORBA, matrícula 11670932, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0645/2017 - RH

PORTARIA Nº 0645/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) GUILHERME BRAGA DUTRA, matrícula 11671033, investido (a) no cargo de MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) DALITA CRISTIANE DE ALMEIDA PATRÍCIO, matrícula 1204033, investido (a) no cargo de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0646/2017 - RH

PORTARIA Nº 0646/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) JOSÉ ELITON DUTRA, matrícula 11674040, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0647/2017 - RH

PORTARIA Nº 0647/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 005, de 05 de janeiro de 2017

DECRETO Nº 005, de 05 de janeiro de 2017

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências.

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 19.908,35 (dezenove mil, novecentos e oito reais e trinta e cinco centavos).			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fexponace	12.001.0023.0695.0020.2034.3339000000000000.03000080	19.908,35
Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03000080	19.908,35

Art. 3 - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 05 de janeiro de 2017.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município de Ituporanga

ARNITO SARDA FILHO

Secretário da Fazenda

DECRETO Nº 006, de 05 de janeiro de 2017

DECRETO Nº 006, de 05 de janeiro de 2017

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências.

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 903.327,57 (novecentos e três mil, trezentos e vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos).			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0301.0007.2024.3339000000000000.03020134	68.883,15
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0301.0007.1009.3449000000000000.03330371	53.120,32
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0301.0007.2047.3339000000000000.03380450	38.869,11
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0301.0007.2047.3319000000000000.03380451	101.983,26
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0301.0007.2047.3339000000000000.03380454	116.051,87
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0301.0007.2047.3339000000000000.03380455	82.000,12
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0301.0007.2047.3339000000000000.03380457	39.208,85

Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0302.0007.2039.3339000000000000.03380458	5.283,90
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0302.0007.2047.3339000000000000.03380459	52.676,32
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0305.0007.2047.3339000000000000.03380460	34.708,61
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0302.0007.2047.3339000000000000.03380461	12.631,04
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0304.0007.2047.3339000000000000.03380462	3.772,50
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0304.0007.2047.3339000000000000.03380463	13.244,04
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0302.0007.2047.3339000000000000.03380464	1.814,22
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0305.0007.2047.3339000000000000.03380465	30.682,64
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0304.0007.2047.3339000000000000.03380466	182,78
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0305.0007.2047.3339000000000000.03380467	3.322,28
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0305.0007.2047.3339000000000000.03380469	17.545,06
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0304.0007.2047.3339000000000000.03380470	5.878,65
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0305.0007.2047.3339000000000000.03380471	13.968,19
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0301.0007.2047.3339000000000000.03380472	2.230,22
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0304.0007.2047.3339000000000000.03380473	2.711,12
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0304.0007.2047.3339000000000000.03380474	19.530,70
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0302.0007.2047.3339000000000000.03380475	17.600,00
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0301.0007.2048.3339000000000000.03630480	8.600,50
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0301.0007.2048.3339000000000000.03630481	40.446,24
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0301.0007.2048.3339000000000000.03630482	329,47
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0302.0007.2048.3339000000000000.03630483	46.116,66
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0301.0007.2048.3339000000000000.03630485	6.977,77
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0301.0007.2048.3339000000000000.03630486	1.619,46
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0302.0007.2048.3339000000000000.03630487	1.673,42
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0302.0007.2048.3339000000000000.03630488	1.365,97
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0301.0007.2048.3449000000000000.03630489	546,42
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0301.0007.2047.3339000000000000.03380456	55.850,88
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0304.0007.2047.3339000000000000.03380468	1.901,83

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03020134	68.883,15
Superávit		03330371	53.120,32
Superávit		03380450	38.869,11
Superávit		03380451	101.983,26
Superávit		03380454	116.051,87

Superávit	03380455	82.000,12
Superávit	03380456	55.850,88
Superávit	03380457	39.208,85
Superávit	03380458	5.283,90
Superávit	03380459	52.676,32
Superávit	03380460	34.708,61
Superávit	03380461	12.631,04
Superávit	03380462	3.772,50
Superávit	03380463	13.244,04
Superávit	03380464	1.814,22
Superávit	03380465	30.682,64
Superávit	03380466	182,78
Superávit	03380467	3.322,28
Superávit	03380468	1.901,83
Superávit	03380469	17.545,06
Superávit	03380470	5.878,65
Superávit	03380471	13.968,19
Superávit	03380472	2.230,22
Superávit	03380473	2.711,12
Superávit	03380474	19.530,70
Superávit	03380475	17.600,00
Superávit	03630480	8.600,50
Superávit	03630481	40.446,24
Superávit	03630482	329,47
Superávit	03630483	46.116,66
Superávit	03630485	6.977,77
Superávit	03630486	1.619,46
Superávit	03630487	1.673,42
Superávit	03630488	1.365,97
Superávit	03630489	546,42

Art. 3 - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 05 de janeiro de 2017.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município de Ituporanga

ARNITO SARDA FILHO

Secretário da Fazenda

DECRETO Nº 007, de 05 de janeiro de 2017

DECRETO Nº 007, de 05 de janeiro de 2017

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências.

DECRETA:			
Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 1.607.563,75 (um milhão, seiscentos e sete mil, quinhentos e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos).			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN	03.004.0015.0452.0012.2033.3339000000000000.030000080	17.914,58
Suplementar	Fundo M. de Reequipamento da OBM - FUNREBOM	04.002.0006.0181.0015.2008.3339000000000000.030000080	30.000,00

Suplementar	Fundo M. de Reequi- pamento da OBM - FUNREBOM	04.002.0006.0181.0015.2008.3449000000000000 .03000080	175.399,92
Suplementar	Convênio Polícia Militar	04.003.0006.0181.0015.2100.3339000000000000 .03000080	11.737,55
Suplementar	Convênio Polícia Militar	04.003.0006.0181.0015.2006.3339000000000000 .03000080	13.903,64
Suplementar	Secretaria da Adminis- tração	03.001.0004.0122.0003.2004.3339000000000000 .03000080	100.000,00
Suplementar	Secretaria da Fazenda	04.001.0004.0123.0004.2007.3339000000000000 .03000080	100.000,00
Suplementar	Secretaria da Fazenda	04.001.0004.0122.0000.2035.3339000000000000 .03000080	200.000,00
Suplementar	Departamento de Transportes e Obras	07.001.0026.0782.0011.2022.3339000000000000 .03000080	480.000,00
Suplementar	Departamento de Urbanismo	08.001.0015.0452.0010.2023.3339000000000000 .03000080	478.608,06

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03000080	1.607.563,75

Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 139.236,57 (cento e trinta e nove mil, duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e sete centavos).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria da Fazenda	04.001.0004.0123.0004.2007.3339000000000000 .03020134	139.236,57

Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03020134	139.236,57

Art. 5 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 103.777,32 (cento e três mil, setecentos e setenta e sete reais e trinta e dois centavos).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Departamento de Urbanismo	08.001.0015.0452.0010.2023.3339000000000000 .03080114	2.820,63
Suplementar	Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA	13.002.0008.0243.0009.2026.3339000000000000 .03060750	1.075,18
Suplementar	Secretaria da Fazenda	04.001.0004.0123.0004.2007.3339000000000000 .03020134	75.824,14
Suplementar	Divisão de Ensino	05.001.0012.0361.0005.2012.3319000000000000 .03010132	33,52
Suplementar	Secretaria da Adminis- tração	03.001.0004.0122.0003.2004.3339000000000000 .03000080	24.023,85

Art. 6 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03000080	24.023,85

Superávit		03010132	33,52
Superávit		03020134	75.824,14
Superávit		03060750	1.075,18
Superávit		03080114	2.820,63

Art. 7 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 94.953,68 (noventa e quatro mil, novecentos e cinquenta e três reais e sessenta e oito centavos).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Convênio Polícia Militar	04.003.0006.0181.0015.2009.3339000000000000.03100354	21.143,61
Suplementar	Convênio Polícia Civil	04.004.0006.0181.0015.2010.3339000000000000.03110355	70.958,77
Suplementar	Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN	03.004.0015.0452.0012.2033.3339000000000000.03120356	1.067,14
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0009.2046.3339000000000000.03350400	1.644,85
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0009.2046.3339000000000000.03350401	133,34
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0009.2046.3339000000000000.03350403	5,97

Art. 8 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 7 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03100354	21.143,61
Superávit		03110355	70.958,77
Superávit		03120356	1.067,14
Superávit		03350400	1.644,85
Superávit		03350401	133,34
Superávit		03350403	5,97

Art. 9 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 308.361,70 (trezentos e oito mil, trezentos e sessenta e um reais e setenta centavos).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Divisão de Ensino	05.001.0012.0365.0005.1019.3449000000000000.03370506	2.394,20
Suplementar	Divisão de Ensino	05.001.0012.0361.0005.1018.3449000000000000.03370505	25.507,59
Suplementar	Divisão de Ensino	05.001.0012.0361.0005.2013.3339000000000000.03370503	3.144,18
Suplementar	Divisão de Ensino	05.001.0012.0361.0005.2013.3319000000000000.03360500	277.229,74
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0009.2046.3339000000000000.03350407	85,99

Art. 10 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 9 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03350407	85,99
Superávit		03360500	277.229,74
Superávit		03370503	3.144,18
Superávit		03370505	25.507,59
Superávit		03370506	2.394,20

Art. 11 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 165.029,78 (cento e sessenta e cinco mil, vinte e nove reais e setenta e oito centavos).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0244.0009.2054.3339000000000000.03610432	421,37
Suplementar	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0244.0009.2054.3339000000000000.03610433	25,50
Suplementar	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0244.0009.2054.3339000000000000.03610434	24.055,68
Suplementar	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0244.0009.1010.3449000000000000.03610435	594,43
Suplementar	Divisão de Ensino	05.001.0012.0361.0005.2015.3339000000000000.03620550	1.262,38
Suplementar	Departamento de Urbanismo	08.001.0015.0452.0010.1014.3449000000000000.03640121	137.597,10
Suplementar	Secretaria da Administração	03.001.0004.0122.0003.2004.3449000000000000.03890389	1.073,32

Art. 12 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 11 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03610432	421,37
Superávit		03610433	25,50
Superávit		03610434	24.055,68
Superávit		03610435	594,43
Superávit		03620550	1.262,38
Superávit		03640121	137.597,10
Superávit		03890389	1.073,32

Art. 13 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 238.033,77 (duzentos e trinta e oito mil, trinta e três reais e setenta e sete centavos).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Departamento de Urbanismo	08.001.0015.0452.0010.2023.3339000000000000.03080114	226.999,47
Suplementar	Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA	13.002.0008.0243.0009.2026.3339000000000000.03060750	11.034,30

Art. 14 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 13 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03060750	11.034,30
Superávit		03080114	226.999,47

Art. 15 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 96.358,97 (noventa e seis mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa e sete centavos).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Convênio Polícia Militar	04.003.0006.0181.0015.2009.3339000000000000.03100354	31.256,05
Suplementar	Convênio Polícia Civil	04.004.0006.0181.0015.2010.3339000000000000.03110355	49.614,46

Suplementar	Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN	03.004.0015.0452.0012.2033.3339000000000000 .03120356	15.488,46
Art. 16 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 15 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03100354	31.256,05
Superávit		03110355	49.614,46
Superávit		03120356	15.488,46
Art. 17 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 80.600,02 (oitenta mil, seiscentos reais e dois centavos).			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Divisão de Ensino	05.001.0012.0361.0005.2013.3319000000000000 .03180115	80.600,02
Art. 18 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 17 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03180115	80.600,02
Art. 19 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 74.611,32 (setenta e quatro mil, seiscentos e onze reais e trinta e dois centavos).			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Divisão de Ensino	05.001.0012.0361.0005.2012.3319000000000000 .03010132	74.611,32
Art. 20 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 19 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03010132	74.611,32
Art. 21 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 57.366,28 (cinquenta e sete mil, trezentos e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos).			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Divisão de Ensino	05.001.0012.0361.0005.2013.3339000000000000 .03190116	57.366,28
Art. 22 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 21 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03190116	57.366,28
Art. 23 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 399.107,48 (trezentos e noventa e nove mil, cento e sete reais e quarenta e oito centavos).			

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Divisão de Ensino	05.001.0012.0365.0005.1005.3449000000000000 .03320322	15.885,47
Suplementar	Departamento de Urbanismo	08.001.0015.0452.0010.1014.3449000000000000 .03340120	347.697,40
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0009.2046.3339000000000000 .03350400	647,23
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0009.2046.3339000000000000 .03350401	34.877,38

Art. 24 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 23 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03320322	15.885,47
Superávit		03340120	347.697,40
Superávit		03350400	647,23
Superávit		03350401	34.877,38

Art. 25 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 111.678,11 (cento e onze mil, seiscentos e setenta e oito reais e onze centavos).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0009.2046.3339000000000000 .03350407	8.306,66
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0009.2046.3339000000000000 .03350406	198,00
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0009.2046.3339000000000000 .03350405	2.925,24
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0009.2046.3339000000000000 .03350404	3.277,71
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0009.2046.3339000000000000 .03350403	94.528,94
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0009.2046.3339000000000000 .03350402	2.441,56

Art. 26 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 25 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03350402	2.441,56
Superávit		03350403	94.528,94
Superávit		03350404	3.277,71
Superávit		03350405	2.925,24
Superávit		03350406	198,00
Superávit		03350407	8.306,66

Art. 27 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 88.035,19 (oitenta e oito mil, trinta e cinco reais e dezenove centavos).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0009.2046.3339000000000000 .03350408	208,73
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0009.2046.3339000000000000 .03350409	22.372,37
Suplementar	Divisão de Ensino	05.001.0012.0361.0005.2013.3339000000000000 .03370503	10.203,75

Suplementar	Divisão de Ensino	05.001.0012.0361.0005.1018.3449000000000000 .03370505	2.423,77
Suplementar	Divisão de Ensino	05.001.0012.0365.0005.1019.3449000000000000 .03370506	227,50
Suplementar	Secretaria da Fazenda	04.001.0004.0123.0004.2007.3339000000000000 .03380461	50.000,00
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0009.1010.3449000000000000 .03610154	2.599,07

Art. 28 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 27 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03350408	208,73
Superávit		03350409	22.372,37
Superávit		03370503	10.203,75
Superávit		03370505	2.423,77
Superávit		03370506	227,50
Superávit		03380461	50.000,00
Superávit		03610154	2.599,07

Art. 29 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 7.650,60 (sete mil, seiscentos e cinquenta reais e sessenta centavos).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0009.1010.3449000000000000 .03610435	2.623,04
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0009.2054.3339000000000000 .03610434	3.018,30
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0009.2054.3339000000000000 .03610433	1.437,68
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0009.2054.3339000000000000 .03610432	3,24
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0009.2054.3339000000000000 .03610431	568,34

Art. 30 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 29 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03610431	568,34
Superávit		03610432	3,24
Superávit		03610433	1.437,68
Superávit		03610434	3.018,30
Superávit		03610435	2.623,04

Art. 31 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 180.206,63 (cento e oitenta mil, duzentos e seis reais e sessenta e três centavos).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0009.1010.3449000000000000 .03610436	20.954,76
Suplementar	Divisão de Ensino	05.001.0012.0365.0005.1005.3449000000000000 .03620323	324,31
Suplementar	Divisão de Ensino	05.001.0012.0361.0005.2015.3339000000000000 .03620550	39.475,93
Suplementar	Departamento de Urbanismo	08.001.0015.0452.0010.1014.3449000000000000 .03640121	18.187,60

ROSÂNGELA ALFREIDA
Secretária de Educação

PUBLICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2017 - FEXPONACE - CONTRATAÇÃO DO GRUPO MUSICAL CHIQUITO & BORDONEIO PARA REALIZAÇÃO DO SHOW NO DIA 04 DE FEVEREIRO DE 2017 NO BAILE DA ESCOLHA DA RAINHA DA 24ª EXPOFEIRA NACIONAL DA CEBOLA

FEXPONACE - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES, FEIRAS E EVENTOS TURÍSTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS DE ITUPORANGA
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº. 1/2016

Processo Licitatório: 02/2017

Inexigibilidade de Licitação, conforme segue: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2017, Processo Licitatório nº 02/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DO GRUPO MUSICAL CHIQUITO & BORDONEIO PARA REALIZAÇÃO DO SHOW NO DIA 04 DE FEVEREIRO DE 2017 NO BAILE DA ESCOLHA DA RAINHA DA 24ª EXPOFEIRA NACIONAL DA CEBOLA, através da empresa exclusiva e consagrada pela crítica especializada e pela opinião pública, conforme determina o Art. 25, Inciso III da Lei 8.666/93. Diante do exposto resolve tornar Inexigível de Licitação por haver inviabilidade de competição. Empresa Adjudicada: CHIQUITO & BORDONEIO LTDA, CNPJ 07.778.490/0001-09, com o valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais). Ituporanga, 20 de janeiro de 2017 – ARTUR ALEXANDRE KORB - Presidente Interino da Fexponace.

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO Nº. 003 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº. 003 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ATUALIZA A UNIDADE FISCAL MONETÁRIA – UFM PARA O ANO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 412, parágrafo único da Lei nº. 35/91, de 30 de dezembro de 1991.

DECRETA:

Art. 1º - Atualiza conforme INPC – FGV a Unidade Fiscal do Município de Jacinto Machado, para o ano de 2017, que passa a valer R\$ 71,37 (Setenta e um reais e trinta e sete centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 02 de janeiro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 004 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº. 004 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESTABELECE FORMAS E PRAZOS DE PAGAMENTO NO CALENDÁRIO FISCAL MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em atendimento ao que determina a Lei nº. 035/91 (Código Tributário Municipal),

DECRETA:

Art. 1º. Os prazos e formas de pagamento dos tributos e taxas municipais, para o exercício financeiro de 2017 ficam estabelecidos conforme quadro abaixo:

1. IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

PARCELAS DATA DE VENCIMENTO

Parcela Única com 30% (trinta por cento) de desconto 15/03/2017

1ª parcela s/ desconto 15/03/2017

2ª parcela s/ desconto 15/04/2017

3ª parcela s/ desconto 15/05/2017

4ª parcela s/ desconto 15/06/2017

5ª parcela s/ desconto 15/07/2017

2. TAXA DE LICENÇA P/ LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO

Pagamento em Parcela Única s/ desconto 15/04/2017

3. TAXAS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E PREÇO PÚBLICO

Descontos, prazos e formas de pagamento, idêntico aos do Imposto Predial e Territorial Urbano.

Art. 2º. As demais disposições sobre os Calendários Fiscais Municipal, que não coincidirem com este decreto e de que trata o decreto nº. 226/93, de 24.11.93, permanecem inalteradas.

Art. 3º. Deverá o Setor de Cadastro e Tributação, em parceria com o Setor de Finanças, tomar todas as providências necessárias cabíveis, para a cobrança no corrente exercício do ISSQN, quota fixa e variável, cabendo aos departamentos, estabelecerem prazos de pagamentos.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 02 de janeiro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

ERRATA 01 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO/SC

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2017

ERRATA 01 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2017

O MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, Estado de Santa Catarina, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, nos termos do Decreto Municipal n.º 007 de 02 de Janeiro de 2017, no uso de suas atribuições legais, e a empresa AIR SOLUÇÕES EM PESQUISA E TECNOLOGIA (Através de seu departamento de pesquisas: PS Concursos) PUBLICA ERRATA do Edital de Processo Seletivo Nº 001/2017, publicado no DOM/SC – Edição Nº 2172, pág. 448, em 19 de janeiro de 2017, para que nele fazer constar que:

ONDE SE LÊ:

ÁREA 05 – SERVENTE EDUCACIONAL (NÍVEL FUNDAMENTAL)

Nº	Cargo	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
13	Servente Educacional	Até 40h	Certificado de conclusão ensino fundamental

LEIA-SE:

ÁREA 05 – SERVENTE EDUCACIONAL (NÍVEL FUNDAMENTAL)

Nº	Cargo	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
13	Servente Educacional	Até 40h	Ensino Fundamental Incompleto

JACINTO MACHADO/SC, 19 de JANEIRO de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

PORTARIA 004_2017

PORTARIA Nº. 004 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Art. 1º - NOMEAR, FRANCISCO DE ASSIS CARDOSO DE AGUIAR, portadora do CPF nº. 549.347.379-87, no cargo em comissão de Secretário de Saúde e Saneamento, lotado junto a Secretaria de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.190/2017

D E C R E T O Nº 11.190/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 2.650.915,27 (Dois milhões, seiscentos e cinquenta mil, novecentos e quinze reais e vinte e sete centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS); e do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.122.07502.655 - Ações da gestão estratégica do SUS

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.123 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 62.256,42

15.01.124 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.040,82

15.01.125 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.865,06

15.01.126 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 20.290,95

15.01.10.301.07542.683 - Assistência farmacêutica básica

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.129 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 261.291,46

15.01.130 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 223.788,02

15.01.10.302.07532.705 - Teto municipal de média e alta complexidade - ambulatorial e hospitalar

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.127 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 291.339,40

15.01.128 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 1.725.254,11

25 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

25.01 - SAMAE - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

25.01.17.122.03004.403 - Aquisição de equipamentos e material permanente

4.4.00 - INVESTIMENTOS

25.01.46 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.789,03

TOTAL R\$ 2.650.915,27

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2016, do Fundo Municipal de Saúde (FMS), proveniente dos recursos vinculados aos Recursos Média Alta Complexidade, no valor de R\$ 1.725.254,11 (Um milhão, setecentos e vinte e cinco mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e onze centavos); ao ASSFAR / Básico, no valor de R\$ 261.291,46 (Duzentos e sessenta e um mil, duzentos e noventa e um reais e quarenta e seis centavos); ao ASSFAR / Básico Estado, no valor de R\$ 223.788,02 (Duzentos e vinte e três mil, setecentos e oitenta e oito reais e dois centavos); ao MAC / FES - Política Estadual Incentivo Hospitalar, no valor de R\$ 291.339,40 (Duzentos e noventa e um mil, trezentos e trinta e nove reais e quarenta centavos); à Implantação / Implementação Compl. Reguladores, no valor de R\$ 62.256,42 (Sessenta e dois mil, duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta e dois centavos); à Implementação Política Promoção Saúde, no valor de R\$ 10.040,82 (Dez mil, quarenta reais e oitenta e dois centavos); à Gestão de Políticas de Saúde - Participa SUS, no valor de R\$ 50.865,06 (Cinquenta mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e seis centavos); à Implementação / Fortalecimento das CIR's, no valor de R\$ 20.290,95 (Vinte mil, duzentos e noventa reais e noventa e cinco centavos); e do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), proveniente de recursos vinculados aos Próprios / Alienação de Bens - Demais Entidades, no valor de R\$ 5.789,03 (Cinco mil, setecentos e oitenta e nove reais e três centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.191/2017

D E C R E T O Nº 11.191/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 36.200,00 (Trinta e seis mil e duzentos reais), para readequação orçamentária das ações abaixo discriminadas, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.301.07512.660 - Assistência de Atenção Básica - PAB

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.31 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos R\$ 18.000,00

15.01.10.302.07532.702 - Manutenção, fortalecimento e expansão do CAPS II

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.90 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos R\$ 1.200,00

15.01.10.302.07532.705 - Teto municipal de média e alta complexidade - ambulatorial e hospitalar

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.131 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos R\$ 11.000,00

15.01.105 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos R\$ 6.000,00

TOTAL R\$ 36.200,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias das ações abaixo discriminadas, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.301.07512.660 - Assistência de Atenção Básica - PAB

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.28 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

15.01.10.302.07532.702 - Manutenção, fortalecimento e expansão do CAPS II

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.89 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.200,00

15.01.10.302.07532.705 - Teto municipal de média e alta complexidade - ambulatorial e hospitalar

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.101 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

15.01.100 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

TOTAL R\$ 36.200,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.192/2017

D E C R E T O Nº 11.192/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente do Município de Jaraguá do Sul, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto, no Orçamento do Município de Jaraguá do Sul, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), a saber:

25 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

25.02 - SAMAE - DIVISÃO ÁGUA

25.02.17.512.14003.400 - Implantação de ETA - Água Verde

4.4.00 - INVESTIMENTOS

25.02.47 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00

Art.2º De acordo com a Lei Federal Nº 4.320/1964, artigo 43, §1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de Crédito autorizada pela Lei Municipal Nº 7.152/2015, de 26/11/2015.

§1º Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da Operação de Crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§2º O saldo da Operação de Crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberado durante o exercício, deverá ser incorporado na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

FMS - RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 001/2017 – FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: PROFARMA SPECIALTY S.A.

Endereço: Rua João Bettge, 6011 CM C/D, Cidade Industrial, Curitiba - PR

CNPJ: 81.887.838/0006-55

OBJETO: Aquisição do medicamento Adalimumabe (Humira) 40mg, num total de 08 caixas, destinados ao paciente Sr. Igor Soares da Silva, decorrente do deferimento do pedido de antecipação de tutela concedida pelo Exmo. Senhor Juiz Substituto de Direito da Vara da Família, Infância e Juventude de Jaraguá do Sul Sr. Eduardo Bonnassis Burg nos autos nº 0311943-28.2016.8.24.0036/SC.

PRAZO DE ENTREGA: Até 05(cinco) dias corridos após recebimento da Autorização de Fornecimento.

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em única parcela, considerando o valor total de R\$ 19.971,92 (dezenove mil novecentos e setenta e um reais e noventa e dois centavos), sendo o valor unitário de R\$ 2.496,49 (dois mil quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta e nove centavos) por caixa do medicamento Adalimumabe (Humira) 40mg. O CONTRATANTE se compromete pagar em até 30 (trinta) dias, após a efetiva entrega do medicamento.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente desta Dispensa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017:

Classif.Funcional progra- mática	Projeto/ Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação	Recurso
10.301.0754.2.680.3.3.90	Procedimentos de ações judiciais - Assfar Basica	3.3.90 – aplicações diretas	46	Receitas Imp. e Transf. de Impos- tos - Saúde

Jaraguá do Sul (SC), 17 de janeiro 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Douglas Antonio Conceição

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

FMS - RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2017

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 002/2017 – FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: PROFARMA SPECIALTY S.A.

Endereço: Rua João Bettge, 6011 CM C/D, Cidade Industrial, Curitiba - PR

CNPJ: 81.887.838/0006-55

OBJETO: Aquisição do medicamento Infliximade 100mg com kit de infusão (Remicade), num total de 07 frascos, destinados as pacientes Sra. Marilza Teresinha Kuhn, nos autos nº 00300278-83.2014.8.24.0036 e Sra. Marta Krainski Bodnar, nos autos nº 0900230-75.2014.8.24.0036 decorrentes do deferimento do pedido de antecipação de tutela concedida pela Exma. Senhora Juíza de Direito da Vara da Fazenda da

Comarca de Jaraguá do Sul.

PRAZO DE ENTREGA: Até 05(cinco) dias corridos após recebimento da Autorização de Fornecimento.

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em única parcela, considerando o valor total de R\$ 17.488,73 (dezesete mil quatrocentos e oitenta e oito reais e setenta e três centavos), sendo o valor unitário de R\$ 2.498,39 (dois mil quatrocentos e noventa e oito reais e trinta e nove centavos) por caixa do medicamento Infiximade 100mg com kit de infusão (Remicade). O CONTRATANTE se compromete pagar em até 30 (trinta) dias, após a efetiva entrega do medicamento.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente desta Dispensa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017:

Classif.Funcional progra- mática	Projeto/ Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação	Recurso
10.301.0754.2.680.3.3.90	Procedimentos de ações judiciais - Assfar Basica	3.3.90 – aplicações diretas	46	Receitas Imp. e Transf. de Impos- tos - Saúde

Jaraguá do Sul (SC), 17 de janeiro 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Douglas Antonio Conceição

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PORTARIA Nº 051/2017

PORTARIANº 051/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 015/2017/Semsa, de 12/01/2017, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE :

Art.1º RETIFICAR o período constante na Portaria Nº 019/2017, que concede licença sem remuneração à servidora pública municipal ROSANA MARA DA SILVA, de 02/01/2017 a 1º/01/2019 para 23/01/2017 a 22/01/2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 052/2017

PORTARIANº 052/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no §1º, do artigo 127, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 003/2017/Semed, de 13/01/2017, da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE :

Art.1º REVOGAR, a partir de 23/01/2017, a Portaria Nº 1004/2015, de 10/08/2015, que concedeu LICENÇA, sem remuneração, à servidora pública municipal HÉLVIA TOMASELLI, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Em consequência, fica referida servidora reconduzida às suas funções.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

SAMAE - PORTARIA Nº 28/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 028/2017

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 029/2017 de 13/01/2017 da Comissão de Sindicância Administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR por 30 (trinta) dias, a Portaria SAMAEJSU Nº 320/2016 de 14/12/2016, a abertura de Sindicância a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade de servidores envolvidos no incidente envolvendo veículo do Samae, Ford/Courier, patrimônio nº 2402, Placa MJG6043, no dia 07/12/2016, na rua Pastor Alberto Schneider, em frente ao Clube Botafogo.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 18 de Janeiro de 2017.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 17/2017

PORTARIA Nº 17/2017

Prorroga Prazo da Comissão Processante do processo Administrativo Disciplinar nº 01/2016 da Câmara Municipal

O Presidente da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, a pedido do Presidente da Comissão Processante, nomeada pela Portaria 105/2016 de 30 de setembro de 2016, por mais 90 (noventa) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da referida Comissão.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de janeiro de 2017.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 18 de janeiro de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA

Presidente

PORTARIA Nº 19/2017

PORTARIA Nº 19/2017

Nomeia Chefe de Gabinete.

PEDRO ANACLETO GARCIA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, o SR. SONARA JONER CARDOZO, para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 19 de janeiro de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA

Presidente

PORTARIA Nº 20/2017

PORTARIA Nº 20/2017

Prorroga prazo da Portaria 137/2016.

PEDRO ANACLETO GARCIA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela LOM, e nos termos Parágrafo 1º e 2º do Artigo 16 da Lei Complementar nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 169/2015, de 20/10/2015; da Lei nº 7.071/2015, de 13 de julho de 2015,

CONSIDERANDO o teor da declaração enviada pela empresa de saúde ocupacional contratada pela Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, HISMED SAÚDE OCUPACIONAL, enviada em 19 de janeiro de 2017, protocolada sob nº 009024.

CONSIDERANDO previsto no Parágrafo 2º do Artigo 16 da Lei Complementar nº 154/2014, o qual permite prorrogação do prazo do ato de nomeação pelo tempo que se fizer necessário para comprovação de capacidade física e mental pelo médico do trabalho, vinculado ao Setor de Saúde Ocupacional do Município ou órgão designado pelo ente municipal, através de parecer técnico devidamente fundamentado.

RESOLVE:

Artigo 1º - PRORROGAR por mais 30 (trinta) dias, a partir do vencimento, o prazo previsto no Artigo 2º caput da Portaria nº 137/2016 de 21 de dezembro de 2016 a qual Nomeia, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Assistente Legislativo, JOSUÉ KASMIRSKI.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 19 de janeiro de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

329/2016 PMJ TA 01

CONTRATO Nº 329/2016/PMJ – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Secretário, VILSON SARTORI, e a Empresa M.N. SANEAMENTO E CONSTRUÇÃO LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.786.715/0001-99 estabelecida na Av Caetano Natal Branco, 307, sala B, Bairro Frei Bruno, no Município de Joaçaba SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Mauro Alves de Moura, portador da Cédula de Identidade nº 11/R 1.078.570 e inscrito no CPF sob o nº 384.242.589-91, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba SC e pelo Sr. Nelson da Silva portador da Cédula de Identidade nº 4.246.626 e inscrito no CPF sob o nº 034.847.069-02, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 329/2016/PMJ, firmado em 16/08/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 65/2016 - PMJ – Edital TP nº 17/2016 - PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, dos serviços de construção de 23 (vinte e três) unidades habitacionais em alvenaria no Loteamento Armindo de Medeiros Haro, neste Município, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

Diante da prorrogação de prazo constante na cláusula segunda deste Termo, o subitem 1.2 do contrato original passa a ter a seguinte redação:

1.2. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial e entregar a obra, completamente executada, em até 180 (cento e oitenta) dias, contados da mesma data.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada em 60 (sessenta) dias contados de 18 de janeiro de 2017, em conformidade com o disposto no § 1º, II, do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 17 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
VILSON SARTORI – Secretário

M.N. SANEAMENTO E CONSTRUÇÃO LTDA – ME
MAURO ALVES DE MOURA

M.N. SANEAMENTO E CONSTRUÇÃO LTDA – ME
NELSON DA SILVA

Testemunhas:

1 _____

2 _____

ERRATA AO PL 2/2017/FMS - IL 1/2017/FMS

Trata-se de processo administrativo disciplinar instaurado em face da empresa André Lemos Vieira e Cia Ltda., no qual a comissão processante sugeriu a aplicação de penalidade e a realização de perícia por profissional qualificado. Entregue o procedimento somente a realização da análise técnica foi acatada, ficando a decisão sobre a aplicação da penalidade postergada. Realizada a perícia retornou o processo a comissão processante para providências. É a síntese.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2017

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2017

A Secretária de Educação, do Município de Joaçaba, no uso de atribuições conferidas pelo art. 19 e seus incisos da Lei Complementar nº 173, de 11 de março de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer, através da presente Instrução Normativa, os procedimentos para elaboração de cronograma de gozo de licenças prêmio para o ano de 2017 para os servidores efetivos que compõem o quadro do magistério público e demais setores da Secretaria de Educação.

§ Único - Por se tratar de período aquisitivo anterior à entrada em vigor da Lei Complementar n. 287/2014, terá direito ao gozo de licença prêmio, o servidor que preencher os requisitos constantes nos art. 80 da Lei Complementar n. 76/2003.

Art. 2º - Os requerimentos de concessão de licença prêmio deverão ser formalizados pelos servidores do magistério público municipal, até a data de 20 de fevereiro de 2017, através de apresentação de pedido perante o Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba, das 13h às 19h, oportunidade em que deverá especificar o período aquisitivo da licença prêmio e o período que pretende fazer jus a licença.

§1º - Não havendo formalização de requerimento por parte do servidor no período supracitado, a data da licença protocolada fora do prazo, será fixada em data a ser definida pela Secretaria de Educação.

§2º - Só será concedido o gozo das licenças prêmio no período de 06 de março até o último dia letivo do ano, conforme calendário escolar.

Art. 3º - As datas solicitadas serão atendidas de acordo com o tempo de serviço no município do professor e a possibilidade em manter as licenças ininterruptas, pois um só professor substituirá a todas.

Parágrafo Único - Não há garantia de que a licença será gozada no período que o servidor pretender, mas a critério da Secretaria de Educação, com a finalidade de torná-las ininterruptas e passíveis de substituição.

Art. 4º - As licenças protocoladas deverão ser gozadas obrigatoriamente no período em que forem previstas no Calendário formulado pela Secretaria, de forma que não haverá cancelamento das mesmas, bem como troca de data após definido.

Art. 5º - Os Diretores das Unidades Escolares e Centros de Educação Infantil e as Chefias Imediatas dos Setores da Secretaria de Educação são responsáveis pela divulgação desta Instrução Normativa a todos os servidores efetivos nela lotados, através de reunião, circunstanciada em ata com assinatura de todos os presentes que deve ser entregue na Secretaria de Educação, até a data de 20 de fevereiro, bem como promova a afixação da presente Instrução Normativa em mural acessível a todos os servidores da escola.

Art. 6º - Decorrido o prazo previsto no caput do art. 2º desta norma, serão analisados os requerimentos e elaborado cronograma, o qual será divulgado até 27 de fevereiro de 2017 mediante sua afixação nos murais das Unidades Escolares, home page oficial do Município, bem como no Diário Oficial dos Municípios, passando-se a partir de então ao início das concessões das licenças prêmio nos termos fixados nesta Resolução.

Art. 7º - Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, em 17 de Janeiro de 2017.

Marilena Zanoello Detoni
Secretária Municipal de Educação

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2017

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2017

A Secretária de Educação, do Município de Joaçaba, no uso de atribuições conferidas pelo art. 19 e seus incisos da Lei Complementar nº 173, de 11 de março de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer, através da presente Instrução Normativa, os horários de funcionamento da Biblioteca Municipal a partir do ano de 2017.

Art. 2º - A Biblioteca Municipal, a partir do ano de 2017, funcionará no seguinte horário: de segunda a sexta-feira, das 7h30 (sete horas e trinta minutos) às 18h30 (dezoito horas e trinta minutos), sendo que seus funcionários trabalharão nos seguintes períodos: das 7h30 (sete horas e trinta minutos) às 13h30 (treze horas e trinta minutos) e das 12h30 (doze horas e trinta minutos) às 18h30 (dezoito horas e trinta minutos).

Art. 7º - Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos desde 02 de janeiro de 2017.

Joaçaba, em 17 de Janeiro de 2017.

Marilena Zanoello Detoni
Secretária Municipal de Educação

RESOLUÇÃO Nº02/2017

Joaçaba(SC), 17 de janeiro de 2017.

RESOLUÇÃO Nº02/2017

A Secretária de Educação do Município de Joaçaba, no uso de suas atribuições conferidas pelo art.19 e seus incisos da LC 173 de 11 de Março de 2009,

RESOLVE:

Art. - 1º Estabelecer regras para alunos que utilizam o transporte escolar:

1º) Todo aluno tem obrigação de utilizar o cinto de segurança durante todo o tempo em que estiver no do transporte escolar.

2º) Fica vedado falar alto e gritar dentro do transporte escolar.

3º) Evitar ingerir qualquer tipo de alimento ou líquido no transporte escolar.

4º) O aluno deve manter seu material escolar organizado na mochila, evitando espalhá-lo no transporte escolar. Se houver algum trabalho especial que necessite ficar fora da mochila, informar ao monitor ou ao motorista.

5º) Respeitar o motorista, o monitor e os colegas de transporte escolar.

6º) No caso do aluno precisar trocar de transporte escolar ou mudar o local de embarque/desembarque, deverá apresentar autorização assinada pelos pais ou responsáveis e pela direção da escola com carimbo.

7º) Observar e cumprir o horário de embarque, procurando estar sempre 05 (cinco) minutos antes.

8º) Estar no transporte escolar em até 05 (cinco) minutos após o encerramento da aula (toque do sinal).

9º) O aluno deve desembarcar na escola que frequenta e participar da aula, não podendo utilizar-se do transporte escolar para vir à escola e sair para fazer outra atividade, a não ser devidamente autorizado pelos pais, responsáveis ou a direção.

10) Caso o aluno cause danos ou prejuízos ao patrimônio público ou terceiros, seus pais responderão pelos atos, inclusive pelo ressarcimento do valor devido. Exemplo: danificar o ônibus; jogar objetos pela janela, atingindo outros veículos ou pessoas; não utilizar o cinto de segurança e o motorista ser notificado, entre outros casos que surgirem.

11) Para ter direito ao transporte escolar é necessário cumprir os requisitos da Lei 3927/2009 que são: estar matriculado na escola mais próxima da sua residência e residir a mais de 3000 metros da escola, para alunos do perímetro urbano e; a mais de 1500 metros para alunos da zona rural.

12) Quando as escolas, creches ou afins solicitarem transporte, devem indicar um responsável, sendo que o mesmo deve acompanhar o grupo e manter a ordem.

Art. 2º - O aluno que descumprir as regras do transporte escolar estará sujeito às seguintes consequências:

1º) O motorista ou o monitor farão advertência verbal;

2º) Sendo o aluno reincidente ou infringir falta grave este será advertido por escrito, e comunicado aos pais, sendo que os mesmos devem assinar a cientificação do ocorrido;

3º) Ao ser advertido pela segunda vez por escrito o caso será encaminhado ao Conselho Tutelar e MPSC para as providências cabíveis;

4º) O aluno que agredir colega no transporte, será advertido por escrito e comunicado ao Conselho Tutelar e MPSC para as providências cabíveis.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 17 de janeiro de 2017.

Marilena Zanoello Detoni
Secretária de Educação

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 007/17 - RESCISÃO - MARIVANIA**

PORTARIA Nº 007/2017 DE 19 DE JANEIRO DE 2017

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. art. 34, incisos II e XXXIII, resolve:

Art. 1º - RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho da Senhora MARIVANIA CARVALHO DA SILVA, do cargo de JORNALISTA, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, sendo seu Contrato de Trabalho regido art. 2, II da Lei Complementar nº 97/2005, em função da sua classificação no Processo Seletivo nº 001/2016 - Jornalista.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir 19 de Janeiro de 2017.

Joaçaba, 19 de janeiro de 2017.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ERRATA PREGÃO 0003/2017 - SIMAE**

ERRATA

SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SC.

Pregão Presencial JHL 0003/2017

Licitação nº 0006/2017

Protocolo 0087/2017

O Diretor Adjunto do SIMAE torna público aos interessados a alteração do Edital de Licitação Pregão Presencial n.º 0003/2017, nos seguintes termos:

1ª Alteração – Alteração da data de entrega dos envelopes e abertura da sessão

a) Fica alterada a data de credenciamento e recebimento dos Envelope nº 1º (Proposta de Preços) e Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação) para:

Data/Hora: até às 9h do dia 03/02/2017;

b) Fica alterada a data de abertura da sessão pública para:

Data/Hora: dia 03/02/2017 às 9h10min

2º Alteração – Alteração do Lote 01 do Quadro de Quantitativos/ Especificações Mínimas/ Valores Unitário Máximos (Anexo I do Edital)

ONDE SE LÊ:

Lote: 1			Preço Total do Lote:		3.980,85
Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	ARRUELA - REF. 122270A1	PÇ	2,00	18,86	37,72
2	ARRUELA - REF. 136990A1	PÇ	2,00	11,00	22,00
3	BUCHA - REF. 1966186C1	PÇ	2,00	29,65	59,30
4	BUCHA - REF. 100522A1	PÇ	2,00	28,00	56,00
5	VEDADOR - REF. 311565A1	PÇ	2,00	63,03	126,06
6	BUCHA - REF. 100520A1	PÇ	2,00	83,03	166,06
7	ARRUELA - REF. 122268A1	PÇ	2,00	14,93	29,86
8	BUCHA - REF. 100532A1	PÇ	2,00	42,47	84,94

9	VEDADOR - REF. 402359A1	PÇ	2,00	54,50	109,00
10	BRAÇO - REF. 144457A1	PÇ	1,00	281,00	281,00
11	VEDADOR - REF. 311569A1	PÇ	2,00	129,00	258,00
12	ANEL - REF. 100552A1	PÇ	2,00	10,39	20,78
13	PARAFUSO - REF. 905876R1	PÇ	2,00	2,15	4,30
14	ANEL - REF. P2930467	PÇ	2,00	15,26	30,52
15	PARAFUSO - REF. K395082	PÇ	4,00	4,73	18,92
16	RETENTOR - REF. 87415728	PÇ	1,00	109,34	109,34
17	ELEMENTO - REF. 128781A1	PÇ	1,00	92,00	92,00
18	ELEMENTO SECUNDÁRIO - REF. 128782A1	PÇ	1,00	74,00	74,00
19	FILTRO LUBRIFICANTE - REF. J934429	PÇ	1,00	81,36	81,36
20	BOMBA ALIMENTADORA - REF. J970880	PÇ	1,00	291,20	291,20
21	FILTRO COMBUSTÍVEL - REF. J286503	PÇ	1,00	50,00	50,00
22	ELEMENTO SEPARADOR - REF. E158437	PÇ	1,00	54,00	54,00
23	ISOLADOR - REF. 117844A1	PÇ	2,00	35,00	70,00
24	JOGO LUVA - REF. J926126	JG	1,00	125,00	125,00
25	ROLAMENTO - REF. 1966169C1	PÇ	4,00	279,53	1118,12
26	ANEL - REF. A48041	PÇ	2,00	4,63	9,26
27	BUCHA - REF. 107071A1	PÇ	8,00	49,44	395,52
28	RETENTOR TRASEIRO - REF. 926126	PÇ	1,00	154,66	154,66
29	ÓLEO HIDRÁULICO 20L	BL	3,00	12,31	36,93
30	ÓLEO DE TRANSMISSÃO 20 L	BL	1,00	15,00	15,00

LEIA-SE:

Lote: 1			Preço Total do Lote:		4.967,52
Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	ARRUELA - REF. 122270A1	PÇ	2,00	18,86	37,72
2	ARRUELA - REF. 136990A1	PÇ	2,00	11,00	22,00
3	BUCHA - REF. 1966186C1	PÇ	2,00	29,65	59,30
4	BUCHA - REF. 100522A1	PÇ	2,00	28,00	56,00
5	VEDADOR - REF. 311565A1	PÇ	2,00	63,03	126,06
6	BUCHA - REF. 100520A1	PÇ	2,00	83,03	166,06
7	ARRUELA - REF. 122268A1	PÇ	2,00	14,93	29,86
8	BUCHA - REF. 100532A1	PÇ	2,00	42,47	84,94
9	VEDADOR - REF. 402359A1	PÇ	2,00	54,50	109,00
10	BRAÇO - REF. 144457A1	PÇ	1,00	281,00	281,00
11	VEDADOR - REF. 311569A1	PÇ	2,00	129,00	258,00
12	ANEL - REF. 100552A1	PÇ	2,00	10,39	20,78
13	PARAFUSO - REF. 905876R1	PÇ	2,00	2,15	4,30
14	ANEL - REF. P2930467	PÇ	2,00	15,26	30,52
15	PARAFUSO - REF. K395082	PÇ	4,00	4,73	18,92
16	RETENTOR - REF. 87415728	PÇ	1,00	109,34	109,34
17	ELEMENTO - REF. 128781A1	PÇ	1,00	92,00	92,00
18	ELEMENTO SECUNDÁRIO - REF. 128782A1	PÇ	1,00	74,00	74,00
19	FILTRO LUBRIFICANTE - REF. J934429	PÇ	1,00	81,36	81,36
20	BOMBA ALIMENTADORA - REF. J970880	PÇ	1,00	291,20	291,20
21	FILTRO COMBUSTÍVEL - REF. J286503	PÇ	1,00	50,00	50,00
22	ELEMENTO SEPARADOR - REF. E158437	PÇ	1,00	54,00	54,00
23	ISOLADOR - REF. 117844A1	PÇ	2,00	35,00	70,00
24	JOGO LUVA - REF. J926126	JG	1,00	125,00	125,00
25	ROLAMENTO - REF. 1966169C1	PÇ	4,00	279,53	1118,12
26	ANEL - REF. A48041	PÇ	2,00	4,63	9,26
27	BUCHA - REF. 107071A1	PÇ	8,00	49,44	395,52
28	RETENTOR TRASEIRO - REF. 926126	PÇ	1,00	154,66	154,66
29	ÓLEO HIDRÁULICO 20 LITROS	BALDE	3,00	246,20	738,60
30	ÓLEO DE TRANSMISSÃO 20 LITROS	BALDE	1,00	300,00	300,00

Joaçaba, 19 de janeiro de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Adjunto do SIMAE

PORTARIA JHL 12/2017

PORTARIA SIMAE. JHL Nº 12/2017 DE 19.01.2017

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Andréa Reisdorfer Camaroto (Matr. 18), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Desenhista/Projetista, P-5, N-3, Ref.J-6, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17.01.2016 a 16.01.2017, para serem fruídas no período de 23.01 a 01.02.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 19 de Janeiro de 2017.

Paulo César Lamin
Diretor Adjunto

PORTARIA JHL 13/2017

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 13/2017 DE 19.01.2017

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar Helison Carvalho Ferreira, ocupante do cargo de Mecânico de Manutenção, enquadrado no P-4, N-1, Ref.C, para responder pela Função de Gerente do Setor de Manutenção Eletromecânica, no período de 20 de Janeiro a 03 de Fevereiro de 2017, por motivo de Férias do titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

Art. 2º Suspender a designação do servidor como condutor de viatura conforme Portaria JHL 288/2015 de 29/10/2015 para o período em que estiver respondendo pela função de Gerência.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 20 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 19 de janeiro de 2017.

Paulo César Lamin
Diretor Adjunto

PORTARIA JHL 14/2017

PORTARIA SIMAE JHL – Nº 14/2017 DE 19.01.2017

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar: a servidora Alessandra Marcon Zanchetta, Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref.B, para responder pela Função de Gerente do Setor de Materiais Transportes e Patrimônio, no período de 30 de Janeiro a 18 de Fevereiro de 2017, por motivo de Férias da titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 30 de Janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 19 de janeiro de 2017.

Paulo César Lamin
Diretor Adjunto

José Boiteux

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 004/2017

PORTARIA Nº 004/2017

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX/SC".

Hélio Cuzum Farias, Presidente da Câmara Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, e Considerando o artigo 37, Inciso XXXV, alínea a, do Regimento Interno da Câmara Municipal de José Boiteux/SC; Considerando a Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992, que "Institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de José Boiteux", em seu o artigo 93; e

Considerando o Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, que "Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora Ana Carolina Branger, matrícula nº 29964.2-00, ocupante do cargo de Assessora de Gabinete, Código DAS-1, Nível/Referência V-1, do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão da Câmara Municipal de José Boiteux/SC, 20 (vinte) dias de férias, a serem usufruídas entre 17/01/2017 à 05/02/2017, referente o período aquisitivo de 26 de fevereiro de 2016 a 25 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

José Boiteux, 16 de janeiro de 2017.

Hélio Cuzum Farias

Presidente da Câmara Municipal

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.816/2017

DECRETO Nº 4.816/2017, de 18 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar no orçamento vigente do Município de Laguna.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e na DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, no valor de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 - Prefeitura Municipal de Laguna.

Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esporte

Projeto/Atividade: 2.055 – Apoio ao Esporte Amador.

Elemento da Despesa: 133 – 3.3.50.43.00.00.00.00.01.0000-00000 – Subvenções Sociais – R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais).

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados em igual valor, recursos decorrentes do excesso de arrecadação, na seguinte classificação:

Órgão: 09 - Prefeitura Municipal de Laguna.

Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esporte

Projeto/Atividade: 2.055 – Apoio ao Esporte Amador.

Elemento da Despesa: 136 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000-00000 – Outros serviços de terceiros – R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Laguna, 18 de janeiro de 2017.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.815/2017

DECRETO Nº 4.815/2017, de 18 de janeiro de 2017.

Altera o artigo 7º do Decreto nº. 4.810/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e DECRETA:

Art. 1º O artigo 7º do Decreto nº. 4.810/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do art. 7º do Decreto nº. 4.810/2017

Art. 3º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Laguna, 18 de janeiro de 2017.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.898/17

Lei Ordinária nº. 1.898, de 19 de janeiro de 2017.

Autoriza o Município de Laguna, por intermédio do Poder Executivo, a efetuar o parcelamento de débito das contribuições previdenciárias devidas do Município de Laguna e da Câmara Municipal de Laguna.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e, ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Laguna, por meio do Chefe do Poder Executivo, a firmar o termo de adesão ao parcelamento de débito das contribuições previdenciárias vencidas e não pagas, da Câmara Municipal de Laguna, no valor de R\$ 404.439,92 (quatrocentos e quatro mil, quatrocentos e trinta e nove e noventa e dois reais) junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Parágrafo único. O valor do disposto no caput será compensado com o valor devido referente ao duodécimo do exercício de 2016.

Art. 2º Fica autorizado o Município de Laguna, por meio do Chefe do Poder Executivo, a firmar termo de adesão ao parcelamento de débito das contribuições previdenciárias vencidas e não pagas, da Administração Direta e Indireta, no valor de R\$ 1.034.604,13 (um milhão, trezentos e quatro mil e seiscentos e quatro e treze reais) junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º O valor limite da dívida previsto no art. 1º e 2º, poderá abranger um único ou mais termos de parcelamento, desde que o somatório não ultrapasse o limite estabelecido.

Art. 4º O parcelamento obedecerá as normas de parcelamento de débitos e contribuições previdenciárias estabelecidos em Lei e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e poderá ser realizado em até 60 (sessenta) meses, na forma do art. 33, do Decreto nº. 3.048/1999.

Art. 5º Fica autorizada a retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM para o pagamento das prestações, considerando o valor principal e seus acessórios, bem como nas outras receitas municipais e estaduais depositadas em quaisquer instituições financeiras, na hipótese que os recursos de referido Fundo sejam insuficientes para quitação destas obrigações.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 005/HMHL/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LAURO MULLER
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 005/HMHL/2017

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: Prestação de serviços de Plantão Médico para atender as demandas do Hospital Municipal Henrique Lage.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3464.3122, ou através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com

Lauro Muller, 19 de Janeiro de 2017.

Genivaldo da Silva

Presidente da Comissão de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/HMHL/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LAURO MULLER
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/HMHL/2017

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 02/02/2017 às 11h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de OXIGÊNIO, para manutenção do Hospital Municipal Henrique Lage.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3464.3122, ou através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com

Lauro Muller, 19 de Janeiro de 2017.

Pregoeiro

Genivaldo da Silva

Lindóia do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 030/2017, DE 18 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 030/2017, de 18 de Janeiro de 2017

INTERROMPE FÉRIAS CONCEDIDAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 135, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e;

Considerando a excepcional necessidade de retorno ao serviço, para que não haja interrupção da continuidade dos trabalhos desempenhados pela Servidora;

RESOLVE:

Interromper, a partir de 19 de Janeiro de 2017, as férias concedidas, na forma da Portaria nº 421/2016, de 29 de Dezembro de 2016, a Servidora Pública Municipal Joana Caroline Spricigo, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Nutricionista, vinculada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 13 (treze) dias, compreendidos entre os dias 19 a 31 de Janeiro de 2017, sendo que os dias trabalhados serão gozados oportunamente, de acordo com entendimento entre as partes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,

Em 18 de Janeiro de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo RH

Luzerna

PREFEITURA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº PML 001/2017/PML - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E LABORATORIAIS - PML

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2016/PML

O Prefeito, MOÍSES DIERSMANN leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar nos termos do art. 25 da Lei nº 8.666/93, o CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas especializadas na realização de serviços médicos e laboratoriais, na área de Saúde Ocupacional, para realização de consultas, exames clínicos, exames admissionais e demissionais, periódicos, complementares, retorno ao trabalho, mudança de função, emissão de atestados e/ou laudos médicos para atender ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, dos candidatos/servidores públicos do Município de Luzerna, mediante adesão às condições previstas neste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 20 de janeiro de 2017 até 03 de fevereiro de 2017.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 06 de fevereiro de 2017.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Macieira

PREFEITURA

decreto 1618

DECRETO Nº 1618, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia JUNTA MÉDICA

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar 68, 04/11/2014, Estatuto dos Servidores Públicos, e LEI COMPLEMENTAR Nº50, de 01 de abril de 2013. Regime Próprio de Previdência Social do Município de Macieira

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Médicos Dr. May S. C. Silveira: Ortopedista, CRM 13377; Dra Caroline Cecilia Finkler Schmidt: Endocrinologista, CRM 13320 Dr. Joaquin Miranda Silveira: Clínico Geral, CRM18807, para sob a presidência do primeiro, comporem a JUNTA MÉDICA responsável pela avaliação diagnóstica e emissão de Laudo sobre o estado de saúde da Servidora Odete Guarnieri Pinto, em Licença para Tratamentos de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 09 de janeiro de 2017.

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

decreto 1619

DECRETO Nº 1619, DE 11 DE JANEIRO DE 2017

Reajusta valores de Diárias, DA LEI Nº639, DE 19/02/2013.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 639, de 19/02/2013;

DECRETA

Art. 1º. – Fica reajustado o valor das diárias, de acordo com a LEI Nº 639, de 19 de fevereiro de 2013, sob índice de inflação IPCA, que no ano de 2016 fechou em 6,29%, conforme segue:

ANEXO I

(LEI nº 639, de 19/02/2013.)

GRUPOS	CARGO/FUNÇÃO	VALOR DIÁRIAS		
		Capital Federal	Cidade com mais de 200 mil habitantes	Demais Cidades
01	Prefeito, Vice-Prefeito	795,11	563,46	500,85
02	Secretários Municipais, Procurador Geral do Município e Diretor Geral Contabilidade	495,66	438,24	375,63
03	Demais cargos comissionados e Funções Gratificadas	438,24	438,24	375,63
04	Servidor nível superior	495,66	438,24	375,63
05	Demais servidores	396,91	250,42	200,33

Art. 2º. – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 11 de janeiro de 2017.

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 1620

DECRETO Nº 1620, de 11 de janeiro de 2017.

"ESTABELECE O CALENDÁRIO DOS PONTOS FACULTATIVOS E FERIADOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2016 NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 58, VIII, da Lei Orgânica do Município, e,
CONSIDERANDO, a necessidade de um melhor planejamento das atividades da administração pública municipal;
CONSIDERANDO, que no dia 30 de março comemora-se o aniversário de emancipação político-administrativa do município;
CONSIDERANDO, já ser uma praxe em todo o país o estabelecimento de ponto facultativo em todas as esferas da administração pública, quando ocorrer apenas um dia útil entre um feriado e o final de semana;
CONSIDERANDO, por fim, tornar-se improdutivo a realização de expediente nestes dias;

DECRETA:

Art.1º. Fica estabelecido o calendário dos PONTOS FACULTATIVOS e FERIADOS MUNICIPAIS para o exercício de 2016, em todos os órgãos da administração pública municipal, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais e o atendimento das situações de emergência.

I – Dias 27 de fevereiro e (01 de março até às 12:00 horas), de fevereiro (Ponto Facultativo - Feriadão de Carnaval);

II – Dia 30 de março (Feriado Municipal, Aniversário do Município);

III – Dia 14 de junho (Feriado Municipal do Padroeiro Santo Antonio, transferido do dia 13/06);

IV – Dia 16 de junho (Ponto Facultativo– Feriadão Corpus Christi);
V – Dia 08 de setembro (ponto facultativo - Feriadão de independência)

VI – Dia 13 de outubro (Ponto Facultativo – Feriadão da nossa Senhora Aparecida);

VII – Dia 03 de novembro (Ponto Facultativo– Dia do Funcionário Público transferido do dia 28/10)

VIII – Dia 26 de dezembro (Ponto Facultativo – Feriadão de Natal);

IX - Dia 02 de janeiro/18 (Ponto Facultativo – Feriadão de Ano Novo);

Art. 2º. Ficam os Secretários Municipais, nos dias declarados como ponto facultativo, autorizados a determinar expediente normal de trabalho por necessidade de serviço.

Art. 3º. O atendimento dos serviços públicos essenciais nos dias declarados como ponto facultativo deverão ser garantidos por meio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Macieira, SC, 11 de fevereiro de 2016.

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

decreto 1621

DECRETO Nº1621, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Regulamenta o programa de Apoio e Incentivo ao Produtor Rural para contratação de empresa particular terceirizada para prestação de serviço para o ano de 2017.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, SC, de acordo com as atribuições legais que lhe confere a Lei nº 546, de 25 de outubro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º. – O programa de apoio e incentivo previsto pela Lei 546/2011, fica regulamentado por este Decreto, sendo implementado para o ano de 2017, com conjecturas por este decreto.

Parágrafo único – Os trabalhos de incentivos e apoio regulados por este Decreto terão sua vigência até o dia 31/12/2017, ou até que houver recursos.

Art. 2º. - O incentivo e apoio concedido ao produtor rural macieirense será de 550 horas máquinas, que serão contratadas pela Prefeitura junto às empresas ou pessoas físicas terceirizadas e especializadas neste trabalho, sendo prestados na propriedade do interessado, sendo 50% do valor dos serviços de máquinas pago através de incentivo ao produtor rural pela Prefeitura Municipal e 50% do valor das horas pagas pelo produtor.

Parágrafo primeiro - O objeto da presente licitação é a contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de horas máquina (com máquina e operador qualificado), a serem realizados com trator agrícola, 4X4, potência mínima de 60 cv, com ensiladeira equipada acoplada, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, destinados ao atendimento dos produtores rurais do município, previsto pelo parágrafo 3º. Da Lei 546/2011.

Parágrafo segundo – Para a contratação das empresas terceirizadas deverão se observar os processos licitatórios nos moldes legais previstos.

Parágrafo terceiro – O número de horas a ser concedido a cada interessado, de acordo com o disposto no art. 5º. da Lei 546/2011, não poderá exceder a 16 horas/máquina por interessado/beneficiário.

Parágrafo quarto – O período de trabalho das máquinas terceirizadas contratadas será realizado até o dia 31/12/2017, ou até se esgotar o recurso previsto por este Decreto, independentemente de quantos interessados/beneficiados estiverem escritos.

Art. 3º. – A habilitação dos interessados beneficiários e plano de trabalho para a implementação do serviço, será na forma prevista pelo art. 7º. e seus parágrafos da Lei 546/2011.

Parágrafo primeiro – O prazo de habilitação dos interessados/beneficiários será do período da Licitação até 31/12/2017.

Parágrafo segundo – Não serão aceitos pedidos de habilitação fora do prazo prescrito pelo parágrafo anterior.

Parágrafo terceiro – No caso de não serem atendidos todos os interessados/beneficiados que se habilitarem, quer seja por falta de recurso, ou qualquer outra situação que obste o trabalho das máquinas, e ainda, ultrapassado o período previsto para a implementação deste programa de incentivo e apoio, serão considerados suspensos os trabalhos, até a edição de novo Decreto, devendo o interessado/beneficiado novamente se habilitar junto à Secretaria competente.

Art. 4º. – Para cobrir as despesas com programa de incentivo e apoio será utilizado recurso na ordem de até R\$ 32.450,00 (trinta e dois mil e quatrocentos e cinquenta reais) de acordo com a disponibilidade da dotação do Orçamento Geral do Município, conforme

prevê o art. 11 da Lei 546/2011.

Parágrafo primeiro - No caso de vencido o prazo deste Decreto, ou esgotados os recursos previstos, serão encerrados os trabalhos do programa de incentivo e apoio através de horas máquinas.

Parágrafo segundo – Em se encerrando os trabalhos do programa, bem como no caso de vencido o prazo deste Decreto, e havendo saldo remanescente do recurso previsto, deverá o numerário retornar aos cofres públicos.

Art. 5º. - Para cada serviço realizado na propriedade do interessado/beneficiado, deverá ser emitido pela Secretaria de Agricultura, um relatório constando as horas máquinas trabalhadas, a espécie de serviços prestados, quais as máquinas que foram utilizadas e ao final constar a data e assinatura do Secretário da Agricultura e do interessado/beneficiado, para fins de conferência e prestação de contas do recurso público aplicado.

Art. 6º. – O pagamento será efetuado ao produtor contribuinte mediante a apresentação de autorização expedida pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, e nota fiscal de prestação dos serviços.

Art. 7º. – A concessão das 16 horas aos produtores macieirenses devem observar as condições abaixo:

Parágrafo primeiro: A utilização deverá respeitar os seguintes critérios:

- a) A utilização das 16 horas dos implementos agrícolas supra mencionados somente poderão ser fornecidos por agricultor, ou seja, apenas a utilização das horas por um agricultor, com propriedade, uma única vez ao ano;
- b) Não poderá ser cedido a utilização do serviço ora disponibilizado para esposa, companheira e filhos do agricultor beneficiado, exceto quando o filho possuir família independente, com bloco de nota de produtor rural, na mesma propriedade do pai, ou em outra.
- c) O produtor interessado deverá manter cadastro na Secretaria de Agricultura para receber os benefícios, apoio e incentivo deste Decreto;
- d) Ao Agricultor/produtor não poderá se encontrar em débito com a Municipalidade;
- e) O agricultor/produtor deverá ainda possuir propriedade e/ou posse, no município e possuir nota de produtor rural;
- f) O serviço poderá ser solicitado, nos mesmos moldes e comprovações acima, quando houver arrendamento de área devidamente formalizado e comprovado desde que possua bloco de produtor rural no município.

Art. 8º. – Os beneficiários interessados deverão comparecer à sede do Paço Público, na Secretaria de Agricultura, munidos da documentação exigida por este Decreto, e preencher a documentação necessária para a inscrição do serviço, para posterior análise e deferimento.

Art. 9º. -As áreas de lavoura a serem executadas os trabalhos devem oferecer condições de operação com os equipamentos, quanto a topografia, pedregosidade, umidade do solo, etc..., não sendo executado os serviços em áreas que não apresente condições de trabalho, considerando a segurança do operador e a preservação dos equipamentos. Em caso de conflito, o secretário Municipal de Agricultura fará a mediação entre o prestador de serviço e o agricultor favorecido.

Art. 10º. – Os beneficiários inscritos e aprovados, deverão retornar a Secretaria Municipal de agricultura para confirmar a data exata da execução dos serviços com no mínimo cinco dias de antecedência para programação dos serviços.

Art. 11º. – A distribuição dos serviços ora regulamentada tem o condão de fazer com que este incentivo apoio chegue a todos os agricultores igualmente, ou seja, para que todos possam ser beneficiados, sem que o serviço disponibilizado fique restrito apenas à uma ou mais propriedades, ou mesmo privilegie apenas uma família de agricultores, em detrimento das demais.

Art. 12. – Este decreto deverá ser publicado e afixado em locais públicos, de forma que possa chegar ao conhecimento de todos os interessados/beneficiados para fins da habilitação para o programa de incentivo e apoio.

Art. 13º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Macieira, 11 de janeiro de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

decreto 1622

DECRETO Nº 1622, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

ATUALIZA A TABELA DOS VALORES VENAIIS DOS IMÓVEIS URBANOS PARA FINS DE CÁLCULO DO IPTU, EXERCÍCIO DE 2017.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base Na Lei Complementar Nº 007/96, de 18 de dezembro de 1996 (Código Tributário de Macieira), e suas alterações posteriores, e, na Lei Complementar nº 74, de 17/03/2015

CONSIDERANDO, que o índice acumulado do IPCA no ano de 2016 foi de 6,29%;

DECRETA:

Art. 1º. Fica reajustada, nos termos da Lei Complementar nº 74, de 17/03/2015, em 6,29% (seis vírgula vinte e nove por cento) a tabela dos valores venais dos imóveis urbanos no município, para fins de cálculo do IPTU no exercício de 2017.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,
em 11 de janeiro de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 3589

PORTARIA N.º 3589/2017

“Prorroga período de contratação, dos Servidores que Especifica”
ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 55/2013, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

Considerando, que o Poder Público visa além de atender aos princípios constitucionais do art. 37 da CF/88, atentar-se ao princípio da economicidade;

Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público, e teste seletivo nº 01/16, que

autoriza a prorrogação por mais um ano, do classificado para vaga,

RESOLVE:

Art. 1º – PRORROGAR PORTARIA Nº3496/16, que admitiu em caráter temporário, a Senhora Priscila Luvison, no cargo de Psicóloga, até 15/12/17.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 03 de janeiro de 2017.
ZELIR CITADIN
Prefeito Municipal

portaria 3590

PORTARIA N.º 3590/2017

Conceder Conversão de Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 68/13 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER CONVERSÃO DE 10 DIAS DE FÉRIAS, aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, para pagamento no mês 01/2017.

DONATO BONASSA MOTORISTA II
VALDIR MORAES OP MAQ. PESADA
AILSON GOMES OP MAQ. PESADA
NILO CAMUZZATO OP MAQ. PESADA

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 03 de janeiro de 2017.
ZELIR CITADIN
Prefeito Municipal

portaria 3591

PORTARIA N.º 3591/2017

"Exonera Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme especifica".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos que:

Considerando que:

- O Cargo de Secretário Municipal possui status de "Agente Político", devendo ser nomeado e exonerado pelo mesmo gestor, por questão moral;
- O Secretário Municipal de Agricultura da administração anterior estava em licença para tratamento de saúde, com ônus da Previdência Geral (INSS);
- A licença para tratamento de saúde acima mencionada, onde o ônus financeiro é da Previdência Geral expirar-se-á em 31/01/2017;
- O atual gestor necessita nomear novo Secretário Municipal de Agricultura para desempenhar atividades indispensáveis ao desenvolvimento agropecuário do município;
- Não será nomeado o mesmo Secretário Municipal e, como referenciado acima, por tratar-se de cargo com status de "agente político", onde o gestor é quem decide,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, o Sr. Claudemir Abraão, do cargo de Secretário

Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, nomeado através da Portaria n. 3494/16, de 03 de maio de 2016, para todos os fins legais perante a administração municipal de Macieira, a partir desta data.

Art. 2º. Como reflexo da exoneração acima mencionada, nos termos dos artigos 94, § 1º e 95 da Lei Complementar n. 68, de 4 de novembro de 2014, serão indenizadas as férias de direito adquirido, relativo ao exercício de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 03 de janeiro de 2017.
ZELIR CITADIN
Prefeito Municipal

portaria 3592

PORTARIA N.º 3592/2017

"Nomeia Servidor para Cargo de Provisão em Comissão".

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 36/2009, e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - ADMITIR Servidores para cargo em comissão:

NOME	CARGO	DATA DE ADMISSÃO
Salete Catarina Liszkiewicz	Sec. Educação, Cultura e Esportes	03/01/2017
Silvana G Maffioletti	Sec Adm, Finanças e Planejamento	03/01/2017
Edemar Nicolau Kuhn	Contador Geral do Município	03/01/2017
Rosimari Santos de Oliveira	Secretaria de Saúde	03/01/2017
Angelo Castilho da Silva	Dir Apoio Adm e Operacional	03/01/2017
Luciane Eloy de Andrade	Dir Cultura, Esportes e lazer	03/01/2017
Eliane Bertotto	Dir de Programas da Saúde	03/01/2017
Jorge Cerry	Sec. de Agricultura e Meio Ambiente	03/01/2017

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 03 de janeiro de 2017.
ZELIR CITADIN
Prefeito Municipal

portaria 3593

PORTARIA N.º 3593/2017

"Admite, os Servidores que Especifica"

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 55/2013, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, os servidores abaixo relacionados, até resultado do concurso público:

NOME	CARGO	DATA DE ADMISSÃO	CONTRA-TO ATÉ	SECRETA-RIA
Eroni A P dos Santos	Serv Gerais II	04/01/2017	30/06/2017	Administração
Clodoaldo de Bortoli	Op Maq Leves	03/01/2017	30/06/2017	Agricultura
Pedro Serafin neto	Serv Gerais II	05/01/2017	30/06/2017	Educação
Isolde Ap Schaitel	Serv Gerais II	06/01/2017	30/06/2017	Saúde
Cristina Lazzarotti	Professora 30 horas	03/01/2017	30/06/2017	Educação

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 06 de janeiro de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 3593/2017

"Admite, os Servidores que Especifica"

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 55/2013, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, os servidores abaixo relacionados, até resultado do concurso público:

NOME	CARGO	DATA DE ADMISSÃO	CONTRA-TO ATÉ	SECRETA-RIA
Eroni A P dos Santos	Serv Gerais II	04/01/2017	30/06/2017	Administração
Clodoaldo de Bortoli	Op Maq Leves	03/01/2017	30/06/2017	Agricultura
Pedro Serafin neto	Serv Gerais II	05/01/2017	30/06/2017	Educação
Isolde Ap Schaitel	Serv Gerais II	06/01/2017	30/06/2017	Saúde
Cristina Lazzarotti	Professora 30 horas	03/01/2017	30/06/2017	Educação

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 06 de janeiro de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 3595

PORTARIA N.º 3594/2017

"Concede Aposentadoria ao servidor que especifica, e declara a vacância de cargo público."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, nos termos do art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal, e, da EC nº 70, de 29/03/2012 c/c o art. 28 da Lei Complementar Municipal nº 050, de 01 de ABRIL de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo FUPEM nº 002/2014

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Aposentadoria por Idade, de acordo com o art. 40, § 1º, III, da Constituição Federal, e, da EC nº 70, de 29/03/2012 c/c a Lei Complementar Municipal nº 050, de 01 de abril de 2013, a Servidora Pública Municipal GENI ALEBRANDT, brasileira, casada, portadora do CPF nº649.266.569-49, e da CI nº 2113469/SSP/SC, inscrito no PIS/PASEP nº170.25428.68-8, detento da matrícula funcional nº.362, ocupante do cargo de provimento efetivo de Serviços gerais II, do Quadro de Pessoal da desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria de

Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º. Autorizo o pagamento dos proventos de aposentadoria por idade, correspondente a proporcionalidade da remuneração do cargo efetivo, observado o disposto na EC nº 70, de 29/03/2012, e o art. 55 da Lei Complementar Municipal nº 50, de 01 de abril de 2013, perfazendo o total de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), que será pago mensalmente pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Macieira – FUPEM/RPPS.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 06 de janeiro de 2017.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0002/2017 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Contrato Administrativo nº 0002/2017. Objeto: Prestação de Serviço as disposições da Legislação Federal de Licitações, Lei nº 8.666/93, e de Consórcios Públicos, Lei 11.107/05, bem como a Legislação Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMARP, Lei Municipal nº 406, de 02 de abril de 2009, bem como as cláusulas do Contrato de Programa 10/2010.

Contratada: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP

Vigência: 31/12/2017.

Valor: A cota anual do Município é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a serem gastos de acordo com a necessidade do município.

Pagamento: Até o 15º (décimo quinto) dia útil subsequente a prestação dos serviços.

Macieira, 03 de janeiro de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ CONTRATO ADMINISTRATIVOS Nº 0001/20178 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Contrato Administrativo nº 0001/2017. Objeto: Prestação de Serviço as disposições da Legislação Federal de Licitações, Lei nº 8.666/93, e de Consórcios Públicos, Lei 11.107/05, bem como a Legislação Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMARP, Lei Municipal nº 406, de 02 de abril de 2009, bem como as cláusulas do Contrato de Programa 10/2010.

Contratada: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP

Vigência: 31/12/2017.

Valor mensal: R\$ 1.860,00 (um mil oitocentos e sessenta reais) totalizando o valor de R\$ 22.320,00 (vinte e dois mil trezentos e vinte reais) para o exercício de 2017.

Pagamento: Até o 15º (décimo quinto) dia útil subsequente a prestação dos serviços.

Macieira, 03 de janeiro de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

Mafra

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 12/2017

PORTARIA Nº 12/2017, de 19 de janeiro de 2017.

NOMEIA ASSESSOR JURÍDICO

O Vereador Eder Gielgen, Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, e art. 72 da Resolução nº 06 de 04.04.07,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JEFFERSON REGI, para o cargo em Comissão de Assessor Jurídico, padrão DAS-2, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Mafra, com vencimento de R\$ 5.756,86 (cinco mil, setecentos e cinquenta e seis reais e oitenta e seis centavos), a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 19 de janeiro de 2017.

VER. EDER GIELGEN

Presidente

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO 02/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE PRORROGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2017

O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ leva ao conhecimento dos interessados que o edital acima epigrafado, que tem como objetivo a aquisição de combustíveis para manutenção da frota da Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Saúde de Maracajá, durante o exercício de 2017, fica prorrogado para o dia 02/02/2017 às 16h00min., por interesse público e conveniência administrativa. Mantém-se inalteradas as demais condições do Edital e anexos. Feita a retificação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito, na forma da Lei.

Maracajá, 19 de janeiro de 2017.
ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 016/2017

Portaria nº 016 de 2 de janeiro de 2017.
NOMEIA LUIZ IVALNEI MARTINELLO, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

O Prefeito Arlindo Rocha, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 de 7 de outubro de 1997 e nº 1039 de 15 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, LUIZ IVALNEI MARTINELLO, brasileiro, maior, nascido em 14 de junho de 1964, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 501.648.999-87, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Agricultura, Indústria e Comércio, Nível CC-2, do Quadro de Comissionado de Pessoal do Poder Executivo, com gratificação mensal de 100% (cem por cento).

Art. 2º Ao servidor contratado nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 2 de janeiro de 2017.
ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 2 de janeiro de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT
Secretário de Administração

PORTARIA 017/2017

Portaria nº 017 de 2 de janeiro de 2017.
NOMEIA RAIMUNDO DAROLT, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES.

O Prefeito Arlindo Rocha, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 de 7 de outubro de 1997 e nº 1039 de 15 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, RAIMUNDO DAROLT, brasileiro, maior, nascido em 15 de abril de 1960, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 377.835.489-20, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Esportes, Nível CC-2, do Quadro de Comissionado de Pessoal do Poder Executivo, com gratificação mensal de 100% (cem por cento).

Art. 2º Ao servidor contratado nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 2 de janeiro de 2017.
ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 2 de janeiro de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT
Secretário de Administração

PORTARIA 018/2017

Portaria nº 018 de 2 de janeiro de 2017.
NOMEIA NICÉIA IZABEL DE OLIVEIRA MARTINS, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

O Prefeito Arlindo Rocha, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 de 7 de outubro de 1997 e nº 1039 de 15 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, NICÉIA IZABEL DE OLIVEIRA MARTINS, brasileira, maior, nascida em 2 de janeiro de 1974, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 833.692.369-15, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Educação e Cultura, Nível CC-2, do Quadro de Comissionado de Pessoal do Poder Executivo, com gratificação mensal de 100% (cem por cento).

Art. 2º A servidora contratada nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme legislação municipal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes

da Lei Orçamentária vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 2 de janeiro de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 2 de janeiro de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT

Secretário de Administração

PORTARIA 019/2017

Portaria nº 019 de 2 de janeiro de 2017.

NOMEIA DIOGO COPETTI SILVEIRA, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE.

O Prefeito Arlindo Rocha, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 de 7 de outubro de 1997 e nº 1039 de 15 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, DIOGO COPETTI SILVEIRA, brasileiro, maior, nascido em 20 de junho de 1986, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 009.385.109-08, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Saúde, Nível CC-2, do Quadro de Comissionado de Pessoal do Poder Executivo, com gratificação mensal de 100% (cem por cento).

Art. 2º Fica designado o servidor DIOGO COPETTI SILVEIRA para além dos serviços atribuídos ao Departamento de Saúde responder como Gestor do Fundo Municipal de Saúde, ainda, executar as atividades relacionadas a movimentação financeira do Fundo Municipal supracitado como, assinaturas de cheques; abrir contas de depósito; autorizar cobrança; receber, passar recibo e dar quitação, solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheque; sustar/contratar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar saques – contas correntes; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes e consultar obrigações do débito direto autorizado, sempre em conjunto com o Secretário de Administração.

Parágrafo único. A emissão dos documentos elencados no caput deste Artigo deverá conter, obrigatoriamente, no mínimo duas assinaturas por Entidade e/ou Unidade Orçamentária.

Art. 3º Ao servidor contratado nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 2 de janeiro de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 2 de janeiro de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT

Secretário de Administração

PORTARIA 020/2017

Portaria nº 020 de 2 de janeiro de 2017.

NOMEIA GILVAN FELIPE TEIXEIRA DE FRANÇA, PARA EXERCER O CARGO DE ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

O Prefeito Arlindo Rocha, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 de 7 de outubro de 1997 e nº 1039 de 15 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, GILVAN FELIPE TEIXEIRA DE FRANÇA, brasileiro, maior, nascido em 2 de novembro de 1956, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 231.360.499-34, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comunicação Social, Nível CC-4, do Quadro de Comissionado de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º Ao servidor contratado nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 2 de janeiro de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 2 de janeiro de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT

Secretário de Administração

Maravilha

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 010/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 010/2017 - Modalidade Pregão Presencial n. 007/2017 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Interino de Maravilha - SC, SANDRO DONATI, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, o registro de preços de serviços de perfuração e detonação de rochas, com fornecimento de material, para contratação conforme necessidade do Município de Maravilha – SC, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 01 de fevereiro de 2017 até às 17:30h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 13 h às 19 horas. Maravilha - SC, 19 de janeiro de 2017. SANDRO DONATI – Prefeito Interino de Maravilha.

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079-2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014-2017 LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

Aviso de Licitação

Processo Nº: 079/2017

Modalidade: Pregão Nº 014/2017

Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: Contratação de Pessoa Natural ou Jurídica para locação de 03 (três) imóveis comerciais, destinados ao atendimento das atividades dos Departamentos de Assistência Social e da Agricultura do Município de Modelo/SC, localizados na Zona Comercial Predominante e/ou Zona de Corredor Comercial, conforme determinado no Plano Diretor vigente do Município.

Entrega dos Envelopes: 14:30 horas do dia 01 de fevereiro de 2017
Abertura dos Envelopes: 14:45 horas do dia 01 de fevereiro de 2017.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 08:00 às 12:00, e das 13:30 às 17:30, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br

Modelo/SC 19 de janeiro de 2017.

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito Municipal

CONTRATO 073-2016 - TERMO ADITIVO 03-2017 - RINOVI CONSTRUTORA - PRAZO

TERMO ADITIVO Nº. 003/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 073/2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2016, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA CONSTRUTORA RINOVI CONSTRUTORA LTDA ME, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DAS CLÁUSULAS SEGUNDA E TERCEIRA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa RINOVI CONSTRUTORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Brasília, nº 30, sala 201, 2º andar, Bairro Efapic, na Cidade de Pinhalzinho – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.716.368/0001-62, neste ato representado por seu sócio administrador, Senhor IVONIR FLORES, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº. 616/2016 – Tomada de Preços nº 008/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO

Fica aditado o prazo do contrato nº 073/2016 de 22.06.2016, Constante da Cláusula Quarta, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, o prazo de vigência do contrato de prestação de serviços em mais 02 (dois) meses, por conveniência administrativa e de comum acordo entre as partes, para execução da obra até o dia 01 de abril de 2017.

Que o prazo de execução era de 120 (cento e vinte) dias, e iniciou-se em 01 de julho de 2016 (ordem de serviço) e terminaria em 01 de novembro de 2016; com o Termo Aditivo nº 002/2016 de 17/10/2016 foi prorrogado o prazo em 03 (três) meses, o prazo terminaria em 01 de fevereiro de 2017; porém, com este aditivo de 02 (dois) meses o prazo terminará em 01 de abril de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas no Contrato Administrativo Nº 073/2016 de 22.06.2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 11 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luis Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	RINOVI CONSTRUTORA LTDA Ivonir Flores Sócio Administrador – Contratada
--	--

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto:

GILNEI ROBERTO VOGEL

OAB/SC Nº 11.283 – Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 015/2017

PORTARIA Nº 015/2017 DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.253/2016 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria, Considerando em especial a programação de férias do respectivo Departamento e requerimento da Servidora,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISI- TIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Elisandra Ana Junges	24.04.2015 a 23.04.2016	18.01.2017 a 06.02.2017 (20 dias) + 10 dias de Abono Pecuniário

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 16 de janeiro de 2017.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO CREDENCIAMENTO Nº 001/2017 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017
Inexigibilidade de licitação nº. 001/2017

O Município de Mondaí – SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social, com sede administrativa a Av. Laju, 420, Centro, torna público, para conhecimento dos interessados que, a partir do dia 24 de Janeiro de 2016, estarão abertas as inscrições para credenciamento de empresa(s) para prestação de Serviços Funerários, em caráter de Auxílio Funeral, conforme disposto na Lei Municipal nº. 3.608/15, que regulamenta a concessão de benefícios eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, para pessoas de comprovada carência econômico-financeira. A licitação será processada e julgada em conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21/06/1993. As informações completas poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação pelo telefone (49) 3674-3134, pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal, pelo e-mail compras@mondaí.sc.gov.br ou através do site do Município www.mondaí.sc.gov.br.

Mondaí – SC, 19 de Janeiro de 2017

LUCIANE MARASCHIN – Gestora do F.M.A.S.

EXTRATO DE DISPENSA Nº 001/2017 - ASS.ADM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017
Dispensa de Licitação nº. 001/2017

O Município de Mondaí – SC, com sede administrativa à Av. Laju, 420, Centro, a partir de seu Prefeito, torna público a Dispensa de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 001/2017 e, com fulcro no Art. 24, Inciso II, da Lei nº. 8.666/1993, conforme abaixo: OBJETO: Contratação de serviços de serviços Técnicos – Profissionais de treinamento de pessoal no âmbito da Administração Pública, compreendendo o Setor de Compras e Licitações, com continua capacitação e treinamento de servidores para a correta realização de atividades do Setor, mediante a realização de reuniões e instruções no local de trabalho, operacionalização do sistema de compras utilizado (Betha), formatação de minutas de editais e contratos, de forma presencial com carga horária 16 horas semanais em 02 dias por semana na sede da Prefeitura Municipal e orientações a distância via e-mail, telefone, outros meios eletrônicos e acesso remoto. CONTRATADO: Gustavo José Walker, CPF/MF nº. 079.765.149-70. VALOR TOTAL: R\$ 7.950,00 (sete mil, novecentos e cinquenta reais).

Mondaí – SC, 16 de Janeiro de 2017

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017- MUNICÍPIO DE MONDAÍ

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017
Inexigibilidade de licitação nº. 001/2017

O Município de Mondaí – SC, com sede administrativa a Av. Laju, 420, Centro, torna público, para conhecimento dos interessados que, a partir do dia 24 de Janeiro de 2016, estarão abertas as inscrições para Credenciamento de prestadores de serviço pessoas físicas ou jurídicas, para a execução/fornecimento dos serviços de máquinas na abertura de valas para o enterro de animais, nos termos da Lei Municipal nº 3.097 de 17/03/2005, mencionados no presente Edital e demais normas técnicas pertinentes aos serviços, com os valores constantes na tabela (Anexo I). A licitação será processada e julgada em conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21/06/1993. As informações completas poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação pelo telefone (49) 3674-3134, pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal, pelo e-mail compras@mondaí.sc.gov.br ou através do site do Município www.mondaí.sc.gov.br.

Mondaí – SC, 19 de Janeiro de 2017

VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

ERRATA – AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONDAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 004/2017
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2017

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, ERRATA do Edital de Licitação nº. 004/2017, Pregão Presencial nº. 002/2017:

ONDE SE LÊ: MUNICÍPIO DE MONDAÍ – FMAS; LEIA-SE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ.

ONDE SE LÊ: PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 001/2017 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2017; LEIA-SE: PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 004/2017 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2017.

ONDE SE LÊ: O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação; LEIA-SE: O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna pública, para conhecimentos dos interessados que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito abaixo:

ONDE SE LÊ: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 001/2017; LEIA-SE: MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 002/2017.

TIPO: Menor Preço.

OBJETO: Aquisição de produtos de higiene e limpeza, gêneros alimentícios, de copa e cozinha para manutenção das atividades dos grupos de idosos, seguindo as normativas do Decreto nº. 7.892/2013, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I, deste edital.

NOVA DATA PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS:

Até as 14h00min do dia 1º de fevereiro de 2017.

NOVA DATA PARA SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 14h30min do dia 1º de fevereiro de 2017.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3134 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br.

MONDAI (SC), 19 de Janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO Nº 001/2017 - TANSF. ESCOLAR

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 003/2017

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 001/2017

TIPO: Menor Preço

EDITAL: Disponível em www.mondai.sc.gov.br

OBJETO: Contratação de serviço especializado de transporte escolar de alunos de Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina para o ano letivo de 2017 e/ou subsequentes, com estimativa de realização de até 200 (duzentos) dias letivos por ano, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h30min do dia 1º de fevereiro de 2017.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 1º de fevereiro de 2017.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço abaixo ou pelo fone (49) 3674-3134, ou, ainda, pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br

Mondaí, SC, 19 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 005/2017/PM

PROCESSO LICITAÇÃO N° 005/2017/PM

PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pela Prefeita Municipal Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando a contratação futura de pessoa jurídica para a manufatura de MÓVEIS. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC.

Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 30/janeiro/2017 até as 08:30 horas do dia 02/fevereiro/2017.

Abertura da sessão no dia 02/fevereiro/2017 às 09:00 horas.

A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM - JULGAMENTO GLOBAL, consoante as condições estatuídas em Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 004/2017 de 10/janeiro/2017, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: Sala de Reunião – Prefeitura Municipal

INFORMAÇÕES: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo – SC, 19 de Janeiro de 2017

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

Morro da Fumaça

PREFEITURA

SEGUNDA ERRATA DO REGISTRO DE PREÇOS 007/2017

Município de Morro da Fumaça Segunda Errata do Registro de Preços 007/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE GÁS, conforme anexo I. Data: 01/02/2017 às 09:00, Altera-se o anexo I. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Dalvânia Cardoso – Secretária do Sistema Econômico.

Morro Grande

PREFEITURA

DECRETO Nº 09-2017

DECRETO N.º 09/2017

ESTABELECE O CALENDÁRIO FISCAL NO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE PARA O EXERCÍCIO DE 2017

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a legislação em vigor,

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecido o Calendário Fiscal para a Cobrança de tributos municipais abaixo especificados, para o exercício de 2017, com os seguintes vencimentos:

I- Taxa para Licença, Localização e Funcionamento - TLLF, sendo pago em parcela única até 31 de março de 2017.

II- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, para estabelecimento fixo, sendo pago em parcela única até 31 de maio de 2017.

IV- Alvará Sanitário, sendo pago em parcela única até 28 de abril de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande, 16 de janeiro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2016 PMN / AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 44/2016 FMS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Setor de Compras e Licitações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2016

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÃO DE OBRA PARA A COLOCAÇÃO DE LAJOTAS, MEIO FIO, REPAROS DE CALÇAMENTO E DE BOCAS DE LOBO PARA MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC Data da entrega dos envelopes: 01/02/2017 até às 08h50. Abertura envelopes: 01/02/2017 às 09h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Emílio Vieira. (Prefeito).

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 44/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Aviso de CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (DIAGNÓSTICO POR IMAGEM) PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM FUNÇÃO DA DEMANDA DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 19 de janeiro de 2017.

Emílio Vieira - Prefeito.

CONVOCAÇÃO –CONCURSO PUBLICO 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 18 de Janeiro de 2017

Ilma Sra

CLAUDIA CRISTINA ADAMI (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PUBLICO 001/2015

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO de Nº 001/2015, para o cargo de PSICOLOGO INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO/SUAS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira

Diretora de Gestão em RH

Nádia Braz Bins

Secretaria de Administração e Logística

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES - FUMAN - EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO N.º 001/2017

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES - FUMAN

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL N.º 001/2017. Síntese do Termo de Compromisso Ambiental que celebram entre si, a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes - FUMAN e o Sr. ALEXANDRE DENES PFIFFER, inscrito no CPF n. 000.158.489-81. Objetivo: Compensação relativa aos impactos ambientais pretéritos, cujo valor se fixou em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) que serão convertidos em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente. Vigência do Termo: 02 (dois) meses a contar da data da assinatura, que se deu em 20 de dezembro de 2016, quando deverão estar cumpridas todas as obrigações assumidas pelo Compromissário. Assinaturas: Paulo Celso Mafra, Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente FUMAN - Compromitente e o ALEXANDRE DENES PFIFFER, inscrito no CPF n. 000.158.489-81, neste ato representado por procuração por JULIANO ROBERTO PAVAN, inscrito no CPF sob n. 027.902.999-35, como Compromissários. Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

LAUDO DAS AMOSTRAS DO PREGÃO 136/2016 PMN

LAUDO DAS AMOSTRAS DO PREGÃO DE NÚMERO 136/2016 – REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES-SC, PARA O ANO LETIVO DE 2017.

Empresa licitante: JEAN CARLOS PEREIRA NUNES – ME

De acordo com as especificações, os produtos abaixo atendem ao edital:

- ACELGA, ALHO, BANANA BRANCA, BANANA CATURRA, BATATA MONALISA, CEBOLA, CENOURA, CHUCHU, LARANJA LIMA, LARANJA PERA, MAÇÃ, MAMÃO, MELANCIA, OVOS VERMELHOS, TANGERINA, TOMATE

PARECER TÉCNICO:

FERNANDA SOUZA TOMÉ DA SILVA - NUTRICIONISTA – CRN-10: 2233
SANDRA MARIA PEREIRA - NUTRICIONISTA – CRN-10: 0275

PORTARIA 468/2017 EXONERA

PORTARIA N º 468 DE 17 DE JANEIRO DE 2017
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, a servidora JULIANA SIQUEIRA SOBREIRA DA SILVA, do cargo de MOTORISTA, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 17/01/2017.
II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE JANEIRO DE 2017.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 17 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 469/2017 DESIGNA SERVIDORES AUTORIZADOS A DIRIGIR VEICULO PRISMA PLACA MJX 8771

PORTARIA N º 469 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

DESIGNA SERVIDORES AUTORIZADOS A DIRIGIR O VEÍCULO PRISMA PLACA MJX 8771 CONFORME ESPECIFICA.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60,

RESOLVE:

I DESIGNAR, por este ato os servidores abaixo autorizados a dirigir o veículo PRISMA placa MJX 8771, veículo será utilizado para os trabalhos da Secretaria de Assistência Social, CREAS, CRAS e Instituição de Acolhimento no Município de Navegantes:

- a) Andre Felipe Velho – CNH 05989777617
- b) Luzia Maria Cezario Correia – CNH 01911077620
- c) Fernanda do Nascimento – CNH 03815583074
- d) Andreia Lucia Viccari – CNH 00976307408
- e) Raquel Signori – CNH 01915647425
- f) Rosemarli Mohr – CNH 01547599249

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JANEIRO DE 2017.
Emílio Vieira
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 474/2017 EXONERA

PORTARIA N º 474 DE 19 DE JANEIRO DE 2017
EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) MANOEL FERMINO BENTO , do cargo de Assessor Técnico I, a partir de 19/01/2017.
II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JANEIRO DE 2017.
EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 470,471/2017 EXONERAÇÃO

PORTARIA N º 470 DE 18 DE JANEIRO DE 2017
EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) MARILI CORREA GUILHERME , do cargo de Diretora de Escola, CEI, EJA (DESC 4), a partir de 17/01/2017.
II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JANEIRO DE 2017.
EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Regina Célia Correia
SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA N º 471 DE 18 DE JANEIRO DE 2017
EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) SÉRGIO SOARES , do cargo de Diretor de Escola, CEI, EJA (DESC 8), a partir de 31/01/2017.
II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JANEIRO DE 2017.
EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Regina Célia Correia
SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIAS 472,473/2017 EXONERAÇÃO EFETIVO

PORTARIA N º 472 DE 18 DE JANEIRO DE 2017
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, a servidora ELOIZA PINHEIRO, do cargo de PROFESSORA MAG III, matrícula 267005, com 20 h semanais, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 18/01/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia

SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N º 473 DE 18 DE JANEIRO DE 2017
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, a servidora ELOIZA PINHEIRO, do cargo de PROFESSORA MAG III, matrícula 267010, com 20 h semanais, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 18/01/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia

SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 018-2017 - NOMEIA SERVIDOR

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes

CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000

Fone/fax (47)342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 018/2017

O Presidenta da Câmara de Vereadores de Navegantes, Samuel Vianeí Paganelli no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

NOMEIA:

ARTIGO 1 º - Fica nomeado o Senhor, AXEL MIGUEL VOLANI inscrito no CPF nº 089.517.779-01, para o cargo de Assessor de Gabinete desta casa, com a carga horária de 40:00 horas semanais.

ARTIGO 2 º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 19 de janeiro de 2017.

SAMUEL VIANEI PAGANELLI

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

Nova Trento

PREFEITURA

ERRATA Nº 001 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017 – CONCORRÊNCIA Nº 001/2017

ERRATA Nº 01 DO EDITAL N.º 001/2017, de 09 de janeiro de 2017. A Prefeitura de Nova Trento, através da Comissão Permanente de Licitações, vem a público retificar a Publicação do Edital nº 001/2017 de 09/01/2017, cujo objeto da presente licitação é o registro de preços para aquisição parcelada de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, para manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento, para fornecimento conforme a necessidade, conforme quantidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital. Alterar em parte a publicação efetuada por este jornal dia 13/01/2017.

Onde se lê: Entrega e abertura dos envelopes: 16/02/2017 até as 9:00 horas.

Leia-se: Entrega e abertura dos envelopes: 23/02/2017 até as 9:00 horas.

Nova Trento/SC, 18 de janeiro de 2017.

Aprigio José Botameli

Presidente Comissão de Licitações

PORTARIA Nº 005/2017

PORTARIA Nº 005/ 2017

Remoção por Permuta

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art 31 da Lei nº 166/1999, revogado pelo Lei Complementar nº 21/2013 e arts. 69 - 71, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

REMOVER por Permuta a Servidora Pública Municipal GREICE CRISTINA DARÓS, matrícula nº 6803, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível III, Referência A (Ensino Fundamental – Anos Iniciais) lotada na Escola Municipal de Educação Básica Agutí - Agutí, com 20 (vinte) horas semanais, para a Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, a partir de 10 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de janeiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 006/2017

PORTARIA Nº 006/ 2017

Remoção por Permuta

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art 31 da Lei nº 166/1999, revogado pelo Lei Complementar nº 21/2013 e arts. 69 - 71, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

REMOVER por Permuta a Servidora Pública Municipal RITA CASIANE KRICHINSKI, matrícula nº 7220, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível III (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), Referência A, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, com 20 (vinte) horas semanais, para a Escola Municipal de Educação Básica Agutí – Agutí, Município de Nova Trento, a partir de 10 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de janeiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 007/2017

PORTARIA Nº 007/ 2017

Remoção por Permuta

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art 31 da Lei nº 166/1999, revogado pelo Lei Complementar nº 21/2013 e arts. 69 - 71, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

REMOVER por Permuta a Servidora Pública Municipal NEIDE INÊS BOSO CADORIN, matrícula nº 1093, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professora, Nível IV, Referência I, (Ensino Fundamental – Ciências), lotada na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho – Claraíba, com 15 (quinze) horas semanais, para a Escola Municipal de Educação Básica Agutí – Agutí, Município de Nova Trento, a partir de 10 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de janeiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 008/2017

PORTARIA Nº 008/ 2017

Remoção por Permuta

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art 31 da Lei nº 166/1999, revogado pelo Lei Complementar nº 21/2013 e arts. 69 - 71, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

REMOVER por Permuta a Servidora Pública Municipal FERNANDA PIAZZA, matrícula nº 7043, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor Nível III (Ensino Fundamental – Ciências), Referência A, lotada na Escola Municipal de Educação Básica Agutí – Agutí, com 15 (quinze) horas semanais, para a Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho – Claraíba, Município de Nova Trento, a partir de 10 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de janeiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 009/2017

PORTARIA Nº 009/ 2017

Remoção por Permuta

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art 31 da Lei nº 166/1999, revogado pelo Lei Complementar nº 21/2013 e arts. 69 - 71, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

REMOVER por Permuta a Servidora Pública Municipal ROSIMAR DARÓS, matrícula nº 185, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível IV (Educação Infantil – Pré Escolar), Referência N, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada com 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, e 20 (vinte) horas semanais no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi – Centro, permutando 20 (vinte) horas semanais da Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, para a Escola Municipal de Educação Básica Agutí – Agutí, Município de Nova Trento, a partir de 10 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de janeiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 010/2017

PORTARIA Nº 010/ 2017

Remoção por Permuta

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art 31 da Lei nº 166/1999, revogado pelo Lei Complementar nº 21/2013 e arts. 69 - 71, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

REMOVER por Permuta a Servidora Pública Municipal LUANA DARRÓS, matrícula nº 6554, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível III (Educação Infantil – Pré Escolar), Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada com 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Agutí – Agutí, e 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, permutando 20 (vinte) horas semanais da Escola Municipal de Educação Básica Agutí – Agutí, para a Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, a partir de 10 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de janeiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 011/2017

PORTARIA Nº 011/ 2017

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR o Servidor Público Municipal ADÉRICO EDÍLIO DALRI, matrícula nº 72, efetivo no cargo de Provimento Efetivo de Contador, do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Administração e Finanças, com 40 (quarenta) horas semanais,

atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 16 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de janeiro de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

PORTARIA Nº 012/2017

PORTARIA Nº 012/ 2017

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR como Servidor Público Municipal JUCELINO MARINO CHINI, matrícula nº 7272, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Administração e Finanças, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 16 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 16 de janeiro de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

PORTARIA Nº 013/2017

PORTARIA Nº 013/ 2017

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a Servidora Pública Municipal JULIA CAROLINA VARGAS, matrícula nº 7175, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto de Saúde, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir de 16 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de janeiro de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 014/2017

PORTARIA Nº 014/ 2017

Dispõe sobre Exoneração e Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o Servidor Público Municipal ADAUTON RAULINO, matrícula nº 3057, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 16 de janeiro de 2017.

Art. 2º – NOMEAR o Servidor Público Municipal ADAUTON RAULINO, matrícula nº 7273, para atuar no cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto de Saúde, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 16 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de janeiro de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 015/2017

PORTARIA Nº 015/ 2017

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR o Servidor Público Municipal CARLOS TARCISIO BATISTTI, matrícula nº 60, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor do SAMAE, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Servidores Comissionados da Administração Direta do SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto), Município de Nova Trento, a partir de 16 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de janeiro de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 016/2017

PORTARIA Nº 016/ 2017

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, e de conformidade com o art. 3º, da Lei nº 1.136, de 04/07/91, alterada pela Lei Complementar nº 005/2001, de 13/03/2001 e os arts. 17, inciso II, e 19 da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR o Servidor Público Municipal IVÃ ALESSANDRO FRANZOI, matrícula nº 55, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Escriturário, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretor do SAMAE, Nível 1004-CC-01, com 40 (quarenta) horas semanais, pertencente ao quadro de cargos comissionados da Administração Direta do SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto), Município de Nova Trento, a partir de 16 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 16 de janeiro de 2017.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças**PORTARIA Nº 019/2017**

PORTARIA Nº 019/ 2017

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR como Servidor Público Municipal JOSEMAR GUILHERME FRANZOI, matrícula nº 7274, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 16 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 16 de janeiro de 2017.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças**PORTARIA Nº 020/2017**

PORTARIA Nº 020/ 2017

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR como Servidor Público Municipal AGILSON PEREIRA, matrícula nº 7271, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Serviços Descentralizados, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 16 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 16 de janeiro de 2017.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças**PORTARIA Nº 021/2017**

PORTARIA Nº 021/ 2017

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR o Servidor Público Municipal SAULO ROBERTO VOLTOLINI, matrícula nº 4465, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 16 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de janeiro de 2017.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças**PORTARIA Nº 022/2017**

PORTARIA Nº 022/ 2017

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, e de

conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR como Servidor Público Municipal VICTOR ALISSON GOMES, matrícula nº 7275, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 16 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 16 de janeiro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 023/2017

PORTARIA Nº 023/ 2017

Concede Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, e de acordo com o art. 102, da Lei Municipal nº 1.207/92, de 30/08/1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio ao Servidor Público Municipal MARIANO LUIZ TOMASI, matrícula nº 203, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Biólogo, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal Efetivo deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 15 (quinze) dias, relativo ao período aquisitivo de 07/02/2000 a 02/09/2005, a contar de 16 de janeiro de 2017 a 30 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de janeiro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 024/2017

PORTARIA Nº 024/ 2017

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR o Servidor Público Municipal WILSON DALBOSCO, matrícula nº 7107, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário,

com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal Comissionado deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 16 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de janeiro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 026/2017

PORTARIA Nº 026/ 2017

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR como Servidora Pública Municipal DEIZE CARMEM MORESCO, matrícula nº 7278, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto de Assistência Social e Habitação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 16 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 16 de janeiro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 027/2017

PORTARIA Nº 027/ 2017

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 004/2017, de 12/01/2017 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, de 24/05/2015, KATIA MARIA VENTURA BERNARDO, matrícula nº 7279, no Cargo de Provimento Efetivo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, e EMPOSSAR em 16 de janeiro de 2017.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, a partir de 16 de janeiro de 2017.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de janeiro de 2017.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO Nº 002/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 002/2017 – Pregão Presencial nº 001/2017
Objeto: Contratação de serviços de Transporte Escolar para cobertura da Zona Urbana e Rural de nosso município para o exercício de 2017.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 02/02/2017 até as 09:00 horas. Abertura: 02/02/2017 até as 09:00 horas. Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO Nº 003/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 003/2017 – Pregão Presencial nº 002/2017
Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos leves, pesados e semipesados da frota do Município de Nova Trento, e fornecimento de peças e acessórios genuínos e originais da marca do veículo, exceto mangueira hidráulica e seus componentes; compreendendo os serviços de mecânica em geral, parte elétrica, soldas, estofamento, lanterneiro, pintura, alinhamento e balanceamento, torneria, sistema de molas, escapamentos, radiadores, suspensão, sistema de freios, colagem de pneus, bem como, retífica de motores e bomba e outros serviços afins, necessários ao completo e perfeito funcionamento dos veículos e máquinas, prestação de serviços.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 06/02/2017 até as 09:00 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 –

e-mail compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO Nº 004/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017 - SRP Nº 002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 004/2017 – Pregão Presencial nº 003/2017 – SRP nº 002/2017

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada em instalação, manutenção e conserto de condicionadores de

ar, tipo Split e Janela, para atender as necessidades da Prefeitura de Nova Trento e demais unidades Gestoras, com a prestação dos serviços de suporte e assistência técnica, incluindo mão de obra, peças, serviços, ferramentas, materiais de consumo e materiais de reposição imediata, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 07/02/2017 até as 09:00 horas. Abertura: 07/02/2017 as 09:00 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: www.novatreto.sc.gov.br e-mail: compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

PROCESSO Nº 005/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017 - SRP Nº 003/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 005/2017 – Pregão Presencial nº 004/2017 – Registro de Preços Nº 003/2017

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição parcelada de ar-condicionado, para o município de Nova Trento, devidamente instalados, em quantidades e especificações constantes do Anexo I.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 08/02/2017 até as 09:00 horas. Abertura: 08/02/2017 – 09:05 Horas

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 / 3267.3211 - E-mail: compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

SAMAE - Nova Trento**CONTRATO Nº 00005/2017 - DISOLETE MARIA MEURER**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356

C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Data da Assinatura:02/01/2017

Data da Publicação no Diário Oficial: 02/01/2017

Vigência:02/01/2017 a 31/12/2017

Dotação	Orçamentária	13.01	17.122.0004
2.034.3.3.90.00.00.00.00.00			

Número do Empenho: 7/2017

Valor: 19.332,00 (Dezenove mil, trezentos e trinta e dois reais)

Forma de Pagamento: 5º dia Útil após Emissão NF

Resumo dos Instrumentos de Contrato JANEIRO/2017

Contrato: DISOLETE MARIA MEURER

CPF:981.414.659-53

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número do Contrato ou Aditivo: Nº 00005/2017

Fundamento Legal: 8666/93

Objeto: LOCAÇÃO DE UMA AREA E NÃO DEMARCADA INCRAVADO NA AREA MAIOR, ONDE SE ENCONTRA EM OPERAÇÃO NA RUA LUIZ BUSNARDO, S/Nº, BAIRRO CASCATA, O RESERVATÓRIO DE AGUA DESTE SAMAE QUE DISTRIBUI AGUA PARA OS BAIRROS DA CASCATA, ESPRAIADO E VIGOLO E MAIS A ESTRADA QUE DA ACESSO AO RESERVATÓRIO, PODENDO TRANSITAR PARA OS DEVIDOS REPAROS E MANUTENÇÃO DO RESERVATÓRIO, PELO PRAZO DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DO PRESENTE CONTRATO, OU SEJA COM INICIO EM 02.01 Á 31.12.2017.

Data da Assinatura: 01/01/2017

Data da Publicação no Diário Oficial:02/01/2017

Vigência: 02/01/2017 a 31/12/2017

Dotação	Orçamentária:	15.02	17.512.0004
2.035.3.3.90.36.15.00.00.00			

Numero do Empenho: 6/2016

Valor: 3.648,00 (Três mil, seiscentos e quarenta e oito reais)

Forma de Pagamento: 5º dia Útil

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE**CONTRATO Nº 00006/2017 - LASKE & FEYH SOCIEDADE SIMPLES DE ADVOCACIA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356

C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Data da Assinatura: 02/01/2017

Data da Publicação no Diário Oficial:02/01/2017

Vigência: 02/01/2017 a 03/04/2017

Dotação	Orçamentária	13.01	17.122.0004
2.034.3.3.90.00.00.00.00.00			

Numero do Empenho:8 /2017

Valor 4.446,00 (Quatro mil quatrocentos e quarenta e seis reais)

Forma de Pagamento: 5º dia Útil

Resumo dos Instrumentos de CONTRATO JANEIRO/2017

Contrato: LASKE & FEYH SOCIEDADE SIMPLES DE ADVOCACIA

CNPJ:00.532.330/0001-28

Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços

Número do Contrato: Nº 00006/2017

Termo do Primeiro Aditivo ao Contrato: Nº 000016/2016

Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: Prestação dos seguintes Serviços Técnicos Profissionais de Advocacia e Consultoria Jurídica Especializada na Área de Saneamento Básico, para atender no mínimo o descrito a seguir: Exercer o mandato para o foro e extra foro, outorgado pelo SAMAE, obrigando-se especificamente, durante a vigência do contrato, a patrocinar os interesses do SAMAE perante todas as instância judiciais, em qualquer juízo ou tribunal, em ações que figure como autor, réu, assistente ou oponente,

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE**CONTRATO Nº 00007/2017 - DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇO LTDA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356

C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de Contrato JANEIRO/2017

Contrato: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇO LTDA

CNPJ: 08.640.413/0001-42

Modalidade: Convite p/ Compras e Serviço

Número do Contrato: Nº 00007/2017

Termo do Quarto Aditivo ao Contrato: Nº 000016/2013

Processo nº 008/2013

Fundamento Legal: 8666/93

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMPANHAMENTO E SUPORTE TECNICO NOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE, TESOURARIA, PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO, COMPRAS, LICITAÇÕES, RECURSOS HUMANOS, E-SFINGE, (UNIDADE GESTORA E OBRAS), RAIS, DIRF, SEFIP, DCTF, SISTN, PATROMONIO, PROTOCOLO, TRANSPARENCIA E ALMOXARIFADO, SISTEMAS UTILIZADOS NESTA AUTARQUIA, DURANTE EXERCICIO DE 2017.

Data da Assinatura: 02/01/2017

Data da Publicação no Diário Oficial:02/01/2017

Vigência: 02/01/2017 a 03/04/2017

Dotação	Orçamentária	13.01	17.122.0004
2.034.3.3.90.00.00.00.00.00			

Numero do Empenho:8 /2017

Valor 4.446,00 (Quatro mil quatrocentos e quarenta e seis reais)

Forma de Pagamento: 5º dia Útil

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO Nº 00008/2017 - LOGPRO SISTEMAS ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIROS LTDA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356

C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de CONTRATO JANEIRO/2017

Contrato: LOGPRO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIROS LTDA

CNPJ:17.211.866/0001-44

Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços

Número do Contrato: Nº 00008/2017

Termo do Primeiro Aditivo ao Contrato: Nº 00008/2016

Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: Locação de SOFTWARE DE GESTÃO COMERCIAL E OPERACIONAL, na área de saneamento (água, esgoto), não exclusivo, com acesso simultâneo e ilimitado de usuários, tendo como principais módulos: Atendimento ao público, micromedição, faturamento, cobrança, arrecadação, segurança, relatórios, cadastro, leitura e impressão simultânea, integração.

Serviço de implantação do sistema conversão do banco de dados, treinamento dos usuários, parametrizações, serviços técnicos pós implantação, para uso do SAMAE/SC.

Data da Assinatura:02/01/2017

Data da Publicação no Diário Oficial: 02/01/2017

Vigência:02/01/2017 a 31/12/2017

Dotação	Orçamentária	13.01	17.122.0004
2.034.3.3.90.00.00.00.00.00			

Número do Empenho: 9/2017

Valor: 29.480,00 (Vinte e nove mil quatrocentos e oitenta reais)

Forma de Pagamento: 5º dia Útil após Emissão NF

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE**CONTRATO Nº 00009/2017 -LETICIA MINELLA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356

C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de CONTRATO JANEIRO/2017

Contrato: LETICIA MINELLA

CPF: 006.167.979-82

Modalidade: MENOR PREÇO POR ITEM

Número do Contrato: Nº 00009/2017

Processo nº: 11/2015

Termo do Primeiro Aditivo ao Contrato: 00009/2016

Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: Contratação de Serviços de controle técnico e químico da água produzida e fornecida aos consumidores do Município de Nova Trento, Santa Catarina devendo ser prestados nas dependências da Contratante, e prestar orientação e assessoria aos servidores da ETA do Sistema abastecimento de água e tratamento de Esgoto. SAMAE de Nova Trento/SC.

Data da Assinatura: 02/01/2017

Data da Publicação no Diário Oficial: 02/01/2017

Vigência: 02/01/2017 a 31/12/2017

Dotação Orçamentária: 15.01 17.512.0004 2.035.3.3.90.36.06.00 .00.00.00.00

Número do Empenho:10 /2017

Valor: 13.040,00 (Treze mil e quarenta reais)

Forma de Pagamento: 5º dia Útil após Emissão NF

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO DO PL Nº 008/17-CV Nº 002/17

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2017 – CONVITE Nº 002/2017 - MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE (SEQUENCIA 01).

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na seleção de propostas para AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) CARRETA AGRÍCOLA BASCULANTE, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 6 TONELADAS, PARA USO NO PROGRAMA DE SILAGEM DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos. Que no dia de sua realização 18/01/2017 às 09:00 horas, que houve a participação da seguinte empresa convidada: RISSI REPRESENTAÇÕES LTDA, as demais empresas convidadas AGROCESAR EQUIPAMENTO AGRÍCOLAS LTDA ME E AGRONOMICA NEGOCIOS RURAIS não apresentaram envelopes com a documentação. As empresas que se auto convidaram sendo elas: AGROHORIZONTE LTDA EPP e LD AGROPECUARIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EIRELI ME. Após análise da documentação das empresas participantes do certame, constatou-se que as empresas restaram HABILITADAS pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital. Como as empresas AGROHORIZONTE LTDA EPP e LD AGROPECUARIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EIRELI ME não apresentaram declaração de Desistência de Recurso da fase de Habilitação a CPL decide pela abertura de prazo legal conforme a Lei 8.666/93 Art.109, parágrafo 6º, caso não haja manifestação expressa das partes dos representantes das empresas a CPL já deixa definido a nova data para abertura de nova sessão publica para abertura do envelope das propostas de preço, sendo nova data no dia 23.01.2016 as 14:00horas.

Novo Horizonte (SC), em 18 de Janeiro de 2017.
Comissão Permanente de Licitação

AVISO DO RESULTADO DO PL FMS Nº 003/17-PR Nº 001/17

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE
AVISO DE RESULTADO DO
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 003/2017
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 001/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial FMS nº 001/2017 – que tem como objeto a seleção de propostas para: aquisição de combustíveis para abastecimento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde de Novo Horizonte/SC, para o exercício de 2017, conforme quantitativos, especificações e condições descritas neste edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 19/01/2017 às 09:00 hs, que teve como única empresa participante a saber: FELIPE B. BOTTEGA ME (1338). Sendo a empresa vencedora com valor por litro do item 01 – R\$ 3,12, para o item 02 – R\$ 3,92 e para o item 03 – R\$ 3,29, totalizando o valor da licitação em R\$ 71.590,00 (Setenta e um mil quinhentos e noventa reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: a proposta da empresa vencedora satisfaz as exigências do edital; a empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro a empresa acima mencionada como Vencedora do Pregão Presencial FMS Nº 001/2017.

Novo Horizonte/SC, em 19 de Janeiro de 2017.

RICHARDSON BATISTI
Pregoeiro

DECRETO Nº 2.296, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 2.296, de 16 de janeiro de 2017.

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO 2017 e dá outras providências.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 543 de 01 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1o – Fica aberto crédito adicional suplementar por Superávit Financeiro do Exercício anterior no orçamento vigente, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), relativos a recursos ordinários assim consignados:

30.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

30.01 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES

Atividade 2.019 – Manutenção da DME

Elemento de Despesa – 4.4.90-00.1.0000 aplicações diretas
.....R\$ 5.000,00

Art. 2o – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3o – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC

Em 17 de janeiro de 2017.

Vanderlei Sanagiotto

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Richardson Batisti

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 2.297, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 2.297, de 19 de janeiro de 2017.

NOMEIA COMISSÃO PARA acompanhamento do processo seletivo 001/2017 e dá outras providências

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1o – Fica nomeada comissão para acompanhamento do Processo Seletivo 001/2017, do Município de Novo Horizonte, composta pelos seguintes membros:

SOLANGE FRANZOSI
Membro

JUAREZ ZILLI
Membro
NAUDIR CADORE
ILMAR L. SALM
Membro
JONAS MURARO
Membro

Membro

Parágrafo Único – caso qualquer dos membros ora nomeados venha a ter parentes inscritos no Processo Seletivo e no Concurso Público, o membro fica automaticamente excluído da Comissão.

Art. 2º - A Comissão tem a incumbência de acompanhar o Processo Seletivo 001/2017, prezando pela transcorrência deste em conformidade com os dispositivos legais da Administração Pública, velando pela transparência, equidade, moralidade e seguridade do mesmo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte – SC. Em 19 de janeiro de 2017.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal.

Registre-se

Publique-se

Richardson Batisti

Secretário de Administração e Fazenda

EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 002/2017

EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 002/2017.

DETERMINA CHAMAMENTO PÚBLICO PARA INSCRIÇÃO DOS INTERESSADOS NO REGISTRO CADASTRAL DE FORNECEDOR DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE.

Em cumprimento ao que determina a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com suas alterações, torna público que, estão abertas as inscrições de interessados no Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Novo Horizonte para o fornecimento de materiais, serviços e obras. Os interessados deverão solicitar o seu registro cadastral de habilitação no Setor de Compras e Cadastros, da Secretária de Administração e Fazenda do Município, situado na Rua José Fabro, nº 01, mediante preenchimento do pedido de inscrição, e apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 1.1 cédula de identidade, no caso de pessoa física;
- 1.2 registro comercial, no caso de empresa individual;
- 1.3 ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 1.4 inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 1.5 decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2- REGULARIDADE FISCAL:

- 2.1 prova de inscrição no Cadastro de contribuintes estadual ou

municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.2 prova de regularidade para com as fazendas: Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do requerente, ou outra equivalente, na forma da lei;

2.3 certidão negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e a dívida ativa da União. Portaria Conjunta. RFP/PGFN nº1751 de 02 de outubro de 2014.

2.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

a) as certidões apresentadas deverão constar os prazos de validade; caso não venha especificado, considerar-se-á 90 (noventa) dias, contados a partir de sua emissão;

b) a empresa que apresentar inscrição provisória no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda, deverá encaminhar a definitiva antes do vencimento daquela. O certificado de registro cadastral será emitido com prazo provisório de 90 dias, contados a partir do carimbo de protocolo;

c) sempre que o Município julgar conveniente e oportuno, poderá exigir documentos complementares, na forma da legislação vigente, especialmente nos casos de inscrição, renovação, alteração, ou durante o prazo de validade da inscrição.

3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

3.1 registro ou inscrição na entidade profissional competente, se houver, ou declaração da própria empresa atestando a não existência de entidade profissional que regule as suas atividades, ficando sujeita às sanções cabíveis, no caso de falsa declaração;

3.2 comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o seu ramo de atividade, incluindo a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos

NOTAS

a) O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE RESERVA-SE NO DIREITO DE CADASTRAR SOMENTE MATERIAIS E/OU SERVIÇOS, DE ACORDO COM O SEU INTERESSE;

b) não poderão ser aceitos atestados de capacidade técnica emitidos por empresas que possuam ligações societárias com a empresa requerente;

c) a empresa será habilitada somente no(s) material(ais)/serviço(s) em que houver apresentado os atestados de capacidade técnica;

d) os atestados de capacidade técnica mencionados no subitem 3.2 deverão ser emitidos em papel timbrado, datado e assinado pela autoridade competente;

e) AS EMPRESAS DE OBRAS DEVERÃO APRESENTAR: certidão de registro e regularidade da proponente junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia –CREA/SC, dentro de seu prazo de validade. As proponentes que forem sediadas em outra jurisdição e, conseqüentemente inscritas no CREA de origem, deverão apresentar, obrigatoriamente, visto junto ao CREA do Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei nº 5.194, de 24.12.66, c/c art. 1º da Resolução nº 265, de 15.12.79 do CONFEA;

4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

4.1 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

4.2 certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

NOTAS

- a) a comprovação da boa situação financeira da empresa será feita pela Comissão de Licitação, após analisados os balanços;
- b) enquadrar-se-á automaticamente na classe "D", item 5, a empresa;
- I) impossibilitada de apresentar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis;

5 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

5.1 DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO:

- a) os documentos solicitados para o cadastramento deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em original, por qualquer processo de cópia autenticada ou publicação em órgão de imprensa oficial, devendo ser entregue no Setor de Compras e Cadastros da Secretaria de Administração e Fazenda, e terão seu tempo contado a partir do carimbo de protocolo;
- b) a documentação requerendo o certificado de registro cadastral, que não atenda ao Edital será devolvida, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do carimbo de protocolo;
- c) caso a documentação seja devolvida pelos correios, por qualquer motivo, o Setor de Compras guardará os documentos por um período não superior a 06 (seis) meses, após este período se reserva ao direito de eliminá-los;
- d) não será recebida documentação incompleta.

6.0 CADASTRAMENTO:

- a) todas as pessoas físicas e jurídicas para fins de cadastramento, sujeitar-se-ão às regras deste Edital;
- b) O Setor de Compras e Cadastros do Município de Novo Horizonte, prestará toda e qualquer informação complementar que se fizer necessária, através do telefone (049) 3362 0024:

6.1 REPRESENTANTE – caso a empresa possua representante, deverá apresentar:

- a) procuração da empresa representada, discriminando os poderes específicos para transacionar com o Município de Novo Horizonte;
- b) documentos relativos à personalidade do representante, sendo:

- I) cédula de identidade, no caso de pessoa física;
- II) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de pessoa jurídica.

6.2 VALIDADE DO REGISTRO CADASTRAL – o certificado cadastral deste Município poderá ser emitido em qualquer época do ano e terá validade de até 12 (doze) meses.

6.3 ALTERAÇÃO DO REGISTRO CADASTRAL – para modificações no Registro, a empresa cadastrada deverá encaminhar, mediante correspondência, o documento comprobatório para a devida alteração.

6.4 RENOVAÇÃO DO CADASTRO:

- a) para a renovação cadastral deverá ser apresentada toda a documentação exigida nos itens 1 a 4;
- b) quaisquer alterações cadastrais, tais como, fax, conta bancária, endereço, telefone, etc..., será de exclusiva responsabilidade da requerente, através de comunicação escrita ao Setor de Compras.

6.5 SUSPENSÃO – a inscrição poderá ser suspensa por prazo indeterminado, ou até que cessem as causas que a originaram, nos seguintes casos:

- a) inadimplência de obrigação contratual;
- b) recusa de assinatura em contrato sem plena justificativa.

6.6 CANCELAMENTO – será cancelada a inscrição, na forma da Lei, quando ocorrer os seguintes casos:

- a) desempenho insatisfatório continuado por faltas graves;

- b) prática de atos ilícitos e lesivos aos interesses da Administração Pública;
- c) decretação de falência;
- d) liquidação ou dissolução da empresa;
- e) ter sido declarada inidônea para licitar em qualquer esfera da Administração Pública, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

7 – DOS RECURSOS:

DOS ATOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO, CABEM:

- a) recurso, nos casos de indeferimento ou cancelamento do cadastro, interposto pelo interessado;
 - b) os recursos e as representações serão interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da divulgação do deferimento ou indeferimento do pedido de inscrição, o qual será efetivado por escrito, através dos seguintes meios:
 1. correspondência com aviso de recebimento (AR);
 2. publicação em jornal local;
 3. afixação da decisão de julgamento dos documentos no quadro do mural de aviso;
 4. transmissão através de fax com confirmação de recebimento.
 - c) o recurso ou representação deverá ser dirigido à autoridade superior, por intermédio da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-la devidamente informado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do carimbo de protocolo;
- Novo Horizonte, 17 de janeiro de 2017.
VANDERLEI SANAGIOTTO
Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

CONTRATO 12/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 12/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada.: ZOMER BERGER & CIA LTDA.

Valor : 19.920,00 (dezenove mil novecentos e vinte reais)

Vigência : Início: 18/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 10/2017

Recursos : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (70) Saldo: 736.084,79

Objeto : LOCAÇÃO DE 5 SALAS COMERCIAIS PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (CEJA)."

Orleans, 18 de Janeiro de 2017

JORGE LUIZ KOCH - PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 4/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS
EXTRATO CONTRATUAL

"Contrato Nº.: 4/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

Contratada.: ALDO DE LORENZI CANEVER

Valor : 15.696,00 (quinze mil seiscentos e noventa e seis reais)

Vigência : Início: 19/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2017

Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 2.368.558,10

Objeto : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE SAÚDE SÃO FRANCISCO NO BAIRRO NOVA ORLEANS."

Orleans, 19 de Janeiro de 2017

CONTRATO 2,3/2017 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS
EXTRATO CONTRATUAL

"Contrato Nº.: 2/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

Contratada.: RAFAEL BROGNOLI PALADINI

Valor : 14.076,00 (quatorze mil e setenta e seis reais)

Vigência : Início: 17/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2017

Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 2.485.924,00

Objeto : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE SAÚDE PADRE SANTOS SPRICIGO NO BAIRRO COLONINHA."

Orleans, 19 de Janeiro de 2017

PROCESSO 06/2017 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO Nº 6/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 4/2017

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE SAÚDE SÃO FRANCISCO NO BAIRRO NOVA ORLEANS.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada

Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 19 de Janeiro de 2017.

Luana Debiasi Mattei de Oliveira

Secretaria de Saúde

"Contrato Nº.: 3/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

Contratada.: SANTOS GALVAN NETO

Valor : 9.972,00 (nove mil novecentos e setenta e dois reais)

Vigência : Início: 17/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2017

Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 2.475.952,00

Objeto : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DO SAMU."

Orleans, 19 de Janeiro de 2017

Ouro

PREFEITURA

TA 05 114-2013

TERMO ADITIVO N. 05/2016 AO CONTRATO N. 114/2013

Processo Licitatório n. 0067/2013

Tomada de Preço n. 0001/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO

CONTRATADO: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: execução de pavimentação asfáltica.

ALTERAÇÃO: prorrogação.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: fundamentados na Lei 8.666/93.

VIGÊNCIA: 01/01/2017 até 28/12/2017.

DATA DE ASSINATURA: 30/12/2016.

Ouro Verde

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 0004/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0004/2017

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de aula de Karatê a crianças e adolescentes do Município de Ouro Verde/SC, carga horária 08 (oito) horas semanais. Conforme Edital. Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min do dia 02 de fevereiro de 2017. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 09h05min do dia 02 de fevereiro de 2017. Obtenção do Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de Licitações situado na Rua João Maria Conrado, nº. 425, Centro, na cidade de Ouro Verde – SC, fone (49) 3447-0007 ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br. Ouro Verde (SC), 19 de janeiro de 2017. Amelio Remor Junior Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 0005/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0005/2017

O Município de Ouro Verde, por intermédio do Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de aulas de violão e coral, para crianças, adolescentes, idosos, jovens e mulheres do Município de Ouro Verde em turno inverso ao da escola, carga horária de 08 horas semanais. Conforme Edital. Entrega dos Envelopes: Até as 10h30min do dia 02 de fevereiro de 2017. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 10h35min do dia de fevereiro de 2017. Obtenção do Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de Licitações situado na Rua João Maria Conrado, nº. 425, Centro, na cidade de Ouro Verde – SC, fone (49) 3447-0007 ou fone (49) 3447-0007 ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br. Ouro Verde (SC), 19 de janeiro de 2017. Amelio Remor Junior Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO E ADITIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 006/2017
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE
CONTRATADO: BR PROJ SOLUCOES LTDA ME
Objeto: Disponibilização do software BRGDe Web (Recebimento e Guarda de Documentos Eletrônicos – NFe, NFCe e CTe) doravante denominado simplesmente como SOLUÇÃO, de propriedade exclusiva da CONTRATADA, através do ambiente de Data Center, com acesso através de um portal na internet, com Suporte Técnico 8 X 5 e Manutenção.valor certo e ajustado de R\$:1.632,00 (Hum mil seiscentos e trinta e dois reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 03 de janeiro de 2017. AMÉLIO REMOR

JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO II DE PRAZO AO CONTRATO Nº0050/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE
CONTRATADO: VISOLI CONSTRUTORA LTDA - EPP
Objeto: constitui execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para construção da de Área Esportiva no Loteamento Cohab, Quadra de areia e academia ao ar livre, localizada na Rua B esquina com Rua F, Quadra 25 área de construção de 287,50 m²,. Vigência de 30/12/2016 a 30/03/2017. Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 28 de dezembro de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DE ADITIVO IV DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 0051/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE
CONTRATADO: VISOLI CONSTRUTORA LTDA - EPP
Objeto:Constitui execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para construção de Academia ao ar Livre na Avenida Pedro Biotto Sobrinho, Área de Construção 405,95, m²,. Vigência de 31/01/2017 á 30/03/2017. Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 17 de janeiro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DE CONVÊNIO Nº.001/2017
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E CARITATIVA – HOSPITAL REGIONAL SÃO PAULO
Objeto: Repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de serviços prestados no atendimento médico a população de Ouro Verde, no serviço de urgência/emergência e sobreaviso médico de 09 especialidades médicas, ambos com funcionamento integral (24 horas).Vigência de janeiro á dezembro de 2017.valor certo e ajustado de R\$:30.000,00 (trinta mil reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde,03 de janeiro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

Palhoça

CÂMARA MUNICIPAL

ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

ERRATA Nº 01/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TORNA PÚBLICO AS EMPRESAS INTERESSADAS EM PARTICIPAR DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

A Câmara Municipal de Palhoça torna público a alteração do Anexo I do Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 001/2017, que tem por objeto "aquisição de TELEVISORES DE LED DO TIPO SMART TV E FRIGOBARES, para a Câmara Municipal de Palhoça, conforme quantitativos e descrições técnicas constantes no anexo I, obedecendo a legislação vigente, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

AONDE SE LIA:

ANEXO I – Folhas 2

TERMO DE REFERÊNCIA

LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº 001/2017

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a aquisição de TELEVISORES DE LED DO TIPO SMART TV e FRIGOBARES, conforme segue descrição abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO	QUANTI-DADE
01	Televisor Smart TV de LED de 32 polegadas, resolução HD (1366 x 768p); conversor digital integrado; frequência de 120 Hz ou superior; potência de áudio mínima de 20W RMS; mínimo de 02 (duas) entradas HDMI e de 02 (duas) entradas USB; LAN; Wi-Fi integrado; saída de áudio digital (óptica); bivolt. Acompanha 01 (um) controle remoto, pilhas para o controle, 01 (um) cabo de força e manual de instalação. Garantia mínima: 12 meses.	17
	Suporte articulado para TV LCD LED PLASMA 3D 10 até 55 polegadas. Permite inclinação e rotação (3 movimentos). Ideal para salas, escritórios. Tipo de Suporte: Suporte de parede articulável e inclinável para visão frontal, lateral e superior. Tipo de Material: Aço Carbono. Cores: Preto. Tipo de Pintura: Pintura Eletrostática Furação Compatível: VESA: 50x50, 75x75, 100x100, 200x100, 200x200, 300 x 200, 300x300max.400x400mm . Conteúdo da Embalagem: Suporte para TV, hastes extensoras, manual, parafusos (M4X16mm, M6X20mm e M8X16mm) e buchas. Garantia: 05 anos.	17
	Refrigerador tipo frigobar, capacidade bruta entre 100 a 120 litros, cor branca, alimentação bivolt ou 220V, classificação "A" no Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Portaria INMETRO / MDIC número 20 de 01/02/2006) - Dimensões máximas (A86.2-L48.2-P51.9); Dimensões Mínimas (A 75- L43 – P 45) Garantia mínima: 12 meses.	11

AGORA DE LÊ:

ANEXO I – Folhas 2

TERMO DE REFERÊNCIA

LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº 001/2017

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a aquisição de TELEVISORES DE LED DO TIPO SMART TV e FRIGOBARES, conforme

segue descrição abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO	QUANTI-DADE
01	Televisor Smart TV de LED de 32 polegadas, resolução HD (1366 x 768p); conversor digital integrado; frequência de 120 Hz ou superior; potência de áudio mínima de 10W RMS; mínimo de 02 (duas) entradas HDMI e de 01 (uma) entrada USB; LAN; Wi-Fi integrado; saída de áudio digital (óptica); bivolt. Acompanha 01 (um) controle remoto, pilhas para o controle, 01 (um) cabo de força e manual de instalação. Garantia mínima: 12 meses.	17
	Suporte articulado para TV LCD LED PLASMA 3D 10 até 55 polegadas. Permite inclinação e rotação (3 movimentos). Ideal para salas, escritórios. Tipo de Suporte: Suporte de parede articulável e inclinável para visão frontal, lateral e superior. Tipo de Material: Aço Carbono. Cores: Preto. Tipo de Pintura: Pintura Eletrostática. Furação Compatível: VESA: 50x50, 75x75, 100x100, 200x100, 200x200, 300 x 200, 300x300max.400x400mm . Conteúdo da Embalagem: Suporte para TV, hastes extensoras, manual, parafusos (M4X16mm, M6X20mm e M8X16mm) e buchas específicas para parede Dry Wall. Garantia: 05 anos.	17
	Refrigerador tipo frigobar, capacidade bruta entre 100 a 120 litros, cor branca, alimentação bivolt ou 220V, classificação "A" no Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Portaria INMETRO / MDIC número 20 de 01/02/2006) - Dimensões máximas (A86.2-L48.2-P51.9); Dimensões Mínimas (A 75- L43 – P 45) Garantia mínima: 12 meses.	11

As demais condições e data de abertura vinculada ao respectivo edital permanecem inalteradas.

Palhoça, 19 de janeiro de 2017.

Cristiane A. da Silva

Presidente CPL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº078/2016**

TA N.º 078/2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º001/2016, CELEBRADO ENTRE A EMPRESA AVILA E BERLIM COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

Pelo instrumento de Termo Aditivo ao Contrato nº001/2016, que entre si celebram, o Fundo Municipal de Saúde de Palhoça, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Hilza Terezinha Pagani, nº 280 – Parque Residencial Pagani, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob nº 12.092.636/0001-90, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Saúde, Senhor ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa AVILA E BERLIM COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Atilio Pedro Pagani, s/n.º, lote 03, quadra 26, Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.617.197/0001-26, neste ato representada por seu Diretor Comercial, Senhor Angelo do Amaral Brasil, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato acima citado, firmado em 04/01/2016, tem justo e convencionado a seguinte mudança contratual:

CLÁUSULA I: Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Prestação de serviços nº 001/2016.

CLÁUSULA II: O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 01/01/2017.

CLÁUSULA III: O presente termo aditivo passa a fazer parte integrante do Contrato nº 001/2016.

CLÁUSULA IV: As demais cláusulas pactuadas no contrato permanecem inalteradas.

CLÁUSULA V: A despesa decorrente do presente Termo Aditivo correrá por conta do orçamento a seguir:

17.01.2.141.3.3.90.30.03.00.00

17.01.2.142.3.3.90.30.03.00.00

17.01.2.143.3.3.90.30.03.00.00

17.01.2.145.3.3.90.30.03.00.00

E, por assim estarem acordes, assinam as partes o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Palhoça, 22 de dezembro de 2016.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO Secretário Municipal de Saúde. Contratante	AVILA E BERLIM COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA CNPJ: 05.617.197/0001-26 Contratada
---	--

Palma Sola

PREFEITURA

AVISO DE LIC. PREGÃO Nº. 04/2017 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA E OUTROS - SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº. 04/2017.

Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Consumo, Material de Higiene e Limpeza e similares

Regimento: Lei 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n. 8.666, de 21.06.93 e, Decreto Municipal nº 026 de 05/09/2002

Entrega dos envelopes/CREDENCIAMENTO: das 07:00 h até às 13:00 h do dia 06/02/2017.

Abertura dos envelopes: às 08:00 h do dia 07/02/2017.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário normal de Expediente e/ou no site www.palmasola.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 19 de janeiro de 2017.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

DECRETO 007/2016

Decreto n. 007 de 16 de janeiro de 2017.

AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DE LOTE URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CLEOMAR JOSE MANTELLI, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com Inciso IX, do Art. 10, da Lei Orgânica e também no que dispõe a Lei Municipal n. 1505/2006, de 18 de Abril de 2006,

Decreta,

Art.1º. Fica autorizado o desmembramento de parte do lote urbano nº 12, da quadra nº 9 Loteamento Palmasola, no perímetro urbano da cidade de Palma Sola, com área de 500 m2 (quinhentos metros quadrados), conforme matrícula no Registro de Imóveis de Dionísio Cerqueira/SC., sob n. 5.199, do livro nº 2, de propriedade de MARIA CORDEIRO MACHADO, CPF nº 603.319.179-4, como segue:
CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL ÁREA TOTAL

ÁREA TOTAL: Parte Oeste do Lote Urbano nº 12 (doze), da Quadra nº 09 (nove), da cidade de Palma Sola/SC, com área de 500,00 m² (quinhentos metros quadrados), confrontando:

NORTE: com o lote nº 11 de Antônio Marcos Zanata, matrícula nº 4.961, medindo 25,00 metros;

SUL: com a Rua Barboza, medindo 25,00 metros;

LESTE: com o lote nº12.A de Ivomar Vendruscolo, matrícula nº14.391, medindo 20,00 metros;

OESTE: com o lote nº06 de Adriani S. Pagnoncelli ME, matrícula nº14.394, medindo 20,00 metros.

ÁREA DESMEMBRADA:

ÁREA 1 – Parte Oeste do Lote Urbano nº 12 (doze), da Quadra nº 09 (nove), da cidade de Palma Sola/SC que de ora em diante passa a denominar-se: Lote Urbano nº 12.C (doze. C), da Quadra nº09 (nove), da cidade de Palma Sola/SC com área de 160,00 m² (cento e sessenta metros quadrados), confrontando:

NORTE: com o lote nº 11 de Antônio Marcos Zanata, matrícula nº 4.961, medindo 8,00 metros;

SUL: com a Rua Barboza, medindo 8,00 metros;

LESTE: com o lote nº12.A de Ivomar Vendruscolo, matrícula nº14.391, medindo 20,00 metros;

OESTE: com o lote nº12.D, área remanescente de Maria Cordeira Machado, matrícula nº 5.199, medindo 20,00 metros.

ÁREA REMANESCENTE:

ÁREA 2 – Parte Oeste do Lote Urbano nº 12(doze), da Quadra nº 09 (nove), da cidade de Palma Sola/SC que de ora em diante passa a denominar-se: Lote Urbano nº 12.D (doze.D), da Quadra nº 09 (nove), com área de 340,00 m² (trezentos e quarenta metros quadrados), confrontando:

NORTE: com o lote nº 11 de Antônio Marcos Zanata, matrícula nº 4.961, medindo 17,00 metros;

SUL: com a Rua Barboza, medindo 17,00 metros;

LESTE: com o lote nº 12.C, área desmembrada, medindo 20,00 metros;

OESTE: com o lote nº06 de Adriani S. Pagnoncelli ME, matrícula nº14.394, medindo 20,00 metros.

Art. 2º As despesas de escrituras, registros e demais atos afins e atinentes às transferências dos imóveis correrão por conta de seus respectivos proprietários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,
em 16 de janeiro de 2017.

CLEOMAR JOSE MANTELLI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento

DECRETO 008/2017

Decreto n. 008 de 16 de janeiro de 2017.

CONVOCA CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO N. 001/2016, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE PALMA SOLA E DÁ OUTRAS

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Art.1º. Ficam convocados os abaixo relacionados, classificados no Processo Seletivo 001/2016, para comparecer na Prefeitura Municipal, munido da documentação exigida em edital, para preenchimento de vaga temporária, 40 horas semanais.

1- Isabel Cristina Miorando Luft – Agente de Combate às Endemias

Art. 2º. Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,
em 16 de janeiro de 2017.
CLEOMAR JOSE MANTELLI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 17 de janeiro de 2017.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento

DECRETO 009/2016

Decreto n. 009, de 16 de janeiro de 2017.

Convoca classificados no Processo Seletivo nº 001/2016, realizado pelo município de Palma Sola-SC e dá outras providencias.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Art.1º. Ficam convocados os abaixo relacionados, classificados no Processo Seletivo 001/2016, para comparecer na Prefeitura Municipal, munido da documentação exigida em edital, para preenchimento de vaga temporária, 40 horas semanais, sendo que a candidata chamada pelo Decreto 008/2017, fez desistência da vaga..

1- Danúbia Zanotto – Agente de Combate às Endemias

Art. 2º. Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,
em 16 de Janeiro de 2017.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento

DECRETO 010/2017

Decreto n. 010, de 17 de janeiro de 2017.

Convoca classificados no Processo Seletivo nº 001/2016, realizado pelo município de Palma Sola-SC e dá outras providencias.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Art.1º. Ficam convocados os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 001/2016, para comparecer na Prefeitura Municipal, munido da documentação exigida em edital, para preenchimento de vaga temporária, 40 horas semanais, sendo que a candidata chamada pelo Decreto 009/2017, fez desistência da vaga.

1- Jociane Sebre – Agente de Combate às Endemias

Art. 2º. Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres

PREFEITURA

DECRETO Nº 005/2017

DECRETO Nº. 005, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

“CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Municipal, 513/2005;

DECRETA:

Art. 1º- Fica designado os membros da Comissão de processo seletivo 001/2017, para a Contratação de servidores em caráter temporário para as Secretarias Municipais de Passo de Torres.

Presidente: Marinelma Gonçalves Scheffer;

Membro: Maria Aparecida da Silva Cardoso;

Membro: Janaina Silveira Scheffer.

Art. 2º- A designação de que trata este Decreto não dá ao designado qualquer direito remuneratório pelo exercício da função.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam- se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de janeiro de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de janeiro de 2017.

Márcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE DISPENSA 04/2017

Câmara de Vereadores de Passo de Torres

Dispensa de Licitação 04/2017

Objeto: locação de sistemas para Legislação pública compreendendo, GERENCIADOR DE DOCUMENTOS, PORTAL WEB CÂMARA E PROTOCOLO, A prestação de serviços técnicos especializados compreendendo: Configuração e parametrização conforme procedimentos da Câmara; Treinamento para os servidores responsáveis pela utilização dos sistemas; Suporte técnico, quando solicitado; Manutenção legal e corretiva durante o período contratual.

Contratado: SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA ME

CNPJ: 24.092.271/0001-82

Valor R\$ 7.680,00 (sete mil seiscentos e oitenta reais)

Passo de Torres, 19 de janeiro de 2017.

Altemir Catel Cardoso

Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres

Paulo Lopes

PREFEITURA

PORTARIA Nº 069/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 069/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Joelma Maria das Graças Marques, brasileira, portadora do CPF nº 029.724.319-52, matrícula nº 11310, para ocupar o Cargo em Comissão de Assessor de Serviços da Saúde, com lotação na Secretaria de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, 10 de Janeiro de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 070/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 070/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR E DAR POSSE a Conselheira Tutelar, Laísa Rodrigues Izaguirres, brasileira, CPF nº 075.748.269-43, Matrícula nº 11311, em caráter temporário no período de 12/01/2017 à 15/06/2017 conforme ofício CT nº 002/2017 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 12 de janeiro de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.467.600,00	18.467.600,00	4.819.257,24	26,10	20.155.663,62	109,14	-1.688.063,62
RECEITAS CORRENTES	16.467.600,00	16.467.600,00	3.948.567,90	23,98	17.683.120,02	107,38	-1.215.520,02
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.625.000,00	1.625.000,00	236.287,83	14,54	1.639.039,26	100,86	-14.039,26
IMPOSTOS	1.310.000,00	1.310.000,00	225.397,23	17,21	1.369.033,44	104,51	-59.033,44
TAXAS	315.000,00	315.000,00	10.890,60	3,46	270.005,82	85,72	44.994,18
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	500.000,00	500.000,00	100.610,98	20,12	616.007,55	123,20	-116.007,55
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	500.000,00	500.000,00	100.610,98	20,12	616.007,55	123,20	-116.007,55
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	47.765,08	0,00	358.353,59	0,00	-358.353,59
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	47.765,08	0,00	358.353,59	0,00	-358.353,59
RECEITA DE SERVIÇOS	20.000,00	20.000,00	525,63	2,63	16.178,16	80,89	3.821,84
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.810.600,00	13.810.600,00	3.533.203,59	25,58	14.806.252,73	107,21	-995.652,73
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.810.600,00	13.810.600,00	3.533.203,59	25,58	14.806.252,73	107,21	-995.652,73
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	512.000,00	512.000,00	30.174,79	5,89	247.288,73	48,30	284.711,27
MULTAS E JUROS DE MORA	127.000,00	127.000,00	13.933,49	10,97	103.656,32	81,62	23.343,68
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	921,87	3,69	24.078,13
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	160.000,00	160.000,00	16.241,30	10,15	142.710,54	89,19	17.289,46
RECEITAS DIVERSAS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.000.000,00	2.000.000,00	870.689,34	43,53	2.472.543,60	123,63	-472.543,60
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000.000,00	2.000.000,00	441.368,00	22,07	811.904,42	40,60	1.188.095,58
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.000.000,00	2.000.000,00	441.368,00	22,07	811.904,42	40,60	1.188.095,58
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	315.400,00	0,00	-315.400,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	315.400,00	0,00	-315.400,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	429.321,34	0,00	1.345.239,18	0,00	-1.345.239,18
TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	0,00	0,00	429.321,34	0,00	1.345.239,18	0,00	-1.345.239,18
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	18.467.600,00	18.467.600,00	4.819.257,24	26,10	20.155.663,62	109,14	-1.688.063,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Contratual						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	18.467.600,00	18.467.600,00	4.819.257,24	26,10	20.155.663,62	-1.688.063,62
DÉFICIT (VI)						
TOTAL VI = (V + VI)						
	—	—	—	—	—	—
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)						
Superávit Financeiro	—	1.727.769,42	—	—	1.532.220,43	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	1.727.769,42	—	—	1.532.220,43	—
	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	18.467.600,00	22.033.951,60	2.879.480,68	20.494.242,93	1.538.708,67	4.593.665,20	18.797.190,88	3.236.760,72	18.588.911,61	1.697.052,05
DESPESAS CORRENTES	14.610.100,00	15.322.610,42	2.641.190,97	14.871.588,07	451.022,35	3.100.917,11	14.864.544,99	458.065,43	14.691.566,31	7.043,08
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.638.000,00	9.080.700,00	1.943.901,72	8.906.378,06	172.321,94	1.943.901,72	8.908.378,06	172.321,94	8.788.236,40	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.000,00	2.000,00	208,00	1.230,13	769,87	208,00	1.230,13	769,87	1.230,13	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.970.100,00	6.239.910,42	697.081,25	5.961.979,88	277.930,54	1.156.807,39	5.954.936,80	284.973,62	5.902.068,78	7.043,08
DESPESAS DE CAPITAL	3.847.500,00	6.701.341,18	238.289,71	5.622.654,86	1.078.686,32	1.492.748,09	3.932.645,89	2.768.695,29	3.897.343,30	1.690.008,97
INVESTIMENTOS	3.449.500,00	6.303.341,18	209.682,63	5.224.654,86	1.078.686,32	1.464.141,01	3.534.645,89	2.768.695,29	3.499.343,30	1.690.008,97
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	398.000,00	398.000,00	28.607,08	398.000,00	0,00	28.607,08	398.000,00	0,00	398.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	18.467.600,00	22.033.951,60	2.879.480,68	20.494.242,93	1.538.708,67	4.593.665,20	18.797.190,88	3.236.760,72	18.588.911,61	1.697.052,05
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 33

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	18.467.600,00	22.033.951,60	2.879.480,68	20.494.242,93	1.539.708,67	4.593.665,20	18.797.190,88	3.236.760,72	18.588.911,61	1.697.052,05
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.358.472,74	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	18.467.600,00	22.033.951,60	2.879.480,68	20.494.242,93	—	4.593.665,20	20.155.663,62	—	18.588.911,61	1.697.052,05

FONTE:

PAULO LOPES, 17/01/2017

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS Prefeito Municipal	LUCENI F. SILVANO FERMIANO Secretária de Finanças	LUCIANE FIRMINA SILVANO Diretora de Controle Interno
LUCENI F. SILVANO FERMIANO Contadora CRC/SC 35.664/O-1		

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO MÊS DE DEZEMBRO DE 2016**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO**
MES DE DEZEMBRO DE 2016

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	259.154,62
1.2 - ITBI	67.541,36
1.3 - ISS	822.996,07
1.4 - FPM	7.217.967,00
1.5 - IRRF	219.341,39
1.6 - ICMS	3.679.882,24
1.7 - IPI	52.569,42
1.8 - IPVA	691.398,99
1.9 - ITR	21.750,81
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	14.675,28
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	105.471,10
1.12 - Multas e Juros de Mora	58.458,02
TOTAL	13.211.206,30

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	3.302.801,58
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	2.658.990,02
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	15.283,58
2.3 - Convênios	1.213.191,37
TOTAL	7.190.266,55

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	2.335.648,75	2.236.432,84	-99.215,91
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	1.604.564,16	1.758.900,00	154.335,84
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	1.069.709,44	862.555,53	-207.153,91
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	967.152,83	1.748.183,29	781.030,46
3.5 - Convênios e Transferências	1.213.191,37	1.144.445,78	-68.745,59
TOTAL	7.190.266,55	7.750.517,44	560.250,90

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;
Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes e Bases.

Paulo Lopes, 18 de janeiro de 2017.

% APLICADO : 30,16%

Aplicado a menor : 681.814,56

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE MÊS DE DEZEMBRO DE 2016**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE****MÊS DE DEZEMBRO DE 2016**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	259.154,62
1.2 - ITBI	67.541,36
1.3 - ISS	822.996,07
1.4 - FPM	6.721.901,94
1.5 - IRRF	219.341,39
1.6 - ICMS	3.679.882,24
1.7 - IPI	52.569,42
1.8 - IPVA	691.398,99
1.9 - ITR	21.750,81
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	14.675,28
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	105.471,10
1.12 - Multas e Juros de Mora	58.458,02
TOTAL	12.715.141,24

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	1.907.271,19
2.2 - Rendimento de Aplicação	91.106,50
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	2.642.337,91
TOTAL	4.640.715,60

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	1.907.271,19	2.879.251,84	971.980,65
3.2 - Convênios e Transferências	2.733.444,41	1.561.783,19	-1.171.661,22
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL	4.640.715,60	4.441.035,03	-199.680,57

% aplicado = 22,64%
 Aplicado a maior = 971.980,65

Paulo Lopes, 18 de janeiro de 2017.

PREFEITO MUNICIPAL**CONTADOR****SECR. MUNIC. DA SAÚDE**

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.250.789,00	0,00
Pessoal Ativo	8.044.866,05	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	205.922,95	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	193.482,68	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	171.940,36	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	21.542,32	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	8.057.306,32	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.683.120,02	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	8.057.306,32	45,56
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.548.884,81	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	9.071.440,57	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	8.593.996,33	48,60

FONTE:

PAULO LOPES, 16/01/2017

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.250.789,00	0,00
Pessoal Ativo	8.044.866,05	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	205.922,95	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	193.482,68	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	171.940,36	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	21.542,32	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	8.057.306,32	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.683.120,02	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	8.057.306,32	45,56
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.548.884,81	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	9.071.440,57	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	8.593.996,33	48,60

FONTE:

PAULO LOPES, 16/01/2017

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA DOS RESTOS A PAGAR ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016 / QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)					
	(a)	(b)		(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Alienação de Bens	48.506,37	0,00		0,00	0,00	0,00	48.506,37	0,00	0,00
Alienação de Bens - Ex. Anterior	51.020,44	4.250,00		0,00	0,00	0,00	46.770,44	0,00	0,00
Convênio Bombeiros	44.873,94	0,00		0,00	0,00	0,00	44.873,94	0,00	0,00
Convênio de Trânsito - Civil - Exercício Anterior	16.737,77	0,00		0,00	0,00	0,00	16.737,77	0,00	0,00
Convênio de Trânsito - Militar - Exercício Anterior	3.637,77	0,00		0,00	0,00	0,00	3.637,77	0,00	0,00
Fundeb 40%	64.710,44	0,00	549,50		11.089,87	253,00	52.818,07	0,00	0,00
Fundeb 40% - Ex. Anterior	497,70	0,00	0,00		497,70	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	1.074,22	0,01	0,00		13.888,34	0,00	(12.814,13)	834.936,44	0,00
Recursos 25% - Ex. Anterior	221.000,00	0,00	0,00		0,00	0,00	221.000,00	221.000,00	0,00
Recursos da CIDE	6.475,22	0,00	0,00		0,00	0,00	6.475,22	0,00	0,00
Recursos da CIDE - Ex. Anterior	2.116,41	0,00	0,00		0,00	0,00	2.116,41	0,00	0,00
Recursos da COSIP - Ex. Anterior	47.135,35	0,00	0,00		0,00	0,00	47.135,35	0,00	0,00
Transferências de Recursos FNDE	39.769,02	0,00	0,00		414,24	0,00	39.354,78	0,00	0,00
Transferências de Recursos FNDE - Exercício Anterior	29.867,86	0,00	0,00		0,00	0,00	29.867,86	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Educação	3.532,63	0,00		1.072,08	664,00	0,00	1.796,55	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Educação - Ex. Anterior	138.726,40	0,00	0,00		0,00	0,00	138.726,40	0,00	0,00
Transferência de Convênios - União / Saúde	276.273,81	0,00	0,00		0,00	0,00	276.273,81	0,00	0,00
Transferência de Recursos - SUS	541.305,00	693,75	52.286,15		16.631,84	2.327,23	469.366,03	3.865,60	0,00
Transferência de Recursos - SUS - Ex. Anteriores	482.845,94	0,00	0,00		5.548,39	27,80	477.269,75	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Outros	798.785,06	52.371,69	21.539,59		390.565,80	1.329,17	332.978,81	372.087,11	0,00
Transferências de Convênios - Outros - Ex. Anterior	52.330,85	0,00	0,00		0,00	0,00	52.330,85	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Saúde - Ex. Anterior	208,63	0,00	0,00		0,00	0,00	208,63	0,00	0,00
Transferências de Recursos FNAS	89.892,62	0,00	190,00		1.576,18	0,00	88.126,44	0,00	0,00
Transferências de Recursos FNAS - Ex. Anterior	10,64	0,00	0,00		0,00	0,00	10,64	0,00	0,00
Transferências FUNDEB - 60%	12.274,62	582,61	8.370,01		0,00	3.322,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.973.608,71	57.898,06	84.007,33		440.876,36	7.259,20	2.383.567,76	1.431.889,15	0,00
Convênio de Trânsito - Civil	8.864,89	0,00	0,00		0,00	0,00	8.864,89	0,00	0,00
Convênio de Trânsito - Militar	9.546,48	439,00	0,00		0,00	0,00	9.107,48	348,00	0,00

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/2
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Convênio de Trânsito - Prefeitura	4.918,19	0,00	0,00	0,00	0,00	4.918,19	802,00	0,00
Recursos 15% Saúde	47.091,69	0,00	0,00	0,00	25.740,87	21.350,82	0,00	0,00
Recursos 15% Saúde	0,00	5.456,55	5.719,50	7.993,79	0,00	(19.169,84)	2.180,98	0,00
Recursos 25% Educação	218.111,12	96,89	26.641,42	1.484,00	9.746,01	180.142,80	180.142,80	0,00
Recursos da COSIP	1.109,13	0,00	0,00	0,00	0,00	1.109,13	0,00	0,00
Recursos Ordinários	849.105,03	8.803,52	51.507,47	31.089,07	78.495,51	679.209,46	81.668,24	0,00
Recursos Ordinários - Ex. Anterior	32.685,71	0,00	31.708,78	461,05	495,00	20,88	20,88	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.171.432,24	14.795,96	115.577,17	41.027,91	114.477,39	885.553,81	265.162,90	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	4.145.040,95	72.694,02	199.584,50	481.904,27	121.736,59	3.269.121,57	1.697.062,05	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	434.638,74	0,00	0,00	0,00	0,00	434.638,74	0,00	0,00

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

PAULO LOPES, 16/01/2017

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.951.354,33	2.076.447,92	2.076.159,16	2.488.775,70
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	318.015,96	443.398,31	443.398,31	856.303,61
Interna	318.015,96	443.398,31	443.398,31	856.303,61
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	1.631.510,81	1.631.510,81	1.631.510,81	1.631.510,81
Outras Dívidas	1.827,56	1.538,80	1.250,04	961,28
DEDUÇÕES (II)	3.015.514,52	3.606.326,41	3.531.215,98	3.877.907,47
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.734.151,70	4.414.854,90	4.347.059,18	4.159.129,84
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	718.637,18	808.528,49	815.843,20	281.222,37
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.064.160,19	-1.529.878,49	-1.455.056,82	-1.389.131,77
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	15.514.594,48	15.907.124,30	16.298.280,46	17.683.120,02
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	12,58%	13,05%	12,74%	14,07%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-6,86%	-9,62%	-8,93%	-7,86%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	18.617.513,38	19.088.549,16	19.557.936,55	21.219.744,02
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	16.755.762,04	17.179.694,24	17.602.142,90	19.097.769,62

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	318.015,96	443.398,31	443.398,31	856.303,61
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	31.750,08	31.750,08	31.750,08	31.750,08
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	31.750,08	31.750,08	31.750,08	31.750,08
Previdenciárias	31.750,08	31.750,08	31.750,08	31.750,08
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	286.265,88	411.648,23	411.648,23	824.553,53

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	143.746,71	171.208,21	144.544,96	121.736,59
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.123.919,94	2.915.348,72	3.408.484,57	2.178.956,32

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	352.736,08	393.885,84	412.465,45	434.638,74
Disponibilidade de Caixa Bruta	352.736,08	393.885,84	412.465,45	434.638,74
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-352.736,08	-393.885,84	-412.465,45	-434.638,74

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

PAULO LOPES, 16/01/2017

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

FONTE:

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
				% (b/Total b)			% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)									
Legislativa	18.467.600,00	22.033.951,80	2.879.480,68	100,00	1.539.706,67	4.593.665,20	18.797.190,88	3.236.760,72	1.697.052,05
Ação Legislativa	1.000.000,00	1.000.000,00	149.410,39	3,79	223.315,71	149.410,39	776.684,29	223.315,71	0,00
Administração	1.000.000,00	1.000.000,00	149.410,39	3,79	223.315,71	149.410,39	776.684,29	223.315,71	0,00
Administração Geral	2.733.000,00	2.810.000,00	472.506,25	13,44	2.754.275,13	589.405,93	2.752.671,43	57.328,57	1.603,70
Administração Financeira	2.227.000,00	2.314.000,00	359.838,62	11,02	55.641,84	472.042,00	2.257.058,16	56.941,84	1.300,00
Assistência Social	506.000,00	496.000,00	112.667,63	2,42	83,03	117.363,93	495.613,27	386,73	303,70
Assistência ao Idoso	403.000,00	457.000,00	88.622,85	1,91	64.699,99	118.326,51	392.300,01	64.699,99	0,00
Assistência Comunitária	15.000,00	15.000,00	7.500,00	0,04	7.500,00	1.250,00	7.500,00	7.500,00	0,00
Saúde	388.000,00	442.000,00	96.122,85	1,88	57.199,99	117.076,51	384.800,01	57.199,99	0,00
Atenção Básica	3.977.600,00	4.972.619,00	693.324,64	22,01	460.954,59	798.851,24	4.505.617,83	467.001,17	6.046,58
Educação	3.977.600,00	4.972.619,00	693.324,64	22,01	460.954,59	798.851,24	4.505.617,83	467.001,17	6.046,58
Educação Especial	4.909.000,00	5.877.571,42	887.733,80	28,13	111.627,71	1.452.051,90	5.364.800,91	512.770,51	401.142,80
Educação Infantil	3.913.000,00	4.143.071,42	605.881,51	19,71	103.014,92	799.832,39	3.638.913,70	504.157,72	401.142,80
Educação Especial	956.000,00	1.677.500,00	264.852,29	8,14	8.612,79	631.274,51	1.668.887,21	8.612,79	0,00
Cultura	40.000,00	17.000,00	57.000,00	0,28	0,00	20.945,00	57.000,00	0,00	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	69.000,00	46.500,00	11.929,10	0,23	386,67	11.929,10	46.113,33	386,67	0,00
Direitos da Cidadania	69.000,00	46.500,00	11.929,10	0,23	386,67	11.929,10	46.113,33	386,67	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	157.000,00	140.370,00	19.507,42	0,58	22.456,23	21.639,63	117.913,77	22.456,23	0,00
Urbanismo	1.102.000,00	1.043.500,00	99.341,76	4,96	27.313,31	207.077,91	1.016.186,69	27.313,31	0,00
Infra-Estrutura Urbana	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	1.010.000,00	953.000,00	82.394,01	4,55	20.605,99	190.130,16	932.394,01	20.605,99	0,00
Saneamento Básico Rural	91.000,00	90.500,00	16.947,75	0,41	6.707,32	16.947,75	83.792,68	6.707,32	0,00
Habituação	106.000,00	60.000,00	-0,10	0,29	19,50	29.990,20	59.990,50	19,50	0,00
Habituação Urbana	106.000,00	60.000,00	-0,10	0,29	19,50	29.990,20	59.990,50	19,50	0,00
Agricultura	351.000,00	574.048,00	84.232,10	2,19	125.421,64	97.485,75	448.626,36	125.421,64	0,00
Extensão Rural	351.000,00	574.048,00	84.232,10	2,19	125.421,64	97.485,75	448.626,36	125.421,64	0,00
Transporte	3.557.000,00	4.991.343,18	370.685,68	22,24	432.799,66	1.112.636,35	3.270.284,55	1.721.058,63	1.288.258,97
Transporte Rodoviário	3.557.000,00	4.991.343,18	370.685,68	22,24	432.799,66	1.112.636,35	3.270.284,55	1.721.058,63	1.288.258,97
Desporto e Lazer	93.000,00	51.000,00	2.186,79	0,22	4.988,79	4.860,29	46.011,21	4.988,79	0,00
Desporto Comunitário	93.000,00	51.000,00	2.186,79	0,22	4.988,79	4.860,29	46.011,21	4.988,79	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.467.600,00	22.033.951,60	2.879.480,68	20.494.242,93	1.539.708,67	4.593.665,20	18.797.190,88	3.236.760,72	1.697.052,05
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	18.467.600,00	22.033.951,60	2.879.480,68	20.494.242,93	1.539.708,67	4.593.665,20	18.797.190,88	3.236.760,72	1.697.052,05

FONTE:

PAULO LOPES, 17/01/2017

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretaria de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DE REGIME DE PREVIDÊNCIA ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL 2015 A 2089

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

PAULO LOPES , 17/01/2017

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
 Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SIL
 Diretora de Controle Int

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
 Contadora CRC/SC 35.664/O-1

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.516.822,27	1.839.409,89	1.514.116,02	1.453.640,15	1.605.597,51	1.567.452,23	1.588.839,39	1.467.027,40	1.386.147,52	1.515.090,85	1.673.876,95	2.586.559,68	16.919.552,86
RECEITA TRIBUTÁRIA	105.956,01	241.312,31	284.151,48	90.467,97	89.955,76	176.286,96	126.247,37	116.968,09	79.939,83	89.456,65	91.757,16	144.490,67	1.659.036,26
L.P.T.U.	2.150,46	107.458,43	99.873,01	10.096,12	6.466,86	4.308,55	5.378,92	5.883,03	5.028,36	4.652,30	4.539,60	3.320,98	225.000,00
I.R.R.F.	22.104,18	8.149,68	14.276,53	14.961,82	15.948,17	16.140,17	17.257,91	20.695,28	20.353,44	17.400,34	20.615,76	31.948,11	350.000,00
I.S.S.	63.318,49	55.610,61	78.955,94	42.123,97	48.526,11	115.737,53	91.112,40	77.016,48	48.904,13	59.236,23	58.172,48	84.090,30	822.995,07
I.T.B.I.	6.800,00	4.500,00	1.200,00	8.028,38	7.800,00	5.183,98	3.400,00	6.779,00	0,00	1.030,00	1.700,00	21.120,00	145.000,00
Outras Receitas Tributárias	11.592,88	65.383,59	89.845,00	15.657,68	11.214,62	34.916,33	9.098,14	8.604,30	5.654,90	7.137,78	6.789,32	4.121,28	315.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	499.613,12	50.896,67	50.900,03	54.540,38	52.911,28	50.179,62	54.432,21	50.890,49	50.338,85	50.321,72	51.536,29	49.074,69	500.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	8.893,04	42.527,84	36.117,79	41.641,37	25.678,53	38.077,84	29.770,64	32.155,81	29.809,14	25.916,51	20.591,85	27.173,22	368.953,59
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	195,45	689,63	1.332,97	82.021,01	87,62	663,33	686,36	1.470,54	1.220,22	1.151,40	525,63	0,00	20.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.338.111,89	1.477.613,97	1.106.712,28	1.294.136,47	1.419.939,87	1.263.042,31	1.363.144,38	1.246.169,81	1.209.269,66	1.332.573,61	1.700.505,60	2.349.566,72	16.032.000,00
Cota-Parte do FPM	521.721,09	663.119,35	396.716,85	471.611,14	627.129,00	518.110,14	574.515,35	465.640,82	378.821,49	459.849,52	638.998,98	1.311.543,46	7.217.967,00
Cota-Parte do ICMS	352.856,74	284.940,28	288.738,85	297.888,89	288.150,86	284.891,45	293.801,79	290.646,34	313.487,17	324.284,05	313.887,80	345.458,02	3.800.000,00
Cota-Parte do IRVA	25.401,23	48.150,69	70.134,67	73.497,62	70.065,74	79.930,57	76.324,02	76.191,16	61.104,55	50.505,94	40.355,05	19.126,45	726.000,00
Outras Transferências Correntes	200.033,03	275.625,66	143.207,55	174.779,22	211.223,37	188.141,54	207.435,58	202.866,30	237.331,41	233.685,14	254.798,42	393.325,56	6.000,00
Transferências da LC 61/1989	5.511,51	4.256,56	4.155,73	4.264,15	4.842,26	2.890,59	3.915,36	3.956,05	4.332,12	4.578,83	4.785,23	5.091,03	2.325.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.222,94	1.222,94	1.222,94	1.222,94	1.222,94	1.222,94	1.222,94	2.445,88	2.445,88	1.222,94	2.445,88	-2.445,88	15.000,00
Transferências do FUNDEB	231.274,76	210.298,28	201.025,48	210.744,77	217.170,70	208.014,73	206.922,80	206.222,46	210.760,30	240.138,60	243.773,60	273.643,54	2.600.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.081,76	26.389,47	34.865,47	24.641,75	19.856,11	35.437,51	14.556,43	15.403,65	15.380,82	15.470,96	13.920,41	16.254,38	512.000,00
DEDUÇÕES (II)	181.390,61	198.337,77	152.495,67	163.722,48	193.288,95	177.376,35	150.181,38	167.815,75	152.235,40	171.749,75	240.396,51	276.482,22	2.221.400,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	181.390,61	198.337,77	152.495,67	163.722,48	193.288,95	177.376,35	150.181,38	167.815,75	152.235,40	171.749,75	240.396,51	276.482,22	2.221.400,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.335.431,66	1.641.072,12	1.361.620,35	1.289.917,67	1.407.308,56	1.390.069,88	1.438.658,01	1.299.211,65	1.233.912,12	1.343.341,10	1.433.480,44	2.310.077,46	16.467.200,00

FONTE:

PAULO LOPES, 17/01/2017

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCIEN F. SILVANO FERMIANO
Secretaria de Finanças

LUCIENE FERMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

LUCIEN F. SILVANO FERMIANO
Controlador GRCSC 35364/O-1

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	15.514.594,48	15.907.124,30	16.298.280,46	17.683.120,02
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22^c	3.413.210,79	3.499.567,35	3.585.621,70	3.890.286,40
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	3.071.889,71	3.149.610,61	3.227.059,53	3.501.257,76

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

PAULO LOPES , 16/01/2017

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016 / QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	441.368,00	935.421,37
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	441.368,00	935.421,37
Interna	441.368,00	935.421,37
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	441.368,00	935.421,37
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	17.683.120,02	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	935.421,37	5,29
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.829.299,20	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.546.369,28	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.237.818,40	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	935.421,37	5,29

FONTE:

PAULO LOPES, 16/01/2017

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO – PRIVADAS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/ BIMENSTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMENSTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

ESPECIFICAÇÃO	RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)	R\$ 1,00	
		SALDO TOTAL	
		(c) = (a + b)	

SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016	
	No Bimestre	Até o Bimestre(b)

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:

PAULO LOPES , 17/01/2017

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)		R\$ 1,00			
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	2.000.000,00	811.904,42		1.188.095,58	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	6.701.341,18	5.622.654,86	3.932.645,89	1.690.008,97	1.078.686,32
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	6.701.341,18	5.622.654,86	3.932.645,89	1.690.008,97	1.078.686,32
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.701.341,18	-4.810.750,44	-	-	109.409,26

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PAULO LOPES, 17/01/2017

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito MunicipalLUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de FinançasLUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle InternoLUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2016/ BIMENSTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMENSTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE							
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100			
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.461.000,00	1.461.000,00	1.532.983,01	104,93			
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	225.000,00	225.000,00	259.154,62	115,18			
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	145.000,00	145.000,00	67.541,36	46,58			
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	590.000,00	590.000,00	822.996,07	139,49			
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	350.000,00	350.000,00	219.341,39	62,67			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	5.000,00	5.000,00	2.593,87	51,88			
Dívida Ativa dos Impostos	95.000,00	95.000,00	105.471,10	111,02			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	51.000,00	51.000,00	55.894,60	109,58			
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.107.000,00	11.107.000,00	11.182.178,68	100,68			
Cota-Parte FPM	6.500.000,00	6.500.000,00	6.721.901,94	103,41			
Cota-Parte ITR	6.000,00	6.000,00	21.750,81	362,51			
Cota-Parte IPVA	726.000,00	726.000,00	691.398,99	95,23			
Cota-Parte ICMS	3.800.000,00	3.800.000,00	3.679.882,24	96,84			
Cota-Parte IPH-Exportação	60.000,00	60.000,00	52.569,42	87,62			
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	15.000,00	15.000,00	14.675,28	97,84			
Desoneração ICMS (LC 87/96)	15.000,00	15.000,00	14.675,28	97,84			
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.568.000,00	12.568.000,00	12.715.161,69	101,17			
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE							
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100			
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00			
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100		Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.923.600,00	4.384.669,00	4.243.459,37	96,78	4.237.412,79	96,64	6.046,58
Pessoal e Encargos Sociais	2.747.000,00	3.059.800,00	3.058.697,97	99,96	3.058.697,97	99,96	0,00
Outras Despesas Correntes	1.176.600,00	1.324.869,00	1.184.761,40	89,42	1.178.714,82	88,97	6.046,58

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	48.000,00	584.950,00	268.205,04	45,85	268.205,04	45,85	0,00
Investimentos	48.000,00	584.950,00	268.205,04	45,85	268.205,04	45,85	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.971.600,00	4.969.619,00	4.511.664,41	90,78	4.505.617,83	90,66	6.046,58
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/vg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	1.343.000,00	2.085.519,00	1.632.412,57	36,18	1.628.546,97	36,14	3.865,60
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.273.000,00	1.966.519,00	1.514.191,79	33,56	1.510.326,19	33,52	3.865,60
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	70.000,00	119.000,00	118.220,78	2,62	118.220,78	2,62	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	1.343.000,00	2.085.519,00	1.632.412,57	36,18	1.628.546,97	36,14	3.865,60
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.628.600,00	2.884.100,00	2.879.251,84	63,82	2.877.070,86	63,86	2.180,98
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS							
(VII%) = (V/h / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴							
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(V/h) - (15 x IIIb/100)]							
							971.977,59

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA							
Inscritos em 2015		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º							
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015		0,00	0,00		0,00		
TOTAL (VIII)		0,00	0,00		0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26							
		LIMITE NÃO CUMPRIDO					
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
		-	-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)							
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
				Até o Bimestre (l)	% (j/Total i) *100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) *100
Atenção Básica		3.977.600,00	4.972.619,00	4.511.664,41	100,00	4.505.617,83	100,00
TOTAL		3.977.600,00	4.972.619,00	4.511.664,41	100,00	4.505.617,83	100,00
							6.046,58

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

⁴ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

PAULO LOPES, 17/01/2017

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito MunicipalLUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de FinançasLUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle InternoLUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.461.000,00	1.461.000,00	1.533.073,09	104,93
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	342.000,00	342.000,00	334.273,79	97,74
1.1.1- IPTU	225.000,00	225.000,00	331.335,26	147,26
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.000,00	2.000,00	1.802,36	90,12
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	75.000,00	75.000,00	41.676,91	55,57
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	40.000,00	40.000,00	31.866,01	79,67
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(72.406,75)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	145.000,00	145.000,00	67.541,36	46,58
1.2.1- ITBI	145.000,00	145.000,00	67.541,36	46,58
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	624.000,00	624.000,00	911.916,55	146,14
1.3.1- ISS	590.000,00	590.000,00	825.497,79	139,91
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	3.000,00	3.000,00	791,56	26,39
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	63.999,85	320,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	11.000,00	11.000,00	24.129,12	219,36
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(2.501,77)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	350.000,00	350.000,00	219.341,39	62,67
1.4.1- IRRF	350.000,00	350.000,00	219.341,39	62,67
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.107.000,00	11.107.000,00	11.678.243,74	105,14
2.1- Cota-Parte FPM	6.500.000,00	6.500.000,00	7.217.967,00	111,05
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.500.000,00	6.500.000,00	6.721.901,94	103,41
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	496.065,06	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.800.000,00	3.800.000,00	3.679.882,24	96,84
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	15.000,00	15.000,00	14.675,28	97,84
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	60.000,00	60.000,00	52.569,42	87,62
2.5- Cota-Parte ITR	6.000,00	6.000,00	21.750,81	362,51
2.6- Cota-Parte IPVA	726.000,00	726.000,00	691.398,99	95,23
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	12.568.000,00	12.568.000,00	13.211.316,83	105,12
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	433.000,00	433.000,00	393.587,16	90,90
5.1- Transferências do Salário-Educação	340.000,00	340.000,00	298.153,79	87,69
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	64.000,00	64.000,00	66.818,00	104,40
5.4- Transferências Diretas - PNATE	29.000,00	29.000,00	28.615,37	98,67
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	405.000,00	405.000,00	446.763,03	110,31
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	838.000,00	838.000,00	840.350,19	100,28
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.221.400,00	2.221.400,00	2.236.432,84	100,68
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.300.000,00	1.300.000,00	1.344.380,02	103,41
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	760.000,00	760.000,00	735.975,36	96,84
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.000,00	3.000,00	2.934,96	97,83
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	12.000,00	12.000,00	10.513,56	87,61
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.200,00	1.200,00	4.350,10	362,51
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	145.200,00	145.200,00	138.278,84	95,23
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.600.000,00	2.600.000,00	2.658.990,02	102,27
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.600.000,00	2.600.000,00	2.658.990,02	102,27
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	378.600,00	378.600,00	422.557,18	111,61
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.560.000,00	1.758.900,00	1.758.900,00	100,00	1.758.900,00	100,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	283.000,00	424.000,00	424.000,00	100,00	424.000,00	100,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.277.000,00	1.334.900,00	1.334.900,00	100,00	1.334.900,00	100,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	1.040.000,00	883.100,00	862.555,53	97,67	862.555,53	97,67	0,00
14.1- Com Educação Infantil	380.000,00	417.500,00	414.721,92	99,33	414.721,92	99,33	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	660.000,00	465.600,00	447.833,61	96,18	447.833,61	96,18	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.600.000,00	2.642.000,00	2.621.455,53	99,22	2.621.455,53	99,22	0,00
VALOR							
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							2.621.455,53
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							66,15
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							32,44
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							1,41
VALOR							
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016²							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³		3.142.000,00		3.142.000,00	3.302.829,21	105,12	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)		DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
					Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	843.000,00	1.001.500,00	996.677,83	99,52	996.677,83	99,52	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.082.000,00	2.910.500,00	2.872.312,03	98,69	2.872.169,23	98,68	142,80
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.937.000,00	1.800.500,00	1.782.733,61	99,01	1.782.733,61	99,01	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.145.000,00	1.110.000,00	1.089.578,42	96,16	1.089.435,62	96,15	142,80
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.925.000,00	3.912.000,00	3.868.989,86	98,90	3.868.847,06	98,90	142,80
VALOR							
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							422.557,18
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							422.557,18
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))							3.446.432,68
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							26,09

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	340.000,00	586.000,00	525.364,34	89,65	525.364,34	89,65	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	644.000,00	1.379.571,42	1.371.589,51	99,42	970.589,51	70,35	401.000,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	984.000,00	1.965.571,42	1.896.953,85	96,51	1.495.953,85	76,11	401.000,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.909.000,00	5.877.571,42	5.765.943,71	98,10	5.364.800,91	91,28	401.142,80

Continua 2/3

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	68.609,09	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.658.990,02	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.665.399,93	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	2.620.112,60	0,00
49.2 Restos a Pagar	45.287,33	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	62.199,18	0,00

PAULO LOPES, 17/01/2017

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

PREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)					RS 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
					Continua 1/4

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de PAULO LOPES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA								
Valor								0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Investimentos	434.638,74	352.736,08
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00
	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		RECEITAS REALIZADAS
		Até o Bimestre/2016
		Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
(XI) = (VIII + IX - X)		0,00

Continua 3/4

Município de PAULO LOPES - SC
 Continuação 4/4
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-						
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

PAULO LOPES, 17/01/2017

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS Prefeito Municipal	LUCENI F. SILVANO FERMIANO Secretária de Finanças	LUCIANE FIRMINA SILVANO Diretora de Controle Interno	LUCENI F. SILVANO FERMIANO Contadora CRC/SC 35.664/O-1
---	--	---	---

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Município de PAULO LOPES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.951.354,33	2.076.014,78	2.488.775,70
DEDUÇÕES (II)	3.015.514,52	3.468.148,69	3.877.907,47
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.734.151,70	3.932.614,89	4.159.129,84
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	718.637,18	464.466,20	281.222,37
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.064.160,19	-1.392.133,91	-1.389.131,77
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.064.160,19	-1.392.133,91	-1.389.131,77

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2016 (C - A)
VALOR	3.002,14	-324.971,58

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	1.602.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	352.736,08	425.706,34	434.638,74
Disponibilidade de Caixa Bruta	352.736,08	425.706,34	434.638,74
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-352.736,08	-425.706,34	-434.638,74
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-352.736,08	-425.706,34	-434.638,74

FONTE:

PAULO LOPES , 17/01/2017

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/2016		Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)		16.467.600,00		17.324.766,43	
Receita Tributária		1.625.000,00		1.639.039,26	
I.P.T.U.		225.000,00		259.154,62	
I.S.S.		590.000,00		822.996,07	
I.T.B.I.		145.000,00		67.541,36	
I.R.R.F.		350.000,00		219.341,39	
Outras Receitas Tributárias		315.000,00		270.005,82	
Receita de Contribuição		500.000,00		616.007,55	
Receitas Previdenciárias		0,00		0,00	
Outras Contribuições		500.000,00		616.007,55	
Receita Patrimonial Líquida		0,00		0,00	
Receita Patrimonial		0,00		358.353,59	
(C) Aplicações Financeiras		0,00		358.353,59	
Transferências Correntes		13.810.600,00		14.806.252,73	
F.P.M.		5.200.000,00		5.873.586,98	
I.P.V.A.		580.800,00		553.120,15	
I.C.M.S.		3.040.000,00		2.943.906,88	
Convênios		0,00		0,00	
Outras Transferências Correntes		4.989.800,00		5.435.638,72	
Demais Receitas Correntes		532.000,00		263.466,89	
Dívida Ativa		160.000,00		142.710,54	
Diversas Receitas Correntes		372.000,00		120.756,35	
RECEITAS DE CAPITAL (II)		2.000.000,00		2.472.543,60	
Operações de Crédito (III)		2.000.000,00		811.904,42	
Amortização de Empréstimos (IV)		0,00		0,00	
Alienação de Ativos (V)		0,00		315.400,00	
Transferências de Capital		0,00		1.345.239,18	
Convênios		0,00		1.345.239,18	
Outras Transferências de Capital		0,00		0,00	
Outras Receitas de Capital		0,00		0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)		0,00		1.345.239,18	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		16.467.600,00		18.670.005,61	
RECEITAS PRIMÁRIAS		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016		Até o Bimestre/ 2015	
DESPESAS CORRENTES (VIII)		15.322.610,42		14.153.480,08	
Pessoal e Encargos Sociais		9.080.700,00		8.908.378,06	
Juros e Encargos da Dívida (IX)		2.000,00		1.230,13	
Outras Despesas Correntes		6.239.910,42		5.961.979,88	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)		15.320.610,42		14.863.314,86	
DESPESAS DE CAPITAL (XI)		6.701.341,18		3.932.645,89	
Investimentos		6.303.341,18		3.534.645,89	
Inversões Financeiras		0,00		0,00	
				1.059.129,40	
				7.043,08	
				129.876,20	
				129.876,20	
				129.876,20	
				1.690.009,97	
				649.342,51	
				649.342,51	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	
				0,00	

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSORTAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	6.701.341,18	5.622.654,86	2.263.740,39	3.932.645,89	1.614.397,88	1.690.008,97	649.342,51
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	398.000,00	398.000,00	555.268,48	398.000,00	555.268,48	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	6.303.341,18	5.224.654,86	1.708.471,91	3.534.645,89	1.059.129,40	1.690.008,97	649.342,51
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	10.000,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	21.633.951,60	20.095.012,80	15.860.760,78	18.397.960,75	15.081.542,07	1.697.052,05	779.218,71
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-5.166.351,60	-1.425.007,19	931.863,76	272.044,86	1.711.082,47	16.972.953,56	16.013.405,83
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	1.532.220,43	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	1.532.220,43	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						400.000,00	

FONTE:

PAULO LOPES, 17/01/2017

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	Saldo (a)	Inscritos		Cancelados	Pagos	Liquidados
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	18.598,45	700.038,73	-	698.065,77	20.571,41	344.701,23	779.218,71	-	589.643,98	642.015,67
EXECUTIVO	18.598,45	693.946,25	0,00	692.222,37	20.322,33	344.701,23	779.218,71	0,00	589.643,98	642.015,67
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	18.598,45	693.946,25	0,00	692.222,37	20.322,33	344.701,23	779.218,71	0,00	589.643,98	642.015,67
FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA	0,00	701,63	0,00	701,63	0,00	0,00	12.088,65	0,00	11.761,95	11.761,95
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.484,42	72.293,89	0,00	71.603,01	6.190,30	18.728,65	35.185,88	0,00	23.740,51	23.740,51
GABINETE DO PREFEITO	0,00	6.803,29	0,00	6.803,29	0,00	352,50	66,00	0,00	66,00	66,00
SECDE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URB.	1.995,26	0,00	0,00	0,00	1.995,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECDE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URB.	1.596,18	457.616,97	0,00	457.616,97	1.596,18	271.372,86	617.155,66	0,00	442.141,15	442.141,15
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	679,50	82.540,34	0,00	82.540,34	679,50	14.484,95	21.731,30	0,00	21.731,30	21.731,30
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	593,09	22.101,67	0,00	22.101,67	593,09	2.504,33	5.174,92	0,00	3.913,01	3.913,01
SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COM.	5.250,00	10.430,34	0,00	10.172,34	5.508,00	37.048,00	11.734,35	0,00	11.834,35	11.834,35
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.000,00	20.073,21	0,00	19.273,21	3.800,00	199,94	4.555,90	0,00	3.189,66	3.189,66
SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E MEIO AMBI	0,00	478,62	0,00	478,62	0,00	0,00	1.700,00	0,00	1.700,00	1.700,00
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	0,00	8.501,16	0,00	8.501,16	0,00	0,00	60.998,05	0,00	60.748,05	60.748,05
SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	2.430,13	0,00	2.430,13	0,00	0,00	8.818,00	0,00	8.818,00	8.818,00
LEGISLATIVO	0,00	16.092,48	0,00	15.843,40	249,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CÂMARA MUNICIPAL	0,00	16.092,48	0,00	15.843,40	249,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	18.598,45	700.038,73	0,00	698.065,77	20.571,41	344.701,23	779.218,71	0,00	589.643,98	642.015,67

FONTE:

PAULO LOPES, 17/01/2017

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2016MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 3º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	17.683.120,02	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	8.057.306,32	45,56
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	9.548.884,81	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	9.071.440,57	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.389.131,77	-7,86
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	21.219.744,02	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.890.286,40	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	935.421,37	5,29
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.829.299,20	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.237.818,40	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.697.052,05	3.269.121,57

FONTE:

PAULO LOPES , 16/01/2017

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito MunicipalLUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de FinançasLUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle InternoLUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Município de PAULO LOPES - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		18.467.600,00	
Previsão Atualizada		18.467.600,00	
Receitas Realizadas		20.155.663,62	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.532.220,43	
DESPESAS			
Dotação Inicial		18.467.600,00	
Créditos Adicionais		3.566.351,60	
Dotação Atualizada		22.033.951,60	
Despesas Empenhadas		20.494.242,93	
Despesas Liquidadas		18.797.190,88	
Despesas pagas		18.588.911,61	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		1.697.052,05	
Superavit Orçamentário		1.358.472,74	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		20.494.242,93	
Liquidadas		18.797.190,88	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		1.697.052,05	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		17.683.120,02	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		1.602.000,00	-324.971,58
Resultado Primário		400.000,00	-1.425.007,19
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.123.919,94	0,00	589.643,98
EXECUTIVO	1.123.919,94	0,00	589.643,98
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	718.637,18	0,00	698.065,77
EXECUTIVO	695.299,43	0,00	682.222,37
LEGISLATIVO	16.092,48	0,00	15.843,40
EXECUTIVO	7.245,27	0,00	0,00
TOTAL:	1.842.557,12	0,00	1.287.709,75
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.446.432,68	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.758.900,00	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		811.904,42	1.188.095,58
Despesa de Capital Líquida		5.622.654,86	1.078.686,32
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2016	2024
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de PAULO LOPES - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		315.400,00	-315.400,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		362.917,20	1.982,80
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	2.879.251,84	15,00	22,64
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PAULO LOPES, 17/01/2017

 EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

 LUCENI F. SILVANO FERMIANO
 Secretária de Finanças

 LUCIANE FIRMINA SILVANO
 Diretora de Controle Interno

 LUCENI F. SILVANO FERMIANO
 Contadora CRC/SC 35.664/O-1

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO 2016/ MÊS JUNHO

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/MÊS JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	258.100,00	-258.100,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	258.100,00	-258.100,00
TOTAL	0,00	258.100,00	-258.100,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	244.900,00	244.900,00	244.900,00	244.900,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	244.900,00	244.900,00	244.900,00	244.900,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	244.900,00	244.900,00	244.900,00	244.900,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	191.020,44		13.200,00
			204.220,44

FONTE:

PAULO LOPES, 17/01/2017

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito MunicipalLUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de FinançasLUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle InternoLUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

CÂMARA MUNICIPAL**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM O PESSOAL JAN/2016 À DEZ/2016**

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	657.589,06	0,00
Pessoal Ativo	657.589,06	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	657.589,06	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.683.120,02	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	657.589,06	3,72
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.060.987,20	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.007.937,84	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	954.888,48	5,40

FONTE:

PAULO LOPES, 18/01/2017

TOBIAS MANOEL RAUPP
PRESIDENTE

JULIANO FRONCHETTI
CONTADOR CRC/SC 39.366/O-8

NADIR CARLOS RODRIGUES
1º SECRETÁRIO

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR JANEIRO À DEZEMBRO/2016 - QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Demais Obrigações Financeiras	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores
Recursos Ordinários	14,088,89	249,08	8,694,77	0,00	0,00	5,145,04	0,00	0,00		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	14,088,89	249,08	8,694,77	0,00	0,00	5,145,04	0,00	0,00		
TOTAL (III) = (I + II)	14,088,89	249,08	8,694,77	0,00	0,00	5,145,04	0,00	0,00		
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA JAN/2016 À DEZ/2016

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	6.173,37	58.389,68	92.992,41	5.145,04
Disponibilidade de Caixa Bruta	22.265,85	68.527,49	103.170,58	14.088,89
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	16.092,48	10.137,81	10.178,17	8.943,85
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-6.173,37	-58.389,68	-92.992,41	-5.145,04
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]				
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]				0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	3.904,90	5.508,96	5.353,53	5.145,04
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES JAN/2016 À DEZ/2016

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016			R\$ 1,00
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
EXTERNAS (I)					
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)					
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL					
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS					
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
EXTERNAS (V)					
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)					
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:					
FONTE:					

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO JANEIRO A DEZEMBRO/2016 QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	0,00	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	0,00	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Penha

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO 06/2017-FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 06/2017- FMS

AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 81/2016– FMS

Compra Direta: 049/2016-FMS

OBJETO: LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS (Eletrocardiógrafo Wincardio, modelo Serial, Número de Série 0818724; Cabo Paciente, ErgoPC Serial, Número de Série 0818859; Fonte Eletrocardiógrafo com cabo de alimentação, Número de Série 007158; e Cabo de comunicação)

Os signatários deste instrumento, de um lado MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA ME, CNPJ 10.944.321/0001-06, estabelecida na cidade de Blumenau/SC, na Raul Deeke, nº 89, Bairro da Velha, neste ato representada por seu Diretor, Sr. Michel Campos de Castro, portador (a) do CPF nº. 033.730.939-61, e de outro lado, a Prefeitura Municipal de Penha, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, representada pelo Sr. Aquiles José Schneider da Costa, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, têm justo e aditivado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência constante na Cláusula Décima do Contrato nº 81/2016 - FMS, fica prorrogada para mais 6 (seis) meses, a contar da data de 16/01/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

O valor mensal correspondente ao objeto será de R\$ 600,00 (seiscentos reais), correspondente a 6 (seis) parcelas, com vencimento todo dia 10 (dez) conforme estabelecido na Cláusula Segunda do Contrato 81/2016-FMS.

CLÁUSULA TERCEIRA

As despesas decorrentes do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 20.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional: 10.301.0014 - Atenção Básica
Projeto/Atividade: 2.059 - MAC - Manutenção Média e Alta complexidade
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0613 - Aplicações Diretas
Código Reduzido: 000037

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem contratados, assinam o presente em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 13 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA ME
CONTRATADO

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

LEANDRO LIMA DE BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

3º TERMO ADITIVO 05/2017-FMS

3º Termo aditivo nº 05/2017 FMS

Ao Contrato 29/2014 FMS

Licitação: Processo Licitatório nº 08/2014 - FMS, modalidade Dispensa de Licitação nº 01/2014 – FMS.

Objeto: Locação de um imóvel situado na Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 460, Centro, zona urbana da sede do Município de Penha/SC, Comarca de Balneário Piçarras/SC. O imóvel tem área construída de 360,15 m².

Os signatários deste instrumento, de 3º Termo aditivo nº 05/2017 ao contrato nº 29/2014 FMS, de um lado ANTIDIO NUNES, portador do RG de nº 572697 SSP SC e inscrito sob o CPF de nº093.513.969-91, residente e domiciliado à Rua José Pereira Liberato, 1596, Bairro São João, Itajaí/SC – CEP: 88304-400 e de outro lado, Prefeitura Municipal de Penha, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, representada pelo Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLAUSULA PRIMEIRA

A vigência constante no 2º Termo Aditivo nº 09/2016 - FMS ao Contrato 29/2014-FMS, passa a contar de 17/01/2017 até 16/07/2017.

CLAUSULA SEGUNDA

O valor presente na clausula segunda do contrato 29/2014 - FMS e 2º Termo Aditivo nº 09/2016 - FMS, fica reajustado na proporção da variação do IPCA divulgado pelo IBGE, o que corresponde a R\$ 1.112,15 (um mil cento e doze reais e quinze centavos) mensais, totalizando para o período o valor de R\$ 6.672,90 (seis mil, seiscentos e setenta e dois reais e noventa centavos).

CLAUSULA TERCEIRA

As despesas decorrentes do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão - 20 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 20.01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional: 10.301.0014 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.059 – MAC - Manutenção Média e Alta Complexidade

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0613 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 000037

CLAUSULA QUARTA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem contratados, assinam o presente, em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 13 de janeiro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA ANTÍDIO NUNES

Locatário Locador

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

DE ACORDO:

LEANDRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 70

PORTARIA N.º 70/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. DIEGO LUIZ MATIELLO para ocupar o cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL, da SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Penha (SC), 13 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos treze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO SELETIVO 06/2016 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO Nº. 06/2016-PMP
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais publica a lista das INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 06/2016, conforme segue:

NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO	MODALIDADE 1	MODALIDADE 2
001	Daniela Livramento Ferreira	Deferida	Educação Infantil	
001	Daniela Livramento Ferreira	Indeferida		Arte
002	Dilza de Fátima Noda Serrano	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
003	Fabília Eger Anacleto	Deferida	Educação Infantil	
004	Elizara Anacleto Rhenius	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
005	Cristiane da Conceição Cerqueira	Deferida	C.1 - Língua Portuguesa	
006	Eduarda de Loudes Celetista	Indeferida	Educação Infantil	
007	Daiane Voigt Costa	Indeferida	Educação Infantil	Arte
008	Manoel Frederico dos Passos	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
009	Priscila Renata Emmerich	Deferida	Educação Infantil	
010	Jackson William dos Reis Barros	Deferida	Educação Física	
011	Maria Cristina da Silva Ranolli	Deferida	Educação Infantil	
012	Priscila Silva Souza do Vale	Deferida	C.6 - Ensino Religioso	
013	Odair de Azevedo	Deferida	C.4 - Geografia	D.4 - Geografia
014	Greici de Almeida Gomes Chaves	Deferida	C.7 - Inglês	D.1 - Língua Portuguesa
015	Deocondina Maria Raiser	Deferida	Educação Infantil	
016	Priscila Roemers	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
017	Alan Luiz Severino	Deferida	C.5 - Ciências	D.5 - Ciências
018	Carla Aparecida Lealdino	Deferida	C.5 - Ciências	
019	Douglas Vitorino Cabral	Indeferida	C.2 - Matemática	D.2 - Matemática
020	Melissa Pontes Rebêlo	Deferida		Anos Iniciais Ens. Fund.
021	Bruna Tamara Corrêa	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
021	Bruna Tamara Corrêa	Indeferida		Arte
022	Teresinha Aparecida da Costa Alves	Deferida	C.7 - Inglês	
023	Sandra Regina Boehringer Silbert	Deferida	Arte	
024	Vera Lucia de Souza Sinestri	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
025	Suellen Correia da Silveira	Deferida	Educação Infantil	
026	Andriele Pera	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
027	Rosa Maria Nunes	Deferida	C.3 - História	D.3 - História
028	Ana Paula Ranguetti	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
029	Sonia Regina Spolti Reis	Deferida	C.3 - História	D.3 - História
030	Elaine Cristina de Jesus	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
031	Vivian Graziela Serpa Santos	Deferida	Educação Infantil	
032	Jerusa Monsini Bento	Deferida	Educação Infantil	
033	Marta Pacheco Oliveira Silva	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.

034	Anna Paula Farias Novais	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
035	Vivian Cristina Ferreira de Moraes	Deferida	Educação Infantil	
036	Jackson Cardoso Novais	Deferida	C.4 - Geografia	D.4 - Geografia
037	Catia Maria Leite	Deferida	Educação Infantil	
038	Jane Maria Leite Teodoro	Deferida	Educação Infantil	
039	Leonela de Souza Nascimento Romão	Deferida	Educação Infantil	
040	Estevão Onofre Leite	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
041	Silvana Strey Miranda	Deferida	Educação Infantil	
042	Marília Roseli Coelho	Deferida	Educação Infantil	
043	Lucilene Terezinha Nascimento Pinto	Deferida	Educação Infantil	
044	Claudete Fátima Dalmagro	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
045	Isabela Custódio	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
046	Tanise dos Santos Medeiros	Deferida	Educação Infantil	
046	Tanise dos Santos Medeiros	Indeferida		C.5 - Ciências
047	Jaqueline do Nascimento de Borba	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
048	Vanessa Maria Teododovitz Bona	Deferida	Educação Física	
048	Vanessa Maria Teododovitz Bona	Indeferida		Educação Infantil
049	Simone Pereira de Lima Beltramini	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
050	Paulo Roberto Kuster	Deferida	C.3 - História	
051	Rosana Cristina Alvez Godoi	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
052	Rosana Gamba de Aguiar	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
053	Patrícia Aparecida Souza	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
054	Fabio Francisco de Borba	Deferida	C.5 - Ciências	D.5 - Ciências
055	Suane Simone de Souza	Deferida	Educação Infantil	
056	Keila Raquel Brittes de Oliveira	Deferida	Educação Infantil	
057	Priscila Cassol Mariño	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
058	Eline Dilma Idalina	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
059	Odivania Elisa Scariot	Deferida	Educação Infantil	
060	Daniela Coelho Ferreira da Rosa	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
061	Aurea Izabel Chilante Deon	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
062	Jose Lurdes Reinert	Deferida	Educação Infantil	
063	Ana Isabel de Souza	Deferida	Educação Infantil	
064	Djessica Siedschlag	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
065	Ariane Irene de Santana	Deferida	Educação Infantil	
066	Andréa Evelise Debatin	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
067	Gizeli da Silva Domingos	Deferida	Educação Infantil	
068	Leadar Lenzi Cristotolini	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
069	Francisco Alexandre Costa da Silva	Deferida	C.3 - História	D.3 - História
070	Patrícia Helena Pereira	Deferida	C.1 - Língua Portuguesa	D.1 - Língua Portuguesa
071	Maurício Miguel de Souza	Indeferida	C.1 - Língua Portuguesa	D.1 - Língua Portuguesa
072	Pedro José Vicente Junior	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
073	Jonata Josue Schulze	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
074	Suelen Aparecida de Paula	Deferida	Educação Infantil	
075	Denise Spiess	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
075	Denise Spiess	Indeferida		Arte
076	Denis Portela Pereira	Deferida	C.3 - História	D.3 - História
077	Luciane Islabão Vieira	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
078	Claudia Maria Sato Delgado	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
079	Jeane Caroline Theiss	Deferida	C.1 - Língua Portuguesa	D.1 - Língua Portuguesa
080	Jane Terezinha Vitorio de Campos	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	

081	Maria Isabel Travesso de Pontes	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
082	Gabriela Ana Domingos	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
083	Danielle Meurer Cardoso	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
084	Soeli Aparecida Ramalho Alves	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
085	Daiane de Assis Pereira	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
086	Rodrigo Medeiros	Deferida	Educação Física	
087	Francielle Gonçalves dos Santos	Deferida	Educação Infantil	
088	Nissia Maria Pinto	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
089	Deise dos Santos Camilo	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
090	Danuza Saruza dos Santos	Deferida	Educação Infantil	
091	Carina Maria Severino Soares	Deferida	Educação Infantil	
092	Laiza Cardoso	Deferida	Educação Infantil	
093	Verônica Aparecida de Oliveira	Deferida	Educação Infantil	
094	Roseli Valtrich Ponick	Deferida	Educação Infantil	
095	Salette Hanck Vieira	Deferida	Educação Infantil	
095	Salette Hanck Vieira	Indeferida		Arte
096	Juliana Jacinto de Lima	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
097	Alexandra Lúcia Albano Cordeiro	Deferida	Educação Infantil	
098	Aurea Maria Campestrini Cristelli	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	C.5 - Ciências
099	Ivelise Luzia Soares da Costa	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
100	Pauline Luzia Zastrow Reinert Fontenele	Deferida	C.5 - Ciências	D.5 - Ciências
101	Flávia Spiess	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
102	Edmara Guiomar Branco Felsky	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
103	Mônica Cristina de Borba	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
104	Cibele Maria de Carvalho	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
105	Floraci Buss	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
106	Edson Santana	Deferida	Arte	
107	Lúcia de Santana da Silva	Deferida	Educação Infantil	
107	Lúcia de Santana da Silva	Indeferida		Arte
108	Paola Buss de Santana	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
109	Maria Aparecida Batista de Moura Ramos	Indeferida	D.1 - Língua Portuguesa	
110	Vanessa de Oliveira Teixeira da Cruz	Deferida	C.3 - História	D.3 - História
111	Renato Cesar Baptista	Deferida	C.4 - Geografia	D.4 - Geografia
112	Sylvana Elizabeth Becker	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
113	Marina Daniela Souza Tasca	Deferida	Educação Infantil	
114	Maria Aparecida Silva Vianna	Deferida	Educação Infantil	
115	Daniela Gonçalves Girardi	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
116	Zenilde Azevedo Mafra	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
117	Dulcinéia Pereira Dutra	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
118	Roberta Specht	Indeferida	C.3 - História	D.3 - História
119	Doraci Carolino	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
120	Viviane Batheke Inocencio	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
121	Juceli Sedrez de Souza	Deferida	C.5 - Ciências	D.5 - Ciências
122	Roberto Antônio Leite	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
123	Eliane Santos Nunes	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
124	Odete Kelm Vilas Boas	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
125	Rejane Bittencourt	Deferida	Educação Infantil	
126	Wagner Luiz de Menezes	Deferida	D.1 - Língua Portuguesa	
127	Andrei Roberto da Silva	Deferida	C.6 - Ensino Religioso	
128	Claudionei Laguna	Deferida	Educação Física	

129	Luis Gustavo Varela	Deferida	C.1 - Língua Portuguesa	D.1 - Língua Portuguesa
130	Silvana do Nascimento	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
131	Luciana Fagundes do Nascimento	Deferida	Educação Infantil	
132	Ivonete Iracema da Silva	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
133	Eliana Lopes Tareszkiewicz	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
134	Djaiane Araujo Rodrigues	Indeferida	Educação Física	C.5 - Ciências
135	Cleyton Watte	Deferida	Educação Física	
136	Adriane Obregon da Rosa	Deferida	Educação Infantil	
137	Maria Marlise de Azevedo das Neves	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
138	Aline Cristina Domeciano Ropelatto	Deferida	Educação Infantil	
139	Cláudia Regina de Souza Vieira Baumgart	Deferida	Educação Infantil	
140	Isabela Montibeller de Souza Kuehn	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
141	Andressa Adelaide Correa dos Santos	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
142	Maria Aparecida Melchiorretto Sedrez	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
143	Fabiola Anli da Silva Assis	Deferida	Educação Infantil	
144	Janaina Fernanda Vieira Dias	Deferida	Educação Infantil	
145	Karla Chrystina Thomassen	Deferida	Educação Infantil	
146	Paula Roberta Aguiar	Deferida	Educação Infantil	
147	Tereza Jazinski	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
148	Juliane Aparecida Xavier Barbosa	Deferida	C.5 - Ciências	D.5 - Ciências
149	Daiane Ramos Cappua	Deferida	C.5 - Ciências	D.5 - Ciências
150	Debora da Costa Rosa	Deferida	Educação Infantil	
151	Karoline Roling Bento	Deferida	Educação Infantil	
152	Eliam Remalias Carneiro	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
153	Rita de Cássia da Luz Corrêa	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
154	Jeferson Adriano Odéli	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
155	Maria de Fátima da Costa Ferreira	Deferida	Educação Infantil	
156	Angela Maria Anacleto	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
157	Ana Maria Batista	Deferida	C.7 - Inglês	
158	Luciana Anacleto Claudino	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
159	Franciele Ignácio de Oliveira Anacleto	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
160	Romário João Bento	Indeferida	C.6 - Ensino Religioso	D.3 - História
161	Aliane Bordalo dos Santos Voos	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
162	Vânia Lucia Vicente	Deferida	Educação Infantil	
163	Flávia de Lourdes Alves Cordazzo	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
164	Vivian Prust Gadotti	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
165	Alessandra de Souza Amaro Wermuth	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
166	Eliane de Chaves Dupla	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
167	Maria Eliete da Costa Celestino	Deferida	Educação Infantil	
168	Patricia Alvez Fabris dos Santos	Deferida	Educação Infantil	
169	Ivete Tarnowski	Deferida	Educação Infantil	
170	Tatiane Andréia Schimitt	Deferida	Educação Física	
171	Juliana Inês Barbetta	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
172	Monica Fucks de Oliveira	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
173	Paulo Sergio Gomes	Deferida	Educação Física	
174	Marilurdes Leite Cunha	Deferida	Educação Infantil	
175	Paula dos Santos Carvalho	Deferida	Educação Infantil	
176	Regina dos Santos	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
177	João Augusto Barbosa Alvetti	Deferida	C.3 - História	D.3 - História
178	Taiane Nilsa Leite	Deferida	Educação Infantil	

179	Cibele Fiamoncini Demetrio	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
180	Simoni Valeria Romão Markoski	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
181	Marcio Antunes Ramos	Deferida	Educação Física	
182	Ricardo Renato José da Silva	Deferida	Educação Física	
183	Annik Konze Laurentino	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
184	Raquel Engracia de Souza Francisco	Deferida	Educação Infantil	
185	Inalva Lilian Andrade Loes	Deferida	Educação Física	
186	Magna Cabral Couto da Silva	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
187	Rosiméri Lima Palombo	Deferida	Arte	
188	Tania Uhlmann Frazoi	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
189	Eduardo Cordeiro Noronha	Deferida	C.2 - Matemática	
190	Mônica Bassani Pinto	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
191	Sandra Mara Ferreira Torres	Deferida	Educação Infantil	
192	Silvia Nascimento Liborio	Deferida	Educação Infantil	
193	Tathiany Sharon Rocha Faccio	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
194	Beatriz Vanzuita	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
195	Sabrina Aparecida Oneda	Deferida	Educação Física	
196	Tatiane Regina Timm Barbiéri	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
197	Suzana Zimar Souza	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
198	Acrislainny Estephany Ribeiro Valetim de Souza	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
199	Jessé Emanuel Ferreira	Deferida	Educação Física	
200	Henrique de Almenida Machado	Deferida	Educação Física	
201	Stephany Amorin dos Santos	Deferida	Educação Infantil	
202	Cristiane Ferreira da Azevedo	Deferida	Educação Infantil	
203	Lidiane Leite	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
204	Keila Denise Rodoy	Deferida	Educação Física	
205	Cassiana dos Santos Isabel	Deferida	Educação Infantil	
206	Thalita Nair Pereira	Deferida	Educação Infantil	
207	Cisilane da Silva Fischer	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
208	Marcelo José Santiago	Deferida	Educação Física	
209	Patrícia Maria Inocêncio dos Santos	Deferida	Educação Infantil	
210	Jackson Reinicke	Deferida	C.5 - Ciências	D.5 - Ciências
211	Giovanna Cammarata	Deferida	C.1 - Língua Portuguesa	D.1 - Língua Portuguesa
212	Ana Lúcia Vieira Maia	Deferida	Educação Infantil	
213	Camila Fernanda de Souza	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	Educação Infantil
214	Maria Clarice Pereira	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
215	Maildo Ferreira	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
216	Ediani Bento	Deferida	Educação Infantil	
218	Rita de Cássia Nascimento	Deferida	Educação Infantil	
219	Alex Sandro dos Santos	Deferida	Educação Física	
220	Valéria dos Santos Schell	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
221	Jociane Calzoni de Souza	Deferida	Educação Infantil	
222	Renato Trindade de Souza	Deferida	Educação Física	
223	Gemorci Vailatte de Oliveira	Deferida	Educação Física	
224	Alexsandra de Oliveira Matos	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
225	Pedro Paulo Costa de Almeida	Deferida	Arte	
226	Maria Aparecida de Lima	Deferida	Arte	
227	Rodrigo Filipe da Silva	Deferida	Educação Física	
228	Sueli Lima Pereira	Deferida	Educação Infantil	
229	Maristela Ribeiro da Cruz Froelich	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.

230	Elisangela Aparecida de Oliveira Weimer	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
231	Loreni Teresinha de Lima	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
232	Patricia Lichtenfelz de Oliveira	Indeferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
233	Vanessa Egidia de Santana	Deferida	Educação Infantil	
234	Roseli dos Santos de Jesus Peres	Deferida	Educação Física	
235	Solange Cristina Diogo Moreira	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
236	Sabrina Cardoso Medeiros	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
237	Perlônia do Nascimento	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
238	Marina Bittencourt	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
239	Giseli Georgete Borges	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
240	Ivanildo Quadros	Deferida	C.3 - História	D.3 - História
241	Giselly Taborda Lima Quadros	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
242	Maryanita Granemann Neves	Deferida	Educação Infantil	
243	Alexandra Carla Pavan	Deferida	Educação Infantil	
244	Erica Leite de Araújo Mateus	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
245	Renate Parno	Deferida	C.1 - Língua Portuguesa	D.1 - Língua Portuguesa
246	Yandra Aline Caldeira	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
247	Flavia Marcelino Porto	Deferida	Educação Infantil	
248	Maria Everalides Oliveira Bregantin	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
249	Marly Edelgundes Vieira	Deferida	C.2 - Matemática	D.2 - Matemática
250	Rosimeri Ramos Godoy	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
251	Celiane Jomara Baumgaertner	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
252	Alexandro de Novais	Deferida	Educação Física	
253	Ingraca Cirose Aragão da Silva	Deferida	Educação Infantil	
254	Scheila Sorares Pinheiro	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
255	Greice Medeiros Gama Santos	Deferida	C.3 - História	D.3 - História
256	Maria Aparecida Bento	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
257	Creusa Edit Verissimo	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
258	Mariana Cristina Bento	Deferida	Educação Infantil	
259	Luciane Banishi	Deferida	Arte	
260	Adriana Paulino Pereira	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
261	Grazieli Fernanda Nunes de Carvalho	Deferida	Educação Infantil	
262	Haline Ferrari	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
263	Alini Fernandes da Silva Massacotti	Deferida	Educação Infantil	
264	Maciani Aline Izing	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
265	Jenifer de Souza Caldeira	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
266	Juliane Cristine Borges Carvalho	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
267	Sandra Bernadete de Souza Azevedo	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
268	Elisane Zilmar Aragão	Deferida	Educação Infantil	
269	Sabrina Deitos da Silveira	Deferida	Educação Infantil	
270	Joice Cardoso	Deferida	Educação Física	
271	Jurema Blömer	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
272	Haguida Schmidt	Deferida	Educação Infantil	
273	Valmira Maria Leite de Souza	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
274	Rosane Schwartzaupt Kiewel	Deferida	Educação Infantil	
275	Nayara Beatriz Bom da Silva	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
276	Rosemar dos Santos	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
277	Vanessa Laci da Silva	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
278	Angelita Maria Duarte Pereira	Deferida	Educação Infantil	
279	Camila Carol Bento	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.

280	Mari Isabel dos Passos da Rosa	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
281	Camila Cristina Mangorra	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
282	Maria Esmeraldina Martins	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
283	Letícia Laci das Silva	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
284	Claudia Regina de Oliveira Nascimento	Deferida	Educação Física	
285	Roseni de Andrade Siqueira Matuzaki	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
286	Michelle de Jesus Pereira	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
287	Elaine da Luz	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
288	Tatiane Gadotti	Deferida	Educação Infantil	
289	Luana Maria Robertti	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
290	Roseli Helena Adriano Gonçalves	Deferida	Educação Infantil	
291	Flamarion Dias	Deferida	Educação Física	
292	Jeruza Queiza da Cruz	Deferida	Educação Infantil	
293	Rejane Mara Leiria	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
294	Edivania Margarida Cipriano	Deferida	Educação Infantil	
295	Frederico Rezes Biagini	Deferida	C.5 - Ciências	
296	Andressa do Nascimento	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
297	Julia Natieli de Lima Freitas	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
298	Wender Christian Espinosa	Indeferida	Educação Física	
299	Maria Eduarda Cordeiro	Deferida	Educação Infantil	
300	Elzi Clara Lehmann Custodio de Oliveira	Deferida	C.2 - Matemática	
301	Tatiani Maria Silva	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
302	Karina Cristina Tonioti	Deferida	Educação Infantil	
303	Suzana Vitorino Cardoso	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
304	Mayara Lourdes Francisco	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
305	Cristiane de Borba	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
306	Marcio Roberto de Oliveira	Deferida	C.3 - História	D.3 - História
307	Letícia Cledinéia Bento	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
308	Alessandra Pereira Dutra Rodrigues	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
309	Adriana Maria Medeiros da Silva	Deferida	Educação Infantil	
310	Fabíola de Oliveira Claudino	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
311	Maria de Lourdes Gomes Vieira	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
312	Marilene Claudino	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
313	Valquiria Albino	Deferida	Educação Infantil	
314	Márcia Mota Vitório Vicente	Deferida	Educação Infantil	
315	Dilmara Francisco	Deferida	Educação Infantil	
316	Carina da Silva	Deferida	Educação Infantil	
317	Merieli da Costa	Deferida	Educação Infantil	
318	Elisane Mendonça	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
319	Elisete Tavares da Silva	Deferida	Educação Infantil	
320	Aline Córdova Forte	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
321	Laís Peres	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
322	Benta Keller	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
323	Indianara dos Passos	Deferida	Educação Física	
324	Josimere de Borba	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
325	Janete de Cássia Gonçalves de Souza	Deferida	C.3 - História	D.3 - História
326	Elizane Marise Caldeira da Silva	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
327	Marcus Vinicius de Souza Nogueira Filho	Deferida	C.2 - Matemática	D.2 - Matemática
328	Mirta Sueli da Silva Corrêa	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
329	Letícia da Costa Ferreira Eyng	Deferida	C.4 - Geografia	

330	Marlise Holz Rebelo	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
331	Adriana Ribeiro de Campos	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
332	Juliana Borsari	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
333	Eunidio Luis Rannov	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
334	Cassio Adelino Simoes	Deferida	Educação Física	
335	Celia Lucia Miranda Lindner	Deferida	Educação Física	
336	Keitiane Alves da Silva Izing	Deferida	Educação Infantil	
337	Maria de Fatima Ferreira do Nascimento	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
338	Barbara Socorro Guimarães Tomé	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
339	Ana Paula Turos	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
340	Suellen Adriane Tomaz	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
341	Carlos Eduardo Leite	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
342	Patricia Alexandra Martinez	Deferida	C.4 - Geografia	D.4 - Geografia
343	Andreia Lucia Santana	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
344	Joice Cristiane Teixeira dos Santos	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
345	Rosiane Cipriano Brunner Leite	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
346	Tânia Iolanda Ferreira Felício	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
347	Alessandra Corrêa	Deferida	Educação Infantil	
348	Sandra Adam Ferreira	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
349	Daine Reis	Deferida	Educação Infantil	
350	Tatiane Mira da Silva Santos	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
351	Lucilea Maria Bento Miguel	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
352	Amanda Corrêa Manoel Alvez	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
353	Beatriz Aparecida de Souza	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
354	Sueli Maria Trimmer Silva da Cunha	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
355	Rosenilde Fátima França Flohr	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
356	Ana Paula Correa Manoel Alvez	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
357	Vania Maria dos Santos	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
358	Ana Candida Nocetti Castro Rodrigues	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
359	Sandra Maria Ferreira de Freitas	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
360	Juciane Isabel de Souza	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
361	Cheila Catiane Gonçalves	Deferida	Educação Infantil	
362	Tatiana Souza Kurecki	Deferida	Educação Infantil	
363	Guilherme Cardoso de Lima	Deferida	Educação Física	
364	Evelyn Alvez Custódio	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
365	Argélia Aparecida de Sousa Carmo	Deferida	C.4 - Geografia	D.4 - Geografia
366	Katiuscia Leite Francisco Alves	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
367	Lair Nilsa Bastos	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
368	Rejane Mara Tomazelli	Deferida	C.1 - Língua Portuguesa	D.1 - Língua Portuguesa
369	Lívia dos Navegantes da Silva	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
370	Francislaine Cristina da Silva	Deferida	Educação Infantil	
371	Edineia Gonçalves de Azevedo Muniz	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
372	Elisandra Matozo	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
373	Elenice Gomes Fischr	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
374	Dulceneia dos Santos Alves	Deferida	Educação Infantil	
375	Solange Aparecida Caetano Evers	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
377	Vanessa Rheinius Threiss	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
378	Jozyan Mary de Lima	Deferida	C.7 - Inglês	D.1 - Língua Portuguesa
379	Luciana Dutra Silva Thomsen	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
380	Mayara Regina da Silva Cruz	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.

381	Fabiana Iolanda Ferreira Custódio	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
382	Vanessa Ferreira de Lima	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
383	Aderlita Anacleto	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
384	Letícia Ivani Jorge	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
385	Ednéia de Souza	Deferida	Educação Infantil	
386	Isabel Cristina Forster	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
387	Jeniffer Krueger	Deferida	Educação Física	
388	Aparecida Maria Forster	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
389	Mauro Alvez da Costa	Indeferida	C.6 - Ensino Religioso	
390	Janaina Neide de Souza	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
391	Julieta Soares	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
392	Chirlane Taísse Gomes	Deferida	Educação Infantil	
393	Albina Rosa Cabral	Deferida	Educação Física	
394	Carmen Lucia dos Santos	Deferida	Educação Infantil	
395	Verônica Maria Leite Francisco	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
396	Alaercio Beninca	Deferida	Educação Física	
397	Wallace Bruno de Souza	Indeferida	Educação Física	
398	Ariane Carolina da Cruz	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
399	Alexsandra Ferreira do Valle	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
400	Tereza dos Santos Inácio	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
401	Rosilene de Almeida	Deferida	Educação Infantil	
402	Josiane de Borba Bento	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
403	Elizangela Claudete da Silva Lauschner	Indeferida	C.2 - Matemática	D.2 - Matemática
404	Patrícia Saraiva Corrêa Benites	Deferida	C.2 - Matemática	
405	Gizele da Silva	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
406	Volnei Batista de Carvalho Filho	Deferida	C.3 - História	D.3 - História
407	Luciane Pereira	Deferida	Arte	
408	Luciana Mendes Furtado	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
409	Tathiana Cristine Paredes	Deferida	C.5 - Ciências	
410	Suzana Custódio Maciel	Deferida	Educação Infantil	
411	César Augusto Spall	Deferida	Educação Física	
412	Bruna Rodrigues Ancini	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
413	Edinara Bento	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
414	Bruna Rafaela Netto	Deferida	Educação Física	
415	Amanda Martins Vilha	Deferida	Educação Física	
416	Susana Celista Policarpo	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
417	Natalia Aparecida Cardoso	Deferida	Arte	
418	Cláudia Correa	Deferida	Educação Infantil	
419	Lilian Regina Dias	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
420	Claudio Francisco dos Santos	Deferida	C.1 - Língua Portuguesa	D.1 - Língua Portuguesa
421	Noeli Aparecida de Aragão	Deferida	Educação Infantil	
422	Alexandra Rodrigues de Paula	Deferida	C.1 - Língua Portuguesa	D.1 - Língua Portuguesa
423	Carlos Roberto Schweger de Souza	Deferida	C.2 - Matemática	D.2 - Matemática
424	Karim Tavares	Deferida	Educação Infantil	
425	Marluci Terezinha Gomes de Souza	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
426	Leila Moraes de Souza	Deferida	C.3 - História	
427	Fabiana Oliveira Silva Bernardo	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
428	Alexandra Darci Francisco	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
429	Giovana Cléia Pereira	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
430	Pamela Decker	Deferida	Educação Física	

431	Thayse da Costa Souza	Deferida	Educação Infantil	
432	Samila Simões	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
433	Iara Josiane Paiano Felicio	Deferida	C.1 - Língua Portuguesa	
434	Sonia Mara Schuler	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
435	Ismael Soares Lima	Deferida	C.5 - Ciências	D.5 - Ciências
436	Veridiana Santana de Oliveira	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
437	Édna Ana Galdino	Deferida	Educação Infantil	
438	Maria da Conceição Santos Leite	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
439	Vanessa Ribeiro	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
440	Maria da Penha Santos da Silva	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
441	Caroline Casagrande Bento	Deferida	Educação Infantil	
442	Maricélia Dias Guimarães Vieira	Deferida	Educação Infantil	
443	Lucilene Monteiro	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
444	Silvano Ribeiro dos Santos	Deferida	C.2 - Matemática	D.2 - Matemática
445	Marli Pires dos Santos	Deferida	Educação Infantil	
446	Elaine Santos da Cruz Silva	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
447	Sandra Regina Gonçalves	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
448	Jéssica Grangeiro Sampaio Soares	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
449	Juliana das Neves de Freitas	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
450	Haline Ferreira Beber	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
451	Ariadna Costa Gonçalves	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
452	Josiani Pimpão Seleme	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
453	Angela Cristina Wolff Alves	Deferida	Educação Infantil	
454	Leandro Ferreira dos Santos	Deferida	Educação Física	
455	Ana Paula Alvez	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
456	Elza Maria Bertoldi Gonçalves	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
457	Marcelo Olinek de Lima	Indeferida	D.2 - Matemática	
458	Rosicléia dos Santos Felício	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
459	Jaqueline Rita Celista	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
460	Sabrina Lemos Viana	Indeferida	Arte	
461	Rita de Cássia Bona Goivinho	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
462	Érica Helena de Souza	Deferida	Educação Infantil	
463	Karina Bremer de Souza	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
464	Salvador José dos Santos	Deferida	C.3 - História	D.3 - História
465	Josiane D'avila	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
466	Priscila Flores da Luz	Indeferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
467	Pillar Flores da Luz	Deferida	Educação Infantil	
468	Tatiane Cristine da Silva	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
469	Rafaela Fabrícia Grauppe Pereira	Deferida	Educação Infantil	
470	Carina Kruger Penz	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
471	Andréa Vanessa da Silva	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
472	Fabíola Carla Minikoski de Souza Lunardelli	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
473	Luciméri Pinto	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
474	Adrielly Andréa da Silva	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
475	Camila Cordeiro	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
476	Isidoro Augusto Lunardelli	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
477	Rosilma de Jesus Tomasecki	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
477	Rosilma de Jesus Tomasecki	Deferida		C.2 - Matemática
478	Sandy Casagrande de Souza	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
479	Rosana Antônia da Silva	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.

480	Aldete Maria de Souza Alves	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
481	Scarlet Louise Polt Lemos	Deferida	Educação Infantil	
482	Jocilene Pimpão Seleme	Deferida	Educação Física	
483	Juliana Cristina Anacleto Oliveira	Deferida	Educação Infantil	
484	Eduardo Caetano Diomario	Deferida	C.5 - Ciências	D.5 - Ciências
485	Marcia Cristina da Silva Lukenchuke	Indeferida	C.6 - Ensino Religioso	
486	Gabriela da Silva de Souza	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
487	Andressa Ritau Linhares Bachmann	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
488	Neide Rita Romão	Deferida	C.2 - Matemática	D.2 - Matemática
489	Cristina de Almeida	Deferida	Educação Infantil	
489	Cristina de Almeida	Deferida		Arte
490	Elaine Cristina da Silva e Silva	Deferida	Educação Infantil	
491	Cley Anderson da Silva	Deferida	Educação Física	
492	Mércia Regina Honorio Domenciano	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
493	Rosynara Eyng	Deferida	C.1 - Língua Portuguesa	D.1 - Língua Portuguesa
494	Elyse Fernanda Sant'Anna Travassos	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
495	Gabriela Werberich Molina	Deferida	C.2 - Matemática	D.2 - Matemática
496	Maria Aparecida dos Santos Lacava	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
497	Rosane da Silva	Deferida	Educação Infantil	
498	Susane Loth Kock	Deferida	Educação Infantil	
499	Patrícia Nunes Pereira	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
500	Camila Gregório	Deferida	Educação Física	
501	Manuela Vicente	Deferida	Educação Infantil	
502	Janice da Silva Kubiak	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
503	Antonella Tomé Namorado	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
504	Edilene Tris Caldeira Lourenço	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
505	Cintia da Cruz	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
506	Anderson Rosa Cavalcanti	Deferida	Educação Física	
507	Renan Messias Moraes	Indeferida	C.2 - Matemática	
508	Jéssica Zeferina Britto	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
509	Carla Beatriz de Souza	Deferida	Educação Física	
510	Juliana Garcia Mascarenhas	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
511	Jusley Rosa de Freitas	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
512	Gisleine Machado	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
513	Adriana Mesquita de Lima	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
514	Maria Vitória Mafra Ferreira	Deferida	Educação Infantil	
515	Bianca Rodrigues dos Santos	Deferida	Educação Infantil	
516	Eliane de Souza Pereira	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
517	Ariele Viégas Luiza	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
518	Maria Helena Alves	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
519	Ariane Viégas Luiza	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
520	Edineide Maria Aparecida Salvador	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
521	Viviane Costa Moura	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
522	Mônica Maria dos Santos	Deferida	Educação Infantil	
523	Marcelo de Borba Paulo	Deferida	Educação Física	
525	Aniversina Lopes Amorim	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
526	Monica Ferreira	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
527	Osvaldo José Amorim	Indeferida		
529	Anelize Agostinho	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
530	Jucelaine de Fatima Gross Taques	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.

531	Simone de Paila Martins	Deferida	Educação Infantil	
532	Leopoldina Felicia da Silva	Deferida	Educação Infantil	
533	Chanaísa Monteiro	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
534	Maristela Camilo da Silva	Deferida	Educação Infantil	
535	Alessandro Mafra	Deferida	Educação Física	
536	Maria Tereza Bento	Deferida	Educação Infantil	
537	Catarina Aparecida Floriano	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
538	Michelly Vieira	Deferida	Educação Infantil	
539	Simone Felicio Régis Dutra	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
540	Cristiane Marilena da Silva	Deferida	C.2 - Matemática	D.2 - Matemática
541	Marina Elis Somenciano	Deferida	Educação Física	
542	Angela Maria Vieira Passos	Deferida	Educação Infantil	
543	Wilson Edson Pires	Deferida	C.4 - Geografia	D.4 - Geografia
544	Tania dos Santos Rosa	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
545	Vitória Gabriela Pereira	Deferida	Educação Infantil	
546	Fernando Mario de Mello	Deferida	Educação Física	
547	Danielli Cristini Pereira Vieira	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
548	Lisiane Alves Guadeni Ribeiro	Deferida	C.5 - Ciências	
549	Ilda Cavalleri Vailatti	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
550	Neuza Maria de Souza	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
551	Dâmaris Corrêa	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
552	Dimas Eduardo dos Santos	Deferida	Educação Física	
553	Elisandro Feliciano da Silva	Deferida	C.3 - História	D.3 - História
554	Daiana Leite Martins	Deferida	Educação Infantil	
555	Roseli de Fatima Clein	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
556	Carmelita Braatz da Silva	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
557	Nelir Moser	Deferida	Educação Infantil	
558	Nilson Dilo de Souza	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
559	Scheila Maria de Melo Bezerra	Deferida	Educação Infantil	
560	Viviane Egídea de Santana Francisco	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
561	Thyciane Feitosa de Santana da Costa	Deferida	C.3 - História	
562	Silvia Maria Cabral Unipierre	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
563	Edite Fossa de Souza	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
564	Josiane Rezende Albuquerque	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
565	Renata Raimon Pereira da Silva	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
566	Fábio Goudini de Carvalho	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
567	Camila Claudino	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
568	Franciele Raquel Hickmann	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
569	Mirian Fatima Santana da Silva	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
570	Ana Deise Lopes	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
571	Josiane Rita Celista	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
572	Jucélia Aparecida Agostinho Bento	Deferida	Educação Infantil	
573	José Natalicio da Silva	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
574	Wilson de Oliveira Neto	Indeferida	C.3 - História	D.3 - História
575	Fernanda Pereira	Deferida	Educação Física	
576	Sandra Regina da Rosa Mendes	Deferida	C.4 - Geografia	D.4 - Geografia
577	Sheila Salete do Nascimento	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
578	Raimundo Nonato Silva Lopes	Deferida	Educação Física	
579	Mari Lúcia Heiden	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
580	Joaquim Eduardo de Oliveira	Deferida	Educação Física	

581	Henrique Demétrio	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
582	Maitê Cleide Pinheiro	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
583	Alessandra Daniela Kostantiuk	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
583	Alessandra Daniela Kostantiuk	Deferida	C.5 - Ciências	
585	Elisane Angioletti Altini	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
586	Kelli Cristina da Silva	Deferida	Educação Infantil	
587	Evaldir Duarte	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
588	Vanja Rebello dos Santos de Souza	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
589	Walquíria Jacinta Germano Gomes	Deferida	Educação Infantil	
590	Myrcea Heloisa Wagner	Deferida	Educação Infantil	
591	Claudia Adriana Moresco	Deferida	Arte	
592	Elaine Cristina da Trindade	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
593	Geovana Cardoso Floriano	Deferida	Educação Infantil	
594	Sirlei Balbina Silva Martins	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
595	Luciana Natiara Rosa	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
596	Daiana Baptista	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
597	Michele Beatrice Anacleto da Rosa	Deferida	D.5 - Ciências	
598	Micheli Pereira Spiess	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
599	Roseli Hanck dos Santos	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
600	André Lucas dos Santos	Deferida	Educação Física	
601	Janini Pinheiro	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
602	Denise Maria Souza	Deferida	C.1 - Língua Portuguesa	D.1 - Língua Portuguesa
603	Gisele Wachilewski	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
604	Lilian Adelina Voigt dos Santos	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
605	Elisandra Paulina	Indeferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
606	Daniely Costa Lindozo	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
607	Oallas Allan Sena Garcia	Deferida	Educação Física	
608	Marcia Helena Wagner	Deferida	Arte	
609	Andréa Ziehlsdorff	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
609	Andréa Ziehlsdorff	Indeferida		D.2 - Matemática
610	Patricia de Souza	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
611	Michelle Savana Ribeiro	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
612	Naiara Thais Nicolau	Deferida	C.4 - Geografia	D.4 - Geografia
613	Maria Elisandra Vieira	Deferida	Educação Infantil	
614	Renata Terezinha da Silva	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
615	Dilan Anacleto Lucrezia	Deferida	C.5 - Ciências	D.5 - Ciências
616	Maurício Valpir da Silva	Deferida	C.2 - Matemática	D.2 - Matemática
617	Agrícia Brasil Klock	Deferida	Arte	
618	Clemir Teresinha dos Santos	Deferida	C.3 - História	
619	Paulo Roberto Valadares	Deferida	C.3 - História	D.3 - História
620	Cristian Willians Fraga	Deferida	C.2 - Matemática	D.2 - Matemática
621	Bruno Cesar Mikail de Mello	Deferida	Educação Física	
622	Brenda Boeira da Silva Pöerner	Indeferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
623	Joselito Linhares	Deferida	C.2 - Matemática	D.2 - Matemática
624	Cléo Juvenal Gonçalves	Deferida	C.3 - História	D.3 - História
625	Aline Leonor Lourenço	Deferida	C.4 - Geografia	D.4 - Geografia
626	Joelma Andercia Patricio	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
627	Inajara Antunes	Deferida	Educação Infantil	
628	Daiane de Souza Raulino	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
629	Karine Pegoretti	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	

630	Eliane de Oliveira Giolo Sampaio	Deferida	C.1 - Língua Portuguesa	D.1 - Língua Portuguesa
631	Rita de Cássia Fagundes	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
632	Reinaldo do Carmo Batista	Indeferida	C.1 - Língua Portuguesa	D.1 - Língua Portuguesa
633	Indianara Mendes	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
634	Leonardo Tebaldi Henrique dos Reis	Deferida	Arte	
635	Claudia Mehler Bot	Deferida	C.3 - História	D.3 - História
636	Patricia Coêlho Martins Pereira	Deferida	C.3 - História	
637	Cesar Augusto Witmann	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
638	Juliana Mendes	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
639	Fernanda Freire da Silva Soares	Deferida	Educação Infantil	
640	Claudia Rosane Triches Tulio	Deferida	Educação Infantil	
641	Édna Anacleto	Deferida	Educação Infantil	
642	Thiana Kener Cheiran	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
643	Mariele Schifter	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
644	Patrícia de Andrade Noreak Pereira	Deferida	C.7 - Inglês	D.6 - Inglês
645	Patricia Bittencourt	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
646	Marlos Fabiano Patricio	Deferida	C.1 - Língua Portuguesa	D.6 - Inglês
647	Elizete Maria dos Santos	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
648	Ivânia Onélia Pinto	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
650	Leila Maria do Nascimento Ferreira	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
651	Daiane Feger	Indeferida	Arte	
652	Elisa Maria Aymore Ladaga	Deferida	Educação Física	
653	Dalgima Jandoti de Carvalho	Deferida	C.5 - Ciências	D.5 - Ciências
654	Josiane Pereira Flores	Deferida	Educação Infantil	C.5 - Ciências
655	Juscelino Oliveira	Indeferida	D.4 - Geografia	
656	Aline Cristina Pereira da Silva Camelo	Deferida	C.1 - Língua Portuguesa	
657	Viviane Schefer	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
658	Luana Cristina Fonseca	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
659	Cleide das Neves Silva	Deferida	Educação Infantil	
660	Mayra Anne Duarte	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
661	Stepany Aline Cardoso	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
662	Rita de Cassia Vieira	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
663	Luiz Felipe Bento	Deferida	Educação Física	
664	Deise Regina dos Santos	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
665	Rose Aparecida Padilha Rayser	Deferida	C.7 - Inglês	D.6 - Inglês
666	Izabel Cristina Borges de Souza	Indeferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
667	Leide das Neves Silva	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
668	Nelson Gonçalves Pinto Junior	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
669	Thullav Batista de Carvalho	Deferida	C.1 - Língua Portuguesa	D.1 - Língua Portuguesa
670	Luciana da Silva Dantas Soares	Deferida	C.3 - História	D.3 - História
671	Bruno de Souza Abreu	Indeferida	C.4 - Geografia	D.4 - Geografia
672	Juliane de Souza Ramos	Deferida	C.3 - História	D.3 - História
673	Josiane de Souza	Deferida	Arte	
674	Claudia Corradi	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
675	Priscila de Paula Souza	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
676	Aline Fernanda Cavaco	Deferida	Arte	
677	Marluci dos Navegantes Simões	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
678	Edson Antonio Cordeiro Junior	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
679	Letícia Narciso Felizardo	Deferida	C.5 - Ciências	D.5 - Ciências
680	Eliane dos Santos Celestino	Deferida	Educação Infantil	

681	Bruna Regina Alves de Oliveira	Indeferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
682	Maria Verônica de Oliveira Fujiwara	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
683	Eliana Lemes Queiroz Macedo	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
684	Juliomar João Bento Junior	Deferida	Educação Física	
685	Deise Renata Serpa Ortiz	Indeferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
685	Deise Renata Serpa Ortiz	Indeferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
686	Claudiomiro Baldissera Bassan	Deferida	D.3 - História	
687	Ana Helena da Silva Borghi	Deferida	C.2 - Matemática	D.2 - Matemática
688	Daniela Rivelles	Deferida	Educação Física	
689	Michelle Aparecida Porto Neumann	Deferida	C.4 - Geografia	
690	Oswaldo Moreira de Silva Junior	Deferida	Educação Física	
691	Jaqueline Aparecida Pereira Santos	Deferida	C.1 - Língua Portuguesa	C.7 - Inglês
692	Maiara Cristina Vieira	Deferida	Educação Infantil	
693	Daiana Berti	Deferida	C.3 - História	D.3 - História
694	Andrea Regina Bento	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
695	Perla Gadens Staniszewski	Deferida	C.5 - Ciências	
696	Danielle Abravanell	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
697	Elisângela Feliciano de Oliveira	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
698	Angela Ribeiro Machado lopes	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
699	Deyse Juliana Livimalli	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
700	Wagner Walmor Cordeiro	Deferida	Educação Física	
701	Vanessa Pamela de Souza Costa	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
702	Renata de Lima Henriques	Deferida	Educação Infantil	
703	Maria Eunice Gomes da Costa	Indeferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
704	Clislaide Aparecida Prokop de Souza	Deferida	Educação Infantil	
705	Maria Neucio Borba Medeiros	Deferida	Arte	
706	Fabricio Inocêncio	Deferida	Educação Infantil	
707	Fabio Alves Senra	Deferida	Educação Física	
708	Ligia Mara Evaristo	Deferida	C.2 - Matemática	D.2 - Matemática
709	Maykon Caldeira dos Santos	Indeferida	Educação Física	
710	Jenifer Herber	Deferida	Educação Física	
711	Jeferson Almeida dos Santos	Deferida	Educação Física	
712	Micaelly de Oliveira Mesquita	Deferida	C.3 - História	
712	Micaelly de Oliveira Mesquita	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
713	Priscilla Thays de Souza	Deferida	Educação Infantil	
714	Eleuza Luciana Francisco Hellmann	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
715	Luã de Souza Cardoso	Deferida	Educação Física	
716	Ana Lúcia de Souza	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
717	Graziele Lourenço Ferreira	Deferida	Anos Iniciais Ens. Fund.	
718	Murilo dos Santos	Deferida	Educação Física	
719	Nicarela Tavares Pereira	Indeferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
720	Gabriela dos Reis	Indeferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
721	Marcio Kleber Cernach	Deferida	C.2 - Matemática	D.2 - Matemática
722	Denise dos Santos Lopes	Deferida	Educação Física	
723	Alessandra Moser Correia	Indeferida	C.5 - Ciências	C.5 - Ciências
724	Simone Alves da Silva	Deferida	C.5 - Ciências	D.5 - Ciências
725	Thainá Gonçalves Dantas Godinho	Deferida	C.1 - Língua Portuguesa	D.1 - Língua Portuguesa
726	Dinacir Kosclanski dos Santos	Deferida	Educação Infantil	
727	Juliana da Silva	Deferida	Educação Física	
728	Letícia Martins Evaldt	Indeferida	C.7 - Inglês	D.6 - Inglês

729	João Paulo da Silva Caetano	Deferida	C.5 - Ciências	D.5 - Ciências
730	Célia do Rocio Gavronski de Assis	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
731	Gabriela Corradi de Paula	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
732	João Francisco Nunes	Deferida	Educação Física	
733	Cleber Maciel Neumann	Indeferida	C.5 - Ciências	D.5 - Ciências
734	Priscila Alves	Deferida	C.5 - Ciências	D.5 - Ciências
735	Jonathan dos Santos Gularte	Deferida	Educação Física	
736	Sue Anny Simas Macena	Deferida	Arte	
737	Camila Leal	Deferida	C.1 - Língua Portuguesa	D.1 - Língua Portuguesa
738	Solange Maria Motta	Deferida	Educação Infantil	
739	Jéssica Ferni de Barros Pastorino	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
740	Vanessa Angelica Costa Souza	Deferida	C.5 - Ciências	
741	Ana Carolina Yagi dos Santos Ranguet	Indeferida	Educação Infantil	
742	Camila B Steil	Deferida	Arte	
743	Marllon Rafael Glixunski	Deferida	Educação Física	
744	Lidia Rosa dos Navegantes	Deferida	Educação Infantil	
745	Neide Silva Antão	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
746	Vivian Raggenbass D'angelo	Deferida	Educação Física	
747	Kátia Flávia Pereira Alvex de Souza	Deferida	Educação Física	
748	Elaine Cristina Rhenius	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
749	Rosimeri dos Santos Santana	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
750	Elizabete Aguiar Necherbon	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.
751	Cintia Brasil Cardoso	Deferida	Educação Física	
752	Juanna Gabriela Rkeusch Sarmiento da Silva	Deferida	Educação Infantil	Anos Iniciais Ens. Fund.

Penha, 19 de janeiro de 2016.
Aquiles José Schneider da Costa
Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 09/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 05/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 09/2017 – Pregão Presencial 05/2017.

Objeto: Contratação de empresa especializada para o transporte de estudantes/acadêmicos de Peritiba à Concórdia, para possíveis demandas de viagens fora do município de Peritiba, bem como para o transporte de idosos e hipertensos do interior para o centro do município e vice-versa conforme itens, condições, itinerários/percursos constantes no Anexo I do edital.

Processo licitatório destinado exclusivamente aos interessados qualificados como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou MEI.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 13h45min do dia 01/02/2017.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 14h00min do dia 01/02/2017.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba – SC em 19 de Janeiro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 10/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 06/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 10/2017 – Pregão Presencial 06/2017.

Objeto: contratação de empresa para fornecimento/confecção de camisetas para o XXVII encontro da mulher Peritibense (Lei autorizativa 2099/2016) a realizar-se no dia 12 de Março de 2017 no Município de Peritiba, conforme relação de itens e modelo constantes no Anexo I do edital.

Processo licitatório destinado exclusivamente aos interessados qualificados como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou MEI.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 03/02/2017.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 03/02/2017.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba – SC em 19 de Janeiro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS 01 2017 - COMBUSTÍVEL FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 01/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de registro de preços para eventuais aquisições de combustível (gasolina, óleo diesel comum e óleo diesel b s-10) para consumo das viaturas e motocicletas do Fundo Municipal de Saúde de Petrolândia. Empresa WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA, inscrita no CNPJ: 01.602.498/0001-25, valor R\$ 169.500,00. Data: 19/01/2017. Valor Total: R\$ 169.500,00. Petrolândia, 20 de janeiro de 2017. Joel Longen – Prefeito Municipal.

CONTRATO 01 2017 - LOCAÇÃO NASF

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2017

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Saúde e o Senhor SANTOLINO WALTER, inscrito no CPF: 631.037.379-04. Objeto: LOCAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO, COM APROXIMADAMENTE 110M² (01 COZINHA, 01 SALA, 03 QUARTOS, 01 LAVAÇÃO E 01 GARAGEM), SITUADA NA RUA GENEROSO THIVES, Nº 340, CENTRO, PETROLÂNDIA/SC, COM A FINALIDADE DE ADEQUAR O ESPAÇO PARA FUNCIONAMENTO DO NASF – NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA. Data: 06/01/2017. Valor da locação: R\$ 7.992,00. Vigência: 06/01/17 a 31/12/17. Petrolândia, 20 de janeiro de 2017. Joel Longen – Prefeito Municipal.

ATA REGISTRO DE PREÇOS 02 2017 - MATERIAL ESCOLAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 02/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de registro de preços para eventuais aquisições de diversos materiais escolares para consumo de alunos matriculados na rede pública de ensino desta municipalidade. Empresa BIBY PAPELARIA LTDA ME, inscrita no CNPJ: 81.018.186/0001-08, valor R\$ 10.996,65. Empresa FGH DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS PARA DEPARTAMENTO EIRELI, inscrita no CNPJ: 21.063.346/0001-09, valor R\$ 5.900,00. Empresa ADL COMERCIAL EIRELI EPP, inscrita no CNPJ: 15.267.298/0001-78, valor R\$ 12.726,00. Empresa RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME, inscrita no CNPJ: 21.304.312/0001-69, valor R\$ 6.674,00. Empresa JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI ME, inscrita no CNPJ: 13.965.228/0001-68, valor R\$ 24.719,10. Empresa IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA, inscrita no CNPJ: 20.081.724/0001-14, valor R\$ 8.192,55. Empresa CÉLIA REGINA W. SANI ME, inscrita no CNPJ: 04.195.853/0001-87, valor R\$ 11.527,00. Empresa BOZZANO E BOZZANO LTDA ME, inscrita no CNPJ: 85.323.392/0001-82, valor R\$ 7.519,75. Empresa BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI ME, inscrita no CNPJ: 12.667.876/0001-75, valor R\$ 12.524,05. Data: 18/01/2017. Valor Total: R\$ 100.779,10. Petrolândia, 20 de janeiro de 2017. Joel Longen – Prefeito Municipal.

ATA REGISTRO DE PREÇOS 03 2017 - COMBUSTÍVEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 03/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de registro de preços para eventuais aquisições de gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel B S-10 para consumo dos veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Petrolândia. Empresa WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA, inscrita no CNPJ: 01.602.498/0001-25, valor R\$ 821.250,00. Data: 19/01/2017. Valor Total: R\$ 821,250,00. Petrolândia, 20 de janeiro de 2017. Joel Longen – Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

DECRETO 4516/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
DECRETO Nº 4.516, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

ATUALIZA MONETARIAMENTE A PLANTA GENÉRICA DE VALORES, DO MUNICÍPIO PARA EFEITO DE LANÇAMENTO DO IPTU - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E TSP - TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que dispõe Parágrafo Único do Art. 11, da Lei Municipal nº 422/86, de 05 de dezembro de 1986, e Lei Complementar nº 132, de 05/12/2006.

DECRETA

Art. 1º - Fica atualizada monetariamente em 7,19% (sete inteiros e dezenove centésimos percentuais), a Planta Genérica de Valores do Município, para efeito de lançamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano e TSP - Taxas de Serviços Públicos, para o exercício de 2017.

Parágrafo único – O percentual de reajuste, corresponde ao IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado, acumulado, da Fundação Getúlio Vargas, do exercício de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor em 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto,
em 30 de dezembro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
Secretária de Administração

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Fone/Fax: (49) 3562-2000 - Fax: (49) 3562-1460 - E-mail: tributos@ppreto.com.br
89570-000 – PINHEIRO PRETO – SC.

DECRETO 4517/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
DECRETO Nº 4.517, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

FIXA VALORES VENAIS DAS CONSTRUÇÕES E DOS TERRENOS URBANOS E RURAIS PARA EFEITO DO ITBI - IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS (INTER-VIVOS), PARA SEREM APLICADOS NO EXERCÍCIO DE 2017.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

DECRETA

Art. 1º - Ficam fixados em 7,19% (sete inteiros e dezenove centésimos percentuais), os valores venais das construções, dos terrenos urbanos e rurais, para efeito da cobrança do ITBI - Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis (Inter-Vivos), conforme os Anexos I, II e III, respectivamente, para serem aplicados no exercício de 2017.

Parágrafo único – O percentual de reajuste, corresponde ao IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado, acumulado, da Fundação Getúlio Vargas, do exercício de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor em 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto,
em 30 de dezembro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
Secretária de Administração

DECRETO 4518/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
DECRETO Nº 4.518, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

FIXA O VALOR DE REFERÊNCIA MUNICIPAL - VRM, PARA VIGORAR NO EXERCÍCIO DE 2017.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

DECRETA

Art. 1º - Fica fixado em R\$ 525,20 (Quinhentos e vinte e cinco reais e vinte centavos), o VRM (VALOR DE REFERÊNCIA MUNICIPAL), para vigorar no exercício de 2017.

Parágrafo único – O valor fixado foi reajustado em 7,19% (sete inteiros e dezenove centésimos percentuais), correspondente ao IGP-M - (Índice geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas), acumulado, no ano de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor em 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto,
Em 30 de dezembro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
Secretária de Administração

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Fone/Fax: (49) 3562-1311 - Fax: (49) 3562-1460 - E-mail: tributos@ppreto.com.br
89570-000 – PINHEIRO PRETO – SC.

DECRETO 4519/2016

DECRETO Nº 4.519, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL DE 2017 PARA RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 17, da Lei nº 422/86, de 05 de dezembro de 1986 (Código Tributário Municipal);

DECRETA

Art. 1 - Fica aprovado o Calendário Fiscal para o Exercício Financeiro de 2017, definindo Tributos, sua data de vencimento parcelamento para o recolhimento, como segue:

I - IPTU - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

T S P - TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

parcela única: 10 de abril (com 10% de desconto);

1ª parcela: 10 de abril;

2ª parcela: 10 de maio;

II - TLL - TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO (ALVARÁ)

parcela única: 10 de abril (com 5% de desconto)

1ª parcela: 10 de abril;

2ª parcela: 15 de maio;

III - ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (FIXO)

parcela única: 10 de abril (sem desconto);

IV - ISS - HOMOLOGADO

pagamento mensal: Dia 20 do mês subsequente em que ocorreu o fato gerador;

Art. 2º - Os Tributos Municipais poderão pagos, até o vencimento, em qualquer Agência Bancária. Após o vencimento somente na Agência do Banco do Brasil.

Art. 3º - Após o prazo fixado para o recolhimento dos Tributos, e não liquidados, ficam sujeitos às penalidades previstas no Código Tributário Municipal, bem como a inscrição em Dívida Ativa.

Parágrafo Único: o pagamento de Tributos Municipais com o recolhimento fora do prazo fixado pelo Decreto, serão acrescidos de Multa, Juros e Correção Monetária conforme discriminado abaixo:

1 – O débito será corrigido pelo IGP-M;

2 – Sobre o débito corrigido incidirá multa de

O RECOLHIMENTO FORA DO PRAZO IMPLICARÁ EM CORREÇÃO MONETÁRIA mais Juro de 1% ao mês, além de:

1. Multa de 10% quando o pagamento se efetuar nos primeiros trinta dias após o vencimento,

2. Multa de 15% quando o pagamento se efetuar após trigésimo dia e até o sexagésimo dia de vencimento.

3. Multa de 20% quando o pagamento se efetuar após o sexagésimo dia de vencimento.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto,
Em 30 de dezembro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ANGELA NATIELI PERDONCINI

Secretária de Administração

DECRETO 4520/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

DECRETO Nº 4.520, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

FIXA ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE TRIBUTOS VENCIDOS, PARA PAGAMENTO NO MÊS DE JANEIRO/2017.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que dispõe o Art. 98, da Lei Municipal nº 422, CTM - Código Tributário Municipal, de 05 de dezembro de 1986 e alterações da Lei Complementar Nº 132, de 05 de dezembro de 2006.
DECRETA

Art. 1º - Fica fixado em 0,54% (cinquenta e quatro centésimos por cento), o índice para atualização monetária dos tributos municipais, vencidos até o mês de dezembro/2016, para pagamento no mês de Janeiro/2017.

Parágrafo único – O índice acima, corresponde à variação, positiva, do IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, de Dezembro/2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto,
em 30 de dezembro de 2016.

EUZEBIO VIECELI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ANGELA NATIELI PERDONCINI

Secretária de Administração

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Fone/Fax: (49) 3562-2000 - Fax: (49) 3562-2031 - E-mail: tributos@ppreto.com.br
89570-000 – PINHEIRO PRETO – SC.

Planalto Alegre

PREFEITURA

EDDL003_2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. PM - 003/2017

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS

Edital: PM/DL - 003/2017.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº PM-006/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA.

VALOR: R\$ 5.130,00 (cinco mil cento e trinta reais)

Objeto: Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação VIGÊNCIA: 01/01/2017 a 31/12/2017

O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site: www.planaltoalegre.sc.gov.br/licitações.

PLANALTO ALEGRE, 19 de Janeiro de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal.

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 003/2017

DECRETO Nº 003/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

“CONTRATA CONSELHEIRA TUTELAR.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO que a Conselheira Tutelar Rosane de Oliveira está em gozo de férias, de acordo com o Decreto 933/2016 de 05/12/2016;

CONSIDERANDO que o cargo de conselheiro tutelar é de caráter eletivo, tendo como pré-requisito classificação em prova teórica;

CONSIDERANDO a existência de suplentes eleitos através do Processo de Eleição n. 001/CMDCA/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ROSIMONE NAIBO FURLAN, portadora do RG n. 2.424.610-7 e CPF n. 894.763.369-00 para exercer o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR com 40:00 horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 005/2017

DECRETO Nº 005/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante a excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a servidora MARIZA LOPES PIMENTEL, matrícula 5758, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com 40 horas semanais, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 006/2017

DECRETO Nº 006/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência e,

CONSIDERANDO o previsto no Inciso IV, do Artigo 44º, da Lei Complementar nº 106/2010 de 14 de setembro de 2010;

CONSIDERANDO, a necessidade de servidor lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possa praticar toda e qualquer ação em nome da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a Servidora Pública Municipal Sra. MARIZA LOPES PIMENTEL, Matrícula 5758, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder pelo Cargo de Confiança com Função Gratificada de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º. - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 011/2017

DECRETO Nº 011/2017 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

“NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PUBLICO”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a classificação e aprovação no Concurso Público 001/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. ALESSANDRA DAIANE ANDOGNINI, portadora do RG n. 3.208.521 e do CPF n. 019.435.799-62 para exercer o cargo efetivo de TECNICO ADMINISTRATIVO, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JANEIRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 013/2017

DECRETO Nº 013/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

“NOMEIA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a Sra. ADRIANA PAVELSKI, portadora da Carteira de Identidade n. 2.877.799 e do CPF 987.217.049-53, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Padrão “CC”, Nível “01”, com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JANEIRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 014/2017

DECRETO Nº 014/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

"NOMEIA DIRETORA"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a Sra. MARLY ANA FRANZEN, portadora do CPF 790.003.209-68, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA, Padrão "CC", Nível "04", com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JANEIRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 015/2017

DECRETO Nº 015/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. FRANCIELI ANZANELO DO AMORIN, matrícula 6416, ocupante do cargo de AGENTE EDUCACIONAL, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício n. 6156924896 foi concedido até o dia 31 de Janeiro de 2017, podendo a servidora se considerar incapacitada para o trabalho requerer novo exame medico pericial.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JANEIRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 017/2017

DECRETO Nº 017/2017, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias proporcionais a Servidora Pública Municipal Sra. MONICA APARECIDA VARELLA URBANO, matrícula 1608, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 27 dias, referente a período aquisitivo de 15/02/2016 A 14/02/2017, e que serão gozadas de 02/01/2017 a 28/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE JANEIRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 018/2017

DECRETO Nº 018/2017, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. SIDIANE DE FATIMA FOGAÇA GUIDINI, matrícula 5811, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 15 dias, referente a período aquisitivo de 02/01/2013 a 01/01/2014, e que serão gozadas de 02/01/2017 a 16/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE JANEIRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 019/2017

DECRETO Nº 019/2017, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. DORILDA RODRIGUES FORNARI HUK, matrícula 5745, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, por um período de 30 dias, referente a período aquisitivo de 01/12/2015 a 30/11/2016, e que serão gozadas de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE JANEIRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 020/2017

DECRETO Nº 020/2017, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, por um período de 30 (trinta) dias, e que serão gozadas de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
768	ALEXANDRE LUIZ DALLALIBERA	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR	02/01/2016 A 01/01/2017
6269	JORANDIR BORGES MARTINS	OPERADOR DE TRATOR ESTEIRA	17/03/2016 A 16/03/2017
108	JOSE NERY WRUBEL	MECANICO	01/02/2015 A 31/01/2016
759	ROQUE JOSE PRAMIO	MOTORISTA	01/01/2016 A 31/12/2016

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE JANEIRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 021/2017

DECRETO Nº 021/2017, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, por um período de 30 (trinta) dias, e que serão gozadas de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
5719	CENAIR DA CRUZ DAVID	AGENTE DE CONSTRUÇÃO	04/10/2015 A 03/10/2016
6272	JONAS CEZAR DE SOUZA	OPERADOR DE MINI ESCAVADEIRA	05/03/2015 A 04/03/2016
788	JOSE JACIR PEDROSO	MOTORISTA	01/01/2016 A 31/12/2016
1471	JOSE SILMAR DE AZEREDO	MOTORISTA	08/04/2015 A 07/04/2016
907	LAUDEMIR XAVIER	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	01/01/2016 A 31/12/2016
5806	SIDINEIA MACIEL BOTTOLI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	01/02/2015 A 31/01/2016
5733	TEREZINHA QUISTER	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	16/11/2015 A 15/11/2016

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE JANEIRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 022/2017

DECRETO Nº 022/2017, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 30 (trinta) dias, e que serão gozadas de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
5709	DAYANE PAULA PIMENTEL	MONITORA 40H	13/09/2015 A 12/09/2016
5703	DRIANE SALETE SPESSATTO TESTA	MONITORA 40H	10/07/2015 A 09/07/2016
5721	GIOVANA VRUBLIESCKI VICENSI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	04/10/2015 A 03/10/2016
5917	LETICIA MARIA RIBAK RODRIGUES PIMENTEL	MONITORA 20H	23/02/2016 A 22/02/2017
5930	MAIELI APARECIDA LAMP	MONITORA 20H	01/03/2016 A 28/02/2017
764	ODETE MARSANGO WRUBEL	AGENTE DE ARTESANATO	01/01/2015 A 31/12/2015
1458	PATRICIA FRANZEN	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	22/03/2016 A 21/03/2017

5947	ROSANI ZENATTI PALHA	MONITORA 20H	02/01/2016 A 01/01/2017
5747	SUELI VASCONCELLOS MARTINS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	01/12/2015 A 30/11/2016
5744	TEREZINHA FRATTA PAGLIA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	01/12/2015 A 30/11/2016

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE JANEIRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

DECRETO 023/2017

DECRETO Nº 023/2017, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias proporcionais a Servidora Pública Municipal Sra. SILVANA SUTIL, matrícula 6363, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 27 dias, referente a período aquisitivo de 15/02/2016 A 14/02/2017, e que serão gozadas de 02/01/2017 a 28/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE JANEIRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 024/2017

DECRETO Nº 024/2017, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. CIANA TEREZINHA BERTE DE ABREU, matrícula 5752, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 30 dias, referente a período aquisitivo de 01/12/2015 a 30/11/2016, e que serão gozadas de 16/01/2017 a 14/02/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE JANEIRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 030/2017

DECRETO Nº 030/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

“NOMEIA DIRETORA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a Sra. SILVANA APARECIDA ALLEBRANDT, portadora da Carteira de Identidade n. 3.807.072 e do CPF 041.153.619-21, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA, Padrão “CC”, Nível “04”, com 40:00 horas/semanais, para exercer suas funções junto ao Abrigo de Crianças e Adolescentes Raio de Luz, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE JANEIRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 002/2017 - PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 002/2017 - PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por Item;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Contratação de empresa para manutenção e reparo das máquinas e veículos de utilização das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo, com fornecimento de peças, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 01/02/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 01/02/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 20 de Janeiro de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 042/2017

DECRETO Nº 042, de 13 de janeiro de 2017.
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA ORLANDO JOSÉ SCHMIDT, para o cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Arrecadação e Fiscalização, Símbolo DI, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 13 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 043/2017

DECRETO Nº 043, de 13 de janeiro de 2017.
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA NEI EVALDO GIACOMINI, para o cargo de Provimento em Comissão de Chefe da Divisão de Meio Ambiente e Florestas, Símbolo CD, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 13 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

LEI MUNICIPAL Nº 4.443/2017

LEI Nº 4.443, de 18 de janeiro de 2017.
Dispõe sobre a Revisão Geral Anual.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder a "Revisão Geral Anual" de 6,58% (seis vírgula cinquenta e oito por cento), de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acumulada de janeiro a dezembro de 2016.

Art. 2º A "Revisão Geral Anual" será concedida a todos os servidores efetivos e comissionados, ativos, inativos e pensionistas da Câmara Municipal de Porto União, aplicada em uma única vez, considerando como base o mês de janeiro de 2017.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 18 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

LEI MUNICIPAL Nº 4.444/2017

LEI Nº 4.444, de 18 de janeiro de 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal revogar o Termo de Cessão de Uso nº 004/2013, autorizado através da Lei Municipal nº 4.160, de 17 de julho de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a revogar o Termo de Cessão de Uso nº 004/2013, autorizado através da Lei Municipal nº 4.160, de 17 de julho de 2013, referente à cessão de uso de um caminhão tanque usado à Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar de Porto União – CLAFPORTO.

Art. 2º Revogam-se a Lei Municipal nº 4.160, de 17 de julho de 2013, e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 18 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito MunicipalMIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte**LEI MUNICIPAL Nº 4.445/2017**

LEI Nº 4.445, de 18 de janeiro de 2017.

Altera o Anexo V da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo V da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO V**FUNÇÃO GRATIFICADA****- Secretaria Municipal de Planejamento**

Denominação	Nº de funções	Percentual
Responsável Técnico pela Emissão de ART e pela elaboração de Projetos, Execução e ou Fiscalização de Obras de Engenharia	03	30%

- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Denominação	Nº de funções	Percentual
Responsável Operacional de Serviços Administrativos	01	30%
Responsável pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	01	30%
Responsável pelo Centro de Atendimento Especializado – CREAS	01	30%
Responsável Técnico pela Emissão de Laudos Sociais	04	30%

- Secretaria Municipal de Administração e Esporte

Denominação	Nº de funções	Percentual
Responsável Operacional do Recursos Humanos	02	30%
Responsável pelos Esportes	01	30%
Responsável pelo Expediente	02	30%
Responsável Operacional de Serviços Administrativos	05	30%
Responsável pelo Centro de Processamento de Dados – CPD	01	30%
Responsável pelo Patrimônio/Frotas	01	30%
Responsável pelo Controle Interno	01	30%

- Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade

Denominação	Nº de funções	Percentual
Responsável pela Contabilidade	03	30%
Responsável pelo Controle de Arrecadação	01	30%
Responsável pela Pagadoria	01	30%
Responsável pela Fiscalização Tributária	03	30%

- Secretaria Municipal de Educação

Denominação	Nº de funções	Percentual
Responsável por Licitações	01	30%
Responsável pelo Compras	01	30%
Responsável Técnico pela Emissão de Laudos Sociais	01	30%
Responsável pelos Conselhos	01	30%

- Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Denominação	Nº de funções	Percentual
Responsável pela Equipe de Trabalho	08	30%

- Secretaria Municipal de Agricultura

Denominação	Nº de funções	Percentual
Responsável pelo Controle e Emissão de Notas Fiscais do Produtor	01	30%
Responsável pelos Serviços Administrativos da Agricultura	01	30%

- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente

Denominação	Nº de funções	Percentual
Responsável Operacional de Serviços Administrativos	01	30%

- Secretaria Municipal de Saúde

Denominação	Nº de funções	Percentual
Responsável pela Atenção à Saúde	01	30%
Responsável pela Educação em Saúde	01	30%
Responsável pela Vigilância Epidemiológica	01	30%
Responsável pela Saúde Bucal	01	30%
Responsável pela autorização de internação hospitalar e procedimentos de alto custo	01	30%
Responsável por Serviço Administrativo da Saúde	02	30%
Responsável pela Farmácia	01	30%
Responsável pelo Serviço Social	01	30%
Responsável por Programas Institucionais	06	30%

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 18 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

LEI MUNICIPAL Nº 4.446/2017

LEI Nº 4.446, de 18 de janeiro de 2017.

Altera os anexos I, II e III constantes da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os anexos I, II e III constantes da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO I ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

- I- GABINETE DO PREFEITO
- II- SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E TURISMO
- III- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
- IV- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE
- V- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
- VI- SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
- VII- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- VIII- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- IX- SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
- X- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE
- XI- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

COMPOSIÇÃO ORGANIZACIONAL

- I- GABINETE DO PREFEITO

- 1.1 - Assessoria Jurídica
- 1.2- Chefia de Gabinete
- 1.3- Gerência de Apoio Jurídico
- 1.4- Ouvidoria e Articulação Municipal
- 1.5- Coordenadoria de Imprensa
- 1.6- Coordenadoria de Gabinete
- 1.7- Consultoria de Defesa Civil
- 1.8- Consultoria de Imprensa
- 1.9- Assessoria de Informática

II- SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E TURISMO

- 2.1- Coordenadoria de Cultura
- 2.2- Coordenadoria de Eventos Culturais
- 2.3- Coordenadoria de Cultura e Turismo
- 2.4- Assessoria Cultural

III- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- 3.1- Superintendência da Ação Social
- 3.2- Consultoria de Desenvolvimento Social
- 3.3- Consultoria de Programas Sociais
- 3.4- Assessoria de Desenvolvimento Social

IV- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE

- 4.1- Chefia de Recursos Humanos
- 4.2- Gerência de Compras e Licitações
- 4.3- Supervisoria de Esportes
- 4.4- Coordenadoria de Tecnologia da Informação
- 4.5- Coordenadoria de Licitações
- 4.6- Coordenadoria de Esportes
- 4.7- Coordenadoria do Posto do Sine
- 4.8- Assessoria Esportiva

V- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

- 5.1- Direção de Planejamento
- 5.2- Gerência de Contratos e Convênios
- 5.3- Encarregadoria de Fiscalização
- 5.4 - Encarregadoria Geral do DEMUTRAN/PU
- 5.5- Encarregadoria da Divisão de Fiscalização, Tráfego e Sinalização
- 5.6- Supervisoria de Planejamento

VI- SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

- 6.1- Contadoria Geral do Município
- 6.2- Gerência de Arrecadação e Fiscalização
- 6.3- Gerência Financeira
- 6.4- Coordenadoria de Cadastro Técnico Imobiliário
- 6.5- Coordenadoria de Fiscalização
- 6.6- Coordenadoria de Pagadoria
- 6.7- Assessoria Financeira
- 6.8- Assessoria de Tributação

VII- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- 7.1- Encarregadoria da Manutenção de Serviços da Educação
- 7.2- Supervisoria de Projetos Educacionais
- 7.3 - Coordenadoria Itinerante para Ensino Fundamental da Educação
- 7.4- Coordenadoria de Manutenção da Merenda Escolar
- 7.5- Coordenadoria de Projetos Educacionais Itinerante
- 7.6- Coordenadoria de Manutenção dos Serviços da Educação
- 7.7- Assessoria de Informática da Educação

VIII- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 8.1- Chefia Técnico de Saúde
- 8.2- Chefia Administrativo da Saúde
- 8.3- Gerência de Compras da Saúde
- 8.4- Gerência de Planejamento da Saúde
- 8.5- Coordenadoria de Vigilância Sanitária
- 8.6- Coordenadoria Administrativa e Financeira da Saúde
- 8.7- Coordenadoria de Controle e Avaliação da Saúde
- 8.8- Coordenadoria de Radiologia
- 8.9- Coordenadoria de Programas Institucionais da Saúde

8.10- Coordenadoria de Manutenção de Serviços da Saúde

8.11- Assessoria de Apoio de Serviços da Saúde

8.12- Assessoria Administrativa de Unidade de Saúde

IX- SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

9.1- Gerência de Manutenção de Pontes, Galerias e Obras Públicas

9.2- Gerência de Obras e Serviços Públicos

9.3- Encarregadoria Geral de Mecânica e Manutenção Leves e Pesados

9.4- Encarregadoria de Mecânica Pesada

9.5- Supervisoria de Construção de Obras

9.6- Supervisoria de Funilaria e Pintura

9.7- Supervisoria do Distrito de Santa Cruz do Timbó

9.8- Supervisoria do Distrito de São Miguel da Serra

9.9- Coordenadoria da Manutenção de Logradouros Municipais

9.10- Coordenadoria de Equipe de Pavimentação Asfáltica

9.11- Coordenadoria Administrativa de Obras e Serviços Públicos

9.12- Coordenadoria de Controle de Frotas

9.13- Coordenadoria de Iluminação Pública

9.14- Coordenadoria de Obras do Interior de São Miguel

9.15- Coordenadoria de Mecânica e Manutenção Leve

9.16- Coordenadoria de Mecânica e Manutenção Pesada

9.17- Coordenadoria de Serviços Públicos

9.18- Coordenadoria de Obras do Interior de Santa Cruz

9.19- Consultoria de Manutenção Elétrica

9.20- Consultoria de Serviços Operacionais

9.21- Assessoria de Obras e Serviços Públicos

9.22- Assessoria de Britagem

X- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE

10.1- Coordenadoria da Divisão de Meio Ambiente e Florestas

10.2- Coordenadoria do Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente

XI- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

11.1- Direção de Agricultura

11.2- Coordenadoria de Qualidade e Defesa Agropecuária

11.3- Assessoria de Agricultura

ANEXO II**CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO**

A- NOMENCLATURA DO CARGO

B- COMPOSIÇÃO ORGANIZACIONAL

C- NÚMERO DE VAGAS

D- SÍMBOLO

E- VENCIMENTO

A	B	C	D	E
Dirigente de Planejamento	V	01	DG	CC1
Dirigente de Agricultura	XI	01	DG	CC1
Assessor Jurídico	I	02	AJ	CC2
Superintendente da Ação Social	III	01	SI	CC3
Chefe de Gabinete	I	01	CH	CC4
Chefe de Recursos Humanos	IV	01	CH	CC4
Contador Geral do Município	VI	01	CG	CC4
Chefe Técnico de Saúde	VIII	01	CH	CC4
Chefe Administrativo da Saúde	VIII	01	CH	CC4
Gerente de Apoio Jurídico	I	01	GE	CC5
Gerente de Compras e Licitações	IV	01	GE	CC5
Gerente de Contratos e Convênios	V	01	GE	CC5
Gerente de Arrecadação e Fiscalização	VI	01	GE	CC5
Gerente Financeiro	VI	01	GE	CC5
Gerente de Compras da Saúde	VIII	01	GE	CC5
Gerente de Planejamento da Saúde	VIII	01	GE	CC5
Gerente de Manutenção de Pontes, Galerias e Obras Públicas	IX	01	GE	CC5
Gerente de Obras e Serviços Públicos	IX	01	GE	CC5
Ouvidor e Articulador Municipal	I	01	OP	CC6
Encarregado Geral do DEMUTRAN/PU	V	01	EN	CC6

Encarregado de Fiscalização	V	01	EN	CC6
Encarregado da Divisão de Fiscalização, Tráfego e Sinalização	V	01	EN	CC6
Encarregado da Manutenção de Serviços da Educação	VII	01	EN	CC6
Encarregado Geral de Mecânica e Manutenção Leves e Pesados	IX	01	EN	CC6
Encarregado de Mecânica Pesada	IX	01	EN	CC6
Supervisor de Esportes	IV	01	SU	CC7
Supervisor de Planejamento	V	01	SU	CC7
Supervisor de Projetos Educacionais	VII	01	SU	CC7
Supervisor de Construção de Obras	IX	02	SU	CC7
Supervisor de Funilaria e Pintura	IX	01	SU	CC7
Supervisor do Distrito de Santa Cruz do Timbó	IX	01	SU	CC7
Supervisor do Distrito de São Miguel da Serra	IX	01	SU	CC7
Coordenador de Equipe de Pavimentação Asfáltica	IX	01	CO	CC8
Coordenador da Manutenção de Logradouros Municipais	IX	02	CO	CC8
Coordenador de Imprensa	I	01	CO	CC8
Coordenador de Gabinete	I	02	CO	CC8
Coordenador de Cultura	II	01	CO	CC8
Coordenador de Eventos Culturais	II	01	CO	CC8
Coordenador de Cultura e Turismo	II	01	CO	CC8
Coordenador de Tecnologia da Informação	IV	01	CO	CC8
Coordenador de Licitações	IV	01	CO	CC8
Coordenador de Esportes	IV	01	CO	CC8
Coordenador de Controle de Frotas	IX	01	CO	CC8
Coordenador do Posto do Sine	IV	01	CO	CC8
Coordenador de Cadastro Técnico Imobiliário	VI	01	CO	CC8
Coordenador de Fiscalização	VI	01	CO	CC8
Coordenador de Pagadoria	VI	01	CO	CC8
Coordenador Itinerante para Ensino Fundamental da Educação	VII	01	CO	CC8
Coordenador de Manutenção da Merenda Escolar	VII	01	CO	CC8
Coordenador de Projetos Educacionais Itinerante	VII	02	CO	CC8
Coordenador de Manutenção dos Serviços da Educação	VII	02	CO	CC8
Coordenador de Vigilância Sanitária	VIII	01	CO	CC8
Coordenador Administrativo e Financeiro da Saúde	VIII	01	CO	CC8
Coordenador de Controle e Avaliação da Saúde	VIII	01	CO	CC8
Coordenador de Radiologia	VIII	01	CO	CC8
Coordenador de Programas Institucionais da Saúde	VIII	01	CO	CC8
Coordenador de Manutenção de Serviços da Saúde	VIII	01	CO	CC8
Coordenador Administrativo de Obras e Serviços Públicos	IX	02	CO	CC8
Coordenador de Iluminação Pública	IX	01	CO	CC8
Coordenador de Obras do Interior de São Miguel	IX	01	CO	CC8
Coordenador de Mecânica e Manutenção Leve	IX	01	CO	CC8
Coordenador de Mecânica e Manutenção Pesada	IX	01	CO	CC8
Coordenador de Serviços Públicos	IX	01	CO	CC8
Coordenador de Obras do Interior de Santa Cruz	IX	01	CO	CC8
Coordenador do Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente	X	01	CO	CC8
Coordenador de Qualidade e Defesa Agropecuária	XI	01	CO	CC8
Coordenador da Divisão de Meio Ambiente e Florestas	X	01	CO	CC8
Consultor de Defesa Civil	I	01	CL	CC9
Consultor de Imprensa	I	01	CL	CC9
Consultor de Desenvolvimento Social	III	01	CL	CC9
Consultor de Programas Sociais	III	01	CL	CC9
Consultor de Manutenção Elétrica	IX	01	CL	CC9
Consultor de Serviços Operacionais	IX	01	CL	CC9
Assessor de Informática	I	02	AS	CC10
Assessor Cultural	II	02	AS	CC10
Assessor de Desenvolvimento Social	III	04	AS	CC10
Assessor Esportivo	IV	03	AS	CC10
Assessor Financeiro	VI	01	AS	CC10
Assessor de Tributação	VI	01	AS	CC10
Assessor de Informática	VII	03	AS	CC10
Assessor de Apoio de Serviços da Saúde	VIII	01	AS	CC10
Assessor Administrativo de Unidade de Saúde	VIII	02	AS	CC10
Assessor de Obras e Serviços Públicos	IX	03	AS	CC10
Assessor de Britagem	IX	01	AS	CC10

Assessor de Agricultura	XI	02	AS	CC10
-------------------------	----	----	----	------

TABELA DE VENCIMENTOS	
VENCIMENTO	VALOR – R\$
CC-1	5.885,85
CC-2	5.155,98
CC-3	4.649,31
CC-4	4.275,06
CC-5	3.101,29
CC-6	2.841,84
CC-7	2.327,60
CC-8	1.798,47
CC-9	1.278,56
CC-10	1.122,84

ANEXO III AGENTES POLÍTICOS

A – NOMENCLATURA DO CARGO
B – NÚMERO DE VAGAS
C – SÍMBOLO

A	B	C
Secretário Municipal de Comunicação, Cultura e Turismo	01	DS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social	01	DS
Secretário Municipal de Administração e Esporte	01	DS
Secretário Municipal de Planejamento	01	DS
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade	01	DS
Secretário Municipal de Educação	01	DS
Secretário Municipal de Saúde	01	DS
Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos	01	DS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente	01	DS
Secretário Municipal de Agricultura	01	DS

Art. 2º O Gerente de Contratos e Convênios e o Supervisor de Planejamento terão atribuições de Responsáveis pela Anotação Técnica – ART, junto ao órgão fiscalizador do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA ou Conselho de Arquitetura Urbanismo – CAU, razão pela qual tal cargo deverá ser preenchido por Engenheiro Civil ou Arquiteto, devidamente inscrito no órgão de classe.

Art. 3º Revogam-se as Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 18 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH

MIGUEL CHOKAILO NETO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

LEI MUNICIPAL Nº 4.447/2017

LEI Nº 4.447, de 18 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre Abono Remuneratório, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a complementar em até R\$ 112,58 (cento e doze reais e cinquenta e oito centavos), a título de abono remuneratório, o vencimento dos servidores com carga semanal de 40 (quarenta) horas, que em função da decretação do novo Salário Mínimo Nacional em R\$ 937,00 (Novecentos e trinta sete reais), não atingiram este valor.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 18 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH

MIGUEL CHOKAILO NETO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº230/2017**

RESOLUÇÃO Nº230/2017

EMENTA: "Cria a Equipe de Pregão, e dá outras providencias".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, prevista na Lei Orgânica e no Regimento Interno Artigo 47, inciso V letra "e"

RESOLVE

Art. 1º. Fica criada a Comissão Especial para atuar nos procedimentos licitatórios na modalidade pregão realizados por esta Casa de Leis conforme segue:

I - Pregoeira:

- Maira Teresinha Lusa

II - Equipe de Apoio:

- Franciane Loss Laurentino

- Gustavo da Silva Souza

Art. 2º. Com base no artigo 90 e 105 da Lei Municipal nº 2055/1994, terá direito, todo servidor que foi nomeado como membro de comissão uma gratificação de 10% (dez por cento) sobre o salário base.

Art. 3º. A gratificação por participação em comissões somente será paga aos membros acima nominados no mês em que ocorrer o certame e não será incorporada aos vencimentos conforme § 1º do artigo 105 da Lei Municipal nº 2055/1994.

Art. 4º. Fica revogada a Resolução nº221/2016.

Art. 5º. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18 de janeiro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	Christian Agenor Martins
Presidente	Vice - Presidente
Sandro Luciano Calikoski	Neilor Grabovski
1º Secretário	2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº231/2017

RESOLUÇÃO Nº231/2017

EMENTA: "Nomeia Comissão Responsável pela Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório, e dá outras providências".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, previstas na Lei Orgânica e no Regimento Interno Artigo 47, inciso V letra "e"

RESOLVE

Art. 1º Constitui a Comissão Responsável pela Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório nomeados para exercício de cargo efetivo nos órgãos da administração do Poder Legislativo.

Art. 2º Designar como membros da Comissão:

1. Gilmara Fátima Cordeiro

2. Julio Ilsomar Chaicowski

3. Silvia Regina Grabowski Grinko

Art. 3º Fica revogada a Resolução nº219/2016.

Art. 4º A presente resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Sala das Sessões, em 18 de janeiro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	Christian Agenor Martins
Presidente	Vice - Presidente
Sandro Luciano Calikoski	Neilor Grabovski
1º Secretário	2º Secretário

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECRETO Nº 006/2017 DE 19/01/2017. DECLARA PONTO FACULTATIVO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE POUSO REDONDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 006/2017 de 19/01/2017.

Declara Ponto Facultativo âmbito do Poder Executivo Municipal de Pouso Redondo e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que os Entes Federativos estão passando por uma anormalidade na situação econômico-financeira, atingindo de forma direta o município;

CONSIDERANDO também que a Administração tem o dever de buscar todos os mecanismos ao seu alcance para maximizar os recursos públicos;

CONSIDERANDO ainda que outras esferas da Administração e em outros Poderes do Estado já têm elaborado medidas para reduzir gastos com o intuito de equilibrar as contas públicas;

CONSIDERANDO que as medidas ora apresentadas não afetam a prestação de serviços perante a coletividade;

DECRETA:

Art. 1º — Fica Decretado PONTO FACULTATIVO nas repartições Públicas Municipais de Pouso Redondo, no seguinte dia:

- Dia 27 de fevereiro (segunda-feira) - Ponto Facultativo Municipal;

Art. 2º — O ponto facultativo é considerado turno normal de trabalho caso haja necessidade o chefe imediato poderá solicitar o cumprimento da jornada em 08 (oito) horas, com intervalo de no mínimo uma hora para descanso, sem que este evento caracterize hora extra.

Art. 3º - Serviços considerados essenciais de urgência e emergência permanecem com horário normal de trabalho, conforme praticado anteriormente.

Parágrafo Único — Sendo ponto facultativo os servidores poderão ser convocados a qualquer momento em caso de situação de emergência ou calamidade pública.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 19 de janeiro de 2017.
OSCAR GUTZ
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO - PROCESSO 004 2017 - ASSESSORIA DE PROJETOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
PROCESSO Nº 004/2017
RETIFICAÇÃO 01

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, SC, torna público para conhecimento dos interessados, que fica aberto até as 15:00 horas do dia 30/01/2017, o edital para a realização de licitação, ALTERANDO A MODALIDADE QUE ANTES ERA PREGÃO PRESENCIAL 04/2017, PARA TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº01/2017, observando-se as disposições da Lei Federal nº 8.666/93. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, pelo fone (47) 3545-1133 pelo e-mail: licitacoes@pouso-redondo.sc.gov.br, ou pelo site www.pousoredondo.sc.gov.br. Pouso Redondo, em 19 de Janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ
Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2017

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 01/2017

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADO:	CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)
OBJETO:	Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Presidente Castello Branco-SC no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA. A publicação no DOM/SC substituirá a publicação impressa e será veiculada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br , na rede mundial de computadores - Internet. A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil).
VALOR:	Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), sendo debitadas mensais, sucessiva e diretamente, até o último dia útil de cada mês, totalizando o valor de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) referente aos doze meses de contrato.
VIGÊNCIA:	02/01/2017 à 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2017

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 02/2017

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADO:	VALMIR SECCO
OBJETO:	Locação de imóvel de 112 m², em alvenaria, destinado ao atendimento ao Público Castellense, comportando espaço para Laboratório de Informática, com 01 (um) banheiro e 01 (uma) cozinha de uso comum.
VALOR:	R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)
VIGÊNCIA:	02/01/2017 à 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2017

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 03/2017

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADO:	CERTA EDITORA DE JORNAIS LTDA ME
OBJETO:	O objeto do presente contrato consiste na aquisição de 18 assinaturas do Jornal "Diário do Oeste Catarinense", que serão entregues diariamente nas escolas municipais da sede e do interior do Município de Presidente Castello Branco (SC), na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo e na Biblioteca Municipal, com a finalidade de dar cumprimento e execução do Programa "Jornal na Escola".
VALOR:	R\$ 4.230,00 (quatro mil e duzentos e trinta reais), sendo R\$ 282,00 (duzentos e oitenta e dois reais) por assinatura.
VIGÊNCIA:	02/01/2017 à 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2017

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 04/2017

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADO:	EDITORA CONCÓRDIA LTDA EPP
OBJETO:	Aquisição de 12 assinaturas do Jornal, "O Jornal", a ser entregue nas escolas municipais da sede e do interior do Município de Presidente Castello Branco/SC, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e na Biblioteca Municipal, com a finalidade de cumprir e executar o Programa "Jornal na Escola".
VALOR:	O valor total de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) por assinatura pelo período de 12 meses, totalizando R\$ 1.920,00 (um mil e novecentos e vinte reais).
VIGÊNCIA:	02/01/2017 à 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2017

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 05/2017

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
---------------	---

CONTRATADO:	CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA ME.
OBJETO:	A CONTRATADA, na qualidade de única proprietária dos direitos do software descrito em sua proposta comercial em anexo de ESCOLA VIA NET® – SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR, confere à CONTRATANTE a licença de uso por prazo determinado, bem como, se obriga a prestar os serviços de suporte, atualização e atendimento técnico conforme especificado neste Contrato, no “módulo pedagógico”.
VALOR:	R\$ 3.878,40 (três mil oitocentos setenta e oito reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	02/01/2016 à 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2017EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 06/2017

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	REUNIDAS TURISMO S.A
OBJETO:	O objeto do presente Contrato consiste na aquisição de passagens para transporte coletivo regular intermunicipal de passageiros, através de linhas regulares e autorizadas pelo poder concedente competente, para atender a necessidade de pacientes que necessitam de tratamento médico hospitalar em locais fora do Município de Presidente Castello Branco/SC, sendo as quantidades:
VALOR:	Até 20 (vinte) passagens no trajeto, Jaborá a Florianópolis no valor de R\$ 149,95 (cento e quarenta e nove reais e noventa e cinco centavos) a passagem; Até 20 (vinte) passagens no trajeto, Florianópolis a Jaborá no valor de R\$ 153,05 (cento e cinquenta e três reais e cinco centavos) a passagem..
VIGÊNCIA:	03/01/2017 à 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2017EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 07/2017

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADO:	VALMIR SECCO

OBJETO:	Locação de imóvel de 160 m², destinado ao atendimento ao Público Castellense, comportando espaço para oficina de música, dança e pintura em tecidos, sala destinada ao Conselho Tutelar, com 01 (um) banheiro e 01 (uma) cozinha de uso comum.
VALOR:	R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)
VIGÊNCIA:	03/01/2017 à 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2017EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 08/2017

CONTRATANTE:	MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	SAFRA DIESEL LTDA
OBJETO:	A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de combustível, “óleo diesel S10”, a serem entregues diretamente no tanque de depósito de combustíveis no local indicado pela municipalidade, para atender a frota de veículos, máquinas e equipamentos das Secretarias Municipais, no exercício de 2017, sob regime de entrega parcelada, conforme relação dos itens e quantidades constante no Anexo I do presente Edital.
VALOR:	R\$ 392.600,00 (Trezentos e noventa e dois mil e seiscentos reais)
VIGÊNCIA:	04/01/2017 à 31/12/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2017EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 09/2017

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	MAXSUL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA
OBJETO:	A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de combustível, “gasolina comum e óleo diesel S500”, a serem entregues diretamente no tanque de depósito de combustíveis no local indicado pela municipalidade, para atender a frota de veículos da Secretaria e Fundo Municipal de Saúde e Bem Estar Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, no exercício de 2017, sob regime de entrega parcelada, conforme relação dos itens e quantidades constante no Anexo I do presente Edital.
VALOR:	R\$ 113.150,00 (Cento e treze mil e cento e cinquenta reais)
VIGÊNCIA:	04/01/2017 à 31/12/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2017**EXTRATO DE CONTRATO**

Nr. 10/2017

CONTRATANTE:	MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	MAXSUL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA
OBJETO:	A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de combustível, "gasolina comum e óleo diesel S500", a serem entregues diretamente no tanque de depósito de combustíveis no local indicado pela municipalidade, para atender a frota de veículos, máquinas e equipamentos das Secretarias Municipais, no exercício de 2017, sob regime de entrega parcelada, conforme relação dos itens e quantidades constante no Anexo I do presente Edital.
VALOR:	R\$ 421.900,00 (Quatrocentos e vinte e um mil e novecentos reais).
VIGÊNCIA:	04/01/2017 à 31/12/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2017**EXTRATO DE CONTRATO**

Nr. 11/2017

CONTRATANTE:	MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	LUBRIFIL COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA-EPP
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de óleos lubrificantes, fluídos de freio, graxas e filtros para reposição e abastecimento em máquinas, caminhões, veículos utilitários e equipamentos rodoviários da Municipalidade e do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2017.
VALOR:	R\$ 90.177,40 (Noventa mil cento e setenta e sete reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	04/01/2017 à 31/12/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2017**EXTRATO DE CONTRATO**

Nr. 13/2017

CONTRATANTE:	MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	RECAUCHUTADORA RODA LTDA

OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução de Recauchutagem de Pneus, para exercício 2017, conforme relação e quantitativos constantes abaixo
VALOR:	R\$ 33.250,00 (Trinta e três mil duzentos e cinquenta reais).
VIGÊNCIA:	10/01/2017 à 31/12/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2017**EXTRATO DE CONTRATO**

Nr. 14/2017

CONTRATANTE:	MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	FM PNEUS LTDA
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução de Recauchutagem de Pneus, para exercício 2017, conforme relação e quantitativos constantes abaixo
VALOR:	R\$ 47.170,00 (Quarenta e sete mil cento e setenta reais).
VIGÊNCIA:	10/01/2017 à 31/12/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2017**EXTRATO DE CONTRATO**

Nr. 15/2017

CONTRATANTE:	MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	F.VASHILESKI & CIA LTDA
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução de Recauchutagem de Pneus, para exercício 2017, conforme relação e quantitativos constantes abaixo:
VALOR:	R\$ 39.760,00 (Trinta e nove mil setecentos e sessenta reais).
VIGÊNCIA:	10/01/2017 à 31/12/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2017

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 16/2017

CONTRATANTE:	MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	GIARETA PNEUS LTDA
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução de Recauchutagem de Pneus, para exercício 2017, conforme relação e quantitativos constantes abaixo:
VALOR:	R\$ 57.046,00 (Cinquenta e sete mil e quarenta e seis reais)
VIGÊNCIA:	10/01/2017 à 31/12/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2017

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 19/2017

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	CASTELLO COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA ME
OBJETO:	Contratação de empresa especializada na área de fornecimento e manutenção de rede de internet, com prestação de serviços de comunicação multimídia nos Postos de Saúde do Interior, Academia ao Ar Livre, Tele Centro e Conselho Tutelar.
VALOR:	R\$ 400,00 (Quatrocentos reais)
VIGÊNCIA:	10/01/2017 à 31/12/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2017

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 17/2017

CONTRATANTE:	MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	BORILLI PNEUS LTDA
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução de Recauchutagem de Pneus, para exercício 2017, conforme relação e quantitativos constantes abaixo:
VALOR:	R\$ 22.196,00 (Vinte e dois mil cento e noventa e seis reais)
VIGÊNCIA:	10/01/2017 à 31/12/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2017

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 20/2017

CONTRATANTE:	MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	SOPEC SEGURANÇA PRIVADA LTDA-ME
OBJETO:	Contratação de empresa especializada na área de Prestação de Serviços de Segurança Patrimonial no Evento do Kerb do Idoso no Município de Presidente Castello Branco, a se realizar no dia 04 de fevereiro de 2017, no Centro Paroquial Sadi José Pissai, localizado na Travessa Zeferino Matiolo, S/N, Centro, Município de Presidente Castello Branco/SC, com início às 14:00 horas atendendo até às 18:00 horas.
VALOR:	R\$ 800,00 (Oitocentos reais)
VIGÊNCIA:	11/01/2017 à 31/12/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2017

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 18/2017

CONTRATANTE:	MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	CASTELLO COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA ME
OBJETO:	Contratação de empresa especializada na área de fornecimento e manutenção de rede de internet, com prestação de serviços de comunicação multimídia no Poço Profundo de Água Termal, Prefeitura Municipal, Secretaria de Agricultura e Escolas Municipais
VALOR:	R\$ 837,00 (Oitocentos e trinta e sete reais)
VIGÊNCIA:	10/01/2017 à 31/12/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2017

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 21/2017

CONTRATANTE:	MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	JEFERSON DIEGO BONAMIGO
OBJETO:	Contratação de empresa especializada na área de fornecimento e manutenção de rede de internet, com prestação de serviços de comunicação multimídia no Poço Profundo de Água Termal, Prefeitura Municipal, Secretaria de Agricultura e Escolas Municipais
VALOR:	R\$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais)
VIGÊNCIA:	11/01/2017 à 31/12/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 24/2017EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 24/2017

CONTRATANTE:	MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	JOAÇABA PNEUS LTDA
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de Pneus Novos, Câmaras de Ar Novas e Colarinhos Novos, destinados a manutenção dos veículos e maquinários da Frota Municipal, e Pneus novos para manutenção de veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2017.
VALOR:	R\$ 15.380,00 (Quinze mil trezentos e oitenta reais)
VIGÊNCIA:	20/01/2017 à 31/12/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2017EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 25/2017

CONTRATANTE:	MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	PNEULOG COMERCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELLI
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de Pneus Novos, Câmaras de Ar Novas e Colarinhos Novos, destinados a manutenção dos veículos e maquinários da Frota Municipal, e Pneus novos para manutenção de veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2017.
VALOR:	R\$ 49.420,00 (Quarenta e nove mil quatrocentos e vinte reais).
VIGÊNCIA:	20/01/2017 à 31/12/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2017EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 26/2017

CONTRATANTE:	MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	BELLENZIER PNEUS LTDA
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de Pneus Novos, Câmaras de Ar Novas e Colarinhos Novos, destinados a manutenção dos veículos e maquinários da Frota Municipal, e Pneus novos para manutenção de veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2017.

VALOR:	R\$ 189.918,00 (Cento e oitenta e novem mil novecentos e dezoito reais).
VIGÊNCIA:	20/01/2017 à 31/12/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2017EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 27/2017

CONTRATANTE:	MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	SOMA COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de Pneus Novos, Câmaras de Ar Novas e Colarinhos Novos, destinados à manutenção dos veículos e maquinários da Frota Municipal, e Pneus novos para manutenção de veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2017.
VALOR:	R\$ 2.895,82 (Dois mil oitocentos e noventa e cinco reais e oitenta e dois centavos).
VIGÊNCIA:	20/01/2017 à 31/12/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2017EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 28/2017

CONTRATANTE:	MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	PNEU BOM LTDA
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de Pneus Novos, Câmaras de Ar Novas e Colarinhos Novos, destinados à manutenção dos veículos e maquinários da Frota Municipal, e Pneus novos para manutenção de veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2017.
VALOR:	R\$ 22.462,00 (Vinte e dois mil quatrocentos e sessenta e dois reais).
VIGÊNCIA:	20/01/2017 à 31/12/2017

Presidente Nereu

PREFEITURA

CONTRATO 03/2017 - PONTOGOV

CONTRATO Nº. 03/2017

O Município de PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Leão Dehon, nº 50, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.699/0001-28, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ/MF sob nº 14.488.313/0001-45, representado neste ato pelo Sr. BENITO BRAND, Secretário Municipal de Saúde, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa PONTOGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua Curt Hering, nº 179, bairro centro, Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 09.209.146/0001-16, neste ato representada pelo seu Sócio Gerente Sr. NILCÉLIO MARCELINO, portador da cédula de identidade Nº 3.502.450, e inscrito no CPF sob o nº 028.208.379-05, doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato de prestação de serviços, mediante às cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto o Licenciamento de Software Sistema GovGestão, módulo geração de dados SIOPS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA em 12 (doze) parcelas de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) sendo pagas mensalmente;

2.2 – Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberto pela manutenção (Cláusula Sexta deste contrato), será pago o valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 1,00 (um real) o KM rodado;

2.3 – O pagamento será efetuado até o 10º dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante emissão e apresentação da nota fiscal respectiva.

2.4 – Os valores contratados referentes aos itens do objeto poderão ser corrigidos anualmente de acordo com o IGP-M acumulado no período de 12 (doze) meses, tendo como referência o mês da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS SERVIÇOS A EXECUTAR

2.1 - Por força do presente contrato a Contratada se compromete a:

3.1.1 - Efetuar todas as instalações e parametrizações necessárias para o perfeito funcionamento dos sistemas.

2.0.2 - Oferecer espaço em hospedeiro próprio para hospedagem das informações necessárias dos sistemas.

2.0.3 - Dar suporte gratuito quando por telefone, fax ou via internet, para esclarecer dúvidas surgidas durante a utilização do software;

2.0.4 - Dar suporte na sede da contratante quando necessário, neste caso cobrado separadamente, conforme Cláusula Segunda deste Termo, exceto quando o atendimento decorrer de defeito do programa fornecido.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 – Caberá a CONTRATADA:

a) Instalar o sistema GovGestão módulo SIOPS, objeto deste contrato.

b) Disponibilizar o treinamento de utilização do sistema a CONTRATANTE;

c) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias no Sistema GovGestão, causadas por problemas originados dos fontes do mesmo.

d) Tratar como confidenciais informações e dados contidos no Sistema da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.

e) Atualizar o software quando necessário por alterações de Legislações referente ao SICONFI e SIOPS.

4.2 – Caberá à CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento pela locação do Sistema objeto do presente Contrato, na forma e no prazo acordados;

b) Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções;

c) Designar um servidor habilitado para acompanhar o desenvolvimento dos serviços e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa, servindo de elo entre as partes;

d) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do sistema licenciado, incluindo:

- assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos sistemas;

- manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina;

- dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

5.1 – DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

- 5.1.1 – O sistema GovGestão é de propriedade da CONTRATADA, que concede à CONTRATANTE o direito de uso do Sistema, objeto deste contrato;
- 5.1.2 – É vedada a cópia ou distribuição do sistema GovGestão e do Banco de Dados, exceto para fins de backup. O sistema está protegido pela legislação de direitos autorais. A lei federal nº. 9.609/98 prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção, e indenização para cada cópia instalada ilegalmente.
- 5.1.3 – É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do software contratado a outros usuários;

CLÁUSULA SEXTA - DA MANUTENÇÃO

- 6.1 – Entende-se por manutenção a obrigação da CONTRATADA de manter o sistema de acordo com as características do Objeto:
- a) Corrigir eventuais falhas do sistema, desde que originados por erro ou defeito de funcionamento do mesmo;
- b) Alteração de sistema em função de mudanças legais, alteração de legislação federal, desde que tais mudanças não influam na estrutura básica do sistema.
- c) Manutenção Remota através de software específico cedido pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

- 7.1 – O presente contrato terá sua vigência até 31/12/2017, contados a partir da data da assinatura deste contrato, podendo ser prorrogado nos termos do disposto no artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e normas complementares, através de termos aditivos contratuais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

- 8.1 – Caso ou quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
- I - devolução de garantia;
- II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- III - pagamento do custo da desmobilização.
- 8.2 – A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:
- a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso. Tendo a CONTRATADA o prazo legal de 30 dias para aviso prévio do mesmo, que poderá ser feito por Correspondência Impressa ou por e-mail;

CLÁUSULA NONA - DAS DESPESAS

- 9.1 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal, de acordo com a classificação e codificação abaixo:

Projeto Atividade: 2022 – Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade de Aplicação: 3.3.90 – Aplicações Diretas
Complemento da Despesa - 3.3.90.39.11.00.00.00 - Locação de Softwares

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

- 10.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul - SC, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas que possam surgir na execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1 - Em caso de reimplantação do software em equipamento novo adquirido pela Contratante, os preços e prazos serão objeto de proposta específica, com solicitação antecipada à Contratada.
- 9.2 - O atraso no pagamento de qualquer fatura apresentada num prazo superior a 10 (dez) dias, implicará na suspensão dos serviços;
- 9.3 - Em caso de inadimplência e ou inobservância das condições estabelecidas neste contrato, serão aplicadas as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações;

E, por estarem de prefeito e comum acordo, assinam o presente Termo em 02 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo elencadas, para todos os fins de direito.

Município de Presidente Nereu, em 11 de janeiro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
BENITO BRAND
Secretário Municipal de Saúde
CPF: 715.628.429-00
CONTRATANTE

PONTOGOV ASSESSORIA E
CONSULTORIA PUBLICA LTDA
Nilcelio Marcelino
CONTRATADA

Testemunhas:

VALDECI JOSÉ COMANDOLI

CPF: 018.560.459-51

ELISANDRA DELA BENETA KNIHS

CPF: 065.001.199-67

DECRETO 12/2017

DECRETO Nº 12, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

CONSTITUI E NOMEIAM OS MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017 COMO ESPECIFICA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída e nomeada a Comissão de PROCESSO SELETIVO PUBLICO Nº 01/2017, integrada pelos Servidores: JAQUELINE CONHAQUE – Matrícula nº 2723.5-1, MARCOS AURELIO JUNIOR PINTO – Matrícula nº 4452.0, CLAUDIA APARECIDA DA SILVA – Matrícula nº 985.7-1, CARLOS BRAND – Matrícula nº 958.0-3 e ELISANDRA DELA BENETA KNIHS – Matrícula nº 991.1 para, sob a Presidência da primeira, supervisionar a execução e andamento do Processo Seletivo nº 01/2017, destinado ao preenchimento de vagas de Professores, abaixo segue a quantidade de vagas e respectivos cargos.

NUMERO DE VAGAS	CARGO
03	Professor Ensino Fundamental/ Ed. Infantil - 20 horas semanal
01	Professor Ensino Fundamental/ Ed. Infantil – 20 horas semanal (Cadastro Reserva)
01	Professor Educação Física – 20 horas semanal

Art. 2º - O Chefe do Poder Executivo contratará empresa especializada na área para elaboração, execução e julgamento do Processo Seletivo Nº 01/2017, correndo as despesas por conta de dotações próprias do Orçamento Vigente do Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 19 de Janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO

PREFEITO MUNICIPAL

Princesa

PREFEITURA

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO 01.2017 - PREGÃO 01.2017 - REGISTRO DE PREÇOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS IDOSOS

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 01/2017-PM

Pregão Presencial 01/2017-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por ITEM, cujo objeto é "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS para utilização durante os encontros quinzenais e mensais dos GRUPOS DE IDOSOS do Município de Princesa/SC". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 01 de fevereiro de 2017, às 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 19 de janeiro de 2017. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 30 DE 19.01.2017

PORTARIA Nº 30, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR o servidor VALTAIR JOSÉ EPPING, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado no Município de Princesa, portador do CPF nº. 036.268.979-23, ocupante do cargo e função de Motorista de Veículos Pesados, para responder por todos os atos inerentes ao "Chefe do Setor na secretaria de Infra estrutura de Obras, Urbanismo e dos Transportes". O servidor será responsável pela realização de orçamentos para realização de reparos e consertos e quando necessário deverá realizar prévios orçamentos para o encaminhamento de processos licitatórios para correta e ordeira manutenção da frota de veículos municipal.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 17.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 19 de Janeiro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 31 DE 20.01.2017

PORTARIA Nº. 31, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias a servidora, conforme período aquisitivo e período de gozo abaixo relacionado:

Funcionária	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
DAIANA PAULA FLACH	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	04/06/2015 a 03/06/2016	30/01/2017 a 28/02/2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de 30.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 20 de Janeiro de 2017.
Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal

ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.078.985,00	13.078.985,00	3.283.493,39	25,11	13.320.822,19	101,85	-241.837,19
RECEITAS CORRENTES	11.490.237,15	11.490.237,15	3.193.373,88	27,79	12.585.454,97	109,53	-1.095.217,82
RECEITA TRIBUTÁRIA	296.745,43	296.745,43	68.899,36	23,22	449.736,25	151,56	-152.990,82
IMPOSTOS	282.535,00	282.535,00	67.693,84	23,96	395.748,32	140,07	-113.213,32
TAXAS	14.210,43	14.210,43	1.205,52	8,48	53.987,93	379,92	-39.777,50
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	43.560,00	43.560,00	10.338,60	23,73	61.179,76	140,45	-17.619,76
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	43.560,00	43.560,00	10.338,60	23,73	61.179,76	140,45	-17.619,76
RECEITA PATRIMONIAL	120.485,00	120.485,00	36.736,60	30,49	326.338,69	270,85	-205.853,69
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	120.485,00	120.485,00	36.736,60	30,49	326.338,69	270,85	-205.853,69
RECEITA DE SERVIÇOS	104.060,00	104.060,00	8.322,38	8,00	204.925,46	196,93	-100.865,46
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.887.541,72	10.887.541,72	3.062.582,01	28,13	11.474.950,95	105,40	-887.409,23
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.821.641,72	10.821.641,72	3.035.559,49	28,05	11.365.679,53	105,03	-544.037,81
TRANSF. DE CONV.	65.900,00	65.900,00	27.022,52	41,01	109.271,42	165,81	-43.371,42
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	37.845,00	37.845,00	6.494,93	17,16	68.323,86	180,54	-30.478,86
MULTAS E JUROS DE MORA	10.972,00	10.972,00	1.089,42	9,93	6.880,73	62,71	-4.091,27
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.840,00	4.840,00	1.601,91	33,10	37.864,02	782,31	-33.024,02
RECEITA DA DM DA ATIVA	16.556,00	16.556,00	1.543,49	9,32	20.061,04	121,17	-3.506,04
RECEITAS DIVERSAS	5.477,00	5.477,00	2.290,11	41,27	3.518,07	64,23	-1.956,93
RECEITAS DE CAPITAL	1.588.747,85	1.588.747,85	90.119,51	5,67	735.367,22	46,29	853.380,63
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.588.747,85	1.588.747,85	90.119,51	5,67	735.367,22	46,29	853.380,63
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.588.747,85	1.588.747,85	90.119,51	5,67	735.367,22	46,29	853.380,63
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	13.078.985,00	13.078.985,00	3.283.493,39	25,11	13.320.822,19	101,85	-241.837,19
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	13.078.985,00	13.078.985,00	3.283.493,39	25,11	13.320.822,19	101,85	-241.837,19
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	13.078.985,00	13.078.985,00	3.283.493,39	25,11	13.320.822,19	101,85	-241.837,19
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	3.066.146,06	—	—	2.574.142,30	—	—
Superávit Financeiro	—	3.066.146,06	—	—	2.574.142,30	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.078.985,00	17.103.651,16	1.091.389,68	13.382.350,32	3.721.300,84	2.374.187,70	13.316.215,87	3.787.435,29	13.315.903,67	66.134,45
DESPESAS CORRENTES	11.060.715,95	13.241.578,91	1.240.556,46	11.550.564,89	1.691.414,02	2.166.703,43	11.491.386,29	1.750.592,62	11.491.074,09	59.178,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.150.470,00	7.318.898,09	1.161.432,97	6.510.423,23	808.274,86	1.165.099,52	6.510.423,23	808.274,86	6.510.423,23	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.000,00	2.000,00	0,00	400,01	1.599,99	0,00	400,01	1.599,99	400,01	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.908.245,95	5.921.280,82	79.123,49	5.039.741,65	881.539,17	1.001.603,91	4.980.563,05	940.717,77	4.980.290,85	59.178,60
DESPESAS DE CAPITAL	1.994.069,05	3.837.472,25	-149.166,78	1.831.785,43	2.005.686,82	207.484,27	1.824.829,58	2.012.642,67	1.824.829,58	6.955,85
INVESTIMENTOS	1.976.089,05	3.822.472,25	-149.166,78	1.820.180,61	2.002.291,64	207.484,27	1.813.224,76	2.009.247,49	1.813.224,76	6.955,85
INVERSOES FINANCEIRAS	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	15.000,00	15.000,00	0,00	11.604,82	3.395,18	0,00	11.604,82	3.395,18	11.604,82	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	24.200,00	0,00	0,00	24.200,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	24.200,00	0,00	0,00	24.200,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.078.985,00	17.103.651,16	1.091.389,68	13.382.350,32	3.721.300,84	2.374.187,70	13.316.215,87	3.787.435,29	13.315.903,67	66.134,45
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	13.078.985,00	17.103.651,16	1.091.389,68	13.382.350,32	3.721.300,84	2.374.187,70	13.316.215,87	3.787.435,29	13.315.903,67	66.134,45
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.078.985,00	17.103.651,16	1.091.389,68	13.382.350,32	3.721.300,84	2.374.187,70	13.316.215,87	3.787.435,29	13.315.903,67	66.134,45

FONTE:

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVENBRO - DEZEMBRO

PRINCESA , 19/01/2017

OLI DO NASCIMENTO
Prefeito MunicipalKELI FERNANDA MEOTTI
Contadora CRC/SC - 026787/O-2SIMONE MARLI NIELSSON
Controle Interno

ANEXO 1 - DEMONS. CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo	6.435.897,67	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	6.428.003,04	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	7.894,63	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	180.037,60	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	180.037,60	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.255.860,07	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.694.550,72	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	6.255.860,07	49,28
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	7.616.730,43	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	7.235.893,91	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	6.855.057,39	54,00
FONTE:		

ANEXO 10 - DEMONS. DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

Município de PRINCESA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

PRINCESA , 19/01/2017

OLI DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI
Contadora CRC/SC - 026787/O-2

SIMONE MARLI NIELS
Controle Interno

ANEXO 11 - DEMONS. DA REC. DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00				0,00	0,00
TOTAL		0,00				0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)		SALDO ATUAL (j) = (h+i)
		0,00			0,00
TOTAL		0,00			0,00

FONTE:

PRINCESA, 19/01/2017

OLI DO NASCIMENTO
Prefeito MunicipalKELI FERNANDA MEOTTI
Contadora CRC/SC - 026787/O-2SIMONE MARLI NIELSSON
Controle Interno

ANEXO 12 - DEMONS. DAS REC. E DESP. COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	312.543,00	312.543,00	420.959,34	134,69
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	54.450,00	54.450,00	81.150,42	149,04
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	41.140,00	41.140,00	45.826,88	111,39
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	77.440,00	77.440,00	112.151,65	144,82
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	114.950,00	114.950,00	173.013,33	150,51
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.694,00	1.694,00	1.269,25	74,93
Dívida Ativa dos Impostos	15.246,00	15.246,00	6.252,59	41,01
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	7.623,00	7.623,00	1.295,22	16,99
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.165.652,15	10.165.652,15	10.564.917,40	103,93
Cota-Parte FPM	6.600.872,15	6.600.872,15	6.739.239,45	102,10
Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	1.497,00	149,70
Cota-Parte IPVA	193.600,00	193.600,00	175.187,65	90,49
Cota-Parte ICMS	3.300.000,00	3.300.000,00	3.583.492,85	108,59
Cota-Parte IPH-Exportação	50.820,00	50.820,00	51.205,93	100,76
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	19.360,00	19.360,00	14.294,52	73,84
Desoneração ICMS (LC 87/96)	19.360,00	19.360,00	14.294,52	73,84
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	10.478.195,15	10.478.195,15	10.985.876,74	104,85

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	250,00	250,00	46,06	18,42
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	250,00	250,00	46,06	18,42

**DESPESAS COM SAÚDE
(Por Grupo de Natureza da Despesa)**

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	2.202.898,18	2.851.840,00	2.571.153,66	90,16	23.927,86
Pessoal e Encargos Sociais	1.377.000,00	1.443.450,00	1.390.104,70	96,30	0,00
Outras Despesas Correntes	825.898,18	1.408.390,00	1.204.976,82	85,56	23.927,86

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de PRINCESA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	40.000,00	100.343,18	81.274,65	81,00	79.604,65	79,33	1.670,00
Investimentos	40.000,00	100.343,18	81.274,65	81,00	79.604,65	79,33	1.670,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.242.898,18	2.952.183,18	2.676.356,17	90,66	2.650.758,31	89,79	25.597,86
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/V)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/Vg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	500.800,00	804.474,16	636.336,66	23,78	620.121,66	23,39	16.215,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	497.800,00	801.474,16	636.336,66	23,78	620.121,66	23,39	16.215,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	500.800,00	804.474,16	636.336,66	23,78	620.121,66	23,39	16.215,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	1.742.098,18	2.147.709,02	2.040.019,51	76,22	2.030.638,65	76,61	9.382,86
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS							
(VII%) = (V/h / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴			18,57				
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(V/h) - (15 x IIIb)/100]			392.138,00				

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015	44.929,90	18.507,86	26.422,04	18.507,86	0,00
Inscritos em 2014	6.801,08	4.088,00	2.778,00	4.023,08	0,00
TOTAL	51.730,98	22.595,86	29.200,04	22.530,94	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º

	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS	
	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26

	LIMITE NÃO CUMPRIDO	
	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (l)	% (j/total i) *100	Até o Bimestre (m)	% (m/total n) *100	
Atenção Básica	2.185.713,18	2.808.112,90	2.561.010,57	94,71	2.551.627,71	95,27	9.382,86
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	74.400,00	146.000,00	118.659,86	4,39	104.114,86	3,89	14.545,00
Vigilância Sanitária	13.400,00	13.400,00	6.779,59	0,25	6.779,59	0,25	0,00
Vigilância Epidemiológica	12.000,00	19.194,28	17.591,95	0,65	15.921,95	0,59	1.670,00
TOTAL	2.285.513,18	2.986.707,18	2.704.041,97	100,00	2.678.444,11	100,00	25.597,86

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

⁴Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

PRINCESA, 19/01/2017

OLI DO NASCIMENTO Prefeito Municipal	KELI FERNANDA MEOTTI Contadora CRC/SC - 026787/O-2	SIMONE MARLI NIELSSON Controle Interno
---	---	---

ANEXO 13 - DEMONS. DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

ESPECIFICAÇÃO	RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)	R\$ 1,00	
		SALDO TOTAL	
		(c) = (a + b)	

SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016	
	No Bimestre	Até o Bimestre (b)

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:

PRINCESA, 19/01/2017

OLI DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI
Contadora CRC/SC - 026787/O-2

SIMONE MARLI NIELSSON
Controle Interno

ANEXO 14 - DEMONS. SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de PRINCESA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		13.078.985,00		
Previsão Atualizada		13.078.985,00		
Receitas Realizadas		13.320.822,19		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		2.574.142,30		
DESPESAS				
Dotação Inicial		13.078.985,00		
Créditos Adicionais		4.024.666,16		
Dotação Atualizada		17.103.651,16		
Despesas Empenhadas		13.382.350,32		
Despesas Liquidadas		13.316.215,87		
Despesas pagas		13.315.903,67		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		66.134,45		
Superavit Orçamentário		4.606,32		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		13.382.350,32		
Liquidadas		13.316.215,87		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		66.134,45		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		12.694.550,72		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-138.000,00	473.958,75	-343,45
Resultado Primário		-103.485,00	-375.861,99	363,20
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	583.511,16	92.804,23	490.706,93	-0,00
EXECUTIVO	583.511,16	92.804,23	490.706,93	-0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	5.458,74	0,00	5.458,74	0,00
EXECUTIVO	5.458,74	0,00	5.458,74	0,00
TOTAL:	588.969,90	92.804,23	496.165,67	-0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.516.822,61	25%	30,68
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.116.116,86	60%	94,17
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		1.831.785,43	2.005.686,82	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de PRINCESA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	Valor apurado até o Bimestre	2.040.019,51		15,00	18,57
	Limite Constitucional Anual			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					
Valor apurado no exercício corrente					
Total das despesas/RCL (%)					0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PRINCESA , 19/01/2017

OLI DO NASCIMENTO
 Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI
 Contadora CRC/SC - 026787/O-2

SIMONE MARLI NIELSSON
 Controle Interno

ANEXO 2 - DEMONS. DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	11.604,82	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	11.604,82	0,00	0,00	0,00
Interna	11.604,82	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.417.323,85	3.685.871,56	2.786.244,98	2.835.342,24
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.422.782,59	3.693.655,50	2.792.126,13	2.835.654,44
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	5.458,74	7.783,94	5.881,15	312,20
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-3.405.719,03	-3.685.871,56	-2.786.244,98	-2.835.342,24
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.320.019,71	11.307.514,41	11.584.225,13	12.694.550,72
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,10%	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-30,09%	-32,60%	-24,05%	-22,34%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	13.584.023,65	13.569.017,29	13.901.070,16	15.233.460,86
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	12.225.621,29	12.212.115,56	12.510.963,14	13.710.114,78

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	11.604,82	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	11.604,82	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	12,03	1.352,86	3.921,90	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	583.511,16	3.088.397,90	1.946.887,37	66.134,45

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

ANEXO 2 - DEMONS. DA EXECUÇÃO DAS DESP. POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)	13.078.965,00	17.103.651,16	1.091.389,68	13.382.350,32	100,00	2.374.187,70	13.316.215,87	100,00	66.134,45
Legislativa	502.000,00	502.000,00	35.996,38	420.327,67	3,14	62.221,69	420.327,67	3,16	0,00
Ação Legislativa	502.000,00	502.000,00	35.996,38	420.327,67	3,14	62.221,69	420.327,67	3,16	0,00
Administração	1.813.000,00	1.926.627,92	228.109,01	1.791.736,32	13,39	355.244,37	1.772.368,53	13,31	19.366,79
Administração Geral	1.524.000,00	1.642.757,92	210.058,28	1.538.445,40	11,50	307.147,45	1.520.078,61	11,42	19.366,79
Administração Financeira	123.500,00	75.370,00	-4.727,68	62.662,65	0,47	7.366,88	62.662,65	0,47	0,00
Assistência ao Idoso	57.500,00	84.500,00	9.050,57	69.133,74	0,52	24.250,24	69.133,74	0,52	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	108.000,00	124.000,00	13.727,84	120.474,53	0,90	16.479,80	120.474,53	0,90	0,00
Segurança Pública	50.026,00	53.817,24	602,39	38.532,63	0,29	17.652,00	38.532,63	0,29	0,00
Policimento	45.026,00	48.817,24	602,39	38.182,63	0,29	17.652,00	38.182,63	0,29	0,00
Defesa Civil	5.000,00	5.000,00	0,00	350,00	0,00	0,00	350,00	0,00	0,00
Assistência Social	520.149,00	655.150,61	40.067,10	527.968,23	3,95	111.433,71	527.968,23	3,95	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	6.000,00	7.000,00	0,00	5.940,44	0,04	3.284,44	5.940,44	0,04	0,00
Assistência Comunitária	514.149,00	648.150,61	40.067,10	522.027,79	3,90	108.149,27	522.027,79	3,92	0,00
Saúde	2.287.983,18	3.028.177,18	257.341,45	2.742.776,95	20,50	462.271,51	2.717.730,09	20,41	310.986,09
Atenção Básica	2.185.713,18	2.847.112,90	245.557,54	2.599.457,20	19,42	441.670,97	2.590.074,34	19,45	257.038,56
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	74.400,00	146.000,00	9.988,50	118.659,66	0,89	16.170,00	104.114,86	0,78	14.545,00
Vigilância Sanitária	15.870,00	15.870,00	-1.103,32	7.067,94	0,05	1.811,81	7.067,94	0,05	0,00
Vigilância Epidemiológica	12.000,00	19.194,28	2.918,73	17.591,95	0,13	2.618,73	15.921,95	0,12	0,00
Educação	2.946.997,26	3.983.482,69	468.884,17	3.093.603,03	23,12	692.081,06	3.093.463,03	23,23	140,00
Alimentação e Nutrição	83.380,00	112.580,00	-10.916,59	73.622,40	0,55	47.300,64	73.622,40	0,55	0,00
E Ensino Fundamental	1.738.827,50	2.251.231,53	261.629,96	1.817.550,16	13,58	378.123,27	1.817.550,16	13,65	0,00
E Ensino Médio	43.175,00	57.519,80	2.626,68	44.654,01	0,33	11.460,13	44.514,01	0,33	0,00
E Ensino Superior	110.000,00	73.200,00	10.196,62	70.254,27	0,52	19.397,31	70.254,27	0,53	0,00
Educação Infantil	935.314,76	1.458.014,76	205.347,60	1.056.595,69	7,90	229.612,41	1.056.595,69	7,93	0,00
Educação Especial	36.300,00	30.936,60	-0,10	30.936,50	0,23	6.187,30	30.936,50	0,23	0,00
Cultura	40.000,00	102.000,00	-1.704,51	86.223,37	0,64	16.617,17	86.223,37	0,65	0,00
Urbanismo	40.000,00	102.000,00	-1.704,51	86.223,37	0,64	16.617,17	86.223,37	0,65	0,00
Infra-Estrutura Urbana	717.537,70	1.395.143,52	69.585,24	1.188.394,63	8,88	260.583,66	1.183.098,78	8,88	5.285,85
Serviços Urbanos	47.921,00	436.816,82	8.038,43	349.971,27	2,62	69.339,88	349.971,27	2,63	0,00
Transporte Rodoviário	79.923,00	309.123,00	-3.302,04	270.639,71	2,02	78.970,91	269.142,86	2,02	1.496,85
Habituação	589.693,70	649.203,70	64.828,85	567.773,65	4,24	112.272,87	563.984,65	4,24	3.789,00
Habituação Urbana	43.000,00	40.000,00	7.511,84	32.321,06	0,24	8.429,88	32.321,06	0,24	0,00
Saneamento	1.689.597,85	2.299.314,73	-200.435,86	488.157,50	3,65	24.378,22	485.613,55	3,65	2.543,95
Saneamento Básico Urbano	1.678.597,85	2.288.314,73	-200.435,86	488.157,50	3,65	24.378,22	485.613,55	3,65	2.543,95
Abastecimento	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	3.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.220.750,00	1.233.175,20	109.241,15	1.196.328,22	8,94	178.773,46	1.184.328,22	8,89	12.000,00
Promoção de Produção Agropecuária	1.220.750,00	1.233.175,20	109.241,15	1.196.328,22	8,94	178.773,46	1.184.328,22	8,89	12.000,00
Indústria	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.078.985,00	17.103.651,16	1.091.389,68	13.382.350,32	3.721.300,84	100,00	2.374.187,70	13.316.215,87	66.134,45
Comércio e Serviços	3.600,00	3.600,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	3.600,00	3.600,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	767.186,71	1.320.236,71	36.279,41	1.277.089,53	43.147,18	9,54	93.667,09	1.275.889,53	1.200,00
Transporte Rodoviário	767.186,71	1.320.236,71	36.279,41	1.277.089,53	43.147,18	9,54	93.667,09	1.275.889,53	1.200,00
Desporto e Lazer	194.200,00	278.048,00	29.977,87	245.785,01	32.262,99	1,84	47.100,08	245.785,01	0,00
Desporto Comunitário	194.200,00	278.048,00	29.977,87	245.785,01	32.262,99	1,84	47.100,08	245.785,01	0,00
Encargos Especiais	248.157,30	258.677,36	9.954,04	253.116,17	5.561,19	1,89	43.733,80	253.116,17	0,00
Outros Encargos Especiais	248.157,30	258.677,36	9.954,04	253.116,17	5.561,19	1,89	43.733,80	253.116,17	0,00
Reserva de Contingência	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	13.078.985,00	17.103.651,16	1.091.389,68	13.382.350,32	3.721.300,84	100,00	2.374.187,70	13.316.215,87	66.134,45

FONTE:

PRINCESA , 19/01/2017

OLI DO NASCIMENTO	KELI FERNANDA MEOTTI	SIMONE MARLI NIELSSON
Prefeito Municipal	Controladora CRC/SC - 026787/O-2	Controlador Interno

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

ANEXO 3 - DEMONS. DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.187.294,44	1.271.567,18	966.192,98	1.104.676,44	1.290.715,60	1.081.428,39	1.150.266,89	1.032.245,39	959.202,30	1.080.712,83	1.443.126,93	2.236.028,38	14.804.063,75
RECEITA TRIBUTÁRIA	20.146,16	23.042,10	23.394,62	61.174,49	71.851,19	39.411,91	35.743,46	41.487,59	38.670,83	37.016,50	27.573,03	41.326,33	466.638,21
IPT.U.	0,00	1.059,84	0,00	26.722,64	32.466,88	4.888,38	2.772,72	6.544,30	3.885,11	1.343,65	752,25	954,85	81.150,42
IRPJ.F	9.506,69	17.297,33	11.975,78	13.203,33	13.395,03	16.901,87	9.297,70	12.992,23	12.466,24	24.300,63	12.992,32	18.072,58	173.013,33
I.S.S.	7.818,57	4.798,22	4.498,19	6.164,83	3.670,02	12.038,50	20.346,49	11.211,59	12.739,62	8.017,03	6.015,65	14.899,94	112.151,65
I.T.B.I.	2.397,99	2.921,60	1.919,86	0,00	5.427,13	2.725,21	1.054,00	7.068,16	7.328,98	1.998,30	7.442,30	5.973,35	45.826,88
Outras Receitas Tributárias	421,91	2.965,11	5.059,79	15.083,69	16.931,33	3.076,95	2.272,55	3.711,31	2.270,88	1.896,89	789,91	435,61	54.896,93
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	5.460,29	4.420,99	4.834,19	5.939,56	4.394,23	5.250,33	5.950,72	4.289,25	5.674,78	4.916,82	4.715,25	5.623,35	61.719,76
RECEITA PATRIMONIAL	32.667,14	37.623,60	30.540,76	26.626,48	27.315,02	23.760,33	24.598,39	24.131,75	18.031,05	21.522,12	18.418,37	16.551,98	301.966,99
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	17.245,91	75.475,55	60.455,49	55.743,62	48.026,34	37.106,66	31.276,55	23.736,70	12.777,70	5.666,28	6.584,08	8.510,02	383.465,90
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.110.148,71	1.123.951,78	844.308,12	939.238,89	1.134.461,23	972.801,32	1.050.779,85	996.338,98	878.328,15	988.592,03	1.382.881,15	2.160.481,17	13.522.331,48
Cota-Parte do FPM.	521.721,09	653.119,36	393.716,85	471.611,14	627.129,00	518.110,14	574.515,35	465.840,62	378.821,49	459.946,52	838.986,98	1.311.543,46	7.217.587,00
Cota-Parte do ICMS.	341.759,09	279.049,94	282.221,47	290.169,80	280.674,68	277.305,04	286.176,99	282.670,91	305.353,64	315.670,41	305.743,88	336.495,00	3.583.482,85
Cota-Parte do IRPJ.	11.632,19	11.495,03	16.423,73	14.514,74	21.879,00	15.794,86	18.596,99	18.663,74	18.381,02	13.622,37	8.972,06	5.050,92	175.187,65
Outras Transferências Correntes	125.569,87	81.614,06	54.334,02	64.025,13	102.444,20	65.027,29	77.534,41	72.503,67	76.118,50	89.219,24	115.080,36	379.713,92	1.300.384,67
Transferências da LC 61/1999	5.368,52	4.146,11	4.047,92	4.153,50	4.716,64	2.906,62	3.813,42	3.853,42	4.219,72	4.460,04	4.661,09	4.958,93	51.205,93
Transferências da LC 87/1996	1.191,21	1.191,21	1.191,21	1.191,21	1.191,21	1.191,21	1.191,21	1.191,21	1.191,21	1.191,21	1.191,21	1.191,21	14.294,52
Transferências do FUNDEB	102.906,74	93.375,07	88.172,92	93.573,37	96.426,60	92.351,16	88.949,48	91.556,41	93.590,20	106.624,61	108.238,57	121.527,73	1.178.301,86
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.026,33	1.453,16	2.559,80	15.955,40	4.658,49	3.297,84	2.307,92	2.241,12	5.519,79	22.808,08	2.957,05	3.595,53	68.321,51
DEDUÇÕES (II)	176.334,25	189.791,74	140.120,03	156.327,86	187.117,93	163.042,36	137.083,11	154.457,79	141.765,71	159.149,44	231.912,24	272.410,57	2.109.513,03
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	176.334,25	189.791,74	140.120,03	156.327,86	187.117,93	163.042,36	137.083,11	154.457,79	141.765,71	159.149,44	231.912,24	272.410,57	2.109.513,03
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.010.960,19	1.082.175,44	826.072,95	948.348,58	1.103.597,67	918.386,03	1.013.183,78	877.787,60	817.436,59	921.563,39	1.211.216,69	1.963.617,81	12.694.550,72

FONTE:

PRINCESA, 19/01/2017

OLÍDIO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI
Controladora GROSS - 0287670-2

SIMONE MARLI NELSSON
Controlador Interno

ANEXO 3 - DEMONS. DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016			R\$ 1,00
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
EXTERNAS (I)					
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)					
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.320.019,71	11.307.514,41	11.584.225,13	12.694.550,72	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.490.404,34	2.487.653,17	2.548.529,53	2.792.801,16	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.241.363,90	2.238.887,85	2.293.676,58	2.513.521,04	
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
EXTERNAS (V)					
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)					
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:					
FONTE:					

ANEXO 4 - DEMONS. DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.694.550,72	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.031.128,12	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	1.828.015,30	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	888.618,55	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

ANEXO 4 - DEMONS. DAS REC. E DESP. PREV. DO REG. PRÓP. DE PREV. DOS SERVIDORES

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Anotização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de PRINCESA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-
APORTES REALIZADOS								
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								0,00
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA								
Valor								0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de PRINCESA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA		
		2016	2015	
Caixa		0,00	0,00	
Bancos Conta Movimento		0,00	0,00	
Investimentos		0,00	0,00	
Outros Bens e Direitos		0,00	0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Município de PRINCESA - SC
 Continuação 4/4
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-						
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

PRINCESA, 19/01/2017

OLI DO NASCIMENTO Prefeito Municipal	KELI FERNANDA MEOTTI Contadora CRC/SC - 026787/O-2	SIMONE MARLI NIELSSON Controle Interno
---	---	---

ANEXO 5 - DEMONS. CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55. Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)					
AFB- Assistência Farmacêutica Básica Alienação de Bens Destinados a Outros Programas Alienação de Bens Destinados a Outros Programas BPC Escola CER- Compensação das Especificidades Regionais Co-Financiamento Estratégia Saúde da Família Consultas e Exames Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico- CIDE Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública- Convênio Academia de Saúde Convênio de Trânsito- Civil Convênio de Trânsito- Militar Convênio de Trânsito- Prefeitura Convênio Fundam Pavimentação Convênio MDA- Patrulha Agrícola ESF- Programa Estratégia Saúde da Família Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde Farmácia Básica Estadual FEAS/BA- Proteção Social Básica- Investimento IGD/BF- Índice de Gestão Descentralizada do Bolsa Família IGD/SUAS- Índice de Gestão Descentralizada do SUAS MAC- Prótese Dentária NASF- Núcleo de Apoio a Família Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Soci PAB Fixo PACS- Programa Agentes Comunitários de Saúde Piso Básico Fixo- CRAS Piso Básico Variável- PBV II	7.407,89	0,00	0,00	0,00	0,00	7.407,89	0,00	0,00		
	31.963,44	0,00	0,00	0,00	0,00	31.963,44	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.496,85	0,00		
	45,76	0,00	0,00	0,00	0,00	45,76	0,00	0,00		
	3.414,09	0,00	0,00	0,00	0,00	3.414,09	0,00	0,00		
	52.712,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.712,00	0,00	0,00		
	11,68	0,00	0,00	0,00	0,00	11,68	0,00	0,00		
	25.771,15	0,00	0,00	0,00	0,00	25.771,15	0,00	0,00		
	6.389,91	0,00	0,00	0,00	0,00	6.389,91	0,00	0,00		
	1.290,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.290,02	0,00	0,00		
	14.397,55	0,00	0,00	0,00	0,00	14.397,55	0,00	0,00		
	11.947,22	0,00	0,00	0,00	0,00	11.947,22	0,00	0,00		
	2.187,61	0,00	0,00	0,00	0,00	2.187,61	0,00	0,00		
	4.377,09	0,00	0,00	0,00	0,00	4.377,09	0,00	0,00		
	1.033,48	0,00	0,00	0,00	0,00	1.033,48	0,00	0,00		
	16.772,29	0,00	0,00	0,00	0,00	16.772,29	0,00	0,00		
	10.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.040,00	0,00	0,00		
	14.729,32	0,00	0,00	0,00	0,00	14.729,32	0,00	0,00		
	18.534,82	0,00	0,00	0,00	0,00	18.534,82	0,00	0,00		
	22.823,82	0,00	0,00	0,00	0,00	22.823,82	0,00	0,00		
	12.472,29	0,00	0,00	0,00	0,00	12.472,29	0,00	0,00		
	39.780,15	0,00	0,00	0,00	0,00	39.780,15	14.545,00	0,00		
	42.726,85	0,00	0,00	0,00	0,00	42.726,85	0,00	0,00		
	66,99	0,00	0,00	0,00	0,00	66,99	0,00	0,00		
	234.108,57	0,00	0,00	0,00	0,00	234.108,57	0,00	0,00		
	33.621,47	0,00	0,00	0,00	0,00	33.621,47	0,00	0,00		
	52.782,57	0,00	0,00	0,00	0,00	52.782,57	0,00	0,00		
	363,92	0,00	0,00	0,00	0,00	363,92	0,00	0,00		

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

Continuação 2/3
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)					
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras								
		(b)	(c)										
PMAQ- Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade PNAE- Creche PNATE- Ensino Fundamental PNATE- Ensino Infantil PNATE- Ensino Médio Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE Programa Saúde Bucal Recotas e Transferências de Impostos- Educação Recotas e Transferências de Impostos- Saúde Rede Cegonha Salário Educação SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SIS- Fronteira TFD- Tratamento Fora de Domicílio Transferências de Convênios – União/Educação/ Brasil Carinhos Transferências de Convênios – União/Educação/ Ônibus Transferências de Convênios – União/Educação/ PAR Transferências de Convênios - Educação Transferências de Convênios - Educação - Tesouro-Ex.Ant. Transferências de Convênios - Outros Transferências de Convênios- União/Outros Transferências de Convênios- União/Saúde Transferências de Convênios- União/Saúde- Emenda Parlamentar Transferências de Convênios- União/Saúde- Saneamento Básico Transferências do Fundeb- (apl. em outras despesas da Educação Transferências SUAS Estado- Alta Complexidade- Capital Transferências SUAS Estado- Alta Complexidade- Custeio Transferências SUAS Estado- Benefícios Eventuais Transferências SUAS Estado- Proteção Social Básica- SST/FEAS	(a)	8.983,75 1.478,73 894,41 1.864,36 3.736,76 5.312,39 15.150,23 288.139,09 827.496,19 26,22 83.940,67 22.061,26 232,41 3.527,14 24,70 27,46 146,20 1.686,86 8.874,19 14.815,43 3.624,75 575,24 135,88 243.575,96 23.479,38 516,09 851,72 6,24 5.259,58	(b)	0,00 0,00	(c)	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 312,20 0,00	(d)	0,00 0,00	(e)	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 537,00 0,00	8.983,75 1.478,73 894,41 1.864,36 3.736,76 5.312,39 15.150,23 288.139,09 826.646,99 26,22 83.940,67 22.061,26 232,41 3.527,14 24,70 27,46 146,20 1.686,86 8.874,19 14.815,43 3.624,75 575,24 135,88 243.575,96 23.479,38 516,09 851,72 6,24 5.259,58	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 9.382,86 0,00	0,00 0,00

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/3
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)					
Transporte Escolar Estado- Ensino Fundamental	43.248,21	0,00	0,00	0,00	0,00	43.248,21	0,00	0,00	
Transporte Escolar Estado- Ensino Médio	15.447,13	0,00	0,00	0,00	0,00	15.447,13	140,00	0,00	
Vigilância em Saúde- Epidemiologia	27.454,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.454,00	1.670,00	0,00	
Vigilância Sanitária	9.193,77	0,00	0,00	0,00	0,00	9.193,77	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.323.558,35	0,00	312,20	0,00	537,00	2.322.709,15	27.234,71	0,00	
Fundo Especial do Petróleo	110.317,48	0,00	0,00	0,00	0,00	110.317,48	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	965.841,76	0,00	0,00	0,00	0,00	965.841,76	38.899,74	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.076.159,24	0,00	0,00	0,00	0,00	1.076.159,24	38.899,74	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	3.399.717,59	0,00	312,20	0,00	537,00	3.398.868,39	66.134,45	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

ANEXO 5 - DEMONS. DO RESULTADO NOMINAL

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	11.604,82	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.884.968,96	2.565.851,62	3.399.405,39
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.890.427,70	2.569.129,13	3.399.717,59
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	5.458,74	3.277,51	312,20
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.873.364,14	-2.565.851,62	-3.399.405,39
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.873.364,14	-2.565.851,62	-3.399.405,39

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2016 (C - A)
VALOR	-833.553,77	473.958,75

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-138.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

PRINCESA, 19/01/2017

OLI DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI
Contadora CRC/SC - 026787/O-2

SIMONE MARLI NIELSSON
Controle Interno

ANEXO 6 - DEMONS. CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	12.694.550,72	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	6.255.860,07	49,28
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	7.616.730,43	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	7.235.893,91	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-3.399.405,39	-26,78
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	15.233.460,86	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.792.801,16	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.031.128,12	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	888.618,55	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	66.134,45	3.398.868,39

FONTE:

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS PRIMÁRIAS		PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)		11.369.752,15	12.259.116,28	11.130.439,67
Recarga Tributária		296.745,43	449.736,25	446.544,33
I.P.T.U.		49.005,00	64.756,46	58.713,11
I.S.S.		77.440,00	112.151,65	152.001,64
I.T.B.I.		41.140,00	45.826,88	56.116,78
I.R.R.F.		114.950,00	173.013,33	128.952,34
Outras Recargas Tributárias		14.210,43	53.987,93	50.760,46
Recarga de Contribuição		43.560,00	61.179,76	54.431,08
Recargas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições		43.560,00	61.179,76	54.431,08
Recarga Patrimonial Líquida		0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial		120.485,00	326.338,69	410.486,02
(-) Aplicações Financeiras		120.485,00	326.338,69	410.486,02
Transferências Correntes		10.887.541,72	11.474.950,95	10.309.975,56
F.P.M.		5.353.697,72	5.873.586,98	5.041.066,06
I.P.V.A.		154.880,00	140.151,02	144.898,95
I.C.M.S.		2.640.000,00	2.866.795,96	2.652.432,02
Convênios		65.900,00	109.271,42	96.724,48
Outras Transferências Correntes		2.673.064,00	2.485.145,57	2.375.054,05
Demais Recargas Correntes		141.905,00	273.249,32	319.488,70
Dívida Ativa		16.556,00	20.061,04	35.219,74
Diversas Recargas Correntes		125.349,00	253.188,28	284.288,96
RECEITAS DE CAPITAL (II)		1.588.747,85	735.367,22	1.482.194,58
Operações de Crédito (III)		0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)		0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)		0,00	0,00	65.300,00
Transferências de Capital		1.588.747,85	735.367,22	1.416.894,58
Convênios		1.588.747,85	735.367,22	1.416.894,58
Outras Transferências de Capital		0,00	0,00	0,00
Outras Recargas de Capital		0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VII) = (II - III - IV - V)		1.588.747,85	735.367,22	1.416.894,58
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VIII) = (I + VII)		12.958.500,00	12.994.483,50	12.547.334,25

[illegible]

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.837.472,25	1.831.785,43	2.861.792,40	1.824.829,58	2.442.515,07	6.955,85	419.277,33
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	15.000,00	11.604,82	139.257,76	11.604,82	139.257,76	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.822.472,25	1.820.180,61	2.722.534,64	1.813.224,76	2.303.257,31	6.955,85	419.277,33
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	24.200,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	17.086.651,16	13.370.345,49	13.153.502,18	13.304.211,04	12.601.162,28	66.134,45	552.339,90
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-4.128.151,16	-375.861,99	-606.167,93	-309.727,54	-53.828,03	12.928.349,05	11.994.994,35
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	2.574.142,30	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	2.574.142,30	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						-103.485,00	

FONTE:
PRINCESA, 19/01/2017

OLI DO NASCIMENTO Prefeito Municipal	KELI FERNANDA MEOTTI Contadora CRC/SC - 026787/O-2	SIMONE MARLI NIELSSON Controle Interno
---	---	---

ANEXO 7 - DEMONS. DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃORREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R\$ 1,00

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES											RP NÃO PROCESSADOS			
	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)		
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Inscritos	Em 31 de Dezembro de 2015											
PODER/ÓRGÃO															
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)															
EXECUTIVO															
ADMINISTRAÇÃO DIRETA															
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO															
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA															
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE															
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA															
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA															
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER															
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB.															
SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL															
FUNDO MUN. DE SAÚDE DE PRINCESA															
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE															
SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL															
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)															

FONTE:

PRINCESA, 19/01/2017

OLÍDO NASCIMENTO Prefeito Municipal	KELI FERNANDA MEOTTI Contadora CRC/SC - 026787/O-2	SIMONE MARLI NIELSSON Controlador Interno
--	---	--

ANEXO 8 - DEMONS. DAS REC. E DESP. COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	312.543,00	312.543,00	420.959,34	134,69
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	77.440,00	77.440,00	88.374,16	114,12
1.1.1- IPTU	54.450,00	54.450,00	81.150,42	149,04
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.210,00	1.210,00	465,68	38,49
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	14.520,00	14.520,00	5.593,32	38,52
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	7.260,00	7.260,00	1.164,74	16,04
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	41.140,00	41.140,00	45.826,88	111,39
1.2.1- ITBI	41.140,00	41.140,00	45.826,88	111,39
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	79.013,00	79.013,00	113.744,97	144,96
1.3.1- ISS	77.440,00	77.440,00	112.151,65	144,82
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	484,00	484,00	803,57	166,03
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	726,00	726,00	659,27	90,81
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	363,00	363,00	130,48	35,94
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	114.950,00	114.950,00	173.013,33	150,51
1.4.1- IRRF	114.950,00	114.950,00	173.013,33	150,51
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.238.652,15	10.238.652,15	11.043.644,95	107,86
2.1- Cota-Parte FPM	6.673.872,15	6.673.872,15	7.217.967,00	108,15
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.600.872,15	6.600.872,15	6.739.239,45	102,10
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	73.000,00	73.000,00	279.848,13	383,35
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	198.879,42	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.300.000,00	3.300.000,00	3.563.492,85	108,59
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	19.360,00	19.360,00	14.294,52	73,84
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	50.820,00	50.820,00	51.205,93	100,76
2.5- Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	1.497,00	149,70
2.6- Cota-Parte IPVA	193.600,00	193.600,00	175.187,65	90,49
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.551.195,15	10.551.195,15	11.464.604,29	108,66
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	229.755,00	229.755,00	211.075,03	91,87
5.1- Transferências do Salário-Educação	160.000,00	160.000,00	132.213,74	82,63
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	34.200,00	34.200,00	40.967,26	119,79
5.5- Outras Transferências do FNDE	33.200,00	33.200,00	16.762,00	50,49
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	2.355,00	2.355,00	21.132,03	897,33
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	60.000,00	60.000,00	96.826,15	161,38
6.1- Transferências de Convênios	60.000,00	60.000,00	96.826,15	161,38
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-83.650,00	-83.650,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	206.105,00	206.105,00	307.901,18	149,39
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.033.130,43	2.033.130,43	2.109.513,03	103,76
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.320.174,43	1.320.174,43	1.344.380,02	101,83
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	660.000,00	660.000,00	716.696,89	108,59
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.872,00	3.872,00	2.858,88	73,83
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.164,00	10.164,00	10.241,23	100,76
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	200,00	200,00	299,38	149,69
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	38.720,00	38.720,00	35.036,63	90,49
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.627.450,00	1.627.450,00	1.185.183,31	72,82
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.621.400,00	1.621.400,00	1.178.301,86	72,67
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.050,00	6.050,00	6.881,45	113,74
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-411.730,43	-411.730,43	-931.211,17	225,17
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.464.705,00	1.502.107,22	1.116.116,86	74,30	1.116.116,86	74,30	0,00
13.1- Com Educação Infantil	659.208,00	659.208,00	497.469,73	75,46	497.469,73	75,46	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	805.497,00	842.899,22	618.647,13	73,40	618.647,13	73,40	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	162.745,00	162.745,00	82.989,29	50,99	82.989,29	50,99	0,00
14.1- Com Educação Infantil	73.144,50	73.144,50	18.757,50	25,64	18.757,50	25,64	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	89.600,50	89.600,50	64.231,79	71,69	64.231,79	71,69	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.627.450,00	1.664.852,22	1.199.106,15	72,02	1.199.106,15	72,02	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							1.199.106,15
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							94,17
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							7,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							-1,17
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							28.131,68
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016²							28.131,68
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³		2.637.798,79		2.637.798,79	2.866.151,07	108,66	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
					Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	850.354,76	1.328.054,76	999.276,98	75,24	999.276,98	75,24	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.597.437,50	1.986.009,47	1.593.215,91	80,22	1.593.215,91	80,22	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	895.097,50	932.499,72	682.878,92	73,23	682.878,92	73,23	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	702.340,00	1.053.509,75	910.336,99	86,41	910.336,99	86,41	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.447.792,26	3.314.064,23	2.592.492,89	78,23	2.592.492,89	78,23	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-931.211,17
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							6.881,45
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							-924.329,72
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))							3.516.822,61
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							30,68
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
					Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	160.605,00	287.237,06	191.546,79	66,69	191.546,79	66,69	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	71.990,00	113.390,00	79.911,45	70,47	79.911,45	70,47	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	232.595,00	400.627,06	271.458,24	67,76	271.458,24	67,76	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.680.387,26	3.714.691,29	2.863.951,13	77,10	2.863.951,13	77,10	0,00

Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	37.402,22	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.178.301,86	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.199.106,15	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	1.199.106,15	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.881,45	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	23.479,38	0,00

PRINCESA, 19/01/2017

OLI DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI
Contadora CRC/SC - 026787/O-2

SIMONE MARLI NIELSSON
Controle Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ANEXO 9 - DEMONS. DAS REC. DE OPE. DE CRÉD. E DESP. DE CAPITAL

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00		0,00	
DESPESAS					
DESPESAS DE CAPITAL	3.837.472,25	1.831.785,43	1.824.829,58	6.955,85	2.005.686,82
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.837.472,25	1.831.785,43	1.824.829,58	6.955,85	2.005.686,82
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.837.472,25	-1.831.785,43	-	-	-2.005.686,82

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PRINCESA, 19/01/2017

OLÍDIO NASCIMENTO
Prefeito MunicipalKELI FERNANDA MEOTTI
Contadora CRC/SC - 026787/O-2SIMONE MARLI NIELSSON
Controle Interno

Rio do Sul

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 003/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2017

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, leva ao conhecimento dos interessados, que fica inexigível a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: Aquisição de vales transportes para atender funcionário/servidores da municipalidade.

R\$ 50.875,00 (cinquenta mil e oitocentos e setenta e cinco reais).

Contratada: Ônibus Circular Ltda.

Fundamento Legal: Art. 25, Inciso I da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de inexigibilidade: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio do Sul, 19 de janeiro de 2017
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0077/RH

PORTARIA Nº. 0077/RH

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 5731, de 02 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 254, da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, ao servidor SILVIO KLETTENBERG, ocupante do cargo de provimento efetivo de GUARDA MUNICIPAL, conforme certidão de nascimento n.º 105262 01 55 2016 1 00111 135 0047428 86 do cartório de registro civil do município e comarca de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de HELENA ÍSIS KLETTENBERG.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria de Nº. 0045/RH de 09 de janeiro de 2017.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de janeiro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Vfb

PORTARIA Nº. 0078/RH

PORTARIA Nº. 0078/RH

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 5731, de 02 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, de acordo com Art. 46 da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, as servidoras respectivamente relacionadas no Anexo I da presente portaria, ocupantes do cargo de provimento efetivo Professor, para substituírem os (as) Diretores (as) dos Centros Educacionais, durante o impedimento dos titulares por motivo de férias e impedimento de função, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016 conforme constante no Anexo I.

Parágrafo Único – Integra esta portaria o Anexo I.

Art. 2º. E pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual, respectivamente relacionado no Anexo I, sobre o seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria de Nº. 0046/RH de 09 de janeiro de 2017.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de janeiro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Vfb

Anexo I

Centro Educacional	Titular	Substituta no período	Gratificação	Período
CEI FAVINHO DE MEL II	NEUSA RASSWEILER	JULIANA DA SILVA RODRIGUES	30%	02/01/2017 a 31/01/2017
CEI TITIO KARAN	EDOLAR PAVANELLO	PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACHADO DA SILVA	30%	02/01/2017 a 31/01/2017
CEI ILSE SOLDATELLI	LUCIANE CAVILHA MENDES	IRIA RITA MONTAGNA	45%	02/01/2017 a 31/01/2017
CEI CANTA GALO	SIMONE ROSIRES BARBETA THIEDE	ANA CAROLINE MEES	45%	02/01/2017 a 31/01/2017
CE RICARDO MARCHI	GREICE APARECIDA DA CONCEIÇÃO	KATIUSCA CUSTÓDIO DA CONCEIÇÃO	60%	02/01/2017 a 31/01/2017
CEI TIA BEA	ELISABETH APARECIDA BERNARDO FRONZA	LUCIANA MARA BARBOSA	30%	02/01/2017 a 31/01/2017
CEI DR. ROMÃO TRAUZYNSKI	ELIANE CITADINI	CLEIDE APARECIDA ABREU LOPES	30%	02/01/2017 a 31/01/2017
CE PREF. MATHEUS ALVES CONCEIÇÃO	GISLENE LUZIA GOETTEN ZELINDRO	SUELEM FERNANDA CONZATTI	30%	02/01/2017 a 31/01/2017
CEI RAI0 DE LUZ	JUCÉLIA CORREIA DE SANTANA	CINEIDE MARILEIA MOSER SCHMIDT	30%	02/01/2017 a 31/01/2017
CEI RUTH SCHROEDER OHF	MARILSE ELIANE MATOS POMPÍLIO	SINTIA LUCIANO RUCKERT	45%	02/01/2017 a 31/01/2017

PORTARIA Nº. 0079/RH

PORTARIA N. 0079/RH

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 5731, de 02 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Alterar o Art. 1º, da Portaria n. 0079/RH 02 de fevereiro de 2016, publicada em 06 de dezembro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Conceder auxílio-funeral, para HENRY JOAO ERHERDT, (Protocolo 157482/2016), em virtude do falecimento ocorrido no dia 20/01/2016, da servidora municipal SILVIA SCHLEMPER, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, conforme Certidão de óbito de Matrícula Nº. 105262 01 55 2016 4 00047 065 0017369 38, de acordo com o Art. 275, da Lei Complementar nº. 309/2015.”

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria de Nº. 0048/RH de 10 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de janeiro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Vfb

PORTARIA Nº. 0080/RH

PORTARIA Nº. 0080/RH

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 5731, de 02 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 254, da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, a servidora VANESSA MARIA BASTOS, ocupante do cargo comissionado de CHEFE DA DIVISÃO DE TURISMO, conforme certidão de nascimento n.º 105262 01 55 2017 1 00111 175 0047468 41 do cartório de registro civil do município e comarca de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de MAYA BASTOS SCHNEIDER.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria de Nº. 0050/RH de 12 de janeiro de 2017.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de janeiro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Vfb

PORTARIA Nº 0076/RH

PORTARIA Nº. 0076/RH

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 5731, de 02 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Remover para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, a partir de 02/01/2017, a servidora VANESSA FEY, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, nível "E", lotada na Secretaria Municipal de Administração, em conformidade com o Art. 41, inciso IV, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais retroativos a partir de 02/01/2017.

Rio do Sul, 19 de janeiro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

RESUMO DO ADITIVO 001/2017

1º TERMO ADITIVO Nº 001/2017 – DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL NR. 067/2016, REFERENTE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DE SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, RUA ORESTES LENZI, 399, BAIRRO CANTA GALO, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA NH INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Aos três (03) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e dezessete (2017), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado LOCATÁRIO, e a empresa NH Indústria e Comércio Ltda., estabelecida na Rodovia BR 470, Km 140, 5.640, Bairro Itoupava, no município de Rio do Sul - SC, CEP – 89.162-915, inscrita no CNPJ sob o nº 85.776.466/0001-36, ora denominada LOCADORA, representada pelo seu Administrador, Sr. Alberto Frahm, inscrito com o CPF sob o nº 311.159.349-53, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Dispensa nº 007/2016, o Contrato original de Locação de Imóvel nº 067, datado de 02 de janeiro de 2016, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no inciso IV do Art. 57 e § 8º do Art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o LOCATÁRIO e a LOCADORA, tendo um acréscimo de 12 (doze) meses, com o seu início em 03 de janeiro de 2017 e encerrando em 02 de janeiro de 2018,

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

Fica reajustado em 7,1907100% de acordo com o IGP-ME (FGV), passando o valor contratual assumido constante da Cláusula Terceira do contrato original celebrado entre o LOCATÁRIO e a LOCADORA, conforme demonstrativo anexa, passando ao valor de R\$ 3.439,00 (quatro mil e quatrocentos e trinta e nove reais) mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Locadora no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal
Locatário

NH INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Sr. Alberto Frahm
Locadora

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF

RESUMO DO ADITIVO 135/2016

8º TERMO ADITIVO Nº 135/2016 – DO CONTRATO DE MATERIAIS E SERVIÇOS NR. 026/2014, REFERENTE A EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS DAS RUAS SANTOS DUMONT, SÃO JOÃO, AL. ARISTILIANO RAMOS, PRAÇA 25 DE JULHO, ANITA GARIBALDI E CALÇADÃO OSNY JOSÉ GONÇALVES EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA MAURÍCIO ELY PUTTKAMMER - ME.

Aos dois (02) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Maurício Ely Puttkammer – ME., estabelecida na rua Papa João XXIII, 252, Centro, no município de Santa Cecília/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.877.201/0001-10, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Gerente, Sr. Maurício Ely Puttkammer, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Tomada de Preços nº 029/2014, o Contrato original de Materiais e Serviços nº 026, datado de 16 de abril de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 120 (cento e vinte) dias, com o seu término em 03 de abril de 2017, memorando nº 081.1/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual,

Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

MAURÍCIO ELY PUTTKAMMER - ME

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 887, DE 18 DE JANEIRO DE 2017

RESOLUÇÃO Nº 887, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

Autoriza pagamento de 3 e ½ (três e meia) diárias, inscrição e indenização de transporte à servidora.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de 3 e ½ (três e meia) diárias à servidora Sabrina Roseni Cabral da Silva, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Área Legislativa, no valor de R\$ 1.494,19 (hum mil quatrocentos e noventa e quatro reais e dezenove centavos), para participar do "Curso Sobre como Elaborar uma Lei com Qualidade (Módulo Teórico)", a ser realizado nos dias 25 a 27 de janeiro de 2017, tendo como local a Sede do IGAM à Rua das Andradas, 1560, 18º andar – Galeria Malcon Centro – Porto Alegre - RS.

Art. 2º Fica ainda autorizado o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais) a participante.

Art. 3º A indenização de transporte, em veículo particular, no trecho compreendido entre a cidade de Rio do Sul e a cidade de Porto Alegre, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 5 de outubro de 2010.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 18 de janeiro de 2017.

FRANCISCO GOETTEN

Presidente da Mesa

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Vice-Presidente

MARCOS NORBERTO ZANIS

1º Secretário

MÁRIO SÉRGIO STRAMOSK

2º Secretário

Rio dos Cedros

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO FS012017 - A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO O CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES CLÍNICAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS
Extrato do Edital de Credenciamento Nº FS01/2017
Tipo de Comparação: Por Item

O Fundo de Saúde de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Dispensa de Licitação, com a finalidade de selecionar proposta objetivando o CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES CLÍNICAS, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 02/02/2017 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 02/02/2017 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 19 de janeiro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

EXTRATO CT. Nº 002/2017 DATA: 02/01/2017 CONTRATAÇÃO DIRETA ART.24, II DA LEI 8.666/93 CONTRATO: FAE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA OBJETO: A LOCAÇÃO DE SISTEMA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

CT. Nº 002/2017

DATA: 02/01/2017

CONTRATAÇÃO DIRETA Art.24, II da Lei 8.666/93

CONTRATO: FAE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA
OBJETO: A LOCAÇÃO DE SISTEMA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ADEQUAÇÃO, INSTALAÇÃO E TREINAMENTO OPERACIONAL E CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS ROTINAS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.

INÍCIO: 02/01/2017

TÉRMINO: 02/01/2018

VALOR: Nos termos da Cláusula quarta deste contrato.

EXTRATO CT. Nº001/2017 DATA: 02/01/2017 ART.24, II DA LEI 8.666/93 CONTRATO: VIZIV TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SOFTWARE EIRELLI

CT. Nº001/2017

Data: 02/01/2017

ART.24, II DA LEI 8.666/93

CONTRATO: VIZIV TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SOFTWARE EIRELLI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LICENÇA DE USO DE SOFTWARES PARA GESTÃO ESCOLAR INTEGRADO

INÍCIO: 02/01/2017

TÉRMINO: 02/01/2018

VALOR: Valor anual de R\$6.120,00 (seis mil, cento e vinte reais)

EXTRATO CT Nº. 004/2017 DATA: 02/01/2017 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: MELLO AUTO DIESEL LTDA ME OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA O ANO DE 2017

CT nº. 004/2017

DATA: 02/01/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: MELLO AUTO DIESEL LTDA ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA O ANO DE 2017.

INÍCIO: 02/01/2017

TÉRMINO: 02/01/2018

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 102/2016

EXTRATO CT. Nº003/ 2017 DATA: 02/01/2017 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: POSTO CAMINHO DOS LAGOS OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA O ANO DE 2017.

CT. Nº003/ 2017

DATA: 02/01/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: POSTO CAMINHO DOS LAGOS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA O ANO DE 2017.

INÍCIO: 02/01/2017

TÉRMINO: 02/01/2018

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 102/2016

EXTRATO CT. Nº005/2017 DATA: 02/01/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2016.
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO
COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR
PREÇO CONTRATO: MECANICA INDUSTRIAL DM
LTDA - ME OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA DE
CAMINHÕES E TRATORES,

CT. Nº005/2017

DATA: 02/01/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: MECANICA INDUSTRIAL DM LTDA - ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA DE CAMINHÕES E TRATORES, CONserto E RECUPERAÇÃO DE GUARD-RAILS E GUARDA CORPOS DE PONTE E SERVIÇOS DE SERRALHERIA EM GERAL

INÍCIO: 02/01/2017

TÉRMINO: 02/01/2018

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 100/2016

EXTRATO CT. Nº006/2017 DATA: 02/01/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2016.
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO
COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR
PREÇO CONTRATO: 3A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
EIRELI EPP OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA
AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E MATERIAIS
DE CONSTRUÇÃO

CT. Nº006/2017

DATA: 02/01/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: 3A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI EPP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

INÍCIO: 02/01/2017

TÉRMINO: 02/01/2018

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 101/2016

EXTRATO CT. Nº007/2017 DATA: 02/01/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2016.
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO
COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR
PREÇO CONTRATO: CONCRERIO ARTEFATOS DE
CIMENTO LTDA ME OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS
PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

CT. Nº007/2017

DATA: 02/01/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: CONCRERIO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

INÍCIO: 02/01/2017

TÉRMINO: 02/01/2018

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 101/2016

EXTRATO CT. Nº008/2017 DATA: 02/01/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2016.
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO
COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR
PREÇO CONTRATO: COMERCIAL E INDUSTRIAL
DANTE ZONTA LTDA EPP OBJETO: REGISTRO DE
PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO
E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

CT. Nº008/2017

DATA: 02/01/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: COMERCIALEINDUSTRIAL DANTE ZONTA LTDA EPP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

INÍCIO: 02/01/2017

TÉRMINO: 02/01/2018

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 101/2016

EXTRATO CT. Nº009/2017 DATA: 02/01/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2016.
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO
COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR
PREÇO CONTRATO: PREMOCON ARTEFATOS DE
CONCRETO LTDA EPP OBJETO: REGISTRO DE
PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO
E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

CT. Nº009/2017

DATA: 02/01/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

INÍCIO: 02/01/2017

TÉRMINO: 02/01/2018

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 101/2016

EXTRATO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 07/2017 - INFORMA QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE ITENS PRODUZIDOS NA AGRICULTURA FAMILIAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS
Extrato do Edital de Chamada Pública Nº 07/2017
Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Dispensa de Licitação, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR de itens produzidos na Agricultura Familiar, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 01/02/2017 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 01/02/2017 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 19 de janeiro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

até 31 de dezembro de 2016; 06. Relação das despesas a pagar, pela ordem cronológica das exigibilidades, observadas as fontes de recursos, na forma do artigo 5º da Lei nº 8.666/1993; 07. Demonstrativo analítico dos débitos e créditos de natureza extra-orçamentária, inclusive dos Restos a Pagar por exercício financeiro; 08. Demonstrativo analítico das dívidas de longo prazo e seus encargos; 09. Inventário analítico dos bens permanentes existentes em 31 de dezembro de 2016; 10. Demonstrativo da dívida ativa em 31 de dezembro de 2016, individualizada por devedor e exercício financeiro; 11. Relação dos servidores municipais, com informações do cargo ocupado por cada servidor, se efetivo, comissionado, contratado, e das funções de confiança ocupadas, bem como da respectiva lotação por órgão; 12. Cópia da Lei Ordinária nº 1.911, de 28 de junho de 2016, que Fixa o Valor do Subsídio Mensal do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Para o Quadriênio de 2017/2020, e dá outras providências e, cópia da Lei Ordinária nº 1.913, de 28 de junho de 2016, que Fixa o Valor do Subsídio Mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Rio dos Cedros para a legislatura de 2017/2020, e dá outras providências; 13. Declarações de bens do Prefeito Municipal. Feitas as devidas verificações, nos documentos apresentados destinou-se uma via ao arquivo da Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros e uma via para o Prefeito Eleito. Rio dos Cedros, 1º de janeiro de 2017.

TERMO DE POSSE E ASSUNÇÃO DE CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL.

Termo de Posse e Assunção de Cargo de Prefeito Municipal.

Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, nas dependências do Novo Espaço – Festas e Eventos, sito à avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher, nº2.859, em Rio dos Cedros, município do Estado de Santa Catarina, às dezenove horas, o Prefeito Eleito Senhor Marildo Domingos Felippi, na presença dos que a este ato compareceram, assumiu o cargo de Prefeito Municipal para o período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020. No ato foram apresentados os documentos necessários para dar continuidade à Administração do Município que passamos a relacionar: 01. Lei do Plano Plurianual em vigor, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017 e Lei Orçamentária para o exercício de 2017; 02. Balancete mensal de dezembro de 2016, contendo, entre outros documentos, demonstrativos da receita arrecadada e da despesa realizada do mês; 03. Demonstrativo das admissões e contratações de servidores e de contratações de mão de obra para substituição de servidores, se havidas no mês, bem como de que, à época, a despesa total com pessoal não excedia a 95% (noventa e cinco por cento) do limite legal do Poder ou Órgão, referente ao mês de dezembro do ano de 2016 (LC. 101/2000, artigo 22, parágrafo único); 04. Demonstrativos analíticos dos saldos disponíveis (caixa e bancos) e realizáveis; 05. Relação de todas as contas da Prefeitura mantidas na rede bancária, acompanhadas das respectivas conciliações e extratos bancários, com o movimento de

Rio Fortuna

PREFEITURA

CONTRATO Nº 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA
Processo de Licitação 004/2017
Edital de Dispensa de Licitação 001/2017
Contrato Nº 001/2017

A Comissão Permanente de Licitações de Rio Fortuna torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizado no dia 16 de janeiro de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna – Setor de Licitação, situado na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, A CONTRATAÇÃO DE TRABALHOS TÉCNICOS, VISANDO A EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, VOLTADO A PROVER A ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA - SC DE TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS AO PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO, DIVULGAÇÃO, EXECUÇÃO E REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO ESCRITA OBJETIVA E AVALIAÇÃO DE TÍTULOS DOS CANDIDATOS INSCRITOS E HOMOLOGADOS PARA O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO. O presente CONTRATO é celebrado em consonância com o que dispõe o Edital de Dispensa de Licitação nº 001/2017, Processo de Licitação nº 004/2017, de 16 de janeiro de 2017.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.926.585.0001-30, com sede administrativa na Avenida Sete de Setembro, nº 1.175, Centro, Rio Fortuna – SC, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. LINDOMAR BALLMANN.

CONTRATADA:

FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, inscrita no CNPJ sob o nº 03.354.241/0001-27, situada na Av. José Acácio Moreira, nº 787, Bairro Dehon, CEP 88.704-900, Tubarão/SC, neste ato, representada por seu Diretor Presidente, Prof. Tarcisio dos Santos Junior.

VIGÊNCIA:

3 (Três meses).

VALOR DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 3.704,37 (três mil setecentos e quatro reais com trinta e sete centavos).

Rio Fortuna/ SC, 16 de janeiro de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO 004/2017 EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA
Processo de Licitação 004/2017
Edital de Dispensa de Licitação 001/2017

A Comissão Permanente de Licitações de Rio Fortuna torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizado às 8 h, do dia 16 de janeiro de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna – Setor de Licitação, situado na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, O PREGÃO PRESENCIAL visando à CONTRATAÇÃO DE TRABALHOS TÉCNICOS, PARA EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, VOLTADO A PROVER A ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA - SC DE TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS AO PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO, DIVULGAÇÃO, EXECUÇÃO E REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO ESCRITA OBJETIVA E AVALIAÇÃO DE TÍTULOS DOS CANDIDATOS INSCRITOS E HOMOLOGADOS PARA O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.926.585.0001-30, com sede administrativa na Avenida Sete de Setembro, nº 1.175, Centro, Rio Fortuna – SC, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. LINDOMAR BALLMANN.

CONTRATADA:

FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, inscrita no CNPJ sob o nº 03.354.241/0001-27, situada na Av. José Acácio Moreira, nº 787, Bairro Dehon, CEP 88.704-900, Tubarão/SC, neste ato, representada por seu Diretor Presidente, Prof. Tarcisio dos Santos Junior.

VIGÊNCIA: 3 (Três meses).**VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

R\$ 3.704,37 (três mil setecentos e quatro reais com trinta e sete centavos).

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO: 16 de janeiro de 2017.

Rio Fortuna/ SC, 16 de janeiro de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO 3.797/2017

DECRETO Nº 3.797/2017	AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei:

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto AUTORIZADO, os Servidores abaixo relacionados à retirar Ofícios, correspondências e documentos dos veículos do município de Romelândia SC,

ADRIANE TEREZINHA MERIGO JUNG, Secretária de Administração, portador do CPF – 942.246.929-53

CLAUDIO ELIAS SCHENKEL, Gestor do Fundo Municipal de Saúde, CPF- 006.132.579-10

DARIZ GENZ, Auxiliar de Movimento Econômico, CPF-052.284.969-55

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Romelândia – SC, 18 de JANEIRO de 2017.
VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto em data supra.

PORTARIA 8.278/2017

PORTARIA Nº 8278/2017

SUSPENDE FÉRIAS REGULAMENTARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI, RESOLVE:

RESOLVE:

Suspender férias, a partir da data de 09 de janeiro de 2017, da Servidora Pública Municipal SILVANIA ANDREIA PRIGOL DIEHL, cargo de carreira de PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS SEMANAIS, concedidas pela Portaria n.º 8251/2017, em conformidade com o artigo 112, parágrafo único da Lei Complementar nº 005/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, sendo que gozará os dias restantes das férias em período oportuno de conveniência do Município.

O referido ato motiva-se pela insuficiência de servidores.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 09 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8.279/2017

PORTARIA Nº 8279/2017

SUSPENDE FÉRIAS REGULAMENTARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI, RESOLVE:

RESOLVE:

Suspender férias, a partir da data de 09 de janeiro de 2017, da Servidora Pública Municipal MARGARETE PERONDI MAYER, cargo de carreira de PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS SEMANAIS, concedidas pela Portaria n.º 8238/2017, em conformidade com o artigo 112, parágrafo único da Lei Complementar nº 005/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, sendo que gozará os dias restantes das férias em período oportuno de conveniência do Município.

O referido ato motiva-se pela insuficiência de servidores.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 09 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8.281/2017

PORTARIA Nº 8281/2017

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Designar o Servidor Público Municipal ROBSON LUIZ SCHOLTZE, para desempenhar as funções de Chefe responsável da Unidade Municipal de Cadastramento do Incra do Município de Romelândia SC, e Responsável Técnico do Poço Artesiano da Praça Municipal, percebendo FG ☐ Função Gratificada de 30% (trinta por cento), calculada sobre o vencimento base.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 16 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8.282/2017

PORTARIA Nº 8282/2017

SUSPENDE FÉRIAS REGULAMENTARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI, RESOLVE:

RESOLVE:

Suspender férias, a partir da data de 16 de janeiro de 2017, do Servidor Público Municipal LUCIMAR LUIZ FERRARI, cargo de carreira de CONTADOR 40 HORAS SEMANAIS, concedida pela Portaria n.º 8277/2017, em conformidade com o artigo 112, parágrafo único da Lei Complementar nº 005/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, sendo que gozará os dias restantes das férias em período oportuno de conveniência do Município.

O referido ato motiva-se pela insuficiência de servidores.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 16 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8.283/2017

PORTARIA Nº 8283/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI, RESOLVE:

RESOLVE:

Concede férias a Servidora Publica Municipal ILONI RODRIGUES DA FONSECA, referente ao período aquisitivo de 02 de outubro de 2014 à 01 de outubro de 2015, para serem gozadas de 16 de janeiro de 2017 à 14 de fevereiro de 2017.

O referido ato motiva-se pela insuficiência de servidores.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 16 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8.284/2017

PORTARIA Nº 8284/2017

ALTERA PORTARIA Nº 8207/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei.

CONSIDERANDO que existe a Lei Complementar nº 02/2016 que criou o cargo de Procurador Geral a qual era desconhecida pela Agente de Recursos Humanos que revogou a Lei Complementar nº 010/2013.

CONSIDERANDO que houve equívoco na redação da portaria que habilitou e nomeou servidora para o cargo de Assessora Jurídica 20 horas semanais CC-13 conforme Lei Complementar nº 010/2016, quando o correto deveria ter habilitado e nomeado para ocupar o cargo de Procurador Geral conforme Lei Complementar nº 02/2016 – Tabela II.

RESOLVE:

ART. 1º Altera a Portaria nº 8207/2017 de 04 de janeiro de 2017 que habilitou a posse da servidora Joice Terezinha de Andrade Dries Pinheiro para constar a nomenclatura do cargo de Procurador Geral, tabela II conforme Lei Complementar nº 02/2016, permanecendo inalteradas as demais disposições.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 17 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8.285/2017

PORTARIA Nº 8285/2017

EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI, RESOLVE:

RESOLVE:

Exonerar a pedido da mesma, Servidora Pública Municipal DEBORA PERONDI NUNES DE ARNOTE, cargo de carreira de AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE 40 HORAS SEMANAL, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 18 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 007/2017

DECRETO Nº 007, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DE CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2016 PARA O CARGO DE PSICÓLOGO, EM FUNÇÃO DA SENTENÇA PROFERIDA NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 0303704-03.2016.8.24.0079, DA COMARCA DE VIDEIRA/SC.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a legislação municipal aplicável e obedecendo a sentença proferida no Mandado de Segurança nº. 0303704-03.2016.8.24.0079, da Comarca de Videira/SC,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final de classificação para o cargo de Psicólogo do Concurso Público nº. 001/2016, conforme Anexo Único.

Art. 2º. A modificação do resultado final do certame se justifica, por conta da sentença oriunda do Mandado de Segurança nº. 0303704-03.2016.8.24.0079, da Comarca de Videira/SC, que determinou o acréscimo de 2 (dois) pontos a nota final da impetrante Ariane Spanholi Vigolo, em razão do título de mestrado apresentado.

Art. 3º. Fica assegurado o prazo legal para qualquer recurso referente a esta homologação.

Art. 4º. O prazo de vigência do Concurso Público nº. 001/2016, especificamente com relação ao cargo de psicólogo, deve ser contado a partir da data de publicação deste Decreto, permanecendo inalterado para os demais cargos.

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando parcialmente o Decreto 081/2016, tão somente com relação a classificação do cargo de Psicólogo..

Salto Veloso/SC, 19 de janeiro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR DONADEL

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

Homologação Resultado Final Cargo de Psicólogo

PSICOLOGO											
Inscrição	Candidato	C.E	C.L.M	C.P	C.M	C.G	N.P.O.	Títulos	N.F	Situação.	Class.
7654	ARIANE SPANHOLI VIGOLO	2,00	1,20	1,40	0,60	0,60	5,80	2,00	7,80	APROVADO(A)	1º
7677	CATIA MARISTELA VIATER	2,80	1,50	1,75	0,60	0,60	7,25	0,00	7,25	APROVADO(A)	2º
7701	JULIANA DENISE STECKLING	2,80	1,50	1,40	0,60	0,30	6,60	0,00	6,60	APROVADO(A)	3º
7703	ANA CELIA DE OLIVEIRA RIBEIRO	2,80	0,60	1,40	0,90	0,90	6,60	0,00	6,60	APROVADO(A)	4º
7712	MAUDINÊS LOCATELLI	2,00	0,60	1,40	0,60	0,90	5,50	1,00	6,50	APROVADO(A)	5º
7691	ANDREY LUCAS SCHWARTZ	1,60	0,30	2,10	0,30	0,90	5,20	1,00	6,20	APROVADO(A)	6º
7699	LUIZA BERNARDI BUHL	2,00	0,90	1,75	0,30	1,20	6,15	0,00	6,15	APROVADO(A)	7º
7687	PRISCILA LUVISON	1,60	1,20	1,40	0,60	0,90	5,70	0,00	5,70	APROVADO(A)	8º
7696	RAFAELA ZIEGELMAIER RIBEIRO	1,20	1,50	1,05	1,20	0,60	5,55	0,00	5,55	APROVADO(A)	9º
7685	EVERLY ZAMPIERI	2,00	0,60	1,40	0,90	0,60	5,50	0,00	5,50	APROVADO(A)	10º

7720	JANE MARIA ANDRETTA	2,00	0,60	1,75	0,60	0,30	5,25	0,00	5,25	APROVADO(A)	11º
7653	ERICA TOMAZI RIBEIRO	1,60	0,60	1,40	0,90	0,60	5,10	0,00	5,10	APROVADO(A)	12º
7723	JOSINELI ZANCAN	1,60	0,60	0,70	0,90	1,20	5,00	0,00	5,00	APROVADO(A)	13º

PORTARIA N.º 098/2017

PORTARIA Nº. 098 DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZAR A AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO EXPEDIDA PELO INSS SOB O Nº 20022080.1.0004/15-6, NOS ASSENTOS FUNCIONAIS DA SERVIDORA HELENE DE BORTOLI SOLDI, DETENTORA DA MATRÍCULA Nº 355 E DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora HELENE DE BORTOLI SOLDI, detentora da matrícula nº 355 e do cargo de provimento efetivo de Professor, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00004/15-6, correspondente a 20anos 07 meses e 13 dias, para fins de concessão de aposentadoria voluntária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso – SC, 19 de janeiro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeito Municipal

Santa Cecília

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 010/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial, no dia 01 de Fevereiro de 2017 às 09h00min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para contratação de empresas para a execução dos serviços de transporte escolar em linhas do Município de Santa Cecília, de acordo com o Calendário Escolar da Secretaria Municipal de Educação. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br, site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Santa Cecília, 19 de janeiro de 2017.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 011/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial no sistema Registro de Preços, no dia 02 de Fevereiro de 2017 às 09h00min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para Registro de Preço para aquisição parcelada de tubos de concreto para serem utilizados através da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, conforme anexos do edital. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br, site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Santa Cecília, 19 de janeiro de 2017.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2017

Página: 1/3



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017

Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 18/01/2017 Válido até: 18/01/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de cargas de água e gás para manutenção das atividades da Prefeitura Municipal e de suas secretarias, conforme anexos do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	AGUA MINERAL COM 20 LT	UN	MARLON VALIM GERBER - ME (12057)	ACQUA 10	0	8,0000	1
2	AGUA MINERAL SEM GAS COM 510 ML FARDO COM 12	FRD	DYANE PAES PEREIRA ME (15287)	TREZE TILIAS	0	8,4000	2
3	GAS GLP 13 KG	UNI	MARLON VALIM GERBER - ME (12057)	ACQUA 10	0	9,0000	1
4	GAS GLP 45 KG	UNI	DYANE PAES PEREIRA ME (15287)	TREZE TILIAS	0	9,5000	2
			MARLON VALIM GERBER - ME (12057)	ULTRAGAZ	0	45,0000	1
			DYANE PAES PEREIRA ME (15287)	SUPERGASBI	0	47,0000	2
			MARLON VALIM GERBER - ME (12057)	ULTRAGAZ	0	209,0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 2/2017 **Data do Registro:** 18/01/2017 **Válido até:** 18/01/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de cargas de água e gás para manutenção das atividades da Prefeitura Municipal e de suas secretarias, conforme anexos do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DYANE PAES PEREIRA ME (15287)	SUPERGASBI	0	210,0000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 18/01/2017 Válido até: 18/01/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de cargas de água e gás para manutenção das atividades da Prefeitura Municipal e de suas secretarias, conforme anexos do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2017

PROCESSO Nº 2/2017

(12057) - MARLON VALIM GERBER - ME

(15287) - DYANE PAES PEREIRA ME

Santa Cecilia, 18 de Janeiro de 2017.

LRF ANEXO 1

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	929.909,17	0,00
Pessoal Ativo	929.909,17	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	929.909,17	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	39.035.489,45	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	929.909,17	2,38
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.342.129,37	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.225.022,90	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.107.916,43	5,40

FONTE:

SANTA CECILIA, 19/01/2017

ALTINO NEREU FLORES PIRES
Presidente

VOLNEI WINTER
Contador - CRC/SC-022330/O-0

LRF ANEXO 2

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P;	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	—	37.243,93	39.048,24	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	52.399,68	53.582,88	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	15.155,75	14.534,64	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	-37.243,93	-39.048,24	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]				
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]				0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	6.667,39	6.509,83	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	9.680,86	13.422,12	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

SANTA CECILIA, 19/01/2017

ALTINO NEREU FLORES PIRES
Presidente

VOLNEI WINTER
Contador - CRC/SC-022330/O-0

FONTE:

LRF ANEXO 3

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

SANTA CECILIA, 19/01/2017

ALTINO NEREU FLORES PIRES
 Presidente

VOLNEI WINTER
 Contador - CRC/SC-022330/O-0

LRF ANEXO 4

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	0,00	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	0,00	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

SANTA CECILIA, 19/01/2017

ALTINO NEREU FLORES PIRES
Presidente

VOLNEI WINTER
Contador - CRC/SC-022330/O-0

LRF ANEXO 5

MUNICIPIO DE SANTA CECILIA - SC - PODER LEGISLATIVO

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016 / QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - ANEXO 5 (LRF, art.55, inciso III, alínea "a")

RGF - ANEXO 5 (LRF, art.55, inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Resto a Pagar Liquidados e não Pagos		Restos a pagar Empenhadas e Não liquidados de Exercícios Anteriores		Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(b)	(c)					
RECURSOS VINCULADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	

FONTE:

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Santa Cecilia - SC, 19/01/2017

ALTINO NEREU FLORES PIRES

Presidente

VOLNEI WINTER

Contador - CRC/SC-022330/O-0

LRF ANEXO 6

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	39.035.489,45	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	929.909,17	2,38
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	2.342.129,37	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	2.225.022,90	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	8.587.807,68	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	6.245.678,31	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.732.484,26	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:

SANTA CECILIA, 19/01/2017

ALTINO NEREU FLORES PIRES
Presidente

VOLNEI WINTER
Contador - CRC/SC-022330/O-0

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

ATA DE APRECIÇÃO DE RECURSOS 089/2016 PR

ATA DE APRECIÇÃO DE RECURSOS

Processo de Licitação nº 089/2016 – Pregão Presencial nº 089/2016

Às 16 (dezesseis) horas do dia 09 de Janeiro de 2017, a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, decreto Nº 001 de 09 de Janeiro de 2017, reuniu-se com o objetivo de julgar o recurso administrativo da empresa Betha Sistemas LTDA contra a decisão que a desclassificou para seguir no certame. Conforme parecer jurídico, a Comissão decide pelo não recebimento do recurso, visto que foi dirigida a autoridade incompetente para apreciá-lo, pois embora tempestivo, não obedeceu aos ditamos do § 4.º do art. 109 da Lei 8.666/93, e, quanto ao mérito, a comissão decide pelo não provimento do apelo visto que a empresa não impugnou o edital no prazo correto. Além disto, nota-se que sua proposta não se adequou as regras editalícias e, pelo princípio da vinculação ao edital, esta não atendeu as exigências nele contida, visto que o edital de fls. 29/40, em seu item 20.13, dispõe literalmente que os anexos I a VI, são partes integrantes do Edital.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão determinou o encerramento da sessão e ordenou a lavratura da presente Ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos membros da Comissão.

Santa Rosa do Sul, 09 de Janeiro de 2017.

Ana Regina Paulo de Borba
Presidente

Rosane Ferreira Emerim
Membro

Wilfried Hemmer Célia Caetana
Membro

Paulo de Borba Roxo
Membro

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 042/2017

DECRETO Nº 0042, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.
REAJUSTA A TARIFA DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS DE SÃO BENTO DO SUL.

O Prefeito Municipal, no das atribuições legais e:

Considerando os termos dos Processos Administrativos nº 8003/2016 e nº 8901/2016;

Considerando o parecer favorável da Comissão designada pelo Decreto nº 32/2017;

Considerando as disposições legais, especialmente o § 2º do art. 9º da Lei Federal n. 8.987/1995,

RESOLVE:

Art. 1º. A tarifa do serviço público municipal de transporte coletivo urbano de passageiros de São Bento do Sul, fica revisada nos termos dos Processos Administrativos nº 8003/2016 e nº 8901/2016 e fixada em R\$ 4,00 (quatro reais).

Parágrafo único: É garantido o desconto de 20% sobre o valor da tarifa fixada no caput deste artigo aos alunos do ensino fundamental, médio, técnico e superior de São Bento do Sul - SC.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data da publicação, com vigência a partir de 01 de fevereiro de 2017.

São Bento do Sul, 19 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 267/2017

PORTARIA Nº 0267, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora IZABEL DE FATIMA MARTINS DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, licença prêmio relativa ao triênio 2012/2015.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 09/01/2017 a 07/02/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 268/2017

PORTARIA Nº 0268, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

Concede Licença de Parte da Jornada de Trabalho

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Nº 2585/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARIA DA GLORIA CORREA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação, licença de parte da jornada de trabalho – 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á pelo prazo de um ano, a contar de 07 de fevereiro de 2017, consoante Processo Administrativo nº 8916/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 269/2017

PORTARIA Nº 0269, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ARI RIBEIRO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Topógrafo, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, licença prêmio relativa ao triênio 2012/2015.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 06/02/2017 a 07/03/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 270/2017

PORTARIA Nº 0270, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

Concede Licença

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora HELOISA KARINA SESTREN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Saúde, licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de 02 (dois) anos, conforme Processo nº 26/2017.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior contar-se-á a partir de 03 de março de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 271/2017

PORTARIA Nº 0271, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 18 de janeiro de 2017, MARISA ANITA PFUET-ZENREUTER RIBEIRO, no cargo de Chefe de Divisão de Expediente, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 19 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 272/2017

PORTARIA Nº 0272, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Coordenadora Pedagógica

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893, de 19 de outubro de 2011,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 16 de janeiro de 2017, MARISTELA NEUMANN, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, para exercer a função de Coordenadora Pedagógica no CEIM Castelo Encantado

(Porte IV), com gratificação de 45% (quarenta e cinco por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 19 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 273/2017

PORTARIA Nº 0273, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Coordenadora Pedagógica

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893, de 19 de outubro de 2011,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 16 de janeiro de 2017, PAULA REJANE DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professor Educação Infantil, para exercer a função de Coordenadora Pedagógica no CEIM Pica Pau (Porte V), com gratificação de 55% (cinquenta e cinco por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 19 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 274/2017

PORTARIA Nº 0274, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 05 de janeiro de 2017, PATRICIA ZEIDEMANN ZIPPERER, no cargo de Chefe de Divisão de Análise e Controle de Trânsito Urbano, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

São Bento do Sul, 19 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA/SEMED Nº 001/2017

PORTARIA/SEMED Nº 001 - DE 17 DE JANEIRO DE 2017

DESIGNA COMISSÃO

A Secretária Municipal de Educação do município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 0229, de 13 de janeiro de 2017,

RESOLVE

Art. 1º – Constituir comissão para coordenar e executar os trabalhos referentes aos Processos de Atribuição de Exercício Temporário, conforme Edital nº 001/2017.

Art. 2º - Ficam designados os membros da Comissão:

- Adriana Piekarski
- Iara Carina Dums Werlich
- Noeli Regina Novak dos Santos

São Bento do Sul, 17 de janeiro de 2017.

ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESULTADO EDITAL Nº 001/2017**RESULTADO****ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO TEMPORÁRIO
EDITAL Nº 001/2017**

A Secretária Municipal de Educação, homologa e torna pública a classificação dos inscritos no processo de atribuição de exercício temporário – Edital nº 001/2017.

Informa ainda que, conforme dispõe o Edital, o prazo para reconsideração será de 02 (dois) dias úteis, a partir da publicação, no local onde deu entrada em seu processo, através de requerimento devidamente preenchido e documento que justifique a solicitação de reconsideração.

São Bento do Sul, 20 de janeiro de 2017.

ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL					
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO					
RESULTADO – EDITAL Nº 001/2017					
ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO TEMPORÁRIO					
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS					
CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	EUNICE TEREZINHA HILGENSTIELER PERES	Professor	EP	335	
2º	VIVIANE APARECIDA PILAT GNOINSKY	Professor	EP	332	
3º	SIOMARA GLADIS WRUBLEVSKI KAMINSKI	Professor	EP	328	
4º	MARIANE DIAS PILZ	Professor	EP	313	
5º	JENI APARECIDA KRZEZINSKI	Professor	EP	309	24/05/68
6º	ANGELA CRISTINA FERREIRA DAS CHAGAS	Professor	EP	309	08/02/74
7º	ILSE MARIA SCHROEDER HEIDEN	Professor	EP	307	
8º	LIANE BAYERL	Professor	EP	297	
9º	DINAI DAS GRAÇAS FABIAN STEINBACH	Professor	EP	294	10/04/55
10º	MARGARETE LIEBL	Professor	EP	294	07/09/73
11º	NADIA REJANE DE BORBA	Professor	EP	291	

12º	IVONETE APARECIDA FURTADO REZENDE	Professor	EP	283	
13º	MARISOL HANNEMANN ITNER	Professor	EP	268	
14º	RENATA BRAGA TEIXEIRA DA SILVA SPITZNER	Professor	EP	251	
15º	IZAÍAS DIAS ANTONIACOMI	Professor	EP	199	
16º	CRISTIANE LENI WEBER	Professor	LP	347	
São Bento do Sul, 20 de janeiro de 2017.					
ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO					
Secretária Municipal de Educação					

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

EDITAL Nº 001/2017 DE CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 001/2017 DE CONCURSO PÚBLICO

Abre inscrições e define normas para o concurso público destinado ao provimento de vagas de cargo efetivo do Quadro Único de Pessoal do SAMAE de São Bento do Sul, Santa Catarina e dá outras providências.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Concurso Público para provimento de vaga do quadro único de pessoal do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal De Água Esgoto de São Bento do Sul, contratados sob o regime estatutário conforme LEIS nº 3502/2015, 2966/2012, 228/2001 e suas alterações e que se regerá pelas normas estabelecidas neste edital e demais legislação vigente.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, município de Taió, Estado de Santa Catarina, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico www.iobv.org.br, e-mail iobv@iobv.org.br, sob a supervisão da Comissão Especial para coordenar o Concurso Público Municipal SAMAE nº 001/2017, nomeada pela Portaria nº 22 de 18 de janeiro de 2017.

1.2. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data Prevista
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	20/01 a 20/02/17
Período para solicitar isenção de taxa de inscrição	20/01 a 03/02/17
Divulga decisão dos pedidos de isenção de taxa de inscrição	15/02/17
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	21/02/17
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por Sedex/AR do requerimento.	20/02/17
Homologação das Inscrições e divulgação das inscrições indeferidas	23/02/17
Recursos contra homologação das inscrições	24 a 27/02/17
Homologação Definitiva das inscrições (caso haja alteração) e Locais de provas	02/03/17
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS	05/03/17
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	06/03/17
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita:	07 a 08/03/17
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	14/03/17
Classificação Preliminar	15/03/17
Recursos contra a classificação preliminar da prova escrita:	16 a 17/03/17
Classificação Final	20/03/17
Homologação do Resultado Final	Após 20/03/17

1.3. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial para coordenar o Concurso Público e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.4. O Edital do Concurso Público, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Concurso Público, serão publicados no sítio do Concurso Público na Internet: www.iobv.org.br.

1.5. O Edital do concurso público também será publicado no site do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento

do Sul na Internet: <http://www.samaesbs.sc.gov.br/> e no diário oficial do município de São Bento do Sul: <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>, bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal; sede do SAMAE; e ainda, publicado, na forma de extrato, em jornal de circulação local e regional.

1.6. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos e necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.7. O prazo de validade do concurso é de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do concurso, prorrogável uma vez, por igual período, a critério do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul – SC.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente concurso:

- A nacionalidade brasileira;
- O gozo dos direitos políticos;
- A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- O nível de escolaridade exigido e o registro profissional quando exigido;
- A idade mínima de dezoito anos;
- Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função;
- Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- Ter sido aprovado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital;
- Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

3. DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

3.1 A relação dos cargos com as exigências mínimas de formação, vencimento, carga horária, número de vagas, seguem abaixo:

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Valor Taxa
Engenheiro Sanitarista	01	40h	4.712,44	Ensino Superior no curso específico com inscrição no órgão de classe e conhecimento em informática.	Escrita Objetiva	80,00

3.2. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme legislação em vigor, deverão ser comprovados quando da convocação do candidato para admissão.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

4.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente concurso público.

4.3. A participação no presente Concurso Público iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

4.4. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico www.iobv.org.br, no período estabelecido no cronograma de atividades capítulo I deste edital.

4.5. Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- Acessar o endereço eletrônico www.iobv.org.br em "concursos e seletivos", "inscrições abertas", selecionar o município de SÃO BENTO DO SUL Edital 01/2017 - SAMAE;
- Baixar e Ler atentamente o edital completo, verificando se atende a todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital;
- Preencher o Requerimento de Inscrição;
- Conferir atentamente os dados informados e enviá-los pela Internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
- Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição preferencialmente nas agências da Caixa Econômica, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.
- Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

4.5.1. Para os candidatos que não possuem acesso à rede mundial de computadores (internet), o município disponibilizará atendimento gratuito no seguinte local: Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, situada a Rua Jorge Lacerda, 75, bairro centro, SÃO BENTO DO SUL/SC, no horário de atendimento das 8:00 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 16:30 horas de segunda-feira à sexta-feira.

4.6. O valor da taxa de inscrição

- Para cargos com exigência de curso superior: R\$ 80,00 (oitenta reais);

4.7. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser realizado mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico www.iobv.org.br, impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

4.7.1 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.8. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

4.9. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.10. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.11. A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

4.12. Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do concurso, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

4.13. Demais disposições referente às inscrições

4.13.1 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via fax, via e-mail, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

4.13.2. As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

4.13.3. A Comissão Municipal de Concurso Público e o IOBV, a qualquer tempo, poderão anular a inscrição, as provas e admissão do candidato, se verificada falsidade em qualquer declaração ou documento exigido neste edital.

4.13.4. As mudanças de endereço e/ou dados cadastrais deverão ser alteradas, na área restrita do candidato, até a data de realização da prova.

4.13.5. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição via Internet não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação e outros fatores de ordem técnica que impossibilitar a transferência dos dados ou a impressão dos documentos relacionados.

4.13.6. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é da Caixa Econômica Federal, cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 104.

4.13.7. Para evitar transtornos ao candidato aconselha-se que faça sua inscrição antecipadamente.

4.13.8. O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição, verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

4.13.9. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Concurso Público.

4.13.10. A inscrição implica no conhecimento e aceitação das regras e condições estabelecidas neste edital, seus termos aditivos, convocações bem como avisos publicados no endereço eletrônico do concurso, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos, acerca dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, sendo sua responsabilidade manter-se informado, acompanhando as divulgações no site oficial www.iobv.org.br.

4.13.11. Será cancelada a inscrição do candidato que:

a) Efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem a provisão de fundos, agendamentos não compensados ou com qualquer outra irregularidade;

b) Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.

4.13.12. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

4.13.13. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.org.br e <http://www.samaesbs.sc.gov.br/>

4.14. Das condições especiais para realizar a prova

4.14.1 Os candidatos, inscritos que necessitem de atendimento especial para realização da prova (amamentação, local de fácil acessibilidade, uso de aparelhos de audição, leitor (não haverá prova em braille), prova com fonte ampliada e etc.), deverão além de assinalar esta opção no Requerimento de Inscrição e indicar o atendimento especial que desejar, deverão enviar tal solicitação através do anexo IV deste edital, via sedex AR para o endereço do Instituto O Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233 – Centro – 89.190-000 – Taió – SC.

4.14.2. A candidata que necessitar amamentar deverá, além de requerer atendimento especial para realizar a prova, nos termos do item 4.14.1, deverá comparecer ao local do exame com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior de 18 anos que ficará responsável pela guarda da criança.

4.14.2.1. O menor e o responsável ficarão em sala especial e nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza ao local, sendo que o tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

4.14.3. O IOBV publicará, no endereço do concurso www.iobv.org.br, conforme cronograma, despacho das solicitações de atendimento especial deferidas e indeferidas.

4.15. Da isenção da taxa de inscrição

4.15.1. São isentos da taxa de inscrição no Concurso Público:

a) Os candidatos doadores de Sangue (Lei Estadual nº 10.567/1997.)

b) Os candidatos que estiverem inscritos no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚnico e forem membros de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos).

4.15.2. Para usufruírem do benefício da isenção da taxa de inscrição os candidatos deverão, após realizar sua inscrição, protocolar na sede do IOBV, ou enviar via postal (sedex/ar), envelope com a seguinte identificação:

(Recorte e cole no envelope)

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO – SAMAE SÃO BENTO DO SUL

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

AVENIDA LUIZ BERTOLI, Nº 233 – CENTRO

89.190-000 – TAIÓ - SC

4.15.3. Enviar envelope individualizado, até a data constante do cronograma do item 1, no qual deve conter os seguintes documentos:

a) Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por estarem inscritos no CADÚnico: Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo V do edital)

b) Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue (Lei Estadual 10.567/1997):

- Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo V);

- Documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição. O documento deverá discriminar o número e a

data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais. A comprovação deverá ser efetuada mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo enquadra-se como beneficiário da Lei Estadual 10.567/1997.

4.15.4. Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por estarem inscritos no CADÚnico: Requerer no momento da inscrição informando obrigatoriamente o número do NIS.

4.15.5. Só serão examinados os pedidos de isenção enviados via postal que forem entregues ao IOBV até a data determinada no Edital para recebimento dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

4.15.6. No caso de pedido de isenção por estar inscrito no CADÚnico, o IOBV consultará o MDS para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. Declarações falsas estarão sujeitas às sanções previstas em lei.

4.15.7. O candidato que tiver seu pedido de isenção de pagamento deferido terá sua inscrição validada, não devendo pagar o boleto da taxa de inscrição.

4.15.8. Sendo indeferido o pedido de isenção, restará ao candidato pagamento da inscrição até o último dia de inscrições.

4.15.9. Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição, o candidato que tiver seu pedido indeferido poderá efetuar o pagamento do boleto da taxa de inscrição para participar do certame.

4.15.10. O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.

4.15.11. Os despachos aos pedidos de isenção da taxa de inscrição serão publicados na data constante do cronograma deste edital.

5. DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

5.1. Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem neste concurso público, desde que sua deficiência seja compatível com as atribuições a que pretende concorrer, sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas, os quais integrarão lista de chamada especial.

5.2. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal n.º 3.298/99 e as alterações constantes do artigo 7 do Decreto Federal 5.296/04.

5.3. O resultado final do Concurso será publicado em duas listas: lista geral e lista especial. A primeira trará a relação de todos os candidatos aprovados e classificados, inclusive das pessoas com deficiência.

5.3.1. Em função do número de vagas, não há previsão de imediato oferecimento de vaga às pessoas com deficiência. Nesses cargos, o primeiro candidato classificado no Concurso na lista especial dos candidatos inscritos para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga aberta. O segundo classificado no Concurso na listagem especial ocupará a 40ª (quadragésima) vaga aberta e assim sucessivamente, obedecida a ordem de classificação na listagem especial e o prazo de validade do concurso.

5.4. O candidato com deficiência concorrerá a todas as vagas oferecidas no cargo escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

5.5. O candidato que se declarar pessoa com deficiência, participará do presente concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos quanto ao conteúdo das provas; à avaliação e aos critérios de aprovação; ao horário e ao local de aplicação das provas; e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

5.6. Para concorrer às vagas reservadas o candidato deve realizar sua inscrição pela Internet e nela declarar-se portador de deficiência em seguida providenciar e enviar a seguinte documentação:

a) Encaminhar laudo médico original, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), bem como à provável causa da deficiência.

b) Encaminhar requerimento conforme anexo IV deste edital, devidamente preenchido e assinado, no qual poderá ser informada a condição especial que necessita para a realização da prova.

c) Cópia do comprovante de inscrição.

5.6.1. A documentação de que trata nas alíneas, deverá ser encaminhada via correios sedex/AR, ou protocolada pessoalmente na sede do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, Centro – 89190-00 – Taió – SC.

5.6.2. O fornecimento do laudo médico é de responsabilidade exclusiva do candidato e os documentos entregues não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias.

5.6.3. O atendimento às condições especiais solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

5.7. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de deficiência que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de deficiência invalidada e passarão a ser considerados como não portadores de deficiência.

5.8. Tendo sido aprovado no Concurso Público, os portadores de deficiência serão submetidos à Equipe Multiprofissional do município, designada com o objetivo de avaliar a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo com a necessidade especial de que o candidato é portador, emitindo relatório que servirá de base para o laudo expedido pela Perícia Médica Oficial do município.

5.9. Tendo sido aprovado no Concurso Público os portadores de deficiência serão submetidos a Perícia Médica Oficial do município para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

5.10. Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de deficiência, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.

5.11. O candidato que requerer vaga especial não está isento do pagamento da taxa de inscrição.

5.12. O candidato com deficiência participará deste concurso em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão divulgadas preliminarmente no site deste concurso www.iobv.org.br, conforme cronograma deste edital.

6.2. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com

deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

6.2.1. Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

6.3. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

7. DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

7.1. O concurso público a que se refere o presente edital, se desenvolverá, em uma etapa de caráter eliminatório e classificatório:

a) Prova escrita, que constará do exame de habilidades e de conhecimentos aferidos através de questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, com duração de até três horas.

7.2. As provas serão realizadas no município de SÃO BENTO DO SUL-SC, não sendo permitida a realização das provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação.

7.3. DOS HORÁRIOS E LOCAIS DAS PROVAS ESCRITAS

7.3.1 Os locais de realização das provas serão divulgados no site www.iobv.org.br e no site <http://www.samaesbs.sc.gov.br/> na data prevista no cronograma, em edital próprio de convocação.

7.3.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos:

Evento	Horário Demais cargos
Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova.	8h15
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50
Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequência início das provas OBS.: O tempo gasto para abertura e distribuição das provas será acrescido ao tempo final da prova caso seja necessário.	9 h
O tempo mínimo de permanência em sala de prova é de 1 (uma) hora com saída às:	10 h
Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartão-resposta	12h

7.3.2.1. Dependendo do número de inscritos e da capacidade de alocação dos candidatos nas escolas do município, os cargos poderão ser distribuídos nos períodos matutino e vespertino, devendo o candidato acompanhar as publicações e convocações.

7.3.3. A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais fecharão 10 (dez) minutos antes do horário marcado para início da prova.

7.3.4. O IOBV e o Município de SÃO BENTO DO SUL eximem-se das despesas com viagens e estadia dos candidatos para prestar as provas do concurso público em qualquer uma das etapas.

8. DA PROVA ESCRITA

8.1 A prova escrita será constituída de questões objetivas, cada uma delas com até 4 (quatro) alternativas das quais uma única será correta e com duração de até 3 (três) horas.

8.2. As áreas de conhecimento para cada cargo, abrangidas pela prova, o número e valor das questões de cada uma delas, seguem descritas por escolaridade:

8.2.3. Escolaridade: Ensino Superior Completo (3 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,20	3,00
	Conhecimentos Gerais	5		
	Informática Básica	5		
Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,28	7,00
	Conhecimentos técnicos profissionais	20		
	Total	40		10,00

8.3. Os programas das provas (conteúdos programáticos) constam do anexo III deste edital.

8.4. A nota da prova escrita (NPE) se dará numa escala de 0,00 a 10,00, e será calculada pela seguinte fórmula, de acordo com a escolaridade exigida para o cargo:

a) Cargos com exigência de nível superior: $NPE = (NACG \times 0,20) + (NACE \times 0,28)$

Sendo:

NPE= Nota da Prova Escrita

NACG = Número de acertos das questões de conhecimentos gerais;

NACE = Número de acertos das questões de conhecimentos específicos.

8.6. NORMAS PARA APLICAÇÃO DA PROVA ESCRITA COM QUESTÕES OBJETIVAS

8.6.1. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões, munido de documento de identidade original, não sendo permitido o acesso ao local da prova do candidato que chegar atrasado.

- 8.6.1.1. Os portões de acesso ao local da prova escrita objetiva fecham 10 (dez) minutos antes do horário definido para início da prova.
- 8.6.1.2. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o fechamento do portão seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que chegar com atraso a qualquer uma das provas, eliminado do concurso público. (não haverá nenhuma tolerância de tempo).
- 8.6.2. Não será permitido o acesso ao local de prova do candidato que:
- a) Chegar após o horário determinado para o fechamento dos portões de entrada;
 - b) Não apresentar documento de identificação oficial válido, original e com foto;
 - c) Não dispor de caneta esferográfica de material transparente com tinta nas cores azul ou preta.
- 8.6.3. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.
- 8.6.4. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.
- 8.6.5. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.
- 8.6.6. A identificação especial ou coleta de digitais poderá ser exigida, cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.
- 8.6.7. Recomenda-se, para a rápida solução de qualquer pendência, que o candidato tenha consigo o comprovante de pagamento da taxa e comprovante de inscrição no dia da prova.
- 8.6.8. A não apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova e, em consequência, a sua eliminação do certame.
- 8.6.9. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Concurso Público poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), fotografia ou gravação de imagem e a revista pessoal e de seus pertences inclusive por meio eletrônico. A recusa de tal procedimento acarretará a sua eliminação do Concurso.
- 8.6.10. Em vista de eventual varredura eletrônica a que possa ser submetido, o candidato que faça uso de marca-passos, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverá comunicar esta particularidade até o último dia de inscrições e entregar, até esta mesma data, ao IOBV, laudo médico que comprove as informações prestadas.
- 8.6.11. O candidato receberá para realizar a prova escrita, um caderno de questões e um cartão resposta, comprometendo-se a ler e conferir todos os dados, informações e instruções neles constantes, bem como conferir se o cartão resposta corresponde ao seu nome, número de inscrição e o cargo, e se o caderno de questões corresponde ao seu cargo e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e a resolução da prova.
- 8.6.12. Na hipótese de serem verificadas falhas de impressão no caderno de questões, o coordenador do local de prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:
- a) substituir os Cadernos de questões defeituosos;
 - b) proceder, em não havendo número suficiente de cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo.
 - c) estabelecer prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.
- 8.6.13. As respostas das questões da prova escrita deverão ser transcritas para o cartão resposta, de acordo com as instruções nele contidas, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.
- 8.6.14. Ao terminar a prova o candidato entregará ao fiscal, juntamente com o cartão-resposta assinado, o Caderno de questões.
- 8.6.15. Não serão consideradas quaisquer anotações no caderno de questões, sendo o cartão resposta o único documento válido para a correção.
- 8.6.16. O cartão resposta não será substituído por erro ou rasura do candidato.
- 8.6.17. Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova escrita:
- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
 - b) Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
 - c) Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;
 - d) Não estiver assinalada no cartão resposta;
 - e) Seja preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta ou nas instruções da prova.
 - f) Do cartão resposta que não esteja assinado pelo candidato.
- 8.6.18. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.
- 8.6.18.1 Além da assinatura do candidato, a escolha da alternativa de cada questão, deve ser preenchido o quadrinho correspondente na sua totalidade, não sendo admitidos "x", bolinhas, ou outra marcação que não seja igual ao exemplo:
- 8.6.19. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do concurso público poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do concurso.
- 8.6.20. O candidato só poderá ter em seu poder no local de prova escrita objetiva o seguinte material: caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, documento de identidade original e, se assim desejar, comprovante de pagamento da taxa de inscrição, copo ou garrafa de água fabricada de material transparente, sem rótulos ou etiquetas, alimentos (barra de cereal, chocolate, fruta, desde que desembalados e acondicionados em saco plástico transparente.)
- 8.6.21. Para responder as questões da prova o candidato somente poderá utilizar caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, que não será distribuída aos candidatos, cabendo a eles sua aquisição.
- 8.6.22. Não é permitido durante a prova escrita objetiva:
- a) O uso de relógio, calculadoras, telefones celulares ou qualquer outro equipamento eletro-eletrônico, bem como bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura.
 - b) A comunicação entre os candidatos, bem como consulta a qualquer obra, anotação, instrumento ou equipamento.

- c) Ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.
- d) A entrada de candidato armado, sob qualquer alegação.
- e) Comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.
- 8.6.23. Os candidatos que trouxerem para o local de prova quaisquer materiais, objetos e ou equipamentos não permitidos, deverão entregá-los antes do início da prova, ao fiscal de sala. A simples posse, mesmo que desligado ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do concurso público.
- 8.6.24. Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 60 (sessenta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do concurso público.
- 8.6.25. Os três (3) últimos candidatos que permaneceram na sala só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo e assinarão a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.
- 8.6.26. O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br no dia seguinte ao da realização da prova.
- 8.6.26.1. Um caderno de questões de cada cargo, estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que os candidatos possam interpor recursos contra as questões da prova.
- 8.6.27. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para nenhuma das provas, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.
- 8.6.28. Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do concurso público.
- 8.6.29. O IOBV e o Município de São Bento do Sul não assumem responsabilidade por acidentes pessoais, perda, extravio, roubo, furto ou avaria de equipamentos e veículos trazidos pelo candidato ao local de prova.
- 8.6.30. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.
- 8.6.31. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.
- 8.6.31.1. Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.
- 8.6.32. Motivará a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativas ao concurso, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.
- 8.6.33. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.
- 8.6.33.1. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.
- 8.6.33.2. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.
- 8.6.34. Será excluído do Concurso Público o candidato que:
- a) se apresentar após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
 - b) não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;
 - c) não apresentar documento que bem o identifique, ou não submeter-se à coleta de impressão digital;
 - d) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal;
 - e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pelo IOBV no dia da prova;
 - f) se ausentar da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
 - g) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
 - h) se utilizar de meios ilícitos para a execução das provas;
 - i) não devolver integralmente o material recebido;
 - j) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos.
 - k) estiver portando ou fazendo uso, após o início da prova, em qualquer local do edifício onde a prova estiver sendo realizada, de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, mp3 players, fones de ouvido, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como relógios digitais ou analógicos;
 - l) tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

10. DOS RECURSOS

10.1. Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Concurso Público.

10.1.1. Os recursos poderão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da publicação do ato que gerou a reclamação, somente através da área restrita do candidato no site www.iobv.org.br.

10.2. Para interposição dos recursos os candidatos deverão apresentar seu pedido de revisão obedecendo os seguintes passos:

- a) Acessar a área do candidato no site www.iobv.org.br, e realizar login identificando-se.
- b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o concurso Edital 01/2017 SAMAE de São Bento do Sul;
- c) Na coluna "opções" (à direita) deslize o mouse sobre os ícones (botão) e clique naquele que exibir "Solicitar Recurso".
- d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.

e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).

f) Para cada questão deverá ser enviado um recurso.

g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.

h) Clicar em "enviar"

10.3. Não serão aceitos recursos ou anexos de recursos não enviados pela área do candidato ou enviados para outro endereço de e-mail.

10.4. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que o Instituto O Barriga Verde confirmará o seu recebimento através de mensagem automática do sistema, sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do www.iobv.org.br, após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

10.4.1. O Instituto O Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

10.5 Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

10.6. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

10.7. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

10.8. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

10.9. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

10.10. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.iobv.org.br, não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

10.10.1. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

10.11. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

10.12. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

11. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

11.1. A nota final dos candidatos (NF) será calculada com o emprego das seguintes formulas:

a) Nota final: $NF = NPE$

Sendo:

NPE= Nota da prova escrita.

NF = Nota Final

11.2. À nota final será considerado aprovado o candidato que alcançar nota final igual ou maior que 5,00 (cinco).

11.3. A classificação será determinada pela nota final que será expressa em duas casas decimais sem arredondamento.

11.4. Ocorrendo empate na nota final, aplicar-se-á, para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 12.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

11.5. Para o efeito do item 11.4 será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrições para o presente concurso.

11.6. Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

a) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos;

b) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos gerais;

c) Maior Idade.

d) Sorteio público.

12. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

12.1. A homologação do resultado final deste concurso, se dará através de decreto do executivo devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do concurso e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

12.2. Os atos e resultados serão divulgados no site www.iobv.org.br.

13. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

13.1. A aprovação e classificação neste Concurso Público não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta/indireta do Município de São Bento do Sul, sendo que a admissão é de competência do Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul, dentro da validade do concurso ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital, atendendo os dispositivos da RE/598.099/STF.

13.2. A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de São Bento do Sul.

13.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul.

13.3.1. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

13.4. Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site www.iobv.org.br, após

homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul, localizado a Rua Marechal Floriano, 214 – Centro.

13.5 A nomeação dos candidatos será feita por Portaria, publicada junto ao mural de publicações do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul., e, paralelamente, será feita comunicação ao candidato, via postal ou por telefone, no endereço ou no número do telefone informados na ficha de inscrição ou posteriormente atualizado.

13.6. Os candidatos aprovados, nomeados no serviço público municipal, terão prazo máximo de até 15 (quinze) dias contados da publicação do Ato de nomeação para tomar posse, podendo a pedido, ser prorrogado por igual período, e 5 (cinco) dias para entrar em exercício, contados da data da posse. Será tornado sem efeito o ato de nomeação se não ocorrer a posse e/ou exercício nos prazos legais, sendo que o candidato perderá automaticamente a vaga, facultando ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul., o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação.

13.7. O candidato aprovado no concurso, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

13.8. É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do concurso, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul.

13.9. Por ocasião da posse serão exigidos, dos candidatos aprovados e nomeados, os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação e descritos no edital de convocação.

13.10. O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

14 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

14.1 Delega-se competência ao IOBV – Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste concurso, para:

- a) Receber os requerimentos de inscrições;
- b) Emitir os documentos de homologação das inscrições;
- c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
- d) Analisar e pontuar os títulos;
- e) Apreciar os recursos previstos neste edital;
- f) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- g) Prestar informações sobre o concurso dentro de sua competência;
- h) Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
- i) Responder, em conjunto com o município de SÃO BENTO DO SUL eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

14.2. A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Concurso Público, devidamente nomeada por ato oficial.

14.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.

15.2. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas a número de inscritos por cargo ao resultado do Concurso Público e respostas de recursos.

15.3. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul, até que expire a validade do Concurso, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

15.4. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

15.5. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

15.6. O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Concurso sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.org.br.

15.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

15.8. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

15.9. No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Concurso, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento – AR (correios), será considerada a data de postagem.

15.10. É vedada a inscrição neste Concurso Público de quaisquer membros da Comissão de Concurso Público, tanto do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul., como do IOBV e de seus parentes até 2º grau.

15.11. Na ocorrência de inscrição de parente, o membro da comissão deverá afastar-se e ser substituído por outro a ser designado através de ato oficial.

15.12. Os cadernos de prova escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

15.13. A Comissão do Concurso Público do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul, e do IOBV poderão

justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

15.14. Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecorrível, pela Comissão do Concurso Público do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul e do IOBV.

15.15. Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público previsto neste Edital o Foro da Comarca de São Bento do Sul-SC.

15.16. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

Anexo I – Atribuições dos Cargos; Anexo II - Conteúdo Programático; Anexo III - Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; IV - Requerimento de isenção da taxa de inscrição.

SÃO BENTO DO SUL, 19 de janeiro de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente do SAMAE

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES DO CARGO

ENGENHEIRO SANITARISTA

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Elaborar, planejar, executar, fiscalizar, supervisionar, avaliar, assumir responsabilidade técnica, dirigir projetos e controlar atividades técnicas e administrativas relativa à área de atuação, com o objetivo de proporcionar uma melhor condição de vida a população relacionadas com o saneamento básico e meio ambiente.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Estudar as condições requeridas para o funcionamento das instalações de filtragem e distribuição de água potável, sistemas de esgotos, de drenagem e outras construções de saneamento, analisando características e resultados a alcançar, para estabelecer as tarefas e etapas de desenvolvimento dos projetos sanitários;
- Elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia civil, relativos às obras e instalações destinadas ao saneamento básico, estudando características e especificações e preparando orçamentos de custo, recursos necessários, técnicas de execução e outros dados para assegurar a construção, funcionamento, manutenção e preparo dos sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgoto, dentro dos padrões técnicos exigidos;
- Avaliar projetos hidrossanitários, topográficos e de drenagem pluvial, de destino e acondicionamento de resíduos sólidos, bem como orientação e emissão de pareceres técnicos de construções, loteamento e desmembramento, relativo a questões saneamento básico;
- Preparar programas de trabalho, elaborando esboços, plantas, especificações, cronogramas e outros subsídios técnicos que se fizerem necessários, para permitir a orientação e fiscalização do desenvolvimento da obra;
- Preparar previsões detalhadas das necessidades de fabricação, montagem, funcionamento, manutenção e reparo das instalações e equipamentos sanitários; determinando e calculando materiais, seus respectivos custos e mão-de-obra, para estabelecer os recursos indispensáveis à execução do projeto;
- Supervisionar, planejar e coordenar a execução de construção, reformas ou ampliação de prédios necessários às atividades do serviço;
- Definir a estrutura e escolha de materiais com os quais serão construídas as obras;
- Efetuar cálculos estruturais e dimensionamento de obras e peças, supervisionando sua execução;
- Desenvolver estudos para a racionalização de processos de construção;
- Prestar assistência técnica gerencial aos serviços de água e esgoto;
- Realizar monitoramento ambiental das atividades realizadas pelo município evitando possíveis impactos ambientais;
- Efetuar fiscalização de obras executadas por empreiteira, avaliações de imóveis, combate a erosão, treinamento de subordinados e outros;
- Proceder a vistorias nas construções em geral, garantindo que elas saiam segundo o plano já estabelecido;
- Montar processos para solicitar licitação pública, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas de custos e quantitativas, objetivando um trabalho correto;
- Emitir laudos e pareceres;
- Fornecer dados estatísticos de sua especialidade;
- Elaborar orçamentos e estudos sobre viabilidade econômica e técnica;
- Prestar assistência técnica, executiva e gerencial aos serviços e obras de água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana;
- Assessorar as unidades sanitárias com relação aos problemas de higiene, estudando e determinando o processo de eliminação de gases nocivos, substâncias químicas e outros detritos industriais, a fim de aconselhar quanto aos materiais e métodos mais indicados para as obras projetadas;
- Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
- Executar outras tarefas correlatas.

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS –

LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e interpretação escrita e visual. Semântica e figuras de linguagem. Fonologia: ditongos crescentes e decrescentes, orais e nasais; tritongo oral e nasal e hiato. Dígrafos e Dífono. Classes morfológicas. Sintaxe do período simples e composto. Regras da nova ortografia. Regência nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Colocação pronominal. Texto jornalístico e publicitário. Figuras de Linguagem e de Pensamento.

CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

INFORMÁTICA BÁSICA

Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

Temas gerais de Direito Administrativo: Regime jurídico administrativo. A Administração Pública. Poderes e deveres do administrador público. Uso e abuso do poder. Organização administrativa brasileira. Poderes Administrativos: poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar e poder de polícia. Atos Administrativos. Serviços Públicos: conceitos :classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. Correspondência Oficial. Relações públicas e interpessoais, Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Legislação: Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade – Dos Direitos Políticos – Dos Municípios – Da Administração Pública – Dos Servidores Públicos, Lei Orgânica do Município e Estatuto do Servidor de São Bento do Sul.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS –

ENGENHEIRO SANITARISTA

Distribuição de água no planeta, água como meio ecológico, principais usos da água e seus requisitos de qualidade. Características físicas da água: principais parâmetros, formas de medição. Características químicas da água: principais parâmetros, formas de medição. Principais fenômenos poluidores da água: contaminação, eutrofização, assoreamento, acidificação. Análise integrada da qualidade da água. Legislação brasileira sobre qualidade da água: classes dos corpos d'água, padrão de potabilidade. Problemática dos esgotos sanitários. Classificação dos sistemas de esgotamento sanitário. Caracterização quantitativa e qualitativa dos esgotos. Soluções individuais de esgotamento sanitário. Noções gerais sobre os resíduos sólidos: conceito, classificação, composição, peso específico, geração per capita, decomposição biológica, aspectos epidemiológicos e poluidores. Atividades de limpeza urbana: planejamento, parâmetros de projeto, segurança do trabalho e custos diretos. Acondicionamento e normas técnicas específicas. Coleta, transporte e transferência: tipos, planejamento, parâmetros de projeto e custos diretos. Processamento mecânico: triagem, compactação, enfardamento e trituração. Processamento biológico: lançamento in natura e problemas decorrentes; aterro sanitário, tipos, planejamento, critérios para seleção de local, técnicas de execução, proteção sanitária, licenciamento ambiental; compostagem, fases de processamento, processos em usinas fechadas, em usinas simplificadas, composição e uso do composto orgânico; produção de metano de aterro sanitário e de biodigestor. Processamento térmico: descrição dos processos, vantagens e limitações. Resíduos sólidos especiais: industriais, da construção civil e de serviços de saúde, legislação específica. Objetivos do tratamento de esgotos. Características das águas residuárias (vazões, parâmetros de qualidade, concentrações e cargas). Requisitos e padrões de qualidade para efluentes e corpos d'água. Níveis, processos e sistemas de tratamento de esgotos. Princípios do tratamento de esgotos. Classificação ambiental das enfermidades infecciosas; As ações de saneamento básico e seus efeitos sobre a saúde pública; Controle de vetores; Conceitos gerais relativos ao tratamento de água; Tecnologias de tratamento de água; Instalações típicas para tratamento das águas de abastecimento; Hidráulica aplicada ao tratamento de água: conceitos gerais.

ANEXO III

REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Concurso Público 001/2017 do SAMAE município de SÃO BENTO DO SUL, inscrição número _____, para o cargo de _____requer a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de Deficiência

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

e) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do Requerente

ANEXO IV

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição n.º _____ do Processo Seletivo 001/2017 do SAMAE São Bento do Sul - SC residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me enquadro nas condições de:

[] Doador de Sangue (apresentar comprovante das doações.)

[] Possuir Baixa renda, nos termos dos Decretos do Governo Federal nºs 6.135/2007 e 6.593/2008.

Meu Número de Identificação Social – NIS é: _____, atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal.

Declaro, sob as penas da lei, que estou hipossuficiente ou sou doador de sangue, juntando a presente todos os documentos descritos no edital, onde requeiro a isenção da taxa de inscrição.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2017.

(local e data)

Assinatura do Requerente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 22 DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 22 de 18 de janeiro de 2017.

“DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL PARA COORDENAR O CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL SAMAE Nº 001/2017”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 01 de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - Constituir comissão especial para coordenar o Concurso Público Municipal SAMAE nº 001/2017, composta pelos servidores públicos municipais:

- Ivonete Terezinha Vierne Gonçalves de Lima – Representante do Departamento Administrativo;
- José Alexandre Koch – Representante da Divisão de Suprimentos e Transportes;
- Luis Sérgio Ferreira – Representante do Departamento Técnico;
- Marcos Gertler – Representante da Divisão Contábil e Financeira;
- Rosane Maria Bayerl – Representante da Divisão de Recursos Humanos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se especialmente a Portaria nº 222 de 29 de novembro de 2016.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

DEC 008 DE 09 01 17 DISPENSA PROFESSORA ADMITIDA E CARATER TEMPORÁRIO ACT JULAINA FERREIRA SANTOS

DECRETO Nº 008, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a extinção de vínculo de servidora pública municipal. A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990; pela Lei 1.132/1998, Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; Lei complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012 e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

- Considerando que conforme o disposto no contrato nº 022/15 de 10/02/15 a admissão da servidora Juliana Ferreira dos Santos, para o cargo de Professor PD/D-IV, 40 horas semanais, seria durante o ano letivo de 2015;

- Considerando que a servidora apresentou exames médicos para comprovar a gravidez em 01 de dezembro de 2015;

- Considerando o Parecer Jurídico reconhecendo o direito a estabilidade durante o período gestacional, bem como, à licença maternidade;

- Considerando que a servidora encontrava-se em licença maternidade, permanecendo afastada até a data de 06 de janeiro de 2017;
- Considerando o princípio da legalidade dos atos da administração pública.

DECRETA:

Art. 1º Fica extinto o vínculo da servidora Juliana Ferreira dos Santos, matrícula 1857, ocupante do cargo de Professor PD/D-IV, 40 horas semanais, admitida em caráter temporário (ACT), deste Município de São Domingos (SC), a partir do dia 06 de janeiro de 2017.

Art. 2º Fica extinto o contrato nº 022/2015 firmado entre o Município de São Domingos e a servidora Juliana Ferreira dos Santos.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 09 de janeiro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

DEC 009 DE 09 01 17 EXONERA ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI OCUPANTE DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DE SERVIÇOS CONTÁBEIS

DECRETO Nº 009, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre exoneração do Cargo Comissionado a Servidora Pública Municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e:

- Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal, protocolo nº 072, na data de 11 de janeiro de 2017, através

do qual a servidora Elienir Teresinha Agnoletto, solicita exoneração do cargo de Coordenador de Serviços Contábeis deste município; DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal Elienir Teresinha Agnoletto, do cargo comissionado de Coordenador de Serviços Contábeis, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 12 de janeiro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

DEC 010 DE 12 01 2017 DISPOE SOBRE A VACANCIA DO CARGO ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI

DECRETO Nº 010, DE 12 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a vacância de cargo público, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; e pelos artigos 34 a 35 da Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012; e:

- Considerando que a servidora pública municipal Elienir Teresinha Agnoletto, ocupante do cargo de Auxiliar de Finanças I, matrícula n. 475, com a carga horária de 40 horas semanais, obteve a concessão de aposentadoria por Tempo de Contribuição (NB 175.391.482-2 espécie 42), pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS;

- Considerando o disposto no inciso V do art. 34 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, onde dispõe que a aposentadoria é uma forma de vacância de cargo público;

- Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal, protocolo nº 072/17, na data de 11 de janeiro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado vago 01 (um) cargo de Auxiliar de Finanças I, integrante do quadro de cargos do município de São Domingos, em função da concessão de aposentadoria por Tempo de Contribuição espécie 42 - NB 175.391.482-2, pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, à servidora pública municipal Elienir Teresinha Agnoletto, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Finanças I, 40 horas semanais, com a extinção do vínculo de trabalho respectivo com o município, a partir desta data.

Art. 2º Ficam revogadas as portarias nº 1613, de 26 de maio de 2014; nº 944, de 31 de agosto de 2010; nº 836, de 05 de março de 2010; nº 131, de 08 de abril de 2008; todas no que diz respeito a servidora, e nº 208, 07 de julho de 2006.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 12 de janeiro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

DEC 012 DE 16 01 17 EXONERA IRACI INÊS MARMENTINI WALENDORFF

DECRETO Nº 012, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a exoneração de Servidora Pública Municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e:

· Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal, protocolo nº 105, na data de 16 de janeiro de 2017, através do qual a servidora Iraci Inês Marmentini Walendorff, solicita exoneração do cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes deste município;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal Iraci Inês Marmentini Walendorff do cargo comissionado de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 16 de janeiro de 2017.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

DEC 013 DE 16 01 17 REVOGA ATO OFICIAL IVANETE RODRIGUES HENNERICH

DECRETO Nº 013, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a revogação de ato oficial.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e lei Municipal nº PAN 1.132, de 11/12/1998 atualizada e:

· Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal, solicitando a revogação do ato que designou para atuar como Diretora do Centro de Educação Infantil Municipal Criança Feliz, firmado pela servidora Ivanete Rodrigues Hennerich, protocolo sob nº 106, na data de 16 de janeiro de 2017;

· Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA

Art. 1º Fica revogada, a partir desta data, a Portaria nº 1381, de 28 de janeiro de 2013, que alterou a carga horária, que designou para atuar como Diretora do Centro de Educação Infantil Municipal Criança Feliz e que concedeu Função Gratificada Magistério

FG-M1, nos termos do art. 20 da Lei Municipal nº PAN 1.1.32 de 11/12/1998, a servidora Ivanete Rodrigues Hennerich.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 16 de janeiro de 2017.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

DEC 014 DE 17 01 17 NOMEIA IVANETE RODRIGUES HENNERICH

DECRETO Nº 014 DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 26/11/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Ivanete Rodrigues Hennerich, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, neste Município de São Domingos (SC), sob Regime Jurídico Estatutário, enquadrado no Anexo III, Quadro Geral de Cargos Comissionados – Tabela de Cargos, Código 71.00, nível AP-01, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, a partir desta data.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de janeiro de 2017.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária de Administração e Fazenda Designada

DEC 015 DE 19 01 17 ADMITE JULIANA HELD PARA O CARGO DE FISIOTERAPEUTA

DECRETO Nº 015, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

Admite servidora aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; Lei Complementar 0042 de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal 0043, de 26/07/2012; e:

· Considerando a solicitação do Secretário Municipal de Saúde, Gilmar Antonio Brandalize;

· Considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado;

· Considerando o Edital de classificação final nº. 011, de 26 de dezembro de 2016, objeto do Edital nº 001/2016;

· Considerando o Decreto nº 2492, de 27 de dezembro de 2016, que homologou o resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2016;

· Considerando que o profissional Fisioterapeuta é integrante do Programa Estratégia de Saúde da Família e do NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família);

· Considerando que é de fundamental importância que o profissional Fisioterapeuta atue de forma integrada com as equipes do ESF (Estratégia Saúde da Família), na Atenção Básica a Saúde;

· Considerando que o profissional Fisioterapeuta tem o foco prioritário nas ações de prevenção e promoção de maior qualidade de vida a população, atuando como agente multiplicador de saúde;

· Considerando que este profissional tem a missão primordial de cooperação, mediante a nova realidade de saúde, através da aplicação de meios terapêuticos físicos, na prevenção, eliminação ou melhora de estados patológicos e na promoção da educação em Saúde;

· Considerando a demanda existente junto à Secretaria de Saúde, de usuários dos serviços de fisioterapia;

· Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária, a Senhora Juliana Held, para exercer o cargo público de Fisioterapeuta, Admitida em Caráter Temporário, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será de 24 meses de acordo com o art. 4º inciso III da Lei Complementar 043 de 26 de julho de 2012, ou até a realização de concurso público.

§ 2º A servidora integrará o Quadro Anexo I - Cargos Públicos – Grupo 5 – Técnico Científico (TECIE), Código 51.14, com 40 (quarenta) horas semanais, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 19 de janeiro de 2017.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária de Administração e Fazenda Designada

DEC 016 DE 19 01 17 NOMEIA PAULO AFONSO ROANI NO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

DECRETO Nº 016, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Paulo Afonso Roani, para exercer o cargo de Diretor de Departamento de Meio Ambiente, neste Município de São Domingos (SC), enquadrado no Anexo III - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.01, Nível CC-04, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, atualizada.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 19 de janeiro de 2017.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

POR 016 DE 11 01 17 LOTA SERGIO ROQUE ZAPPANI NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PORTARIA Nº 016, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a lotação de servidor público municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e:

· Considerando a solicitação do Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, solicitando a lotação do servidor Sergio Roque Zappani na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º Fica lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente o servidor público municipal Sergio Roque Zappani, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, a partir do desta data.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1792, de 11 de junho de 2015 no que diz respeito ao servidor.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação São Domingos (SC), 11 de janeiro de 2017.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

POR 017 DE 11 01 17 INTERROMPE 02 DIAS DE FÉRIAS JOSÉ GERALDO SCHEFFER

PORTARIA Nº 017, DE 11 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a interrupção de férias de servidor público municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica do Município; e:

· Considerando a solicitação do Secretário Municipal de Saúde Gilmar Antonio Brandalize;

· Considerando que o servidor público municipal José Geraldo Scheffer, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, encontra-se em gozo de férias período compreendido entre 02/01/17 a 31/01/17;

· Considerando o surgimento de viagem emergencial para conduzir paciente diagnosticado com atendimento de urgência para atendimento no ambulatório de gestação de alto risco do Hospital Universitário da cidade de Florianópolis (SC);

· Considerando que existem outros servidores ocupantes com o cargo de Motorista, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, todavia, encontram-se em gozo de férias;

· Considerando que as demais secretarias realizaram escala de férias para os servidores;

· Considerando o disposto no art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 0045, de 06 de novembro de 2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

· Considerando o princípio da supremacia do interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Fica interrompida, nos dias 12 e 13 de janeiro de 2017, as férias concedidas ao servidor José Geraldo Scheffer, ocupante do cargo de Motorista, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º O período de férias ora interrompido será concedido em época oportuna e gozado de uma só vez, nos termos do artigo 68, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06 de novembro de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de janeiro de 2017

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

POR 018 DE 12 01 17 DESIGNA JUCELANE FORNARI LORENZI PARA RESPONDER TEMPORARIAMENTE PELA CONTABILIDADE

PORTARIA Nº 018, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

Designa servidora para responder, temporariamente, pelo Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal e pela elaboração e Prestação de Contas do Município.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008; e pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012; e:

· Considerando o pedido de exoneração em razão da aposentadoria da servidora Elienir Teresinha Agnoletto, nomeada para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Serviços Contábeis e como responsável e pela elaboração e Prestação de Contas do Município;

· Considerando a necessidade diária e em caráter emergencial, de servidor responsável pelo Setor de Contabilidade e pela elaboração e prestação de contas do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora Jucelane Fornari Lorenzi, ocupante do cargo de Coordenador de Controle Interno, portadora do CRC nº SC-026648/0-9, para assinar, temporariamente, como Coordenador de Serviços Contábeis e responder cumulativamente e sem acréscimo de remuneração pelo Setor de Contabilidade e pela elaboração e prestação de contas do Município de São Domingos (SC), podendo para tanto praticar todos os atos e assinar todos os documentos necessários ao desempenho da função, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 12 de janeiro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

POR 020 DE 17 01 17 AUTORIZA A CONDUZIR VEICULOS NEIVETE PERUZZO JOAQUIM

PORTARIA Nº 020, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

Autoriza empregada a conduzir veículos públicos municipais.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990;

· Considerando a solicitação da Secretário Municipal de Saúde Gilmar Antonio Brandalize;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado a conduzir veículos de propriedade deste município, a empregada pública municipal Neivete Peruzzo Joaquim, ocupante do emprego de Agente de Combate às Endemias, na Secretaria Municipal de Saúde, portadora da Carteira Nacional de Habilitação com registro de nº 06052849514.

Art. 2º A Empregada ora autorizado a conduzir os veículos públicos municipais fica responsável pelo seu uso, manutenção, abastecimento, zelo, preenchimento do diário de bordo e por eventuais sinistros e infrações de trânsito.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de janeiro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

POR 022 DE 17 01 17 AUTORIZA A CONDUZIR VEICULOS IVANETE RODRIGUES HENNERICH

PORTARIA Nº 022, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

Autoriza servidora a conduzir veículos públicos municipais.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990;

· Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada Paula Natana Comachio;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a conduzir veículos de propriedade deste município, a servidora pública municipal Ivanete Rodrigues Hennerich, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, portadora da Carteira Nacional de Habilitação com registro de nº 03070581135.

Art. 2º A servidora ora autorizado a conduzir os veículos públicos municipais fica responsável pelo seu uso, manutenção, abastecimento, zelo, preenchimento do diário de bordo e por eventuais sinistros e infrações de trânsito.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 18 de janeiro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

São João Batista

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/FUMREBOM/2017

Ata de Registro de Preços nº 001/2017

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017

PROCESSO LICITATÓRIO 003/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/FUNREBOM/2016

No dia 19 de dezembro de 2016, o Fundo Municipal de Reequipamentos do Corpo de Bombeiros de São João Batista, com sede à Rua Gilson Geraldo Sartori, 440, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 02/01/2017, RESOLVE registrar os preços da empresa vencedora do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE MARMITAS OU ALMOÇO BUFFET LIVRE EM RESTAURANTE LOCAL PARA OS INTEGRANTES BOMBEIROS MILITARES E COMUNITÁRIOS DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTOS DO CORPO DE BOMBEIROS DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço global.

A licitante registrada para os alimentos cotados é:

CHURRASCARIA E PIZZARIA SENIOR SUPREMO LTDA ME CNPJ 22.007.135/0001-11
Item: 01
Valor total homologado ao Licitante: R\$ 30.800,00 (trinta mil e oitocentos reais).

Este instrumento não obriga o FUNREBOM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os alimentos deverão ser entregues conforme a necessidade do Fundo. Após efetuada a solicitação, os almoços serão liberados imediatamente, inclusive finais de semana e feriados, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista, 02 de janeiro de 2017 – Daniel Netto Cândido - Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/PMSJB/2017

Ata de Registro de Preços nº 001/2017

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017

PROCESSO Nº 087/PMSJB/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2016

No dia 22 de novembro de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na ata de julgamento de preços, homologada em 02/01/2017, RESOLVE registrar os preços da empresa vencedora do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no edital de licitação e seus anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS, NÚCLEOS INFANTIS E CRECHES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, ATENDENDO A LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 026 DE 17 DE JUNHO DE 2013, conforme

especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço por item. As licitantes registradas são:

Empresa: Comercial Storinny LTDA - ME (CNPJ nº 73.977.480/0001-19)
Itens: 24, 25, 27, 28, 29, 49, 58, 63, 64, 95, 96, 97, 98, 106 e 139
Valor total homologado ao licitante: R\$ 98.177,00 (noventa e oito mil cento e setenta e sete centavos).
Empresa: JLM Distribuidora BR LTDA ME (CNPJ nº 13.965.228/0001-68)
Itens: 31
Valor total homologado ao licitante: R\$ 5.520,00 (cinco mil quinhentos e vinte reais).
Empresa: L & E Comércio Atacadista LTDA EPP (CNPJ nº 06.915.456/0001-68)
Itens: 06, 08, 13, 15, 16, 17, 34, 44, 45, 46, 48, 61, 62, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 83, 88, 94, 107, 110, 118, 122, 123, 124, 125, 127, 132 e 138
Valor total homologado ao licitante: R\$ 275.434,20 (duzentos e setenta e cinco mil quatrocentos e trinta e quatro reais e vinte centavos).
Empresa: LDM Com. de Mercadorias Alimentos e Serviços LTDA (CNPJ: 07.213.557/0001-50)
Itens: 09, 18, 33, 52, 93, 128, 131 e 135
Valor total homologado ao licitante: R\$ 96.030,00 (noventa e seis e mil trinta reais).
Empresa: PGF Comercial LTDA ME (CNPJ: 20.438.684/0001-15)
Itens: 26, 76, 77, 78 e 89
Valor total homologado ao licitante: R\$ 11.358,20 (onze mil trezentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos).
Empresa: Rosar Alimentos LTDA EPP (CNPJ: 81.825.952/0001-46)
Itens: 37, 38, 39, 40, 74, 75, 79 e 80
Valor total homologado ao licitante: R\$ 286.808,00 (duzentos e oitenta e seis mil oitocentos e oitenta reais)
Empresa: Super Comércio de Alimentos LTDA ME (CNPJ: 12.970.750/0001-75)
Itens: 03, 07, 14, 19, 23, 35, 47, 53, 55, 56, 57, 59, 66, 86, 87, 90, 92, 100, 103, 111, 114, 115, 116, 117 e 126
Valor total homologado ao licitante: R\$ 60.838,00 (sessenta mil oitocentos e trinta e oito reais)
Empresa: WS Frutas e Verduras LTDA – ME CNPJ: 25.149.884/0001-71
Itens: 01, 02, 04, 05, 10, 11, 12, 20, 21, 22, 32, 36, 41, 42, 43, 50, 51, 54, 60, 81, 82, 84, 85, 91, 99, 101, 102, 104, 105, 109, 112, 113, 119, 120, 121, 129, 130, 133, 134, 136 e 137
Valor total homologado ao licitante: R\$ 177.171,00 (cento e setenta e sete mil cento e setenta e um reais)

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de materiais, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. Os alimentos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. São João Batista, 02 de janeiro de 2017. Daniel Netto Cândido – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/PMSJB/2017

Ata de Registro de Preços nº 002/2017

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017

PROCESSO Nº 088/PMSJB/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2016

No dia 24 de novembro de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na ata de julgamento de preços, homologada em 02/01/2017, RESOLVE registrar os preços da empresa vencedora do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no edital de licitação e seus anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS DESTINADOS AOS NUCLEOS INFANTIS, CRECHES E ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço por item. A licitante registrada é:

Empresa: Companhia Ultragaz S.A

(CNPJ nº 61.602.199/0232-44)

Itens: 01 e 02

Valor total homologado ao licitante: R\$ 112.800,00 (cento e doze mil e oitocentos reais).

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de materiais, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. As cargas de gás deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. São João Batista, 02 de janeiro de 2017. Daniel Netto Cândido – Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO 007/PMSJB/2017 - PP 07/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/PMSJB/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Pregão Presencial 007/PMSJB/2017 – SRP, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS E ESCOLA INFANTIL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 06/02/2017. Abertura dos envelopes: 9h do dia 06/02/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramais: 234/258 ou no site www.sjbatista.sc.gov.br, no horário das 7h às 13h, em dias úteis. São João Batista, 19 de janeiro de 2017. Augusto Correia Junior - Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 008/PMSJB/2017 - PP 08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 008/PMSJB/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/PMSJB/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 008/PMSJB/2017 - Pregão Presencial 008/PMSJB/2017, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 08/02/2017. Abertura dos envelopes: 9h do dia 08/02/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramais: 206/214, ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br; licita01@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 7h às 13h, em dias úteis. São João Batista, 19 de janeiro de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 009/PMSJB/2017 - PP 09/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO 009/PMSJB/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/PMSJB/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Pregão Presencial 009/PMSJB/2017 – SRP, para a AQUISIÇÃO PARCELADA DE KITS ESCOLARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 09/02/2017. Abertura dos envelopes: 9h do dia 09/02/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramais: 214/206 ou no site www.sjbatista.sc.gov.br, no horário das 7h às 13h, em dias úteis. São João Batista, 19 de janeiro de 2017. Augusto Correia Junior - Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 010/PMSJB/2017 - PP 010/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/PMSJB/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 010/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/PMSJB/2017 - Pregão Presencial 010/PMSJB/2017, para a AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARTUCHOS E TONER REMANUFATURADOS E ORIGINAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS, EDUCAÇÃO INFANTIL E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC; Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 13/02/2017. Abertura dos envelopes: 9h do dia 13/02/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramais: 214/206, ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br, licita01@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 7h às 13h, em dias úteis. São João Batista, 19 de janeiro de 2017. Augusto Correia Junior - Pregoeiro Municipal

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO Nº 07/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO Nº 07/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Carlise Luci Kaufmann- Mei

ORIGEM: Pregão Presencial nº 03/2017

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios para o programa municipal de alimentação escolar do município de São João do Oeste- SC."

VALOR: R\$ 1.284,86

PRAZO: 18.01.2017 até 30.04.2017

São João do Oeste – 18 de Janeiro de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO Nº 07/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO Nº 07/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Supermercado Bressler- LTDA- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 03/2017

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios para o programa municipal de alimentação escolar do município de São João do Oeste- SC."

VALOR: R\$ 5.367,98

PRAZO: 18.01.2017 até 30.04.2017

São João do Oeste – 18 de Janeiro de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO Nº 07/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO Nº 07/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Thiago Stulp- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 03/2017

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios para o programa municipal de alimentação escolar do município de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 4.708,80

PRAZO: 18.01.2017 até 30.04.2017

São João do Oeste – 18 de Janeiro de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

INEX 04.17 CREDENCIAMENTO FRALDAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE SÃO JOÃO DO OESTE

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04.2017

Edital de Chamamento Público para Credenciamento.

Credenciamento: a partir do dia 20 de janeiro de 2017.

OBJETO: Credenciamento de Pessoas jurídicas, privadas ou Públicas, lucrativas ou não, para a aquisição de fraldas descartáveis para os municípios acamados, cadastrados na Secretaria da Saúde, conforme Lei Municipal 842/2005.

Vigência: até 31.12.2017 – contados a partir de credenciamento.

Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 20 de janeiro de 2.017.

FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

São João do Sul

PREFEITURA

LEI Nº. 1.800 DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

LEI Nº. 1.800 DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

“FIXA O SUBSÍDIO DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS PARA A LEGISLATURA 2017 / 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Os subsídios mensais do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários do Município de São João do Sul para a Legislatura 2017/2020, ficam assim estabelecidos.

I – ao Prefeito Municipal, R\$ 11.000,00;

II – ao Vice-Prefeito, R\$ 5.500,00; e,

III – aos Secretários, R\$ 3.300,00.

Art. 2º - Os subsídios de que trata esta Lei serão revistos por lei específica, sempre na mesma data da revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipal, sem distinção de índices e observados os limites estabelecidos na legislação vigente.

Art. 3º - No caso de afastamento do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários, de suas atividades laborais, caberá ao Município o pagamento do respectivo subsídio até o 15º (décimo quinto) dia contados da data do afastamento, e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o pagamento a contar do 16º (décimo sexto) dia e pelo período que se verificar o afastamento.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar de 01 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 19 de janeiro de 2017.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos dezanove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

São Joaquim

PREFEITURA

ATA PROCESSO 103/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO 103/2016

PREGÃO PRESENCIAL 31/2016

DATA DO PROCESSO: 26/04/2016

OBJETO DA LICITAÇÃO

Aquisição de Material de Limpeza, Máquinas e Equipamentos diversos, e EPI's, para Secretarias Municipais.

Conforme notificação de imposição de penalidade por descumprimento contratual, acatado pela empresa, foi rescindido o registro de preço do lote 02 vencido pela empresa NADINE ALBERTON VIEIRA ME, sendo canceladas as autorizações de fornecimento pendentes com a empresa. Em consequência será chamada a empresa CELIA REGINA WAMBOMMEL ME, segunda colocada, para que num prazo de três dias úteis se manifeste sobre o interesse em fornecer os itens do lote 02 nos preços e condições do primeiro colocado.

São Joaquim, 6 de Janeiro de 2017

COMISSÃO:

ADRIANA BAESSO Pregoeiro(a)

ADRIANA BAESSO PRESIDENTE

FERNANDO ZENETE SECRETÁRIO

AMARILDO NUNES DA SILVEIRA MEMBRO

ANDRÉ MORAIS DA ROSA MEMBRO

BENTA DE FÁTIMA FURTADO MEMBRO

DANIELE HUGEN RODRIGUES SUPLENTE

JULIO RENI PEREIRA SUPLENTE

..... SUPLENTE

..... SUPLENTE

..... SUPLENTE

..... SUPLENTE

..... SUPLENTE

..... SUPLENTE

..... SUPLENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO 103/2016

PREGÃO PRESENCIAL 31/2016

DATA DO PROCESSO: 26/04/2016

OBJETO DA LICITAÇÃO

Aquisição de Material de Limpeza, Máquinas e Equipamentos diversos, e EPI's, para Secretarias Municipais.

Considerando o cancelamento do registro de preços da empresa Nadine Alberton Vieira Me, referente ao lote 02 do Processo 103/2016, foi convocada a empresa Celia Regina Wambommel Me, segunda colocada na disputa desse lote, que aceitou registrar os mesmos preços e condições da primeira colocada, para fornecimento dos itens remanescentes do referido lote.

São Joaquim, 18 de Janeiro de 2017

COMISSÃO:

ADRIANA BAESSO Pregoeiro(a)

ADRIANA BAESSO PRESIDENTE

FERNANDO ZENETE SECRETÁRIO

..... MEMBRO

..... MEMBRO

..... SUPLENTE

..... SUPLENTE

..... SECRETÁRIO

AMARILDO NUNES DA SILVEIRA MEMBRO

ANDRÉ MORAIS DA ROSA MEMBRO

BENTA DE FÁTIMA FURTADO MEMBRO

DANIELE HUGEN RODRIGUES SUPLENTE

JULIO RENI PEREIRA SUPLENTE

..... SUPLENTE

..... SUPLENTE

..... SUPLENTE

..... SUPLENTE

..... SUPLENTE

ERRATA PP 01/2017 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ERRATA EDITAL DA LICITAÇÃO

Na edição DOM/SC - Edição Nº 2169 Página 605 do dia 16/01/2017

Processo Nº 01/2017

Pregão Presencial 01/2017 - Registro de preço

Objeto: Contratação de prestação de serviço de transporte Escolar para Rede Municipal de Ensino

Entrega dos Envelopes: 31/01/2017 das 15:30 as 17:00 horas

Abertura do certame: 01/02/2017 às 13:30 horas

No item 23 – Do Contrato, subitem 23.4

Acrescente-se a alínea f) Autorização para Condução de Coletivos Escolares Emitido pelo DETRAN

A Comissão

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES - PROCESSO SELETIVO Nº 001-2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

GIOVANI NUNES, Prefeito do MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO 001/2016, CONFORME SEGUE:

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

INSCRIÇÕES DEFERIDAS	
2º PROFESSOR - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
275	NEOMAR NESI DE MATOS
434	PATRICIA DA SILVA
171	SILVANA PEREIRA SCHLISCHTING
2º PROFESSOR - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato

266	ANDRÉA ARRUDA CAMARGO
125	DAIANA ALVES
72	EVANIR CEQUINEL DO AMARAL
39	FERNANDA PEREIRA MATTOS
38	FRANCIALLY SOUZA DE ABREU
11	INDIARA CORDOVA FERON
335	JOZI CARLA RODRIGUES
222	NALVA GRAZIELA MATTOS
41	PATRICIA DEMESSIANO
15	VERONICA RODRIGUES BORGES
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	
Nº Inscrição	Candidato
271	JAIR JOSÉ DIAS
400	JEAN MICHEL BATISTA DA LUZ
366	JOAO PROENCA NUNES
40	JOAQUIM ADILTON MARAFIGO
274	MICHAEL WILLIAN DA ROSA
403	RODRIGO COSTA DE OLIVEIRA
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SERVENTE/FAXINEIRA/MERENDEIRA	
Nº Inscrição	Candidato
114	ADRIANA APARECIDA ARTISMO GUIMARAES
423	ADRIANA LIMA
404	ADRIANA PEREIRA DOS SANTOS ORENCIO
409	ALESSANDRA PEREIRA
386	AMANDA NUNES GARCIA
365	ANA CARLA BORGES DE SOUZA
146	ANA CRISTINA VIEIRA DE FIGUEREDO
426	ANA MARIA DE SOUZA
58	ANA MARIA MARAFIGO
244	ANA PAULA VIEIRA ARTISMO
235	ANDREA REGINA DO PRADO
417	BRUNA DE OLIVEIRA PADILHA
180	CARLA RENATA VERTUOSO
349	CELINA DE FIGUEREDO
187	CINTIA ANTUNES DO AMARAL
204	CRISTIANI RIBEIRO SOUZA FLORES
80	DAIANE FURTADO RIBEIRO NUNES
391	DAMARIS MEDEIROS GODINHO
68	DANIELA DAS GRAÇAS ANDRADE
27	DAYANE DA SILVA XAVIER
390	DENIZE GILCIANE DA SILVA LIMA
181	EIDI MARCIA LIMA MARTINS
292	ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA PADILHA
288	ELIZA CABRAL GOMES
76	ELZA DOS SANTOS
56	EMÍLIA MARCIA RODRIGUES
372	ESTER ANDRADE DOS SANTOS
142	FERNANDA ANTUNES
119	FRANCIELE PATRICIA LIMA DE ALMEIDA
279	GRACIELLE DA CRUZ
437	HELOISA HELENA BIOLO MONTEIRO
128	IDONE DE SOUZA GUALBERTO
339	IRENE SALETE MACHADO
89	JESSICA QUINTINHO BRUCH
411	JOSE VILSON DE OLIVEIRA
36	JOSIANE LEHMKUHL
5	JOZE CARLA DE SOUZA
249	JUÇARA DOS SANTOS
243	KEILA DA SILVA MATOS
110	LENITA DE FATIMA SOUZA DIEL
73	LORENA NUNES DA SILVA VALEIRO
369	MARIA COSTA LIMA
338	MARIA IVONE PEREIRA
116	MARIBEL APARECIDA DA SILVA

195	MARIBEL PROCHONOFF GIL
353	MARISETE APARECIDA RIBEIRO
10	MICHELE CASSAO MUNIZ
160	NAIR MATTOS DE SOUZA
416	NAZARE DE OLIVEIRA
111	ORALICE SANTOS DE OLIVEIRA GODINHO
436	PATRINA APARECIDA DA SILVA
356	PAULA BORGES VELHO
332	ROSANE APARECIDA BRUCH
424	ROSILENE CASSAO RIBEIRO
226	ROSILENE MARIA CABRAL
248	SABRINA MACEDO ANDRADE
241	SALETE DO AMARAL SILVA
350	TAISE NUNES FIGUEREDO
265	TAMARA RODRIGUES CASSAO
46	TANIA APARECIDA SEIFERT UEDA
182	TATIANE DE FATIMA IENDRAS
293	TATIANE HENRIQUE DA SILVA
328	VANESSA APARECIDA VIEIRA DA SILVA
26	VANUSA APARECIDA PINTO
28	VIVIANE DOS SANTOS LUCRECIO
AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	
Nº Inscrição	Candidato
66	ALESSANDRA ANDRADE PINTO
341	ALESSANDRA APARECIDA FURTADO
209	CLAUDIA REGINA DO NASCIMENTO
419	DAYANNE PEREIRA OLIVEIRA
227	FRANDIHELLE MARTORANO MARTINS
31	JAQUELINE NUNES DE BRIDA
25	KAROLAINE BORGES
231	KEILA ROBERTA NUNES VIEIRA
217	LAIS DE SOUZA ALVES
94	MARCILENE PINTO OLIVEIRA
316	MARCOS ROBERTO HEBERLE
225	RAFAELA CABRAL DE LIMA
282	SANDRA MARA ROSA DE SOUSA
7	SILVANA SANTOS ROSA
FISCAL DE TRIBUTOS	
Nº Inscrição	Candidato
383	ANA CLAUDIA MIYOCO CARNEIRO KINOSHITA
412	ANA PAULA BORGES ANDRADE
63	ANDERSON BRYHAN DE OLIVEIRA
317	ANDRÉIA CRISTIANE BIOLO
334	BIANCA DA SILVA OLIVEIRA
385	BIANCA DE ANDRADE LINHAGUE
252	CLAUDIA MARIA DOS SANTOS
57	DARLENE DA SILVA RODRIGUES
381	ENIO CARVALHO
12	GISLAINE DO AMARAL VIEIRA
184	HENRIQUE HELION CAVALHEIRO DUTRA
236	JOSE CARLOS RIBEIRO DE MELO
105	KARLINE LEITE IZIDORO
325	LUIZ GONZAGA DE SOUZA JUNIOR
132	MAICON FIGUEIREDO NUNES
326	MORGANA SA PEREIRA HOSOI
203	NATACHA ZAMPRONIO DENOVAIS
308	PATRICIA BORGES VELHO
387	PAULO SERGIO HUGEN DE ABREU
440	RAFAEL AUGUSTO CASTILHOS
413	RICARTE COSTA NUNES
374	SUELEN DOMINGOS GODINHO
268	TAÍS DE SOUZA ALVES
MOTORISTA DA EDUCAÇÃO	
Nº Inscrição	Candidato

306	ALEXSANDRA CAVALHEIRO VARGAS BERNARDO
300	FABIANO BORGES DE SOUZA
439	LUIZ DAIR DA SILVA
MOTORISTA DEMAIS SECRETARIAS	
Nº Inscrição	Candidato
371	ALTAIR DONIZETE COSTA IENDRAS
433	ANDERSON RAFAEL VALIM
336	BRUNO BORGES SANTOS
213	DANIEL DA SILVA GUIMARAES
166	DIEGO RIBEIRO GOULART
233	EDSON FABIANO MARQUES
47	EDUARDO OSMAR CLAUDIANO CABRAL
200	EVANDRO DONIZETE SANTOS
344	FABIANO HASCKEL
384	FABIO MALUCHE
303	FERNANDO DE JESUS ARTISMO
346	JAISON DOS SANTOS
319	JOSE IVAN GOULART
143	JOSE TAMARINDO MELO JUNIOR
388	JULIANO HASCKEL
422	LEOBERTO ANTONIO DE MELO
427	LINDOMAR DA SILVA GUIMARAES
212	LUCAS LIMA DOS SANTOS
140	MAIKON FERNANDES
223	MAURI DONIZETE GOULART
280	NERITON OSNI SANTOS CAMARGO
337	RAFAEL MORAES DE OLIVEIRA
253	ROSOMAR MARTINS FERREIRA
402	VILSON NUNES DA ROSA
MOTORISTA SOCORRISTA SAMU	
Nº Inscrição	Candidato
393	ANDERSON PIERRE DA ROSA
327	CLEDER GUEDES
101	DANILO OLIVEIRA FLORES
93	FABRÍCIO GODINHO PEREIRA
112	IRONI DE OLIVEIRA
397	JEFFERSON GEVIESKI OURIQUES
432	JULIANO CARDOSO MACHADO
373	MARCELO IUNG
254	OSVALDO VIEIRA ARTISMO
OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	
Nº Inscrição	Candidato
357	ALCEU ITAMAR DA ROSA
186	ALEXSANDRO CASSAO BORGES
398	JAISON DE SOUZA RODRIGUES
ORIENTADOR DE ARTESANATO	
Nº Inscrição	Candidato
347	EDU DE SOUZA MELO
321	ENOEMIA DE LOURDES LOURENÇO DE MEDEIROS
59	MARCOS CARDOSO
109	TÂNIA APARECIDA CORRÊA RODRIGUES
ORIENTADOR DE DANÇA	
Nº Inscrição	Candidato
420	ANA CAROLINE LIMA
220	PABLO CRISTIANO BIRK DA SILVA
394	SUELEN AMARAL
ORIENTADOR DE MÚSICA	
Nº Inscrição	Candidato
54	SUIANI ELINIS OLIVEIRA DA ROSA
PROFESSOR ANOS INICIAIS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
273	ANGELINA COSTA LINHARES
352	CLEUZA APARECIDA BORGES

97	DAIANE APARECIDA VITORINO
167	DAIANI BECCARI NUNES
270	DANYELLA CANDIDO DOS SANTOS
377	DARLENE APARECIDA FERREIRA
175	DEIZIANE PADILHA
320	GABRIELA VENZON GONÇALVES DE AZEVEDO
330	GLECI TEREZINHA DOS SANTOS
165	GRAZIELI MAURICIO
33	LAIANE APARECIDA PADILHA MACHADO MELO
281	LEONOR SERAFIM DE SOUZA NUNES
13	LINDOLFO RODRIGUES DOS SANTOS
314	MARIA GORETE GARCIA
389	MARIA IOLANDA MACEDO
407	MARLY DE FATIMA PEREIRA MARTINS
414	NEURA MARA DOS SANTOS
343	PAULA MARTORANO NUNES
291	PRISCILA FIGUEIREDO CARVALHO
309	RITA DE CASSIA JESUS
430	SUZETE DE SOUZA AGUIDA
PROFESSOR ANOS INICIAIS - MAGISTÉRIO	
Nº Inscrição	Candidato
370	ARMANDA NATALINO MELO
150	CAROLINA XAVIER LIMA
218	CIRINHA DE OLIVEIRA
35	ELAINE SILVA ROCHA ROSA
396	LUCIANA CAPPELLARI DE OLIVEIRA
159	MILENE CARVALHO FRONZA
219	MILENE FÁTIMA DE SOUZA
144	SILVIA RIBEIRO DE LIZ DA SILVA
PROFESSOR ANOS INICIAIS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
193	ANDRESA PATRICIO BARBOSA
211	DANIELA APARECIDA DE LIMA
378	MARIELA DE SOUZA CORRÊA
103	RINARA SILVA TEODORO
PROFESSOR DE ARTE 10 HORAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
214	MARCIA RIBEIRO
PROFESSOR DE ARTE 10 HORAS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
107	RITA DE CASSIA R. BORGES
PROFESSOR DE ARTE 20 HORAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
60	ANDREIA RAMOS FLORES
382	ELIANE OLIVEIRA NUNES
196	ERICA DE SOUZA AMARAL
359	MARIA ELIZANDRA PADILHA
323	ROSEMERY DA SILVA MELO
230	SABRINA ARCARO MATOS
PROFESSOR DE ARTE 20 HORAS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
88	ADRIANA DE FATIMA NUNES
PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
251	ADRIANA APARECIDA MACEDO
257	BRUNO ZANELATTO SCHLICHTING
117	CÉLIA TEREZINHA PEREIRA
256	DAIANE MARTINS DE SOUZA
122	DANIELA MARTINS DE SOUZA
364	FRANCIELE RODRIGUES RIBEIRO
234	JOSIELY ZANELLA FERNANDES
96	TATYANA VIEIRA DE SOUZA DA SILVA
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 10 HORAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato

392	CAROLINE MARIA ALVES
395	CASSIANO SUHRE DA ROSA
106	MAIANE VIEL
8	MICHEL PEREIRA LUCIANO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 10 HORAS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
360	MARIS APARECIDA COSTA SHISHITO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
77	ADRIANA MATIAS DO AMARAL MATOS
95	ADRIANA PEREIRA DE SOUZA
261	ALINE RODRIGUES
50	DAÇAÉLEN SOUZA SANTOS
348	LETÍCIA SILVA PEREIRA
342	ROBERTO LUIZ FERNANDES JUNIOR
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
263	ADRIELI COSTA MARTINS
136	ANDRESSA PAGANINI
307	EDSON DOS SANTOS OLIVEIRA
285	GUILHERME AMARAL ANTUNES
64	JACKELINE SOUZA
4	JUCELINO HECK
1	MARIOZAN CARDOSO WOLFF
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
260	JOÃO PEREIRA LIMA DA SILVA
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
429	JOSIELLE DA SILVA PADILHA
PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
158	CLAUDIONEI GÓSS
70	GIZELI RIBEIRO MATTOS
37	LILIAN KATIANI ABATT
178	VERA LUCIA DE ALMEIDA
PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
445	DANIELA MENDES RODRIGUES
442	ELIZABETE CECHINEL
333	GIOVANE ROSA ZIMMERMANN
351	LUCIMAR GUEDES ANDRADE RODRIGUES
259	LUZIANI RIBEIRO SOUZA
277	MARIA ZALMIRA PEREIRA DA SILVEIRA
379	ROGERIO MARQUES FERNANDES
207	SUÉLEN SOUZA CAVALHEIRO
124	VALÉRIA DA SILVA BATISTA
PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
295	ELAINE RODRIGUES DO AMARAL
PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
361	ITALIA VLADIS COSTA
PROFESSOR DE MÚSICA - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
331	GRAZIÉLI CRISTINI DA SILVA
305	MARILÉIA APARECIDA OLIVEIRA
PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS GINÁSIO 30 HORAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
228	SUELEN LUCIANO DA SILVEIRA
PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS GINÁSIO 40 HORAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato

208	GILBERTO MARTINS
PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS GINÁSIO 40 HORAS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
65	RAFAEL RIBEIRO SOUZA
PROFESSOR DO AEE - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
239	JOSÉ LEONARDO DO NASCIMENTO
PROFESSOR DO AEE - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
20	MARIELA TAINÁ DE JESUS
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
3	DAIANE PORTO DA ROSA ROTTA
329	FABIANA DOMINGOS DE SOUZA
264	JACIARA DA SILVA KIYZANOSKI
242	JANICE LOPES KOHAUT DA SILVA
287	MARIA IZABEL BORGES
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - MAGISTÉRIO	
Nº Inscrição	Candidato
188	CRISTIANE DE FÁTIMA BARBOSA
355	ELENICE SANTOS OLIVEIRA PEREIRA
210	ELIZABETE GUEDES DE LIMA
71	EVANDRA APARECIDA MARAFIGO DA ROSA
297	LUCIANA DE FATIMA DA SILVA
415	LURDES DANIELA CRUZ OLIVEIRA
408	MARILEI MOTA MACEDO
118	MAYRA FIGUEREDO DA SILVA
358	VANDRÉIA OLIVEIRA BARBOSA
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
250	ROSIANE ARRUDA DO NASCIMENTO
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 30 HORAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
170	ALINE DA SILVA RODRIGUES
53	ANA PAULA DE LIMA.
324	CLEIDE ELISE SOUZA WALTRICK VIEIRA
444	DANIELA DE SENA AMARAL
145	ELIANA OLIVEIRA DA SILVA
86	ELIZANDRA DA SILVA PEREIRA
81	ELIZIA VIEIRA RIZZI CASSÃO
79	ESOLETA TOMASI PEREIRA
84	IARA DENIZE DE FATIMA FARIAS SILVA
406	KEILA MARIA RODRIGUES MACIEL
363	MARCIA BITTENCOURT OLIVEIRA
198	MARIA ELIZABETE CARVALHO DE OLIVEIRA
168	MARIA HELENA NUNES RIBEIRO
83	MARIA ISABEL PEREIRA DO ROZARIO
98	SABRINA MACEDO DA ROSA
272	SONIA LARA BORGES
55	VIVIANE PEREIRA DA SILVA
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 30 HORAS - MAGISTÉRIO	
Nº Inscrição	Candidato
431	ANDREIA DE FÁTIMA SEIFERT
177	CARLA BIANCA PEREIRA COSTA
345	EDMARA MARTINS
32	GRAZIELA RAIZER DA CRUZ
298	IVONETE DOS PRAZERES RODRIGUES DO AMARAL
194	JANAINA APARECIDA RIBEIRO ROSA
247	JULIANA BORGES ANSELMO
185	LAURA MARISTELA ROCHA MORAES
246	RAFAELA LEMOS MACEDO
238	TEREZINHA GORETI DO NASCIMENTO PEREIRA

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 30 HORAS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
302	CHARLÔ PEREIRA DA SILVA
92	DAIANE BIRK DA SILVA
14	JAQUELINE APARECIDA SERAFIM HUGEN
149	JOICE KELLY DE OLIVEIRA MACEDO SILVA
224	JOSIELE MELNEK
138	KARINE JORDÃO
240	MARIA ADRIANA DA SILVA
147	ROSILENI FIGUEIREDO AMARAL
215	SILVANA NUNES DA SILVA
PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA 10 HORAS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
205	RUAN MEDEIROS DE SOUZA
PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA 20 HORAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
304	ELIZABETH BATHKE VIEIRA
283	FABIANA PORTO
129	GISELA MENDONÇA GOULART
90	GUIOANA BORGES
286	JANAINA UIARA DE ANDRADE
340	JOZIANI DOS SANTOS
290	MAIARA FIGUEIREDO
23	MARICRIS TEREZINHA VELHO DE ANDRADE MATOS
9	PATRICIA NUNES DE BRIDA
62	SIRLEI RODRIGUES DE SOUZA
163	VANUZA RODRIGUES DOS SANTOS
PROFESSOR MATEMÁTICA 10 HORAS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
401	RENATA STEFFEN DE BETIO
PROFESSOR MATEMÁTICA 20 HORAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
34	JANAINA BORGES HABITZREUTER
421	MARINÊS IUNG FIGUEIREDO
435	MARLISE PADILHA NESI
PROFESSOR MATEMÁTICA 20 HORAS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
104	LUAN ALVES DUARTE
299	STEFANI SILVA BARBOSA
17	TAIZE DE SOUZA VELHO
PROFESSOR PRÉ-ESCOLAR - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
237	ELIANE RODRIGUES
443	MARIA KÁTIA DA SILVA
276	ORACELIA APARECIDA CANDIDA DE LIMA
157	TATIANI FOGAÇA VELHO
PROFESSOR PRÉ-ESCOLAR - MAGISTÉRIO	
Nº Inscrição	Candidato
301	JULIANA APARECIDA VALTRIQUE MATOS
399	SONIA REGINA COSTA
PROFESSOR PRÉ-ESCOLAR - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
428	KATIA CILENE MESQUITA LUCIANO
TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SAMU	
Nº Inscrição	Candidato
375	ALBANI TEREZINHA GODINHO
172	EDINEIA MARTORANO
19	ELEDIR FARIAS
2	IVANA CUSTODIA GODINHO
99	JOSEANE GUANABARA DE LIZ
206	JULIANO CARVALHO DA CRUZ
173	LEA MARAFIGO DE JESUS NUNES
18	MICHELE VITORIA ROCHA

201	OLIVIA OLIVEIRA FIGUEIREDO
131	RENATA RODRIGUES DO ROZARIO
CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA	
413	RICARTE COSTA NUNES

SÃO JOAQUIM 19 DE JANEIRO DE 2017
GIOVANI NUNES
Prefeito municipal

FABIANO PADILHA
Presidente da Comissão

JULGAMENTO DOS RECURSOS - PROCESSO SELETIVO Nº 001-2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

GIOVANI NUNES, Prefeito do MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO O JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO, conforme segue:

JULGAMENTO DOS RECURSOS

A candidata de inscrição 077 solicita recurso porque era pra ser Educação Infantil 20hrs e não Educação Física, a pessoa que fez foi lá da prefeitura municipal de São Joaquim ela se enganou sou habilitada em pedagogia e estou terminando a pós-graduação em Educação Infantil e series iniciais, não sou habilitada em Educação Física.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO, conforme item 4.6. do referido edital, é de inteira responsabilidade do candidato as informações prestadas no ato da inscrição, não existe forma legal de alterar cargo após o final do período de inscrição

A candidata de inscrição 211 impetrou recurso alegando: não sei se por falha minha, fiquei como não habilitada, entendo que partindo de um erro meu não cabe recurso, porém resolvi tentar, sou formada no magistério, e curso a faculdade.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO, conforme item 4.6. do referido edital, é de inteira responsabilidade do candidato as informações prestadas no ato da inscrição, não existe forma legal de alterar cargo após o final do período de inscrição

SÃO JOAQUIM 16 DE JANEIRO DE 2017
GIOVANI NUNES
Prefeito municipal

FABIANO PADILHA
Presidente da Comissão

PP 01/2017 PMSJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

Processo Nº 01/2017

Pregão Presencial 01/2017 - Registro de preço

Objeto: Aquisição de tubos de concreto para Secretaria Municipal de Obras e Viação

Entrega dos Envelopes e abertura do certame: 08/02/2017 às 13:30 horas

O Processo será regido pela lei nº 8.666/93, em especial pelo conteúdo no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 19 de janeiro de 2017

Giovani Nunes

Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

EDITAL 001/2017/SMR

EDITAL 001/2017/SMR


Edital de Lançamento da Taxa de Fiscalização e Cumprimento de Posturas e Normas Urbanísticas do Exercício de 2017

O Secretário Municipal da Receita, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 66 da Lei Orgânica do Município (Lei nº 2.123, de 04/04/90) combinado com os artigos 48, 306 e 319 do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 21, de 20/12/05), torna público o lançamento da Taxa de Fiscalização e Cumprimento de Posturas e Normas Urbanísticas, incidente sobre as atividades desenvolvidas pelos contribuintes cadastrados no Município relativa ao exercício de 2017, sendo que a NOTIFICAÇÃO dos lançamentos aos contribuintes se dará pela entrega dos documentos de arrecadação relativos ao exercício de 2017, a partir de 06/03/2017, pelos Correios, pela Prefeitura na sua sede ou ainda pelo site: www.saojose.sc.gov.br. Não recebendo a NOTIFICAÇÃO até a data limite, o contribuinte deverá requerê-la junto ao Centro de Atendimento ao Cidadão localizado na Sede da Prefeitura Municipal. Caso o requerimento não seja feito, o contribuinte será considerado notificado para todos os efeitos legais. DO PAGAMENTO – O tributo a que se refere este Edital terá por vencimento o dia 30/04/2017 conforme dispõe o decreto nº 7363/2017 de 19 de janeiro de 2017. DO ATRASO NO PAGAMENTO – O não pagamento do tributo na data prevista neste Edital sujeita o contribuinte, na forma da Lei, à atualização monetária, multa, juros de mora e inscrição do saldo devedor em Dívida Ativa para posterior cobrança judicial. DA RECLAMAÇÃO – O contribuinte poderá, até o vencimento da taxa, apresentar Reclamação fundamentada, junto ao Centro de Atendimento ao Cidadão localizado na Sede da Prefeitura Municipal sita à Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, Praia Comprida (Av. Beira Mar), CEP: 88103-790, São José/SC. A Reclamação somente suspende a exigibilidade do crédito tributário, na parte questionada. A suspensão se extingue com a decisão administrativa.

São José, 19 de janeiro de 2017

CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO 11 - LEI 4.320/64

 Câmara Municipal de Vereadores Praça Arnaldo de Souza, 38, CEP: 88.103-005 - Centro - São José/ SC CNPJ: 85.708.248/0001-59 Fone: (48) 3029-1321 - http://www.cmsj.sc.gov.br	Usuário: Éder Filipe da Silva Chave de autenticação: 1299-2812-703		Página 1 / 1
	Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada		
Valores em R\$ - Período: 01/01/2016 até 31/12/2016			Despesa Realizada: Empenhada

TÍTULOS	Autorizada R\$		Total	Despesa Realizada	Diferença
	Cred. Orçamentário e Suplementares	Créd. Especial e Extraordinários			
Unidade Gestora: Câmara de Vereadores de São José					
1001 Câmara de Vereadores de São José	17.572.108,00		17.572.108,00	17.245.072,49	327.035,51
1001.1 Legislativa	17.572.108,00		17.572.108,00	17.245.072,49	327.035,51
1001.1.31 Ação Legislativa	17.572.108,00		17.572.108,00	17.245.072,49	327.035,51
1001.1.31.101 Processo Legislativo	17.572.108,00		17.572.108,00	17.245.072,49	327.035,51
1001.1.31.101.1.556 Construção da Nova Sede da Câmara Municipal de São José	3.713.900,00		3.713.900,00	3.682.876,93	31.023,07
Aplicações Diretas	3.713.900,00		3.713.900,00	3.682.876,93	31.023,07
Obras e Instalações	3.713.900,00		3.713.900,00	3.682.876,93	31.023,07
1001.1.31.101.2.1 Manutenção da Câmara Municipal	13.858.208,00		13.858.208,00	13.562.195,56	296.012,44
Aplicações Diretas	10.040.108,00		10.040.108,00	10.006.758,15	33.349,85
Aposentadorias do RPPS; Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	200.000,00		200.000,00	183.383,35	16.616,65
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	8.585.108,00		8.585.108,00	8.577.971,71	7.136,29
Obrigações Patronais	1.255.000,00		1.255.000,00	1.245.403,09	9.596,91
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil					0,00
Despesas de Exercícios Anteriores					0,00
Indenizações e Restituições Trabalhistas					0,00
Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	460.000,00		460.000,00	424.710,55	35.289,45
Obrigações Patronais	460.000,00		460.000,00	424.710,55	35.289,45
Outros Benefícios Previdenciários do servidor ou do militar	3.307.000,00		3.307.000,00	3.117.990,03	189.009,97
Diárias – Civil	7.200,00		7.200,00	2.700,00	4.500,00
Material de Consumo	350.000,00		350.000,00	295.369,86	54.630,14
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita					0,00
Passagens e Despesas com Locomoção	910,16		910,16	910,16	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	680.000,00		680.000,00	676.682,82	3.317,18
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	70.000,00		70.000,00	65.651,80	4.348,20
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.198.889,84		1.198.889,84	1.117.461,27	81.428,57
Auxílio-Alimentação	1.000.000,00		1.000.000,00	959.214,12	40.785,88
Obrigações Tributárias e Contributivas					0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	51.100,00		51.100,00	12.736,83	38.363,17
Aplicações Diretas	20.000,00		20.000,00		20.000,00
Obras e Instalações	31.100,00		31.100,00	12.736,83	18.363,17
Equipamentos e Material Permanente					
Total da Unidade Gestora	17.572.108,00		17.572.108,00	17.245.072,49	327.035,51
TOTAL GERAL	17.572.108,00		17.572.108,00	17.245.072,49	327.035,51

Entidades Consolidadas: Câmara de Vereadores de São José, Prefeitura Municipal de São José

ORVINO COELHO DE AVILA PRESIDENTE DO LEGISLATIVO ORDENADOR DA DESPESA	WILMAR HINCKEL TECNICO EM CONTABILIDADE CRC/SC-10613	CUSTÓDIO HORACIO DA SILVEIRA DIRETOR FINANCEIRO
--	---	---

BALANCETE FINANCEIRO DE DEZEMBRO DE 2016

Câmara Municipal de Vereadores		Usuário:Éder Filipe da Silva	Página		
Praça Amoldo de Souza, 38, CEP: 88.103-005 - Centro - São José/ SC		Chave de autenticação: 1639-6425-922	1 / 1		
CNPJ: 83.708.248/0001-39 Fone: (48) 3029-1321 http://www.cmsj.sc.gov.br					
Anexo 13 - Balanço Financeiro					
Valores em R\$ - Período: 01/01/2016 até 31/12/2016					
Despesa realizada: Empenhada					
Ingressos		Dispendios			
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita orçamentária (I)			Despesa orçamentária (VI)		
Ordinária	0,00	0,00	Ordinária	17.245.072,49	0,00
Vinculada	0,00	0,00	Vinculada	17.245.072,49	0,00
Recursos vinculados à educação			Recursos vinculados à educação		
Recursos vinculados à saúde			Recursos vinculados à saúde		
Recursos vinculados à previdência social - RPPS			Recursos vinculados à previdência social - RPPS		
Recursos vinculados à seguridade social			Recursos vinculados à seguridade social		
Outras destinações de recursos			Outras destinações de recursos		
(-) Deduções da receita					
Ordinária	0,00	0,00			
Vinculada	0,00	0,00			
Recursos vinculados à educação					
Recursos vinculados à saúde					
Recursos vinculados à previdência social - RPPS					
Recursos vinculados à seguridade social					
Outras destinações de recursos					
Transferências financeiras recebidas (II)			Transferências financeiras concedidas (VII)		
Para execução orçamentária	20.337.853,50	0,00	Para execução orçamentária	3.000.000,00	0,00
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS	20.337.853,50		Independente da execução orçamentária - Intra OFSS	1.834.574,85	
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS			Para cobertura de déficit financeiro do RPPS	1.165.425,15	
Recebimentos extraorçamentários (III)	7.475.789,20	0,00	Pagamentos extraorçamentários (VIII)	3.370.380,06	0,00
Inscrição de restos a pagar processados	4.452.373,85		Pagamento de restos a pagar processados	22.219,10	
Depósitos restituíveis e valores vinculados	3.023.415,35		Pagamento de restos a pagar não processados	324.745,61	
Outros Recebimentos Extraorçamentários			Depósitos restituíveis e valores vinculados	3.023.415,35	
Saldo em espécie do exercício anterior (IV)	1.578.122,20	0,00	Outros Pagamentos Extraorçamentários		
Caixa e equivalentes de caixa	1.578.122,20		Saldo em espécie para o exercício seguinte (IX)	5.776.312,35	0,00
Investimentos e aplicações temporárias			Caixa e equivalentes de caixa	5.776.312,35	
Depósitos restituíveis e valores vinculados			Investimentos e aplicações temporárias		
Outros rendimentos			Depósitos restituíveis e valores vinculados		
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	29.391.764,90	0,00	Outros rendimentos		
			TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	29.391.764,90	0,00

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários
Entidades Consolidadas: Câmara de Vereadores de São José, Prefeitura Municipal de São José

ORVINO COELHO DE AVILA
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO
ORDENADOR DA DESPESA

WILMAR HINCKEL
TECNICO EM CONTABILIDADE
CRC/SC-10613

CUSTODIO HORACIO DA SILVEIRA
DIRETOR FINANCEIRO

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº. 5.941 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº. 5.941, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.
"NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO"

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, SANDRA DALL ALBA RHODEN, para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, carga horária de 160 horas mensais, regida pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 002/2016, homologado através do Decreto nº. 5.865/2016, de 29 de julho de 2016, classificada em 1º lugar, com média final 7,95, a partir de 18 de janeiro de 2017, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 18 de janeiro de 2017.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito em exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2017

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, Lei nº 2020, de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, considerando a letra "d", do Inciso V, do Artigo 73, da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, CONVOCA para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, o candidato aprovado no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 002/2016, de 10 de maio de 2016, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.865, de 29 de julho de 2016, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário de expediente da Prefeitura a fim de assumir o cargo a seguir discriminado:

PROFESSOR DE GEOGRAFIA – MODALIDADE A

ELIANE MENIN

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 DE JANEIRO DE 2017.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito Municipal em exercício.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO 02/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO JOSÉ DO CEDRO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 02/2017

A Câmara Municipal de Vereadores de São José do Cedro, SC através do seu presidente Cláudio Arcídio Wartha, no uso das atribuições de seu cargo, neste ato representado pela Sra. Aline Inês Etges, responsável designada pela Portaria Nº. 02/2017 vem tornar público para conhecimento dos interessados, que realizará CREDENCIAMENTO para contratação de empresas de Jornal de Circulação Local.

Data: 25/01/2017 a 30/01/2017

Horário: das 7:30h as 11:30h

Local: Rua Jorge Lacerda, 1.158 – Centro – São José do Cedro – SC

Aline Inês Etges

Responsável pelo setor de Compras e Licitações

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017 - SRP - PR Nº 001/2017 - CDM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO COMITE DESPORTIVO MUNICIPAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 01/02/2017, às 14h00min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017. OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA UTILIZAÇÃO DOS ATLETAS DO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC QUE ESTARÃO PARTICIPANDO DAS COMPETIÇÕES DO ANO DE 2017. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS Nº 001/2017.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS Nº 001/2017

A Diretoria de Fazenda da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, NOTIFICA os contribuintes do lançamento do ISS FIXO para o exercício de 2017, conforme Decreto nº 5.551, de 07 de dezembro de 2016 - CALENDARIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2017, com os seguintes vencimentos:

2. Impostos:	
2. Impostos 2.1 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza Fixo (ISSQN).	30º dia do mês; 28º dia do mês de fevereiro.

Os contribuintes que não retiraram o carnê referente ISSQN, referente o exercício 2017, consideram-se notificados do Lançamento do referido Imposto.

São Lourenço do Oeste, SC, 19 de janeiro de 2017.

INDIANARA DE BONA

Fiscal de Tributos Municipal

Matrícula 3234/02

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE ISSQN Nº 001/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

A Diretoria de Fazenda da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, NOTIFICA os contribuintes a seguir relacionados, que não retiraram o carnê de ISS 2017, até o vencimento, que os mesmos estão disponíveis no Setor Tributário.

ADRIANO ROBERTO CAMILLO

CESAR AUGUSTO ROSSO

IVAN MIGUEL IORIS

JOELSON GALVAO PEREIRA

JORDELINO CHAVES

JOSE CARLOS BECK

SEBASTIÃO SILVA MARIA

ELCIO KLAUS

ADÃO SILVA DOS REIS

ARI SALMARIA DOS SANTOS

ROGERIO SCARIOTI

JAIR MACHADO

ANTONIO CARLOS PIETA

AQUILES DOS SANTOS

SANDRO SPRICIGO

JOSE LUIZ VANIN

EVANILDE BRATTI

VALMOR COBROSKI

VALCINO RIBEIRO DOS SANTOS

OSNI TRINDADE DOS SANTOS

ALTAMIR DOMINGOS PANDINI

RICARDO G. PETTINELLI

ADEMIR LUIZ CAMELLO

NELSON MURARO

IRTON MENEGASSO

FRANCISCO CASAGRANDE DE MACEDO

AILTON PANDINI

MOACIR KOLLING

NEVIO BONE

VALMIR GUETTE

SANDRA REGINA PASTRE PEREIRA

IVANIR FIORAVANTE PASTRE

IVAN BESSEGATTO

RITA STIVANIN SUTILLI

EGIDIO ROSSO

GETULIO MACHADO

JOÃO DAVID FOLADOR

MARTA ORSI

LUIZ CARLOS ROSSO

EDNA VIEIRA MENDES

JACIR DALLA VALLE

EDSON LARRY BIASI

CARLOS ANTONIO PELUSO

ESCRITÓRIO CONTABIL UNIÃO LTDA

GILMAR ECKER

INES BONET

JACIGUARA ALMEIDA DE BRITTES

LUIZ CARLOS SILVEIRA

ORCONTAL ORGANIZAÇÃO CONTABIL OESTE LTDA

SILVESTRE SGANZERLA

ALBERTO CANDIDO ETGES

ROGERIO FERNANDO COMINETTI

ONIVAN SAULO BESSEGATTO

OLGA MITIKO YOSHIARA

JACIRA TERESINHA TORRES

BERENICE MARIA SOLIGO TREMEA

JOSE JULIAO DA MAIA

RODRIGO ECHER

KELI JOSIANI DA SILVA WITTMANN

DEBORAH CRISTIAN DE MELLO GARBIN

TANIA APARECIDA LIMA TATIT

LIDIANE FENATO WELTER
 UBIRAJARA MARTINS RIBEIRO
 GIOVANI ECKER
 RICARDO ZAMBERLAN
 PAULA REGINA ACORCI BESSEGATTO
 POLLI E BOITO CONTADORES ASSOCIADOS LTDA
 FABIANO RODRIGO FONTANA
 LIDIO SUTILLI JUNIOR
 MARCIA ADRIANA BUZZELLO
 PAULO GELSON SILVA VIEIRA
 MARCIO ALVES RODRIGUES
 LISSANDRA DE MENEZES
 FABIANA SHWAIGHARDT RODRIGUES
 CRISTIANE DE OLIVEIRA VIGANÓ
 PATRICIA CIRCE PASQUALOTTO
 ALTEMIR CARVALHO
 RODRIGO S. PONTES
 MARLI ABATTI LOPES
 LUIZ SILVESTRE DELA GIUSTINA
 LARICE DA SILVEIRA FURRER
 DEVANISE FAVETTI DOS SANTOS
 MARLUCI APARECIDA BATISTTI
 ROBERTA REICHERT NEGRI
 FABIO LUIZ DOS PASSOS
 ROGÉRIO LARA
 ALAERTES PAIM
 MARIA LUIZA ETGES
 LEOCIR ANTONIO PARISOTO
 LEOCIRA SEBEN CADORE
 JOVELINO RANZAN
 LAURI BORGES DA SILVA
 EDSON FERRARI
 OSMAR ANTONIO JOSE DA SILVA
 JOAO MARIA BARBOSA DE CAMARGO
 TANIA MARA SOSTER RISSI
 ANTONIO VISINESKI
 MARILU ALVES KLEIN
 JOCIMAR JOSE MERIGO
 JULIENE DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO CAMILLO
 MARCIA REGINA NESI DE CONTO
 SIRLEI MARIA MARTINS DO PRADO CASAGRANDE
 JOSÉ ROGÉRIOCARVALHO
 DEVIELI BERNARDI ECHER
 VILMAR ARI TISSIANI
 LUIZ FABIANO WELTER
 MARCOS RONALDO DA MAIA
 PATRICIA FOLADOR
 SUSANA BARBOSA BRAGA EIRELI ME
 FELIPE BREOWICZ
 GUSTAVO LUIS SCHIRR
 ACIF CONTADORES ASSOCIADOS S/S LTDA
 NOELI PIRES
 LUIS HENRIQUE BONETI
 ROBERTA CAROLINE ORNES BOLSON
 ILKA BEATRIZ CARDOSO DE OLIVEIRA
 ANDREIA MORETTO BAESSO
 JACSON LUIZ PERES
 GIOVANA SALVALAIO
 MARCELO CARLOS MACHADO
 GESICA MINOZZO
 TRES E TRINDADE CONTABILIDADE LTDA ME
 FABYANA CRISTINA KOSTESKI
 POLLYANA ZUTION
 RENATA COMUNELLO
 SHAMARA CAMILA NOVELO
 YACANA MOREIRA GRAF
 JOÃO STEINHEUSER
 ALINE NICOLA
 EDUARDO HENRIQUE MARTINS MENEZES

SAMANTHA BUSNELLO
 KATIANE DO PRADO
 JOLSEMAR MENEGASSO
 ROGERIO SILVIO PERES
 MAYARA PERAZOLI
 CAMILA BORGES
 POLIANA HAAG
 VANDERLEIA MASIERO
 GUILHERME MAFFESSONI
 FRANCIELE BAMPI
 BIANCA THIARA SILVESTREIN

São Lourenço do Oeste- SC, 19 de janeiro de 2017.

INDIANARA DE BONA
 Fiscal de Tributos Municipal
 Matrícula 3234/02

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002.2/2017 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002.2/2017

Retifica o Edital de Processo Seletivo nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017, para seleção de Educador Social I, II, III, V e VI e Instrutor Social I para atuação no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - CRAS, Programa Mulher de Valor e Programa de Atenção aos Idosos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o previsto na Lei Complementar Municipal nº 123, de 19 de novembro de 2010 e art. 219, inciso V, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar Municipal nº 118, de 23 de junho de 2010 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar o prazo destinado para inscrições dos candidatos no Processo Seletivo;

RESOLVE RETIFICAR o Edital de Processo Seletivo nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017, destinado à realização de Processo Seletivo de Títulos e Prova Prática para admissão, em caráter temporário, de EDUCADORES e INSTRUTORES SOCIAIS, para que passe a vigorar com as seguintes alterações:

1. O item 2.1 do Edital de Processo Seletivo nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1. As inscrições estarão abertas no período de 10 a 25 de janeiro de 2017, das 14h00min às 17h00min, no Centro Administrativo Municipal, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, situada à Rua Duque de Caxias, nº 789, centro de São Lourenço do Oeste/SC". (NR)

2. Em virtude do acima disposto, o item 4, que trata "da prova prática" do Edital de Processo Seletivo nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"

 4.9.7 A prova prática será realizada nos dias 26, 27 e 30 de janeiro de 2017, no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, situado à Rua João Beux Sobrinho, nº 680, neste Município, com início às 08h00min. A duração da prova será de 20 a 40 minutos.
 4.9.8 Todos os candidatos deverão comparecer no dia 26 de janeiro de 2017 (quinta-feira) às 08h00min impreterivelmente para acompanhar o sorteio dos horários da prova prática.

4.10. O resultado da prova prática será divulgado no mural do Centro Administrativo Municipal, situado à Rua Duque de Caxias, nº 789 e no site: www.saolourenco.sc.gov.br, a partir do dia 31 de janeiro de 2017.

.....". (NR)

3. Consequentemente, o item 7.1, que trata da divulgação da classificação do Edital de Processo Seletivo nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"7.1. As listas classificatórias serão divulgadas no mural do Centro Administrativo Municipal, situado à Rua Duque de Caxias, nº 789, no site: www.saolourenco.sc.gov.br, no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br), com extrato no Diário Oficial do Estado e Diário de Circulação Regional, a partir da data de 1º de fevereiro de 2017". (NR)

4. Fica renomeado o Anexo Único do Edital de Processo Seletivo nº 002/2017, para que passe a constar como "Anexo I - Edital de Processo Seletivo nº 002/2017" (NR).

5. Para maiores esclarecimentos acerca da definição de nova programação, fica inserido o Anexo II ao Edital nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017, contemplando o seguinte cronograma:

"CALENDÁRIO DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

DATA	EVENTO
10 a 25/01/2017	Inscrição dos candidatos
26/01/2017	Sorteio do horário de realização da prova prática
26, 27 e 30/01/2017	Realização da prova prática
A partir de 31/01/2017	Divulgação do resultado da prova prática
A partir de 1º/02/2017	Divulgação da lista classificatória
Nas 48 hs subsequentes à divulgação	Prazo para recurso acerca da classificação
-x-x-x-x-x-x-x-	Homologação do resultado do Processo Seletivo

"(NR).

6. As demais disposições do Edital nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017, permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 001/2017, Modalidade Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 001/2017.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: Jakymiu & Silva Ltda. ME, CNPJ nº 11.649.503/0001-09.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NO CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, POLICLINICA MUNICIPAL DE SAÚDE, E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DOS BAIRROS: SÃO FRANCISCO, CRUZEIRO E NO DISTRITO DE PRESIDENTE JUSCELINO.

Valor: R\$ 191.208,80 (cento e noventa e um mil, duzentos e oito reais e oitenta centavos).

Pagamento: O pagamento será realizado de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 5.586, de 03 de janeiro de 2017, que poderá ser de no máximo, 30 (trinta) dias a contar da execução do objeto licitado, acompanhada da respectiva Nota Fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações conforme os itens do objeto.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas através de recursos próprios do Fundo Municipal de Saúde, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017. Data de Assinatura: 04/01/2017.

Vigência: de 04/01/2017 a 03/02/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Rodrigo Aloacyr de Camargo Silva - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 010/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 005/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: D. G. Lazzarin EPP, CNPJ nº 05.874.059/0001-22.

Objeto: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE TONNER À SEREM UTILIZADAS DURANTE O ANO DE 2016 PARA AS IMPRESSORAS DE VÁRIOS MODELOS E MARCAS DE PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.586, de 03 de janeiro de 2017, mediante entrega da nota fiscal, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto relativo ao presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 06/01/2017.

Vigência: de 06/01/2017 a 29/01/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Diana Galvagni Lazzarin - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2017, DE 13 DE JANEIRO DE 2017 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2017, DE 13 DE JANEIRO DE 2017 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 003/2017, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 001/2017.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, CNPJ nº 80.622.376/0001-77.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL DE PACIENTES EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR AOS USUÁRIOS DO SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO ANO DE 2017.

Valor: R\$ 26.369,28 (vinte e seis mil trezentos e sessenta e nove reais e vinte e oito centavos) mensal, totalizando o valor de até R\$ 316.431,36 (trezentos e dezesseis mil quatrocentos e trinta e um reais e trinta e seis centavos) anual, para prestação em serviços de atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor.

Pagamento: A Contratante, após revisão dos recibos efetuará o pagamento do valor mensal aprovado no SIA/SUS posteriormente à prestação dos serviços, ou seja, após produção, apresentação,

aprovação, processamento e concomitantemente à respectiva transferência financeira do FNS, depositando-o à Contratada em Conta Corrente de acordo com os prazos estipulados na Portaria GM/MS 3478/98, qual seja, até o quinto dia útil, após o cumprimento pelo Ministério da Saúde das seguintes condições: crédito na conta bancária do Fundo Estadual/Municipal de Saúde, pelo Fundo Nacional de Saúde, e, disponibilização dos arquivos de processamento do SIH/SUS no BBS/MS, pelo DATA/SUS.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da presente inexigibilidade ocorrerão por conta do Fundo Municipal de Saúde - FMS, cujos recursos orçamentários são oriundos do Ministério da Saúde, através de repasse Fundo a Fundo, consoante a Lei nº. 1.525/90 e Legislações pertinentes aplicáveis.

Dotação Orçamentária: D - 20/2017 - 13.01.10.302.4506.2.021.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038 - Bloco Média e Alta Complexidade. Data de Assinatura: 13/01/2017.

Vigência: de 13/01/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ivandro Follmann - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Origem: Inciso II, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Pedro Lazarin Filho ME, CNPJ nº 21.242.734/0001-57. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE INTERNET BANDA LARGA DE 100 MBPS FULL, ATRAVÉS DE TECNOLOGIA GPON - FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 100 MBPS DE DOWNLOAD E 100 MBPS DE UPLOAD, COM 32 IPS VÁLIDOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO OESTE/SC.

Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias, de acordo com a ordem cronológica disposta em decreto a ser expedido para o exercício de 2017, acompanhada da respectiva Nota Fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações. Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017. Data de Assinatura: 09/01/2017.

Vigência: da data de sua assinatura até 31/01/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Pedro Lazarin Filho - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

CONTRATO Nº 004/2017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2017.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, centro, em São Lourenço do Oeste/SC, representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Rafael Caleffi, brasileiro, casado, portador do RG nº 2.996.096, expedido pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 026.437.969-18, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste/SC, denominado simplesmente CONTRATANTE, resolve;

CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pelo Gabinete do Prefeito Municipal, quanto à necessidade de suprimir unilateralmente o valor global do Contrato nº 001/2017, de 03/01/2017, (cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA

O FORNECIMENTO DE: LINK DE INTERNET, LINK DE INTRANET E LINK PARA A INTERLIGAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO URBANO DO PROGRAMA "BEM TE VI", NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO OESTE/SC), em R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), o que corresponde a 16,76% (dezesesseis vírgula setenta e seis por cento) ao valor original contratado, com efeitos a contar de 03 de janeiro de 2017, em virtude da retirada dos subitens I.2.5 - 10 Mbps de link de intranet para o posto de saúde da comunidade de Presidente Juscelino, do município de São Lourenço do Oeste - SC; I.2.6 - 10 Mbps de link de intranet para o posto de saúde da comunidade de Frederico Wastner, do município de São Lourenço do Oeste - SC; I.2.7 - 10 Mbps de link de intranet para a escola da comunidade de Presidente Juscelino, do município de São Lourenço do Oeste - SC; e I.2.8 - 10 Mbps de link de intranet para o parque de máquinas da comunidade de Presidente Juscelino, do município de São Lourenço do Oeste - SC; todos da Cláusula Primeira do Contrato originário, supramencionado, tendo em vista a nova política de gestão de tecnologia de informação que será implantada no Município, conforme a justificativa apresentada na Comunicação Interna nº 011/2017, apresentada em anexo ao presente termo aditivo;

CONSIDERANDO, por fim, o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a)
.....

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;
(...)

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. (Grifou-se).

Resolve suprimir o Contrato nº 001/2017, de 04/01/2017, fundamentado no art. 65, I, "b" e § 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA SUPRESSÃO E DO VALOR GLOBAL

I.1 - Fica suprimido unilateralmente o valor global, do Contrato nº 001/2017, de 03/01/2017, em R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), o que corresponde a 16,76% (dezesesseis vírgula setenta e seis por cento) ao valor original contratado, com efeitos a contar de 03 de janeiro de 2017, em virtude da retirada dos subitens I.2.5, I.2.6, I.2.7 e I.2.8 da Cláusula Primeira do Contrato originário, supramencionado, tendo em vista a nova política de gestão de Tecnologia de Informação que será implantada no Município, conforme justificativa apresentada na Comunicação Interna nº 011/2017, apresentada em anexo ao presente termo aditivo.

I.2 - Em decorrência da supressão, de que trata o item I.1, o valor global atualizado que era de R\$ 5.249,90 (cinco mil, duzentos e quarenta e nove reais e noventa centavos) mensal passa a ser de R\$ 4.369,90 (quatro mil, trezentos e sessenta e nove reais e noventa centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS FINANCEIROS ORÇAMENTÁRIOS

II.1 - As despesas decorrentes deste termo aditivo serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

III.1 - O presente termo aditivo terá vigência da data de sua assinatura até 02 de fevereiro de 2017.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

IV.1 - Ficam ratificadas as demais condições expressas nas cláusulas do instrumento ora aditado, e que não conflitem com o presente termo aditivo.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito

Municipal

Testemunhas:

1) _____ 2) _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2017, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2017, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

Origem: Art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Postmix Soluções Gráficas EIRELLI EPP, CNPJ nº 02.089.950/0001-60.

Objeto: IMPRESSÃO DUPLEX, PRÉ-NOMINADOS E AUTO ENVELOPADOS INDIVIDUALMENTE COM SERRILHAS LATERAIS, PAPEL SULFITE 75 G/M2, 1X1 CORES E FORMATO A5 (148,5 X 210 MM).

Valor: R\$ 0,34 (trinta e quatro centavos) por documento impresso, sendo que a quantidade estimada é de 680 (seiscentos e oitenta) documentos por mês. Valor mensal de R\$ 231,20 (duzentos e trinta e um reais e vinte centavos), referente a 680 (seiscentos e oitenta) documentos impressos, totalizando o valor de R\$ 3.005,60 (três mil, cinco reais e sessenta centavos), referente a 13 (treze) meses de documentos impressos com o décimo terceiro.

Pagamento: O pagamento se dará no prazo de 15 (quinze) dias a partir da entrega dos serviços, devendo a Contratada encaminhar a Nota Fiscal e o demonstrativo dos serviços executados, bem como o boleto bancário para pagamento das impressões.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros serão por conta de recursos próprios do Município, oriundos do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (15/2016).

Data de Assinatura: 12/01/2017.

Vigência: de 12/01/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Wagner Cordenonsi Tombi - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2017, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2017, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

Origem: Inciso II, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Jovil Segurança Privada EIRELI ME, CNPJ nº 21.375.891/0001-30.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILANCIA PATRIMONIAL PARA

O CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC.

Valor: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.586, de 03 de janeiro de 2017, mediante entrega da nota fiscal, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (85/2017).

Data de Assinatura: 17/01/2017.

Vigência: de 17/01/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Idir de Oliveira (Procurador) - pela Contratada.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 8.811-REGULAMENTA BANCO DE HORAS

DECRETO N. 8.811/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o artigo 71 e artigo 72, inciso VII da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, e o Art. 85, § 5º da Lei Complementar 009/2012 de 25 de maio de 2012, e,

CONSIDERANDO a necessidade de adequar o horário de expediente executado no serviço público ao atendimento dos munícipes e os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da Supremacia do Interesse Público e da Economicidade;

CONSIDERANDO que a realização de horas suplementares (horas extras) deve acontecer somente em situações atípicas ou excepcionais e que cada Secretaria Municipal deve planejar o trabalho da sua unidade, contando com a carga horária normal de sua equipe;

CONSIDERANDO os limites com despesa de pessoal estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e a necessidade de contenção de despesas, em face de queda da arrecadação dos municípios.

DECRETA:

Da jornada de trabalho e da tolerância de atraso

Art. 1º A jornada máxima de trabalho nas repartições públicas municipais é de 40 (quarenta) horas semanais. Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário de entrada e saída do serviço não excedente de 15 (quinze) minutos, observado o limite máximo de 30 (trinta) minutos diários.

Do banco de horas

Art. 2º Fica vedado o pagamento de horas extras no âmbito do serviço público municipal, ficando implantado e regulamentado o banco de horas, de acordo com o disposto no artigo 7º, XIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e Art. 85, § 5º da Lei Complementar 009/2012 de 25 de maio de 2012.

Parágrafo primeiro. No caso de necessidade de execução de horas extraordinárias, o (a) Secretário (a), Diretor ou Gestor do órgão deverá, previamente, justificar e planejar o tempo de duração da situação atípica ou excepcional.

Parágrafo segundo. A execução de horas extras refere-se somente a situações atípicas ou excepcionais, devendo o (a) Secretário (a), Diretor ou Gestor de cada órgão levar em consideração a carga horária normal de sua equipe para que fique justificada e motivada a necessidade.

Parágrafo terceiro. A justificativa e o planejamento da execução de horas extraordinárias deverão obedecer aos requisitos da finalidade, interesse e conveniência do poder público, a razoabilidade e a proporcionalidade.

Parágrafo quarto. As justificativas para execução de horas extraordinárias deverão ser encaminhadas a Secretaria de Administração até o dia 20 de cada mês.

Parágrafo quinto. As justificativas que não atenderem aos requisitos do parágrafo terceiro deste artigo serão indeferidas, resultando o não pagamento das horas extraordinárias respectivas.

Parágrafo sexto. Em nenhuma hipótese serão pagas horas extraordinárias aos servidores ocupantes de cargo de provimento em comissão.

Art. 3º As horas excedentes ao horário normal executadas em dias úteis, sábados, domingos ou feriados, não pagas nos termos dos parágrafos 1º a 5º do artigo segundo, serão creditadas em um BANCO DE HORAS, devendo ser compensadas em horas folga.

Parágrafo primeiro. As horas excedentes serão compensadas na proporção de 1 (uma) hora folga por hora trabalhada. Exceto as horas trabalhadas nos finais de semana e em feriados, desde que não façam parte de escala de revezamento ou plantão, que serão compensadas em dobro.

Parágrafo segundo. A compensação do banco de horas, prevista neste Decreto, deverá obrigatoriamente ocorrer em um prazo máximo de 12 meses após a execução das horas excedentes.

Parágrafo terceiro. Não havendo a compensação dentro do prazo estipulado no parágrafo anterior, o saldo positivo de horas será pago e o saldo negativo descontado, ambos no mês subsequente ao término do prazo.

Art. 4º Quando da necessidade de transferência do servidor para outra Secretaria, as respectivas horas contabilizadas no banco de horas na Secretaria Municipal de origem, deverão ser zeradas antes da efetivação da transferência.

Art. 5º É vedado faltar ao trabalho, sem prévia comunicação e autorização, para posterior compensação das faltas no banco de horas, sob pena de desconto salarial.

Parágrafo primeiro. As horas de folga serão concedidas mediante autorização expressa do Secretário (a), Diretor (a) ou Gestor do órgão, com a devida comunicação ao Departamento de Recursos Humanos para registro e controle, a fim de evitar prejuízo ao desenvolvimento dos trabalhos.

Parágrafo Segundo. A Secretaria Municipal da Administração, por meio do Departamento de Recursos Humanos, concederá instruções necessárias para o fiel cumprimento deste Decreto.

Parágrafo terceiro. As Secretarias Municipais deverão encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos o relatório de horas até o dia 20 de cada mês.

Parágrafo quarto. Somente estão dispensados do registro de frequência os Secretários Municipais, o Chefe de Gabinete e o Advogado Assessor Geral.

Art. 6º Nos casos de Rescisões Contratuais, remanescendo saldo positivo, o mesmo será pago na rescisão, e o saldo negativo será anistiado, exceto se a rescisão ocorrer a pedido do servidor ou decorrer de processo administrativo, situação em que as horas negativas serão descontadas das verbas rescisórias.

Parágrafo único. As horas folga poderão ser convertidas em horas

extras, excepcionalmente com a autorização do Comitê Municipal de Gestão e Controle Financeiro, os serviços considerados essenciais e devidamente justificados poderão ser convertidos em horas extras.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 19 de janeiro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Paulo Ricardo Drumm

Consultor Jurídico

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

EXT. CONTRATO 3.2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 3/2017

Compra Direta nº 68/2017

Autorização de Fornecimento nº 114/2017

OBJETO: A LOCAÇÃO DE 2 CONTAINERS PARA SEREM COLOCADOS NA RUA SALGADO FILHO ESQUINA COM A MÉM DE SÁ, PARA RECOLHA DE ENTULHOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E MÓVEIS EM DESUDO.

VALOR: R\$ 240,00 mensal

CONTRATADO: RECOTULHO LTDA - ME

VIGÊNCIA: 31/12/2017

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: FERNANDO LUIZ ALBA

São Miguel do Oeste, SC., 18 de janeiro de 2017.

LEI 7.357-LDO PROMULGAÇÃO DE VETOS

Lei 7.357/2016

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 53, § 5º, c/c 72, IV, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, as seguintes partes vetadas da Lei 7.357, de 30 de dezembro de 2016:

“ Art. 28. As fontes de recursos e as modalidades de aplicação aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução se publicadas, desde que autorizado pelo Poder Legislativo através de lei específica.

Art. 31. Os recursos alocados na Lei Orçamentária, somente poderão ser cancelados ou remanejados através da abertura de créditos adicionais suplementares, dentro da mesma categoria de programação de despesa, além de outras situações elencadas e apropriadas na matéria orçamentária, segundo determinação da Lei Orçamentária, desde que autorizado pelo Poder Legislativo através de lei específica.

Art. 32. Em conformidade com disposto do inciso I, do art. 7º e artigos 40, 43 e seus parágrafos e incisos da Lei Federal nº. 4.320/64 poderá o Chefe do Poder Executivo Municipal em até cem por cento das disponibilidades legais previstas na norma federal, a proceder à abertura de créditos adicionais suplementares, destinados a suprir deficiências orçamentárias no transcorrer do ano financeiro, desde que autorizado pelo Poder Legislativo através de lei específica.

Art. 41. Se houver disponibilidade financeira suficiente, poderá, através de legislação específica, se estabelecer reajustes e/ou reposições em até 12% (doze por cento) nas remunerações dos Agentes Políticos e Servidores deste Ente Federado.

Parágrafo Único. A Lei Orçamentária como memória de cálculo, conterá as respectivas previsões orçamentárias quanto às despesas de pessoal e encargos na ordem de até 12,00% (doze por cento) sobre a atual situação, considerados os reflexos posteriores, acrescidos das obrigações previdenciárias, bem como, concernentes a férias, 13º salário, horas-extras e demais contratações e admissão à luz da norma legal vigente.

Art. 63. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à abertura dos créditos adicionais especiais e extraordinários, em conformidade com o disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, desde que autorizado pelo Poder Legislativo através de lei específica.”

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 19 de janeiro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Esta Lei está sendo publicada nesta data em decorrência da derrubada dos vetos pela Câmara Municipal de Vereadores, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

LEI 7.358-LOA PROMULGAÇÃO DE VETOS

Lei 7.358/2016

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 53, § 5º, c/c 72, IV, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, as seguintes partes vetadas da Lei 7.358, de 30 de dezembro de 2016:

“Art. 5º A despesa fixada à conta dos recursos previstos nesta Lei, observada a programação constante do Detalhamento das Ações determinadas pelo Governo Municipal, apresenta, por Órgãos, Fundos e Fundações, o desdobramento em conformidade com os anexos desta Lei, mais especificadamente os constantes dos Anexos I a IX, além de outros que completam a presente matéria orçamentária à luz da norma constitucional e legal vigente, bem como, os preceitos determinados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo Único. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder o remanejamento, transposição ou transferência, total ou parcialmente, as categorias de programação constantes desta Lei mantidas os respectivos detalhamentos por esferas orçamentárias, grupos de despesa, modalidades de aplicação, a fim de ajustar a programação aprovada às competências e atribuições definidas

para cada Órgão e Unidade do Orçamento Consolidado, tendo como limite definido o total do projeto ou atividade, à data expedição do respectivo ato, desde que autorizado pelo Poder Legislativo através de lei específica.

Art. 7º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a tomar as medidas necessárias à compatibilização das despesas com a realização da Receita, em conformidade com os preceitos constitucionais e legais vigentes, desde que autorizado pelo Poder Legislativo através de lei específica.

Art. 8º A Reserva de Contingência fixada no Orçamento do Município será movimentada pelo Poder Executivo, desde que autorizado pelo Poder Legislativo através de lei específica.

Art. 9º Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder abertura de Créditos Adicionais Suplementares, à conta dos recursos provenientes do excesso de arrecadação e sua tendência, em conformidade com o que dispõe o inciso II, do § 1º e 3º, do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 e suas alterações, desde que autorizado pelo Poder Legislativo através de lei específica.

Art. 10. Fica igualmente autorizado ao Executivo Municipal a proceder abertura de Créditos Adicionais Suplementares, nos limites excedentes das arrecadações e suas tendências constantes das receitas previstas e as realizadas, referentes aos convênios, acordos, contratos e outros firmados pela municipalidade, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º inciso II e §3º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 e suas alterações, desde que autorizado pelo Poder Legislativo através de lei específica.

Parágrafo Único. Aplica-se o mesmo entendimento deste artigo, às novas receitas arrecadadas não estimadas na matéria orçamentária.

Art. 11. Fica autorizado ao Executivo Municipal, a proceder à transposição, remanejamento e/ou a transferência de recursos orçamentários através da abertura de Créditos Adicionais Suplementares de uma modalidade de despesa para outra, dentro da mesma categoria de programação das respectivas despesas, os recursos, projetos e atividades, nos limites das dotações orçamentárias fixadas nesta Lei de cada atividade e/ou projetos, bem como de seus saldos remanescentes na oportunidade do respectivo ato, na forma do Art. 7º, e do inciso III, do §1º, do Art. 43, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964, art. 31 da LDO e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, desde que obedecidas à fonte de financiamento, e autorizado pelo Poder Legislativo através de lei específica.

Art. 12. Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de Créditos Adicionais Suplementares à conta dos recursos provenientes do superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, em conformidade com o disposto no Inciso I, §§ 1º. e 2º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais vigentes, desde que autorizado pelo Poder Legislativo através de lei específica.

Art. 13. Consideram-se como excesso de arrecadação para fins de abertura de Créditos Adicionais Suplementares os rendimentos de aplicações financeiras provindos de receitas de recursos ordinários e/ou vinculados, destinados ao suprimento de dotações orçamentárias julgadas insuficientes no decorrer do exercício financeiro, dentro das suas respectivas vinculações, em conformidade com o que dispõe o inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 e suas alterações.

Art. 14. O limite dos Créditos Adicionais Suplementares autorizados nesta Lei corresponde ao limite dos saldos constantes dos Projetos, Atividades, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro,

em conformidade com o Art. 43, seus parágrafos e incisos da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 e suas alterações, disponíveis na data da abertura do respectivo Crédito, podendo, ainda ser instituídos outros elementos de despesas necessários à efetiva execução orçamentária, desde que autorizado pelo Poder Legislativo através de lei específica.”

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 19 de janeiro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Esta Lei está sendo publicada nesta data em decorrência da derrubada dos vetos pela Câmara Municipal de Vereadores, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

LEI 7.359-ABERTURA CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

LEI N. 7.359/2017

ALTERA O PLANO PLURIANUAL - PPA, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E A LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 1.000.000,00 (UM MILHÃO DE REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 7.356, de 30 de dezembro de 2016, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto no presente ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), objetivando a instituir dotação orçamentária ao atendimento de despesas com a recuperação de estradas vicinais neste Ente Federado, conforme Plano de Trabalho e Convênio nº. 2016TR0345 firmado com o GOVERNO DO ESTADO/SDR/SMO-ESTE/SC.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 7.357, de 30 de dezembro de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), com o intuito de criar dotação orçamentária ao atendimento de despesas com a recuperação de estradas vicinais no Município, conforme Plano de Trabalho e Convênio nº. 2016TR0345, firmado com o GOVERNO DO ESTADO/SDR/SMOESTE/SC.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 7.358, de 30 de dezembro de 2016 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2017, mais

precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com a recuperação de estradas vicinais à conta de recursos financeiros oriundos do GOVERNO DO ESTADO/SDR/SMOESTE/SC, através do Convênio nº. 2016TR0345 e Plano de Trabalho aprovado entre as partes avençantes.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover, por ato próprio, a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na matéria orçamentária em execução em conformidade com o disposto a seguir:

11 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 – INFRAESTRUTURA

26.782.0534.1.953 – RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS EM GERAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0667 – Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Art. 5º Para o atendimento do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a utilização dos recursos do provável excesso de arrecadação oriundos do Convênio Autorização de Fornecimento n.º 474/2015 celebrado com o GOVERNO DO ESTADO/SDR/SMOESTE/SC., na importância de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 19 de janeiro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

LEI 7.360-AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO

LEI N. 7.360/2017

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA E CIDADANIA, COM A INTERVENIÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL – DEAP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de São Miguel do Oeste autorizado a celebrar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, por intermédio da Secretaria Executiva de Justiça e Cidadania, com a interveniência do Departamento de Administração Prisional – DEAP, objetivando utilização de detentos da Unidade Prisional de São

Miguel do Oeste nos serviços de limpeza, conservação, consertos e construções de logradouros e prédios públicos ou de interesse do Município.

Art. 2º Em atendimento aos preceitos determinados por este ato fica alterada a Lei nº. 7.356, de 30 de dezembro de 2016, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2017, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 168.440,80 (cento e sessenta e oito mil, quatrocentos e quarenta reais e oitenta centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas originadas em instrumento de ajuste entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Executiva de Justiça e Cidadania, com a interveniência do Departamento de Administração Prisional – DEAP e este Município.

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 7.357, de 30 de dezembro de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 168.440,80 (cento e sessenta e oito mil, quatrocentos e quarenta reais e oitenta centavos), com o intuito de criar dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas originadas em instrumento de ajuste entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Executiva de Justiça e Cidadania, com a interveniência do Departamento de Administração Prisional – DEAP e este Município.

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 7.358, de 30 de dezembro de 2016 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 168.440,80 (cento e sessenta e oito mil, quatrocentos e quarenta reais e oitenta centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas originadas em instrumento de ajuste entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Executiva de Justiça e Cidadania, com a interveniência do Departamento de Administração Prisional – DEAP e este Município.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover, por ato próprio, a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 168.440,80 (cento e sessenta e oito mil, quatrocentos e quarenta reais e oitenta centavos), na matéria orçamentária em execução em conformidade com o disposto a seguir:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

01 – DESENVOLVIMENTO URBANO

15.452.0021.2.280 – Oportunidade de trabalho e ressocialização aos reeducandos em regime semiaberto.

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 129.789,55

15.452.0031.2.281 – Transferências ao Estado/Secretaria

Executiva de Justiça e Cidadania/DEAP.

3.3.30.00.00.00.00.00.0080-Transferências a Estados e ao Distrito Federal R\$ 38.651,25

TOTAL R\$ 168.440,80

Art. 6º Para o atendimento do crédito previsto nesta lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução da seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada constante da mesma matéria em execução:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

01 – DESENVOLVIMENTO URBANO

15.452.0021.2.045 - Administração geral dos bens e serviços de desenvolvimento urbano.

148 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 168.440,80

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data da publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 19 de janeiro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER
Secretário de Administração

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 05/2017 - AÇÃO SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 05/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 04/2017

O Fundo Municipal de Assistência Social do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir da sua Gestora, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação por Inexigibilidade tendo como objeto aquisição de passes para transporte urbano de idosos de 60 a 65 anos, conforme Lei Municipal nº 5.465 de 23/12/2004, para o exercício de 2017. Empresa: EXTREMOESTE AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA no valor total de R\$ 24.000,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312005.

São Miguel do Oeste – SC, 19 de janeiro de 2017.

MARTA REGINA SOTILLI

Secretaria Municipal de Ação Social

PROCESSO LICITATÓRIO N.6/2017 - AÇÃO SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO N° 06/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2017

O Fundo Municipal de Assistência Social através de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de gás P-13 e P-45 destinados para a manutenção do Abrigo Institucional Cantinho Acolhedor, Centro de Convivência dos Idosos e para Atendimento dos serviços Socioassistenciais, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 01 de fevereiro de 2017.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na integra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 19 de janeiro de 2017.

MARTA REGINA SOTILLI

Secretaria Municipal de Assistência Social

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO N.º 019/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 019/2017

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita JESSIKA SOARES CORREA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 078.377.939-94, residente e domiciliada a Rua Irma Bonavita, nº. 1685 – Capoeiras – Florianópolis/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de ENFERMEIRA DO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que aqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 19/01/2017, findando no dia 17/07/2017, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

JESSIKA SOARES CORREA
CONTRATADA
Testemunhas:

PORTARIA N.º 043/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 043/2017
Concede férias à servidora CAMILA ALBINO SIEGEL.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora CAMILA ALBINO SIEGEL, ocupante do cargo de Enfermeira - ESF, férias por 30 dias que gozará a partir de 23/01/2017 a 21/02/2017, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de janeiro de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 044/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 044/2017

Admite em Caráter Temporário JESSIKA SOARES CORREA para o cargo de Enfermeira do Programa Estratégia de Saúde da Família - ESF.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, JESSIKA SOARES CORREA para o cargo de Enfermeira do Programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, contrato de trabalho n.º. 019/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de janeiro de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 045/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 045/2017

Concede Função Gratificada a Servidora JESSIKA SOARES CORREA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na lei 635/2011,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JESSIKA SOARES CORREA ocupante do cargo de enfermeira do Programa Estratégia Saúde da Família, a gratificação de R\$ 748,65 (setecentos e quarenta oito reais e sessenta cinco centavos) mensais.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de janeiro de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

Schroeder

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2016-SMS/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2016-SMS/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. KÉZIA MERCEDES OLIVEIRA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob nº. 028.425.935-70, aprovada em 2º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2016-SMS/PMS, para o cargo de ENFERMEIRO ESF, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6500), até as 17:00h do dia 23 de janeiro de 2017, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê os itens 14.3 e 11.4 do edital.

Schroeder (SC), 20 de janeiro de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla
Secretário de Saúde

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2016-SMS/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2016-SMS/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. DIRLENE LAIS DEMARCHI, inscrita no CPF sob nº. 009.535.269-41, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2016-SMS/PMS, para o cargo de ENFERMEIRO ESF, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6500), até as 17:00h do dia 23 de janeiro de 2017, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê os itens 14.3 e 11.4 do edital.

Schroeder (SC), 20 de janeiro de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla
Secretário de Saúde

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2016-SMS/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2016-SMS/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. GABRIELA ZANGHELINI, inscrita no CPF sob nº. 043.727.549-30, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2016-SMS/PMS, para o cargo de MÉDICO ESF, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6500), até as 17:00h do dia 23 de janeiro de 2017, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê os itens 14.3 e 11.4 do edital.

Schroeder (SC), 20 de janeiro de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla
Secretário de Saúde

PORTARIA Nº. 6.896/2017, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº. 6.896/2017, de 17 de janeiro de 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a servidora Sra. Nádia Cristiane Hefter Tambosi, para exercer o Cargo Comissionado de Diretora de Saúde, percebendo o nível salarial nº 002 – Comissionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de janeiro de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

PORTARIA Nº. 6.897/2017, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº. 6.897/2017, de 17 de janeiro de 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a servidora Sra. Michele Vanessa Alves Urnau, para exercer o cargo Comissionado de Assessora de Planejamento Gestão e Finanças, percebendo o nível salarial nº 001 Comissionados (Nível 178), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de janeiro de 2017.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

Seara

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 2

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 02, DE 20 DE JANEIRO DE 2017

Processo Seletivo para preenchimento de Vagas, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Secretaria Municipal da Educação. A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, do parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências e considerando o disposto no inciso IX do art. 2º da Lei Complementar nº 030/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras providências, torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o processo seletivo de pessoal a serem admitidos em caráter temporário para atuação na educação escolar indígena, nos níveis de Ensino Fundamental, no ensino regular da rede pública municipal para o ano de 2017.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. O presente Processo Seletivo se dará através PROVAS e TÍTULOS e será regido pelas normas deste edital e pelas demais disposições vigentes, sendo executado pela Secretaria Municipal de Educação, localizada à Rua Beira Rio, nesta cidade e Município de Seara/SC. Telefone (49) 3452.40.53. Endereço eletrônico: www.seara.sc.gov.br

1.2. As inscrições serão realizadas no período de 20 à 30 de 01 de 2017 das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, situado na rua Beira Rio, nº 5, Centro, Seara/SC.

1.3. Para inscrever-se, o candidato deverá no período previsto no subitem 1.2 deste edital:

1.3.1. Acessar o site www.seara.sc.gov.br e Link ACESSO A INFORMAÇÃO/PROCESSO SELETIVO/EDITAL 02/2017;

1.3.2. Baixar e ler na íntegra o Edital, preencher a ficha de inscrição (Anexo I), podendo optar em apenas 01 (uma) área de ensino, no qual declarará estar ciente das condições exigidas e das normas expressas no Edital;

1.3.3. Ao realizar a inscrição o candidato poderá optar em apenas de 01 (uma) área de ensino, para tanto, o candidato deverá apresentar documentação de habilitação para a opção.

1.3.4. Preencher o Requerimento de Inscrição, conferir os dados informados e entregá-lo pessoalmente no endereço no item 1.2 deste edital, seguindo as instruções;

1.4. A formalização da inscrição somente se dará com o adequado preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição pelo candidato e a entrega no endereço estabelecido no item 1.2 deste edital, com o recibo de protocolo.

1.5. O descumprimento das instruções para a inscrição estabelecido nos item 1.3 e seus subitens (1.3.1 à 1.3.4) deste Edital implicará a não efetivação da inscrição.

1.6. No dia 02 de fevereiro de 2017 serão homologadas as inscrições. O candidato deverá conferir no site www.seara.sc.gov.br a publicação da lista dos inscritos. Caso seja detectada alguma divergência ou falta de informação, o candidato terá prazo de 02 (dois) dias úteis contados a partir do dia seguinte da homologação para entrar em contato com a Secretaria Municipal de Educação pelo telefone (49) 3452.4053 e comunicar o ocorrido;

1.7. O comprovante de inscrição do candidato será o documento impresso da inscrição.

1.8. Efetivada a inscrição, não será aceita alteração de cargo, seja qual for o motivo alegado.

1.9. As inscrições, a classificação e a escolha de vagas ocorrerão para as vagas existentes ou que venham a surgir durante o ano letivo de 2017. A remuneração será o da Classe Inicial dos Anexos III, IV, V da Lei Complementar nº 21, de 15 de dezembro de 2003 – Plano de Cargos e Salários – reajustado pela Lei nº 1860, de 30 de março de 2016 e de acordo com a qualificação respectiva prevista nos anexos especificados.

1.10. São condições para a inscrição:

1.10.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do art. 12 da Constituição Federal.

1.10.2. Ter até a data da contratação, idade mínima de 18 anos, gozar de boa saúde física e mental, estar no gozo dos direitos políticos e civis e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar;

1.10.3. Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para a função, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga.

1.10.4. Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada.

2. DAS DISCIPLINAS, DAS ÁREAS E DA HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA

2.1. O candidato poderá se inscrever para até 1 (uma) área de ensino/disciplina devendo orientar-se pela tabela constante no subitem 2.5.2 deste Edital.

2.2. O candidato deverá comprovar a habilitação mínima exigida na disciplina/área de inscrição através da entrega na Secretaria de Educação, no endereço previsto no item 1.2 deste Edital, a partir da inscrição até a data limite estabelecido no mesmo item, em envelope lacrado e identificado com fotocópia do documento que comprove a habilitação mínima exigida conforme normas dispostas no presente Edital.

2.3. O candidato com formação superior deverá apresentar diploma de conclusão do curso, devidamente registrado, ou, provisoriamente, para os formandos, declaração de que conclui e foi aprovado em todas as disciplinas, apresentando o histórico escolar até a data limite estabelecido no item 1.2 deste Edital.

2.3.1. O candidato que apresentar certidão de colação de grau, deverá, obrigatoriamente, no dia da admissão, apresentar o original e a fotocópia do diploma de colação do curso.

2.3.2 O candidato que não apresentar no dia da admissão o diploma de conclusão do curso perceberá seus vencimentos como não-habilitado até que o apresente.

2.4. O candidato, estudante do Curso de Graduação em Licenciatura Plena, deverá a entrega na Secretaria de Educação, no endereço previsto no item 1.2 deste Edital, a partir da inscrição até a data limite estabelecido no mesmo item, em envelope lacrado e identificado, o original da certidão emitida pela instituição de ensino, mencionando a fase ou semestre que o aluno está matriculado e frequentando as aulas, bem como histórico das disciplinas cursadas.

2.5. As disciplinas e a respectiva habilitação mínima exigida são as constantes nas tabelas a seguir.

2.5.1. Área de Educação Escolar Indígena

2.5.1.1. Na área de Educação Escolar Indígena serão oferecidas vagas para:

2.5.1.1.1. Educação Infantil: Educação Infantil crianças de 4 e 5 anos:

2.5.2. A habilitação mínima exigida para a inscrição é a constante na tabela abaixo de acordo com a disciplina de opção do candidato.

Área Atuação/Disciplina	Habilitação Mínima Exigida
Educação Infantil	Habilitado: Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil ou Normal Superior ou Licenciatura Intercultural Indígena. Não Habilitado: Diploma de curso de Magistério ou Magistério Indígena, ou frequência a partir da terceira fase/período/semestre em Curso de Licenciatura.
Língua Kaingang	Habilitado: Licenciatura Intercultural Indígena – Terminalidade das Linguagens/Ênfase Línguas Indígenas Não Habilitado: Diploma do curso Magistério ou Magistério indígena ou Certidão de Frequência a partir da primeira fase/período/semestre em Curso de Licenciatura Intercultural Indígena.

2.5.2.1. Os candidatos à vaga de Língua Kaingang deverão apresentar, no momento da contratação, declaração de sua liderança indígena/cacique ou da FUNAI quanto à sua proficiência na respectiva língua.

2.5.2.2. O professor de Educação Infantil, assumirá a regência da turma.

2.5.2.3. O professor de Língua Kaingang, de forma suplementar assumirá as aulas de kaingang, educação física, jogos, cultura e artes.

3. DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição para as funções em Processo Seletivo, cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, conforme art. 37 da Constituição Federal e Lei N° 7.853, de 24 de outubro de 1989.

3.2. Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999 que regulamenta a Lei 7853/89, ser-lhes-á reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para cada função, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente processo.

3.2.1. Se, na aplicação do percentual, resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01 (uma) vaga para a pessoa com deficiência. Se inferior a 0,5 (cinco décimos), a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para a função.

3.3. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99.

3.4. As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente, em seu art. 40, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.5. Os benefícios previstos no art. 40, §§ 1º e 2º, do Decreto Federal Nº 3.298/99, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições previsto no subitem 1.2 deste Edital. O candidato deverá preencher o Anexo III, deste Edital, entregar na Secretaria Municipal de Educação, até as 17h30min do dia 30 de janeiro de 2017, sob pena de indeferimento do pedido:

3.5.1. Requerimento solicitando vaga especial, contendo a identificação do candidato e indicação do cargo para o qual se inscreveu;

3.5.2. Laudo Médico (original ou cópia reprográfica autenticada) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação à prova;

3.5.3. Solicitação de prova especial, se necessário. (a não solicitação de prova especial eximirá a Secretaria Municipal de Educação de qualquer providência).

3.6. Serão indeferidas as inscrições na condição especial de pessoa com deficiência dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo (subitem 3.5) e forma prevista no presente Edital o respectivo laudo médico. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instrução constante neste Edital não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

3.7. A publicação do resultado final do Processo Seletivo será feita em duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos.

3.8. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, com estrita observância da ordem classificatória.

3.9. Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados no presente Edital não serão considerados como pessoas com deficiência e não terão prova especial preparada, sejam quais forem os motivos alegados

3.10. Ao ser convocado para investidura na função pública, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

3.11. Após o ingresso do candidato com deficiência, este não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação da função e de aposentadoria por invalidez.

4. DOS DOCUMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

4.1. Após o preenchimento do requerimento de inscrição, conforme especificado no subitem 1.3.4 deste Edital, o candidato deverá apresentar cópia dos documentos especificados nos subitens 7.2 e 7.3 deste edital, até as 17h30min do dia 30 de janeiro de 2017, em um envelope com a seguinte identificação:

4.2. Este envelope será lacrado e assinado pelo candidato e pelo funcionário que irá receber os documentos, no local do lacre no momento da entrega.

4.3. O envelope com os documentos deverá ser entregue na Secretaria Municipal da Educação, na Avenida Beira Rio, nº 05 Seara/SC, no horário das 8h00min às 11h30min e das 14h00min às 17h30min.

4.4. O candidato deverá trazer o comprovante de inscrição ou requerimento preenchido, para receber a autenticação de entrega dos títulos.

4.5. O candidato que não entregar a documentação solicitada nos subitens 7.2 e 7.3 deste Edital pontuará apenas com a nota da prova escrita.

4.6. A entrega da documentação para candidatar-se a qualquer vaga é de inteira responsabilidade do candidato, o qual não poderá alegar qualquer prejuízo ou requerer que sejam juntados e apreciados em momento posterior a inscrição.

4.7. Não serão feitas cópias de documentos na Secretaria Municipal da Educação ou em qualquer escola da rede municipal de ensino;

4.8. Não haverá segunda chamada para a entrega dos títulos, qualquer que seja o motivo de impedimento do candidato que não os apresentar até prazo estipulado;

4.9. Os títulos entregues serão inutilizados após decorrido o prazo de 365 dias corridos, contando da data da divulgação oficial do resultado final do Processo Seletivo, exceto os constantes nas alíneas "a", "b" "c" "d" dos subitens 7.2 e 7.3 deste Edital que serão arquivados nos registros pessoais do Departamento de Recursos Humanos.

4.10. Para fins de contratação de habilitado, o profissional será contratado conforme a documentação entregue no ato da inscrição.

4.11. Documentos para inscrição de professor de Educação Infantil:

4.11.1. Professor Habilitado:

4.11.1.1. De caráter obrigatório: Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em educação infantil ou Normal Superior ou Licenciatura Intercultural Indígena.

4.11.1.2. De caráter optativo: Declaração de Tempo de Serviço no Magistério até 30 de dezembro de 2016;

4.11.1.3. De caráter optativo: Cópia dos Certificados de Formação Continuada realizados na área da Educação e na Educação Escolar Indígena

4.11.2. Professor não Habilitado:

4.11.2.1. De caráter obrigatório: Diploma de curso de Magistério ou Magistério Indígena, ou frequência a partir da terceira fase/período/semestre em Curso de Licenciatura

4.11.2.1. De caráter optativo: Declaração de Tempo de Serviço no Magistério até 30 de dezembro de 2016;

4.11.2.3. De caráter optativo: Cópia dos Certificados de Formação Continuada realizados na área da Educação e na Educação Escolar Indígena.

4.12. Documentos para inscrição de professor de Língua Kaingang:

4.12.1. Professor Habilitado:

4.12.1.1. De caráter obrigatório: Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Intercultural Indígena – Terminalidade das Linguagens/Ênfase Línguas Indígenas.

4.12.1.2. De caráter optativo: Declaração de Tempo de Serviço no Magistério até 30 de dezembro de 2016;

4.12.1.3. De caráter optativo: Cópia dos Certificados de Formação Continuada realizados na área da Educação e na Educação Escolar Indígena

4.12.2. Professor não Habilitado:

4.12.2.1. De caráter obrigatório: Diploma e histórico do curso Magistério ou Magistério indígena ou Certidão de Frequência a partir da primeira fase/período/semestre em Curso de Licenciatura Intercultural Indígena.

4.12.2.1. De caráter optativo: Declaração de Tempo de Serviço no Magistério até 30 de dezembro de 2016;

4.12.2.3. De caráter optativo: Cópia dos Certificados de Formação Continuada realizados na área da Educação e na Educação Escolar Indígena.

4.13. O profissional que concluiu o curso e não recebeu o certificado ainda, poderá entregar uma declaração de conclusão de curso devidamente assinada e validade pela entidade na qual cursou, acompanhado do histórico das disciplinas cursadas

5. DAS PROVAS – DO LOCAL E DOS PRINCÍPIOS

5.1. O Processo Seletivo será de provas escritas com valoração de títulos.

5.2. As provas serão realizadas no dia 03 de fevereiro de 2017 com início às 9h00min e término às 11h30min. tendo como local Auditório João Furlanetto situada na Avenida Beira Rio, Nº 05, centro, Seara/SC.

5.3. A duração da prova escrita será de até 2h30min (duas horas e trinta minutos), já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.

5.4. O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 30min (trinta minutos), munido de caneta com tinta azul ou preta e UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS NO ORIGINAL:

5.4.1. Cédula de Identidade - RG;

5.4.2. Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;

5.4.3. Carteira de Trabalho e Previdência Social;

5.4.4. Certificado Militar;

5.4.5. Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);

5.4.6. Passaporte.

5.4.1. Não será permitido ao candidato efetuar a prova se não estiver munido de um dos documentos relacionados no item 5.4.

5.4.2. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova.

5.5. As provas objetivas (escritas) desenvolver-se-ão em forma de testes, por meio de questões de múltipla escolha, cinco alternativas (a, b, c, d, e), sendo em cada questão uma alternativa correta.

5.5.1. Todas as respostas da prova escrita deverão ser transportadas para o cartão resposta, e para cada questão somente uma das alternativas será anotada, sendo considerada errada aquela que apresentar mais de uma alternativa assinalada, apresentar emendas ou rasuras, ou estiver sem nenhuma alternativa de resposta assinalada.

5.5.2. As questões anuladas pela Comissão serão computadas para todos os candidatos como resposta correta.

5.6. Durante as provas não será permitido, sob pena de exclusão do processo seletivo: qualquer espécie de consultas bibliográficas, comunicação com outros candidatos, ou utilização de livros, manuais ou anotações, máquina calculadora, relógios de qualquer tipo, agendas eletrônicas, telefones celulares, smartphones, mp3, notebook, palmtop, tablet, BIP, walkman, gravador ou qualquer outro receptor ou transmissor de mensagens, bem como o uso de óculos escuros, bonés, protetores auriculares e outros acessórios similares.

5.6.1. Os pertences pessoais, inclusive o aparelho celular (desligado e retirado a bateria) deverão ser guardados em baixo da cadeira onde o candidato irá sentar-se. Todos os pertences serão de inteira responsabilidade do candidato.

5.6.2. O candidato que for flagrado na sala de provas portando qualquer dos pertences acima será excluído do processo seletivo.

5.7. Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala, podendo sair somente acompanhado do Fiscal, designado pela Comissão do Processo.

5.8. Os envelopes das provas serão conferidos por dois candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com os dois fiscais, o termo de abertura dos mesmos.

5.9. Cada candidato juntamente com o caderno de provas receberá um cartão resposta, que não poderá ser substituído em hipótese alguma.

5.10. O caderno de prova conterá orientações objetivas acerca de como deve ser respondido, assim como de que forma deverá ser preenchido o cartão resposta.

5.11. O candidato deverá conferir se seus dados de identificação constantes no cartão resposta estão corretos e assiná-lo no local indicado.

5.12. O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início das mesmas, devendo entregar ao Fiscal da Sala o caderno de prova e o cartão de respostas.

5.13. Ao final das provas, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até o último concluir.

5.14. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala, juntamente com os fiscais, efetuarão a conferência dos cartões respostas, assinarão a ata descrevendo o que foi verificado, assim como todas as irregularidades que tenham ocorrido e rubricarão os envelopes fechados.

6. DA COMPOSIÇÃO DA PROVA ESCRITA E DO NÚMERO DE QUESTÕES

6.1. A prova terá peso 5 (cinco) com 20 questões de múltipla escolha, conforme abaixo:

6.2. O candidato que obter 0 (zero) na prova escrita será desclassificado do presente Processo Seletivo.

6.3. Para o Cargo de Professor de Educação Infantil.

Conteúdo	Nº de Questões
Língua Portuguesa	03 (três)
Raciocínio Lógico (matemática)	03 (três)
Conhecimentos Gerais/Atualidades	04 (quatro)
Conhecimentos na Área de Educação/Cultura Indígena/Kaingang	05 (cinco)
Conhecimentos Específicos	05 (cinco)
Total de Questões	20 (vinte)

6.4. Para o Cargo de Professor de Língua Kaingang;

Conteúdo	Nº de Questões
Língua Portuguesa	03 (três)

Raciocínio Lógico (matemática)	03 (três)
Conhecimentos Gerais/Atualidades	04 (quatro)
Conhecimentos na Área de Educação/Cultura Indígena/Kaingang	05 (cinco)
Língua Kaingang	05 (cinco)
Total de Questões	20 (vinte)

6.5. Fica vedado duas inscrições, sendo uma o cargo de Professor de Educação Infantil e outra para a Língua Kaingang.

6.5.1. Ocorrendo a hipótese estabelecida no subitem 6.5 deste Edital, as duas inscrições serão indeferidas.

6.6. O conteúdo programático das provas a que se submeterão os candidatos está disponível no Anexo II deste Edital.

6.7. A classificação final obedecerá à ordem decrescente e classificatória da nota da prova acrescida do computo dos títulos.

7. DOS TÍTULOS

7.1. Serão considerados os seguintes Títulos, desde que correspondentes à área de Educação:

7.2. Para os professores habilitados:

ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	VALOR
a) Doutorado na área da educação	2 pontos - máximo um título
b) Mestrado na área da Educação.	1,5 pontos - máximo um título
c) Especialização e ou pós-graduação lato sensu na área específica, ou da educação	1,0 ponto - máximo um título -
d) Graduação	0,5 pontos - na área específica
e) Tempo de Serviço no Magistério, por período de contrato, contagem até 30/12/2016 devidamente assinados e identificados pelo responsável. (Para efeito de contagem do Tempo de Serviço será desconsiderado o tempo concomitante.)	0,005 - por mês efetivo no exercício, sendo que será considerada a fração de 16 dias ou mais, como um mês, limitado a 1 (um) ponto.
f) Curso de aperfeiçoamento ou atualização na área da educação, com registro e reconhecidos.	0,05 pontos – para cada 20 horas limitado a 1 (um) ponto.
h) Curso de aperfeiçoamento ou atualização na área da cultura indígena e educação escolar indígena educação, com registro e reconhecidos.	0,10 pontos – para cada 20 horas limitado a 1 (um) ponto.

7.3. Para professores não habilitados a Prova de Títulos são considerados:

ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	VALOR
a) Diploma do curso Magistério ou Magistério Indígena ou Certidão de Frequência a partir da primeira fase/período/semestre em Curso de Licenciatura Intercultural Indígena.	2,00 (dois pontos) para Diploma de Curso de Magistério e Magistério Indígena ou 0,20 (zero vírgula vinte) pontos por fase concluída, contadas a partir da 1ª fase/período/semestre, limitado a 2 (dois) Pontos.
b) Tempo de Serviço no Magistério, por período de contrato, contagem até 30/12/2016 devidamente assinados e identificados pelo responsável. (Para efeito de contagem do Tempo de Serviço será desconsiderado o tempo concomitante.)	0,005 - por mês efetivo no exercício, sendo que será considerada a fração de 16 dias ou mais, como um mês, limitado a 1 (um) ponto.
c) Curso de aperfeiçoamento ou atualização na área da educação, com registro e reconhecidos.	0,05 pontos – para cada 20 horas limitado a 1 (um) ponto.
h) Curso de aperfeiçoamento ou atualização na área da cultura indígena e educação escolar indígena educação, com registro e reconhecidos.	0,10 pontos – para cada 20 horas limitado a 1 (um) ponto.

7.4. Os títulos de que dispõe a tabela dos profissionais habilitados, no que diz respeito à titulação por doutorado, mestrado, pós e graduação NÃO serão cumulativas. Será considerado para fins de contagem de pontos o maior título apresentado;

7.5. O tempo de serviço já utilizado para fins de aposentadoria não será computado;

7.6. Serão pontuados como títulos, certificado em papel timbrado da instituição, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária, que ateste sobre a conclusão total do curso e aprovação.

7.8.1. Os cursos e certificados a que se refere os subitens 7.2 e 7.3, deste Edital só serão considerados se forem emitidos por:

7.8.1.1 Instituições de ensino superior, devidamente reconhecidas pelo MEC;

7.8.1.2. Órgãos da estrutura básica do Ministério da Educação ou das Secretarias Estaduais da Educação ou credenciados pelos mesmos;

7.8.1.3. Secretarias Municipais de Educação;

7.9. Os professores não titulado são classificados em listas separadas dos habilitados.

8. DAS NORMAS DE COMPORTAMENTO DO CANDIDATO

8.1. As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem a utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e/ou similares. Reserva-se a Comissão Organizadora do Processo Seletivo designado pela Secretaria Municipal de Educação e aos Fiscais, o direito de excluir da sala e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como, tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

8.2. Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante, que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança.

8.3. Não haverá, sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas. Os candidatos deverão comparecer 30min (trinta minutos) antes do horário marcado para o início das provas, pois, no referido horário, os portões serão fechados, não sendo permitida a entrada de candidatos retardatários.

8.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo, disponibilizados na internet nas páginas descritas no subitem 1.2 deste Edital, e afixados também no Mural Oficial da Prefeitura, situado no átrio do Prédio da Prefeitura Municipal, situado na Avenida Anita Garibaldi, 371, devendo, ainda, manter atualizado seu endereço.

9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Em todas as fases da classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência os seguintes:

9.1.1. Melhor nota em conhecimento específico;

9.1.2. Melhor nota na prova escrita;

9.1.3. Idade mais elevada;

9.2. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio em ato público, em local, data e horário definido pela Comissão Organizadora e na presença dos candidatos.

10. DA FORMA DE JULGAMENTO DA PROVA OBJETIVA

10.1. A prova objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, com peso 50% (cinquenta por cento) e terá caráter classificatório.

10.1.1. Fica desclassificado o candidato que zerar na prova escrita.

10.2. A nota da prova objetiva será obtida com a aplicação da fórmula abaixo:

NPO

Onde:

NPE = Nota da prova escrita

TQP = Total de questões da prova

NAP = Número de acertos na prova

11. DO RESULTADO FINAL

11.1. O resultado final será a nota obtida com o número de pontos auferidos na prova escrita e dos títulos mediante a aplicação da fórmula abaixo:

$NTC = (NPE \times 0,50) + NPT$, onde:

NTC = Nota Total do Candidato

NPE = Nota da prova escrita (subitem 10.2 deste Edital)

0,50 = Peso da Prova Escrita (Peso 50 % subitem 10.1 deste Edital).

NPT = Nota da prova de Títulos (subitens 7.2 e 7.3 deste Edital - Valor máximo 5 pontos).

12. DOS RECURSOS

12.1. A impugnação a este Edital poderá ser efetuado por qualquer cidadão, no prazo de dois dias úteis, contados a partir da data de sua publicação, mediante requerimento dirigido a Prefeita Municipal, cuja decisão será publicada nos site e www.seara.sc.gov.br.

12.2. Os demais recursos deverão ser dirigidos à Comissão do Processo Seletivo e apresentado exclusivamente, via presencial através de requerimento escrito, interpostos até 02 (dois) dias úteis a contar da divulgação oficial, excluindo-se o dia da divulgação para efeito da contagem do prazo e relativos:

12.2.1. Da homologação das inscrições;

12.2.2. Dos gabaritos divulgados nos site previstos no subitem 12.1 deste edital.

12.2.3. Do resultado do processo seletivo em todas as suas fases.

12.3. Para protocolar o recurso o candidato deverá ser realizado junto a Secretaria Municipal de Educação no endereço Rua Beira Rio, nesta cidade e Município de Seara - SC;

12.4. Quando o recurso se relacionar às questões da prova escrita, o candidato deverá apresentar um recurso para cada questão, sob pena de não obter provimento no caso de versar sobre mais de uma questão no mesmo recurso.

12.5. Os recursos deverão estar embasados em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.

12.6. Em qualquer caso, não serão aceitos recursos encaminhados via postal, via fax ou e-mail.

12.7. Julgados os recursos em face do gabarito ou da prova objetiva, neste caso, será publicado um novo gabarito, com as modificações necessárias.

12.8. Caberá à Comissão do Concurso decidir sobre a anulação de questões julgadas irregulares.

12.9. Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos e os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.

12.10. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.

12.11. A Comissão constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso adicional pelo mesmo motivo.

13. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

13.1. As vagas disponíveis para a chamada de professores ACT's ficarão vinculadas aos professores efetivos e lotados, em atribuição de exercício e outros ocupantes de cargos comissionados, licenças legais, bem como aquelas não ocupadas no último concurso público, e em função da demanda de matrículas, podendo ser chamados, havendo necessidade maior do que a pretendida.

13.1.1 As vagas a serem preenchidas serão 01 (uma) para Educação Infantil e 01 (uma) para Língua Kaingang, para atender as crianças de Educação Infantil da área Indígena para o ano letivo 2017. A data de escolha de vagas será no dia 09 de fevereiro de 2017, tendo como local a Secretaria Municipal da Educação, no turno Matutino a partir das 8h30min.

13.2. O candidato que escolher vaga de ano todo, surgindo outra vaga, sendo ela no mesmo turno da vaga anteriormente escolhida, não será consultado;

13.2.1. Após a escolha das vagas de ano todo, surgindo novas vagas no decorrer do ano letivo, a escolha se dará pela ordem de classificação dos candidatos, à partir do primeiro da lista de reserva técnica.

13.3. Os professores não habilitados somente serão chamados se não houver mais nenhum professor e auxiliar habilitado a ser chamado.

13.4. O levantamento de vagas será efetuado pela Secretaria Municipal da Educação, de acordo com o número de aulas e/ou turmas disponíveis nas escolas da rede municipal de ensino, mediante a necessidade no decorrer do ano letivo 2017.

13.5. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para escolha da vaga, bem como, aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar uma nova chamada.

13.6. Todos os casos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

14.2. A falsidade ou inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo de responsabilização nas esferas administrativa, cível e penal.

14.3. O Município não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao processo seletivo.

14.4. Considerando que convivemos com dupla ortografia pelo prazo de vigência da transição, serão aceitas como corretas as duas normas ortográficas.

- 14.5. O gabarito oficial serão disponibilizados no site da Município e Mural Público da Prefeitura a partir das 10 (dez) horas do dia subsequente à data da aplicação da prova.
- 14.6. Ao candidato não será permitido fazer cópia, impressão ou utilizar qualquer meio eletrônico para realizar cópia das provas.
- 14.7. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.
- 14.8. A Prefeitura Municipal de Seara e a Secretaria Municipal da Educação não se responsabilizam por eventuais trocas de endereço, telefone e e-mail, por parte do candidato, que impossibilite o contato caso necessite de convocação. Não sendo encontrado o candidato no telefone ou e-mail fornecido na inscrição, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas será seguida a listagem classificatória.
- 14.9. A validade do presente Processo Seletivo será até o último dia letivo de 2017.
- 14.10. Ao ser convocado o candidato deverá apresentar documentação conforme solicitação do Departamento de Pessoal, constantes do Anexo IV.
- 14.11. Para efeito de admissão, fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame de saúde, elaborado por médicos especialmente designados pela Administração Municipal e apresentação de documentos legais que lhe forem exigidos, sendo que o não comparecimento no dia e hora designados para tal, implicará na desclassificação automática do candidato do processo seletivo.
- 14.12. A Homologação do Processo Seletivo poderá ser efetuada por função, individualmente, ou pelo conjunto de funções constantes do presente Edital, a critério da Administração.
- 14.13. O Processo Seletivo de que trata este Edital será procedido pela Comissão Permanente para Acompanhamento do Processo Seletivo designada por Decreto do Poder Executivo Municipal
- 14.14. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito a admissão imediata, mas apenas a expectativa de ser admitido, segundo as vagas existentes e as necessidades da Secretaria Municipal da Educação de Seara.
- 14.15. O candidato efetivo que já possuir 40 (quarenta) horas de trabalho semanais no Serviço Público Municipal ficará impedido de escolher aulas, mesmo sendo em outra área de atuação.
- 14.16. Ao assumir a vaga, o professor deverá desenvolver as atividades em consonância com as Diretrizes Curriculares da Secretaria Municipal da Educação e com o Projeto Político-Pedagógico da Educação Escolar Indígena, buscar diferentes estratégias a fim de efetivar o processo ensino aprendizagem, bem como participar dos momentos de formação oportunizados durante o ano letivo de 2016.
- 14.17. O contrato do professor substituto poderá ser prorrogado enquanto perdurar o afastamento do titular, mesmo que por motivo diverso ao que gerou o primeiro afastamento, desde que não haja interrupção entre os períodos.
- 14.18. Não será admitido o candidato classificado que tenha sido considerado culpado em processo administrativo disciplinar ou sindicância do Município.
- 14.19. Os candidatos classificados no teste seletivos serão admitidos sob o regime Estatutário estabelecido pela Lei Complementar nº 18/2003 e de acordo com a Leis Complementar nº 30/2008 e Lei Complementar nº 21/2003.
- 14.20. Eventuais alterações na legislação municipal, relativas às normas inerentes aos servidores públicos, com reflexo na contratação prevista no presente Edital, serão automaticamente incorporadas a partir de sua vigência.
- 14.21. Os professores poderão ser remanejados de escolas e/ou terem seus contratos rescindidos, em qualquer época do ano letivo, a depender do número de alunos e/ou da necessidade e interesse da municipalidade.
- 14.22. Fazem parte do presente Edital os seguintes Anexos:
- 14.22.1. Anexo I – Requerimento de Inscrição
- 14.22.2. Anexo II – Conteúdos Programáticos;
- 14.22.3. Anexo III – Requerimento para Candidato Portador de Necessidades Especiais;
- 14.22.4. Anexo IV – Documentos Necessários para Admissão.
- 14.23. Os candidatos aprovados ficam automaticamente convocados para a escolha das vagas que será realizada obedecendo à ordem de classificação, conforme o número de vagas, carga horária e dia de escolha estabelecidas no subitem 13.1.1 deste Edital a ser publicado no site www.seara.sc.gov.br.
- 14.24. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.
- 14.25. O processo Seletivo será conduzido pela, Secretaria Municipal da Educação do Município de Seara/SC, que executará todas as fases

ANEXO I																									
REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO																									
Nº INSCRIÇÃO (reservado exclusivamente para a Secretaria de Educação):																									
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº 57/2015																									
Cargo Pretendido																									
Entidade																									
Prefeitura Municipal de Seara/SC - Secretaria Municipal de Educação																									
Nome do Candidato																									
Endereço Completo (rua, nº de bairro)															Cidade					UF					
CEP			Endereço Eletrônico - e-mail																						
DDD-Telefone			Celular			Nome da Mãe															Data Nascimento				
CPF			Sexo			Nº RG			Órgão Exp.				Data de Expedição da RG												
Pessoa com necessidade Especial (SIM) ou (NÃO)										Pessoa com condições Especial (SIM) ou (NÃO)															
Deseja concorrer a vaga para portadores de necessidades especiais(SIM) ou (NÃO)										Necessita de condições especiais para realizar a Prova(SIM) ou (NÃO)															
DECLARO sob as penas do art. 299 do Código Penal, que as informações constantes neste documento são expressões da verdade.																									
Seara/SC, em de de																									
Nome e assinatura do Candidato																									
Reservado para a Secretaria Municipal de Educação																									
Seara/SC, em de de																									
Nome (carimbo) e assinatura do Responsável																									

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**I – CONTEÚDO COMUM PARA TODOS OS CARGOS DE PROFESSOR**

a) Língua Portuguesa: Compreensão e interpretação de textos. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Vozes verbais: ativa e passiva. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Sinônimos, antônimos e parônimos. Figuras de linguagem. Ortografia. Acentuação. Pontuação. Coesão e Coerência. Gêneros Textuais.

b) Matemática e Raciocínio Lógico Matemático: Operações com números reais. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três simples e composta. Média aritmética simples e ponderada. Juro simples. Equação do 1.º e 2.º graus. Sistema de equações do 1.º grau. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. Sistemas de medidas usuais. Geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras. Raciocínio lógico. Resolução de situações problemas.

c) Conhecimentos Gerais e Atualidades: Dados históricos, geopolíticos e socioeconômicos, do município, do estado, do país e do mundo. Fatos relevantes da atualidade no Brasil e no Mundo e suas vinculações históricas. Informações atuais sobre artes, esportes e cultura, no Brasil e Mundo. Meio Ambiente. Política e cidadania no Brasil. História do Município. Fatos relevantes do Município.

d) Conhecimentos na Área da Educação: Constituição Federal/88 – artigos 205 a 214 e artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias. Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96 e alterações – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Livro I: Título I; Título II – arts. 7.º a 24 e 53 a 59; Livro II: Título I; Título II. Plano Municipal de Educação. Concepções Pedagógicas. Planejamento na prática educativa. Avaliação. Currículo. O lúdico como instrumento de aprendizagem. Desenvolvimento da criança e do adolescente. Educação Inclusiva. Psicologia da aprendizagem. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

e) Cultura Indígena/Kaingang: Aspectos da Cultura Kaingang em Santa Catarina, Racismos. Cidadania e políticas afirmativa. As sociedades indígenas no mundo contemporâneo. Patrimônio cultural. Elaboração de novas identidades culturais no mundo sob o impacto da industrialização e urbanização. Direito dos povos; povos indígenas e comunidades tradicionais. Saberes formais e saberes tradicionais indígenas.

II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

a) Professor de Educação Infantil: Desenvolvimento infantil. Organização do trabalho pedagógico na educação infantil. A organização do espaço na Educação Infantil. Rotinas na educação infantil. Projetos pedagógicos e planejamento para o trabalho em Educação Infantil. Avaliação na educação infantil. Teorias educacionais. Concepções Pedagógicas. O desenho infantil. Limites. O lúdico como instrumento de aprendizagem. O jogo e o brincar. Sexualidade. Família. Educação Inclusiva. Mídia e Educação. Referencial Curricular Nacional para educação infantil. Linguagens e linguagens geradoras. Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais.

b) Professor de Língua Kaingang: Ensino da Língua Materna. Políticas Linguísticas. Metodologia de estudos de línguas. A importância da língua materna. A experiência do professor na sala de aula. Sistema de escrita: o alfabeto da língua materna. Vocabulário básico em língua materna: numerais, partes do corpo humano; armas e instrumentos. Construção de frases em língua materna e tradução em portuguesa.

ANEXO III**REQUERIMENTO PARA CANDIDATO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

Nome: _____
Nº de Inscrição: _____ RG: _____, CPF: _____, inscrito
(a) para o Cargo de, _____ Residente: _____
_____, nº _____,
Bairro: _____, Fone: (_____) _____, portador da necessidade especial _____
_____, requer a Vossa Senhoria condições especiais (*) para realização da prova objetiva do Processo Seletivo Público do Município/SC, conforme Edital nº 02/2017, anexando para tanto, Laudo Médico, bem como, fotocópia do documento de identidade.

Necessito do(s) seguinte(s) recurso(s):

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

_____/SC, _____ de _____ de 2017.

Nome, nº de Inscrição e Assinatura

(*) Anexar documento apresentando as condições diferenciadas de que necessita para realização da prova e/ou justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da sua área de deficiência.

**ANEXO IV
CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO**

Documentos que deverão ser entregues na Secretaria da Educação, cópias juntamente com os originais para contrato:

- Carteira de Identidade
- CPF
- Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição (1º e 2º turno)
- Certificado de Reservista (quitação com as obrigações militares, somente para homem.)
- Cartão de PIS/PASEP
- Certidão de Nascimento ou Casamento
- Certidão de nascimento dos Filhos (Menores)
- 01 foto 3X4 recente
- Número de conta salário na CAIXA – operação 037
- Comprovante de escolaridade, conforme exigência para o cargo.
- Declaração de Bens e fontes de renda, com a data de Admissão
- Atestado de Admissão – ASO (com a data de Admissão)
- Atestado de boa Conduta. (Antecedentes Criminais) – Fórum ou www.tjsc.jus.br
- Declaração de não acumulo de cargos, empregos ou funções públicas
- Comprovação de experiência e/ou capacitação para o cargo quando exigido
- Inscrição no conselho competente, quando for o caso.

PORTARIAS 058/2017 A 070/2017

Portaria nº. 058/2017. O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 021/2003, que institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1.033, de 10 de março de 2016, resolve, Nomear por Concurso Público, Fabiane Aparecida Dalle Laste Orlando, o cargo de provimento efetivo de Professor, constante no anexo I, Nível Ensino Superior, Classe Inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, lei complementar nº. 21/2003, com vencimentos conforme o estabelecido no anexo IV da mesma lei, na disciplina de Artes, lotada na Escola Núcleo Deolindo Zílio, com carga horária de 20 horas semanais.

Nos termos do § 2º do art. 17 da Lei Complementar nº 18 de 28 de novembro de 2003, o início do exercício ocorrerá na data de 01 de fevereiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 19 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 19 de janeiro de 2017

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 059/2017. O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 021/2003, que institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1.033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Patricia Fatima Begnini, para o cargo de provimento efetivo de Professor, constante no anexo I, Nível Ensino Superior, Classe Inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, lei complementar nº. 21/2003, com vencimentos conforme o estabelecido no anexo IV da mesma lei, na disciplina de Língua Inglesa, lotada na Escola Núcleo Rosina Nardi, com carga horária de 20 horas semanais.

Nos termos do § 2º do art. 17 da Lei Complementar nº 18 de 28 de novembro de 2003, o início do exercício ocorrerá na data de 01 de fevereiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 19 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 19 de janeiro de 2017

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 060/2017. O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 021/2003, que institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1.033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Marcia Maria Rizzi Magri, para o cargo de provimento efetivo de Professor, constante no anexo I, Nível Ensino

Superior, Classe Inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, lei complementar nº. 21/2003, com vencimentos conforme o estabelecido no anexo IV da mesma lei, nos Anos Iniciais, do Ensino Fundamental, lotada na Escola Núcleo Lira Camila Petry, com carga horária de 20 horas semanais.

Nos termos do § 2º do art. 17 da Lei Complementar nº 18 de 28 de novembro de 2003, o início do exercício ocorrerá na data de 01 de fevereiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 19 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 19 de janeiro de 2017

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 061/2017. O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 021/2003, que institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1.033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Wera Sandra Leiser Garcia, para o cargo de provimento efetivo de Professor, constante no anexo I, Nível Ensino Superior, Classe Inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, lei complementar nº. 21/2003, com vencimentos conforme o estabelecido no anexo IV da mesma lei, nos Anos Iniciais, do Ensino Fundamental, lotada na Escola Núcleo Rosina Nardi, com carga horária de 20 horas semanais.

Nos termos do § 2º do art. 17 da Lei Complementar nº 18 de 28 de novembro de 2003, o início do exercício ocorrerá na data de 01 de fevereiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 19 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 19 de janeiro de 2017

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 062/2017. O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 021/2003, que institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1.033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Fabiola Trentin Barrionuevo, para o cargo de provimento efetivo de Professor, constante no anexo I, Nível Ensino Superior, Classe Inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, lei complementar nº. 21/2003, com vencimentos conforme o estabelecido no anexo IV da mesma lei, nos Anos Iniciais, do Ensino Fundamental, lotada na Escola Núcleo Rosina Nardi, com carga horária de 20 horas semanais.

Nos termos do § 2º do art. 17 da Lei Complementar nº 18 de 28 de novembro de 2003, o início do exercício ocorrerá na data de 01 de fevereiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 19 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 19 de janeiro de 2017

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 063/2017. O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 021/2003, que institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1.033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Katiane Wissmann Begnini, para o cargo de provimento efetivo de Professor, constante no anexo I, Nível Ensino Superior, Classe Inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, lei complementar nº. 21/2003, com vencimentos conforme o estabelecido no anexo IV da mesma lei, nos Anos Iniciais, do Ensino Fundamental, lotada na Escola Núcleo Lira Camila Petry, com carga horária de 20 horas semanais.

Nos termos do § 2º do art. 17 da Lei Complementar nº 18 de 28 de novembro de 2003, o início do exercício ocorrerá na data de 01 de fevereiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 19 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 19 de janeiro de 2017
Neri Cosmann
Secretário da Administração

Portaria nº. 064/2017. O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 021/2003, que institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1.033, de 10 de março de 2016, resolve,
Nomear por Concurso Público, Leila Cristina Kochem Grooders, para o cargo de provimento efetivo de Professor, constante no anexo I, Nível Ensino Superior, Classe Inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, lei complementar nº. 21/2003, com vencimentos conforme o estabelecido no anexo IV da mesma lei, nos Anos Iniciais, do Ensino Fundamental, lotada na Escola Núcleo Rosina Nardi, com carga horária de 20 horas semanais.

Nos termos do § 2º do art. 17 da Lei Complementar nº 18 de 28 de novembro de 2003, o início do exercício ocorrerá na data de 01 de fevereiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 19 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 19 de janeiro de 2017
Neri Cosmann
Secretário da Administração

Portaria nº. 065/2017. O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 021/2003, que institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1.033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Gisele Melânia Scussel Padova, para o cargo de provimento efetivo de Professor, constante no anexo I, Nível Ensino Superior, Classe Inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, lei complementar nº. 21/2003, com vencimentos conforme o estabelecido no anexo IV da mesma lei, nos Anos Iniciais, do Ensino Fundamental, lotada na Escola Núcleo Lira Camila Petry, com carga horária de 20 horas semanais.

Nos termos do § 2º do art. 17 da Lei Complementar nº 18 de 28 de novembro de 2003, o início do exercício ocorrerá na data de 01 de fevereiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 19 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 19 de janeiro de 2017
Neri Cosmann
Secretário da Administração

Portaria nº. 066/2017. O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 021/2003, que institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1.033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Neura Gris Canossa, para o cargo de provimento efetivo de Professor, constante no anexo I, Nível Ensino Superior, Classe Inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, lei complementar nº. 21/2003, com vencimentos conforme o estabelecido no anexo IV da mesma lei, na Educação Infantil, lotada no Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, com carga horária de 20 horas semanais.

Nos termos do § 2º do art. 17 da Lei Complementar nº 18 de 28 de novembro de 2003, o início do exercício ocorrerá na data de 01 de fevereiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 19 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 19 de janeiro de 2017
Neri Cosmann
Secretário da Administração

Portaria nº. 067/2017. O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 021/2003, que institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado

do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1.033, de 10 de março de 2016, resolve, Nomear por Concurso Público, Nair Schaefer Bedin, para o cargo de provimento efetivo de Professor, constante no anexo I, Nível Ensino Superior, Classe Inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, lei complementar nº. 21/2003, com vencimentos conforme o estabelecido no anexo IV da mesma lei, na Educação Infantil, lotada no Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, com carga horária de 20 horas semanais.

Nos termos do § 2º do art. 17 da Lei Complementar nº 18 de 28 de novembro de 2003, o início do exercício ocorrerá na data de 01 de fevereiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 19 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 19 de janeiro de 2017

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 068/2017. O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 021/2003, que institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1.033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Marlene Schein Becker, para o cargo de provimento efetivo de Professor, constante no anexo I, Nível Ensino Superior, Classe Inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, lei complementar nº. 21/2003, com vencimentos conforme o estabelecido no anexo IV da mesma lei, na Educação Infantil, lotada no Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, com carga horária de 20 horas semanais.

Nos termos do § 2º do art. 17 da Lei Complementar nº 18 de 28 de novembro de 2003, o início do exercício ocorrerá na data de 01 de fevereiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 19 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 19 de janeiro de 2017

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 069/2017. O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 021/2003, que institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1.033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Vanessa Alves, para o cargo de provimento efetivo de Professor, constante no anexo I, Nível Ensino Superior, Classe Inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, lei complementar nº. 21/2003, com vencimentos conforme o estabelecido no anexo IV da mesma lei, na Educação Infantil, lotada no Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, com carga horária de 20 horas semanais.

Nos termos do § 2º do art. 17 da Lei Complementar nº 18 de 28 de novembro de 2003, o início do exercício ocorrerá a partir do Termo de Posse.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 19 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 19 de janeiro de 2017

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 070/2017. O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 027/2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração direta do Município de Seara, e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1.033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Ivani Francisca de Oliveira, o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, constante no Anexo I – Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, e vencimentos previstos na classe inicial, nível 240, anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais.

Nos termos do § 2º do art. 17 da Lei Complementar nº 18 de 28 de novembro de 2003, o início do exercício ocorrerá na data de 06 de fevereiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 19 de janeiro de 2017.
Edemilson Canale
Prefeita Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 19 de janeiro de 2017.
Neri Cosmann
Secretário da Administração

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO 028

DECRETO Nº 028/2017 DE 19 DE JANEIRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE FLAVIO BOTH DO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.
DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o Sr. Flavio Both, portador do CPF nº.942.005.729-15 do Cargo de Professor de Educação Física, com carga horária de 20 horas semanais, lotado da Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes.

Art. 2º Aplica-se a exoneração deste decreto o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC 19 de janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

ENSALAMENTO SELETIVO 002 2016**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092****PROCESSO SELETIVO N.º 002/2016****ENSALAMENTO****Atenção!**

A prova escrita/objetiva será realizada no dia **21 de janeiro de 2017 das 14h00min às 17h00min** no Centro Municipal de Educação, sito à Rua Sete de Setembro, n.º 530, Centro, no Município de Serra Alta (SC).

O candidato deverá comparecer ao local de prova **com antecedência mínima de 30 minutos**, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

ÀS 13H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, excluído do certame.

O ingresso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar **DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA e COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO)**.

Obs.: O Boleto NÃO serve como Comprovante de Inscrição.

O Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, Sr. Darci Cerizolli, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO**, para o conhecimento dos interessados, o **Ensalamento** referente ao Processo Seletivo n.º 002/2016, destinado ao preenchimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva no Quadro de Pessoal do Município.

1. Apresentamos abaixo o Ensalamento relativo ao Processo Seletivo n.º 002/2016, conforme segue:

SALA 01

**Auxiliar de Manutenção e Conservação
Auxiliar de Serviços Gerais
Operador de Máquinas**

N. INSC.	NOME	CPF	CARGO
117	ADENIR DE JESUS	69367256949	Auxiliar de Serviços Gerais.
139	ALTAIR REGINATTO	02269713923	Operador de Máquinas .
128	CLEOMAR BREMM DE SOUZA	10749378999	Auxiliar de Serviços Gerais.
115	DANIEL DETONI	07723535902	Operador de Máquinas .
76	DIEGO CARDOSO	07866869952	Operador de Máquinas .

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092**

100	DOUGLAS MATEUS BORGARO	09943663960	Operador de Máquinas .
60	ELIZANDRA GAVINESKI	07642950985	Auxiliar de Serviços Gerais.
6	EVA KOMINKIEWICZ DE JESUS	01790257913	Auxiliar de Serviços Gerais.
61	EVERTON NUNES DOS SANTOS	03508263908	Operador de Máquinas .
123	JOÃO ALOISIO SCHNORREMBERGER	03128009910	Auxiliar de Serviços Gerais.
85	MARCELO COSTA BATISTI	09699826908	Auxiliar de Serviços Gerais.
32	MARCOS AIRTON CAMPOS	05958399918	Operador de Máquinas .
80	PEDRINHO DALL AGNOL	86723812972	Operador de Máquinas .
84	PEDRO DE SOUZA	02122649909	Auxiliar de Manutenção e Conservação.
138	RAFAEL FAÉ	07985821970	Operador de Máquinas .
122	ROBERSON G OLDIGES	04766143922	Auxiliar de Serviços Gerais.
58	ROQUE CEREZOLLI	48813745915	Operador de Máquinas .
36	THOMÁS LUIS SANTORO	07009336970	Operador de Máquinas .
81	VALDIR FUCHS	47713097953	Operador de Máquinas .

Total de Candidatos - 19

SALA 02

Agente Comunitário de Saúde – Micro Área 08
Auxiliar de Enfermagem
Servente de Escola

N. INSC.	NOME	CPF	CARGO
25	ALINE BARROS	08918164963	Agente Comunitário de Saúde - Micro Área 08.
98	ANDREUÇA SUSELI CORRADI LAMBRECHT	02730749977	Servente de Escola.
71	BRUNA WERLANG	10346034930	Auxiliar de Enfermagem.
78	CILOMARA MICHELS CARNEIRO	05479481908	Agente Comunitário de Saúde - Micro Área 08.
7	CRISTIANA MARTELLO	00955080908	Auxiliar de Enfermagem.
90	DAIANE CECATTO	09165337948	Servente de Escola.
74	DÉBORA SUÉLEM PACASSA	08822666917	Auxiliar de Enfermagem.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092**

124	DIOGO FILIPPI CHIELLA	05707151990	Auxiliar de Enfermagem.
67	EITANA ANDRIGHETTO	09027196966	Agente Comunitário de Saúde - Micro Área 08.
4	ELIZETE DE SOUZA	03619015937	Servente de Escola.
40	FABIANE SCAPIN WALKER	10867132906	Auxiliar de Enfermagem.
103	FRANCISCA ZIBETTI DOS SANTOS	73260061991	Servente de Escola.
144	GEANI MARIA CEREZOLLI GIRELLI	92874231991	Servente de Escola.
45	GENTILIA PEREIRA DA SILVA PACASSA	03209952914	Servente de Escola.
68	IVETE TEREZINHA DE OLIVEIRA	89810929900	Servente de Escola.
15	JOCIANE ESTER PEREIRA	10444723919	Auxiliar de Enfermagem.
75	JOCIELI SPEROTTO	09165335902	Servente de Escola.
73	JUCELINE PEREIRA DA SILVA DIEL	04331548961	Auxiliar de Enfermagem.
149	LIAMARA FICANHA	09679186938	Agente Comunitário de Saúde - Micro Área 08.
89	LIZIANE FLORES	08153234927	Auxiliar de Enfermagem.
27	NEIVA PROVENSÍ	02669709907	Servente de Escola.
88	SANDRA DA SILVA FIDELESKI	05801840990	Servente de Escola.
133	SIMONIA STEFFENS	02337267059	Agente Comunitário de Saúde - Micro Área 08.
50	VIVIANE RIBEIRO FERNANDES	06985179622	Agente Comunitário de Saúde - Micro Área 08.
79	WALDETE DESSOI PAGLIOCCHI	71307532934	Auxiliar de Enfermagem.

Total de Candidatos - 25

SALA 03

Agente Educativo

N. INSC.	NOME	CPF	CARGO
91	ALINE CRISTINA ANTUNES DA SILVA	10936541989	Agente Educativo.
106	AMANDA DE AMORIM	11961842912	Agente Educativo.
110	ANDRESSA MARIA CORREA	10142660922	Agente Educativo.

Página | 3

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092**

30	ANGELICA APARECIDA GARMATZ DOS SANTOS	08627184909	Agente Educativo.
52	BIANCA CEREJO	07405321976	Agente Educativo.
55	CACIELI MAGRI	09483895910	Agente Educativo.
127	CAMILA NEDITSCH	11078508941	Agente Educativo.
14	CARLA CEREZOLLI	09297252982	Agente Educativo.
64	CRISTIANE GAMBA	07555012928	Agente Educativo.
113	DANYELE CRISTINA LOPES	11418228907	Agente Educativo.
145	ESTER RODRIGUES DA SILVA	10467952957	Agente Educativo.
22	FABIANE BALDIN	04905727901	Agente Educativo.
102	FRANCIELI VALMORBIDA ORTOLAN	08013353966	Agente Educativo.
34	GABRIELA BEATRIZ ARGENTA	09492529998	Agente Educativo.
131	JANAINA SANDMANN RIPKE	09449502994	Agente Educativo.
135	JANETE DA SILVA	06446806957	Agente Educativo.
136	JANIA APARECIDA GONÇALVES CHAGAS	45908460125	Agente Educativo.
150	JÉSSICA BALBINOT DE ABREU	08964492978	Agente Educativo.
148	JORDANA ZAMPIERON	10974406996	Agente Educativo.
18	KARINE DOS SANTOS	09341847982	Agente Educativo.
107	LARISSA REGINA STRAPAZZON	10369409930	Agente Educativo.
16	RAFAELA PAULA STRAPAZZON	09322573996	Agente Educativo.
11	RAQUIELI DAIANE LOPES	09656203950	Agente Educativo.
94	RUDINARA ELISA MARINI	08147815948	Agente Educativo.
21	SIMONE MARIA CAMANA	05216669965	Agente Educativo.
31	SIMONE SILVEIRA MACHADO	08084180924	Agente Educativo.
47	TATIANA MAHL	08754070996	Agente Educativo.
104	VANESSA REOLON	11433041952	Agente Educativo.

Total de Candidatos - 28

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092**

SALA 04

Professor de Artes
Professor de Artesanato
Professor de Educação Física
Segundo Professor

N. INSC.	NOME	CPF	CARGO
46	ALEXANDRA MARIAN DA ROSA JUNGES	06750600956	Professor de Educação Física.
24	ANA CLÁUDIA SENHOR	08544940900	Professor de Artesanato.
12	CLAUDIA INÊS SCHMITZ ALGAYER	07677973965	Segundo Professor.
134	DANIELA SIGNOR	08154876906	Professor de Educação Física.
141	EDIONE MARCIA DETONI PANDOLFO	03738009914	Professor de Artesanato.
2	ELOIZE DAMO CERIZOLLI	07615259983	Professor de Educação Física.
13	EVIRENO CEZAR DE LUCCA	09937980984	Professor de Artesanato.
10	FABIANA PARIZOTTO	07481267910	Professor de Educação Física.
43	FRANCINE PACASSA	06404388901	Segundo Professor.
72	GABRIELA CARLA STRAPAZZON	09136206962	Professor de Educação Física.
147	GESSICA IRENE DERTZBACHER VIANA	09620606906	Professor de Educação Física.
38	IRIA BARP	52598470915	Segundo Professor.
101	JANETE PETRY CERISOLI	01483176932	Segundo Professor.
41	JUCIELI HANAUER	07716309994	Professor de Artesanato.
92	KARINE DO AMARAL CESCO	08712249920	Segundo Professor.
108	LIONE MARIA BIEZUS FICAGNA	50258753072	Professor de Educação Física.
49	MARCIANE RODRIGUES DA SILVA PFEIFER	04262912981	Professor de Artesanato.
112	MARIANE DALLA CORTI	05062025931	Professor de Educação Física.
116	MARINÊS ROJAHN	02365621937	Segundo Professor.
119	NILDA SALETE CUOCHINSKI	98738623900	Segundo Professor.
109	SAMARA RIGO CERIZOLLI	07450119935	Professor de Artes.
54	SIMPLICIA MARIA DA CUNHA	57567611953	Segundo Professor.
137	SOLANGE REINHEIMER	03700657943	Professor de Artesanato.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092**

39	SÔNIA ELIZABETE JACOBSEN STOCKER	45752192234	Segundo Professor.
66	VIVIANE BALDIN	02159280917	Segundo Professor.

Total de Candidatos - 25

SALA 05

Professor I – Educação Infantil
Professor II – Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série

N. INSC.	NOME	CPF	CARGO
111	ADIVANE SEBEN	07271524916	Professor I - Educação Infantil.
48	AGUSTINHO BRANCO DE LIMA	01840575905	Professor II - Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série.
44	ANDREIA ROSANI DIETRICH PINHEIRO	03506327909	Professor I - Educação Infantil.
140	ANDRISA MOTERLE	04983509917	Professor I - Educação Infantil.
8	CLAISE TERESINHA KRAEMER CEREZOLLI	08830980919	Professor I - Educação Infantil.
105	CRISTIANE FUZINATO	04007979928	Professor II - Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série.
42	DEISE NARA TALHEIMER PFEIFER	07268533993	Professor II - Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série.
99	DERLICE TURMINA	03632452946	Professor II - Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série.
96	DILCE CERIZOLLI BENEDET	98738704900	Professor I - Educação Infantil.
86	ELISETTE MARIA SPEROTTO BAMPI	81214596991	Professor I - Educação Infantil.
130	ELIZANDRA KOMINKIEWICZ WRZESINSKI	06117217919	Professor I - Educação Infantil.
95	EVANILDE CANDATEN BOZIM	98673351987	Professor I - Educação Infantil.
87	FRANKLIN DIOGO LONGO	06459070903	Professor I - Educação Infantil.
83	IVANI TOMAZELLI GERMINIANI	98738836904	Professor II - Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série.
126	JANETE FERRARI GALLINA	79010016900	Professor I - Educação Infantil.
17	JAQUELINE PELENTIR VIEIRA	07087141961	Professor II - Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092**

51	JAQUELINE SELIG GERHARDT	03450403923	Professor II - Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série.
53	JUCIÉLI VANI	08807624974	Professor II - Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série.
142	JULIANA WERLANG	04127608943	Professor I - Educação Infantil.
82	LOVANI TEREZINHA BARON	55813240934	Professor I - Educação Infantil.
28	LÚCIA EUZÉBIO	03661269976	Professor I - Educação Infantil.
146	MARGARETE ASSIS DE ALMEIDA SOUZA	03321564947	Professor I - Educação Infantil.
69	MARILEI LUBENOW SENHOR	03996416962	Professor II - Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série.
77	MARILISE TERESINHA CECATO BARRO	80008348987	Professor I - Educação Infantil.
26	MARLISE SCHUH	09984753948	Professor I - Educação Infantil.
33	MICHELI CRISTIANE DA VEIGA KRIESER	03971135951	Professor I - Educação Infantil.
59	SILVANA CRISTINA VINCENZI ZAMIGNAN	81172761949	Professor II - Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série.
20	SILVANA LUZIA DAMO SALVADOR	87095629900	Professor II - Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série.
70	SIMONE DE OLIVEIRA STEFFENS	08435869903	Professor II - Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série.
151	SIRLANE MARIA SCHWARTZ	67005187091	Professor II - Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série.

Total de Candidatos - 30

2. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.
3. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Serra Alta (SC), 19 de janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

HOMOLAÇÃO SELETIVO 002 2016**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092****PROCESSO SELETIVO N.º 002/2016****HOMOLOGAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
APÓS DECURSO DO PRAZO RECURSAL****Atenção!**

A prova escrita/objetiva será realizada no dia **21 de janeiro de 2017 das 14h00min às 17h00min** no Centro Municipal de Educação, sito à Rua Sete de Setembro, n.º 530, Centro, no Município de Serra Alta (SC).

O candidato deverá comparecer ao local de prova **com antecedência mínima de 30 minutos**, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

ÀS 13H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, excluído do certame.

O ingresso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar **DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA e COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO)**.

Obs.: O Boleto NÃO serve como Comprovante de Inscrição.

O Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, Sr. Darci Cerizolli, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO**, para o conhecimento dos interessados, a **Homologação dos Candidatos Inscritos Portadores de Deficiência Após Decurso do Prazo Recursal** referente ao Processo Seletivo n.º 002/2016, destinado ao preenchimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva no Quadro de Pessoal do Município.

1. Apresentamos abaixo a **Homologação dos Candidatos Inscritos Portadores de Deficiência** relativo ao Processo Seletivo n.º 002/2016, após decurso do prazo recursal, conforme segue:

N. INSC.	NOME	CARGO(S)	DESCRIÇÃO DA DEFICIÊNCIA	SITUAÇÃO
110	Andressa Maria Correa	Agente Educativo.	Deformidade congênita em dedos das mãos com ausência do segundo e terceiro dedos da mão direita CID: Q71	INDEFERIDO (Não comprovou a deficiência) Item 3.2 "c" do Edital

Total de Candidatos – 01

2. Do total de 01 candidato que realizou inscrição no Processo Seletivo n.º 002/2016 com pedido de vaga para candidato portador de deficiência, o mesmo permaneceu com o pedido **INDEFERIDO** após decurso do prazo recursal.



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092

3. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

4. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Serra Alta (SC), 19 de janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO CONDIÇÕES ESPECIAIS SELETIVO 002 2016**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092****PROCESSO SELETIVO N.º 002/2016****HOMOLOGAÇÃO DOS PEDIDOS DE CONDIÇÕES ESPECIAIS
APÓS DECURSO DO PRAZO RECURSAL****Atenção!**

A prova escrita/objetiva será realizada no dia **21 de janeiro de 2017 das 14h00min às 17h00min** no Centro Municipal de Educação, sito à Rua Sete de Setembro, n.º 530, Centro, no Município de Serra Alta (SC).

O candidato deverá comparecer ao local de prova **com antecedência mínima de 30 minutos**, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

ÀS 13H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, excluído do certame.

O ingresso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar **DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA e COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO)**.

Obs.: O Boleto NÃO serve como Comprovante de Inscrição.

O Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, Sr. Darci Cerizolli, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO**, para o conhecimento dos interessados, a **Homologação dos Pedidos de Condições Especiais para Realização da Prova Escrita/Objetiva Após Decurso do Prazo Recursal** referente ao Processo Seletivo n.º 002/2016, destinado ao preenchimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva no Quadro de Pessoal do Município.

1. Apresentamos abaixo a **Homologação dos Pedidos de Condições Especiais para Realização da Prova Escrita/Objetiva** relativo ao Processo Seletivo n.º 002/2016, após decurso do prazo recursal, conforme segue:

N. INSC.	NOME	CARGO(S)	NECESSIDADE ESP.	SITUAÇÃO
111	Adivane Seben	Professor I - Educação Infantil.	AMAMENTAR (Levar acompanhante maior de 18 anos) Item 4.16.1 do Edital	DEFERIDO

Total de Candidatos – 01

2. Do total de 01 candidato que realizou inscrição no Processo Seletivo n.º 002/2016 com pedido de condição especial, o mesmo permaneceu com o pedido **DEFERIDO** após decurso do prazo recursal.

3. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

Página | 1



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092

4. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Serra Alta (SC), 19 de janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES APÓS RECURSO DO PRAZO RECURSAL 002 2016**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092****PROCESSO SELETIVO N.º 002/2016****HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
APÓS DECURSO DO PRAZO RECURSAL****Atenção!**

A prova escrita/objetiva será realizada no dia **21 de janeiro de 2017 das 14h00min às 17h00min** no Centro Municipal de Educação, sito à Rua Sete de Setembro, n.º 530, Centro, no Município de Serra Alta (SC).

O candidato deverá comparecer ao local de prova **com antecedência mínima de 30 minutos**, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

ÀS 13H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, excluído do certame.

O ingresso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar **DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA e COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO)**.

Obs.: O Boleto NÃO serve como Comprovante de Inscrição.

O Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, Sr. Darci Cerizolli, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO**, para o conhecimento dos interessados, a **Homologação das Inscrições Após Decurso do Prazo Recursal** referente ao Processo Seletivo n.º 002/2016, destinado ao preenchimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva no Quadro de Pessoal do Município.

1. Ficam homologadas as inscrições dos candidatos relativas ao Processo Seletivo n.º 002/2016, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, após decurso do prazo recursal, conforme segue:

Legenda:

AZUL = INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS
VERMELHO = INSCRIÇÕES NÃO HOMOLOGADAS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 08		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
25	ALINE BARROS	08918164963
78	CILOMARA MICHELS CARNEIRO	05479481908
67	EITANA ANDRIGHETTO	09027196966
149	LIAMARA FICANHA	09679186938
133	SIMONIA STEFFENS	02337267059

Página | 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092**

50

VIVIANE RIBEIRO FERNANDES

06985179622

Inscritos no cargo: 6

AGENTE EDUCATIVO		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
91	ALINE CRISTINA ANTUNES DA SILVA	10936541989
106	AMANDA DE AMORIM	11961842912
110	ANDRESSA MARIA CORREA	10142660922
30	ANGELICA APARECIDA GARMATZ DOS SANTOS	08627184909
52	BIANCA CEREJO	07405321976
55	CACIELI MAGRI	09483895910
127	CAMILA NEDITSCH	11078508941
14	CARLA CEREZOLLI	09297252982
64	CRISTIANE GAMBA	07555012928
113	DANYELE CRISTINA LOPES	11418228907
145	ESTER RODRIGUES DA SILVA	10467952957
22	FABIANE BALDIN	04905727901
102	FRANCIELI VALMORBIDA ORTOLAN	08013353966
34	GABRIELA BEATRIZ ARGENTA	09492529998
131	JANAINA SANDMANN RIPKE	09449502994
135	JANETE DA SILVA	06446806957
136	JANIA APARECIDA GONÇALVES CHAGAS	45908460125
150	JÉSSICA BALBINOT DE ABREU	08964492978
148	JORDANA ZAMPIERON	10974406996
18	KARINE DOS SANTOS	09341847982
107	LARISSA REGINA STRAPAZZON	10369409930
16	RAFAELA PAULA STRAPAZZON	09322573996
11	RAQUIELI DAIANE LOPES	09656203950
94	RUDINARA ELISA MARINI	08147815948
21	SIMONE MARIA CAMANA	05216669965
31	SIMONE SILVEIRA MACHADO	08084180924

Página | 2

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092**

47	TATIANA MAHL	08754070996
104	VANESSA REOLON	11433041952

Inscritos no cargo: 28

AUXILIAR DE ENFERMAGEM		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
71	BRUNA WERLANG	10346034930
7	CRISTIANA MARTELLO	00955080908
74	DÉBORA SUÉLEM PACASSA	08822666917
124	DIOGO FILIPPI CHIELLA	05707151990
40	FABIANE SCAPIN WALKER	10867132906
15	JOCIANE ESTER PEREIRA	10444723919
73	JUCELINE PEREIRA DA SILVA DIEL	04331548961
89	LIZIANE FLORES	08153234927
79	WALDETE DESSOI PAGLIOCCHI	71307532934

Inscritos no cargo: 9

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
84	PEDRO DE SOUZA	02122649909

Inscritos no cargo: 1

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
117	ADENIR DE JESUS	69367256949
128	CLEOMAR BREMM DE SOUZA	10749378999
60	ELIZANDRA GAVINESKI	07642950985
6	EVA KOMINKIEWICZ DE JESUS	01790257913
123	JOÃO ALOISIO SCHNORREMBERGER	03128009910
85	MARCELO COSTA BATISTI	09699826908
122	ROBERSON G OLDIGES	04766143922

Inscritos no cargo: 7

Página | 3

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092**

OPERADOR DE MÁQUINAS		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
139	ALTAIR REGINATTO	02269713923
115	DANIEL DETONI	07723535902
76	DIEGO CARDOSO	07866869952
100	DOUGLAS MATEUS BORGARO	09943663960
61	EVERTON NUNES DOS SANTOS	03508263908
32	MARCOS AIRTON CAMPOS	05958399918
80	PEDRINHO DALL AGNOL	86723812972
138	RAFAEL FAÉ	07985821970
58	ROQUE CEREZOLLI	48813745915
36	THOMÁS LUIS SANTORO	07009336970
81	VALDIR FUCHS	47713097953

Inscritos no cargo: 11

PROFESSOR DE ARTES		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
109	SAMARA RIGO CERIZOLLI	07450119935

Inscritos no cargo: 1

PROFESSOR DE ARTESANATO		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
24	ANA CLÁUDIA SENHOR	08544940900
141	EDIONE MARCIA DETONI PANDOLFO	03738009914
13	EVIRENO CEZAR DE LUCCA	09937980984
41	JUCIELI HANAUER	07716309994
49	MARCIANE RODRIGUES DA SILVA PFEIFER	04262912981
137	SOLANGE REINHEIMER	03700657943

Inscritos no cargo: 6

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092****PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
46	ALEXANDRA MARIAN DA ROSA JUNGES	06750600956
134	DANIELA SIGNOR	08154876906
2	ELOIZE DAMO CERIZOLLI	07615259983
10	FABIANA PARIZOTTO	07481267910
72	GABRIELA CARLA STRAPAZZON	09136206962
147	GESSICA IRENE DERTZBACHER VIANA	09620606906
108	LIONE MARIA BIEZUS FICAGNA	50258753072
112	MARIANE DALLA CORTI	05062025931

Inscritos no cargo: 8**PROFESSOR I - EDUCAÇÃO INFANTIL**

N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
111	ADIVANE SEBEN	07271524916
44	ANDREIA ROSANI DIETRICH PINHEIRO	03506327909
140	ANDRISA MOTERLE	04983509917
8	CLAISE TERESINHA KRAEMER CEREZOLLI	08830980919
96	DILCE CERIZOLLI BENEDET	98738704900
86	ELISETTE MARIA SPEROTTO BAMPI	81214596991
130	ELIZANDRA KOMINKIEWICZ WRZESINSKI	06117217919
95	EVANILDE CANDATEN BOZIM	98673351987
87	FRANKLIN DIOGO LONGO	06459070903
126	JANETE FERRARI GALLINA	79010016900
142	JULIANA WERLANG	04127608943
28	LÚCIA EUZÉBIO	03661269976
82	LOVANI TEREZINHA BARON	55813240934
146	MARGARETE ASSIS DE ALMEIDA SOUZA	03321564947
77	MARILISE TERESINHA CECATO BARRO	80008348987
26	MARLISE SCHUH	09984753948
33	MICHELI CRISTIANE DA VEIGA KRIESER	03971135951

Página | 5

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092****Inscritos no cargo: 17**

PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL DE 1ª A 4ª SÉRIE		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
48	AGUSTINHO BRANCO DE LIMA	01840575905
105	CRISTIANE FUZINATO	04007979928
42	DEISE NARA TALHEIMER PFEIFER	07268533993
99	DERLICE TURMINA	03632452946
83	IVANI TOMAZELLI GERMINIANI	98738836904
17	JAQUELINE PELENTIR VIEIRA	07087141961
51	JAQUELINE SELIG GERHARDT	03450403923
53	JUCIÉLI VANI	08807624974
69	MARILEI LUBENOW SENHOR	03996416962
59	SILVANA CRISTINA VINCENZI ZAMIGNAN	81172761949
20	SILVANA LUZIA DAMO SALVADOR	87095629900
70	SIMONE DE OLIVEIRA STEFFENS	08435869903
151	SIRLANE MARIA SCHWARTZ	67005187091

Inscritos no cargo: 13**PROFESSOR III - PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS****Inscritos no cargo: 0**

SEGUNDO PROFESSOR		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
12	CLAUDIA INÊS SCHMITZ ALGAYER	07677973965
43	FRANCINE PACASSA	06404388901
38	IRIA BARP	52598470915
101	JANETE PETRY CERISOLI	01483176932
92	KARINE DO AMARAL CESCO	08712249920
116	MARINÊS ROJAHN	02365621937
119	NILDA SALETE CUOCHINSKI	98738623900
39	SÔNIA ELIZABETE JACOBSEN STOCKER	45752192234

Página | 6

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092**

54	SIMPLICIA MARIA DA CUNHA	57567611953
66	VIVIANE BALDIN	02159280917

Inscritos no cargo: 10

SERVENTE DE ESCOLA		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
98	ANDREUÇA SUSELI CORRADI LAMBRECHT	02730749977
90	DAIANE CECATTO	09165337948
4	ELIZETE DE SOUZA	03619015937
103	FRANCISCA ZIBETTI DOS SANTOS	73260061991
144	GEANI MARIA CEREZOLLI GIRELLI	92874231991
45	GENTILIA PEREIRA DA SILVA PACASSA	03209952914
68	IVETE TEREZINHA DE OLIVEIRA	89810929900
75	JOCIELI SPEROTTO	09165335902
27	NEIVA PROVENSÍ	02669709907
88	SANDRA DA SILVA FIDELESKI	05801840990

Inscritos no cargo: 10

2. **Continuam não homologadas** as inscrições dos candidatos relativas ao Processo Seletivo n.º 002/2016, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, em virtude da não confirmação do **pagamento da taxa de inscrição** (item 4.7 do Edital de Abertura), conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 08		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
3	TESTE	82172986020

Inscritos no cargo: 1

AGENTE EDUCATIVO		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
56	ANA CAROLINE SCHEUNEMANN TOMAZELLI	09155032982
19	JUCELENE SCHMITZ	00955079900
125	VERIDIANE DOMINGAS PISTORE	07463443922

Inscritos no cargo: 3

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092****AUXILIAR DE ENFERMAGEM**

N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
29	BRUNA KAUANA GONÇALVES BARBOZA SALVATORI	08004062903
121	BRUNA PAULA KNORST	07854499900

Inscritos no cargo: 2**AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO**

N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
129	MAYSSON ANTUNES DA SILVA	08349911956

Inscritos no cargo: 1**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
35	DARLI TEREZINHA CERIZOLLI	00275260119

Inscritos no cargo: 1**OPERADOR DE MÁQUINAS**

N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
114	ANDRÉ LUIZ BEHRENS	07986972963

Inscritos no cargo: 1**PROFESSOR DE ARTESANATO**

N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
57	LUANA ANTUNES	09341700965
9	PATRÍCIA CEREZOLLI	05819264983

Inscritos no cargo: 2**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
37	CAMILA SIQUEIRA	08154882973
97	DANIELY MOHR	06619686931
62	PATRICIA FERREIRA GELLER	10347043976

Inscritos no cargo: 3

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092**

PROFESSOR I - EDUCAÇÃO INFANTIL		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
63	ELIZA FERNANDA FUSSIEGER	09140814971
118	KELLY CRISTINA DA CRUZ VALMORBIDA	07034476969

Inscritos no cargo: 2

PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL DE 1ª A 4ª SÉRIE		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
132	CLEILAMAR BIAZEBETTI	03656703914

Inscritos no cargo: 1

SEGUNDO PROFESSOR		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
65	MAGALEI SALETE JOHANN DE GREGORI	05513733935
93	NOELI TERESINHA DO AMARAL WAILAND	03598936940

Inscritos no cargo: 2

3. Do total de **146** candidatos que realizaram suas inscrições no Processo Seletivo n.º 002/2016, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, **127** tiveram as inscrições homologadas e **19** permaneceram com as inscrições não homologadas após decurso do prazo recursal.

4. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

5. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Serra Alta (SC), 19 de janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Sul Brasil

PREFEITURA

PREGÃO 006/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo nº 008/2017

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2017

Tipo: Registro de Preço

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIA E EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.

Entrega dos envelopes: 08:45 horas do dia 03 de fevereiro de 2017

Abertura dos envelopes: 09:00 horas do dia 03 de fevereiro de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 19 de janeiro de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

O Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, Sr. Eder Ivan Marmitt, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO que se encontra aberto PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado ao provimento de vaga do Poder Público Municipal, descrita abaixo, o qual reger-se-á pelas instruções do Edital n.º.002/2017, disciplinado pelo art. 37, II e IX, da Constituição Federal, Lei Complementar 924 de 23 de outubro de 2013, Lei 344/2000 e Lei 384/2001, Lei de contratação para prazo determinado nº.381 de 23 de maio de 2001, Lei Orgânica Municipal e demais Legislações pertinentes. Dos cargos: MÉDICO VETERINARIO E PSICOLOGA, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. Das inscrições: As inscrições serão realizadas de 24 de janeiro à 05 de fevereiro de 2017, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, junto a Prefeitura Municipal de Sul Brasil, situada à Avenida Doutor José Leal Filho, 590, centro, cidade de Sul Brasil/SC. Das provas: As provas serão aplicadas no dia 19 de fevereiro de 2017. O Edital e maiores informações poderão ser obtidos no Município de Sul Brasil (SC), no site www.sulbrasil.sc.gov.br, ou diretamente junto a Prefeitura Municipal de Sul Brasil/SC. Sul Brasil (SC), 19 de janeiro de 2017. Eder Ivan Marmitt. Prefeito Municipal.

Tigrinhos

PREFEITURA

CONVITE AUDIENCIA 3º QUADRIMESTRE 2016

ESTADO de Santa Catarina

MUNICIPIO DE Tigrinhos

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Terceiro Quadrimestre do exercício de 2017

Lei Complementar nº101/2000, Art. 9º, § 4º

CONVITE

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece no § 4º do artigo 9º que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

Em Cumprimento a tal disposição legal, a Administração Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina através do presente convida Vossa Senhoria e a população em geral do Município para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais relativo ao TERCEIRO QUADRIMESTRE do exercício de 2017, a qual será realizada no próximo dia 26 de Janeiro de 2017, às 08:30 horas, tendo como local o Auditório da Prefeitura Municipal de Tigrinhos.

Um dos pilares de sustentação da Lei de Responsabilidade Fiscal é a transparência da gestão fiscal mediante a participação popular. Assim, sua presença na audiência pública acima mencionada é de extrema importância pela oportunidade do efetivo exercício da cidadania e colaboração com o Poder Público.

Tigrinhos(SC), 19 de Janeiro de 2017.

DECRETO 010/2017

DECRETO Nº. 010/2017, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VI, do Artigo 68, da Lei Orgânica, e Lei Complementar nº 35 de 03 de novembro de 2015.

Considerando o disposto no artigo 62 da Lei Complementar nº 035 de 03 de novembro de 2015, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais;

Considerando o contido na Lei Municipal nº 850 de 17 de 24 de outubro de 2016 que antecipou a Revisão Geral Anual devida aos servidores públicos municipais referente ao período de Janeiro à Agosto de 2016;

Considerando que o percentual de revisão geral anual apurado com referência ao período de Setembro/2016 a Dezembro/2016 atingiu 0,46%, o qual se refere a variação do INPC do IBGE;

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Revisão Geral Anual no percentual de 0,46%, a ser aplicado sobre o vencimento base dos servidores públicos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo, exceto Agentes Políticos.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE JANEIRO DE 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 006-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 006/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2017

Sistema de Registro de Preços

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para a contratação dos serviços abaixo discriminados: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017. O recebimento das propostas e documentação será até as 09h00min do dia 02/02/2017, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 09h10min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Baczinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064. Tigrinhos (SC), 19 de Janeiro de 2016.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Tijucas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 001/FMS/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/FMS/17

PRORROGAÇÃO DA DATA DE ABERTURA, OBJETO E TIPO DE LICITAÇÃO

Objeto: Onde se lê: Aquisição Parcelada de Medicamentos Judiciais, Visando Atender Pacientes com Processos Judiciais, do Fundo Municipal de Saúde, do Município de Tijucas/SC.

Leia-se: Aquisição parcelada de medicamentos fornecidos por farmácia local, para atender os pacientes através dos processos judiciais, do Fundo Municipal de Saúde, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor preço/Maior Desconto;

Data de Abertura: onde se lê: 27 de janeiro de 2017, as 08h00, leia-se: 02 de fevereiro de 2017, as 08h00

Onde se lê: Pregão Presencial, leia-se: Pregão Presencial Registro de Preço.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO DOM: 19.01.2017

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/FMS/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/FMS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE REVOGAÇÃO

PREGÃO LICITATÓRIO Nº 001/FMS/17

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/FMS/2017

A Prefeitura Municipal de Tijucas/SC por meio da Sua Pregoeira comunica a REVOGAÇÃO DO PREGÃO LICITATÓRIO Nº 001/FMS/17 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/FMS/2017, ocorrido no dia 11/01/2017 às 09h00.

ELÓI MARIANO ROCHA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 02/2017

Aviso de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL 02/2017

A Câmara Municipal de Vereadores de Tijucas (SC), inscrita sob o CNPJ Nº 80.669.864/0001 30 com sede a Rua Coronel Büchelle 181, Bairro Centro, Tijucas/SC, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 01/02/2017, às 08h, na sede desta Casa Legislativa, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Pregão Presencial 02/2017.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no site da Câmara de Vereadores de Tijucas: <http://www.camaratijucas.sc.gov.br>.

Objeto da Licitação: A presente Licitação tem por objetivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSMISSÃO VIA RÁDIO DAS SESSÕES DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIJUCAS/SC, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do Anexo I.

Tijucas, 19 de janeiro de 2017.

Eloi Pedro Geraldo
Câmara de Vereadores de Tijucas/SC
Presidente

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 01/2017

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL 01/2017

A Câmara Municipal de Vereadores de Tijucas (SC), inscrita sob o CNPJ Nº 80.669.864/0001 30 com sede a Rua Coronel Büchelle 181, Bairro Centro, Tijucas/SC, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 31/01/2017, às 14h, na sede desta Casa Legislativa, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Pregão Presencial 01/2017 Retificado.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no site da Câmara de Vereadores de Tijucas: <http://www.camaratijucas.sc.gov.br>.

Objeto da Licitação: A presente Licitação tem por objetivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE GASOLINA COMUM TIPO C, ÓLEO LUBRIFICANTE E FILTRO DE ÓLEO PARA USO DO VEÍCULO OFICIAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIJUCAS/SC, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do Anexo I.

Tijucas, 19 de janeiro de 2017.

Eloi Pedro Geraldo
Câmara de Vereadores de Tijucas/SC
Presidente

PORTARIA 23/2017

PORTARIA N.º 023/2017/CMT, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir Comissão de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório para fins de aquisição de estabilidade ou não do nomeado, em virtude de aprovação em concurso público de Provas e Títulos, conforme Edital nº 01/2013 de 11/11/2013.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão de Avaliação será composta pelos servidores:

Elenita Mara Alexandre – Chefe de Gabinete, matrícula nº 208;

Rhammyses Linhares – Gerente Administrativo, matrícula nº 214;

Mariana Ferreira do Amaral – Diretor Geral, matrícula nº 213.

Art. 3º. Para cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação pertinente, bem como se utilizar de todos os meios admitidos em direito que entender necessários.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ELÓI PEDRO GERALDO
Presidente

PORTARIA 24/2017

PORTARIA N.º 024/2017/CMT, DE 18 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre o novo horário de funcionamento da Câmara Municipal de Tijucas/SC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o horário de expediente da Câmara Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, que passa a ser das 07h00 às 13h00, de segunda a sexta-feira, iniciado em 01 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Fica mantida a jornada de trabalho de 6 (seis) horas ininterruptas, sem prejuízo da jornada específica do próprio cargo.

Parágrafo primeiro – Os servidores efetivos e comissionados, quando convocados, deverão participar das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e especiais.

Parágrafo segundo – Os vencimentos dos servidores não sofrerão qualquer alteração em razão da instituição das novas jornadas de trabalho.

Art. 3º Fica expressamente vedada a realização de expediente de trabalho em desacordo com as disposições desta Portaria, ressalvado com autorização específica do Presidente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

ELÓI PEDRO GERALDO
Presidente

Timbó

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO ASSINATURA TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 2014.138

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 2014/138 – FUMTRAN

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, FOCALLE ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº. 09.072.082/0001-54, a comparecer para assinatura do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 2014/138 oriundo do citado processo licitatório nº 06/2014, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 25/01/2017

HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 19 de janeiro de 2017.

BRUNA DE ANDRADE

Central de Licitações

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2014.138 FUMTRAN

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/138

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Trânsito

CONTRATADO: Focalle Engenharia Viária Ltda.

OBJETO: Supressão dos itens 1.1 a 1,6 do anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 06/2014 (parte integrante da Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 2014/138).

DATA DA ASSINATURA: 03/01/2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 06 2016 FUMTRAN

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2016 - FUMTRAN

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Trânsito.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais para manutenção de sinalização viária de trânsito, vertical e horizontal, nas principais vias do Município de Timbó, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Trânsito.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Danna Comercial Eireli Me; Ricarl Distribuidora Eireli Me; Rizon Industria de Maquinas Ltda – Epp; E.L.Westphal Sinalizacoes Viarias - Me e Simone Campos & Campos Seguranca e Sinalizacao Ltda - Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 84.111,72 (oitenta e quatro mil cento e onze reais e setenta e dois centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 19/10/2017

Timbó, 19/10/2016

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 51 2016 PMT

MUNICIPIO DE TIMBO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de diversos gêneros alimentícios perecíveis e pouco perecíveis, destinados aos Núcleos de Educação Infantil (NEI), Unidades Pré-Escolares (UPE) e Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental, para cumprimento do cardápio no período de 12 (doze) meses, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

EMPRESA FORNECEDORA: Distrib. Alimentos Oliveira Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 19.842,00 (dezenove mil e oitocentos e quarenta e dois reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 20/07/2016.

Timbó, 20/07/2016

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

Três Barras

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.651 DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 4.651 DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

AMPLIA A RELAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE QUE TRATA O DECRETO Nº 2.366 DE 23 DE MARÇO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras/SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. O Artigo 1º do Decreto nº 2.366 de 23 de março de 2001 passa a vigorar com o acréscimo das seguintes máquinas e equipamentos:

Máquinas/Equipamentos Valor em UFRM

Escavadeira Hidráulica 18,00/hora

Rolo compactor 14,50/hora

Rolo pé de carneiro 3,00/hora

Art. 2º. O parágrafo único do Art. 2º do Decreto nº 2.366 de 23 de março de 2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

Parágrafo único – Os requerimentos de serviços de retro-escavadeira, trator agrícola, plantadeira, calcareadeira, distribuidor de esterco e ensiladeira, serão encaminhados à Secretaria de Agricultura, enquanto que os referentes aos serviços de trator de esteiras, motoniveladora, retro-escavadeira (não agrícola), caçamba de terra e cascalho, escavadeira hidráulica, rolo compactor, rolo pé de carneiro serão encaminhados para a Secretaria de Viação e Obras.

Art. 3º. Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto 2.366/2001.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras/SC, 16 de janeiro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na data supra.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

DECRETO Nº 4.652 DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 4.652 DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

ESTABELECE "PONTO FACULTATIVO" NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 23 DE JANEIRO DE 2017 EM RAZÃO DA DATA COMEMORATIVA DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras/SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido "ponto facultativo", no dia 23 de janeiro de 2017, segunda feira, em razão data comemorativa de emancipação política do Município.

Art. 2º. O atendimento dos serviços públicos essenciais na data acima mencionada no artigo anterior, deverá ser garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escala de serviços ou plantão, mantendo-se os serviços de pronto atendimento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras/SC, 19 de janeiro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na data supra.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N. 568/2017

PORTARIA N. 568 DE 19 DE JANEIRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDORA.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

CONCEDER a servidora ELIANE DE SOUZA BUENO , ocupante do cargo Contador Legislativo, Padrão Matrícula 6378-0 do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Três Barras, 20(vinte) dias de férias regulamentares, referente período de aquisição de 2015/2016, de acordo com o requerimento, protocolado sob o n. 17/2017, sendo 20 (vinte) dias para serem gozados e 10 (dez) dias convertidos em abono pecuniário e abono de férias de 1/3 (um terço) com base na legislação vigente, prevista no art. 7º, inciso XVII da Constituição Federal, § 3º do artigo 19 da Lei Orgânica Municipal e do § 1º do artigo 70 da Lei Complementar n.138/2009, a contar do dia 23 de Janeiro de 2017.

Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 19 de Janeiro de 2017.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 20 de Janeiro de 2017.

Joel Antonio Voigt
Gestor Legislativo e Contábil

PORTARIA N. 569/2017

PORTARIA N. 569, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.
CONCEDE PERÍODO REMANESCENTE DE FÉRIAS PARA O SERVIDOR JOEL ANTONIO VOIGT

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor Joel Antonio Voigt, ocupante do cargo de Gestor Legislativo e Contábil, Matrícula 60-0, do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, 7 (SETE) dias de férias regulamentares, a partir de 23 de Janeiro de 2017, remanescentes do período de aquisição , conforme Portaria n. 545, de 19 de Setembro de 2016, e Portaria n. 547 de 6 de Outubro de 2016, ficando ainda um saldo de 9 (NOVE) dias para serem gozados em data oportuna.

Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 19 de Janeiro de 2017.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 20 de Janeiro de 2017.

Joel Antonio Voigt
Gestor Legislativo e Contábil

Trombudo Central

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 03/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 03/2017

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal Srª Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 03/2017, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução GLOBAL, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO E SERVENTE PARA REFORMA NA UNIDADE DE SAÚDE CENTRO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 08:30h. do dia 01 de fevereiro de 2017, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da home page: www.trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 19 de janeiro de 2017.

Geovana Gessner
Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 04/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 04/2017

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal Srª Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 04/2017, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução GLOBAL, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO PARA REFORMA NA UNIDADE DE SAÚDE CENTRO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 10:00h. do dia 01 de fevereiro de 2017, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da home page: www.trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 19 de janeiro de 2017.

Geovana Gessner
Prefeita Municipal

União do Oeste

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2016

Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 13/2016, que registrou os preços da empresa CLEBER TADEU BRIDI ME, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados no pregão presencial para registro de preços nº 27/2016, com fundamento no item 2 da respectiva ata, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços Nº 13/2016, para o dia 02 de Maio de 2017.

Cláusula Segunda. As demais cláusulas da ata permanecem inalteradas e válidas.

União do Oeste, 21 de Dezembro de 2016.
EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

CLEBER TADEU BRIDI ME CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome: Marília Miorelli
CPF: 057.672.509-95

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

02. _____
Nome: José Tessaro
CPF: 460.292.909-59

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2016

Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 16/2016, que registrou os preços da empresa ERECHIM ARTES GRÁFICAS LTDA ME, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados no pregão presencial para registro de preços nº 26/2016, com fundamento no item 2 da respectiva ata, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços Nº 16/2016, para o dia 16 de Maio de 2017.

Cláusula Segunda. As demais cláusulas da ata permanecem inalteradas e válidas.

União do Oeste, 21 de Dezembro de 2016.
EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

ERECHIM ARTES GRÁFICAS LTDA ME
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome: Marília Mioresli
CPF: 057.672.509-95

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

02. _____
Nome: José Tessaro
CPF: 460.292.909-59

CÂMARA MUNICIPAL

RGF 3 QUADRIMESTRE 2016 ANEXO 1

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		R\$ 1,00
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) Pessoal Ativo Pessoal Inativo e Pensionista Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		538.567,71	0,00	
		538.567,71	0,00	
		0,00	0,00	
		0,00	0,00	
		0,00	0,00	
		0,00	0,00	
		0,00	0,00	
		0,00	0,00	
		0,00	0,00	
		0,00	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)		538.567,71	0,00	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.092.045,16	-	
	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	538.567,71	4,45	
	LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	725.522,71	6,00	
	LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	689.246,57	5,70	
	LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	652.970,44	5,40	
FONTE:				

União do Oeste, 31/12/2016

ORIBERTO LUIZ GIACHINI Presidente da Câmara Municipal	KATIA PRISCILA ANTUNES Contadora - CRC SC 035017/O-9	CHEILA LUCINÉIA RIBICKI Tessoureira
--	---	--

RGF 3 QUADRIMESTRE 2016 ANEXO 5

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 5(Portaria STN nº 72/2012, art. 15, inciso IV, a)

R\$ 1,00

INSUFICIÊNCIA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (Disponibilidade de caixa negativa reatada entre os entes consorciados) ¹									
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (IV)									
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (V)									
INSUFICIÊNCIA DE CAIXA DO CONSÓRCIO PÚBLICO (VI) = (IV + V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO ENTE MAIS CONSÓRCIO PÚBLICO (VII) = (III + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ Os valores de insuficiência nos consórcios deverão ser informados com o sinal negativo na coluna de "Disponibilidade de Caixa Líquida(Antes de Inscrição em restos a Pagar não processados do Exercício).

² A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

União do Oeste, 31/12/2016

ORIBERTO LUIZ GIACHINI Presidente da Camara Municipal	KATIA PRISCILA ANTUNES Contadora - CRC SC 035017/O-9	CHEILA LUCINÉIA RIBICKI Tesoureira
--	---	---------------------------------------

RGF 3 QUADRIMESTRE 2016 ANEXO 6

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE UNIAO DO OESTE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	12.092.045,16	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	538.567,71	4,45
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	725.522,71	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	689.246,57	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.660.249,94	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.934.727,23	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	846.443,16	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:

União do Oeste, 31/12/2016

ORIBERTO LUIZ GIACHINI
Presidente da Camara Municipal

KATIA PRISCILA ANTUNES
Contadora - CRC SC 035017/O-9

CHEILA LUCINÉIA RIBICKI
Tesoureira

RREO 5 BIM 2016 ANEXO 1

Município de União do Oeste - SC
CAMARA MUNICIPAL DE UNIAO DO OESTE
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	607.002,42	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	800.000,00	800.000,00	153.217,24	647.428,26	152.571,74	158.006,93	607.002,42	192.997,58	588.394,71
DESPESAS CORRENTES	623.000,00	623.000,00	98.639,63	492.065,30	130.934,70	104.118,73	485.020,52	137.979,48	484.903,12
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	543.000,00	543.000,00	91.118,40	431.850,62	111.149,38	91.118,40	431.850,62	111.149,38	431.850,62
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	80.000,00	80.000,00	7.521,23	60.214,68	19.785,32	13.000,33	53.169,90	26.830,10	53.052,50
DESPESAS DE CAPITAL	177.000,00	177.000,00	54.577,61	155.362,96	21.637,04	53.888,20	121.981,90	55.018,10	103.491,59
INVESTIMENTOS	177.000,00	177.000,00	54.577,61	155.362,96	21.637,04	53.888,20	121.981,90	55.018,10	103.491,59

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de União do Oeste - SC
CAMARA MUNICIPAL DE UNIAO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	800.000,00	800.000,00	153.217,24	647.428,26	152.571,74	158.006,93	607.002,42	192.997,58	588.394,71
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	800.000,00	800.000,00	153.217,24	647.428,26	152.571,74	158.006,93	607.002,42	192.997,58	588.394,71
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	800.000,00	800.000,00	153.217,24	647.428,26	152.571,74	158.006,93	607.002,42	192.997,58	588.394,71
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	800.000,00	800.000,00	153.217,24	647.428,26	—	158.006,93	607.002,42	—	588.394,71

FONTE:

União do Oeste, 31/12/2016

ORIBERTO LUIZ GIACHINI Presidente da Camara Municipal	KATIA PRISCILA ANTUNES Contadora - CRC SC 035017/O-9	CHEILA LUCINEIA RIBICKI Tessoureira
--	---	--

RREO 5 BIM 2016 ANEXO 14

Município de União do Oeste - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE UNIAO DO OESTE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial			0,00
Previsão Atualizada			0,00
Receitas Realizadas			0,00
Déficit Orçamentário			607.002,42
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			0,00
DESPESAS			
Dotação Inicial			800.000,00
Créditos Adicionais			0,00
Dotação Atualizada			800.000,00
Despesas Empenhadas			647.428,26
Despesas Liquidadas			607.002,42
Despesas pagas			588.394,71
Superavit Orçamentário			0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		647.428,26	
Despesas Liquidadas		607.002,42	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		0,00	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	-44.970,47
Resultado Primário		0,00	-607.002,42
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.640,00	0,00	3.640,00
LEGISLATIVO	3.640,00	0,00	3.640,00
TOTAL:	3.640,00	0,00	3.640,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		121.981,90	55.018,10

Continua 1/2

Município de União do Oeste - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE UNIAO DO OESTE

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA					2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)					0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)					0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)					0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Limite Constitucional Anual	
					Valor apurado até o Bimestre	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos					0,00	15,00
						0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)						0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

União do Oeste, 31/12/2016

ORIBERTO LUIZ GIACHINI	KATIA PRISCILA ANTUNES	CHEILA LUCINÉIA RIBICKI
Presidente da Camara Municipal	Contadora - CRC SC 035017/O-9	Tesoureira

RREO 5 BIM 2016 ANEXO 2

Município de União do Oeste - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE UNIAO DO OESTE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	800.000,00	800.000,00	153.217,24	647.428,26	152.571,74	158.006,93	607.002,42	192.997,58
Ação Legislativa	800.000,00	800.000,00	153.217,24	647.428,26	152.571,74	158.006,93	607.002,42	192.997,58
TOTAL (III) = (I + II)	800.000,00	800.000,00	153.217,24	647.428,26	152.571,74	158.006,93	607.002,42	192.997,58

FONTE:

União do Oeste, 31/12/2016

ORIBERTO LUIZ GIACHINI Presidente da Câmara Municipal	KATIA PRISCILA ANTUNES Contadora - CRC SC 035017/O-9	CHEILA LUCINEIA RIBICKI Tesoureira
--	---	---------------------------------------

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO 6 BIM 2016 ANEXO 1

Município de União do Oeste - SC
CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	756.450,21	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	—	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	—	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	—	—	—	0,00	—	—
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
			No Bimestre		No Bimestre		
			Até o Bimestre		Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	800.000,00	758.771,21	109.021,95	2.321,00	149.447,79	2.321,00	756.450,21
DESPESAS CORRENTES	623.000,00	601.891,21	109.691,94	133,97	116.736,72	133,97	601.757,24
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	543.000,00	538.700,00	106.717,09	132,29	106.717,09	132,29	538.567,71
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	80.000,00	63.191,21	2.974,85	1,68	10.019,63	1,68	63.189,53
DESPESAS DE CAPITAL	177.000,00	156.880,00	-669,99	2.187,03	32.711,07	2.187,03	154.692,97
INVESTIMENTOS	177.000,00	156.880,00	-669,99	2.187,03	32.711,07	2.187,03	154.692,97
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de União do Oeste - SC
CÂMARA MUNICIPAL DE UNIAO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (l) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	800.000,00	758.771,21	109.021,95	756.450,21	2.321,00	149.447,79	756.450,21	2.321,00	756.450,21	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	800.000,00	758.771,21	109.021,95	756.450,21	2.321,00	149.447,79	756.450,21	2.321,00	756.450,21	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	800.000,00	758.771,21	109.021,95	756.450,21	—	149.447,79	756.450,21	—	756.450,21	0,00

FONTE:

União do Oeste, 31/12/2016

ORIBERTO LUIZ GIACHINI
Presidente da Câmara Municipal

KATIA PRISCILA ANTUNES
Contadora - CRC SC 035017/O-9

CHEILA LUCINÉIA RIBICKI
Tessoureira

RREO 6 BIM 2016 ANEXO 14

Município de União do Oeste - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE UNIAO DO OESTE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		0,00		
Previsão Atualizada		0,00		
Receitas Realizadas		0,00		
Déficit Orçamentário		756.450,21		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00		
DESPESAS				
Dotação Inicial		800.000,00		
Créditos Adicionais		-41.228,79		
Dotação Atualizada		758.771,21		
Despesas Empenhadas		756.450,21		
Despesas Liquidadas		756.450,21		
Despesas pagas		756.450,21		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
Superavit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		756.450,21		
Liquidadas		756.450,21		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		0,00		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	3.640,00	0,00
Resultado Primário		0,00	-756.450,21	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.640,00	0,00	3.640,00	0,00
LEGISLATIVO	3.640,00	0,00	3.640,00	0,00
TOTAL:	3.640,00	0,00	3.640,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		154.692,97	2.187,03	

Continua 1/2

Município de União do Oeste - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE UNIAO DO OESTE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00		0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00		0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		0,00	15,00	0,00	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)				0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

União do Oeste, 31/12/2016

ORIBERTO LUIZ GIACHINI
Presidente da Camara Municipal

KATIA PRISCILA ANTUNES
Contadora - CRC SC 035017/O-9

CHEILA LUCINÉIA RIBICKI
Tesoureira

RREO 6 BIM 2016 ANEXO 2

Município de União do Oeste - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE UNIAO DO OESTE

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I)	800.000,00	758.771,21	109.021,95	756.450,21	100,00	2.321,00	149.447,79	756.450,21	100,00	2.321,00	0,00
Legislativa	800.000,00	758.771,21	109.021,95	756.450,21	100,00	2.321,00	149.447,79	756.450,21	100,00	2.321,00	0,00
Ação Legislativa	800.000,00	758.771,21	109.021,95	756.450,21	100,00	2.321,00	149.447,79	756.450,21	100,00	2.321,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	800.000,00	758.771,21	109.021,95	756.450,21	100,00	2.321,00	149.447,79	756.450,21	100,00	2.321,00	0,00

FONTE:

União do Oeste, 31/12/2016

ORIBERTO LUIZ GIACHINI
Presidente da Câmara Municipal

KATIA PRISCILA ANTUNES
Contadora - CRC SC 035017/O-9

CHEILA LUCINÉIA RIBICKI
Tescureira

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Urussanga

PREFEITURA

ANULAÇÃO TP 23/2016/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

AVISO DE ANULAÇÃO DE TP 23/2016/PMU

Fica anulada a licitação supra citada publicada em 20.12.2016. Objeto: Aquisição de material e serviços para construção de cortinas de concreto e iluminação da ponte sobre o Rio Carvão, no município de Urussanga/sc, Convênio nº 2016TR002571, Processo nº SDR215137/2016, Governo Estadual - Fundo Social - conforme edital e anexos.19/01/2017. IZOLETE DUARTE VIEIRA GASTALDON. Presidente CPL

ERRATA PL 04 2017 PMU PR 04 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

Comissão de Pregoeiros

ERRATA AVISO PR 04/2017/PMU

Aviso publicado no dia 11/01/2017, Anexo I, item 32, onde se lê:

PNEU 245/75 R16 COM 9 LONAS

Leia-se:

PNEU 245/75 R16 COM 10 LONAS

Permanecem incólumes os demais itens e informações do referido edital.

ROSANE ZATTA. Pregoeira. 19/01/2017

Videira

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE Nº 01/2017 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2017 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2017

PROCESSO Nº 05/2017

HOMOLOGAÇÃO: 18/01/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA IBRAP (INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNANÇA PÚBLICA LTDA), PARA MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO INTITULADO "REGISTRO DE PREÇOS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS", QUE OCORRERÁ NO DIA 24/01/2017, PARA OS SERVIDORES AIRTO LORENI ZONTA, CRISTIANE MIOZZO E LUCÉLIA FEDRIGO.

CONTRATADO: IBRAP INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNANÇA PÚBLICA LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.796,00 (um mil setecentos e noventa e seis reais).

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso II, e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 18 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 05/2017 - PMV

Termo Aditivo nº 05/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 11/2013

Processo: DL nº 04/2013-PMV

Contratado: IRIS TESTA COLLE

Objeto: Reajustar o valor do aluguel previsto na Cláusula 4ª, em 6.9874600%, por meio do IPC-A (IBGE) acumulado entre os meses de janeiro de 2016 e janeiro de 2017, passando para R\$ 2.138,07 (dois mil cento e trinta e oito reais e sete centavos) mensais.

Valor: R\$ 23.518,77

Data: 19/01/2017.

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 0008/2017

AVISO DE LICITAÇÃO.

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0008/2017, tendo como objeto o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de 08 (oito) Climatizadores Split de 12 BTUS, 01 (uma) Impressoras e 06 (seis) Tonners para Impressora, destinados aos diversos Secretárias da Prefeitura Municipal e Delegacia Regional de Polícia de Xanxerê. O recebimento das propostas será até às 09:45h, do dia 03 de Fevereiro de 2017, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 16 de janeiro de 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO PRESENCIAL N° 0005/2017

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que está Reabrindo o prazo de Abertura do Pregão Presencial nº 0005/2017, tendo como objeto o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios destinados a Alimentação Escolar para os Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEI's), Pré-Escolas e Escolas da Rede Municipal de Ensino, em virtude de Alteração no Item 08 (Habilitação) e Item 23 (Obrigações do Detentor da Ata) do Edital. O recebimento das propostas até as 08:45h, do dia 02/02/2017 no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital e Alteração no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 17 de Janeiro de 2017. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

Xavantina

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA 001/2016

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2017 PMXV

Objeto: O objeto da presente Chamada Pública é a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para a rede Municipal de Ensino, conforme relação especificações constantes no Anexo "A" deste Edital. Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08 horas do dia 02/02/2017.

Abertura: dia 02/02/2017, às 08 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 18 de janeiro de 2017.

ENOIR FAZOLO,
Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO 002/2016

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

CREDENCIAMENTO Nº 002/2017 FMXV

Objeto: Credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, para a realização de exames laboratoriais de análises clínicas, conforme descrito no link a seguir <http://sigtap.datasus.gov.br/tabelaunificada/app/sec/inicio.jsp>.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 08h30 do dia 03/02/2017.

Abertura: dia 03/02/2017, às 08h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 18 de janeiro de 2017.

ENOIR FAZOLO,
Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 002/2016

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017 PMXV

Objeto: Registro de preços de gêneros alimentícios para preparação de merenda escolar para alunos matriculados em escolas da rede municipal de ensino infantil e fundamental, conforme especificações constantes no anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08h30 do dia 02/02/2017.

Abertura: dia 02/02/2017, às 08h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 18 de janeiro de 2017.

ENOIR FAZOLO,
Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 003/2016

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017 PMXV

Objeto: Registro de preços para o fornecimento de refeições para os participantes do programa social caminhando para o futuro e serviço de convivência e fortalecimento de vínculo, autorizado na Lei Municipal nº 1286/2013, conforme descrito no anexo "A" deste edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08h30 do dia 07/02/2017.

Abertura: dia 07/02/2017, às 08h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 18 de janeiro de 2017.

ENOIR FAZOLO,
Prefeito Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

Decreto 030

DECRETO Nº. 030/2017.

Exonera servidor municipal efetivo a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 31 de janeiro de 2017, a servidora municipal ANA MARIA ZANCHET, ocupante do cargo de provimento efetivo de PSICOLOGA, portadora da matrícula 6782, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, deste município de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 19 de janeiro de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli

Secretário Municipal de Administração

Consórcios

AGIR

AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2017

A U T O R I Z A Ç Ã O DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: Manutenção mensal do portal de informações (sítio) e do canal de ouvidoria da AGIR, a fim de contribuir para a transparência de informações e melhoria de comunicação entre órgão regulador, os usuários, as entidades públicas e seus prestadores.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no Artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, AUTORIZO o procedimento de que se cogita, objetivando a contratação de dispensa de licitação por valor conforme a prestação de serviços em favor da seguinte empresa:

ü ALINE GOMES OLIVEIRA (CNPJ nº 18.239.118/0001-32)

Manutenção mensal do Portal de Informações (sítio) da AGIR	R\$ 440,00 x 11 meses (fevereiro a dezembro)	R\$ 4.840,00
Manutenção mensal do canal de Ouvidoria da AGIR	R\$ 80,00 x 11 meses (fevereiro a dezembro)	R\$ 880,00
Valor Total Julgado		R\$ 5.720,00

Ordeno que se proceda a realização do respectivo contrato e/ou empenho e a publicação do objeto mencionado, como condição de sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau (SC), em 19 de janeiro de 2017.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2017

E X T R A T O DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 012/2017

OBJETO: Manutenção mensal do portal de informações (sítio) e do canal de ouvidoria da AGIR, a fim de contribuir para a transparência de informações e melhoria de comunicação entre órgão regulador, os usuários, as entidades públicas e seus prestadores.

CONTRATADO: ALINE GOMES OLIVEIRA. (CNPJ nº 18.239.118/0001-32)

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 5.720,00 (cinco mil setecentos e vinte reais).

DATA VIGÊNCIA: 01/02/2017.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005.

Blumenau (SC), em 19 de janeiro de 2017.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2017

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2017

OBJETO: Manutenção mensal do portal de informações (sítio) e do canal de ouvidoria da AGIR, a fim de contribuir para a transparência de informações e melhoria de comunicação entre órgão regulador, os usuários, as entidades públicas e seus prestadores.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, RATIFICO os atos do procedimento em favor da empresa ALINE GOMES OLIVEIRA (CNPJ nº 18.239.118/0001-32), para a manutenção mensal do portal de informações (sítio) e do canal de ouvidoria da AGIR, a fim de contribuir para a transparência de informações e melhoria de comunicação entre órgão regulador, os usuários, as entidades públicas e seus prestadores. E, ordeno que se proceda a realização do respectivo contrato, bem como a publicação do objeto supramencionado, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau (SC), em 19 de janeiro de 2017.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

ARIS**ATA REGISTRO DE PREÇO 01/2017 - APRELHOS CELULARES**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017

Processo Licitatório nº 01/2017

Pregão nº 01/2017

Aos dezoito dias do mês de janeiro de 2017, a AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), pessoa jurídica de direito público interno, qualificada como associação pública e inscrita no CNPJ sob n. 11.400.360/0001-05, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, Bairro Canto, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Geral, Sr. Adir Faccio, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF sob n. 295.153.869-34, resolve Registrar Preços da empresa abaixo nominada, vencedora do Pregão nº 01/2017, sob regime de contratação pelo Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02 e do Edital de Pregão nº 01/2017 e das demais normas aplicáveis.

1. A partir desta data, fica registrado na ARIS, observada a ordem de classificação, o preço da empresa fornecedora registrada a seguir relacionada, objetivando o compromisso de fornecimento de aparelhos celulares, nas condições estabelecidas no ato convocatório e conforme o seguinte quadro:

1.1. Empresa: KELI CRISTINA BURG (CNPJ n. 23.213.883/0001-13), localizada No Beco Fernando Doerner, nº 38, Centro, Vidal Ramos/SC.

1.2. Preços registrados:

Item	Produto	Marca e modelo	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Aparelho Celular (smartphone)	SANSUNG/J7 PRIME	12	1.380,00	16.560,00

2. Os pedidos serão realizados pela ARIS por meio de instrumento de contrato, podendo este ser substituído por Nota de Empenho ou outro documento equivalente, cuja emissão se dará conforme a necessidade da ARIS.

3. A entrega dos itens do pedido será feita na sede da ARIS, no endereço na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, Bairro Canto, Florianópolis/SC.

4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5. A Ata tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

6. Aplica-se subsidiariamente a esta Ata de Registro de Preços as normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei n. 8.078/90.

7. As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca da Palhoça do Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias.

Florianópolis, 18 de Janeiro de 2017.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

Keli Cristina Burg

Keli Cristina Burg

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 112/2016 - EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2016

Processo Licitatório nº 112/2016

Pregão nº 13/2016

Registro de Preços nº 09/2016

Contrato nº 11/2016

Objeto: Aquisição de 01 veículo 0 km, Mitsubishi – Pajero Outdoor – 2016/2017 – motor 3.2 diesel – 4x4 – 180cv.

Contratada: KAYO VEÍCULOS LTDA.

CNPJ: nº 18.624.186/0007-00.

Valor: R\$ 164.990,00.

Florianópolis, 22 de dezembro de 2016.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 112/2016 - EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2016

Processo Licitatório nº 112/2016

Pregão nº 13/2016

Registro de Preços nº 09/2016

Contrato nº 12/2016

Objeto: Aquisição de 01 veículo 0 km, Fiat / Palio Adventure 1.8/16v, 2016/2017.

Contratada: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA..

CNPJ: nº 16.701.716/0001-56.

Valor: R\$ 67.500,00.

Florianópolis, 23 de dezembro de 2016.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 01/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N. 01/2017

O Diretor geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso de suas atribuições legais, homologa o Pregão n. 01/2017 (Processo Licitatório n. 01/2017), no qual restou vencedora do item 01 do certame a empresa Keli Cristina Burg na quantidade de 12 (doze) aparelhos celulares e valor unitário de R\$ 1.380,00 (mil, trezentos e oitenta reais).

Florianópolis, 17 de janeiro de 2017.

ADIR FACCIO

Diretor geral da ARIS

CIDEMA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1/2017

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2017

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA, entidade com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.455.536/0001-90, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Bairro Centro, Chapecó, Estado de Santa Catarina, por seu Presidente, Senhor Mário Afonso Woitexem, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados que, em atendimento ao disposto nos Termos de Cooperação Técnica e de Cessão de Uso celebrados com a Secretaria de Estado da Agricultura e Pesa – SAR e à RESOLUÇÃO CIDEMA nº 04/2015, de 29 de setembro de 2015, fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, tipo menor preço por item, para contratação dos serviços descritos no item 1. A presente licitação será regida pelas disposições das Leis nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/06, Lei nº 8.666/93 e por este Edital, o qual se encontra à disposição dos interessados no sítio eletrônico www.amosc.org.br. A sessão pública será aberta às 9h do dia 01/02/2017. Os interessados poderão examinar o presente Edital no sítio do CIDEMA (www.amosc.org.br) ou solicitá-lo pelo e-mail prosuasa1@amosc.org.br ou pelo telefone: (49) 3319-3232.

1.0 DO OBJETO

1.1 O presente Pregão Presencial tem por objeto o REGISTRO DO PREÇO (VALOR HORA) DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA DE CAMINHÃO, de acordo com as especificações descritas no TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).

2.0 DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES (PROPOSTAS E HABILITAÇÃO)

2.1 Os envelopes nº 01 - Proposta Comercial e nº 02 – Documentação, deverão ser entregues lacrados até às 9h do dia 01/02/2017, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Bairro Centro, Chapecó, Estado de Santa Catarina, onde serão protocolados, contendo no anverso os seguintes dados:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL

DA EMPRESA _____

AO CIDEMA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2017

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO

DA EMPRESA _____

AO CIDEMA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2017

2.2 Não participará do certame a licitante que entregar os envelopes após o horário estabelecido no item anterior.

2.3 A Sessão Pública terá início às 9h do dia 01/02/2017, na sala de reuniões do CIDEMA, no endereço acima declinado.

3.0 DO CREDENCIAMENTO, DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS E DOS PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS À SESSÃO

3.1 É facultado ao licitante se fazer presente na sessão, por meio de proprietário ou administrador da empresa ou por meio de credenciado, devendo ser apresentados os seguintes documentos:

3.2 Caso o representante seja sócio, proprietário ou sócio administrador da empresa licitante, deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Cópia do ato constitutivo ou do contrato social (com todas as alterações ou consolidado), em que constem os poderes, direitos e obrigações;

b) Cópia da Cédula de Identidade;

c) Declaração que atende aos requisitos de habilitação, conforme Anexo IV;

3.3 Caso o representante seja credenciado, deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Instrumento de Procuração ou termo de credenciamento, com firma reconhecida, conforme Anexo IIII;
- b) Cópia da Cédula de Identidade;
- c) Cópia do ato constitutivo ou do contrato social (com todas as alterações ou consolidado);
- d. Declaração que atende aos requisitos de habilitação, conforme Anexo IV;
- 3.4 Os documentos previstos nos itens 3.2 e 3.3, exceto alínea "a" do item 3.3, deverão ser apresentados em cópias autenticadas ou acompanhados do original, para serem autenticadas pelo pregoeiro.
- 3.5 A Procuração Pública dispensa o reconhecimento de firma do signatário
- 3.6 Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.
- 3.7 Sendo o licitante Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) deverá apresentar Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado ou Certidão do Registro Civil de Pessoa Jurídica, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes, para comprovação do seu enquadramento.
- 3.8 Os documentos de credenciamento deverão ser entregues separadamente dos envelopes de Proposta e Documentação.
- 3.9 O licitante que não se fizer representar deverá encaminhar a Cópia do ato constitutivo ou do contrato social (com todas as alterações ou consolidado) e Declaração que atende aos requisitos de habilitação, conforme Anexo IV, fora dos envelopes de propostas e documentação.
- 3.10 A falsidade na apresentação de documentação ou declarações ensejará a instauração de procedimento administrativo, além do encaminhamento aos órgãos competentes para verificação da responsabilidade criminal.

4.0 DA PROPOSTA COMERCIAL

- 4.1 A Proposta Comercial (envelope nº 1) deverá ser apresentada na forma do ANEXO II, devidamente datada e assinada pelo responsável legal da empresa.
- 4.2 Os valores unitários e totais deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, já inclusos os tributos, os encargos sociais, as obrigações trabalhistas e previdenciárias, e demais despesas incidentes sobre a prestação dos serviços. Ocorrendo a cotação com apenas uma casa decimal após vírgula, considerar-se-á como 0 (zero) a segunda casa.
- 4.3. A proposta deverá conter, ainda:
 - a) Razão Social e o CNPJ da licitante, devendo ser os mesmos dados da Nota Fiscal e da Nota de Empenho, caso a empresa sagre-se vencedora de algum item;
 - b) Descrição do objeto a ser fornecido/prestado, conforme ANEXO II, constando obrigatoriamente a marca do produto a ser fornecido (apenas uma marca para cada item), caso aplicável.
- 4.4 Ocorrendo divergência entre o preço unitário e o preço total prevalecerá o unitário.
- 4.5 O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 30 (trinta) dias, contados da data da sessão pública de abertura dos envelopes.

5.0 DA HABILITAÇÃO

- 5.1 A documentação exigida para habilitação da licitante (envelope nº 2) são as seguintes:
 - a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
 - b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil;
 - c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais do domicílio ou sede do licitante;
 - d) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais do domicílio ou sede do licitante;
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
 - f) Declaração constante no Anexo V;
- 5.2 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados no item anterior deverão estar em nome da mesma licitante.
- 5.3 As certidões a que se refere as alíneas a, b, c, d, e, deverão encontrar-se válidas na data de abertura do procedimento licitatório.
- 5.4 Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original ou em fotocópia; sendo fotocópias, deverão ser autenticados em cartório competente ou pelo Pregoeiro na sessão de abertura dos envelopes, mediante apresentação dos originais pela licitante ou seu representante legal.
- 5.5 Os documentos emitidos via Internet serão considerados originais, porém, a aceitação dos mesmos dependerá da verificação da autenticidade junto aos órgãos expedidores.
- 5.6 A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis a quem interessar os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo dos envelopes da documentação e propostas, até a respectiva abertura.
- 5.7 Não serão aceitas cópias ilegíveis, bem como documentos enviados por fac-símile.

6.0 DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

- 6.1 No dia, hora e local designados, o Pregoeiro declarará aberta a Sessão Pública, anunciará as empresas que apresentaram envelopes, procederá ao credenciamento dos representantes das licitantes e requisitará os documentos previstos do capítulo 3 do presente edital.
- 6.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente a de menor preço.
 - 6.2.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.
- 6.3 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.
 - 6.3.1 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
 - 6.3.2 A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.
 - 6.3.3 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.
 - 6.3.4 Dos lances ofertados não caberá retratação.
 - 6.3.5 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.4 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor

estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.5 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.6 Se presentes na etapa de lances microempresas ou empresas de pequeno porte, observar-se-á o seguinte procedimento previsto na Lei Complementar nº 123/06:

6.6.1 Como critério de desempate será dada preferência à contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que o menor preço ofertado não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.6.2 O empate será verificado na(s) situação(ões) em que a(s) proposta(s) apresentada(s) pela microempresa ou empresa de pequeno porte seja igual ou até 5% (cinco por cento) superiores à(s) proposta(s) mais bem classificada(s), ocasião(ões) na(s) qual(is), proceder-se-á da seguinte forma:

6.6.2.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

6.6.2.2 Declinando do direito a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação definida no item 6.6.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.6.2.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte será realizado sorteio entre elas para que se identifique a ordem de preferência à apresentação da proposta, nos termos do item 6.6.2.1.

6.6.2.4 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos itens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora, na própria sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.

6.7 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro decidirá acerca da aceitabilidade da melhor proposta.

6.8 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

6.9 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 (documentação) para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 5, podendo, a seu exclusivo critério, prosseguir na análise dos demais itens e abrir, somente ao final, os envelopes da documentação das licitantes vencedoras dos respectivos itens vencidos.

6.9.1 No julgamento das propostas, desde que atendidas as especificações constantes neste Edital, será considerada vencedora a licitante que apresentar o menor preço global,

6.9.2 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeitos de habilitação, ainda que apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

6.9.2.1 Havendo alguma restrição na documentação para comprovação da regularidade fiscal será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da declaração de vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, devendo a empresa interessada apresentar as respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.9.2.2 A não-regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará em decadência do direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.10 No caso de desatendimento das exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

6.11 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

6.12 Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto ou da documentação apresentada.

6.12.1 A suspensão referir-se-á apenas quanto ao item questionado, prosseguindo-se quanto aos demais objetos, se for o caso.

6.12.2 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria.

6.12.3 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

6.12.4 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da equipe de apoio e pelos licitantes presentes.

6.13 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

6.14 Após a declaração da licitante vencedora e não havendo manifestação das demais quanto à intenção de interpor recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado e o submeterá ao Presidente do CIDEMA para ser homologado.

6.15 A documentação apresentada pelas licitantes vencidas ficará em poder do Pregoeiro até a entrega definitiva do objeto licitado.

7.0 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1 Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, será concedido o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

7.2 Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

7.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

7.4 O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro para apreciação da admissibilidade, sendo posteriormente remetidos à Presidência para apreciação do mérito.

8.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas neste Edital poderá sujeitar o licitante vencedor, garantida a ampla defesa, às sanções previstas na Lei 8.666/93.

8.2 O Presidente do CIDEMA poderá deixar de aplicar as penalidades se admitidas as justificativas apresentadas, nos termos do artigo 87, caput da Lei nº 8.666/93.

8.3 O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, deixar de cumprir parcial ou totalmente as cláusulas contratuais, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, cometer fraude fiscal ou não executar os serviços nas datas aprazadas, sem prejuízo do direito ao contraditório e a ampla defesa, ficará sujeita a aplicação das seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de:

b.1) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a 30 (trinta) dias de atraso;

b.2) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

b.3) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato.

c) Suspensão do Direito de Licitar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 2 (dois) anos.

d) Declaração de Inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação da multa de até 5% (cinco por cento) do valor global do contrato.

8.4 A CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua notificação, para recorrer das penalidades aplicadas. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada e não dará direito à CONTRATADA de qualquer contestação administrativa.

8.5 As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de rescisão do pacto em apreço.

8.6 Os valores das multas aplicadas deverão ser recolhidos aos cofres do Município de Chapecó, mediante depósito em conta corrente a ser indicada pela Contratante.

9.0 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes do presente pregão correrão por conta da dotação orçamentária 3.3.90.39 do orçamento do exercício de 2017/2018.

10.0 DA ENTREGA DOS PRODUTOS/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 A prestação dos serviços deverá ocorrer conforme diretrizes do Termo de Referência anexo a este edital.

10.2 O licitante vencedor dos serviços deverá apresentar ao CIDEMA orçamento das peças a serem substituídas para a execução do serviço, o qual será analisado e depende de prévia autorização da autoridade, não possuindo a empresa exclusividade no fornecimento das peças.

11.0 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 A(s) adjudicatária(s) deverá(o) assinar a Ata de Registro de Preços na sessão pública e, se ausente, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de homologação do Processo Licitatório.

11.1.1 A adjudicatária que se recusar, sem motivo justificado e aceito pelo CIDEMA, a assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo previsto no item anterior, ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor registrado, além das sanções cabíveis e previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

11.2 O CIDEMA requisitará da(s) licitante(s) vencedora(as) os produtos registrados, obedecida a ordem de classificação para cada item, mediante a emissão de Autorização de Fornecimento, contendo as seguintes informações:

a) o nome do Fornecedor;

b) a quantidade do produto a ser fornecido;

c) a descrição e a marca do produto requisitado;

d) a dotação orçamentária;

e) o valor unitário e total;

f) as condições de pagamento, o local e a hora da entrega e o número da Ata.

11.3 Os serviços deverão ser prestados na sede da Contratada.

11.3.1 Na hipótese de rejeição e/ou defeitos na prestação dos serviços, a Contratada deverá refazer os serviços no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

11.3.2 O refazimento dos serviços não exime a Contratada de ser penalizada por descumprimento da obrigação, prevista no Item 11.1.2 deste Edital.

11.4 O preço unitário de cada item deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.

11.4.1 No preço deverá estar incluso os tributos, encargos, fretes, embalagens, mão de obra, lucro e demais despesas incidentes sobre o objeto.

11.5 Os preços são os constantes da Ata de Registro de Preços, vedado qualquer reajustamento durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, salvo para manter o equilíbrio econômico-financeiro da proposta.

11.5.1 O beneficiário do registro, em função de imprevistos que altere significativamente a correspondência entre os encargos do contratado e a remuneração por parte do CIDEMA, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes, por meio de solicitação formal, instruída com documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas e componentes ou de outros documentos que comprovem a ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado. Até a decisão final do CIDEMA, a qual deverá ser prolatada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do produto, quando solicitado pelo CIDEMA, deverá ocorrer normalmente e pelo preço registrado em vigor.

11.5.2 A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado à época vigente.

11.5.3 o CIDEMA poderá, a qualquer momento, reduzir os preços registrados, de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional ou internacional, sendo que

o novo preço fixado será válido a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios.

11.6 Após a homologação do procedimento licitatório e durante a validade da ata, a empresa adjudicatária poderá ser convocada a assinar um contrato decorrente de quantidade remanescente dos itens registrados.

12.0 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Recomenda-se aos representantes das licitantes para que se apresentem no local marcado, 15 (quinze) minutos antes do horário previsto.

12.2 O CIDEMA reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões;

12.3 No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) alteradas as condições do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

12.4 Integram este Edital os seguintes anexos:

a) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

b) ANEXO II - PROPOSTA COMERCIAL;

c) ANEXO III - MODELO DE CREDENCIAMENTO

d) ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

e) ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR;

f) ANEXO VI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

12.5 Informações complementares poderão ser obtidas com o Pregoeiro do CIDEMA, no horário das 8h às 11h45 e das 13h30 às 17h, ou pelos telefone (49) 3319-3232.

Chapecó/SC, 18 de janeiro de 2017.

Mário Afonso Woitexem

Presidente

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO REGISTRO DO PREÇO (VALOR HORA) DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA DE CAMINHÃO.

DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços pela contratada deverá atender ao disposto edital, em especial ao disposto neste termo de referência.

DO FORNECIMENTO DAS PEÇAS

Se a contratada identificar durante a prestação dos serviços a necessidade de substituição de peças, deverá comunicar por escrito a contratante, encaminhando orçamento das peças a serem substituídas para a execução do serviço, o qual depende de prévia análise e aprovação da autorização da autoridade, não possuindo a empresa exclusividade no fornecimento das peças.

DOS PREÇOS ACEITOS

Serão admitidas propostas que respeitem o preço máximo definido abaixo:

Item	Especificação do Serviço	Un	Qtde Horas Estimada	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA DE CAMINHÃO	Hora	200	R\$ 90,00	R\$ 18.000,00

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - No valor proposto deverão estar inclusos os impostos, fretes, encargos sociais, trabalhistas e demais despesas pertinentes à entrega do objeto, bem como aquelas decorrentes de eventuais trocas de produtos.

II - Os produtos deverão ter garantia quanto a defeitos de fábrica e obedecerem as exigências e normas de fabricação e de comercialização, quando instituídas pela ABNT e pelas respectivas Agências e ou Órgãos Oficiais reguladores, quando aplicável

III - Os fornecedores deverão fazer constar na proposta a MARCA, inclusive o modelo, quando for o caso, dos produtos cotados, que deverão ser de primeira linha sob pena de desclassificação da proposta.

IV - Quando da efetivação da compra, a empresa vencedora deverá emitir a Nota Fiscal de acordo com a Autorização de Fornecimento, constando os itens, marca e valores ofertados na proposta.

V - Local da prestação dos serviços: sede da empresa contratada.

VI - Os serviços deverão ser iniciados em até 1 dia útil após a solicitação;

VII - Antes de iniciar os trabalhos e após a conclusão, o prestador deverá apresentar-se à pessoa indicada pelo licitante, objetivando o controle do horário e a confecção do relatório.

VIII - Prazo e condições de pagamento: em até 10 (dez) dias, contados da entrega total do objeto e da Nota Fiscal.

IX - Prazo de vigência do Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar da data de homologação.

DAS MARCAS/ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS/CAMINHÕES

I – CAMINHÃO, FORD CARGO 2629, 6X4, ANO/MODELO 2014/2014, PLACAS FQA-8543.

II – CAMINHÃO, FORD CARGO 2629, 6X4, ANO/MODELO 2014/2014, PLACAS FRX-9211.

III – CAMINHÃO, FORD CARGO 2629, 6X4, ANO/MODELO 2014/2014, PLACAS FQD-4821.

IV – CAMINHÃO, FORD CARGO 2629, 6X4, ANO/MODELO 2014/2014, PLACAS FQN-9451.

ANEXO II

MODELO PROPOSTA COMERCIAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2017

Identificação da Empresa:

Razão Social/Nome da Empresa: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____ I.E _____ Telefone: _____ E-mail _____

Dados para pagamento: Banco: _____ Agência: _____ Conta: _____

Identificação do Representante Legal da Empresa:

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Endereço completo: _____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	QTDE HORAS ESTIMADA	UN	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA DE CAMINHÃO	200	Hora	R\$ 90,00		

_____, _____ de _____ de _____.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO III**MODELO DE CREDENCIAMENTO**

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF sob nº _____, a participar da licitação instaurada pelo CIDEMA, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2017, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, _____ de _____ de _____.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal
(necessário reconhecer firma)**ANEXO IV****MODELO DE DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

A Empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____, declara, sob as penas da Lei, que atende os requisitos necessários à habilitação, possuindo a documentação necessária à participação no certame.

_____, _____ de _____ de _____.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO V**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR**

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega, nem empregará, durante a vigência do contrato, menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

_____, _____ de _____ de _____.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO VI**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA, entidade com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.455.536/0001-90, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Bairro Centro, Chapecó,

Estado de Santa Catarina, por seu Presidente, Senhor Mário Afonso Woitexem, doravante denominada simplesmente de CIDEMA e a empresa _____, com sede na Rua _____, Bairro _____, cidade de _____/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, representada, neste ato, por _____, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Administrativo nº ____/____, homologado em ____/____/____, nos termos da Lei nº 10.520/02, da Lei nº 8.666/93 e na Proposta Comercial, celebram a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro do preço (valor hora) dos serviços especializados de manutenção mecânica de caminhões, conforme discriminativo abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QT/H	UNIT	TOTAL
01	REGISTRO DO PREÇO (VALOR HORA) DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA DE CAMINHÃO		200		

CLÁUSULA SEGUNDA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de homologação do processo licitatório.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SOLICITAÇÃO DOS PRODUTOS

3.1 A solicitação dos produtos registrados será efetivada por meio de Autorização de Fornecimento, contendo as seguintes informações:

- o nome do Fornecedor;
- a quantidade do produto a ser fornecido;
- a descrição e a marca do produto requisitado;
- a dotação orçamentária;
- o valor unitário e total;
- as condições de pagamento, o local e a hora da entrega e o número da Ata.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Os serviços deverão ser prestados em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, correndo por conta da Contratada as despesas de frete, embalagens, seguros, mão-de-obra e outras.

4.2 Na hipótese de rejeição dos serviços e realizados em desacordo com as especificações, a Contratada deverá refazer os serviços no mesmo prazo do item anterior.

4.3 A substituição dos serviços ou das peças, quando for o caso, não exime a Contratada de ser penalizada por descumprimento da obrigação.

4.5 As solicitações dos serviços e/ou a entrega de peças serão efetivadas pelo CIDEMA, de acordo com a sua necessidade.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS/REAJUSTES

5.1 Os preços são os constantes da Ata de Registro de Preços, vedado qualquer reajustamento durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, salvo para manter o equilíbrio econômico-financeiro da proposta, porém, não antes de decorridos 90 (noventa) dias, contados da data de abertura das propostas.

5.2 O preço unitário de cada item deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.

5.3 Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para o CIDEMA, tais como tributos, encargos, fretes, embalagens, mão de obra, lucro e demais despesas incidentes sobre o objeto.

5.4 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamento de preços, em face da superveniência de normas Federais aplicáveis a espécie.

5.5 Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão ser reajustados nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador.

5.6 O disposto no subitem anterior aplica-se, igualmente, aos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alteração das alíquotas dos já existentes.

5.7 O beneficiário do registro, em função de imprevistos que altere significativamente a correspondência entre os encargos do contratado e a remuneração por parte do CIDEMA, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes, por meio de solicitação formal, instruída com documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas e componentes ou de outros documentos que comprovem a ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado. Até a decisão final do CIDEMA, a qual deverá ser prolatada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do produto, quando solicitado pelo CIDEMA, deverá ocorrer normalmente e pelo preço registrado em vigor.

5.8 A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado à época vigente.

5.9 O CIDEMA poderá, a qualquer momento, reduzir os preços registrados, de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente da Contratada, em até 10 (dez) dias, contados da entrega da Nota Fiscal, devidamente preenchida, sob pena de devolução para reemissão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES

7.1. Da Contratada:

7.1.1 Encaminhar a Nota Fiscal juntamente com os produtos requisitados pelo CIDEMA.

7.1.2 Comunicar à unidade requisitante, qualquer anormalidade que impeça o fornecimento dos produtos contratados.

7.1.3 Indicar o responsável que responderá perante o CIDEMA por todos os atos e comunicações formais.

7.1.4 Arcar com o pagamento de todos os tributos e encargos que incidam sobre o produto fornecido, bem como pelo seu transporte, até o local determinado para a sua entrega.

7.1.5 Paralisar, por determinação do CIDEMA, qualquer fornecimento de produtos que estejam sob suspeita de contaminação ou condenado por autoridade sanitária.

7.2 Do CIDEMA:

7.2.1 Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução da Ata de Registro de Preços.

7.2.2 Promover o apontamento no dia do recebimento dos produtos, bem como efetuar os pagamentos devidos, nos prazos determinados.

7.2.3 Administrar, por intermédio do Departamento de Compras, Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1 Não obstante o fato de a vencedora ser a única e exclusiva responsável pelo fornecimento do objeto registrado na Ata de Registro de Preços, o CIDEMA, através de sua própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização na sua execução.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nos seguintes casos:

9.1.1 Persistência de infrações após a aplicação das multas previstas na cláusula décima.

9.1.2 Manifesta impossibilidade por parte da Contratada de cumprir as obrigações assumidas pela ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

9.1.3 Interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração.

9.1.4 Demais hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como desta Ata.

9.1.5 Liquidação judicial ou extrajudicial ou falência da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas neste Edital poderá sujeitar o licitante vencedor, garantida a ampla defesa, às sanções previstas na Lei 8.666/93.

10.2 O Presidente do CIDEMA poderá deixar de aplicar as penalidades se admitidas as justificativas apresentadas, nos termos do artigo 87, caput da Lei nº 8.666/93.

10.3 O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, deixar de cumprir parcial ou totalmente as cláusulas contratuais, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, cometer fraude fiscal ou não executar os serviços nas datas aprazadas, sem prejuízo do direito ao contraditório e a ampla defesa, ficará sujeita a aplicação das seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de:

b.1) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a 30 (trinta) dias de atraso;

b.2) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

b.3) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato.

c) Suspensão do Direito de Licitar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 2 (dois) anos.

d) Declaração de Inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação da multa de até 5% (cinco por cento) do valor global do contrato.

10.4 A CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua notificação, para recorrer das penalidades aplicadas. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada e não dará direito à CONTRATADA de qualquer contestação administrativa.

10.5 As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de rescisão do pacto em apreço.

10.6 Os valores das multas aplicadas deverão ser recolhidos aos cofres do Município de Chapecó, mediante depósito em conta corrente a ser indicada pela Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.

11.2 O CIDEMA não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se, durante a sua vigência, constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições previstas na Ata de Registro de Preços.

11.3 O CIDEMA, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da ata de Registro de Preços, determinar a gradativa redução ou aumento do fornecimento dos produtos registrados, até a elaboração de um novo processo licitatório.

11.4 A Contratada fica obrigada a fornecer o quantitativo fixado na Ata de Registro de Preços, acrescida de 25% (vinte e cinco por cento), se for o caso, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital e nesta Ata.

11.5 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento aprovado para o exercício de _____, classificação: 3.3.90.39.

11.6 Fazem parte integrante desta Ata, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas no Edital, as normas contidas na Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06 e a Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 Para dirimir questões decorrentes deste contrato fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó, com renúncia expressa a qualquer outro.

Chapecó, ____ de _____ de 2017.

Mário Afonso Woitexem

Presidente

CIGA

Extrato de Contrato n. 20 - Prefeitura Municipal de Paraíso

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Paraíso

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Paraíso

CNPJ: 80.912.009/0001-08

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 05/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 6.180,00 (seis mil e cento e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 21 - Prefeitura Municipal de Princesa

EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Princesa

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Princesa

CNPJ: 01.612.836/0001-00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 7.560,00 (sete mil e quinhentos e sessenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 493 - Prefeitura Municipal de Petrolândia

EXTRATO DE CONTRATO Nº 493/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Petrolândia
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Petrolândia
CNPJ: 83.102.673/0001-80
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 6.720,00 (seis mil e setecentos e vinte reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 12 de dezembro de 2016.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 494 - Prefeitura Municipal de Rio Negrinho

EXTRATO DE CONTRATO Nº 494/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Rio Negrinho
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Rio Negrinho
CNPJ: 83.102.756/0001-79
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 38/2016
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 8.640,00 (oito mil e seiscentos e quarenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 14 de dezembro de 2016.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 495 - Câmara Municipal de Painei

EXTRATO DE CONTRATO Nº 495/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Painei

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Painei

CNPJ: 01.646.639/0001-01

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 09 de novembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA

RESOLUÇÃO 0007_2017

Resolução n. 0007/2017

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0006/2017, Edital nº 0002/2017-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07 e Resolução 005/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0006/2017, Edital nº 0002/2017-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à pré-qualificação de bens, ficando assim composta:

I – Sandra Zonta – CIMCATARINA - Presidente;

II – Camila Strapazon – Município de Videira – Membro;

III – Elizete Aparecida Girardi – Membro.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 19 de janeiro de 2017.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS/AMMVI**CONTRATO007-2016NUNESFARMADISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2017.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA, pessoa jurídica, com sede na rua Almirante /gonçalves, nº 2247, no bairro Água Verde, na cidade de Curitiba/PR, inscrita no CNPJ nº 75.014.167/0001-00, neste ato representado pelo Sr. Paulo Andrei Baraus, inscrita no CPF nº 033.119.049-40, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 007/2016, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecedor

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados “Secretarias Municipais de Saúde”, conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.

2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos será pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.

2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).

2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar

o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação “VENDA PROIBIDA”, conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.

2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.

2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.

2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.

2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.

2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.

2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.

2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos

químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ão) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 33.968,02 (Trinta e três mil e novecentos e sessenta e oito reais e dois centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os

custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;

- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (25/10/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;

b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;

c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;

d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;

e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;

f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;

g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;

h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 007/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do

Editais, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;

- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 - No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da

intimação do ato.

10.5 – A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS
004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interdito ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 007/2016, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa

a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 19 de Janeiro de 2017.

CONTRATANTE

Cleones Hostins

Diretor Executivo do CISAMVICONTRATADO

NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA Paulo Andrei Baraus

CONVOCAÇÃO 24-01-2017

CONVOCAÇÃO:

Cleones Hostins, Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 140/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, Edição 2169, de 16/01/2017, página 699 e de acordo com o Artigo 33 do Estatuto Social, CONVOCA o Presidente, Vice-presidente e o Conselho Fiscal para a Reunião que se realizará no dia 24 de janeiro de 2017, às 14h00min.

Local: AMMVII - Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Rua Alberto Stein, 466 – Bairro Velha – Blumenau – SC).

ORDEM DO DIA

1. Apresentação e deliberação da Pauta para a AGO de 01/02/2017;
2. Assuntos gerais.

Blumenau (SC), em 18 de janeiro de 2017.

Cleones Hostins

Diretor Executivo do CISAMVI

CIGAMERIOS**RESOLUÇÃO Nº 01 - 2017 NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO**

RESOLUÇÃO Nº 001/2017

NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

O Presidente do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nas Cláusulas 13, 15 e 45 do Contrato de Consórcio Público e de acordo com o inciso IV e § 1º do art. 3º da Lei Federal n. 10.520/02,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Pregoeira e equipe de apoio para executar as atribuições estabelecidas na Resolução n. 003/2013 do CIGAMERIOS em consonância com a Lei Federal n. 10.520/02, o Decreto Federal n. 3.555/2000 e seu Anexo I, subsidiariamente pela Lei Federal 8.666/93, nos Processos Licitatórios da modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico no ano de 2017, pelos seguintes membros:

PREGOEIRA:

VALQUIRIA ASTRIGI – Coordenadora Técnico-administrativo do CIGAMERIOS, nomeada para o cargo pela Resolução n. 12/2015, do dia 14/10/2015, publicado no DOM, Ed. n. 1889 do dia 16/10/2015.

EQUIPE DE APOIO:

NOME DO SERVIDOR	CARGO/FUNÇÃO	MUNICÍPIO CONSORCIADO/LEI
	Compras/Pregoeiro Decreto n.	Bom Jesus do Oeste Lei n. 898/2013
	Compras/Pregoeiro Decreto n.	Caibi Lei n. 2.321/2012
	Compras/Pregoeiro Decreto n.	Cunha Porã Lei n. 2.559/2012
	Compras/Pregoeiro Decreto n.	Cunhataí Lei n. 803/2014
	Compras/Pregoeiro Decreto n.	Flor do Sertão Lei n. 585/2013
	Compras/Pregoeiro Decreto n.	Iraceminha Lei n. 1157/2012
	Compras/Pregoeiro Decreto n.	Maravilha Lei n. 3.648/2012
	Compras/Pregoeiro Decreto n.	Modelo Lei n. 2108/2013
	Compras/Pregoeiro Decreto n.	Palmitos Lei n. 3622/2012
	Compras/Pregoeiro Decreto n.	Riqueza Lei n. 0630/2013
	Compras/Pregoeiro Decreto n.	Romelândia Lei n. 2030/2013
	Compras/Pregoeiro Decreto n.	Saltinho Lei n. 767/2012
	Compras/Pregoeiro Decreto n.	Sta. T. do Progresso Lei n. 1223/2014
	Compras/Pregoeiro Decreto n.	São Miguel da Boa Vista Lei n. 859/2013
	Compras/Pregoeiro Decreto n.	Saudades Lei n. 2221/2015
	Compras/Pregoeiro Decreto n.	Tigrinhos Lei n. 694/2013

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maravilha – SC, em 13 de janeiro de 2017.

JAIRO RIVELINO EBELING

Presidente do CIGAMERIOS

RESOLUÇÃO Nº 02 - 2017 NOMEIA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 002/2017

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

O Presidente do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nas Cláusulas 13, 15 e 45 do Contrato de Consórcio Público e de acordo com a Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Permanente de Licitações, para executar as atribuições estabelecidas na Lei 8.666/93, nos Processos Administrativos de Licitação, com exceção a modalidade Pregão, durante o ano de 2017, pelos seguintes membros e funções:

1. PRESIDENTE:

VALQUIRIA ASTRIGI – Coordenadora Técnico-administrativo do CIGAMERIOS, nomeada para o cargo pela Resolução n. 12/2015, do dia 14/10/2015, publicado no DOM, Ed. n. 1889 do dia 16/10/2015.

2. MEMBROS:

MUNICIPIO CONSORCIADO	NOME	CARGO MUNICIPAL
Bom Jesus do Oeste	Roseni Machado de Souza Bruxel	Secretário de Saúde
Caibi	Sidnei Bellé	Secretário de Saúde
Cunha Porã	Alexandre Lencina Fagundes	Secretário de Saúde
Cunhataí	Ilco Franken	Secretário de Saúde
Flor do Sertão	Maristela de Fatima Valler	Secretário de Saúde
Iraceminha	Marisa Rosane Forgerine Moraes	Secretário de Saúde
Maravilha	Miriane Sartori	Secretário de Saúde
Modelo	Erno Michelin	Secretário de Saúde
Palmitos	Adriana Augustin	Secretário de Saúde
Riqueza	Alexandre Schenatto	Secretário de Saúde
Romelândia	Claudio Elias Schenkel	Secretário de Saúde
Saltinho	Marla Cristina Fachini Sutil	Secretário de Saúde
Sta. T. do Progresso	Janir Bach	Secretário de Saúde
São Miguel da Boa Vista	Ivani Terezinha Meinerz	Secretário de Saúde
Saudades	José Ricardo Ternus	Secretário de Saúde
Tigrinhos	Solange Teske	Secretário de Saúde

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maravilha – SC, em 13 de janeiro de 2017.

JAIRO RIVELINO EBELING

Presidente do CIGAMERIOS

CIASS

CONTRATO DE RATEIO 01/2017

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

CONTRATO DE RATEIO Nº 01 /2017

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de TURVO e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES .

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/GM/2002) que celebram entre si o Município de Turvo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.548.983/0001-60, com sede administrativa na Rua Nereu Ramos, 588 Centro - Tuirvo, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Tiago Zilli e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.938.445/0001-97, com sede na Rua Romulo Pescador, 500 , Centro, Turvo/SC, neste ato representado por seu Presidente do CIASS, Sr. Tiago Zilli (Prefeito de Turvo), brasileiro, casado, CPF nº 612.742.599-91.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal de Turvo nº 2.226/2014 de 16/12/2014..

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002)

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

- I – Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;
- II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;
- III – atendimento individualizado e em pequenos grupos;
- IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V – não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII – participação na vida da comunidade local;
- VIII – preparação gradativa para o desligamento;
- IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo;
- X – atendimento ao contido na Portaria MS 336/2002 do Ministério da Saúde;
- XI – atendimento ao contido no art. 6º - C, § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei 12435/11;
- XII – prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;
- XIII – fortalecer as redes sociais de apoio à família;
- XIV – contribuir no combate de estigmas e preconceitos;
- XV – assegurar proteção social imediata a atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;
- XVI – prevenir o abandono e a institucionalização;
- XVII – fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família;
- XIX – proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;
- XX – desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

- I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CIASS as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;
- II - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;
- III - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;
- IV - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CIASS:

- I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;
- II - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pelo MUNICÍPIO em prazo razoável;
- IV - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros;
- VI - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o MUNICÍPIO repassará mensalmente ao CIASS a importância de R\$ 17.875,00.

Cláusula oitava. Fica o CIASS autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do MUNICÍPIO o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIASS deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.41 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas de capital previstas no orçamento do MUNICÍPIO para o exercício de 2016, nos termos da Lei Municipal nº 2293/2016 de 23/12/2016).

Parágrafo único. Mensalmente deverão ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

- a) dotação orçamentária nº 3.1.71.41 no valor de R\$ 11.552,13;
- b) dotação orçamentária nº 3.3.71.41 no valor de R\$ 5.552,73;
- c) dotação orçamentária nº 4.4.71.41 no valor de R\$ 770,14.

DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Havendo prorrogação do contrato, os valores repassados serão reajustados de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do CIASS.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

DA EXECUÇÃO

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de execução até 31 de dezembro de 2017, sendo iniciado a partir de sua assinatura,

admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá vigência até 30 dias após o encerramento do prazo de execução, prazo em que deverão restar adimplidas as obrigações de ambas as partes.

DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma. Turvo, 02 de Janeiro de 2017.

Tiago Zilli

Prefeito de Turvo

Tiago Zilli

Presidente do CIASS e Prefeito de Turvo

CONTRATO DE RATEIO 02/2017

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

CONTRATO DE RATEIO Nº 02 /2017

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de JACINTO MACHADO e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES .

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/GM/2002) que celebram entre si o Município de Jacinto Machado, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.960.758/0001-36., com sede administrativa na Rua Pool Jorge Zacca,75 Centro – Jacinto Machado, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Joao Batista Mezzari e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.938.445/0001-97, com sede na Rua Romulo Pescador, 500 , Centro, Turvo/SC, neste ato representado por seu Presidente do CIASS, Sr. Tiago Zilli (Prefeito de Turvo), brasileiro, casado, CPF nº 612.742.599-91.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal de Jacinto Machado nº 767/2014 de 19/12/2014.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002)

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I – Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III – atendimento individualizado e em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V – não desmembramento de grupos de irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo;

X – atendimento ao contido na Portaria MS 336/2002 do Ministério da Saúde;

XI – atendimento ao contido no art. 6º - C, § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei 12435/11;

XII – prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;

XIII – fortalecer as redes sociais de apoio à família;

XIV – contribuir no combate de estigmas e preconceitos;

XV – assegurar proteção social imediata a atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;

XVI – prevenir o abandono e a institucionalização;

XVII – fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família;

XIX – proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;

XX – desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CIASS as sugestões e

críticas aos serviços objeto deste contrato;

II - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

III - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;

IV - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CIASS:

I - executar os serviços nas condições estipuladas neste contrato;

II - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pelo MUNICÍPIO em prazo razoável;

IV - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros;

VI - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o MUNICÍPIO repassará mensalmente ao CIASS a importância de R\$ 15.400,00.

Cláusula oitava. Fica o CIASS autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do MUNICÍPIO o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIASS deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.41 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas de capital previstas no orçamento do MUNICÍPIO para o exercício de 2017, nos termos da Lei Municipal nº. 827/2016 de 20/12/2016).

Parágrafo único. Mensalmente deverão ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

a) dotação orçamentária nº 3.1.71.41 no valor de R\$ 9.952,61;

b) dotação orçamentária nº 3.3.71.41 no valor de R\$ 4.783,89;

c) dotação orçamentária nº 4.4.71.41 no valor de R\$ 663,51.

DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Havendo prorrogação do contrato, os valores repassados serão reajustados de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do CIASS.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

DA EXECUÇÃO

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de execução até 31 de dezembro de 2017, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá vigência até 30 dias após o encerramento do prazo de execução, prazo em que deverão restar adimplidas as obrigações de ambas as partes.

DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Turvo, 02 de Janeiro de 2017.

Joao Batista Mezzari

Prefeito de Jacinto Machado

Tiago Zilli

Presidente do CIASS e Prefeito de Turvo

CONTRATO DE RATEIO 03/2017

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

CONTRATO DE RATEIO Nº 03 /2017

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de ERMO e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES.

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/GM/2002) que celebram entre si o Município de Turvo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.608.905/0001-01, com sede administrativa na Rodovia SC 485 KM 06, nº 120 - Centro – Ermo, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Aldoir Cadorin e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.938.445/0001-97, com sede na Rua Romulo Pescador, 500 , Centro, Turvo/SC, neste ato representado por seu Presidente do CIASS, Sr. Tiago Zilli (Prefeito de Turvo), brasileiro, casado, CPF nº 612.742.599-91.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal de Ermo nº 376/2014 de 23/12/2014..

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002)

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I – Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III – atendimento individualizado e em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V – não desmembramento de grupos de irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo;

X – atendimento ao contido na Portaria MS 336/2002 do Ministério da Saúde;

XI – atendimento ao contido no art. 6º - C, § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei 12435/11;

XII – prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;

XIII – fortalecer as redes sociais de apoio à família;

XIV – contribuir no combate de estigmas e preconceitos;

XV – assegurar proteção social imediata a atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;

XVI – prevenir o abandono e a institucionalização;

XVII – fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família;

XIX – proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;

XX – desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CIASS as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;

II - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

III - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;

IV - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CIASS:

I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;

II - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pelo MUNICÍPIO em prazo razoável;

IV - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros;

VI - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o MUNICÍPIO repassará mensalmente ao CIASS a importância de R\$ 2.750,00.

Cláusula oitava. Fica o CIASS autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do MUNICÍPIO o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIASS deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.41 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas de capital previstas no orçamento do MUNICÍPIO para o exercício de 2017, nos termos da Lei Municipal nº 412/2016 de 07/12/2016.

Parágrafo único. Mensalmente deverão ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

a) dotação orçamentária nº 3.1.71.41 no valor de R\$ 1.777,25;

b) dotação orçamentária nº 3.3.71.41 no valor de R\$ 854,27;

c) dotação orçamentária nº 4.4.71.41 no valor de R\$ 118,48.

DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Havendo prorrogação do contrato, os valores repassados serão reajustados de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do CIASS.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

DA EXECUÇÃO

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de execução até 31 de dezembro de 2017, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá vigência até 30 dias após o encerramento do prazo de execução, prazo em que deverão restar adimplidas as obrigações de ambas as partes.

DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma. Turvo, 02 de Janeiro de 2017.

Aldoir Cadornin

Prefeito de Ermo

Tiago Zilli

Presidente do CIASS e Prefeito de Turvo

CONTRATO DE RATEIO 04/2017

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

CONTRATO DE RATEIO Nº 04 /2017

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de TIMBE DO SUL e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES .

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/GM/2002) que celebram entre si o Município de Timbé do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.915.234/0001-34, com sede administrativa na Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 - Centro - Timbé do Sul, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Roberto Biava e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.938.445/0001-97, com sede na Rua Romulo Pescador, 500 , Centro, Turvo/SC, neste ato representado por seu Presidente do CIASS, Sr. Tiago Zilli (Prefeito de Turvo), brasileiro, casado, CPF nº 612.742.599-91.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal de Timbe do Sul nº 1739/2014 de 09/12/2014.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002)

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I – Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III – atendimento individualizado e em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V – não desmembramento de grupos de irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo;

X – atendimento ao contido na Portaria MS 336/2002 do Ministério da Saúde;

XI – atendimento ao contido no art. 6º - C, § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei 12435/11;

XII – prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;

XIII – fortalecer as redes sociais de apoio à família;

XIV – contribuir no combate de estigmas e preconceitos;

XV – assegurar proteção social imediata a atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física,

mental e social;

XVI – prevenir o abandono e a institucionalização;

XVII – fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família;

XIX – proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;

XX – desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CIASS as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;

II - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

III - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;

IV - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CIASS:

I - executar os serviços nas condições estipuladas neste contrato;

II - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pelo MUNICÍPIO em prazo razoável;

IV - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros;

VI - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o MUNICÍPIO repassará mensalmente ao CIASS a importância de R\$ 7.700,00.

Cláusula oitava. Fica o CIASS autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do MUNICÍPIO o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIASS deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.41 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas de capital previstas no orçamento do MUNICÍPIO para o exercício de 2017, nos termos da Lei Municipal nº 1816/2016 de 01/12/2016.

Parágrafo único. Mensalmente deverão ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

a) dotação orçamentária nº 3.1.71.41 no valor de R\$ 4.976,30;

b) dotação orçamentária nº 3.3.71.41 no valor de R\$ 2.391,94;

c) dotação orçamentária nº 4.4.71.41 no valor de R\$ 331,75.

DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Havendo prorrogação do contrato, os valores repassados serão reajustados de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do CIASS.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

DA EXECUÇÃO

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de execução até 31 de dezembro de 2017, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá vigência até 30 dias após o encerramento do prazo de execução, prazo em que deverão restar adimplidas as obrigações de ambas as partes.

DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Turvo, 02 de Janeiro de 2017.

Roberto Biava

Prefeito de Timbé do Sul

Tiago Zilli

Presidente do CIASS e Prefeito de Turvo

CONTRATO DE RATEIO 05/2017

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

CONTRATO DE RATEIO Nº 05 /2017

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de MELEIRO e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES .

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da

Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/GM/2002) que celebram entre si o Município de Meleiro, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.837.741/0001-96, com sede administrativa na Rua Sete de Setembro, 371 - Centro – Meleiro, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Eder Mattos e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.938.445/0001-97, com sede na Rua Romulo Pescador, 500 , Centro, Turvo/SC, neste ato representado por seu Presidente do CIASS, Sr. Tiago Zilli (Prefeito de Turvo), brasileiro, casado, CPF nº 612.742.599-91.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal de Meleiro nº. 1680/2014 de 23/12/2014.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002)

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

- I – Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;
- II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;
- III – atendimento individualizado e em pequenos grupos;
- IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V – não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII – participação na vida da comunidade local;
- VIII – preparação gradativa para o desligamento;
- IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo;
- X – atendimento ao contido na Portaria MS 336/2002 do Ministério da Saúde;
- XI – atendimento ao contido no art. 6º - C, § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei 12435/11;
- XII – prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;
- XIII – fortalecer as redes sociais de apoio à família;
- XIV – contribuir no combate de estigmas e preconceitos;
- XV – assegurar proteção social imediata a atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;
- XVI – prevenir o abandono e a institucionalização;
- XVII – fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família;
- XIX – proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;
- XX – desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

- I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CIASS as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;
- II - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;
- III - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;
- IV - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CIASS:

- I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;
- II - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pelo MUNICÍPIO em prazo razoável;
- IV - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros;
- VI - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o MUNICÍPIO repassará mensalmente ao CIASS a importância de R\$ 10.175,00

Cláusula oitava. Fica o CIASS autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do MUNICÍPIO o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIASS deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.41 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas de capital previstas no orçamento do MUNICÍPIO para o exercício de 2017, nos termos da Lei Orçamentaria 1.732/2016 de 26/10/2016.

Parágrafo único. Mensalmente deverão ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

- a) dotação orçamentária nº 3.1.71.41 no valor de R\$ 6.575,83;

b) dotação orçamentária nº 3.3.71.41 no valor de R\$ 3.160,78;

c) dotação orçamentária nº 4.4.71.41 no valor de R\$ 438,39.

DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Havendo prorrogação do contrato, os valores repassados serão reajustados de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do CIASS.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

DA EXECUÇÃO

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de execução até 31 de dezembro de 2017, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá vigência até 30 dias após o encerramento do prazo de execução, prazo em que deverão restar adimplidas as obrigações de ambas as partes.

DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Turvo, 02 de Janeiro de 2017.

Eder Mattos

Prefeito de Meleiro

Tiago Zilli

Presidente do CIASS e Prefeito de Turvo

CONTRATO DE RATEIO 06/2017

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

CONTRATO DE RATEIO Nº 06 /2017

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de MORRO GRANDE e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES .

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/GM/2002) que celebram entre si o Município de Morro Grande, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 95.782.785/0001-08., com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 310 - Centro – Morro Grande, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Valdionir Rocha e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.938.445/0001-97, com sede na Rua Romulo Pescador, 500 , Centro, Turvo/SC, neste ato representado por seu Presidente do CIASS, Sr. Tiago Zilli (Prefeito de Turvo), brasileiro, casado, CPF nº 612.742.599-91.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal de Morro Grande nº. 818/2014 de 17/12/2014.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002)

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I – Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III – atendimento individualizado e em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V – não desmembramento de grupos de irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo;

X – atendimento ao contido na Portaria MS 336/2002 do Ministério da Saúde;

XI – atendimento ao contido no art. 6º - C, § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei 12435/11;

XII – prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;

XIII – fortalecer as redes sociais de apoio à família;

XIV – contribuir no combate de estigmas e preconceitos;

XV – assegurar proteção social imediata a atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;

XVI – prevenir o abandono e a institucionalização;

XVII – fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família;

XIX – proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;

XX – desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CIASS as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;

II - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

III - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;

IV - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CIASS:

I - executar os serviços nas condições estipuladas neste contrato;

II - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pelo MUNICÍPIO em prazo razoável;

IV - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros;

VI - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o MUNICÍPIO repassará mensalmente ao CIASS a importância de R\$ 4.125,00. Cláusula oitava. Fica o CIASS autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do MUNICÍPIO o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIASS deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.41 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas de capital previstas no orçamento do MUNICÍPIO para o exercício de 2017, nos termos da Lei Municipal nº 868/2016 de 08/11/2016.

Parágrafo único. Mensalmente deverão ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

a) dotação orçamentária nº 3.1.71.41 no valor de R\$ 2.665,88;

b) dotação orçamentária nº 3.3.71.41 no valor de R\$ 1.281,40;

c) dotação orçamentária nº 4.4.71.41 no valor de R\$ 177,73.

DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Havendo prorrogação do contrato, os valores repassados serão reajustados de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do CIASS.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

DA EXECUÇÃO

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de execução até 31 de dezembro de 2017, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá vigência até 30 dias após o encerramento do prazo de execução, prazo em que deverão restar adimplidas as obrigações de ambas as partes.

DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Turvo, 02 de Janeiro de 2017.

Valdionir Rocha

Prefeito de Morro Grande

Tiago Zilli

Presidente do CIASS e Prefeito de Turvo

BALANCETE 6 BIM DE 2016

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Demonstrativo das Contas Banco - Anexo TC 02

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Dezembro

Número	Banco	Agência	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo
Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE							
BANCOS CONTA MOVIMENTO							
1	756	3074	35.306-0 - SICOB_CREDISULCA C/3530-6 MOV	94.016,00	86.500,00	136.599,55	43.916,45
Total da Entidade:				94.016,00	86.500,00	136.599,55	43.916,45
Totais:				94.016,00	86.500,00	136.599,55	43.916,45

Turvo, 18/01/2017

RONALDO CARLESSI	Juir Antonio Rovaris	Nestor Reco
Presidente do CIASS	Contador CRCSC 16738/0-4	Responsavel pelo Controle Interno

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Liquidada - Anexo TC 08

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: 6º Bimestre
Página 1 de 2

Entidade : CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos				Despesa Liquidada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Bimestre	Até o Bimestre	
01	CIASS DE TURVO		633.000,00	305.000,00	135.000,00	803.000,00	205.885,69	769.978,55	33.021,45
01.01.0	CIASS DE TURVO		633.000,00	305.000,00	135.000,00	803.000,00	205.885,69	769.978,55	33.021,45
01.01.08	ASSISTENCIA SOCIAL		633.000,00	305.000,00	135.000,00	803.000,00	205.885,69	769.978,55	33.021,45
01.01.08.243	Assistencia a Criança e ao Adolescente		633.000,00	305.000,00	135.000,00	803.000,00	205.885,69	769.978,55	33.021,45
01.01.08.243.0001	MANUTENÇÃO DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROF		633.000,00	305.000,00	135.000,00	803.000,00	205.885,69	769.978,55	33.021,45
08.243.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES		633.000,00	305.000,00	135.000,00	803.000,00	205.885,69	769.978,55	33.021,45
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0001	220.000,00	255.000,00	0,00	475.000,00	138.688,28	463.268,06	11.731,94
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0001					96.803,19	359.545,39	
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	0001					82.176,88	343.168,88	
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	0001					14.626,51	16.376,51	
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0001					41.885,09	103.722,67	
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	0001					12.860,67	22.579,45	
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0001					29.024,42	81.143,22	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0001	233.000,00	50.000,00	0,00	283.000,00	67.197,41	282.106,59	20.893,41
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0001					17.308,20	98.657,55	
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0001					863,13	4.169,98	
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0001					0,00	854,65	
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0001					10.314,97	55.289,37	
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	0001					0,00	172,00	
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0001					872,25	4.577,78	
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	0001					0,00	614,80	
3.3.90.30.20.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	0001					0,00	3.624,40	
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	0001					0,00	1.587,10	
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higieneização	0001					3.246,75	14.851,85	
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	0001					137,57	1.918,27	
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0001					927,28	4.234,10	
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0001					489,00	1.317,91	
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	0001					0,00	963,00	
3.3.90.30.29.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0001					0,00	125,00	
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0001					457,25	4.357,34	
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0001					0,00	2.819,38	
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	0001					0,00	2.819,38	
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0001					11.800,00	51.700,00	
3.3.90.36.35.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Oper	0001					3.900,00	15.600,00	
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0001					5.400,00	21.600,00	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0001					2.500,00	14.500,00	
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0001					38.089,21	108.929,66	
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0001					0,00	276,00	
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0001					1.136,64	5.498,43	
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0001					2.172,71	11.053,69	
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0001					600,91	3.869,81	
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	0001					0,00	1.774,68	
3.3.90.39.95.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados	0001					0,00	168,00	
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0001					34.178,95	86.239,05	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0001	180.000,00	0,00	135.000,00	45.000,00	0,00	44.603,90	396,10
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0001					0,00	44.603,90	
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	0001					0,00	75,00	
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	0001					0,00	446,00	
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	0001					0,00	12.092,90	
4.4.90.52.48.00.00.00	Veículos Diversos	0001					0,00	31.990,00	

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: 6º Bimestre

Página 2 de 2

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Liquidada - Anexo TC 08

Entidade : CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Liquidada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Bimestre	Até o Bimestre
01	CIASS DE TURVO		633.000,00	305.000,00	135.000,00	803.000,00	205.885,69	769.978,55
01.01.0	CIASS DE TURVO		633.000,00	305.000,00	135.000,00	803.000,00	205.885,69	769.978,55
01.01.08	ASSISTENCIA SOCIAL		633.000,00	305.000,00	135.000,00	803.000,00	205.885,69	769.978,55
01.01.08.243	Assistencia a Criança e ao Adolescente		633.000,00	305.000,00	135.000,00	803.000,00	205.885,69	769.978,55
01.01.08.243.0001	MANUTENÇÃO DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROF		633.000,00	305.000,00	135.000,00	803.000,00	205.885,69	769.978,55
08.243.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES		633.000,00	305.000,00	135.000,00	803.000,00	205.885,69	769.978,55
4.4.90.52.48.00.00.00	Veículos Diversos	0001					0,00	31.990,00
		Total por Entidade :	633.000,00	305.000,00	135.000,00	803.000,00	205.885,69	769.978,55
		Total Geral :	633.000,00	305.000,00	135.000,00	803.000,00	205.885,69	769.978,55

Turvo, 18/01/2017

RONALDO CARLESSI

Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris

Contador CRCSC 16738/0-4

Nestor Reco

Responsável pelo Controle Interno

Betha Sistemas

Exercício de 2016

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Novembro até Dezembro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
ATIVO	216.915,85	537.093,15	162.140,00	699.233,15	133.670,45
	0,00	559.563,05	222.915,50	782.478,55	0,00
SICOB_CREDISULCA C/3530-6 MOV	171.765,75	482.489,25	159.640,00	642.129,25	43.916,45
	0,00	555.563,05	214.415,50	769.978,55	0,00
SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	10.000,00	2.500,00	12.500,00	0,00
	0,00	4.000,00	8.500,00	12.500,00	0,00
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	44.570,10	12.613,90	0,00	12.613,90	57.184,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTOGRAFIA	580,00	0,00	0,00	0,00	580,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	0,00	31.990,00	0,00	31.990,00	31.990,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	0,00	842.001,92	947.762,09	1.789.764,01	0,00
	216.915,85	850.531,73	855.986,88	1.706.518,61	133.670,45
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	0,00	85.059,94	96.803,19	181.863,13	0,00
	0,00	85.059,94	96.803,19	181.863,13	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO	0,00	1.256,96	0,00	1.256,96	0,00
	0,00	1.256,96	0,00	1.256,96	0,00
SANDRA REGINA BLAZIUS	0,00	176.425,30	0,00	176.425,30	0,00
	0,00	176.425,30	0,00	176.425,30	0,00
INSS	0,00	52.118,80	29.024,42	81.143,22	0,00
	0,00	52.118,80	29.024,42	81.143,22	0,00
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	0,00	4.617,46	0,00	4.617,46	0,00
	0,00	4.617,46	0,00	4.617,46	0,00
SICOOB - SISTEMA DE COOPERATIVA D	0,00	5.101,32	12.860,67	17.961,99	0,00
	0,00	5.101,32	12.860,67	17.961,99	0,00
BETHA SISTEMAS LTDA	0,00	6.220,00	2.571,00	8.791,00	0,00
	0,00	6.220,00	2.571,00	8.791,00	0,00
JEISSON ROCHA DA CUNHA EIRELI	0,00	6.500,00	0,00	6.500,00	0,00
	0,00	6.500,00	0,00	6.500,00	0,00
CALDIERARO E SILVA SAÚDE E SEGURANÇA	0,00	900,00	300,00	1.200,00	0,00
	0,00	1.000,00	200,00	1.200,00	0,00
CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO	0,00	4.361,79	1.136,64	5.498,43	0,00
	0,00	4.361,79	1.136,64	5.498,43	0,00
LIVRARIA E PAPELARIA DENTINHO LTDA	0,00	2.998,34	347,55	3.345,89	0,00
	0,00	3.131,64	214,25	3.345,89	0,00
CATARINA BAZAR LTDA ME	0,00	2.043,08	0,00	2.043,08	0,00
	0,00	2.043,08	0,00	2.043,08	0,00
GOLD COMPUTADORES LTDA	0,00	2.232,80	1.084,00	3.316,80	0,00
	0,00	2.658,80	658,00	3.316,80	0,00
MARIA STELA BRISTOT BRINA ME	0,00	33.038,80	8.356,72	41.395,52	0,00
	0,00	34.775,40	6.620,12	41.395,52	0,00
AMPLA COMERCIAL LTDA EPP	0,00	15.478,25	489,00	15.967,25	0,00
	0,00	15.478,25	489,00	15.967,25	0,00
SICOOB - SISTEMA DE COOPERATIVA D	0,00	1.990,95	0,00	1.990,95	0,00
	0,00	1.990,95	0,00	1.990,95	0,00

Betha Sistemas

Exercício de 2016

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Novembro até Dezembro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
TECNOELETRO DELLA VECHIA LTDA EP	0,00	611,48	1.046,59	1.658,07	0,00
	0,00	611,48	1.046,59	1.658,07	0,00
CASAGRANDE M. C. EIRELLI EPP	0,00	872,05	650,69	1.522,74	0,00
	0,00	872,05	650,69	1.522,74	0,00
DARLETE CANDEO ME	0,00	1.296,70	185,80	1.482,50	0,00
	0,00	1.296,70	185,80	1.482,50	0,00
MINATTO PADARIA, CONFEITARIA E LAM	0,00	96,53	0,00	96,53	0,00
	0,00	96,53	0,00	96,53	0,00
BABA ARTES E FIOS LTDA ME	0,00	196,40	137,57	333,97	0,00
	0,00	196,40	137,57	333,97	0,00
GUSTAVO ZACCARON MARCON ME	0,00	963,00	0,00	963,00	0,00
	0,00	963,00	0,00	963,00	0,00
OI S.A	0,00	3.268,90	600,91	3.869,81	0,00
	0,00	3.268,90	600,91	3.869,81	0,00
COPER CALÇADOS E PAPELARIA LTDA	0,00	700,50	0,00	700,50	0,00
	0,00	700,50	0,00	700,50	0,00
SANDRA REGINA BLAZIUS	0,00	12.000,00	2.500,00	14.500,00	0,00
	0,00	12.000,00	2.500,00	14.500,00	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO	0,00	33.300,44	30.246,95	63.547,39	0,00
	0,00	33.300,44	30.246,95	63.547,39	0,00
NADIR PAROL CANDEO E CIA LTDA	0,00	1.593,00	0,00	1.593,00	0,00
	0,00	1.593,00	0,00	1.593,00	0,00
MANTOVANI E CIA LTDA ME	0,00	24.702,29	8.880,01	33.582,30	0,00
	0,00	26.434,09	7.148,21	33.582,30	0,00
LAURINDO MOVEIS LTDA ME	0,00	2.738,73	0,00	2.738,73	0,00
	0,00	2.738,73	0,00	2.738,73	0,00
CASAN - COMPANHIA CATARINENSE DE	0,00	7.828,72	3.224,97	11.053,69	0,00
	0,00	8.880,98	2.172,71	11.053,69	0,00
AIISLAN FERROS LTDA ME	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00
	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00
ESTER SCARABELOT DELLA VECHIA	0,00	11.700,00	3.900,00	15.600,00	0,00
	0,00	11.700,00	3.900,00	15.600,00	0,00
POLPAS E SUCOS ROS IND. E COM. DE	0,00	1.037,42	0,00	1.037,42	0,00
	0,00	1.037,42	0,00	1.037,42	0,00
JORNAL A TRIBUNA LTDA	0,00	168,00	0,00	168,00	0,00
	0,00	168,00	0,00	168,00	0,00
VIP CAR VEICULOS LTDA	0,00	31.990,00	0,00	31.990,00	0,00
	0,00	31.990,00	0,00	31.990,00	0,00
RENAN DANIEL FONTANELA ME	0,00	120,00	0,00	120,00	0,00
	0,00	120,00	0,00	120,00	0,00
ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE CC	0,00	3.164,17	1.005,81	4.169,98	0,00
	0,00	3.306,85	863,13	4.169,98	0,00
SCHMIDT PLACAS E LACRES PARA VEIC	0,00	125,00	0,00	125,00	0,00
	0,00	125,00	0,00	125,00	0,00
LIBERTY SEGUROS S/A	0,00	1.758,93	0,00	1.758,93	0,00
	0,00	1.758,93	0,00	1.758,93	0,00

Betha Sistemas

Exercício de 2016

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Novembro até Dezembro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
DN COMUNICAÇÃO LTDA ME	0,00	600,00	0,00	600,00	0,00
	0,00	600,00	0,00	600,00	0,00
PANIFICADORA COLONETTI LTDA ME	0,00	611,19	64,84	676,03	0,00
	0,00	611,19	64,84	676,03	0,00
DIAS CONSTRUÇÕES	0,00	650,00	0,00	650,00	0,00
	0,00	650,00	0,00	650,00	0,00
JUIR ANTONIO ROVARIS	0,00	16.200,00	5.400,00	21.600,00	0,00
	0,00	16.200,00	5.400,00	21.600,00	0,00
COMERCIAL ATENAS LTDA ME	0,00	99,98	291,00	390,98	0,00
	0,00	99,98	291,00	390,98	0,00
ANDRIANE LIPARE BURIGO	0,00	40,00	0,00	40,00	0,00
	0,00	40,00	0,00	40,00	0,00
BEBIDAS MANDELLI LTDA ME	0,00	0,00	53,00	53,00	0,00
	0,00	53,00	0,00	53,00	0,00
PADARIA E CONFEITARIA MANENTI LTD.	0,00	0,00	60,00	60,00	0,00
	0,00	60,00	0,00	60,00	0,00
NATAN VIEIRA LUZZIETTI 09204507926	0,00	0,00	90,00	90,00	0,00
	0,00	0,00	90,00	90,00	0,00
ISS RETENÇÕES	0,00	130,00	0,00	130,00	0,00
	0,00	130,00	0,00	130,00	0,00
I.N.S.S.	0,00	18.226,76	10.065,93	28.292,69	0,00
	0,00	21.065,09	7.227,60	28.292,69	0,00
IRRF	0,00	826,05	910,18	1.736,23	0,00
	0,00	1.081,89	654,34	1.736,23	0,00
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	0,00	481,58	0,00	481,58	0,00
	0,00	481,58	0,00	481,58	0,00
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	0,00	240.238,08	644.231,43	884.469,51	2.102,18
	240.238,08	0,00	642.129,25	642.129,25	0,00
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	240.238,08	0,00	240.238,08	240.238,08
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	23.322,23	0,00	81.143,22	81.143,22	81.143,22
	0,00	23.322,23	0,00	23.322,23	0,00
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS	0,00	23.322,23	0,00	23.322,23	23.322,23
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00	513.608,96	211.975,69	725.584,65	0,00
	0,00	120,00	725.464,65	725.584,65	0,00
VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	262.742,20	96.803,19	359.545,39	0,00
	0,00	0,00	359.545,39	359.545,39	0,00
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00	52.118,80	29.024,42	81.143,22	0,00
	0,00	0,00	81.143,22	81.143,22	0,00
FGTS	0,00	9.718,78	12.860,67	22.579,45	0,00
	0,00	0,00	22.579,45	22.579,45	0,00
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMO	0,00	3.306,85	863,13	4.169,98	0,00
	0,00	0,00	4.169,98	4.169,98	0,00
GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADO:	0,00	854,65	0,00	854,65	0,00
	0,00	0,00	854,65	854,65	0,00

Betha Sistemas

Exercício de 2016

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Novembro até Dezembro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
GÊNEROS ALIMENTAÇÃO	0,00	44.974,40	10.314,97	55.289,37	0,00
	0,00	0,00	55.289,37	55.289,37	0,00
MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	0,00	172,00	0,00	172,00	0,00
	0,00	0,00	172,00	172,00	0,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	3.705,53	872,25	4.577,78	0,00
	0,00	0,00	4.577,78	4.577,78	0,00
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	614,80	0,00	614,80	0,00
	0,00	0,00	614,80	614,80	0,00
MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	0,00	3.624,40	0,00	3.624,40	0,00
	0,00	0,00	3.624,40	3.624,40	0,00
MATERIAL DE COPA E COZINHA	0,00	1.587,10	0,00	1.587,10	0,00
	0,00	0,00	1.587,10	1.587,10	0,00
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIG	0,00	11.605,10	3.246,75	14.851,85	0,00
	0,00	0,00	14.851,85	14.851,85	0,00
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	0,00	1.780,70	137,57	1.918,27	0,00
	0,00	0,00	1.918,27	1.918,27	0,00
MATERIAL P/MANUT. E BENS IMÓVEIS/INSTA	0,00	3.306,82	927,28	4.234,10	0,00
	0,00	0,00	4.234,10	4.234,10	0,00
MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	0,00	828,91	489,00	1.317,91	0,00
	0,00	0,00	1.317,91	1.317,91	0,00
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	0,00	963,00	0,00	963,00	0,00
	0,00	0,00	963,00	963,00	0,00
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULO	0,00	125,00	0,00	125,00	0,00
	0,00	0,00	125,00	125,00	0,00
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	0,00	3.900,09	547,25	4.447,34	0,00
	0,00	0,00	4.447,34	4.447,34	0,00
MATERIAL DESTINADO A ASSISTÊNCIA SOCI	0,00	2.819,38	0,00	2.819,38	0,00
	0,00	0,00	2.819,38	2.819,38	0,00
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	11.700,00	3.900,00	15.600,00	0,00
	0,00	0,00	15.600,00	15.600,00	0,00
SERV. DE APOIO ADMIN., TÉCNICO E OPERA	0,00	16.200,00	5.400,00	21.600,00	0,00
	0,00	0,00	21.600,00	21.600,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESS	0,00	6.000,00	8.500,00	14.500,00	0,00
	0,00	0,00	14.500,00	14.500,00	0,00
PUBLICIDADE	0,00	168,00	0,00	168,00	0,00
	0,00	0,00	168,00	168,00	0,00
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	0,00	326,00	0,00	326,00	0,00
	0,00	0,00	326,00	326,00	0,00
SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA E	0,00	13.242,77	3.309,35	16.552,12	0,00
	0,00	0,00	16.552,12	16.552,12	0,00
SERVIÇOS BANCÁRIOS	0,00	1.774,68	0,00	1.774,68	0,00
	0,00	0,00	1.774,68	1.774,68	0,00
OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	55.449,00	34.779,86	90.228,86	0,00
	0,00	120,00	90.108,86	90.228,86	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00	0,00	642.129,25	642.129,25	0,00
	0,00	482.489,25	159.640,00	642.129,25	0,00

Betha Sistemas

Exercício de 2016

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Novembro até Dezembro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMEN	0,00	0,00	642.129,25	642.129,25	0,00
	0,00	482.489,25	159.640,00	642.129,25	0,00
CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENT	0,00	1.401.000,00	917.374,65	2.318.374,65	0,00
	0,00	135.000,00	2.183.374,65	2.318.374,65	0,00
PREVISÃO INICIAL DA RECEITA BRUTA	0,00	633.000,00	0,00	633.000,00	0,00
	0,00	0,00	633.000,00	633.000,00	0,00
CRÉDITO INICIAL	0,00	633.000,00	272.374,65	905.374,65	0,00
	0,00	0,00	905.374,65	905.374,65	0,00
CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR	0,00	135.000,00	170.000,00	305.000,00	0,00
	0,00	0,00	305.000,00	305.000,00	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCICIO AN	0,00	0,00	170.000,00	170.000,00	0,00
	0,00	0,00	170.000,00	170.000,00	0,00
VALOR GLOBAL DA DOTACAO ADICIONAL PC	0,00	0,00	170.000,00	170.000,00	0,00
	0,00	0,00	170.000,00	170.000,00	0,00
CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOT/	0,00	0,00	135.000,00	135.000,00	0,00
	0,00	135.000,00	0,00	135.000,00	0,00
CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	2.335.220,52	3.439.744,42	5.774.964,94	0,00
	0,00	3.601.220,52	2.173.744,42	5.774.964,94	0,00
RECEITA A REALIZAR	0,00	482.489,25	792.640,00	1.275.129,25	0,00
	0,00	633.000,00	642.129,25	1.275.129,25	0,00
Outras Receitas	0,00	0,00	9.129,25	9.129,25	0,00
	0,00	6.489,25	2.640,00	9.129,25	0,00
Transferencia a consorcios publicos - Turvc	0,00	0,00	195.000,00	195.000,00	0,00
	0,00	146.250,00	48.750,00	195.000,00	0,00
Transferencia a consorcios publicos - Jacin	0,00	0,00	168.000,00	168.000,00	0,00
	0,00	126.000,00	42.000,00	168.000,00	0,00
Transferencia a consorcios publicos - Ermc	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00	0,00
	0,00	7.500,00	22.500,00	30.000,00	0,00
Transferencia a consorcios publicos - Timb	0,00	0,00	84.000,00	84.000,00	0,00
	0,00	70.000,00	14.000,00	84.000,00	0,00
Transferencia a consorcios publicos - Mele	0,00	0,00	111.000,00	111.000,00	0,00
	0,00	92.500,00	18.500,00	111.000,00	0,00
Transferencia a consorcios publicos - Morr	0,00	0,00	45.000,00	45.000,00	0,00
	0,00	33.750,00	11.250,00	45.000,00	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL	0,00	729.621,19	801.741,53	1.531.362,72	0,00
	0,00	768.120,00	763.242,72	1.531.362,72	0,00
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	564.332,86	221.843,76	786.176,62	0,00
	0,00	594.741,19	191.435,43	786.176,62	0,00
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAF	0,00	558.777,22	211.411,33	770.188,55	0,00
	0,00	564.212,86	205.975,69	770.188,55	0,00
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00	0,00	769.978,55	769.978,55	0,00
	0,00	558.657,22	211.321,33	769.978,55	0,00
CONTROLES DEVEDORES	608.766,04	2.196.110,44	1.919.518,59	4.115.629,03	1.101.416,74
	0,00	120,00	3.622.858,33	3.622.978,33	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURS	171.765,75	482.489,25	159.640,00	642.129,25	43.916,45
	0,00	0,00	769.978,55	769.978,55	0,00

Betha Sistemas

Exercício de 2016

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Novembro até Dezembro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	437.000,29	0,00	0,00	0,00	437.000,29
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	0,00	633.000,00	0,00	633.000,00	70.250,00
	0,00	0,00	562.750,00	562.750,00	0,00
MUNICIPIO DE TURVO	0,00	146.250,00	32.500,00	178.750,00	166.250,00
	0,00	0,00	12.500,00	12.500,00	0,00
MUNICIPIO DE JACINTO MACHADO	0,00	126.000,00	28.000,00	154.000,00	154.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICIPIO DE ERMO	0,00	7.500,00	10.000,00	17.500,00	17.500,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL	0,00	70.000,00	7.000,00	77.000,00	77.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICIPIO DE MELEIRO	0,00	92.500,00	9.250,00	101.750,00	101.750,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICIPIO DE MORRO GRANDE	0,00	33.750,00	0,00	33.750,00	33.750,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS EM CONSÓRCIOS PI	0,00	594.621,19	1.670.628,59	2.265.249,78	0,00
	0,00	120,00	2.265.129,78	2.265.249,78	0,00
CONTROLE DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENT	0,00	10.000,00	2.500,00	12.500,00	0,00
	0,00	0,00	12.500,00	12.500,00	0,00
CONTROLES CREDORES	0,00	3.352.505,74	4.750.130,47	8.102.636,21	0,00
	608.766,04	5.548.496,18	3.046.790,73	8.595.286,91	1.101.416,74
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RE	0,00	594.621,19	191.345,43	785.966,62	0,00
	171.765,75	482.609,25	175.508,07	658.117,32	43.916,45
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE REC	0,00	564.332,86	221.843,76	786.176,62	0,00
	0,00	594.741,19	191.435,43	786.176,62	0,00
COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00	558.777,22	211.411,33	770.188,55	0,00
	0,00	564.212,86	205.975,69	770.188,55	0,00
COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RET	0,00	19.664,39	10.976,11	30.640,50	0,00
	0,00	22.758,56	7.881,94	30.640,50	0,00
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE REC	0,00	0,00	769.978,55	769.978,55	0,00
	0,00	555.563,05	214.415,50	769.978,55	0,00
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	437.000,29	0,00	0,00	0,00	437.000,29
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	0,00	476.000,00	86.750,00	562.750,00	0,00
	0,00	633.000,00	0,00	633.000,00	70.250,00
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	0,00	0,00	562.750,00	562.750,00	0,00
	0,00	476.000,00	86.750,00	562.750,00	0,00
A COMPROVAR	0,00	4.000,00	8.500,00	12.500,00	0,00
	0,00	476.000,00	86.750,00	562.750,00	550.250,00
A APROVAR	0,00	4.000,00	8.500,00	12.500,00	0,00
	0,00	4.000,00	8.500,00	12.500,00	0,00
APROVADOS	0,00	0,00	12.500,00	12.500,00	0,00
	0,00	4.000,00	8.500,00	12.500,00	0,00
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR (CONSÓR	0,00	564.332,86	1.008.020,38	1.572.353,24	0,00
	0,00	594.741,19	977.612,05	1.572.353,24	0,00

Betha Sistemas

Exercício de 2016

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Novembro até Dezembro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente				Razão	
		Até período anterior	Do período		Acumulado	Saldos restantes	
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	558.777,22	904.517,87	1.463.295,09	1.463.295,09	0,00	0,00
	0,00	564.212,86	899.082,23	1.463.295,09	1.463.295,09	0,00	0,00
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO (CC	0,00	0,00	723.537,04	723.537,04	723.537,04	0,00	0,00
	0,00	558.657,22	164.879,82	723.537,04	723.537,04	0,00	0,00
SANDRA REGINA BLAZIUS	0,00	4.000,00	8.500,00	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00
	0,00	10.000,00	2.500,00	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00
ADIANTAMENTOS A APROVAR	0,00	4.000,00	8.500,00	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00
	0,00	4.000,00	8.500,00	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00
ADIANTAMENTOS APROVADOS	0,00	0,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00
	0,00	4.000,00	8.500,00	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00
Totais	825.681,89	11.177.540,73	12.990.775,16	24.168.315,89	24.168.315,89	1.235.087,19	1.235.087,19
	825.681,89	11.177.540,73	12.990.775,16	24.168.315,89	24.168.315,89	1.235.087,19	1.235.087,19

Turvo, 18/01/2017

RONALDO CARLESSI Presidente do CIASS	Juir Antonio Rovaris Contador CRCSC 16738/0-4	Nestor Reco Responsavel pelo Controle Interno
---	--	--

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período : Janeiro à Dezembro

Página: 1

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	642.129,25	ORÇAMENTÁRIAS	769.978,55
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	633.000,00	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	769.978,55
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.129,25	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	463.268,06
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	262.106,59
		INVESTIMENTOS	44.603,90
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.587.005,67	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.587.005,67
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	30.640,50	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	30.640,50
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	786.176,62	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	786.176,62
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	770.188,55	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	770.188,55
SALDOS ANTERIORES	171.765,75	SALDOS ATUAIS	43.916,45
BANCO C/ MOVIMENTO	171.765,75	BANCO C/ MOVIMENTO	43.916,45
TOTAL	2.400.900,67	TOTAL	2.400.900,67

Turvo, 18/01/2017

RONALDO CARLESSI	Juir Antonio Rovaris	Nestor Reco
Presidente do CIASS	Contador CRCSC 16738/0-4	Responsavel pelo Controle Interno

Betha Sistemas

Exercício de 2016

6º Bimestre

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Espécie	Recebido	
	No Bimestre	Até o Bimestre

Receitas Orçamentárias

4.0.0.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS	Recurso	159.640,00	642.129,25
4.1.0.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		159.640,00	642.129,25
4.1.7.0.0.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		159.640,00	642.129,25
4.1.7.2.0.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		157.000,00	633.000,00
4.1.7.2.3.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS		157.000,00	633.000,00
4.1.7.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		157.000,00	633.000,00
4.1.7.2.3.37.01.00.00.00	Transferência a consorcios publicos - Turvo	0001	48.750,00	195.000,00
4.1.7.2.3.37.02.00.00.00	Transferência a consorcios publicos - Jacinto Mach	0001	42.000,00	168.000,00
4.1.7.2.3.37.03.00.00.00	Transferência a consorcios publicos - Ermo	0001	22.500,00	30.000,00
4.1.7.2.3.37.04.00.00.00	Transferência a consorcios publicos - Timbe do Sul	0001	14.000,00	84.000,00
4.1.7.2.3.37.05.00.00.00	Transferência a consorcios publicos - Meleiro	0001	18.500,00	111.000,00
4.1.7.2.3.37.06.00.00.00	Transferência a consorcios publicos - Morro Grande	0001	11.250,00	45.000,00
4.1.9.0.0.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		2.640,00	9.129,25
4.1.9.9.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		2.640,00	9.129,25
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	0001	2.640,00	9.129,25

Receita Extra Orçamentária

Recurso	0,00	0,00
---------	------	------

Total Geral : 159.640,00 642.129,25

Turvo, 18/01/2017

RONALDO CARLESSI
Presidente do CIASSJuir Antonio Rovaris
Contador CRCSC 16738/0-4Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

BALANÇO GERAL DE 2016**SC****CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1
Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDEBetha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
RECEITAS CORRENTES	642.129,25	DESPESAS CORRENTES	725.374,65
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	633.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	463.268,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.129,25	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	262.106,59
DEFICIT	83.245,40		
TOTAL	725.374,65	TOTAL	725.374,65
		DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	83.245,40
		DESPESAS DE CAPITAL	44.603,90
		INVESTIMENTOS	44.603,90
DEFICIT	127.849,30		
TOTAL	769.978,55	TOTAL	769.978,55

Resumo

RECEITAS CORRENTES	642.129,25	DESPESAS CORRENTES	725.374,65
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	44.603,90
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
DEFICIT	127.849,30		
TOTAL	769.978,55	TOTAL	769.978,55

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

Turvo, 18/01/2017

RONALDO CARLESSI
Presidente do CIASSJuir Antonio Rovaris
Contador CRCSC 16738/0-4Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS	633.000,00	642.129,25	9.129,25	0,00
RECEITAS CORRENTES	633.000,00	642.129,25	9.129,25	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	633.000,00	633.000,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	633.000,00	633.000,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	633.000,00	633.000,00	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	633.000,00	633.000,00	0,00	0,00
Transferencia a consorcios publicos - Turvo	195.000,00	195.000,00	0,00	0,00
Transferencia a consorcios publicos - Jacinto Machado	168.000,00	168.000,00	0,00	0,00
Transferencia a consorcios publicos - Ermo	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00
Transferencia a consorcios publicos - Timbe do Sul	84.000,00	84.000,00	0,00	0,00
Transferencia a consorcios publicos - Meleiro	111.000,00	111.000,00	0,00	0,00
Transferencia a consorcios publicos - Morro Grande	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	9.129,25	9.129,25	0,00
RECEITAS DIVERSAS	0,00	9.129,25	9.129,25	0,00
Outras Receitas	0,00	9.129,25	9.129,25	0,00
Totais:	633.000,00	642.129,25	9.129,25	0,00

Turvo, 18/01/2017

RONALDO CARLESSI

Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris

Contador CRCSC 16738/0-4

Nestor Reco

Responsavel pelo Controle Interno

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Indireta -

Entidade : CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 1

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 CIASS DE TURVO	803.000,00	0,00	803.000,00	769.978,55	33.021,45
01.01 CIASS DE TURVO	803.000,00	0,00	803.000,00	769.978,55	33.021,45
0101.08 ASSISTENCIA SOCIAL	803.000,00	0,00	803.000,00	769.978,55	33.021,45
0101.08.243 Assistencia a Criança e ao Adolescente	803.000,00	0,00	803.000,00	769.978,55	33.021,45
01.01.08.243.0001 MANUTENÇÃO DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROF	803.000,00	0,00	803.000,00	769.978,55	33.021,45
01.01.08.243.0001.2.001 MANUTENÇÃO DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES	803.000,00	0,00	803.000,00	769.978,55	33.021,45
3.1.90.00.00.00.00.00.0001 Aplicacoes Diretas	475.000,00	0,00	475.000,00	463.268,06	11.731,94
3.1.90.11.00.00.00.00.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				359.545,39	
3.1.90.11.01.00.00.00.0001 vencimentos e salários				343.168,88	
3.1.90.11.43.00.00.00.0001 13º salário				16.376,51	
3.1.90.13.00.00.00.00.0001 Obrigacoes Patronais				103.722,67	
3.1.90.13.01.00.00.00.0001 FGTS				22.579,45	
3.1.90.13.02.00.00.00.0001 Contribuições Previdenciárias - INSS				81.143,22	
3.3.90.00.00.00.00.00.0001 Aplicacoes Diretas				262.106,59	
3.3.90.00.00.00.00.00.0001 Material de Consumo				98.657,55	
3.3.90.30.01.00.00.00.0001 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				4.169,98	
3.3.90.30.04.00.00.00.0001 Gás Engarrafado				854,65	
3.3.90.30.07.00.00.00.0001 Gêneros de Alimentação				55.289,37	
3.3.90.30.14.00.00.00.0001 Material Educativo e Esportivo				172,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.0001 Material de Expediente				4.577,78	
3.3.90.30.17.00.00.00.0001 Material de Processamento de Dados				614,80	
3.3.90.30.20.00.00.00.0001 Material de Cama, Mesa e Banho				3.624,40	
3.3.90.30.21.00.00.00.0001 Material de Copo e Cozinha				1.587,10	
3.3.90.30.22.00.00.00.0001 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				14.851,85	
3.3.90.30.23.00.00.00.0001 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				1.918,27	
3.3.90.30.24.00.00.00.0001 Material para Manutenção de Bens Imóveis				4.234,10	
3.3.90.30.26.00.00.00.0001 Material Elétrico e Eletrônico				1.317,91	
3.3.90.30.28.00.00.00.0001 Material de Proteção e Segurança				963,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.0001 Material para Manutenção de Veículos				125,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.0001 Outros Materiais de Consumo				4.357,34	
3.3.90.32.00.00.00.00.0001 Material de Distribuicao Gratuita				2.819,38	
3.3.90.32.03.00.00.00.0001 Gêneros Alimentícios				2.819,38	
3.3.90.36.00.00.00.00.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				51.700,00	
3.3.90.36.15.00.00.00.0001 Locação de Imóveis				15.600,00	
3.3.90.36.35.00.00.00.0001 Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Oper				21.600,00	

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Indireta -

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 2

Entidade : CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 CIASS DE TURVO	803.000,00	0,00	803.000,00	769.978,55	33.021,45
01.01 CIASS DE TURVO	803.000,00	0,00	803.000,00	769.978,55	33.021,45
0101.08 ASSISTENCIA SOCIAL	803.000,00	0,00	803.000,00	769.978,55	33.021,45
0101.08.243 Assistencia a Criança e ao Adolescente	803.000,00	0,00	803.000,00	769.978,55	33.021,45
01.01.08.243.0001 MANUTENÇÃO DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROF	803.000,00	0,00	803.000,00	769.978,55	33.021,45
01.01.08.243.0001.2.001 MANUTENÇÃO DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES	803.000,00	0,00	803.000,00	769.978,55	33.021,45
3.3.90.36.99.00.00.00.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				14.500,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				108.929,66	
3.3.90.39.16.00.00.00.0001 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				276,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.0001 Serviços de Energia Elétrica				5.498,43	
3.3.90.39.44.00.00.00.0001 Serviços de Água e Esgoto				11.053,69	
3.3.90.39.58.00.00.00.0001 Serviços de Telecomunicações				3.869,81	
3.3.90.39.81.00.00.00.0001 Serviços Bancários				1.774,68	
3.3.90.39.90.00.00.00.0001 Serviços de Publicidade Legal				168,00	
3.3.90.39.95.00.00.00.0001 Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados				50,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				86.239,05	
4.4.90.00.00.00.00.00.0001 Aplicacoes Diretas	45.000,00	0,00	45.000,00	44.603,90	396,10
4.4.90.52.00.00.00.00.0001 Equipamentos e Material Permanente				44.603,90	
4.4.90.52.12.00.00.00.0001 Aparelhos e Utensílios Domésticos				75,00	
4.4.90.52.34.00.00.00.0001 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos				446,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.0001 Mobiliário em Geral				12.092,90	
4.4.90.52.48.00.00.00.0001 Veículos Diversos				31.990,00	
Total por Entidade:	803.000,00	0,00	803.000,00	769.978,55	33.021,45
Total Geral:	803.000,00	0,00	803.000,00	769.978,55	33.021,45

Turvo, 18/01/2017

RONALDO CARLESSI

Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris

Contador CRCSC 16738/0-4

Nestor Reco

Responsavel pelo Controle Interno

SC

Betha Sistemas

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Exercício de 2016

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Página: 1/2

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES			633.000,00	633.000,00	642.129,25	9.129,25
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			633.000,00	633.000,00	633.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			633.000,00	633.000,00	633.000,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES			0,00	0,00	9.129,25	9.129,25
RECEITAS DIVERSAS			0,00	0,00	9.129,25	9.129,25
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)			633.000,00	633.000,00	642.129,25	9.129,25
REFINANCIAMENTO (II)			0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas			0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária			0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual			0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas			0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária			0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual			0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)			633.000,00	633.000,00	642.129,25	9.129,25
DEFICIT (IV)			-	170.000,00	127.849,30	-
TOTAL (V) = (III + IV)			633.000,00	803.000,00	769.978,55	-33.021,45
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)			-	-170.000,00	-170.000,00	-
Superávit Financeiro			-	-170.000,00	-170.000,00	-
Reabertura de Créditos Adicionais			-	0,00	0,00	-
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES	453.000,00	758.000,00	725.374,65	725.374,65	725.374,65	32.625,35
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	220.000,00	475.000,00	463.268,06	463.268,06	463.268,06	11.731,94
OUTRAS DESPESAS CORRENTE	233.000,00	283.000,00	262.106,59	262.106,59	262.106,59	20.893,41
DESPESAS DE CAPITAL	180.000,00	45.000,00	44.603,90	44.603,90	44.603,90	396,10
INVESTIMENTOS	180.000,00	45.000,00	44.603,90	44.603,90	44.603,90	396,10
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	633.000,00	803.000,00	769.978,55	769.978,55	769.978,55	33.021,45
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	633.000,00	803.000,00	769.978,55	769.978,55	769.978,55	33.021,45
SUPERÁVIT (IX)	-	-	-	-	-	0,00
TOTAL (X) = (VIII + IX)	633.000,00	803.000,00	769.978,55	769.978,55	769.978,55	33.021,45

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SC

Betha Sistemas

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Exercício de 2016

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 2/2

Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

<u>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</u>	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Turvo, 18/01/2017

RONALDO CARLESSI
Presidente do CIASSJuir Antonio Rovaris
Contador CRCSC 16738/0-4Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

SC		EXERCÍCIO 2016	
CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE		PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro	
BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13		DATA DE EMISSÃO: 18/01/2017	
Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE		PÁGINA: 1	
INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)		642.129,25	769.978,55
Ordinária		642.129,25	769.978,55
Vinculada		0,00	
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (IV)		30.640,50	30.640,50
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		30.640,50	30.640,50
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		0,00	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (V)		171.765,75	43.916,45
BANCO C/ MOVIMENTO		171.765,75	43.916,45
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)		844.535,50	844.535,50
Turvo, 18/01/2017			
RONALDO CARLESSI		Nestor Reco	
Presidente do CIASS		Responsável pelo Controle Interno	
Jur Antonio Rovaris			
Contador CRCSC 16738/0-4			

sc

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Betha Sistemas

Exercício 2016

Período: Janeiro a Dezembro

Página: 1

ATIVO		Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE		43.916,45	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		43.916,45		133.670,45
ATIVO NÃO CIRCULANTE		89.754,00		-83.245,40
IMOBILIZADO		89.754,00		216.915,85
TOTAL		133.670,45	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	133.670,45
			TOTAL	133.670,45

ATIVO FINANCEIRO		Exercício Atual	PASSIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
ATIVO		43.916,45	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00
ATIVO CIRCULANTE		43.916,45		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		43.916,45		0,00
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO		43.916,45	TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	0,00

ATIVO PERMANENTE		Exercício Atual
ATIVO		89.754,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		89.754,00
IMOBILIZADO		89.754,00
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE		89.754,00

SALDO PATRIMONIAL		133.670,45
-------------------	--	------------

COMPENSAÇÕES		Exercício Atual	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
Saldo dos Atos Potenciais Ativos				

TOTAL		0,00	TOTAL	0,00
-------	--	------	-------	------

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		EXERCÍCIO ATUAL	
ORDINÁRIA		43.916,45	
TOTAL		43.916,45	

Betha Sistemas
Exercício 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 2

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Notas:

As despesas liquidadas foram maiores que as receitas arrecadadas, compensadas pelo superávit financeiro de 2015.
Aumentos dos gastos com Folha de Pagto em virtude do pleno funcionamento do Consórcio neste ano.

Turvo, 18/01/2017

RONALDO CARLESSI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador CRCSC 167380-4

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

SC

Exercício de 2016

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15

Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	
	Exercício Atual
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	
642.129,25	
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	642.129,25
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	642.129,25
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	
725.374,65	
PESSOAL E ENCARGOS	463.268,06
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	359.545,39
ENCARGOS PATRONAIS	103.722,67
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	262.106,59
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	101.476,93
SERVIÇOS	160.629,66
Resultado Patrimonial do Período	
-83.245,40	

Turvo, 18/01/2017

RONALDO CARLESSI

Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris

Contador CRCSC 16738/0-4

Nestor Reco

Responsavel pelo Controle Interno

SC

Exercício de 2016

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Demonstração da Dívida Fundada Interna/Externa - Anexo 16

Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Autorizações				Saldo anterior em Circulação		Movimento no Exercício		Saldo para Exercício Seguinte	
Nº Lei	Data Lei	Quant	Valor da Emissão			Emissão	Resgate		
								Valor	

Totais:

0,00

0,00

0,00

0,00

NADA À DECLARAR

Turvo, 18/01/2017

RONALDO CARLESSI

Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris

Contador CRCSC 16738/0-4

Nestor Reco

Responsavel pelo Controle Interno

SC

Betha Sistemas

Exercício 2016

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
DEPÓSITOS	0,00	30.640,50	30.640,50	0,00
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	0,00	481,58	481,58	0,00
I.N.S.S.	0,00	28.292,69	28.292,69	0,00
IRRF	0,00	1.736,23	1.736,23	0,00
ISS RETENÇÕES	0,00	130,00	130,00	0,00
NÃO HÁ MOVIMENTAÇÃO				

Turvo, 18/01/2017

RONALDO CARLESSI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador CRCSC 16738/0-4

Nestor Reco
Responsavel pelo Controle Interno

SC

Betha Sistemas

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Exercício 2016

Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Página: 1

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Exercício Atual
INGRESSOS	642.129,25
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	9.129,25
Outras Receitas Derivadas e Originárias	9.129,25
TRANSFERÊNCIAS	633.000,00
Intergovernamentais	633.000,00
do Município	633.000,00
DESEMBOLSOS	725.374,65
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	694.734,15
ASSISTENCIA SOCIAL	694.734,15
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	30.640,50
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-83.245,40

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

	Exercício Atual
DESEMBOLSOS	44.603,90
Outros Desembolsos de Investimentos	44.603,90
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-44.603,90

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

	Exercício Atual
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO

	Exercício Atual
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	-127.849,30
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	171.765,75
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	43.916,45

Turvo, 18/01/2017

 RONALDO CARLESSI
 Presidente do CIASS

 Juir Antonio Rovaris
 Contador CRCSC 16738/0-4

 Nestor Reco
 Responsável pelo Controle Interno

sc

Betha Sistemas
Exercício 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1/1

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
Anexo 19 - Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Aval. Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumul.	Ações/ Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	216.915,85	0,00	216.915,85
Ajustes Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(83.245,40)	0,00	(83.245,40)
Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	133.670,45	0,00	133.670,45

Turvo, 18/01/2017

RONALDO CARLESSI	Juir Antonio Rovaris	Nestor Reco
Presidente do CIASS	Contador CRCSC 16738/0-4	Responsável pelo Controle Interno

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			642.129,25
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			642.129,25
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		633.000,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		633.000,00	
4.1.7.2.3.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	633.000,00		
4.1.7.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	633.000,00		
4.1.7.2.3.37.01.00.00.00	Transferencia a consorcios publicos - Turvo	195.000,00		
4.1.7.2.3.37.02.00.00.00	Transferencia a consorcios publicos - Jacinto Mach	168.000,00		
4.1.7.2.3.37.03.00.00.00	Transferencia a consorcios publicos - Ermo	30.000,00		
4.1.7.2.3.37.04.00.00.00	Transferencia a consorcios publicos - Timbe do Sul	84.000,00		
4.1.7.2.3.37.05.00.00.00	Transferencia a consorcios publicos - Meleiro	111.000,00		
4.1.7.2.3.37.06.00.00.00	Transferencia a consorcios publicos - Morro Grande	45.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		9.129,25	
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		9.129,25	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	9.129,25		

Total: 642.129,25

Turvo, 18/01/2017

RONALDO CARLESSI
Presidente do CIASSJuir Antonio Rovaris
Contador CRCSC 16738/0-4Nestor Reco
Responsavel pelo Controle Interno

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

SC**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Entidade : CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Órgão: 01 - CIASS DE TURVO

Unidade Orçamentária: 01 - CIASS DE TURVO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			725.374,65
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			463.268,06
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		463.268,06	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	359.545,39		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	343.168,88		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	16.376,51		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	103.722,67		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	22.579,45		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	81.143,22		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			262.106,59
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		262.106,59	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	98.657,55		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	4.169,98		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	854,65		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	55.289,37		
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	172,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	4.577,78		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	614,80		
3.3.90.30.20.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	3.624,40		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	1.587,10		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	14.851,85		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	1.918,27		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	4.234,10		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	1.317,91		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	963,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	125,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	4.357,34		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	2.819,38		
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	2.819,38		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	51.700,00		
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	15.600,00		
3.3.90.36.35.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Oper	21.600,00		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	14.500,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	108.929,66		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	276,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	5.498,43		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	11.053,69		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	3.869,81		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	1.774,68		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	168,00		
3.3.90.39.95.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados	50,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	86.239,05		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			44.603,90
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			44.603,90
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		44.603,90	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	44.603,90		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	75,00		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	446,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	12.092,90		

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Entidade : CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Órgão: 01 - CIASS DE TURVO

Unidade Orçamentária: 01 - CIASS DE TURVO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
--------	---------------	---------------	----------	-----------------

4.4.90.52.48.00.00.00

Veículos Diversos

31.990,00

Total da Unidade: 769.978,55

Total do Órgão: 769.978,55

Total da Entidade: 769.978,55

TOTAL GERAL: 769.978,55

Turvo, 18/01/2017

RONALDO CARLESSI
Presidente do CIASSJuir Antonio Rovaris
Contador CRCSC 16738/0-4Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			725.374,65
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			463.268,06
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		463.268,06	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	359.545,39		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	343.168,88		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	16.376,51		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	103.722,67		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	22.579,45		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	81.143,22		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			262.106,59
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		262.106,59	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	98.657,55		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	4.169,98		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	854,65		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	55.289,37		
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	172,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	4.577,78		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	614,80		
3.3.90.30.20.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	3.624,40		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	1.587,10		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	14.851,85		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	1.918,27		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	4.234,10		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	1.317,91		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	963,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	125,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	4.357,34		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	2.819,38		
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	2.819,38		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	51.700,00		
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	15.600,00		
3.3.90.36.35.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Oper	21.600,00		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	14.500,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	108.929,66		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	276,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	5.498,43		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	11.053,69		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	3.869,81		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	1.774,68		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	168,00		
3.3.90.39.95.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados	50,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	86.239,05		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			44.603,90
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			44.603,90
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		44.603,90	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	44.603,90		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	75,00		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	446,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	12.092,90		

SC

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.4.90.52.48.00.00.00	Veículos Diversos	31.990,00		
Total:				769.978,55

Turvo, 18/01/2017

RONALDO CARLESSI Presidente do CIASS	Juir Antonio Rovaris Contador CRCSC 16738/0-4	Nestor Reco Responsavel pelo Controle Interno
---	--	--

SC

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Entidade :CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
Órgão: 01 - CIASS DE TURVO
Unidade Orçamentária: 01 - CIASS DE TURVO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	ASSISTENCIA SOCIAL			769.978,55	769.978,55
08.243	Assistencia a Criança e ao Adolescente			769.978,55	769.978,55
08.243.0001	MANUTENÇÃO DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROF			769.978,55	769.978,55
08.243.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES			769.978,55	769.978,55
Total:					769.978,55
Total da Entidade:					769.978,55
TOTAL GERAL:					769.978,55

Turvo, 18/01/2017

RONALDO CARLESSI Presidente do CIASS	Juir Antonio Rovaris Contador CRCSC 16738/0-4	Nestor Reco Responsavel pelo Controle Interno
---	--	--

SC

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Demonstrativo de Funções,Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E

SAUDE

Página 1

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	ASSISTENCIA SOCIAL			769.978,55	769.978,55
08.243	Assistencia a Criança e ao Adolescente			769.978,55	769.978,55
08.243.0001	MANUTENÇÃO DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROF			769.978,55	769.978,55
08.243.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES			769.978,55	769.978,55
Total:		0,00	0,00	769.978,55	769.978,55

Turvo, 18/01/2017

RONALDO CARLESSI	Juir Antonio Rovaris	Nestor Reco
Presidente do CIASS	Contador CRCSC 16738/0-4	Responsavel pelo Controle Interno

SC

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

Anexo 08 - Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
8	ASSISTENCIA SOCIAL	769.978,55		769.978,55
08.243	Assistencia a Criança e ao Adolescente	769.978,55		769.978,55
08.243.0001	MANUTENÇÃO DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITF	769.978,55		769.978,55
08.243.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS L	769.978,55		769.978,55
Total:		769.978,55		769.978,55

Turvo, 18/01/2017

RONALDO CARLESSI	Juir Antonio Rovaris	Nestor Reco
Presidente do CIASS	Contador CRCSC 16738/0-4	Responsavel pelo Controle Interno

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUD

ÓRGÃOS		RELACÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	TRABALHO	EDUCAÇÃO
1	CIASS DE TURVO						
		Total :					
		769.978,55					
		769.978,55					

ÓRGÃOS		ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
1	CIASS DE TURVO						
		Total :					
		769.978,55					
		769.978,55					

Turvo, 18/01/2017

RONALDO CARLESSI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador CRCSC 16738/0-4

Nestor Reco
Responsavel pelo Controle Interno

PRESTACAO CONTAS 2016

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Anexo 2 - Prestação de Contas dos Consórcios Públicos de SAÚDE - Contrato de Rateio

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período:01/01/2016 à 31/12/2016

Página: 1/4

Aplicação no Exercício de 2016 dos Recursos Recebidos dos Municípios

Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago	Código da Disponibilidade por Fonte de Recurso (TCE)	Nº Contrato de Rateio	Data do Contrato de Rateio	Devolução
6.000,00	5.498,43	5.498,43	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
7.200,00	7.200,00	7.200,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
6.000,00	3.869,81	3.869,81	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
477,28	477,28	477,28	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
75,90	75,90	75,90	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
207,10	207,10	207,10	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
169,93	169,93	169,93	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
477,13	477,13	477,13	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
84,02	84,02	84,02	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.200,00	1.200,00	1.200,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
42,05	42,05	42,05	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
966,00	966,00	966,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
11,00	11,00	11,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
81,63	81,63	81,63	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
276,00	276,00	276,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
146,21	146,21	146,21	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
60,00	60,00	60,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
917,00	917,00	917,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
95,96	95,96	95,96	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
41,97	41,97	41,97	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
2.000,00	2.000,00	2.000,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
880,00	880,00	880,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
3.099,21	3.099,21	3.099,21	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
4.258,50	4.258,50	4.258,50	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
796,16	796,16	796,16	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
129,73	129,73	129,73	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
18.613,02	18.613,02	18.613,02	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
792,23	792,23	792,23	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
70,15	70,15	70,15	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
100,98	100,98	100,98	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
900,85	900,85	900,85	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.252,02	1.252,02	1.252,02	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.048,99	1.048,99	1.048,99	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
454,67	454,67	454,67	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.021,46	1.021,46	1.021,46	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
394,00	394,00	394,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
248,18	248,18	248,18	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
46,70	46,70	46,70	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.106,22	1.106,22	1.106,22	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
514,56	514,56	514,56	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
728,96	728,96	728,96	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
2.260,40	2.260,40	2.260,40	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
15.976,85	15.976,85	15.976,85	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
78,00	78,00	78,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
2.991,71	2.991,71	2.991,71	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
17,71	17,71	17,71	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
110,00	110,00	110,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
118,86	118,86	118,86	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
128,67	128,67	128,67	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.147,18	1.147,18	1.147,18	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
199,63	199,63	199,63	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
466,19	466,19	466,19	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
3.475,49	3.475,49	3.475,49	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
199,47	199,47	199,47	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
50,00	50,00	50,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
6.500,00	0,00	0,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
301,09	301,09	301,09	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
670,91	670,91	670,91	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
737,35	737,35	737,35	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.325,61	1.325,61	1.325,61	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
221,94	221,94	221,94	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
49,10	49,10	49,10	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
197,95	197,95	197,95	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
138,20	138,20	138,20	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
665,00	665,00	665,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
2.000,00	2.000,00	2.000,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
15.600,00	15.600,00	15.600,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
452,25	452,25	452,25	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
168,00	168,00	168,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
20.321,89	20.321,89	20.321,89	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
4.726,86	4.726,86	4.726,86	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
3.716,21	3.716,21	3.716,21	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
748,00	748,00	748,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
96,53	96,53	96,53	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
31.990,00	31.990,00	31.990,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
139,65	139,65	139,65	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
216,27	216,27	216,27	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.495,98	1.495,98	1.495,98	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
230,70	230,70	230,70	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.625,75	1.625,75	1.625,75	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
125,00	125,00	125,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
17,25	17,25	17,25	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
97,00	97,00	97,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
620,16	620,16	620,16	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
165,00	165,00	165,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
80,00	0,00	0,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
265,95	265,95	265,95	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
115,03	115,03	115,03	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
7.440,00	7.440,00	7.440,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
83,30	83,30	83,30	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
48,00	48,00	48,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.758,93	1.758,93	1.758,93	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.071,49	1.071,49	1.071,49	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
334,48	334,48	334,48	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
116,45	116,45	116,45	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
25,80	25,80	25,80	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
180,32	180,32	180,32	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.185,12	1.185,12	1.185,12	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
205,51	205,51	205,51	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
379,76	379,76	379,76	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
144,45	144,45	144,45	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Anexo 2 - Prestação de Contas dos Consórcios Públicos de SAÚDE - Contrato de Rateio

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período:01/01/2016 à 31/12/2016

Página: 2/4

Aplicação no Exercício de 2016 dos Recursos Recebidos dos Municípios

Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago	Código da Disponibilidade por Fonte de Recurso (TCE)	Nº Contrato de Rateio	Data do Contrato de Rateio	Devolução
446,00	446,00	446,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
600,00	600,00	600,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
63,72	63,72	63,72	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
66,80	66,80	66,80	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
444,00	444,00	444,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
356,43	356,43	356,43	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.003,96	1.003,96	1.003,96	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
108,45	108,45	108,45	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
131,75	131,75	131,75	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
5.793,32	5.793,32	5.793,32	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
123,10	123,10	123,10	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
340,00	340,00	340,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
22.308,27	22.308,27	22.308,27	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.256,96	1.256,96	1.256,96	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
81,00	81,00	81,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
117,02	117,02	117,02	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
351,69	351,69	351,69	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
58,50	58,50	58,50	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.156,70	1.156,70	1.156,70	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
58,35	58,35	58,35	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
137,76	137,76	137,76	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
606,60	606,60	606,60	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
492,31	492,31	492,31	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
142,10	142,10	142,10	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
130,05	130,05	130,05	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
328,00	328,00	328,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
6.500,00	6.500,00	6.500,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
120,14	120,14	120,14	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
219,80	219,80	219,80	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
874,51	874,51	874,51	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
110,00	110,00	110,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
224,20	224,20	224,20	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
16.957,23	16.957,23	16.957,23	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
191,25	191,25	191,25	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
152,71	152,71	152,71	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
240,00	240,00	240,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
378,50	378,50	378,50	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.543,31	1.543,31	1.543,31	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
740,56	740,56	740,56	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
425,11	425,11	425,11	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
122,80	122,80	122,80	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
650,00	650,00	650,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
131,84	131,84	131,84	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.717,27	1.717,27	1.717,27	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
2.000,00	2.000,00	2.000,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
101,87	101,87	101,87	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
38,00	38,00	38,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.288,00	1.288,00	1.288,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
6.000,57	6.000,57	6.000,57	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
113,00	113,00	113,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
3.417,41	3.417,41	3.417,41	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.382,00	1.382,00	1.382,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
457,25	457,25	457,25	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
3.241,00	3.241,00	3.241,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
852,00	852,00	852,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
145,97	145,97	145,97	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
143,00	143,00	143,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
110,40	110,40	110,40	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
113,50	113,50	113,50	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.617,02	1.617,02	1.617,02	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
92,00	92,00	92,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
462,09	462,09	462,09	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.470,34	1.470,34	1.470,34	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
77,50	77,50	77,50	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
159,70	159,70	159,70	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
21.600,00	21.600,00	21.600,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
129,47	129,47	129,47	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
199,06	199,06	199,06	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
75,00	75,00	75,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
119,00	119,00	119,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
110,00	110,00	110,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.783,60	1.783,60	1.783,60	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
727,78	727,78	727,78	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
126,11	126,11	126,11	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
157,69	157,69	157,69	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
88,17	88,17	88,17	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.391,26	1.391,26	1.391,26	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
449,87	449,87	449,87	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
18.911,10	18.911,10	18.911,10	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
74,53	74,53	74,53	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
142,61	142,61	142,61	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
963,00	963,00	963,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
129,25	129,25	129,25	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
3.209,48	3.209,48	3.209,48	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
2.729,55	2.729,55	2.729,55	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.943,42	1.943,42	1.943,42	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
2.689,78	2.689,78	2.689,78	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
2.275,64	2.275,64	2.275,64	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
2.926,15	2.926,15	2.926,15	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
720,57	720,57	720,57	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
2.137,88	2.137,88	2.137,88	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
2.355,10	2.355,10	2.355,10	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
6.248,25	6.248,25	6.248,25	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
6.000,00	6.000,00	6.000,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
927,77	927,77	927,77	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
429,00	429,00	429,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
163,39	163,39	163,39	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
485,80	485,80	485,80	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
2.124,38	2.124,38	2.124,38	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
104,00	104,00	104,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
50,00	50,00	50,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Anexo 2 - Prestação de Contas dos Consórcios Públicos de SAÚDE - Contrato de Rateio

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período:01/01/2016 à 31/12/2016

Página: 3/4

Aplicação no Exercício de 2016 dos Recursos Recebidos dos Municípios

Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago	Código da Disponibilidade por Fonte de Recurso (TCE)	Nº Contrato de Rateio	Data do Contrato de Rateio	Devolução
123,02	123,02	123,02	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
33,75	33,75	33,75	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
119,29	119,29	119,29	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
270,46	270,46	270,46	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.758,87	1.758,87	1.758,87	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
264,25	264,25	264,25	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
259,00	259,00	259,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
23.485,45	23.485,45	23.485,45	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.161,11	1.161,11	1.161,11	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.025,39	1.025,39	1.025,39	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
5.448,50	5.448,50	5.448,50	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
584,85	584,85	584,85	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.493,30	1.493,30	1.493,30	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
402,63	402,63	402,63	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
146,09	146,09	146,09	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
110,35	110,35	110,35	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
133,03	133,03	133,03	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
902,01	902,01	902,01	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
136,01	136,01	136,01	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
104,00	104,00	104,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
339,54	339,54	339,54	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.492,15	1.492,15	1.492,15	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
2.887,00	2.887,00	2.887,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
558,00	558,00	558,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
447,00	447,00	447,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.088,08	1.088,08	1.088,08	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
814,30	814,30	814,30	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
144,80	144,80	144,80	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
36,30	36,30	36,30	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
279,60	279,60	279,60	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
164,99	164,99	164,99	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.750,00	1.750,00	1.750,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.683,91	1.683,91	1.683,91	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
154,66	154,66	154,66	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
201,28	201,28	201,28	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
9,45	9,45	9,45	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
635,45	635,45	635,45	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
45,50	45,50	45,50	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.646,85	1.646,85	1.646,85	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
180,73	180,73	180,73	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
107,96	107,96	107,96	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
146,83	146,83	146,83	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
99,98	99,98	99,98	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
96,67	96,67	96,67	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
307,83	307,83	307,83	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
418,21	418,21	418,21	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.970,31	1.970,31	1.970,31	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
135,85	135,85	135,85	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
31.602,72	31.602,72	31.602,72	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
121,69	121,69	121,69	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
2.130,00	2.130,00	2.130,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.180,00	1.180,00	1.180,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
153,53	153,53	153,53	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
135,05	135,05	135,05	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
26,66	26,66	26,66	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
112,56	112,56	112,56	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.242,71	1.242,71	1.242,71	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
287,53	287,53	287,53	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
103,78	103,78	103,78	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
138,38	138,38	138,38	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
47,07	47,07	47,07	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
10.500,00	3.853,69	3.853,69	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
135,18	135,18	135,18	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
228,00	228,00	228,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
41,80	41,80	41,80	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
133,14	133,14	133,14	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
544,74	544,74	544,74	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
44,70	44,70	44,70	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
142,03	142,03	142,03	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
231,74	231,74	231,74	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
219,70	219,70	219,70	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
132,03	132,03	132,03	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
32,14	32,14	32,14	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
123,73	123,73	123,73	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.292,17	1.292,17	1.292,17	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
359,81	359,81	359,81	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
90,20	90,20	90,20	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.779,45	1.779,45	1.779,45	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
666,58	666,58	666,58	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
379,92	379,92	379,92	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.803,12	1.803,12	1.803,12	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
40,00	0,00	0,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
305,89	305,89	305,89	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
11.521,06	11.521,06	11.521,06	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
40,00	40,00	40,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.736,60	1.736,60	1.736,60	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
29.213,63	29.213,63	29.213,63	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
140,20	140,20	140,20	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
424,91	424,91	424,91	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
186,00	186,00	186,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
89,00	89,00	89,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
100,28	100,28	100,28	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
388,80	388,80	388,80	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
195,99	195,99	195,99	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
244,96	244,96	244,96	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
784,13	784,13	784,13	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
113,43	113,43	113,43	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
28,32	28,32	28,32	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
299,90	299,90	299,90	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
8.447,73	8.447,73	8.447,73	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
5.806,52	5.806,52	5.806,52	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Anexo 2 - Prestação de Contas dos Consórcios Públicos de SAÚDE - Contrato de Rateio

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período:01/01/2016 à 31/12/2016

Página: 4/4

Aplicação no Exercício de 2016 dos Recursos Recebidos dos Municípios

Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago	Código da Disponibilidade por Fonte de Recurso (TCE)	Nº Contrato de Rateio	Data do Contrato de Rateio	Devolução
82,00	82,00	82,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
6.950,54	6.950,54	6.950,54	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
6.691,38	6.691,38	6.691,38	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
22,60	22,60	22,60	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
53,00	53,00	53,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
276,00	276,00	276,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
150,00	150,00	150,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
142,68	142,68	142,68	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
133,30	133,30	133,30	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
29,33	29,33	29,33	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
341,87	341,87	341,87	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
730,51	730,51	730,51	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
110,00	110,00	110,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
215,86	215,86	215,86	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
60,00	60,00	60,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
31.271,57	31.271,57	31.271,57	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
304,23	304,23	304,23	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
136,00	136,00	136,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
735,98	735,98	735,98	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
258,40	258,40	258,40	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
195,95	195,95	195,95	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
7.436,26	7.436,26	7.436,26	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
55,00	55,00	55,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
131,80	131,80	131,80	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
211,29	211,29	211,29	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.009,41	1.009,41	1.009,41	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
172,41	172,41	172,41	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
397,74	397,74	397,74	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
6.829,66	6.829,66	6.829,66	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
64,84	64,84	64,84	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
2.500,00	2.500,00	2.500,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.473,92	1.473,92	1.473,92	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
5.257,43	5.257,43	5.257,43	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
319,09	319,09	319,09	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
6.570,37	6.570,37	6.570,37	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
5.546,72	5.546,72	5.546,72	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.290,97	1.290,97	1.290,97	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
369,32	369,32	369,32	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
155,15	155,15	155,15	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
75,50	75,50	75,50	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.351,00	1.351,00	1.351,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
306,67	306,67	306,67	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
489,00	489,00	489,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
214,25	214,25	214,25	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
658,00	658,00	658,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
633,69	633,69	633,69	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
32.450,88	32.450,88	32.450,88	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
100,00	100,00	100,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.898,53	1.898,53	1.898,53	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
242,87	242,87	242,87	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
90,00	0,00	0,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
5.424,41	5.424,41	5.424,41	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
458,00	458,00	458,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.049,01	1.049,01	1.049,01	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
383,69	383,69	383,69	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
6.366,04	6.366,04	6.366,04	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
137,57	137,57	137,57	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
141,80	141,80	141,80	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
6.348,06	6.348,06	6.348,06	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
221,44	221,44	221,44	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
870,00	870,00	870,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
176,59	176,59	176,59	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
185,80	185,80	185,80	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
143,53	143,53	143,53	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.067,32	1.067,32	1.067,32	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
312,67	312,67	312,67	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
236,00	236,00	236,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.221,65	1.221,65	1.221,65	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
14.626,51	14.626,51	14.626,51	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
148,00	148,00	148,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
391,56	391,56	391,56	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
250,68	250,68	250,68	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
154,85	154,85	154,85	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
17,00	17,00	17,00	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
3.445,76	3.445,76	3.445,76	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
6.570,37	6.570,37	6.570,37	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
47.351,07	47.351,07	47.351,07	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
6.034,90	6.034,90	6.034,90	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
6.302,06	6.302,06	6.302,06	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
1.110,90	1.110,90	1.110,90	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
570,09	570,09	570,09	0 - RECURSOS ORDINARIOS	2	01/01/2016	
Subtotal:	785.966,62	769.978,55	769.978,55			
Total:	785.966,62	769.978,55	769.978,55			

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Página: 1/1
Dezembro

SC
CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
Quadro Demonstrativo dos Gastos com Pessoal (Lei Complementar Nº 96 de 31 de Maio de 1999)

Código	Especificação	No Mês	Até o Mês
4.1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	86.500,00	633.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	9.129,25
Total das Receitas Correntes :		86.500,00	642.129,25
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	47.351,07	302.319,41
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	14.626,51	16.376,51
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	0,00	22.579,45
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	9.480,66	76.884,72
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	12.872,43	62.667,39
Total das Despesas com Pessoal :		84.330,67	480.827,48
Percentual Sobre as Receitas :		97,49%	74,88%

Turvo, 18/01/2017

 Visto Responsável

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Página: 1/1

SC
CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
Relação de Despesas Mensais

Código	Especificação	Janerio	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	34.722,66	30.841,51	52.688,51	43.100,42	34.102,98	43.572,56	93.815,20	55.328,69	13.648,41	117.698,02	108.962,13	96.923,56	725.374,65
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOA E ENCARGOS SOCIAIS	22.871,52	25.228,16	31.138,71	23.905,23	17.449,54	31.417,41	64.728,14	35.938,64	0,00	99.902,43	108.962,13	71.458,24	463.288,06
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	22.871,52	25.228,16	31.138,71	23.905,23	17.449,54	31.417,41	64.728,14	35.938,64	0,00	99.902,43	108.962,13	71.458,24	463.288,06
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	18.613,02	22.236,45	21.069,89	23.905,23	17.449,54	0,00	64.728,14	34.254,73	0,00	60.465,20	34.825,61	61.977,58	359.545,39
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	18.613,02	22.236,45	21.069,89	23.905,23	17.449,54	0,00	64.728,14	32.504,73	0,00	60.465,20	34.825,61	47.351,07	343.168,88
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.750,00	0,00	0,00	0,00	14.626,51	16.376,51
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	4.258,50	2.991,71	10.068,62	0,00	0,00	3.417,41	0,00	1.683,91	0,00	39.417,23	32.404,43	9.480,66	103.722,67
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	0,00	2.991,71	1.625,75	0,00	0,00	3.417,41	0,00	1.683,91	0,00	0,00	12.860,67	0,00	22.579,45
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	4.258,50	0,00	8.443,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.417,23	19.543,76	9.480,66	81.143,22
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.851,14	5.613,35	21.519,80	19.195,19	16.653,44	40.155,15	29.087,06	19.390,05	13.648,41	17.795,59	41.732,09	25.465,32	262.106,59
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	11.851,14	5.613,35	21.519,80	19.195,19	16.653,44	40.155,15	29.087,06	19.390,05	13.648,41	17.795,59	41.732,09	25.465,32	262.106,59
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	1.622,63	3.652,55	7.082,20	7.430,28	7.942,66	13.164,89	7.465,47	15.491,91	3.679,72	13.817,04	11.647,56	5.660,64	98.657,55
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0,00	0,00	0,00	411,78	367,21	407,28	394,88	848,13	462,86	414,91	564,75	298,38	4.169,98
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0,00	110,00	110,00	116,45	110,00	110,00	104,00	104,00	0,00	200,20	0,00	0,00	854,65
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	477,13	900,85	4.017,43	4.184,15	4.594,94	6.384,09	4.142,25	8.015,85	2.351,45	9.926,26	6.664,42	3.650,55	55.289,37
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	0,00	0,00	0,00	0,00	58,50	113,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	172,00
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Expediente	0,00	792,23	221,94	410,40	224,20	199,06	714,12	782,28	228,00	133,30	872,25	0,00	4.577,78
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Expediente	0,00	0,00	0,00	0,00	219,80	118,00	0,00	0,00	0,00	276,00	0,00	0,00	614,80
3.3.90.30.20.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	0,00	394,00	0,00	0,00	0,00	1.492,40	0,00	1.738,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.624,40
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Cozinha	239,98	147,68	489,61	489,61	122,80	350,20	119,29	36,30	0,00	321,14	0,00	0,00	1.587,10
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higieneização	487,84	318,33	1.086,20	993,42	1.346,55	1.347,56	756,26	2.571,40	524,45	2.173,09	1.824,43	1.422,32	14.851,85
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Têxtos e Avariamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	606,60	143,00	0,00	279,60	86,50	0,00	137,57	0,00	1.918,27
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0,00	1.021,46	199,47	0,00	152,71	1.717,27	0,00	164,99	0,00	50,92	733,69	193,59	4.234,10
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	92,63	78,00	0,00	0,00	81,00	457,25	74,53	45,50	0,00	0,00	488,00	0,00	1.317,91
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	963,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	963,00
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0,00	0,00	0,00	125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,00
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	325,05	0,00	733,06	699,47	98,35	34,28	197,14	905,86	26,66	610,22	361,45	95,80	4.357,34
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	1.713,16	1.106,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.819,38
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	1.713,16	1.106,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.819,38
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.000,00	0,00	5.900,00	0,00	0,00	16.700,00	6.000,00	1.800,00	5.700,00	1.800,00	8.700,00	3.100,00	51.700,00
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0,00	0,00	3.900,00	0,00	0,00	3.900,00	0,00	0,00	3.900,00	0,00	2.600,00	1.300,00	15.600,00
3.3.90.36.35.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Oper	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	3.600,00	1.800,00	21.600,00
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	14.500,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	6.515,35	854,58	8.537,60	11.764,91	8.710,78	10.290,26	15.621,59	2.098,14	4.268,69	2.178,55	21.844,53	16.704,68	108.929,66
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	276,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	276,00
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	284,82	457,97	403,32	351,68	381,71	423,61	504,58	489,27	575,59	489,24	593,78	540,96	5.498,43
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	1.094,17	0,00	1.672,66	773,79	756,21	738,63	659,51	5.017,00	1.100,97	1.052,26	1.169,15	1.003,56	11.053,69
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	303,87	296,61	424,09	319,19	404,86	277,45	255,65	330,00	382,13	285,05	299,08	301,83	3.869,81
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0,00	0,00	1.726,68	48,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.774,68
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	0,00	0,00	188,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	188,00
3.3.90.39.95.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equip de Proc de	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	4.556,49	100,00	4.092,85	10.272,25	7.168,00	8.850,57	14.201,85	246,09	2.200,00	372,00	19.320,52	14.858,43	86.239,05
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	966,00	0,00	31.990,00	446,00	0,00	5.456,00	429,00	5.017,00	0,00	299,90	0,00	0,00	44.603,90
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	966,00	0,00	31.990,00	446,00	0,00	5.456,00	429,00	5.017,00	0,00	299,90	0,00	0,00	44.603,90
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	966,00	0,00	31.990,00	446,00	0,00	5.456,00	429,00	5.017,00	0,00	299,90	0,00	0,00	44.603,90
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	966,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75,00	0,00	5.017,00	0,00	299,90	0,00	0,00	75,00
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	0,00	0,00	0,00	446,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	446,00
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	966,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.381,00	429,00	5.017,00	0,00	299,90	0,00	0,00	12.092,90
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	0,00	0,00	31.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.990,00
4.4.90.52.48.00.00.00	Veículos Diversos	0,00	0,00	84.648,51	43.546,42	34.102,98	49.023,56	94.244,20	60.345,69	13.648,41	117.997,92	108.962,13	96.923,56	769.978,55
Totais:		35.688,66	30.841,51	84.648,51	43.546,42	34.102,98	49.023,56	94.244,20	60.345,69	13.648,41	117.997,92	108.962,13	96.923,56	769.978,55

SC

Betha Sistemas
Exercício de 2016

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Demonstrativo da Receita Orçada Com a Arrecadada (Artigo 2º, Incisos XV e XVI da L.N. Nº 028/1999)

Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Classificação	Títulos	Prevista	Realizada no Ano	Percentual
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS	633.000,00	642.129,25	101,4422%
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES	633.000,00	642.129,25	101,4422%
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	633.000,00	633.000,00	100,0000%
4.1.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	633.000,00	633.000,00	100,0000%
4.1.7.2.3.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	633.000,00	633.000,00	100,0000%
4.1.7.2.3.37.0.0.0.0.0.0	Transferências a Consórcios Públicos	633.000,00	633.000,00	100,0000%
4.1.7.2.3.37.01.0.0.0.0	Transferencia a consorcios publicos - Turvo	195.000,00	195.000,00	100,0000%
4.1.7.2.3.37.02.0.0.0.0	Transferencia a consorcios publicos - Jacinto Machado	168.000,00	168.000,00	100,0000%
4.1.7.2.3.37.03.0.0.0.0	Transferencia a consorcios publicos - Ermo	30.000,00	30.000,00	100,0000%
4.1.7.2.3.37.04.0.0.0.0	Transferencia a consorcios publicos - Timbe do Sul	84.000,00	84.000,00	100,0000%
4.1.7.2.3.37.05.0.0.0.0	Transferencia a consorcios publicos - Meleiro	111.000,00	111.000,00	100,0000%
4.1.7.2.3.37.06.0.0.0.0	Transferencia a consorcios publicos - Morro Grande	45.000,00	45.000,00	100,0000%
4.1.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	9.129,25	0,0000%
4.1.9.9.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DIVERSAS	0,00	9.129,25	0,0000%
4.1.9.9.0.99.0.0.0.0.0.0	Outras Receitas	0,00	9.129,25	0,0000%
Totais:		633.000,00	642.129,25	101,44%

Turvo, 18/01/2017

RONALDO CARLESSI

Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris

Contador CRCSC 16738/0-4

Nestor Reco

Responsavel pelo Controle Interno

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Relatório de Valores Executados por Ente Consorciado

Página: 1

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Ente Consorciado: 1 - MUNICIPIO DE TURVO**Contrato: 2****Contrato no Ente: 2**

Elemento	Função	Subfunção	Aplicação	Empenhado	Anl. Empenhos	Liquidado	Anl. Liquidações	Pago	Anl. Pago
3.1.90.11.01.00.00.00	8	243	01	105.715,59	0,00	105.715,59	0,00	105.715,67	0,00
3.1.90.11.43.00.00.00	8	243	01	5.044,90	0,00	5.044,90	0,00	5.044,90	0,00
3.1.90.13.01.00.00.00	8	243	01	6.955,76	0,00	6.955,76	0,00	6.955,76	0,00
3.1.90.13.02.00.00.00	8	243	01	24.996,71	0,00	24.996,71	0,00	24.996,71	0,00
3.3.90.30.01.00.00.00	8	243	01	1.284,59	0,00	1.284,59	0,00	1.284,59	0,00
3.3.90.30.04.00.00.00	8	243	01	263,30	0,00	263,30	0,00	263,30	0,00
3.3.90.30.07.00.00.00	8	243	01	17.032,27	0,00	17.032,27	0,00	17.032,27	0,00
3.3.90.30.14.00.00.00	8	243	01	52,98	0,00	52,98	0,00	52,98	0,00
3.3.90.30.16.00.00.00	8	243	01	1.410,21	0,00	1.410,21	0,00	1.410,21	0,00
3.3.90.30.17.00.00.00	8	243	01	189,39	0,00	189,39	0,00	189,39	0,00
3.3.90.30.20.00.00.00	8	243	01	1.116,52	0,00	1.116,52	0,00	1.116,52	0,00
3.3.90.30.21.00.00.00	8	243	01	488,92	0,00	488,92	0,00	488,92	0,00
3.3.90.30.22.00.00.00	8	243	01	4.575,23	0,00	4.575,23	0,00	4.575,23	0,00
3.3.90.30.23.00.00.00	8	243	01	590,94	0,00	590,94	0,00	590,94	0,00
3.3.90.30.24.00.00.00	8	243	01	1.304,35	0,00	1.304,35	0,00	1.304,35	0,00
3.3.90.30.26.00.00.00	8	243	01	406,00	0,00	406,00	0,00	406,00	0,00
3.3.90.30.28.00.00.00	8	243	01	296,66	0,00	296,66	0,00	296,66	0,00
3.3.90.30.39.00.00.00	8	243	01	38,51	0,00	38,51	0,00	38,51	0,00
3.3.90.30.99.00.00.00	8	243	01	1.370,05	27,73	1.370,05	27,73	1.342,32	0,00
3.3.90.32.03.00.00.00	8	243	01	868,53	0,00	868,53	0,00	868,53	0,00
3.3.90.36.15.00.00.00	8	243	01	4.805,69	0,00	4.805,69	0,00	4.805,69	0,00
3.3.90.36.35.00.00.00	8	243	01	6.654,03	0,00	6.654,03	0,00	6.654,03	0,00
3.3.90.36.99.00.00.00	8	243	01	4.466,81	0,00	4.466,81	0,00	4.466,81	0,00
3.3.90.39.16.00.00.00	8	243	01	85,02	0,00	85,02	0,00	85,02	0,00
3.3.90.39.43.00.00.00	8	243	01	1.848,34	154,48	1.693,86	0,00	1.693,86	0,00
3.3.90.39.44.00.00.00	8	243	01	5.452,61	2.047,44	3.405,17	0,00	3.405,17	0,00
3.3.90.39.58.00.00.00	8	243	01	1.848,34	656,23	1.192,11	0,00	1.192,11	0,00
3.3.90.39.81.00.00.00	8	243	01	546,71	0,00	546,71	0,00	546,71	0,00
3.3.90.39.90.00.00.00	8	243	01	51,75	0,00	51,75	0,00	51,75	0,00
3.3.90.39.95.00.00.00	8	243	01	15,40	0,00	15,40	0,00	15,40	0,00
3.3.90.39.99.00.00.00	8	243	01	28.605,86	2.039,33	26.603,49	36,96	26.566,53	0,00
4.4.90.52.12.00.00.00	8	243	01	23,10	0,00	23,10	0,00	23,10	0,00
4.4.90.52.34.00.00.00	8	243	01	137,39	0,00	137,39	0,00	137,39	0,00
4.4.90.52.42.00.00.00	8	243	01	3.725,30	0,00	3.725,30	0,00	3.725,30	0,00
4.4.90.52.48.00.00.00	8	243	01	9.854,74	0,00	9.854,74	0,00	9.854,74	0,00
Total do Contrato:				242.122,50	4.925,21	237.261,98	64,69	237.197,37	0,00

Ente Consorciado: 2 - MUNICIPIO DE JACINTO MACHADO**Contrato: 2****Contrato no Ente: 2**

Elemento	Função	Subfunção	Aplicação	Empenhado	Anl. Empenhos	Liquidado	Anl. Liquidações	Pago	Anl. Pago
3.1.90.11.01.00.00.00	8	243	01	91.078,07	0,00	91.078,07	0,00	91.078,06	0,00
3.1.90.11.43.00.00.00	8	243	01	4.346,38	0,00	4.346,38	0,00	4.346,38	0,00
3.1.90.13.01.00.00.00	8	243	01	5.992,65	0,00	5.992,65	0,00	5.992,65	0,00
3.1.90.13.02.00.00.00	8	243	01	21.535,64	0,00	21.535,64	0,00	21.535,64	0,00
3.3.90.30.01.00.00.00	8	243	01	1.106,74	0,00	1.106,74	0,00	1.106,74	0,00
3.3.90.30.04.00.00.00	8	243	01	226,81	0,00	226,81	0,00	226,81	0,00
3.3.90.30.07.00.00.00	8	243	01	14.673,96	0,00	14.673,96	0,00	14.673,96	0,00
3.3.90.30.14.00.00.00	8	243	01	45,65	0,00	45,65	0,00	45,65	0,00
3.3.90.30.16.00.00.00	8	243	01	1.214,95	0,00	1.214,95	0,00	1.214,95	0,00
3.3.90.30.17.00.00.00	8	243	01	163,17	0,00	163,17	0,00	163,17	0,00
3.3.90.30.20.00.00.00	8	243	01	961,93	0,00	961,93	0,00	961,93	0,00
3.3.90.30.21.00.00.00	8	243	01	421,21	0,00	421,21	0,00	421,21	0,00
3.3.90.30.22.00.00.00	8	243	01	3.941,70	0,00	3.941,70	0,00	3.941,70	0,00
3.3.90.30.23.00.00.00	8	243	01	509,10	0,00	509,10	0,00	509,10	0,00
3.3.90.30.24.00.00.00	8	243	01	1.123,75	0,00	1.123,75	0,00	1.123,75	0,00
3.3.90.30.26.00.00.00	8	243	01	349,78	0,00	349,78	0,00	349,78	0,00
3.3.90.30.28.00.00.00	8	243	01	255,58	0,00	255,58	0,00	255,58	0,00
3.3.90.30.39.00.00.00	8	243	01	33,18	0,00	33,18	0,00	33,18	0,00

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Relatório de Valores Executados por Ente Consorciado

Página: 2

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Ente Consorciado: 2 - MUNICIPIO DE JACINTO MACHADO**Contrato: 2****Contrato no Ente: 2**

Elemento	Função	Subfunção	Aplicação	Empenhado	Anl. Empenhos	Liquidado	Anl. Liquidações	Pago	Anl. Pago
3.3.90.30.99.00.00.00	8	243	01	1.180,35	23,89	1.180,35	23,89	1.156,46	0,00
3.3.90.32.03.00.00.00	8	243	01	748,27	0,00	748,27	0,00	748,27	0,00
3.3.90.36.15.00.00.00	8	243	01	4.140,29	0,00	4.140,29	0,00	4.140,29	0,00
3.3.90.36.35.00.00.00	8	243	01	5.732,70	0,00	5.732,70	0,00	5.732,70	0,00
3.3.90.36.99.00.00.00	8	243	01	3.848,36	0,00	3.848,36	0,00	3.848,36	0,00
3.3.90.39.16.00.00.00	8	243	01	73,25	0,00	73,25	0,00	73,25	0,00
3.3.90.39.43.00.00.00	8	243	01	1.592,42	133,11	1.459,31	0,00	1.459,31	0,00
3.3.90.39.44.00.00.00	8	243	01	4.697,63	1.763,95	2.933,68	0,00	2.933,68	0,00
3.3.90.39.58.00.00.00	8	243	01	1.592,42	565,35	1.027,07	0,00	1.027,07	0,00
3.3.90.39.81.00.00.00	8	243	01	471,01	0,00	471,01	0,00	471,01	0,00
3.3.90.39.90.00.00.00	8	243	01	44,59	0,00	44,59	0,00	44,59	0,00
3.3.90.39.95.00.00.00	8	243	01	13,27	0,00	13,27	0,00	13,27	0,00
3.3.90.39.99.00.00.00	8	243	01	24.645,10	1.756,97	22.919,98	31,85	22.888,13	0,00
4.4.90.52.12.00.00.00	8	243	01	19,91	0,00	19,91	0,00	19,91	0,00
4.4.90.52.34.00.00.00	8	243	01	118,37	0,00	118,37	0,00	118,37	0,00
4.4.90.52.42.00.00.00	8	243	01	3.209,49	0,00	3.209,49	0,00	3.209,49	0,00
4.4.90.52.48.00.00.00	8	243	01	8.490,24	0,00	8.490,24	0,00	8.490,24	0,00
Total do Contrato:				208.597,92	4.243,27	204.410,39	55,74	204.354,64	0,00

Ente Consorciado: 3 - MUNICIPIO DE ERMO**Contrato: 2****Contrato no Ente: 2**

Elemento	Função	Subfunção	Aplicação	Empenhado	Anl. Empenhos	Liquidado	Anl. Liquidações	Pago	Anl. Pago
3.1.90.11.01.00.00.00	8	243	01	16.263,81	0,00	16.263,81	0,00	16.263,85	0,00
3.1.90.11.43.00.00.00	8	243	01	776,13	0,00	776,13	0,00	776,13	0,00
3.1.90.13.01.00.00.00	8	243	01	1.070,12	0,00	1.070,12	0,00	1.070,12	0,00
3.1.90.13.02.00.00.00	8	243	01	3.845,61	0,00	3.845,61	0,00	3.845,61	0,00
3.3.90.30.01.00.00.00	8	243	01	197,64	0,00	197,64	0,00	197,64	0,00
3.3.90.30.04.00.00.00	8	243	01	40,49	0,00	40,49	0,00	40,49	0,00
3.3.90.30.07.00.00.00	8	243	01	2.620,31	0,00	2.620,31	0,00	2.620,31	0,00
3.3.90.30.14.00.00.00	8	243	01	8,15	0,00	8,15	0,00	8,15	0,00
3.3.90.30.16.00.00.00	8	243	01	216,96	0,00	216,96	0,00	216,96	0,00
3.3.90.30.17.00.00.00	8	243	01	29,14	0,00	29,14	0,00	29,14	0,00
3.3.90.30.20.00.00.00	8	243	01	171,77	0,00	171,77	0,00	171,77	0,00
3.3.90.30.21.00.00.00	8	243	01	75,22	0,00	75,22	0,00	75,22	0,00
3.3.90.30.22.00.00.00	8	243	01	703,88	0,00	703,88	0,00	703,88	0,00
3.3.90.30.23.00.00.00	8	243	01	90,92	0,00	90,92	0,00	90,92	0,00
3.3.90.30.24.00.00.00	8	243	01	200,67	0,00	200,67	0,00	200,67	0,00
3.3.90.30.26.00.00.00	8	243	01	62,47	0,00	62,47	0,00	62,47	0,00
3.3.90.30.28.00.00.00	8	243	01	45,64	0,00	45,64	0,00	45,64	0,00
3.3.90.30.39.00.00.00	8	243	01	5,92	0,00	5,92	0,00	5,92	0,00
3.3.90.30.99.00.00.00	8	243	01	210,80	4,27	210,80	4,27	206,53	0,00
3.3.90.32.03.00.00.00	8	243	01	133,62	0,00	133,62	0,00	133,62	0,00
3.3.90.36.15.00.00.00	8	243	01	739,33	0,00	739,33	0,00	739,33	0,00
3.3.90.36.35.00.00.00	8	243	01	1.023,69	0,00	1.023,69	0,00	1.023,69	0,00
3.3.90.36.99.00.00.00	8	243	01	687,21	0,00	687,21	0,00	687,21	0,00
3.3.90.39.16.00.00.00	8	243	01	13,08	0,00	13,08	0,00	13,08	0,00
3.3.90.39.43.00.00.00	8	243	01	284,36	23,77	260,59	0,00	260,59	0,00
3.3.90.39.44.00.00.00	8	243	01	838,86	314,99	523,87	0,00	523,87	0,00
3.3.90.39.58.00.00.00	8	243	01	284,36	100,96	183,40	0,00	183,40	0,00
3.3.90.39.81.00.00.00	8	243	01	84,10	0,00	84,10	0,00	84,10	0,00
3.3.90.39.90.00.00.00	8	243	01	7,96	0,00	7,96	0,00	7,96	0,00
3.3.90.39.95.00.00.00	8	243	01	2,37	0,00	2,37	0,00	2,37	0,00
3.3.90.39.99.00.00.00	8	243	01	4.400,87	313,74	4.092,82	5,69	4.087,13	0,00
4.4.90.52.12.00.00.00	8	243	01	3,55	0,00	3,55	0,00	3,55	0,00
4.4.90.52.34.00.00.00	8	243	01	21,14	0,00	21,14	0,00	21,14	0,00
4.4.90.52.42.00.00.00	8	243	01	573,11	0,00	573,11	0,00	573,11	0,00
4.4.90.52.48.00.00.00	8	243	01	1.516,10	0,00	1.516,10	0,00	1.516,10	0,00
Total do Contrato:				37.249,36	757,73	36.501,59	9,96	36.491,67	0,00

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Relatório de Valores Executados por Ente Consorciado

Página: 3

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Ente Consorciado: 4 - MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**Contrato: 2****Contrato no Ente: 2**

Elemento	Função	Subfunção	Aplicação	Empenhado	Anl. Empenhos	Liquidado	Anl. Liquidações	Pago	Anl. Pago
3.1.90.11.01.00.00.00	8	243	01	45.538,84	0,00	45.538,84	0,00	45.538,87	0,00
3.1.90.11.43.00.00.00	8	243	01	2.173,18	0,00	2.173,18	0,00	2.173,18	0,00
3.1.90.13.01.00.00.00	8	243	01	2.996,31	0,00	2.996,31	0,00	2.996,31	0,00
3.1.90.13.02.00.00.00	8	243	01	10.767,78	0,00	10.767,78	0,00	10.767,78	0,00
3.3.90.30.01.00.00.00	8	243	01	553,35	0,00	553,35	0,00	553,35	0,00
3.3.90.30.04.00.00.00	8	243	01	113,42	0,00	113,42	0,00	113,42	0,00
3.3.90.30.07.00.00.00	8	243	01	7.336,97	0,00	7.336,97	0,00	7.336,97	0,00
3.3.90.30.14.00.00.00	8	243	01	22,82	0,00	22,82	0,00	22,82	0,00
3.3.90.30.16.00.00.00	8	243	01	607,48	0,00	607,48	0,00	607,48	0,00
3.3.90.30.17.00.00.00	8	243	01	81,59	0,00	81,59	0,00	81,59	0,00
3.3.90.30.20.00.00.00	8	243	01	480,96	0,00	480,96	0,00	480,96	0,00
3.3.90.30.21.00.00.00	8	243	01	210,61	0,00	210,61	0,00	210,61	0,00
3.3.90.30.22.00.00.00	8	243	01	1.970,90	0,00	1.970,90	0,00	1.970,90	0,00
3.3.90.30.23.00.00.00	8	243	01	254,57	0,00	254,57	0,00	254,57	0,00
3.3.90.30.24.00.00.00	8	243	01	561,86	0,00	561,86	0,00	561,86	0,00
3.3.90.30.26.00.00.00	8	243	01	174,89	0,00	174,89	0,00	174,89	0,00
3.3.90.30.28.00.00.00	8	243	01	127,79	0,00	127,79	0,00	127,79	0,00
3.3.90.30.39.00.00.00	8	243	01	16,59	0,00	16,59	0,00	16,59	0,00
3.3.90.30.99.00.00.00	8	243	01	590,16	11,94	590,16	11,94	578,22	0,00
3.3.90.32.03.00.00.00	8	243	01	374,14	0,00	374,14	0,00	374,14	0,00
3.3.90.36.15.00.00.00	8	243	01	2.070,14	0,00	2.070,14	0,00	2.070,14	0,00
3.3.90.36.35.00.00.00	8	243	01	2.866,34	0,00	2.866,34	0,00	2.866,34	0,00
3.3.90.36.99.00.00.00	8	243	01	1.924,16	0,00	1.924,16	0,00	1.924,16	0,00
3.3.90.39.16.00.00.00	8	243	01	36,63	0,00	36,63	0,00	36,63	0,00
3.3.90.39.43.00.00.00	8	243	01	796,21	66,57	729,64	0,00	729,64	0,00
3.3.90.39.44.00.00.00	8	243	01	2.348,81	881,97	1.466,84	0,00	1.466,84	0,00
3.3.90.39.58.00.00.00	8	243	01	796,21	282,67	513,54	0,00	513,54	0,00
3.3.90.39.81.00.00.00	8	243	01	235,50	0,00	235,50	0,00	235,50	0,00
3.3.90.39.90.00.00.00	8	243	01	22,29	0,00	22,29	0,00	22,29	0,00
3.3.90.39.95.00.00.00	8	243	01	6,64	0,00	6,64	0,00	6,64	0,00
3.3.90.39.99.00.00.00	8	243	01	12.322,53	878,49	11.459,97	15,93	11.444,04	0,00
4.4.90.52.12.00.00.00	8	243	01	9,95	0,00	9,95	0,00	9,95	0,00
4.4.90.52.34.00.00.00	8	243	01	59,18	0,00	59,18	0,00	59,18	0,00
4.4.90.52.42.00.00.00	8	243	01	1.604,74	0,00	1.604,74	0,00	1.604,74	0,00
4.4.90.52.48.00.00.00	8	243	01	4.245,10	0,00	4.245,10	0,00	4.245,10	0,00
Total do Contrato:				104.298,64	2.121,64	102.204,87	27,87	102.177,03	0,00

Ente Consorciado: 5 - MUNICIPIO DE MELEIRO**Contrato: 2****Contrato no Ente: 2**

Elemento	Função	Subfunção	Aplicação	Empenhado	Anl. Empenhos	Liquidado	Anl. Liquidações	Pago	Anl. Pago
3.1.90.11.01.00.00.00	8	243	01	60.176,43	0,00	60.176,43	0,00	60.176,42	0,00
3.1.90.11.43.00.00.00	8	243	01	2.871,70	0,00	2.871,70	0,00	2.871,70	0,00
3.1.90.13.01.00.00.00	8	243	01	3.959,42	0,00	3.959,42	0,00	3.959,42	0,00
3.1.90.13.02.00.00.00	8	243	01	14.228,88	0,00	14.228,88	0,00	14.228,88	0,00
3.3.90.30.01.00.00.00	8	243	01	731,21	0,00	731,21	0,00	731,21	0,00
3.3.90.30.04.00.00.00	8	243	01	149,88	0,00	149,88	0,00	149,88	0,00
3.3.90.30.07.00.00.00	8	243	01	9.695,29	0,00	9.695,29	0,00	9.695,29	0,00
3.3.90.30.14.00.00.00	8	243	01	30,16	0,00	30,16	0,00	30,16	0,00
3.3.90.30.16.00.00.00	8	243	01	802,74	0,00	802,74	0,00	802,74	0,00
3.3.90.30.17.00.00.00	8	243	01	107,81	0,00	107,81	0,00	107,81	0,00
3.3.90.30.20.00.00.00	8	243	01	635,56	0,00	635,56	0,00	635,56	0,00
3.3.90.30.21.00.00.00	8	243	01	278,30	0,00	278,30	0,00	278,30	0,00
3.3.90.30.22.00.00.00	8	243	01	2.604,37	0,00	2.604,37	0,00	2.604,37	0,00
3.3.90.30.23.00.00.00	8	243	01	336,38	0,00	336,38	0,00	336,38	0,00
3.3.90.30.24.00.00.00	8	243	01	742,48	0,00	742,48	0,00	742,48	0,00
3.3.90.30.26.00.00.00	8	243	01	231,10	0,00	231,10	0,00	231,10	0,00
3.3.90.30.28.00.00.00	8	243	01	168,87	0,00	168,87	0,00	168,87	0,00
3.3.90.30.39.00.00.00	8	243	01	21,92	0,00	21,92	0,00	21,92	0,00

SC

Página: 4

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Exercício de 2016

Relatório de Valores Executados por Ente Consorciado

Período: Janeiro à Dezembro

Ente Consorciado: 5 - MUNICIPIO DE MELEIRO**Contrato: 2****Contrato no Ente: 2**

Elemento	Função	Subfunção	Aplicação	Empenhado	Anl. Empenhos	Liquidado	Anl. Liquidações	Pago	Anl. Pago
3.3.90.30.99.00.00.00	8	243	01	779,84	15,78	779,84	15,78	764,06	0,00
3.3.90.32.03.00.00.00	8	243	01	494,39	0,00	494,39	0,00	494,39	0,00
3.3.90.36.15.00.00.00	8	243	01	2.735,54	0,00	2.735,54	0,00	2.735,54	0,00
3.3.90.36.35.00.00.00	8	243	01	3.787,67	0,00	3.787,67	0,00	3.787,67	0,00
3.3.90.36.99.00.00.00	8	243	01	2.542,65	0,00	2.542,65	0,00	2.542,65	0,00
3.3.90.39.16.00.00.00	8	243	01	48,40	0,00	48,40	0,00	48,40	0,00
3.3.90.39.43.00.00.00	8	243	01	1.052,13	87,97	964,16	0,00	964,16	0,00
3.3.90.39.44.00.00.00	8	243	01	3.103,79	1.165,46	1.938,33	0,00	1.938,33	0,00
3.3.90.39.58.00.00.00	8	243	01	1.052,13	373,53	678,60	0,00	678,60	0,00
3.3.90.39.81.00.00.00	8	243	01	311,20	0,00	311,20	0,00	311,20	0,00
3.3.90.39.90.00.00.00	8	243	01	29,46	0,00	29,46	0,00	29,46	0,00
3.3.90.39.95.00.00.00	8	243	01	8,77	0,00	8,77	0,00	8,77	0,00
3.3.90.39.99.00.00.00	8	243	01	16.283,31	1.160,85	15.143,50	21,04	15.122,46	0,00
4.4.90.52.12.00.00.00	8	243	01	13,15	0,00	13,15	0,00	13,15	0,00
4.4.90.52.34.00.00.00	8	243	01	78,21	0,00	78,21	0,00	78,21	0,00
4.4.90.52.42.00.00.00	8	243	01	2.120,56	0,00	2.120,56	0,00	2.120,56	0,00
4.4.90.52.48.00.00.00	8	243	01	5.609,61	0,00	5.609,61	0,00	5.609,61	0,00
Total do Contrato:				137.823,31	2.803,59	135.056,54	36,82	135.019,71	0,00

Ente Consorciado: 6 - MUNICIPIO DE MORRO GRANDE**Contrato: 2****Contrato no Ente: 2**

Elemento	Função	Subfunção	Aplicação	Empenhado	Anl. Empenhos	Liquidado	Anl. Liquidações	Pago	Anl. Pago
3.1.90.11.01.00.00.00	8	243	01	24.396,14	0,00	24.396,14	0,00	24.396,01	0,00
3.1.90.11.43.00.00.00	8	243	01	1.164,22	0,00	1.164,22	0,00	1.164,22	0,00
3.1.90.13.01.00.00.00	8	243	01	1.605,19	0,00	1.605,19	0,00	1.605,19	0,00
3.1.90.13.02.00.00.00	8	243	01	5.768,60	0,00	5.768,60	0,00	5.768,60	0,00
3.3.90.30.01.00.00.00	8	243	01	296,45	0,00	296,45	0,00	296,45	0,00
3.3.90.30.04.00.00.00	8	243	01	60,75	0,00	60,75	0,00	60,75	0,00
3.3.90.30.07.00.00.00	8	243	01	3.930,57	0,00	3.930,57	0,00	3.930,57	0,00
3.3.90.30.14.00.00.00	8	243	01	12,24	0,00	12,24	0,00	12,24	0,00
3.3.90.30.16.00.00.00	8	243	01	325,44	0,00	325,44	0,00	325,44	0,00
3.3.90.30.17.00.00.00	8	243	01	43,70	0,00	43,70	0,00	43,70	0,00
3.3.90.30.20.00.00.00	8	243	01	257,66	0,00	257,66	0,00	257,66	0,00
3.3.90.30.21.00.00.00	8	243	01	112,84	0,00	112,84	0,00	112,84	0,00
3.3.90.30.22.00.00.00	8	243	01	1.055,77	0,00	1.055,77	0,00	1.055,77	0,00
3.3.90.30.23.00.00.00	8	243	01	136,36	0,00	136,36	0,00	136,36	0,00
3.3.90.30.24.00.00.00	8	243	01	300,99	0,00	300,99	0,00	300,99	0,00
3.3.90.30.26.00.00.00	8	243	01	93,67	0,00	93,67	0,00	93,67	0,00
3.3.90.30.28.00.00.00	8	243	01	68,46	0,00	68,46	0,00	68,46	0,00
3.3.90.30.39.00.00.00	8	243	01	8,88	0,00	8,88	0,00	8,88	0,00
3.3.90.30.99.00.00.00	8	243	01	316,14	6,39	316,14	6,39	309,75	0,00
3.3.90.32.03.00.00.00	8	243	01	200,43	0,00	200,43	0,00	200,43	0,00
3.3.90.36.15.00.00.00	8	243	01	1.109,01	0,00	1.109,01	0,00	1.109,01	0,00
3.3.90.36.35.00.00.00	8	243	01	1.535,57	0,00	1.535,57	0,00	1.535,57	0,00
3.3.90.36.99.00.00.00	8	243	01	1.030,81	0,00	1.030,81	0,00	1.030,81	0,00
3.3.90.39.16.00.00.00	8	243	01	19,62	0,00	19,62	0,00	19,62	0,00
3.3.90.39.43.00.00.00	8	243	01	426,54	35,67	390,87	0,00	390,87	0,00
3.3.90.39.44.00.00.00	8	243	01	1.258,30	472,50	785,80	0,00	785,80	0,00
3.3.90.39.58.00.00.00	8	243	01	426,54	151,45	275,09	0,00	275,09	0,00
3.3.90.39.81.00.00.00	8	243	01	126,16	0,00	126,16	0,00	126,16	0,00
3.3.90.39.90.00.00.00	8	243	01	11,95	0,00	11,95	0,00	11,95	0,00
3.3.90.39.95.00.00.00	8	243	01	3,55	0,00	3,55	0,00	3,55	0,00
3.3.90.39.99.00.00.00	8	243	01	6.601,38	470,62	6.139,29	8,53	6.130,76	0,00
4.4.90.52.12.00.00.00	8	243	01	5,34	0,00	5,34	0,00	5,34	0,00
4.4.90.52.34.00.00.00	8	243	01	31,71	0,00	31,71	0,00	31,71	0,00
4.4.90.52.42.00.00.00	8	243	01	859,70	0,00	859,70	0,00	859,70	0,00
4.4.90.52.48.00.00.00	8	243	01	2.274,21	0,00	2.274,21	0,00	2.274,21	0,00

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Relatório de Valores Executados por Ente Consorciado

Página: 5
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro

Ente Consorciado: 6 - MUNICIPIO DE MORRO GRANDE

Elemento	Função	Subfunção	Aplicação	Contrato : 2		Contrato no Ente: 2	
				Empenhado Anl.	Empenhos	Liquidado Anl.	Liquidações
4.4.90.52.48.00.00.00	8	243	01	2.274,21	0,00	2.274,21	0,00
Total do Contrato:				55.874,89	1.136,63	54.753,18	14,92
Total Geral:				785.966,62	15.988,07	770.188,55	210,00
						769.978,55	0,00

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Relatório de Valores Executados por Ente Consorciado

Página: 1

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Ente Consorciado: 1 - MUNICIPIO DE TURVO**Contrato: 2****Contrato no Ente: 2**

Elemento	Descrição	Empenhado	Liquidado	Pago
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	142.712,96	142.712,96	142.713,04
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	80.743,80	80.743,80	80.743,80
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	13.740,53	13.740,53	13.740,53
Total do Contratos:		237.197,29	237.197,29	237.197,37

Ente Consorciado: 2 - MUNICIPIO DE JACINTO MACHADO**Contrato: 2****Contrato no Ente: 2**

Elemento	Descrição	Empenhado	Liquidado	Pago
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	122.952,74	122.952,74	122.952,73
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	69.563,90	69.563,90	69.563,90
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	11.838,01	11.838,01	11.838,01
Total do Contratos:		204.354,65	204.354,65	204.354,64

Ente Consorciado: 3 - MUNICIPIO DE ERMO**Contrato: 2****Contrato no Ente: 2**

Elemento	Descrição	Empenhado	Liquidado	Pago
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	21.955,67	21.955,67	21.955,71
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	12.422,06	12.422,06	12.422,06
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.113,90	2.113,90	2.113,90
Total do Contratos:		36.491,63	36.491,63	36.491,67

Ente Consorciado: 4 - MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**Contrato: 2****Contrato no Ente: 2**

Elemento	Descrição	Empenhado	Liquidado	Pago
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	61.476,11	61.476,11	61.476,14
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	34.781,92	34.781,92	34.781,92
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.918,97	5.918,97	5.918,97
Total do Contratos:		102.177,00	102.177,00	102.177,03

Ente Consorciado: 5 - MUNICIPIO DE MELEIRO**Contrato: 2****Contrato no Ente: 2**

Elemento	Descrição	Empenhado	Liquidado	Pago
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	81.236,43	81.236,43	81.236,42
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	45.961,76	45.961,76	45.961,76
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	7.821,53	7.821,53	7.821,53
Total do Contratos:		135.019,72	135.019,72	135.019,71

Ente Consorciado: 6 - MUNICIPIO DE MORRO GRANDE**Contrato: 2****Contrato no Ente: 2**

Elemento	Descrição	Empenhado	Liquidado	Pago
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	32.934,15	32.934,15	32.934,02
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	18.633,15	18.633,15	18.633,15
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.170,96	3.170,96	3.170,96
Total do Contratos:		54.738,26	54.738,26	54.738,13

Total Geral:		769.978,55	769.978,55	769.978,55
---------------------	--	-------------------	-------------------	-------------------

RGF 3 QUAD DE 2016

MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	171.765,75	130.438,80	109.576,90	43.916,45
Disponibilidade de Caixa Bruta	171.765,75	145.651,79	121.521,37	43.916,45
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	15.212,99	11.944,47	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-171.765,75	-130.438,80	-109.576,90	-43.916,45
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	486.000,29	607.171,77	569.438,49	642.129,25
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-35,34%	-21,48%	-19,24%	-6,84%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	583.200,35	728.606,12	683.326,19	770.555,10
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	524.880,31	655.745,51	614.993,57	693.499,59

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	2.548,90	11.908,43	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	37.237,83	33.583,57	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	486.000,29	607.171,77	569.438,49	642.129,25
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	106.920,06	133.577,79	125.276,47	141.268,44
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	96.228,06	120.220,01	112.748,82	127.141,59

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:				

FONTE:

MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	642.129,25	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	102.740,68	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	92.466,61	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	44.949,05	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE TURVO - SC - PODER EXECUTIVO

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 5(Portaria STN nº 72/2012, art. 15, inciso IV, a)

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	Restos a pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS - CONTRATO DE RATEIO (I)	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS - CONTRATO DE RATEIO (II)	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS PRÓPRIOS (III)	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV) = (I + II + III)	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE TURVO - SC - PODER EXECUTIVO
 CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 3º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida		642.129,25
DESPESAS COM PESSOAL		% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		74,88
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA		% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-6,84
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		120,00
GARANTIA DE VALORES		% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		7,00
RESTOS A PAGAR		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		43.916,45

FONTE:

RREO 6 BIM DE 2016

Município de Turvo - SC
 CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	633.000,00	633.000,00	159.640,00	25,22	642.129,25	101,44	-9.129,25
RECEITAS CORRENTES	633.000,00	633.000,00	159.640,00	25,22	642.129,25	101,44	-9.129,25
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	633.000,00	633.000,00	157.000,00	24,80	633.000,00	100,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	633.000,00	633.000,00	157.000,00	24,80	633.000,00	100,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	2.640,00	0,00	9.129,25	0,00	-9.129,25
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	2.640,00	0,00	9.129,25	0,00	-9.129,25
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	633.000,00	633.000,00	159.640,00	25,22	642.129,25	101,44	-9.129,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	633.000,00	633.000,00	159.640,00	25,22	642.129,25	101,44	-9.129,25
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	127.849,30	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	633.000,00	633.000,00	159.640,00	25,22	769.978,55	121,64	-136.978,55
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	170.000,00	—	—	170.000,00	—	—
Superávit Financeiro	—	170.000,00	—	—	170.000,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	633.000,00	803.000,00	175.477,36	769.978,55	33.021,45	205.885,69	769.978,55	33.021,45	769.978,55	0,00
DESPESAS CORRENTES	453.000,00	758.000,00	175.477,36	725.374,65	32.625,35	205.885,69	725.374,65	32.625,35	725.374,65	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	220.000,00	475.000,00	138.688,28	463.268,06	11.731,94	138.688,28	463.268,06	11.731,94	463.268,06	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	233.000,00	283.000,00	36.789,08	262.106,59	20.893,41	67.197,41	262.106,59	20.893,41	262.106,59	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	180.000,00	45.000,00	0,00	44.603,90	396,10	0,00	44.603,90	396,10	44.603,90	0,00
INVESTIMENTOS	180.000,00	45.000,00	0,00	44.603,90	396,10	0,00	44.603,90	396,10	44.603,90	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Turvo - SC
 CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	633.000,00	803.000,00	175.477,36	769.978,55	33.021,45	205.885,69	769.978,55	33.021,45	769.978,55	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	633.000,00	803.000,00	175.477,36	769.978,55	33.021,45	205.885,69	769.978,55	33.021,45	769.978,55	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	633.000,00	803.000,00	175.477,36	769.978,55	33.021,45	205.885,69	769.978,55	33.021,45	769.978,55	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	633.000,00	803.000,00	175.477,36	769.978,55	—	205.885,69	769.978,55	—	769.978,55	0,00

FONTE:

Turvo, 19/01/2017

RONALDO CARLESSI
 Presidente do CIASS

Juiz Antonio Rovaris
 Contador CRCSC 16738/0-4

Nestor Reco
 Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		633.000,00	
Previsão Atualizada		633.000,00	
Receitas Realizadas		642.129,25	
Déficit Orçamentário		127.849,30	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		170.000,00	
DESPESAS			
Dotação Inicial		633.000,00	
Créditos Adicionais		170.000,00	
Dotação Atualizada		803.000,00	
Despesas Empenhadas		769.978,55	
Despesas Liquidadas		769.978,55	
Despesas pagas		769.978,55	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
Superavit Orçamentário		0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		769.978,55	
Liquidadas		769.978,55	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		642.129,25	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	127.849,30	0,00
Resultado Primário	0,00	-127.849,30	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		44.603,90	396,10
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2016	2024
		2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00

Continua 1/2

Município de Turvo - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: CIIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Turvo, 19/01/2017

RONALDO CARLESSI
Presidente do CIIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador CRCSC 16738/0-4

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	633.000,00	803.000,00	175.477,36	769.978,55	33.021,45	205.885,69	769.978,55	33.021,45	0,00
ASSISTENCIA SOCIAL	633.000,00	803.000,00	175.477,36	769.978,55	33.021,45	205.885,69	769.978,55	33.021,45	0,00
Assistencia a Criança e ao Adolescente	633.000,00	803.000,00	175.477,36	769.978,55	33.021,45	205.885,69	769.978,55	33.021,45	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	633.000,00	803.000,00	175.477,36	769.978,55	33.021,45	205.885,69	769.978,55	33.021,45	0,00

FONTE:

Turvo, 19/01/2017

RONALDO CARLESSI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador CRCSC 16738/0-4

Nestor Reco
Responsavel pelo Controle Interno

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Turvo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE														
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016		TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	17.949,25	100.250,00	32.750,00	61.500,00	50.250,00	41.750,00	54.000,00	60.500,00	63.640,00	73.140,00	86.500,00	642.129,25	633.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	14.000,00	100.250,00	32.750,00	61.500,00	50.250,00	41.750,00	54.000,00	60.500,00	61.000,00	70.500,00	86.500,00	633.000,00	633.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	14.000,00	100.250,00	32.750,00	61.500,00	50.250,00	41.750,00	54.000,00	60.500,00	61.000,00	70.500,00	86.500,00	633.000,00	633.000,00
Transferências da LC 611/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 871/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	3.949,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.640,00	2.640,00	0,00	9.129,25	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	17.949,25	100.250,00	32.750,00	61.500,00	50.250,00	41.750,00	54.000,00	60.500,00	63.640,00	73.140,00	86.500,00	642.129,25	633.000,00
FONTE: Junho, 19/01/2017														

FONTE:

Turvo, 19/01/2017

RONALDO CARLESSI
Presidente do CIASS

Juiz Antonio Rovaris
Contador CRCSC 16739/0-4

Nestor Raco
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	171.765,75	93.256,31	43.916,45
Disponibilidade de Caixa Bruta	171.765,75	98.691,95	43.916,45
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	5.435,64	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-171.765,75	-93.256,31	-43.916,45
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-171.765,75	-93.256,31	-43.916,45

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2016 (C - A)
VALOR	49.339,86	127.849,30

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Turvo, 19/01/2017

RONALDO CARLESSI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador CRCSC 16738/0-4

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS					
				Até o Bimestre/2016		Até o Bimestre/2015			
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)		633.000,00		642.129,25		486.000,29			
Recetta Tributária		0,00		0,00		0,00			
I.P.T.U.		0,00		0,00		0,00			
I.S.S.		0,00		0,00		0,00			
I.T.B.I.		0,00		0,00		0,00			
I.R.R.F.		0,00		0,00		0,00			
Outras Receitas Tributárias		0,00		0,00		0,00			
Recetta de Contribuição		0,00		0,00		0,00			
Recetas Previdenciárias		0,00		0,00		0,00			
Outras Contribuições		0,00		0,00		0,00			
Recetta Patrimonial Líquida		0,00		0,00		0,00			
Recetta Patrimonial		0,00		0,00		0,00			
(-) Aplicações Financeiras		0,00		0,00		0,00			
Transferências Correntes		633.000,00		633.000,00		437.000,29			
F.P.M.		0,00		0,00		0,00			
I.P.V.A.		0,00		0,00		0,00			
I.C.M.S.		0,00		0,00		0,00			
Convênios		0,00		0,00		0,00			
Outras Transferências Correntes		633.000,00		633.000,00		437.000,29			
Demais Receitas Correntes		0,00		9.129,25		49.000,00			
Dívida Ativa		0,00		0,00		0,00			
Diversas Receitas Correntes		0,00		9.129,25		49.000,00			
RECEITAS DE CAPITAL (II)		0,00		0,00		0,00			
Operações de Crédito (III)		0,00		0,00		0,00			
Amortização de Empréstimos (IV)		0,00		0,00		0,00			
Alienação de Ativos (V)		0,00		0,00		0,00			
Transferências de Capital		0,00		0,00		0,00			
Convênios		0,00		0,00		0,00			
Outras Transferências de Capital		0,00		0,00		0,00			
Outras Receitas de Capital		0,00		0,00		0,00			
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)		0,00		0,00		0,00			
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		633.000,00		642.129,25		486.000,29			
DESPESAS PRIMÁRIAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
				Até o Bimestre/2016		Até o Bimestre/2015		Até o Bimestre/2015	
DESPESAS CORRENTES (VIII)		758.000,00		725.374,65		269.084,44		0,00	
Pessoal e Encargos Sociais		475.000,00		463.268,06		133.627,88		0,00	
Juros e Encargos da Dívida (IX)		0,00		0,00		0,00		0,00	
Outras Despesas Correntes		283.000,00		262.106,59		135.456,56		0,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)		758.000,00		725.374,65		269.084,44		0,00	
DESPESAS DE CAPITAL (XI)		45.000,00		44.603,90		45.150,10		0,00	
Investimentos		45.000,00		44.603,90		45.150,10		0,00	
Inversões Financeiras		0,00		0,00		0,00		0,00	

Município de Turvo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	45.000,00	44.603,90	45.150,10	44.603,90	45.150,10	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	45.000,00	44.603,90	45.150,10	44.603,90	45.150,10	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	803.000,00	769.978,55	314.234,54	769.978,55	314.234,54	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-170.000,00	-127.849,30	171.765,75	-127.849,30	171.765,75	642.129,25	486.000,29
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	170.000,00	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	170.000,00	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						0,00	

FONTE:
Turvo, 19/01/2017

RONALDO CARLESSI

Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris

Contador CRCSC 16738/0-4

Nestor Reco

Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER-DEASS, SOCIAL E SAUDE

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Turvo, 19/01/2017

RONALDO CARLESSI
Presidente do CIASS

Juiz Antonio Rovaris
Contador CRCSC 167380-4

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

TRANSF FIN AO CIISS PARA 2017

RESUMO DAS TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS AO CIISS DE TURVO em 2017

população total dos Municípios que participam do CIISS = 40.559 (estimada pelo IBGE para 2014)

Orçamento para 2017 R\$ 696.300,00

MUNICIPIO	POP	% PERC.	VLR ANUAL	VLR MENSAL	MENSAL FOLHA	MENSAL DESP CORRENTES	MENSAL DESP CAPITAL	Nº CONTRATO DE RATEIO	Lei ingres CIISS	Lei Orç para 2017
Turvo	12.452	30,71%	214.500,00	17.875,00	11.552,13	5.552,73	770,14	nº 01/2017	2.226/14	2.293/16
Jacinto Machado	10.642	26,24%	184.800,00	15.400,00	9.952,61	4.783,89	663,51	nº 02/2017	.767/14	.827/16
Meleiro	7.076	17,45%	122.100,00	10.175,00	6.575,83	3.160,78	438,39	nº 05/2017	.1680/14	1.732/16
Timbe do Sul	5.385	13,27%	92.400,00	7.700,00	4.976,30	2.391,94	331,75	nº 04/2017	.1739/14	1.816/2016
Morro Grande	2.925	7,21%	49.500,00	4.125,00	2.665,88	1.281,40	177,73	nº 06/2017	.818/14	.868/2016
Ermo	2.079	5,12%	33.000,00	2.750,00	1.777,25	854,27	118,48	nº 03/2017	.376/14	.412/2016
somatório			696.300,00	58.025,00	37.500,00	18.025,00	2.500,00			07/12/2016

DESPESAS	em %	em R\$
Pessoal	64,63	450.000,00
Outras Despesas Correntes	31,06	216.300,00
Despesas de Capital	4,31	30.000,00
Total	100,00	696.300,00

Editais de Notificação

AURORA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 214/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 214/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKR6743	54589154C	14/12/2011	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 215/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 215/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IBK0025	54589155C	17/12/2011	65482	229
IIW7194	54589157C	20/12/2011	57380	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 216/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 216/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
GXH6370	54589161C	02/02/2012	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 218/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8110 218/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CKN8674 54589169C 12/02/2012 65482 229
EGL4352 54589165C 12/02/2012 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 219/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8110 219/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BIL7956 54589170C 12/02/2012 65482 229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 220/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8110 220/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALS8227	54589180C	25/03/2012	52741	175
MHZ1777	54589178C	25/03/2012	54790	181 * X
MIT2016	54589182C	27/03/2012	55250	181 * XV
MMB2106	54589176C	25/03/2012	54790	181 * X

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 221/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8110 221/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDN9157 54589177C 25/03/2012 54790 181 * X

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTES EDITAIS.

AURORA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 224/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8110 224/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAL6754 54589186C 22/04/2012 54790 181 * X
MHG5754 54589189C 24/04/2012 58350 195

MIY5958 54589188C 22/04/2012 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 225/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8110 225/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDS6635	54589190C	26/05/2012	65482	229
MDS6635	54589191C	26/05/2012	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 226/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8110 226/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWW0629 54589192C 27/05/2012 52742 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTES EDITAL.

AURORA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 227/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8110 227/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGD7630 54589195C 09/06/2012 55411 181 * XVII
MIR1505 54589196C 09/06/2012 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 229/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8110 229/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYI6531	54589198C	09/09/2012	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 230/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8110 230/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

JWO6344 54589199C 16/09/2012 65482 229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

BOM JARDIM DA SERRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 30/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 30/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MAM5485	55667802C	22/10/2010	65992	230 * V
MEY5049	55668023C	21/12/2010	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 31/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 31/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LYP8451	55667975C	13/12/2010	51691	165
MDV8360	55668020C	19/12/2010	65992	230 * V
MDV8360	55668021C	19/12/2010	50100	162 * I
MDV8360	55668022C	19/12/2010	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 32/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 32/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAA3142 55667794C 06/09/2010 67261 230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 33/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 33/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBW7416 55668013C 28/09/2010 65992 230 * V
MBW7416 55668014C 28/09/2010 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 35/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 35/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MES2817	55667954C	20/04/2010	50100	162 * I
MES2817	55667955C	20/04/2010	63944	220 * XIV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 37/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 37/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MMF4400 55667976C 19/04/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 39/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 39/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCC5755	55667909C	24/05/2011	50100	162	*	I
MCC5755	55667911C	24/05/2011	50610	163	c/c	162 * I
MCC5755	55667912C	24/05/2011	65992	230	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 40/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 40/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXS0951	55667977C	31/07/2011	69120	232
MAL2019	55667800C	07/07/2011	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 41/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 41/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXS0951	55667916C	03/09/2011	52741	175
LZW6654	55667704C	21/08/2011	65992	230 * v
LZW6654	55667705C	21/08/2011	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

BOTUVERÁ

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 320/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 320/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAW1315	54138229D	14/12/2011	52070	169
MCE2141	54138400D	24/11/2011	69120	232
MCQ7462	54138462D	07/12/2011	50450	162 * V
MCQ7462	54138463D	07/12/2011	50371	162 * III
MFR0582	54138473D	16/12/2011	66102	230 * VII
MHL2160	54138402D	16/12/2011	65992	230 * V
MHS1472	55502648B	22/11/2011	50100	162 * I
MHS1472	55502650B	22/11/2011	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 321/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 321/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFA6100	54138406D	20/12/2011	50450	162 * V
CZN4078	54138476D	20/12/2011	66102	230 * VII
MCC0100	54138465D	07/12/2011	51180	164 c/c 162 * I
MCC0100	54138464D	07/12/2011	50100	162 * I
MCI1978	54138397D	22/11/2011	52070	169
MHC3961	54138226D	26/11/2011	69120	232
MIR8126	54138455D	29/11/2011	50100	162 * I
MIR8126	54138456D	29/11/2011	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 322/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 322/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYY9915	54138471D	14/12/2011	50100	162 * I
LZF6689	54138234D	06/01/2012	51851	167
MBZ7585	54138235D	06/01/2012	66102	230 * VII
MDL0077	54138452D	26/11/2011	51930	168
MEP2314	54138401D	13/12/2011	65992	230 * V
MEW8819	54138310D	15/12/2011	51851	167
MGH0818	54138459D	07/12/2011	65992	230 * V
MIR8126	54138232D	17/12/2011	51691	165
MIR8126	54138231D	17/12/2011	51180	164 c/c 162 * I
MIR8126	54138230D	17/12/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 325/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 325/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWR9266 54138477D 20/12/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 327/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 327/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYL3740 54138239D 13/01/2012 50450 162 * V
LYL3740 54138240D 13/01/2012 65992 230 * V

MBJ5875 54138407D 21/12/2011 66102 230 * VII
MHT5050 54138233D 03/01/2012 67693 230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 329/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 329/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXS7940 54138405D 20/12/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 330/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 330/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYF6753	54138172D	11/01/2012	66102	230 * VII
LZH1109	54138237D	10/01/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 331/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 331/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXD4354	54138179D	27/01/2012	52070	169
---------	-----------	------------	-------	-----

LXX3247 54138173D 18/01/2012 50371 162 * III
MCI2351 54138238D 13/01/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 333/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 333/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZY3355 54138177D 26/01/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 335/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 335/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWY6759	54138601D	23/02/2012	51851	167
LZI0112	54138182D	22/02/2012	50450	162 * V
MAE7547	54138320D	23/02/2012	51852	167
MAF0410	54138196D	02/03/2012	65992	230 * V
MCJ1506	54138494D	19/02/2012	73400	252 * IV
MDU1251	54138195D	02/03/2012	51851	167
MEJ4303	54138499D	23/02/2012	73400	252 * IV
MHC5803	54138408D	08/02/2012	70302	244 * I
MLX0629	54138315D	19/02/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 336/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 336/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CWH1426	54138607D	02/03/2012	50450	162 * V
GLY5910	54138242D	27/02/2012	51851	167
LOE3957	54138250D	27/03/2012	54600	181 * IX
LYB1218	54138183D	28/02/2012	50100	162 * I
LYB1218	54138184D	28/02/2012	65992	230 * V
MAJ8867	54138191D	02/03/2012	51930	168
MCJ0546	54138495D	19/02/2012	50100	162 * I
MCJ0546	54138496D	19/02/2012	51180	164 c/c 162 * I
MCM1253	54138616D	08/03/2012	51930	168
MEC7364	54138551D	22/03/2012	65992	230 * V
MEC7364	54138552D	22/03/2012	50450	162 * V
MFE0310	54138554D	22/03/2012	69120	232
MFQ9240	54138612D	06/03/2012	51851	167
MGP2477	54138181D	22/02/2012	51852	167
MHC7470	54138556D	25/03/2012	52070	169
MHQ8216	54138317D	23/02/2012	50100	162 * I
MHQ8216	54138318D	23/02/2012	51180	164 c/c 162 * I
MHQ8216	54138319D	23/02/2012	65992	230 * V
MHT6561	54138490D	19/02/2012	51930	168
MKB1789	54138185D	28/02/2012	50100	162 * I
MKB1789	54138186D	28/02/2012	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 337/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 337/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CFG9648	54138245D	07/03/2012	69120	232
MDD9096	54138608D	03/03/2012	65992	230 * V
MDD9096	54138609D	03/03/2012	50450	162 * V
MDN1121	54138248D	13/03/2012	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 339/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 339/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANS3345	54138614D	06/03/2012	51180	164 c/c 162 * I
ANS3345	54138613D	06/03/2012	50100	162 * I
LXK5927	54138553D	22/03/2012	69120	232
MBN4019	54138323D	06/03/2012	51180	164 c/c 162 * I
MBN4019	54138322D	06/03/2012	50100	162 * I
MFC5241	54138492D	19/02/2012	70302	244 * I
MJM1328	54138619D	16/03/2012	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 341/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 341/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIX2363	54138555D	22/03/2012	51851	167
DRL3681	54138487D	17/02/2012	50100	162 * I
DRL3681	54138488D	17/02/2012	51180	164 c/c 162 * I
MAW0083	54138325D	27/03/2012	50100	162 * I
MCN3601	54138632D	13/04/2012	65992	230 * V
MDK4293	54138622D	27/03/2012	65561	230 * I
MFE0310	54138627D	12/04/2012	70481	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 343/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 343/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBD8250	54138415D	10/04/2012	50100	162 * I
MBN6703	54138564D	24/04/2012	65992	230 * V
MER3511	54138638D	24/04/2012	65992	230 * V
MEV7598	54138560D	09/04/2012	70302	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 344/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 344/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAA3141	54138561D	12/04/2012	50100	162 * I
MAA3141	54138562D	12/04/2012	50610	163 c/c 162 * I
MBC6897	54138631D	13/04/2012	73400	252 * IV
MCG3008	54138645D	27/04/2012	50881	163 c/c 162 * III
MCG3008	54138644D	27/04/2012	50371	162 * III
MDC3366	54138569D	08/05/2012	73400	252 * IV
MES1277	54138563D	12/04/2012	58350	195
MGJ3252	54138642D	25/04/2012	50100	162 * I

MGJ3252	54138643D	25/04/2012	50610	163	c/c	162	*	I
MGJ3252	54138200D	25/04/2012	58350	195				
MJP1389	54138647D	27/04/2012	50450	162	*	V		
MJP1389	54138648D	27/04/2012	50960	163	c/c	162	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 346/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 346/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IEM6811	54138331D	09/05/2012	51691	165
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 347/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 347/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

KDK8496	54138639D	25/04/2012	58350	195
KDK8496	54138640D	25/04/2012	57200	186 * I
KDK8496	54138641D	25/04/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 349/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 349/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBY1341	54138419D	27/05/2012	50100	162	*	I
MBY1341	54138420D	27/05/2012	51180	164	c/c	162 * I
MBY1341	54138421D	27/05/2012	65992	230	*	V
MDA9065	54138329D	06/05/2012	51180	164	c/c	162 * I
MDA9065	54138328D	06/05/2012	50100	162	*	I
MDA9065	54138327D	06/05/2012	65992	230	*	V
MJG0867	54138576D	26/05/2012	65561	230	*	I
MJG0867	54138575D	26/05/2012	51180	164	c/c	162 * I
MJG0867	54138574D	26/05/2012	50100	162	*	I
MMF8080	54138417D	23/05/2012	51851	167		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 350/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 350/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCP5295	54138578D	03/06/2012	57200	186 * I
MCP5295	54138579D	03/06/2012	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 352/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 352/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWY3417	54138577D	30/05/2012	67261	230 * XVIII
MBF4099	54138582D	21/06/2012	65992	230 * V
MDT9668	54138572D	26/05/2012	65561	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 353/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 353/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDN4871 54138517D 28/06/2012 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 354/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 354/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCH9382 54138427D 02/07/2012 66102 230 * VII
MGH3005 54138520D 03/07/2012 50100 162 * I
MGH3005 54138521D 03/07/2012 51180 164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 355/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 355/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BUF6140	54138652D	17/06/2012	51691	165
MBB4213	54138665D	05/07/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

CHAPECÓ

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8745 395/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - ELETRONICO - 280810

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8745 395/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,



CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAM8172	8745119298	03/01/2011	74550	218 * I
ABB7247	8745117989	01/01/2011	74550	218 * I
ABR8668	8745119417	08/01/2011	74550	218 * I
ABR8668	8745119555	07/01/2011	74550	218 * I
AFU1458	8745118080	01/01/2011	74550	218 * I
AFZ6518	8745118229	31/12/2010	74550	218 * I
AHB3518	8745118428	03/01/2011	74550	218 * I
AIE6029	8745118176	02/01/2011	74550	218 * I
AIH8636	8745117872	30/12/2010	74630	218 * II
AIH8636	8745118093	30/12/2010	74550	218 * I
AJW9514	8745114731	11/12/2010	74550	218 * I
AKN0564	8745115103	06/12/2010	60503	208
ALC8065	8745119180	06/01/2011	74550	218 * I
ALJ0848	8745119147	05/01/2011	74550	218 * I
ALP7083	8745119614	03/01/2011	74550	218 * I
ALU7107	8745119071	07/01/2011	74550	218 * I
AMO7219	8745119166	08/01/2011	74550	218 * I
AMO7219	8745119269	06/01/2011	74550	218 * I
AMV2684	8745114784	12/12/2010	74550	218 * I
AND9594	8745118334	31/12/2010	74550	218 * I
ANL8967	8745118950	09/01/2011	74550	218 * I
AOF5573	8745118168	29/12/2010	74550	218 * I
APF5444	8745116571	22/12/2010	74550	218 * I
AQQ8614	8745118295	30/12/2010	74630	218 * II
BMD0274	8745119110	09/01/2011	74550	218 * I
BNP8073	8745113103	24/11/2010	74550	218 * I
BOR2992	8745118651	01/01/2011	74550	218 * I
BUO3898	8745119762	08/01/2011	74550	218 * I
CCY7069	8745118258	01/01/2011	74550	218 * I
CDH4848	8745118534	01/01/2011	74550	218 * I
CEM4349	8745119693	07/01/2011	60503	208
CHF2150	8745118160	31/12/2010	74550	218 * I
CIB0360	8745119049	05/01/2011	74630	218 * II
CJS7117	8745119016	09/01/2011	74550	218 * I
CJS7117	8745119496	05/01/2011	74550	218 * I
CKQ0985	8745118678	28/12/2010	74550	218 * I
CLI7774	8745118395	30/12/2010	74550	218 * I
CMO2551	8745115335	07/12/2010	74550	218 * I
CMW3857	8745115198	08/12/2010	60503	208
COL8587	8745118548	28/12/2010	74550	218 * I
CPX1193	8745119367	04/01/2011	74550	218 * I
CPY2453	8745118215	29/12/2010	74550	218 * I
CRF0566	8745114997	13/12/2010	74550	218 * I
CTI2324	8745119770	09/01/2011	74550	218 * I
CXD2110	8745118703	02/01/2011	74550	218 * I
CXM0996	8745119497	06/01/2011	74550	218 * I
CXN6549	8745119181	06/01/2011	74550	218 * I
CYQ1831	8745118670	29/12/2010	74630	218 * II
CZM4850	8745119537	03/01/2011	74550	218 * I
DDZ5517	8745119007	11/01/2011	74550	218 * I
DFI7284	8745119765	09/01/2011	60503	208
DGW3553	8745118641	02/01/2011	74550	218 * I
DJA8998	8745114165	03/12/2010	60503	208
DKM8094	8745118560	31/12/2010	74550	218 * I

DKO5424	8745119597	07/01/2011	74550	218	*	I
DKS3312	8745117928	31/12/2010	74550	218	*	I
DLD3011	8745118496	31/12/2010	74550	218	*	I
DLD3011	8745119598	08/01/2011	74550	218	*	I
DLU5154	8745118978	05/01/2011	74550	218	*	I
DSY6918	8745119710	03/01/2011	74550	218	*	I
DTB8542	8745119777	04/01/2011	74550	218	*	I
DVJ6406	8745114763	11/12/2010	74550	218	*	I
DVJ6406	8745114978	11/12/2010	74630	218	*	II
DVL7853	8745119279	04/01/2011	74630	218	*	II
DXS6493	8745118349	28/12/2010	74550	218	*	I
EAY9755	8745119800	08/01/2011	74550	218	*	I
GNK8954	8745119404	11/01/2011	74550	218	*	I
GXG9374	8745118623	31/12/2010	74550	218	*	I
GYL1129	8745114144	29/11/2010	60503	208		
HOV6284	8745118813	05/01/2011	74550	218	*	I
HPW0929	8745119541	04/01/2011	74550	218	*	I
HQF7384	8745113794	04/12/2010	74550	218	*	I
HRG2762	8745118450	28/12/2010	74550	218	*	I
HRT7296	8745119212	10/01/2011	74550	218	*	I
ICN9830	8745119163	04/01/2011	74550	218	*	I
IDF0211	8745119804	09/01/2011	74550	218	*	I
IDF0211	8745119599	08/01/2011	74550	218	*	I
IDK7353	8745118611	31/12/2010	74550	218	*	I
IEL4139	8745119694	07/01/2011	60503	208		
IFC4988	8745119624	08/01/2011	74550	218	*	I
IFD3195	8745118453	28/12/2010	74550	218	*	I
IFM6304	8745115400	10/12/2010	60503	208		
IFU7188	8745118997	07/01/2011	74550	218	*	I
IGR9621	8745119594	05/01/2011	74550	218	*	I
IIG0461	8745119628	09/01/2011	74550	218	*	I
IJH9685	8745116267	15/12/2010	60503	208		
IJJ0313	8745118012	31/12/2010	74550	218	*	I
IJM1065	8745119585	08/01/2011	74630	218	*	II
IKR2207	8745117889	03/01/2011	74710	218	*	III
IKR2207	8745118372	31/12/2010	74550	218	*	I
ILB4879	8745114531	08/12/2010	74550	218	*	I
IMG6483	8745119808	07/01/2011	74550	218	*	I
IMP6619	8745118088	28/12/2010	74550	218	*	I
IMQ3520	8745119482	06/01/2011	74550	218	*	I
IMX3663	8745119175	08/01/2011	74550	218	*	I
IPR8556	8745119200	08/01/2011	74550	218	*	I
JEL5498	8745117890	03/01/2011	74550	218	*	I
JJA5346	8745118900	09/01/2011	74550	218	*	I
JMG8192	8745118673	31/12/2010	60503	208		
JNR9340	8745118316	30/12/2010	74550	218	*	I
JOM6816	8745118908	04/01/2011	74550	218	*	I
JQC8340	8745114795	07/12/2010	74550	218	*	I
JUC0276	8745117857	02/01/2011	74550	218	*	I
KAJ1890	8745118828	07/01/2011	74550	218	*	I
KDT9844	8745118302	31/12/2010	74550	218	*	I
KEH3850	8745118968	05/01/2011	74550	218	*	I
KLU6311	8745117887	01/01/2011	74550	218	*	I
LOF9764	8745119489	08/01/2011	74550	218	*	I
LWY7129	8745117918	29/12/2010	74550	218	*	I
LWY7129	8745117976	31/12/2010	74710	218	*	III
LXG8309	8745119758	08/01/2011	74550	218	*	I
LXI0859	8745117986	31/12/2010	74550	218	*	I
LXJ0875	8745118036	01/01/2011	74550	218	*	I
LXL2912	8745118941	09/01/2011	74550	218	*	I
LXN7232	8745118959	10/01/2011	74550	218	*	I
LXR1850	8745118142	28/12/2010	74550	218	*	I
LXR4286	8745118506	30/12/2010	74550	218	*	I

LXU9330	8745118711	29/12/2010	74550	218	*	I
LXU9330	8745118438	30/12/2010	74550	218	*	I
LYA4787	8745118502	02/01/2011	74550	218	*	I
LYC1239	8745119626	09/01/2011	74550	218	*	I
LYD6326	8745119218	08/01/2011	74550	218	*	I
LYE4297	8745118638	31/12/2010	74550	218	*	I
LYM8715	8745117917	29/12/2010	74550	218	*	I
LYT3116	8745119009	05/01/2011	74550	218	*	I
LYT8949	8745118946	06/01/2011	74630	218	*	II
LYU4327	8745118135	31/12/2010	74630	218	*	II
LYW9558	8745118884	03/01/2011	74550	218	*	I
LYY3716	8745118933	09/01/2011	74550	218	*	I
LYZ4821	8745117866	02/01/2011	74550	218	*	I
LZB9972	8745118112	29/12/2010	74550	218	*	I
LZG2597	8745118917	05/01/2011	74550	218	*	I
LZH3142	8745113549	01/12/2010	74550	218	*	I
LZK1222	8745118174	01/01/2011	74550	218	*	I
LZK6590	8745119452	03/01/2011	74550	218	*	I
LZN3387	8745118047	30/12/2010	74550	218	*	I
LZR7721	8745119098	07/01/2011	74550	218	*	I
LZS6118	8745117904	31/12/2010	74550	218	*	I
LZS6136	8745119051	06/01/2011	74550	218	*	I
LZY2619	8745114426	09/12/2010	74630	218	*	II
MAA0551	8745118368	30/12/2010	74550	218	*	I
MAB5649	8745119248	08/01/2011	74630	218	*	II
MAB5649	8745119335	08/01/2011	74550	218	*	I
MAC1002	8745118369	27/12/2010	74550	218	*	I
MAF4742	8745118230	31/12/2010	74550	218	*	I
MAF7955	8745119263	05/01/2011	74710	218	*	III
MAF7955	8745119503	05/01/2011	74710	218	*	III
MAF7955	8745119281	05/01/2011	74710	218	*	III
MAF7955	8745118890	05/01/2011	74710	218	*	III
MAF7955	8745119112	05/01/2011	74710	218	*	III
MAF7955	8745119114	05/01/2011	74630	218	*	II
MAF7955	8745118866	05/01/2011	74630	218	*	II
MAF7955	8745119142	05/01/2011	74710	218	*	III
MAF7955	8745119143	05/01/2011	74630	218	*	II
MAF7955	8745119646	05/01/2011	74710	218	*	III
MAF7955	8745119647	05/01/2011	74550	218	*	I
MAF7955	8745119785	05/01/2011	74630	218	*	II
MAK4974	8745119044	04/01/2011	74550	218	*	I
MAL7844	8745114832	10/12/2010	74630	218	*	II
MAM7844	8745118211	29/12/2010	74550	218	*	I
MAM9754	8745118239	02/01/2011	74550	218	*	I
MAO0980	8745119499	08/01/2011	74550	218	*	I
MAP9895	8745118706	02/01/2011	74550	218	*	I
MAR5082	8745119718	08/01/2011	74710	218	*	III
MAT0581	8745118111	28/12/2010	74550	218	*	I
MAT3850	8745119737	08/01/2011	74550	218	*	I
MAY5493	8745115142	12/12/2010	60503	208		
MBA1927	8745118335	31/12/2010	74550	218	*	I
MBC9192	8745115026	12/12/2010	74550	218	*	I
MBC9192	8745114818	12/12/2010	74630	218	*	II
MBE2827	8745118008	29/12/2010	74550	218	*	I
MBH5864	8745119317	05/01/2011	74550	218	*	I
MBH8565	8745118052	31/12/2010	74710	218	*	III
MBK7204	8745118085	02/01/2011	74550	218	*	I
MBM9977	8745118330	29/12/2010	74550	218	*	I
MBN7687	8745119085	04/01/2011	74550	218	*	I
MBU1619	8745118546	01/01/2011	74550	218	*	I
MBX6325	8745119507	06/01/2011	74550	218	*	I
MBX9474	8745119561	08/01/2011	74550	218	*	I
MBY2190	8745119500	08/01/2011	74710	218	*	III

MBY2190	8745119202	08/01/2011	74550	218	*	I
MBY2190	8745119146	05/01/2011	74710	218	*	III
MBY2190	8745119154	08/01/2011	74710	218	*	III
MBY2190	8745119043	08/01/2011	74550	218	*	I
MBY2190	8745119176	08/01/2011	74710	218	*	III
MBY2190	8745119630	09/01/2011	74550	218	*	I
MBY2190	8745119755	05/01/2011	60503	208		
MCB1421	8745119416	07/01/2011	74550	218	*	I
MCB2380	8745115023	10/12/2010	74550	218	*	I
MCE5397	8745113567	05/12/2010	74550	218	*	I
MCF0876	8745119215	09/01/2011	74550	218	*	I
MCH0138	8745118324	02/01/2011	74550	218	*	I
MCH7488	8745118664	01/01/2011	60503	208		
MCI4860	8745118698	01/01/2011	74550	218	*	I
MCI4860	8745117988	01/01/2011	74550	218	*	I
MCJ0927	8745119050	05/01/2011	74550	218	*	I
MCK0542	8745118407	31/12/2010	74550	218	*	I
MCK8665	8745119006	11/01/2011	74550	218	*	I
MCK9165	8745117876	03/01/2011	74550	218	*	I
MCM6427	8745114665	13/12/2010	74550	218	*	I
MCM7431	8745117897	29/12/2010	74550	218	*	I
MCQ2222	8745118146	30/12/2010	74550	218	*	I
MCR4088	8745118682	28/12/2010	74550	218	*	I
MCR4088	8745119744	04/01/2011	60503	208		
MCR5348	8745115346	08/12/2010	74550	218	*	I
MCW7371	8745118269	29/12/2010	74550	218	*	I
MCW7721	8745118998	07/01/2011	74550	218	*	I
MDC1058	8745119764	09/01/2011	74550	218	*	I
MDC5075	8745117998	30/12/2010	74550	218	*	I
MDC5191	8745118013	02/01/2011	74550	218	*	I
MDD5197	8745115112	08/12/2010	60503	208		
MDF4791	8745119393	10/01/2011	74550	218	*	I
MDF5694	8745117960	28/12/2010	74630	218	*	II
MDG0928	8745117944	29/12/2010	74710	218	*	III
MDG0928	8745118608	30/12/2010	74550	218	*	I
MDH6814	8745118531	29/12/2010	74550	218	*	I
MDI4203	8745119124	06/01/2011	74550	218	*	I
MDJ2755	8745118679	27/12/2010	74550	218	*	I
MDK6335	8745118975	10/01/2011	74550	218	*	I
MDN9666	8745118930	08/01/2011	74550	218	*	I
MDP8889	8745118481	30/12/2010	74630	218	*	II
MDQ4803	8745118538	29/12/2010	74550	218	*	I
MDR1389	8745118786	08/01/2011	74550	218	*	I
MDR3653	8745119739	08/01/2011	74550	218	*	I
MDT8055	8745119535	09/01/2011	74550	218	*	I
MDU0221	8745112373	24/11/2010	74550	218	*	I
MDU5424	8745118063	27/12/2010	74550	218	*	I
MDZ2382	8745119183	07/01/2011	74550	218	*	I
MDZ3227	8745117840	31/12/2010	74550	218	*	I
MDZ4368	8745117851	01/01/2011	74630	218	*	II
MDZ9204	8745119204	09/01/2011	74550	218	*	I
MEB9322	8745119156	09/01/2011	74630	218	*	II
MEB9322	8745119157	09/01/2011	74630	218	*	II
MED8654	8745119033	06/01/2011	74550	218	*	I
MEF2969	8745119678	08/01/2011	74630	218	*	II
MEF5651	8745118482	30/12/2010	74550	218	*	I
MEG8736	8745119020	04/01/2011	74630	218	*	II
MEH2155	8745116090	15/12/2010	74550	218	*	I
MEI8951	8745114774	08/12/2010	74550	218	*	I
MEI9735	8745118819	06/01/2011	74550	218	*	I
MEJ8451	8745119117	06/01/2011	74550	218	*	I
MEL3637	8745118966	05/01/2011	74550	218	*	I
MEL7062	8745118725	30/12/2010	74550	218	*	I

MEN9386	8745118331	29/12/2010	74710	218	*	II
MEN2619	8745117962	28/12/2010	74550	218	*	I
MEN7802	8745114904	11/12/2010	74630	218	*	II
MEQ5454	8745119397	04/01/2011	74550	218	*	I
MES9417	8745119778	03/01/2011	74550	218	*	I
MEU1797	8745118023	27/12/2010	74550	218	*	I
MEU3061	8745118527	03/01/2011	74550	218	*	I
MEW9392	8745118376	02/01/2011	74550	218	*	I
MEW9392	8745118467	02/01/2011	74550	218	*	I
MEW9392	8745119449	06/01/2011	74550	218	*	I
MEW9392	8745119442	06/01/2011	74550	218	*	I
MEW9392	8745119041	06/01/2011	74630	218	*	II
MEW9392	8745119054	06/01/2011	74630	218	*	II
MEW9392	8745119055	06/01/2011	74630	218	*	II
MEW9392	8745118029	02/01/2011	74710	218	*	III
MEW9392	8745118017	01/01/2011	74710	218	*	III
MEY5718	8745119439	03/01/2011	74550	218	*	I
MEZ7557	8745119391	09/01/2011	74550	218	*	I
MEZ7557	8745118240	02/01/2011	74550	218	*	I
MFA2135	8745113986	01/12/2010	74550	218	*	I
MFA8946	8745119205	09/01/2011	74550	218	*	I
MFA8946	8745119219	08/01/2011	74550	218	*	I
MFB2377	8745119386	08/01/2011	74630	218	*	II
MFB2377	8745119331	08/01/2011	74630	218	*	II
MFD2332	8745119709	10/01/2011	74550	218	*	I
MFD7064	8745117992	30/12/2010	74550	218	*	I
MFD7064	8745119461	06/01/2011	74550	218	*	I
MFF7471	8745119440	04/01/2011	74550	218	*	I
MFG7323	8745118383	29/12/2010	74550	218	*	I
MFH0466	8745113663	01/12/2010	74550	218	*	I
MFH0832	8745118669	28/12/2010	74550	218	*	I
MFJ4417	8745114444	11/12/2010	74550	218	*	I
MFK4641	8745119285	06/01/2011	74550	218	*	I
MFM5512	8745119224	03/01/2011	74550	218	*	I
MFM6879	8745119637	06/01/2011	74550	218	*	I
MFM8689	8745118005	27/12/2010	74550	218	*	I
MFN3819	8745118413	02/01/2011	74550	218	*	I
MFO9162	8745115087	10/12/2010	74550	218	*	I
MFR9472	8745117884	29/12/2010	74550	218	*	I
MFV6368	8745119264	05/01/2011	74630	218	*	II
MFW6831	8745118222	30/12/2010	74550	218	*	I
MFX3319	8745118758	09/01/2011	74550	218	*	I
MFY6138	8745112841	24/11/2010	60503	208		
MGC0130	8745119649	08/01/2011	74550	218	*	I
MGC2740	8745119606	09/01/2011	74550	218	*	I
MGD6888	8745114725	09/12/2010	74630	218	*	II
MGD7290	8745119339	08/01/2011	74710	218	*	III
MGE0637	8745117910	27/12/2010	74550	218	*	I
MGE8928	8745118499	01/01/2011	74630	218	*	II
MGE8928	8745118381	01/01/2011	74710	218	*	III
MGE8928	8745118515	01/01/2011	74630	218	*	II
MGE8928	8745119329	07/01/2011	74710	218	*	III
MGF2216	8745118185	31/12/2010	74550	218	*	I
MGI1725	8745118000	31/12/2010	74550	218	*	I
MGJ1044	8745119579	07/01/2011	74710	218	*	III
MGN4937	8745118995	07/01/2011	74550	218	*	I
MGN8190	8745118495	31/12/2010	74550	218	*	I
MGO0532	8745118104	03/01/2011	74550	218	*	I
MGO1991	8745119296	03/01/2011	74550	218	*	I
MGO7448	8745114683	12/12/2010	74550	218	*	I
MGO7460	8745118929	08/01/2011	74550	218	*	I
MGP0559	8745119776	05/01/2011	60503	208		
MGP4536	8745119682	03/01/2011	60503	208		

MGR7763	8745118605	01/01/2011	74550	218	*	I
MGS5277	8745118558	29/12/2010	74550	218	*	I
MGS6337	8745119075	08/01/2011	74550	218	*	I
MGS6532	8745118270	30/12/2010	74550	218	*	I
MGS6532	8745119812	03/01/2011	74630	218	*	II
MGS6869	8745118279	28/12/2010	74630	218	*	II
MGT5190	8745118677	27/12/2010	74550	218	*	I
MGT5190	8745118708	27/12/2010	74550	218	*	I
MGT5190	8745117796	28/12/2010	74550	218	*	I
MGU5942	8745118190	01/01/2011	74550	218	*	I
MGV1458	8745119505	05/01/2011	74550	218	*	I
MGW2432	8745118894	06/01/2011	74550	218	*	I
MGW7106	8745118991	04/01/2011	74550	218	*	I
MGY6078	8745118040	28/12/2010	74550	218	*	I
MGY7757	8745117975	31/12/2010	74550	218	*	I
MGZ4582	8745114596	11/12/2010	74550	218	*	I
MHA2545	8745118657	02/01/2011	74630	218	*	II
MHE7937	8745119834	10/01/2011	60503	208		
MHF0340	8745119751	10/01/2011	60503	208		
MHG1873	8745119479	05/01/2011	74550	218	*	I
MHH2026	8745118732	03/01/2011	74550	218	*	I
MHJ8614	8745118402	31/12/2010	74550	218	*	I
MHK2544	8745117966	30/12/2010	74550	218	*	I
MHK5501	8745119030	09/01/2011	74550	218	*	I
MHK8559	8745118105	27/12/2010	74550	218	*	I
MHL0510	8745118645	31/12/2010	60503	208		
MHM9210	8745114867	07/12/2010	74550	218	*	I
MHN7187	8745118009	30/12/2010	74550	218	*	I
MHO3176	8745119297	03/01/2011	74550	218	*	I
MHP4788	8745118390	28/12/2010	74550	218	*	I
MHP8524	8745119325	07/01/2011	74630	218	*	II
MHQ0372	8745119727	07/01/2011	74550	218	*	I
MHR3472	8745119435	05/01/2011	74550	218	*	I
MHR8395	8745118250	30/12/2010	74550	218	*	I
MHS7950	8745119115	05/01/2011	74550	218	*	I
MHT1102	8745118430	03/01/2011	74550	218	*	I
MHT2858	8745118092	29/12/2010	74550	218	*	I
MHV1025	8745114767	10/12/2010	74550	218	*	I
MHW4435	8745119368	04/01/2011	74550	218	*	I
MHX5386	8745115333	07/12/2010	74550	218	*	I
MHY7439	8745119796	07/01/2011	74550	218	*	I
MIE6650	8745118252	31/12/2010	74550	218	*	I
MIF5005	8745119031	03/01/2011	74550	218	*	I
MIG9787	8745113791	03/12/2010	74550	218	*	I
MII5769	8745118015	31/12/2010	74550	218	*	I
MIK8469	8745118637	31/12/2010	74550	218	*	I
MIL1127	8745118644	31/12/2010	60503	208		
MIM3130	8745119038	04/01/2011	74550	218	*	I
MIN5009	8745118723	27/12/2010	74550	218	*	I
MIT4700	8745119528	08/01/2011	74550	218	*	I
MIV9988	8745118410	31/12/2010	74550	218	*	I
MJB4080	8745119032	05/01/2011	74550	218	*	I
MJC5729	8745118958	08/01/2011	74550	218	*	I
MJJ0619	8745118323	02/01/2011	74550	218	*	I
MJJ2119	8745119595	07/01/2011	74630	218	*	II
MJK4469	8745118980	06/01/2011	74550	218	*	I
MMM5833	8745118756	30/12/2010	74550	218	*	I
MQG8548	8745113772	04/12/2010	74550	218	*	I
MTG9154	8745119170	04/01/2011	74550	218	*	I
MUA8701	8745117932	01/01/2011	74550	218	*	I
MVJ5556	8745119373	05/01/2011	74550	218	*	I
MXQ8031	8745118404	31/12/2010	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLAUDIOMIRO AMARAL
AUTORIDADE DE TRANSITO

GOVERNADOR CELSO RAMOS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 436/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 436/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CVT4621	54404422D	11/12/2011	54521	181 * VIII
DAL1078	54404409D	11/12/2011	55500	181 * XVIII
DAQ9801	54404410D	11/12/2011	55500	181 * XVIII
HFP6477	54802836C	04/12/2011	54527	181 * VIII
KDD2652	54404404D	05/12/2011	54521	181 * VIII
LYU1772	54404412D	11/12/2011	55500	181 * XVIII
MFT2658	54802824C	20/11/2011	65992	230 * V
MHP7507	54404416D	11/12/2011	54521	181 * VIII
MIO4474	54802845C	04/12/2011	70561	244 * III
MIO4474	54802848C	04/12/2011	65564	230 * I
MIW2700	54404769D	12/11/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 438/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 438/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXF8994	54404739D	31/12/2011	65992	230 * V
LYP1853	54802826C	25/11/2011	50100	162 * I
LYP1853	54802827C	25/11/2011	58350	195
LYP1853	54802828C	25/11/2011	66371	230 * IX
LYP1853	54802829C	25/11/2011	50610	163 c/c 162 * I
MCA0492	54401554D	29/12/2011	57200	186 * I
MCA0492	54401554D	29/12/2011	69120	232
MCD6826	54803299C	22/12/2011	70301	244 * I
MCS7945	54401558D	30/12/2011	67001	230 * XVI
MCT9515	54404736D	30/12/2011	66371	230 * IX
MCZ7556	54404717D	20/12/2011	65992	230 * V
MEA6526	54404724D	26/12/2011	65992	230 * V
MEG9774	54404551D	21/12/2011	65992	230 * V
MEG9774	54404552D	21/12/2011	50450	162 * V
MFO4336	54404729D	27/12/2011	54521	181 * VIII
MGF6412	54404723D	26/12/2011	65992	230 * V
MGJ3287	54404718D	20/12/2011	70301	244 * I
MGM4918	54404351D	29/12/2011	66371	230 * IX
MHR5055	54802832C	04/12/2011	55411	181 * XVII
MHU5323	54802839C	04/12/2011	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 440/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 440/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

HIC0107	54404361D	08/01/2012	55411	181 * XVII
MAO0336	54404558D	02/01/2012	55411	181 * XVII
MBM3715	54404381D	08/01/2012	55411	181 * XVII
MBR2887	54802841C	04/12/2011	54527	181 * VIII
MCY5805	54401561D	30/12/2011	50100	162 * I
MEC6993	54404457D	29/12/2011	70561	244 * III
MEC6993	54404458D	29/12/2011	58350	195
MEC6993	54404459D	29/12/2011	66532	230 * XI
MEC6993	54404460D	29/12/2011	52151	170
MGI3577	54404419D	11/12/2011	54521	181 * VIII
MGS8419	54404461D	04/01/2012	70482	244 * II
MHD0030	54803050C	05/12/2011	54521	181 * VIII
MHE0034	54404569D	03/01/2012	55411	181 * XVII
MHE8157	54404372D	08/01/2012	55411	181 * XVII
MHE8157	54404372D	08/01/2012	55250	181 * XV
MHJ7576	54404375D	08/01/2012	55411	181 * XVII
MHJ9436	54404553D	21/12/2011	50100	162 * I
MHY3774	54404666D	03/01/2012	54521	181 * VIII
MIK6367	54404453D	28/12/2011	69120	232
MIQ0651	54404376D	08/01/2012	55411	181 * XVII
MJT6179	54404740D	31/12/2011	65992	230 * V
MOH1836	54404407D	11/12/2011	55500	181 * XVIII
MVG4673	54404405D	11/12/2011	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 442/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 442/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DQJ2803	54404418D	11/12/2011	54521	181 * VIII
MDY7579	54404363D	08/01/2012	55411	181 * XVII
MDY7579	54404363D	08/01/2012	55250	181 * XV
MGO4941	54404430D	12/01/2012	55500	181 * XVIII
MHQ2178	54404401D	05/12/2011	54521	181 * VIII
MHT7191	54401565D	06/01/2012	50100	162 * I
MIU5387	54404427D	23/12/2011	50100	162 * I
MIW5676	54404431D	12/01/2012	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 443/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 443/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CTQ4706	54404721D	22/12/2011	65992	230 * V
LZU6200	54404424D	20/12/2011	54521	181 * VIII
LZW5054	54404715D	18/12/2011	50450	162 * V
LZX1460	54802842C	04/12/2011	55411	181 * XVII
MGE1197	54404508D	22/01/2012	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 445/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 445/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMC7757	54401369D	22/01/2012	65992	230 * V
AMC7757	54401369D	22/01/2012	65561	230 * I
AMF9954	54404593D	26/01/2012	50100	162 * I
BTE2311	54404398D	20/01/2012	50100	162 * I
DMA4488	54404656D	30/12/2011	55411	181 * XVII
ILA5345	54401576D	21/01/2012	70302	244 * I
IMA7819	54404591D	23/01/2012	69120	232
LXE9580	54401204D	26/01/2012	65563	230 * I
LXZ7360	54404395D	20/01/2012	70301	244 * I
LXZ7360	54404396D	20/01/2012	69120	232
MCS6877	54401597D	23/01/2012	55411	181 * XVII
MDC7568	54404714D	18/12/2011	50100	162 * I
MDC7568	54404714D	18/12/2011	65992	230 * V
MDF3727	54404664D	03/01/2012	55411	181 * XVII

MDJ0349	54401212D	28/01/2012	69120	232	
MDJ0349	54401212D	28/01/2012	50100	162	* I
MDM6611	54401254D	28/01/2012	69120	232	
MDM6611	54401255D	28/01/2012	65561	230	* I
MDM6611	54401256D	28/01/2012	65564	230	* I
MDS6505	54404660D	03/01/2012	55411	181	* XVII
MEA1472	54401407D	28/01/2012	54521	181	* VIII
MEB8360	54401552D	29/12/2011	50100	162	* I
MEB8360	54401553D	29/12/2011	65992	230	* V
MEL7756	54404511D	22/01/2012	55500	181	* XVIII
MEU5066	54401409D	29/01/2012	65992	230	* V
MFI1534	54401593D	22/01/2012	67001	230	* XVI
MFR1013	54401211D	28/01/2012	67001	230	* XVI
MFT5677	54401370D	22/01/2012	67001	230	* XVI
MGL7675	54401215D	29/01/2012	52070	169	
MGW4430	54401352D	19/01/2012	55500	181	* XVIII
MHE9952	54404605D	29/01/2012	55500	181	* XVIII
MII7740	54401379D	26/01/2012	67001	230	* XVI
MIK8125	54401382D	28/01/2012	55411	181	* XVII
MIN8387	54404443D	29/01/2012	55500	181	* XVIII
MIO2029	54404651D	26/12/2011	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 447/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 447/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MFL0086	54404604D	29/01/2012	55500	181 * XVIII
MGU3287	54404450D	29/01/2012	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 448/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 448/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKV0898	54401232D	05/02/2012	54790	181 * X
AQP4108	54404478D	05/02/2012	67001	230 * XVI
DNS7801	54401412D	03/02/2012	69120	232
HOI9040	54401392D	31/01/2012	51851	167
HOI9040	54401389D	31/01/2012	66102	230 * VII
HOI9040	54401391D	31/01/2012	67002	230 * XVI
HOI9040	54401394D	31/01/2012	73662	252 * VI
JMX3951	54401567D	07/01/2012	69120	232
JMX3951	54401566D	07/01/2012	66102	230 * VII
JPC7001	54404730D	27/12/2011	54521	181 * VIII
LYE1970	54401217D	04/02/2012	69120	232
LYU1772	54404606D	29/01/2012	55500	181 * XVIII
LZG8252	54404366D	08/01/2012	55411	181 * XVII
LZG8252	54404366D	08/01/2012	55250	181 * XV
MBJ8497	54401398D	04/02/2012	65992	230 * V
MBM6848	54401415D	03/02/2012	69120	232
MCA3188	54401372D	25/01/2012	69120	232
MCG2835	54401433D	05/02/2012	67001	230 * XVI
MCJ5130	54404368D	08/01/2012	55411	181 * XVII
MCQ0367	54401231D	05/02/2012	54790	181 * X
MFS7023	54404518D	03/02/2012	55090	181 * XIII
MGZ7323	54404526D	03/02/2012	55411	181 * XVII
MIP2072	54401434D	05/02/2012	69120	232
MIP7447	54404607D	29/01/2012	55500	181 * XVIII
MIY5385	54404613D	29/01/2012	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 450/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 450/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CKM7737	54401586D	22/01/2012	67001	230 * XVI
HOI9040	54401448D	10/02/2012	59241	203 * I
HRQ6669	54401293D	10/02/2012	54521	181 * VIII
HSJ1621	54404634D	12/02/2012	54282	181 * V
JMO9770	54404584D	23/01/2012	50100	162 * I
JMO9770	54404585D	23/01/2012	66102	230 * VII
MBP6482	54401430D	05/02/2012	66372	230 * IX
MCT0355	54401295D	10/02/2012	54521	181 * VIII
MEI2133	54401520D	12/02/2012	54282	181 * V
MFO8861	54404515D	22/01/2012	67001	230 * XVI
MGG8969	54401512D	12/02/2012	54282	181 * V
MGT2215	54401283D	12/02/2012	55411	181 * XVII
MHZ7152	54401242D	11/02/2012	50450	162 * V
MHZ9182	54401271D	12/02/2012	55411	181 * XVII
MIO5318	54404624D	06/02/2012	55250	181 * XV
MJJ9488	54401523D	12/02/2012	70481	244 * II
MJJ9488	54401522D	12/02/2012	73400	252 * IV
MJJ9488	54401524D	12/02/2012	70721	244 * V
MJJ9488	54401525D	12/02/2012	68580	231 * VII
MJK8652	54401260D	11/02/2012	50100	162 * I
MRJ7015	54401516D	12/02/2012	54282	181 * V
MUX9726	54401291D	12/02/2012	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 452/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 452/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACG1600	54404599D	26/01/2012	66102	230 * VII
DCK4578	54404440D	29/01/2012	55500	181 * XVIII
GOL0746	54404522D	03/02/2012	55411	181 * XVII
LZF5076	54404575D	21/01/2012	55500	181 * XVIII
LZY6373	54401445D	09/02/2012	50450	162 * V
MAK1956	54401462D	25/02/2012	65992	230 * V
MAK3112	54404582D	22/01/2012	67001	230 * XVI
MBL7992	54401380D	27/01/2012	65992	230 * V
MBV5195	54401205D	26/01/2012	67001	230 * XVI
MBW4927	54401571D	21/01/2012	67001	230 * XVI
MCX1995	54401365D	22/01/2012	55411	181 * XVII
MDF3931	54404616D	29/01/2012	55500	181 * XVIII
MDO6078	54404400D	22/01/2012	67001	230 * XVI
MDS0060	54401438D	05/02/2012	67001	230 * XVI
MDY3515	54404439D	29/01/2012	55500	181 * XVIII
MED0082	54401501D	10/02/2012	65992	230 * V
MED0082	54401502D	10/02/2012	65561	230 * I
MEF8177	54404448D	29/01/2012	55500	181 * XVIII
MEP2461	54404449D	29/01/2012	55500	181 * XVIII
MFC9534	54401399D	04/02/2012	69120	232
MGX9059	54404626D	06/02/2012	55250	181 * XV
MHE1997	54401591D	22/01/2012	67001	230 * XVI
MIC7433	54404669D	19/01/2012	54521	181 * VIII
MIH7297	54404572D	21/01/2012	55680	181 * XIX
MIR7103	54401202D	25/01/2012	66102	230 * VII
MIR7103	54401203D	25/01/2012	67001	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 453/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 453/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGE8419	54401443D	09/02/2012	50100	162 * I
AGE8419	54401444D	09/02/2012	65992	230 * V
ALK4540	54401428D	05/02/2012	55411	181 * XVII
ALU6251	54404523D	03/02/2012	55411	181 * XVII
APP8596	54401236D	02/02/2012	65992	230 * V
APP8596	54401236D	02/02/2012	55411	181 * XVII
DBH0961	54401247D	17/02/2012	55411	181 * XVII
DBH0961	54401247D	17/02/2012	55250	181 * XV
HFP7804	54401474D	26/02/2012	67001	230 * XVI
IDW3552	54401239D	05/02/2012	67261	230 * XVIII
IJI8138	54401224D	04/02/2012	54521	181 * VIII
LZM3921	54401414D	03/02/2012	67001	230 * XVI
LZZ4428	54401221D	04/02/2012	55250	181 * XV
LZZ4428	54401221D	04/02/2012	54521	181 * VIII
MAP4478	54401240D	11/02/2012	67001	230 * XVI
MAU3811	54401278D	12/02/2012	55411	181 * XVII
MBD4604	54401294D	10/02/2012	55090	181 * XIII
MBJ2441	54401478D	26/02/2012	50100	162 * I
MBJ2441	54404530D	06/03/2012	70301	244 * I
MBJ2441	54401479D	26/02/2012	66372	230 * IX
MBR1891	54401446D	12/02/2012	67001	230 * XVI
MCL7256	54404490D	19/02/2012	54600	181 * IX
MCU7270	54401280D	12/02/2012	55411	181 * XVII
MCW4051	54401216D	04/02/2012	67001	230 * XVI

MDA9551	54401222D	04/02/2012	54521	181	*	VIII
MEC9667	54401460D	21/02/2012	65565	230	*	I
MEF0076	54401249D	18/02/2012	55411	181	*	XVII
MEP1020	54404638D	12/02/2012	55250	181	*	XV
MEP1577	54401420D	04/02/2012	67001	230	*	XVI
MET7674	54401600D	23/01/2012	55411	181	*	XVII
MFL3532	54404521D	03/02/2012	54521	181	*	VIII
MGE8009	54401270D	12/02/2012	55411	181	*	XVII
MGG3840	54401218D	04/02/2012	69120	232		
MGT2285	54404610D	29/01/2012	55500	181	*	XVIII
MHE9593	54401233D	05/02/2012	54790	181	*	X
MHK5435	54404588D	23/01/2012	55250	181	*	XV
MHN9991	54401282D	12/02/2012	55411	181	*	XVII
MHR7538	54404487D	19/02/2012	55411	181	*	XVII
MHT7191	54401482D	26/02/2012	50610	163	c/c 162	* I
MHT7191	54401481D	26/02/2012	50100	162	*	I
MIA5934	54401469D	26/02/2012	73400	252	*	IV
MIA5934	54401468D	26/02/2012	65992	230	*	V
MIB7438	54401269D	12/02/2012	55411	181	*	XVII
MII3181	54401605D	24/02/2012	67001	230	*	XVI
MIT5259	54401288D	12/02/2012	66102	230	*	VII
MIW6681	54401238D	05/02/2012	55090	181	*	XIII
MIY2012	54404479D	05/02/2012	67001	230	*	XVI
MJA6176	54401241D	11/02/2012	67001	230	*	XVI
MJH5092	54404393D	18/01/2012	66700	230	*	XIII
MJY1900	54404637D	12/02/2012	55250	181	*	XV
MVI5229	54404603D	29/01/2012	55500	181	*	XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 455/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 455/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
APB4048	54404641D	12/02/2012	54282	181 * V
MAB4696	54401614D	03/03/2012	67001	230 * XVI
MBJ7627	54401527D	04/03/2012	65992	230 * V
MBJ7627	54401527D	04/03/2012	69120	232
MHI9231	54401529D	14/03/2012	66531	230 * XI
MIA3019	54404619D	06/02/2012	54521	181 * VIII
MIF7000	54401457D	18/02/2012	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 457/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 457/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ICD8022	54404649D	14/02/2012	54521	181 * VIII
MBS2434	54401608D	03/03/2012	50100	162 * I
MFC2342	54404677D	24/02/2012	65992	230 * V
MFC2342	54404676D	24/02/2012	50100	162 * I
MHN1054	54404642D	12/02/2012	54282	181 * V
MIL6162	54404531D	04/03/2012	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 459/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 459/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFI8857	54401490D	02/03/2012	69120	232
MHV3943	54404693D	25/03/2012	65482	229
MJD1028	54401651D	13/03/2012	66531	230 * XI
MJD1028	54401652D	13/03/2012	66020	230 * VI
MJY3479	54404692D	25/03/2012	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 461/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 461/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IIC0066	54401227D	05/02/2012	67001	230 * XVI
LXS5004	54401425D	05/02/2012	65564	230 * I
LXS5004	54401426D	05/02/2012	65561	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 462/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 462/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

FNM0508	54401470D	26/02/2012	73400	252 * IV
MAV5546	54404489D	19/02/2012	55411	181 * XVII
MBO3895	54401661D	29/03/2012	59670	203 * V
MDQ5269	54404529D	23/02/2012	73662	252 * VI
MDT1874	54401653D	13/03/2012	55250	181 * XV
MFT9176	54401622D	25/03/2012	65992	230 * V
MFT9176	54401623D	25/03/2012	69120	232
MFZ3018	54401477D	26/02/2012	69120	232
MHV5265	54401663D	30/03/2012	66531	230 * XI

MHV5265	54401625D	30/03/2012	70302	244 * I
MJI9098	54401629D	06/04/2012	65800	230 * IV
MLC0760	54802930C	11/03/2012	51851	167
MLC0760	54802930C	11/03/2012	69471	235

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 464/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 464/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AJU4179	54404532D	06/03/2012	55090	181 * XIII
LOT6336	54401615D	03/03/2012	67001	230 * XVI
LYW0599	54401627D	06/04/2012	50100	162 * I
LZB4998	54404534D	01/04/2012	55411	181 * XVII
MAL5008	54401631D	06/04/2012	60760	210
MAL5008	54401630D	06/04/2012	65992	230 * V
MAL5008	54401535D	06/04/2012	66371	230 * IX
MAL5008	54401537D	06/04/2012	65992	230 * V
MBW2963	54401617D	03/03/2012	67001	230 * XVI
MCD6826	54401534D	05/04/2012	50100	162 * I
MCD6826	54401533D	05/04/2012	66371	230 * IX
MCF9053	54404687D	25/03/2012	65992	230 * V
MCT0355	54404695D	12/04/2012	54521	181 * VIII
MDD7647	54401276D	12/02/2012	55411	181 * XVII
MEC6993	54401545D	06/04/2012	66371	230 * IX
MEC6993	54401545D	06/04/2012	66531	230 * XI
MEC6993	54401546D	06/04/2012	70301	244 * I
MEC6993	54401546D	06/04/2012	70561	244 * III
MES0202	54401669D	08/04/2012	72340	250 * I * a
MFL1846	54404681D	11/03/2012	54521	181 * VIII

MFS5845	54401654D	21/03/2012	70301	244	* I
MGG6678	54401673D	10/04/2012	66371	230	* IX
MHH8535	54401664D	02/04/2012	66371	230	* IX
MIL4326	54401453D	18/02/2012	55411	181	* XVII
MJT3452	55646756D	09/04/2012	70302	244	* I
MKJ2611	54401665D	06/04/2012	70481	244	* II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 466/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 466/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBU5719	54404648D	14/02/2012	54521	181 * VIII
MCQ5772	54404689D	18/03/2012	65482	229
MDO7413	54401620D	03/03/2012	65561	230 * I
MDO7413	54401620D	03/03/2012	66531	230 * XI
MDO7413	54401619D	03/03/2012	50100	162 * I
MEF6976	54401633D	07/04/2012	66371	230 * IX
MEF6976	54401633D	07/04/2012	66372	230 * IX
MGJ2872	54404690D	18/03/2012	52231	171
MHH3281	54401494D	03/03/2012	50100	162 * I
MHH3281	54401495D	03/03/2012	67001	230 * XVI
MHH3281	54401500D	03/03/2012	50610	163 c/c 162 * I
MHN0349	54401491D	02/03/2012	69120	232
MHR6442	54401498D	03/03/2012	50100	162 * I
MHR6442	54401499D	03/03/2012	50610	163 c/c 162 * I
MIV6563	54401643D	13/04/2012	66371	230 * IX
MIV6563	54401644D	13/04/2012	50100	162 * I
MJD0470	55646763D	19/04/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 467/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 467/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCT0355	55646805D	09/05/2012	54521	181 * VIII
MCY5805	55646904D	05/05/2012	50100	162 * I
MFE8309	54401671D	08/04/2012	66371	230 * IX
MHH8535	55646905D	05/05/2012	50100	162 * I
MHH8535	55646906D	05/05/2012	65992	230 * V
MHO0082	54404698D	04/05/2012	50100	162 * I
MIF5962	54401635D	08/04/2012	70482	244 * II
MIL4482	54401649D	02/05/2012	65992	230 * V
MIL4482	54401650D	02/05/2012	50100	162 * I
MIN1541	54401670D	08/04/2012	70561	244 * III
MIN1541	54401626D	06/04/2012	50100	162 * I
MIV6563	55646773D	19/04/2012	66371	230 * IX
MJM8909	55646770D	23/04/2012	51851	167
MJT4799	54401680D	30/04/2012	66371	230 * IX
MKJ2179	55646802D	05/05/2012	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 469/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 469/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIF7435 55646807D 09/05/2012 65564 230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 471/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 471/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWV4343	54401641D	06/04/2012	65482	229
LWV4343	54401642D	06/04/2012	55250	181 * XV
MAI2754	55646760D	19/04/2012	51851	167
MEW4366	55645755D	13/05/2012	65482	229
MIO2029	55646901D	01/05/2012	70561	244 * III
MJH5092	54404688D	18/03/2012	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 473/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 473/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JHE7956	54404774D	13/11/2011	51851	167
LZP0929	54404699D	05/05/2012	65561	230 * I
LZP0929	54404697D	05/05/2012	50100	162 * I
LZP0929	54404697D	05/05/2012	51851	167
MBU5719	55646772D	23/04/2012	51852	167
MBU5719	55646772D	23/04/2012	51851	167
MIN5663	54404547D	18/05/2012	67692	230 * XXII
MKC5191	55646784D	29/05/2012	70481	244 * II
MKC5191	55646783D	29/05/2012	58350	195
MKG6282	55646779D	14/05/2012	70561	244 * III
MKG6282	55646778D	14/05/2012	50100	162 * I
MKG6282	55646782D	14/05/2012	67261	230 * XVIII

MKG6282 55646781D 14/05/2012 50610 163 c/c 162 * I
MKG6282 55646780D 14/05/2012 66371 230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 475/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 475/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCV4543	55645752D	13/05/2012	58350	195
MCV4543	55645751D	13/05/2012	52151	170
MCV4543	55645751D	13/05/2012	52152	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 477/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 477/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZI5888	54401685D	29/05/2012	65992	230 * V
LZI5888	54401684D	29/05/2012	50100	162 * I
LZI5888	54401686D	29/05/2012	66532	230 * XI
MAA4871	55646785D	06/06/2012	65992	230 * V
MCC2962	54401687D	29/05/2012	50100	162 * I
MCC2962	54401689D	29/05/2012	65992	230 * V
MFB1973	54404543D	15/05/2012	65992	230 * V
MFD4709	55646786D	11/06/2012	66371	230 * IX
MFD4709	55646787D	11/06/2012	58350	195
MIK1304	54404545D	15/05/2012	50100	162 * I
MIQ3206	55645753D	13/05/2012	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 479/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 479/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBU1662 54401683D 24/05/2012 70483 244 * II

MBU1662 54401682D 24/05/2012 70301 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 480/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 480/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDX1833 55646913D 20/06/2012 54521 181 * VIII

MJI8632 55646951D 24/06/2012 70481 244 * II

MJJ5833 55646914D 20/06/2012 54521 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 482/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 482/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGR8296	54404549D	29/05/2012	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 483/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 483/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZP7800	55130796A	08/06/2012	65482	229
MKG6282	55646916D	28/06/2012	70561	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 484/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 484/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDT9224	55646810D	14/06/2012	50100	162 * I
MDT9224	55646811D	14/06/2012	66531	230 * XI
MDT9224	55646812D	14/06/2012	65992	230 * V
MDT9224	55646813D	14/06/2012	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 485/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 485/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXL7753	55646915D	20/06/2012	55090	181 * XIII
MBF1373	55647009D	12/07/2012	58350	195
MBF1373	55647008D	12/07/2012	52070	169
MBF1373	55647007D	12/07/2012	51851	167
MGA5058	55646919D	10/07/2012	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 487/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 487/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZZ7330 55645764D 28/06/2012 50100 162 * I
LZZ7330 55645765D 28/06/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 489/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 489/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDH6515 55647011D 01/08/2012 54521 181 * VIII
MGE5734 55646861D 01/08/2012 52070 169
MIM0874 55647004D 04/07/2012 54521 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 490/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 490/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYU0575	55645766D	07/07/2012	66371	230 * IX
MCR4717	54401695D	28/06/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 491/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 491/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

HWI9512	54401694D	28/06/2012	65992	230 * V
MCR9837	55647015D	17/08/2012	54521	181 * VIII
MIT9551	55647010D	28/07/2012	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 492/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 492/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFM4166	55646820D	28/07/2012	50100	162 * I
MFM4166	55646821D	28/07/2012	66102	230 * VII
MFM4166	55646822D	28/07/2012	66531	230 * XI
MGT2724	55646859D	30/07/2012	70561	244 * III
MGT2724	55646860D	30/07/2012	66531	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 493/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 493/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBU1662	55646858D	24/07/2012	70301	244 * I
MCC2962	55646928D	05/09/2012	55250	181 * XV
MIL1261	55646965D	04/09/2012	50100	162 * I
MJA4250	55645775D	04/09/2012	50100	162 * I
MJA4250	55645775D	04/09/2012	69120	232
MJR0086	55646926D	05/09/2012	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 495/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 495/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCY6211	55646933D	13/09/2012	54521	181 * VIII
MDG9186	55646967D	05/09/2012	65992	230 * V
MDG9186	55646968D	05/09/2012	50100	162 * I
MFR7652	55646961D	01/09/2012	65992	230 * V
MFY5123	55647051D	07/09/2012	52070	169
MGP7739	55645769D	29/08/2012	70481	244 * II
MGR4988	55646943D	13/09/2012	65992	230 * V
MGS0497	55647013D	09/08/2012	54521	181 * VIII
MHP6924	55647014D	09/08/2012	55090	181 * XIII
MJF8305	55645770D	31/08/2012	70301	244 * I
MJH9005	55646823D	21/08/2012	50100	162 * I
MJH9005	55646825D	21/08/2012	50100	162 * I
MKB5543	55646826D	21/08/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 497/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 497/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYC1315 55646931D 13/09/2012 54521 181 * VIII
MDQ4537 54401700D 20/08/2012 54521 181 * VIII
MFF0858 55646962D 01/09/2012 50100 162 * I
MHK9884 55646937D 13/09/2012 54521 181 * VIII
MJP1155 55645779D 12/09/2012 66371 230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 499/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 499/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAJ5376 55646958D 31/08/2012 50100 162 * I
MAJ5376 55646959D 31/08/2012 66371 230 * IX
MAJ5376 55646959D 31/08/2012 66531 230 * XI
MAM3979 55646940D 13/09/2012 69120 232
MBL1787 55646964D 02/09/2012 65482 229
MHE8326 55647017D 06/09/2012 66371 230 * IX
MHP6924 55646864D 17/09/2012 55090 181 * XIII
MJR7602 55645774D 09/09/2012 50100 162 * I
MLX9409 55646969D 12/09/2012 70721 244 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 501/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 501/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HHX3238	55646966D	05/09/2012	50100	162 * I
LWY2336	55646971D	28/09/2012	65992	230 * V
LXT3835	55646830D	13/09/2012	50100	162 * I
LXT3835	55646829D	13/09/2012	65992	230 * V
LYC1315	55647104D	25/09/2012	54521	181 * VIII
LYJ6893	55647162D	06/10/2012	65992	230 * V
MBS2434	55646793D	05/10/2012	50100	162 * I
MBS2434	55646950D	05/10/2012	65992	230 * V
MBT8488	55646834D	05/10/2012	65992	230 * V
MBT8488	55646832D	05/10/2012	50100	162 * I
MDT7943	55646836D	05/10/2012	66371	230 * IX
MDT7943	55646800D	05/10/2012	50100	162 * I
MEM5605	55647108D	29/09/2012	70481	244 * II
MGC1412	55647116D	29/09/2012	55090	181 * XIII
MHU3226	55646925D	01/09/2012	65300	228
MIE3136	55645777D	08/09/2012	65992	230 * V
MIF7435	54401699D	16/08/2012	70481	244 * II
MJG5175	55646947D	30/09/2012	52151	170
MJG5175	55646948D	30/09/2012	70481	244 * II
MJI1751	55646792D	02/10/2012	54521	181 * VIII
MKG6282	55645785D	28/09/2012	66371	230 * IX
MMA6049	55647110D	29/09/2012	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 503/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 503/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HOI9040	55647055D	06/10/2012	58350	195
HOI9040	55647056D	06/10/2012	69120	232
HOI9040	55647057D	06/10/2012	66610	230 * XII
HOI9040	55646946D	05/10/2012	66102	230 * VII
MCK7596	55646796D	05/10/2012	50100	162 * I
MDT9224	55646797D	05/10/2012	50610	163 c/c 162 * I
MDT9224	55646798D	05/10/2012	66531	230 * XI
MDY7307	55647161D	06/10/2012	66102	230 * VII
MHV3943	55646974D	30/09/2012	55413	181 * XVII
MHV3943	55646973D	30/09/2012	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 505/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 505/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AVA0914	55647166D	07/11/2012	54521	181 * VIII
HIK4596	55645784D	16/09/2012	54521	181 * VIII
MAI0310	55647158D	05/10/2012	70301	244 * I
MCC2962	55647053D	05/10/2012	66450	230 * X
MCC2962	55647052D	05/10/2012	50100	162 * I
MCC2962	55647054D	05/10/2012	50610	163 c/c 162 * I
MCM1964	55647105D	25/09/2012	55250	181 * XV
MCM9165	55646840D	05/10/2012	65561	230 * I
MCM9165	55646839D	05/10/2012	50100	162 * I
MCP8363	55646794D	05/10/2012	50610	163 c/c 162 * I
MDX4224	55647151D	05/10/2012	52070	169
MEB6791	55646799D	05/10/2012	66371	230 * IX
MGD1774	55646975D	30/09/2012	65482	229
MIK1304	55645782D	16/09/2012	70301	244 * I
MIK1304	55645783D	16/09/2012	66371	230 * IX
MIL1261	55647163D	23/10/2012	50100	162 * I
MJP1155	55645787D	19/10/2012	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 507/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 507/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MJO4177 55646976D 26/10/2012 70301 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 508/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 508/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZO7952 55647027D 20/11/2012 50100 162 * I
LZO7952 55647026D 20/11/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 510/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 510/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DLB7235	55647059D	22/11/2012	51851	167
DLB7235	55647059D	22/11/2012	73662	252 * VI
DLB7235	55647059D	22/11/2012	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 511/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 511/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

EDC0749	55647025D	12/11/2012	54521	181	*	VIII
LYJ2051	55646977D	03/11/2012	50100	162	*	I
LYJ2051	55646978D	03/11/2012	65992	230	*	V
MCR4445	55647165D	23/10/2012	66371	230	*	IX
MCR4445	55647164D	23/10/2012	50100	162	*	I
MFN0716	55647201D	22/11/2012	52312	172		
MHU1646	55646843D	10/11/2012	50100	162	*	I
MHU1646	55646844D	10/11/2012	65561	230	*	I
MHU1646	55646842D	10/11/2012	69120	232		
MJP1155	55647168D	09/11/2012	70561	244	*	III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 513/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 513/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDB1888	55647132D	09/12/2012	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

HERVAL D'OESTE

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 660/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 660/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMU5050	54643316C	27/01/2012	73662	252 * VI
LYN6950	55555576C	16/02/2012	54281	181 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 701/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 701/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCL4685 54643323C 08/05/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 719/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 719/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEN9550 55555724C 25/07/2012 65992 230 * V
LZC9434 55555722C 09/07/2012 50100 162 * I
MHK2657 55555783C 25/07/2012 65992 230 * V
MHK2657 55555784C 25/07/2012 50450 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 720/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 720/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AOO0300	55555894C	10/07/2012	51851	167
MIN3240	54641949C	06/07/2012	59591	203 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 721/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 721/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADB2551	54642524C	04/08/2012	69120	232
ADB2551	54642525C	04/08/2012	65992	230 * V
ADB2551	55555981C	04/08/2012	50100	162 * I
MHK3360	54643222C	07/08/2012	50100	162 * I
MHK3360	54643223C	07/08/2012	65565	230 * I
MHK3360	54643224C	07/08/2012	65992	230 * V
MHK3360	54643225C	07/08/2012	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 744/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 744/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEJ8117	55555862C	19/09/2012	65992	230 * V
AEJ8117	55555863C	19/09/2012	50100	162 * I
AEJ8117	55555864C	19/09/2012	66102	230 * VII
AEJ8117	55555865C	19/09/2012	52741	175
BIQ7283	54642842C	21/09/2012	50100	162 * I
BIQ7283	54642843C	21/09/2012	51180	164 c/c 162 * I
IIG5090	54642149C	07/09/2012	51691	165
LYY8255	55481645D	06/10/2012	52820	176 * I
LZM0836	54642838C	21/09/2012	50100	162 * I
LZM0836	54642839C	21/09/2012	51180	164 c/c 162 * I

LZM0836	54642840C	21/09/2012	65992	230	* V
MAC9572	55481516D	07/10/2012	50100	162	* I
MAC9572	55481521D	07/10/2012	50610	163	c/c 162 * I
MAC9572	55481522D	07/10/2012	65992	230	* V
MAC9572	55481523D	07/10/2012	65800	230	* IV
MAC9572	55481524D	07/10/2012	66371	230	* IX
MDA2058	55481651D	09/10/2012	51691	165	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 751/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 751/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAS6219	55481777D	10/10/2012	55500	181 * XVIII
MBX4154	55481705D	08/10/2012	59401	203 * III
MHS0702	55481704D	05/10/2012	59401	203 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 753/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 753/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWU3891	55848487A	18/11/2012	50450	162 * V
LWU3891	55848488A	18/11/2012	73400	252 * IV
LYB6929	55481602D	21/11/2012	65992	230 * V
LYB6929	55481603D	21/11/2012	53200	176 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 754/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 754/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ARF0196	55555648C	14/11/2012	51851	167	
COW8210	55481719D	20/11/2012	65640	230	* II
DEJ1960	55481720D	20/11/2012	51851	167	
LWU3891	55848489A	18/11/2012	51851	167	
LXM8140	55481714D	19/11/2012	59593	203	* IV
MHN3860	55481716D	19/11/2012	51851	167	
MIP0065	55481713D	14/11/2012	73662	252	* VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 756/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 756/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCA1546	55481778D	23/11/2012	65992	230 * V
MCA1546	55481779D	23/11/2012	50100	162 * I
MCA1546	55481780D	23/11/2012	51180	164 c/c 162 * I
MCA1546	55481781D	23/11/2012	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 757/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 757/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IJP8748	55481806D	24/11/2012	51851	167
IJP8748	55481805D	24/11/2012	73662	252 * VI
LWU5088	55481647D	21/11/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 759/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 759/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBE4550	55481807D	28/11/2012	65992	230 * V
MBE4550	55481808D	28/11/2012	50450	162 * V
MFT2282	54642572C	08/11/2012	65992	230 * V
MFT2282	54642573C	08/11/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 760/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 760/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCY5453	55481711D	14/11/2012	73662	252 * VI
---------	-----------	------------	-------	----------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 761/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 761/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYL6591	55555945C	20/11/2012	50100	162 * I
LYL6591	55555946C	20/11/2012	51691	165
LYL6591	55555947C	20/11/2012	65992	230 * V
MAZ9774	55555944C	15/11/2012	65992	230 * V
MCE3704	55481722D	21/11/2012	50100	162 * I
MCE3704	55481723D	21/11/2012	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 762/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 762/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXI5553	55481886D	11/12/2012	51851	167
LXP8724	55481685D	09/12/2012	56143	182 * V
MCE3704	55481724D	21/11/2012	70481	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

JACINTO MACHADO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 381/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 381/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAF2873	54892034C	18/11/2010	69200	233
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 383/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 383/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEJ3342	54892030C	13/11/2010	65992	230 * V
MEJ3342	54892031C	13/11/2010	67692	230 * XXII
MEJ3342	54892032C	13/11/2010	50100	162 * I
MEJ3342	54892033C	13/11/2010	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 385/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 385/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IHW7661	54891550C	11/12/2010	70301	244 * I
MAM8438	54892035C	01/12/2010	69120	232
MDN9054	54892041C	30/12/2010	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 387/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 387/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AMN2995	54892076C	27/11/2010	50100	162 * I
AMN2995	54892077C	27/11/2010	51180	164 c/c 162 * I
DQY6581	54892079C	01/12/2010	51851	167
IDK7841	54892036C	15/12/2010	69200	233
LXS9324	55192593B	26/11/2010	69200	233
MCX8011	54892078C	27/11/2010	66102	230 * VII

MIF1395 54892085C 27/11/2010 70301 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 389/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 389/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CLG7412	54892040C	30/12/2010	51851	167
DXU4417	54892183C	28/12/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 390/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 390/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

HPH1466 55192599B 06/01/2011 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 392/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 392/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CEF0791	54892096C	24/01/2011	69200	233
GLQ9269	54892095C	19/01/2011	69200	233
JTS3762	55192598B	06/01/2011	69200	233
MBR1356	54892045C	17/01/2011	66102	230 * VII
MBR1356	54892044C	17/01/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 394/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 394/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALL0530	54892188C	30/01/2011	51851	167
BBS5500	54892190C	02/02/2011	69200	233
IAR1883	54892184C	28/01/2011	69200	233
MBH4778	54892189C	02/02/2011	69200	233
MET6596	54892185C	29/01/2011	50450	162 * V
MET6596	54892186C	29/01/2011	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 395/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 395/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
EDK5208	54891851C	07/03/2011	65992	230 * V
MAM2181	54892193C	19/02/2011	70481	244 * II
MAM2181	54892194C	19/02/2011	69120	232
MHR1036	54892191C	19/02/2011	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 396/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 396/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IAX2316 54892100C 23/02/2011 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 398/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 398/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CEF4337 54891909C 21/03/2011 51180 164 c/c 162 * I
CEF4337 54891908C 21/03/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 399/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 399/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CEF4337	54891810C	28/03/2011	53200	176 * V
CEF4337	54891811C	28/03/2011	53470	178
IJS0299	54891869C	30/03/2011	50100	162 * I
IJS0299	54891870C	30/03/2011	65992	230 * V
IJS0299	54891871C	30/03/2011	51180	164 c/c 162 * I
JPF0330	55192600B	21/01/2011	60502	208
MCH7192	54891813C	31/03/2011	69200	233
MCN6708	54892199C	06/03/2011	65992	230 * V
MDA8715	54891901C	06/03/2011	50100	162 * I
MDA8715	54891902C	06/03/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 400/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO



DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 400/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CMC0091	54891803C	16/03/2011	51180	164 c/c 162 * I
CMC0091	54891804C	16/03/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 403/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 403/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACD7330	54891854C	17/03/2011	69200	233
MAH6091	54891816C	03/04/2011	65992	230 * V
MAN5513	54891801C	16/03/2011	66532	230 * XI
MAT7039	54891812C	31/03/2011	65992	230 * V
MCV3769	54891805C	16/03/2011	51851	167
MDZ2085	54891814C	03/04/2011	50100	162 * I

MDZ2085	54891815C	03/04/2011	51180	164	c/c	162	*	I
MFT2041	54891872C	31/03/2011	65992	230	*	V		
MFT9911	54891808C	16/03/2011	51180	164	c/c	162	*	I
MFT9911	54891807C	16/03/2011	50100	162	*	I		
MFT9911	54891809C	16/03/2011	69120	232				

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 404/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 404/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BRD4330	54892049C	07/04/2011	69200	233
CZZ3759	55192592B	23/11/2010	65992	230 * V
JUS3047	54892050C	07/04/2011	69200	233
MAY6933	54891856C	08/04/2011	65992	230 * V
MDV2895	54891817C	09/04/2011	65992	230 * V
MDV4628	54892083C	01/12/2010	57200	186 * I
MDV4628	54892084C	01/12/2010	58191	193
MEX6711	54891951C	06/04/2011	65992	230 * V
MFN1763	54892182C	30/10/2010	51180	164 c/c 162 * I
MFN1763	54892181C	30/10/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 405/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 405/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CCL3287	54891877C	16/04/2011	66102	230 * VII
CCL3287	54892200C	16/04/2011	50100	162 * I
CJU7871	54891874C	09/04/2011	50100	162 * I
DQD8387	54891875C	15/04/2011	50100	162 * I
DQD8387	54891876C	15/04/2011	51180	164 c/c 162 * I
LYW5139	54891912C	09/04/2011	65992	230 * V
LYW5139	54891911C	09/04/2011	50100	162 * I
MFN6936	54891910C	09/04/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 406/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 406/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBU8903	54891879C	22/04/2011	51852	167
MBU8903	54891878C	22/04/2011	51851	167
MBY1007	54891881C	22/04/2011	50100	162 * I
MCB3998	54891917C	23/04/2011	50100	162 * I
MCB3998	54891915C	23/04/2011	65992	230 * V
MCX6685	54891916C	23/04/2011	66102	230 * VII
MHY7438	54891919C	23/04/2011	51180	164 c/c 162 * I
MHY7438	54891920C	23/04/2011	50100	162 * I
MIU2521	54891921C	02/05/2011	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 409/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 409/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MFB4023 54891882C 07/05/2011 66700 230 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 410/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 410/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

KSL4482 54891929C 17/05/2011 69200 233
LWT4583 54891752C 27/05/2011 69200 233
LZD8779 54891651C 17/05/2011 65992 230 * V
LZD8779 54891652C 17/05/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 412/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 412/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IIS6268	54891751C	24/05/2011	66102	230 * VII
LXF1707	54891653C	07/06/2011	65992	230 * V
LXF1707	54891654C	07/06/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 413/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 413/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MBW1409	54891883C	24/06/2011	51851	167
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 414/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 414/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

DIA7728	54891930C	11/06/2011	66102	230 * VII
---------	-----------	------------	-------	-----------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 416/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 416/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYZ9344 54891954C 20/06/2011 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 417/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 417/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFG1914 54891936C 07/07/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 418/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 418/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BWL0039	54891934C	07/07/2011	50100	162 * I
BWL0039	54891935C	07/07/2011	52070	169
MCI1052	54891660C	13/07/2011	69200	233
MCL0445	54891821C	06/07/2011	69200	233
MCR4489	54891956C	04/07/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 419/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 419/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IMX7564	54891886C	23/07/2011	66371	230 * IX
JBD1925	54891897C	11/08/2011	63944	220 * XIV
JBD1925	54891898C	11/08/2011	51851	167
JBD1925	54891899C	11/08/2011	51852	167
MAK1870	54891822C	21/07/2011	69200	233
MAR4150	54891661C	18/07/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 420/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 420/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MAN0193	54891937C	03/08/2011	69200	233
MCA7347	54891891C	05/08/2011	69200	233
MDJ6771	54891938C	06/08/2011	66700	230 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 421/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 421/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MFS3160	54891823C	04/08/2011	54600	181 * IX
MGE3680	54891946C	24/08/2011	50100	162 * I
MHL9555	54891757C	09/08/2011	69200	233
NHC9502	54891758C	10/08/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 422/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 422/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ASR2200	54891939C	15/08/2011	69200	233
LXI0018	54891665C	20/08/2011	65800	230 * IV
LXI0018	54891664C	20/08/2011	66532	230 * XI
LXI0018	54891663C	20/08/2011	65992	230 * V
LXI0018	54891662C	20/08/2011	50100	162 * I
MAT9726	54891829C	07/09/2011	50100	162 * I
MAT9726	54891707C	07/09/2011	65992	230 * V
MBX0672	54891940C	15/08/2011	65992	230 * V
MBX0672	54891941C	15/08/2011	66102	230 * VII
MCE9353	54891832C	11/09/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 423/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 423/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYJ8782 54891945C 24/08/2011 65992 230 * V
LYJ8782 54891900C 24/08/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 425/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 425/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CXC6116 54891831C 11/09/2011 66102 230 * VII
IGB0867 54891828C 06/09/2011 65992 230 * V
LYG4292 54891708C 11/09/2011 66102 230 * VII
LYQ9863 54891950C 28/08/2011 65992 230 * V
LYQ9863 54891702C 28/08/2011 50100 162 * I
MAD7779 54891705C 07/09/2011 65992 230 * V

MCK8513	54891824C	03/09/2011	50100	162	*	I
MCX8089	54891703C	02/09/2011	65992	230	*	V
MHF6017	54891948C	27/08/2011	50450	162	*	V
MHT3175	54891713C	04/10/2011	50100	162	*	I
MHT3175	54891715C	04/10/2011	65992	230	*	V
MHT3175	54891716C	04/10/2011	51180	164	c/c	162 * I
MIX6933	54891827C	05/09/2011	50100	162	*	I
MJA6301	54891701C	27/08/2011	70561	244	*	III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 426/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 426/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAW6221	54891706C	07/09/2011	50100	162 * I
MBY4353	54891709C	14/09/2011	50100	162 * I
MCD6657	54891605C	11/10/2011	65992	230 * V
MGT4110	54891830C	11/09/2011	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 427/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 427/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CEJ8484	54891711C	14/09/2011	65992	230 * V
LYN7003	54891834C	26/09/2011	50450	162 * V
MBN5163	54891962C	18/09/2011	50100	162 * I
MBN5163	54891963C	18/09/2011	65992	230 * V
MDD5894	54891733C	16/10/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 429/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 429/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
GXU8165	54891967C	30/09/2011	50100	162 * I
GXU8165	54891968C	30/09/2011	50610	163 c/c 162 * I
GXU8165	54891969C	30/09/2011	51691	165
LYR3875	54891842C	01/10/2011	58433	196
LYR3875	54891841C	01/10/2011	59670	203 * V
LYR3875	54891840C	01/10/2011	58350	195
MHX7448	54891837C	28/09/2011	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 430/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 430/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABZ9481	54891734C	16/10/2011	50100	162 * I
ABZ9481	54891735C	16/10/2011	65992	230 * V
ABZ9481	54891737C	16/10/2011	51180	164 c/c 162 * I
ABZ9481	54891738C	16/10/2011	58350	195
ABZ9481	54891739C	16/10/2011	52151	170
ABZ9481	54891740C	16/10/2011	52152	170

ABZ9481	54891741C	16/10/2011	57380	186	* II
CCG5518	54891601C	05/10/2011	69200	233	
LXS4355	54891732C	10/10/2011	69200	233	
MBX7967	54891602C	05/10/2011	50100	162	* I
MBX7967	54891603C	05/10/2011	65992	230	* V
MCA7347	54891725C	06/10/2011	60502	208	
MCA7347	54891726C	06/10/2011	69120	232	
MCA7347	54891727C	06/10/2011	52152	170	
MCA7347	54891728C	06/10/2011	64080	221	
MCA7347	54891720C	06/10/2011	65561	230	* I
MCA7347	54891721C	06/10/2011	50100	162	* I
MCA7347	54891722C	06/10/2011	51180	164	c/c 162 * I
MCA7347	54891723C	06/10/2011	52151	170	
MCA7347	54891724C	06/10/2011	58350	195	
MDE4709	54891607C	11/10/2011	65992	230	* V
MDE4709	54891608C	11/10/2011	50100	162	* I
MEU8370	54891718C	06/10/2011	50100	162	* I
MEU8370	54891719C	06/10/2011	51180	164	c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 431/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 431/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAI7802	54891745C	19/10/2011	60760	210
MAI7802	54891744C	19/10/2011	58350	195
MAI7802	54891743C	19/10/2011	51851	167
MAJ8397	54891667C	19/10/2011	69200	233
MCE1808	54891848C	19/10/2011	65992	230 * V

MCE1808	54891845C	19/10/2011	50100	162	*	I
MCI1527	54891748C	28/10/2011	69120	232		
MCI1527	54891747C	28/10/2011	65992	230	*	V
MEN6522	54891634C	13/11/2011	65992	230	*	V
MEN6522	54891635C	13/11/2011	69120	232		
MFW0484	54891976C	14/11/2011	50100	162	*	I
MFW0484	54891977C	14/11/2011	65992	230	*	V
MGC1776	54891622C	08/11/2011	50100	162	*	I
MGC1776	54891623C	08/11/2011	65992	230	*	V
MIS8430	54891835C	26/09/2011	65992	230	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 433/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 433/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IJG1382	54891970C	18/10/2011	69200	233
MBH0351	54891844C	19/10/2011	50450	162 * V
MCF2357	54891666C	17/10/2011	69200	233
MDF9065	54891746C	23/10/2011	66700	230 * XIII
MDI5369	54891615C	25/10/2011	69120	232
MHT4542	54891671C	25/10/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 435/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 435/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IAV6575	54891675C	03/11/2011	65992	230 * V
IAV6575	54891673C	03/11/2011	50100	162 * I
JP6667	54891672C	03/11/2011	69200	233
MEX8032	54891975C	02/11/2011	70561	244 * III
MEX8032	54891974C	02/11/2011	51180	164 c/c 162 * I
MEX8032	54891973C	02/11/2011	50100	162 * I
MEX8032	54891972C	02/11/2011	65992	230 * V
MFZ1594	54891971C	29/10/2011	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 436/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 436/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IIQ1995	54891676C	15/11/2011	50100	162 * I
IIQ1995	54891677C	15/11/2011	65992	230 * V
IIQ1995	54891678C	15/11/2011	65800	230 * IV
MBV9946	54891626C	08/11/2011	52741	175
MBV9946	54891624C	08/11/2011	52152	170
MBV9946	54891627C	08/11/2011	58350	195
MBV9946	54891628C	08/11/2011	60681	209
MBV9946	54891629C	08/11/2011	70302	244 * I
MBV9946	54891630C	08/11/2011	72690	250 * I * d
MBV9946	54891631C	08/11/2011	73400	252 * IV
MCJ1652	54891620C	08/11/2011	66532	230 * XI
MDG0029	54891632C	10/11/2011	65992	230 * V
MDG0029	54891633C	10/11/2011	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8376 438/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 438/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFV9781 54891621C 08/11/2011 50371 162 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

LAJEADO GRANDE

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8667 77/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8667 77/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGV4435 54560696C 10/07/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

LAJEADO GRANDE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALBINO DE SOUZA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

LEOBERTO LEAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 122/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 122/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AST0393	54574887C	28/12/2010	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 123/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 123/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDM9213 54574888C 28/12/2010 52741 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 124/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 124/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEM2671 54574923C 17/01/2010 70561 244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 126/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 126/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCG4538 54574889C 13/02/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 133/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 133/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CZN4522	54574900C	27/04/2011	50100	162 * I
CZN4522	54575052C	27/04/2011	52741	175
MAG2701	54575062C	08/05/2011	50450	162 * V
MCD2288	54575066C	08/05/2011	65992	230 * V
MDO9494	54575053C	29/04/2011	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 135/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 135/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXC8527	54575061C	08/05/2011	67693	230 * XXII
MEI3273	54575065C	08/05/2011	65992	230 * V
MIO5409	54575060C	06/05/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 136/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 136/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWX9687	54575063C	08/05/2011	50100	162 * I
LWX9687	54575064C	08/05/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 137/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 137/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCQ2972 54575070C 16/06/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 139/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 139/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MES6334 54575071C 21/07/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 140/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 140/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IBC1009	54575074C	02/08/2011	65992	230 * V
LYS7680	54575073C	24/07/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 141/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 141/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYR3870	54575075C	02/08/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 143/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 143/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANE1635	54575085C	27/08/2011	66371	230 * IX
ANE1635	54575086C	27/08/2011	66700	230 * XIII
LBS4795	54575077C	13/08/2011	65992	230 * V
LXE4650	54575084C	26/08/2011	66371	230 * IX
LYH5537	54575087C	01/09/2011	65992	230 * V
LYH5537	54575088C	01/09/2011	50450	162 * V
MCY7669	54575078C	14/08/2011	50100	162 * I
MIO3544	54575081C	14/08/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 144/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 144/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEA2531	54575089C	16/10/2011	69120	232
AEA2531	54575090C	16/10/2011	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 145/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 145/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCV6548	54575092C	30/10/2011	50610	163 c/c 162 * I
MCV6548	54575091C	30/10/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

MONTE CARLO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8474 445/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8474 445/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BAD3003	54593949C	24/10/2010	51691	165
BAD3003	54593950C	24/10/2010	66532	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CARLO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JHON ENDY LAMB
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8474 446/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8474 446/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BAD3003	54593948C	24/10/2010	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CARLO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JHON ENDY LAMB
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8474 448/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8474 448/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFY7684	54594071C	22/09/2009	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CARLO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JHON ENDY LAMB
DELEGADO DE POLICIA

NOVA TRENTO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 653/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 653/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IJU3839	54918817D	04/12/2011	55680	181 * XIX
LXR5829	55929185C	11/12/2011	55680	181 * XIX
LYG8105	55929187C	11/12/2011	55680	181 * XIX
LZP0270	54918905D	15/11/2011	66102	230 * VII
MIB3896	55929180C	20/11/2011	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 655/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8153 655/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXH2284	54918875D	18/12/2011	55680	181 * XIX
MCR8857	54918873D	03/12/2011	52820	176 * I
MCR8857	54918872D	03/12/2011	65992	230 * V
MCR8857	54918874D	03/12/2011	53200	176 * V
MGR2360	55929193C	20/12/2011	70561	244 * III
MGR2360	55929192C	20/12/2011	65992	230 * V
MGR2360	55929191C	20/12/2011	50100	162 * I
MHL6052	54918616D	18/12/2011	65992	230 * V
MHL6052	54918617D	18/12/2011	50100	162 * I
MHL6052	54918618D	18/12/2011	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 657/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8153 657/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CMX7702	54918815D	25/11/2011	51691	165
LXK3889	55929194C	04/01/2012	65992	230 * V
MAA4372	54918723D	11/12/2011	55680	181 * XIX
MBZ0372	54918822D	08/12/2011	50100	162 * I
MBZ0372	54918823D	08/12/2011	51180	164 c/c 162 * I
MBZ0372	54918824D	08/12/2011	65992	230 * V
MDH5975	54918906D	10/12/2011	66102	230 * VII
MFH5941	54918819D	07/12/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 659/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8153 659/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HGO8994	54918721D	11/12/2011	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENT/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 660/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 660/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KMA1415	54918962D	16/01/2012	69200	233
MEE0155	54918957D	16/01/2012	69200	233
MHR6320	54918910D	15/01/2012	51691	165
MIK0837	54918879D	14/01/2012	52741	175
MIK0837	54918878D	14/01/2012	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENT/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 661/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8153 661/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEN6023	54918625D	22/01/2012	51691	165
EFJ2016	54918958D	16/01/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 664/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8153 664/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGV9269	54918620D	07/01/2012	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 666/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 666/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCK8167	54918911D	18/01/2012	65992	230 * V
MCY3488	54918912D	18/01/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 667/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8153 667/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AVK1706	54918974D	16/01/2012	69200	233
ECC0016	54918971D	16/01/2012	69200	233
IPU6926	54918972D	16/01/2012	69200	233
LYZ8060	54918965D	16/01/2012	69200	233
LZV0291	54918931D	09/02/2012	66450	230 * X
LZV0291	54918929D	09/02/2012	50100	162 * I
LZV0291	54918930D	09/02/2012	69120	232
MDC4137	54918960D	16/01/2012	69200	233
MDH5923	54918956D	16/01/2012	69200	233
MFH7305	54918967D	16/01/2012	69200	233
MFS9088	54918961D	16/01/2012	69200	233
MJF2810	54918964D	16/01/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 668/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8153 668/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWV4734	54918915D	18/01/2012	65992	230 * V
LWV4734	54918913D	18/01/2012	50100	162 * I
MEU6649	54918954D	16/01/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 670/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 670/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IHT5807	54918986D	01/03/2012	69200	233
MCD0408	54918920D	02/02/2012	50100	162 * I
MCK5866	54918982D	01/03/2012	69200	233
MDU0021	54918928D	05/02/2012	50100	162 * I
MDU0021	54918927D	05/02/2012	51691	165
MDZ6867	54918979D	01/03/2012	69200	233
MGG9312	54918925D	05/02/2012	51691	165
MGG9312	54918926D	05/02/2012	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 672/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8153 672/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEP0107	54918797D	11/03/2012	55680	181 * XIX
MJR9211	54918795D	11/03/2012	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 674/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8153 674/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXA5225	54918638D	07/03/2012	51852	167
MDJ7381	54918944D	03/03/2012	50100	162 * I
MDJ7381	54918945D	03/03/2012	51180	164 c/c 162 * I
MGD4893	54918941D	09/03/2012	50100	162 * I
MHR4372	54918940D	29/02/2012	69120	232
MHR4372	54918939D	29/02/2012	51180	164 c/c 162 * I
MHR4372	54918938D	29/02/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 675/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 675/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KWB2842	54918793D	11/03/2012	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 676/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8153 676/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKQ9772	54918632D	24/02/2012	65561	230 * I
AKQ9772	54918631D	24/02/2012	65992	230 * V
LXY3167	55929200C	17/03/2012	55680	181 * XIX
LYV8183	54918981D	01/03/2012	69200	233
LZA9528	54918991D	01/03/2012	69200	233
MBG2526	54918992D	01/03/2012	69200	233
MCV8182	54918984D	01/03/2012	69200	233
MDI0939	54918830D	03/03/2012	52070	169
MEY8654	55929198C	17/03/2012	55680	181 * XIX
MHX7450	54918890D	31/03/2012	52070	169
MHZ0899	54918829D	26/02/2012	52070	169
MIU3756	54918946D	03/03/2012	50100	162 * I
MIU3756	54918947D	03/03/2012	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 678/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8153 678/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IAV0400	55929197C	17/03/2012	55680	181 * XIX
MDU7003	54918635D	04/03/2012	55680	181 * XIX
MHB8471	54918994D	17/03/2012	65992	230 * V
MHB8471	54918995D	17/03/2012	51180	164 c/c 162 * I
MHB8471	54918993D	17/03/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 680/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8153 680/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MDI0939	54918840D	05/04/2012	52070	169
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 682/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 682/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MET8367	54918842D	20/04/2012	50100	162 * I
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 718/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8153 718/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCW5877	54919275D	19/10/2012	51851	167
MHZ0899	54919184D	20/10/2012	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 720/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8153 720/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ANK2910	54919209D	04/11/2012	65992	230 * V
---------	-----------	------------	-------	---------

BVU4339	54919465D	18/11/2012	55680	181	*	XIX
LWV0202	54919432D	01/11/2012	51851	167		
LXA6106	54919512D	15/11/2012	55680	181	*	XIX
MAW7720	54919515D	18/11/2012	54281	181	*	V
MCY3488	54919105D	24/10/2012	66531	230	*	XI
MDM4974	54919527D	18/11/2012	55680	181	*	XIX
MDP2269	54919532D	18/11/2012	55680	181	*	XIX
MDZ5914	54919463D	18/11/2012	54281	181	*	V
MEC0855	54919318D	27/10/2012	54521	181	*	VIII
MFF8606	54919459D	18/11/2012	54281	181	*	V
MFV9759	54919451D	03/11/2012	69120	232		
MGQ0938	54919298D	01/11/2012	51851	167		
MIH3640	54919328D	14/11/2012	54521	181	*	VIII
MKF6853	54919522D	18/11/2012	54281	181	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 722/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 722/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIE8523	54919501D	03/11/2012	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 723/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8153 723/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMA6703	54918749D	28/10/2012	55680	181 * XIX
BUO8185	54919435D	12/11/2012	51851	167
HYR0110	54919196D	25/11/2012	54281	181 * V
LWV4708	54274509C	25/11/2012	55680	181 * XIX
MAG8977	54274502C	25/11/2012	54281	181 * V
MCC5807	54919321D	05/11/2012	55680	181 * XIX
MCY8811	54919111D	02/12/2012	58350	195
MCY8811	54274554C	02/12/2012	65482	229
MDW5096	54919335D	24/11/2012	54521	181 * VIII
MEZ8496	54919200D	25/11/2012	54281	181 * V
MFV4666	54919337D	24/11/2012	55680	181 * XIX
MII1406	54274508C	25/11/2012	55680	181 * XIX
MIM2164	54919194D	25/11/2012	54281	181 * V
MIW5736	54919322D	05/11/2012	51930	168
MJA5849	54919508D	03/11/2012	51851	167
MJP9317	54919110D	23/11/2012	70481	244 * II
MJT3884	54919535D	18/11/2012	54281	181 * V
NUQ1914	54919189D	25/11/2012	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 724/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8153 724/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYA2968	54274555C	08/12/2012	73580	252 * V
MCC4715	54919457D	18/11/2012	54281	181 * V
MDO9506	54919464D	18/11/2012	54281	181 * V
MET7779	54919454D	18/11/2012	54281	181 * V
MHK6594	54919528D	18/11/2012	54281	181 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

PINHEIRO PRETO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 179/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 179/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWZ0744	55620302C	14/11/2010	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8542 182/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 182/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGT9194	55620253C	13/11/2010	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 183/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 183/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BEZ5005 55620122C 05/06/2010 55250 181 * XV
MFW8934 55620183C 11/12/2010 55760 182 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 185/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 185/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFW1010 54622434C 26/12/2010 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 186/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 186/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBB8144 55620262C 23/01/2011 51851 167
MBD2394 55620309C 03/01/2011 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 188/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 188/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AOV6741	55620258C	14/01/2011	50100	162 * I
LZJ9713	55620312C	06/01/2011	65992	230 * V
MDF1212	55620311C	03/01/2011	66700	230 * XIII
MGB4279	55620190C	01/02/2011	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 189/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 189/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYF5581	55620310C	03/01/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 191/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 191/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEC8438	55620264C	01/02/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 192/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 192/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZB2176	54655777C	03/02/2011	51851	167
LZB2176	54655778C	03/02/2011	65640	230 * II
MCC0618	55620197C	07/02/2011	70302	244 * I
MFW2438	55620188C	01/02/2011	70302	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 193/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 193/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AQA2270	55620318C	24/01/2011	69200	233
LXN3738	55620320C	24/01/2011	69200	233
MCN7333	55620265C	01/02/2011	73400	252 * IV
MEE2887	55620263C	01/02/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 194/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 194/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYA7105	55620048C	27/04/2010	69120	232
LYA7105	55620049C	27/04/2010	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 195/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 195/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYJ9161	54655781C	27/02/2011	52070	169
MCC0618	55620360C	04/03/2011	52400	173
MCC0618	55620362C	04/03/2011	57200	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 198/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 198/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MBU6527	55620334C	11/02/2011	51851	167
MEH0199	55620335C	13/02/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 199/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 199/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AAZ4897	55620345C	05/03/2011	51851	167
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 203/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 203/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHD6466 54622435C 29/03/2011 70481 244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 206/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 206/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AQA2270 55620401C 29/03/2011 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 207/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 207/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LXW8302	54622433C	20/10/2010	65992	230 * V
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 211/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 211/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFT9249 55620475C 29/04/2011 59670 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8542 214/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 214/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

FBI7227 55620472C 29/04/2011 66700 230 * XIII
FBI7227 55620473C 29/04/2011 67691 230 * XXII
LYF6927 55620479C 15/05/2011 51691 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 215/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 215/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEC5772	55620484C	23/05/2011	51930	168
MHR0091	55620478C	11/05/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 217/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 217/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYV4513	55620425C	25/05/2011	51180	164 c/c 162 * I
LYV4513	55620424C	25/05/2011	50100	162 * I
MFO0345	55620281C	02/06/2011	69200	233
MHO3566	55620497C	13/06/2011	66700	230 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8542 218/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 218/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXQ8733	55620499C	13/06/2011	51851	167
LYV4513	55620427C	25/05/2011	52151	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 219/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 219/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXQ2314	55620285C	02/06/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 220/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 220/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHM9592 55620384C 29/05/2011 70302 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8542 221/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 221/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWW7515 55620500C 10/06/2011 51691 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 222/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 222/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ICX1522	55620492C	10/06/2011	51851	167
MAL4739	55620298C	23/06/2011	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 223/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 223/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BFP7676 55620391C 19/06/2011 51691 165
EAY1279 55620390C 19/06/2011 66700 230 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 224/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 224/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BUU1422 55620432C 06/07/2011 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 227/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 227/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGJ4527	55620083C	04/07/2010	70302	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 228/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 228/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AQA2270 55027101D 13/07/2011 56570 182 * IX
MIF2224 55620437C 18/07/2011 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 229/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 229/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGY9301 55027201D 08/08/2011 69120 232
MGY9301 55620400C 08/08/2011 51180 164 c/c 162 * I
MGY9301 55620399C 08/08/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 231/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 231/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBE9250	55620438C	26/08/2011	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 232/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 232/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFZ6587 55027210D 26/09/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 233/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 233/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZN9596 55620033C 12/04/2010 51851 167
MH8857 55620447C 04/10/2011 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 234/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 234/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AIX2885 55620442C 29/08/2011 50450 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 235/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 235/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHN6172	55620444C	04/09/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8542 236/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 236/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXT1478	55027105D	16/09/2011	67691	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 239/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 239/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BOH0430 55027209D 26/09/2011 73662 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 240/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 240/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAX0391 55027153D 23/10/2011 51851 167
MCC1699 55027164D 23/10/2011 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 241/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 241/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEC3646 55027218D 08/10/2011 65640 230 * II
CEY2764 55027166D 23/10/2011 51851 167
MII5573 55027126D 18/10/2011 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 242/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 242/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAT3928	55027257D	26/11/2011	51180	164 c/c 162 * I
MAT3928	55027259D	26/11/2011	65992	230 * V
MAT3928	55027256D	26/11/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 243/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 243/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MAT3928	55027262D	26/11/2011	63943	220 * XIV
MAT3928	55027258D	26/11/2011	70561	244 * III
MAT3928	55027260D	26/11/2011	58350	195
MAU4029	55027255D	21/11/2011	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

PLANALTO ALEGRE

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 126/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 126/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

BMQ1333	54805993C	31/10/2010	58350	195
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 127/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 127/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXI1004	54806165C	22/06/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 133/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 133/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BMQ1333	54805992C	31/10/2010	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 135/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 135/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIH5607	54806242C	26/01/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 136/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 136/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCD4098 54805995C 09/03/2011 50100 162 * I
MHG1869 54806155C 15/04/2010 52070 169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 137/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 137/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBB8938 54806248C 04/03/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 138/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 138/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXP2807 54806055C 18/03/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 139/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 139/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IMG6483 54806256C 11/05/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 140/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 140/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBF6545 54806177C 24/05/2011 60250 206 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 141/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 141/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHK9457	54806169C	10/10/2010	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 142/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 142/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYF0539 54806259C 26/05/2011 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 143/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 143/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDM6277 54806279C 13/08/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 145/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 145/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JGZ8339	54806272C	12/08/2011	69200	233
MBN6073	54806274C	12/08/2011	69200	233
MBT2525	54806277C	12/08/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 147/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 147/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CSI2280 54806185C 06/09/2011 59670 203 * v

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 150/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 150/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IKN0351 54806188C 25/09/2011 50100 162 * I
IKN0351 54806189C 25/09/2011 51691 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 152/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 152/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZJ2141	54806284C	12/11/2011	66371	230 * IX
LZJ2141	54806285C	12/11/2011	50100	162 * I
LZJ2141	54806283C	12/11/2011	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

PORTO BELO**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 637/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 637/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXM6291	54977305C	23/11/2011	65992	230 * V
LZS6953	54977277C	08/12/2011	65992	230 * V
MCD5275	54977304C	23/11/2011	65992	230 * V
MHD1166	54206189D	28/10/2011	65561	230 * I
MHD1166	54206188D	28/10/2011	50100	162 * I
MHD1166	54206187D	28/10/2011	65992	230 * V
MHH6783	55669750B	12/11/2011	51930	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 639/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 639/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZH8192	55669434B	01/11/2011	50100	162 * I
LZH8192	55669435B	01/11/2011	65992	230 * V
LZS6953	54977278C	08/12/2011	50100	162 * I
MDE9087	54977426C	21/12/2011	50100	162 * I
MEU3567	54977953C	19/12/2011	69120	232
MEU3567	54977952C	19/12/2011	65992	230 * V
MFJ8253	54977452C	17/12/2011	50100	162 * I
MFJ8253	54977451C	17/12/2011	69120	232
MIE4749	54977956C	19/12/2011	69120	232
MI15281	54206305D	16/12/2011	65640	230 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 640/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 640/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IOX8633	54977965C	26/12/2011	69120	232
LWW7756	54977976C	02/01/2012	65992	230 * V
LXQ8379	54977974C	30/12/2011	65992	230 * V
MCK5666	54977968C	27/12/2011	51692	165
MFP8274	54977985C	05/01/2012	57200	186 * I
MFR3509	54977977C	02/01/2012	69120	232
MGP5401	54977967C	27/12/2011	51852	167

MHA8516	54977276C	27/11/2011	54521	181	*	VIII
MHP9260	54977984C	05/01/2012	65992	230	*	V
MHT4215	54977982C	04/01/2012	65992	230	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 642/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 642/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBM2327	54206201D	07/01/2012	54600	181	*	IX
---------	-----------	------------	-------	-----	---	----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 643/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 643/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBI9916 54977990C 06/01/2012 51851 167
MGR1620 54977983C 05/01/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 644/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 644/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AOQ6372 54978041C 22/01/2012 66102 230 * VII

CCS5946	54977992C	06/01/2012	50100	162	*	I
DDF4096	54978035C	22/01/2012	65561	230	*	I
DDF4096	54978037C	22/01/2012	66531	230	*	XI
HAY2956	54206314D	03/01/2012	67001	230	*	XVI
HJU7584	54977261C	29/12/2011	55500	181	*	XVIII
HXV2153	55669447B	26/12/2011	50450	162	*	V
LXE8587	54206192D	10/01/2012	51691	165		
LXT6774	54207056D	18/01/2012	65992	230	*	V
LYG1424	54977468C	15/01/2012	65992	230	*	V
LYG1424	54977469C	15/01/2012	52741	175		
LYI1672	54977352C	08/01/2012	51691	165		
LYI1672	54977353C	08/01/2012	69120	232		
LZA2051	54977466C	11/01/2012	64080	221		
MAQ1757	54978039C	22/01/2012	50100	162	*	I
MBM2327	54206318D	11/01/2012	50450	162	*	V
MBM2327	54978000C	11/01/2012	65992	230	*	V
MCA6438	54207079D	23/01/2012	65992	230	*	V
MCA8454	54978019C	19/01/2012	65992	230	*	V
MCP6917	54206602D	22/01/2012	55411	181	*	XVII
MCQ0908	54207063D	19/01/2012	65992	230	*	V
MDF8912	55584606D	24/01/2012	65561	230	*	I
MDS6770	54978042C	22/01/2012	69120	232		
MDZ6401	54977998C	10/01/2012	64080	221		
MEF9325	55584607D	24/01/2012	66531	230	*	XI
MEG5806	55584603D	24/01/2012	69120	232		
MEG5806	55584604D	24/01/2012	66531	230	*	XI
MEN9519	54978025C	20/01/2012	65992	230	*	V
MEN9519	54978024C	20/01/2012	50100	162	*	I
MEO0475	54978044C	22/01/2012	70302	244	*	I
MFM9743	54977994C	07/01/2012	65992	230	*	V
MGS1084	54978020C	20/01/2012	66102	230	*	VII
MGS1084	54978021C	20/01/2012	66371	230	*	IX
MIA4574	54207078D	23/01/2012	66531	230	*	XI
MIH9646	54206601D	22/01/2012	55411	181	*	XVII
MIP4037	54978011C	18/01/2012	70482	244	*	II
MIR4770	54977455C	24/12/2011	65992	230	*	V
MIS5614	54978038C	22/01/2012	66531	230	*	XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 646/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 646/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHF5156	54206306D	26/12/2011	65482	229
MHN6648	54207080D	23/01/2012	65992	230 * V
MIK7938	54977979C	03/01/2012	58780	199

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 647/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 647/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACH2001	54207094D	31/01/2012	65992	230 * V
BGN7426	54206195D	07/02/2012	65992	230 * V
BGN7426	54206196D	07/02/2012	50100	162 * I
BGN7426	54206197D	07/02/2012	65800	230 * IV
CIC0328	55669449B	06/01/2012	65992	230 * V
HNU5209	54977957C	20/12/2011	51691	165
IHB9116	54977253C	13/12/2011	65992	230 * V
LXU8053	54206655D	03/02/2012	65992	230 * V

LXW1978	54207085D	30/01/2012	66102	230	*	VII
LYK8333	55584555D	03/02/2012	65992	230	*	V
LYQ3570	54977372C	02/02/2012	65992	230	*	V
LZX5417	54206260D	31/01/2012	67692	230	*	XXII
MAQ8082	54207093D	31/01/2012	65561	230	*	I
MBS6230	55584557D	03/02/2012	69120	232		
MCC6671	54206637D	31/01/2012	66531	230	*	XI
MCJ8521	54977368C	01/02/2012	69120	232		
MCJ8521	54977367C	01/02/2012	69631	237		
MCJ8521	54977366C	01/02/2012	50100	162	*	I
MCM9907	54206632D	25/01/2012	50450	162	*	V
MCM9907	54206633D	29/01/2012	65992	230	*	V
MCW6370	54206665D	03/02/2012	66371	230	*	IX
MCW6370	54206664D	03/02/2012	69120	232		
MDP0770	54206676D	04/02/2012	50100	162	*	I
MDP0770	54206675D	04/02/2012	65992	230	*	V
MDQ2604	54206640D	31/01/2012	65561	230	*	I
MDQ2604	54206639D	31/01/2012	66102	230	*	VII
MEY3660	54977371C	01/02/2012	66531	230	*	XI
MEZ0495	54977258C	29/12/2011	55500	181	*	XVIII
MFN5079	54207089D	31/01/2012	69120	232		
MFW5459	55584558D	03/02/2012	65561	230	*	I
MGQ3409	54206650D	01/02/2012	65992	230	*	V
MHQ1405	55584566D	03/02/2012	69120	232		
MIQ6405	54977444C	29/01/2012	66450	230	*	X
MIQ6405	54977443C	29/01/2012	66531	230	*	XI
MIX1055	54977260C	27/12/2011	55500	181	*	XVIII
MIX1769	55584654D	03/02/2012	66531	230	*	XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 648/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 648/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFG3211	54206677D	04/02/2012	66531	230 * XI
MIH7464	54206671D	04/02/2012	66531	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 649/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 649/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BQZ6464	54206741D	02/02/2012	66020	230 * VI
LXB7194	54206699D	08/02/2012	65992	230 * V
LXB7229	54978046C	23/01/2012	50100	162 * I
LXB7229	54978047C	23/01/2012	65992	230 * V
MAU3954	54206723D	28/01/2012	65992	230 * V
MDI9396	54977432C	14/01/2012	65992	230 * V
MDI9396	54977434C	14/01/2012	50450	162 * V
MDS4721	55584601D	24/01/2012	66531	230 * XI
MEM5936	54206605D	25/01/2012	65992	230 * V
MEM5936	54206604D	25/01/2012	50100	162 * I
MFB0591	54207071D	22/01/2012	69120	232
MFB3134	54206715D	23/01/2012	66531	230 * XI
MFX7945	54977441C	29/01/2012	65992	230 * V
MGB6911	54206694D	06/02/2012	69631	237
MGB6911	54206693D	06/02/2012	69631	237
MGC4960	54206610D	25/01/2012	69120	232
MGC4960	54206609D	25/01/2012	66531	230 * XI
MHT0342	54206736D	02/02/2012	65561	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 650/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 650/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AGZ0607	54206603D	22/01/2012	55411	181 * XVII
DSA7638	55584953D	04/02/2012	65992	230 * V
DSA7638	55584952D	04/02/2012	50100	162 * I
IJS8678	55584902D	10/02/2012	69631	237
JYN0200	54206660D	03/02/2012	66531	230 * XI
JYN0200	54206659D	03/02/2012	65992	230 * V
LYT0382	54206622D	29/01/2012	65561	230 * I
LZJ8552	55668174B	18/02/2012	50100	162 * I
LZJ8552	55668175B	18/02/2012	65992	230 * V
MCV0666	54207083D	30/01/2012	65561	230 * I
MDS2396	55584570D	04/02/2012	65561	230 * I
MEI8680	55584905D	10/02/2012	65992	230 * V
MEN9465	54978032C	22/01/2012	65992	230 * V
MES9825	54978029C	21/01/2012	66531	230 * XI
MEX3993	55584919D	11/02/2012	65992	230 * V
MFF6114	54206726D	29/01/2012	69120	232
MFQ9194	55584907D	10/02/2012	65992	230 * V
MGB6298	54977365C	01/02/2012	65992	230 * V
MGU7264	54978034C	22/01/2012	65992	230 * V
MHF7267	54978036C	22/01/2012	66531	230 * XI
MHO2416	54206700D	08/02/2012	50100	162 * I
MHU9107	54207092D	31/01/2012	66531	230 * XI
MIJ8299	54977357C	12/01/2012	64080	221
MIP7043	54978027C	20/01/2012	50100	162 * I

MIS8091 54206320D 17/01/2012 53800 181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 652/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 652/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

BGJ1573	55584958D	21/02/2012	55411	181 * XVII
IEZ3741	54206657D	03/02/2012	65561	230 * I
KRJ7101	54206200D	02/03/2012	50100	162 * I
KRJ7101	54206199D	02/03/2012	51691	165
LXI6229	54206615D	28/01/2012	65992	230 * V
LYM0996	54206656D	03/02/2012	50100	162 * I
LYM8623	54206666D	03/02/2012	65992	230 * V
LYU0455	54206616D	29/01/2012	66102	230 * VII
LZN2040	54206663D	03/02/2012	66531	230 * XI
LZN2040	54206662D	03/02/2012	65992	230 * V
MAU8161	54206695D	08/02/2012	50100	162 * I
MBQ6634	55584623D	26/02/2012	73400	252 * IV
MBS1522	55584951D	04/02/2012	55411	181 * XVII
MBV8571	54206658D	03/02/2012	69631	237
MBW4228	54206672D	04/02/2012	50100	162 * I
MBZ7915	54206709D	23/01/2012	65992	230 * V
MCF9711	54206625D	29/01/2012	65561	230 * I
MCF9711	54206626D	29/01/2012	69631	237
MCJ9513	55584553D	03/02/2012	65561	230 * I
MDL1613	54206652D	03/02/2012	69631	237
MEO8958	54977449C	02/02/2012	50100	162 * I
MEO8958	54977448C	02/02/2012	66531	230 * XI
MFB1788	54206731D	02/02/2012	65561	230 * I

MGK4333	54206737D	02/02/2012	65992	230	*	V
MHF9391	54206322D	29/01/2012	50100	162	*	I
MHS0443	55584612D	17/02/2012	51930	168		
MHY4443	55584906D	10/02/2012	50100	162	*	I
MIV8289	54977446C	29/01/2012	65992	230	*	V
MIV8289	54977445C	29/01/2012	50100	162	*	I
MJG4309	54206683D	04/02/2012	65992	230	*	V
MJG4309	54206682D	04/02/2012	50100	162	*	I
MKT4590	54977356C	10/01/2012	50100	162	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 654/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 654/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MBD3580	55584909D	10/02/2012	65992	230	*	V
MFO5451	55584651D	02/02/2012	66531	230	*	XI
MFS1942	55584914D	11/02/2012	65992	230	*	V
MFS1942	55584915D	11/02/2012	50100	162	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 656/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 656/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKV5622	54206692D	06/02/2012	65992	230 * V
BLB1581	55584627D	10/03/2012	65482	229
IQA1708	55584626D	10/03/2012	65482	229
MBP2307	54206696D	08/02/2012	50100	162 * I
MDF9714	54206707D	23/01/2012	65992	230 * V
MIY9446	54206745D	02/02/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 658/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 658/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ANM4747	54206323D	10/02/2012	54521	181 * VIII
LWY3249	55584614D	25/02/2012	69120	232
LZP8522	54977474C	25/02/2012	73662	252 * VI
MAA5516	55584615D	25/02/2012	69120	232
MAA5516	55584931D	25/02/2012	65992	230 * V
MAA5516	55584930D	25/02/2012	66102	230 * VII
MAS5193	54206712D	23/01/2012	65992	230 * V
MAS5193	54206713D	23/01/2012	50371	162 * III
MHN5842	55584617D	26/02/2012	65992	230 * V
MJQ0368	55584962D	25/02/2012	50100	162 * I
MKO0032	54206730D	29/01/2012	65991	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 660/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 660/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BDC4457	55584503D	17/02/2012	73662	252 * VI
MBM8566	54977274C	15/02/2012	70301	244 * I
MDM1237	54206738D	02/02/2012	65561	230 * I

MJB4024 55584502D 17/02/2012 55500 181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 661/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 661/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBR6911	55584501D	16/02/2012	69120	232
MCJ6557	54206328D	25/03/2012	69120	232
MEA6239	54206329D	25/03/2012	69120	232
MGG8297	54206206D	24/03/2012	52070	169
MJB3672	54206331D	02/04/2012	70481	244 * II
MJB3672	54206330D	02/04/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 663/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 663/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALB6968	54977473C	16/02/2012	51851	167
MAB7399	54206324D	12/02/2012	51691	165
MAB7399	54206325D	12/02/2012	65992	230 * V
MEM9593	55584512D	11/03/2012	60501	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 665/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 665/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MHB0581 55584932D 24/03/2012 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 666/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 666/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZE9362 55584638D 01/05/2012 50100 162 * I
MBF0611 55584641D 02/05/2012 70561 244 * III
MED1519 55584630D 15/04/2012 51691 165
MMD2229 54206203D 24/03/2012 67001 230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 668/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 668/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKU3708	55584642D	13/05/2012	51691	165
LZE9362	55584640D	01/05/2012	65992	230 * V
MBS0423	55584944D	06/05/2012	50100	162 * I
MJC3484	54206271D	04/05/2012	52820	176 * I
MJC3484	54206270D	04/05/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 669/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 669/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MKD9819	55584945D	11/05/2012	69471	235
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 673/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 673/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LXA6805	54206280D	28/05/2012	50450	162 * V
LXA6805	54206281D	28/05/2012	65992	230 * V
LXA6805	54206282D	28/05/2012	69120	232
MCJ3484	54206272D	04/05/2012	53040	176 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 674/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 674/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJC1911	55584631D	20/04/2012	70562	244 * III c/c 1\$

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 675/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 675/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBZ6911	54977381C	28/05/2012	65992	230 * V
MFB6445	54206279D	24/05/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 676/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 676/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALP1742	54206140D	29/06/2012	65992	230 * V
ALP1742	54206141D	29/06/2012	50100	162 * I
LWX1516	55584656D	14/06/2012	50100	162 * I
MAP0909	55584645D	24/06/2012	50450	162 * V
MDH7338	55584657D	24/06/2012	51691	165
MEL5870	55584646D	28/06/2012	51691	165
MGM2672	55584519D	28/06/2012	65992	230 * V
MHF0181	54977128C	27/05/2012	50100	162 * I
MHF0181	54977129C	27/05/2012	65992	230 * V
MHV4751	54206337D	30/06/2012	65481	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 677/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 677/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEL5870	55584647D	28/06/2012	57380	186 * II
MIU1459	55584949D	24/05/2012	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 680/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 680/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BRS3005	55584520D	28/06/2012	65992	230 * V
---------	-----------	------------	-------	---------

LZT9385	55584950D	16/06/2012	50100	162	*	I
LZW2395	54206143D	13/07/2012	65992	230	*	V
LZW2395	54206142D	15/07/2012	50100	162	*	I
MAP0909	55584572D	14/07/2012	50450	162	*	V
MIF8502	54977130C	15/07/2012	65992	230	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 681/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 681/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZR3620	54977517C	08/06/2012	54523	181	*	VIII
---------	-----------	------------	-------	-----	---	------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 683/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 683/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDZ2873	55584517D	19/06/2012	65992	230 * V
MDZ2873	55584518D	19/06/2012	69120	232
MJY0790	55584516D	19/06/2012	50100	162 * I
MKS4070	55584643D	24/06/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 685/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 685/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

DIG8837 54206145D 29/07/2012 50450 162 * V
DIG8837 54206146D 29/07/2012 67693 230 * XXII
MIM0798 54206150D 02/08/2012 65482 229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 686/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 686/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAQ6175 54977138C 24/07/2012 52312 172
MHY7592 54206287D 22/07/2012 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 687/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 687/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBX0973	55584852D	05/08/2012	66531	230 * XI
MBX0973	55584851D	05/08/2012	65992	230 * V
MBX0973	55584853D	05/08/2012	73400	252 * IV
MFW0633	54206144D	20/07/2012	51691	165
MIG1592	54977132C	15/07/2012	51691	165
MIG1592	54977131C	05/07/2012	65992	230 * V
MIG1592	54977133C	05/07/2012	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 689/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 689/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDX5002	54977137C	18/07/2012	50100	162 * I
MDX5002	54977136C	18/07/2012	65992	230 * V
MHN9150	55584648D	06/07/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 690/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 690/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BPI3375	55584964D	04/08/2012	65992	230 * V
MGX4771	55584855D	11/08/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 691/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 691/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJR0001	55584809D	01/09/2012	65992	230 * V
AJR0001	55584810D	01/09/2012	51691	165
AJR0001	55584811D	01/09/2012	50100	162 * I
AMZ3893	54206292D	09/08/2012	65800	230 * IV
MEB5702	55584856D	18/08/2012	50100	162 * I
MEB5702	55584857D	18/08/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 692/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 692/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEB5702	55584859D	18/08/2012	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 695/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 695/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ILK1123	55584803D	18/08/2012	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 696/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 696/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGQ1612	54206343D	16/09/2012	65482	229
AGQ1612	55584577D	08/09/2012	65482	229
MCD9290	55584858D	18/08/2012	65992	230 * V
MCD9290	55584805D	18/08/2012	50450	162 * V
MHT0381	54977141C	17/09/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 697/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 697/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MEV4573	55584575D	16/09/2012	57461	187 * I
MKL8369	55584579D	16/09/2012	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 699/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 699/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MCB9626	55584819D	14/09/2012	65992	230 * V
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 700/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 700/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYG3632 54206289D 04/08/2012 65300 228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 701/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 701/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEP3890 55584807D 21/08/2012 50100 162 * I
MHK8416 54977388C 07/10/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 702/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 702/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAY7676	55669244B	26/09/2012	54521	181 * VIII
MHK8416	54977389C	07/10/2012	70561	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 703/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 703/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIK1390 55669245B 19/09/2012 57380 186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 705/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 705/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAP0909 55584522D 23/10/2012 50100 162 * I
MAP0909 55584523D 23/10/2012 51180 164 c/c 162 * I
MDY8679 55584821D 14/10/2012 65482 229
MET8280 55584521D 09/10/2012 52741 175
MFC7088 54977146C 20/10/2012 50100 162 * I
MIP7855 55584706D 20/10/2012 66372 230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 706/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 706/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDM1237	55584967D	20/10/2012	65300	228
MIP7855	55584705D	20/10/2012	70562	244 * III c/c 1S
MJA8730	55584587D	15/10/2012	57380	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 708/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 708/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIE3231 54977385C 06/10/2012 69471 235
MJP9984 55584814D 10/09/2012 54010 181 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 710/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 710/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CSC7535 55584823D 28/10/2012 65482 229
IIY4677 54977391C 17/11/2012 50100 162 * I
MCV4522 55584534D 05/11/2012 50100 162 * I
MCV4522 55584533D 05/11/2012 65992 230 * V
MEW8015 54206347D 15/11/2012 65563 230 * I
MFG2432 55584530D 28/10/2012 65482 229

MGP5067	54977393C	17/11/2012	65992	230	* V
MGP5067	54977395C	17/11/2012	50450	162	* V
MHV4268	54206345D	15/11/2012	50450	162	* V
MHV4268	54206346D	15/11/2012	65992	230	* V
MIJ9396	54977390C	14/11/2012	50100	162	* I
MIR1652	54977149C	29/10/2012	50100	162	* I
MIR1652	54977150C	29/10/2012	65992	230	* V
MIR1764	55584825D	04/11/2012	65992	230	* V
MKD9699	54977148C	29/10/2012	66020	230	* VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 711/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 711/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAE3539	55669249B	07/11/2012	60501	208
MBO7438	55584536D	11/11/2012	54600	181 * IX
MCC8362	55584755D	12/11/2012	54522	181 * VIII
MCV4522	55584535D	05/11/2012	52152	170
MGA6065	55584760D	13/11/2012	54521	181 * VIII
MIR1652	55584589D	29/10/2012	52152	170
MIR1652	55584588D	29/10/2012	52151	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 712/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 712/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALC8164	55584788D	04/12/2012	50100	162 * I
ALC8164	55584790D	04/12/2012	65992	230 * V
ALC8164	55584791D	04/12/2012	65564	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 713/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 713/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALC8164	55584789D	04/12/2012	54521	181 * VIII
BAT1199	55584776D	26/11/2012	60844	211
MCQ9873	55584765D	21/11/2012	55411	181 * XVII
MDI1345	55584784D	03/12/2012	54521	181 * VIII
MFH6416	55584769D	23/11/2012	54521	181 * VIII
MGQ9725	54206757D	01/12/2012	57970	191

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8167 714/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8167 714/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

JPS0637	55584526D	27/10/2012	50100	162 * I
MGG9350	55584531D	28/10/2012	65482	229
MIX5753	55584773D	26/11/2012	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 715/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 715/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIW1419	55584792D	05/12/2012	54521	181 * VIII
MIX5753	55584772D	26/11/2012	56492	182 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRO SEVERIANO STEIN
DIRETOR DE TRANSITO

SALTO VELOSO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 176/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO



DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 176/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFD6508 54980892C 17/11/2010 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 177/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 177/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEB9880 54980697C 26/11/2010 69200 233
LYR7529 54980894C 12/12/2010 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 179/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 179/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKY2256	54980899C	02/01/2011	51851	167
IAR8102	54980898C	10/01/2011	69200	233
MCO8300	54980897C	26/12/2010	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 181/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 181/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BNP9325 54980570C 26/01/2011 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 182/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 182/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IAR8102 54980577C 03/02/2011 69200 233
LYB8914 54980575C 03/02/2011 69200 233
LZR4489 54980571C 03/02/2011 69200 233
MEC2251 54980574C 03/02/2011 69200 233
MGH0169 54980579C 03/02/2011 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 183/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 183/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZU3352	54980584C	10/02/2011	50100	162 * I
LZU3352	54980586C	10/02/2011	65992	230 * V
LZU3352	54980585C	10/02/2011	51180	164 c/c 162 * I
MHJ0984	54980590C	11/02/2011	58350	195
MHJ0984	54980587C	11/02/2011	50100	162 * I
MHJ0984	54980588C	11/02/2011	51180	164 c/c 162 * I
MHJ0984	54980589C	11/02/2011	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 185/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 185/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

JZH8729 54980597C 22/02/2011 65992 230 * V
JZH8729 54980599C 22/02/2011 70302 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 186/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 186/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABQ8407 54980750C 10/03/2011 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 187/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 187/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CXY9551 54980825C 11/04/2011 69200 233
MCZ1680 54980746C 22/11/2010 66372 230 * IX
MJP7870 54980961C 31/10/2010 70301 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 188/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 188/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CBF1888	54980881C	05/05/2010	69200	233
MDP6988	54980831C	27/04/2011	50100	162 * I
MDP6988	54980832C	27/04/2011	65992	230 * V
MDP6988	54980833C	27/04/2011	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 189/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 189/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXW8002	54980841C	06/05/2011	69200	233
MDJ2505	54980842C	06/05/2011	50100	162 * I
MDJ2505	54980843C	06/05/2011	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 192/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 192/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABC6723	54980850C	06/06/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 193/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 193/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEV7297 54980848C 05/06/2011 52900 176 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 194/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 194/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXO3269	54980965C	11/06/2011	50100	162 * I
LXO3269	54980966C	11/06/2011	51180	164 c/c 162 * I
LXO3269	54980967C	11/06/2011	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 196/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 196/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXK4206	54980911C	25/07/2011	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 198/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 198/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DCM2488 54980978C 16/07/2011 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 199/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 199/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEV7869	54980914C	28/07/2011	69200	233
LYE2467	54980906C	23/07/2011	52070	169
LYQ7914	54980913C	28/07/2011	69200	233
MHR1051	54980912C	25/07/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 200/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 200/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMH3228	54980924C	21/08/2011	64080	221
MBZ2059	54980918C	02/08/2011	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 201/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 201/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

HQC3824 54980988C 15/08/2011 51930 168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 205/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 205/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZO4726	54980998C	16/09/2011	69200	233
MBJ1155	54980931C	16/09/2011	69200	233
MCL1218	54980996C	16/09/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 207/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 207/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEU7322	54980937C	19/10/2011	69200	233
LXA9291	54980936C	19/10/2011	69200	233
MAL4902	54980939C	19/10/2011	69200	233
MCW1709	54980938C	19/10/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 209/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 209/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LX03269	54980932C	18/10/2011	50100	162 * I
LX03269	54980933C	18/10/2011	51691	165
LX03269	54980934C	18/10/2011	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 211/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 211/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MGT7667	54980944C	22/11/2011	51691	165
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

SÃO CRISTÓVÃO DO SUL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 114/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 114/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MDL2222	54680373C	26/11/2010	51851	167
MFQ0389	54680374C	02/12/2010	51851	167
MFQ0389	54680375C	02/12/2010	73662	252 * VI
MFQ0389	54680376C	02/12/2010	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 115/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 115/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CGM0413	54680397C	08/02/2011	51263	164 c/c 162 * II
CGM0413	54680398C	08/02/2011	51851	167
CGM0413	54680399C	08/02/2011	50293	162 * II
LXF7613	54680400C	11/02/2011	52743	175
LXF7613	54680401C	11/02/2011	52151	170
MBW9703	54680340C	23/08/2010	70301	244 * I
MBW9703	54680341C	23/08/2010	52070	169
MBW9703	54680342C	23/08/2010	66531	230 * XI
MBW9703	54680343C	23/08/2010	65992	230 * V
MBW9703	54680344C	23/08/2010	65800	230 * IV
MBW9703	54680345C	23/08/2010	66371	230 * IX
MEN8146	54680389C	05/02/2011	57380	186 * II
MEN8146	54680391C	05/02/2011	70303	244 * I
MEV4658	54680384C	05/02/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 116/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 116/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXA8280	54680403C	23/02/2011	65992	230 * V
LXA8280	54680405C	23/02/2011	50100	162 * I
LXA8280	54680406C	23/02/2011	51180	164 c/c 162 * I
LXA8280	54680407C	23/02/2011	65800	230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8480 119/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 119/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFR4895	54680408C	26/02/2011	57380	186 * II
MFR4895	54680409C	26/02/2011	51851	167
MFR4895	54680410C	26/02/2011	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 122/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 122/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCR4726	54680447C	26/08/2011	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 123/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 123/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADX3951	54680449C	29/09/2011	51180	164 c/c 162 * I
ADX3951	54680450C	29/09/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8480 126/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 126/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DCC5333	54680463C	04/12/2011	51691	165
DCC5333	54680464C	04/12/2011	50100	162 * I
DCC5333	54680466C	04/12/2011	52741	175
DCC5333	54680467C	04/12/2011	50610	163 c/c 162 * I
MDW8709	54680461C	04/12/2011	51851	167

MIC8148 54680460C 04/12/2011 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

São João do Sul

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 311/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 311/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

IKM4829	55832154B	28/09/2010	69200	233
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RUDINEI CHARAO TEIXEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 312/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 312/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IFK1196 55308251D 30/09/2011 65992 230 * V
IQC7189 55832203B 19/08/2011 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RUDINEI CHARAO TEIXEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 314/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 314/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CAP0070 55832172B 06/09/2011 69200 233
IDV9773 55308101D 17/09/2011 65992 230 * V
MCJ6786 55308151D 15/09/2011 69200 233
MCQ0061 55308001D 19/09/2011 65992 230 * V
MCX8749 55308003D 19/09/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RUDINEI CHARAO TEIXEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 315/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 315/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ICY3178 55308104D 26/09/2011 69200 233
IMH2675 55308051D 26/09/2011 69200 233
MDJ9777 55308052D 26/09/2011 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RUDINEI CHARAO TEIXEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 316/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 316/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHS8925 55308206D 25/10/2011 50450 162 * v

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RUDINEI CHARAO TEIXEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 318/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 318/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAC2796 55308203D 03/10/2011 73662 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RUDINEI CHARAO TEIXEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 321/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 321/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHC3756	55308252D	30/10/2011	70561	244 * III
MHC3756	55308253D	30/10/2011	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RUDINEI CHARAO TEIXEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 324/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 324/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDX5856	55308303D	13/11/2011	50100	162 * I
MFT1464	55308301D	13/11/2011	50100	162 * I
MFT1464	55308302D	13/11/2011	51180	164 c/c 162 * I
MGK3473	55308255D	05/11/2011	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RUDINEI CHARAO TEIXEIRA
DELEGADO DE POLICIA

São Lourenço do Oeste**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 806/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LOURENCO D'OESTE - 283330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8116 806/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZE6470	55779620C	05/11/2012	57200	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JUCIMAR JOSE GARBIN
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 810/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LOURENCO D'OESTE - 283330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 810/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
APA5658	55779308C	10/11/2012	52583	174
APA5658	55779307C	10/11/2012	52400	173
MBI0762	55780374C	14/11/2012	51851	167
MEB8208	55780086C	29/10/2012	58192	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JUCIMAR JOSE GARBIN
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 817/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LOURENCO D'OESTE - 283330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8116 817/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AE2236	55780606C	08/11/2012	54522	181 * VIII
MEB8208	55779230C	15/11/2012	60412	207
MEB8208	55780454C	15/11/2012	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JUCIMAR JOSE GARBIN
AUTORIDADE DE TRANSITO

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 66/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 66/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBH2918	54832648C	26/02/2011	66531	230 * XI
MBH2918	54832648C	26/02/2011	58350	195
MBH2918	54832649C	26/02/2011	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 67/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 67/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFH1101	54832487C	12/03/2011	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 68/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 68/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYT3503	54832489C	01/04/2011	50100	162 * I
MEA8367	54832683C	03/04/2011	55500	181 * XVIII
MEC2401	54832682C	03/04/2011	55500	181 * XVIII
MJF2240	54832688C	03/04/2011	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 69/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 69/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIR0555	54832490C	17/04/2011	50100	162 * I
MIR0555	54832490C	17/04/2011	65992	230 * V
MIR0555	54832490C	17/04/2011	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 71/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 71/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFC2087	54832676C	03/04/2011	54870	181 * XI
LKJ0459	54832685C	03/04/2011	55500	181 * XVIII
MAT0313	54832621C	31/10/2010	57380	186 * II
MBW7153	54832645C	18/11/2010	50610	163 c/c 162 * I
MBW7153	54832636C	18/11/2010	50100	162 * I
MBW7153	54832644C	18/11/2010	70482	244 * II
MDM5654	54832687C	03/04/2011	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 73/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 73/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFT0283	54832495C	20/06/2011	50100	162 * I
MFT0283	54832495C	20/06/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 74/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 74/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFS1720 54832655C 01/07/2011 70481 244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 75/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 75/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHV9526 54832658C 17/07/2011 54521 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 76/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 76/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGH3453 54832472C 10/07/2011 60681 209

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 77/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 77/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

HCG6944	54832493C	20/06/2011	50100	162	*	I
HCG6944	54832494C	20/06/2011	66372	230	*	IX
MBF8742	54832474C	09/08/2011	55415	181	*	XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 78/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 78/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEP4279	54832692C	12/08/2011	50100	162	*	I
---------	-----------	------------	-------	-----	---	---

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 79/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 79/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BEL1377 54832473C 04/08/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 80/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 80/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFI1973 54832520C 14/08/2011 66020 230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 81/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 81/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAX3702 54832496C 16/09/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 83/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 83/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MID6257 54832498C 18/09/2011 55500 181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 84/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 84/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGY1108 54832696C 18/09/2011 60760 210
MHP8163 54832557C 18/09/2011 55500 181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 85/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 85/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGR8797	54832669C	02/11/2011	55411	181 * XVII
AIW7494	54832543C	14/10/2011	65992	230 * V
AIW7494	54832543C	14/10/2011	69120	232
MHI2675	54832500C	14/10/2011	50100	162 * I
MHI2675	54832544C	14/10/2011	65563	230 * I
MHI2675	54832500C	14/10/2011	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 86/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 86/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

JQS8261 54832673C 02/11/2011 55411 181 * XVII
LYD3268 54832668C 02/11/2011 54521 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 87/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 87/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXQ7933 54832699C 27/10/2011 73662 252 * VI
LYT3503 54832548C 18/10/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 88/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 88/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZV8262 54832665C 02/11/2011 57380 186 * II
MDY6345 54832667C 02/11/2011 55411 181 * XVII
MFN5134 54832578C 04/11/2011 70481 244 * II
MFN5134 54832578C 04/11/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

SEARA**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 511/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 511/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

 Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJV4486	8695009085	15/05/2011	74550	218 * I
BOV6833	8695009070	12/05/2011	74550	218 * I
CCL3465	8695009240	25/05/2011	74630	218 * II
CZZ7709	8695009045	07/05/2011	74550	218 * I
DFH1525	8695009474	05/06/2011	74550	218 * I
DFH1525	8695009485	05/06/2011	74550	218 * I
DMR5512	8695009526	08/06/2011	74550	218 * I
GZP8909	8695009116	17/05/2011	74550	218 * I
IBM9114	8695009452	04/06/2011	74550	218 * I
IKW1970	8695009132	17/05/2011	74630	218 * II
ILB5674	8695009484	05/06/2011	74550	218 * I
IPE4892	8695009238	23/05/2011	74550	218 * I
LXO3710	8695009086	15/05/2011	74550	218 * I
LXP9364	8695009504	05/06/2011	74550	218 * I
LZH1310	8695009314	30/05/2011	74630	218 * II
LZT2118	8695009487	06/06/2011	74550	218 * I
LZT9992	8695009167	13/05/2011	74550	218 * I
MAA9783	8695009516	05/06/2011	74550	218 * I
MAM2318	8695008879	02/05/2011	74550	218 * I
MAZ3801	8695009128	13/05/2011	74630	218 * II
MBZ1280	8695009175	18/05/2011	74550	218 * I
MCB3742	8695009095	18/05/2011	74550	218 * I
MDD2905	8695009191	20/05/2011	74550	218 * I
MDN4104	8695009461	07/06/2011	74550	218 * I
MDR1229	8695008749	23/04/2011	74550	218 * I
MDZ1044	8695009458	07/06/2011	74550	218 * I
MEQ7296	8695009453	04/06/2011	74550	218 * I
MES8737	8695009166	11/05/2011	74550	218 * I
MFG0697	8695009545	07/06/2011	74550	218 * I
MFN7267	8695008767	27/04/2011	74630	218 * II
MGC1516	8695009481	09/06/2011	74550	218 * I
MGD5771	8695009276	19/05/2011	74630	218 * II
MGS9226	8695009464	09/06/2011	74550	218 * I
MGS9226	8695009478	09/06/2011	74550	218 * I
MGY1687	8695009515	05/06/2011	74550	218 * I
MHB0335	8695009141	16/05/2011	74550	218 * I
MHE2916	8695008888	05/05/2011	74550	218 * I
MHK2461	8695009260	22/05/2011	74550	218 * I

MIC2611	8695009199	22/05/2011	74550	218	*	I
MIS3031	8695009179	14/05/2011	74550	218	*	I
MIS9609	8695009150	15/05/2011	74710	218	*	III
MIU5499	8695009102	13/05/2011	74550	218	*	I
MXQ8129	8695009460	07/06/2011	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 513/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 513/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AFX6117	8695009271	24/05/2011	74550	218 * I
AHP9269	8695009646	12/06/2011	74550	218 * I
ARV2525	8695009234	21/05/2011	74630	218 * II
CII6840	8695009616	11/06/2011	74550	218 * I
CSR7540	8695009226	21/05/2011	74550	218 * I
CXQ0720	8695009577	15/06/2011	74550	218 * I
GZT2585	8695009274	21/05/2011	74550	218 * I
HAN4247	8695009311	29/05/2011	74550	218 * I
IKX0596	8695009608	13/06/2011	74550	218 * I
KMY6844	8695009362	02/06/2011	74550	218 * I
LXF1616	8695009235	22/05/2011	74550	218 * I
LXV2548	8695009392	27/05/2011	74550	218 * I
LYI2948	8695009599	13/06/2011	74550	218 * I
MAU5072	8695009304	28/05/2011	74550	218 * I
MBE7627	8695009345	29/05/2011	74550	218 * I
MCJ6265	8695009261	22/05/2011	74550	218 * I
MDD7220	8695009231	20/05/2011	74550	218 * I
MDU7726	8695009431	30/05/2011	74630	218 * II

MDV3004	8695009388	30/05/2011	74550	218	*	I
MEF7373	8695009193	20/05/2011	74630	218	*	II
MEV9955	8695009316	30/05/2011	74550	218	*	I
MFC9407	8695009211	22/05/2011	74550	218	*	I
MFS2689	8695009490	06/06/2011	74550	218	*	I
MGB6952	8695009373	29/05/2011	74550	218	*	I
MGC0302	8695009630	15/06/2011	74550	218	*	I
MGC1516	8695009575	14/06/2011	74550	218	*	I
MGH0993	8695009364	25/05/2011	74550	218	*	I
MGJ8840	8695009560	10/06/2011	74550	218	*	I
MGO2450	8695009416	29/05/2011	74550	218	*	I
MHU1764	8695009430	30/05/2011	74550	218	*	I
MIF1949	8695009352	25/05/2011	74550	218	*	I
MIK4343	8695009491	06/06/2011	74550	218	*	I
MIM4042	8695009346	30/05/2011	74550	218	*	I
MIR6732	8695009604	15/06/2011	74630	218	*	II
MJE0412	8695009325	01/06/2011	74550	218	*	I
MJP7940	8695009425	31/05/2011	74550	218	*	I
MKP9119	8695009640	11/06/2011	74550	218	*	I
MMJ1908	8695009594	15/06/2011	74550	218	*	I
MUT0095	8695009610	16/06/2011	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 515/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 515/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADY6224	8695009695	18/06/2011	74630	218 * II
AGN0511	8695009686	17/06/2011	74550	218 * I

BPG4898	8695009723	18/06/2011	74550	218	*	I
DRD1465	8695009681	22/06/2011	74550	218	*	I
IUG2003	8695009370	28/05/2011	74550	218	*	I
LXL8894	8695009719	19/06/2011	74550	218	*	I
LYB7469	8695009209	19/05/2011	74550	218	*	I
LYJ7766	8695009693	23/06/2011	74550	218	*	I
LYP2688	8695009724	19/06/2011	74550	218	*	I
LZB3819	8695009720	20/06/2011	74550	218	*	I
MBM6569	8695009380	25/05/2011	74550	218	*	I
MCC1376	8695009731	17/06/2011	74550	218	*	I
MCK2826	8695009410	26/05/2011	74550	218	*	I
MCL2350	8695009680	22/06/2011	74550	218	*	I
MCQ0986	8695009662	21/06/2011	74550	218	*	I
MDA4013	8695009728	19/06/2011	74550	218	*	I
MDE0286	8695009299	27/05/2011	74550	218	*	I
MDI5264	8695009658	20/06/2011	74550	218	*	I
MDI5264	8695009691	20/06/2011	74630	218	*	II
MDN6606	8695009243	21/05/2011	74550	218	*	I
MED0329	8695009667	23/06/2011	74550	218	*	I
MGC0874	8695009671	23/06/2011	74550	218	*	I
MGK5935	8695009413	29/05/2011	74550	218	*	I
MGU7856	8695009664	22/06/2011	74550	218	*	I
MHZ7381	8695009756	29/06/2011	74550	218	*	I
MII4985	8695009414	29/05/2011	74550	218	*	I
MIP2152	8695009670	23/06/2011	74550	218	*	I
MIW8049	8695009685	22/06/2011	74550	218	*	I
MJG6579	8695009434	26/05/2011	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 516/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 516/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJX3969	8695009795	26/06/2011	74550	218 * I
DQT4226	8695009790	28/06/2011	74550	218 * I
LXX2847	8695007695	05/02/2011	74710	218 * III
MCC7095	8695009468	03/06/2011	74550	218 * I
MCP0311	8695009740	24/06/2011	74550	218 * I
MHD3819	8695009755	29/06/2011	74550	218 * I
MIE3429	8695009774	28/06/2011	74550	218 * I
NLH2624	8695009761	24/06/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 517/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 517/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADG6692	8695009564	12/06/2011	74550	218 * I
AFZ2724	8695009517	06/06/2011	74550	218 * I
CEZ4658	8695009611	12/06/2011	74550	218 * I
CYB9820	8695009869	04/07/2011	74550	218 * I
DIP2932	8695009581	16/06/2011	74550	218 * I
EMF4680	8695007881	18/02/2011	74550	218 * I
HTX0131	8695009870	06/07/2011	74550	218 * I
IDN8449	8695009690	19/06/2011	74550	218 * I
INB7059	8695009588	13/06/2011	74550	218 * I
INF8766	8695009634	12/06/2011	74630	218 * II
INO0824	8695009486	05/06/2011	74550	218 * I
LXR3789	8695009448	04/06/2011	74550	218 * I

LYG8807	8695009784	26/06/2011	74550	218	*	I
LYR2783	8695009561	11/06/2011	74550	218	*	I
LYR9786	8695009595	16/06/2011	74550	218	*	I
LZD9327	8695009676	19/06/2011	74550	218	*	I
MAB8234	8695009657	19/06/2011	74550	218	*	I
MAN3997	8695009832	02/07/2011	74550	218	*	I
MBB7570	8695009709	17/06/2011	74550	218	*	I
MBN8557	8695009527	09/06/2011	74630	218	*	II
MBX9497	8695009701	18/06/2011	74550	218	*	I
MCA9142	8695009498	06/06/2011	74550	218	*	I
MCE3049	8695009750	26/06/2011	74550	218	*	I
MDD1923	8695009827	05/07/2011	74630	218	*	II
MDD2905	8695009499	03/06/2011	74550	218	*	I
MDW5256	8695009638	09/06/2011	74630	218	*	II
MER2290	8695009635	14/06/2011	74550	218	*	I
MFF0625	8695009843	07/07/2011	74550	218	*	I
MFO4743	8695009637	15/06/2011	74550	218	*	I
MFZ4816	8695009830	06/07/2011	74550	218	*	I
MGF6669	8695009475	05/06/2011	74550	218	*	I
MHC9267	8695009528	04/06/2011	74550	218	*	I
MHM1341	8695009804	01/07/2011	74710	218	*	III
MHU4661	8695009553	04/06/2011	74630	218	*	II
MHV1953	8695009549	06/06/2011	74550	218	*	I
MHV1953	8695009647	12/06/2011	74550	218	*	I
MIN2281	8695009534	08/06/2011	74550	218	*	I
MIR1451	8695009631	12/06/2011	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 519/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 519/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACA0471	8695009752	26/06/2011	74630	218 * II
AES3366	8695009931	10/07/2011	74550	218 * I
AKS8370	8695009958	09/07/2011	74550	218 * I
AME5826	8695009694	17/06/2011	74550	218 * I
BMB6833	8695009713	19/06/2011	74550	218 * I
CEL9673	8695009712	23/06/2011	74550	218 * I
DNB5762	8695009933	10/07/2011	74550	218 * I
GTO9320	8695009908	09/07/2011	74550	218 * I
IHL2457	8695009621	12/06/2011	74550	218 * I
LXD0918	8695009945	10/07/2011	74550	218 * I
LXU4648	8695009954	13/07/2011	74550	218 * I
LYJ7766	8695009964	09/07/2011	74550	218 * I
LYQ9004	8695009891	10/07/2011	74630	218 * II
LZW7065	8695009946	09/07/2011	74550	218 * I
MAI6914	8695009665	22/06/2011	74550	218 * I
MAU9122	8695009916	09/07/2011	74550	218 * I
MAY5922	8695009943	13/07/2011	74550	218 * I
MBB4620	8695009890	10/07/2011	74550	218 * I
MDE9237	8695009910	11/07/2011	74550	218 * I
MDX9174	8695009915	08/07/2011	74550	218 * I
MEK4498	8695009682	22/06/2011	74550	218 * I
MIA2303	8695009886	10/07/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 521/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 521/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

CEH0452	8695009993	16/07/2011	74630	218 * II
FXK7700	8695010023	16/07/2011	74550	218 * I
LXO3649	8695009748	26/06/2011	74550	218 * I
LXR2423	8695009788	25/06/2011	74550	218 * I
LYV2850	8695009841	03/07/2011	74550	218 * I
MAW5276	8695009762	24/06/2011	74550	218 * I
MBJ0491	8695009857	06/07/2011	74550	218 * I
MBR8517	8695009861	02/07/2011	74550	218 * I
MBU1299	8695009799	28/06/2011	74550	218 * I
MCO4219	8695009834	02/07/2011	74550	218 * I
MDL9050	8695009737	24/06/2011	74550	218 * I
MET6694	8695009753	28/06/2011	74550	218 * I
MFO5469	8695010016	18/07/2011	74550	218 * I
MFS6156	8695009792	30/06/2011	74550	218 * I
MHJ6184	8695010017	19/07/2011	74550	218 * I
MHO5535	8695009780	26/06/2011	74550	218 * I
MHY0421	8695009744	25/06/2011	74630	218 * II
MID5320	8695009666	22/06/2011	74550	218 * I
MIX2369	8695010007	17/07/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 523/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 523/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ALL0555	8695010042	16/07/2011	74550	218 * I
AVP1002	8695010021	15/07/2011	74550	218 * I

BQT1171	8695010009	19/07/2011	74550	218	*	I
CDU2053	8695009968	14/07/2011	74550	218	*	I
MAU4640	8695009998	19/07/2011	74630	218	*	II
MBI0909	8695009800	01/07/2011	74550	218	*	I
MBN6068	8695009847	02/07/2011	74550	218	*	I
MCK9666	8695009855	03/07/2011	74550	218	*	I
MCR4088	8695009996	19/07/2011	74550	218	*	I
MDW1998	8695009842	06/07/2011	74550	218	*	I
MGL8854	8695010024	17/07/2011	74550	218	*	I
MGU3813	8695009849	03/07/2011	74550	218	*	I
MHN4225	8695010049	19/07/2011	74550	218	*	I
MHZ1204	8695010014	18/07/2011	74550	218	*	I
MIK9531	8695009980	18/07/2011	74550	218	*	I
MIZ4769	8695009859	04/07/2011	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 525/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 525/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ILY4629	8695010030	19/07/2011	74550	218 * I
MFN5849	8695009952	10/07/2011	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 527/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 527/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABK9330	8695010135	25/07/2011	74550	218 * I
ADE6181	8695010356	06/08/2011	74550	218 * I
AFT9225	8695010360	10/08/2011	74550	218 * I
AHL7143	8695010177	26/07/2011	74550	218 * I
AHY9791	8695010373	07/08/2011	74550	218 * I
AJO7623	8695009914	13/07/2011	74550	218 * I
AKL6307	8695010088	27/07/2011	74550	218 * I
ARA8593	8695010163	27/07/2011	74550	218 * I
BAO0049	8695010242	31/07/2011	74630	218 * II
CIV3637	8695010286	06/08/2011	74550	218 * I
CYZ4072	8695010234	30/07/2011	74630	218 * II
DFH1525	8695010152	22/07/2011	74550	218 * I
DRD6798	8695010160	25/07/2011	74550	218 * I
GTX0975	8695010331	09/08/2011	74630	218 * II
HPI8741	8695009962	11/07/2011	74550	218 * I
ICL7794	8695010299	09/08/2011	74550	218 * I
IFI4754	8695010260	01/08/2011	74550	218 * I
IMG7649	8695010343	11/08/2011	74550	218 * I
INB5970	8695010182	24/07/2011	74550	218 * I
JMT1308	8695010390	07/08/2011	74550	218 * I
JQZ5221	8695010384	09/08/2011	74550	218 * I
LXK7549	8695010223	30/07/2011	74550	218 * I
LYN5889	8695010309	11/08/2011	74550	218 * I
LYQ5444	8695009596	10/06/2011	74550	218 * I
LZE2772	8695010180	23/07/2011	74550	218 * I
LZF2210	8695010168	27/07/2011	74550	218 * I
MAA1685	8695010116	23/07/2011	74550	218 * I
MAA1685	8695010139	23/07/2011	74550	218 * I
MAB5643	8695010281	29/07/2011	74550	218 * I
MAW9513	8695003787	15/05/2010	74550	218 * I

MAY9168	8695009949	11/07/2011	74550	218	*	I
MBS2952	8695010146	25/07/2011	74550	218	*	I
MDJ2755	8695010149	27/07/2011	74550	218	*	I
MDS6428	8695010131	23/07/2011	74550	218	*	I
MDT8933	8695009942	12/07/2011	74550	218	*	I
MEM3968	8695010359	09/08/2011	74550	218	*	I
MEN2223	8695010059	22/07/2011	74550	218	*	I
MFE5837	8695010119	25/07/2011	74710	218	*	III
MFE5837	8695010108	25/07/2011	74710	218	*	III
MFK0165	8695010271	03/08/2011	74550	218	*	I
MFO7190	8695010295	08/08/2011	74550	218	*	I
MFS1856	8695010164	23/07/2011	74550	218	*	I
MGK4295	8695010376	08/08/2011	74550	218	*	I
MGM9849	8695010198	28/07/2011	74550	218	*	I
MGP0559	8695010158	24/07/2011	74550	218	*	I
MGP5195	8695010382	09/08/2011	74710	218	*	III
MGV0525	8695010085	26/07/2011	74550	218	*	I
MHV8766	8695010127	22/07/2011	74550	218	*	I
MHW1173	8695010114	27/07/2011	74550	218	*	I
MIC9313	8695010162	26/07/2011	74550	218	*	I
MJG5779	8695010209	01/08/2011	74630	218	*	II
MJJ4032	8695010052	18/07/2011	74550	218	*	I
MJT5739	8695009941	12/07/2011	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 529/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 529/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento

AGP1573	8695010318	06/08/2011	74550	218	*	I
AMP0885	8695009967	14/07/2011	74550	218	*	I
AOA8779	8695010300	09/08/2011	74630	218	*	II
JYQ9060	8695010027	18/07/2011	74550	218	*	I
MEW7910	8695010391	08/08/2011	74630	218	*	II
MHJ5067	8695010277	30/07/2011	74550	218	*	I
MJL8259	8695010053	14/07/2011	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 531/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 531/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AKS0859	8695010084	26/07/2011	74550	218	*	I
CGC6471	8695010497	20/08/2011	74630	218	*	II
COI7902	8695010063	23/07/2011	74550	218	*	I
DWO0090	8695010549	19/08/2011	74550	218	*	I
IHU2240	8695005576	24/09/2010	74630	218	*	II
ILW2468	8695010188	23/07/2011	74550	218	*	I
JGM3630	8695010120	25/07/2011	74550	218	*	I
MAU5785	8695010078	25/07/2011	74550	218	*	I
MDM4783	8695006027	26/10/2010	74550	218	*	I
MDR7807	8695010189	23/07/2011	74550	218	*	I
MDU1337	8695010406	15/08/2011	74550	218	*	I
MEJ4508	8695010547	23/08/2011	74550	218	*	I
MEP1361	8695010285	06/08/2011	74550	218	*	I
MGH0256	8695010142	23/07/2011	74550	218	*	I
MGU8338	8695010105	24/07/2011	74550	218	*	I
MHX9621	8695010159	25/07/2011	74550	218	*	I

MIS3031 8695010193 25/07/2011 74550 218 * I
 MJA0431 8695010121 26/07/2011 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
 AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 533/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 533/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AAG4668	8695010214	02/08/2011	74550	218 * I
ABQ5506	8695010026	17/07/2011	74550	218 * I
AJV6872	8695010227	02/08/2011	74550	218 * I
AMM6458	8695010269	02/08/2011	74550	218 * I
BJP4141	8695010178	27/07/2011	74550	218 * I
CKV9788	8695010161	25/07/2011	74550	218 * I
CUW1111	8695010060	22/07/2011	74550	218 * I
DAP6306	8695010467	14/08/2011	74630	218 * II
FAC2406	8695010077	25/07/2011	74550	218 * I
HCI9572	8695010451	15/08/2011	74550	218 * I
HPC7739	8695010028	18/07/2011	74550	218 * I
IFP2507	8695010220	30/07/2011	74550	218 * I
ILO2108	8695010521	22/08/2011	74550	218 * I
ILW2468	8695010230	28/07/2011	74550	218 * I
LXC4820	8695010419	14/08/2011	74550	218 * I
LXD2576	8695010262	28/07/2011	74550	218 * I
LYL7621	8695010483	14/08/2011	74550	218 * I
LYX3219	8695010179	24/07/2011	74550	218 * I
LZI7886	8695010287	07/08/2011	74550	218 * I
MAK1164	8695010502	21/08/2011	74550	218 * I
MAO5360	8695010434	11/08/2011	74550	218 * I

MAU1837	8695010197	28/07/2011	74550	218	*	I
MCF0760	8695010258	30/07/2011	74550	218	*	I
MDD1242	8695010187	22/07/2011	74630	218	*	II
MDD4338	8695010534	21/08/2011	74550	218	*	I
MDG4222	8695010378	04/08/2011	74550	218	*	I
MDQ2011	8695010479	15/08/2011	74550	218	*	I
MDT9156	8695010460	14/08/2011	74550	218	*	I
MEL1769	8695010218	29/07/2011	74550	218	*	I
MFQ6439	8695010476	11/08/2011	74550	218	*	I
MFT4720	8695010112	27/07/2011	74550	218	*	I
MGU8338	8695010206	31/07/2011	74550	218	*	I
MGU8338	8695010263	29/07/2011	74550	218	*	I
MGU8338	8695010244	03/08/2011	74550	218	*	I
MGW2642	8695010192	24/07/2011	74550	218	*	I
MHX8798	8695010141	23/07/2011	74550	218	*	I
MIQ6193	8695010420	14/08/2011	74550	218	*	I
MIQ6193	8695010466	14/08/2011	74550	218	*	I
MIQ6193	8695010454	14/08/2011	74630	218	*	II
MJT5739	8695010111	27/07/2011	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 535/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 535/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKF5432	8695010257	28/07/2011	74550	218 * I
ASP6161	8695010322	06/08/2011	74550	218 * I
CKN9981	8695010232	30/07/2011	74550	218 * I
DSJ2319	8695010255	01/08/2011	74630	218 * II

ICA4375	8695010326	07/08/2011	74630	218	*	II
LAE9604	8695010325	07/08/2011	74550	218	*	I
LYW7627	8695010225	02/08/2011	74550	218	*	I
LZD3876	8695010851	03/09/2011	74550	218	*	I
MBI9687	8695010327	07/08/2011	74630	218	*	II
MCV0637	8695010321	06/08/2011	74630	218	*	II
MDI5264	8695010707	05/09/2011	74550	218	*	I
MFB4541	8695010357	07/08/2011	74550	218	*	I
MHV2788	8695010312	03/08/2011	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 537/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 537/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJF1426	8695007377	18/01/2011	74630	218 * II
DKD0094	8695010519	21/08/2011	74550	218 * I
LXC7301	8695010469	14/08/2011	74630	218 * II
LXY1825	8695010501	20/08/2011	74550	218 * I
MES2359	8695010427	15/08/2011	74550	218 * I
MGI9007	8695010444	15/08/2011	74550	218 * I
MGX2288	8695010500	20/08/2011	74550	218 * I
MHN3651	8695010440	16/08/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 538/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 538/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACM4597	8695010514	19/08/2011	74550	218 * I
AGM3651	8695010542	24/08/2011	74550	218 * I
AQI2617	8695010862	09/09/2011	74550	218 * I
BTS6736	8695010429	12/08/2011	74550	218 * I
DFO6152	8695010539	22/08/2011	74630	218 * II
ILI2328	8695010408	16/08/2011	74550	218 * I
KLA3992	8695010488	15/08/2011	74550	218 * I
LXA5045	8695010395	12/08/2011	74550	218 * I
LYH3111	8695010430	14/08/2011	74550	218 * I
LYI9318	8695010652	29/08/2011	74550	218 * I
LZY4070	8695010856	07/09/2011	74550	218 * I
MAC0034	8695010453	13/08/2011	74550	218 * I
MAH5159	8695010423	16/08/2011	74550	218 * I
MAP6159	8695010760	03/09/2011	74550	218 * I
MCS5836	8695010940	11/09/2011	74550	218 * I
MFI7267	8695010562	18/08/2011	74550	218 * I
MFO8304	8695010446	17/08/2011	74550	218 * I
MGC1810	8695010845	02/09/2011	74550	218 * I
MGS2987	8695010426	13/08/2011	74550	218 * I
MIH3941	8695010875	12/09/2011	74630	218 * II
MIH3941	8695010920	12/09/2011	74630	218 * II
MIL7103	8695010401	14/08/2011	74550	218 * I
MJA5414	8695010713	06/09/2011	74630	218 * II
MJC0415	8695010410	16/08/2011	74550	218 * I
MJK6902	8695010480	16/08/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 540/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 540/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGQ2673	8695010812	06/09/2011	74550	218 * I
AKL6307	8695011148	29/09/2011	74550	218 * I
ANZ8517	8695010921	13/09/2011	74550	218 * I
BPL2123	8695010703	04/09/2011	74630	218 * II
BVQ3088	8695011120	24/09/2011	74550	218 * I
BVQ3088	8695011080	17/09/2011	74550	218 * I
CEJ6565	8695011216	23/09/2011	74550	218 * I
CGC9599	8695010725	31/08/2011	74550	218 * I
CYZ4072	8695010792	05/09/2011	74550	218 * I
DEN6232	8695010566	21/08/2011	74550	218 * I
DWF7721	8695010975	17/09/2011	74550	218 * I
LPM1251	8695011180	24/09/2011	74550	218 * I
LXT2393	8695010717	07/09/2011	74550	218 * I
LXT6137	8695010994	19/09/2011	74550	218 * I
LXZ2978	8695011205	27/09/2011	74550	218 * I
LYH6568	8695010661	28/08/2011	74550	218 * I
LYH6568	8695010679	26/08/2011	74550	218 * I
LZG6932	8695011096	20/09/2011	74550	218 * I
MAF0559	8695011187	29/09/2011	74550	218 * I
MAG4763	8695010880	13/09/2011	74550	218 * I
MAG7416	8695003334	11/04/2010	74550	218 * I
MBF2412	8695010871	11/09/2011	74550	218 * I
MBM9220	8695010837	03/09/2011	74550	218 * I
MBP3313	8695010934	12/09/2011	74710	218 * III
MBS6129	8695010719	07/09/2011	74550	218 * I
MCO6654	8695011248	25/09/2011	74550	218 * I
MCY1839	8695010985	18/09/2011	74630	218 * II

MDU6363	8695011063	14/09/2011	74550	218	*	I
MEM8966	8695010962	11/09/2011	74550	218	*	I
MES3847	8695011163	26/09/2011	74630	218	*	II
MEV1403	8695010894	12/09/2011	74630	218	*	II
MEV2068	8695010824	03/09/2011	74550	218	*	I
MEY0226	8695010902	13/09/2011	74550	218	*	I
MFG8100	8695011092	20/09/2011	74550	218	*	I
MFP7522	8695011183	25/09/2011	74550	218	*	I
MFP7522	8695011251	25/09/2011	74550	218	*	I
MFQ7317	8695011152	21/09/2011	74630	218	*	II
MFS1887	8695010789	04/09/2011	74550	218	*	I
MGF6255	8695010709	05/09/2011	74550	218	*	I
MGI9214	8695011165	28/09/2011	74550	218	*	I
MGN4454	8695010628	24/08/2011	74630	218	*	II
MGV8689	8695010853	04/09/2011	74550	218	*	I
MHE7248	8695011170	29/09/2011	74550	218	*	I
MHL5084	8695003393	12/04/2010	74550	218	*	I
MHT4051	8695011212	27/09/2011	74550	218	*	I
MHW8474	8695010580	27/08/2011	74550	218	*	I
MHX2368	8695010735	04/09/2011	74550	218	*	I
MIB4653	8695010816	02/09/2011	74550	218	*	I
MID9546	8695010992	19/09/2011	74630	218	*	II
MII5254	8695011123	24/09/2011	74630	218	*	II
MIK0176	8695011023	17/09/2011	74550	218	*	I
MIX2054	8695010947	11/09/2011	74550	218	*	I
MIY3001	8695010855	06/09/2011	74550	218	*	I
MJA0355	8695010748	03/09/2011	74710	218	*	III
MJR9770	8695010833	07/09/2011	74550	218	*	I
MMK2030	8695011114	22/09/2011	74550	218	*	I
MWD3304	8695010673	29/08/2011	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 542/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 542/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.-----
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAA2888	8695005546	22/09/2010	74550	218 * I
AAQ4921	8695010711	06/09/2011	74550	218 * I
ABB8160	8695005516	18/09/2010	74550	218 * I
ABW1963	8695005476	16/09/2010	74550	218 * I
AES7747	8695005455	18/09/2010	74550	218 * I
AGI1997	8695011147	29/09/2011	74550	218 * I
AIA9046	8695010787	01/09/2011	74550	218 * I
AMX8529	8695005537	19/09/2010	74550	218 * I
ANH6334	8695010983	18/09/2011	74550	218 * I
APJ2028	8695005458	18/09/2010	74550	218 * I
BCN2100	8695011185	27/09/2011	74550	218 * I
BJC4066	8695010848	03/09/2011	74550	218 * I
BTQ9640	8695005459	19/09/2010	74550	218 * I
BYC0469	8695005510	22/09/2010	74550	218 * I
CBO2089	8695005464	19/09/2010	74550	218 * I
CEM3217	8695005515	18/09/2010	74550	218 * I
CFB1888	8695005483	20/09/2010	74630	218 * II
CFL7848	8695010857	08/09/2011	74550	218 * I
CHR5814	8695010641	28/08/2011	74550	218 * I
CHX6070	8695010575	26/08/2011	74630	218 * II
CLV5348	8695005520	23/09/2010	74550	218 * I
CNA7036	8695010745	08/09/2011	74550	218 * I
COP3510	8695010952	11/09/2011	74550	218 * I
CPO2540	8695005486	22/09/2010	74550	218 * I
CRB0736	8695005521	21/09/2010	74550	218 * I
CVY5046	8695005506	17/09/2010	74550	218 * I
DAV7413	8695005481	19/09/2010	74550	218 * I
DID4636	8695010782	01/09/2011	74550	218 * I
DNQ7847	8695005480	19/09/2010	74630	218 * II
DRC1947	8695005469	21/09/2010	74550	218 * I
DRD1465	8695011270	30/09/2011	74550	218 * I
DTA2001	8695011345	02/10/2011	74550	218 * I
DTC3681	8695011153	22/09/2011	74550	218 * I
DWO0090	8695010229	03/08/2011	74550	218 * I
EAE5667	8695010846	03/09/2011	74630	218 * II
GTB1248	8695011274	02/10/2011	74630	218 * II
GTB1248	8695011328	02/10/2011	74550	218 * I
HAA5532	8695005502	19/09/2010	74550	218 * I
HBD4475	8695010922	13/09/2011	74550	218 * I
HGY1400	8695011329	04/10/2011	74550	218 * I
HOT3597	8695005460	19/09/2010	74550	218 * I
HPI3924	8695005517	18/09/2010	74550	218 * I
HRF4253	8695005447	17/09/2010	74550	218 * I
IJE1771	8695010826	04/09/2011	74550	218 * I
IJR3879	8695005484	20/09/2010	74550	218 * I
INC5400	8695005523	19/09/2010	74550	218 * I
JLO1328	8695005548	17/09/2010	74550	218 * I
JMT1308	8695005495	17/09/2010	74550	218 * I
JWV7534	8695005544	17/09/2010	74550	218 * I
KZR3155	8695011211	25/09/2011	74550	218 * I
LJO2840	8695005522	17/09/2010	74550	218 * I
LSH2136	8695005541	23/09/2010	74550	218 * I
LWZ0519	8695005449	18/09/2010	74630	218 * II
LWZ3536	8695005461	19/09/2010	74550	218 * I
LXE1307	8695005450	18/09/2010	74550	218 * I
LXK7549	8695011352	30/09/2011	74550	218 * I

LXQ8972	8695010774	04/09/2011	74550	218	*	I
LXT1513	8695010579	27/08/2011	74550	218	*	I
LYD6274	8695011309	05/10/2011	74550	218	*	I
LYD6827	8695011224	28/09/2011	74550	218	*	I
LYG0358	8695011243	24/09/2011	74550	218	*	I
LYK5928	8695005477	17/09/2010	74710	218	*	III
LYK5928	8695005487	17/09/2010	74710	218	*	III
LYK5928	8695005551	18/09/2010	74630	218	*	II
LYK5928	8695005532	17/09/2010	74710	218	*	III
LYQ9885	8695005530	19/09/2010	74550	218	*	I
LXR2783	8695010590	30/08/2011	74550	218	*	I
LYW7304	8695005534	18/09/2010	74550	218	*	I
LZH4001	8695005498	19/09/2010	74550	218	*	I
LZI7441	8695005528	18/09/2010	74550	218	*	I
LZK7769	8695005490	21/09/2010	74550	218	*	I
MAG6275	8695005453	18/09/2010	74550	218	*	I
MAU4640	8695011091	20/09/2011	74550	218	*	I
MAU5785	8695010807	01/09/2011	74550	218	*	I
MAU9811	8695011227	29/09/2011	74550	218	*	I
MAX3757	8695010747	03/09/2011	74550	218	*	I
MBG2315	8695010858	04/09/2011	74550	218	*	I
MBG2987	8695010228	02/08/2011	74550	218	*	I
MBP2440	8695010375	06/08/2011	74550	218	*	I
MBP5594	8695011037	21/09/2011	74550	218	*	I
MBP5594	8695011308	03/10/2011	74550	218	*	I
MBU1299	8695010680	30/08/2011	74550	218	*	I
MBY2298	8695005496	18/09/2010	74550	218	*	I
MBZ5510	8695010844	01/09/2011	74550	218	*	I
MCA3597	8695005538	19/09/2010	74550	218	*	I
MCI0253	8695005470	22/09/2010	74550	218	*	I
MCV2327	8695011204	27/09/2011	74550	218	*	I
MCW2495	8695005519	20/09/2010	74550	218	*	I
MCW4516	8695010654	27/08/2011	74550	218	*	I
MCX2649	8695010665	28/08/2011	74630	218	*	II
MCX4066	8695005454	18/09/2010	74630	218	*	II
MCZ8996	8695005475	24/09/2010	74550	218	*	I
MDG9266	8695010417	12/08/2011	74550	218	*	I
MDL7384	8695005535	18/09/2010	74550	218	*	I
MDN1105	8695005547	23/09/2010	74550	218	*	I
MDS5386	8695005503	22/09/2010	74550	218	*	I
MDV3245	8695005555	19/09/2010	74630	218	*	II
MDV8917	8695005452	18/09/2010	74550	218	*	I
MDW4787	8695005514	17/09/2010	74550	218	*	I
MDX1673	8695005465	20/09/2010	74630	218	*	II
MEF4301	8695011326	02/10/2011	74550	218	*	I
MEF4301	8695011357	02/10/2011	74550	218	*	I
MEF4853	8695010778	06/09/2011	74550	218	*	I
MEH6327	8695005488	17/09/2010	74550	218	*	I
MEK1167	8695005499	19/09/2010	74550	218	*	I
MEL3242	8695010828	04/09/2011	74550	218	*	I
MEN1315	8695011322	01/10/2011	74550	218	*	I
MEP3183	8695005539	20/09/2010	74550	218	*	I
MES7296	8695011137	28/09/2011	74550	218	*	I
MEY8731	8695005550	17/09/2010	74550	218	*	I
MFH7024	8695005472	23/09/2010	74550	218	*	I
MFI5843	8695005505	23/09/2010	74550	218	*	I
MFM7786	8695011359	03/10/2011	74550	218	*	I
MFR4619	8695010624	29/08/2011	74550	218	*	I
MFS1863	8695005445	17/09/2010	74550	218	*	I
MFS6175	8695010600	31/08/2011	74550	218	*	I
MFS6592	8695010775	04/09/2011	74550	218	*	I
MFY9661	8695005478	17/09/2010	74550	218	*	I
MGB7426	8695005533	17/09/2010	74550	218	*	I

MGD0354	8695005491	16/09/2010	74550	218	*	I
MGE2586	8695011316	29/09/2011	74630	218	*	II
MGF1740	8695010681	30/08/2011	74550	218	*	I
MGG1129	8695005543	17/09/2010	74630	218	*	II
MGH5792	8695005485	22/09/2010	74550	218	*	I
MGI2290	8695010267	02/08/2011	74550	218	*	I
MGI8954	8695005467	20/09/2010	74550	218	*	I
MGK2309	8695011099	16/09/2011	74550	218	*	I
MGK2912	8695005508	18/09/2010	74550	218	*	I
MGK9086	8695005554	20/09/2010	74550	218	*	I
MGM8131	8695011042	16/09/2011	74550	218	*	I
MGP1725	8695011234	24/09/2011	74550	218	*	I
MGQ5470	8695005527	18/09/2010	74550	218	*	I
MGQ9227	8695011128	25/09/2011	74550	218	*	I
MGR3746	8695005451	18/09/2010	74550	218	*	I
MGR6562	8695005536	18/09/2010	74710	218	*	III
MGT9377	8695005545	18/09/2010	74550	218	*	I
MGV0413	8695005501	19/09/2010	74550	218	*	I
MGV3259	8695010746	01/09/2011	74550	218	*	I
MHB8057	8695005531	24/09/2010	74550	218	*	I
MHD7109	8695005446	17/09/2010	74630	218	*	II
MHG3513	8695010963	12/09/2011	74550	218	*	I
MHG7677	8695011258	27/09/2011	74550	218	*	I
MHJ6758	8695010982	17/09/2011	74630	218	*	II
MHJ6758	8695010629	24/08/2011	74550	218	*	I
MHK0397	8695005540	23/09/2010	74630	218	*	II
MHM0538	8695010831	05/09/2011	74550	218	*	I
MHN9682	8695005479	17/09/2010	74550	218	*	I
MHP1994	8695005457	18/09/2010	74550	218	*	I
MHT2766	8695010587	29/08/2011	74550	218	*	I
MHX6338	8695010770	03/09/2011	74630	218	*	II
MIA1432	8695011208	28/09/2011	74550	218	*	I
MID5196	8695005509	21/09/2010	74550	218	*	I
MID7115	8695005513	19/09/2010	74550	218	*	I
MIM4146	8695010638	27/08/2011	74550	218	*	I
MIR8427	8695011086	17/09/2011	74550	218	*	I
MIS2184	8695010634	27/08/2011	74550	218	*	I
MIW4721	8695011219	24/09/2011	74550	218	*	I
MIX6154	8695011327	02/10/2011	74550	218	*	I
MJB0208	8695005504	22/09/2010	74550	218	*	I
MJE7829	8695011272	01/10/2011	74550	218	*	I
MJJ1699	8695010349	06/08/2011	74550	218	*	I
MVY4016	8695010342	10/08/2011	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 544/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 544/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

 Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHO8149	8695010938	11/09/2011	74630	218 * II
AKK9746	8695010618	27/08/2011	74550	218 * I
HCI9712	8695011141	28/09/2011	74630	218 * II
ICC0375	8695010559	21/08/2011	74550	218 * I
KBA6793	8695011111	21/09/2011	74550	218 * I
LCE0019	8695010771	03/09/2011	74550	218 * I
LXR5003	8695010886	09/09/2011	74550	218 * I
LZN4788	8695010424	17/08/2011	74550	218 * I
LZW4483	8695010906	10/09/2011	74550	218 * I
MBD9568	8695011011	18/09/2011	74550	218 * I
MBF8559	8695010903	10/09/2011	74550	218 * I
MBG8151	8695010950	11/09/2011	74550	218 * I
MCT7253	8695010874	11/09/2011	74630	218 * II
MED1274	8695010470	16/08/2011	74550	218 * I
MEP2948	8695011417	08/10/2011	74550	218 * I
MEZ9015	8695010333	11/08/2011	74550	218 * I
MFO2069	8695010907	11/09/2011	74710	218 * III
MFO2069	8695011106	15/09/2011	74550	218 * I
MGG9671	8695010990	18/09/2011	74630	218 * II
MGP6503	8695010840	07/09/2011	74550	218 * I
MGR8346	8695010885	13/09/2011	74550	218 * I
MGX3750	8695010438	13/08/2011	74710	218 * III
MHE7248	8695010543	24/08/2011	74550	218 * I
MHJ5902	8695010916	10/09/2011	74550	218 * I
MHP4386	8695010818	02/09/2011	74550	218 * I
MHU6279	8695010730	02/09/2011	74710	218 * III
MIS2709	8695010621	28/08/2011	74550	218 * I
MIW6223	8695010425	12/08/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 546/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 546/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKJ6785	8695011382	06/10/2011	74550	218 * I
BIO0193	8695007715	07/02/2011	74550	218 * I
BOP6226	8695010893	11/09/2011	74550	218 * I
CHI4623	8695011252	25/09/2011	74550	218 * I
DMC4055	8695011031	15/09/2011	74550	218 * I
IHV6289	8695007834	11/02/2011	74550	218 * I
IHV6289	8695011460	08/10/2011	74550	218 * I
IJE2798	8695011105	15/09/2011	74550	218 * I
IMG8079	8695011573	15/10/2011	74550	218 * I
IMV9807	8695011572	15/10/2011	74550	218 * I
IQT4933	8695011421	11/10/2011	74550	218 * I
JKX8065	8695007829	12/02/2011	74550	218 * I
JUD3094	8695011706	20/10/2011	74550	218 * I
KBA6793	8695011145	29/09/2011	74550	218 * I
LYY5278	8695007812	14/02/2011	74550	218 * I
MBN7972	8695011176	25/09/2011	74550	218 * I
MBX9497	8695011213	21/09/2011	74550	218 * I
MCQ4655	8695011239	22/09/2011	74550	218 * I
MDU3789	8695011112	15/09/2011	74630	218 * II
MEX1702	8695011531	14/10/2011	74550	218 * I
MFC3725	8695010794	06/09/2011	74550	218 * I
MFG3556	8695007721	04/02/2011	74550	218 * I
MFL9039	8695011764	25/10/2011	74550	218 * I
MFO9336	8695011682	25/10/2011	74550	218 * I
MGP5195	8695007726	05/02/2011	74550	218 * I
MGP7086	8695011728	22/10/2011	74550	218 * I
MGR7653	8695011276	02/10/2011	74550	218 * I
MGS0074	8695011774	23/10/2011	74630	218 * II
MHA8975	8695011273	01/10/2011	74550	218 * I
MHB4111	8695011712	22/10/2011	74550	218 * I
MHX2368	8695011640	22/10/2011	74550	218 * I
MIC8482	8695011393	08/10/2011	74550	218 * I
MIS0607	8695011035	20/09/2011	74550	218 * I
MJH5782	8695011462	05/10/2011	74550	218 * I
MJL0777	8695011734	24/10/2011	74550	218 * I
MJM6569	8695011465	08/10/2011	74550	218 * I

NFL4152 8695007744 04/02/2011 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 548/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 548/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AAZ0676	8695010873	11/09/2011	74550	218 * I
AGR2586	8695011199	25/09/2011	74550	218 * I
AML0183	8695011729	22/10/2011	74550	218 * I
APR1779	8695010891	11/09/2011	74550	218 * I
APR1779	8695010915	10/09/2011	74630	218 * II
APR1779	8695010944	10/09/2011	74550	218 * I
BNL6449	8695010772	03/09/2011	74630	218 * II
BWR3576	8695011200	25/09/2011	74550	218 * I
CVA9784	8695010690	01/09/2011	74550	218 * I
DCV4073	8695010863	09/09/2011	74550	218 * I
DJQ1955	8695011174	25/09/2011	74550	218 * I
DKD4672	8695011562	18/10/2011	74550	218 * I
DKT8447	8695010765	01/09/2011	74550	218 * I
DTA2001	8695011619	18/10/2011	74550	218 * I
IAW9097	8695011747	24/10/2011	74550	218 * I
IIL0876	8695011325	02/10/2011	74630	218 * II
IJE1044	8695011761	22/10/2011	74550	218 * I
INU4905	8695010605	28/08/2011	74550	218 * I
INX0085	8695010602	27/08/2011	74550	218 * I
IOW0276	8695011129	25/09/2011	74550	218 * I
IQT4933	8695011550	19/10/2011	74550	218 * I
JGJ1045	8695010672	29/08/2011	74550	218 * I

JWK2586	8695011403	11/10/2011	74550	218	*	I
JZO9858	8695011632	21/10/2011	74630	218	*	II
LVG5670	8695011230	24/09/2011	74550	218	*	I
LWY1650	8695011536	16/10/2011	74550	218	*	I
LXA5006	8695011133	26/09/2011	74630	218	*	II
LXC4820	8695011664	22/10/2011	74550	218	*	I
LXG5957	8695011647	24/10/2011	74550	218	*	I
LXI8159	8695011310	29/09/2011	74550	218	*	I
LXL4482	8695011371	02/10/2011	74550	218	*	I
LYO7744	8695011733	24/10/2011	74550	218	*	I
LYY6370	8695011228	29/09/2011	74630	218	*	II
LZD3876	8695011590	19/10/2011	74550	218	*	I
MAK8167	8695011690	22/10/2011	74550	218	*	I
MAZ6000	8695011318	29/09/2011	74550	218	*	I
MBG2987	8695010720	08/09/2011	74550	218	*	I
MBL5343	8695011526	13/10/2011	74550	218	*	I
MBQ1362	8695011297	01/10/2011	74710	218	*	III
MBR2390	8695011136	26/09/2011	74550	218	*	I
MBT1133	8695011410	12/10/2011	74550	218	*	I
MCG4942	8695011669	25/10/2011	74550	218	*	I
MCG5695	8695011569	14/10/2011	74550	218	*	I
MCQ3389	8695011339	30/09/2011	74550	218	*	I
MCY4538	8695010418	13/08/2011	74550	218	*	I
MDX1539	8695011436	11/10/2011	74630	218	*	II
MDZ4057	8695011304	01/10/2011	74550	218	*	I
MEI6127	8695010578	27/08/2011	74630	218	*	II
MEL3274	8695010620	28/08/2011	74550	218	*	I
MEO5407	8695010699	03/09/2011	74550	218	*	I
MFA7280	8695011683	25/10/2011	74630	218	*	II
MFA8962	8695011595	16/10/2011	74550	218	*	I
MFK6391	8695011008	16/09/2011	74550	218	*	I
MFY7581	8695011015	18/09/2011	74550	218	*	I
MFZ0320	8695011013	18/09/2011	74550	218	*	I
MGD0141	8695011464	06/10/2011	74550	218	*	I
MGH6692	8695011196	22/09/2011	74550	218	*	I
MGJ1248	8695010588	29/08/2011	74550	218	*	I
MGL1219	8695010736	04/09/2011	74550	218	*	I
MGL1219	8695010754	01/09/2011	74550	218	*	I
MGX0355	8695011264	22/09/2011	74550	218	*	I
MHA4583	8695011757	21/10/2011	74550	218	*	I
MHB5079	8695011294	01/10/2011	74550	218	*	I
MHJ3728	8695011451	12/10/2011	74550	218	*	I
MHL4477	8695010910	13/09/2011	74550	218	*	I
MHP7887	8695011532	14/10/2011	74550	218	*	I
MHQ8454	8695011721	21/10/2011	74550	218	*	I
MHS4822	8695011576	16/10/2011	74550	218	*	I
MHW7584	8695010796	06/09/2011	74550	218	*	I
MHW8172	8695011254	26/09/2011	74550	218	*	I
MIA1290	8695011078	15/09/2011	74550	218	*	I
MIB3090	8695011716	23/10/2011	74550	218	*	I
MIB3115	8695011527	13/10/2011	74550	218	*	I
MIH6936	8695011260	28/09/2011	74550	218	*	I
MIL4293	8695011426	12/10/2011	74630	218	*	II
MIQ1631	8695010808	01/09/2011	74550	218	*	I
MIS2386	8695011210	29/09/2011	74550	218	*	I
MIS7865	8695010693	02/09/2011	74630	218	*	II
MIW3864	8695010820	03/09/2011	74550	218	*	I
MIX9745	8695011449	10/10/2011	74550	218	*	I
MJD9037	8695011486	09/10/2011	74550	218	*	I
MJM3020	8695011236	25/09/2011	74550	218	*	I
MLN4330	8695010966	15/09/2011	74550	218	*	I
MVB4141	8695011541	17/10/2011	74710	218	*	III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 550/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 550/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AII1824	8695011840	02/11/2011	74550	218 * I
AJB0067	8695010932	11/09/2011	74550	218 * I
AKG4072	8695012058	06/11/2011	74550	218 * I
AMD8579	8695011453	06/10/2011	74550	218 * I
AMG9059	8695011362	04/10/2011	74550	218 * I
APJ7590	8695012136	15/11/2011	74550	218 * I
BRP1803	8695011425	12/10/2011	74550	218 * I
BZW4790	8695010649	26/08/2011	74550	218 * I
CIP7070	8695012115	13/11/2011	74550	218 * I
CNA7036	8695011461	05/10/2011	74550	218 * I
CVT0164	8695012157	14/11/2011	74550	218 * I
DMB2122	8695012144	10/11/2011	74550	218 * I
DQI7205	8695012205	17/11/2011	74550	218 * I
ENJ1453	8695012011	05/11/2011	74630	218 * II
ENJ1453	8695011969	05/11/2011	74550	218 * I
ENJ1453	8695011978	05/11/2011	74550	218 * I
GOK4337	8695011820	02/11/2011	74550	218 * I
GZV5875	8695011794	03/11/2011	74550	218 * I
HJE5569	8695011441	07/10/2011	74550	218 * I
HTD6840	8695011984	08/11/2011	74550	218 * I
ICQ8132	8695011390	07/10/2011	74550	218 * I
IFG5142	8695011396	08/10/2011	74550	218 * I
IIS7583	8695011433	09/10/2011	74630	218 * II
IMV0872	8695011985	08/11/2011	74550	218 * I

LXB2751	8695011397	09/10/2011	74550	218	*	I
LXB3158	8695011837	02/11/2011	74550	218	*	I
LXI2754	8695011456	09/10/2011	74550	218	*	I
LXV1305	8695012036	09/11/2011	74630	218	*	II
LYJ9882	8695011942	05/11/2011	74550	218	*	I
LZZ6619	8695011802	29/10/2011	74550	218	*	I
MAI6914	8695011424	12/10/2011	74550	218	*	I
MAU7183	8695011819	02/11/2011	74630	218	*	II
MAX2043	8695011003	21/09/2011	74550	218	*	I
MBF9053	8695011363	04/10/2011	74550	218	*	I
MCD9195	8695012155	12/11/2011	74550	218	*	I
MCF6675	8695010682	31/08/2011	74550	218	*	I
MCG1546	8695011778	31/10/2011	74550	218	*	I
MCQ0444	8695010728	01/09/2011	74630	218	*	II
MDI5264	8695012133	14/11/2011	74630	218	*	II
MDK8382	8695011429	08/10/2011	74550	218	*	I
MEH6700	8695011777	31/10/2011	74550	218	*	I
MFZ3864	8695011957	08/11/2011	74550	218	*	I
MGR8843	8695011405	11/10/2011	74710	218	*	III
MGV5927	8695010773	04/09/2011	74550	218	*	I
MGZ7557	8695012199	15/11/2011	74630	218	*	II
MHA5932	8695011281	04/10/2011	74550	218	*	I
MHB5236	8695011188	29/09/2011	74550	218	*	I
MHG0327	8695011930	29/10/2011	74550	218	*	I
MHX9387	8695011845	03/11/2011	74550	218	*	I
MIA1432	8695012088	14/11/2011	74550	218	*	I
MIA9570	8695011373	30/09/2011	74550	218	*	I
MIB6533	8695011890	02/11/2011	74550	218	*	I
MIF8612	8695011823	28/10/2011	74550	218	*	I
MII9636	8695011973	06/11/2011	74550	218	*	I
MIR8427	8695012018	06/11/2011	74630	218	*	II
MIZ8891	8695012009	09/11/2011	74630	218	*	II
MJF8639	8695010759	03/09/2011	74550	218	*	I
MJT1519	8695012066	09/11/2011	74550	218	*	I
MMJ3170	8695012210	14/11/2011	74550	218	*	I
MUW2916	8695012086	13/11/2011	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 552/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 552/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHK7625	8695011874	27/10/2011	74550	218 * I
AI16793	8695011745	23/10/2011	74550	218 * I
AJI1182	8695011775	23/10/2011	74550	218 * I
APF8300	8695011648	25/10/2011	74550	218 * I
APR1779	8695011744	23/10/2011	74550	218 * I
ASS9997	8695011839	02/11/2011	74550	218 * I
CMA0752	8695012041	05/11/2011	74550	218 * I
CVL7705	8695012195	12/11/2011	74630	218 * II
DGV1895	8695011826	28/10/2011	74550	218 * I
DTA2001	8695011900	29/10/2011	74550	218 * I
IDJ4891	8695011678	21/10/2011	74550	218 * I
IIL7185	8695012112	12/11/2011	74550	218 * I
KEW8578	8695012104	15/11/2011	74550	218 * I
KRJ6342	8695011804	30/10/2011	74550	218 * I
LXH7815	8695011616	19/10/2011	74550	218 * I
LXI2318	8695011557	16/10/2011	74550	218 * I
LXK3880	8695011710	21/10/2011	74550	218 * I
LXS7267	8695011516	16/10/2011	74550	218 * I
LXS8720	8695012109	11/11/2011	74550	218 * I
LYL5635	8695011641	23/10/2011	74550	218 * I
LYN5472	8695011637	21/10/2011	74550	218 * I
LYN9677	8695011772	22/10/2011	74550	218 * I
LYR5315	8695011594	16/10/2011	74550	218 * I
LZE0121	8695011860	02/11/2011	74550	218 * I
LZT2118	8695011617	12/10/2011	74550	218 * I
MAE9047	8695012091	15/11/2011	74550	218 * I
MAI9603	8695011428	07/10/2011	74630	218 * II
MAI9603	8695011380	05/10/2011	74550	218 * I
MAO1695	8695011877	28/10/2011	74550	218 * I
MBB7301	8695012162	17/11/2011	74550	218 * I
MBJ1309	8695011892	30/10/2011	74630	218 * II
MBM9398	8695011835	01/11/2011	74550	218 * I
MBP1184	8695011533	15/10/2011	74630	218 * II
MBX9497	8695011740	21/10/2011	74550	218 * I
MCO8956	8695011787	01/11/2011	74550	218 * I
MCR3386	8695012168	12/11/2011	74550	218 * I
MDF1811	8695011419	10/10/2011	74550	218 * I
MDO5073	8695012067	09/11/2011	74550	218 * I
MDQ5495	8695011475	11/10/2011	74550	218 * I
MDT4449	8695011688	21/10/2011	74550	218 * I
MEB9286	8695011624	17/10/2011	74550	218 * I
MFH9914	8695011902	28/10/2011	74550	218 * I
MFO9681	8695012004	08/11/2011	74550	218 * I
MFO9681	8695012020	08/11/2011	74550	218 * I
MFP4173	8695011843	03/11/2011	74550	218 * I
MFS9216	8695011709	21/10/2011	74550	218 * I
MGC7656	8695011694	23/10/2011	74550	218 * I
MGH7309	8695012080	12/11/2011	74550	218 * I
MGR1697	8695011561	18/10/2011	74550	218 * I
MHA4583	8695012106	17/11/2011	74550	218 * I

MHC9567	8695011988	08/11/2011	74550	218	*	I
MHY4116	8695012116	14/11/2011	74550	218	*	I
MHZ6018	8695011392	08/10/2011	74550	218	*	I
MIF1762	8695011589	19/10/2011	74550	218	*	I
MIF8711	8695011539	17/10/2011	74630	218	*	II
MIL4293	8695011503	12/10/2011	74630	218	*	II
MIN6600	8695011982	07/11/2011	74550	218	*	I
MIY2622	8695011943	05/11/2011	74550	218	*	I
MJC0415	8695011592	18/10/2011	74550	218	*	I
NGN2291	8695011044	17/09/2011	74630	218	*	II
NGX9595	8695011639	22/10/2011	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 554/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 554/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DFO6152	8695011693	22/10/2011	74550	218 * I
DGE1584	8695011511	14/10/2011	74550	218 * I
JOB4174	8695012028	05/11/2011	74550	218 * I
MAJ6280	8695012218	18/11/2011	74550	218 * I
MAO9335	8695011771	22/10/2011	74550	218 * I
MAX0761	8695012222	20/11/2011	74550	218 * I
MCB7395	8695012258	18/11/2011	74550	218 * I
MCN7603	8695012284	18/11/2011	74550	218 * I
MDE7640	8695011770	20/10/2011	74550	218 * I
MDQ5495	8695011521	17/10/2011	74630	218 * II
MEJ5826	8695012346	20/11/2011	74550	218 * I
MEL3274	8695011730	23/10/2011	74550	218 * I

MEQ5773	8695011554	15/10/2011	74550	218	*	I
MFH9371	8695011574	16/10/2011	74630	218	*	II
MF13960	8695012048	03/11/2011	74550	218	*	I
MFV2205	8695012246	19/11/2011	74550	218	*	I
MGD2475	8695011653	26/10/2011	74550	218	*	I
MGL1219	8695011510	14/10/2011	74630	218	*	II
MGV8854	8695012285	18/11/2011	74550	218	*	I
MGX6724	8695012262	19/11/2011	74550	218	*	I
MGY1875	8695012329	19/11/2011	74550	218	*	I
MGY1875	8695012250	19/11/2011	74550	218	*	I
MHD3297	8695012321	21/11/2011	74550	218	*	I
MHM3737	8695012332	20/11/2011	74550	218	*	I
MHP9174	8695011658	21/10/2011	74550	218	*	I
MIN1669	8695012125	10/11/2011	74550	218	*	I
MIO0811	8695012325	19/11/2011	74550	218	*	I
MIR4625	8695012101	14/11/2011	74550	218	*	I
MJP9619	8695011687	21/10/2011	74550	218	*	I
MJS8829	8695012338	22/11/2011	74550	218	*	I
MMD7799	8695012239	19/11/2011	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 556/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 556/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ANW3268	8695012359	28/11/2011	74550	218 * I
AQH7382	8695011514	15/10/2011	74630	218 * II
BAH7007	8695012425	28/11/2011	74550	218 * I
CHM7744	8695012456	27/11/2011	74550	218 * I

DMP1819	8695011601	16/10/2011	74550	218	*	I
JWK2586	8695012124	10/11/2011	74550	218	*	I
MAF7955	8695012463	29/11/2011	74550	218	*	I
MBX1814	8695012279	21/11/2011	74550	218	*	I
MCY5925	8695012234	17/11/2011	74550	218	*	I
MDZ4503	8695012406	01/12/2011	74550	218	*	I
MEF9577	8695012540	25/11/2011	74550	218	*	I
MEM3809	8695012391	27/11/2011	74550	218	*	I
MEP7667	8695012349	21/11/2011	74550	218	*	I
MER4938	8695012460	28/11/2011	74630	218	*	II
MIT4198	8695012457	27/11/2011	74550	218	*	I
MIV3303	8695012364	29/11/2011	74630	218	*	II
MJC9292	8695012534	02/12/2011	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 558/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 558/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADX9689	8695012651	08/12/2011	74550	218 * I
BMP0308	8695012093	16/11/2011	74550	218 * I
CDU2053	8695012711	03/12/2011	74550	218 * I
DKN0223	8695012575	03/12/2011	74630	218 * II
ICU0510	8695011935	26/10/2011	74630	218 * II
ILV9683	8695012559	05/12/2011	74550	218 * I
LJO2840	8695012413	25/11/2011	74550	218 * I
LXL8085	8695012627	05/12/2011	74550	218 * I
LXR7374	8695012375	25/11/2011	74550	218 * I
LXR9140	8695012430	29/11/2011	74550	218 * I

LXZ7024	8695011948	06/11/2011	74550	218	*	I
LXZ7024	8695012075	06/11/2011	74550	218	*	I
MAQ9938	8695012099	11/11/2011	74550	218	*	I
MCN5020	8695012354	25/11/2011	74550	218	*	I
MDI7078	8695011841	02/11/2011	74550	218	*	I
MEH1623	8695011830	31/10/2011	74550	218	*	I
MEH8810	8695012160	15/11/2011	74550	218	*	I
MEK5858	8695012491	01/12/2011	74550	218	*	I
MES5330	8695011781	01/11/2011	74550	218	*	I
MEV8258	8695012600	06/12/2011	74550	218	*	I
MFD2749	8695012312	20/11/2011	74550	218	*	I
MFG9937	8695011305	01/10/2011	74550	218	*	I
MFO3463	8695012593	05/12/2011	74550	218	*	I
MFS3902	8695012521	26/11/2011	74630	218	*	II
MFV8942	8695012178	13/11/2011	74550	218	*	I
MGR8563	8695011929	02/11/2011	74550	218	*	I
MGV9109	8695012423	27/11/2011	74550	218	*	I
MHY1399	8695012528	27/11/2011	74550	218	*	I
MIM6836	8695011992	05/11/2011	74550	218	*	I
MIS0502	8695011921	31/10/2011	74550	218	*	I
MIT1726	8695011885	31/10/2011	74550	218	*	I
MIT1726	8695011893	31/10/2011	74550	218	*	I
MIU9061	8695012609	02/12/2011	74550	218	*	I
MKL4580	8695012159	15/11/2011	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

SERRA ALTA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 101/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 101/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFS2948	54221894B	28/02/2011	70301	244 * I
MGJ3170	54221896B	25/02/2011	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 103/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 103/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CNT4405	55939165B	24/04/2011	52743	175
MCN0752	55939167B	20/04/2011	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 105/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 105/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABW6203	55939160B	17/04/2011	65482	229
GSG5483	55939163B	17/04/2011	59670	203 * v

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 106/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 106/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHG2506 54221824B 19/06/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 108/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 108/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CLW4290 54221934B 03/07/2011 65482 229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 109/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 109/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYV7072 54221898B 10/07/2011 51691 165
LYV7072 54221899B 10/07/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 110/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 110/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFN5871 55599051C 20/08/2011 59670 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 112/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 112/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJG3912 55599007C 11/09/2011 65482 229
CVL9405 55599008C 11/09/2011 65482 229
DWR3084 55599006C 11/09/2011 65482 229
MCS8650 55599005C 11/09/2011 65482 229
MFM6176 55599004C 05/09/2011 59670 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 97/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 97/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALA6016 54221844B 10/12/2010 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 98/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 98/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZK5413	54221872B	16/01/2011	66020	230 * VI
LZK5413	54221873B	16/01/2011	66102	230 * VII
LZK5413	55939153B	15/01/2011	52583	174

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 99/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 99/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KJA9217	54221870B	13/01/2011	69200	233
MCO6043	55939151B	18/01/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

SUL BRASIL**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 65/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 65/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IEF4960	55940506B	19/11/2010	55250	181 * XV
IGA7699	55940505B	19/11/2010	55250	181 * XV
MCT7918	55923489B	13/11/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 66/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 66/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXB5067	55940518B	01/01/2011	73740	253
LXU8107	55940509B	24/11/2010	56222	182 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 67/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 67/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDH8785	55940510B	15/12/2010	50100	162 * I
MDH8785	55940511B	15/12/2010	65992	230 * V
MDH8785	55940512B	15/12/2010	50610	163 c/c 162 * I
MDT8235	55940514B	16/12/2010	50100	162 * I
MDT8235	55940515B	16/12/2010	50610	163 c/c 162 * I
MDT8235	55940516B	16/12/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 68/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 68/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZM0806	55923609B	06/03/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 69/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 69/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYU0371 55940523B 23/03/2011 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 71/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 71/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CHT1483 55940527B 10/04/2011 55250 181 * XV
LCQ3977 55940530B 04/05/2011 54522 181 * VIII
MDL5437 55923612B 07/05/2011 51851 167
MGP5591 55940507B 19/11/2010 55250 181 * XV
MGP5591 55940525B 10/04/2011 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 74/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 74/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BGD4932 55923610B 06/03/2011 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 77/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 77/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDT8827 55940531B 13/05/2011 64080 221
MGW9876 55940537B 09/06/2011 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 78/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 78/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYG3180 55940532B 06/06/2011 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 79/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 79/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFG0739 55940544B 07/07/2011 52743 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 82/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 82/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXK0659	55923618B	22/08/2011	69200	233
MEB2283	55923494B	06/09/2011	52741	175
MEB2283	55923495B	25/08/2011	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 85/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 85/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CHM2368	55940553B	02/10/2011	52742	175
CHM2368	55940554B	02/10/2011	72340	250 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 86/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 86/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFO3710	55940551B	25/09/2011	65992	230 * V
MFO3710	55940552B	25/09/2011	65561	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 87/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 87/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCR5004	55940550B	19/09/2011	60250	206 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 88/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 88/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BGK0878	55923608B	06/03/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 89/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 89/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CZY8882 55940559B 28/10/2011 70561 244 * III
MCD1890 55940557B 15/10/2011 56060 182 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 90/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 90/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBX2780 55923620B 30/10/2011 52583 174
MBX2780 55923621B 30/10/2011 52070 169
MBX2780 55923622B 30/10/2011 51852 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 91/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 91/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGV3141 55923623B 16/11/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 92/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 92/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBX2780 55940565B 22/11/2011 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

TIMBÉ DO SUL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 254/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 254/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BLA2725	55674805C	29/05/2011	50100	162 * I
BLA2725	55674806C	29/05/2011	51180	164 c/c 162 * I
LZG9102	55674801C	13/05/2011	69200	233
MCY6647	55674802C	24/05/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 255/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 255/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAT6204	55674903C	11/06/2011	66532	230 * XI
MAT6204	55674904C	11/06/2011	65561	230 * I
MCN6801	55674901C	11/06/2011	65992	230 * V
MCN6801	55674902C	11/06/2011	65800	230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 257/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 257/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ICZ1600	55674813C	19/07/2011	69200	233
JJJ3022	55674820C	26/07/2011	69120	232
MAJ1844	55674906C	15/08/2011	65992	230 * V
MEM8758	55674809C	15/07/2011	66371	230 * IX
MEM8758	55674810C	15/07/2011	65565	230 * I
MHQ7935	55674814C	25/07/2011	50100	162 * I
MHQ7935	55674816C	25/07/2011	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 259/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 259/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IOT4071 55674856C 29/07/2011 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 260/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 260/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AIX4354 55674832C 24/08/2011 69200 233
LYE4983 55674859C 05/08/2011 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 262/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 262/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYQ0183	55674907C	05/09/2011	69200	233
MGP3220	55674829C	26/08/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 265/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 265/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBA7941	55674835C	24/09/2011	65561	230 * I
MEV2164	55674838C	24/09/2011	65992	230 * V
MEV2164	55674837C	24/09/2011	51180	164 c/c 162 * I
MEV2164	55674836C	24/09/2011	50100	162 * I
MGY1255	55674908C	06/09/2011	50100	162 * I
MGY1255	55674909C	06/09/2011	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 266/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 266/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IBX1589	55674860C	20/09/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 268/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 268/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JJJ3022	55674733C	10/03/2011	50960	163 c/c 162 * V
JJJ3022	55674734C	10/03/2011	50450	162 * V
LZW6280	55674776C	15/11/2011	73662	252 * VI
LZW6280	55674777C	15/11/2011	52070	169
LZW6280	55674778C	15/11/2011	51851	167
LZW6280	55674779C	15/11/2011	51852	167
LZW6280	55674780C	15/11/2011	73150	252 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 269/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 269/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZE2668	55674775C	21/10/2011	69200	233
MAX4283	55674914C	07/10/2011	50100	162 * I
MDZ0281	55674840C	07/10/2011	69200	233
MFP2348	55674841C	07/10/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8280 271/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 271/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IIO9264	55674910C	10/10/2011	69200	233
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

TREZE TÍLIAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 309/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 309/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABP8274	55446615C	23/12/2010	51851	167
AGO9126	55446621C	31/12/2010	51851	167
MGQ4019	55446622C	31/12/2010	51851	167
MGQ4019	55446622C	31/12/2010	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 312/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 312/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCW0917 55446618C 27/12/2010 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 314/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 314/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALU7774 55446515C 08/01/2011 65482 229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 315/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 315/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KEG5000	54940482C	08/01/2011	51851	167
LXN3558	55446636C	05/01/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 318/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 318/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IDF9441	55446632C	31/12/2010	51851	167
IDF9441	55446632C	31/12/2010	51852	167
MFA2775	54940486C	09/01/2011	54521	181 * VIII
MIC5780	54940487C	09/01/2011	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 321/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 321/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZV9920	55446499C	22/02/2011	54440	181 * VII
MFW6745	55446607C	19/12/2010	52070	169
MFW6745	55446608C	19/12/2010	58350	195
MFW6745	55446606C	19/12/2010	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 324/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 324/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDC4472	55446522C	19/02/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 325/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 325/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHI0617 55446654C 05/03/2011 51851 167
MWC0139 55446693C 15/03/2011 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 331/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 331/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALU1108 55446700C 17/03/2011 51851 167
AWA0102 55446720C 13/04/2011 51851 167
LZW4305 55446701C 17/03/2011 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 337/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 337/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALY3983 55446719C 13/04/2011 54521 181 * VIII
IEL4271 55446723C 13/04/2011 51851 167
LXZ9449 55446727C 15/04/2011 51851 167
MAY2018 55446741C 19/04/2011 51851 167
MHX9003 55446737C 19/04/2011 51930 168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 338/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 338/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHC0240 55446725C 15/04/2011 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 341/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 341/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEI6783 55446749C 27/04/2011 61220 214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 340/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 340/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCB9975	8731007603	21/10/2010	74550	218 * I
MFQ0363	8731007665	24/10/2010	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 344/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 344/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BFL9165	8731007862	18/11/2010	74550	218 * I
LNI4382	8731007848	09/11/2010	74550	218 * I
LXQ0597	8731007794	10/11/2010	74550	218 * I
MAO0964	8731007937	19/11/2010	74630	218 * II
MAO0964	8731007955	19/11/2010	74630	218 * II
MAT1566	8731006552	02/06/2010	74550	218 * I
MFD3667	8731007853	13/11/2010	74550	218 * I
MFO9744	8731006602	07/06/2010	74550	218 * I
MHU0728	8731007878	13/11/2010	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 350/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 350/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJF1094	8731008104	06/12/2010	74550	218 * I
AJF1094	8731008114	06/12/2010	74550	218 * I
AOI0281	8731008140	04/12/2010	74550	218 * I
MAT1566	8731008197	09/12/2010	74630	218 * II
MGT7073	8731008207	12/12/2010	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 352/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 352/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CZX2868	8731008096	03/12/2010	74630	218 * II
CZX2868	8731008122	04/12/2010	74710	218 * III
CZX2868	8731008078	01/12/2010	74550	218 * I
LYG0738	8731008578	04/01/2011	74550	218 * I
MFB0463	8731008092	30/11/2010	74550	218 * I
MHP2435	8731008448	04/01/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 357/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 357/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MER7257 8731005994 30/03/2010 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 375/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 375/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AOB6210	8731009335	23/05/2011	74550	218 * I
APG4646	8731002728	30/06/2009	74550	218 * I
APG8835	8731009745	27/06/2011	74630	218 * II
BRE9987	8731009447	04/06/2011	74550	218 * I
BYG7407	8731009560	30/06/2011	74630	218 * II
CTB3379	8731009792	30/06/2011	74630	218 * II
IEG6885	8731009539	05/06/2011	74630	218 * II
IIO6408	8731009488	08/06/2011	74550	218 * I
LXL3811	8731009449	05/06/2011	74550	218 * I
LZI0127	8731009313	22/05/2011	74550	218 * I
MBD6017	8731009497	02/06/2011	74550	218 * I
MCQ5192	8731009566	26/06/2011	74550	218 * I
MEQ4772	8731009791	25/06/2011	74630	218 * II
MEZ4433	8731009639	19/06/2011	74630	218 * II
MFA6332	8731009451	01/06/2011	74550	218 * I
MFO4025	8731009748	28/06/2011	74550	218 * I
MFS1481	8731009749	28/06/2011	74550	218 * I
MFY2561	8731009640	19/06/2011	74630	218 * II
MHN5135	8731009476	05/06/2011	74550	218 * I
MJI4589	8731009743	26/06/2011	74550	218 * I
MWZ4242	8731009534	04/06/2011	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 388/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTIRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 388/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADJ6492	8731010072	22/07/2011	74550	218 * I
ALD9058	8731010365	12/08/2011	74550	218 * I
IGZ6421	8731010355	13/08/2011	74550	218 * I
LAV4216	8731010366	12/08/2011	74550	218 * I
LZI8854	8731010210	02/08/2011	74550	218 * I
LZY5865	8731010287	09/08/2011	74550	218 * I
MBB3804	8731010330	13/08/2011	74550	218 * I
MBP7726	8731010065	22/07/2011	74630	218 * II
MCI2376	8731010318	12/08/2011	74550	218 * I
MCO9207	8731010302	12/08/2011	74630	218 * II
MCZ3542	8731010248	07/08/2011	74550	218 * I
MDO9404	8731010345	09/08/2011	74550	218 * I
MDT6915	8731010351	12/08/2011	74550	218 * I
MEM8435	8731010253	06/08/2011	74550	218 * I
MEM8435	8731010256	06/08/2011	74550	218 * I
MEQ4772	8731010208	07/08/2011	74550	218 * I
MFI1530	8731010339	14/08/2011	74550	218 * I
MFQ1955	8731010087	24/07/2011	74550	218 * I
MFR6571	8731010276	14/08/2011	74550	218 * I
MGK6506	8731010289	10/08/2011	74550	218 * I
MHF1457	8731010050	19/07/2011	74630	218 * II
MHJ5577	8731010244	07/08/2011	74630	218 * II
MHL7176	8731010130	26/07/2011	74550	218 * I
MIA3091	8731010344	15/08/2011	74710	218 * III
MIM6824	8731010213	02/08/2011	74630	218 * II
MIZ4085	8731010343	15/08/2011	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 396/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 396/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYR6837	8731006118	07/04/2010	74710	218 * III
MCT4206	8731010251	08/08/2011	74630	218 * II
MGH6379	8731006288	23/04/2010	74550	218 * I
MHB0910	8731010324	13/08/2011	74630	218 * II
MHR6821	8731010165	30/07/2011	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

VARGEM BONITA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 107/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 107/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAN5839	54777591C	18/12/2010	55411	181 * XVII
---------	-----------	------------	-------	------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 108/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 108/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXZ5420	54777512C	08/01/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 109/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 109/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADI6672	54777594C	12/01/2011	69120	232
LZT7106	54777597C	06/02/2011	50100	162 * I
LZT7106	54777598C	06/02/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 110/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 110/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LWU5864	54777601C	26/01/2011	65564	230 * I
MAW5457	54777602C	06/02/2011	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 111/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 111/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MHB0405	54777603C	12/02/2011	52742	175
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 114/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 114/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAW5102	54777615C	06/03/2011	51691	165
MAW5457	54777605C	25/02/2011	50610	163 c/c 162 * I
MAW5457	54777604C	25/02/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 115/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 115/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHG2946	54777614C	05/03/2011	58194	193
AHG2946	54777613C	05/03/2011	58350	195
AHG2946	54777611C	05/03/2011	65482	229
AHG2946	54777610C	05/03/2011	52742	175
AHG2946	54777609C	05/03/2011	52741	175
AHG2946	54777608C	05/03/2011	51851	167
AHG2946	54777607C	05/03/2011	51180	164 c/c 162 * I
AHG2946	54777606C	05/03/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 116/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 116/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXJ1616	54777616C	13/03/2011	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 118/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 118/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IAR3569	54777370C	06/05/2011	65992	230 * V
LXS4440	54777220C	01/05/2011	65300	228
LYH4907	54777369C	06/05/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 122/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 122/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEQ3454	54777631C	17/10/2011	65564	230 * I
MEQ3454	54777628C	17/10/2011	50100	162 * I
MEQ3454	54777629C	17/10/2011	51180	164 c/c 162 * I
MEQ3454	54777630C	17/10/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

VIDAL RAMOS

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8422 180/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 180/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKP7190	54574849C	17/05/2010	51930	168
IGA3870	54574580C	23/05/2010	55250	181 * XV
LXP0691	54574581C	23/05/2010	50100	162 * I
MBH1951	54574541C	28/11/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 182/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 182/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMI7053	54574544C	09/01/2011	66531	230 * XI
MDP3074	55942198C	31/12/2010	57380	186 * II
MDP3074	55942199C	31/12/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 184/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 184/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZN1474	55942182C	18/12/2010	51851	167
MHO3700	55942201C	14/01/2011	51851	167
MHO3700	55942202C	14/01/2011	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 205/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 205/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAU7062	55942327C	07/07/2011	55172	181 * XIV
MCG2049	55942325C	01/07/2011	55411	181 * XVII
MCX9230	55942331C	10/07/2011	52742	175
MCX9230	55942332C	10/07/2011	52152	170
MCX9230	55942333C	10/07/2011	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 206/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 206/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCP8534	55942335C	09/08/2011	65562	230 * I
MCP8534	55942336C	09/08/2011	58350	195
MCP8534	55942337C	09/08/2011	50100	162 * I
MCP8534	55942338C	09/08/2011	65992	230 * V
MDL1661	55942266C	31/07/2011	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 207/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 207/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFT2689	55942262C	12/07/2011	69120	232
MFT2689	55942263C	12/07/2011	51691	165
MFT2689	55942264C	12/07/2011	52151	170
MFT2689	55942265C	12/07/2011	53040	176 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 219/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 219/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DHP8894	55942389C	21/10/2011	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

VITOR MEIRELES

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 175/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 175/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAM4770	55680533C	05/12/2010	66371	230 * IX
LZJ3937	55680400C	02/11/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 176/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 176/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADC7831	54632660C	18/01/2010	64080	221
ADC7831	54632661C	18/01/2010	67692	230 * XXII
MHT1972	54632664C	21/01/2010	51851	167
MHT1972	54632665C	21/01/2010	58433	196

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 178/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 178/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CES5642	55680520C	15/11/2010	65482	229
LWV4843	55680530C	04/12/2010	66371	230 * IX
LWV4843	55680531C	04/12/2010	67261	230 * XVIII
LWV4843	55680528C	04/12/2010	66372	230 * IX
LXP6164	55682080C	21/12/2010	50610	163 c/c 162 * I
LXP6164	55682083C	21/12/2010	50100	162 * I
LYX9377	55680527C	01/12/2010	70301	244 * I
MBY9423	55680535C	05/12/2010	51180	164 c/c 162 * I
MBY9423	55680534C	05/12/2010	50100	162 * I
MCB8424	54632315C	16/08/2009	51180	164 c/c 162 * I
MGR4152	55682087C	23/12/2010	50100	162 * I
MGR4152	55682088C	23/12/2010	50610	163 c/c 162 * I
MHX1617	55682093C	26/12/2010	62700	220 * II
MHX1617	55682094C	26/12/2010	51852	167
MHX1617	55682095C	26/12/2010	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 179/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 179/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBN5413	55682077C	18/12/2010	67692	230 * XXII
MBN5413	55682069C	16/12/2010	52312	172

MBN5413 55682075C 18/12/2010 69120 232
MBN5413 55682076C 18/12/2010 67261 230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 181/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 181/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWT0264	55682052C	11/12/2010	50100	162 * I
LWT0264	55682053C	11/12/2010	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 183/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 183/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BRI1427	55682058C	12/12/2010	51851	167	
BRI1427	55682059C	12/12/2010	66371	230	* IX
BRI1427	55682060C	12/12/2010	67692	230	* XXII
BRI1427	55682061C	12/12/2010	67693	230	* XXII
LWT3946	55682084C	23/12/2010	66372	230	* IX
LWT3946	55682085C	23/12/2010	66531	230	* XI
LWT3946	55682086C	23/12/2010	51852	167	
LWV4843	55682064C	15/12/2010	52741	175	
LWV4843	55682065C	15/12/2010	51851	167	
LZD3630	55682078C	18/12/2010	66372	230	* IX
LZD3630	55682079C	18/12/2010	67692	230	* XXII
LZI3461	55682082C	16/12/2010	56144	182	* V
LZM9303	55682054C	12/12/2010	66372	230	* IX
LZM9303	55682055C	12/12/2010	66372	230	* IX
LZM9303	55682056C	12/12/2010	67692	230	* XXII
MIF7265	55682092C	26/12/2010	70301	244	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 185/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 185/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXR8947	55682253C	01/01/2011	65482	229
LZC7830	55682263C	24/01/2011	65992	230 * V
LZJ8853	55682262C	18/01/2011	50100	162 * I
MAL7867	55682266C	06/02/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 186/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 186/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ASB7965	55682270C	14/02/2011	50100	162 * I
MDK1745	55682278C	20/02/2011	65992	230 * V
MDK1745	55682280C	20/02/2011	50100	162 * I
MDK1745	55682281C	20/02/2011	52152	170

MDK1745 55682279C 20/02/2011 51180 164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 188/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 188/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXF1646 55682272C 19/02/2011 51852 167
MBJ7736 55682273C 19/02/2011 69471 235

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 190/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 190/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZD3630 55682269C 06/02/2011 65482 229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 191/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 191/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALW1896	55682291C	03/03/2011	55250	181	*	XV
LZU0078	55682292C	03/03/2011	55250	181	*	XV
LZX5352	55682275C	26/02/2011	68231	231	*	IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 193/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 193/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CHI4463	55682298C	12/03/2011	65992	230 * V
MAK0818	55682295C	06/03/2011	50100	162 * I
MAK0818	55682296C	06/03/2011	50610	163 c/c 162 * I
MBK0174	55685154C	13/03/2011	64080	221
MBK0174	55685155C	13/03/2011	51180	164 c/c 162 * I
MBK0174	55685156C	13/03/2011	50100	162 * I
MBK0174	55685157C	13/03/2011	66532	230 * XI
MBK0174	55685158C	13/03/2011	69120	232
MEY2603	55682293C	06/03/2011	70301	244 * I
MEY2603	55682294C	06/03/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 194/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 194/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
GWK6341	55685174C	03/04/2011	65992	230 * V
LXM4817	55685176C	09/04/2011	50100	162 * I
LXM4817	55685177C	09/04/2011	51180	164 c/c 162 * I
LXM4817	55685178C	09/04/2011	65992	230 * V
MBA9965	55685182C	16/04/2011	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 196/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 196/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,



NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXF4104	55680518C	15/11/2010	51851	167
LYT5976	55680517C	15/11/2010	65482	229
LYZ8045	55680516C	14/11/2010	52742	175
MAB3889	55680525C	26/11/2010	50450	162 * V
MAB3889	55680526C	26/11/2010	51420	164 c/c 162 * V
MCP2640	55685190C	24/04/2011	50100	162 * I
MCP2640	55685191C	24/04/2011	65992	230 * V
MDL2862	55680507C	12/11/2010	50100	162 * I
MDL2862	55680508C	12/11/2010	51180	164 c/c 162 * I
MDL2862	55680509C	12/11/2010	70301	244 * I
MEE2746	55680505C	11/11/2010	70302	244 * I
MEY8320	55685197C	30/04/2011	50100	162 * I
MEY8320	55685198C	30/04/2011	65992	230 * V
MGP1459	55680512C	14/11/2010	50100	162 * I
MGP1459	55680513C	14/11/2010	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 198/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 198/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MER6521	55685183C	17/04/2011	50100	162 * I
MER6521	55685184C	17/04/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 199/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 199/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCN7250	55685171C	03/04/2011	50100	162 * I
MCN7250	55685172C	03/04/2011	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 200/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 200/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGQ6086	55685192C	25/04/2011	70481	244 * II
MGQ6086	55685193C	24/04/2011	69120	232
MHR5932	55683472C	15/05/2011	59670	203 * V
MJT5479	55685200C	30/04/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 202/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 202/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYI7340	55685186C	17/04/2011	54521	181 * VIII
LYR4531	55681101C	14/07/2010	65992	230 * V
LYR4531	55681102C	14/07/2010	50450	162 * V
LZD2868	55685199C	30/04/2011	50100	162 * I
MCA9087	55680372C	03/10/2010	63944	220 * XIV
MCA9087	55680373C	03/10/2010	65992	230 * V
MID5235	55681388C	12/09/2010	70301	244 * I
MID5235	55681387C	12/09/2010	50100	162 * I
MIM2570	55681391C	12/09/2010	50100	162 * I
MIM2570	55681392C	12/09/2010	51180	164 c/c 162 * I
MIM2570	55681393C	12/09/2010	64080	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 205/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 205/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGH3933	55685187C	21/04/2011	70561	244 * III
AGH3933	55685188C	21/04/2011	65992	230 * V
LYS0705	55683469C	15/05/2011	50100	162 * I
LYS0705	55683470C	15/05/2011	51180	164 c/c 162 * I
MDZ2371	55683471C	15/05/2011	70481	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 206/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 206/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCR0237	55683461C	08/05/2011	50450	162 * V
MCR0237	55683462C	08/05/2011	51420	164 c/c 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 208/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 208/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYT1493 55683477C 01/06/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 209/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 209/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYI7340 55683478C 04/06/2011 55250 181 * XV
MAZ5338 55683479C 04/06/2011 50100 162 * I
MAZ5338 55683480C 04/06/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 210/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 210/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYS9106	55683483C	10/07/2011	50100	162 * I
MBV0212	55683482C	23/06/2011	70640	244 * IV
MEL9615	55683481C	20/06/2011	65800	230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 212/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 212/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
GNW9445	55682917C	10/08/2011	65992	230 * V
LYP8743	55683487C	05/07/2011	51852	167
LYP8743	55683489C	05/07/2011	64080	221
MAE6500	55683486C	13/07/2011	52312	172
MBG6612	55683494C	16/07/2011	65992	230 * V
MHV6000	55683493C	15/07/2011	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 213/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 213/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHT8012	55682903C	23/07/2011	65640	230 * II
MAE6500	55683497C	21/07/2011	65300	228
MDB7290	55682904C	23/07/2011	65992	230 * V

MDG1373 55683495C 19/07/2011 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 215/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 215/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYJ2603	55680384C	10/10/2010	65992	230 * V
LYL1518	55682907C	07/08/2011	66372	230 * IX
LYL1518	55682908C	07/08/2011	67001	230 * XVI
LYL1518	55682909C	07/08/2011	66532	230 * XI
LYL1518	55682910C	07/08/2011	66102	230 * VII
LYL1518	55682911C	07/08/2011	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 216/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 216/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGJ1021 55682924C 30/08/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 217/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 217/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBO8615	55682923C	27/08/2011	55250	181	*	XV
MGE2126	55682925C	01/09/2011	55250	181	*	XV
MGE2126	55682926C	01/09/2011	54521	181	*	VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 219/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 219/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALD2975	55682943C	24/09/2011	51851	167
LXU0105	55682949C	08/10/2011	52741	175
LXU0105	55682950C	08/10/2011	52152	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 221/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 221/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IJB8475 55682947C 05/10/2011 65992 230 * V
IJB8475 55682948C 05/10/2011 66372 230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 222/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 222/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXU0105 55683151C 08/10/2011 58350 195
MIR1860 55682944C 24/09/2011 50100 162 * I
MIR1860 55682945C 24/09/2011 51180 164 c/c 162 * I
NET5992 55683155C 20/10/2011 55250 181 * XV
NET5992 55683156C 20/10/2011 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 224/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 224/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXM8367 55683186C 13/11/2011 53710 180
LZN8804 55683170C 10/11/2011 66532 230 * XI
LZN8804 55683166C 10/11/2011 66020 230 * VI
LZN8804 55683167C 10/11/2011 66372 230 * IX
MGK7340 55683176C 12/11/2011 70481 244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA